Tempo: instáv., chuvas no período. Temp.: em declínio. Ventos: sudoeste, fracos. Visib. moder. Máx.: 33.2. Mín.: 20.0 (Detalhes na 1.ª pág. do Caderno de Classificados)

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 28 de março de 1969

Ano LXXVIII — N.º 298

O gabinete do Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro informou que não haverá aulas hoje nas unidades universitárias. A comunicação foi transmitida aos professôres e alunos.

Costa e Silva deseja democracia plena sem demora

O Presidente Costa e Silva declarou ontem, em Florianópolis, que "para o mais breve possível deseja a plenitude do regime democrático, restabelecendo no plano federal essa harmonia que existe em Santa Catarina, entre os três Podêres constituídos."

O pronunciamento foi feito durante audiência concedida pelo Marechal Costa e Silva ao Governador Ivo Silveira, Secretários de Estado, deputados e membros do Poder Judiciário. O Presidente frisou, na ocasião, que o Sr. Ivo Silveira conseguira "aquilo que nós não conseguimos, que é o entendimento perfeito com os demais Podêres."

O Presidente da República chegou a Florianópolis às 16h20m, procedente de Foz do Iguaçu — e durante o percurso, de automóvel, entre o aeroporto e a Praça 15 de Novembro, foi alvo de grandes manifestações populares. Na solenidade de instalação do Govêrno federal, no Palácio dos Despachos, referiu-se ao índice de crescimento do Produto Nacional Bruto, que foi de 6,5% em 1968, contra 1,6% em 1963 — e disse que pretende manter, êste ano, o mesmo ritmo de desenvolvimento.

Em Foz do Iguaçu, os Presidentes do Brasil e do Paraguai se encontraram, às 9h30m, no centro da Ponte da Amizade — isto é, a linha divisória — a fim de inaugurarem a BR-277, que liga Foz do Iguaçu ao pôrto de Paranaguá, com acesso a Assunção.

Em declaração conjunta divulgada após o encontro, os dois mandatários manifestam sua decisão de contribuir para que a próxima reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana reflita "os mais fundados desígnios dos povos latino-americanos em promover seu desenvolvimento econômico." (Página 12)

A TRAGÉDIA QUE SE REPETE

Embora iniciada a remoção da terra logo após o desmoronamento, só uma pessoa foi encontrada viva na Ladeira Santa Isabel

Barracos desabam na Glória e 8 pessoas morreram soterradas

O desabamento de seis barracos na Ladeira de Santa Isabel, na Glória, matou ontem à noite cinco crianças e três adultos, sendo que três corpos continuavam soterrados na madrugada de hoje. Pouco antes, os menores tinham sido levados pelos pais para a casa de um vizinho, que foi a primeira a desabar, arrastando as outras cinco.

As chuvas que voltaram a cair fortes ontem à noite foram a causa do desabamento. Os bombeiros paralisaram os trabalhos aos 45 minutos de hoje, pois os grandes blocos de pedra só poderiam ser retirados com a utilização de britadores, que estavam sendo aguardados.

As ruas da zona norte foram completamente inundadas pelo temporal e a maioria está cheia de terra, pedras e detritos. Na zona sul, repetiram-se as enchentes de anteontem no Catete, particularmente no Largo do Machado. As ruas de Botafogo também estão cheias de entulhos, tal como ocorreu ontem.

Milhares de telefones emudeceram e as estações mais atingidas foram as do centro, Flamengo e Laranjeiras. As linhas da Central do Brasil ficaram inundadas e o tráfego dos trens suburbanos está prejudicado, devido a problemas nas rêdes elétricas e na sinalização. (Página 18)

Vietcong não aceita falar com Saigon

A Frente Nacional de Libertação (Vietcong) rejeitou ontem a oferta do Presidente sul-vietnamita, Nguyen Van Thieu, para negociações secretas com os representantes de Saigon, classificando a proposta de "ardil astuto" para encobrir as intenções belicosas dos Estados Unidos e "seus títeres de Saigon."

Apesar da negativa da FNL, os observadores em Paris consideraram que "um pequeno avanço" foi registrado nas negociações, pois o Govêrno sul-vietnamita pràticamente reconheceu a existência legal dos vietcongs. O Vice-Presidente Cao Ky, em entrevista, disse ser pessoalmente favorável ao bombardeio do Vietname do Norte. (Página 9)

Visita a Praga

O diretor Sette Câmara, enviado pelo JORNAL DO BRASIL, a convite do Ministério das Relações Exteriores da Tcheco-Eslováquia, conversou em Praga com altas autoridades tchecas, inclusive com Peter Colotka, presidente do Parlamento, sôbre problemas que foram desde a estrutura atual da economia do país até as relações com a União Soviética.

Achou Praga "uma cidade européia como outra qualquer", onde nada há que denuncie anormalidade e o povo caminha tranqüilamente nas ruas, cada qual preocupado com seus problemas. Mas por trás de tôda essa aparente calma constata que "paira uma presença estranha, ameaçadora, embaraçosa, que não se vê mas que se sente no ar. Os soviéticos ainda estão na Tcheco-Eslováquia."

Sette Câmara analisa a situação atual da economia tcheca que procura se livrar de uma planificação inflexível, a política serena dos governantes e a posição prudente da imprensa, concluindo que o futuro do país tcheco-eslovaco "muito depende da viabilidade daquilo que Michel Tatu chamou de heresia impossível." (Páginas 2 e 3)

Grandes querem ONU no O. Médio

A conferência dos Quatro Grandes sôbre o Oriente Médio, cujo início funcionários de Washington prevêem para a próxima semana, deverá examinar nos primeiros pontos de seu temário um projeto de apoio ao representante de U Thant, Gunnar Jarring, a fim de fortalecer sua missão de reunir israelenses e árabes para negociações.

O Presidente da RAU, Gamal Abdel Nasser, declarou ontem que os árabes desejam uma paz baseada na justiça, não aceitando nenhuma espécie de imposição externa. Advertiu as grandes potências, no entanto, para que tomem medidas imediatas, pois o conflito na região se encontra muito próximo de um ponto de grave explosão. (Página 11)

China desloca tropas e navios para prevenir ataque da URSS

Tropas e unidades navais chinesas deslocaram-se ontem das bases do sul na direção das fronteiras com a União Soviética, a fim de repelir um possível ataque da esquadra russa que navega no Atlântico, supostamente a caminho da base de Vladivostock. No mar, a China movimenta vasos de guerra e submarinos de longo raio de ação.

Em Londres, o Ministério da Defesa anunciou que a frota da URSS iniciou manobras a 200 milhas ao sul da Islândia, ainda sob a vigilância de aviões da RAF. Nada se sabe oficialmente sôbre a rota e os objetivos da esquadra russa, mas a presença de cinco unidades de abastecimento faz supor uma longa viagem.

Notícias de Pequim indicam que é iminente a abertura do IX Congresso do Partido Comunista Chinês, durante a qual serão lançadas as bases do "grande plano estratégico" do Presidente Mao Tsé-tung, que tem como lema *Audácia nos Objetivos, Prudência nos Métodos.*

Além de definir o programa de ação do Partido Comunista para os próximos anos e tratar da sucessão do Presidente Mao (indicando o Marechal Lin Piao, segundo fontes categorizadas), o Congresso dará ênfase à política econômica, sobretudo ao setor da agricultura. (Pág. 8)

Govêrno age com rigor nas finanças

O presidente do Banco Central, Sr. Ernane Galvêas, anunciou ontem que será adotada uma fiscalização rigorosa do mercado financeiro, revelando que os três diretores das emprêsas fechadas em Pôrto Alegre poderão ser enquadrados por crime de estelionato, apropriação indébita e até mesmo enriquecimento ilícito.

Êsse tipo de fiscalização, segundo o presidente do Banco Central, é benéfico aos investidores e busca a segurança indispensável ao desenvolvimento de um grande mercado de capitais. O presidente da ADECIF, Sr. José Luís Moreira de Sousa, apoiou o fechamento das emprêsas, considerando medida saudável às que são legais. (Página 17)

Gama quer nova ética de Imprensa

O Ministro Gama e Silva anunciou em Curitiba a regulamentação da lei que institui normas éticas à Imprensa, a fim de evitar, em jornais e revistas, o excesso de erotismo e a exploração sensacionalista de crimes, na base de fotos. Também pretende enquadrar peças teatrais num nôvo código de ética.

O Sr. Gama e Silva considera "inadmissível a gente comprar um jornal e ver um cadáver de criança, na primeira página, com uma faca enterrada." Êsse tipo de imprensa, segundo êle, "vai acabar." Quanto a livros marxistas, considera normal que sejam vendidos em livrarias especializadas, "pois é bom que se conheçam tôdas as ideologias." (Página 4)

S. A. JORNAL DO BRASIL — Av. Rio Branco, 110/12 — End. Tel. JORBRASIL — Rio — Tel. Rêde Interna 22-1818 — Telex ns. 431 — 432 — 433 — Sucursais: São Paulo — Av. São Luís, 170, loja 7. Tel. 32-8702. Brasília — Setor Comercial Sul — S. C. S. — Quadra I Bloco 1, Ed. Central, 6.º and., cr. 602-7. Tel. 42-8866. B. Horizonte — Av. Afonso Pena, 1 500, 9.º and. Tel. 2-5848. Niterói — Av. Amaral Peixoto, 116, grupos 703/704. Tels. 5509 e 2-1730. Pôrto Alegre — Av. Borges de Medeiros, 916, 4.º andar. Tel. 4-7566. Salvador — Rua Chile 22, sl 1 602. Tel. 3-3161. Recife — Rua União, Ed. Sumaré, sl 1 003. Tel. 2-5793. Correspondentes: Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Cuiabá, Salvador, Vitória, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Montevidéu, Washington, Nova Iorque, Paris, Londres. PREÇOS, VENDA AVULSA GB e E. do Rio: Dias úteis: NCr$ 0.30 — Domingos: NCr$0,40; SP e BH: Dias úteis, NCr$ 0,40; Domingos, NCr$ 0,50; DF: Dias úteis, NCr$ 0,50; Domingos, NCr$ 0,60. Estados do Sul: Dias úteis, NCr$ 0,50; Domingos, NCr$ 0,75; Nordeste (até PB): Dias úteis, NCr$0,50; Domingos, NCr$ 0,75; Norte (RN até AM): Dias úteis, NCr$ 0,70; Domingos, NCr$ 1,10; Oeste (GO, MT): Dias úteis, NCr$ 0,50; Domingos, 0,75. SERVIÇO POSTAL (BRASIL): Ano NCr$ 70,00; Semestre, NCr$ 36,00; Trimestre, NCr$ 20,00 — ENTREGA DOMICILIAR: Guanabara: Semestre: NCr$ 50,00; Trimestre, NCr$ 25,00 — Exterior (V. Aérea) — EUA: Mensal, US$ 10; Trimestre: US$ 30; Argentina, PA$ 70 e PA$ 115; Uruguai, $8, Dias úteis e $15, Domingos; Chile, Dias úteis 1,50 escudos; Domingos, 2,70 escudos.

VISITA A PRAGA

José Sette Câmara
Diretor do JORNAL DO BRASIL
Fotos de Lauro Kubelick

Apoio decidido na volta de Svoboda

PRAGA é uma cidade européia como qualquer outra. O tráfego é intenso e já oferece as dificuldades que são hoje comuns às grandes cidades. A gente que circula pelas ruas está confortàvelmente vestida e abrigada. Não fôsse a exclusividade quase total de automóveis Skoda, a presença em todo o lugar das limusines Tatra, cujo uso é privilégio das altas figuras do serviço público comunista, um visitante poderia se considerar como se estivesse em qualquer grande centro da Europa Ocidental.

Há ainda alguns lembretes esparsos do regime vigente. A ausência de belas vitrinas, oferecendo tôda a espécie de produtos, que o comércio ocidental põe hoje ao alcance de qualquer um, não importa em que lugar. O comércio é pobre e a qualidade dos produtos é evidentemente inferior. Há um certo ar de abandono e de sujeira por tôda a parte.

A cidade tem a sua conservação descuidada, resultado da concentração dos recursos do Estado em coisas de maior importância para os governantes, como o desenvolvimento de uma indústria pesada. A linda cidade velha, com suas ruelas que serpenteiam até o colossal castelo que domina Praga, construído ao longo de cinco séculos — do século IX ao século XIV — com alguns adendos posteriores, só agora sofrem um programa racional de restauração. Por todo o lado se vêem os andaimes, reveladores do esfôrço do Govêrno para reconstruir o esplendor da velha cidade, coração do império austro-húngaro, no empenho de atrair as receitas do turismo, que têm em Praga possibilidades imensas.

Poucos conjuntos medievais da Europa oferecerão ao visitante tão fascinante atmosfera. O labirinto das ruas e becos que sobem e descem da colina — sôbre a qual troneja majestoso o molhe imponente do Castelo de Hradcany — iluminadas ainda por velhos lampiões de encantadoras formas, a bico de gás; as praças misteriosas e circundadas pelas fachadas imponentes de velhos palácios, cujas janelas escuras e silenciosas choram as saudades dos fastos de outrora, iluminadas por admiráveis conjuntos dos velhos lampiões arranjados em verdadeiros candelabros da via pública; tudo isso envolvido na névoa esgarçada dêste fim de inverno faz um conjunto que dificilmente será encontrado em outro lugar do mundo. Um ambiente de mistério, de sortilégio, de lembrança de coisas passadas, contrastando com a cidade fumegante de atividade, ambiciosa de progresso, estendida a seus pés — capital de um importante país dêsse estranho mundo do socialismo. A presença obsedante do gigantesco castelo sôbre o panorama da cidade, a visão espectral de suas tôrres onde quer que estejamos, sugere uma especulação literária. Não seria a sua onipresença esmagadora o germe da inspiração do maior dos escritores tchecos do nosso tempo, Franz Kafka, quando escreveu sua novela **O Castelo**?

O drama silencioso do povo tcheco

Mas êsse mundo de belezas decrépitas, de sonhos perdidos e misteriosos, nada tem a ver com o grande drama que vive êste país. Para quem vem do Ocidente impregnado pela cobertura apaixonada da crise que começou há um ano, manchete constante de todos os nossos jornais e inspiração da considerável literatura publicada sôbre o assunto, a atmosfera de Praga é decepcionante, desconcertante quase. Nada há que denuncie qualquer anormalidade. O povo caminha tranqüilamente pelas ruas, cada qual preocupado com seus problemas. Não há tanques pelas esquinas, não se vê nenhum truculento oficial soviético passeando sua arrogante presença pelas praças. Ninguém parece interessado em se transformar em bonzo ardente na Praça Venceslau, cujo monumento está agora até privado de suas velas e flôres, pela diligência policial que o cercou de plantas preventivas de demonstrações populares. Mas, por detrás de tôda essa aparente normalidade paira uma presença estranha, ameaçadora, embaraçosa, que não se vê mas que se sente no ar. Os soviéticos ainda estão na Tcheco-Eslováquia. Há 60 mil soldados da fôrça de ocupação, discretamente acomodados em aldeias, fora da rota das grandes estradas, ou acampados em bosques distantes. Em Praga não aparecem pùblicamente, mas têm o seu quartel-general num casarão escolhido a propósito pelos tchecos. Trata-se de um antigo bordel.

Muito mais do que através da presença física, a ocupação soviética age pela fôrça dissuasiva que emergiu da espetacular demonstração de poderio e da consciência da fragilidade material da Tcheco-Eslováquia, conseqüências do brutal desfecho de agôsto do ano passado. Os 60 mil russos remanescentes são apenas um lembrete de que será vã qualquer tentativa de brincadeiras com a liberdade.

Como não se vê, também não se ouve falar dos russos. O povo finge ignorar a existência de seus incômodos e rebarbativos hóspedes compulsórios. As autoridades do Govêrno discorrem sôbre os problemas do país, falam do drama vivido no ano passado, mas evitam expressar-se sôbre a ocupação, preferindo encarecer a delicadeza da situação e a necessidade de prudência e de serenidade. Mas uns e outros mal podem conter a revolta surda que existe hoje na alma de cada tcheco pela humilhação sofrida.

A cobertura emocional dada pela maior parte da imprensa ocidental aos acontecimentos de 1968 na Tcheco-Eslováquia leva a uma visão errônea e deturpada da realidade. Procurou-se pintar a famosa **Primavera de Praga** como uma nova Revolta Húngara de 1956. Isso é falso. Os líderes políticos do movimento que derrubou o ortodoxo regime Novotny e os jornalistas que conquistaram corajosamente a liberdade da imprensa, jamais negaram suas convicções comunistas. Não houve nenhuma infiltração de ideais democráticos ocidentais nem nenhuma tentativa de reimplantação na Tcheco-Eslováquia de uma democracia liberal ou de uma sociedade capitalista. Isso não exclui, é claro, focos de contestação do regime, presentes, como em todo o mundo, nos círculos estudantis.

O que ocorreu foi uma revolução dentro do Partido Comunista tcheco, uma luta interna dos líderes progressistas, que tiveram o descortino histórico de perceber que nehuma sociedade humana se conformará definitivamente com a privação total de liberdade de expressão e a visão política de marchar ao encontro dos anseios de um povo imbuído de velhas tradições democráticas. Colocada a rebelião tcheca dentro dessa moldura realista será fácil compreender certos aspectos ainda nebulosos do desfecho de agôsto de 1968.

Entrevista com Colotka

A entrevista e o almôço com o professor Peter Colotka, presidente do Parlamento Federal, foi o ponto alto dos meus contactos com as autoridades tchecas, realizados através de conversações com o Sr. Karel Dufek, chefe do Departamento de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores e porta-voz oficial da Chancelaria, com o Sr. Milan Klusak, Vice-Ministro das Relações Exteriores e meu antigo colega como chefe da Missão Tcheca às Nações Unidas — que é genro do Presidente Svoboda — com o Sr. Ludvik Ubl, Secretário de Estado do Ministério de Comércio Exterior. Em todos os encontros participaram os Embaixadores Zdenek Trhlik, Milos Vesely e Jaroslav Kuchvalek.

Nessas conversas procurei evitar a formalização do diálogo, pois, dada a delicadeza da presente situação tcheca, seria muito difícil que qualquer alto funcionário assumisse a responsabilidade textual por declarações a um representante da imprensa ocidental e de um jornal que tem tido uma linha de extrema severidade na crítica às posições e atitudes soviéticas.

O mesmo tom de informalidade marcou a minha entrevista com o professor Peter Colotka, que, pessoalmente preferiu a conversa franca e aberta ao questionário rígido, cujas respostas são medidas palavra por palavra. E' isso que procurarei resumir, com as ressalvas indispensáveis num diálogo conduzido por intermédio da interpretação de um simpático funcionário do Ministério das Relações Exteriores, que falava Português corrente.

Peter Colotka é um jovem político de 46 anos, professor de Direito Civil, eslovaco de nascimento. Deputado e membro do Comitê Central do Partido Comunista, foi plenipotenciário do Govêrno para as questões de imprensa e demais meios de comunicação de massa. Sua ascensão ao importante pôsto que ocupa — o segundo em importância na hierarquia política do país — decorreu da experiência federativa em curso e do critério alternado para a distribuição dos cargos entre tchecos e eslovacos. Foi também um hábil expediente para afastar a militância agressiva de Smrkowsky, o mais renitente em recusar qualquer entendimento com os russos, depois da invasão de 21 de agôsto. Diz-se que os conservadores, ou sejam, os aliados dos russos, inspiradores do afastamento de Smrkowsky, estão hoje desapontados com os resultados práticos da manobra. Dizem mesmo que, no Presidium, quando se forçou a indicação de Colotka para a presidência do Parlamento, Husak confidenciou a seu companheiro da ala conservadora, Strougal: "Para botar Colotka era melhor deixar Smrkowsky."

Colotka é um grandalhão espadaúdo, com uma cara simpática e aberta, tipicamente centro-européia, de maxilares quadrados, olhos azuis e pele rosada. Recebeu-me com simplicidade no seu gabinete de trabalho, uma sala despojada de adornos, com mobiliário confortável, mas sem luxo.

Como não poderia deixar de ser, nossa conversa teve início com o exame da presente situação da Tcheco-Eslováquia. Colotka começou por afirmar que o Govêrno está empenhado em obter o necessário, dentro do possível e que gostaria muito que seu país fôsse objeto da atenção mundial por outros motivos que a situação excepcional do presente.

Perguntado sôbre o papel da imprensa no movimento de janeiro e as perspectivas da sua participação na conduta futura dos assuntos de Estado, disse que o Govêrno reconhece o papel político desempenhado pelos jornalistas, mas que, com as responsabilidades que tem, diante dos problemas internos e externos, é obrigado a exigir-lhes certa dose de bom senso e prudência. Uma pequena nação, como a Tcheco-Eslováquia, na sua posição geográfica extremamente vulnerável, deve fazer uso de todos os recursos da inteligência de seu povo para fazer face às dificuldades com os vizinhos, pois não dispõe de outro poder. Depois de agôsto, mais do que nunca, os tchecos dependem de sua provisão de inteligência para sobreviver. Por isso mesmo, o Govêrno busca e mantém um diálogo permanente com os jornalistas. Nem tudo o que pretendem os homens de imprensa pode ser concedido, mas o Govêrno os mantém informados da maneira mais franca e correta da evolução dos acontecimentos políticos, insistindo sempre na necessidade de moderação ao interpretá-los. São os fatos de cada dia que determinam o maior ou menor entrosamento entre o Govêrno e jornalistas. Muitos casos impelem os jornalistas a exigir mais do Govêrno do que êste pode dar e nessa ocasião o Govêrno deve fazer que prevaleça o interêsse nacional, sem o uso da fôrça.

O delicado problema das relações com o Kremlin

Inquirido sôbre o problema hoje central para a vida do país, ou sejam, as relações entre a Tcheco-Eslováquia e a URSS, o professor Colotka afirmou que o Govêrno parte de uma posição realista e que, neste momento, o importante é manter o diálogo em nível de Partido e em nível de Govêrno, dadas as dificuldades existentes para uma compreensão direta de povo a povo. Disse que, tanto da parte tcheca quanto da parte soviética, há o interêsse da normalização, logo que possível, dessas relações. Os tchecos jamais se esquecerão da tragédia do nazismo, quando Hitler quis assassinar (textual) o país e do que ficaram devendo à URSS na luta contra os alemães. Por isso ainda foi possível manter o diálogo nos níveis descritos, embora seus pontos-de-vista com relação à ocupação de agôsto sejam frontalmente distintos. Mas, informou, estão sendo observados, da parte soviética, sinais de empenho na normalização das relações entre os dois países, com a manutenção do respeito ao Govêrno tcheco-eslovaco. Ponderou, entretanto, que o povo tcheco-eslovaco foi ferido profundamente com a invasão de agôsto e que, assim, não será fácil convencê-lo da necessidade de se restabelecer a cordialidade com relação à União Soviética. Isso será pròvàvelmente difícil, mas o Govêrno tem que insistir nessa via, uma vez que os tcheco-eslovacos não têm outro caminho de sobrevivência.

Perguntado sôbre as relações do Govêrno com o movimento da juventude contestador do regime, Colotka disse que as novas gerações, com o seu entusiasmo e o seu sangue ardente, pedem sempre mais do que é possível obter e não sabem muito bem o que pedir. Mas que os velhos, que hoje se encontram perplexos e angustiados diante da rebeldia juvenil, têm também os seus direitos. Uma nova geração, ainda que se oponha aos velhos, vale-se da experiência dêsses, inclusive no sentido **operacional** dessa rebeldia. É também certo — afirmou — que os velhos nem sempre sabem compreender os jovens e se colocam em posição radical contra êstes, criando um conflito de gerações. É nesse momento que devem intervir os homens da **geração média**, na busca de um equilíbrio entre as exigências dos jovens e a resistência dos velhos. Mas, de qualquer forma, diz Colotka, é lamentável que os jovens pensem que suas aspirações constituem direitos, quando os direitos reais pertencem aos que produzem o pão-de-cada-dia, inclusive para a juventude. Não apenas o pão material, mas o **chleba** (pão prêto) da experiência em todos os aspectos da vida, amassado com o sangue dos grandes sacrifícios dos últimos decênios.

A conversa prosseguiu durante o almôço realizado no belo restaurante que é o remanescente do pavilhão tcheco na Feira Internacional de Bruxelas e que foi montado de nôvo no tôpo de uma colina que desvenda todo o panorama da cidade. Vários assuntos foram abordados e discutidos abertamente, inclusive problemas de política externa, de caráter econômico e relativos à política doméstica. Como os pontos-de-vista do presidente do Parlamento Federal não diferem da maneira de ver dos outros funcionários tchecos com que conversei, é preferível analisá-los em conjunto.

Terminou o almôço com o clássico brinde de conhaque russo, bebido em enormes copos de cristal da Boêmia e refinadamente aquecidos ao fogo, que soam quase como sinos a toque da saudação.

As conversas com as autoridades

Os contatos com as autoridades da Tcheco-Eslováquia são fáceis e amistosos. Os escritórios dos vários Ministérios têm o aspecto comum de um país entregue à sua rotina administrativa. As autoridades do Govêrno discutem serenamente a situação, abstendo-se entretanto de enveredar pelo exame de sua relações com os soviéticos. Não há nenhuma dúvida de que o Govêrno e a administração continuam firmemente na mão dos líderes do movimento de janeiro do ano passado. Não existe nenhuma sombra de intervenção estrangeira na estrutura administrativa e a rude luta para a sobrevivência da experiência tcheca se trava nos labirintos da vida partidária. É curioso que todos na Tcheco-Eslováquia se referem freqüentemente aos progressistas e aos conservadores, sendo os primeiros os partidários da experiência do comunismo com liberdade e os segundos a ala rígida fiel a Moscou.

Na conversa os funcionários sempre deixam claro o seu apêgo ao sistema comunista. Ninguém admite qualquer inconformismo com a estrutura social vigente, embora todos sejam unânimes em defender o programa reformista.

Política externa

Nos entendimentos com altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores nota-se uma constante extremamente curiosa. Os tchecos assinalam sempre que suas divergências com Moscou se limitam à estrutura legal interna do regime. No terreno da política externa não há nenhum desentendimento básico com os russos. As fricções internas do bloco socialista não registram discrepâncias profundas entre a União Soviética e a Tcheco-Eslováquia. Basta lembrar a posição ortodoxa e enquadrada dos tchecos com relação a diversas atitudes anteriores dentro da estrutura do Pacto de Varsóvia e, sobretudo, sua aceitação incondicional do Tratado de Não Proliferação para assinalar as diferenças flagrantes com a atitude, por exemplo, da Romênia.

Em matéria de política externa, a Romênia é o principal divergente do bloco, como acaba de demonstrar o malôgro parcial da conferência de cúpula do Pacto de Varsóvia, realizada em Budapeste, no dia 17 de março.

Essas são típicas nuanças do processo de sublevação lavrada contra o colonialismo político de Moscou, que se manifesta dentro do mundo comunista. Enquanto a Polônia, a Hungria, a Bulgária e a Alemanha Oriental constituem ainda a cidadela compacta da submissão sem reservas ao Kremlin, a Romênia levanta a bandeira do inconformismo com a política externa; a Tcheco-Eslováquia abraça a causa do comunismo conciliado com a liberdade de expressão e com o exercício dos direitos individuais. Para não se falar na defecção iugoslava, que foi a precursora das primeiras fissuras no até então monolítico bloco soviético.

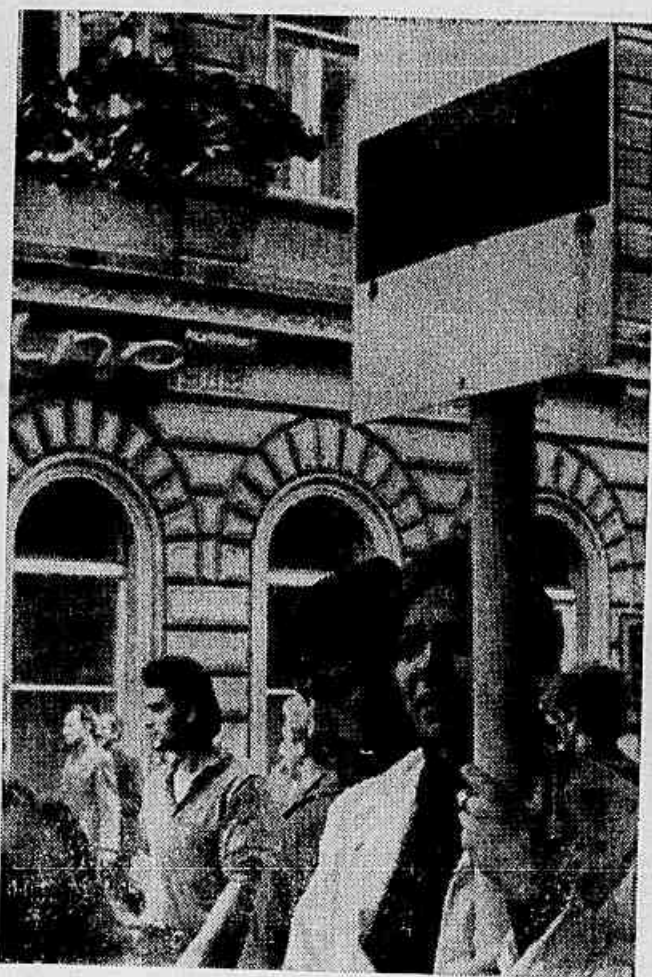
É curioso que os tchecos, tão dispostos a arriscar tudo pela preservação de suas liberdades nascentes, se mostrem tão conformados em seguir a linha da política externa do Kremlin sem quaisquer divergências maiores.

Os acontecimentos do ano passado provam que, aos olhos do Kremlin, as heresias com relação à estrutura interna do regime são muito mais perigosas do que as discordâncias na conduta da política externa. Moscou, que arrostou o mundo inteiro, que tripudiou sôbre princípios e sôbre obrigações formais de sua vida internacional, para reduzir os arroubos de liberdade dos tchecos, tem tranqüilamente tolerado a linha independente dos romenos, sem recorrer aos meios extremos para forçá-los a seguir o caminho balizado pelo Kremlin.

A atitude romena dentro do bloco comunista corresponde, **mutatis mutandis**, à política independente da França dentro da Aliança Ocidental. São dissidências engolidas a contragôsto, suscetíveis ainda, no caso do bloco comunista, de provocar cisão mais profunda. Mas, até agora, vão sendo suportadas, de um lado e de outro.

A contradição curiosa no caso da Tcheco-Eslováquia é a passividade unissona com que as autoridades do Ministério das Relações Exteriores proclamam sua fidelidade aos pressupostos e princípios da política externa soviética. Para o observador ocidental, a política externa da Tcheco-Eslováquia não oferece nenhum interêsse especial e se enquadra dentro da ação conjunta e unânime dos países que constituem

Por trás da beleza tranquila de uma cidade européia como outra qualquer, paira uma ameaça embaraçosa que não se vê mas se sente no ar: a de 60 mil soldados soviéticos que ainda estão na Tcheco-Eslováquia. A preocupação do Govêrno e do povo é a mesma: manter um protesto sereno e prudente.

União pela causa comum

Preocupação que está nas ruas

Protesto que nunca morre

hoje o baluarte sólido do Kremlin, ou sejam, Polônia, Hungria, Bulgária e Alemanha Oriental.

Problemas econômicos

No campo da economia as coisas são muito diferentes. A Tcheco-Eslováquia é hoje um país consciente de inúmeras falhas nos seus planos econômicos. Antes da Segunda Guerra Mundial era o mais industrializado e o mais próspero país da Europa Central. Suas usinas imensas de aço, sua metalurgia de alta qualidade, suas indústrias de armas, de automóveis e de bens de consumo eram invejadas pelos vizinhos. Hoje, apesar de ser ainda o povo que tem maior nível de vida per capita no bloco socialista, os tchecos não podem conformar-se com a diferença de nível de vida que os separa da Alemanha Ocidental e da Áustria. Com uma estrutura industrial que pouco sofreu na guerra, e, consequentemente, sem beneficiar-se da substituição de equipamento, ocorre hoje um processo de obsolescência que reduz substancialmente sua produtividade. A reestruturação social na Tcheco-Eslováquia foi muito mais extensa e mais profunda do que nos outros países do mundo soviético. A propriedade individual foi pràticamente abolida. Todos os negócios e lojas pertencem ao Estado. Na agricultura, a socialização através do sistema de cooperativas foi total. A nivelação dos salários não podia ser mais radical.

Nesse quadro, ocorreu o fenômeno comum do mundo comunista, da queda de produtividade e de rendimento efetivo, pela eliminação do incentivo individual, conseqüência do banimento do lucro. Sob êsse ponto-de-vista a Tcheco-Eslováquia está muito mais atrasada do que a Polônia e a Hungria, em que prosperam, debaixo da tolerância governamental, as pequenas iniciativas individuais, já propiciadoras de um alto padrão de vida a uma engatinhante sociedade privada, brotando como cogumelo na sombra conformada do comunismo. A experiência de 50 anos demonstrou a impossibilidade de mudar a essência da natureza humana.

O ex-proletariado é hoje uma classe privilegiada, que ganha muito mais do que o trabalhador intelectual, os escritores, os jornalistas e os funcionários públicos e se beneficia de poder manter hábitos de vida mais modestos, dispensando a gravata, o colarinho branco e o indefectível colête, que os solenes funcionários tchecos insistem em preservar, à custa de todo sacrifício. É inegável que o rendimento do operário no sistema comunista é menor do que o do operário ocidental, a quem o aguilhão sempre presente da necessidade de ganhar mais, para desfrutar de todos os produtos de consumo do mundo moderno, leva ao máximo da eficiência.

Diz-se na Tcheco-Eslováquia que a maior parte dos tchecos emigrados depois da invasão regressam à pátria, desanimados com a vida ocidental. A luta pelo melhor salário, a competição implacável do mundo livre, em que vence sempre o mais capaz, o mais engenhoso, o menos preguiçoso, não agradou aos emigrados acostumados com um viver repousado, no qual, à sombra do salário certo, o operário mantém uma porfia constante, não para ver a tarefa realizada, mas para cumprir burocràticamente suas horas de oito, que asseguram a gorda remuneração. A luta do operário tcheco não é contra as curvas de produção efetiva, mas contra o relógio, inimigo conquistado pacientemente, minuto a minuto.

É verdade que êsse é o panorama geral do sistema industrial comunista. Mas nos outros países, inclusive na União Soviética, os resultados hoje atingidos são inegàvelmente positivos, comparados com a situação anterior, enquanto que na Tcheco-Eslováquia, de velhas tradições industriais, o balanço acusa um saldo muito aquém das possibilidades efetivas do país.

Há uma patente insatisfação no que toca ao atual quadro da economia tcheca. Tanto a opinião pública, quanto os jornalistas e os funcionários do Estado afirmam que há necessidade de reformas econômicas radicais e essas só poderão caminhar no sentido da liberação, da reimplantação do tão odiado conceito do lucro individual, por incipiente que seja, sob várias formas de disfarce. A ressurreição do lucro, considerado como fator obsoleto e anacrônico no mundo comunista, não será novidade. E é por isso que clama essa economia estrangulada pela socialização excessiva. As reformas econômicas são inevitáveis. Não há oposição de ninguém, nem mesmo do superpoder vizinho que se chama União Soviética. Os russos estão acostumados com as concessões feitas às fraquezas da natureza humana. O homem trabalha primeiro para si mesmo, depois para a coletividade. Cinqüenta anos de experiência já convenceram os apóstolos do Kremlin que o homem é sempre o homem, qualquer que seja o regime em que vive.

A Tcheco-Eslováquia é o Japão e a Suíça da Europa Central. Desprovida de grandes recursos minerais, salvo o carvão, sem matérias-primas, com agricultura escassa e insuficiente, o grande fator de rendimento da economia tcheca é, como na Suíça e no Japão, o trabalho, a capacidade de produção manufatureira. As economias de bases dêsse tipo se apóiam sobretudo nas possibilidades do comércio exterior. Foi o comércio internacional que fêz a prosperidade sem par do Japão e a solidez indestrutível da cidadela financeira helvética, que resiste impàvidamente a tôdas as investidas das guerras européias. Os tchecos sofrem, entretanto, as consequências decorrentes da debilidade do sistema. Além dos problemas de produtividade reduzida a que foi feita a alusão, a potencialmente poderosa indústria tcheca funciona sob o pêso esmagador da planificação rígida e inflexível. Se a Central de Planejamento diz que é preciso fabricar 30 milhões de pares de calçados, 30 milhões são produzidos, independentemente das necessidades do mercado e da qualidade do produto. Sendo o conceito de marketing desconhecido numa economia altamente planificada e por conseguinte pouco moldável a curto prazo, o desaguadouro normal único para a produção tcheca é o imenso e pouco exigente mercado da União Soviética, de vez que a qualidade do produto tcheco nem sempre lhe abre as portas para competição no mundo da Europa Ocidental. Essa vinculação fatal e insubstituível condiciona a margem de liberdade de autonomia dos tchecos nas suas relações delicadas e complexas com a União Soviética.

Há um interêsse enorme de parte do Ministério do Comércio Exterior em diversificar e estender as atividades de intercâmbio com a área não comunista. O comércio com o Brasil, por exemplo, que já chegou a atingir o nível de 20 milhões de dólares ida e volta, e que depois foi contido pela nossa dificuldade em comprar na Tcheco-Eslováquia num nível que assegurasse o equilíbrio da balança comercial, é um assunto sôbre o qual o Ministério do Comércio Exterior tcheco fala com grandes esperanças e considerável otimismo.

A diversificação e a multiplicação de ligações comerciais com o Ocidente é o único caminho que os governantes tchecos vêem de libertação de um jugo total face ao comércio com a União Soviética, reflexo da geografia e da política, que tornam extremamente frágeis as bases físicas e materiais do movimento de independência do Govêrno de Praga. Mas o processo de emancipação face à dependência do comércio com a União Soviética apenas começa. Por muito tempo a Tcheco-Eslováquia não terá escolha. Dependerá a sobrevivência de sua economia do intercambio com a União Soviética e os países do bloco comunista. As especulações do Ministro do Comércio Exterior, por intermédio de seus porta-vozes, são nesse ponto prudentes e realistas. O comércio com o nosso mundo significa para a Tcheco-Eslováquia o que significa para nós o nosso comércio com os mercados não convencionais do Leste: um exercício em tôrno da manutenção de perspectivas futuras, com resultados imediatos limitados e superados pela inexistência de uma balança comercial normal.

A rebelião da imprensa

Se o movimento de junho não é marcado por uma orientação própria no terreno da política externa, ou por uma revolução das estruturas sociais e econômicas, onde está o seu signo renovador, a sua tônica de rebeldia, que levou os bolardos de Moscou ao paroxismo da intervenção armada a qualquer preço?

E' na conversa com os jornalistas, com o presidente da União de Jornalistas Tchecos, Vlato Kaspar, e com os profissionais da imprensa, do rádio e da televisão que vamos encontrar a raiz da insurreição de Praga, muito mais uma revolta do espírito do que do corpo de um país.

Os jornalistas tchecos — e nesse conceito incluímos o bravo pessoal da Rádio Praga e da televisão, que continuou por muitas horas depois de ocupado o país, transmitindo seus programas de protesto candente contra a invasão — explicam a posição única dentro da imprensa socialista por invocações de ordem histórica. No bloco socialista, entre a autocracia gigante do tzarismo, as monarquias anacrônicas da Romênia, Bulgária e Iugoslávia, e o regime híbrido da Polônia, só a Tcheco-Eslováquia possuía uma tradição de imprensa livre. Os vinte anos de rígido regime comunista, nos moldes de Moscou, não conseguiram extirpar a semente de liberdade, que explodiu na **Primavera de Praga**. Os homens da imprensa, que ainda dispõem de uma margem de liberdade e podem criticar o Partido e o Govêrno, embora com moderação e prudência, não deixam de fazer a sua autocrítica. São os primeiros a reconhecer os excessos da primavera de 1968, eclosão exagerada de vinte anos de liberdade de expressão represada. Por exemplo, a exumação do caso Masaryk foi uma desnecessária e inútil provocação, como o foi o tom permante de desafio à União Soviética. Hoje, firmemente convencida de que não há retôrno possível, de que o povo tcheco não admite mais submergir no negrume da opressão total, a imprensa tcheca evita as provocações, mas continua a criticar duramente os métodos soviéticos e a condenar a vergonha da ocupação.

Os jornalistas tchecos, como os homens do Govêrno, estão longe de representar uma fôrça democratizante, no sentido de tender para a democracia livre de base capitalista. Proclamam sua fidelidade ao sistema vigente, mas recusam-se a aceitar a ausência de liberdade de expressão como um corolário essencial do regime. Essa é uma posição indestrutível, que os tanques russos não conseguiram abalar. A imprensa tcheca é consideràvelmente livre, variada e aberta, contando com a publicação de vários jornais diários e numerosos semanários, onde o debate é amplo e aceso. Muito diferente do solene e formal boletim oficial de notícias no figurino do **Pravda** e do **Izvestia**, que vigora também para os outros países do mundo socialista. A delicadeza da presente situação, com o Govêrno a fazer malabarismos de habilidade política a fim de manter o seu mecanismo de independência, e a presença ameaçadora das tropas de ocupação, contribuem para aparar os excessos de ardor da primavera de 1968. Mas, para os padrões comunistas, ainda é uma imprensa livre e altiva.

A atitude do Govêrno tcheco de contemporizar com os soviéticos e ceder em não enviar uma delegação ao Congresso do Partido Comunista Iugoslavo, ocorrida há dias, foi condenada em têrmos veementes pela imprensa em mensagem enviada aos iugoslavos. O **Rude Pravo**, órgão oficial do Partido Comunista tcheco, foi o primeiro a revelar as dificuldades encontradas pelos soviéticos na conferência de cúpula do Pacto de Varsóvia, realizada em Budapeste em 17 de março último.

No fundo, a grande operação de guerra feita pelos soviéticos em 21 de agôsto, com a movimentação de efetivos estimados em mais de 500 mil homens e milhares de tanques, além de centenas de aviões e vasto equipamento, foi uma ofensiva contra a imprensa tcheca, inconformada com a supressão total das liberdades. Como diz Michel Tatu, no seu livro **L'Hérésie Impossible**, "em última análise os russos enviaram à Tcheco-Eslováquia um corpo expedicionário equivalente ao que os Estados Unidos mantêm no Vietname, com a única finalidade de fazer calar a **Literarni Listy**, o **Reporter**, o **Mlada Fronta** e outros jornais insuportàvelmente livres."

Sua luta constitui um dos fatos mais importantes do mundo moderno. Se a sua frágil estrutura resistir à escalada do poderio material soviético, haverá esperança de uma ponte de entendimento entre o mundo livre do Leste e o reinado do silêncio, que cerca a Tcheco-Eslováquia por todos os lados.

Coisas da política

A presente situação da Tcheco-Eslováquia não tem precedente na história do mundo. As invasões estrangeiras sempre trouxeram no seu rastro a devastação da **debellatio** e a liquidação do poder local, substituído por **Gauleiters ou Quislings**.

Em 21 de agôsto a União Soviética ocupou da maneira mais brutal o território do seu vizinho, numa operação militar cujos motivos foram condenados pelo mundo inteiro e, particularmente, pela quase totalidade dos Partidos comunistas ocidentais.

Que aconteceu como sequela da invasão? Nada, ou quase nada. O sistema de fôrça que derrubou Novotny em junho de 1968 continua no poder. O Presidente Svoboda, pela sua atitude de bravura ante a agressão, cresceu na opinião pública e ocupa hoje um lugar muito maior do que a função decorativa que cabe aos Chefes de Estado nos regimes socialistas. Dubcek mantém sua situação de Secretário-Geral do Partido Comunista tcheco. Houve algumas modificações na estrutura do Govêrno, com a ascensão de algumas figuras que são hoje, por eufemismo, chamadas **conservadoras** e que o povo tcheco, nos dias dramáticos de agôsto, chamava simplesmente de traidores. O sistema federativo foi introduzido, não se sabendo bem se como uma manobra dos soviéticos para enfraquecer o núcleo irredutível do Govêrno, ou como um estratagema dos **progressistas** para dividir a área de resistência em cidadelas diferentes, satisfazendo ao mesmo tempo os anseios seculares do povo eslovaco.

Por detrás dessa estranha normalidade, os soviéticos estão ativamente empenhados em manobras tendentes a solapar o poder dos atuais líderes tchecos.

Mas as impressões colhidas em todos os setores da opinião pública e entre os observadores ocidentais qualificados levam à conclusão de que a situação dos dirigentes do movimento de junho é sólida, apoiada pela absoluta maioria dos membros do Partido e pela quase unanimidade da opinião pública. Nem por manobras nos bastidores partidários, nem pelo recurso à convocação de eleições, conseguirão os russos submeter os chefes do movimento tcheco.

Alguns jornalistas discorrendo sôbre essa situação, externam abertamente a impressão de que só através de um golpe de estado conseguiriam os soviéticos impor ao povo tcheco um regime títere. Essa possibilidade não deve ser descontada, embora nada indique qualquer viabilidade imediata de uma conspiração manipulada por Moscou.

Resumo de uma situação

O trágico na presente situação tcheca é a ausência de perspectivas de sobrevivência fora do convívio com os soviéticos, hoje odiados invasores de um país dotado de um extraordinário espírito de resistência e de uma ardente flama de nacionalismo. Os líderes do movimento de janeiro, dentro de seu realismo pragmático, procuram dosar as reações populares e sopitar a revolta contra a humilhante ocupação. O episódio Jan Palach é uma admirável amostra da objetividade com que os **progressistas** tchecos manobram para atravessar a crise. O espetáculo dos funerais do jovem mártir da nacionalidade, que comoveu o mundo inteiro, deu aos russos uma chocante demonstração da união de todo um povo em tôrno de seus ideais de liberdade. Ao mesmo tempo, a absoluta ordem em que foi realizada a cerimônia, acompanhada por centenas de milhares de pessoas, evidenciou a determinação do Govêrno de evitar provocações e novas fricções, e de levar adiante o seu programa de varar a tempestade sem permitir que as pressões de tôda a ordem desarticulem o núcleo de comando partidário, reflexo do sentimento nacional do povo tcheco. Marcada espetacularmente a inconformidade com a ocupação e a inflexível decisão de manter a ordem, não permitiu o Govêrno que o episódio se desgastasse em repetições provocativas. Os outros casos de suicídio patriótico foram propositalmente minimizados e abafados.

Se se tem presente que o movimento de janeiro nada tem em comum com a Revolução Húngara de 1956, que se trata de um problema interno do mundo socialista, compreender-se-á porque as potências ocidentais e especialmente os Estados Unidos se limitaram nas suas reações a protestos puramente formais. Nem os Estados Unidos poderiam correr os riscos de uma guerra nuclear para defender uma heresia marxista, nem os líderes tchecos jamais contaram com o apoio das nações capitalistas para impor suas idéias de socialismo com liberdade. A pecha de movimento contra-revolucionário, de tentativa de restabelecimento da **democracia burguesa**, sabiam os tchecos, justificaria plenamente aos olhos do mundo socialista a intervenção armada. No vocabulário comunista isso seria uma increpação muito mais grave do que os epítetos de **revisionista**, **diversionista**, **desviacionista**, que russos e chineses trocam todos os dias. Jamais quiseram correr êsse risco. O caráter puramente doméstico da controvérsia entre Praga e Moscou explica também as hesitações do Ministro das Relações Exteriores de Dubcek, até a invasão russa, Jiri Hajek, quando se deslocou de Belgrado para Nova Iorque, para falar às Nações Unidas, e o caráter anódino de seu pronunciamento, sem relação com as dramáticas circunstâncias do momento.

A Tcheco-Eslováquia se encontra no maior impasse de sua história. Não se pode antever qualquer saída imediata para a crise que se abriu em janeiro de 1968. Mas, a resistência paciente de Dubcek e seus companheiros do movimento progressista se reveste de enorme importância para o mundo inteiro. Seria ilusório acreditar que a rebeldia tcheca abalará todo o edifício do socialismo e o levará ao desmoronamento. Os soviéticos já deram a prova brutal e espetacular de que não admitirão que isso ocorra. Mas a determinação dos tchecos em continuar a sua luta pela preservação do embrião de liberdade conquistado em janeiro de 1968 poderá se tornar na semente de que germinará uma nova forma de socialismo, dotado de uma face humana e de uma estrutura compatível com os anseios de liberdade, que não são monopólio exclusivo do povo da Tcheco-Eslováquia. Se êsse socialismo humanizado consolidar-se na Tcheco-Eslováquia e estender-se aos outros países do bloco comunista, as possibilidades de uma colaboração efetiva com o mundo ocidental serão ilimitadas. A experiência renovadora do socialismo em curso na Tcheco-Eslováquia poderá, assim, ter conseqüências definitivas para a manutenção da paz mundial. Muito depende hoje da viabilidade daquilo que o jornalista Michel Tatu chamou de **heresia impossível**.

Coluna do Castello

Boa política e boa economia

Brasília (Sucursal) — O Senador Carvalho Pinto é um homem que partiu da economia para a administração e da administração para a política. É natural, portanto, que seu pensamento político tenha problemas econômico-financeiros e administrativos como pontos de referência permanentes. Suas idéias políticas estão impregnadas de conceitos extraídos de suas experiências anteriores. Isso não evitou que se estratificasse, ao longo da sua carreira pública, uma convicção nitidamente democrática, à qual se mantém sempre fiel.

Ainda agora, nas análises que tem feito, publicamente ou não, da questão política brasileira, se mostra êle preocupado com a conjugação de fatôres que assegurem ao mesmo tempo uma boa política e uma boa economia, e êle entende, antes de mais nada, que o entrelaçamento dos fatôres sociais condiciona uma coisa a outra.

Acha o Sr. Carvalho Pinto que a situação econômica e financeira do país é satisfatória sob variados aspectos menos um: a escassez de investimentos, fato que constata e que atribui precisamente à insegurança política dos últimos meses. O Govêrno deverá, a seu ver, corrigir tal situação, pois do contrário conseqüências infelizes para o ritmo de desenvolvimento nacional se produzirão dentro de dois ou três anos.

A maneira de incentivar os investimentos seria, portanto, a de estabilizar o quadro político, mediante a restauração de instituições políticas íntegras, plenas e autônomas. Se não houvesse outras razões, haveria pelo menos essa, da necessidade de assegurar um fluxo de investimentos, para que o Govêrno pensasse em abreviar o período de emergência para a volta à normalidade institucional.

Outro político, também filiado a atividades econômicas e administrativas, o Sr. Daniel Faraco, que foi Ministro da Indústria e do Comércio do primeiro Govêrno revolucionário, contesta a observação do Sr. Carvalho Pinto no que se refere aos investimentos, pois acha que o fluxo está mantido em bom nível. Essas são divergências entre economistas, que não afetam, todavia, o essencial que é a vinculação dos fatôres econômicos e políticos na vida de uma nação.

O Sr. Faraco está, de resto, mais afeito aos métodos revolucionários do que o Senador paulista, pois entende êle que o Congresso, que necessita de uma reforma que estabeleça internamente o princípio da autoridade e erija uma ordem que assegure bom funcionamento à instituição, deve ser reestruturado por ato da Revolução. Acha êle que não há condições nas Assembléias para reformas substanciais, pois do debate surgiria sempre a solução que contemplasse a média das opiniões, ainda que esta se afastasse das verdadeiras necessidades do órgão. A oportunidade para uma reforma substancial da organização parlamentar brasileira seria precisamente esta em que as coisas podem ser feitas por determinação revolucionária e não por decorrência de ajustamento de opiniões entre correntes conflitantes ou meramente divergentes.

A êsse respeito, não há de resto ilusões no Congresso, já conformado com a idéia de que sua reforma será ditada pelo Govêrno. O que se reivindica é um mínimo de participação, senão mesmo um mínimo de conhecimento dos projetos e planos que se constroem no bôjo do sistema político dominante.

Na Câmara e no Senado, existem projetos em que se propõem tôdas as soluções imaginadas para o problema do Poder Legislativo. O arsenal de fórmulas e soluções se armazena numa vasta literatura que está devidamente catalogada na biblioteca da Câmara e poderá fornecer subsídios aos reformistas de tôdas as tendências e de todos os matizes. Se fôsse solicitada colaboração aos congressistas, e definida uma prévia diretriz reformista, deputados e senadores estariam em condições de oferecer os esquemas mais práticos ou mais engenhosos.

Para muito longe

Contava ontem o Sr. Geraldo Freire, quando lhe perguntaram se acreditava na próxima reabertura do Congresso, que, menino, em sua terra natal, ouviu uma discussão sôbre o fim do mundo, se o mundo ia acabar ou não ia acabar. Esgotados os argumentos de parte a parte, sem que houvesse acôrdo, decidiram pedir a opinião de uma das pessoas mais importantes do lugar: o prêto Tiferes, que tinha sido soldado na Guerra do Paraguai. Tiferes ouviu os argumentos de ambos os lados, pesou, mediu e resolveu conciliatòriamente, de maneira a resguardar seu prestígio junto aos dois partidos: "Fim do mundo vai haver, mas para muito longe."

O bôca de ouro

O Deputado Último de Carvalho assim saudava ontem seu colega Clóvis Stenzel, que defende, como revolucionário, a imediata reabertura do Congresso: "Crisóstomo, bôca de ouro. Êle fala por todos nós."

Bonifácio chegou

Contrariando a previsão do seu gabinete, chegou ontem a Brasília o presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio. Êle insiste em dizer que não se pode falar em reabertura do Congresso sem que se façam previamente leis que justifiquem o ato da Revolução de pôr o Congresso em recesso.

Desmentiu o Sr. José Bonifácio que houvesse qualquer proibição de circulação do Diário do Congresso. O jornal não está saindo por motivos óbvios: falta de matéria. Nos recessos a tradição é publicar os atos administrativos da Câmara e do Senado no Diário Oficial.

Carlos Castello Branco

Gama e Silva diz que vai rever Lei de Imprensa para evitar o sensacionalismo

Curitiba (Do enviado especial) — Numa conversa com autoridades neste Estado, o Ministro da Justiça anunciou que vai regulamentar a lei que institui normas éticas e censura para a imprensa, com o objetivo de evitar o sensacionalismo na imprensa, inclusive o excesso de erotismo.

O Ministro considera "inadmissível a gente comprar um jornal e ver um cadáver de criança com uma faca enterrada, em destaque, na primeira página do jornal." Disse que "êste tipo de imprensa vai acabar, porque fere o espírito ético, não devendo ter circulação nos lares e nem ser visto por crianças."

DUAS HORAS NO DPF

Em companhia do Secretário de Interior e Justiça, Sr. Matos Leão, o Ministro permaneceu cêrca de duas horas na delegacia regional do Departamento de Polícia Federal, mantendo contato com os coronéis Valdemar Blanco e Dalmo Boson, o primeiro delegado do DPF neste Estado. Vários processos foram apresentados ao Sr. Gama e Silva e solicitada autorização para que os órgãos regionais do Departamento de Polícia Federal façam apreensões de livros e revistas enquadrados na legislação vigente.

O Ministro da Justiça considera normal que se vendam certos livros em livrarias especializadas, não havendo nenhum mal nisso, pois até "é bom que se conheçam tôdas as ideologias da extrema esquerda, assim como as da extrema direita."

— O mal — acrescentou — é querer fazer doutrinação marxista ou então levar à prática essas ideologias.

CGI institui subcomissão em Goiás e notifica indiciados

A Comissão Geral de Investigações instituiu, em sua reunião de ontem, subcomissão no Estado de Goiás, presidida pelo tenente-coronel da reserva Eurides Curvo e integrada também pelos Srs. Joaquim Francisco de Matos e Osvaldo Tibúrcio da Silva.

A CGI resolveu, também, expedir novas notificações a indiciados em processos já apreciados para que, dentro de oito dias, apresentem defesa preliminar. A Comissão remeteu ontem diversos processos a fim de serem apreciados pelas subcomissões estaduais.

A REUNIAO

A reunião de ontem não foi presidida pelo Ministro da Justiça, Sr. Gama e Silva, porque êle só retornou de Curitiba à noite.

Esta é a segunda vez que a CGI notifica indiciados em processos de enriquecimento ilícito. Segundo se informou ontem, as primeiras respostas à notificações e que apresentam a defesa preliminar de indiciados já estão de posse da CGI.

Essas notificações foram feitas duas semanas atrás e, segundo a lei que criou a Comissão, os indiciados têm oito dias para apresentar sua defesa.

De posse das provas de defesa das pessoas envolvidas em processos, um dos membros da CGI deverá reexaminar o processo, juntamente com as provas, e depois submetê-lo em reunião plenária para a apreciação final. Nessa reunião a CGI decide pela aprovação ou não do confisco dos bens relacionados no processo; em caso positivo, submeterá o processo à apreciação do Presidente da República.

DUAS COMISSÕES

Niterói (Sucursal) — Já estão funcionando paralelamente no Estado do Rio, uma Subcomissão-geral de Investigações, presidida pelo General Atratino Côrtes Coutinho, e uma Comissão de Investigações Sumárias, criada pelo Govêrno fluminense para levantar atos de corrupção e subversão.

A Sub-CGI do Ministério da Justiça é integrada ainda pelo delegado de polícia José Silva e pelo promootr público Ivã Anatocles, devendo se reunir em dependências da Secretaria de Segurança. A CIS estadual começou a funcionar na Escola de Oficiais da Polícia Militar.

ATRIBUIÇÕES

Com podêres amplos, a Sub-CGI terá atribuições para apurar e encaminhar ao Conselho de Segurança Nacional, provas sôbre corrupção e subversão nos Podêres Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio. Seu presidente tem podêres, inclusive, para decretar, por 90 dias, a prisão de indiciados.

A CIS estadual atuará apenas na área do funcionalismo fluminense, como uma espécie de órgão auxiliar da sub-CGI. Seu presidente é o procurador estadual, Sr. Leônidas Cardoso de Meneses. Ambas as comissões só aceitarão denúncias que tenham identificação de seus autores.

Tribunal pede intervenção em município

Recife (Sucursal) — O Tribunal de Contas de Pernambuco recomendou ontem ao Governador Nilo Coelho que peça ao Ministro Gama e Silva intervenção federal no Município de Ipubi, cujo prefeito, João Zacarias de Oliveira, avançou no dinheiro público.

O prefeito é acusado de ter-se apropriado, só em 1968, de NCr$ 48 mil. O presidente do Tribunal de Contas, Sr. Orlando Morais, solicitou a providência ao Governador, depois de comunicar os fatos ao Tribunal de Contas da União, Câmara de Ipubi e Procuradoria Geral do Estado.

DENÚNCIAS

A Procuradoria deverá instaurar ação penal contra o Sr. João Zacarias de Oliveira. O processo originou-se de denúncias chegadas ao Tribunal, que constatou a sua procedência. Até ontem o Governador Nilo Coelho não examinara o assunto, mas é certo que atenderá ao pedido do Tribunal de Contas.

DECISÃO PRÓXIMA

Pôrto Alegre (Sucursal) — Até o dia 1 de abril a sorte do Tribunal de Contas desta capital será conhecida através de esclarecimentos do Ministro Gama e Silva, relativamente à aplicação do Ato Complementar 44, sôbre receita tributária.

No caso de Pôrto Alegre, pairam duas dúvidas: se sua receita tributária abrange ou não a receita industrial do Departamento Municipal de Águas e Esgotos, e se, do limite de despesa com pessoal, fixado pelo Ato, em 50% da despesa orçamentária, pode ser deduzido o gasto com pessoal inativo — o que impediria a extinção do Tribunal de Contas.

Faraco crê no retôrno do Congresso

Brasília (Sucursal) — O Deputado Daniel Faraco entende que "o Congresso vai reabrir-se porque isso está na lógica dos acontecimentos."

— Vai voltar, volta sim — dizia ontem o Ministro da Indústria e do Comércio do Govêrno Castelo Branco, sem se arriscar, no entanto, a fazer previsão quanto à época em que seria levantado o recesso.

COMPROMISSO DEMOCRÁTICO

Observa o Sr. Faraco que a Revolução tem, desde a sua origem, um "compromisso democrático, no sentido da preservação das instituições representativas." A Revolução, salienta, teve de usar instrumentos enérgicos para combater a inflação e implantar a ordem, a fim de que o desenvolvimento possa processar-se. Mas no uso dêsses instrumentos, ainda que eventualmente haja interrompido o funcionamento da representação, não a negou nem a destruiu.

— O funcionamento do Congresso está na lógica da Revolução — insiste o Sr. Daniel Faraco.

Câmara de São Paulo quer móveis

São Paulo (Sucursal) — O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador José Maria Marin, anunciou a abertura de concorrências públicas para a compra de móveis para o nôvo prédio do Legislativo, que deverá estar funcionando no dia 9 de julho.

Do total de NCr$ 6 milhões destinados pela prefeitura para essa finalidade, foram liberados NCr$ 2 milhões, que a mesa pretende gastar "só em mercadorias boas, à altura do nôvo prédio, porém pagando seu valor real."

COLABORAÇÃO

Para isso, solicitaram a colaboração da FIESP e da Associação Comercial, "a fim de que o menor industrial ou comerciante que exista em São Paulo e no Brasil tome conhecimento das concorrências."

Além disso, será pedida a colaboração de técnicos e especialistas — "sem ônus para a Câmara" — no exame da qualidade e do valor de móveis e tapêtes. O Sr. José Maria Marin acredita que NCr$ 4 milhões bastarão para mobiliar a Câmara.

Maluf e Faria Lima se reúnem

São Paulo (Sucursal) — O Brigadeiro Faria Lima e o Sr. Paulo Salim Maluf, futuro prefeito de São Paulo, almoçaram ontem, na residência dêste, em companhia do atual Secretário de Obras da Prefeitura, Sr. José Meiches, e do futuro Secretário de Educação, Sr. Paulo Tolle.

Após o almôço — de pratos típicos sírios — o atual prefeito e seu sucessor reuniram-se a portas fechadas durante cêrca de cinco minutos. No Palácio Bandeirantes comentou-se que talvez tenha sido discutida a cerimônia de transmissão do cargo, que seria realizada na sede do Govêrno estadual, e não na Prefeitura, como ocorre tradicionalmente.

A FACE DA DOR

Candidato a motorista dos ônibus da cidade, êle foi vacinado ontem e mostrou tôda a sua dor numa careta

Curso para motorista de coletivos examina 900 dos seus 3 000 inscritos

Novecentos dos três mil motoristas inscritos no curso para auxiliar de transporte foram ontem, no Estádio Mário Filho, submetidos à vacinação contra varíola e tétano e deverão passar por exames médico e psicotécnico e frequentar aulas de Relações Humanas, Regras de Trânsito e Responsabilidade Civil.

Agrupados em filas, frente ao portão principal do Maracanã, os motoristas eram atendidos por quatro enfermeiros da Suseme, supervisionados pelo chefe do Serviço Médico do Bureau de Transportes Coletivos, Dr. Álvaro Barros, e por um funcionário do BTC que dava informações sôbre os papéis necessários ao exame de habilitação de auxiliar de transporte.

COMO FOI

Segundo o Dr. Álvaro Barroso, o curso intensivo, promovido pelo Bureau de Transportes Coletivos, foi criado apenas para "orientar o pessoal que quer ser motorista de ônibus e que era impedido de ocupar o lugar apenas porque não tinha dois anos de profissão, segundo exigência do próprio organismo."

— Quando foi divulgado que um exame de habilitação, após exames clínicos e psicotécnicos, tornaria sem efeito aquela portaria — contou o Dr. Álvaro Barros — houve uma verdadeira correria ao Sindicato dos Motoristas. Todos queriam fazer o exame e, em vista disso, o BTC decidiu tomar a iniciativa de realizar um curso e dar condições a todos os interessados.

Dos três mil inscritos, 900 foram chamados para iniciar o curso: foram vacinados contra o tétano e varíola e tiveram conhecimento de que precisam de uma fôlha corrida, um atestado de bons antecedentes e de se submeterem a exame clínico completo, inclusive de vista, para serem aceitos no curso.

Aos motoristas que não têm documentos, o BTC providenciou a presença de um funcionário do Instituto Félix Pacheco.

RECLAMAÇÕES

Desde as 7 horas nas filas de vacinação, os motoristas, sem camisa, reclamavam não só o sol forte como a picada dos injetores de vacina.

— Eu prefiro ficar para o final, mas ser vacinado por aquêle enfermeiro é que não vou — dizia um motorista de táxi, que há seis anos trabalha na cidade. Segundo os motoristas, as três enfermeiras que se revezaram na vacinação contra varíola "eram mais delicadas que o enfermeiro, que parece querer quebrar o braço da gente."

Mas grande foi o interêsse que o curso provocou, motivado, segundo alguns motoristas, pelo salário que é pago ao motorista do coletivo: — A gente vai receber quase NCr$ 400,00 por mês — disse Guilherme, de 23 anos e motorista de táxi há dois anos. E se a emprêsa é boa, reconhece o esfôrço do empregado e ainda dá grogetas.

Para outros, o curso "vai dar emprêgo para muita gente que está parada." Anuncia-se, porém, que 48% dos ônibus da CTC estão parados por falta de motoristas e 40% da rêde particular também enfrenta o mesmo problema.

Juizado promete punir menor que falsifica carteira para ir ao Maracanã e a cinemas

Os estudantes cariocas de idade entre 10 e 14 anos estão utilizando um truque já descoberto pelo Juizado de Menores. Êles usam duas carteiras: uma que permita entrar como menor nos jogos de futebol no Maracanã e a outra para assistir a filmes proibidos.

O Juizado afirmou que recolherá as carteiras falsificadas e, em caso de reincidência, internará o menor num estabelecimento de reeducação. Comissários de menores, como acontece todos os anos no período de início de aulas, percorreram ontem as ruas, cinemas e parques da cidade, a fim de verificar se os estudantes estão indo realmente às aulas.

VIGILANCIA

Segundo o Juiz de Menores, Sr. Alírio Cavaliere, os estudantes encontrados em locais de diversão durante o período das aulas serão recambiados à escola ou encaminhados aos responsáveis, a não ser que comprovem que não estão em horário de colégio.

— A vigilância se faz com a maior intensidade possível nesta época do ano, quando alguns menores preferem prosseguir as férias, fazendo gazeta nos parques e jardins da cidade — acrescentou o Sr. Alírio Cavaliere.

Desde que começou a apreensão de menores em abril de 1961, o Juizado de Menores já deteve 12 722 crianças pelas ruas. Do total, 9 155 foram encaminhadas aos respectivos responsáveis, 1 176 internadas para reeducação, 1 906 recambiadas à escola, 530 reinternadas e 617 se evadiram. Dêsse número, 11 240 são meninos e 1 842 meninas.

Quanto ao local de origem, 3 891 dos menores são do Estado do Rio, 569 de outros Estados, 3 de outros países e o restante dos diversos bairros cariocas. Êste mês, o Juizado apreendeu 496 menores, perfazendo uma média de 27 casos diários.

Buracos atrapalham tráfego na Visconde de Niterói e o alargamento não sai agora

Os buracos da Avenida Visconde de Niterói continuam tumultuando o tráfego. Assim como o alargamento prometido há meses pela Sursan, não se espera uma solução a curto prazo para o problema.

A principal dificuldade está no início da avenida, onde as obras estão paradas porque a Sursan não conseguiu acôrdo com a Central do Brasil, proprietária de diversos terrenos naquele local, inclusive o que se situa em frente ao Centro Pedagógico Osvaldo Cruz, que é todo esburacado. Ali, os carros são obrigados a passar por dentro de um pôsto de gasolina, rente a uma bomba, o que poderá provocar acidentes.

OBSTRUÇAO

Há dias, o acesso da Rua São Francisco Xavier à Visconde de Niterói, através da ponte de Mangueira, foi interrompido para obras, causando confusão: a interdição obriga os motoristas a darem uma volta bem longa para atingir Mangueira.

O Departamento de Obras informa que uma faixa de terreno pertencente à Central do Brasil deverá ser desapropriada pela Sursan, para ampliar as pistas e retirar do local as bombas do pôsto de gasolina.

Acrescenta que foram modificados os planos para a Visconde de Niterói. Suas obras só deverão ser concluídas quando a avenida fôr integrada no futuro viaduto de Mangueira, com dois pavimentos, que deverá atravessar as linhas da Central do Brasil, nas proximidades da atual ponte de Mangueira.

Prever tempo ficará mais fácil brevemente, afirma diretor da Meteorologia

O Ministério da Agricultura está concluindo uma rêde de telecomunicações que possibilitará ao Escritório de Meteorologia, segundo seu diretor, coronel Roberto Venerando Pereira, prever com quatro dias de antecedência o tempo nas regiões agrícolas.

A rêde de telecomunicações faz parte de um plano global de reequipamento dos serviços meteorológicos, que contará nos próximos anos com estações de radar em sete cidades brasileiras, além da estação receptora de imagens mandadas por satélites.

TELECOMUNICAÇÕES

Já foram investidos na rêde de telecomunicações cêrca de NCr$ 1 milhão, com a instalação em Belém, Cuiabá, Pôrto Alegre, Recife e Rio de Janeiro de estações subcoletoras, destinadas a receber as mensagens de várias estações, que serão enviadas ao Centro Regional de Brasília. Êste Centro funcionará como subcoletor regional da América do Sul e transmissor de informações para outros países.

Em entrevista coletiva, o diretor do Escritório de Meteorologia do Ministério da Agricultura afirmou ontem que a previsão quase absoluta do tempo será possível com a rêde de radar em instalação entre Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Guanabara e Pôrto Alegre, na qual serão gastos inicialmente NCr$ 4 milhões.

O atual deficit de estações e postos meteorológicos será coberto até 1970, com a instalação de 79 novas estações neste ano e 88 no ano que vem. Em 1968, foram montadas 38.

SATÉLITES

Aumentando o número de observações disponíveis e aperfeiçoando as previsões a médio e longo prazo, o Escritório de Meteorologia instalou uma estação receptora de imagens transmitidas por satélites meteorológicos, comprada nos Estados Unidos por NCr$ 128 mil.

Essas imagens permitem a observação, de cima para baixo, da nebulosidade e do tipo de nuvem, tornando possível acompanhar o comportamento do tempo, em terra e no oceano, fora do alcance das estações terrestres.

Os dados dos satélites darão condições para perfeitas previsões a médio e longo prazo porque as fotografias enviadas são superpostas aos mapas com observações de superfície e em altitude.

TREINAMENTO

A instalação dêsses modernos equipamentos exigiu a formação de pessoal especializado, o que vem sendo feito através de um investimento anual de NCr$ 7 mil por aluno.

O Curso Superior de Meteorologia é subordinado ao Instituto de Geociências e tem duração de quatro anos. O curso médio funciona na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, também com duração de quatro anos.

Parques nega abandono da Baden Powell

Após negar que a Praça Baden Powell, no Russel, esteja abandonada, "há até um guarda", o diretor do Departamento de Parques, Sr. Gildo Borges, explicou que a conservação do local é difícil, "pois a praça foi destinada por lei para o acampamento e prática de esporte dos escoteiros."

Da mesma forma, acha impossível manter limpo o monumento a São Sebastião, localizado na praça: "Às segundas e sextas-feiras, principalmente, os devotos do santo acendem grande número de velas e deixam o lugar cheio de detritos."

CONSERVAÇAO

O Departamento de Parques, segundo o diretor, conta com 1 300 homens. Nos principais jardins, a conservação é realizada por emprêsas particulares. A maior parte do policiamento das praças cariocas é feito por guardas do Departamento. A Guarda Noturna zela pelo Passeio Público, Parque Guinle, Quinta da Boa Vista, Campo de Santana, Parque do Flamengo e Parque Ari Barroso.

JORNAL DO BRASIL

Rio, 28 de março de 1969

Diretor-Presidente: C. Pereira Carneiro

Diretores: M. F. do Nascimento Brito, José Sette Câmara

Editor-Chefe: Alberto Dines

Carta do leitor

Defesa do Congresso

"Depois de publicado o Ato Institucional n.º 5, continuou o Congresso a ser vítima de outras críticas injustas e imerecidas. A primeira que surgiu foi publicada no dia 18 ou 19 de dezembro (se me não falha a memória). E consistia nessa leviandade: "a despesa com o Congresso atinge quase um trilhão de cruzeiros" (antigos). Se o colunista quis dizer: de 1958 a 1968 (em dezoito anos), talvez tenha acertado. Porém, se desejou referir-se apenas ao ano de 1968, errou que foi uma vergonha. Errou mesmo. Errou muito. Mal informado, mentiu a seus numerosos leitores. Fracassou na manifestação da sua vontade de indispor o Congresso com a opinião pública.

O Presidente Costa e Silva e os ilustres cidadãos que compõem o seu Ministério sabem que esta é uma das muitas calúnias que pesam sôbre o Congresso. E o Povo Brasileiro, por todos os meios de divulgação, precisa saber que:

1 — Para 1968 (segundo se lê no Suplemento ao n.º 239 do Diário Oficial de 18 de dezembro de 1967), a Despesa da União foi fixada em 13 bilhões, 590 milhões, 726 mil e 118 cruzeiros novos. E a despesa da Câmara dos Deputados foi fixada em 85 milhões e 701 mil cruzeiros novos (ou seja: 0,63% da Despesa da União). A despesa do Senado foi fixada em 42 milhões, 955 mil cruzeiros novos (ou seja: 0,31% da Despesa da União).

No caso de a população do Brasil ter sido de 90 milhões de habitantes em 1968, cada brasileiro contribuiu sòmente com um cruzeiro nôvo e quarenta e três centavos para manter o Congresso funcionando, no ano passado. Convém repetir: NCr$ 1,43. Um maço de cigarros vale mais do que isto. Eis a grande contribuição de cada brasileiro para manter, em 1968, o Poder Legislativo da República Federativa do Brasil. Poder que caracteriza o regime democrático entre nós e em qualquer outro país civilizado do mundo.

2 — Para 1969 (segundo se lê no Suplemento ao n.º 246 do Diário Oficial de 20 de dezembro de 1968), a Despesa da União foi fixada em 16 bilhões, 332 milhões, 698 mil e cem cruzeiros novos. A despesa da Câmara dos Deputados foi fixada em 106 milhões e 23 mil cruzeiros novos (ou seja: 0,69% da Despesa da União). E a despesa do Senado, em 71 milhões 359 mil cruzeiros novos (ou seja: 0,43% da Despesa da União).

Se considerarmos que o Brasil ainda tem, hoje, sòmente 90 milhões de habitantes, cada brasileiro contribuirá apenas com um cruzeiro nôvo e noventa e sete centavos para custear a democracia no Brasil, neste ano de 1969. Possivelmente com menos, visto que o Congresso continua em recesso. E cada congressista está recebendo, mensalmente, só NCr$... 1 200,00 (subsídio fixo).

3 — Devo salientar que o Congresso (Câmara e Senado) tem mais de dois mil funcionários para a execução de diversos serviços em muitas repartições: portaria, garagem, elevadores, eletricidade, policiamento interno, limpeza geral, contabilidade, enfermagem, assistência médica, taquigrafia, arquivo, divulgação, almoxarifado, comissões técnicas, gabinetes e secretaria de líderes de Partidos e de todos os membros da Mesa, Diretorias do Patrimônio, do Pessoal, de Comunicações, da Biblioteca (com nove seções diferentes) etc. etc.

Há que notar que as mencionadas importâncias para as despesas fixas da Câmara (em 1968) não foram aumentadas com aberturas de créditos especiais. E que elas ainda foram bastantes para a execução de muitas obras no prédio que é sede dessa Casa do Congresso.

4 — Considerados como formando "a classe política", os deputados e senadores têm aguentado com muitas censuras e catilinárias. Em uma democracia, sòmente há uma classe: o povo de que emana todo o poder que, em seu nome, é exercido, conforme se lê no Parágrafo 1.º do Art. 1.º da Constituição do Brasil. A classe política é, pois, formada pelo povo.

Se admitirmos que os deputados e senadores formam mesmo essa Classe Política teremos que admitir que essa Classe mereça o máximo respeito. Pois, é muito importante, visto que, para pertencer a ela, muita gente boa disputa a preferência do eleitorado, nas urnas das eleições. E, no meio dessa gente, vamos encontrar ex-Governadores, ex-Ministros e ex-Secretários de Estado, sacerdotes católicos e pastores protestantes, catedráticos de Universidades, diretores de grandes bancos, industriais, médicos e engenheiros e juristas famosos, literatos e economistas, operários de invejável prestígio entre seus companheiros de trabalho. E ainda militares que honram as Fôrças Armadas. Seja dito de passagem que, nesta Legislatura, na Câmara dos Deputados estão dois marechais, três generais, um almirante, um brigadeiro, quatro coronéis do Exército (um, dêles é o atual Ministro do Interior, depois de haver sido ministro das Minas e Energia) e três coronéis de Polícias Militares. No Senado, também, há bom número de militares dignificando a Representação que lhes foi confiada (um dêles é o atual Ministro do Trabalho).

Repito: essa Classe Política é mesmo muito importante. Pois, em grande parte, os elementos que a compõem, são Agentes Promotores do Bem Comum, conforme podem atestar as comunidades dos Estados de onde procedem e conforme podem testemunhar os eleitores que, em diversas regiões, confiaram nêles, reelegendo muitos para as cadeiras que ocupam com dignidade e honradez. Assim nos seus trabalhos como nas suas deliberações, se, muitas vêzes, o Congresso é apresentado nos seus aspectos negativos, porque não destacar os seus aspectos positivos, enumerando os grandes e bons serviços já prestados, por êle, ao Brasil?

O Congresso, que representa o Poder Legislativo da República, não merece ser condenado por causa dos erros de alguns ou de muitos Deputados e Senadores.

Pedro M. Vidigal — Câmara dos Deputados — Brasília."

Estabilidade e Inflação

Do ponto-de-vista da luta prioritária contra a inflação, o Presidente da República considerou o resultado de 1968 uma derrota para o Govêrno. A afirmativa presidencial foi feita quando recebia um grupo de dirigentes sindicais paranaenses e ressaltou que preferiu afrouxar a severidade do programa antiinflacionário, para devolver aos salários uma parcela maior de poder aquisitivo, reduzido no auge da batalha. Mas ressaltou implìcitamente o sentido prioritário que a inflação continua a merecer no quadro dos problemas nacionais. "É o nosso maior mal", afirmou o Marechal Costa e Silva, que lembrou aos dirigentes das entidades de classe que, enquanto existir inflação, não haverá salários justos, pois a desvalorização da moeda reduz o poder aquisitivo dos ganhos.

A inflação continua na ordem do dia nacional, a despeito dos resultados auspiciosos que coroaram o esfôrço para contê-la, desde 64. Não foi fácil nem agradável, tanto para os que se submeteram como para os que executaram o programa saneador, obter algum contrôle sôbre a aceleração que depauperava a moeda nacional. A freada no primeiro ano e as estatísticas que se repetiram a cada dois anos, consolidando o progresso da cura, têm na continuidade o seu maior mérito, mas o que foi conseguido ainda não é bastante.

Por isso, 1969 reúne temores em relação a essa fonte de desorganização na economia do país, nos programas governamentais e nas atividades privadas, sem falar nos reflexos individuais que a inflação acarreta. Para êste ano, o país espera um nôvo avanço no terreno, para acuar a inflação em níveis menores, a fim de que talvez no próximo ano lhe seja desferido o golpe de misericórdia. Tanto melhor que o Presidente da República mantenha o ponto-de-vista prioritário no combate à inflação, pois a maior fonte de desvalorização monetária continua a ser o excesso de despesas governamentais. A revisão do programa orçamentário foi um passo, mas ainda não é tudo.

Quanto aos aspectos que situam o problema, além do tratamento técnico, é oportuno lembrar que a normalidade política também contribui para os resultados da luta contra a inflação. No passado, além da decisão de arredondar os salários, achatados anteriormente pelo tratamento técnico, não há como desconhecer a ponderável contribuição da instabilidade política, prolongada pela maior parte do tempo, como uma componente da derrota referida pelo Presidente da República. O contraste com o ano de 67, quando o resultado financeiro foi excelente, serve para ressaltar como indispensável a normalidade política, de que o ano anterior foi exemplo edificante.

Para êste aspecto deve o Govêrno voltar também sua atenção, particularmente depois que vozes autorizadas e com responsabilidade nas decisões reafirmam o retôrno à normalidade política. Na medida que o Brasil se reaproximar da normalidade poderá se distanciar da inflação, cuja voracidade se alimenta da instabilidade política.

Progresso a Nivelar

Mesmo nos limites modestos da América do Sul, o Brasil, do ponto-de-vista da renda *per capita*, ocupa o sexto lugar, com 379 dólares. Acima de nós estão, na ordem ascendente, o Peru, o Chile, o Uruguai, Venezuela e Argentina, país onde a renda média *per capita* é de 950 dólares. O cálculo é feito pela CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina, que funciona nos quadros das Nações Unidas.

Para um país como o Brasil, que um dia há de assumir a plena importância a que está votado pela sua extensão territorial e pela sua população, não interessa saber que países têm renda *per capita* inferior à sua. Um sexto lugar na América do Sul dá matéria de sobra para reflexão e para que criemos nôvo ânimo construtivo.

No entanto, é preciso notar, contra o fundo cinzento da estatística severa, que o cálculo dessa renda média não dá o exato retrato econômico do Brasil. O Centro-Sul do país já tem índices econômicos comparáveis aos da Europa Ocidental. Nosso problema, portanto, é o do desequilíbrio de desenvolvimento e não o de um nível geral baixo. Por outras palavras, o império que temos a desenvolver está dentro de nossas fronteiras, e já possuímos, também dentro das fronteiras do Brasil, os meios de cuidar do desenvolvimento geral.

Não se diga, também, que o país não tem consciência do problema representado pela desigualdade do seu progresso. A interiorização da capital federal foi um passo firme nessa direção. A aplicação de recursos do impôsto de renda na vitalização econômica do Nordeste e da Amazônia é outro passo.

O grande esquecimento, a persistente distração que ainda não chegou a multiplicar o esfôrço brasileiro de desenvolvimento reside nesta nacional inapetência de resolver o problema da educação. Um dia chegaremos à total alfabetização do povo. Mas a não ser em ritmo de fervoroso trabalho, levaremos ainda vários decênios. Educação não é uma benfazeja mágica, ensinar um povo a ler e escrever não é retirá-lo das feias estatísticas que nos colocam entre os países ignorantes. Ela é a alavanca do desenvolvimento, ela possibilita o ensino e aplicação das novas técnicas, só ela pode elevar, insensível e naturalmente, a renda média *per capita*. É incrível que só o menor Estado do Brasil, a Guanabara, tenha até hoje conseguido implantar, durante um breve período, a obrigatoriedade escolar.

Outros países, faltos de terras, de gente, de recursos podem não saber sequer que inimigo têm a combater. O nosso é antigo, íntimo. Um surto educacional em todos os níveis transformará, em pouco tempo, o Brasil inteiro num Centro-Sul, e depois no grande país até hoje adiado.

Verdade Mineira

A verdade, ainda que tardia. Um grupo de jovens economistas mineiros, responsáveis em parte pelo *Diagnóstico da Economia Mineira*, divulgado pelo Govêrno de Minas Gerais, resolveu destroçar os mitos da legendária riqueza do Estado. O velho desabafo ufanista de que "Minas é um coração de ouro num peito de ferro", não passa, segundo êsses jovens estudiosos, de uma balela. O grupo, já rotulado como "Os Profetas da Catástrofe" pela gente mineira, ainda atordoada com a exposição ao sol claro da verdade de suas debilidades, fraquezas e mazelas, decidiu fazer essa autocrítica severa da economia estadual, uma espécie de psicanálise econômica, para extirpar da alma de seus conterrâneos um complexo de riqueza, incompatível com a realidade dos fatos e provàvelmente principal fonte da estagnação econômica do grande Estado. É a tarefa corajosa e dura a dêsses jovens profetas arrancar raízes que remontam à colônia, quando desciam das Minas Gerais o ouro que sobrava até para as ferraduras dos cavalos de uma comitiva real portuguêsa que foi de visita ao Papa e os brilhantes que adornavam a corôa lusitana e as belas damas da Côrte de Lisboa.

A verdade é que Minas Gerais é hoje um gigante esfarrapado e esquecido — dentro da modôrra de seus sonhos de grandeza — em todos os planos nacionais ou regionais de desenvolvimento. Abandonado a seus próprios recursos, o Estado vegeta, amarrado a uma economia obsoleta e sem agressividade. O instituto da herança levou a propriedade rural a um sistema de minifúndios que mal basta para a agricultura de subsistência. A pecuária, de antigas tradições em Minas Gerais, entrou em declínio e está em pleno processo de antropofagia, com a destruição sistemática das matrizes. A industrialização não acompanhou o ritmo do processo de desenvolvimento de São Paulo. As poucas iniciativas bem sucedidas continuaram a utilizar métodos tradicionais e anacrônicos de produção, gerência e vendas. A própria Usiminas tem mais um sentido de símbolo de um falso poderio industrial, por isto que a indústria siderúrgica, segundo a opinião dos economistas, não gera desenvolvimento local, sendo os seus produtos de consumo da grande indústria de São Paulo. Foi a mesma coisa que ocorreu com Volta Redonda, que pouco contribuiu para o progresso do Estado do Rio de Janeiro. A própria Cemig, que realizou o milagre da revolução energética de Minas Gerais, é acusada pelos jovens economistas de ter vindo tarde demais.

O trabalho dos "Profetas da Catástrofe" tem grande valor, não como uma jeremiada lamurienta e desalentadora, mas como um brado de alerta que poderá acordar Minas Gerais do seu embalo de falsa riqueza e atrair a atenção do Govêrno federal e dos órgãos financeiros nacionais para as suas necessidades. Se Minas está longe de ser um Eldorado cercado de montanhas, é inegável que tem ainda, graças à sua enorme extensão territorial, abarcando as excelentes terras do sul e da Zona da Mata, graças à sua população, a segunda do Brasil em importância, à sua situação geográfica, às suas disponibilidades de energia e às virtudes de poupança, de seriedade e de laboriosidade de seu povo, imensas perspectivas para um desenvolvimento econômico a curto prazo. Essa arrancada em direção ao poderio econômico, feito de realidades e não de lendas vazias, só seria possível com base numa análise realista e objetiva da economia mineira. É isso que os "Profetas da Catástrofe" oferecem hoje ao povo mineiro e ao Brasil, com o seu devastador retrato sem retoque da realidade econômica de Minas Gerais.

Coisas da Política

Visão crítica já permite esbôço de soluções novas

Num momento em que a margem de interêsse da opinião pública está diminuída, em decorrência do recesso político, vozes que traduzem experiência vivida em situações semelhantes do passado advertem para o engano fatal que seria confundir aceitação eventual de cassações de mandatos com apoio a formas não democráticas.

Até mesmo os que englobam, na sua crítica a costumes e políticos, a própria instituição parlamentar seriam fatalmente os primeiros a deplorar em arrependimento a liquidação das estruturas da democracia representativa, quando a persistência das falhas humanas se fizesse também sentir em outra situação institucional.

Esta advertência é de grande oportunidade, porque há também no mercado político uma sombra participante, disposta a tirar proveito das formas de insatisfação que possam eventualmente ser capitalizadas na luta contra o sistema democrático, cujas falhas e deficiências é objetivo do Govêrno corrigir, para melhorá-lo e assegurar-lhe viabilidade, e não destruí-lo.

Na linha dos aspectos que contribuem para aumentar o julgamento negativo do Congresso, por exemplo, se inclui o assessoramento parlamentar, que deve ser feito através de pessoal contratado particularmente pelo deputado ou senador interessado, mas às suas expensas, como nos Estados Unidos, ou então por meio de funcionários requisitados ao Executivo, para assessoramento das comissões técnicas. Estas são formas que impedem o empreguismo nefasto, que sempre representa aumento inútil de despesas do Congresso, sem atendimento satisfatório.

A experiência comprova que o assessoramento parlamentar não pode ser feito de forma burocratizada, com um quadro de servidores fixos e estáveis. É imprescindível ser um grupo flexível, dotado de flexibilidade de conhecimento e permanentemente atualizado. Caso contrário, em poucos anos o Legislativo se tornaria prisioneiro do quadro de assessôres, por sua vez acomodados em seus conhecimentos e dedicados com maior empenho à carreira através de cavação de prestígio.

A Câmara dispõe de uma excelente biblioteca, onde vasto material relativo ao estudo de todos êsses problemas constitui acervo valioso, numa compilação a que se dedicou o Sr. Bilac Pinto, quando na presidência da Casa. O material está à disposição dos que queiram procurar soluções altas e pertinentes para melhoria do Legislativo e sua indispensável dignificação.

Da mesma forma como há necessidade de reconhecer erros eventuais de figuras políticas ou de Fôrças Armadas, já que ninguém é imune às falhas que os homens costumam revelar, é imprescindível que reparos à atuação de militares ou políticos não se transformem em ataques às instituições militares nem às políticas. O ataque ou a crítica contundente a instituições só convém exatamente àqueles que as deslustrem. Daí porque o Brasil, em sua iniciação para a vida de Nação dominada pelo anseio de desenvolvimento, num mundo de responsabilidades interdependentes, tem necessidade de emancipar-se dos personalismos, que tendem apenas a favorecer a confusão entre pessoa e instituição.

Há entre os chefes militares e na oficialidade o desejo de ver o Brasil reencontrar-se com suas melhores e mais eficientes soluções institucionais, compatibilizando democracia e desenvolvimento em têrmos inseparáveis, a fim de processar-se o desengajamento político das Fôrças Armadas, cuja missão institucional a preserva na posição de árbitro do regime e seu defensor acima das facções e tendências.

Como poder moderador as Fôrças Armadas se reservam para intervir de forma salutar, sempre que necessário, a fim de impor as correções necessárias, sem se desviar da missão constitucional e sem arcar com o pêso dos desgastes inúteis. E quem pode o mais — é um princípio — pode o menos.

Para realizar a missão de segurança nacional, as Fôrças Armadas não podem prescindir do apoio de opinião pública e da confiança indistinta de todos. Na medida em que se preservar da ação corrosiva da política, as Fôrças Armadas se credenciam para missões mais altas e permanentes.

Uma visão ideal, nem por isso irreal, como poderia parecer à primeira vista, preconizaria como a mais condizente com as necessidades de reduzir distâncias e incompreensões, uma solução política civil na futura sucessão presidencial.

Ainda que existam riscos, não há como recusar que, através de uma série de providências, seria possível e desejável afastar do julgamento da opinião pública qualquer preconceito relativo à participação das Fôrças Armadas no processo político. Há meios de conseguir a segurança em que o país poderia tentar, com margem mínima de riscos, dar êste salto, de importância interna e externa irrecusável, a fim de consagrar a integração do ideal revolucionário de 64.

A caminho da Páscoa

Tristão de Athayde

Êste tempo de Quaresma que está por terminar se apresenta como a melhor escola para que o elemento formal na vida religiosa (que representamos pela letra E) prevaleça sôbre o elemento material (C).

O que vale, por exemplo, na vida religiosa não é o parecer, mas o ser. Não é o que se vê, mas o que se esconde. A Regra, o Rito, a Instituição, a Lei, tudo isso pertence ao aspecto material, à zona C da vida religiosa. Não são despiciendos, sem dúvida, como o corpo nunca o é em sua união com o espírito. Mas aí de nós se invertermos a ordem dos valôres e fizermos da rotina e da obediência passiva, da moral convencional e sobretudo da intolerância o regime de nossa vida espiritual. A verdadeira crise da vida religiosa contemporânea, de que tanto se fala, não é tanto a falta de Fé ou de obediência, como se diz, mas o prevalecimento da religião como um simples freio moral ou, pior ainda, como uma defesa do passado contra o futuro, do velho contra o nôvo e da ordem política e econômica instituída contra as transmutações sociais.

A reação que se vem operando recentemente contra a renovação religiosa que o pontificado de João XXIII e o Concílio vinham realizando é precisamente o resultado dessa inversão de valôres, segundo a qual o elemento instrumental da vida espiritual passa a ocupar o pôsto do elemento principal, que é o espírito de oração, de silêncio, de meditação, de humildade, de fraternidade, de respeito recíproco, de tolerância e compreensão do outro, que o fanatismo ignora e o farisaísmo condena. Todo êsse horror às mudanças, às inovações, ao profetismo, à ida ao povo, à participação dêste na liturgia, ao apostolado da Igreja pobre e serva em contraste com os privilégios e as distâncias de uma Igreja dos ricos e poderosos, tudo isso, em sua parte mais ampla, é fruto dessa inversão de valôres que coloca o Corpo acima do Espírito, o acessório no pôsto do principal.

Nossa preparação para a Páscoa, durante a Quaresma, devia ter sido exatamente no sentido de colocar cada coisa no seu lugar e restabelecer a hierarquia de valôres que cada um de nós se encarrega constantemente de inverter no curso de nossa vida cotidiana.

Pois a Fé tem de ser uma luta constante contra a Incredulidade, como a conservação dos valôres certos nos lugares certos, um esfôrço constante de nosso amor à Ordem. Pois esta, longe de ser a manutenção das coisas no estado em que se encontram, ou sua reposição num estado ultrapassado e irreversível, tanto no mundo sagrado como no profano — é uma inovação contínua, uma contínua criação de energias e de propósitos, no sentido de repor sempre as coisas do Espírito na sua supremacia sôbre as coisas do Corpo. Sem nunca desprezar a êste, como se bastassem o fervor espiritual e a pura liberdade de sentimentos para manter o equilíbrio racional e natural entre a Razão e a Fé, entre o sagrado e o profano, entre o eterno e o moderno. Mas, ao mesmo tempo, sem permitir que se restabeleça o reino do crê ou morre, do imobilismo como regra de verdade, da intolerância e do sarcasmo como métodos de apostolado.

Tôda nossa preparação quaresmal para a Páscoa devia ter sido orientada êste ano, como deverá sê-lo a cada ano litúrgico que passa, nesse sentido de verdadeira Ordem, que é o oposto, tanto na vida religiosa, como na vida social, do que Mounier chamava "a desordem estabelecida." Há uma desordem espiritual estabelecida, quando se faz da vida religiosa uma disciplina colegial ou uma defesa do capitalismo, do socialismo, do fascismo ou de qualquer espécie de *ismo* que pretenda colocar Deus a serviço dos homens e dos regimes, em vez de vivificar a êstes com o sôpro das verdades eternas. Verdades tão simples, tão humildes, tão pueris aos olhos dos homens importantes e cheios de si, que os levam a se tomar por árbitros do bem e do mal e a colocar a Impostura no trono do Amor.

Lan

— Você vê o que é o dinheiro, mais um torneio Rio—São Paulo que os paulistas ganham da gente.
— Que torneio?
— Assalto de banco...

Gente

II FIF

URHO KEKKONEN

O Presidente da Finlândia (à esquerda), acompanhado do Príncipe Bertil, da Suécia (à direita), pescou 16 trutas no dia da abertura da temporada. A pesca foi promovida pelo Sr. Göte Borgström, dono de uma fábrica de apetrechos de pesca junto ao rio Mörrum, no sul da Suécia

Marieta Severo

A mulher de Chico Buarque de Holanda continua internada em uma das mais famosas clínicas de Roma, esperando-se para qualquer momento o nascimento do primeiro filho do casal. Já está resolvido que o padrinho será Vinícius de Morais. Chico decidiu que, se nascer um homem, o nome será Pedro. Nem êle nem Marieta pensaram na possibilidade de ganharem uma menina.

A clínica é a mesma onde há pouco estêve a atriz Gina Lollobrigida, ferida em um desastre automobilístico.

Juan Barundieran

Comprador peruano, antes de voltar a Lima entrou em entendimentos com Chandler, diretor de *O Tesouro de Zapata*, para a realização de uma co-produção brasilo-peruana.

Mirelle Darc e Claudine Auger

Tiveram seus planos arruinados com a tempestade de anteontem à noite: foram para o Aeroporto Santos Dumont, a fim de embarcar para São Paulo, onde seriam entrevistadas no programa de Hebe Camargo. A chuva forçou o fechamento do aeroporto e o cancelamento de todos os vôos e a conseqüente permanência de ambas no Rio.

Arthur C. Clarke

Autor do livro e roteiro de *2001 — Uma Odisséia no Espaço* e um dos mais importantes autores no campo da ficção científica, receberá hoje, às 15 horas, o Monólito Negro, criação de Caio Mourão. O filme, dirigido por Stanley Kubrick, será exibido às 16 horas.

Fredeirick Pohl

Editor de *Galaxy*, revista de maior prestígio no campo da ficção científica. Desde os 16 anos lê, escreve e edita livros de ficção científica, tendo publicados mais de 25.

— A ficção científica é um espelho em que vemos o nosso mundo, nosso futuro e nós mesmos. É isto que ela tem de melhor. Ela nos mostra em nossos extremos.

Morineau

Atriz francesa, radicada há longos anos no Brasil, viajou a Paris sem estranhar a crise no teatro nacional, "pois é coisa muito antiga, por mim denunciada há 30 anos." Segundo Morineau, a única saída é a doutrinação artística da criança, "para despertar, ainda na escola, o interêsse pelo teatro."

Morineau vai descansar em Paris, para voltar em maio ao palco, "mas em dilema sôbre o que apresentar, porque não sabemos do que, realmente, o público de hoje mais gosta." Ela acha que o teatro brasileiro vem passando por tantas fases de choque que não se surpreenderia se tudo isso viesse a resultar na volta do teatro romântico, "o que eu adoraria."

Vladimir Uzelac

Responsável pela manutenção e segurança dos aviões da Braniff International que pousam no Brasil, está completando 20 anos de serviços prestados à companhia. Através do seu vice-presidente para a América do Sul, Sr. Charles S. South, a Braniff premiou-o com um distintivo.

Ana Maria

A Rainha da Grécia será mãe em outubro, pela terceira vez. A informação, dada em Roma, é do secretário do Rei Constantino. A última gravidez da Rainha foi interrompida por um abôrto, em dezembro. Ana Maria e Constantino são pais de Alexia, de quatro anos, e Paul, de dois.

Bruno Traven

O mistério da morte esclareceu o mistério da vida de "B. Traven", autor de *O Tesouro de Sierra Madre*, afinal identificado como Traven Torsvan, nascido em Chicago há 79 anos, filho de imigrantes escandinavos.

Jamais qualquer editôra conheceu pessoalmente "B. Traven", que apresentava seus textos por correio, incumbindo agentes de tratarem dos pormenores. Vítima de ataque cardíaco no México, Torsvan deixou 17 livros, cujos personagens eram gente simples, de emoções básicas.

Certa vez, um jornal mexicano disse que "B. Traven" era, na verdade, filho do Kaiser Guilherme, da Alemanha; em outras oportunidades, o escritor desconhecido foi apontado como um foragido da Justiça, um nobre arruinado e até mesmo como o ex-Presidente mexicano Adolfo López Mateos.

Os hóspedes da cidade

John Conally — Governador do Texas que se encontrava no carro em que o Presidente John F. Kennedy foi assassinado, em Dallas, está no Rio, em companhia de sua mulher, para participar do congresso de geofísicos no Hotel Glória.

H.E. Mueller e H. Martins — Ministros das Relações Exteriores e dos Transportes da África do Sul, chegaram anteontem ao Rio, a bordo do avião da South African Airlines que efetuou o vôo inaugural da nova linha. Viajaram ainda J.G. Blohn, diretor da Volkswagen; W.B. Coebser, presidente da Federal Meaning Ltd.; W.G. Slocum, diretor da General Motors; J.H. O'Brien, presidente da Chrysler; G.A.C. Heyer, diretor da Siemens; L. Waler, diretor da Shell; W. Beck, diretor da Mobil Oil, H. Groom, presidente da Câmara do Comércio; Du Toit, diretor da Aviação Civil; V. P. Steyn, secretário de Turismo, e Aletta Barnard, mulher do médico autor do primeiro transplante de coração do mundo.

G. Freeman e H. Lassen — Gerentes da Varig nos Estados Unidos e Alemanha, participam do Encontro Internacional de gerentes da Varig no Hotel Glória.

Frederick Wilde — diretor da Brahma em São Paulo, chegou ontem. Ficará até domingo no Hotel Trocadero;

Heis Bloch — De São Paulo, ficará alguns dias no Rio;

Erik Kreuger — diretor da Netumar, está no Hotel Trocadero desde ontem;

Arigo Domingues Falconi — Advogado paulista, está de passagem pelo Rio.

Salvador Gonzales de Cocio — Engenheiro da General Electric do México, chegou ontem de seu país para manter alguns contatos no Brasil.

Manfredi Wolf Calmanowitz — diretor da fábrica Imbra S.A., está no Hotel Lancaster desde ontem. Veio de São Paulo e ficará alguns dias no Rio.

Maria Cristina Carbonelli

Aluna da Escola Edmundo Lins, foi eleita em pleito difícil Coelhinho Símbolo da Páscoa para 1969, concurso patrocinado pelo Clube de Diretores Lojistas, entre crianças matriculadas nas escolas primárias do Estado. Maria Cristina é desembaraçada, alegre, canta, declama e dança, transmitindo muita simpatia na expressão dos seus oito anos.

Ministro alemão está no Rio

Ao desembarcar ontem no Rio, o Ministro de Pesquisas Científicas da República Federal da Alemanha, Sr. Gerhard Stoltenberg, afirmou que seu país não está interessado em ingressar no Clube Atômico, e, como o Brasil, é contrário ao Acôrdo de Não Proliferação das Armas Nucleares.

O Sr. Gerhard Stoltenberg encontra-se no Brasil desde a última têrça-feira, a fim de firmar um acôrdo de cooperação nuclear entre os dois países. Êle chegou de Belo Horizonte e hoje terá dois encontros com o Ministro Magalhães Pinto. Às 15 horas, dará entrevista à imprensa na ABI.

OBJETIVOS EM COMUM

Em seus contatos com autoridades brasileiras, o Ministro alemão discutirá a elaboração de um plano de atividades conjuntas no campo das pesquisas. Os dois países são contrários à posição norte-americana e soviética de não proliferação das armas nucleares.

Os Governos brasileiro e alemão acham que, com esta medida, os Estados Unidos e a União Soviética estão resguardando seus próprios interêsses, impedindo que os países em desenvolvimento alcancem um alto nível de exploração no setor.

Como resultado desta posição em comum, Brasil e Alemanha tentarão um programa unificado para pesquisas nucleares, incluindo intercâmbio de técnicos, utilização de matérias-primas e investimentos. O Ministro Gerhard Stoltenberg chegou a São Paulo na têrça-feira, dia em que visitou o Instituto de Energia Atômica. Depois estêve no Centro Técnico da Aeronáutica, em São José dos Campos, e no Instituto Técnico da Universidade de Brasília. Em Belo Horizonte almoçou com o Governador Israel Pinheiro, após visitar a Hidrelétrica de Três Marias.

RECEPÇÃO

No Itamarati, o representante do Ministro Magalhães Pinto, Embaixador Gurgel Valente, apresentou o Sr. Gerhard Stoltenberg às autoridades presentes, entre elas o Ministro Paulo Nogueira Batista; o chefe do gabinete do Ministério das Minas e Energia, Sr. Nélson Nacif; o diretor da Fundação Estudos do Mar, Almirante Moreira da Silva; o nôvo presidente da Petrobrás, Marechal Levi Cardoso e o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, General Uriel da Costa Ribeiro.

Na comitiva do Ministro alemão fazem parte dois representantes do Ministério de Pesquisas Científicas, o conselheiro de Ministério Hans Maunschild, o diretor do Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, professor Alfred Boettcher, e dois jornalistas especializados em economia e desenvolvimento.

O MAIS JOVEM

O Ministro Gerhard Stoltenberg, de 40 anos de idade, é filho de um pastor evangélico. É o mais môço dos Ministros de Estado da Alemanha. Aos 23 anos começou sua carreira política, como presidente de um grupo regional da Juventude Cristã Democrática. Três anos depois tornou-se deputado estaduais e passou a membro do Parlamento Federal aos 29 anos de idade.

Além de político é doutor em História, Filosofia, Ciências Econômicas e Sociais e catedrático na Escola Superior de Pedagogia, em Kiel.

Em 1965 foi escolhido para ser o primeiro diretor do Departamento Central de Política Econômica das Indústrias Krupp, cargo que só abandonou para assumir o Ministério de Pesquisas Científicas.

O Ministério, dirigido pelo Sr. Gerhard Stoltenberg é o que apresenta maior volume de planos a serem desenvolvidos pelo atual Govêrno alemão.

II Salão da Thompson é inaugurado

São Paulo (Sucursal) — A Walter Thompson Propaganda inaugurou ontem o seu II Salão de Pesquisas Visuais, onde funcionários da emprêsa expõem, para mostrar um lado diferente da vida dos integrantes da companhia.

Desde faxineiros até gerentes da Thompson participam da mostra com vários tipos de trabalhos, que se submeteram ao júri constituído pelos Srs. Geraldo Lemos, Wasley Lee, Aldo Bonadei, Nélson Leiner e Gerhard Whilda.

MUNDO QUADRADO

Um dos painéis mais interessantes do II Salão de Pesquisas Visuais é a apresentação de uma obra que demonstra tôda a revolta do criador, quando apresenta sua criação ao comprador da propaganda. O trabalho tem como fecho a seguinte frase: "e os portuguêses tinham razão, o mundo é quadrado."

O Sr. Gerhard Wilda informou que o nível dos participantes, apesar de amadores, demonstra suas altas capacidades artísticas. Sendo o tema comunicação visual, cada um teve sua maneira de ver ou interpretar essa mesma comunicação, através da Op-Art, colagem, revestimento de peças e outras técnicas.

Cordovil recebe primeiras 20 famílias da Praia do Pinto

A favela da Praia do Pinto terá hoje 20 barracos a menos e o conjunto habitacional de Cidade Alta, em Cordovil, ganhará seus primeiros habitantes. A inauguração dos primeiros 55 blocos de apartamento, pelo Governador Negrão de Lima e pelo Ministro do Interior, coronel Costa Cavalcânti, faz parte de um plano para acabar com diversas favelas da cidade.

A maior concentração populacional do Leblon, uma área de 105 mil metros quadrados, deixará de existir dentro de 55 dias. Em seus 41 anos de crescimento, esparramou-se em terreno alagadiço, onde foram construídos mais de três mil barracos que abrigam hoje cêrca de 15 mil pessoas.

Na Cidade Alta, em Cordovil, as famílias que moravam na Praia do Pinto, algumas com renda superior a NCr$ 1 500,00 mensais, receberão apartamentos com 1 e 2 quartos, onde existem todos os requisitos de higiene, água em abundância, luz elétrica e até instalações para telefones. O percurso em ônibus, do nôvo conjunto à Praça Mauá, poderá ser feito normalmente em 30 minutos.

NÔVO ENDEREÇO

Futuros moradores gostaram do lugar e dos edifícios

PAISAGEM CONDENADA

Em 55 dias a favela da Praia do Pinto desaparecerá

Cidade Alta começa a ser hoje ocupada

Cidade Alta, em Cordovil, com 2 597 apartamentos, muita água e alamêdas asfaltadas, se transformará, a partir de sua inauguração, às 11 horas de hoje, em nôvo endereço de muitas famílias vindas de favelas da cidade, onde as condições de higiene são precárias.

Antecipando-se a solenidade que terá a presença do Governador Negrão de Lima e do Ministro do Interior, coronel Costa Cavalcânti, diversas famílias percorreram ontem os mais bem localizados blocos residenciais, que serão 64, e consideraram "bastante bons e bonitos" os coloridos conjuntos pintados de vermelho, marrom, cinza, azul e amarelo.

TRABALHOS FINAIS

Grande parte dos dois mil operários que construíram em 14 meses o conjunto Cidade Alta, foram deslocados para os arremates finais nas vias de acesso ao conjunto. Os 20 primeiros apartamentos do bloco batizado com o nome de Padre Miguel, serão entregues às primeiras famílias que deixarão a favela da Praia do Pinto, no Leblon, transferindo-se para o bairro de Cordovil, na Avenida Brasil.

Enquanto alguns operários terminavam o plantio de plantas ornamentais junto aos blocos localizados na Rua A, que termina na praça principal onde ocorrerá a inauguração, em palanque já armado, obras de terraplenagem junto à administração da Cohab estava sendo concluída, bem como a instalação da rêde elétrica.

Segundo a programação, cada família que ocupar os apartamentos do Bloco B-4, n.º 35 da Rua A, receberá a chave de uma das autoridades presentes, entre elas o Ministro do Interior, Governador do Estado, Secretário de Serviços Sociais, presidente da Cohab e Cardeal D. Jaime de Barros Câmara.

Após a solenidade, será oferecido um coquetel às autoridades, na sede da administração do conjunto, e aos presentes será feita distribuição de refrigerantes e picolés.

O CONJUNTO

Dos 64 blocos programados, 55 serão inaugurados amanhã e os nove restantes deverão estar concluídos dentro de 60 dias, segundo a Cooperativa Habitacional da Guanabara.

Cada um dos blocos receberá o nome de um dos bairros da cidade. Estão localizados, em grupo de quatro, em 16 quadras, cujas ruas são designadas por letra.

Os 2 597 apartamentos estão assim distribuídos: 1 793 são de sala e dois quartos, com uma área de 50 metros quadrados. Custarão inicialmente NCr$ 85,00 por mês e aos pretendentes é exigida uma renda familiar mínima de NCr$ 350,00. Os 804 apartamentos restantes, são de sala e quarto, custando uma mensalidade inicial de NCr$ 60,00. A renda familiar exigida é em tôrno de dois salários mínimos, ou NCr$ 250,00.

Os apartamentos têm campainha e dispositivo para instalação de telefone. Garante ainda a Cohab, que o problema de água não afligirá os futuros moradores da Cidade Alta. Além de uma cisterna com capacidade para armazenar 1 300 mil litros de água, foi construído um reservatório com capacidade para 200 mil litros, cuja principal função é a de fazer chegar a água a todos os apartamentos. Está localizado numa construção com mais de 200 metros de altura.

Além do sistema distribuidor geral, cada bloco, com cinco pavimentos e 40 apartamentos, contará com um reservatório com capacidade para 21 mil litros. Dada a grande quantidade de água disponível, proveniente do sistema Guandu—Acari, o conjunto tem nas principais ruas vários hidrômetros para caso de incêndio.

LOCALIZAÇÃO

A Cidade Alta está localizada numa colina, tendo a leste a Avenida Brasil, o oeste a Rua Luísa Aranha e ao norte a Rua Marechal Setembrino. A sua parte sul dá para a Estrada Pôrto Velho.

Esta localização dá ao conjunto diversas vias de acesso e um ônibus, partindo da Praça Mauá, em dias de tráfego normal, poderá alcançá-la num tempo aproximado de 30 minutos.

Para o conjunto de Cordovil, irão as famílias que moram na Praia do Pinto. A remoção, a partir de amanhã, será feita numa média de 60 famílias por dia. A Secretaria de Serviços Sociais espera que dentro de 56 dias, ou seja, até o final do mês de maio, a área de 105 mil metros quadrados da favela esteja inteiramente livre de quase três mil barracos.

Na semana passada as primeiras famílias, num total de 90 pessoas, foram transferidas para a Cidade de Deus. Além de Cordovil e Cidade de Deus, as famílias faveladas da Praia do Pinto poderão escolher habitações no conjunto de Nova Holanda, Serfa e Manguinhos, todos na Avenida Brasil.

COMBOIO

Entre 8h e 8h 30m de hoje as famílias que receberão seus apartamentos na Cidade Alta deixarão a Favela da Praia do Pinto com suas mudanças. Serão acompanhadas por assistentes sociais da Secretaria de Serviços Sociais.

Para a remoção destas primeiras famílias, a Secretaria contará com 30 caminhões e seis kombis. Cento e vinte operários ajudarão a carga e a descarga da mudança, enquanto 20 funcionários demolirão os barracos descupados. Por questão de segurança, um choque de 20 soldados será mantido na Praia do Pinto durante a operação, e seis estarão em Cordovil.

Uma favela de 41 anos vai acabar em 55 dias

A favela da Praia do Pinto, em seus 41 anos de existência, transformou-se em uma das áreas mais densamente povoadas do Leblon — um habitante por sete metros quadrados — e criou todo um complexo de distorções sociais provocadas pela promiscuidade, doenças e marginalismo.

Numa área de 105 mil metros quadrados vive uma população que, segundo dados não oficiais, era, em 1967, de 15 mil pessoas. A erradicação da favela, para órgãos do Govêrno federal que tratam dos aglomerados subnormais, foi a melhor solução encontrada, "pois a Praia do Pinto é imensamente desordenada, não havendo possibilidades de urbanização."

PROMISCUIDADE

O número de famílias que habitam a favela da Praia do Pinto é oficialmente de 3 235. Dessas, 2 752 moram na favela propriamente dita, e 483 no Parque Proletário do Leblon ou Centro Habitacional Social — CHS-3 — como é chamado pela Secretaria de Serviços Sociais.

Mas a União dos Moradores, em relatório enviado à Secretaria de Serviços Sociais, em fevereiro de 1968, propondo a urbanização do local, estimou a população em 4 mil famílias, com um total de 15 mil habitantes.

Por estar localizada em terreno plano — 105m2 de área — a favela está superpovoada e os corredores entre os barracos mal dão para uma pessoa transitar. As águas poluídas se detêm por muito tempo junto às residências, pois não têm para onde correr. Somem com a evaporação ou penetram lentamente no solo e, sobretudo nos dias de calor, como ocorreu esta semana, as pessoas que não estão acostumados ao ambiente quase não resistem ao mau cheiro.

As assistentes sociais que pesquisam a área, fazendo um levantamento sócio-econômico dos favelados, indispensável à sua remoção, reclamam constantemente e por vêzes alegam muita dor de cabeça.

PESQUISA

Visando o levantamento dos grupos familiares da favela da Praia do Pinto, quanto à sua renda familiar, grau de instrução e outras características, a Secretaria de Serviços Sociais está promovendo uma pesquisa sócio-econômica na área.

Dos 344 formulários completados no núcleo populacional CHS-3, com cêrca de 600 famílias, apenas 104 famílias forneceram as primeiras indicações que, segundo os estatísticos, "são passíveis de alteração, pois numa pesquisa desta natureza, envolvendo populações faveladas, os dados se modificam surpreendentemente, sobretudo em relação à renda familiar."

São freqüentes os casos, com prejuízos para a apuração, de pessoas que fornecem uma informação quanto à sua renda, mas quando sabem que ela terá implicações na aquisição de um apartamento com um ou dois quartos, se apressam em corrigir o dado inicial, inclusive comprovando a informação posterior. Na pesquisa já se constatou renda familiar de até 12 salários mínimos, ou seja, NCr$ 1 500,00. Mas a maioria das 104 famílias recebe em média de 3,5 salários mínimos como renda familiar.

Em 104 famílias pesquisadas, com um total de 601 componentes, obtiveram-se os seguintes resultados:

GRAU DE INSTRUÇÃO

Especificação	Alfabetizados	Sem instrução
Crianças até 6 anos	78	8
Outras idades	139	64
Primário completo	115	—
Colegial completo	3	—
Cursando o primário	167	—
Cursando o ginasial	37	—

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

N.º de famílias	N.º de pessoas por família
14	5
16	7
14	3
40	4
20	6

RENDA FAMILIAR

N.º de famílias	Salários mínimos
14	3,5
21	1,0
12	1,5
11	3,0
1	5,0
45	de 3,0 a 4,0

A pesquisa da Secretaria de Serviços Sociais, não se preocupa com a côr dos moradores da Favela da Praia do Pinto, mas faz indagações quanto ao estado civil, sexo, idade, naturalidade, tempo na Guanabara, tempo na favela, profissão, salário individual e salário-família, características do barraco (paredes, teto, piso, água, luz, número de cômodos) e número de moradores. Estes dados ainda não foram tabulados.

HISTÓRIA

A formação da Favela da Praia do Pinto começou discretamente por volta de 1928, numa região pantanosa, cujo suposto proprietário, o português Joaquim Pinto, deu nome ao local. Os barracos pioneiros foram fincados em estacas de madeira e seus moradores eram oriundos das favelas Niemeyer, Colonial e Chácara do Céu, hoje extintas. Após um grande temporal que destruiu mais de 50 barracos dos mil existentes por volta de 1933, a região foi aterrada pela Companhia do Leblon.

Em 1956 a favela sofreu um grande incêndio. Mais de 900 famílias foram transferidas para os conjuntos residenciais da Cruzada São Sebastião.

Cuba pode ter foguetes nucleares

Miami (AFP—JB) — Uma entidade de exilados cubanos anunciou ontem ter recebido informações clandestinas de que existem na ilha foguetes de alcance médio que poderiam conter cargas nucleares.

Segundo os mesmos informes, "em janeiro último famosos cientistas atômicos soviéticos e técnicos militares procedentes da União Soviética e de vários países-satélites chegaram a Cuba a fim de trabalhar em instalações militares atômicas."

EUA aclamam nome de Meyer

Washington (UPI—JB) — O Senado dos Estados Unidos aprovou, ontem, por aclamação, o nome de Charles Meyer para o cargo de Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos.

Meyer substituirá Covey Oliver, que pediu demissão do cargo a primeiro de janeiro a fim de reassumir sua cátedra na Universidade de Pensilvânia e ocupar um cargo na direção do Banco Mundial, órgão das Nações Unidas.

México espera Rockefeller

Cidade do México (UPI-JB) — O Governador de Nova Iorque, Nelson Rockefeller, visitará o México em fins de abril ou começo de maio, na primeira etapa de sua excursão latino-americana de reexame da Aliança para o Progresso.

Ao fornecer a informação, o Chanceler mexicano Antonio Carrillo Flores não esclareceu se o México será o primeiro país que o Governador nova-iorquino visitará. Carrillo Flores acrescentou que Rockefeller, enviado especial de Nixon à América Latina, visitará o Presidente Gustavo Diaz Ordaz e importantes membros do Gabinete.

Agitação volta à Colômbia

Bogotá (AFP—JB) — Vinte dias depois dos distúrbios, nos quais houve seis mortos, a agitação estudantil voltou a reinar em diversas cidades colombianas.

Em Barranquilha, um grupo de jovens apedrejou veículos de transporte urbano, porque os motoristas se recusam a receber os passes estudantis, de menor valor. Vários estudantes estão detidos. Em Cartagena, situada como Barranquilha na costa atlântica colombiana, houve desordens quando grupos de jovens realizaram uma manifestação sem licença das autoridades.

Na cidade de Cali, Departamento de Valle, cêrca de 50 estudantes continuam refugiados em uma igreja, depois dos choques com a polícia e o Exército. Ficaram feridos três estudantes e dois soldados.

Em Bogotá, pouco antes do meio-dia de quarta-feira, estudantes de vários estabelecimentos efetuaram uma manifestação diante da Igreja de São Francisco e do edifício do Palácio do Govêrno. Outros incidentes ocorrem em Medellin, capital de Antióquia, entre policiais e estudantes.

Argentina quer desenvolver o Prata

Bonn (AFP—UPI—JB) — O Chanceler argentino Nicanor Costa Mendez exortou, ontem, os investidores europeus a apoiarem os projetos de desenvolvimento da bacia do Prata.

Após encontro com o Chanceler alemão, Kurt Kiesinger, o chefe da diplomacia argentina anunciou que Buenos Aires está pronta a assinar um acôrdo com o Mercado Comum Europeu e que capitais franceses participarão do desenvolvimento da bacia do Prata.

Os observadores assinalaram o interêsse que as declarações do Ministro do Exterior da Argentina terão para outros países, em cujo projeto de desenvolvimento participam também o Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Uruguai faz novas greves

Montevidéu (UPI—JB) — A Convenção Nacional de Trabalho (CNT), de tendência esquerdista, decretou ontem uma greve-relampago em protesto contra o aumento de salários fixado pelo Govêrno em 10 por cento.

Na primeira demonstração de fôrça do sindicalismo uruguaio desde que foram anuladas as medidas de segurança, os trabalhadores se concentrarão na Praça Cagancha, no centro de Montevidéu, para ouvir seus líderes.

China envia esquadra às fronteiras russas

EM GUARDA — Radiofoto UPI

Nas ruas de Daca, no Paquistão, as tropas estão em patrulha permanente desde o decreto de lei marcial

Hong-Kong — Pequim (AFP-JB) — Tropas e navios chineses se dirigem para o norte do país, a fim de enfrentar uma eventual ameaça da esquadra soviética, diante das notícias de que uma fôrça naval se desloca para a base de Vladivostok.

A informação do jornal *The Star*, publicado em Hong-Kong, acrescenta que as unidades chinesas levantaram âncoras das bases do sul, na ilha de Hainan. São submarinos de longo alcance e navios de guerra de superfície, modernos e bem equipados.

Segundo o jornal, o Govêrno de Pequim está preparado para contra-atacar a importante fôrça naval soviética que se dirige, supostamente, para o Extremo Oriente, para a base de Vladivostok, a mais próxima da província chinesa de Heilong Kiang, onde três choques ocorreram em março, durante os incidentes na ilha de Chen Pao (ilha do Tesouro), Damansky para os soviéticos, no rio Ussuri.

CONGRESSO

Notícias de Pequim informam que o iminente IX Congresso do Partido Comunista chinês adotará uma política econômica surpreendentemente moderada para os próximos anos.

A data ainda não foi anunciada oficialmente, mas o Congreso tem por fim concretizar o triunfo do maoísmo na Revolução Cultural e preparar o terreno para a realização do "grande plano estratégico" do Presidente Mao Tsé-tung, cujo lema é: audácia nos objetivos, prudência nos métodos.

Os setores prioritários, segundo se espera, são a mineração, indústrias relacionadas à agricultura, transportes e comunicações.

Frota soviética realiza manobras

Londres (UPI-JB) — A frota soviética localizada no Atlântico Norte, supostamente na rota do Extremo Oriente, realiza manobras navais a 200 milhas ao sul da Islândia desde ontem.

Fontes do Ministério da Defesa da Grã-Bretanha afirmam ser impossível estabelecer com precisão o rumo da frota, que conta com oito submarinos e cruzadores equipados com projéteis.

Em Moscou, a agência Tass divulgou apenas que uma fôrça naval soviética fará uma visita oficial à ilha Maurício, entre 3 e 10 de abril. Êsse comunicado aumentou as especulações de que a fôrça ora em manobras no Atlântico seria deslocada, parcialmente, para a visita.

As hipóteses aumentam, mas nada há de positivo. Os navios soviéticos cruzaram o círculo ártico no princípio da semana, julgando os observadores que se dirigissem para a costa oriental da União Soviética, a fim de reforçar suas defesas, após os choques fronteiriços com a China.

Oposição paquistanesa ameaça Govêrno

Karachi, Paquistão (AFP-JB) — O líder paquistanês da Oposição Maulana Bhashani, pró-chinês, declarou ontem que, se não fôr restabelecido o Govêrno civil no Paquistão dentro de 15 dias, ordenará a ocupação das fábricas em todo o país.

Bhashani, partidário do lema muçulmano ôlho por ôlho, diz estar pronto para a guerra civil, mas os observadores julgam que só encontra apoio no Paquistão Oriental. Na região ocidental, os fanáticos da seita islâmica afirmam que lutarão contra êle.

O Marechal Ayub Khan, que renunciou têrça-feira, se encontra em sua residência, protegido pelo Exército. Acredita-se que abandonará, breve, o país, sob o pretexto oficial de tratamento médico no estrangeiro.

— Cessaram as manifestações e greves no Paquistão e, em todo o país, os paquistaneses fazem fila diante dos comissariados para entregar suas armas, atendendo a ordem do nôvo Govêrno militar do General Yahia Khan.

Sòmente em Karachi, capital do Paquistão Ocidental, foram entregues 15 mil armas nestes dois dias de lei marcial, decretada em conseqüência da renúncia do Marechal Ayub Khan e da transferência de podêres para Yahia Khan. Em Daca, capital da região oriental, também a agitação cessou e a cidade começa a se normalizar, após cinco meses de violentas desordens.

NOMEAÇÕES

O General Yahia Khan completou seu Govêrno nomeando três novos conselheiros, todos integrantes do Gabinete anterior. São êles o Vice-Almirante Afzalur Rahman Khan, agora conselheiro militar, Fida Husan, consultor para problemas administrativos, e o ex-Chanceler Mian Arshad, conselheiro para assuntos exteriores.

Segundo os observadores, ao Exército caberá, doravante, o principal papel na vida do país, embora o General Khan tenha declarado que as Fôrças Armadas se limitariam a restabelecer a ordem e preparar o campo para um Govêrno civil.

A cidade se acomoda à lei marcial, regime já familiar. Estêve em vigor durante muito tempo, antes de Ayub Khan e em parte de seu Govêrno. A vida retornou à normalidade, as casas comerciais estão abertas, os operários voltaram às fábricas e as crianças às escolas.

Igreja promete ajuda ao Uruguai

Montevidéu (UPI-JB) — Em documentos preparados pelo Centro Católico de Estudos Sociais e publicados ontem na imprensa, a Igreja Católico de Estudos Sociais e publiteu a participar da "luta atual das grandes massas populares por melhores condições de vida."

A Igreja diz que nos documentos apresenta "uma radiografia da realidade uruguaia desde a crise econômico-social até a tarefa urgente e imprescindível que lhe corresponde, na criação de um sentido de responsabilidade social."

Os redatores dos documentos, em sua maioria sacerdotes, contam com o apoio do bispo-coadjutor de Montevidéu, Carlos Partelli, considerado o mais importante ideólogo do movimento progressista da Igreja Católica uruguaia.

Os documentos afirmam que a Igreja "não deseja atitudes passivas porque nossa consciência se vê forçada pelo compromisso de enfrentar a crise com responsabilidade." Mais adiante afirmam que a Igreja "tem de ser signatária e instrumento da unidade, paz e salvação de todos."

Dois sacerdotes católicos uruguaios, conhecidos por seus pontos-de-vista progressistas, solicitaram ao Vaticano autorização para abandonar o sacerdócio e contrair matrimônio.

Bispo de Santiago renuncia ao cargo

Santiago do Chile (AFP-UPI-JB) — O Bispo-Auxiliar de Santiago do Chile, Gabriel Larrain, renunciou a seu cargo e está em Paris trabalhando para o setor das Nações Unidas que trata da Educação, Ciência e Cultura, para resolver uma crise pessoal de fé, anunciou o arcebispado da capital chilena.

O anúncio do arcebispado diz que a situação do bispo é de "honrada procura da fé e de definição do seu caminho", mas nega que êle tenha renunciado à sua condição de sacerdote.

RENUNCIA

A hierarquia católica chilena esclareceu o assunto depois que o jornal comunista El Siglo divulgou com grandes títulos a renúncia de Dom Gabriel Larrain.

O comunicado do arcebispado de Santiago do Chile afirma que "Dom Gabriel Larrain está atualmente em Paris com as devidas licenças concedidas pelo Santo Padre, trabalhando no Instituto de Desenvolvimento Internacional. Não exerce, como é natural, seu cargo de Bispo-Auxiliar de Santiago do Chile há uns 15 meses já, porém não renunciou à sua condição de sacerdote.

Sua situação atual — continua o comunicado — é uma honrada procura da fé e de definição do seu caminho, alheia a qualquer sensacionalismo mórbido e merecedora do respeito que sempre se deve ao santuário da própria consciência."

EXCOMUNHAO

Círculos do Vaticano disseram ontem que o ex-Bispo-Auxiliar de Lima, Mário Renato Cornejo Ravadero, colocou-se a si próprio fora da comunhão dos fiéis, incorrendo na excomunhão Latae Sententiae, ao se casar em Buenos Aires com a argentina Marta Fernandez Trevino.

A Igreja peruana confirmou o casamento de Cornejo Ravadero e deu por "concluído seu dever de informação sôbre tão penoso caso."

Dom Agnelo Rossi louva o Vaticano

São Paulo (Sucursal) — O Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, elogiou ontem a decisão do Papa Paulo VI de conceder auxílio financeiro aos países da América Latina, considerando-a de acôrdo com os ensinamentos da Igreja, que prega o amor aos pobres.

O monsenhor Sérgio Guerri, vice-presidente da Comissão Pontifícia para o Estado do Vaticano, declarou em Roma que a contribuição da Santa Sé ao Fundo de Desenvolvimento da América Latina é "apenas o começo" e expressou a esperança de que "outros colaborem."

O Papa Paulo VI anunciou anteontem a constituição de um Fundo de Desenvolvimento para a América Latina, a ser administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a verba inicial de quatro milhões de cruzeiros novos, que, a pedido de Paulo VI, será aplicada na reforma agrária da Colômbia.

Por sua vez, o monsenhor Joseph Gremillon, secretário da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, revelou que a quantia colocada pelo Vaticano no Fundo procede da venda de um edifício de propriedade da Santa Sé situada na Avenida Presidente Kennedy, em Paris. Acrescentou que o total da venda é de 1,3 milhão de dólares e que os 300 mil restantes serão utilizados em outros programas de ajuda às nações latino-americanas.

O presidente do BID, Felipe Herrera, disse em Washington que uma comissão viajará em breve à Colômbia com a finalidade de determinar que tipos de projetos podem ser financiados pelo Fundo.

Explicou Herrera que se um empréstimo for feito a uma instituição de desenvolvimento ou a um banco, que se encarregará de aplicar essa quantia, se permitirá a êstes a cobrança de juros.

O Vaticano havia anunciado que os empréstimos do Fundo seriam concedidos por prazo de 15 a 50 anos, sem qualquer cobrança de juros.

Papa encerra reunião sôbre ateísmo

Cidade do Vaticano (AFP-UPI-JB) — O Papa Paulo VI afirmou ontem no no encerramento da primeira conferência sôbre ateísmo, patrocinada pelo Vaticano, que a Igreja deseja ouvir as "vozes que expressam o pensamento dos tempos", mas que ela deseja também ser ouvida.

Paulo VI expressou a esperança de que prossigam os estudos sôbre os não crentes e prometeu que a Igreja Católica favorecerá "êste tipo de emprêsa para assegurar a ordenada e pacífica vida de todos os povos."

NECESSIDADE

"Nós, também, somos não crentes. Não acreditamos que o desenvolvimento do pensamento moderno conduza à necessidade de negar a Deus. Não acreditamos que a ciência e a crença em Deus são têrmos antiéticos", disse o Chefe da Igreja.

O Papa falou por motivo do encerramento do primeiro simpósio da Cultura e Não Crença, patrocinado pelo Secretariado do Vaticano para os Não Crentes e a Universidade da Califórnia, em Berkeley.

"Somos protestantes — disse o Papa aos 25 participantes do simpósio — no momento em que desejamos fazer ressurgir novamente a idéia de Deus da degradação na qual caiu entre muitos homens de nosso tempo."

Depois de sua palestra, Paulo VI apertou a mão e conversou com os sociólogos e teólogos na sala consistorial. Ao cumprimentar Harvey Cox, professor da Faculdade de Teologia de Harvard e autor do livro Cidade Secular, que trata de uma nova liberdade, na qual os homens podem escolher entre aceitar ou rejeitar a religião livremente, o Papa sorriu e afirmou: "Lutamos contra o senhor, porém lemos sua obra com grande interêsse."

O Chefe da Igreja disse que o encontro entre êle e os sociólogos foi um "dramático e simbólico momento. Não é a reunião usual entre pessoas amigas. E' mais um encontro de culturas diversas e pensamentos diferentes. Dizemos isso com humildade."

Leia Editorial "Progresso a Nivelar"

BID aguarda solução da IPC para conceder crédito ao Peru

Washington e Lima (AFP-UPI-JB) — O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) decidiu, ontem, adiar a aprovação de um crédito de 12 500 mil dólares (NCr$ 50 milhões) ao Peru, na expectativa das negociações iniciadas em Lima, entre os Governos de Washington e do General Juan Velasco Alvarado.

"O assunto da International Petroleum Company, assim como o do mar territorial, não são objetos de negociações, porque não se pode negociar sôbre o que pertence exclusivamente à soberania nacional", declarou o presidente da Ordem dos Advogados do Peru, ao entrarem em seu segundo dia as conversações de alto nível entre o Presidente Velasco e John Irwin, enviado especial do Presidente Nixon.

Irwin chegou ao Palácio Pizarro às 10 horas acompanhado de seus assessôres, e foi recebido por Velasco e seu Primeiro-Ministro, o General Ernesto Montagne. Também estêve presente o Ministro das Relações Exteriores, General Edgardo Mercado.

O Presidente Juan Velasco Alvarado determinou que a reorganização da Emprêsa Petrolífera Fiscal, encarregada de explorar as jazidas nacionalizadas, tenha prosseguimento.

A Federação dos Jornalistas do Peru declarou que a criação de uma direção geral da moral pública, dependente do Ministério do Interior, representa uma séria ameaça à liberdade de expressão.

PC deve levar Venezuela a reatar com bloco socialista

Caracas (UPI-AFP-JB) — A decisão do Govêrno venezuelano de reabilitar perante a lei o Partido Comunista do país poderia constituir o primeiro passo para o restabelecimento de relações diplomáticas com o bloco socialista, adiantaram, ontem, os observadores políticos.

O Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, declarou que não iniciou negociações com o Govêrno cubano sôbre o problema das guerrilhas castristas que operam em território venezuelano. A legalização do PC, decretada por Caldera, parece fazer parte de uma campanha destinada a pacificar o país.

SURPRÊSA

Em Washington, funcionários do Govêrno dos Estados Unidos expressaram perplexidade ante a notícia da legalização do Partido Comunista na Venezuela pelo nôvo Govêrno social-cristão. Assinalaram que a medida era inesperada, uma vez que a Venezuela tem sido alvo principal da subversão comunista dirigida de Cuba.

Os funcionários norte-americanos lembraram que a Venezuela protestou reiteradamente ante a Organização dos Estados Americanos a respeito dessa ingerência em seus assuntos internos.

Legalidade veio após 10 anos

Departamento de Pesquisa

Para os guerrilheiros da Venezuela, abril de 1967 foi um mês sombrio: abdicando inteiramente da luta armada, o Partido Comunista Venezuelano expulsava das suas fileiras o líder guerrilheiro Douglas Bravo e anunciava a sua intenção de participar das eleições como um Partido comum.

Essa decisão, que enfraqueceu a ação armada da FALN, foi o resultado de uma cisão interna que teve início na campanha eleitoral de 1963, que terminou com a eleição de Raul Leoni para a Presidência da República.

No documento em que anunciava a sua ruptura com os guerrilheiros e com Fidel Castro, o Comitê Central do PC venezuelano denunciou os ultra-esquerdistas de "tentarem dividir o Partido Comunista, destruí-lo e relegá-lo a segundo plano como organização revolucionária."

ANTES DA CRISE

O Partido Comunista venezuelano foi fundado em 1931, e em 1948 conhecia uma primeira cisão, durante as eleições em que assumiu a Presidência do país o escritor Romulo Gallegos. Após as eleições, entretanto, o Partido reunificou-se.

Em 1948 Gallegos foi derrubado por um golpe de estado e o Partido foi declarado ilegal, sendo os seus dirigentes presos ou expulsos do país. Quatro anos depois, subia ao poder o coronel Marcos Perez Gimenez, que governaria até 1958.

Esses dez anos na ilegalidade não prejudicaram a existência do Partido. Reiniciada a vida política normal, com a eleição de Romulo Bettancourt, o PC estaria em condições de influenciar profundamente a vida venezuelana. O movimento guerrilheiro iniciado em 1960 assumiu uma tal proporção que a FALN (Fôrças Armadas de Libertação Nacional) chegou a ser considerada a melhor organização de guerrilheiros em atividade depois dos vietcongs.

O Govêrno e o Exército revelaram-se impotentes para enfrentar a ação das guerrilhas. O país conheceu uma autêntica guerra civil.'

A HORA DE BRAVO

As eleições de 1963, em que Raul Leoni foi eleito para a sucessão de Bettancourt, marcam o início da maré vazante do PC. À medida em que a Venezuela se acostumava a uma vida política normal, definiam-se dentro do Partido as duas correntes: a que achava que era tempo de integrar-se nessa vida política e a que pedia o recrudescimento da ação guerrilheira.

O líder da segunda corrente era Douglas Bravo. A sua crescente influência na direção da luta armada venezuelana correspondeu a um crescente afastamento da direção do Partido. Em maio de 1965 Bravo é destituído do Politburo.

Em abril de 1967, depois de uma reunião secreta, o Comitê Central decide romper com os guerrilheiros. A resolução, que significava também o rompimento com Fidel Castro e a expulsão de Bravo, baseava-se em um relatório que dizia:

"Sem renegar a experiência guerrilheira como uma das formas específicas da luta armada, nem considerá-la falha para nosso país, a VIII Reunião do Comitê afirma que colocar a guerrilha rural como forma fundamental de luta na atual situação venezuelana é o transplante mecânico de uma experiência de êxito em outros países, mas que não corresponde exatamente às peculiaridades da realidade nacional."

"Lamentàvelmente", continua a resolução, "apesar de não nos agradar, a situação concreta dêste momento não permite estabelecer a tomada do poder como uma meta imediata, e isso não depende da vontade de ninguém nem das qualidades subjetivas de ninguém."

A meta do PC passava a ser "impulsionar o desenvolvimento de um amplo movimento de massas pelas suas reivindicações econômicas fundamentais, contra o terror e a repressão, pela libertação dos presos, pela autonomia universitária, pela legalização do Partido e do Movimento de Esquerda Revolucionária e pelas liberdades democráticas."

AS CONQUISTAS ELEITORAIS

Nas eleições de dezembro de 1968, em que Rafael Caldera conquistou a presidência da República, o PC já se apresentou como um Partido comum, pleiteando votos e elegendo um senador e cinco deputados, participação que foi calorosamente elogiada pelo Pravda.

Para o Govêrno, a cisão na esquerda foi extremamente útil. Ao ser dada a ordem de cessar fogo pela direção do Partido, muitos guerrilheiros aceitaram a nova situação e abandonaram as fôrças de Bravo. Êste perdia, pouco depois, o seu maior auxiliar, Luben Petkov, morto pelas fôrças governistas.

Ainda no mandato de Raul Leoni, a decisão do PC de abandonar a luta armada foi acompanhada, por parte do Govêrno, de uma anistia ampla, estendida "a todos os presos políticos que desejem voltar à vida democrática sem prejudicar suas instituições."

A ação armada sofreu, com êsses golpes, um declínio indiscutível. Os guerrilheiros são apoiados, atualmente, pelo MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária), criado em 1960 como uma dissidência de esquerda da Ação Democrática — o Partido de Bettancourt e de Leoni. O PCV parece decidido a desistir do terrorismo e desempenhar um papel semelhante ao dos Partidos Comunistas europeus.

Van Thieu quer integrar os vietcongs

Terence Smith
do New York Times

Saigon — *O Presidente Nguyen Van Thieu está disposto a integrar na vida política do Vietname do Sul elementos da Frente Nacional de Libertação como parte de um acôrdo geral de paz, segundo fontes autorizadas.*

Sabe-se que o Presidente vem discutindo com seus assessôres, nas últimas semanas, os meios que permitiriam aos membros da Frente participar das eleições como candidatos de um Partido de oposição, nominalmente não comunista.

CONTRÔLE PESSOAL

Em antecipação a uma futura luta política contra a Frente, Thieu irá assumir o contrôle pessoal do Partido situacionista. Em abril, de acôrdo com fontes ligadas a Thieu, o Presidente assumirá a liderança pessoal da organização política que apóia o Govêrno. Êle deverá ser eleito Presidente do Diretório Nacional da Aliança, na convenção que se realizará naquele mês. Espera-se também que outras facções políticas sejam chamadas a integrar o Govêrno, a fim de ampliar sua base popular.

Os mais íntimos assessôres de Thieu vinham lhe aconselhando há vários meses a criar uma organização política, que pudesse competir com a FNL. Êles partem do presuposto de que a participação política da Frente no Vietname do Sul deverá constituir uma das condições do acôrdo de paz, que está sendo negociado em Paris.

O Presidente acenou pela primeira vez com esta possibilidade em sua entrevista à imprensa, concedida têrça-feira. Ao responder a uma pergunta retórica por êle mesmo formulada, Thieu afirmou que os membros da FNL poderiam formar um partido no Vietname do Sul e participar das eleições. Mas acrescentou que o nôvo Partido não poderia denominar-se "Partido Comunista" e que a ultimação de tal acôrdo dependeria da atitude da outra parte nas conversações de paz em Paris.

Em outro ponto de sua entrevista, o Presidente esclareceu que a Frente teria que se dissolver e formar "um outro Partido político." E acrescentou: "Nós nunca poderemos ter um Partido Comunista oficial no Vietname do Sul. A Constituição o proíbe."

PARTICIPAÇÃO

Apesar destas restrições, acredita-se que o Presidente esteja disposto a aceitar a participação dos membros da FNL nas eleições. Isto foi confirmado por vários de seus assessôres, diplomatas norte-americanos e membros da delegação sul-vietnamita nas conversações de Paris, que se encontravam em Saigon.

Numa conversa recente com uma daquelas fontes, Thieu chegou a declarar que não acreditava que a Frente conseguisse conquistar mais de 15 a 20 lugares, numa eleição livre, na Assembléia Nacional composta de 197 membros. "Isto não nos prejudicaria muito", teria dito o Presidente.

Nem o Presidente nem seus auxiliares elaboraram os detalhes da participação dos membros da Frente nas eleições, mas as linhas gerais estão emergindo. Para começar, sua participação dependeria de um acôrdo geral de paz que incluísse a retirada das fôrças norte-vietnamitas do Vietname do Sul e a suspensão dos atos de terrorismo e violência por parte do Vietcong no país.

Saigon também insistiria em que a retirada das tropas norte-vietnamitas fôsse levada a efeito sob a supervisão internacional. Dentro dêstes pressupostos, os membros da Frente teriam permissão de organizar um Partido — com outro nome que não o de Frente Nacional de Libertação — e participar das eleições, começando talvez com as eleições locais, depois para o Senado (programadas para outubro próximo) e, finalmente, das eleições gerais e presidenciais (1971).

Nas últimas semanas, Thieu, segundo se notícia, convocou um grupo de generais e membros inflamados da Assembléia-Geral para lhes inteirar do que estava acontecendo nas negociações de Paris e das possíveis concessões que teriam de fazer. Assegura-se que êle declarou a seus visitantes que a participação da Frente, nas eleições, sob condições apropriadas, seria inteiramente aceitável.

CONSOLIDAÇÃO POLITICA

Na frente política interna, o Presidente começou finalmente a agir, depois de um longo período de hesitação. Desde sua eleição, em 1967, um grupo de assessôres seus vem insistindo com êle para que forme seu próprio Partido político, a fim de ampliar a base política de seu Govêrno.

Agora parece que o Presidente chegou à conclusão de que a iminente batalha política com os comunistas exige a organização de uma fôrça política unificada. A Aliança Popular para a Revolução Social, que Thieu decidiu chefiar é um amálgama de várias facções políticas. É composta da Frente de Salvação Nacional e da Fôrça Democrática Liberal os quais, por sua vez, são constituídas de várias facções e grupos e da Associação do Trabalhador Camponês, que faz parte da poderosa Confederação dos Sindicatos Vietnamitas.

Vietcongs rejeitam diálogo com Govêrno sul-vietnamita

Saigon, Paris (UPI-JB) — A Frente Nacional de Libertação, braço político do Vietcong, rejeitou formalmente a proposta sul-vietnamita de conversações privadas, qualificando-a de um "ardil astuto."

Transmissão radiofônica, ouvida em Saigon, afirmava que o "fato de que os norte-americanos e seus títeres tenham proposto conversações entre a administração títere de Saigon e o Vietcong constitui um astuto ardil destinado a encobrir a atitude belicosa e obstinada dos Estados Unidos..."

NEGOCIAÇÕES DIRETAS

Acrescentou a rádio comunista que a proposta sul-vietnamita, formulada pelo Presidente Nguyen Van Thieu, visa a "enganar a opinião pública mundial e a progressista opinião pública dos Estados Unidos, que exige do Presidente Nixon um fim imediato para a guerra no Vietname."

O chefe da delegação da FNL nas conversações em Paris, Tan Buu Klem, disse que rejeitava a oferta sul-vietnamita porque não passava de "uma manobra do Govêrno de Richard Nixon, com o objetivo de encobrir sua política de intensificação da guerra de agressão no Vietname do Sul."

Klem acrescentou que "se os Estados Unidos desejarem realmente solucionar o problema sul-vietnamita, devem tratar diretamente com a Frente Nacional de Libertação, que é organizada e líder do povo do Vietname do Sul em sua luta contra a agressão norte-americana."

A representação norte-vietnamita apoiou prontamente a posição assumida pelo Vietcong. O chefe negociador do Govêrno de Hanói, Van Thuy, expressou a opinião de que os Estados Unidos deveriam entrar em conversações diretas com o Vietcong.

Tanto Klem quanto Thuy disseram que a conferência de paz não dará nenhum passo adiante, a menos que os Estados Unidos concordem em retirar tôdas as suas fôrças, sem condições, do território sul-vietnamita.

Henry Cabot Lodge, chefe da delegação norte-americana em Paris, denunciou que "pelo menos 40 mil soldados norte-vietnamitas violam diàriamente a integridade territorial do Laus e do Camboja."

O delegado de Saigon, Pham Dang Lam, insistiu também na retirada das tropas norte-vietnamitas do Vietname do Sul, do Laus e do Camboja, qualificando de "absurda" a retirada unilateral das fôrças aliadas do Vietname.

Otimismo supera o não comunista

Armando Strozenberg
Correspondente do JB

Paris — *A reação imediatamente negativa da Frente Nacional de Libertação às proposições do Presidente sul-vietnamita Nguyen Van Thieu não reduziu em nada o clima de otimismo que se instalou aqui quanto às novas perspectivas da conferência de paz.*

Pelo contrário, a reação da FNL é considerada como muito normal: ao propor encontros "privados", o Govêrno de Saigon reconheceu de fato a organização, o que é uma concessão, mas exige agora implìcitamente ser êle mesmo reconhecido.

Portanto, pensa-se aqui, era pouco provável que a frente guerrilheira pudesse imediatamente e em missão pública fazer tal concessão quando durante tanto tempo ela se afirma como "única representante válida do Sul", além de insistir sempre em considerar Thieu, e mais ainda Ky, como interlocutores "inaceitáveis."

HIPÓTESES

Meios franceses ligados à conferência, em conseqüência, não afastam agora mais que nunca a possibilidade de que, através de conversações secretas, e apos novas discussões, os pontos-de-vista dos atuais adversários venham a se aproximar sôbre os novos dados emitidos pelo General Thieu. Uma das hipóteses sôbre as quais muito se insiste: o duplo reconhecimento poderia se operar dentro do contexto atual de reunião a quatro, evitando-se assim um tête-à-tête implicando reconhecimento. A FNL, como se estivesse discutindo à Mesa, se faria ouvir pelos que ela chama de "fantoches dos Estados Unidos", por exemplo.

Outra hipótese francesa refere-se às figuras de Thieu e Ky: se a FNL não abandonar a tese segundo a qual aquêles homens não servem como interlocutores, por que não escolher um nôvo negociador de calibre que seria escolhido em Saigon e entre pessoas que lhe sejam bem vistas?

Por outro lado, assinala-se aqui que os obstáculos maiores surgirão no próximo, e considerado como "para breve", estágio de negociação: a questão de evacuação pelas tropas norte-americanas. Há dúvidas, quanto à posição que Hanói e a FNL — serão ou não intransigentes quanto ao calendário? — e à atitude dos norte-americanos e sul-vietnamitas, apesar de já se saber, através das declarações de Thieu, que Saigon pretende manter as tropas dos Estados Unidos em seu território ainda por um bom tempo.

Portanto, Paris está consciente do número e da importância dos problemas ainda a solucionar antes de uma eventual paz no Sudeste asiático. O que no entanto não impede uma certeza de evolução atual, a julgar o que Washington considera como "uma resposta apropriada" para a atual ofensiva guerrilheira, isto é, algo político e não militar, como se temia.

Insiste-se muito aqui também numa espécie de exaltação ao trabalho executado por Nixon em relação ao problema: a idéia de eleições no Sul, com a participação de membros da FNL, seria sua e a determinação de não querer voltar atrás (intensificação da guerra) é muito bem vista e acompanhada de perto.

Finalmente, os jornais, em suas edições de quarta-feira e de ontem, recolocam com propriedade os últimos acontecimentos vietnamitas num contexto internacional. Segundo o Le Monde, por exemplo, os recentes incidentes na fronteira sino-soviética teriam tido influência sôbre a evolução do problema no Vietname na medida em que os russos estariam agora mais apressados em verem o fim da guerra e, em conseqüência, pressionariam atualmente Hanói e a FNL no sentido de tudo fazer para que a conferência da paz avance.

EUA não intervirão no Camboja

Washington, Saigon (UPI-AFP-JB) — Robert McCloskey, porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, negou-se a comentar notícias procedentes de Saigon segundo as quais militares norte-americanos pediram autorização para bombardear regiões do Camboja.

McCloskey afirmou que "a política do Govêrno dos Estados Unidos consiste em evitar uma ampliação do conflito no Vietname."

O comando norte-americano em Saigon anunciou que 1 406 soldados dos Estados Unidos pereceram em combate durante o primeiro mês da atual ofensiva comunista no Vietname do Sul. As baixas fatais do Vietcong somaram 19 171. Na semana passada, morreram 266 norte-americanos e 1 462 ficaram feridos, enquanto o Vietname do Sul teve 337 mortos e 1 537 feridos. Os comunistas sofreram 3 873 baixas fatais. O total geral de mortos, norte-americanos, desde janeiro de 1961 é agora de 33 329, trezentos a menos que o número de baixas sofridas na Guerra da Coréia.

Tropas norte-americanas, patrulhando em diferentes pontos do Vietname do Sul, encontraram 1 038 toneladas de arroz escondidas em depósito, o suficiente para alimentar uma divisão norte-vietnamita de 12 mil homens durante um ano, segundo porta-vozes militares. Num esconderijo, próximo à Zona Desmilitarizada, o maior já ocupado na guerra, os norte-americanos encontraram 62 toneladas de TNT.

Cao Ky apóia a posição de Thieu

Saigon (UPI-JB) — O Vice-Presidente do Vietname do Sul, Nguyen Cao Ky, em sua primeira entrevista à imprensa, desde que voltou de Paris, confirmou a posição do seu Govêrno favorável à discussão dos problemas políticos e militares de seu país com a FNL e Hanói.

Ky, no entanto, observou que é pessoalmente favorável ao bombardeio ao Vietname do Norte, se os comunistas continuam a bombardear Saigon.

KY EM RESUMO

Bombardeio: **"O Vietname do Sul poderia muito bem tomar a decisão de bombardear o Norte de maneira unilateral. Os aviões estão prontos. Não há nada que nos impeça."**

Negociações: "Em Paris, tratei de entabular negociações com os delegados de Hanói, em duas ocasiões, sem êxito."

Represálias: **"A aviação sul-vietnamita é capaz de efetuar bombardeios, com o apoio dos Estados Unidos, ou sem êle. As represálias causariam mais danos a Hanói do que os que produzem os bombardeios contra Saigon."**

"A decisão de tomar represálias depende exclusivamente do Presidente Thieu."

Averell Harriman: **Referindo-se às declarações de Averell Harriman, segundo as quais a recente ofensiva vietcong era uma resposta às ofensivas norte-americanas, depois da cessação dos bombardeios ao Vietname do Norte, e ao programa de "pacificação acelerada" impôsto ao sul-vietnamitas, Cao Ky afirmou que "Às vêzes, pergunto se Harriman é um amigo do Vietname do Sul ou dos comunistas, quando faz tais declarações."**

Independência: "Se Saigon continua sendo bombardeada, porque nos não podemos bombardear Hanói? Acaso precisamos da aprovação dos Estados Unidos para tudo que fazemos?" Um dos homens de imprensa respondeu que os sul-vietnamitas terão que empregar bombas de fabricação norte-americana em seus ataques. Cao Ky retrucou: "Bom, se êles quiserem, podem retirar as bombas."

General teme o futuro americano

Washington (AFP-JB) — Os Estados Unidos se converteram numa nação militarista e agressiva, afirma o ex-comandante da Infantaria de Marinha, General David Shoup, no número de abril da revista **The Atlantic Monthly**.

O General Shoup, que foi membro do Estado-Maior Conjunto norte-americano, afirma que o Govêrno Johnson foi metido no "desafio vietnamita" por "erros de apreciação" de alguns dirigentes militares norte-americanos particularmente agressivos.

PLANO DE ATAQUE

"Nossa invasão precipitada e maciça da República Dominicana de 1965 coincidiu com o desdobramento acelerado da potência militar norte-americana no Vietname, sendo uma prova flagrante de nossa dificuldade em executar planos militares e de nossa tendência a aplicar soluções militares a problemas de ordem política em todo lugar que nossos interêsses parecem comprometidos por uma potencial ameaça comunista", continuou o General.

Referindo-se ao incidente do gôlfo de Tonquim, em 1964, que os Estados Unidos utilizaram para explicar sua decisão de bombardear o Vietname do Norte, o General Shoup afirma "que se vê agora que a Marinha norte-americana havia preparado plano de ataque, antes que êsse suposto incidente ocorresse."

RIVALIDADE

O General Shoup indica em seu artigo que as Fôrças Armadas norte-americanas estão infectadas por "uma rivalidade desenfreada entre as três armas, pelo espírito de vanglória e pelo amor à guerra."

Os militares, afirma, desejaram conhecer a guerra no Vietname "como uma ocasião de pôr à prova seus conhecimentos profissionais."

O General precisa que as Fôrças Armadas norte-americanas contam com 3,4 milhões de homens, dos quais um milhão e meio se distribuem em 119 países, 48 dêles ligados por alianças aos EUA.

PROTEÇÃO LAUSIANA

Radiofoto UPI

Aldeões lausianos trabalham na construção de cêrcas de bambu destruídas pelo Pathet Lao

Informe JB

Guandu

O presidente da Cedag, Sr. Ataulfo Coutinho, anunciou ao Governador Negrão de Lima que a Adutora do Guandu será retirada de carga no comêço de janeiro de 70. A paralisação da adutora destina-se a desobstruir determinada área, atingida por um desmoronamento parcial do túnel. O consêrto sòmente será feito no momento em que a Cedag concluir uma série de obras destinadas a ampliar as demais adutoras, que ficarão com a responsabilidade de substituir, com o mínimo de sacrifício para a população, a Adutora do Guandu.

* * *

Ouvindo a informação, o Governador Negrão de Lima indagou se a época para o consêrto era a mais apropriada. O presidente da Cedag respondeu que não, mas serão realizados vários testes para constatar o resultado e saber se a Adutora do Guandu pode realmente ser retirada de carga, por período muito grande.

Recomendação final do Governador:
— Coutinho, a única exigência que faço: conclua a obra em meu Govêrno. Eu não quero sair com o Guandu ainda em consêrto.

Embaixador americano

Em áreas diplomáticas corre a informação de que o Govêrno dos Estados Unidos sòmente nomearia o seu nôvo Embaixador no Brasil depois da visita ao nosso país da missão Rockefeller. E' bem verdade que constituiria um verdadeiro fora diplomático os Estados Unidos enviarem uma missão importante, como será a do Governador Rockefeller, sem que, na oportunidade, já estivesse no Brasil o Embaixador acreditado junto ao nosso Govêrno. Funcionários americanos estimam entre dois a três meses o tempo normal que leva da indicação à chegada aqui do Embaixador dos Estados Unidos.

Saldanha e a seleção

Almoçando ontem com o jornalista Vilas-Boas Correia, o técnico da seleção brasileira, João Saldanha, dizia que se tiver de fazer substituições no time do Brasil fará sòmente duas: uma será a entrada do zagueiro Joel no lugar de Brito ou de Djalma Dias, se qualquer um dos dois não se adaptar ao esquema de jôgo que êle pretende adotar. O outro nome também nas cogitações do técnico é o do extrema-esquerda, Paulo César, que só entrará na seleção se Tostão não tiver condições de preencher o papel para o qual será destacado. Entretanto, Tostão teve bom desempenho na última vez em que jogou como ponta-esquerda na seleção contra a Rússia.

Artistas e ociosos

Parece que os nossos artistas populares não andam em maré de boa água lá pelas bandas do Ministério do Trabalho. De uma tacada só o Ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passarinho, está pretendendo incluir na lista dos funcionários ociosos do Ministério do Trabalho os seguintes servidores, todos êles figuras as mais populares não só do Rio, como de todo o país: começa a relação com o nome de Grande Otelo, prossegue com o de Ciro Monteiro, depois, passa pelo do seresteiro Onésimo Gomes, da antiga Mairink Veiga, e termina com o de Herivelto Martins.

Funcionário ocioso vocês sabem o que significa: aposentadoria de acôrdo com os anos de casa, isto é, menos dinheiro.

Flôres e informações

O Presidente Costa e Silva está com o Govêrno em Curitiba, mas sabe tudo o que ocorre no país. Um perfeito sistema de comunicações do Exército foi instalado no Palácio Iguaçu. Através dêle, o Presidente entra em contato imediato com todos os comandos do país.

Ontem, o Governador Paulo Pimentel voltou à sua residência, mas como convidado. E quem o convidava para jantar era o Presidente da República. E' que o Presidente Costa e Silva está hospedado na bela e confortável casa que o Governador possui no bairro mais elegante da cidade.

* * *

O Senador Nei Braga, apesar das suas divergências com o Governador, tem comparecido a tôdas as solenidades. Êle e o Governador Paulo Pimentel encontraram-se pela primeira vez no aeroporto de Curitiba, quando da chegada de Dona Iolanda. Nei tinha ido esperar o Ministro Delfim Neto, que deu o bôlo em todo o mundo e desceu no aeroporto militar. Dona Iolanda desembarcou depois, de surprêsa. Apenas o Governador foi avisado. Quando chegou ao aeroporto, o Governador estranhou a presença de um grupo de senhoras com flôres. Indagou de D. Ivone, sua mulher, e ela respondeu que aquelas senhoras ali foram para recepcionar a mulher do Ministro da Aeronáutica e que naquele momento estavam sabendo da chegada de D. Iolanda. Desta forma a homenagem à mulher do Ministro foi dividida com a Primeira Dama.

Covas

O ex-Deputado Mário Covas, que foi líder do MDB na Câmara dos Deputados, acaba de ser convidado pela Fundação Adlai Stevenson, de Chicago, para que desenvolva e aprofunde os temas que abordou num projeto de reforma agrária elaborado há tempos atrás. Os estudos serão todos custeados pela Fundação que, anualmente, escolhe cinco cidadãos das Américas, cinco da Ásia e cinco da Europa para que aprofundem pesquisas que possam contribuir para o progresso social e econômico das comunidades em que vivem. O ex-deputado ainda não respondeu ao convite, porque isso implicaria na sua transferência para os Estados Unidos.

Canavarro

O General Garrastazu Medici, chefe acaba de ser promovido a General-de-Exército, irá comandar o II Exército em São Paulo. Esta é matéria já decidida.

O General e o desconhecido

O General Garrastazu Medici, chefe do SNI, contava, ontem em Curitiba uma história com êle passada durante êstes dias de permanência do Govêrno federal no Paraná. Num dos almoços realizados em homenagem ao Presidente da República, o General se sentou ao lado de um cidadão desconhecido. Em meio ao almôço começaram a conversar cordialmente e o General Garrastazu declarou a sua condição de General do Exército e chefe do SNI. Ao que o cidadão reagiu com a seguinte expressão:

— Então, o senhor é o *fofoqueiro* mor?!

Humor presidencial

Durante a permanência do Govêrno federal no Paraná o Presidente Costa e Silva tem revelado um extraordinário bom humor, em tôdas as oportunidades Na reunião do Ministério realizada em Curitiba, o Presidente intercalava sempre as exposições de cada um dos seus Ministros com uma observação curiosa ou engraçada. Por exemplo, quando o Ministro dos Transportes, coronel Mário Andreazza, começou a falar, o fêz em voz baixa, o que levou o Presidente Costa e Silva a lhe ponderar:

— Pode falar alto, só quem tem mistério aqui é o SNI.

* * *

O Presidente da República estava falando em Curtiba quando a luz dos *spots* de um cinegrafista incidiu diretamente sôbre o discurso que lia. Completamente cego pela luz dos refletores, o Presidente parou o discurso, pôs os óculos em cima da mesa e fêz a seguinte reflexão:

— Um homem perde a voz e fica mudo; perde a audição e fica surdo. Pois eu agora não fiquei cego, mas estou perdendo a vista.

Lance-livre

● Na reunião do grupo brasileiro da Comissão Mista Brasil—Itália, registrou-se um atrito entre o conselheiro Vilar de Queirós, assessor do Ministro Delfim Neto, e o Sr. Khoury, representante da Associação dos Exportadores de Produtos Industrializados. Vilar de Queirós, que até então não se defrontara com o Sr. Khoury, aproveitou a oportunidade para manifestar-lhe o seu desagrado por sua presença no grupo, em face de suas declarações contra a sistemática atual da taxa de câmbio flexível, prestando assim um desserviço à política econômico-financeira do Govêrno. A coisa chegou a tal ponto que o Embaixador Nascimento Silva, presidente do Grupo, ràpidamente encerrou a reunião.

● Ao ser homenageado, ontem, no Superior Tribunal Militar, por motivo de sua posse na vice-presidência daquela Côrte, o Ministro Alcides Carneiro lembrando-se do Ministro Romeiro Neto, seu velho amigo e colega recentemente desaparecido, comentou: "Romeiro Neto pode estar aqui, neste momento, trazido pela saudade e ao encontro de nossa saudade."

● Um grande grupo financeiro está estudando a possibilidade de criar um banco, ao qual daria o nome de Donald, destinado a depósitos a prazo fixo para menores, com correção monetária e tudo.

● Jantando no Nino, em mesas separadas e acompanhados de amigos, o presidente do Senado, Sr. Gilberto Marinho, e o presidente da Câmara, Sr. José Bonifácio.

● O Embaixador Frank Moscoso, que foi estranhamente removido do seu pôsto no México, chegou ao Brasil e, ao invés de aceitar uma das secretarias do Itamarati que lhe foi oferecida, preferiu pedir aposentadoria.

● O ex-Governador do Amazonas, Sr. Artur César Ferreira Reis, fêz uma conferência na Associação Ocium Cum Dignitate, em que defendeu a seguinte tese: o Barão de Mauá teria sido sabotado na sua ascensão empresarial pela extrema inveja do Imperador Pedro II.

● O Sr. Mozart Amaral será eleito hoje, em chapa única, presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado da Guanabara, entidade que congrega 11 sindicatos. Êle já é presidente do Sindicato dos Lojistas.

● Conversando ontem à tarde com amigos, o Marechal Ademar de Queirós, ex-Ministro da Guerra no Govêrno Castelo Branco, e hoje dedicado às atividades privadas, teve o seguinte desabafo: "Eu nunca lutei contra o meu destino."

● O Canecão inaugurou um nôvo show, sob a direção artística de Valença, com Penha Maria, Hélio Mota e o conjunto de Peter Thomas.

● Ana Maria Vale, espôsa de Marcos Vale, chega dos Estados Unidos contando que João Gilberto foi a sensação do Festival de Música Popular recentemente realizado no México. João Gilberto resolveu sair de Los Angeles e fazer uma excursão por todo o território norte-americano para depois gravar um LP.

● A Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro, que funciona na ABBR, além do baile do calouro, a ser realizado no dia 12 de abril, programou também uma série de visitas a teatros, objetivando uma identificação maior entre todos os seus alunos.

● A recepção que a Embaixada da Polônia ofereceu à delegação do seu país no Festival do Filme quase teve o seu curso interrompido por falta de pessoas. À certa altura alguém chamou a atenção dos presentes para o que se passava defronte à Embaixada e todos acorreram ao local para contemplar, estarrecidos, uma grande bandeira com a cruz suástica colocada na parede de um edifício.

● O Ministro do Interior, Sr. Costa Cavalcânti, que se encontra com o Govêrno no Paraná, foi inaugurar algumas obras no Município de Jaquapitã, que nunca havia recebido a visita de um Ministro de Estado. E a recepção foi tão calorosa que de volta a Curitiba perguntaram ao Ministro como tinha transcorrido a sua estada em Jaquapitã, tendo êle respondido: "Puxa. Nunca dei tanto autógrafo na minha vida. Senti-me como se fôsse um galã de cinema."

● Sob a presidência do Sr. Luciano Sousa Leão, o Harvard Clube do Rio estêve ontem reunido. O próximo almôço do clube, que reúne antigos alunos da Universidade de Harvard, terá como convidado especial o presidente da Associação Comercial do Rio, Sr. Antônio Carlos Osório.

Hospital de transplantes sai em 1970

São Paulo (Sucursal) — Dentro de 600 dias estarão concluídas as obras do primeiro hospital de transplantes de órgãos da América Latina, nesta capital, de acôrdo com o contrato assinado no último dia 21 de fevereiro, no valor de NCr$ 5 188 217,30.

Turismo dá NCr$ 120 mil a 10 teatros

Autorizada pelo Governador Negrão de Lima, a Secretaria de Turismo deverá liberar até o fim de abril NCr$ 120 mil para auxiliar os teatros cariocas Santa Rosa, Arena, Shopping Center, Miguel Lemos, Jovem, Mesbla, Ipanema, Bôlso, Princesa Isabel, Ginástico e Cia. Eva Todor.

SPTGIEC Está Convocando Técnicos Para Desenvolver a Centroamérica

O Brasil vem de ser incluído entre os países que estão fornecendo técnicos em Planejamento Industrial à Secretaria Permanente del Tratado General de Integración Económica Centroamericana. Trata-se de um órgão formado mediante acôrdo entre os países da América Central, sediado na Guatemala, e que é, para a América Central, o equivalente da ALALC. Funciona sob o patrocínio da OEA e da CEPAL. Um dos técnicos brasileiros convidados para trabalhar na SPTGIEC é o economista, especializado em Planejamento Industrial, Sr. Alceu Sanches, que exerce, atualmente, as funções de Secretário de Planejamento e Coordenação Econômica do Govêrno de Mato Grosso.

Formado em Economia na Guanabara, o Sr. Alceu Sanches possui cursos de pós-graduação realizados na CEPAL — Rio e Santiago do Chile, onde graduou-se em Programação Industrial. Voltando ao Brasil, passou a professor concursado da Faculdade de Economia da Universidade do Rio de Janeiro, Cadeira de Projetos. Tem experiência internacional como professor de Projetos Industriais e foi assessor do Govêrno do Uruguai no convênio CEPAL-BID-OEA.

Alceu Sanches foi, ainda, Diretor de Treinamento e Assessoria da Cepal no Brasil e presidente da CEMAT — Centrais Elétricas Matogrossenses S. A. Sua escolha para o exercício do cargo oferecido pela SPTGIEC foi feita por indicação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Versão de sexagenário de que Hitler está vivo não convence

São Paulo (Sucursal) — Depois de alugar o salão de um hotel local por NCr$ 200,00, um sexagenário sem sobrenome — "posso ser assassinado" — reuniu-se com repórteres de dois jornais paulistas e um carioca para dizer que Adolf Hitler, Martin Bormann e Joseph Mengele estão vivos.

Com muitas marcas no corpo, um número no braço — prova de que estêve em campo de concentração — e uma mente fértil, Louis garante ter visto Hitler e outros dois nazistas numa colônia de cêrca de 20 mil habitantes, guardada por ninhos de metralhadora e tôrres de radar que detectam a aproximação de animais e sêres humanos, na qual residem apenas militares e civis que tiveram participação ativa no terceiro Reich.

A SUA VERSÃO

Louis chegou a São Paulo há 15 dias, vindo do Paraguai, e conversou com alguns jornalistas sôbre suas viagens pela América Latina em busca de nazistas; terminou afirmando que precisa destruir Hitler, mas algumas pessoas garantem que Louis está imaginando coisas.

Na gerência do hotel, Louis não deixou sobrenome nem endereço, e um funcionário afirmou que êle pagou direitinho pelo aluguel do salão.

O sexagenário deixou-se fotografar mas não se identificou, "pois é perigoso, podem me descobrir, sou assassinado e tôdas as investigações em tôrno de Hitler acabam comigo."

Louis afirma que Hitler, Bormann e Mengele moram juntos na colônia; que lá o material de guerra e as máquinas agrícolas provêm da Alemanha Ocidental; que tem testemunhas dizendo que os cadáveres encontrados na Chancelaria alemã, queimados, não eram de Hitler nem de Eva Braun, e sim que foram forjados, assim como sua arcada dentária, para enganar as tropas aliadas.

IDÉIA FIXA

Alguns judeus que viveram em campos de concentração afirmam que Louis, desde que foi libertado com o término da guerra, cultiva um ódio muito grande aos alemães, principalmente aos nazistas, que julga estarem se "reorganizando em todo o mundo e por isso é preciso cuidado com êles."

Êle deve pertencer aos quadros dos que **jamais esquecerão**, que gastam todo seu dinheiro em viagens por países da Europa, América Latina e África Ocidental, na esperança de encontrar lá os assassinos dos 6 milhões de judeus durante a II Guerra Mundial.

Êsses homens pretendem, com isso, chamar a atenção das autoridades sôbre a possibilidade de um ressurgimento do nazismo e a única maneira prática é lembrar a hipótese de que os líderes do nazismo ainda estejam vivos, embora os serviços secretos dos países aliados na guerra provem o contrário.

MESMA HISTÓRIA

Dizem êsses judeus que as informações contidas nas reportagens dos dois jornais paulistas e no carioca são "uma coletânea de informações já publicadas em vários jornais e revistas nacionais e estrangeiros nos últimos anos a respeito do assunto. A êle coube apenas acrescentar alguns pontos, fantasiando-os evidentemente.

Seria ilógico acreditar que num país como o Paraguai uma colônia de 20 mil pessoas existisse há pelo menos 20 anos sem que ninguém descobrisse, nem os pilotos que fazem rotas de contrabando entre o Paraguai e o Brasil, que conhecem todo o território do país vizinho.

Louis afirma que estêve na colônia e não matou todo mundo que tinha lá, especialmente os líderes, porque é um homem lúcido.

— Como posso, sozinho, sem um Exército, enfrentar todos os habitantes da colônia? Mas penso que depois que minhas declarações saírem nos jornais haverá gente interessada, talvez até o Govêrno de algum país se interesse. O mundo inteiro ficará sabendo de minha história de que Hitler está vivo — disse.

Gboex fixa prazo para novos grupos

Porto Alegre (Sucursal) — O Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército — Gboex — em circular enviada a seus associados informa que expira dia 31 o prazo para os sócios inscritos até 31 de julho de 1965 se transferirem para os grupos Triplo (GT) ou Especial (GE), cujos pecúlios são de NCr$ 30 mil e NCr$ 50 mil, respectivamente.

Para os sócios que ingressaram no Grêmio entre 1.º de agôsto de 1965 e 30 de novembro de 1968, a transferência já pode ser feita, bastando o interessado estar em dia com a tesouraria e exibir prova de identidade. O Gboex e seus representantes nos Estados estão prontos para fornecer maiores detalhes sôbre o assunto.

Brasil forma técnicos em meio-ambiente

Os primeiros técnicos latino-americanos em Arquitetura de Meio Ambiente serão diplomados, às 18h30m de hoje, no auditório do IPEG (Avenida Presidente Vargas n.º 670 — 19.º andar), em ato que será presidido pelo superintendente do Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, Sr. Tales Memória.

Receberão o certificado de conclusão do curso 85 técnicos, a maioria dos quais constituída de arquitetos, engenheiros e estudantes. O curso, que foi pela primeira vez realizado na América Latina, abordou os seguintes assuntos: confôrto térmico em países de clima quente e temperado; características que devem possuir os edifícios para melhorar suas condições térmicas, sem auxílio de equipamentos mecânicos; ruídos em centros urbanos; iluminação de escolas, hospitais e fábricas.

O CURSO

Durante as aulas, êsses técnicos tiveram oportunidade de analisar as características de construção dos edifícios no Rio, segundo a técnica de aproveitamento das melhores condições térmicas do clima carioca.

O curso foi ministrado pelos professôres Eustáquio Toledo, da Divisão de Confôrto da Habitação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa; Carlos Eugênio Hime, consultor de acústica de vários projetos da Guanabara e São Paulo; Paulo Sá, ex-diretor do Instituto Nacional de Tecnologia; e, Roberto Thompson Mota, catedrático da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Brasileiros doam livros a Telaviv

Telaviv (Do Correspondente) — Os editôres brasileiros que participaram da Feira Internacional do Livro, em Jerusalém, doaram cêrca de mil volumes à Universidade de Telaviv.

Os livros dão início à Biblioteca Brasileira do Instituto de Estudos Latino-Americanos. O nôvo instituto, que atua no campo da História e da Economia, é, no gênero, o primeiro no mundo dedicado à América Latina.

Reunião de Cúpula fortalece ação da ONU na Palestina

Washington (UPI-JB) — Um dos primeiros pontos do temário da Conferência dos Quatro Grandes sôbre o Oriente Médio será um projeto de apoio ao representante especial de U Thant, Embaixador Gunnar Jarring, a fim de fortalecer sua posição buscando reunir israelenses e árabes para negociações.

Funcionários do Govêrno norte-americano informaram que as conversações formais entre os representantes dos Estados Unidos, União Soviética, França e Grã-Bretanha começarão têrça ou quarta-feira da semana que vem, na sede da ONU.

Gunnar Jarring chegou ontem à capital da República Árabe Unida para novas consultas com os dirigentes egípcios. O jornal semi-oficial **Al Ahram** disse que o representante de U Thant recebeu um plano norte-americano tratando da paz em nove itens.

AJUDA

O Secretário de Estado norte-americano, William Rogers, declarou perante à Comissão de Relações Exteriores do Senado que o Govêrno considera um dever ajudar a Missão Jarring.

Segundo fontes oficiais norte-americanas, os contatos bilaterais preliminares entre os Quatro Grandes serviram para que, no início da conferência, haja pouco, ou quase nenhum desacôrdo quanto aos objetivos da reunião.

Jordânia pressiona para aumentar tensão

John Kearnes
Especial para o JB

Jerusalém — O pedido de convocação do Conselho de Segurança pela Jordânia só pode ser entendido no contexto dos esforços das nações árabes visando criar a impressão da iminência de nova conflagração e, assim, forçando as quatro potências a apressarem a sua intervenção nos assuntos da região.

Uma outra explicação plausível seria a de que Hussein pretenderia desfazer as dúvidas criadas com o rumor de que teria tido dois encontros com Abba Eban em Londres, notícia esta divulgada pelo **New York Times**.

DEFESA ATIVA

Na verdade a operação israelense contra as bases guerrilheiras de El-Salt, na Jordânia, não foi uma primeira ação nos últimos meses. Desde fins do ano passado, quando Israel anunciou a sua nova doutrina de defesa ativa, as bases guerrilheiras vêm sendo efetiva e violentamente atacadas.

A doutrina israelense diz que a defesa começa dentro do território inimigo onde quer que se encontrem os campos dos terroristas. Ela tem o duplo objetivo de dificultar ao máximo a vida das guerrilhas como também a de forçar os países árabes a dividirem as suas fôrças pelos seus vários pontos estratégicos, a fim de reduzirem os riscos de operações israelenses semelhantes às que foram realizadas contra o Egito, Líbano e Jordânia em fins do ano passado e princípios do corrente.

Os representantes das quatro potências nas Nações Unidas deverão ter seu primeiro encontro coletivo em breve. Americanos e ingleses optaram por ignorar a oposição de Israel à idéia de intervirem nas questões da região visando encontrar uma solução para as mesmas. Ainda não se pode saber porém que orientação predominará nas suas futuras decisões: se a idéia franco-soviética de imposição de uma solução, ou a anglo-americana de uma contribuição para o sucesso da missão Jarring.

A lógica das negociações parece indicar que poderá haver uma tentativa de conciliação de tais pontos-de-vista, iniciando-se pelas quatro potências com pressões para a solução de questões derivadas da crise para, eventualmente e numa última etapa, tentarem a imposição de uma paz contratual como pretende Israel. As potências procurariam criar então a escalada para a paz em contraposição à atual escalada para a guerra. E muito pouco provável que tenham sucesso porquanto os árabes não tendem a abrir mão do objetivo de destruição do Estado de Israel e os israelenses não abrem mão do seu direito à existência como nação independente.

Em todo o caso, qualquer que seja a decisão do Conselho de Segurança sôbre a reclamação jordaniana não será uma contribuição para o relaxamento das tensões.

Terroristas usam foguetes

Jerusalém e Cairo (AFP-UPI-JB) — Terroristas árabes dispararam vários foguetes Katyusha, de fabricação soviética, na madrugada de ontem, num ataque classificado pela Al Fatah de "mortífera represália" às incursões da aviação israelense contra "alvos civis" na Jordânia.

O comunicado israelense diz que os foguetes caíram perto da cidade de Beisan e no kibbutz de Betz-Zera. Outros foguetes atingiram as proximidades de Biet-She-An, mas o comunicado não informa sôbre baixas. Em Beirute, a Al Fatah disse que o objetivo do ataque foi atingir "o maior número possível de judeus a fim de fazê-los sentir o gôsto dos bombardeios a civis como os ordenados por Telaviv." O anúncio dos terroristas diz que as "perdas inimigas" foram enormes em homens e armamentos.

A Al Fatah, por outro lado, desmentiu a presença de um oficial cubano entre seus comandos que incursionaram recentemente em Israel.

Por outro lado, o Ministro da Defesa israelense, Moshé Dayan, denunciou no Knesset (Parlamento) a entrega de 700 veículos-lagartas feita pela França à Arábia Saudita, informando que posteriormente êste equipamento foi transferido para o Egito.

Nasser apressa Quatro Grandes

Cairo (AFP-JB) — O Presidente da RAU, Gamal Abdel Nasser, afirmou ontem que as grandes potências devem agir ràpidamente se desejarem evitar que a crise no Oriente Médio chegue à explosão, da qual está muito próxima.

Nasser advertiu, porém, que os árabes não aceitarão nenhuma solução imposta. "Queremos uma paz baseada na justiça; não se poderá impor-nos outra paz", disse o dirigente egípcio ao discursar na abertura do Congresso da União Socialista Árabe.

Depois de afirmar que "o destino do Oriente Médio será decidido no Oriente Médio", Nasser dirigiu-se especialmente à população de Jerusalém, dizendo que "a Jerusalém árabe faz parte da nação árabe e não aceitaremos o fato consumado que Israel quer impor à cidade."

POSIÇÃO DOS GRANDES

A respeito das grandes potências, o Presidente egípcio declarou que a posição que adotarem "será uma nova medida que definirá a posição dos amigos e inimigos e, por conseguinte, a espécie de relações de cada uma delas com as nações árabes por muitos anos."

Ainda que não citasse ninguém nominalmente, Nasser parecia aludir especialmente aos Estados Unidos, porquanto as posições soviéticas e francesas há muito são consideradas pelos árabes como favoráveis.

VIOLÊNCIA

"Ingressamos numa fase na qual devemos revidar os golpes israelenses", afirmou Nasser, prevenindo que haverá mais violência, pois "os árabes não abandonarão uma só polegada de seu território atualmente ocupado por Israel."

O dirigente egípcio recordou que há mais de um ano seus oficiais pediram permissão para efetuar ataques de represália contra objetivos civis de Israel, mas a situação não permitia à RAU êsse tipo de ação. "Mas chegará o dia — afirmou — que o bombardeio de civis egípcios será respondido com o bombardeio de civis israelenses."

ARMAS

Nasser procurou estabelecer uma diferença entre o fornecimento de armas soviéticas aos árabes e de armas norte-americanas a Israel. "Se não tivéssemos recebido as armas soviéticas depois da guerra de junho de 1967 — afirmou — não estaríamos em condições de dissuadir o inimigo."

Por outro lado, para o governante da RAU, "o fornecimento de armas a Israel é uma instigação para que mantenha suas conquistas", porque, em sua opinião, depois de 1967 os israelenses tinham armas em quantidade mais do que suficiente.

Depois de revelar que as armas soviéticas foram compradas a longo prazo e sem o dispêndio de um centavo até agora, Nasser disse que mesmo que os árabes quisessem adquirir armamentos em Washington ou Londres não o conseguiriam, "porque o imperialismo não dá armas aos que se lhe opõem."

Ainda quanto à ajuda militar soviética, esclareceu o Presidente da RAU que a URSS colocou à sua disposição vários especialistas para que os árabes possam "fazer uso completo das armas que temos recebido e desencadear a batalha da libertação."

Cairo retarda suas relações com EUA

Raymond H. Anderson
do *New York Times*

Cairo — A disposição para o restabelecimento de relações diplomáticas entre o Egito e as Estados Unidos tende a se consolidar. O reatamento é desejado por ambos os lados, mas tem sido bloqueado pela cautela e incerteza entre os egípcios, a respeito da direção que o Presidente Nixon imprimirá à sua política para o Oriente Médio.

REATAMENTO

Porta-voz do Govêrno do Presidente Nasser, numa entrevista à imprensa, abordando uma possível deterioração das perspectivas de aproximação de Washington, enfatizou que as relações diplomáticas são "naturais", até mesmo entre as nações que têm diputa.

"Relações diplomáticas não exigem necessàriamente relações amistosas." acrescentou o porta voz, Mohammed H. El Zayt.

O Govêrno de Nixon informou o Cairo de seu desejo de restabelecer relações diplomáticas, rompidas pelos egípcios há quase dois anos, durante a guerra entre os árabes e israelenses, em 1967.

Naquela ocasião, Nasser criticou a fôrça aérea dos Estados Unidos e da Inglaterra pela assistência aos israelenses nos ataques de surprêsa, que pràticamente liquidaram a fôrça aérea da República Árabe Unida. Mais tarde, êle retirou a acusação, mas as relações diplomáticas foram bloqueadas por causa da antipatia dos árabes pela política de Johnson no Oriente Médio.

INDECISÃO

"O baile é na côrte egípcia", comentou um diplomata, mas os egípcios estão relutantes, e não responderão antes de perceberem alguma evidência da mudança, ainda que pequena, da política de Washington para a disputa entre árabes e israelenses. Se Nixon confirmasse a resolução de novembro do 1967 para o Oriente Médio, Cairo anunciaria sua presteza em restabelecer relações. O Egito mostrou seu descontentamento à medida que as semanas e os meses passavam e o Govêrno de Nixon não dava nenhuma indicação de mudança em sua política.

Mas os funcionários do Cairo evitam ofender, por atos ou palavras, o Govêrno de Nixon, antes de compreenderem qual será a política para o Oriente Médio. "Não queremos fechar nenhuma porta", afirmou um funcionário. Zayat, refletindo sua política de contenção, desmentiu categòricamente a especulação de que o Cairo poderia recusar-se a restabelecer relações com Washington, por causa da revelação de que os pilotos israelenses estavam sendo treinados nos Estados Unidos, para conduzir os caça-bombardeiros supersônicos Phantom.

RESOLUÇÃO

O porta-voz criticou o treinamento dos israelenses, dizendo que "sou contrário a que se dê ao meu inimigo uma faca para que êle me ataque." Mas repeliu com impaciência a sugestão de que tal problema poderia barrar as relações entre o Egito e os Estados Unidos. Zayat também enfatizou que a visita que o Ministro do Exterior, Mahmoud Riad, recebeu de uma autoridade da Alemanha Oriental residente no Cairo, de modo algum representou o reconhecimento diplomático do regime comunista daquele país, medida que certamente irritaria os Estados Unidos. O porta-voz do Cairo, que é Ministro da Informação, se encontra semanalmente com os correspondentes para dar a posição do Govêrno em relação aos problemas internos e de ajuda externa. As entrevistas com a imprensa são parte do esfôrço árabe para prestar informações políticas, depois da guerra de 1967, quando os egípcios expulsaram os correspondentes, enquanto que os israelenses conduziam os jornalistas estrangeiros ao **front**, conseguindo, assim, a divulgação de suas opiniões nas primeiras páginas dos jornais de todo mundo. Zayat declarou que o Cairo se opôs à tentativa dos Quatro Grandes de impor um acôrdo para a disputa árabe-israelense. Mas o Cairo está a favor de medidas rigorosas, inclusive de sanções, para aplicar a resolução do Conselho, que exige a retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados e justiça para os refugiados árabes em troca de garantias de segurança para Israel.

Wilson é mediador na Nigéria

Lagos (AFP-UPI-JB) — O Primeiro-Ministro britânico, Harold Wilson, chegou ontem às 16 horas no aeroporto de Lagos, em avião de Real Fôrça Aérea, declarando que veio à Nigéria "para ajudar a minorar o sofrimento dos habitantes do país assolado pela guerra civil."

O Presidente nigeriano, General Iakubu Gowon, afirmou que estava contente com o visitante que não pretendia assumir o papel de mediador do conflito e acrescentou: "Mesmo assim quero que o senhor saiba que a Nigéria está pronta para ir à mesa de conferências para negociar, a qualquer momento, desde que haja perspectivas de uma solução duradoura para nossa crise atual."

REUNIÕES DE TRABALHO

O General Gowon, ao responder a Wilson, ainda no aeroporto do Lagos, afirmou que a guerra continuará sendo a solução da Nigéria se não existir um acôrdo e as "operações militares continuarão até o esmagamento completo da revolta."

A comitiva de Wilson, composta do Subsecretário de Exterior, Maurice Poley, e do representante britânico em Lagos, entrou em seguida num automóvel. No trajeto do aeroporto à cidade, Wilson foi muito aplaudido. As reuniões de alto nível entre britânicos e nigerianos ocorrerão hoje pela manhã e todos os aspectos da guerra serão passados em revista.

NA ZONA PERIGOSA

Harold Wilson pretende visitar de helicópteros a região mais assolada pela guerra, justamente os territórios federais recentemente tomados aos biafrenses. Wilson quer aproximar-se o mais possível dos centros de lutas, para examinar as condições de sobrevivência da população civil.

Um dos objetivos de Wilson na Nigéria, segundo se revela, é conseguir a suspensão dos bombardeios nigerianos contra os civis de Biafra. O Primeiro-Ministro enfrenta crescente pressão da opinião pública na Inglaterra contra o fornecimento de armas ao Govêrno federal nigeriano.

ENCONTRO COM OJUKWU

Funcionários do Govêrno britânico afirmaram que Wilson não veio à Nigéria para ser mediador do conflito e, com base nisto, desmentiram um possível encontro de Wilson com o chefe de Biafra, o coronel Ojukwu.

Em Lagos, contudo, os rumôres sôbre um diálogo Wilson-Ojukwu continuavam insistentes e chegou-se a indicar que o local do encontro seria o navio britânico **Fearless**, ancorado no pôrto da capital, para hospedar a comitiva do Primeiro-Ministro.

Crise ameaça o Govêrno inglês

Londres (UPI-JB) — O discurso do Ministro dos Correios, John Stonehouse, contra a política seguida pelo Gabinete trabalhista em matéria econômica e comercibl produziu uma séria crise no Govêrno britânico no momento em que o Primeiro-Ministro Harold Wilson visita a Nigéria.

As críticas do membro do Gabinete ao Govêrno são feitas quando o Ministro do Tesouro, Roy Jenkins, prepara-se para apresentar o nôvo orçamento britânico e os trabalhistas lutam por três cadeiras no parlamento em eleições suplementares. Stonehouse afirmou que "a Grã-Bretanha luta para sobreviver desesperadamente e a política econômica não tem dado resultados."

Todos os outros Ministros irritaram-se com o discurso de Stonehouse e a ausência de Harold Wilson, por seis dias, pode agravar a crise. Wilson possui uma grande capacidade de mediação.

Webster toma poder em Anguilha

Charlotte Amalie, Ilhas Virgens (UPI-JB) — Ronald Webster, presidente auto aclamado de Anguilha, ocupou ontem seu antigo gabinete no palácio de Govêrno da ilha, com a ajuda de 300 anguilhanos que o foram esperar no aeroporto, de regresso de Nova Iorque.

A notícia procede das Ilhas Virgens. Dizem que Webster foi recebido em triunfo e marchou para seu antigo gabinete, onde fôra proibido de entrar pelo comissário da Coroa, Anthony Lee. Êste não tentou mais utilizar o gabinete, desde sábado, quando uma manifestação de 1 500 pessoas barrou-o à porta.

"BEATLE" EM LUA-DE-MEL

Radiofoto UPI

O beatle John Lennon e sua mulher, a japonêsa Yoko Ono, romperam a promessa de passar na cama os sete dias de sua lua-de-mel, "em protesto contra a violência no mundo", para receber uma bicicleta que encomendaram. Lennon e Yoko, ambos de pijamas, tratam de experimentá-la, na suite do hotel, em Amsterdã, onde se hospedam

Jovens espanhóis realizam pelo segundo dia protesto de rua contra Washington

Madri, Washington (AFP-UPI-JB) — Grupo de jovens, pelo segundo dia consecutivo, realizaram ontem manifestações antinorte-americanas em Madri, ao mesmo tempo em que se anunciava em Washington que os Estados Unidos e a Espanha chegaram a um acôrdo, em princípio, para renovar o tratado que dispõe sôbre o arrendamento de bases norte-americanas em solo espanhol.

O Ministro de Relações Exteriores da Espanha, Fernando Maria Castiella, depois de dois dias de conferências com o Secretário de Estado, William Rogers, regressou ontem a Madri para manter consultas com o seu Govêrno, principalmente sôbre o montante da ajuda militar que a Espanha receberá, como compensação.

NEGOCIAÇÕES

Informou-se que não se chegou a um acôrdo de princípio sôbre a ajuda norte-americana à Espanha. O acôrdo de defesa firmado em 26 de setembro de 1953 terminou anteontem e deverá ser renovado por mais cinco anos. Pelo tratado, os EUA mantêm na Espanha três bases aéreas e uma naval.

Um comunicado conjunto afirma que "o Ministro de Relações Exteriores da Espanha e o Secretário de Estado chegaram a um acôrdo de princípio sôbre o caráter das modificações que devem validar por outros cinco anos o acôrdo de defesa. Segundo ambos os Governos, êste deveria voltar a entrar em vigor quando as negociações conduzam à redação de um documento explicativo das referidas modificações. Os Governos dos Estados Unidos e da Espanha confiam em que tal propósito poderá ser logrado ràpidamente."

Fontes diplomáticas disseram que o Presidente Richard Nixon teria aceito um convite informal para visitar a Espanha. O convite teria sido feito pelo Chanceler espanhol Fernando Maria Castiella.

Apesar das medidas de segurança tomadas pelas autoridades, jovens espanhóis voltaram a se manifestar contra a renovação do tratado hispano-americano. Na noite de quarta-feira, um dia após a suspensão do estado de emergência foram realizadas manifestações relâmpago em vários pontos do centro de Madri.

RECORDE NA EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS 10 MILHÕES DE DÓLARES

Desde que foram instituídos pelo Govêrno os incentivos à exportação de produtos industrializados, mais de 10 milhões de dólares em tela de juta já foram exportados pela Cia. União Manufatora de Tecidos, com fábricas em Duque de Caxias e Vitória, e pela sua associada, a Cia. Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta, com fábrica em Manaus.

Aquêle total representa um recorde na exportação de um único consórcio industrial. Além disso, diz respeito a um produto que só recentemente passou a figurar na pauta das exportações brasileiras. Sua matéria prima é 100% nacional, tôda ela proveniente da Amazônia.

Os índices crescentes das compras de nossa tela de juta, pelos países da zona da ALALC, fazem acreditar em que as exportações brasileiras do produto aumentarão de ano para ano. O "Grupo União-Brasiljuta" atingiu aquela alta cifra de vendas para o exterior com o embarque realizado recentemente pelo navio "Vitória".

Mariner-7 se dirige a Marte para ver se há vida no planèta

Cabo Kennedy (UPI-JB) — A cosmonave Mariner-7 foi lançada ontem rumo a Marte, com o objetivo de investigar a superfície do planêta e a possibilidade de vida em sua atmosfera.

O Mariner-7 deverá passar a uns 3 200 km de Marte no dia 5 de agôsto próximo e suas câmaras de televisão transmitirão as imagens mais detalhadas já conhecidas daquele planêta.

ATMOSFERA MARCIANA

A cosmonave deverá cruzar a região polar sul de Marte, onde se acredita existir uma leve camada de geada ou gêlo, esperando-se que os seus detentores possam revelar as temperaturas da superfície e a composição da atmosfera marciana.

O Mariner-6, lançado no dia 24 de fevereiro, já percorreu mais de 80 milhões do percurso total de 365 milhões de quilômetros, durante seus cinco meses de vôo.

Peritos do Laboratório de Retropropulsão, em Passadena, Califórnia, disseram que todos os sistemas a bordo do Mariner-6, que pesa 385 quilos, funcionam normalmente.

O trabalho de reconhecimento do Mariner-6 será feito no dia 31 de julho, à altura do equador marciano.

EXISTÊNCIA DE VIDA

Nenhuma das duas cosmonaves confirmará aos cientistas se existe ou não vida em Marte, mas a existência de atmosfera que poderá tornar tolerável alguma forma de vida.

No comêço desta semana, cientistas do Observatório Macdonald, no Texas, anunciaram ter provas concludentes de água em Marte.

O Mariner-7 foi impulsionado ao espaço por um foguete Atlas-Centauro.

Marte, um alvo maior

Departamento de Pesquisa

Os antigos viam na côr vermelha de Marte sinistros prenúncios da morte; deram, inclusive, ao planêta o nome do Deus mitológico da guerra e batizaram seus satélites de Phobos e Deimos: Mêdo e Terror. Mas, hoje, os cientistas contemplam o "planêta vermelho" com outros olhos e nas suas côres vêem possíveis sinais de vida.

Afastado da Terra por distâncias maiores que 56 milhões de quilômetros, Marte é hoje, um dos alvos principais dos cientistas soviéticos e americanos. Os lançamentos são feitos durante curtos períodos de maior aproximação entre os dois planêtas: a estas épocas favoráveis os técnicos chamam *janelas para Marte*.

Os satélites não são disparados diretamente a Marte, mas "ao local onde êle estará em determinada época", seguindo assim uma rota elítica. A razão disso é a simples economia de combustível, pois um vôo direto exigiria o constante funcionamento dos motores, enquanto para a rota arqueada basta que o foguete lançador dê à nave o impulso inicial.

São necessárias, entretanto, correções no rumo da nave e para isso ela dispõe de pequenos motores auxiliares: os desvios são conseqüências de pequenos êrros iniciais, perturbações no campo magnético interplanetário e do chamado vento solar, uma espécie de sôpro elétrico continuamente fluindo do Sol e que se torna particularmente violento, quando ocorrem no Sol tempestades magnéticas.

NA ROTA DE MARTE, OS PRECURSORES

O primeiro lançamento de um satélite a Marte ocorreu em 1963, e foi feito pelos russos: Marte-1, uma sonda cilíndrica de 300 quilos, dotada de baterias solares e instrumentos de medição, além de motor para correção de trajetória. O disparo foi perfeito, mas, quando o veículo se encontrava a uns 80 milhões de quilômetros da Terra, calou-se sùbitamente. Acredita-se que um meteoro maior tenha avariado o sistema de rádio da nave.

Ainda em 63, houve mais dois lançamentos russos na direção de Marte, mas em ambos os casos os foguetes lançadores explodiram.

Zond-1, também soviético, lançado em 64, perdeu o contato com a Terra dias após o lançamento.

Em setembro de 64, abriu-se outra *janela para Marte* e desta vez tanto americanos como russos aproveitaram a oportunidade para novos lançamentos: no dia 3 subiu o Mariner-3, de 230 kg. O lançamento foi perfeito mas uma deficiência no sistema elétrico de bordo não abriu os painés solares e assim a nave calou-se pouco depois, por falta de energia.

O Mariner-4, que passou perto de Marte, foi lançado no dia 28, com um lançamento perfeito sob todos os aspectos.

O Zond-2, soviético, disparado em novembro de 64, pesando 300 quilos, calou-se também sùbitamente.

O Mariner-5 lançado em meados de 1967 passou perto de Vênus em missão científica. Assim, sem contar o vôo do Mariner-6 e Mariner-7 — o 4 se constituiu no mais perfeito vôo de uma sonda espacial até hoje: as fotos mostraram que Marte é muito mais velho do que se supunha, e que a densidade atmosférica é menor do que a calculada da Terra. As suas 10 mil crateras dão a Marte um aspecto mais lunar que terrestre.

O Mariner-6, que foi lançado no princípio de 69, deverá aproximar-se do planêta Marte até uma distância de 3 200 quilômetros, no seu ponto mais próximo, na região leste, no dia 31 de julho, e tirará aproximadamente 50 fotografias das marcas semelhantes e canais e das zonas sombreadas observadas da Terra próximas ao equador marciano. O Mariner-6 está equipado com sensômetros de raios infravermelhos e ultravioletas, para medir, com maior precisão, a densidade e composição da atmosfera de Marte, que se acredita ser constituída principalmente de bióxido de carbono.

Quando a Mariner-4 atingiu Marte, o planêta estava a 215 milhões de quilômetros da Terra: as fotos foram tiradas de uma distância de 14 mil quilômetros, mas com objetivas especiais que aproximavam Marte até uma distância de 400 quilômetros. O Mariner-7 verá as calotas polares onde os invernos de Marte deixam extensos mantos de neve.

O homem e o módulo lunar

Max Lerner
do *Los Angeles Times*

O fato crucial sôbre o vôo do módulo lunar, afora as suas dificuldades e o que êle revelou sôbre o espaço, é o que êle demonstrou sôbre o processo criativo do homem aqui na Terra.

O ML — ou *aranha*, *inseto*, ou o que resolverem chamá-lo — deve a sua origem a um russo morto e a um norte-americano bastante vivo. O russo foi Yuri Kendratyuk, que primeiro teve a idéia (há meio século atrás) de conduzir um veículo dentro de outro numa excursão espacial, para depois soltá-lo e deixá-lo baixar, suave e lentamente, sôbre a superfície lunar, com seus próprios recursos. O americano é John C. Houbolt, engenheiro-espacial que trabalhara com a ANAE e que agora se acha em Princeton. Êle deve ter se valido da idéia de Kendratyuk, em seu esquecido livro, por ter notado a sua relevância, tendo-a então aperfeiçoado, promovido e, de alguma forma, conseguido torná-la realidade.

A história de Kendratyuk é trágica por ter êsse gênio científico sido estupidamente pôsto de lado pelo seu próprio Govêrno soviético. A história de Houbolt poderia ter acabado da mesma forma, porque êle encontrou dificuldades e se empenhou em luta de morte contra as intrigas dentro do laboratório da ANAE, contra a política palaciana e o império de Houston antes de conseguir ultrapassar os seus burocratas e ter acesso a autoridades de maior projeção e imaginação. Mas êle o conseguiu, e o ML sobreviveu.

Assim, num espaço de meio século, o gênio de dois povos deu a um dêles — os americanos — uma boa chance de pousar na Lua neste verão. Os russos têm dado prioridade a laboratórios de órbita terrestre, que os levará à Lua um pouco mais tarde e por meio de uma tecnologia diferente, mas entrementes pagarão dividendos à ciência e talvez à fôrça militar.

O que me interessa ainda mais que os caminhos que as duas grandes potências espaciais estão trilhando é o que elas têm em comum. Em ambas está começando a surgir um nôvo tipo de homem. Chamem-no de tecnólogo ou de tecnotrônico, do que quiserem. Os cientistas e engenheiros espaciais, os homens decididos que planejaram, desenharam e construíram a nave Apolo e o ML, os próprios astronautas: êles são todos fases dêste nôvo homem que surge.

É um homem disciplinado, preciso, estável, habilidoso. Êle se resfria e tem náuseas, como todos nós. Não é um computador, mas aprendeu a sentir-se à vontade em sua companhia. Tem sido chamado de "homem prolongado", porque tem a seu serviço uma nova prática e conhecimento que lhe permite estender as suas atividades bem além do seu próprio meio ambiente.

Em julho próximo êsses homens pròvàvelmente terão permitido que dois homens pisem na superfície lunar e (esperamos) regressem à Terra. Êles terão permitido aos russos, mais ou menos à mesma época, tripular um laboratório espacial. Mais para o futuro, encontra-se Marte, e há também os laboratórios solares, as demoradas viagens espaciais e talvez se experimente a vida no espaço numa escala substancial.

Nas décadas e séculos à nossa frente existirão aquêles que irão presenciar o aparecimento de um nôvo homem a partir do "homem prolongado" — um hmoem cujo próprio sistema nervoso e sensorial esteja ligado ao sistema eletromagnético do computador.

Costa e Silva espera em 69 um desenvolvimento até 7%

Florianópolis (Correspondente) — O Presidente Costa e Silva afirmou, ao instalar o Govêrno, que espera manter, êste ano, o índice de crescimento entre 6 e 7%, "que é um índice perfeitamente razoável para um país que tem muito o que gastar e investir."

— O Govêrno atual nada mais deseja do que ser a continuação da ação revolucionária instalada no país em 1964. Devemos continuar, e para isso precisamos do apoio do povo. Conto com a solidariedade absoluta e a dedicação exclusiva dessa equipe que me acompanha sempre, nos bons e maus momentos — declarou.

TRABALHO

O Marechal Costa e Silva iniciou as suas palavras com a afirmação de que "aqui estamos para trabalhar" e que os seus Ministros trabalhariam dia e noite, se preciso, despachando assuntos do interêsse de Santa Catarina e do país.

— Devo assinalar que a recepção popular que nos foi proporcionada teve profunda significação para nós e alto confôrto para os que se dedicam de corpo e alma à causa pública. Não nos envaidecemos, mas nos sentimos profundamente emocionados e agradecidos ao Govêrno e ao povo de Santa Catarina. Bem sabemos que desta manifestação popular compartilha o Govêrno catarinense, porque, se êsse Govêrno não fôsse realmente digno e trabalhador, por certo não iria o povo à praça pública, apesar dos apelos que lhe fizessem.

REIVINDICAÇÕES

O Presidente disse, a seguir, que encaminharia o memorial de reivindicações do Govêrno catarinense ao Ministro do Planejamento.

— Estamos perfeitamente cientes — afirmou — dos problemas dêste Estado. Trazemos determinação firmada de resolver seus problemas de pesca. Santa Catarina está fadada a ser o grande abastecedor do mercado do pescado brasileiro. Para isso, é nossa idéia dar ao pôrto de Laguna aquêle valor extraordinário que teve no pasado. Desejo acentuar que amanhã todos os problemas catarinenses serão atacados de corpo presente, entre os Secretários de Estado e os Ministros respectivos.

Acrescentou que o Govêrno está empenhado no sentido de que "Santa Catarina não fique para trás no processo evolutivo econômico-financeiro do país." Afirmou que o desenvolvimento no Centro-Sul é uma realidade. Com auxílio dos grandes Estados, o Govêrno levará o desenvolvimento ao Nordeste, a fim de estabelecer um regime de progresso uniforme.

— Se acreditarmos no Brasil e confiarmos no Govêrno, que vem se impondo dia a dia pela dignidade, honradez e trabalho, haveremos de ter um Brasil nôvo, dentro de 30 anos. Como retrospecto, quero dizer que evoluímos de um desenvolvimento a passo de tartaruga, em 1963, na base de 1,6% de crescimento do produto nacional bruto, para 6,5%, em 1968.

Primeiro despacho foi com Ivo

Após o seu pronunciamento, na instalação do Govêrno federal, o Presidente Costa e Silva recebeu em seu gabinete, para despachos, o Governador Ivo Silveira, Secretários de Estado e membros do Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Aos deputados, o Marechal disse que encontrava em Santa Catarina "uma harmonia perfeita entre os políticos. Vemos que existe um entendimento perfeito dentro de normas políticas perfeitamente assentadas nos princípios democráticos."

— O que o Govêrno quer — acentuou o Presidente — é um regime de liberdade, de expressão honesta. Deve haver Govêrno e Oposição, mas não se pode admitir retaliação pessoal.

— Ainda que universais, êsses princípios democráticos podem falhar num regime político, mas de qualquer forma sinto-me feliz quando vejo que o Governador dêste Estado manteve aquilo que não conseguimos, que é o entendimento perfeito com os demais Podêres.

— Para o mais breve possível, desejo a plenitude do regime democrático, restabelecendo no plano federal essa harmonia que existe em Santa Catarina entre os três Podêres constituídos.

Após êsse pronunciamento, o Presidente da República dirigiu-se ao Palácio da Agronômica, sua residência oficial, onde repousou até às 21 horas, quando o Govêrno catarinense lhe ofereceu banquete de trezentos talheres.

Governador entrega memorial

Em discurso na solenidade de instalação do Govêrno federal, o Governador Ivo Silveira entregou "o documento que contém as reivindicações provadamente úteis à Federação nesta sua unidade, reivindicações em que avultam a segunda ponte entre a ilha e o continente e as BR-101 e 282."

— Viemos investindo cêrca de 40% do orçamento nos planos econômico e social. Não discriminamos entre as regiões e os setores de atividade válida. Entramos nos domínios da pesca e do turismo que afinal convencem o espírito progressista do país. Fomos até as reformas administrativas para racionalizar a administração — disse o Governador.

INTEGRAÇÃO

— O sistema rodoviário teve construções e melhorias, algumas em convênio com prefeituras, que cobrem 2 400 quilômetros sôbre os quais se contam 1 380 metros lineares de obras de arte. Recuperamos áreas que o isolamento integrará à vida econômica de outros Estados e interessamos os espaços vazios às mãos que semeiam para o bem comum.

— A agricultura, que concentra 60% do nosso labor, agora é servida por 255 técnicos e 116 escritórios de extensão que prestam assistência a mais de 40 000 famílias através de 7 900 líderes rurais treinados. Distribuímos 9 487 toneladas de insumos. Incorporamos aos plantéis 3 631 reprodutores e matrizes. Aplicamos nos rebanhos 4 618 000 vacinas. 70 000 lavradores foram congregados em 214 cooperativas. Financiamos o erguimento de 13 armazéns comunitários para 31 200 toneladas. O crédito rural orientado respondeu à necessidade de 21 059 comunitários com 31 milhões e 700 mil cruzeiros novos. Expedimos 2 441 títulos de terra definitivos. Conquistamos e mantemos o pôsto de 5.º produtor nacional de alimentos.

— O ensino — item de honra na pauta da Revolução mereceu o desvêlo da autoridade. Levamos ao primário 1 806 salas, o que representa mais 152 000 matrículas. Acrescemos o equipamento físico da rêde do secundário com 12 estabelecimentos em que predominam os currículos do técnico profissional, valendo-nos, para tanto, a contribuição do Fundo Nacional do Ensino Médio. Inspirados no Programa Estratégico, elaboramos o Plano Estadual de Educação e vamos realizando a reforma da estrutura administrativa da Secretaria de Educação e Cultura.

— Foi vivificante — acentuou o Sr. Ivo Silveira — a irrigação financeira no parque fabril, na indústria da pesca, no comércio e na agropecuária. Em três anos, o Banco de Desenvolvimento do Estado fortaleceu a iniciativa particular com 245 milhões de cruzeiros novos e o Banco do Desenvolvimento do Extremo Sul com 32 milhões.

Presidente é recebido à tarde

O Presidente Costa e Silva desembarcou às 16h20m, no Aeroporto Hercílio Luz, sendo recebido pelo Governador Ivo Silveira, Almirante Átila Franco Aché, comandante do 5.º Distrito Naval, General Álvaro da Silva Braga, comandante do III Exército, e General Campos de Aragão, comandante da 5.ª Região Militar.

Acompanhado do Governador, passou em revista as tropas das três Armas e da Polícia Militar, formadas em sua homenagem, e depois cumprimentou os Ministros, autoridades federais e estaduais que o aguardavam. As 16h40m deixou o aeroporto, de automóvel, a uma velocidade média de 60 quilômetros horários.

APLAUSOS

O percurso findou na Praça 15 de Novembro, onde se comprimia grande multidão. O carro oficial diminuía de velocidade sempre que encontrava, no trajeto, maiores aglomerados de populares, que agitavam bandeirinhas do Brasil e de Santa Catarina, saudando o Presidente.

A banda do Abrigo de Menores, pouco antes da chegada do Marechal Costa e Silva à Praça 15 de Novembro, executou a marcha de Chico Buarque de Holanda, *A Banda*, que foi cantada por populares e estudantes.

As 17h02m, o automóvel presidencial chegou à praça. O Presidente desceu e subiu, andando a pé, durante duas quadras, sob aclamação popular. O Marechal Costa e Silva acenava, sorridente. Antes de entrar no Palácio dos Despachos, parou e, voltando-se para a multidão, cumprimentou-a — ocasião em que os aplausos redobraram. Em seguida, realizou-se a solenidade de instalação do Govêrno federal em Santa Catarina.

Arzua inaugura mercado

O Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, que chegou às 15 horas de ontem, procedente de Curitiba, inaugurará hoje, em Itajaí, o supermercado da Cobal, que custou NCr$ 40 mil.

O gabinete do Ministério da Agricultura está instalado na Secretaria de Agricultura, onde o Sr. Ivo Arzua concederá audiências às autoridades estaduais, classes produtoras.

PESCA

Durante sua permanência em Santa Catarina, o Ministro da Agricultura inaugurará as instalações da Sociedade Industrial de Pescado, em Navegantes, a qual obteve financiamento através de projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. O superintendente da Sudepe, Almirante Nunes de Sousa, acompanhará o Ministro.

Hoje à tarde o Sr. Ivo Arzua presidirá à solenidade de assinatura do contrato do Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC — com a Cooperativa Mista de Pesca Enseada, de São Francisco do Sul, para aquisição de entreposto de pesca. Serão ainda assinados convênios com a Superintendência de Desenvolvimento do Extremo-Sul — Sudesul — e com o INDA, para investimentos.

A agenda do Ministro da Agricultura prevê audiências com o Secretário de Agricultura de Santa Catarina, Sr. Luís Gabriel, Sociedade Catarinense de Engenheiros Agrônomos, Patronato Agrícola Regional de Catanduvas, Federação de Trabalhadores na Agricultura, prefeitos do interior.

Macedo transmite boas-novas

O Ministro da Indústria e do Comércio foi o primeiro a chegar a esta capital, ontem, às 10h30m, e ao instalar o seu Ministério na Federação das Indústrias disse que havia aprovado 23 projetos de empresários catarinenses num total de NCr$ 37 milhões.

Os projetos aprovados pelo Ministro Macedo Soares já estão em pleno estágio de implantação e abrangendo indústrias gráficas, malharias, fiação e tecelagem, derivados de leite, peças fundidas de ferro maleável para a indústria automobilística e construção civil.

O AÇÚCAR

Sôbre a situação da indústria açucareira de Santa Catarina, o Ministro Macedo Soares disse que o Estado, que tem cinco usinas, produziu no último ano safra de 309 mil sacas de 60 quilos, sendo livre a sua comercialização.

A safra dêste ano, porém, foi afetada em conseqüência da prolongada estiagem que atingiu o Centro-Sul do Estado. O Ministro da Indústria e do Comércio concederá audiência aos produtores de açúcar, para ouvir suas reivindicações e procurar dar solução ao problemas causados pela estiagem. Já autorizou o Instituto do Açúcar e do Álcool a emprestar NCr$ 1 bilhão ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, que financiará os produtores.

UNIÃO PELO PROGRESSO

No palanque em Foz do Iguaçu, Costa e Silva e Alfredo Stroessner manifestam apoio aos ideais de integração continental

Presidente saúda Stroessner e prevê esfôrço comum na bacia do Prata

O Presidente Costa e Silva declarou, ao saudar o Presidente Alfredo Stroessner, em Foz do Iguaçu, na inauguração da Rodovia Foz do Iguaçu—Paranaguá, que o Paraguai e o Brasil, "ao programarem sua contribuição para o desenvolvimento da bacia do Prata, podem dar cunho eminentemente construtivo à obra de integração."

— Fundamental e inadiável é a tarefa de explorar proveitosamente os recursos abundantes que nos confiou a natureza. Delicada e complexa é a missão de valorizar e aperfeiçoar as qualidades inatas do nosso elemento humano — frisou o Presidente da República.

SAUDAÇÃO

Eis o discurso proferido pelo Marechal-Presidente em Foz do Iguaçu:

"Senhor Presidente:

E' com a maior satisfação que venho dar a Vossa Excelência os votos fraternais de boas-vindas, em nome do povo e do Govêrno do Brasil, profundamente honrado ao receber em nosso território a visita do Presidente da República do Paraguai.

A autenticidade dos sentimentos de que a Nação brasileira me faz intérprete e acentuada pelo significado da presença de Vossa Excelência, neste local e nesta data, quando se completam quatro anos da inauguração da Ponte da Amizade, expressão concreta dos vínculos espirituais que unem paraguaios e brasileiros.

Hoje aqui estamos para a inauguração de outra obra igualmente expressiva — a BR-277 ou Rodovia do Atlântico — que complementa aquêle empreendimento e nos permite dizer que as avenidas de Assunção estão abertas para o oceano.

Juntamente com os entrepostos do depósito franco, estabelecidos em Paranaguá e Encarnacion, vemos traçado todo um sistema de integração física destinado a assinalar o início de nova e fecunda fase no intercâmbio sócio-econômico entre nossos países.

São êstes, entretanto, Senhor Presidente, apenas alguns dos frutos de uma larga política de cooperação, que há de consolidar-se e ampliar as relações brasileiro-paraguaias através de extenso rol de iniciativas nos mais diversos setores, e que se constitui na melhor maneira pela qual o Paraguai e o Brasil, ao programarem sua contribuição para o desenvolvimento da bacia do Prata, podem dar cunho eminentemente construtivo à obra de integração, em cujos resultados depositam os povos de tôda a área esperanças que não devem ser frustradas no futuro. Com êsse exemplo de objetividade e entendimento, nossos países estarão em condições de bem inspirar os trabalhos da próxima reunião dos chanceleres da bacia do Prata, em Brasília.

E justo e oportuno que neste belo e fértil vale do rio Paraná, para onde convergem nossas nacionalidades, lembremos mais êste traço caracterizador de nossas realizações. De fato, junto às águas do Acaraí, que já acionam as possantes turbinas de imponente usina hidrelétrica, como que vemos delinear-se o perfil de tôda uma obra de cooperação, fundada no respeito mútuo, da qual o nosso continente e, talvez, os povos do Velho Mundo hão de haurir sugestões edificantes.

Não permitamos, porém, Senhor Presidente, que o júbilo com que nossos povos contemplam êstes primeiros resultados eloqüentes de seu esfôrço conjunto possa desviá-lo da inabalável disposição de enfrentar e vencer as grandes tarefas que ainda continuarão a desafiar sua energia e capacidade de realização.

Longo e árduo é o caminho que teremos de percorrer, para proporcionar aos nossos países as conquistas da ciência e da tecnologia modernas. Fundamental e inadiável é a tarefa de explorar proveitosamente os recursos abundantes que nos confiou a natureza. Delicada e complexa é a missão de valorizar e aperfeiçoar as qualidades inatas do nosso elemento humano.

Senhor Presidente:

Diante da magnitude da obra que nos resta por empreender, muito nos conforta e orgulha, a nós brasileiros, saber que nessa fascinante jornada rumo ao futuro, tão rica em promessas como em dificuldades e surprêsas, não nos faltará a companhia valorosa do heróico povo paraguaio.

Stroessner acentua significado da BR-277

O Presidente do Paraguai, General Alfredo Stroessner, declarou, em discurso, que "êste instante, aqui na fronteira de nossas duas pátrias, no ato de inauguração da BR-277, que vai unir Assunção com o pôrto brasileiro de Paranaguá, tem um alto significado para o desenvolvimento e a integração."

— E que, no futuro, uma vez que ela cruzará uma região da selva, servirá para fomentar a economia do Paraguai e Brasil, com benéfica influência para todos os países americanos — acrescentou.

ESFÔRÇO CONJUNTO

— Este ato, que inaugura esta magnífica estrada asfaltada, ligando o pôrto de Paranaguá a Assunção, tem o mais alto significado para a minha pátria.

— É o resultado do trabalho e do esfôrço conjunto, animado pelo espírito de progresso. Desejo também assinalar que, em 1941, quando cheguei ao pôrto de Paranaguá, na viagem de regresso ao meu país, comecei a acalentar o desejo e a esperança de um dia chegar ao Atlântico por uma estrada em linha reta, unindo Assunção ao Brasil. E esta magnífica obra, que hoje é entregue ao tráfego, vai tornar realidade um velho sonho.

— Para mostrar-lhe o desenvolvimento e a integração nacional, o pôrto franco que o Brasil facilitou ao nosso país constitui um passo à frente, e abre perspectivas de novos empreendimentos materiais e espirituais de incalculáveis tradições americanistas.

— Cabe ainda salientar que o Brasil é grande por suas dimensões geográficas, pela riqueza de seu povo, por suas tradições de hospitalidade, pela sua alta técnica em todos os setores de atividade e pelo alto nível industrial que já alcançou, tanto mais expressivas se apresentam essas conquistas quando abre suas fronteiras, para que por suas terras magníficas transitem também outros povos, levando o labor de sua produção e capacidade, para atingirem os mercados mundiais, através do mar.

Declaração anuncia ponte sôbre rio Apa

O Presidente Costa e Silva e o Presidente Alfredo Stroessner divulgaram ontem uma declaração conjunta onde revelam a decisão de iniciar, com a maior brevidade possível, a construção de uma ponte sôbre o rio Apa.

Os dois Presidentes afirmaram ainda que desejam ver "adotados métodos de trabalho que permitam a melhoria das condições de navegabilidade do rio Paraguai no trecho compreendido entre as cidades de Corumbá e Assunção."

É a seguinte a declaração conjunta assinada pelo Marechal Costa e Silva e o General Alfredo Stroessner:

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da República do Paraguai, reunidos no dia 27 de março de 1969, na cidade de Foz do Iguaçu, para a inauguração da BR-277 — Rodovia do Atlântico, que integra, através da Ponte da Amizade, a Estrada Assunção—Paranaguá.

Considerando que esta inauguração constitui o coroamento do esfôrço recíproco de integração iniciado com a abertura da rodovia entre as cidades paraguaias de Coronel Oviedo e Pôrto Presidente Stroessner, e prosseguido com a construção da Ponte da Amizade;

Conscientes de que esta obra permite e vem assegurar a plena utilização do entreposto de depósito franco estabelecido em Paranaguá pelo Convênio de 20 de janeiro de 1956;

Convencidos de que esta realização, inspirada em autênticos propósitos de crescente e fraternal cooperação entre as duas nações, reafirma a vontade dos Governos brasileiro e paraguaio de proporcionar a seus países soluções que correspondam às aspirações de progresso, desenvolvimento e bem-estar de seus povos;

Decididos a não pouparem esforços para estreitar cada vez mais os laços de amizade que unem os dois países, e registrando satisfação pelo bom andamento dado à execução do estabelecido na Ata Final de Foz de Iguaçu, principalmente no relativo à Comissão Mista Técnica Brasileiro—Paraguaia; e

Persuadidos de que esta comunhão de ânimos continuará a ter expressão nas relações bilaterais e ressonância no quadro da unidade latino-americana, dentro do espírito de solidariedade dos povos americanos,

DECLARAM:

1) Que a interconexação dos sistemas rodoviários do Brasil e do Paraguai, aqui tornada realidade, assinala nova e auspiciosa época nas relações econômicas dos dois países;

2) A disposição dos dois Governos de imediatamente reativar, em bases mais amplas, a Comissão Mista de Comércio e Investimentos, criada pelo Tratado Geral de 27 de outubro de 1956;

3) sua satisfação pelo feliz encaminhamento das negociações conducentes à próxima implementação das disposições contidas no Artigo V do Convênio de Cooperação para o estudo do Aproveitamento da Energia Hidráulica dos rios Acaraí e Mondaí, firmado em 20 de janeiro de 1956, no sentido do fornecimento no Estado do Paraná, de energia da Usina Hidrelétrica do Acaraí, obra que abriu as mais largas perspectivas para o desenvolvimento das regiões fronteiriças;

4) o seu mais vivo interêsse na rápida formalização dos entendimentos para o financiamento dos estudos destinados ao aproveitamento econômico do trecho internacional do rio Paraná, limítrofe entre os dois países;

5) sua decisão de iniciar, com a maior brevidade possível, a construção da ponte sôbre o rio Apa, nos têrmos do Acôrdo que acaba de ser ratificado pelos dois Governos;

6) seu desejo de ver adotados métodos de trabalho que permitam a melhoria das condições de navegabilidade do rio Paraguai no trecho compreendido entre as cidades de Corumbá e Assunção;

7) sua determinação de vigoroso apoio aos ideais de integração que irmanam os povos da bacia do Prata;

8) sua constante adesão aos objetivos da integração econômica latino-americana, consagrados no Tratado de Montevidéu, para cuja consecução reconhecem ser de fundamental interêsse a crescente complementação econômica e no plano bilateral;

9) sua decisão de contribuir para que a próxima reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) possa refletir os mais fundados designios dos povos latino-americanos em promover seu desenvolvimento econômico; e

10) finalmente, seu júbilo pelo alto espírito construtivo das fraternais relações entre o Brasil e o Paraguai, e sua fé na crescente aproximação dos ideais dos dois povos.

Andreazza exalta a colaboração do Exército

O Ministro dos Transportes, Sr. Mário Andreazza, ressaltou também em discurso, "o perfeito entrosamento" havido entre o seu Ministério e o Ministério do Exército, na construção da BR-277

Realçou ainda "a inequívoca demonstração da alta capacidade profissional e o acendrado sentido de responsabilidade do soldado brasileiro, manifestados na execução desta obra entregue à nossa engenharia militar."

"Oficiais, subtenentes, sargentos e praças, nos canteiros de serviço, acabam de provar mais uma vez que a engenharia militar brasileira se acha aparelhada para participar, como de fato vem participando, do processo do nosso desenvolvimento econômico e social.

Para a execução dêste grande projeto rodoviário multinacional, sumamente importante foi a contribuição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, plenamente integrado nos esforços dos Governos latino-americanos, na realização de importantes e prioritárias obras de infra-estrutura, indispensáveis ao rápido desenvolvimento econômico e social do hemisfério", disse o coronel Mário Andreazza.

Beltrão apresenta relatório após os 4 dias

Curitiba (Do enviado especial) — Ao fim dos quatro dias de Govêrno federal no Paraná, coube ao Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, apresentar o relatório final, que intitulou de *Ação Coordenadora do Govêrno Federal do Estado do Paraná*.

Neste trabalho figura o levantamento de todos os problemas prioritários do Estado. No setor de energia elétrica, exigem soluções: o aumento da oferta da energia, a usina hidrelétrica de Capivari—Cachoeira, a expansão do sistema Figueira, o aproveitamento do Salto Osório e a uniformização das tarifas.

Em matéria de transportes, o relatório alinha: construção de vários trechos de ferrovias, inclusive a melhoria da ligação Curitiba—Paranaguá, ampliação e modernização do pôrto de Paranaguá, ampliação do pôrto de Antonina e construção do pôrto em Foz do Iguaçu.

Comunicações: Sistema secundário Tronco-Sul, instalação de centros de retransmissão de mensagens, expansão da rêde de telex e projeto de rêdes integradas do Estado. Tudo diretamente ligado à inauguração do sistema de microondas.

Agricultura: Racionalização da cafeicultura e fortalecimento da economia ervateira, além de outros programas, como armazenamento de produtos perecíveis, eletrificação rural e campanha do reflorestamento.

Educação: Expansão e aperfeiçoamento da rêde do ensino primário, expansão do ensino médio especializado e assistência ao estudante dêste nível.

Mineração: Projeto argila e material de construção da região de Curitiba e projeto calcáreo São Paulo—Paraná.

Para fiscalizar a execução de todos os projetos elaborados ou em elaboração, o Presidente nomeou um Grupo de Trabalho a que o Ministro do Planejamento deu o título de "grupo de cobrança."

A propósito de cobrança, tanto o Sr. Hélio Beltrão quanto o próprio Presidente ressaltaram que a instituição dêste Grupo demonstra que "esta é realmente uma visita de trabalho, e não para conversa fiada."

ENQUADRAMENTO SINDICAL

No memorial que entregou ao Presidente Costa e Silva, em Curitiba, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) solicitou a manutenção do atual enquadramento sindical dos trabalhadores rurais e denunciou as entidades dos empregadores que "estão lançando confusão no meio da classe, para obter o recolhimento da contribuição sindical."

A Contag reivindicou a transformação em lei da Portaria 71 do Ministro do Trabalho, que considerou trabalhador rural não só o assalariado, como também meeiros, posseiros, arrendatários e pequenos proprietários em regime de economia familiar. O memorial explica que "todos êsses possuem características sócio-econômicas idênticas à do assalariado."

Presidente e Governadores firmam dia 31 convênio de ajuda supletiva à educação

Brasília (Sucursal) — No dia 31, entre 14 e 15 horas, o Presidente da República receberá, no Palácio do Planalto, os governadores de todos os Estados e Territórios, com os quais firmará convênio geral de assistência financeira supletiva do Plano Nacional de Educação, no valor de NCr$ 106 960 mil.

Depois da assinatura do convênio geral, os Governadores seguirão para o Ministério da Educação, para firmarem com o Ministro Tarso Dutra o convênio correspondente à sua unidade.

CONTRAPARTIDA

Os Governadores terão de oferecer recursos de contrapartida, que deverão ser, no mínimo, iguais à quantia que lhes oferece o Govêrno federal.

O primeiro Estado a formalizar os recursos de contrapartida foi Alagoas, no montante de NCr$ 2 380 284,00, quantia superior à que receberá.

O Ministro Tarso Dutra, depois da assinatura do convênio, recepcionará os Governadores no salão nobre do Ministério da Educação.

O texto do convênio será divulgado na data de sua assinatura.

Plano Nacional de Educação

TABELA DOS RECURSOS FEDERAIS SUPLETIVOS — 1969

Unidade federada	Ensino primário e salário-educação	Ensino médio	Total
Acre	1 000 000,00	400 000,00	1 400 000,00
Alagoas	1 620 000,00	700 000,00	2 320 000,00
Amazonas	2 000 000,00	600 000,00	2 600 000,00
Bahia	6 022 000,00	1 800 000,00	7 822 000,00
Ceará	4 615 000,00	1 970 000,00	6 585 000,00
Distrito Federal	1 050 000,00	283 500,00	1 333 500,00
Espírito Santo	2 000 000,00	450 000,00	2 450 000,00
Goiás	2 602 000,00	1 084 000,00	3 746 000,00
Guanabara	1 100 000,00	297 000,00	1 397 000,00
Maranhão	4 192 000,00	1 600 000,00	5 792 000,00
Mato Grosso	1 500 000,00	567 000,00	2 067 000,00
Minas Gerais	9 000 000,00	4 148 000,00	13 148 000,00
Pará	2 000 000,00	1 008 000,00	3 008 000,00
Paraíba	2 497 000,00	900 000,00	3 397 000,00
Paraná	4 315 000,00	1 714 500,00	6 029 500,00
Pernambuco	4 000 000,00	1 670 000,00	5 670 000,00
Piauí	2 300 000,00	800 000,00	3 100 000,00
Rio de Janeiro	2 840 000,00	958 500,00	3 798 500,00
Rio Grande do Norte	1 500 000,00	788 500,00	2 288 500,00
Rio Grande do Sul	4 710 000,00	1 950 000,00	6 660 000,00
Santa Catarina	2 000 000,00	1 201 000,00	3 201 000,00
São Paulo	5 227 000,00	1 660 000,00	6 887 000,00
Sergipe	1 500 000,00	450 000,00	1 950 000,00
Acre	1 000 000,00	400 000,00	1 400 000,00
Acrescidos os recursos de escola de fronteira no valor de NCr$ 1 000 000,00.			
Amapá	3 097 722,00	1 317 864,00	4 415 586,00
Rondônia	1 089 950,00	723 960,00	1 813 910,00
Roraima	2 015 040,00	872 050,00	2 887 090,00
Fernando Noronha	167 288,00	26 126,00	193 414,00
Brasil	76 020 000,00	29 940 000,00	106 960 000,00

Concurso do Normal será feito em quatro escolas

A Secretaria de Educação divulgou ontem os locais das provas do terceiro exame de admissão às escolas normais; serão utilizados o Instituto de Educação e as Escolas Júlia Kubitschek, Heitor Lira e Carmela Dutra.

O diretor da Divisão de Ensino Normal, Sr. Altamir Pais, não quer interromper as aulas em tôdas as seis escolas e por isso resolveu concentrar os 2 073 candidatos em apenas quatro unidades. As provas estão marcadas para os dias 29 e 30 e 7, 8 e 9 de abril, às 15 horas.

LOCAIS

Os 316 candidatos às 43 vagas da Escola Normal Júlia Kubitschek, assim como os 55 que disputarão os 25 lugares da Escola Normal Inácio Azevedo Amaral e os 169 que concorrerão às 13 vagas da Escola Normal Sara Kubitschek farão as provas em 17 salas da Escola Normal Júlia Kubitschek, onde foram feitas as inscrições para tôdas as unidades.

O Instituto de Educação, que tem 101 vagas, distribuirá os seus 769 candidatos por 25 salas, de acôrdo com o número de inscrição. Êsse critério será observado também pelas outras escolas.

Em seis salas da Escola Normal Heitor Lira farão provas os seus 181 candidatos, que disputarão 21 vagas, ficando os 583 alunos que concorrerão às 54 vagas da Escola Normal Carmela Dutra em outras 16 salas de aula e também na biblioteca, no refeitório e na sala do grêmio.

A Divisão de Ensino Normal marcou a prova de Matemática para o dia 29 e a de História do Brasil para o dia 30. Nos dias 7, 8 e 9 de abril serão feitos os exames de Geografia, Ciências Naturais e Português. O horário será sempre o mesmo: 15 horas. Os candidatos precisarão acertar no mínimo 12 das 25 questões de cada prova para serem aprovados.

BOLSISTA DA ONU

O diretor do Banco Central das Filipinas, Sr. Celso S. Bates, bolsista da ONU, veio ao nosso país para observar as financeiras brasileiras e constatar como funciona o Plano Nacional de Habitação. Estagiando na Letra S.A. (Rua da Assembléia, 40-B) o Sr. Bates fixou-se no exame das particularidades daquele agente do BNH, solicitando, muitas vêzes, a opinião do seu diretor-presidente, Luiz Felipe de Oliveira Pena (foto)

POR MAIS TEMPO NO AR

A Varig promove no Hotel Glória o seu encontro anual de tráfego e vendas, reunindo gerentes e representantes de tôdas as partes com diretores e chefes de serviço. Na sessão de abertura, realizada ontem, o presidente da emprêsa, Sr. Erik de Carvalho, fêz uma exposição sôbre os progressos alcançados no ano passado e as metas que deverão ser atingidas êste ano. Segundo estatísticas, o movimento operacional da Varig aumentou em 1968, tanto no setor de passageiros como no de carga. Para os próximos meses, está previsto o aumento de vôos para os Estados Unidos, Europa e Japão, além da aquisição de novos aviões. Na reunião, foram entregues medalhas aos que mais se destacaram em vendas nas suas respectivas regiões.

Salários sobem no 2.º semestre

Brasília (Sucursal) — O Ministro do Trabalho confirmou ao Senador Carvalho Pinto que no segundo semestre dêste ano o Govêrno vai fazer uma revisão na política salarial, quando completará um ano a chamada **lei do afrouxo.**

O Sr. Jarbas Passarinho comunicou ainda ao Senador paulista que considera justíssima a participação do trabalhador no Conselho Nacional de Política Salarial, acrescentando que a nova política salarial ampara a idéia.

REVISÃO

O Senador Carvalho Pinto, em carta enviada ao Ministro do Trabalho, por estar impossibilitado de usar a tribuna parlamentar, lembrou-lhe da necessidade de se atualizar, de forma definitiva a sistemática das revisões salariais, no intuito de mais justa remuneração dos trabalhadores e dentro das possibilidades da luta antiinflacionária em curso."

O Sr. Jarbas Passarinho informou-lhe que o assunto foi apreciado, por sua determinação, em comissão mista, com dois representantes de empregadores, dois dos trabalhadores dois do Govêrno. Essa comissão concluiu os seus trabalhos em completa unanimidade dos pontos-de-vista, exceto um reparo, apresentado pelo Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec).

O documento, depois de aprovado pelo Ministro do Trabalho, foi objeto de pauta da reunião do Conselho Nacional de Política Salarial, mas a pedido do Ministro Delfim Neto, da Fazenda, a decisão foi adiada e a discussão sôbre nova política salarial foi retirada da pauta dos trabalhos.

AFROUXO

Explicou ainda o Ministro do Trabalho que o Ministro Hélio Beltrão, do Planejamento, ofereceu reparos à tese, não discordando dela no que é essencial. Solicitou, contudo, que o mecanismo atual funcionasse mais um pouco, com o que concordou o Sr. Passarinho, salientando:

— A observação do Ministro Hélio Beltrão me pareceu perfeitamente válida, uma vez que a nossa chamada **lei do afrouxo**, na qual se insere o que eu chamo de **abono Pinto** dos 10%, é uma lei favorável ao trabalhador. Tanto é assim que a média dos aumentos salariais tem sido superior à média do aumento do custo de vida no mesmo período.

Sob êste aspecto, o Govêrno até está introduzindo uma política inflacionária, numa determinada fração de tempo, que eu chamaria disto e é inflacionária exatamente porque pretende devolver os valôres perdidos nos anos de 66 e 67 sobretudo.

Logo, o retardamento de apreciação de uma nova política salarial, de caráter definitivo, não prejudica, em nada, os trabalhadores, no momento. Até pelo contrário, favorece-os, uma vez que propicia aumentos superiores, repito à taxa de incremento de custo da vida no mesmo período.

Por estas razões — frisou o Ministro do Trabalho — a nova política salarial será examinada no início do segundo semestre, quando a **lei do afrouxo** terá um ano de aplicação:

— Com isto estaremos fazendo justiça, uma vez que começamos a aplicar a **lei do afrouxo** a partir de junho do ano passado e se não fecharmos o ciclo de 12 meses, não teremos atingido tôdas as categorias sob o mesmo critério. Após então êstes 12 meses, será interessante que façamos a revisão, isto ainda na dependência do comportamento da inflação residual.

Ordem do dia de Lira será lida no dia 31 em tôdas as unidades do Exército

Com ordem do dia do Ministro Lira Tavares, a ser lida em tôdas as unidades militares do Exército, e conferências pelos respectivos comandantes, será comemorado segunda-feira o quinto aniversário da Revolução de Março de 1964.

O General Siseno Sarmento, comandante do I Exército, aprovou programação a ser executada na Guanabara e Baixada fluminense, constante de desfiles, exposições, visitação aos quartéis e retretas.

PROGRAMA

A partir de ontem, os colegiais têm a oportunidade de visitar as unidades militares do Exército. No dia 31 serão realizadas exposições nos seguintes locais: Praça General Osório, a cargo da 1.ª Região Militar; Campo de São Cristóvão, pela Divisão Blindada; Praça Barão de Taquara, pela Brigada Antiaérea; Itaguaí, Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti, pela Divisão de Infantaria. Serão, ainda, efetuadas retretas na Praça Saens Peña, na Tijuca, pela banda do Batalhão de Guarda, e na Praça do Patriarca, em Madureira, pela banda da Brigada Antiaérea.

O programa interno a ser cumprido por todos os quartéis constará de alvorada festiva, serviços religiosos, salvas de artilharia, formatura geral e desfile, nas imediações dos quartéis. Programa idêntico será cumprido em todo o Brasil pelas diversas unidades militares.

NO ESTADO DO RIO

Niterói (Sucursal) — Uma exposição de realizações do Govêrno federal, num pavilhão armado pela Prefeitura da capital na Praça Araribóia, abre hoje, na cidade, o programa de comemorações do 5.º aniversário da Revolução, organizado pela II Brigada de Infantaria.

Nos quartéis, desde o dia 24 estão sendo realizadas conferências sôbre **O Significado da Revolução**, tema que levará hoje à noite o Governador Jeremias Fontes à televisão, para um pronunciamento.

O PROGRAMA

O programa da ID 1 compreende, para o dia 31, uma salva de artilharia, na fortaleza de Santa Cruz; formatura geral, para a leitura da ordem do dia do Ministro do Exército; desfiles militares nas proximidades dos aquartelamentos; e retretas das bandas do 3.º RI e da Polícia Militar, nas Praças Araribóia e Estefânia de Carvalho.

Domingo, o Arcebispo de Niterói, Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, celebrará missa gratulatória às 9 horas, na igreja do Santuário das Almas, com um sermão especial sôbre o 5.º aniversário da Revolução. Na igreja Batista de Niterói, o pastor Nílson Fanini promoverá um culto alusivo ao movimento de 31 de março de 1964.

Sexta RM promoverá uma alvorada festiva

Salvador (Sucursal) — O Quartel-General da VI RM elaborou programa comemorativo da Revolução, que começará, no dia 31, com alvorada festiva no Campo Grande, às 6 horas, da qual, participarão bandas de música do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar.

As festividades de segunda-feira próxima se encerrarão às 21 horas, no Clube da Aeronáutica, com um coquetel para os oficiais das três armas e convidados. Hoje, serão proferida palestra, na Reitoria da Universidade da Bahia, a cargo da Associação dos Prefeitos do Estado, sôbre o significado da Revolução. Além disso, haverá visitação pública a quartéis.

INAUGURAÇÕES

Também em comemoração ao 31 de Março e ao aniversário do Govêrno Luís Viana Filho, o prefeito de Salvador, Sr. Antônio Carlos Magalhães, organizou um programa de inaugurações solenes.

O programa se iniciará hoje, com a inauguração do Dique do Tororó, cuja primeira etapa de urbanização compreendeu a construção de sete fontes luminosas e sonoras, pista asfaltada com mais de um quilômetro, encostas ajardinadas, iluminação a mercúrio, bancos, jardins e acesso ao Campo da Pólvora pelo Jardim Baiano. Amanhã serão inaugurados a Av. Antônio Carlos Magalhães e o Jardim dos Namorados; domingo, a Praça dos Veteranos, e a partir do dia 1 de abril, algumas ruas no Bairro da Liberdade e um nôvo viaduto no Bairro da Federação.

STF devolve área a índio em M. Grosso

Brasília (Sucursal) — O Supremo Tribunal Federal devolveu aos índios cadius as terras que lhes foram tomadas pelo Estado de Mato Grosso, através da Lei 1 007, de 10 de abril de 1958, que ontem foi declarada inconstitucional.

Os cadius possuíam imensa área em Mato Grosso, que lhes foi reservada em usufruto por ato do Govêrno do Estado.

Antônio Baby morreu em Brasília

Brasília (Sucursal) — Vítima de tumor maligno, faleceu ontem, nesta capital, o ex-Deputado Antônio Baby, pai do diretor de **Última Hora**, edição de Brasília, jornalista Nuevo Baby.

O corpo do ex-parlamentar foi velado na capela do Cemitério da Boa Esperança e transportado na noite de ontem para Curitiba, onde será sepultado.

Ladrões são presos em Bonsucesso

Após uma corrida automobilística de meia hora por várias ruas de Bonsucesso, a polícia prendeu ontem três homens que estavam no Simca RJ 81-22, roubado em Barra Mansa; acredita-se que êles sejam os assaltantes de bancos na Guanabara.

Foram presos Francisco Arruda Câmara Neto, Ivã Luís de Abreu e Ivon Lopes. Outro componente do grupo, conhecido por Paulistinha, conseguiu abrir caminho a tiros de pistolas automáticas; êle não pôde ser perseguido porque a metralhadora da polícia enguiçou no terceiro tiro.

CHOQUE NO POSTE

A prisão dos três elementos só foi possível porque o motorista do Simca roubado chocou-se com um poste na Rua Cardoso de Morais, durante a fuga do carro da polícia.

Tudo começou por volta das 16h30m, quando policiais da 1.ª Seção de Vigilância, ao passar pela Rua Dona Isabel, viram um Simca com o motor ligado parado próximo à agência Jardim América do Banco da Lavoura de Minas Gerais. No carro, quatro elementos em atitude suspeita.

Os policiais manobraram para alcançar o Simca e êste arrancou ràpidamente, iniciando uma perseguição que duraria mais de meia hora em alta velocidade pelas ruas de Bonsucesso.

INTERROGATÓRIO

Os três presos foram interrogados ontem à noite mesmo pelo delegado Newton Costa e negaram qualquer intenção de roubar o banco: confirmaram, porém, que o Simca havia sido roubado em Barra Mansa e não conseguiram explicar o que faziam nas proximidades do banco.

Os três permanecerão presos e os policiais acreditam que com novos interrogatórios êles acabarão confessando mais coisas.

Menino é raptado em S. Gonçalo

Niterói (Sucursal) — Cinco homens armados com metralhadoras raptaram ao anoitecer de ontem o menino Gilson Augusto Machado, de três anos, em São Gonçalo, e fugiram no Aero Willys vermelho de placa RJ 22-24-738.

Os raptores deixaram cair um documento de busca e apreensão do menino, autorizado pelo juiz de São Gonçalo, e que foi considerado falso pelo delegado especial de Alcântara, Sr. Morvá Lopes. Algumas testemunhas acreditam que Gilson foi raptado por seu pai, pois estava sob a tutela da avó, Sra. Etelvina Lopes da Silva, após a morte de sua mãe.

Tração tem nova tabela de limites

O Ministro da Indústria e do Comércio, General Edmundo de Macedo Soares e Silva, homologou resolução do Grupo Executivo da Indústria Mecânica — Geimec, da Comissão de Desenvolvimento Industrial aprovando tabela de limites de carga e de tração para caminhões em tráfego nas estradas brasileiras.

A tabela, que resultou de minuciosos estudos com a participação de vários órgãos oficiais e entidades da classe empresarial, especifica inclusive as características técnicas dos pneus utilizados nos veículos, tendo em vista os limites de carga e de tração aprovados.

MUDANÇAS

Em têrmos gerais, foram as seguintes as modificações: Entre os veículos de carga da linha Ford Motor do Brasil foram fixados os limites de 4 950 quilos para o pêso bruto e 4 950 quilos de capacidade máxima de tração para o modêlo F-350 — o menor — e 19 500 de pêso bruto total e de 19 500 de capacidade máxima de tração para o modêlo F-600-C-NC com terceiro eixo motriz.

Entre os da General Motors, o C-6803 teve fixados os limites de 9 300 (pêso) e 14 500 (tração). Os da Mercedes-Benz do Brasil tiveram o limite máximo de 11 000 (pêso) e 18 800 (tração) para o modêlo LP-321/42 (normal) e 22 000 (pêso) e 40 000 (tração) para o modêlo LPS-1520/30 com três eixos.

Mulher que matou ladrão em sua casa não foi prêsa porque lei a favorece

Dificilmente a Sra. Regina Glaura Lemos, que anteontem matou um ladrão em sua casa, em São Conrado, sentará no banco dos réus no Tribunal do Júri ou ficará prêsa aguardando julgamento. O Código Penal lhe é favorável, pois seu crime foi cometido em legítima defesa.

Segundo os meios forenses, a ausência de prisão em flagrante delito foi o principal motivo pelo qual D. Regina saiu livre da delegacia, após prestar depoimento. Mesmo que o flagrante houvesse sido lavrado, ela teria tôdas as chances de ficar em liberdade.

AS HIPÓTESES

O Código de Processo Penal estabelece que só pode ser prêso em flagrante quem está cometendo um crime, acaba de cometê-lo, é perseguido pela polícia após praticá-lo ou é encontrado com armas que façam a polícia supor tratar-se de criminoso.

No caso de D. Regina Glaura Lemos, além de nenhuma dessas hipóteses ter ocorrido, ela tem a seu favor o Artigo 19 do Código Penal, que dispõe sôbre a legítima defesa. D. Regina disparou apenas um tiro sôbre o ladrão, de modo que não se pode alegar sequer que houve excesso de legítima defesa.

O Artigo 341 do Código de Processo Penal é outra norma favorável à D. Regina, pois impede que pessoas que cometeram crimes em legítima defesa sejam prêsas.

LADRÃO DESCONHECIDO

Permanece sem identidade, no necrotério do Instituto Médico Legal, o corpo do assaltante morto. O delegado Aloísio César Fernandes justificou juridicamente sua decisão de não lavrar flagrante contra a dona da casa da Rua Capuri, em São Conrado.

Sôbre o atraso da ação da polícia, o delegado esclareceu que tudo também poderá ficar esclarecido em um inquérito à parte.

Seminário sôbre problemas bancários debate hoje com a polícia onda de assaltos

A Secretaria de Segurança aceitou o convite do Sindicato dos Bancos da Guanabara para debater hoje, no Seminário sôbre Problemas Bancários, o tema *Segurança dos Estabelecimentos Bancários ante a Onda de Assaltos.*

O Secretário de Segurança, General Luís de França Oliveira, não poderá comparecer porque vai à Escola Superior de Guerra, mas enviará como representante o superintendente de Polícia Judiciária, Sr. Abdul de Sá Peixoto. Os debates serão no Clube Comercial.

IMPORTÂNCIA

A segurança bancária é um dos itens mais importantes dos trabalhos do segundo dia do Seminário sôbre Problemas Bancários, que vem reunindo cêrca de 50 banqueiros da Guanabara, diretores do Banco Central e das entidades estadual e nacional dos banqueiros.

O tema será debatido por defensores de opiniões que poderão chegar a um denominador comum, uma vez que as autoridades da Secretaria de Segurança, através de pronunciamentos recentes, sustentam o ponto-de-vista de que boa parte da responsabilidade recai sôbre os banqueiros.

DESCASO

O Secretário de Segurança considera que os bancos resolveram policiar apenas suas agências do centro da cidade, deixando desguarnecidas as dos bairros, onde têm ocorrido os assaltos. O General Luís de França Oliveira lembra sempre que, em encontros mantidos com banqueiros desde o assalto ao Banco Boavista, em São Cristóvão, em setembro do ano passado, ofereceu-lhes tôdas as facilidades e soluções para sua defesa.

Em uma portaria de 13 de novembro, o Secretário de Segurança relacionou uma série de medidas que deveriam ser tomadas, tanto pela polícia como pelos bancos, além de outras facilidades anteriormente concedidas, como o porte de arma a gerentes e outros funcionários.

A HORA DO ASSALTO

A respeito da última ordem de serviço da Superintendência de Polícia Judiciária — que determinou às autoridades policiais só registrarem o roubo após ser apresentada prova convincente do valor roubado — o vice-presidente do Sindicato dos Bancos, Sr. Sérgio de Andrade Carvalho, disse que "não há cristão que saiba dizer o valor do roubo na hora do assalto."

Explicou que a avaliação da quantia roubada depende da realização do fechamento das caixas, feitos, geralmente, às 16h. Para a estimação do prejuízo é necessário somar o total dos depósitos do dia e mais o que tinha em caixa do dia anterior e subtrair os cheques pagos. Além disto, segundo êle, é preciso realizar o balancete diário com uma série de operações nas fichas de contabilidade.

O Sr. Sérgio de Andrade Carvalho revelou que "não existe a possibilidade de o assalto servir para cobrir algumas diferenças de caixa."

"Natal" deixa a ilha Grande

Natalino José do Nascimento, o **Natal da Portela**, e mais 31 bicheiros e comerciantes presos na ilha Grande foram trazidos ontem para a Guanabara.

Os detidos ficaram em sua maioria na delegacia de Vigilância, onde aguardarão o andamento dos inquéritos a que respondem; alguns foram levados à 31.ª DD para serem ouvidos e três serão colocados em liberdade.

Paulo César Monteiro Bezerra, o estudante acusado de haver participado do assalto ao carro-pagador do IPEG, que chegou anteontem da ilha Grande, continua no DOPS aguardando sua apresentação, no dia 31, ao juiz José Erasmo do Couto.

Defesa crê na liberdade de Justo

Niterói (Sucursal) — Terminou ontem o sumário de culpa de Justo Gomes da Silva, acusado de haver matado a menina Andréia Itabaiana, e seus advogados acreditam que êle "será absolvido sem mesmo ir a julgamento."

Cinco testemunhas de defesa foram ouvidas, além do jornalista Rafael Rosa Alvarenga, que foi interrogado durante quatro horas pelo juiz Adolfino Alberto Ribeiro. A principal testemunha de acusação de Justo, Faustino Liberato, tentou o suicídio terça-feira passada cortando o pescoço com uma lâmina, fato que só foi revelado ontem.

Ministério da Indústria e do Comércio
INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL
DIVISÃO DE EXPORTAÇÃO
AVISO N.º 15/69

O Instituto do Açúcar e do Álcool comunica que, nos têrmos das Resoluções números 1662/62 e 1746/63, colocará à venda, em concorrência pública, a realizar-se no dia 28 de março do corrente ano, às 15 horas, na Divisão de Exportação, na Praça 15 de Novembro, 42, 4.º andar, 20.000 (vinte mil), mínimo 10.000 (dez mil) t.m. de açúcar demerara para o mercado preferencial norte-americano, por conta da cota do ano de 1969, com margem operacional de 5%.

O embarque da totalidade da venda deverá ter início no mês de junho, improrrogàvelmente, por Maceió e/ou Recife.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1969.

Francisco Watson
Diretor

Por dentro do negócio

RELATÓRIO E PERSPECTIVAS — O presidente da Confederação Nacional do Comércio, Deputado Jessé Pinto Freire, apresentou ontem o relatório anual referente a 1968, ao Conselho de Representantes da entidade. Contém êle uma análise da situação econômica nacional, fazendo, inclusive, previsões para êste ano em alguns dos setores.

Na parte referente ao comércio exterior, aplaudindo os resultados das exportações, que ultrapassaram em 10% as próprias perspectivas do Govêrno, a Confederação discorda da política de importação, traçada pelo Programa Estratégico e em vigor há alguns meses, segundo a qual a importação indiscriminada de produtos industriais comprime o mercado interno e reduz a taxa de empregos.

Diz o relatório não ser possível a qualquer país procurar expandir as suas exportações sem, em contrapartida, oferecer aos compradores — inclusive a subdesenvolvidos em situação mais precária que a do Brasil, ressalta — mercado também para a venda dos seus produtos. E discorda ainda do Programa quanto à sua afirmação de que "a experiência dos anos 1964-66 demonstrou liberalização excessiva das importações."

Para a Confederação Nacional do Comércio isso não se verificou. Houve apenas a reestruturação da Tarifa das Alfândegas — 10 anos após de implantada — visando tão sòmente a proteger o consumidor contra os riscos da ineficiência e dos riscos do monopólio.

Reconhece, finalmente, que o êxito total na política governamental de comércio exterior dependerá da exata correspondência entre algumas das premissas estabelecidas e a realidade. Principalmente no que tange à existência de poupança suficiente, pública ou privada, para financiar os planos de investimentos dêstes setores.

MAIS ALUMINIO — A Alcan Aluminium Limited anunciou ontem simultâneamente em Montreal e no Brasil a sua decisão de aqui construir a sua segunda usina. A nova unidade será instalada no Centro Industrial de Aratu, em Salvador e deverá iniciar suas atividades em 1971.

Terá uma capacidade de produção inicial de 11 mil toneladas anuais, constituindo-se na primeira etapa de um plano global que prevê a construção posterior de instalações que permitirão a produção de 55 mil toneladas em mais alguns anos.

A Alcan, que já tem uma fábrica funcionando em Saramenha, Minas Gerais, com uma capacidade para êste ano de 30 mil toneladas e que se elevará progressivamente até 90 mil, investirá, em Aratu, 9 milhões de dólares.

BANCO NO CENTRO — "O Banco do Brasil decidiu abrir uma sucursal em Nova Iorque porque a cidade se converteu no principal centro financeiro e comercial do mundo." Com estas palavras, o Sr. José Luís Miranda, gerente da 701.ª sucursal do mais importante banco nacional, anunciou à imprensa norte-americana a sua inauguração no próximo dia 31.

Encabeçada pelo Ministro da Fazenda, a inauguração da nova agência do BB, provocou uma revoada de gente importante para Nova Iorque, deixando ainda mais vazio o Rio de Janeiro, já meio desfalcado com a ida do Govêrno ao Paraná.

INDUSTRIA TEXTIL — Assim que voltar do exterior, o Ministro da Fazenda deverá baixar ato que possibilitará um maior capital de giro à indústria têxtil: o Ministro deverá autorizar, especificamente para o setor, que o recolhimento do impôsto sôbre produtos industrializados seja efetuado 75 dias após o último dia do mês que ocorrer o fato gerador.

Os industriais reivindicam ainda o beneficiamento pelo crédito tributário para exportação de todos os produtos do setor — tops, fios e tecidos. A indústria têxtil, dentro dos desequilíbrios que têm afetado a economia nacional nos últimos anos, apresenta um comportamento todo peculiar e nada lisongeiro. Há anos que vive numa crise consecutiva, que nem a remodelação e atualização das fábricas conseguiu superar.

Das muitas instalações têxteis que existem no país, a verdade é que apenas duas conseguem manter um nível ativo de produção, inclusive, êste ano, com encomendas que vão até dezembro.

REDESCONTO & MISTÉRIO — Enquanto prosseguem as queixas empresariais, principalmente de São Paulo, das dificuldades que ainda encontram para descontar títulos, os números agora divulgados através do último balancete do Banco Central, referentes ao mês de fevereiro, demonstram não haver motivos para a escassez de crédito, a menos que esta escassez se localize apenas em praças mais importantes, como o Rio e São Paulo.

Mostra o balancete de 5 de março, em comparação com os dois meses anteriores, que houve uma elevação nos depósitos bancários pois os depósitos compulsórios (tinham caído de dezembro (NCr$ 2 304 milhões) para janeiro (NCr$ 2 231 milhões) em NCr$ 73 milhões, tornaram a se elevar em fevereiro NCr$ 2 249 milhões), em NCr$ 18 milhões. Por outro lado, o redesconto, que já tinha caído em NCr$ 24 milhões de janeiro para fevereiro parece que caiu ainda mais em março, apesar das facilidades concedidas. Na primeira quinzena do mês o redesconto já tinha baixado para a cêrca de NCr$ 850 milhões, contra os NCr$ 996 milhões registrados em fevereiro.

CURIOSIDADE POR FATOS — Hoje, às 10h30m, o presidente da Associação Comercial do Rio estará em Resende, entregando a 42 oficiais da Academia Militar de Agulhas Negras exemplares de Fatos Sôbre Problemas Nacionais, solicitados à entidade para os militares que estão se preparando para o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Fatos Sôbre Problemas Nacionais é uma publicação anual da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

CERTIFICADO DE DEPÓSITOS — A liderança bancária nacional está ultimando estudos que servirão de base para solicitar às autoridades monetárias a modificação da Resolução 105 do Banco Central. A Resolução instituiu os certificados de depósitos bancários, mas até hoje não foi aplicada por falta de regulamentação.

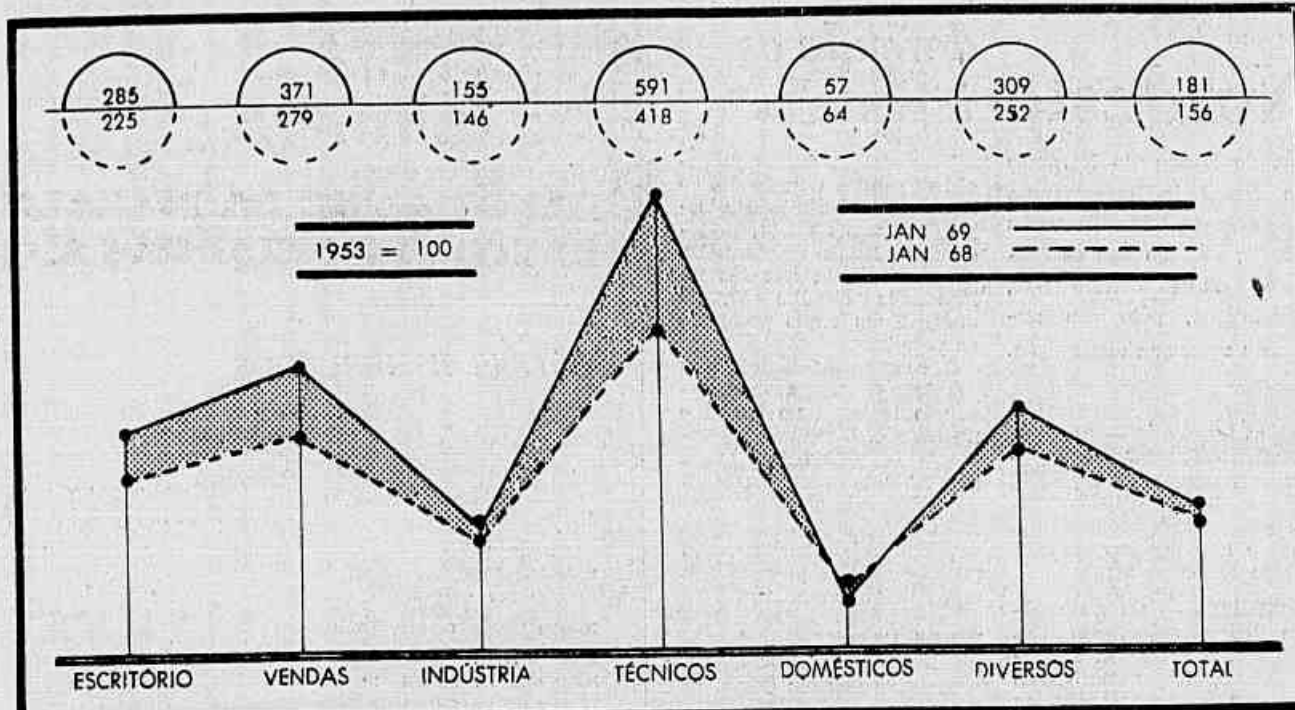
Opinam os banqueiros que os certificados não têm a menor chance de se tornar realidade dentro do mercado de capitais, como forma atrativa de investimentos, se as autoridades insistirem que a sua rentabilidade seja, conforme determina a Resolução, de 2,2% ao mês. Para isso, os bancos terão que pagar menos ao investidor, e desta forma os certificados não terão condições de concorrer com nenhum papel atual do mercado.

INVESTIMENTO — A Erickson do Brasil decidiu investir NCr$ 15 milhões em sua sede própria em São Paulo. A emprêsa está trabalhando com duas turmas completas de funcionários e até dezembro terá instalado 205 mil novos aparelhos de telefone na capital paulista. Estão em estudos contratos para a instalação de mais 100 mil. Servindo já à maioria dos Estados do Sul, a Erickson vira-se agora para o Norte, com contratos a cumprir na Bahia.

EXPRESSAS — Em uma área de 342 mil metros quadrados em Kirksville, Missúri, está sendo construído um conjunto de 15 fábricas no valor de US$ 200 milhões: são parte do plano de expansão da Burroughs para êste ano. *** A South African Airways mostrou ontem um filme sôbre seu país à crônica especializada. E o Canadá acaba de nomear o seu primeiro especialista do turismo para a América Latina. É a Srta. Annette Fortier, que no momento visitou o Brasil. *** Por motivo da Conferência de Comercialização, de 23 a 25 de abril, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil instituiu ontem um prêmio de NCr$ 2 mil para a melhor reportagem publicada sôbre o assunto. *** O Sr. Miguel Biase reeleito pela terceira vez consecutiva para a presidência do Clube Comercial. *** O DASP através da Revista do Serviço Público, promove mais um concurso de monografias. Assuntos: problemas teóricos e práticos da Reforma Administrativa. *** O Sr. João de Oliveira Franco nomeado pelo Presidente da República para substituir o Sr. Caio de Alcântara Machado na presidência do IBC. *** A CNI abriu as inscrições para o II Programa de Formação de Assessôres Executivos — Profae II, que será iniciado no dia 14 de abril próximo. *** A Rique, financeira, acaba de elevar seu capital para NCr$ 3 milhões, na mesma ocasião em que solicita autorização para abrir filiais em Belém e Fortaleza. *** O Cartão Credencial é a mais recente iniciativa do Banco Comércio e Indústria de São Paulo, permitindo saques até NCr$ 200,00 em qualquer das 2 323 agências do estabelecimento. *** O diretor-superior da Carteira de Hipotecas e de Operações do BNH, Sr. Luís Carlos Vieira da Fonseca, estará hoje e amanhã em Belo Horizonte para contatos com os Agentes Financeiros de Minas. Após a visita aos conjuntos habitacionais construídos pela Caixa Estadual de Minas Gerais, o Sr. Luís Carlos Vieira da Fonseca concederá entrevista coletiva à imprensa na delegacia do BNH.

Oferta de empregos

1953 = 100

	ESCRITÓRIO	VENDAS	INDÚSTRIA	TÉCNICOS	DOMÉSTICOS	DIVERSOS	TOTAL
JAN 69	285	371	155	591	57	309	181
JAN 68	225	279	146	418	64	252	156

A oferta de empregos no Estado da Guanabara durante o mês de janeiro de 1969, com um índice de 181 (1953 = 100), se bem que superior ao de igual mês do ano passado (156), foi, contudo, inferior à registrada no mês de dezembro de 1968. Isto reflete uma tendência sazonal. No confronto entre janeiro dêste ano e do ano passado, pode-se observar um maior interêsse pelos técnicos, pessoal de escritório, vendas, e pessoal da produção (indústria). Entre os técnicos, o maior número de colocações destinou-se a engenheiros, químicos e economistas. No setor da indústria, os profissionais mais requisitados foram mecânicos, torneiros, eletricistas, pintores e lanterneiros, evidenciando que continua firme o interêsse por essas categorias de profissionais especializados.

UM RIO SEM SUAS ÁGUAS

A inauguração da hidrelétrica de Ibitinga foi adiada uma vez porque o rio secara

Nova política vai propor Petrobrás descentralizada

O Marechal Valdemar Levi Cardoso, que assumirá hoje a presidência da Petrobrás, deverá adotar como linha mestra da sua gestão no cargo uma vigorosa política de descentralização administrativa da emprêsa, embora não se mostre propenso a alterar substancialmente a atual diretriz, seguida há dois anos pelo General Candal da Fonseca.

Essa informação, prestada ontem por um grupo de assessôres da emprêsa, acrescenta que o nôvo dirigente da Petrobrás pretende estimular novos e maiores investimentos na pesquisa, intensificar a expansão do refino e o aumento da produtividade em todos os níveis de operação, fazendo baixar progressivamente os custos fixos.

PRETENSAO

Os assessôres técnicos mais diretamente ligados à administração central da emprêsa vêem com otimismo a indicação do Marechal Levi Cardoso para a presidência da Petrobrás, explicando que êle tem, já, "uma boa experiência de administração de composição de preços do óleo e de política petrolífera." Ao mesmo tempo, acrescentam que "na qualidade de amigo pessoal do Presidente Costa e Silva", o Marechal Levi Cardoso "contará com todo o apoio e o respeito do Govêrno federal na defesa das suas teses."

Na opinião de um dos técnicos da emprêsa — já convidado para ocupar importante cargo na administração central — o Marechal Levi Cardoso sempre se mostrou bastante interessado em desenvolver a petroquímica no Brasil. É provável, disse o informante, que êle adote de imediato uma política agressiva para a expansão daquele setor, inclusive mediante a concessão de estímulos à associação de grupos privados à exploração dêsse negócio.

Advertiu, porém, que o nôvo presidente da Petrobrás tem guardado muitas reservas quanto à linha que pretende adotar quanto à petroquímica, pois êle acha também que o Govêrno não deverá perder nunca o contrôle absoluto dêsse ramo da atividade empresarial petrolífera, que é, por sinal, "a mais rendosa."

AINDA UM SEGREDO

Quanto à distribuição dos derivados de petróleo — óleos, gasolina, querosene e fluidos — a Petrobrás detém hoje pouco mais de 15% do mercado, disputando com tradicionais grupos estrangeiros uma maior participação no atendimento à demanda nacional. Êsse é um ponto em que os técnicos da emprêsa não quiseram fazer qualquer comentário. Para êles "isso envolve grandes interêsses e depende de uma política mais global."

A pesquisa, visando à descoberta e ao aproveitamento de novos campos petrolíferos, "é onde deverá se concentrar a massa de novos investimentos." Os técnicos lembram que a Petrobrás tem hoje novas e melhores perspectivas de ativar a sua produção e refino de petróleo e afirmam que os recursos que irão sendo liberados, à medida em que formos deixando de importar o óleo cru para atender ao consumo, serão invertidos na lavra e na aquisição de mais modernas tecnologias.

Embora o discurso de posse do nôvo presidente — ainda não conhecido — deva ser "discreto", os funcionários da Petrobrás acreditam que o Marechal Levi Cardoso, "apesar de sua aversão à publicidade", fará com que a sua nova diretriz "se torne conhecida imediatamente.' Suas idéias são consideradas "rígidas", mas êle tem fama de possuir "a dinâmica mentalidade do empresário privado e a vontade de acercar-se de uma jovem equipe de trabalho."

Uma observação importante: o Marechal Valdemar Levi Cardoso foi colega de turma do Presidente Costa e Silva, em 1921, e chefiou o gabinete do Marechal Henrique Teixeira Lott, no Ministério do Exército, no período 1955/60, sob a Presidência do Sr. Juscelino Kubitschek.

Caiu em São Paulo o número das falências em fevereiro

São Paulo (Sucursal) — Enquanto diminuía em fevereiro último o número de falências requeridas, aumentava o movimento de títulos protestados (3,6% quanto ao número e 16,4% no valor) em relação a janeiro. Cresceu também o número de concordatas requeridas e deferidas em S. Paulo.

Em janeiro foram requeridas 370 falências, e no mês seguinte êsse número caiu para 225, mas a queda não chegou a surpreender, embora mais acentuada, pois repete um comportamento verificado em anos anteriores, e, por isso mesmo, considerado tradicional.

FALÊNCIAS E PROTESTOS

Os setores que registraram os mais altos percentuais de falências requeridas no mês passado foram o do comércio (47%), seguido do da indústria (41,2%), serviços (7,6%) e confecções — indústria e comércio (4,2%). O comércio, em janeiro, atingiu o índice de 52,5%.

O aumento do número de títulos protestados em fevereiro passado é mais significativo quando comparado a igual mês do ano anterior, em lugar de janeiro último. Na primeira relação, há um acréscimo de 12 500 para 15 513, e, expressada essa diferença em valor nominal, o aumento de NCr$ 7 milhões para cêrca de 13 milhões.

O valor médio dos títulos protestados, que foi de........ NCr$ 766,00 em janeiro, elevou-se para NCr$ 861,00 em fevereiro, enquanto nos meses do ano anterior êsses valôres foram de NCr$ 564,00 e....... NCr$ 567,00, respectivamente.

As duplicatas representaram, no total de títulos protestados em fevereiro último, 52,6% do valor e 63,1% do número. No caso das notas promissórias, o segundo papel mais protestado, êsses percentuais atingiram... 33,7% e 25,5%. As letras de câmbio foram as menos atingidas, com 3,2% e 2,1% do total geral.

CONCORDATAS

Em fevereiro último foram requeridas 33 concordatas, contra 30 em janeiro. Porém, uma elevação maior é notada numa comparação com os dois primeiros meses do ano passado: 40 em 1968 e 63 êsse ano. No caso das concordatas deferidas, não é preciso a utilização dêsse expediente, pois verificou-se uma acentuada modificação no panorama do primeiro e do segundo mês de 69 :18 e 41, respectivamente.

O passivo das concordatas deferidas no mês passado atingiu NCr$ 6,6 milhões, mas quase 50% dêsse total pertence a uma firma do ramo de gêneros alimentícios. Em janeiro último, o passivo das concordatas não passou dos NCr$ 3,5 milhões.

Minas teve em 68 mais protestos

Belo Horizonte (Sucursal) — O valor dos títulos de crédito protestados em Belo Horizonte ano passado, em relação a 1967, sofreu um acréscimo de 31% e a falta de pagamento foi o principal fator gerador dos protestos.

Dezembro último foi o mês que apresentou o maior volume de títulos protestados, cêrca de 2 432, no valor de NCr$ 1 647 850,00 que em relação a novembro mostrou um aumento de aproximadamente 76%.

Êstes dados foram levantados pelo Departamento de Estudos Econômicos da Associação Comercial de Minas, que ressalta que sòmente os protestos de triplicatas sofreram uma redução de 0,9% ano passado em relação a 1967.

Ano passado foram protestados em Belo Horizonte 21 863 títulos no valor total de NCr$ 9 692 946,00 contra 20 303 títulos em 1967 que atingiram a cifra de NCr$ 7 416 568,00 o que representa um acréscimo de 31%.

Do total de títulos protestados, 87% são duplicatas e notas promissórias. Relativamente aos dois últimos anos, o valor dos protestos de duplicatas e notas promissórias apresentou um acréscimo de 38,4% e 22,3%, respectivamente.

Quanto aos cheques e letras de câmbio, o primeiro sofreu no seu valor em 1968 um acréscimo em relação a 1967 de 44% e o segundo de 18.1%. O total de cheques protestados em 1968 foi de 1236 no valor de NCr$ 828 829,00 e de letras de câmbio atingiu 632 no valor de NCr$ 362 939,00.

Computador acompanha I. de Renda

Computadores eletrônicos serão utilizados para todo o trabalho de produção e contrôle de informações para a análise da tributação e orientação da fiscalização do Ministério da Fazenda. Tal medida será possível através do convênio ontem assinado entre o Serpro — Serviço de Processamento de Dados e a Receita Federal.

Pelo convênio o Serpro usará seus computadores de 3.ª geração no trabalho de implantação do cadastro das pessoas físicas, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, o que permitirá a análise da distribuição da renda da população brasileira e o estabelecimento de políticas tributárias realistas.

CADASTRAR RIQUEZA

O objetivo do convênio, além de facilitar o dimensionamento da renda das pessoas físicas, visa também apurar todos os sinais exteriores de riqueza e confrontar com as respectivas declarações dos contribuintes.

Explicou o Secretário da Receita Federal, Sr. Amilcar de Oliveira Lima, que será possível conciliar e confrontar os cadastros de proprietários de imóveis, automóveis, de títulos de clubes e outros títulos de propriedade com o cadastro do impôsto de renda, mostrando, assim, a real situação do contribuinte perante o Fisco e tornando inútil qualquer transferência **intervivos** feita com o objetivo de ludibriar a fiscalização.

Salientou ainda o Sr. Antônio Amilcar de Oliveira Lima que o uso dos computadores do Serpro permitirá a implantação de um sistema de contas correntes individuais de todos os contribuintes, acompanhando sua situação de débito e crédito para com a Fazenda Nacional.

ICM PRORROGADO

Foi prorrogado até 15 de abril o prazo para o pagamento do ICM sôbre as mercadorias importadas do Exterior, cujo impôsto não tenha sido pago quando de sua entrada em estabelecimento comercial, industrial ou produtor. O prazo anterior não foi suficiente para que todos os contribuintes pudessem regularizar em tempo sua situação fiscal.

De acôrdo com o mesmo decreto assinado pelo Governador Negrão de Lima, foi dispensado do recolhimento do ICM o contribuinte que promoveu a saída das mercadorias importadas de seus estabelecimentos, no período de 1.º a 31 de janeiro último, desde que sôbre a saída tenha havido a incidência e o pagamento efetivo do tributo.

CHEQUES SEM FUNDO

A Delegacia de Defraudações, a partir de hoje, sòmente poderá receber queixas-crime e mover processo sôbre cheques sem fundos quando a quantia fôr igual ou superior a NCr$ 5 mil. Os inquéritos sôbre importâncias menores ficarão a cargo das Delegacias Policiais.

A determinação está contida em ordem de Serviço do Corregedor-geral de Polícia, delegado Sílvio da Silva Costa, que justifica o desdobramento em razão do crescente volume de inquéritos existentes no Cartório da Delegacia de Defraudações.

São Paulo inaugura nova usina

A Usina de Ibitinga, em São Paulo, que até o final do ano deverá estar operando com sua capacidade total de 114,6 mil kW, terá o primeiro de seus três geradores de 38,2 mil kW acionado amanhã pelo Governador Abreu Sodré .

Teve a construção iniciada em 1964, e seu reservatório tem capacidade para cêrca de 52 milhões de m3 de água. Seus três geradores foram construídos pela General Electric, e a usina só não foi anteriormente inaugurada em face da grande estiagem verificada na região do médio Tietê, onde se localiza.

CONJUNTO ENERGÉTICO

O complexo da construção é composto pelas Usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga e Promissão. Paralelamente à importância de produtor de maior quantidade de energia, o conjunto apresenta a particularidade de, após a sua total construção, passar a permitir a navegação fluvial desde as proximidades da capital até as barrancas do rio Paraná.

Para isso, tôdas essas usinas estão sendo dotadas de eclusas, que se constituem em caixões de concreto dotados de comportas e construídos perpendicularmente às barragens. Quando uma embarcação necessita ultrapassar o desnível existente entre o reservatório e o curso do rio, as comportas fecham-se e abrem-se, uma de cada vez, de modo que as seções da eclusa se encham ou esvaziem para baixar ou elevar o barco.

NO RIO GRANDE

A Eletrobrás e a Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE — do Rio Grande do Sul assinaram ontem um contrato de financiamento no valor de NCr$ 400 mil, destinado à ampliação do Centro Técnico de Aperfeiçoamento daquela emprêsa gaúcha.

A êsse total serão somados NCr$ 240 mil da própria emprêsa sulina, que irão permitir um impulso às obras, cujo programa prevê, ainda no decorrer dêste ano, a construção do pavilhão de montagem de postes de altura reduzida e instalações gerais, permitindo a especialização de técnicos no serviço de operação de energia elétrica.

Cacex afirma que estímulos à exportação em nosso país são superiores aos do Japão

São Paulo (Sucursal) — O gerente da Cacex em São Paulo, Sr. Aimoré Summa, disse ontem poder afirmar, sem temor de êrro, que dispomos hoje no Brasil de um elenco de medidas de assistência ao exportador igual, e em muitos casos superior, ao de quase todos os países do mundo, inclusive o Japão, que alcançou o extraordinário desenvolvimento dos dias correntes baseado no comércio internacional e na educação.

O Sr. Aimone Summa recebeu ontem, durante banquete no Restaurante Fasano, a que compareceram 600 pessoas, o troféu Personalidade do Comércio Exterior do Ano, em solenidade que marcou, pela primeira vez, a comemoração do Dia do Comércio Exterior Brasileiro, instituído recentemente pela ANEPI e Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

NOVA POLÍTICA

O gerente da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil disse que medidas como a adoção de taxas de câmbio realistas, eliminação de trâmites burocráticos, regulamentação do *draw-back*, isenção de tributos pré-financiamento da produção destinada à exportação, devolução de impostos e uma atuação mais constante e presente da Cacex, "consubstanciam e resumem uma nova política, um nôvo enfoque."

— Como resultado dêsse esfôrço, como decorrência dessas medidas — acrescentou — as exportações brasileiras experimentaram considerável aumento. Em 1965, atingimos 1 bilhão e 600 milhões de dólares, e, em 1968, superamos a barreira do bilhão e 800 milhões de dólares.

O Sr. Aimone Summa ressalvou, contudo, que para manter uma taxa anual de crescimento equivalente a seis por cento do Produto Nacional Bruto, "o Brasil terá, em 1970, de importar bens e equipamentos orçados em 2 bilhões de dólares."

— Êsse fato — assinalou — pressupõe a necessidade de exportar montante igual: com as medidas que foram e estão sendo tomadas, não temos razão para dúvidas: chegaremos lá e ultrapassaremos a marca, porque existe no país, neste momento, a consciência amadurecida de que sem um comércio internacional fundado em bases sólidas e racionais não alcançaremos a prosperidade e o bem-estar sociais.

O Sr. Aimone Summa revelou estar seguro de que o Brasil vive, nos dias de hoje, "o limiar de uma nova e brilhante era da sua história." Observou que "temos um empresariado clarividente, e temos todos os instrumentos disponíveis para aproveitar a excepcional oportunidade que o destino abriu a cada um de nós."

Pesquisa prevê crescimento nas indústrias do Nordeste

Pesquisa realizada na indústria de transformação do Nordeste, indica que 44% das emprêsas esperam um aumento na procura no primeiro trimestre dêste ano, enquanto 40% acham que ela se estabilizará. Quanto à produção, 41% acreditam que ela será elevada, ficando 28% pela sua estabilização.

Como dado importante apontam o referente à mão-de-obra, sôbre o qual 64% das emprêsas consultadas pela sondagem do Departamento de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste do Brasil indicaram uma manutenção dos níveis atuais, sendo que os 36% restantes dividiram-se, igualmente, pelo seu aumento e por sua diminuição.

SITUAÇÃO EM 1968

O estudo realizado trimestralmente pelo Banco do Nordeste apresenta também uma retrospectiva das posições gerais em 1968, quando se verificou uma expansão do volume de produção da indústria daquela região, havendo apenas no 2.º trimestre do volume uma pequena vantagem da percentagem ponderada de redução sôbre a de aumento.

No item estoques, durante as pesquisas realizadas no último ano, predominou a tendência de estabilidade. No último período, o aumento dos estoques foi constatado por responsáveis por 35% das vendas. Os gêneros Metalúrgica e Vestuário indicaram em janeiro estoques insuficientes, enquanto o Têxtil e Fumo, na mesma época, foram considerados excessivos.

A tendência do nível de emprêgo durante o ano de 1968 foi sempre para estabilidade, acentuada mais ainda no último trimestre, muito embora se tenha observado nesse período um relativo aumento da mão-de-obra empregada. Pode-se afirmar, portanto, ter havido algum crescimento dos efetivos de mão-de-obra nas emprêsas pesquisadas.

Com relação aos salários, constatou-se que, para a indústria de transformação como um todo, o aumento foi da ordem de 3,4%, durante o 4.º trimestre, inferior ao observado no 3.º trimestre. O maior percentual de aumento foi registrado pelo gênero bebidas, que informou haver concedido majoração salarial da ordem de 17,3%, ficando os demais limitados a aumentos pequenos.

● **MINERAIS NÃO METÁLICOS** — Êste setor indicou — 41% — um aumento na procura, enquanto que 34% acharam que a mesma se estabilizará durante o primeiro trimestre dêste ano. Para a produção, a maioria — 79% — prevê uma manutenção dos índices atuais, e 20% dos empresários acreditam que ela se elevará. Também a maioria — 75% — acredita que o nível de utilização da mão-de-obra se estabilizará, enquanto que 24% crêem no seu aumento.

● **METALÚRGICA** — Os empresários dêste setor — 50% — acreditam em uma estabilização da procura, embora 36% creiam em um aumento. No item produção, as opiniões se dividem em 48% optando pela sua manutenção nos índices atuais e 45% pelo seu aumento. Já com relação à mão-de-obra utilizada, 43% acreditam na estabilização, 31% na diminuição e 26% no aumento.

● **MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES** — Foi o setor que mais maciçamente — 98% — achou que a procura se manterá estável, enquanto que os 2% restantes acham que ela se elevará. No referente à produção, 60% admitem a estabilização, e os 40% restantes no seu aumento. Na mão-de-obra, 68% acreditam que a sua utilização se manterá nos níveis atuais, crendo 32% que ela crescerá. Nesse setor, para qualquer um dêstes três índices básicos, não houve qualquer opinião sôbre uma provável redução.

● **MATERIAL DE TRANSPORTE** — Eis o gênero que mais acreditou em acréscimos para a procura, produção e mão-de-obra utilizada, todos com o índice de 97%.

● **MOBILIÁRIO** — Os empresários consultados revelaram — 57% — que a procura deverá se manter estável no primeiro trimestre de 1969, sendo que 33% acreditam em uma redução. Um total de 56% espera a estabilização da produção atual, também 33% crendo em diminuição. Quanto à mão-de-obra, 59% acham provável a manutenção dos níveis atuais, ficando 21% pelo seu aumento.

● **PAPEL E PAPELÃO** — A maioria dos empresários — 82% — acredita em um acréscimo da procura, e os 18% restantes confiam em sua estabilização. Com relação à produção, 81% crêem em elevação e 18% em manutenção do nível atual. Quanto à utilização de mão-de-obra a situação é inversa, com 69% crendo em sua estabilização e os 31% restantes em um aumento.

● **COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES** — Nesse setor, predomina o pessimismo quanto à procura e produção com, respectivamente, 47% e 45% favoráveis a uma diminuição. Para a mão-de-obra, 48% acreditam em aumento da sua utilização, e 38% em sua diminuição.

● **QUÍMICA** — Para 79% e 83% deverão registrar-se aumentos, respectivamente, para a procura e produção, enquanto que para 60% diminuição da mão-de-obra utilizada, ficando 22% com a impressão de que ela se estabilizará.

● **PERFUMARIA, SABÕES E VELAS** — Também a maioria predominou em todos os três itens — procura, produção e mão-de-obra — com, respectivamente, 83%, 77% e 89% admitindo uma estabilização, sendo que 15%, 20% e 11% dos empresários crêem em crescimentos.

● **TÊXTIL** — Os empresários dêste setor, em sua maioria, registraram a possibilidade de manutenção dos níveis para todos os três itens. Essa opinião é apresentada por 40%, 35% e 77%, respectivamente para procura, produção e mão-de-obra. Para a procura, 33% acreditam em um aumento e, para a produção, 34% também. Já com relação a mão-de-obra, 15% acreditam que a sua utilização se reduzirá.

● **VESTUÁRIO E ARTEFATOS DE TECIDOS** — 74% dos empresários consultados crêem em um aumento para a procura; 45% em crescimento da produção; e 32% no da utilização da mão-de-obra. Pela manutenção do estado atual, a procura conta com 16%, a produção com 53% e a mão-de-obra com 68%.

● **PRODUTOS ALIMENTARES** — Com relação a êste setor da indústria de transformação, 49% dos seus empresários vêem estabilização da procura e 41% aumento; 52% acreditam em estabilização da produção e 37% em seu decréscimo; com relação à mão-de-obra, 59% são pela manutenção do nível atual, enquanto que 28% opinaram pelo seu crescimento.

● **BEBIDAS** — Nesse setor, 59% dos empresários consultados acreditam em manutenção da procura, e 33% em aumento. Com relação à produção, 75% crêem em um aumento, enquanto que 16% em redução. Quanto à mão-de-obra utilizada, 66% esperam sua estabilização, e 25% uma diminuição.

● **FUMO** — Nesse setor ninguém acredita em aumentos para a procura e utilização de mão-de-obra, sôbre cujos itens, respectivamente, 76% e 83% crêem em manutenção. No item produção, 41% acreditam em aumento e 35% em estabilização.

CONSIDERAÇÕES

Os dados dêste estudo só deverão ser comprovados no final dêste mês, devendo ser até lá observados sob o prisma de uma possível modificação em seu particular ou mesmo no conjunto, principalmente em virtude de sêcas e, até mesmo, de enchentes que se verificaram na região considerada.

Rubens Costa defende os incentivos

Uma defesa da manutenção dos incentivos fiscais ao Nordeste foi feita ontem pelo Sr. Rubens Costa, presidente do Banco do Nordeste, em conferência que fêz na Fundação Getúlio Vargas durante um curso promovido pelo Intal.

O economista abordou os problemas do desenvolvimento regional no Brasil e no mundo. Disse que a renda *per capita* do nordestino, que em 1955 caíra para 43% da renda média do brasileiro, elevou-se a 58% desta em 1964 e, de acôrdo com projeções feitas pelo BNB, a cêrca de 63% em 1968.

INVESTIMENTOS

Segundo Rubens Costa, os investimentos diretos da Sudene elevaram-se no período de 1962 a 1968 a NCr$ 957 milhões, em moeda de poder de compra de 1968. Lembra, porém, que além dêsses investimentos, a União abre mão de parcela do impôsto de renda das pessoas jurídicas para empresários que desejarem fazer investimentos no Nordeste em projetos próprios ou de terceiros, previamente aprovados pela Sudene.

Disse que tal mecanismo conta com o apoio de mais de 50 mil empresários e é muito superior aos donativos governamentais feitos em outros países para subsidiar os investimentos realizados em regiões subdesenvolvidas. Aqui — salientou — evitou-se a concentração da vantagem fiscal numas poucas mãos e criou-se um sistema de mercado, no qual o beneficiário dos incentivos fiscais escolhe os projetos a que deseja associar-se, tornando-se seu acionista. O Sr. Rubens Costa seguiu ontem para Nova Iorque, a fim de participar da inauguração da agência do Banco do Brasil.

Sudene tira municípios de sua área

Belo Horizonte (Sucursal) — A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Sudene — excluiu do Polígono das Sêcas, através de portaria, áreas de três municípios de Minas Gerais compreendidas na margem esquerda do rio São Francisco.

A portaria de número 116/69 é assinada pelo superintendente Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira e diz no seu Artigo 3 que os municípios de São Francisco Manga e Januária integram o Polígono apenas na área compreendida na margem direita do rio São Francisco.

REAÇÃO

Segundo técnicos do BDMG, a portaria da Sudene é uma "aberração jurídica" por dois motivos principais: primeiro, porque o mesmo argumento que serviu para excluir as áreas dos três municípios serve também para o caso de Itacarambi, que possui uma parte na margem esquerda do São Francisco e, no entanto, não foi excluída; segundo, porque os municípios de Buritizeiros e Montalvânia, o primeiro desmembrado de Pirapora e o segundo de Manga (um dos municípios atingidos pela portaria) estão totalmente na margem esquerda do São Francisco e no entanto não foram excluídos do Polígono.

A Federação das Associações Comerciais de Minas iniciou a mobilização de tôdas as entidades das classes empresariais de Minas para articularem um esquema, visando à modificação da portaria 116/69 da Sudene. Também o Govêrno de Minas através dos deputados da região de Manga, Januária e São Francisco está-se mobilizando para solicitar à Sudene que modifique sua portaria.

BÔLSAS E MERCADOS

MOEDAS

DÓLAR
Compra 3,975
Venda 4.00

O Banco do Brasil afixou, ontem, na abertura, as seguintes cotações por unidade:

Moedas	Compra	Venda
Dólar	3,9750	4,00
Dólar can. ...	3,69880	3,73200
Libra est.	9,49085	9,57960
Marco alem. .	0,98816	0,99640
Florim	1,09471	1,10350
Franco belga .	0,078093	0,078830
Franco franc.	0,80056	0,80760
Franco suíço	0,92493	0,93280
Lira	0,006329	0,006388
Corôa din. ...	0,52746	0,53220
Corôa nor. ...	0,55533	0,56083
Corôa sueca .	0,76896	0,77580
Xelim aust. .	0,153236	0,158200
Escudo port. .	0,139125	0,142000
Peseta	nominal	nominal
Pêso arg.	0,010335	0,012580
Pêso urug. ...	nominal	nominal

MANUAL

Moedas	Compra	Venda
Dólar	3,975	4,00
Escudo	0,108	0,141
Libra	9,35	9,65
Peseta	0,055	0,058
Pêso urug. ...	0,015	0,016
Pêso arg.	0,0108	0,0126
Franco suíço	0,91	0,93
Lira	0,0062	0,0063
Franco franc.	0,73	0,80
Marco	0,93	100
Libra est.	9,40985	9,57960
Florim	1,09471	1,10350
Corôa nor. ...	0,55538	0,56088
Corôa sueca ..	0,76895	0,77580

BÔLSAS DE VALÔRES

RIO DE JANEIRO — O mercado de ações movimentou-se ontem em ligeira alta. Fixando-se em 435,5 pontos, o índice BV subiu 0,6. O IBV do fechamento, todavia, apresentou-se em baixa ao fixar-se em 402,4 pontos. Negociaram-se, em operações à vista, 1 461 mil ações, no valor de NCr$ 3 890 mil. No mercado a têrmo, 35 400 no total de NCr$ 421 229,00, que corresponde a 14,5 do total das negociações à vista. Das ações que compõem o IBV, nove estiveram em alta, seis em baixa e três permaneceram estáveis. As mais negociadas foram as da Belgo-Mineira, Docas de Santos, Petrobrás e Siderúrgica Nacional. Assinalaram as maiores altas: Mesbla-preferenciais (+ 6,2), Brasileira de Energia Elétrica (+ 2,6), Docas de Santos (+ 2,6), Souza Cruz (+ 2,0) e White Martins (+ 1,9). As maiores baixas: Belgo-Mineira (— 4,1), Petrobrás-ordinárias (— 3,0), Paulista de Fôrça e Luz (— 1,2), Vale do Rio Doce-portador (— 0,5) e Banco do Brasil (— 0,4).

MÉDIA S. N. DOS TÍTULOS PARTICULARES NA BÔLSA DO RIO DE JANEIRO

27-03-69	26-03-69	20-03-69	13-03-69	Março de 1968
11755	11600	11612	11731	5726

ELABORADA PELA ORGANIZAÇÃO S. N. LTDA.

FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTOS

	Data	Valor Cota	Últ. Distribuição		Valor do Fundo
CRESCINCO	26-03-69	1 317	01-03-69	(0,020)	112 798 229,69
TAMOIO	26-03-69	1,15	31-12-68	(0,40)	1 495 937,95
TAMOIO (Inc. fisc.)	25-03-69	1,57	—		1 183 215,26
SB/SABBA	25-03-69	0,190	31-12-68	(0,065)	3 873 674,19
VERA CRUZ	27-03-69	8,81	31-12-68	(0,33)	3 933 338,82
NORTEC	20-03-69	1,29	novembro	(0,02)	92 637,79
AIMORÉ	17-03-69	1,448	31-03-69	(0,08)	2 836 605,03
IPIRANGA (157)	27-03-69	1,07	—	—	2 293 547,07
BIB-CRESCINCO	14-03-69	1,67	—	—	37 963 992,00
BGI (157)	25-03-69	1,99	—	—	2 470 070,36
BGI (valorização)	25-03-69	2,9979	—	—	313 617,62
CARAVELO FIC	23-03-69	1,61	—	—	1 905 030,27
INVESTBANK	25-03-69	1,490	dez.—68	(0,030)	318 447,06
BOZANO SIMONSEN	20-03-69	1,233	31-12-69	(0,609)	6 267 338,62
BAHIA (157)	14-03-69	2,00	30-09-68	(0,08)	3 011 160,19
FEDERAL	12-03-69	3,270	dez.—68	(0,060)	30 217 709,00
BANKIVEST (157)	12-03-69	2,653	Jun.—68	(0,120)	24 417 470,00
INVESTBANCO (157)	10-03-69	1,62	—	—	25 213 014,13
INVESTBANCO	13-03-69	1,53	—	—	439 034,00
CREFINAN (157)	20-03-69	16,510	31-01-69	(0,90)	3 623 563,68
BRAFISA (157)	21-03-69	1,98	—	—	1 991 428,94
HALLES	12-03-69	0,790	31-12-68	(0,05)	2 121 914,43
HALLES (157)	25-03-69	1,439	30-09-68	(0,09)	8 012 502,35
BIB-CRESCINCO (157)	27-03-69	1,65	15-03-69	(0,03)	87 602 107,80
COND. DELTEC	20-03-69	0,631	14-03-69	(,015)	24 103 949,53

Ações	Cot. Média	Quantidade
TÍTULOS DOS ESTADOS		
LEI 303	0,22	700
AÇÕES DE CIAS. DIVERSAS		
A. VILLARES, Pref., Classe A	1,32	100
ALPARGATAS	2,05	34 500
AMÉRICA FABRIL	0,22	21 200
ANT. PAULISTA, Ex/Bon.	0,95	5 000
ANT. PAULISTA, Rec.	0,89	4 673
ARNO, C/42	1,32	36 000
B. ANDRADE ARNAUD	2,00	15
B. DO BRASIL, C/Dir., Subscr.	14,57	3 000
B. DO BRASIL, Ex/Subscr.	8,02	44 932
B. DO BRASIL, Dir. Subscr.	6,73	22 100
BANCO DO ESTADO DA GUANABARA	5,76	290
BELGO-MINEIRA .	0,70	237 700
BRAS. DE E. ELÉTRICA	0,78	30 000
BRAS. DE ROUPAS	0,51	500
BRAHMA, Pref. . .	2,51	26 200
BRAHMA, Ord. ...	2,41	5 600
BRASMOTOR, Ord., C/41	1,60	1 500
CEUM, Pref.	0,22	1 000
CIMENTO ITAÚ, Pref., C/Div., Bon., Ant.	6,00	6 400

Ações	Cot. Média	Quantidade
CIMENTO ITAÚ, Ex/Bon.	3,26	4 000
CASA MASSON, Ord.	1,30	500
D. DE SANTOS ..	1,57	177 300
D. ISABEL, C/Div., Int., Pref.	1,00	15 200
D. ISABEL, Pref., Pró-Rata	0,90	100
DUCAL ROUPAS ..	0,90	500
ESTRÊLA, Pref. ..	1,50	18 900
F. BRASILEIRO ..	2,88	35 700
FIAÇÃO E TECELAGEM D. ROSA	1,25	2 000
F. E LUZ DE M. GERAIS, C/Div.	0,71	29 000
HIME, Pref.	0,27	3 030
KIBON, Ex/Bon. ..	3,01	11 300
LETRAS HIPOTECÁRIAS DO BEG	0,80	450
L. AMERICANAS ..	3,08	25 700
MAGNESITA, Ord.	0,95	10 000
SIDER. MANNESMANN, Ex/Bon. .	0,72	14 900
SIDER. MANNESMANN, Ord., Ex/Bon.	0,70	6 800
MESBLA, Pref., Novas, C/Bon. ..	1,31	1 617
MESBLA, Ord., Novas, C/Bon. ..	1,28	3 600
MESBLA, Pref., Ant., C/Bon.	1,37	19 903
MESBLA, Ord., Ant., C/Bon.	1,26	9 340
MESBLA, Pref., Ex/Bon.	1,10	2 000
MESBLA, Ord., Ex/Bon.	1,02	3 200
M. FLUMINENSE .	1,14	14 000

Ações	Cot. Média	Quantidade
N. AMÉRICA, Port., C/Bon.	2,47	1 800
N. AMÉRICA, Port., Ex/Bon.	2,00	29 100
P. DE F. E LUZ	0,80	52 500
PETROBRÁS, Pref., Ex/Div.	1,56	56 315
PETROBRÁS, Ord., Ex/Div.	0,97	149 620
PETR. IPIRANGA, Pref., C/20	2,24	19 400
PETR. IPIRANGA, Pref., C/19	2,40	5 700
PETR. IPIRANGA, Ord., C/19	2,10	7 635
PROG. INDUS. Ord.	0,84	937
REF. UNIÃO, Pref., Ex/Div.	2,00	6 700
REF. UNIÃO, Ord., Ex/Div.	1,90	300
S. B. SABBA, Pref., Nom.	1,00	5 000
SAMITRI	1,00	24 000
SIDER. NACIONAL, Port.	0,89	99 900
S. CRUZ, Ex/Bon.	6,00	46 900
UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS, Pref.	1,20	2 700
V. RIO DOCE, Port.	4,35	28 700
WILLYS, Pref.	0,52	1 100
WILLYS, Ord.	0,60	19 100
WHITE MARTINS, Ex/Div.	6,40	14 400
MERCADO A TERMO		
LOJAS AMERICANAS (30 dias) ..	3 000	6,15

Ações	Cot. Média	Quantidade
D. ISABEL, Pref., C/Div., Int. (60 dias)	11 000	1,00
P. DE F. E LUZ (60 dias)	3 800	0,88
D. DE SANTOS (60 dias)	20 800	1,71
D. DE SANTOS (60 dias)	14 000	1,70
D. DE SANTOS (60 dias)	30 000	1,65
BRAHMA, Pref. (60 dias)	5 800	2,72
S. CRUZ (60 dias)	5 300	6,46
BELGO-MINEIRA (60 dias)	20 000	0,75
BELGO-MINEIRA (60 dias)	20 000	0,74
BELGO-MINEIRA (60 dias)	3 000	0,76
SIDER. NACIONAL, Port. (60 dias) .	50 000	0,96
ESTRÊLA, Pref., (60 dias)	10 000	1,94
ALPARGATAS (60 dias)	10 000	3,28
WHITE MARTINS (30 dias)	1 500	6,64
CIMENTO ITAÚ Pref., C/Bon., C/9 (90 dias)	3 000	6,68
N. AMÉRICA (90 dias)	1 500	2,35
N. AMÉRICA (90 dias)	13 100	2,26
B. DO BRASIL, Ex/Dir. (60 dias) ..	3 000	8,85
SAMITRI (60 dias)	10 000	1,09

São Paulo (Sucursal) — Transcorrendo com boa movimentação, o pregão de ontem estêve mais ativo, apresentando bom número de operações e elevado total negociado. Todavia, as cotações acusaram algumas baixas, e o índice Bovespa registrou uma queda de 1,0 pontos (menos 0,34%) fixando-se em 295,4. Das companhias que o compõem, 10 subiram, 12 baixaram e 8 permaneceram estáveis. O total negociado foi de NCr$ 3 218 911, com os papéis acionários participando com NCr$ 1 995 204, em 416 operações. O volume de negócios atingiu a cifra de NCr$ 3 218 911, a quantidade de 1 514 013 títulos e a realização de 492 operações. Ações que mais subiram: Arno, cup. 42 (mais 3,0); Casa Anglo-Brasileira (mais 1,9); Docas de Santos, ex-div. (mais 4,0); Kibon (mais 2,9); Lojas Americanas (mais 2,2); Moinho Santista (mais 1,7); Souza Cruz (mais 1,9). As que mais baixaram: Aços Villares, ord. (menos 8,7); Aços Villares, pref., C-1 A (menos 8,3; Artex, pref., cup. 26 (menos 1,1); Brasmotor, ord., cup. 41, com bon., ex-div. (menos 1,7); Cimento Itaú, ant., ex-bon., cup. 9 (menos 6,0); Estrêla, pref., cup. 56 (menos 1,7); Inds. Villares, pref., C-1 B, com bon. (menos 1,1); Petrobrás, ord., nom. (menos 2,0); Willys, ord., port. (menos 5,0).

NOVA IORQUE

Nova Iorque (UPI-JB) — Média de Dow-Jones na Bôlsa de Nova Iorque ontem:

AÇÕES	Abert.	Máx.	Mín.	Fin.	Varia.
30 INDUSTRIAIS	936,03	935,16	921,74	930,83	+ 7,58
20 FERROVIAS	243,44	245,10	241,34	243,14	—
15 CONCESSIONÁRIAS	120,60	130,91	129,19	100,03	— 0,05
65 AÇÕES	322,37	325,01	320,68	323,46	+ 1,49

Vendas nas ações utilizadas no índice: Industriais 838 600. Ferrovias 159 700; Concessionárias Serviços Públicos 116 800. Total 1 115 100.

Índice Dow-Jones de futuros de mercadorias (média 1924-26) (representa 100). Final 137,49 (— 0,25).

PREÇOS FINAIS:

Nova Iorque (UPI-JB) — Preços finais na Bôlsa de Valôres de Nova Iorque, ontem:

Allied Chem ..	31—1/4	Chrysler	53—3/8	IBM	311—1/4	Pub S E G ..	34	Ulted Aircr ..	76—1/2
Allis Chal ...	27—3/4	Col Gas	30—1/4	Int Harv	33—1/2	RCA	41—1/2	Utd Fruit ...	52—3/4
Am Can	55—1/2	Con Ed	33—5/8	Int Nick	37—1/8	Rep Stl	46—1/4	U S Steel	45—3/8
Am Met Cl ..	40—1/8	Cont Can	65—3/8	Int Tel & Tel	51—5/8	Rey Tob	40—3/4	U S Gypsum	80—3/4
Amer Std	43—1/8	Cont Stl	42—5/8	Johns Manville	83—3/4	Sears	69—1/4	Warner Bros .	48—5/8
Amer Smel ...	35—3/8	Cord Pd	35—3/8	Kennecott	92—3/8	Southern R ..	58—3/4	Woolwth	29—1/8
Am T & T ..	52	Crown Zell ..	66	Kroger	37	Std O Cal ..	68—1/8	Westg El	66—1/4
Amer Tob	37—5/8	Curtiss W ...	22—1/8	Lehman	[illegible]	Std O Ind ..	62	Allien Inc ...	71
Anaconda	51—5/8	Du Pont	151—1/4	Lockheed	41—1/2	Std Brands ..	42—1/4	Ark La Gas ..	33—3/8
Armour	56	East Air L ..	25—3/8	Loews Thea ..	[illegible]	Stud Worth ..	54—1/2	Brit Pet	20
Atlan Rich ..	106—3/4	Eastman	70—7/8	Lonestar Cem	22—3/4	Swift	30—1/2	Creole P	37—1/8
Atlas Corp ...	6—1/8	Ford	50—7/8	Mobil Oil	64—1/2	Tech Mat	9—7/8	Giant Yell ..	15—1/8
Beth Stl	33	Gen Ele	92—1/2	Nat Dist	[illegible]	Texaco	85—7/8	Home Oil A ..	53—3/4
BGH	245—3/4	Gen Foods ..	77—7/8	Nat Lead	70—3/8	Texas Gulf ..	31	Husky Oil ...	22—1/2
Can Pac	83—1/2	Gen Motors ..	81—7/8	Otis Elev	47—1/2	Textron	35—1/4	Norf So Ry ..	32—3/4
Case J I	17—5/8	Gillette	52—1/2	Pac G El	37—1/8	Timken	36—7/8	Seeman	14
Cerro	37—5/8	Goodyear	60—3/8	Pan Am	23	Un Carbide ..	42—3/4	Syntex	52—5/8
Ches & Oh ..	70—1/4	Grace W R ..	39—3/8	Penn N Y Cen	54—5/8	Union Pacific	52—1/4		

LONDRES

Londres (UPI-JB) — A Bôlsa de Valôres de Londres registrou ontem mais altas do que baixas, com destaque para as ações não tradicionais. Muitas ações importantes subiram, como as da Unilever, Rank Organization, Dunlop e Rolls Royce, mas algumas sofreram pequenas baixas. A British Petroleum abriu em alta, mas caiu depois. A Burmah, que tem 23 por cento das ações da BP, fechou em alta. A Royal Dutch Shell também subiu. A diminuição da demanda dos títulos do Govêrno reduziu algumas das altas conseguidas nos últimos dias, apesar da boa situação da libra esterlina.

MERCADORIAS

CAFÉ—RIO — O mercado de café disponível continuou ontem sustentado, com o tipo 7, safra 1968-69, mantendo-se ao preço de NCr$ 9,00 por 10 quilos. Não houve vendas e fechou calmo.

AÇÚCAR—RIO — Mercado firme e inalterado, tendo chegado 170 000 sacos procedentes de Pernambuco e 20 000 do Estado do Rio. Foram embarcados 20 000, ficando em estoque 231 632 sacos.

ALGODÃO—RIO — O mercado de algodão em rama funcionou calmo e inalterado. Vieram 116 fardos de São Paulo e 78 de Minas Gerais. Saíram 200 e a existência é de 1 027 fardos.

BORRACHA—NOVA IORQUE — A borracha natural para entrega futura fechou entre 15 pontos de alta e 15 de baixa na Bôlsa de Nova Iorque, sem vendas. O tipo número 2 RSS fechou no disponível a 26,50 centavos de dólar a libra-pêso.

CAFÉ—NOVA IORQUE — O café para entrega futura fechou ontem inalterado e sem vendas na Bôlsa de Nova Iorque. As cotações dos principais cafés no disponível em centavos de dólar a libra-pêso, foram as seguintes: Santos 3: 37,50. Santos 4: 37,00. Colombianos Manizales: 40,50. Mexicanos Lavados Coatepec: 37,25. Angolanos Ambriz número 2 BB: 30,50.

AÇÚCAR—LONDRES — O açúcar para entrega futura fechou ontem em baixa de cinco pontos na Bôlsa de Londres, com venda de 3 349 contratos.

SISAL—NOVA IORQUE — O sisal tipo brasileiro número três foi vendido ontem no disponível da bôlsa local a 7,15 centavos de dólar a libra-pêso, CIF, Nova Iorque. O tipo número 1 foi vendido a 9,14 centavos.

Negociação começa nos EUA para resolver impasse das taxas sôbre o café solúvel

Washington (AFP-JB) — Apesar da existência de uma arbitragem internacional, o Brasil e os Estados Unidos terão que recorrer às negociações bilaterais para pôr fim ao problema do café solúvel. Estão também interessados no assunto o México, Salvador, Nicarágua e Guatemala.

A curiosa "arbitragem" emitida em Londres sôbre o assunto só serviu para tirar de suas modestas proporções um conflito irracional e acrescentar outro capítulo à difícil história do comércio entre a América Latina e seu poderoso vizinho do Norte.

CONCLUSÃO

A única conclusão prática das opiniões expressas em princípios de março perante o Conselho Internacional do Café por três árbitros é que o problema originado pelas exportações brasileiras de café solúvel para os Estados Unidos não tem nenhuma possibilidade de ser resolvido no seio desta organização.

Depois de dois anos de discussões os Estados Unidos e o Brasil se encontram quase nas mesmas posições, e tendo que encarar as negociações bilaterais como se não existisse um processo internacional de arbitragem.

Na realidade, a situação é tal que se hoje os Estados Unidos decidir impor um direito de importação ao café solúvel brasileiro, como ameaça fazê-lo, arrisca ser acusado por sua vez de práticas discriminatórias pelo Govêrno de Brasília que reclamará o direito de represália.

Haverá então uma escalada comercial por um produto que é acessório no intercâmbio entre os dois países. Em 1968 o Brasil vendeu aos Estados Unidos 18 862 000 libras de café solúvel, enquanto o total do café verde subiu a um bilhão de libras.

O Brasil é o único país latino-americano que envia café solúvel para os Estados Unidos, em condições que os empresários dêsse país consideram suspeitas.

Em 1968 as importações de café solúvel brasileiro para os Estados Unidos atingiram 84 por cento das compras norte-americanas mas Salvador adquire importância (4,5 por cento). O México, Nicarágua e Guatemala, estão também presentes no mercado.

Alguns funcionários norte-americanos admitem que juridicamente seria delicado materializar sanções contra o Brasil sòmente, sem examinar as condições nas quais outros países praticam a exportação do café solúvel.

Muitos acham, tanto em Londres como em Washington, que o café solúvel é um produto industrial e que não está protegido pelo Artigo 44 do Acôrdo Internacional, que se refere exclusivamente ao comércio de um produto de base.

Em conseqüência, o conflito brasileiro-norte-americano seria competência do Acôrdo Geral sôbre Tarifas e Comércio das Nações Unidas (GATT).

A razão fàcilmente se imporá e Washington e Brasília, segundo se estima depois de todo o tempo perdido, se porão tranqüilamente frente à frente à busca de uma solução bilateral para um conflito que teria que ser reduzido a suas verdadeiras proporções: um problema de menor importância.

PROTESTOS

São Paulo (Sucursal) — O Presidente da Hills Bros. Coffee Inc., de São Francisco, Sr. Reuben Hills, enviou anteontem uma carta ao Secretário de Estado norte-americano, Sr. William Rogers, afirmando que os Estados Unidos não devem taxar o café solúvel brasileiro.

É a seguinte a íntegra da carta:

"Prezado Sr. Rogers:

Isto é urgente. Soubemos hoje que o Ministro da Fazenda do Brasil está viajando para os Estados Unidos a fim de negociar um impôsto a ser aplicado ao café solúvel brasileiro. O Brasil está sendo forçado a tomar essa medida porque os Estados Unidos o ameaçam de criar o impôsto se êle próprio não o fizer.

Insistimos em que qualquer impôsto que venha a recair sôbre o parágrafo 1-C do Artigo 1356-F do título 19 do código dos Estados Unidos leve em consideração a intenção do Congresso, tornada clara no Artigo 1356-H, de que os podêres e obrigações conferidos pelos Artigos 1356-F e 1356-J dêste título sejam exercidos da maneira que o Presidente considere apropriada para proteger os interêsses do consumidor americano.

A disponibilidade do café solúvel brasileiro nas condições atuais tornou possível para nós e para outros comerciantes médios e pequenos oferecermos à nossa freguesia um produto melhor e a preços competitivos. O café solúvel produzido pelo Brasil em quantidades comerciais, com livre acesso a todos setores do comércio do gênero de qualquer porte, tornou possível às emprêsas médias e pequenas competir econômicamente com o maior torrador dos Estados Unidos, que domina mais de 50% do mercado americano. O consumidor americano tem se beneficiado de um produto melhor a preços mais favoráveis. Por conseguinte, qualquer iniciativa que se tome, como a imposição de um gravame especial sob o amparo do Artigo 1356-F, estará colidindo com o espírito dos Artigos 1356-H e 1356-I. É igualmente importante reconhecer que uma ação unilateral do Brasil, ditada pelos interêsses dos Estados Unidos, sòmente resultará em preços mais altos e, em última análise, em lesão ao interêsse do consumidor americano.

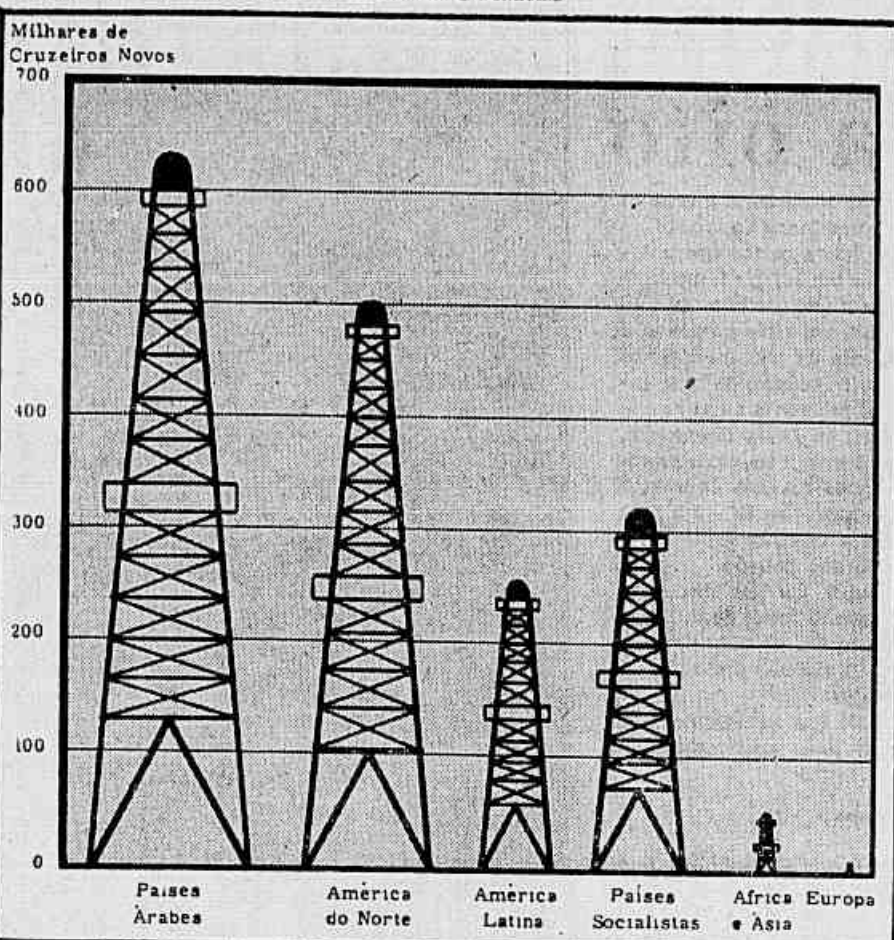
Não podem os Estados Unidos criar um impôsto sôbre o café solúvel brasileiro com base na cláusula 44 do Acôrdo Internacional do Café a não ser que uma junta arbitral determinasse que existe discriminação. E os membros da junta arbitral constituída segundo as disposições dessa cláusula emitiram três opiniões separadas. Só o árbitro americano entendeu que a discriminação realmente existe. Mas nem êle mesmo conseguiu determinar a sua extensão.

Ponderamos que, qualquer que venha a ser a solução da questão, não deverá ela ser tomada em benefício de interêsses privados às expensas do interêsse público. Insistimos enèrgicamente em que o Departamento de Estado conduza as negociações nesse contexto, uma vez que qualquer aumento do prêço do café solúvel brasileiro não beneficiará o consumidor americano."

ENTRE TÔRRES E PLATAFORMAS

Milhares de Cruzeiros Novos

700
600
500
400
300
200
100
0

Países Árabes — América do Norte — América Latina — Países Socialistas — África e Ásia — Europa

Produção nacional de petróleo subiu 10% em 68. Mas somos 23.º no mundo

Brasil reduz a 2% sua taxa de crescimento da população

Pôrto Alegre (Sucursal) — O Brasil precisa crescer de 6%a 7% até 1975, ou fará apenas um exercício para a mediocridade. Caberá à próxima geração criar um sistema político capaz de conciliar as soluções dos problemas brasileiros com a liberdade e a democracia. Pesquisa feita pelo Ministério do Planejamento revelou que o crescimento populacional do Brasil baixou de 3% para 2%, entre os anos de 1960 e 1967.

Estas foram algumas das observações feitas pelo secretário-geral do Planejamento, Sr. João Paulo dos Reis Veloso, ao proferir a aula inaugural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu tema central foi o *Brasil, Ano 2000*, na qual refutou as teses do Hudson Institute, que colocou o país no fim do milênio no nível baixo das nações semi-industrializadas.

BRASIL DO FUTURO

Disse o Sr. João Paulo Veloso que as previsões de Hermann Kahn que colocou o Brasil entre os países semi-industrializados, no comêço do próximo século, não são válidas porque a diferença entre a viabilidade econômica de um país e sua semi-estagnação está condicionada ao esfôrço de crescimento da produção e da renda que conduzem ao desenvolvimento geral.

Lembrando que Kahn fixou uma faixa de variação da renda populacional brasileira entre 500 a mil dólares *per capita*, no ano 2000, baseado nas estimativas da ONU levantadas no ano de 1954. Reformulando as teorias de Hermann Kahn, com base em estatísticas recentes do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas — IPEA — apresentou a renda de 50 países.

Mostrou distorções na tese de Kahn, assinalando que se atualizarmos a renda dêsses países para o ano de 1965, mediante o índice físico da produção, o resultado é mais realista. Com dados brasileiros atualizados demonstrou que o brasileiro terá uma renda *per capita* no ano 2000 entre 760 a 1 300 dólares, o que colocará o país na categoria de país pré-industrial, ou seja, na terceira colocação formulada pelo próprio Kahn.

Disse o Sr. João Paulo Veloso que o diretor do Hudson Institute estimou a taxa de crescimento anual para o Brasil, até o ano 2000, em três hipóteses: 3%, 4,5% e 7%, representativas da produção agregada do país em 65, 107 e 240 milhões de dólares, respectivamente, contra um Produto Nacional Bruto situado em 1965 em tôrno de US$ 23 bilhões.

Ao comentar o crescimento anual do Brasil, "cujo Govêrno em seu Programa Estratégico de Desenvolvimento prevê taxas anuais de 6%, podendo atingir 7% até 1975", afirmou que na próxima década haverá grande surto de urbanização e popularização dos métodos anticoncepcionais.

Declarou que a taxa de crescimento populacional do Brasil encontra-se em declínio e poderá ser reduzida até o ano 2 000. Com base em pesquisa feita pelo IPEA, declarou que a taxa de crescimento populacional baixou de 3% para 2% entre os anos de 1960 e 1967. Assim, é razoável prever que de agora em diante a taxa de crescimento populacional baixe ainda mais, na sua opinião.

Afirmou ainda que o desenvolvimento é um fenômeno eminentemente cumulativo e citou os exemplos do Japão e Europa Ocidental no período de pós-guerra, onde ninguém poderia esperar os resultados obtidos em tão pouco tempo, o que prova que o desenvolvimento sòmente é impossível se o país não faz um esfôrço acelerado.

O FUTURO DO BRASIL

Para êle, é de extrema importância dedicar especial atenção à próxima década, porque até 1980 deverão ser tomadas grandes decisões. Estas é que irão determinar nossa posição no ano 2000. Destacou que os grandes desafios do mundo moderno serão cada vez mais importantes nos próximos vinte anos, mormente o hiato entre o subdesenvolvimento e os avanços do setor educacional, científico, tecnológico e da cibernética.

Acha que o objetivo mundial deveria ser o de proporcionar um padrão de vida satisfatório a grande número de países subdesenvolvidos. Também considerou de vital importância suprimir a importação tecnológica no Brasil e procurar desenvolver nossos próprios recursos humanos.

Destacou ainda que um dos grandes desafios do Brasil é proporcionar trabalho a um milhão de pessoas cada ano e para isso, a seu ver, é indispensável incentivar as pesquisas e transformar as invenções em inovações, transformando o invento em produto de mercado. Com êsse ponto-de-vista, sòmente o esfôrço educacional não é suficiente para cobrir tal fato, porque a dimensão do mercado é que vai permitir a assimilação dos excedentes das faculdades. Caso contrário, os jovens serão transformados em excedentes profissionais — concluiu o professor João Paulo Veloso.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

EDITAL

O BANCO CENTRAL DO BRASIL comunica que venderá o imóvel sito na Av. Cásper Líbero, 88, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em concorrência pública, à vista, pela melhor oferta acima do valor constante do edital publicado no Diário Oficial da União (Seção I — Parte II) de 19, 20 e 21-3-69.

O prazo para entrega das propostas encerrar-se-á em 23 de maio vindouro, podendo quaisquer outros esclarecimentos ser obtidos na Rua Líbero Badaró, n.º 595, das 9,00 às 16,00 horas, diàriamente, exceto aos sábados.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Jefferson Paes de Figueiredo

Chefe, Substituto

Bradesco vai aumentar seu capital

Em assembléia-geral realizada anteontem às 10 horas, os acionistas do Bradesco — Banco Brasileiro de Descontos, S.A. — aprovaram proposta do Conselho de Administração daquela emprêsa, para elevar o capital social a NCr$ .... 75 000 000,00.

Êsse aumento, que foi da ordem de quinze milhões de cruzeiros novos, se realizou pelo aproveitamento de reservas livres, incorporadas ao capital social através da majoração do valor nominal da ação, que, de NCr$ 4,00 foi a NCr$ 5,00 cada uma bonificação que o acionista recebeu sem despesas e livre de impôsto (Dec. Lei n.º 401, de 30/12/68). No presente semestre, é a segunda vez que as ações do Bradesco recebem valorização expressiva em seu valor nominal, pois, em 13.1, igual processo se verificou, recebendo o acionista, para cada ação de NCr$ 3,60, bonificação de NCr$ 040. Com capital de setenta e cinco milhões de cruzeiros novos, o Bradesco também lidera, nessa análise, a rêde bancária particular do país e seus acionistas, que somam mais de 215 000, receberam, já neste ano, afora os dividendos de 12% ao ano rendimento de 36% sôbre suas ações.

Galvêas anuncia máximo rigor para defender os investidores

O presidente do Banco Central, Sr. Ernane Galvêas, disse ontem que o fechamento de três emprêsas financeiras no Rio Grande do Sul corresponde a uma política de maior rigor no mercado financeiro, para proteger os investidores e punir os empresários financeiros faltosos.

— As emprêsas foram fechadas porque foram constatadas irregularidades praticadas por seus diretores, que estão presos à disposição da comissão de inquérito, podendo vir a serem enquadrados em crime de estelionato, apropriação indébita, prejuízo da economia popular e até mesmo de enriquecimento ilícito.

MERCADO SEGURO

Sustentou o Sr. Ernane Galvêas que sòmente com rigor na fiscalização das autoridades monetárias poderá ser construído um mercado de capitais vigoroso, onde os investidores tenham confiança de não estarem sendo ludibriados.

O fechamento das emprêsas gaúchas seria, no seu dizer, "um caso típico de polícia." Como se trata de instituições financeiras, a apuração das irregularidades e punição dos culpados cabe às autoridades monetárias.

— As causas da intervenção não são, portanto, de iliquidez ou outras razões de mercado. Trata-se de evidente episódio isolado no qual adotamos uma decisão para fortalecer o mercado. Precisamos dar tranqüilidade aos investidores, usando de tôda energia para punir os que tentam ludibriar a boa-fé da população — acentuou o presidente do Banco Central.

MERCADO FORTE

Disse o Sr. Galvêas ter recebido ontem mesmo informações positivas quanto à situação do mercado financeiro e bancário. O saldo dos aceites cambiais se recupera amplamente, enquanto que a situação bancária evolui favoràvelmente.

Revelou o Sr. Ernane Galvêas que o movimento bancário teve a seguinte evolução na última semana:

1) Depósitos bancários: elevação de 3% dia 25/3, em relação a 18/3.

2) Aplicações bancárias: elevação de 2% em 25/3, em relação a 18/3.

Outros indicadores desta evolução favorável, segundo o presidente do Banco Central, são a melhoria do encaixe bancário, a redução da posição devedora dos bancos no redesconto normal e o crescimento do saldo dos aceites cambiais.

MERCADO ABERTO

Outras informações ontem reveladas pelo presidente do Banco Central:

1) Está, mais uma vez em estudos, com a assessoria de um técnico de Federal Reserve System, a instituição de um sistema de open market, com o lançamento de títulos públicos de prazo curto, destinado a propiciar às autoridades um contrôle monetário mais eficiente.

2) O Banco Central tem conhecimento de que diversos bancos de investimento projetam o lançamento de emissões de debêntures conversíveis em ações. A seu ver, as debêntures poderão vir a construir um sistema permanente de fornecimento de capital de giro às emprêsas.

MERCADO SANEADO

Pôrto Alegre (Sucursal) — O diretor do Banco Central, Germano Brito Lira, continuava ontem nesta capital, orientando pessoalmente o processo de liquidação extrajudicial de três companhias pertencentes ao grupo Financial, cujos três diretores — Samuel Zimermann, Lander Machado e Edson Giavarina — permaneciam detidos à disposição da Polícia Federal.

As investigações em tôrno da situação financeira e administrativa das três companhias estão sendo feitas em caráter sigiloso e não se pode apurar quais são realmente as irregularidades em que se baseou o Banco Central para fechá-las.

PERACCHI

Comentando o caso, o Governador Peracchi Barcelos justificou a ação do Banco Central como necessária à defesa popular, afirmando que "o povo não pode ser explorado por magnatas e espertalhões."

Nos círculos financeiros, a intervenção no grupo Financial foi atribuída a dissensões entre seus dois principais diretores, um dos quais teria tomado a iniciativa de procurar o Banco Central denunciando supostas irregularidades praticadas pelo outro.

O adiamento do retôrno do diretor Germano Brito Lira ao Rio, que estava previsto para anteontem, foi explicado pela Delegacia do Banco Central como conseqüente de seu empenho em deixar definitivamente encaminhado o processo de liquidação.

LETRAS DÃO LUCRO DE NCR$ 4 BILHÕES

O presidente da ADECIF, Sr. José Luís Moreira de Sousa, disse ontem, na reunião desta entidade, que até o momento o sistema das letras de câmbio propiciou aos investidores o lucro superior a NCr$ 4 bilhões e que o volume global dos prejuízos decorrentes de liquidações de financeiras não foi superior a 0,4% do capital aplicado.

Os números, a seu ver, demonstram que se trata de um dos mais seguros sistemas de todos os tempos, embora algum episódio isolado possa dar uma idéia diferente. Os capitais aplicados, nos dez últimos anos, alcançaram cêrca de NCr$ 20 bilhões, mobilizados para o financiamento de emprêsas comerciais e industriais e para o crédito ao consumidor.

Bancos querem reduzir seus custos

O vice-presidente do Sindicato dos Bancos da Guanabara, Sérgio Andrade Carvalho, disse ontem que a cobrança de tarifas pelos serviços bancários é fator decisivo para a redução do custo do dinheiro e para que os bancos se adaptem às necessidades da evolução econômica.

O pronunciamento foi feito ontem, no segundo dia do Seminário sôbre Problemas Bancários que vem se reunindo no Clube Comercial sob a presidência do professor Teófilo de Azeredo Santos. Na reunião de hoje os banqueiros debaterão com a presença do diretor da Polícia Judiciária medidas de proteção contra a onda de assaltos aos bancos.

NOVOS RUMOS PARA O SISTEMA BANCÁRIO

O Sr. Sérgio Andrade de Carvalho previu e preconizou uma próxima evolução do sistema bancário brasileiro, cujas atividades se tornariam ràpidamente mais numerosas, tal como vem ocorrendo nos EUA.

— Os bancos americanos, alemães, japonêses e de outros países — disse — vêm se preocupando em se tornar emprêsas de prestação de numerosos serviços, sendo a concessão de empréstimo apenas uma de suas atividades. No Brasil, o período de inflação aguda tornou a busca de depósitos a qualquer custo uma necessidade vital para os bancos, gerando uma guerra de preços nas tarifas de serviços bancários, hoje quase todos gratuitos.

Se um banco presta serviços à sua clientela gratuitamente ou com tarifas deficitárias — explicou — os seus custos terão de ser fatalmente englobados na grande fonte de receita — o custo dos empréstimos. Daí a grande distorção que por isso se produziu no sistema bancário brasileiro: a taxa de juros é elevada porque custeia tôda a estrutura do banco e ainda os serviços deficitários.

Uma tendência inversa é a que se verifica nos EUA e Europa: os departamentos de marketing dos bancos vêm criando cada vez maior número de serviços, que não oneram o custo do dinheiro, porque são autofinanciáveis.

No banco brasileiro, já que o usuário de serviços não paga pelo serviço, êste custo é transferido para a emprêsa financiada pelo banco — daí as taxas distorcidas e a dificuldade de multiplicação dos serviços prestados pelo banco.

O Sr. Sérgio Carvalho sustentou a necessidade de instituição imediata de tarifas mínimas que os bancos deveriam cobrar pelos serviços que prestem à clientela. Mesmo que tais tarifas mínimas não cubram a totalidade do custo do respectivo serviço, elas poderiam representar um nôvo relacionamento entre banco e cliente.

— Sòmente seguindo por êste caminho — concluiu o Sr. Sérgio Andrade — os bancos brasileiros poderão se tornar emprêsas prestadoras de bons serviços, deixando de ser simplesmente receptáculos de duplicatas e reduzindo assim o custo dos financiamentos.

OS CUSTOS

De acôrdo com uma proposição da Federação Nacional dos Bancos já levada à consideração do Banco Central e apoiada pelo Sindicato dos Bancos da Guanabara, seriam as seguintes as tarifas instituídas por serviços hoje prestados gratuitamente pelos bancos:

I — COBRANÇAS

A execução dos serviços de cobrança, por conta de terceiros, de títulos comerciais e cheques, será remunerada, obrigatória e uniformemente, nas seguintes bases:

Cobrança de cheques a serem compensados pela própria ou outra agência do mesmo banco, na mesma ou em outra praça .... Nihil

Cobrança de cheques através de correspondentes e cobrança de títulos na praça e fora da praça:

— sôbre o total de cada borderô ou relação 0,05%

— mais, cumulativamente, por título ou cheque .... NCr$ 1,50

II — RECEBIMENTOS

Carnês, bilhetes de seguro, contas e assemelhados — por unidade .... NCr$ 0,50

III — TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS

A execução dos serviços de transferência de fundos compreendendo ordens de crédito, ordens de pagamento e cheques de viagem, será cobrada, obrigatória e uniformemente, nas seguintes bases:

Transferência na mesma praça:

— qualquer modalidade .... Nihil

Ordens de pagamento ou de crédito em outra praça:

— sôbre cada operação 0,05%

— mínima de .... NCr$ 1,50

Cheques de viagem:

— sôbre o total fornecido 0,05%

— tarifa mínima aplicável sôbre cada grupo de 10 cheques ...... NCr$ 1,50

IV — OUTROS SERVIÇOS

Serviços de resgate de letras de aceite de instituições financeiras — por título .... NCr$ 0,50

Visamento de cheques:

— de cheques pagáveis na praça, por visto .... NCr$ 1,00

— de cheques pagáveis em outras praças — sôbre o valor de cada cheque 0,05%

— mínima de .... NCr$ 1,50

COBRANÇAS ONERAM OS CUSTOS BANCÁRIOS

O diretor do Sindicato dos Bancos Paulo Ourivio preconizou no Seminário a utilização do Serviço de Compensação para a cobrança de duplicatas, tendo em vista reduzir o custo que tais serviços representam para os estabelecimentos bancários.

— A liquidação das duplicatas pela compensação — disse o Sr. Paulo Ourivio — já fôra cogitada pelos banqueiros e pelo Banco Central em 1966, mas na época havia um obstáculo a êste sistema: a prescrição em 24 horas do direito de regresso. Agora que êste prazo foi dilatado para 30 dias após o vencimento da duplicata o obstáculo foi afastado.

Sustentou Paulo Ourivio a necessidade de desobrigar os bancos do grande encargo da cobrança de duplicatas, geralmente acumuladas no fim de cada mês, que lhes custam funcionários, espaço em seus balcões e papelada. Isto poderia ser obtido através de um mecanismo baseado nos seguintes pontos:

1. O cliente, ao devolver a duplicata com aceite, autorizaria o banco a cobrar, no dia do vencimento, do banco onde mantivesse conta de depósito;

2. No dia do vencimento, a duplicata seria enviada para cobrança pelo Serviço de Compensação ao banco recomendado pelo cliente, que pagaria também pela Compensação e remeteria a duplicata ao cliente;

3. Caso não houvesse cobertura, a duplicata seria devolvida ao banco cobrador.

A iniciativa, segundo o Sr. Paulo Ourivio, favoreceria a idéia de que o cliente tenha seu próprio banco, nêle centralizando suas contas de tôda espécie.

SEGURANÇA É O ASSUNTO DE HOJE

O prof. Teófilo de Azeredo Santos comunicou aos banqueiros que já se acha redigida a minuta de um decreto-lei a ser levada pelo Ministro do Trabalho ao Presidente da República sôbre o horário noturno de trabalho dos bancários. O decreto admite o horário e prevê uma remuneração adicional aos bancários que realizarem êste serviço.

Na reunião de hoje, que contará com a presença do diretor da Polícia Judiciária, o assunto principal a ser tratado será a segurança dos estabelecimentos bancários, esperando os banqueiros que as autoridades anunciem as medidas que projetam contra a onda de assaltos.

Outros assuntos previstos para hoje: capital mínimo dos bancos comerciais, expediente externo, chancela mecânica, capital autorizado para instituições financeiras, e outros.

LETRAS DE CAMBIO PARA EXPORTAÇÕES

O projeto no sentido de que possam os bancos comerciais dar aceites em letras de câmbio destinadas a financiar as exportações brasileiras foi ontem revelado pelo prof. Teófilo de Azeredo Santos. Seu autor é o presidente da Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, e seu texto é o seguinte:

"1) — Na organização bancária vigente no Brasil, reservou-se o instrumento do aceite às sociedades financiadoras e aos bancos de investimento.

2) — O alto interêsse nacional na promoção de nossas exportações, porém, aconselha seja permitido aos bancos comerciais o aceite de letra de câmbio, com maturidade de até 180 dias, sacada pelo exportador brasileiro, mediante cessão de seu crédito e exibição dos papéis de embarque e demais documentos hábeis. O aceite, negociado pelo exportador no mercado, lhe permitiria financiar sua operação.

3) — De há muito participa a rêde bancária brasileira, destacadamente, do financiamento de nossas exportações. E o amplo conhecimento que tem dêsse setor da economia indica não deve ser ela afastada, por considerações meramente formais, de modalidades de crédito perfeitamente adequadas à estrutura dos bancos de depósitos. Doutra parte, o aceite bancário poderá emprestar às nossas atividades de exportação a dinâmica de que sem dúvida carecem.

4) — Propomos, pois, que o VII Congresso Nacional dos Bancos recomende às autoridades monetárias se permita aos bancos comerciais aceitar saques de exportador brasileiro."

Barreira desliza na Glória sôbre barracos e mata oito

Um deslizamento de barreira na Ladeira Santa Isabel, na Glória, soterrou, às 21h45m de ontem, seis barracos de um grupo de oito, matando 8 pessoas, sendo 5 crianças e três adultos. As primeiras horas da madrugada de hoje, 3 corpos ainda se encontravam soterrados.

Guarnições dos bombeiros do Catete, auxiliadas por moradores continuavam pela madrugada nos trabalhos da remoção dos escombros. Os bombeiros desistiram às 2 horas, de usar os britadores requisitados ao quartel central porque as oscilações poderiam provocar novos desabamentos, continuando os trabalhos apenas com o uso de pás e picaretas.

DESESPÊRO

A mãe de duas crianças soterradas, dona Teresinha Aquino, e seu marido Rubens, assistiam à remoção e demonstravam grande desespêro. Seus filhos Cláudio de seis anos e Fátima de cinco foram levados pouco antes do acidente para o barraco de um vizinho, o primeiro a ser atingido pela avalanche de lama e pedra. Ao ouvir o estrondo, ela correu para lá, na tentativa de salvá-los, mas teve as pernas prêsas pelas pedras que rolaram.

Amparada pelas vizinhas, dona Teresinha gritava aos bombeiros:

— Meus filhos não estão aí onde vocês cavam. Estão mais para baixo.

Depois gritava com as mãos para o céu:

— Nem quero mais ter filhos se perder êsses dois. Se êles saírem vivos, subo as escadas da igreja de Nossa Senhora da Aparecida de joelhos. Todos os dois, porém, morreram.

Um dos barracos que não foram atingidos pertence a dona Maria Lopes da Conceição. Ela não sabe explicar porque nada sofreu. Cêrca das 21h45m — na hora em que começou o deslizamento da barreira — seu marido Geraldo Vieira da Conceição teve a presença de espírito de sair correndo com ela e os dois filhos, pela porta dos fundos do barraco.

FAMÍLIA SOTERRADA

Outro morador que teve o barraco atingido, foi o Sr. Válter dos Santos, de 36 anos. Êle e a mulher, D. Laura Batista, conseguiram escapar mas não puderam salvar o filho Valdir Batista, de cinco anos, que foi tirado morto dos escombros às 23h20m.

Após encontrar o corpo do menino Valdir Batista dos Santos, às 23h20m, os bombeiros retiraram o cadáver de Maria Isabel da Silva, de sete anos, sobrinha de D. Nadir e do Sr. Renato, moradores do local. Às 23h25m, surgiu o cadáver de D. Laura Batista, mulher do Sr. Válter dos Santos e cinco minutos depois, os bombeiros tiraram o corpo do menino Valmir, de cinco anos, totalmente despido. Valmir é filho de D. Maria do Carmo, casada com o Sr. Wilson, ambos soterrados.

O único morador que saiu vivo, Sr. Josoel Oliveira de Sousa, tinha fratura exposta nas duas pernas e foi levado ao Hospital Sousa Aguiar.

INTERRUPÇAO

Aos 45 minutos de hoje os bombeiros interromperam os trabalhos de remoção dos escombros, onde se encontravam ainda três corpos — os do casal Maria do Carmo dos Santos, seu companheiro Wilson e o filho Valmir, de cinco anos.

Os grandes blocos de pedra, que se deslocaram da muralha que cerca a ladeira, e que se encontravam sôbre os barracos soterrados, impediam a continuação do trabalho dos bombeiros.

COMO FOI

O morador Válter Nascimento, que perdeu a mulher e um filho, explicou que saiu, no início da chuva de ontem, para ver a situação.

— Minha mulher me disse: "Se é caso de cair eu pego meu filho, enrolo num lençol e vou embora daqui."

Não deu nem tempo — explicou. — As pedras começaram a cair logo, e meia hora depois, eu ainda ouvia o grito de minha mulher e da criança.

Os únicos objetos que restaram do seu barraco foram uma máquina de costura portátil elétrica, um rádio transistor, e os óculos da mulher. Entre os destroços, próximo do lugar onde foi retirado o corpo de sua mulher, D. Laura Nascimento, encontrav-ase um aviso de cobrança da máquina de costura, cujas prestações de NCr$ 14,00 estavam vencidas desde outubro do ano passado.

Quando um dos moradores entregou os óculos de D. Laura a Válter, êle, visivelmente emocionado, atirou-o à distância e exclamou:

— De que me adianta isso, agora? Nada mais me importa...

RECUSA

Os desabrigados negam-se a ir para o Albergue João XXIII, pois não querem abandonar os seus pertences e se afastar muito dos locais de trabalho.

Vários dêles alegavam que "nenhuma dessas promessas feitas agora por vocês serão cumpridas." Referiam-se às palavras do representante do Secretário de Serviços Sociais, que prometera a remoção posterior para conjuntos residenciais que já estão concluídos.

SOCORRO IMEDIATO

Josoel de Sousa foi tirado com vida da Ladeira Santa Isabel, mas com as duas pernas quebradas

Depósito cai no Estácio e soterra 2 casas

Um depósito de louças sanitárias e cerâmicas, de propriedade da fábrica J. Costa Brito, situado na Rua Maia Lacerda, 683, no Estácio, desabou às 21h30m de ontem, soterrando parcialmente duas casas de uma vila vizinha.

Segundo os moradores da rua, só não houve vítimas "por milagre, já que o vigia do depósito encontrava-se no interior do prédio que desabou e a Sra. Joseta Marques, cujo quarto tem parede colada à do depósito, já estava deitada.

Os moradores das casas 1 e 2 da Rua Maia Lacerda, 638, que foram destruídas com o desabamento, acusam os responsáveis da fábrica de cerâmica pelo acidente.

— Já passamos muitas chuvas e enchentes sem ter acontecido nada. Mas, agora, êles superlotam êste depósito, que passou a ser perigoso mesmo em dias normais — afirmou a Sra. Luísa Durães Silva.

O comandante da guarnição do Corpo de Bombeiros que estêve no local, capitão Paixão, atribuiu o desabamento ao deslizamento do muro de arrimo da casa n.º 666, que fêz ceder o telhado do depósito.

As duas casas afetadas pertencem ao Sr. Orlando Ferreira da Costa, que está disposto a processar os proprietários do depósito.

O vigia do depósito, Sr. João Fernandes da Silva, de 48 anos, disse que não entendeu bem o que estava acontecendo.

— Só me lembro — êle explica — de um estrondo, e que nos primeiros minutos fiquei parado. Depois fui para o interior do depósito, verificar o que havia acontecido. Por sorte eu escapei: a poucos metros de mim aconteceu o desastre.

OS RIOS DA TIJUCA

A Tijuca foi mais uma vez um dos bairros mais prejudicados pelas chuvas da noite de ontem

Tijuca e Rio Comprido foram mais atingidos

A chuva de ontem, embora mais fraca que a de quarta-feira, prejudicou bastante, na zona norte, os bairros da Tijuca e Rio Comprido, sobretudo em conseqüência do transbordamento do rio Trapicheiro, cujas águas inundaram ruas e chegaram a invadir casas e lojas comerciais.

Os principais congestionamentos se verificaram nos acessos aos Túneis Rebouças e Santa Bárbara, porque as obras da Sursan na Rua Frei Caneca provocaram o desvio para as Ruas Senhor dos Matozinhos, Barão de Pirassununga e Aníbal Benévolo — inundadas. Também a Praça Condessa Paulo de Frontin e ruas adjacentes ficaram cheias, tumultuando o tráfego do Rio Comprido.

INUNDAÇÕES

Houve inundações ainda em trechos da Avenida Presidente Vargas, entre a Praça Onze e o Trevo dos Marinheiros, atingindo principalmente as pistas externas. A Praça da Bandeira, contudo, resistiu melhor às chuvas.

Na Tijuca e no Maracanã houve inundações causadas também pelo rio Maracanã. O Trapicheiros devastou as Ruas Silva Ramos, Professor Gabizo, Morais e Silva e Maris e Barros.

Paula Soares reconhece culpa na sujeira

O Secretário de Obras, Sr. Paula Soares, admitiu que as obras da Sursan foram as principais responsáveis pela sujeira da maioria das ruas da cidade, tendo considerado, porém, que isto é inevitável.

— Em contrapartida, as encostas e os rios se comportaram muito bem. As chuvas não provocaram qualquer caso grave, nos morros nem nas bacias dos rios, embora tenham sido as mais violentas dos últimos anos — acrescentou o Sr. Paula Soares.

O Secretário de Obras explicou que o pleno restabelecimento das galerias de águas pluviais, em muitos trechos onde o escoamento foi difícil, é trabalho que requer anos e paciente remodelação.

PREVISAO

Tempo instável com chuvas, temperatura em declínio, ventos sudoeste e sul fracos e visibilidade moderada. Esta é a previsão para hoje no Rio e em Niterói, feita pelo Escritório de Meteorologia.

A temperatura poderá cair ainda mais e as chuvas se prolongarem por alguns dias, devido à aproximação de uma frente fria vinda de São Paulo, que se desloca em direção nordeste.

A temperatura máxima foi registrada na Praça Barão de Corumbá (33,2 graus) e a mínima no Alto da Boa Vista (20 graus).

COLABORAÇÃO

Moradores da Praça da Bandeira e adjacências ajudaram na limpeza porque o volume de lama era grande

Limpeza das ruas empregou 1 200 homens

Passavam das 7 horas quando 1 200 homens do Departamento de Limpeza Urbana iniciaram ontem a desobstrução das ruas afetadas pelo temporal da véspera. Foram mobilizados para o serviço 60 caminhões e quatro pás mecânicas.

Ao meio-dia, o sol forte secara a lama e muitas ruas ficaram cheias de poeira, principalmente no Rio Comprido, Catumbi e Estácio, os bairros mais castigados pelas chuvas. A Sursan mobilizou 200 homens para desobstruir as galerias pluviais.

No Catumbi, a Rua Itapiru ficou pràticamente intransitável em alguns trechos, por ter recebido grande quantidade de lama da Rua Barão de Petrópolis e do morro do Querosene. As Ruas Navarro, Eliseu Visconti e transversais ficaram cobertas de terra, latas, pedaços de móveis, galhos de árvores e detritos.

A limpeza da zona sul começou na Rua São Clemente, onde 30 garis retiraram a terra junto aos meios-fios. A lama e os detritos acumulados perto da Rua Real Grandeza haviam caído do morro de Santa Marta e, até serem removidos, dificultaram o tráfego.

A Avenida Epitácio Pessoa, no trecho próximo à favela da Catacumba, foi atingida por grande quantidade de detritos e de lama da encosta, exigindo o trabalho de 30 garis.

No Leme, a rua mais afetada foi a General Ribeiro da Costa, onde havia muita lama e detritos que as águas trouxeram do morro do Chapéu Vermelho, atingindo até a Rua Gustavo Sampaio e a Avenida Atlântica.

Silêncio de telefones perdurou até ontem

Cêrca de 2 500 telefones do centro e mil do Flamengo e Laranjeiras permaneceram mudos ontem. A CTB informou que só os aparelhos do Centro Telefônico Tiradentes e das estações 25 e 45 constituíam problemas sérios, porque houve avaria de cabos.

A estação de Tiradentes centraliza todos os aparelhos do centro da cidade, num total de 62 mil. Os 2 500 telefones silenciados pertencem a diversas linhas, pois os cabos não servem a estações isoladas e sim a várias delas.

Embora a situação esteja controlada e as equipes de consertos trabalhem ininterruptamente desde anteontem, a CTB não tinha ontem condições de precisar a extensão dos danos, pois foram muitos os cabos avariados.

Os técnicos acreditam que os reparos não sejam demorados e que hoje possam — centralizadas tôdas as informações das equipes — fornecer o quadro exato da situação.

Santa Cruz, Cosmos e Itaguaí foram as regiões onde houve mais quedas de árvores sôbre cabos elétricos, segundo informou a Light.

Todo o centro, Urca e adjacências, Alto da Boa Vista, Triagem e adjacências, Corcovado, São Cristóvão e adjacências foram os bairros mais atingidos, por diversos tipos de avarias.

A Light recebeu 1 162 reclamações durante e depois das chuvas, sôbre defeitos no fornecimento de energia. A maior parte dêles era sôbre avarias de cabos de alta tensão. Nenhuma câmara subterrânea foi inundada.

Totalmente sem energia, durante o dia de ontem, permaneceram a Urca e adjacências e Santa Cruz, onde os prejuízos ao fornecimento foram mais sérios. Segundo a Light, grande parte dos consertos foi concluída ontem mesmo.

Cemitério tem preço dobrado

O Cemitério de Catumbi (particular) cobra por um entêrro o dôbro, e às vêzes o triplo do preço cobrados pelos outros cemitérios, mas nem por isso oferece um mínimo de acomodação para quem participa dos velórios.

Ontem, por exemplo, durante o tempo que choveu, na sala onde havia um caixão caía tanta água como do lado de fora, o que obrigou a transferência para outra capela de um caixão.

Atêrro da Cia. Vale do Rio Doce desaba e mata 10 crianças e 9 adultos

Belo Horizonte (Sucursal) — Dez crianças e nove adultos — entre êstes dois jovens recém-casados — morreram soterrados na manhã de ontem por 70 mil metros cúbidos de terra argilosa, em conseqüência da queda do atêrro do leito da ferrovia em construção da Cia. Vale do Rio Doce, em Miguel Burnier, perto de Ouro Prêto.

Até a noite de ontem, tratores e escavadeiras, operados pelos trabalhadores locais e pela guarnição do Corpo de Bombeiros, haviam recuperado 14 corpos, os quais eram lavados e identificados antes de serem transferidos para a cidade de Miguel Burnier, onde serão sepultados hoje.

MORTE NO SONO

O atêrro estendeu-se por 800 metros de distância, alcançando três casas que foram soterradas totalmente, além de um barracão. Nas três casas todos dormiam, com exceção dos pais, pois o desabamento ocorreu às 5h 15m da manhã.

Morreram Francisco Marques de Almeida, sua mulher, cunhada e quatro filhos; Sebastião Miranda dos Santos, sua mulher e seis filhos; e os recém-casados Carlos Roberto Medeiros (26 anos) e Luci Paula Sousa (24 anos). Todos morreram por esmagamento ou asfixia. Dois rapazes, ainda não identificados, também morreram.

No barracão semi-soterrado escaparam dois: Luís Isabel dos Santos e Hélio Antonio Lopes. Os corpos foram identificados pelo vizinho Manuel do Nascimento, que também é operário da Wigg, usina próxima à encosta onde as casas estavam situadas.

A FERROVIA

O atêrro tinha 80 metros de altura e servia de leito para a ferrovia Fábrica-Costa Lacerda, da Vale do Rio Doce. A ligação está sendo feita pela companhia para permitir o aproveitamento dos minérios de mais quatro jazidas situadas nas vertentes leste e oeste da serra Geral, que ficarão ligadas ao pôrto de Tubarão, no litoral do Espírito Santo, para elevar o programa de exportações da emprêsa para 20 ton./ano de minério de ferro.

II FIF

O Mercado do Filme se encerra hoje: dos 34 filmes brasileiros inscritos, apenas 24 foram exibidos. Os visitantes ainda não têm data para serem recebidos pelo Governador Negrão de Lima, apesar de a recepção estar prevista no programa do FIF. Fernando Campos achou a maioria dos curta-metragens de "baixo nível" e Alberto Cavalcânti se encontrou com o pessoal do cinema nôvo no MAM.

Negrão não marca recepção e FIF só tem mais 2 dias

Apenas dois dias para o encerramento do II Festival Internacional do Filme, o Governador Negrão de Lima ainda não marcou a recepção oficial aos convidados. Segundo a direção do FIF, "o Govêrno estadual vem se negando a marcar hora e data para a recepção."

A recepção consta do programa oficial do festival, e não pode ser cancelada, mas, segundo um dos organizadores do II FIF, "parece não estar nos planos do Governador Negrão de Lima."

OUTRA PREOCUPAÇÃO

A organização do II FIF está preocupada também com a sessão de encerramento, marcada para domingo às 21 horas, no Cinema Metro-Copacabana. Os convites distribuídos para esta sessão já ultrapassaram a cinco mil, e a lotação do cinema é de apenas 1 500 lugares.

Como solução, os organizadores do festival estão pensando em tornar nulos os convites e os carnês já emitidos e mandar imprimir 1 500 novos convites, numerados, para evitar o problema de superlotação na hora da sessão.

Na sessão de encerramento serão entregues todos os prêmios a serem concedidos oficial e extra-oficialmente.

Críticos darão prêmio com júri independente

Além da Gaivota de Ouro, concedida pelo Festival, e do prêmio do Ofício Católico Internacional do Cinema, os críticos estrangeiros presentes ao II FIF formaram um júri independente para premiar o melhor filme a ser exibido, com uma escultura que será oferecida pela Secretaria de Turismo.

O prêmio da crítica — que será entregue domingo, na sessão de encerramento do II FIF — será escolhido pelo seguinte júri: Jean de Baroncelli, do Jornal **Le Monde**, Homero Alcina Thevenet, da revista **Panorama Semanal**, da Argentina, Onorato Orsini, do Jornal **La Notte**, de Milão, Rotislav Iourenev, da **Revista do Cinema**, da URSS, Robin Bean, da Inglaterra, Ayala Blanco, do México, e Fernando Ferreira e novais Teixeira, do Brasil.

O PRÊMIO

O prêmio da crítica será entregue domingo por um dos membros do júri ao diretor do filme premiado. Trata-se de uma premiação concedida habitualmente em todos os festivais de cinema.

Denominado **Sol de Ouro**, o prêmio é uma escultura de autoria do artista brasileiro Márcio Matar. Trata-se de uma pequena peça de jacarandá, com um sol de ouro incrustado no meio.

Mercado acaba sem ter bom resultado

A desorganização de uns, a indiferença de outros e o boicote de alguns produtores brasileiros, aliados ao pouco interêsse dos compradores estrangeiros presentes ao II FIF, afetaram o desenvolvimento do Mercado Internacional do Filme, que se encerra hoje.

Dos 34 filmes brasileiros inscritos foram exibidos 24, mas os organizadores do Mercado não sabem quantos foram efetivamente vendidos, pois os entendimentos são realizados diretamente entre os produtores e os compradores estrangeiros. Da relação de 27 filmes estrangeiros inscritos, foram mostrados 18, mas, aparentemente, não houve interêsse na compra pelos distribuidores brasileiros.

MECANISMO

O Mercado Internacional do Filme é um acontecimento que se processa paralelamente aos festivais internacionais de filme, aprovados pela Federação Internacional dos Produtores de Filmes FIAPF, e seu objetivo é proporcionar o contato entre produtores e compradores de todo o mundo. Tal evento tem servido para facilitar a venda de filmes produzidos em países que não contam com um bom sistema de distribuição mundial.

Não há convite oficial dos organizadores do Festival aos produtores. Êstes recebem a comunicação da FIAPF sôbre a realização do Festival e do Mercado e tomam a iniciativa de inscrever seus próprios filmes, junto à comissão organizadora do Festival.

Usualmente, os organizadores do Festival não convidam compradores. Mas, considerando que o Festival Internacional do Filme do Rio de Janeiro apenas começa, o INC solicitou à Associação Brasileira de Produtores Cinematográficos uma lista dos compradores de filmes brasileiros no exterior. A lista foi entregue no dia 14 de fevereiro e muitos dos nomes nela contidos não puderam aceitar o convite, porque já tinham compromissos assumidos anteriormente. Outros foram simplesmente vetados pela direção do FIF.

Charrier quer fazer filme com brasileiros

Jacques Charrier, ator francês e ex-marido de Brigitte Bardot, passou a tarde tôda de ontem assistindo a filmes brasileiros: acaba de montar uma firma de produção e está muito interessado em realizar co-produções franco-brasileiras.

Apesar de nada conhecer do cinema brasileiro, nem do cinema nôvo, é um apaixonado pelo Brasil, que conheceu há quatro anos.

FILOSOFIA

— Do Brasil só se tem explorado coisas típicas, como o sol, as paisagens maravilhosas e o samba. A própria propaganda turística é feita em tôrno dêsses temas. Mas o Brasil não é só isso. É antes de mais nada e acima de tudo "une reussite", um sucesso, no sentido de realização nunca antes alcançada. É o único país que representa tôdas as etnias, tôdas as raças, em perfeita harmonia — disse Jacques Charrier, acrescentando: — o Brasil é um símbolo. É um país que parece ensinar ao mundo inteiro uma filosofia de vida: os problemas não existem e mesmo que existam, não vale a pena arruinar a vida por causa dêles.

Só se vive uma vez, e só os brasileiros parecem entender isso.

Por mais que tenham preocupação, sabem encontrar tempo para parar de pensar em ganhar dinheiro e descansar e gozar os prazeres da vida. Talvez êsse modo de viver, num eterno "dolce farniente", seja devido ao sol e ao calor que relaxam os nervos e causam uma certa "nonchalence" extremamente atraente".

TRÊS TEMPOS DO DESCUIDO

A atriz norte-americana Barbara Bouchet aproveitou o sol da manhã na praia, e, como não quisesse ficar com partes das costas sem bronzear, desatou a peça superior do biquíni. Mas nem só os meninos viram. A primeira foto ela nem percebeu. Na segunda tentou reagir, mas já era tarde. O ator John Philip Law observava a cena que irritava Bárbara. Como seus protestos não tinham resposta, ela tentou com areia impedir a terceira foto. Philip Law achou tudo muito engraçado

Primeiras críticas

"Martin Fierro"

Ely Azeredo

Leopoldo Torre Nilsson veio ao I FIF com um filme muito superior, **El Ojo en la Cerradura** (O Olho na Fechadura). Martin Fierro, representante oficial do cinema argentino na competição do II FIF, afasta-o das constantes essenciais de sua obra: a análise de comportamento psicológico, o prisma intimista, a crítica da burguesia. **Martin Fierro**, adaptação do poema de José Hernández, procura espelhar o coletivo por intermédio do particular: mostrar o despertar da consciência do personagem-título através do amadurecimento de dez anos de sofrimentos (entre 1860 e 1870) numa fase de transição da sociedade argentina. A operação não escondia seus riscos: **Fierro** — aceitemos ou não a sua carga simbólico-social — impõe-se como personagem e testemunho da tragédia do "Gaúcho".

As outras figuras, em maior ou menor escala, parecem ilustrações vagas de um romance que seria impossível abordar em profundidade nos limites da duração de um filme.

Aceito como inevitável o "deslocamento" de Torre Nilsson ante o tema. Fica mais fácil compreender as limitações e as virtudes do filme. A experiência do cineasta em quase vinte anos como diretor permitiu-lhe vencer bravamente tôdas as dificuldades materiais do empreendimento, uma produção com vasta figuração e muitas seqüências de ação exterior, fora dos hábitos dos centros produtores mais modestos. Por certo a admiração do cineasta argentino por John Ford e outros mestres do cinema americano também lhe foi útil, embora as aproximações entre **Martin Fierro** e o **western**, por exemplo, sejam superficiais. Há uma admirável plasticidade nos exteriores que registram as permanentes fugas de Fierro. Com uma grande diferença de espírito: ao contrário dos filmes americanos sôbre a consolidação das fronteiras e a colonização, os impulsos de **Martin Fierro** são impregnados de melancolia e revolta.

Desde o início — deserção de Martin do serviço compulsório na tropa de fronteira, volta ao rancho transformado em tapera, mulher e filhos desaparecidos — o filme é duro e amargo. Há um único momento de respiração tranqüila, no trecho de **flash-back** em que o protagonista recorda sua felicidade doméstica. Sua fibra, sua constituição sangüínea, não o permitem encarar com espírito resignado o infortúnio, o esbulho de suas terras, o desamparo que dispersou a família. No desabafo de seu desespêro, ébrio, Fierro é personagem de uma rixa por mulher e mata um homem. Daí por diante, estigmatizado como "gaúcho desocupado", perseguido, êle se marginaliza em definitivo, a ponto de passar cinco anos vivendo entre os índios, testemunha de seus saques, massacres, violências contra mulheres cativas.

Ao longo da trajetória de Martin, e da de Cruz, ex-auxiliar de tropas que se deixa fascinar por sua bravura ao enfrentar os perseguidores, o filme documenta aspectos chocantes da marginalização dos "gaúchos" que não perfilam ante os responsáveis pela colonização dos territórios até então dominados pelos índios. De um lado, uma operação civilizadora opressiva, humilhante. Do outro, a selvajaria. Martin Fierro cinematográfico concretiza a amarga revolta do poema, sem inibir-se com o receio de chocar consideráveis camadas de público.

Com exceção da partitura de Ariel Ramirez, os recursos de colaboração que Torre Nilsson mobilizou se mostram preciosos, destacando-se no capítulo da interpretação, o trabalho nobre e vigoroso de Alfredo Alcon (Martin) e a atuação do ator-cineasta Lautaro Murua (Cruz).

"O Muro das Maravilhas"

Miriam Alencar

O Muro das Maravilhas (Wonderwall), de Joe Massot vem com a indicação de ser uma história fantástica de um modesto professor, que descobre um nôvo mundo através de um buraco na parede, de onde pode observar sequiosamente sua vizinha, a modêlo Penny. Imediatamente a observação passa a ser obsessão, com sonhos loucos, num onirismo que transforma a vida do professor.

Conhecido como diretor de alguns curta-metragens, não se entende por que Joe Massot passou ao longo, pois êste seu primeiro trabalho é algo de lastimável. Como um menino que se satisfaz com uma aquarela, dando pinceladas incertas aqui e ali, Massot, na falta da aquarela, utiliza-se da câmara, sem ter quê nem porquê. Um filme sem objetivo ou finalidades, que não consegue sequer divertir, tal a forma enfadonha e monótona com que o tema é tratado, se é que êle existe.

É o que poderíamos chamar de um trabalho inócuo, insípido, longo, vazio e desprovido de maiores atrativos. Utilizando o humor fácil, aproveita-se também de um dos **beatles**, George Harrison, com sua música, que pode servir de atração para um tipo de platéia sem exigência. As bossas ou inovações, são assimiladas de um sem-número de diretores, com uma seqüência que nos conduz a **Metropolis**, de Fritz Lang, de uma gratuidade que chega ao ridículo.

Ao que se informa, Massot já está preparando um segundo filme. Não seria nada mal interromper o trabalho, retornar ao curta-metragem, sem maiores pretensões de pular o muro, muito menos a de participar de festivais internacionais, aqui ou em qualquer outro.

Diretor holandês veio conversar com Odilo

George Sluizer, diretor holandês, chegou ontem ao Rio para encontrar-se com o jornalista Odilo Costa, filho, cujo livro *A Faca e o Rio* será por êle filmado em meados dêste ano, no Maranhão.

Trabalhando para a TV holandesa, Sluizer pretende realizar quatro documentários, de uma hora de duração cada um sôbre o Brasil, dos seis que rodará na América do Sul. A maior dificuldade, segundo êle, é comunicar ao povo holandês, e ao europeu de um modo geral, o tipo de vida brasileiro, totalmente diferente do que está acostumado lá.

QUEM É

Sluizer é autor de mais de 50 documentários, a maioria para a televisão holandesa, e também contratado da TV americana (CBS) para a qual produz e dirige. Ano passado filmou durante três meses na Sibéria e na Irlanda, e só agora, depois de ler o livro de Odilo Costa, filho, é que se sentiu atraído pelo Brasil.

George Sluizer é o único holandês presente ao II FIF, apesar de não ser convidado ou participante do Festival. Veio por conta própria. Conhece a equipe técnica que realizou o filme *Toests*, exibido esta semana na parte competitiva com a qual já trabalhou diversas vêzes, e acredita que o filme *To Grab the Ring* fará grande sucesso, apesar de estar inscrito apenas na parte informativa.

Sluizer pretende, nos quatro filmes que tem programados para o Brasil, suprir dentro do possível essa falta de conhecimentos que o povo holandês tem do Brasil, e aumentar o interêsse mútuo entre os dois países.

Cavalcânti interessa-se em ver o cinema nôvo

Alberto Cavalcânti, bem humorado, encontrou-se ontem, no Museu de Arte Moderna, com os integrantes do cinema nôvo brasileiro. Afirmou que "não podia julgar o cinema nôvo", porque não viu quase nada dêle, "mas bem que poderia ver o que fôsse considerado o mais perfeito, antes de partir, isto é, até quarta-feira próxima."

Os integrantes do cinema nôvo resolveram, então, marcar sessões especiais para o cineasta brasileiro. Durante o encontro, Alberto Cavalcânti gravou seu depoimento para o Museu da Imagem e do Som, orientado por Alex Vianny.

APENAS UM FILME

Alberto Cavalcânti disse que, na década de 50, veio para o Brasil, contratado para fazer apenas um filme — **Simão, O Caôlho** — mas acabou ficando e fazendo parte da Vera Cruz. Neste período, como diretor e produtor, realizou várias obras importantes, como **Terra, Sempre Terra**, filmado no mesmo tempo que **Caiçara**.

— Naquele tempo a gente trabalhava com muita rapidez e sacrifício. Também naquela época os filmes nacionais não se pagavam a si mesmos, porque o mercado era mínimo. Fui embora sem ver a cópia final de **Canto do Mar** porque preferia só criar — e não criar e lutar.

— Não tenho preconceito de trabalhar com amadores, desde que êles sirvam para o papel. Mas, realmente, um profissional tem muito mais possibilidade de interpretar como deve ser, de superar certas barreiras. Entretanto, a gente que está do lado de cá da câmara, nunca se entende com quem está do lado de lá: são duas raças diferentes.

Fernando Campos não vê nível nos curtos

O diretor brasileiro Fernando Campos, membro do júri de curta metragem, criticou ontem o "baixo nível", dos filmes inscritos no programa, afirmando que "a maioria dos 14 filmes exibidos é medíocre, salvando-se apenas dois, o americano *The art of the Real* e o húngaro *Nagyember*."

O cineasta de *Viagem ao Fim do Mundo* disse que os filmes de curta metragem inscritos no programa do II FIF não agradaram ao júri por não apresentarem nada de especial, e que o filme brasileiro *A Ôlho Nu*, de Davi Waismann, é surrealista, "mas um surrealismo dos primeiros tempos de 1920."

Os membros do júri de curta metragem — Ed Wmawiller, dos Estados Unidos, Dusan Vukotic, da Iugoslávia, Grant Munro, do Canadá, e Fernando Campos e José Lino Grunewald, do Brasil — reuniram-se ontem pela primeira vez para analisar e debater os filmes exibidos.

Estão inscritos no programa filmes da França, Canadá, Alemanha, Inglaterra, Hungria, Estados Unidos, Holanda, Espanha, Iugoslávia e Polônia.

Fernando Campos informou que o júri voltará a se reunir amanhã, quando então escolherá o filme que será premiado. Disse que a seu ver apenas o húngaro e o americano estão em condições de serem premiados, "porque os demais são de nível muito baixo."

O que há para ver no FIF

19 horas — Conferências de encerramento do Simpósio sôbre Ficção Científica e Cinema, seguidas da entrega dos Monolitos Negros a Arthur Clark e Stanley Kubrick. Falarão Frederick Pohl, Harlan Ellison, Jacques Sadoul e J. G. Ballard. Na Maison de France, entrada franca.

10 horas — Exibição de A Barreira, *longa-metragem polonês, na Sessão Informativa. No programa, o curta-metragem* Exibition of Dreams, *também polonês. Cinema Bruni-Copacabana.*

14 horas — Exibição de Areias Movediças ("Ruchoma Piaski"), *longa-metragem polonês de Wladyslaw Slesicki. No programa, o curta-metragem brasileiro* A Ôlho Nu, *de Davi Waisman. Na seção competitiva do II FIF. Cinema Metro-Copacabana. Ingresso: NCr$ 4,00.*

14 horas — Exibição de A Crônica de Ana Madalena Bach, *longa-metragem alemão. Na seção informativa. Cinema Bruni-Copacabana.*

14 horas — Exibição de Os Raptores, *de Jece Valadão. No programa, o curta-metragem* Ilha do Bananal. *No Mercado do Filme. Cinema Paris Palace.*

14 horas — Exibição de Demon With a Glass Hand, *de Harlan Ellison, e o curta-metragem* Bring a Litle Lovin, *de Francisco Macias. No Simpósio de Ficção Científica. Maison de France. Entrada franca.*

16 horas — Entrevista do Secretário de Turismo da Guanabara.

16 horas — Exibição de Os Paqueras, *de Reginaldo Farias, e o curta-metragem* A Última Ceia Segundo Ziraldo. *No Mercado do Filme. Cinema Paris Palace.*

16 horas — Exibição Cordas Paradas ("Double Stop"), *de Gerald Seth Sindell, produção norte-americana. No Mercado do Filme. Cinema Bruni-Copacabana.*

16 horas — Exibição de 2001, uma Odisséia no Espaço, *de Stanley Kubrick, no Simpósio de Ficção Científica. Maison de France. Entrada franca.*

16h30m — Exibição de O Homem na Linha do Equador ("Sekido Ko Kakeru Otoko"), *de Buichi Saito. Produção japonêsa. Na Seção Competitiva do II FIF. No Cinema Metro-Copacabana. Ingresso: NCr$ 4,00.*

18 horas — Exibição de Os Cangaceiros de Lampião, *de Aurélio Teixeira. No Mercado do Filme. No Cinema Paris Palace.*

18 horas — Exibição de Uma Conversa Entre Homens, *longa-metragem russo. Na Seção Informativa. Cinema Bruni-Copacabana.*

19h30m — Segunda exibição do filme japonês, O Homem na Linha do Equador, *de Buichi Saito. No Cinema Metro-Copacabana. Ingresso: NCr$ 5,00. Traje: passeio completo.*

22 horas — Segunda exibição do filme polonês Areias Movediças, *de Wladyslaw Slesicki. No Cinema Metro-Copacabana. Ingresso: NCr$ 5,00. Traje: passeio completo.*

Mais II FIF no "Caderno B"

Sabatino confia em Rolete e quer pista leve no GP

O treinador S a b a t i n o d'Amore declarou que Rolete pode conseguir a vitória domingo, no Grande Prêmio, pois é muito ligeiro e em dez atuações conseguiu quatro vitórias e quatro colocações, o que prova sua boa qualidade.

O treinador explicou que Rolete chegou à Gávea quarta-feira, em ótimas condições, alimentando-se normalmente, e vai aprontar na manhã de hoje, sob a direção de Antônio Ricardo. Com relação ao nome do responsável pelo cavalo paulista no programa oficial, Sabatino informou que constará o seu, a pedido do próprio João Godói, que é o preparador de Rolete em São Paulo.

PODE GANHAR

Pelas informações obtidas através do telefone com João G o d ó i, acredita Sabatino d'Amore que Rolete possa ganhar. E afirma que um cavalo em São Paulo, para correr dez vêzes e apenas entrar descolocado em duas apresentações, tem de ser bom corredor e por isso mesmo tem chance contra os mais ligeiros da Gávea.

GRAMA LEVE

Sabatino chamou a atenção para um detalhe importante no que se refere às possibilidades de Rolete no Grande Prêmio Cordeiro da Graça, dizendo que a pista leve é o fator principal para que se tenha confiança na vitória.

E o preparador se diz atemorizado com as chuvas encharcando a grama e acredita que sòmente um calor intenso e u m a ventania constante fariam a raia pelo menos ficar úmida até o momento da competição.

Explicou Sabatino que Rolete é melhor corredor de grama sêca, tanto que, na areia, em janeiro, finalizou na quarta colocação, mas perdendo para uma marca excelente, o que deixa claro que a apresentação do seu pupilo está condicionada ao estado da pista. Em caso de grama sêca espera a vitória, enquanto que de outra forma vai ficar sòmente na esperança.

JÓQUEI DE CLASSE

Ricardo galopou Suez aguardando o momento do GP para mostrar com Rolete sua grande categoria

Ig pode ganhar amanhã em páreo que ficou favorável pelas melhoras conseguidas

Ig corre novamente com muita chance, após um reaparecimento muito bom, quando obteve uma expressiva segunda colocação, tudo indicando que sòmente melhoras tenha obtido no período de uma semana, e dificilmente perderá o quarto páreo de amanhã.

Maior equilíbrio, provavelmente, reside na prova onde se acham alistados Ichô, Naldinho e Ugly, todos em grande forma, com trabalhos excelentes, devendo apresentar uma disputa equilibrada, onde o favoritismo será pequeno de qualquer um dos três animais. Dogon é o quarto nome da competição e com reais possibilidades de boa atuação.

AMANHÃ

1.º PÁREO — Às 14 horas — 1 200 metros — NCr$ 4 000,00 — (Grama)

			kg:
1—1	Xicosa, J. Borja	5	54
2—2	Cravolinda, F. Estêves	1	54
"	Menina, J. Reis	4	54
3—3	Clementine, A. Ramos	3	58
"	Quille, P. Alves	6	54
4—4	Xarusca, J. Pinto	7	58
"	Jaine, A. Santos	2	54

2.º PÁREO — Às 14h30m — 1 200 metros — NCr$ 2 000,00

			kg:
1—1	Claudia, O. Cardoso	7	54
2	Ledermaus, D.F.Graça	9	58
2—3	Galopade, P. Alves	8	57
4	Estamura, J. Garcia	5	54
3—5	Guarapari, U. Meir.	4	55
6	Tulinha, J. Santana	1	57
4—7	Talance, J. Pinto	2	55
8	Eglanta, M. Hévia	6	53
"	Linda Figa, J. Queirós	3	54

3.º PÁREO — Às 15 horas — 1 000 metros — NCr$ 3 500,00

			kg:
1—1	Bonafé, J. Portilho	6	56
2	H. Flower, G. Menezes	3	56
2—3	Vogarina, P. Alves	4	56
4	Iby, J. Ramos	2	56
3—5	Jinny, F. Estêves	8	56
6	M. Marcilia, J.Queirós	7	56
4—7	Dabohémia, P. Pinto	5	56
8	Douceur, A. Marçal	1	56

4.º PÁREO — Às 15/30m — 1 400 metros — NCr$ 3 300,00 — (Ordem dos Velhos Jornalistas)

			kg:
1—1	Ig, A. Santos	6	56
2	F. Suprema, M. Silva	7	56
2—3	Ilama, O. Cardoso	8	56
4	Courage, J. Pinto	2	56
3—5	H. Acquittal, G. Men.	1	56
6	Josabeth, S. M. Cruz	4	56
4—7	Jelena, D, Santos	9	56
8	Broadway, F. Per. F.	5	56
9	Bonitona, N. correrá	3	52

5.º PÁREO — Às 16h05m — 1 400 metros — NCr$ 3 500,00

			kg:
1—1	Naldinho, O. Cardoso	7	56
2	Rubeni K, G. Meneses	3	56
2—3	Dogom, R. Penido	8	56
4	Bar Man, F. Per. F.	2	56
3—5	Silverton, U. Meireles	1	52
6	Ugly, P. Alves	6	56
4—7	Ichô, P. Lima	4	56
"	Firme, J. Portilho	5	56

6.º PÁREO — Às 16h40m — 1 400 metros - NCr$ 3 500,00 - (Betting)

			kg:
1—1	Premier, S. Silva	7	56
2	Derby Day, J. Borja	3	56
2—3	Miraldo, F. Maia	4	56
4	P. Ricardo, P. Lima	10	56
3—5	Jeca, F. Estêves	9	56
6	Capeta, J. B. Paulielo	8	56
7	Zupal, O. Cardoso	6	56
4—8	Fogonaço, F. Per. F.	1	56
9	Fonfonelo, J. Pinto	5	56
10	Ke-Tão, P. Alves	2	56

7.º PÁREO — Às 17h15m — 1 300 metros - NCr$ 2 500,00 - (Betting)

			kg:
1—1	Gainly, J. Reis	8	57
"	Herêia, C. R. Carvalho	3	55
2—2	Xenoso, O. Cardoso	2	57
3	Bolúna, J. Pinto	4	55
3—4	Usco, D. Neto	7	57
5	Inshecá, L. Correia	10	57
6	Umauá, J. Garcia	5	55
4—7	Cacau, S. Silva	1	57
8	Sândalo, J. Silva	9	57
9	Fariska, J. Queirós	6	55

8.º PÁREO — Às 17h50m — 1 200 metros - NCr$ 2 000,00 - (Betting)

			kg:
1—1	Pichuri, J. Pinto	4	58
2	Allate, J. Queirós	2	54
2—3	Ambrosso, M. Silva	1	58
4	Folgadão, O. F. Silva	8	55
3—5	Arisco, A. Ramos	5	53
6	El Clamor, J. Reis	2	58
4—7	Mocani, F. Menezes	7	58
8	Dunhill, L. Correia	6	54
9	Zaburro, J. Borja	9	54

Gauchinha Linda retorna refeita e com exercício que a credencia domingo

A égua Gauchinha Linda, que se acidentara no partidor, quando da última atuação, reaparecerá completamente refeita na reunião do próximo domingo, como uma das mais fortes concorrentes ao segundo páreo.

A pensionista de Válter Aliano retorna com bons exercícios, apta à reabilitação, com o jóquei Oraci Cardoso em seu dorso, novamente. Tamoyo, Ucrigio e Impostor são os grandes rivais da filha de Cigal, que dará de dois a seis quilos aos adversários.

DOMINGO

1.º PÁREO — Às 14h — 1 400 metros — NCr$ 3 500,00 — Areia

			ks
1—1	Jouvence, F. Estêves	4	56
2	Umbrella, J. Silva	6	56
2—3	Bonitona, J. Garcia	3	56
4	La Estejoli, J. Portilho	5	56
3—5	Laka Linda, O. Cardoso	7	56
6	Incolor, A. Aleixo	1	56
4—7	Adracne, J. Reis	2	56
8	Better-Half, E. Marinho	8	56

2.º PÁREO — Às 14h30m — 1 600 metros — NCr$ 2 500,00 — Areia

			ks
1—1	Mooklin, D. Santos	6	58
2—2	Tamoyo, P. Alves	2	58
3—3	Gauchinha Linda, O. Cardoso	1	60
4	Ucrigio, A. Ramos	4	54
4—5	Impostor, F. Maia	3	58
6	Iron Horse, E. Marinho	4	54

3.º PÁREO — Às 15h — 1 200 metros — NCr$ 4 000,00

			ks
1—1	Fuji-Otto, J. Portilho	1	54
2	Caboclo, N. correrá	8	54
2—3	Xazir, J. Reis	6	54
4	Chicago, P. Alves	2	54
3—5	Bonfri, H. Vasconcelos	5	58
6	Lancarter, F, Maia	4	54
4—7	Chico Gaiola, O. Cardoso	3	54
8	Happy Exceling, G. Meneses	7	54

4.º PÁREO — Às 15h30m — 1 200 metros — NCr$ 4 000,00

			ks
1—1	Orrato, B. Santos	4	54
2	Ojigo, O. Cardoso	6	58
2—3	Happy Race, G. Meneses	5	58
4	Garrido, P. Lima	3	54
6	Bisão, J. Portilho	1	54
4—7	Lugano, F. Estêves	7	54
8	Classicus, F. Pereira F.	9	58
9	Enemy, A. Ramos	8	54

5.º PÁREO — Às 16h05m — 1 000 metros — NCr$ 10 000,00 (Clássico) (GRANDE PRÊMIO CORDEIRO DA GRAÇA)

			ks
1—1	Ipu, A. Santos	11	57
"	Haju, J. Pinto	4	59
2	White Hunter, S. Silva	12	59
2—3	Rolete, A. Ricardo	2	57
4	Mujalo, J. Borja	1	59
5	Foreigner, D. Santos	10	59
3—6	Good Girl, P. Alves	5	57
"	Indico, F. Estêves	3	59
7	Afeito, B. Santos	6	59
4—8	El Solimar, F. Pereira Filho	8	59
9	Oceanique, P. Lima	7	59
10	Nachma, J. Reis	13	55
"	Fronten, C. R. Carvalho	9	59

6.º PÁREO — Às 16h40m — 1 400 metros — NCr$ 3 500,00 — Betting (Areia)

			ks
1—1	Sarau, D. Neto	5	56
2	Brisk Boy, O. Cardoso	9	56
2—3	Jando, G. Meneses	8	56
4	Okileco, C. R. Carvalho	4	56
5	Chanel, A. Lins	6	56
3—6	Caligula, J. Reis	11	56
7	Peixe, J. Bafica	3	56
8	Reluz, B. Santos	1	56
4—9	Jargon, F. Estêves	2	56
10	Goiano, D. F. Graça	7	56
11	Ipadu, A. Santos	10	53

7.º PÁREO — Às 17h15m — 1 200 metros — NCr$ 2 000,00 — Betting (Areia)

			ks
1—1	Nosso Amigo, D. F. Graça	3	55
2	Cativante, A. Marçal	4	55
2—3	Penógrafo, R. Carmo	9	54
4	Allak, C. R. Carvalho	5	54
3—5	Zé Boneco, D. F. Silva	8	57
6	Vasligue, D. Santos	1	55
4—7	Boucheron, O. Ricardo	2	57
8	Allegretto, J. Queirós	6	54
9	Quarozene, R. Penido	7	57

8.º PÁREO — Às 17h50m — 1 000 metros — NCr$ 3 500,00 — Betting (Areia)

			ks
1—1	Navegadora, J. Queirós	5	56
2	Guarema, U. Meireles	1	56
2—3	Maninha, F. Estêves	4	56
4	Tiracildia, P. Alves	6	56
5	Gastona, F. Pereira F.	8	56
3—6	Shirlei, J. Portilho	7	56
"	Nossa Boneca, J. Graça	9	56
7	Iô, D. Moreira	10	56
4—8	Carini, D. F. Graça	11	56
9	Peti, J. Santana	2	56
10	Let's Dance, F. Meneses	8	56

Xicosa percorreu 600m em 35s2/5 surpreendendo pela ótima disposição no final

Xicosa mostrou perfeita forma, passando os 600 em 35s 3/5, acusando muitas melhoras e surpreendendo pela disposição com que completou o percurso. A potranca demonstrou que está em franca evolução.

Ichô voltou a mostrar no exercício que se encontra em ótima fase de treinamento, percorrendo 700m em 45s, mas sem qualquer preocupação de tempo, deixando claro que será um inimigo certo do favorito Naldinho. Também Galopade, levada por Paulo Alves, que vinha de mais distância, passou 600 em 37s, apresentando muitas sobras.

XICOSA

Xicosa (J. Borja) desceu a reta em 35s 3|5, surpreendendo não só pela m a r c a c o m o também pela disposição. Clementine (A. Ramos) c h e g o u muito próxima de uma outra, que casualmente encontrou, registrando 44s os 700 e Quille (P. Alves) limitou-se apenas em galopar, marcando 25s para os últimos 360. Xarusca (J. Pinto) vinha sobrando ao lado de uma outra em 22s 1|5 os 360 finais.

GALOPADE

Ledermaus (D.F. Graça) dá um passeio de 50s os 700, vindo sempre um pouco afastada da cêrca. Galopade (P. Alves), que vinha de mais distância, completou os seiscentos em 37s, com seu ginete muito sereno. Estamura (J. Garcia) aumentou para 37s 2|5, com algumas reservas. Eglanta (M. Hévia), os 360 em 22s2|5, com sobras visíveis e Linda Figa (J. Queirós) na reta oposta, arrematou com muita ação, nesta partida de 36s2|5.

JINNY

Iby (J. Ramos), a reta em 37s 2|5, chegando algo ajustada. Jinny (F. Estêves), melhorou para 37s, com muita facilidade e Miss Marcilia (J. Queirós) os últimos 360 em 22s 2|5, agradando muito.

JOSABETH

Courage (J. Pinto), que vinha de mais distância, desceu a reta em 40s2|5, a meio correr e sempre pelo centro da pista, e Josabeth (S.M. Cruz), pelo mesmo caminho, assinalou 44s 3|5, com grande facilidade.

NALDINHO

Naldinho (O. Cardoso) pela cêrca externa e não sendo exigido em parte alguma assinalou 50s para os 800. Dogon (R. Penido), os 700 em 44s2|5, com algumas reservas e sempre afastado da cêrca. Bar Man (B. Santos), a reta em 39s2|5, de galope largo. Silverton (U. Meireles), chegou sobrando ao lado de Iota (R. Penido) em 43s 4|5 os 700. Ugly (P. Alves aumentou para 44s, agradando muito. E Ichô (P. Lima) elevou para 45s,muito à vontade, com Firme (J. Portilho), vindo de mais distância, passando os 360 em 21s2|5, correndo muito.

JECA

Premier (S. Silva) os 700 em 45s, agradando e a mais do centro da cancha. Miraldo (F. Maia) os 360 em 22s, com sobras. Príncipe Ricardo (P. Lima) a reta em 38s2|5, com algum rigor. Jeca (F. Estêves) melhorou para 37s2|5, com facilidade. Zupal (O. Cardoso) dá um carreirão de 42s os últimos 600 e Fonfonello (J. Pinto) a reta em 38s, com reservas.

USCO

Boluna (J. Pinto) a reta em 40s, suavemente. Usco (D. Neto) vindo de mais para mais trouxe 39s4|5 a reta. Inshacá (J. Pedro F.) os últimos 360 em 22s, agradando qualquer coisa e Fariska (J. Queirós), a reta em 38s2|5, deixando boa impressão.

ARISCO

Folgadão (O. F. Silva) subiu até mais ou menos os 400 metros, virou e trouxe 22s2|5 os 360, muito ajustado. Arisco (A. Ramos) aumentou para 23s1|5, agradando alguma coisa. Mocani (F. Estêves) melhorou para 22s4|5, com algumas reservas e finalmente El Clamor (J. Reis) deu um galope de saúde, marcando 39s para a reta.

Paulo Lima acredita em Ichô amanhã

Paulo Lima, jóquei que, surpreendentemente, se encontrava esquecido pelos treinadores, foi solicitado no fim de semana para pilotar q u a t r o animais, entre os quais considera Ichô o de maior chance.

O jovem freio assumiu compromisso para dirigir Ichô, no quinto páreo, e Príncipe Ricardo, na sexta carreira, ambos na reunião de amanhã; e no domingo, estará no dorso de Garrido, no quarto páreo, e montará Oceanique, no q u i n t o, G r a n d e Prêmio Cordeiro da Graça, carreira principal desta semana no Hipódromo da Gávea, na distância de 1 000 metros.

EXCELENTE TRABALHO

Paulo Lima, ao informar sôbre as suas quatro montarias, destacou Ichô como a melhor, tendo em vista o excelente trabalho realizado pelo filho de Wilderer — 1m39s3|5 para os 1 400 — que vem de arrematar em quarto lugar, no páreo levantado por Style. O recente exercício de Ichô demonstra a ótima forma do pensionista de José Salustiano da Silva, daí o entusiasmo de seu pilôto.

— Considero N a l d i n h o o grande nome da carreira, mas confio em atuação destacada do meu pilotado, que, inclusive, pode ganhar.

PRINCIPE RICARDO

Paulo Lima salientou que Príncipe Ricardo — que reaparece — ostenta boas condições de treino e deve chegar no marcador, achando, entretanto, que o páreo não está à feição do filho de Salomão.

— Gostei do trabalho de Príncipe Ricardo mas a turma ainda é forte para os seus recursos.

DOMINGO

Duas também são as montarias de Paulo para a reunião de domingo, inclusive no clássico. Uma delas é o estreante Garrido, um filho de Silfo, um tanto deslocado na turma, levando-se em consideração que Orrato e Lugano, entre outros, são bem mais fortes. O seu pilôto, que o vem trabalhando, considera-o inferior a Embargo, também por êle exercitado, e que desertou de uma das carreiras da semana passada. O restante compromisso de Paulo Lima, no domingo, é Oceanique, colocado no Grande Prêmio Cordeiro da Graça, quando terá pela frente adversários os mais categorizados. Esclarecendo conhecê-lo bem, pois foi seu pilôto no início de campanha, Paulo Lima disse esperar atuação das mais expressivas do descendente de Dernah, bom corredor também na grama.

El Malak foi ganhador do melhor páreo

O cavalo El Malak venceu fàcilmente o terceiro páreo da corrida noturna de ontem na Gávea, dominando Ripper e El Caribe, sob a condução de Oziel Fraga Silva.

O pensionista de A l b e r t o Nahid correu sempre entre os primeiros, sendo lançado nos 400 finais, quando assumiu a vanguarda para não mais perdê-la. Ripper foi bom segundo, com El Caribe — que reaparecia em terceiro, afastado, arrematando a seguir Idílio e Calvados.

RESULTADOS

1.º PÁREO — 1 000 METROS

1.º Angana, C. R. Carvalho, 55
2.º Meia Lua, J. Queirós, 56

Rateios: Vencedor: (7) 0,42, Dupla: (34) 0,92, Placês: (7) 0,22 e (5) 0,30. Tempo: 1m03s 4/5.

2.º PÁREO — 1 000 METROS

1.º Dama das Flôres, J. Queirós, 55
2.º Almablue, J. Pedro Filho, 57

Rateios: Vencedor: (1) 0.17, Dupla: (14) 0,21, Placês: (1) 0,13 e (7) 0,14. Tempo: 1m 02s 3/5. Não correram: Iton, Itabirito e Cupidon.

3.º PÁREO — 2 100 METROS — Spring Bok

1.º El Malak, O. F. Silva, 53
2.º Ripper, J. Portilho, 53

Rateios: Vencedor: (2) 0,38, Dupla: (24) 0,56, Placês: (2) 0,21 e (5) 0,33. Tempo: 2m 17s 1/5. Não correu: Bira.

4.º PÁREO — 1 000 metros

1.º Dedal, C. R. Carvalho 55
2.º Paquito, P. Alves 58

Rateios: Vencedor: (1) 0,30, Dupla: (14) 0,47, Placês: (1) 0,20 e (10) 0,30. Tempo: 1m04s. Não correu: Luleur, retirado pelo Serviço de Veterinária.

5.º PÁREO — 1 300 metros

1.º Jocker, O. Cardoso .. 53
2.º Beaurevers, D. Muños 54

Rateios: Vencedor: (8) 0,37, Dupla: (23) 0,48, Placês: (8) 0,25 e (4) 0,26. Tempo: 1m24s.

6.º PÁREO — 1 000 metros

1.º Fazio, O. Cardoso 57
2.º Iperana, D. Santos ... 54

Rateios: Vencedor: (1) 0,12, Dupla: (14) 0,29, Placês: (1) 0,24 e (11) 0,31. Tempo: 1m4s 2|5. Não correu: Excelsior.

7.º PÁREO — 1 000 metros

1.º Farplease, S. M. Cruz 56
2.º Moira, M. Henrique .. 56

Rateios: Vencedor: (8) 0,36, Dupla: (44) 0,27, Placês: (8) 0,19 e (10) 0,18. Tempo: 1m4s 4|5. Não correu: Faixa Preta.

Movimento geral de apostas: NCr$ 473 296,78.

LOTERIA DO ESTADO DA GUANABARA

Decreto n.º 027, de 18 de janeiro de 1962, ratificado pelo Govêrno Federal, conforme Decreto n.º 1.029, de 18 de maio de 1962

PRÊMIO MAIOR:

337.ª EXTRAÇÃO — **NCr$ 50.000,00** — PLANO "E-G"

Lista de QUINTA-FEIRA, 27 de MARÇO de 1969

As importâncias correspondentes aos prêmios da presente lista estão impressas em Cruzeiro Nôvo - NCr$

Pagamentos sem desconto — 2.404 prêmios — *Pagamentos sem desconto*

A dezena do 2.º prêmio figura no corpo da lista

PRÊMIOS	NCR$
1	
1052 ...	15,00
1073 ...	14,00
1173 ...	14,00
1210 ...	15,00
1235 ...	15,00
1273 ...	14,00
1332 ...	15,00
1373 ...	14,00
1379 ...	15,00
1473 ...	14,00
1509 ...	15,00
1573 ...	14,00
1673 ...	14,00
1710 ...	15,00
1773 ...	14,00
1873 ...	14,00
1973 ...	14,00
2	
2015 ...	15,00
2073 ...	14,00
2133 ...	15,00
2173 ...	14,00
APROXIMAÇÃO 2224	200,00 CRUZEIROS NOVOS
1.º PRÊMIO 2225	50.000,00 CRUZEIROS NOVOS
APROXIMAÇÃO 2226	200,00 CRUZEIROS NOVOS
2273 ...	14,00
2373 ...	14,00

PRÊMIOS	NCR$
2382 ...	15,00
2473 ...	14,00
2565 ...	15,00
2573 ...	14,00
2673 ...	14,00
2701 ...	15,00
2709 ...	15,00
2723 ...	15,00
2744 ...	15,00
2773 ...	14,00
2812 ...	15,00
2873 ...	14,00
2886 ...	15,00
2889 ...	15,00
2973 ...	14,00
3	
3073 ...	14,00
3171 ...	15,00
3173 ...	14,00
3273 ...	14,00
3373 ...	14,00
3413 ...	15,00
3473 ...	14,00
3517 ...	15,00
3573 ...	14,00
3628 ...	15,00
3633 ...	15,00
3673 ...	14,00
3702 ...	15,00
3773 ...	14,00
3873 ...	14,00
3891 ...	15,00
3948 ...	15,00
3973 ...	14,00
4	
4073 ...	14,00
4088 ...	15,00
4173 ...	14,00
4273 ...	14,00
4336 ...	15,00
4373 ...	14,00
4402 ...	15,00
4473 ...	14,00
4500 ...	15,00
4573 ...	14,00
4622 ...	15,00
4673 ...	14,00
4749 ...	15,00
4756 ...	15,00
4773 ...	14,00

PRÊMIOS	NCR$
4794 ...	15,00
4830 ...	15,00
4835 ...	15,00
4873 ...	14,00
4973 ...	14,00
5	
5022 ...	15,00
5073 ...	14,00
5155 ...	15,00
5156 ...	15,00
5173 ...	14,00
5221 ...	15,00
5255 ...	15,00
5273 ...	14,00
5373 ...	14,00
5409 ...	15,00
5460 ...	15,00
5473 ...	14,00
5573 ...	14,00
5610 ...	15,00
5639 ...	15,00
5657 ...	15,00
5673 ...	14,00
5675 ...	15,00
5683 ...	15,00
5773 ...	14,00
5873 ...	14,00
5915 ...	15,00
5939 ...	15,00
5973 ...	14,00
6	
6010 ...	15,00
6070 ...	15,00
6073 ...	14,00
6105 ...	15,00
6173 ...	14,00
6263 ...	15,00
6273 ...	14,00
6299 ...	15,00
6373 ...	14,00
6387 ...	15,00
6473 ...	14,00
6573 ...	14,00
6673 ...	14,00
6763 ...	15,00
6766 ...	15,00
6773 ...	14,00
6873 ...	14,00
6913 ...	15,00
6928 ...	15,00

PRÊMIOS	NCR$
4.º PRÊMIO 6945	300,00 CRUZEIROS NOVOS
6973 ...	14,00
7	
7073 ...	14,00
7108 ...	15,00
7111 ...	15,00
7167 ...	15,00
7173 ...	14,00
7273 ...	14,00
7288 ...	15,00
7373 ...	14,00
7473 ...	14,00
7559 ...	15,00
7573 ...	14,00
7589 ...	15,00
7598 ...	15,00
7673 ...	14,00
7773 ...	14,00
7798 ...	15,00
7873 ...	14,00
7945 ...	15,00
7973 ...	14,00
8	
8073 ...	14,00
8151 ...	15,00
8173 ...	14,00
8273 ...	14,00
8326 ...	15,00
8373 ...	14,00
8473 ...	14,00
3.º PRÊMIO 8543	250,00 CRUZEIROS NOVOS
8573 ...	14,00
8673 ...	14,00

PRÊMIOS	NCR$
8687 ...	15,00
8773 ...	14,00
8851 ...	15,00
8873 ...	14,00
8968 ...	15,00
2.º PRÊMIO 8973	1.000,00 CRUZEIROS NOVOS
9	
9031 ...	15,00
9073 ...	14,00
9173 ...	14,00
9273 ...	14,00
9373 ...	14,00
9473 ...	14,00
9510 ...	15,00
9527 ...	15,00
9573 ...	14,00
9574 ...	15,00
9673 ...	14,00
9773 ...	14,00
9823 ...	15,00
9840 ...	15,00
9873 ...	14,00
9940 ...	15,00
9973 ...	14,00
10	
10019 ...	15,00
10073 ...	14,00
10173 ...	14,00
10208 ...	15,00
10273 ...	14,00
10367 ...	15,00
10373 ...	14,00
10473 ...	14,00
10573 ...	14,00
10640 ...	15,00
10673 ...	14,00
10773 ...	15,00
10773 ...	14,00
10785 ...	15,00
10828 ...	15,00
10842 ...	15,00
10873 ...	14,00

PRÊMIOS	NCR$
10894 ...	15,00
10973 ...	14,00
11	
11014 ...	15,00
11025 ...	15,00
11073 ...	14,00
11142 ...	15,00
11156 ...	15,00
11173 ...	14,00
11192 ...	15,00
11217 ...	15,00
11273 ...	14,00
11318 ...	15,00
11341 ...	15,00
11373 ...	14,00
11392 ...	15,00
11431 ...	15,00
11440 ...	15,00
11473 ...	14,00
11572 ...	15,00
11573 ...	14,00
11616 ...	15,00
11659 ...	15,00
11673 ...	14,00
11737 ...	15,00
11748 ...	15,00
11773 ...	14,00
11855 ...	15,00
11873 ...	14,00
11932 ...	15,00
11973 ...	14,00
12	
12073 ...	14,00
12082 ...	15,00
12173 ...	14,00
12269 ...	15,00
12273 ...	14,00
12330 ...	15,00
12344 ...	15,00
12348 ...	15,00
12373 ...	14,00
12464 ...	15,00
12471 ...	15,00
12473 ...	14,00
12573 ...	14,00
12673 ...	14,00
12740 ...	15,00
12773 ...	15,00
12773 ...	14,00
12873 ...	14,00
12973 ...	14,00

PRÊMIOS	NCR$
13	
13007 ...	15,00
13070 ...	15,00
13073 ...	14,00
13089 ...	15,00
13110 ...	15,00
13173 ...	14,00
13251 ...	15,00
13273 ...	14,00
13329 ...	15,00
13373 ...	14,00
13374 ...	15,00
13473 ...	14,00
13494 ...	15,00
13533 ...	15,00
13537 ...	15,00
13543 ...	15,00
13573 ...	14,00
13673 ...	14,00
13677 ...	15,00
13773 ...	14,00
13873 ...	14,00
13877 ...	15,00
13973 ...	14,00
14	
14033 ...	15,00
14073 ...	14,00
14086 ...	15,00
14145 ...	15,00
14168 ...	15,00
14173 ...	14,00
14176 ...	15,00
14204 ...	15,00
14264 ...	15,00
14273 ...	14,00
14281 ...	15,00
14373 ...	14,00
14390 ...	15,00
14473 ...	14,00
5.º PRÊMIO 14497	500,00 CRUZEIROS NOVOS

PRÊMIOS	NCR$
14525 ...	15,00
14573 ...	14,00
14621 ...	15,00
14673 ...	14,00
14773 ...	14,00
14873 ...	14,00
14896 ...	15,00
14904 ...	15,00
14973 ...	14,00
15	
15022 ...	15,00
15047 ...	15,00
15073 ...	14,00
15173 ...	14,00
15273 ...	14,00
15373 ...	14,00
15379 ...	15,00
15394 ...	15,00
15451 ...	15,00
15473 ...	14,00
15499 ...	15,00
15530 ...	15,00
15573 ...	14,00
15673 ...	14,00
15773 ...	14,00
15866 ...	15,00
15873 ...	14,00
15973 ...	14,00
16	
16011 ...	15,00
16062 ...	15,00
16073 ...	14,00
16106 ...	15,00
16173 ...	14,00
16194 ...	15,00
16209 ...	15,00
16255 ...	15,00
16273 ...	14,00
16373 ...	14,00
16405 ...	15,00
16408 ...	15,00
16473 ...	14,00
16573 ...	14,00
16593 ...	15,00
16623 ...	15,00
16673 ...	14,00
16773 ...	14,00
16776 ...	15,00
16873 ...	14,00
16973 ...	14,00

Todos os números terminados em 5 (final do 1.º prêmio) têm NCr$ 14,00

As dezenas 97, 45 e 43 do 3.º ao 5.º prêmios têm NCr$ 14,00

Serão pagos os prêmios referentes a presente Extração, até 25/6/69, prescrevendo todos os prêmios, após esta data.

As extrações principiam às 18 horas

337.ª EXTRAÇÃO — Fiscal do Ministério da Fazenda: WANDA RIBEIRO HOLT — 337.ª EXTRAÇÃO

GUARDE SEU BILHETE NÃO PREMIADO E TROQUE POR CUPONS DOS SEUS TALÕES VALEM MILHÕES!

Os jogadores do Botafogo fizeram ontem um leve individual, e só hoje é que Zagalo exigirá mais empenho, no último treino coletivo da semana

Paulo César torce pé e é dúvida do Botafogo

Paulo César apareceu ontem com o tornozelo direito inchado, por ter pisado de mau jeito num dos vários buracos do campo de General Severiano, durante o coletivo de anteontem, e passou a ser o grande problema do Botafogo para a partida de domingo, contra o Bangu.

O jogador procurou imediatamente o Dr. Lídio Toledo, preocupado não só com a partida, mas sobretudo com a sua situação na seleção brasileira, que se apresentará no próximo dia 2. Depois de examiná-lo, o médico constatou uma entorse, não muito grave, mas só dará a palavra final, hoje, preferindo aguardar as reações aos tratamentos.

PAULO CÉSAR PREOCUPA

Pela segunda vez, Paulo César sofre as consequências do mau estado do campo do Botafogo, tendo torcido o tornozelo no treino de conjunto de quarta-feira. Na hora, o jogador se queixou apenas de leves dores no local e foi para casa com recomendações do médico Lídio Toledo para que fizesse aplicações de gêlo no local atingido. Ontem, Paulo César apresentou-se no clube com o tornozelo inchado e, depois de examinado pelo médico, foi proibido de treinar, ficando no vestiário fazendo aplicações de ultra-som.

Preocupado com a possível gravidade da contusão, não só devido ao jôgo de domingo, como pela sua apresentação à seleção na segunda-feira, Paulo César fêz várias perguntas ao Dr. Lídio Toledo sôbre as suas condições físicas, mas o médico respondeu que sòmente hoje poderia saber se êle estaria liberado para o treino de conjunto.

Zé Carlos, Mura e Roberto não chegam a preocupar, sendo que o atacante não treinou por estar com três quilos a menos no seu pêso, sendo por isso poupado.

Hoje, haverá coletivo e se Paulo César não estiver em condições de jôgo, Zagalo poderá lançar Roberto pela esquerda com Ferreti no meio do ataque.

SEM CONTRATO

Afonsinho continua a rejeitar qualquer acôrdo com o Botafogo, afirmando que só assina se o clube se comprometer a emprestá-lo ao Santos por dois meses. Ontem, Ramiro, representante do Santos voltou ao Botafogo para tratar do assunto, mas os dirigentes negaram outra vez o empréstimo.

Afonsinho conversou com o presidente Altemar Dutra de Castilho e com Djalma Nogueira, mas sem êxito. O presidente disse ao jogador que compreendia a sua situação, não lhe tirava a razão de querer ir por empréstimo jogar no Santos, mas lamentava não poder atendê-lo.

— Dói ver um jogador como você parado — disse o Sr. Altemar Dutra de Castilho — mas é exatamente porque você é um excelente jogador que não podemos cedê-lo. Nós queremos o tricampeonato e sei que vamos precisar de você para conquistá-lo.

Ramiro disse que Zito, hoje supervisor do Santos, virá ao Rio, se o Botafogo abandonar a sua posição irredutível.

— No momento — disse Ramiro — Afonsinho seria a solução para os problemas do meio-campo do time do Santos, mas para isto teríamos de contar com a boa vontade do Botafogo. De minha parte vou insistir porque ainda tenho muitas esperanças.

Torcida uruguaia festejou de forma ruidosa a vitória no Campeonato de Basquete

Montevidéu (AFP-UPI-JB) — Cêrca de 18 mil espectadores comemoraram ruidosamente a vitória do Uruguai sôbre o Brasil, na final do XXIII Campeonato Sul-Americano de Basquetebol Masculino, e que propiciou aos uruguaios recuperarem um título ganho a última vez em 1955.

A delegação brasileira, hospedada no Hotel Ermitage, está com o regresso marcado para hoje, devendo chegar ao Aeroporto do Galeão às 16 horas, pelo vôo 501 da Pluna, com parada em Congonhas, onde ficarão os jogadores paulistas, maioria do elenco.

TRIUNFO E FESTA

Os torcedores que lotaram o Ginásio El Cilindro, anteontem, tiveram uma noite de felicidade completa, exceto o pequeno grupo de brasileiros que foi incentivar o seu selecionado. Isto porque o jôgo não correspondeu à expectativa de uma final, dada a facilidade com que os uruguaios se avantajaram na contagem, desde os instantes iniciais, além de dominarem por completo as ações, deixando claro, já no primeiro tempo, que não perderiam o título.

A equipe brasileira, formada por jogadores com a idade média de 21 anos, sentiu a responsabilidade de decidir o campeonato em terreno adversário e perante numerosa torcida. A não ser Sérgio e Hélio Rubens, justamente os mais experimentados em confrontos internacionais, os componentes do quinteto principal demonstraram total inibição dentro da quadra e renderam muito abaixo do que podiam.

Assim, com uma equipe modesta, calcada em elementos veteranos como Poyet, De Leon e Gadea, o Uruguai pôde triunfar com facilidade espantosa, em se tratando de uma decisão. Êstes jogadores, por serem antigos e atuarem há bastante tempo juntos, entendem-se com maior precisão do que outros, de equipes de poderio superior, mas sem o necessário entrosamento. A rigor, o Uruguai contou em todo o Sul-Americano com dois jogadores realmente técnicos e que representavam o complemento ideal para os veteranos Poyet, De Leon e Gadea. Foram êles Victor Hernandez e Omar Arrestia. O primeiro, excelente armador, enquanto Arrestia confirmou as qualidades de cestinha já demonstradas durante o último Mundial. Com 1,99 metro e envergadura proporcional à altura, êste pivô foi sempre o homem para quem convergiu todo o jôgo ofensivo do Uruguai. Contra o Brasil, êle marcou 23 pontos, justamente a diferença do marcador final, que valeu o campeonato para o seu país: 65 x 42.

Os brasileiros, após perderem o 1.º tempo por 30x22, ainda tentaram recuperar terreno ao início do período complementar, mas esbarraram na marcação por zona contrária e confundiram-se por completo. A arbitragem do encontro estêve a cargo dos peruanos Jorge Roman e Gabriel Cantor, atuando as equipes assim: Uruguai — Arrestia (23), Victor Hernandez (12), Gadea (12), De Leon (11), Poyet (3), Moreira (2), Bomio (2), Rossi, Lage, Campana e Luís Garcia; Brasil — Sérgio (17), Zé Olaio (8), Hélio Rubens (7), Felipão (2), Jói (2), Ranieri (2), Nasr (2), Peixotinho (2), Luizinho e César.

Ao curso do 2.º tempo e após o término da partida, os torcedores comemoravam ruidosamente a conquista invicta do Campeonato Sul-Americano, estendendo-se as manifestações até a madrugada de ontem, nas principais ruas da capital. O Uruguai sagrou-se pela nona vez campeão continental, enquanto Brasil e Argentina possuem seis títulos. O último campeonato ganho pelos uruguaios foi em 1955, na cidade colombiana de Cucuta, e que lhes valeu, na oportunidade, um inédito tetra.

Como novos campeões, os uruguaios asseguraram ainda a participação no VI Campeonato Mundial, previsto para a Iugoslávia, em 1971. Igual direito caberia ao Brasil, como vice-campeão, se já não tivesse conquistado sua vaga, com o 3.º lugar no último Mundial e 4.º nas Olimpíadas do México. Em consequência, a vaga brasileira coube à Argentina, que acabou em 3.º. O próximo Sul-Americano, em 1971, também será disputado em Montevidéu, pois o recém-findo pertencia à Bolívia, que não teve condições para realizá-lo.

Judô dá curso de anatomia

A Federação Guanabarina de Judô promoverá a partir do próximo dia 29, no Hospital São Francisco de Paula, um curso especial de anatomia, aberto a tôdas as pessoas ligadas ao esporte.

Segundo a diretoria da Federação, êste curso já deveria ter sido organizado há muito tempo, visando a própria segurança dos lutadores e uma melhor orientação dos professôres. Conhecendo anatomia, mesmo que apenas os seus princípios, os judoistas estarão muito menos sujeitos a se contundirem e, principalmente, aos adversários.

Por outro lado, amanhã à noite, a Academia Almir Ribeiro promoverá uma movimentada programação de judô e capoeira, com início marcado para as 18 horas. Na parte relativa ao judô haverá várias competições internas, visando principalmente o exame de faixas. Às 20 horas haverá o Festival de Capoeira, contando com a participação de seis grupos regionais autênticos.

Yustrich faz time rezar meia hora

Belo Horizonte (Sucursal) — Yustrich levou os jogadores do Atlético ontem à Igreja de Santo Antônio das Rocas Grandes, no caminho de Sabará obrigando-os a rezar durante uma missa de meia hora, pois, "estamos precisando muito de Deus."

Em Sabará o time cobrou NCr$ 0,20 pelo jôgo-treino que fêz contra uma equipe de amadores, entregando depois a renda de NCr$ 300,00 aos grupos escolares da cidade. Os 1 500 torcedores que compareceram ao estádio do Siderúrgica eram na sua maioria operários da Belgo-Mineira que aproveitaram o intervalo do almôço para ver o Atlético.

Antes da chegada a Sabará Yustrich ordenou uma parada em Santo Antônio das Rocas Grandes para que os jogadores pudessem rezar na igreja local pois "estamos precisando muito de Deus. Por coincidência havia missa na hora e a delegação atleticana ficou até o fim.

O auxiliar técnico Zèzinho Miguel, devoto de Nossa Senhora Aparecida, fêz à santa uma prece especial, pedindo aos jogadores que o seguissem já que "foi ela que nos ajudou nas grandes vitórias contra os iugoslavos e os russos e no empate com os húngaros."

Dupla Barnes-Pucheu é a atração desta noite no tênis de primeira classe

O Torneio de Tênis de Primeira Classe prosseguirá esta noite, nas quadras do Country Clube e do Fluminense, destacando-se a apresentação da dupla Ronald Barnes-Hugo Pucheu, que venceu recentemente o Torneio Especial JORNAL DO BRASIL, com grandes atuações.

A dupla adversária de Barnes-Pucheu poderá ser formada pelos irmãos Luís e Sérgio Bonn ou então por Roberto Oliveira e William Shalders, partida marcada para as 21 horas no Country. No Fluminense, às 18 horas, Vanda Ferraz e Inara Freitas, que disputaram a final do Torneio JB — vencida pela primeira — será a principal partida.

PROGRAMA

E' a seguinte a programação da primeira classe para a noite de hoje: Country Clube — 20 horas: Ronald Barnes x Rubens Raimundo ou Márcio Pascual; 21 horas: Barnes-Pucheu x William Shalders-Roberto Oliveira. Fluminense — 17 horas: Regina Ferreira ou Elita Penha x H. Duarte ou E. Carvalhaes; 18 horas: Vanda Ferraz x Inara Freitas.

Torneio de Terceira Classe: Fluminense — 17 horas: Luci Assis x Léa Godinho. Leme Tênis Clube — Ursula Lateh-Beatriz Rudge x Dulcy Krasny-Hilkar O'reilly. Clube Naval — 17 horas: Marize Hermanny x J. O'reilly ou Zulmira Canario; 19 horas: Maria Cristina de Meneses x Iris Riedell.

Hill foi suspenso no gôlfe

Miami, Estados Unidos (UPI-JB) — O golfista profissional Dave Hill, 13.º colocado no ranking de prêmios dêste ano e que há 11 anos freqüenta o circuito norte-americano, teve ontem a sua participação suspensa no National Airlines Open, em virtude das palavras ofensivas com que tratou um oficial da PGA, durante a disputa do Jacksonville Open.

Hill, que tem 31 anos e foi o ganhador do Memphis Open de 1967, recebeu ainda uma multa de 150 dólares — cêrca de NCr$ 600,00 — e está temporàriamente suspenso dos torneios, segundo decisão dos dirigentes da PGA logo que viram seu nome entre os inscritos em Miami. Outro que estará ausente é Lee Trevino, contundido no dedo polegar esquerdo.

O National Airlines Open — instituído êste ano pela companhia de aviação — tem uma dotação de 200 mil dólares (NCr$ 800 mil), 40 mil dos quais (NCr$ 160 mil) reservados ao vencedor. O torneio está sendo disputado no Miami Country Clube, que tem um par de 72 tacadas para 6 927 jardas de extensão. O pro-amateur foi cancelado pela forte chuva que caiu.

Na grande área

Armando Nogueira

Em cada clube, um lamento: fôlhas de pagamento em atraso, papagaios mofando pelos bancos, rendas embargadas no guichê dos estádios, passes comprados em prestações a perder de vista — em suma, um estado de insolvência que ainda levará à desmoralização completa o futebol profissional no Brasil.

Fala-se com esperança da loteria esportiva que poderá arejar as finanças dos clubes.

* * *

Descreio do remédio porque é sabido que o mal do futebol profissional não se cura com injeção de dinheiro. O mal do futebol brasileiro, estou convencido, é a incompetência, uma incompetência que se nutre da paixão mais irracional. Os dirigentes de clube, aqui mais que lá fora, são amáveis pessoas que administram o esporte profissional com o irrealismo de quem torce nas arquibancadas.

E assim, não adianta entrar dinheiro: quanto mais entra, mais sai.

* * *

Não precisa nem consultar um perito em administração de emprêsa para diagnosticar o problema do futebol profissional no Brasil. Está na cara o drama dos nossos principais clubes. Tomemos o Flamengo, por exemplo: o Flamengo jogou três partidas neste campeonato. Empatou receita e despesa no jôgo com o América e ficou no vermelho nas outras duas partidas, contra o Bonsucesso e contra o São Cristóvão.

Tomou prejuízo em dois jogos e fim, não tem como tapar o rombo que vai sangrá-lo até o final da temporada.

O Flamengo já perdeu dinheiro em dois jogos e ainda perderá, na certa, em mais quatro do turno, tendo que jogar com Madureira, Portuguêsa, Olaria e Campo Grande.

Só aí, um mês e meio de vermelho no orçamento do clube. Agora, vamos acrescentar um mês de férias, quando a máquina fica parada e mais a fôlha do 13.º salário e mais janeiro e fevereiro, que são os meses de mercado temerário: se os empresários arranjam excursões, menos mal; se não arranjam, a conta do vermelho aumenta catastròficamente.

* * *

Clubes como Flamengo, Botafogo, Fluminense, Vasco da Gama ou arrecadam entre 80 e 100 milhões por mês ou estão entrando certo em prejuízo. E qual dêles recolhe essa *erva* em um mês de campeonato, jogando duas vêzes de portões abertos? Ou jogar com o Olaria não significa, profissionalmente, jogar de portões abertos?

Pode parecer cruel uma análise que vai recomendar, nas conclusões, o cancelamento de jogos deficitários. Todo mundo sabe que a fonte dos prejuízos são seis clubes pequenos. Mas, eu pergunto: não será mais doloroso ver o Flamengo, o Botafogo, o Fluminense empobrecerem a cada dia? Êsses clubes, ricos de glórias e de patrimônio, estão todos *pendurados* em bancos, devendo os *olhos da cara*, devendo luvas a jogadores, devendo favores sonantes a sócios beneméritos.

* * *

Eu não entendo nada de economia, nem de finanças, mas aprendi ao menos a somar e subtrair: o time do Fluminense, quando entra em campo para um jôgo de campeonato, está custando cêrca de 20 milhões. Se da divisão da renda só lhe tocarem cinco milhões, o Fluminense Futebol Clube estará tomando um prejuízo de 15 milhões.

* * *

Tenho o maior respeito pelo esfôrço do Bonsucesso, equipando-se de gente competente para dar-lhe expressão técnica e esportiva no campeonato da cidade. Mas, desgraçadamente, a realidade econômica do futebol carioca não comporta a participação do Bonsucesso num campeonato. Se o Fluminense não tivesse que pagar alto, altíssimo, para treinar, alimentar, uniformizar, escalar e manter saudável um elenco de trinta jogadores; se o Vasco da Gama não tivesse que onerar sua fôlha com luvas, ora para Nei, ora para Brito, ora para Luís Carlos; se o Botafogo não precisasse andar no trapézio para remunerar Gérson, Jair, Afonsinho, Paulo César — se nada disso fôsse essencial à sobrevivência esportiva e moral dos principais clubes da cidade, eu compreenderia a *colher de chá* ao Olaria, ao Campo Grande e outros menos citados da federação.

Mas, está cada vez mais dolorosamente provado que o Campeonato Carioca é um haraquiri de 12 clubes no qual seis (seis que, a rigor, são quatro) se matam pelos outros seis.

Se o sacrifício dos grandes tem raízes sentimentais, perfeito: eu compreendo os gestos extremos dos que se destroem por muito amor. Resta saber é se os credores, os bancos, os jogadores de luvas e salários atrasados estão dispostos a embarcar nessa cruzada que pode muito bem levar o futebol carioca de volta à pureza angelical do amadorismo.

Há de ser maravilhoso ver o Gérson, tricolor desde menino, pagando mensalidade para defender a gloriosa jaqueta do Fluminense.

Nei renovou por NCr$ 35 mil e pode voltar ao time

ÚLTIMO ESFÔRÇO

Garrincha voltou a se empenhar a fundo no treino individual do Flamengo

Flu não venderá Denilson e vai ter Samarone no ataque ao lado de Flávio

O vice-presidente de futebol do Fluminense, Sr. João Boeri, disse ontem que o seu clube não venderá o apoiador Denilson, o que provocou uma certa irritação no jogador, que desejava ser vendido para o Flamengo ou Vasco.

Apesar de Suingue ter realizado um excelente treino, Telê decidiu manter Samarone no time titular ao lado de Flávio, enquanto que Silveira e Lulinha formarão o meio-campo. A concentração começou ontem mesmo, após o coletivo, e hoje às 10 horas, nas Laranjeiras, haverá um treinamento recreativo, que encerrará os preparativos do Fluminense para a partida de amanhã com o Bonsucesso.

GOLS DE FLAVIO

Apesar de não ter treinado bem, o time titular venceu o time juvenil por 3 a 1, gols de Flávio (2) e Silveira para os vencedores e Aguinaldo para a equipe dirigida por Pinheiro. Enquanto os titulares treinaram, o preparador físico Antônio Clemente dirigiu um treino especial para Denilson. Bauer e Márcio, que estão contundidos e em fase de recuperação. Cláudio, que ainda está contundido no tornozelo direito, foi o único que não treinou, tendo recebido aplicações de ultra-som, e depois assistido ao treino, de calção e camisa de treinamento, ao lado do massagista Santana.

JOELHO DE CAFURINGA

Na segunda fase do coletivo, os titulares venceram os reservas por 1 a 0, gol de Flávio, que aproveitou um excelente lançamento de Samarone. O time titular formou com Alex, Oliveira, Galhardo, Assis e Marco Antônio; Silveira e Lulinha; Ilton, Samarone, Flávio e Lula. Os reservas treinaram com Félix, Nélio, Valtinho, Altair, e Bucharel; Rui e Suingue; Zé Pinto, Cafuringa, Celso e Reinaldo.

Após o treino seguiram para a concentração de Santa Teresa além dos titulares, os jogadores Peri, Altair, Suingue, Celso e Cafuringa.

O médico José Rizzo examinou Cafuringa, após o treino, e o considerou em condições de jôgo, apesar do jogador queixar-se de fortes dôres no joelho direito, em virtude de uma pancada que recebeu na partida contra o Botafogo, domingo passado.

TELÊ EM FORMA

Telê foi motivo de brincadeiras dos jogadores, por causa de sua boa atuação jogando pelos reservas contra os juvenis. O técnico movimentou-se muito bem e, inclusive, deu um excelente passe para Reinaldo fazer um gol de cabeça.

O técnico achou bem o treino de ontem, porque foi muito movimentado, principalmente no primeiro tempo, quando os titulares treinaram contra os juvenis. Telê também demonstrou grande entusiasmo pela recuperação de Suingue, que realizou um excelente treino, desperdiçando poucos passes e chutando muito bem a gol.

EXPLICAÇÃO

O vice-presidente de futebol, Sr. João Boeri, explicou que o caso Denilson está encerrado em definitivo, pois "êle está nos planos para o campeonato e, por isso, não podemos vendê-lo." Entretanto, o supervisor Almir de Almeida disse anteontem para o jogador que o Fluminense o venderia para qualquer outro clube do Rio ou São Paulo, desde que pagassem NCr$ 400 à vista pelo seu passe.

Denilson não gostou das declarações do Sr. João Boeri, pois espera ser vendido, a fim de conseguir um bom dinheiro para aplicar em um negócio que pretende abrir. O jogador explicou, porém, que não está mal no Fluminense e que o seu desejo de ser vendido, prende-se exclusivamente ao lado financeiro.

Ontem, nas Laranjeiras, vários torcedores mostraram-se aborrecidos com a notícia de que Denilson seria vendido.

O atacante Nei acertou ontem a renovação do seu contrato com o Vasco, recebendo por um ano NCr$ 35 mil de luvas e ordenados de NCr$ 1 200,00, assinará hoje e, dependendo do técnico Pinga, já poderá jogar amanhã contra a Portuguêsa.

Enquanto isso, o próprio Vasco recusou a jogar no seu campo de São Januário contra a Portuguêsa, pois as chuvas de anteontem à noite prejudicaram o trabalho que vem sendo feito na reforma do gramado, e indicou o estádio do Flamengo para a realização da partida, o que foi prontamente aceito pela FCF.

TREINO EM INHAÚMA

Devido às chuvas, o Vasco não pôde realizar o seu treino de conjunto em São Januário e nem no campo do São Cristóvão, que estava inteiramente alagado. O supervisor Evaristo, resolveu, então, mudar o treino para o campo do Everest, em Inhaúma.

Em São Januário, o próprio supervisor e o presidente Reinaldo Reis esperaram os fiscais da federação que iam vistoriar o campo. Evaristo entrou e logo chegou à conclusão de que não era possível realizar ali a partida contra a Portuguêsa, pois, além da grama rala, o campo estava muito fôfo.

Quando os fiscais chegaram em São Januário, o presidente do Vasco se descuidou e informou que não havia necessidade da vistoria, pois êle próprio considerava o campo em mau estado. Em seguida, Evaristo ligou para os dirigentes do Flamengo e conseguiu o estádio da Gávea para a realização da partida e comunicou o fato ao Sr. Otávio Pinto Guimarães, que aprovou a mudança de local.

CONVERSA COM NEI

O Sr. Reinaldo Reis continuou em São Januário até às 13 horas, esperando que Nei voltasse com os jogadores do treino no Everest. O atacante, porém foi para sua residência sem passar no clube e o presidente pediu a Evaristo para levar Nei, à tarde, à sua casa.

Nei insistiu no pedido de NCr$ 40 mil de luvas, concordando com os ordenados de NCr$ 1 200,00. O presidente do Vasco, porém, retrucou que só poderia dar NCr$ 30 mil de luvas, e, depois de mais de uma hora de conversa, ambos decidiram fechar o negócio por NCr$ 35 mil.

Nei assinará amanhã (hoje) o seu nôvo compromisso e se Pinga quiser poderá escalá-lo contra a Portuguêsa. Creio, no entanto, que o treinador deverá apenas aproveitá-lo na regra-três, pois Nei não vem treinando em conjunto no quadro titular.

O Vasco realizou ontem de manhã um excelente treino de conjunto. O campo do Everest não é muito bom, mas, pelo menos, não estava alagado. O treino começou às 10 horas, porque o time foi primeiro ao campo do São Cristóvão.

Por causa disso, inclusive, Eberval chegou um pouco atrasado e Ferreira foi obrigado a jogar como lateral-esquerdo durante os primeiros 10 minutos de coletivo.

ÓTIMO TREINO

O treino durou apenas 35 minutos, poir Alcir se contundiu no pé direito, Silvinho, Adilson e Fernando estavam gripados, e Brito com assaduras nas pernas. Pinga, então, resolveu poupar os jogadores, embora nenhum dêles seja caso grave.

Os titulares venceram por 3 a 0, gols de Alcir, Nado e Brito, de pênalti, e treinaram com Valdir; Fidélis, Brito, Fernando e Ferreira (Eberval); Alcir e Bougleux; Nado, Adilson, Valfrido e Silvinho. Os reservas, com Pedro Paulo; Ivã (Ferreira), Moacir, Orlando e Lourival; Agenor e Benetti; William, Nei, Bianchini e Valinhos.

O Vasco fará um individual hoje pela manhã, em São Januário, e depois se concentrará nas Paineiras. Além dos titulares, foram relacionados os jogadores Pedro Paulo, Moacir, Orlando, Benetti e Bianchini, que figurarão na regra-três.

Botafogo é contra mudança da tabela

Vasco e Bonsucesso, de comum acôrdo, entraram ontem na Federação Carioca de Futebol com um pedido para a transferência de seu jôgo, do dia 6 em Teixeira de Castro para o dia 5 no Maracanã, mas sabem desde já que o Botafogo é contra a alteração da tabela do campeonato, e assim não conseguirão a unanimidade necessária para que isto se efetive.

Para estudar o assunto, o presidente da FCF, Sr. Otávio Pinto Guimarães, vai convocar para segunda-feira uma reunião do Conselho Arbitral. Já a partida Vasco x Portuguêsa, em virtude da não aprovação do campo de São Januário — que foi recentemente reformado — pela FCF, ficou marcada para amanhã às 16 horas, no campo do Flamengo, na Gávea.

A EXPLICAÇÃO

O representante do Botafogo na FCF, Sr. Renault Leite, estêve ontem na sede da entidade e, logo após tomar conhecimento da alteração pretendida, disse que o seu clube não concordaria:

— Não só o Botafogo — disse — como também o Flamengo, pelo que sei, não aceitarão esta mudança. Se fizermos exceções agora, teremos de fazê-las sempre, repetindo os erros do ano passado. O Botafogo vai cumprir a tabela, jogando duas vêzes fora de seu campo e do Maracanã, pois abrir-se um precedente a esta altura seria uma implicação tácita mantê-lo até o final. Vasco e Bonsucesso jogarão mesmo em Teixeira de Castro.

Helal desiste de Sérgio e quer atacante estrangeiro

O Sr. George Helal disse ontem que desistiu da contratação do ponta-de-lança Sérgio, da Portuguêsa Santista, e afirmou que não tentou contratar Babá, do São Paulo, acrescentando que agora vai procurar fora do país, porque o mercado de atacantes no Brasil está esgotado.

Anteriormente, o dirigente havia tentado as contratações de Nei, do Vasco, Mário, do Bangu, e de Tupã, do Grêmio, mas não conseguiu realizar negócio com nenhum dêles. Depois, informado por um amigo que Sérgio, da Portuguêsa Santista, poderia resolver o problema do Flamengo, viajou para Santos, em companhia de Tim a fim de ver o jogador em ação, mas como o técnico não gostou do atacante, resolveu desistir de contratá-lo.

DIFICULDADES

Ontem à tarde, George Helal se reuniu com o advogado Júlio Bergado, que defende o Flamengo na Federação Carioca de Futebol, e disse-lhe das dificuldades que está encontrando para conseguir um bom atacante.

— Quem tem um bom ponta-de-lança — disse Helal — não quer vender. Tenho procurado um que resolva o nosso problema, mas até agora não encontrei ninguém disponível. Fui a Santos ver um que me foi recomendado, e que pertence à Portuguêsa Santista, de nome Sérgio, mas êle não foi feliz e Tim desistiu de contratá-lo.

— A solução do problema foi vendido — argumentou Bergalo — porque o artilheiro desta partida a que vocês assistiram, foi o César que foi vendido por apenas NCr$ 300 mil. Tem sido sempre assim aqui no clube, pois enquanto procuramos jogadores fora, deixamos muitos que estão aqui — que seriam a solução para muitos casos — saírem de graça.

No jôgo entre Portuguêsa Santista e Palmeiras, que Tim e Helal assistiram, César marcou dois gols e voltou a ser um dos principais artilheiros do Campeonato Paulista. Júlio Bergalo foi o dirigente que mais se opôs à venda do atacante para o Palmeiras, assim como foi também quem evitou a troca de Dionísio por Manga, quando o Flamengo ainda daria NCr$ 35 mil de volta ao Botafogo.

— Está muito difícil de conseguir um ponta-de-lança por aqui — continuou Helal — e a cada dia que passa, mais a torcida se impacienta, e com razão. Mas que vamos fazer? Além dos problemas que estamos encontrando para achar um atacante, ainda temos de pensar no caso de Manicera que resolveu voltar para o Uruguai.

Disse o dirigente que depois de resolver a situação de Manicera, irá à Argentina para tentar contratar o zagueiro Albrecht, do San Lorenzo a quem Tim muito elogia.

— Dizem, até, que Albrecht é melhor do que Manicera — falou Helal.

NO ESTRANGEIRO

George Helal acredita que, no futebol brasileiro, dificilmente conseguirá um bom ponta-de-lança. Por isso, estudará, juntamente com Tim, um nome no estrangeiro que solucione o problema do Flamengo.

— Os que tentei por aqui, são inegociáveis — continuou — e os outros que me indicaram não servem. Falaram que Babá já estava até com sua chegada marcada. Quando soube disso, fiquei contente, pensando que o nosso futuro presidente, Richer, o tivesse contratado, mas não era verdade. Sou muito realista nesta questão, pois sei que Babá é titular do São Paulo e êles querem comprar, em vez de vender jogadores.

Disse ainda o dirigente que uma notícia que anuncia a contratação de um jogador, faz a torcida muito alegre mas que depois, o desmentido tem um efeito muito pior do que se nada tivesse sido comentado, porque tudo cai em cima de quem falou precipitadamente.

— Como é que vou explicar aos torcedores que a situação é difícil e que ninguém quer vender seus atacantes? — disse George Helal.

TROCA NEGADA

Aproveitando sua ida à Santos, George Helal tentou trocar Cardosinho por Abel, mas não conseguiu porque o clube santista não aceitou a proposta do Flamengo.

— Êles querem Cardosinho por empréstimo, mas pagam apenas NCr$ 5 mil ao Flamengo e três ao jogador. Para não prejudicar a carreira dêle, resolvemos concordar, só faltando agora Cardosinho acertar tudo com Ramiro que é o representante do Santos aqui no Rio.

Ontem houve treino individual pela manhã, na Gávea e para hoje está marcado o último coletivo da semana, quando Tim definirá o time que enfrentará o Madureira domingo.

Tim continua preocupado com a falta de objetividade do ataque do Flamengo que até agora marcou apenas três gols no campeonato.

— Do jeito como estamos jogando — disse Tim — se conseguirmos fazer um gol no Madureira estarei muito satisfeito, porque a defesa dificilmente vai sofrer gol.

Rodrigues Neto poderá voltar ao time neste jôgo, já que está pràticamente recuperado da contusão no tornozelo direito. Flo, que ainda tem de realizar mais alguns exames médicos, começará a treinar na próxima semana e Tim espera poder contar com êle para o jôgo contra o Bangu.

ESFÔRÇO COMPENSADO

Nei voltou a treinar entre os reservas, de manhã, e à tarde acertou a renovação do contrato com o Vasco por um ano

América terá Tadeu na ponta esquerda

Flávio Costa vai modificar o ataque do América para o jôgo contra o Olaria, amanhã à noite no Maracanã, colocando Joãozinho na ponta direita e Tadeu na esquerda, êste com a função de terceiro homem de meio-campo.

A alteração se deve ao fato de Canhoteiro não ter participado dos individuais da semana porque foi visitar a mulher, que está doente, na Bahia. O jogador se apresentou ontem conforme havia prometido, mas só entrou no segundo tempo do treino, no fim e sentiu-se cansado. Mesmo assim seguiu para a concentração na Estrada Rio—Petrópolis com os demais companheiros, depois do apronto.

TIME AGRADOU

Canhoteiro confirmou que está disposto a voltar para a Bahia, caso não consiga a transferência de sua família para o Rio. O atacante disse que tem uma promessa dos dirigentes do América no sentido de arranjar uma casa grande, onde êle possa morar com a mulher e os seis filhos.

— Se eu ficar com a casa, não há problema — explicou. Caso contrário, prefiro sair do América porque não agüento ficar longe da minha família.

Embora tenha se apresentado imediatamente a Flávio Costa, Canhoteiro não foi escalado entre os titulares, que formaram assim: Batista, Paulo César, Alex, Mareco e Zé Carlos; Renato, Badeco e Tadeu; Joãozinho, Edu e Jeremias.

Êste time treinou muito bem, mas só conseguiu marcar um gol por intermédio de Edu, depois de uma boa tabelinha com Jeremias. Não fôsse a ótima atuação de Rosá entre os reservas, o resultado seria maior. Flávio Costa informou que o time para a partida de amanhã é o mesmo do primeiro tempo, com a inclusão de Rosá no gol.

MESMA OPINIAO

Na segunda etapa, Canhoteiro entrou na ponta-esquerda e Tadeu foi para o meio-campo juntamente com o juvenil Jorge, saindo Badeco e Renato, que foram poupados. O time enfrentou os reservas e o resultado foi 0 a 0.

Flávio Costa acha que Tadeu está produzindo mais para a equipe quando joga na ponta-esquerda.

— Isto porque — explica o técnico — êle não possui as características da posição e acaba caindo para o meio, que é justamente onde eu quero que êle jogue.

A opinião de Tadeu é a mesma de Flávio Costa. O jogador comentava depois do jôgo:

— O professor me deu tôda a liberdade possível, desde que eu realize a função que êle acha importante, ou seja, ajudar o meio-campo. Fora isso, tenho ordens também para avançar pelo meio sempre que Jeremias se deslocar para a ponta. O seu Flávio explicou essa jogada e, pelo menos, no treino, deu certo.

CHANCE DE COIÓ

A sensação do treino do América, entretanto, não foi nenhum dos titulares, e sim um rapaz que apareceu pedindo uma chance de treinar. Disse chamar-se Coió e, enquanto transcorria o coletivo, ficou batendo bola atrás de um gol, vestido de calção, meias, chuteiras e relógio de pulso.

Quando a torcida perto do gol percebeu o jeito esquisito de Coió, que mal sabia controlar a bola, perdeu tôda a atenção no treino e começou a brincar com êle, batendo palmas e gritando: "aí Russo, vamos Russo", por causa do seu cabelo alourado.

Quase no fim do treino, Coió, resolveu pedir uma chance a Flávio Costa, dizendo que jogava tanto na direita como na esquerda, mas o técnico, que estava preocupado, respondeu:

— Não amola rapaz que eu estou prestando atenção no treino. Você já se divertiu bastante atrás do gol.

Depois que os jogadores do América deixaram o campo, Coió continuou batendo bola e nenhum torcedor deixou o estádio até a hora em que Flávio Costa mandou recolher as bolas. Assim mesmo, Coió foi carregado pela torcida até o vestiário. Trocou a roupa sem tomar banho, e ao sair, disse para um amigo:

— O pessoal até que gostou de mim, mas os homens que interessam nem ligaram. Vou para casa descansar e amanhã dou um pulo no Flamengo. Pode ser que lá eu consiga alguma coisa.

JORNAL DO BRASIL ☐ RIO DE JANEIRO
SEXTA-FEIRA ☐ 28 DE MARÇO DE 1969

CADERNO B

"A ficção científica não existe..." (Brian Aldiss). "A ficção científica cria uma linguagem encantatória, as verdades dionisíacas e a segurança da magia..." (John Brunner). Dois dos participantes do Simpósio de Ficção Científica expõem suas teses que, mesmo antagônicas, dão contribuição à matéria tão controvertida. A ficção científica especula: do avanço da tecnologia à existência de sêres vivos em outros planêtas. A ciência procura verificar: o Mariner-7 é lançado em direção a Marte, o Mariner-6 estará perto de Marte no dia 31 de junho. As respostas começam a aparecer

Em algum desconhecido planêta de uma outra galáxia, as condições de vida podem ter criado um ser estranho, metade inseto, metade pássaro

NÃO ESTAMOS SÒZINHOS

DEPARTAMENTO DE PESQUISA

Durante muitos anos, os astrônomos acreditaram que o nosso sistema solar era o único em todo o universo. Aos poucos, com o desenvolvimento de novos e possantes aparelhos, descobriram que o nosso sistema era parte de uma estrutura muito maior — a Via-Láctea — e que além dela existiam outras galáxias. Não estávamos sòzinhos no universo.

Atualmente, cientistas e astrônomos — como Stephen Doyle, da Rand Corporation, e Carl Sagan — afirmam que realmente não estamos sòzinhos. Para êles, a Terra não é o único planêta habitado por vida inteligente e acreditam, inclusive, em formas adiantadas de civilização em outros sistemas.

E isso é exatamente o que vêm afirmando os escritores de ficção científica, de Júlio Verne a H. G. Well e ao moderno Arthur Clarke. No entanto, enquanto os pioneiros da ficção criavam seus monstros verdes baseando-se exclusivamente na imaginação, os modernos autores — entre êles cientistas famosos — buscam em novos dados e importantes descobertas os temas para suas histórias.

MESMO SEM OXIGÊNIO, A VIDA EXISTE

A maioria dêsses autores e de todos os que defendem a idéia de vida extraterrena baseia-se na possibilidade de existirem outros planêtas de constituição semelhante à da Terra, e na descoberta dos biólogos de que é possível a vida mesmo em ambientes desfavoráveis: pelo menos um tipo de vida, tal como a conhecemos.

Collin Pittendrigh, biólogo da Universidade de Princeton e integrante do grupo de estudos sôbre a biologia de Marte, comenta:

— Nada do que conhecemos exclui a possibilidade da existência de organismos vivos em outros planêtas. A falta de oxigênio não é uma proibição de vida. O oxigênio de nossa atmosfera é abundante só porque é produzido pelas plantas verdes. Antes delas não havia oxigênio, e a vida deve ter começado sem êle. Mesmo hoje há certas formas de bactérias que não precisam de oxigênio para viver, e para algumas êsse gás é venenoso.

Assim, enquanto alguns cientistas se entusiasmam com a simples idéia de encontrar bactérias ou qualquer outro tipo de vida em outros planêtas, os escritores, por analogia, acreditam que também é possível a vida inteligente e muito mais desenvolvida.

No entanto, é bastante grande o número de pessoas que não acreditam e que perguntam com insistência: Se é verdade que o universo está cheio de raças inteligentes, por que continuamos sòzinhos?

Arthur Clarke, após considerar as fantásticas dimensões do universo e a separação proibitiva entre as possíveis civilizações, responde:

— Quantas raças não se desenvolveram e floresceram fora do ínfimo período que o homem ocupa no tempo eterno da História do mundo? Quantas outras, neste exato momento, não estariam em situação semelhante à nossa, preparando-se para entrar na era espacial? Quantas ainda não estariam tão adiantadas em relação a nós que não teriam o mínima interêsse em conhecer-nos?

Mas esta última hipótese não exclui outra hipótese: as freqüentes visitas de sêres estranhos com seus objetos não identificados.

NEM FEIOS, NEM AGRESSIVOS: INTELIGENTES

A crença popular na existência de sêres de outros planêtas que visitam a Terra em discos voadores desenvolveu-se a partir de 1947, quando o americano Kennedy Arnold, viajando em seu avião particular, notou "objetos estranhos, em formas de pires, voando a alta velocidade e com movimentos indescritíveis." Suas declarações tiveram enorme repercussão, apesar da idéia de *sêres de outros planêtas* não ser nova: em 1921, Marconi, o inventor do rádio, afirmou ter recebido sinais elétricos de origem extraterrena, e Júlio Verne já criava seus monstros. O que realmente surpreendia era a idéia dos discos voadores.

A partir daí o assunto passou a ganhar popularidade com novas e freqüentes *aparições*, e o aumento considerável de consumo da literatura de ficção e das histórias em quadrinho. O caminho iniciado por Júlio Verne foi retomado, sempre com desvantagem para os sêres de outros planêtas, apresentados como monstros. Isaac Asimov — escritor e bioquímico — atribui esta má vontade à velha mania de grandeza humana. Mas a ficção científica atual dá um tratamento melhor a êstes sêres. Ivan Efrémov, no seu conto *Cor Serpentis*, escreve:

— Se um ser pensante de um outro mundo atingiu o cosmos, deve ser também de uma grande perfeição, deve ser universal, quer dizer, belo! Os monstros pensantes, os homens-cogumelos ou os homens-polvos, não podem existir! Evidentemente, não sei o que nos reserva a realidade, se estaremos em presença de formas análogas às nossas ou se êstes desconhecidos serão belos de uma outra maneira, mas que devem sê-lo é inevitável!

— Com efeito, não creio que a cosmonave que vem ao nosso encontro seja povoada de monstros cornudos e munidos de caudas, não pode ser assim! Só as formas primitivas da vida são muito variadas; quanto mais se elevam na escala da evolução, mais semelhantes se tornam às nossas formas terrestres.

E quanto à possível agressividade dêstes sêres, Ivan Efrémov escreve:

— ... Compreendi que num estagio superior de evolução não podia haver incompreensão entre sêres inteligentes.

E êste não é um caso único na atual literatura de ficção. No livro *Os Invasores Andam entre Nós*, de Daniel Galouye, e na *Nuvem Negra*, do escritor e astrônomo Fred Hoyle, os extraterrenos são superinteligentes, dotados de um conhecimento universal e que se propõem a ajudar o homem: são sêres amigos, pessoas, ou no caso do livro de Fred Hoyle, nuvens, em quem se pode confiar.

FATOS ESTRANHOS

Muitas das teorias a respeito da existência de vida inteligente em outros planêtas estão baseadas em fatos que até hoje não foram explicados. Louis Pauwels, no seu livro *O Despertar dos Mágicos*, narra uma série dêstes fatos e levanta a hipótese de sêres extraterrenos terem mantido contato com nosso planêta em épocas remotas. Pauwels se recusa a colocar de lado qualquer dado estranho, e mostra como se sente diante da atitude da maioria dos homens de ciência em negar êstes mesmos fatos:

"Segundo o método clássico, há duas espécies de fatos: os escandalosos e os outros. Por exemplo: as descrições de engenhos voadores em textos sagrados muito antigos, a prática de podêres parapsicológicos entre os primitivos, ou a presença de níquel em moeda datando de 235 anos antes de Jesus Cristo, são fatos escandalosos. Excluídos. Proibição de os examinar."

E se pergunta por que não dar mais atenção, por exemplo, à construção das grandes pirâmides? Como foram elevadas? E a ilha de Páscoa?

Aí está um outro mistério inexplicável: a ilha de Páscoa situa-se a 3 mil quilômetros ao largo da costa do Chile. Quando o primeiro navegador europeu, um holandês, ali acostou, em 1722, julgou-a habitada por gigantes. Sôbre aquela pequena superfície vulcânica da Polinésia erguem-se 593 estátuas imensas. Algumas têm mais de 20 metros de altura e pesam 50 toneladas. Quando foram erigidas? Como? Por quê?

Os primeiros europeus que exploraram Páscoa descobriram, entre os pascoanos, homens brancos. De onde provinham? Trechos de lendas falavam de uma raça de mestres caída dos céus. O que realmente teria acontecido?

Um dos pontos levantados por Pauwels é que muita coisa poderia ser descoberta dando-se mais atenção às lendas e contos folclóricos. Conta que determinados cientistas, após examinarem cuidadosamente os anais das tribos índias da Guatemala, que datavam do século XVI e narravam aparições de sêres lendários, perceberam que os *cackchiquels* não contavam histórias loucas: mencionavam a seu modo os primeiros contatos com os invasores espanhóis. Desta forma o real era descrito sob um aspecto fabuloso, e para Louis Pauwels é muito provável que textos considerados puramente folclóricos ou mitológicos estejam baseados em fatos reais mal interpretados. Como explicar então as lendas bolivianas reunidas por Cynthia Fain?

Essas lendas, que ascendem a mais de 5 mil anos, contam que as civilizações dessa época teriam sido extingüidas após um conflito com uma raça não humana, cujo sangue não era vermelho. O folclore esquimó também conta fatos estranhos: tribos transportadas para o Grande Norte, na origem dos tempos, em gigantescos pássaros metálicos.

SINAIS VINDOS DO ESPAÇO

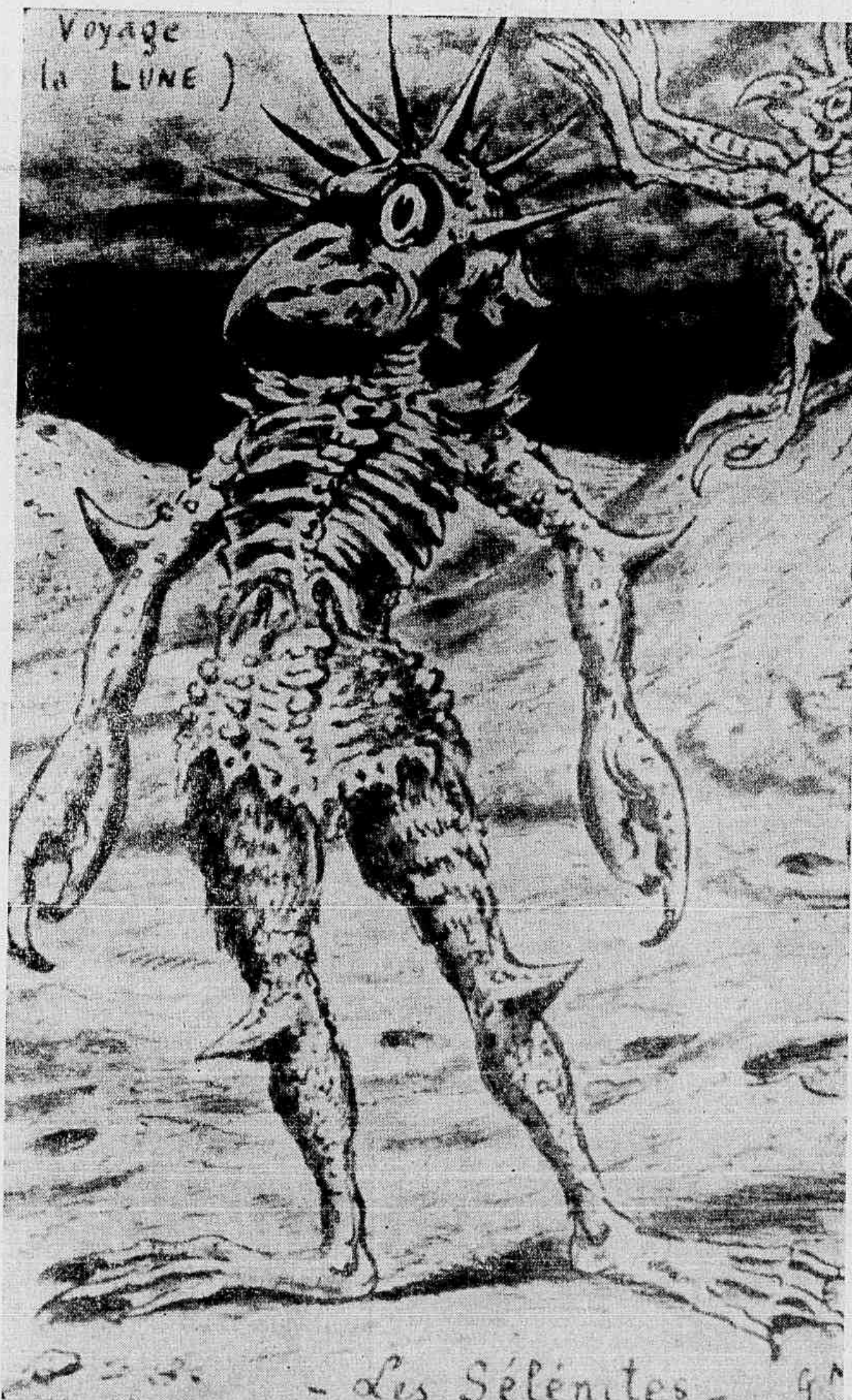
Charles Fort era um homem que se dedicava a estudar fenômenos inexplicáveis: no dia 22 de novembro de 1821, o céu de Nápoles foi atravessado por bramidos; no dia 2 de novembro de 1819, caiu uma chuva vermelha sôbre Blankenberghe. Em 1910, Fort escreveu:

"Pedras de raio facetadas. Pedras cheias de marcas e sinais. E se outro mundo tentasse desta forma, e de outras, comunicar-se conosco, ou pelo menos com alguns de nós? Minha prolongada experiência faz-me pensar que os astrônomos viram êsses mundos, que os meteorologistas, os cientistas, os observadores especializados os vislumbraram diversas vêzes. Mas que o Sistema excluiu todos êsses dados."

Cinquenta e sete anos depois, no radioobservatório Mullard, na Inglaterra, estranhas emissões vindas de um ponto desconhecido do universo eram detectadas: os *pulsars*.

A surprêsa foi total, e, para o professor Maarten Schmidt, a descoberta dos *pulsars* se incluía entre as grandes revelações atuais da Astronomia. E, para que se pudesse observar com maior clareza, foi construído o maior radiotelescópio do mundo, em Arecibo, Pôrto Rico.

Apesar de os astrônomos guardarem uma certa distância da idéia de se tratar de mensagens enviadas por sêres extraterrenos, a idéia de um fenômeno artificial tomava corpo aos poucos, pois a cada nova descoberta afastava-se a hipótese de ordem natural. O tipo das emissões, sua característica rigorosamente estável e periódica, a regularidade dos impulsos, tudo fazia supor que se tratava do uma rêde hertziana de comunicação entre civilizações altamente avançadas. De fato, as emissões oscilantes dos *pulsars* são as mais finas e as mais possantes que nos chegam dos céus. Uma série de teorias foram levantadas para explicar o que seriam essas emissões. Mas restavam sempre alguns pontos em mistério.

Ficou a hipótese das civilizações avançadas. A extraordinária regularidade das pulsações faria destas radiofontes as balizas ideais para a navegação interestelar. Tôdas as características sugeriam a existência de uma sinalização conhecida por sêres inteligentes. E um nôvo mistério veio se ligar a todos os fenômenos não explicáveis: êste seria um contato com uma outra forma de vida inteligente? O que significam essas mensagens?

Êstes foram os primeiros monstros imaginados para o cinema, por G. Méliès

A LÓGICA DOS CARIOCAS

Quem disse que o carioca é surrealista está muito enganado. Somos o povo mais racional que existe. Para tudo temos uma explicação lógica, fundada em fatos rigorosamente verificados e comparados. E para prová-lo vou dar alguns exemplos, colhidos ao acaso nos jornais, todos os dias.

Quando faz calor e falta água, é que o povo anda tomando dois a três banhos por dia, a fim de atenuar os efeitos da canícula. Quando chove muito e falta água, é porque a violência das chuvas arrebentou a reprêsa.

Se há um grande engarrafamento, a culpa é dos buracos abertos para melhorar a rêde elétrica. Dizem os céticos: o melhoramento da rêde elétrica não vai terminar nunca, pois os buracos são cavados com uma lerdeza impressionante. Está certo. Mas não se trata de desleixo, e sim de espírito público. As obras de melhoramento da rêde elétrica foram paralisadas para que o problema do engarrafamento possa ser resolvido de uma vez por tôdas.

Os morros desabam porque a falta de árvores ocasionou a modificação (para pior) das condições geológicas do terreno. Ninguém nunca plantou árvores nos morros por falta de verbas. Não há verbas porque estas foram desviadas para o programa de reeducação dos presidiários.

Quando a tempestade destroça os principais centros de distribuição de energia elétrica, é lógico que falte luz durante algumas horas e mesmo durante alguns dias. Mas pode acontecer também que estejamos no outono, ou no inverno: então, as manhãs mais curtas e as noites mais longas ocasionam o chamado fenômeno de desmoralização do sistema distribuidor de energia elétrica. Os cariocas passam a acender a luz às quatro horas da tarde e só vão apagá-la às sete da manhã seguinte. O aumento do consumo provoca, automàticamente, a diminuição do produto.

Pedestres são atropelados aos montes nas pistas do Atêrro? Mas, meus senhores, que culpa tenho eu se os pedestres não gostam de utilizar as passagens para pedestres?

Os bancos estão sendo assaltados porque os banqueiros ainda não organizaram um sistema de policiamento interno. Quanto ao policiamento externo (público), não existe por falta de homens, verbas e material.

Aumentou o preço dos produtos hortigranjeiros? Mas, meu Deus, era a única solução para minorar o sofrimento dos produtores, prejudicados pelo excesso de chuva e de sol — e portanto em permanente estado de prejuízo.

Não há epidemia de gripe na cidade. Mas, doutor, eu estou gripadíssimo!

— Também, pudera. Quem mandou permitirem a entrada no Rio daquele cidadão que chegou ontem de Hong-Kong, e que foi visto espirrando no Galeão! A culpa é das autoridades alfandegárias.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

MÚSICA POPULAR | JÚLIO HUNGRIA

"UMAS E OUTRAS"

Mais uma semana e o público da música popular vai ter uma novidade para ouvir e cantar. O playback foi feito aqui mesmo e a voz colocada sôbre a música na Itália. Trata-se de um nôvo avulso de Chico Buarque onde êle interpreta uma das músicas mais comentadas, no momento, nos bastidores.

Umas e Outras, *apesar dos pesares, nos parece um samba sem muito entusiasmo, um trabalho razoável apenas e bem abaixo da categoria de muitos dos trabalhos anteriores do autor.*

Avulso da RGE, recomendado sem louvores ao público do cantor Chico Buarque. Onde É que Você Estava *(gravado anteriormente pelo MPB-4), o verso. Ao público do compositor, certamente bem maior, uma nova oportunidade para admirar mais uma obra do seu favorito que, mesmo sem maiores méritos, em breve pode aparecer, sucesso consolidado, no repertório de outros intérpretes.*

● **A EXPECTATIVA**

Em agôsto de 1966, o ambiente de expectativa nos escritórios dos editôres e nos estúdios das fábricas era mais ou menos parecido. Dizer mais ou menos pode parecer um pouco de exagêro. E deve ser mesmo. Na verdade, na época, esperava-se pela Banda, um dos maiores sucessos nacionais em todos os tempos, e havia ainda a motivar o ambiente, a expectativa, a proximidade e o encanto de um festival, ainda em 66 uma fórmula bastante original de sacudir o público da música popular. Digamos que hoje a expectativa seja bem menos emocionada, bem menos tensa. Na realidade, no entanto, ela existe. Temos ouvido falar de Umas e Outras *possìvelmente desde dezembro e Chico Buarque embarcou para a Europa deixando a música pronta e com data marcada para sair.*

Agora na rua, ela pode decepcionar, mas pode fazer sucesso. Pelo previsto, pelo menos, uma dose razoável de sucesso que possa manter em evidência (assim deseja o compositor) o nome de Chico Buarque no panorama nacional.

O FIM DE UM QUARTETO

Confirmado definitivamente nada existir, nem a mais remota possibilidade, no sentido de que se reorganize, pelo menos a curto ou médio prazos, o grupo vocal feminino mais importante da fase contemporânea da música nacional que, pràticamente sem concorrentes, atuou nos últimos anos no primeiro time dos nossos intérpretes populares.

Falamos do Quarteto em Ci, que, semanas atrás, nos Estados Unidos, enfrentava pela terceira vez o problema que antes resolvera, por aqui, contratando primeiro Regina Werneck e mais tarde as vocalistas Bimba e Sônia Ferreira, quando se afastaram do conjunto para formar uma dupla independente, Cinara e Cibele.

Com a fuga espetacular da vocalista Bimba (agora no Rio na Turma da Pilantragem) e posteriormente, também com a volta de Sônia Ferreira para o Rio, o quarteto ficou reduzido a dois elementos e assim desfalcado ficou impedido de cumprir uma série de contratos para gravar e se apresentar em público, obrigando assim, pelo menos por enquanto, uma carreira de muito sucesso que, ùltimamente, nos Estados Unidos, afirmava-se com o cartaz que conseguia o conjunto como The Girls from Bahia.

● **BANDO DA LUA 40 ANOS DEPOIS**

Problemas parecidos foram enfrentados, por diversas vêzes, por Aluísio de Oliveira, hoje um nome respeitável da nossa música popular como produtor e autor e que agora, nos Estados Unidos, trabalhava com o Quarteto em Ci e Oscar Castro Neves pelo bom nome do nosso repertório.

Foi no tempo do Bando da Lua e, mais precisamente, a partir de 1929. Data dêste ano o conjunto, que ficou muito famoso na América, para onde foi ao lado de Carmem Miranda, no final da década de 30.

Para os interessados, um pouco de pesquisa: o Bando da Lua formou-se em 1929 a partir de um bloco, o Bloco do Bimbo, que saía no carnaval com muito entusiasmo. Logo depois do carnaval de 29, Aluísio e alguns dos integrantes do bloco resolveram formar um grupo menor. Surgia assim o Bando, que reunia inicialmente nove elementos e que fêz a sua primeira tentativa de se tornar profissional com um teste na Parlophon, onde foi reprovado.

Mais tarde, nova tentativa, desta vez relativamente mais bem sucedida. Cantaram para Josué de Barros, violonista, compositor e ainda um nome na história da nossa música popular como o *descobridor* de Carmem Miranda. O conjunto, agora reduzido a sete elementos, foi aprovado, em princípio, e logo depois atuava, ao lado de Carmem, no Praia Clube, aqui no Rio. Logo adiante vamos encontrá-lo gravando, pràticamente sem qualquer sucesso, na Brunswick e, em 1930, cantando no *Programa Casé*. Desta vez as coisas correram um tanto mais felizes para o grupo, que logo em seguida gravava e com muito sucesso, para o carnaval, na Odeon, a marcha *Ôpa, Ôpa*.

Em 1932, o Bando era contratado para o rádio por César Ladeira e transferia-se para a RCA Vitor. De 32 a 39 fêz afinal o seu nome gravando quase 60 discos com muito sucesso e chegando a viajar inclusive para a Argentina com Carmem Miranda, em 1934, e, por seu próprio nome, em 35, 36, 37 e 38.

O grande ano foi 39. Faz 30 anos. Agora, com apenas cinco elementos, o Bando embarcava para os Estados Unidos com Carmem Miranda. Foram Aluísio, Osvaldo Éboli (Vadeco), Estênio Osório, Afonso Osório e Ivo Astolfi, êste último logo em seguida substituído por Garôto. Filmaram *Down Argentina Way* e voltaram, com Carmem, em 1940 "disseram que voltei americanizada", cantava Carmem).

No mesmo ano, Estados Unidos de nôvo, e desta vez diretamente para Hollywood (Nestor Amaral no lugar de Garôto), onde ficaram por quase 15 anos ao lado da cantora, fazendo centenas de *shows* e aparecendo em 12 filmes.

Em 1950 o Bando estava inteiramente reformado. Apenas Aluísio de Oliveira do grupo original. Os outros eram Lulu Ferreira, Harry de Almeida e Ruço do Pandeiro. Gravaram com Bing Crosby e encerraram carreira em 55, com a morte de Carmem.

Aluísio, que agora trabalhava novamente nos Estados Unidos, ao lado do Quarteto em Ci e de Oscar Castro Neves, foi, por muitos anos, produtor de Walt Disney. De volta ao Brasil, depois da morte de Carmem, comandou uma fase extraordinária da fábrica Odeon até 1960, inclusive descobrindo e colocando no mercado, dentre outros, João Gilberto.

Êle continua na América, ao lado de Oscar e das duas que ficaram para contar a história do fim de um quarteto: Civa e Regina Werneck.

OS MUTANTES/ ROBERTO CARLOS

Em carta divulgada por sua fábrica gravadora, que tôda a imprensa especializada recebeu na semana passada, Os Mutantes ganham um nôvo campo para promover a sua música e a sua escola. O interêsse especial da Philips, divulgando por carta os seus artistas, demonstra mais que êles compensam o trabalho e que os seus discos devem estar proporcionando um bom faturamento.

Da carta destacamos um parágrafo importante e que despertou o nosso interêsse por coincidir com o que antes vínhamos observando do outro lado da jovem guarda. A característica de agressividade do som de Os Mutantes, em particular, ou, de um modo geral, do tropicalismo (reflexo de tôda uma atitude que os jovens tomam ainda hoje diante do mundo e que, em música popular, desde os Beatles se faz sentir), se repete, no momento, na fase atual da carreira de Roberto Carlos. Um intérprete sumamente agressivo e bastante mais dinâmico, assim temos visto o excelente cantor ùltimamente, em público ou no disco.

INTERNACIONAIS

A Academia de Artes e Ciências Gravadas dos Estados Unidos, como faz todos os anos, selecionou os destaques da temporada no campo específico do disco. No setor da música popular, sem grandes novidades, nada de positivo para a nossa música ou para os nossos intérpretes, desta vez. Sérgio Mendes, ainda que incluído entre os nomeados para o prêmio de pequeno conjunto, nada conseguiu. Perdeu para Simon e Garfunkel, em 68-69, muito cotados com o sucesso de *A Primeira Noite de um Homem*. Dione Warnick foi considerada a melhor cantora e o Grammy de melhor cantor ficou com um pôrto-riquenho cego, de 23 anos, um dos nomes de maior evidência nas paradas americanas desde o final de 68: José Feliciano.

Amanhã, exatamente na Espanha, um dos acontecimentos mais importantes do ano no setor da música popular na Europa: o Eurovisão. Como todos os anos, o interêsse do público alinhado do Velho Mundo se voltará, neste sábado, dia 29, para o desfile das candidatas ao prêmio que, desta vez, vai ser em Madri (a sede do concurso, promovido e transmitido para tôda a Europa Ocidental pela TV, é sempre a capital do país vencedor no ano anterior — a representante espanhola, *La La La*, venceu, em 68, deixando a inglêsa em segundo por pequena margem de pontos).

Um concurso possìvelmente bem mais importante, pelo menos no âmbito europeu, que o San Remo, o Eurovisão vai ser visto, neste sábado, via satélite, aqui no Rio (TV Tupi). No programa, um repertório de festival, nem sempre o que há de melhor na música que se faz, no momento, na Europa (a Rádio JORNAL DO BRASIL e a TV Rio apresentaram, no correr desta semana, algumas das músicas em primeira mão). Quase duas dezenas de concorrentes (cada país associado à rêde Eurovisão apresenta uma) que entram em julgamento por um sistema bastante singular (vagamente imitado por aqui no último festival da TV Record): em cada capital de cada país concorrente meia dúzia de jurados votam (podem votar em qualquer música, menos na que representa o seu país).

ARTES PLÁSTICAS | WALMIR AYALA

A SÍNTESE E O APÊLO

1) — Marcada para a primeira semana de maio na Galeria Barcinski (Gabinete de Arte Botafogo), a inauguração da exposição de Jacinto Morais, artista gaúcho radicado no Rio desde 1940. O pintor expôs pela primeira vez em 1951, na ABI, apresentado por Santa Rosa. Tem realizado através dos anos sua obra disciplinada e coerente, transpassando os *ismos* em voga, sem possibilidade de con (ou per) versão, assumindo por vêzes os acentos das teorias mais importantes, como a síntese de portas lançadas em pura geometria no tempo do concretismo.

Pode-se dizer que há um encontro feliz com seus trabalhos de hoje e a imagem universal da arte contemporânea, no que tem de despojado, ascèticamente construído, minimalizado. A desmistificação dos objetos de sua pintura, pela abolição total de sombras e outros efeitos, vem compensada pela conquista de uma côr absolutamente pessoal, com uma vibração de perfurante ação visual, num puro processo de reprodução chapada das formas, seja no óleo seja no guache.

Jacinto Morais hoje, no entanto, se desdobra nitidamente, como uma crisálida, daquele de há 20 anos. Morandiano? Sim, é o óbvio a que ninguém escapa ao julgá-lo. Talvez esta filiação explique o caráter de sua permanência e imperturbabilidade. De qualquer forma trata-se de um grande artista que pouco a pouco assume sua posição inadiável, com uma pintura que trabalha sòzinha, que cintila nobremente à sombra da modéstia e superioridade do homem (do artista) que a concebeu.

2) — O Estado dá um grande passo ao tentar oficializar feiras populares de arte, tentando atrair artistas consagrados ao lado daqueles que ainda ontem expunham, perseguidos como delinqüentes, seus trabalhos nos tapumes da Rua São José e adjacências. A Feira de Arte funcionará nos fins de semana, sábados ou domingos, na Praça da República, com os quadros possìvelmente dependurados nas belas grades verdes que hoje protegem a praça, e conservam limpamente seu remanso de arvoredo, bancos, cotias, gatos, lagos, gansos. Nosso aplauso.

3) — Para os sábios tupiniquins que torcem o nariz para a gravura em metal é lindo o exemplo de Picasso, expondo simultâneamente em Paris e em Chicago 347 gravuras, executadas em sete meses, em tiragens de 50 cópias. Técnicas: água-forte, águatinta e ponta-sêca. E só mesmo dizendo como Noêmia Guerra em carta ao nosso Quirino Campofiorito: "Picasso continua o mais jovem de todos os artistas do mundo." Enquanto isso, ficamos aqui sujeitos à redução de nossos preciosos ditames de uma pequena verdade que isola, deteriora e amesquinha.

4) — Por falar em Noêmia Guerra, o *marchand* Barcinski trouxe de sua última viagem à Europa, entre outras preciosidades, um belíssimo desenho desta artista brasileira radicada há mais de 10 anos em Paris.

5) — Decididamente a serigrafia no Brasil tem que comer muito feijão. Que diferença das amostras, raras amostras, que temos visto do estrangeiro (Estados Unidos, Japão, Itália). Aqui, em que pêse a perfeita reprodução de Dionísio del Santo, o que é mais comum é se ver pintores interpretando suas pinturas em têrmos de serigrafia, sem qualquer pesquisa dos recursos específicos da técnica adotada. O artista serigrafo fora do esquema que conheço é Iazid Thame. Antes pintor, ao mesmo tempo impressor de tecidos em *silk-screen*, Iazid chegou à equação perfeita de executar suas serigrafias, criando com a técnica.

No outro time, mais amplo e inquieto, há exemplos confortadores de conquista de linguagem. Citarei: Gastão Manuel Henrique, Renina Katz, Márcia Barroso do Amaral, Cildo Meireles. Os outros, artistas quase todos do mais alto prestígio, apenas baixam o tom de seus originais em pintura, objeto, gravura e técnicas outras, para atingir um público que ainda não foi sensibilizado pela campanha. Tendo em vista seus propósitos, a serigrafia está vendendo quase nada, os encalhes são catastróficos. É de se pensar: onde se deve instalar êsse mercado? Para quem? Como? No esquema tradicional a coisa não tem sentido.

6) — Barcinski recebeu uma carta de uma menina baiana, da cidade de Livramento de Nossa Senhora, no interior da Bahia, nos seguintes têrmos: "Sr. Diretor do Gabinete de Arte — Adoro desenhar, principalmente a pintura no artístico, gosto e aprecio também a pintura moderna. Tenho 13 anos, curso a 3.ª série ginasial e sonho com um curso gratuito de pintura, pois sou pobre. Ficaria agradecida se V.Sa. me oferecesse ou indicasse como posso obter isso." A carta vem assinada por Itamar Pinto Trindade. É claro que não se pode mandar um professor pelo correio, mas quem sabe a remessa de livros didáticos, ou qualquer outro tipo de orientação, possa servir ao espírito ansioso desta criança. Deixamos aqui o apêlo a quem puder corresponder. O endereço é o seguinte: Itamar Pinto Trindade, Av. Doutor Edilson Pontes, s/n, Livramento de Nossa Senhora, Bahia.

DOM MARCOS BARBOSA

ALMAVAL

Não tenho comigo o livro encantador de Helena Morley, onde a menina do século passado, comentando as cerimônias da Semana Santa em Diamantina, estranha, com muito bom senso, que se deva ficar triste quando Jesus acaba ressuscitando e nos trouxe a salvação... Se realmente muitos santos sentiram tal afinidade com o Salvador, que não puderam deixar de sofrer pelos seus sofrimentos, como sofremos pelas dores e humilhações por que já passaram os que amamos, não deve êsse sentimento constituir para nós o principal da Semana Santa.

Se as cerimônias populares parecem sugeri-lo, insistindo sobretudo na representação histórica e quase teatral da Paixão (os Passos, a Via-Sacra, a Procissão do Entêrro, a Verônica, etc.), outra é a perspectiva que nos apresenta a liturgia, as cerimônias verdadeiramente tradicionais da Igreja, que constituem o Tríduo Sacro, onde somos convidados a celebrar, a partir da tarde da Quinta-Feira Santa até a manhã do Domingo de Páscoa (o que perfaz realmente três dias) o Cristo padecente, o Cristo no sepulcro e o Cristo ressuscitado.

Já o Domingo de Ramos, com o sua procissão, única prescrita pela liturgia, não consiste, na bênção de um ramo que levamos para casa, mas em proclamar que o reconhecemos, o Cristo, como Rei e queremos segui-lo: "Com suas palmas e flôres,/ corre o povo ao Redentor:/ ao Rei tributam louvores,/ rendem glória ao vencedor!"

Pois se não considerarmos o Cristo como um triunfador da morte, seremos como aquêles que não crêem, vendo nêle apenas um herói, de certo modo fracassado, ainda que tenha marcado, mais que qualquer outro, a terra que por 33 anos palmilhou. Assim, se devemos meditar sôbre a Paixão do Cristo (e Pierre Barbet nos fala com realismo dos seus sofrimentos físicos, como Newman dos sofrimentos morais), não é tanto para "ficar tristes", mas sim para avaliar melhor o seu amor por nós: "Tendo amado os seus, amou-os até o fim." E o valor do sacrifício de Jesus não está no sangue derramado, mas no amor que o inspirou.

Se os textos litúrgicos que vão de domingo passado até o início da Quinta-Feira Santa nos fazem acompanhar os últimos acontecimentos da vida do Cristo, dá-se como que uma mudança de perspectiva ao começar o Tríduo Sacro: o Cristo aparece em tôda a plenitude, como Sacerdote, como Sacrifício, e como Salvador ou Senhor, se preferirmos estas palavras começadas com a mesma letra.

Ao anoitecer da Quinta-Feira Santa (que já era início da Sexta, pois os judeus marcavam o tempo segundo a Lua), o Cristo nos aparece como o sacerdote, que institui e entrega aos sacerdotes que o vão representar pelos séculos, os seus sinais sacramentais, entre os quais avulta a Eucaristia, que reunirá num banquete de pão e vinho, corpo e sangue, todos aquêles que vão constituir o seu corpo místico, a sua Igreja, a sua família. E se o bispo consagra pela manhã os santos óleos, usados para os catecúmenos, a confirmação e os doentes, pode-se ver no lava-pés um símbolo do batismo: "Se eu não te lavar, não terás parte comigo!"

Após a instituição da liturgia pelo sumo sacerdote, contemplamos, na tarde de Sexta-Feira Santa o próprio sacrifício, sinal de amor e obediência, que foi a fonte e o preço dos sacramentos: a cruz nos é apresentada como a árvore de onde brotou a alegria para o mundo.

O Sábado é o dia sem nada, do Cristo morto, mas ansioso por explodir no júbilo da vitória. E raia, então, com a Páscoa, o dia da Salvação, que encontra o povo em vigília, seja para receber o batismo, o que era outrora privilégio dêsse dia, seja, como agora, para renovar as promessas do batismo e fazer a solene comunhão pascoal. "Eis o dia que o Senhor fêz; exultemos e alegremo-nos nêle!"

Rubem Braga, não sem uma ponta de ironia, falava do entusiasmo de alguns amigos que, entre cantos e sinos, haviam participado no mosteiro de São Bento do que êle chamou Almaval... De fato, são os nossos três dias, que não antecedem, mas sucedem à Quaresma, numa explosão de júbilo. E se já caiu de moda o antigo grito Evoé, com que a imprensa outrora saudava o carnaval, até hoje cantamos: "Aleluia!", que Raquel de Queirós já disse ser a palavra mais bela, e o nome que poria na filha que Deus lhe houvesse dado.

Zózimo

Mia Farrow

● Apesar de ausente, Mia Farrow aparece como a grande participação artística do Festival do Filme pela sua magistral interpretação em dois dos melhores filmes exibidos no Metro Copacabana — *The Rosemary's Baby* e *Secret Cerimony*. Dois papéis completamente diferentes, ambos dificílimos, dos quais Mia se desincumbe com talento digno de uma grande atriz.

● *Além de Mia Farrow, o único artista a aparecer, também, em duas produções concorrentes à Gaivota de Ouro é Ian Quarrier, ator de* Wonderwall, *de Joe Massot, exibido ontem, e do controvertido e tumultuado filme de Godard* One Plus One, *que irá à tela amanhã.*

Maluf escolhe

● Têm sido muito bem aceitos de um modo geral os nomes até agora escolhidos pelo futuro prefeito de São Paulo, Sr. Paulo Maluf, para integrarem o seu *staff* na administração. É êste, por exemplo, o caso do industrial e economista Sérgio Roberto Ugolini, convidado sob aplausos pelo Sr. Maluf para Secretário de Obras de seu Govêrno.

● *Outra excelente indicação, dizem os paulistas, é a do Sr. Fábio Yassuda para a Secretaria de Abastecimento. Yassuda, entretanto, só aceitará o cargo se puder conciliá-lo com suas funções de comissário-geral da Feira de Osaka.*

O mais cotado

● Em conversas informais com críticos e jornalistas os membros do júri que escolherá o melhor filme do Festival deixaram perceber que suas preferências até agora recaem sôbre o filme japonês *Kuroneko*. Se o Festival já tivesse terminado *Kuroneko* estaria em excelente posição para arrebatar a Gaivota de Ouro.

A Veneza brasileira

● Os estrangeiros — artistas, cineastas críticos, jornalistas — que estão no Rio e que se encontravam ontem nas proximidades do cine Metro por volta das 20 horas tiveram durante uns 15 minutos a nítida impressão de que Veneza havia se transportado para a Avenida Nossa Senhora de Copacabana.

● *Vibravam em êxtase diante do insólito da situação, chegando alguns a sugerir a colocação de românticas gôndolas para complementar a pitoresca paisagem do mais nôvo bairro lacustre do Rio.*

Lupion em leilão

● Eis um acontecimento que vai dar o que falar: Ernâni, o leiloeiro, vai trazer do Paraná a coleção de móveis, pratas e obras de arte do ex-Governador Moisés Lupion e vendê-la ao bater do martelo aqui no Rio.

"Aperçu géneral"

● Os estrangeiros que nos visitam tiveram anteontem um *aperçu géneral* do carnaval carioca, comparecendo ao Jirau, que promoveu uma grande e animadíssima festa, puxada a *iê-iê-iê*, samba, confete e serpentina. Presentes Joan e Hélio Guerreiro (êle pôs a nocaute, muito discretamente, um cafajeste que o importunava), Ionita e Jorginho Guinle, a Sra. Niomar Moniz Sodré Bittencourt, o Sr. Olavinho Monteiro de Carvalho, entre muitos outros.

● *Uma das presenças mais carnavalescas e sambantes era o ator Amidou, que comemorava sua excelente* performance *à tarde numa academia de* karatê, *à qual tinha comparecido para desenferrujar os músculos e conservar a forma, como faixa preta que é.*

Di e a caricatura

● O meu amigo Álvarus, o caricaturista, está preparando um ensaio-álbum sôbre Di Cavalcânti cartoonista, facêta do pintor que as gerações atuais desconhecem. Di, pouca gente sabe, lançou-se na vida artística em 1916, participando com sucesso do I Salão dos Humoristas.

"Exodus"

● O *Time*, em seu número do dia 10 passado, relata a odisséia dos judeus poloneses, que estão sendo constrangidos e compelidos a deixar aquele país, afirmando que em breve não restará senão algumas dezenas de milhares de judeus na Polônia, demasiadamente velhos e enfermos para que possam reiniciar sua vida em outro país. A via do exílio é o Chopin Express, o trem que liga Varsóvia e Viena. Em 1968, 7 mil judeus tomaram êste trem para deixar a Polônia e, ao que tudo indica, êste ano o numero não será menor.

● *O animador da campanha anti-semita que está provocando êsse êxodo é o General Moczar, chefe dos partisans no seio do Partido Comunista. Dizem que a campanha teria, entre outros objetivos, o de enfraquecer a posição do Secretário-Geral do Partido, Gomulka, cuja mulher é judia.*

GERIATRIA

● *O convênio assinado ontem, quinta-feira, entre o IASEG e o IPEG, as duas autarquias vinculadas à Secretaria de Administração do Estado, para a criação de um Centro de Geriatria e Gerontologia em Campo Grande, marca um momento importante na assistência à velhice.*

● *O Centro abrigará velhos funcionários do Estado e pensionistas do IPEG terá 300 leitos (22 dos quais em apartamentos) e os usuários pagarão de acôrdo com suas possibilidades.*

● *A assistência à velhice e o estudo dos problemas ligados a ela, embora muito desenvolvidos nos Estados Unidos e na Escandinávia, acham-se muito atrasados no Brasil. O convênio IASEG-IPEG significa um salto em direção ao futuro, em campo social que sempre deverá sensibilizar os governos responsáveis.*

Maria Elisa Ortemblad

Almôço das estrêlas

● A contribuição social do MAM para o Festival do Filme não poderia ter sido mais bem sucedida. Além de ter sido o local do melhor coquetel até agora oferecido (dos Harry Stone), homenageou anteontem com um almôço simpaticíssimo as delegações estrangeiras, reunindo informalmente artistas e diretores a convite das Sras. Madeleine Archer e Maria Roberto.

● *A reunião foi inteiramente filmada pelo cineasta Antônio Carlos Fontoura* (Copacabana me Engana) *que usará as cenas captadas por sua câmara provàvelmente para um curta-metragem de título* Almôço das Estrêlas.

"Clever girl"

● Ingrid Thulin foi eleita a artista mais inteligente do Festival, pelos críticos e jornalistas que com ela tiveram a oportunidade de conversar. Para tôdas as perguntas, sejam ela inteligentes ou imbecis, a atriz sueca tem sempre uma resposta a altura, confirmando na vida real a impressão que fica de seus magníficos trabalhos na tela.

Fernanda e Tônia

● Paradoxalmente, a peça *Marta Saré*, estrelada por Fernanda Montenegro, que cumpriu uma carreira medíocre no Rio, tornou-se, com um mês de apresentação em São Paulo, um dos maiores sucessos da temporada teatral naquela cidade, atraindo, nestes 30 primeiros dias, 10 mil espectadores. Outro grande sucesso paulista é a peça *Falando de Rosas*, que tem Tônia Carrero no papel de protagonista.

● *Um detalhe curioso a respeito das duas atrizes: ambas estão gravando uma novela para a TV paulista na qual Fernanda faz o papel da mãe de Tônia.*

Na Embaixada britânica

● *Sir* John e *Lady* Russell também prestigiaram a realização do Festival do Filme, recebendo para um almôço, anteontem, de homenagem à delegação de seu país. Reuniram nos maravilhosos salões da casa da Rua São Clemente, 40 convidados para um almôço em mesinhas com delicioso *menu*, no qual pontificava uma galinha com amêndoas sensacional.

● *Predominavam entre os convidados, artistas, produtores e cineastas, sendo que o único casal da sociedade presente era o Sr. e a Sra. Carlos Eduardo de Sousa Campos — Teresa estava muito elegante de Pucci. Elegante, aliás, estava também a* hostess, *que recebeu com um modêlo amarelo de Courrèges.*

O aeroporto

● Não se trata do romance de Arthur Hailey. É o próprio Galeão a que me refiro, que não daria pròpriamente um romance mas se prestaria admiràvelmente para um cenário de tragicomédia. É uma vergonha imperdoável o que continua acontecendo naquele aeroporto.

● *Será possível que o DAC não consegue dar um aspecto decente e um pouco mais de confôrto ao principal aeroporto do país? As obrinhas que ali estão sendo feitas se arrastam vagarosamente numa era em que os aviões a jato chegam um atrás do outro trazendo centenas de passageiros.*

Ponto final

● O Embaixador da França e a Sra. de Laboulaye receberam para um jantar *black tie* em honra do Ministro do Exército, General Lira Tavares.

● Segue hoje para uma temporada de *sports d'hiver* em Crans-sur-Sierre a Sra. Maria Eudóxia Gualberto. Reiniciará seus passeios de esqui pela primeira vez depois do acidente que sofreu no ano passado em Chamonix.

● A Sra. Lúcia Pedroso recebendo grupos de amigos para assistir a conferências arqueológicas.

● No almôço de *Sir* John e *Lady* Russell, Augusto Rodrigues, o pintor, um dos presentes, pediu por instantes a palavra pedindo providências ao Govêrno brasileiro para impedir a partida para Madri dos embaixadores britânicos. Sugeriu até a cassação de seus direitos diplomáticos...

● A Sra. Irene Singéry votou em Roman Polanski para o participante de maior *charme* do Festival de Cinema. Deve ser *gozação*.

● Ainda sôbre o almôço da Embaixada inglêsa: Ian Quarrier caprichou no cabelo mas errou na indumentária, comparecendo com uma roupa esquisitíssima.

● O Conselheiro Cultural da Embaixada da Espanha, Sr. Miguel Jabala, seguiu anteontem de regresso a seu país e daqui a alguns dias irá se juntar ao Embaixador Giménez-Arnau em Lisboa. Antes de partir, na véspera, o Sr. Miguel Jabala foi homenageado em grande estilo com um jantar de despedidas oferecido pelo Conselheiro da Embaixada argentina e Sra. Arturo Osorio Araña.

● A Sra. Christian Barnard almoçou ontem na Churrascaria Gaúcha com um grupo de diplomatas da Embaixada da África do Sul.

● Assistindo com ar de grande interêsse à exibição do filme *Secret Cerimony* a Sra. Mariazinha Guinle. Na platéia, também a Sra. Negra de Miranda Jordão.

Zózimo Barrozo do Amaral

PANORAMA

Barbara Jefford e John Turner apresentam clássicos inglêses no João Caetano ● Nova peça prepara-se para estrear no Teatro Ipanema

● *da música*

CONCERTOS PARA A JUVENTUDE — Domingo, às 10h, na TV Globo-Rádio MEC, o conjunto de Música Antiga, com o maestro Borislav Tschorbow apresentará obras de Faber, Eccles, Jones e A. Scarlatti. Na primeira parte, Frederico Egger tocará músicas de Chopin.

A MÚSICA NA TCHECO-ESLOVAQUIA — As festas musicais de Bratislava terão agora um caráter de festival internacional. Participarão a Filarmônica de Clij, a orquestra de Stuttgart, o conjunto Scherbaum, a Royal Orchestra de Londres, os Solistas de Zagreb e um côro romeno.

MAESTRO RIOS REYNA — O conhecido regente venezuelano virá ao Rio, especialmente convidado para reger um concêrto da Orquestra do Teatro Municipal.

● *das letras*

UMA ENCICLOPÉDIA — O Prefeito Faria Lima doou à Biblioteca Municipal de São Paulo os 10 volumes da Enciclopédia EPB, que lhe foram ofertados pela Editôra Pedagógica Brasileira. Ao editor Arnaldo Soveral o Prefeito transmitiu o seu aplauso "pelo êxito dessa iniciativa de alto valor cultural."

A Enciclopédia EPB, da qual já se anuncia uma segunda edição, contém cêrca de 250 mil verbêtes e 15 mil ilustrações, num total de 4 500 páginas em formato duplo. Mais de 100 técnicos e professôres brasileiros trabalharam na sua confecção. Elaborada para atender não só a consultas eventuais como também à pesquisa metódica e profissional, a obra dispõe de 208 mapas geográficos em quatro côres e 600 em prêto e branco, além de 224 páginas-atlas, com índice à parte de todos os topônimos nêles constantes.

Atualizada, a Enciclopédia EPB traz informações completas sôbre as mais recentes conquistas espaciais, destacando-se o feito da Apolo-8 e sua órbita em tôrno da Lua.

"A CELESTINA" — Na tradução de Walmir Ayala, a Coordenada Editôra de Brasília lançará, dentro de alguns dias, a peça **A Celestina**, de Fernando de Rojas, um clássico do teatro mundial. Escrita no século XV, a peça vem atravessando o tempo com grande fôrça de atualidade. Prefácio de Rosa Chacel e Pedro Henriquez Ureña.

DE BRASÍLIA — Do Planalto, o escritor Almeida Fischer informa que a Fundação Cultural do Distrito Federal, na sua tarefa de organizar o IV Encontro Nacional do Escritor, a realizar-se em junho, já compôs o júri que julgará as obras de ficção: Fausto Cunha, Leonardo Arroyo e Ernâni Sátiro. A comissão julgadora de poesia, em princípio, será integrada por Cassiano Ricardo, Domingos Carvalho da Silva e êste colunista.

DINÁ NO TRANSPORTE — O Ministro Mário Andreazza autorizou o Serviço de Documentação a promover a publicação de uma antologia literária sôbre transportes, obra que será lançada durante a Semana Nacional dos Transportes, entre 25 e 31 de julho próximo. O texto será coligido por uma equipe especializada, sob supervisão da romancista Diná Silveira de Queirós.

DE DEUS — Primeiro volume da coleção Liturgia-Mundo, **As Etapas Pré-Cristãs da Descoberta de Deus**, de J. L. Segundo e J. P. Sanchis, é uma chave para a análise do cristianismo latino-americano. Sua originalidade não está apenas em tentar uma síntese das verdades parciais contidas nas posições opostas. A análise do processo educativo da fé em Israel, através do Antigo Testamento, permite aos autores propor uma chave para avaliar atitudes em contestação.

MARINS PARA MIRINS — Numa homenagem de alto nível à criança brasileira, as Edições Melhoramentos, de São Paulo, vem de editar, em cinco belos volumes encadernados, a coleção Taquara-Poca, histórias para crianças escritas por Francisco Marins, um dos mais atuantes escritores paulistanos. Os livros são: **Nas Terras do Rei Café** (11.ª edição), **O Coleira Preta** (8.ª edição), **Viagem ao Mundo Desconhecido** (11.ª edição), **Território de Bravos** (8.ª edição) e **Volta à Serra Misteriosa** (6.ª edição). As histórias, de caráter nitidamente nacional, vinculam-se a coisas de nossa terra e fatos da História do Brasil. Marins entende que não deve se perder a oportunidade, oferecida pela predisposição das crianças, para transmitir-lhes alguns conhecimentos úteis. Assim, sua narrativa, ao mesmo tempo em que encanta os pequenos leitores, vai incutindo nêles noções de amor à sua gente e ao seu país. Um ótimo presente para oferecer à criançada. A distribuição no Rio é feita pela Livraria José Olímpio Editôra.

L.B.

● *do cinema*

ENCONTRO COM O CINEMA — O Centro de Estudos da ASA promoveu, e terá início dia 10 de abril, um curso completo sôbre a Evolução da Arte Cinematográfica, com duração de três meses. Os professôres Pe. Guido Logger, Geraldo Queirós, Ronald Monteiro e Válter Poiares darão aulas às quintas-feiras das 20h às 22h. Informações pelo telefone 42-0860. Inscrições na portaria da Casa N. S.ª da Paz, diàriamente.

PAUL MOÉBIUS — Diretor da Export Union, órgão de exportação da indústria cinematográfica da Alemanha, Paul Moebius está no Rio, integrando a delegação do seu país. Moebius vem desenvolvendo cada vez mais a exportação de produções alemãs, graças ao seu talento e à sua larga experiência.

CURTA-METRAGEM — Os cineastas Antônio Carlos Fontoura e Antônio Calmon estão dirigindo um curta-metragem sôbre ficção científica. E o jovem cineasta Davi Neves também está dirigindo um, êste sôbre o cineasta Alberto Cavalcânti, aproveitando sua presença no II FIF.

● *do teatro*

ESTRÊLA INGLÊSA HOJE NO RIO — Uma grande atriz inglêsa, Barbara Jefford, acompanhada de seu marido e companheiro de profissão, John Turner, estará esta noite no palco do Teatro João Caetano, para a apresentação única do espetáculo intitulado **The Labours of Love** — uma seleção de trechos de vários autores inglêses tendo como tema comum o namôro e o casamento. Naturalmente, Shakespeare ocupará a maior parte do programa, com cenas de **A Megera Domada**, **Como Quiseres**, **Antônio e Cleópatra**, **Henrique IV**, e **Macbeth**. Completam o programa trechos de Bernard Shaw (**Homem e Super-Homem**), Oscar Wilde (**A Importância de Ser Ernesto**), Christopher Fry (**A Luz de uma Fogueira**), Richard Sheridan (**A Escola de Escândalos**), T. S. Eliot (**The Cocktail Party**) e poesias de Marlowe e Sir Walter Raleigh. O espetáculo, patrocinado pelo Conselho Britânico e pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglêsa, estreou anteontem em São Paulo, foi repetido ontem em Brasília, e encerrará a sua rápida excursão ao Brasil amanhã à noite, no Teatro Marília de Belo Horizonte.

PREMIADOS NO ASSALTO — **O Assalto**, a peça inédita do jovem autor paulista José Vicente, que está sendo ensaiada no Teatro Ipanema, reunirá dois artistas que acabam de ser distinguidos com o Prêmio Molière: o cenógrafo Marcos Flaksman (que, além do cenário, fará também os figurinos) e Ivã de Albuquerque, premiado como diretor, mas que desta vez trabalha como ator, interpretando um dos dois papéis únicos da peça. Vale a pena lembrar que também o outro intérprete de **O Assalto**, Rubens Correia, já conquistou o Molière, por ocasião da primeira edição daquele prêmio da Air France.

NÔVO GRUPO JOVEM — Alunos recém-formados pelo Conservatório Nacional de Teatro reuniram-se num grupo e estrearão em abril, em teatro ainda não determinado, com a peça **Aquela Garôta de Olhos Grandes**, de Rubem Rocha Filho, professor de Dramaturgia do Conservatório. Direção de Flávio Cerqueira, produção de Clóvis Botelho e interpretação de Angela Falcão e Jorge Botelho.

Y.M.

PEQUENA HISTÓRIA DO CINEMA (IX)

A maravilhosa aventura da imagem dos irmãos Lumière para o consumo das massas

Editado pelo Departamento de Pesquisa — Direção de José Wolf

33.

— Quando se diz: basta de miséria! basta de filmes tristes! está a incorrer-se em pecado porque se pretende ignorar. E quando isso acontece, consciente ou inconscientemente, pretende-se fugir ao problema. A necessidade de evasão é uma falta de coragem, é mêdo.

As afirmações de Zavattini são ilustradas com exemplos: **Ladrões de Bicicletas, Umberto D, Miracolo a Milano.** A súbita florescência do neo-realismo italiano constituiu no mundo ocidental o fenômeno mais importante do pós-guerra. Aos poucos, surgiu uma nova geração, com Antonioni, Fellini, Lizzani, Maselli, etc.

La Strada valeu a Fellini uma celebridade universal. Maselli tinha 23 anos quando estreou na direção com **Amore in Città.** Seu grande filme **Gli Sbandati** constitui um violento conflito amoroso no **quadro da Itália do pós-guerra.**

34.

De repente, um movimento inconformista ocupa as manchetes dos principais jornais e revistas franceses e daí ecoa para o mundo: a nouvelle-vague — a revolução do cinema.

A partir dos anos 50 o cinema entra em crise mundial: a freqüência nos países industrialmente mais adiantados — EUA, Inglaterra, França e, mais tarde, Alemanha e Itália — começa a entrar em declínio devido, em parte, à presença da TV. O cinema americano esforça-se então para vencer a batalha, dedicando-se, acima de tudo, a um desenvolvimento técnico: telas mais largas, grandes espetáculos, super-supercoloridos. Na França, as primeiras tentativas de reação manifestam-se de formas diferentes, como no vedetismo erótico tipo Brigitte Bardot, em E Deus Criou a Mulher, de Roger Vadim. Paralelamente, desenvolvem-se as condições que determinariam a existência de um cinema independente (econòmicamente) e revolucionário (no plano estético e temático).

35.

Com a ajuda de amigos, material emprestado e em sistema cooperativo, Truffaut realiza seu primeiro filme, **Les Mistons.** Chabrol, **Le Beau Serge.** Outros nomes chegam às telas, mudando a face do cinema francês: Resnais, Louis Malle, Molinaro, Jean Rouch, Jacques Démy ou Agnès Varda. Com **O Acossado,** de Jean-Luc Godard, começa um capítulo à parte: a revolução desencadeada pela **nouvelle-vague** estava definitivamente lançada.

Retirado das estufas dos estúdios, o cinema volta a respirar livremente. E os jovens lançam-se, câmaras em punho, à realidade do dia-a-dia. E êles encontram eco em tôda a parte: das ruas de Moscou (**24 Horas em Moscou,** de Danelia) aos quarteirões de Londres (**Um Amor sem Esperança,** de Desmond Davis), aos weekends da Suécia (**Amor-65,** de Bo Widerberg) ou à "paisagem útil" do atêrro do Flamengo (**A Grande Cidade,** de Carlos Diegues) ecoam os gritos de rebelião.

36.

Atenção, senhores e senhoras, o cinema brasileiro existe. Sua história é uma sucessão de heroísmos, de sacrifícios e desilusões e também, segundo Gláuber Rocha, de uma teimosa glorificação da mediocridade e da burrice. É difícil determinar quando foi que as primeiras manivelas rodaram no Brasil: estabeleceu-se arbitràriamente que um dia de 1906, o cinegrafista português Leal iniciou o primeiro filme brasileiro. O certo é que à altura de 1910 o cinema brasileiro ia de vento-em-pôpa, produzindo uma média de 100 filmes por ano. Dentro de uma atividade incerta, surgiram alguns ciclos regionais como o de Recife (1924), o de Campinas (23-26) e o de Cataguases (25-29). Entre êstes, o mais importante foi o de Cataguases, que revelou o talentoso Humberto Mauro (Ganga Bruta). Um talento sufocado: Mário Peixoto, que nos deixou o controvertido Limite, admirado por Eisenstein e por Orson Welles.

"Areias Movediças", representante da Polônia, mostra as relações entre um homem e seu filho numa ilha. Tudo ia bem até que aparece uma môça. O Japão mandou para o II FIF "O Homem na Linha do Equador", que mais parece um filme turístico do Brasil: as cenas se desenrolam do Rio às Sete Quedas. No mesmo programa, um curto brasileiro: "A Ôlho Nu"

PREMIADO JB/MESBLA REPRESENTA BRASIL

A Ôlho Nu. *Brasil, 1969. Roteiro e direção de Davi Waisman. Hoje no Metro Copacabana, no programa de Areias Movediças (Ruchome Piaski), de Wladyslaw Slesicki; sessões às 14 e às 22 horas.*

UM ENGENHEIRO FAZ CINEMA

Foi logo no I Festival de Cinema Amador JB-Mesbla, em 1965, que o engenheiro Davi Waisman, especialista em usinas hidrelétricas, se revelou como cineasta, apresentando um filmezinho intitulado *Calçadas do Rio,* no qual, através de um bailado, ilustrava eloqüentemente a estupidez do preconceito racial. Um dos premiados do I Festival, Waisman seria também premiado no Festival de Brasília.

Se bem que se conservasse como amador de cinema, teve êle como prêmio a realização do filme *Linguagem da Dança* (1967).

Agora, aos 34 anos de idade, Davi Waisman representa oficialmente o Brasil no II FIF, no setor de curta metragem, com *A Ôlho Nu,* que define como "um filme experimental de atmosfera e associação de idéias."

Espera-se que o filme obtenha pelo menos o mesmo êxito de público e crítica que coroou a apresentação, fora de concurso, de *A Última Ceia Segundo Ziraldo,* de Rodolfo Neder. Aliás, é de estranhar-se que o Brasil não haja aproveitado a oportunidade para apresentar mais de um filme nos setores de curta e longa metragem.

Enfim, cabe-nos torcer para que Davi Waisman confirme e amplie, nesta nova experiência, a promessa de *Calçadas do Rio.*

POLONÊS DESCOBRE VIDA NA FLORESTA

Areias Movediças (Ruchome Piaski). *Polônia, 1969. Direção de Wladyslaw Slesicki. Roteiro original de Wladyslaw Slesicki e Kazimierz Orlos. Fotografia de Wieslaw Rutowicz. Música de Jerzy Matuszkiewicz. Elenco: Marek Walczewski (o pai), Grzegorz Zuchowicz (o filho), Malgorzata Braunek (a môça). No programa:* A Ôlho Nu, *de Davi Waisman, Brasil. Hoje no Metro Copacabana, sessões às 14 e às 22 horas.*

UM GANHADOR DE PREMIOS

Ainda que *Ruchome Piaski* seja o primeiro longa-metragem de Wladyslaw Slesicki, êle é um veterano colecionador de prêmios em festivais nacionais e internacionais.

Autor de um bom número de documentários e filmes sôbre arte, êle tem sempre demonstrado uma grande sensibilidade para com as relações do homem com a natureza.

Há dois anos, quando o longa-metragem ainda era um sonho longínquo, Slesicki declarava: "Estou interessado em ambientes isolados, em *ilhas humanas* onde as pessoas vivam à sua própria maneira e onde eu possa observá-las bem de perto. O caráter de meus filmes e seu sabor discretamente lírico são os corolários de meu próprio ponto-de-vista e de minha própria atitude emotiva em relação às coisas que eu próprio posso observar."

Lendo-se um resumo de *Ruchome Piaski,* vê-se logo que Wladyslaw Slesicki permanece fiel a essa linha, característica de documentários tão diversos quanto *Zanim Opadna Liscie (Antes que as Fôlhas Caiam,* 1964), *Rodzina Czlowiecza (A Família do Homem,* 1966) e *Energia* (1967).

Para poder estudar bem de perto as relações humanas entre um pai e seu filho, o cineasta trata de isolá-los numa *ilha,* em contato com a natureza. O pai, sempre ocupado com sua vida profissional, pouco tempo tem para o filho; e, assim, os dois saem juntos em férias. Mas a amizade e a compreensão que renascem entre êles são perturbadas pelo aparecimento de uma môça.

Como se vê, o filme depende da atmosfera, de sutis matizes psicológicos; enfim, de uma absoluta segurança lírico-dramática. Mas, com a experiência de seus premiados documentários, tudo indica que Wladyslaw Slesicki obteve exatamente o que desejava nesta primeira tentativa com personagens de ficção.

JAPÃO FAZ TURISMO DO RIO ÀS SETE QUEDAS

O Homem na Linha do Equador (Sekidô o Kakeru Otoko). *Japão, 1968. Direção de Buichi Saitô. Roteiro original de Buichi Saitô e Akira Saiga. Fotografia de Yoshihiro Yamazaki. Cenografia de Akiyoshi Satani. Música de Naozumi Yamamoto. Elenco: Akira Kobayashi (Jirô Ibuki/Gorô Yajima), Akiko Wakabayashi (Reiko), Tetsurô Tamba (Munakata), Ryôhei Uchida (Masa), Nobuo Kaneko (Kishida), Eiji Gô (Saeki), Célia Paul (Maria). Hoje no Metro Copacabana, sessões às 16h30m e às 19h30m.*

"O HOMEM DO RIO"

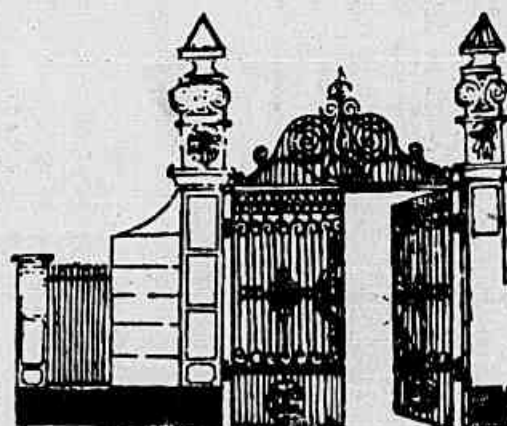
Compreende-se a seleção de ***Kuroneko*** *(Yabu no Naka no Kuroneko),* de Kaneto Shindô, que está entre os cineastas mais interessantes do Japão; mas esta segunda seleção japonêsa do II FIF é pràticamente inexplicável, quando mais se se considera o volume da produção cinematográfica naquele país — e a pletora de cineastas de talento.

Pondo-se de lado o imperador Akira Kurosawa, há ainda em plena atividade talentos tão diversos como os de Heinosuke Gosho, Susumu Hani, Hiromichi Horikawa, Kon Ichikawa, Tadashi Imai, Shohei Imamura, Keisuke Kinoshita, Masaki Kobayashi, Hajime Kumai, Kazuo Kuroki, Yasuzô Masumura, Noboru Nakamura, Mikio Naruse, Nagisa Oshima, Hiroshi Teshigahara, Shirô Toyoda, Tomu Uchida, Satsuo Yamamoto, Kôzaburô Yoshimura e outros tantos.

Acontece, porém, que, como o Adolfo Celi de *L'Alibi,* êsse tal de Buichi Saitô andou fazendo turismo cinematográfico no Brasil. Seu filme, aliás, parece ser uma espécie de versão japonêsa de *L'Homme de Rio (O Homem do Rio),* de Philippe de Broca.

Nascido em 1924, Saitô estudou na Universidade de Waseda e, depois de trabalhar para a Shochiku como assistente de direção, passou-se para a Nikkatsu em 1954. Como funcionário da Nikkatsu, tem feito de tudo, com eficiência e presteza exemplares, chegando a dirigir seis filmes num só ano.

Alguns títulos quase ao acaso: *Toge (A Garganta;* 1957), *Shiroi Akuma (O Florescer do Amor;* 1958), *Nazukete Sakura (Ela se Chamava Sakura;* 1959), *Kuchibue ga Nagareru Minato-machi (O Guitarrista e o Fazendeiro;* 1960), *Sabita Kusari (A Cadeia Enferrujada;* 1961), *Dai Hyogen (Planícies Geladas;* 1963), *Hone Made Aishite (Ama-me Até aos Ossos;* 1966), *Kimi ga Seishun no Toki (Colhida em Sua Própria Trama;* 1967), *Hana no Koibitotachi (As Doces Internas;* 1968).

Agora, neste *Sekidô o Kakeru Otoko,* Buichi Saitô joga o heróico Akira Kobayashi em aventuras nipo-brasileiras que vão do Rio às Sete Quedas, com seqüências românticas ou violentas em todos os lugares filmáveis encontrados pelo caminho. Há no elenco uma brasileira chamada Célia Paul: será uma injustiça se não estiver na delegação brasileira ou tampouco na delegação japonêsa.

mulher

NILCÉA NOGUEIRA (interina)

A BOSSA DA CONQUISTA PELA PRATA

Linhas sinuosas e retas nos anéis de prata polida, um amostra da arte de Moisés Szrajbman

Tudo começou com Caio. Foi êle quem acenou com o primeiro colar de prata. Original, acima de tudo, fora do comum, de linhas geométricas, não houve quem resistisse. Depois vieram os anéis. Com ou sem assinatura famosa, andavam em todos os dedos de tôdas as mulheres. Aí a moda virou mania. Colares, anéis, brincos, pulseiras, todos em estilos extravagantes, exóticos. Uns até premiados. Outros, hors concours, num torneio onde a prata é o elemento único e fundamental; a bossa, a maneira de agradar (mais ou menos); e a mulher, o mercado a ser conquistado.

UMA FEIRA EM MUNIQUE

Pedro Correia de Araújo é veterano em exposições. Foi premiado na VIII Bienal de São Paulo e agora recebeu convite do Govêrno alemão para levar seus colares à Internationale Handwerksmesse Munchen — Feira Internacional de Artesanato — que será inaugurada dia 3 de abril em Munique.

— O convite foi feito à Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, que me deu tôda a assistência necessária. Vou levar oito peças: colares e anéis de prata, trabalhados a mão. Meu estilo é o menos acadêmico possível. Trabalho com prata e ouro, sem fazer distinção. Mas, mesmo sem querer copiar, acabo caindo nas formas orgânicas da flora marítima. Acho que é minha paixão pelo mar e minha mania de fazer pesca submarina.

Pedro estudou na Dinamarca e na Suíça e já trabalha com jóias há nove anos. Suas peças chegam ao público através de exposições que faz de vez em quando. E é das amostras que surgem as encomendas.

— O número de encomendas é satisfatório, mas ainda assim me ressinto da pouca divulgação. As firmas não se interessam pelos trabalhos do tipo do meu, não procuram lançar novas linhas aproveitando nossas idéias. E uma integração entre a loja e o artista iria baratear o custo das peças, que deixariam de ser artigos de luxo para serem peças acessíveis a tôdas as pessoas.

Pedro já trabalhou com a Rhodia e é também o autor de um imenso lustre para um salão do Itamarati, que inclusive já foi transformado em cartão postal.

— Aqui no Brasil não temos uma tradição joalheira, por isso procuro criar um estilo nosso, no qual nada é simétrico, as formas são totalmente irregulares. Eu não vendo gramas de ouro e de prata. Vendo arte. É ela que tem valor, não o material.

A VONTADE DE SER ARTISTA

— Comecei fazendo o que me dava vontade, sem nenhuma razão específica. Por acaso foram jóias de prata.

Assim Moisés Szrajbman explica seu trabalho: no comêço foi pura e simplesmente para obter uma satisfação pessoal e agora quer fazer chegar a alguém sua arte. Vinte e dois anos, estudante de Engenharia, fazer anéis, colares, brincos, pulseiras de prata ainda é um **hobby** para êle. Mas vende algumas peças para a **boutique** Prestige. Principalmente quando acha que o "desenho é genial e a execução foi trabalhosa."

— Nada é fôsco, tudo é polido. A prata que brilha produz maior efeito. Meu estilo é bem geométrico. Às vêzes procuro criar formas diferentes. Mas acabo medindo tudo, com exatidão. Acho que misturo estudo com trabalho.

Assim que chegarem as férias de julho, Moisés vai fazer uma nova tentativa: esmalte e pedras preciosas.

— Vou tentar, claro. Porque a inspiração vem sem data marcada. Tudo que faço é de estalo, quando tenho vontade. E cada vez que isso acontece procuro dirigir o desenho aos padrões físicos das mulheres que vão usar a jóia: anéis para dedos longos ou curtos, finos ou grossos, etc. Assim a margem de escolha é maior e ninguém se sente frustrado por não poder usar jóias por causa dos dedos feios, de pescoço curto. Porque isso é bobagem.

Os colares de Pedro Correia de Araújo, sem querer, copiam as formas da flora marítima, mesmo quando a prata se mistura com pedras

O Serviço

MILITAR: Na sede social do Clube Militar será realizado no próximo dia 29 um desfile de modas e de jóias, durante o qual serão sorteados entre os sócios e convidados prêmios diversos e uma passagem à Europa.

SCHNITT: A cervejaria Schnitt foi fechada para obras mas reabrirá no próximo dia 5 de abril, transformada em churrascaria. Para a inauguração está programado um baile carnavalesco, pois é Sábado de Aleluia.

DE PELE: Aparício, da Rastro, com mais uma de suas boas idéias: está reformando casacos de pele ou estolas, aplicando couro na cintura, no abotoamento e na gola. Os casacos tornam-se mais leves e a reforma sai por NCr$ 80,00.

PADRES E FREIRAS: Hoje, a vesperal de O Marido de Conceição Saldanha, *em cartaz no Teatro Serrador, será dedicada exclusivamente a padres e freiras. O autor, padre Mohana, fará, após a apresentação, debate em cena aberta entre os presentes.*

MÚSICA: Estão abertas até o dia 28 as inscrições para o Curso Intensivo de Prática de Regência. Ritmo e Som, no Conservatório Brasileiro de Música. Inscrições e informações na Av. Graça Aranha, 57, 12.º andar.

NOITE DA BAHIA: Com a presença de mestres de capoeiras e outras bossas baianas, a boate Katacombe estará realizando em abril a Noite da Bahia. No *menu, comidas típicas e quitutes especiais.*

SAUDOSO: Neste fim de semana a Cinemateca do Museu de Arte Moderna estará apresentando uma seleção de filmes saudosistas, entre êles *A Dama das Camélias* e *Por Quem os Sinos Dobram.*

PAULISTA: Um Salão de Arte, que terá exposições permanentes, está sendo construído na Avenida Paulista pela Secretaria de Turismo de São Paulo. O salão terá uma área de 800 metros quadrados e, a seu lado, funcionará um auditório com capacidade para 100 pessoas, onde serão feitas conferências, projeções, debates e recitais.

VILA-LÔBOS: O Instituto de Musicologia da Universidade de Utrecht, na Holanda, está organizando uma programação em homenagem a Vila-Lôbos, e contará com a participação do brasileiro Arnaldo Estrêla.

AS COMPRAS: Na Mini-Shop, uma coleção de mocassins esportivos, de salto encapado, com ferragens trabalhadas e costuras marcadas. Por volta de NCr$ 20,00. — Pantalonas *e túnicas de cetim são a mais recente novidade da Savoir Porter. — Já no Centro Comercial de Copacabana os artigos mais procurados são as sacolas de couro, cômodas e leves, no estilo cabe tudo dentro. — Para a meia-estação, a Agacê está oferecendo camisas de malha fina, de mangas compridas, em quase tôdas as côres, por NCr$ 24,00.*

DUAS OU TRÊS COISAS DE PACO

Anny Duperrey foi considerada uma das mais bonitas mulheres do FIF. Com 21 anos, cabelos prêtos e compridos, olhos azuis, cinza ou verdes, dependendo da luz, Anny não perdeu ainda um dia de praia. Mas justifica-se. Porque o objetivo principal dessa sua temporada no Rio é ficar bem bronzeada. Como ela própria diz, abertamente, para quem quiser ouvir.

Antes de aparecer em carne e osso para o carioca, ela veio pela tela: Duas ou Três Coisas que Eu Sei Dela, **de Godard. Que foi sua primeira chance no cinema, atividade que ela abraçou depois de ter tentado o** ballet **e as artes plásticas.**

Moderna como é, Anny Duperrey não tem um costureiro preferido, embora considere Paco Rabanne genial e tenha fotografado para êle alguns modelos da última coleção. Mas não trouxe nada disso para o Rio. No seu guarda-roupa de verão vieram três vestidos longos e muita roupa esportiva, a roupa que ela mais gosta de usar.

Vestido bôlhas de sabão; pastilhas de rodoid *de espessuras diferentes, nas côres azul e malva. As mangas são evasées, terminando em ponta; o modêlo é acompanhado por um* cagoule

Também em placas de rodoid, *escocesas, nas côres laranja, verde, preta, vermelha e branca. As mangas têm fendas longas e o decote é rodeado de pastilhas*

Vestido em pastilhas de rodoid, *brancas, azul-noite e transparentes, dispostas em forma geométrica. Mangas compridas justas, abrindo à altura dos pulsos*

O QUE HÁ PARA VER

"Areias Movediças", filme polonês, será exibido hoje no FIF • O Japão mandou "O Homem na Linha do Equador", também julgado hoje • Artistas inglêses se apresentam no João Caetano em sessão única, às 21h

Cinema

II FIF — RIO

RUCHONE PIASKI (Areias Movediças) (Polônia), de Wladyslaw Slesicki. Com Marek Walczewski, Malgorzata Braunek. Curta-metragem: A Ôlho Nu (Brasil), de Buichi Saito. **Metro-Copacabana:** 14h e 22h. Ingressos na bilheteria.

SEKIDO O KAKERU OTOKO (O Homem na Linha do Equador) (Japão), de Buichi Saito. Com Akira Kobayashi e Eiko Wakabayashi. **Metro-Copacabana:** 16h 30m e 19h30m. Ingressos na bilheteria.

FICÇÃO-CIENTÍFICA — No programa do Simpósio de Ficção-Científica. Às 14h: **Ikária XBI** (Tcheco-Eslováquia), de Jindrich Polack. Às 16h: **Viagem Fantástica** (Estados Unidos), de Richard Fleischer. Às 18h: **King Kong** (Estados Unidos), de E. B. Schoedsack. Tôdas as sessões complementadas por seriado de Flash Gordon. Na **Maison de France.**

ESTRÉIAS

HISTÓRIAS EXTRAORDINÁRIAS (Histoires Extraordinaires), dirigida (episódios) por Federico Fellini, Louis Malle, Roger Vadim. Três histórias de Edgar Allan Poe. Com Allain Delon, Jane Fonda, Brigitte Bardot, Terence Stamp. Eastmancolor. **Condor-Largo do Machado:** 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos).

BREAK-UP/ BRINQUEDO LOUCO (Break-up), de Marco Ferreri. Produção italiana associada à Metro, com Marcello Mastroianni, Catherine Spaak. Pathé (desde meio-dia). **Ricamar, Metro-Tijuca, Paratodos, Mauá, Lapa Drive In.** (18 anos).

OS FORA-DA-LEI DO CASAMENTO (I Fuorilegge del Matrimonio), de Valentino Orsini, Paolo Taviani, Vittorio Taviani. Em seis episódios, com Ugo Tognazzi, Annie Girardot, Scilla Gabel. **Ópera, Tijuca-Palace.** (15 anos).

VERTIGEM (Deadfall), de Bryan Forbes. Aventura, com Michael Caine, Giovanna Ralli, Eric Portman, Nanette Newman. Produção inglêsa. DeLuxe Color. **Palácio, Leblon, Carioca:** 14h, 16h30m, 19h, 21h30m. (18 anos).

REZE A DEUS... E CAVE SUA SEPULTURA (Prega Dio... E Scavati la Fossa), de Edward G. Muller. Western à italiana. Com Robert Woods, Jeff Cameron, Cristina Penz. Cinemascope/Telecolor. **Asteca, Flórida, Brasil, Arte (Meriti), Santa Rosa (Caxias), Miragem (Petrópolis).**

CRIME SÔBRE CRIME (Murder Most Foul), com Margaret Rutherford. **Paz:** 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (15 anos).

UMA WINCHESTER ENTRE MIL (Killer Adiós), de Primo Zeglio. Western à italiana. Com Peter Lee Lawrence, Marisa Solinas, Armando Calvo, Rosalba Neri, Paola Barbara. Tecnicolor/tecniscope. **Condor-Copacabana, Plaza, Olinda, Mascote:** 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (14 anos).

SICÁRIO 77 VIVO OU MORTO (Produção Italiana), de Mino Guerrini. Aventura, com Robert Mark, Alicia Brandet. Tecniscope/Tecnicolor. **Bruni-Flamengo, Bruni-Ipanema, Rio, Alfa, São Pedro, Regência.** (14 anos).

UM GOLPE DAS ARÁBIAS (Don't Raise the Bridge, Lower the River), de Jerry Paris. Comédia com Jerry Lewis, Jacqueline Pierce, Bernard Cribbins. **São Luís:** 14h, 16h, 18h, 20h, 22. (Livre).

SANSON, A FÔRÇA CONTRA O ÓDIO (Sanson), de Andrzej Wajda. Drama de produção polonesa. Com Serge Merlin, Alina Jacowska. **Paissandu:** 14h, 16h, 18h, 20h 22h. (18 anos).

O DIA MAIS LONGO DO JAPÃO (Nippon no Ichiban Nagai Hi), de K. Okamoto. Com Toshiro Mifune. Tohoscope. **Art-Palácio-Tijuca:** 15h, 18h, 21h (até sexta-feira); 13h, 16h, 19h, 22h, (sábado e domingo). (18 anos).

A GUERRA DOS MONSTROS (Kaiju Dai Senso), de Inoshiro Honda. Ficção-científica japonêsa. Com Nick Adams, Akira Takarada. Tohoscope/Eastmancolor. **Art-Palácio-Méier, Art-Palácio-Madureira:** 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (10 anos).

CONTINUAÇÕES

ARMADILHA DO DESTINO (Cul de Sac), de Roman Polanski. Criminosos em fuga buscam refúgio na ilhota isolada onde vive um estranho casal (Donald Pleasance/Françoise Dorléac). Um dos dois filmes realizados na Inglaterra pelo polonês Roman Polanski, **Cul de Sac** é uma comédia dramática de fascinante inteligência. Com Lionel Stander, Jack MacGowren. **Caruso, Bruni-Tijuca, Festival, Rivoli.** (18 anos).

O DIA DA CORUJA (Il Giorno della Civetta), de Damiano Damiani. **A Máfia contra a Lei.** Com Claudia Cardinale, Franco Nero, Lee J. Cobb, Nehemiah Persoff, Serge Reggiani. Em côres. **Scala, Kelly, Bruni-Méier, Rio-Palace, São Bento** (Niterói). (18 anos).

O ESTRANHO MUNDO DE ZÉ DO CAIXÃO (Brasileiro), de José Mojica Marins. Mais uma produção de terror do especialista JMM. Em três episódios. Com Iris Bruzi, Luís Sérgio Person, José Mojica Marins. **Vitória, Capri, Comodoro:** 14h, 15h40m, 17h20m, 19h, 20h 40m, 22h20m. (18 anos).

NÃO IMPORTA QUE MORRAM — de John Guillermin, com George Peppard, Inger Stevens e Orson Welles. **Império, Rian, América:** 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos).

OLIVER! (Oliver!), de Carol Reed. O filme selecionado para a abertura do II Festival Internacional do Filme, agora em exibição comercial. Versão musical do **Oliver Twist**, de Dickens, brilhantemente vertido ao cinema inglês, antes, por David Lean. **Oliver!** tem um grande elenco liderado por Ron Moody, Oliver Reed, Harry Secombe, Shani Wallis. Números musicais compostos por Lionel Bart. Tecnicolor/panavision 70. **Roxy:** 13h20m, 16h, 18h40m, 21h 20m. (10 anos).

ESCALATION (Escalation), de Roberto Faenza. Sátira italiana. Com Claudine Auger, Lino Capolicchio. Eastmancolor. **Odeon:** 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos).

COPACABANA ME ENGANA (Brasileiro), de Antônio Carlos Fontoura. Um filme sôbre a classe média zona sul, tendo como protagonista um jovem que procura escapar à banalidade do cotidiano através dos mitos de afirmação pessoal do meio em que vive. Com Odete Lara, Cláudio Marzo, Carlo Mossy. **Art-Palácio-Copacabana, Coral.** (18 anos).

Johnny Guitar, de Nicholas Ray, no Alasca

JOHNNY GUITAR (Johnny Guitar). Western em côres de Nicholas Ray, estrelado por Joan Crawford, Sterling Hayden e Ward Bond. **Alasca:** 14h, 16h, 18h, 20h, 22h.

APENAS UMA MULHER (The Fox), de Mark Rydell. Embora banalizando até certo ponto a novela de D. H. Lawrence, ao estender à relação carnal a ligação entre os dois personagens centrais, e colocar o estranho em convencionais dilemas de **triângulo amoroso**, êsse filme inglês capta razoàvelmente a atmosfera do original e tem muitas qualidades de direção. Com Sandy Dennis, Keir Dullea, Anne Heywood. De Luxe Color. **Veneza:** 13h 30m, 15h 40m, 17h 50m, 20h, 22h 10m. (18 anos).

AS SANDÁLIAS DO PESCADOR (The Shoes of the Fisherman), de Michael Anderson. Versão do **best seller** de Morris West, sôbre a ascensão de um Papa não italiano e seu papel na política internacional. Panavision-Metrocolor. Com Anthony Quinn, Laurence Olivier, Oskar Werner, John Gielgud, Vittorio de Sica, Barbara Jefford, Rosemary Dexter. Programa inaugural do **Metro-Boavista** (Cinelândia): 12h30m — 15h 30m — 18h30m — 21h30m. (Livre).

REAPRESENTAÇÕES

O VALE DAS BONECAS (Valley of the Dolls), de Mark Robson. Melodrama com Susan Hayward, Barbara Parkins, Patty Duke. **Copacabana:** 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos).

COMO MATAR UM PLAYBOY (Brasileiro), de Carlos Hugo Christensen. Comédia. Com Agildo Ribeiro, Anna Christie. **Império, Rian, América:** 15h, 17h, 19h, 21h. (14 anos).

A PRIMEIRA NOITE DE UM HOMEM (The Graduate), de Mike Nichols. Volta o sucesso de Nichols, com a revelação Dustin Hoffman e uma interpretação magnífica de Anne Bancroft. No elenco: Katharine Ross. Tecnicolor. **Capitólio, Miramar** (desde 14h), **Madri:** 16h, 18h, 20h, 22h. **Santa Alice:** 15h, 17h, 19h, 21h. (18 anos).

EXTRA

A DAMA DAS CAMÉLIAS (Camille), de George Cukor, com Greta Garbo e Robert Taylor (1936). **Paissandu, à meia-noite.**

SUSPEITA (Suspicion), de Alfred Hitchcock. Com Cary Grant. **Museu da Imagem e do Som:** 16h, 18h, 20h, 22h.

Teatro

LINHAS CRUZADAS — Comédia de quiproquós sentimentais, do jovem autor inglês Alan Ayckboum. Sucesso de bilheteria em Londres. Dir. de João Bethencourt. Com Glória Menezes, Tarcísio Meira, Paulo Gracindo, Iara Côrtes. **Copacabana,** Av. Copacabana, 327 (57-1818, r. teatro); 21h30m; sáb., 20h e 22h15m; vesp. 5a., 16h e dom. 17h.

ABRE A JANELA E DEIXA ENTRAR O AR PURO E O SOL DA MANHÃ — Comédia dramática de prisão perpétua tentam tornar suportável o dia-a-dia numa estranha prisão situada numa ilha deserta. Direção de Emílio Di Biasi. Com Célia Biar, Rosita Tomás Lopes, Maria Gladys e Roberto Bonfim. **Gláucio Gill,** praça Cardeal Arcoverde (37-7003): 21h30m; sáb., 20h e 22h; vesp., 5a., 17h e dom., 18h e 21h15m.

ÔLHO N'AMÉLIA — O famoso **vaudeville** de Georges Feydeau, visto pelos olhos de um diretor Antônio Bivar. Duas condenadas à de vanguarda, Paulo Afonso Grisolli. Com Eva Tudor, Afonso Stuart, Susi Arruda, Milton Morais, Sérgio de Oliveira, Hélio Ari e outros. **Maison de France,** Av. Pres. Antônio Carlos, 58 (52-3456); 21h; sáb., 19h30m e 22h30m; vesp., 5a., 17h e dom., 17h.

VIÚVA, PORÉM HONESTA — uma peça antiga de Nelson Rodrigues — um frenético desabafo contra a crítica teatral — remontada por uma jovem companhia. Dir. de Alvaro Guimarães. Com Brigite Blair, Henriqueta Brieba, Maria Teresa Barroso, Carlos Prieto Fernando Resky e outros. **Sérgio Pôrto,** Rua Miguel Lemos, 51 (36-6343): 21h30m; sáb. 20h15m e 22h15m; vesp. 5a., 17h e dom. 18h. Últimos dias.

O AVARENTO — Uma das mais famosas obras de Molière, que critica impiedosamente o pecado da avareza, numa trama inspirada em Plauto. Dir. de Henri Doublier. Com Procópio Ferreira (que volta a interpretar um papel que já desempenhara com sucesso há 30 anos), Paulo Padilha, Alvim Barbosa, Jorge Chaia, Érico de Freitas, Teis Moniz Portinho, Maria Lúcia Dahl e outros. **Princesa Isabel,** Av. Princesa Isabel, 186 (36-3724); 21h30m; sáb., 20h e 22h15m; vesp., 5a., 17h e dom., 18h.

O MARIDO DE CONCEIÇÃO SALDANHA — Drama-monólogo de autoria do padre-escritor João Mohana. Dir. de Ziembinski. Com Cawell Raposos. **Serrador,** Rua Sen. Dantas, 13 (32-8531); 21h15m; sáb., 20h e 22h; vesp., 5a. e dom., 17h.

O JOVEM HOMEM FEIO — Espetáculo duplo, com **O Uivo** (dramatização de um poema de Allen Ginsberg) e **História do Zoológico,** de Edward Albee. O conjunto pretende mostrar as preocupações e angústias de uma parcela da juventude norte-americana. Dir. de Luís Carlos Maciel. Com Carlos Vereza e Antero de Oliveira. **Jovem,** Praia de Botafogo, 522 (36-4548); 21h30m; sáb., 20h e 22h; vesp., 5a., 17h e dom., 18h.

CHANTAGEM — Comédia de suspense do autor inglês William Fairchild. Direção de John Proctor. Cenários de Luciano Trigo. Com Vanda Lacerda, Jorge Chergues, Ivã Cândido, Beatriz Lira, Moacir Deriquem, Rodolfo Bruno. **Teatro Mesbla,** Rua do Passeio, 42|56. 21h; sáb., 20h e 22h30m; vesp., 5a., 17h e dom., 18h. Tel. .. 42-4880.

CRIME PERFEITO — Drama policial de Frederick Knott (o autor de **Black-out**) que já foi visto numa famosa versão cinematográfica sob o título de **Disque M para Matar.** Direção de Antônio de Cabo. Com Teresa Raquel, Rubens de Falco, Raul da Mata, Alberto Perez e Ari Fontoura. **Teatro Santa Rosa,** Visconde de Pirajá, 22 (47-8641); 21h15m; sáb., 20h e 22h30m; vesp. 5a., 17h e dom., 18h. Só até domingo.

THE LABOURS OF LOVE (As Penas do Amor) — Apresentação única dos conhecidos artistas inglêses Barbara Jefford e John Turner, com uma seleção de textos inglêses sôbre namôro e casamento, de autoria de Shakespeare, Shaw, Elliot, Wilde, Sheridan, etc. **João Caetano,** Praça Tiradentes (43-4276) — Sòmente hoje, às 21h.

"Show"

HELENA DE LIMA — tôdas as noites no **Drink,** Av. Princesa Isabel, 82-A. Tel. 57-7068.

BADEN POWELL e MARCIA — De domingo a quinta-feira às 22h, Sexta e sábado às 21h30m e 24h. Vesperal: domingo às 17h30m. No **Teatro Casa Grande,** Av. Afrânio Melo Franco, 300.

QUAL É O TOM, MR. JOBIM — show com músicas de Antônio Carlos Jobim e a participação da cantora Cláudia e do Édson Frederico Trio. No **Nôvo Teatro de Bôlso do Leblon.** Av. Ataulfo de Paiva, 269. Hoje, 22h.

ELISETE CARDOSO — na **Sucata,** com acompanhamento a cargo do Zimbo Trio.

A FINA FLOR DO SAMBA — **Show** organizado por Teresa Aragão, tôdas as seg.-feiras, às 21h 30m. **Opinião** — (36-3497).

SÍLVIO ALEIXO E ROBERTO ROMANY, no **Katakombe. Galeria Alasca.**

CIDÁLIA MOREIRA — no **Lisboa à Noite,** ao lado de Antônio Campos, Maria Alcina e Ellen de Lima. Rua Cinco de Julho, 335.

CHICO ANÍSIO... SÓ! — One man show do popular ator cômico Chico Anísio, que vem de uma triunfal temporada em São Paulo. Textos de Chico Anísio, Marcos César, Aldemar Paiva, Ziraldo e Arnaud Rodrigues. Dir. de Osvaldo Loureiro. **Teatro da Lagoa,** Av. Borges de Medeiros (ao lado do Cinema Drive-In): (27-3589); 3a. 4a., 5a., 21h30m; 6a. e sáb. 20h e 22h30m; dom. 19h e 21h30m; vesp. 5a. 17h e dom. 18h.

DE CABRAL A SIMONAL — com texto de Oduvaldo Viana Filho e Arnaud Rodrigues. Direção de Osvaldo Loureiro. Com Wilson Simonal e o Som-3. No **Teatro Ginástico,** às 21h.

SUA EXCELÊNCIA, O SAMBA — produção de Haroldo Costa. Um numeroso elenco liderado por Paulo Marquês e Neide Mariarrosa. No **Golden-Room** do Copacabana Palace, às 24h30m. Reservas: 57-1818.

JUAREZ e GLORINHA — no **Bierklause.** Ronald de Carvalho, 53. Telefone: 37-1521.

Valdir Calmon, no Sarau, toca para dançar

ATAULFO ALVES E TRIO NAGÔ — musical no **Nôvo Sarau,** com Valdir Calmon, que toca para dançar. Rua Gustavo Sampaio, 840.

O PAPO É SAMBA — com Ataulfo Alves, Trio Nagô, cantores e cantoras. Valdir Calmon toca para dançar. No **Sarau.**

NOITE DO CHÔRO — com Índio do Cavaquinho e seus convidados. No **Casa Grande.** Av. Afrânio Melo Franco, 300. Às segundas-feiras, às 21h30m.

UMA NOITE NA FOSSA — Waleska e Josemir. No **Pub,** Rua Antônio Vieira, 17 — Leme.

MINHA GENTE CANTA ASSIM — com Lana Bittencourt e o grupo Resolução. Às segundas-feiras às 21h30m no **Nôvo Teatro de Bôlso do Leblon.**

ALELUIA — um musical produzido e dirigido por Carlos Machado com um elenco de 60 artistas. Couvert NCr$ 3,00 por pessoa com direito a assistir a quatro shows. Sextas e sábados. NCr$ 4,00 por pessoa. No **Canecão.**

MARIA DA GRAÇA E JOAQUIM PEREIRA — Na **Adega de Evora.** Rua Santa Clara, 292. Reservas 37-4210.

Cursos

PINTURA LIVRE — pintura, modelagem, fantoches, dramatização para crianças de três a 12 anos. Míriam Kogan e Rute Strauss, Telefone 25-6835.

ATELIER DE GRAVURA — no Museu de Arte Moderna. Período de quatro meses (março-junho, agôsto-novembro). Responsável: Edite Behring.

PINTURA — Com Bruno Tausz. Av. Epitácio Pessoa, 492. Tel.: 47-0148.

ARTES PLÁSTICAS — desenho, gravura e pintura para crianças, adolescentes e adultos. Professôras: Lúcia Schalmberg e Solange Palatnik. Av. Copacabana n.º 709, sala 606.

DEPARTAMENTO DE CINEMA — responsável: Cinemateca do MAM. Horário: 4as. e 5as., das 18h às 20h; sáb., das 15h às 17h. No **Museu de Arte Moderna.**

ALAIDE BRITO — prof. de piano. Rua Barão de Ipanema, 143/ 105.

PINTURA — para crianças, adolescentes e adultos, Professor Ivã Serpa. Na **Escolinha de Recreação Sócio Cultural,** Av. N. S. Copacabana, 435, grupo 1207/1208.

CULTURA VISUAL CONTEMPORÂNEA — com a duração de um ano, será uma aproximação teórico-prática aos principais aspectos do **meio formal** urbano do século XX. No **Museu de Arte Moderna.**

CURSO DE RELAÇÕES HUMANAS NO LAR, NO TRABALHO E NA SOCIEDADE — Do Instituto de Administração e Gerência da PUC. Início dia 14 de abril. Aberto a todos os níveis. Duas vêzes por semana, das 15h às 17h. Tel.: 47-1125.

CURSO DE GRAVURA EM METAL — pelos gravadores Francisco Bezerra e José Assunção Sousa. No **Museu Histórico Nacional,** às 2as., 4as. e 6as., das 18h às 20h. Inscrições no local, das 12h às 18h. Quinze aulas. Aberto a todos os níveis.

CURSO POPULAR DE ARTE — a partir de março e com duração prevista para três meses. No **Museu de Arte Moderna.** Aos domingos, das 16h às 16h45m e das 17h15m às 18h.

PIANO — pela professôra Sula Jafé. Para crianças, adolescentes e adultos. Na **Escolinha de Recreação Sócio Cultural,** Av. N. S. Copacabana, 435, grupo 1207/ 1208.

DEPARTAMENTO DE ARTES PLÁSTICAS — responsável: Frederico Morais. De março a junho. Horário: 2as., das 17h às 19h, 4as., das 17h às 18h, 4as., das 18 às 19h. Visitas Guiadas: 6as., das 17h às 19h No **Museu de Arte Moderna.**

CURSO DE PERSONALIDADE E AJUSTAMENTO — no **Instituto Social da PUC,** às 3as. e 5as., das 8h às 10h. Rua Humaitá, 170 — Tel. 26-6563.

ASPECTOS SÔBRE A HISTÓRIA DA REPÚBLICA — pela prof. Gilda Marina de Almeida Lopes. A partir de 8 de abril, às 3as. e 6as., das 18h às 19h. **Museu Histórico Nacional.** Tel. 42-1663.

CURSO DE HERÁLDICA — com Jenny Dreyfus, a partir de 7 de abril, às 2as. e 5as., das 18h às 19h. **Museu da República.** Tel 42-1662.

CURSO DE PERCUSSÃO — pelo prof. Aécio Alexandrino dos Santos. Informações no CBM — Av. Graça Aranha, 57, 12.º andar, Tel. 22-0380.

Artes plásticas

COLETIVA — exposição coletiva de pintura promovida pelo Círculo dos Oficiais Intendentes das Fôrças Armadas. Na Av. 13 de Maio, 41-A, loja. Das 9h às 21h.

SERIGRAFIAS — Sciliar, Glauco Rodrigues, José Paulo Moreira da Fonseca, Farnese, entre outros, na **Galeria Décor.** Rua Toneleros, 356. Fone 37-5917.

PAINEIS ESTAMPADOS — na **Antiga Toca,** exposição permanente dos painéis estampados baseados em quadros de pintores brasileiros; Di Cavalcânti, Portinari, Grauben, Sciliar, Meireles, José Maria, Bianco, Djanira, Fernando Lima, Potocki, Glauco Rodrigues, Heitor dos Prazeres, Iracema, José Paulo Moreira da Fonseca, João Henrique, Luciano Maurício, Romeu de Paoli e Maria Luísa Leão Iitsek, Local: Av. Copacabana, 435 — Loja I.

HENRI CARRIERES — pintura. Na **Galeria de Arte da Churrascaria Tijucana, Marquês de Valença, 74.**

COLETIVA — pintura de Nei Tecídio, Hiran Ney, Finatti e Wanderlen. Na **Galeria Carreador, Rua das Laranjeiras, 114.**

TERESA RANGEL — pintura. Na **Churrascaria Gaúcha, Rua das Laranjeiras, 114.**

TETSURO ARAKAWA — pintura. Na **Celina Decorações, Rua Barata Ribeiro, 818.**

ACERVO — **Galeria Bonino,** quadros de Bandeira, Ivã Serpa, Di Cavalcânti, Raimundo de Oliveira, Fernando Coelho, Aldemir Martins, entre outros. **Barata Ribeiro,** 578. Fone 36-7534.

USCHY LUDEMANN — pintura na **Galeria Cantu.** Barão de Ipanema, 110-A. Fone 36-4136.

DIRCEU QUINTANILHA — pintura — apresentação de Eneida — **Clube dos Decoradores,** Av. Copacabana 1 100, sobreloja.

Painéis do gravador Darel, em exposição no Museu de Arte Moderna

DAREL — painéis para o Palácio dos Arcos em Brasília. **Museu de Arte Moderna** — Aterro.

DESENHISTAS MINEIROS — Álvaro Apocalipse, Jarbas Juarez, Madu, José Alberto Nemer, Márcio Sampaio, Teresinha Veloso, José Ronaldo Lima, Liliane Dardot, Sara Ávila e Pompéia Brito da Rocha. **Galeria do Instituto Brasil-Estados Unidos.** Av. Copacabana, 690, 1.º andar. Fone 57-1146.

NANÁ VIEGO — pintura. Na Rua México, 98-B **Livraria Agir.**

CARTAZES POLONESES — **Museu de Arte Moderna** — Aterro.

GLAUCO RODRIGUES — pintura na **Petite Galerie** — Praça General Osório, 53. Fone 27-5206 — apresentação de Edila Mangabeira Unger.

ELMULT LINSSEN — pintura — **Galeria Goeldi** — Prudente de Morais 129. Fone 47-9371.

CARTAZES AMERICANOS — Pavilhão da Escola Superior Industrial, Rua do Passeio, 84 — apresentação de Jaime Maurício.

INGE ROESLER — tapeçarias na **Galeria do Copacabana Palace** — Av. Copacabana, 291.

ARTURO KUBOTTA — pintor peruano, guaches, gravuras e óleos — **Galeria Cavilha, Dias da Rocha, 52.**

SERIGRAFIAS — coletiva na **Decor,** Toneleros, 356. Trabalhos de Ana Letícia, Cildo Meireles, Dionísio del Santo, Farnese, Gastão Manuel Henrique, Gerchmann, Glauco Rodrigues, Ivã Serpa, João Henrique, José Paulo Moreira da Fonseca, Márcia Barroso do Amaral, Niseta Sampaio, Raquel Strozemberg, Renina Katz, Ricardo Gatti, Sciliar, Tereza Simões Vergara.

DYLTA — pintura, no **Teatro João Caetano** durante todo êsse mês, das 18 às 24 horas.

PLÁSTICOS DA BAHIA — Álbuns e óleos recentes — apresentação de **Jenner.** Na **Galeria da Praça** — Rua Joana Angélica, 116, loja 201. Diàriamente das 9 às 22h.

EXPOSIÇÃO DE PEQUENOS ARTISTAS — inúmeros trabalhos de arte e literatura de crianças brasileiras e portuguêsas. **Salão de Exposições do Ministério da Educação e Cultura.** Aberta até dia 31 de março.

Parques e jardins

JARDIM BOTÂNICO — Fundado em 1808 por D. João VI, possui cêrca de 7 mil espécies de vegetais, numa área de 550 mil metros quadrados — Rua Jardim Botânico, 920. (Tel. 27-5806) — Horário das 9 às 17h30m, diàriamente. Entrada: NCr$ 1,00.

PARQUE DA CIDADE — Um dos mais belos e pitorescos. Principal atração: o Museu da Cidade. — Estrada Santa Marinha, Gávea — (27-3061). Horário das 9 às 17h30m, diàriamente.

QUINTA DA BOA VISTA — Antiga chácara pertencente aos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II. Entrada por São Cristóvão.

PARQUE XANGAI — Centro de diversões infantis — Sáb., 18h dom. e feriados, 15h, — Largo da Penha, 19. — Penha.

JARDIM ZOOLÓGICO — Variadas espécies de animais da fauna mundial, especialmente a brasileira, a africana e a asiática. — Rica coleção de aves e pássaros do Brasil. Quinta da Boa Vista (em São Cristóvão). Hor. das 9 às 17h30m, exceto às segs. Entrada paga: NCr$ 1,00 adulto e NCr$ 0,50 crianças.

Museus

MUSEU DOS TEATROS — Exposição permanente. Documentário sôbre artistas e atividades teatrais, incluindo indumentária usada em óperas e peças. Salão Assírio, no Teatro Municipal. Entrada pela Av. Rio Branco. De segunda a sexta-feira, das 13 às 17 horas. Entrada franca.

MUSEU DA CIDADE — Relíquias históricas e curiosidades referentes à fundação da Cidade do Rio de Janeiro. — Parque da Cidade (Telefone 47-0357). — Horário de 10h30m às 17h, exceto às segundas. Entrada franca.

MUSEU DA REPÚBLICA — Antigo Palácio do Govêrno, até a mudança da Capital para Brasília. Recordações de mais de 70 anos de vida republicana. Rua do Catete s/n. (tel. 25-4302). Horários: de têrça a sexta, das 12 às 18h, sábados e domingos, das 15h às 18h. Fechado às segundas-feiras.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM — Mais de 100 mil fotografias, discos e gravações raras. — Arquivo completo do Almirante — Praça Marechal Âncora, ao lado da Igreja Nossa Senhora do Bonsucesso. — Horário das 12 às 19 horas, exceto às segundas.

MUSEU DE CAÇA E PESCA — Reúne animais típicos da fauna brasileira — Praça 15 de Novembro. Edifício Pesca, 4.º andar — (tel. 31-2645). — Hor.: de 11h às 17h30m, exceto aos sáb. e dom. — Entrada franca.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL — Exposição de Armas Antigas. Organizado e montado por Francisco Bezerra, Otávia Correia Oliveira e Gean Maria Bittencourt, Praça Marechal Âncora. Hor.: das 12 às 18h. Entrada franca.

FUNDAÇÃO RAIMUNDO OTONI DE CASTRO MAYA — Peças e objetos de arte. Vasos, estátuas, cerâmicas, painéis, azulejos portuguêses, destacando-se no acervo painéis e originais de J.B. Debret, Rugendas, F. Post etc. Estrada do Açude, 764, Alto da Boa Vista. Aberto de 3as a sábados das 14 às 18 horas, e no domingo, das 11 às 18 horas.

MUSEU DO BANCO DO BRASIL — Avenida Presidente Vargas, 328 (esquina de Rio Branco), 3a. exposição temporária, comemorativa do V centenário de nascimento do descobridor do Brasil, apresentando grande e expressivo documentário sôbre Cabral e sua época, moedas circulantes nos reinados de D. João II, D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião. Entrada franca de segunda a sexta-feira, de 9h40m às 17 horas. Para visitas de grupos de colegiais combinar pelo telefone 43-5372.

Rádio Jornal do Brasil

INFORMATIVO

De hora em hora, às meias horas, de 6h30m de manhã à meia-noite e meia, à exceção de 13h30m, 19h30m, 22h30m e 23h 30m. Aos domingos, informativos às 6h30m, 8h30m, 9h30m, 10h30m, 11h30m, 12h30m, 13h 30m; 18h30m, 20h30m, 21h30m e 24h30m. Às quintas, sábados e domingos, transmissão dos páreos do Jóquei, diretamente do Hipódromo da Gávea.

VOCÊ É QUEM SABE — 9h — 17h — 21h.

PERGUNTE AO JOÃO — 11h05m às 12h.

MÚSICA TAMBÉM É NOTÍCIA — 10h — 11h — 12h — 13h — 14h — 15h — 21h.

PRIMEIRA CLASSE — 13h05m — Abertura da ópera **O Príncipe Igor,** de Borodin (Leibowitz) * **Allegro do Concêrto em Ré Maior,** de Stoltzel (Orq. Cam. Wurtenberg) * **Danças Rumenas,** de Bartok (I Musici) * **Féria, da Rapsódia Espanhola,** de Ravel (Silvestri) * **Sonata n. 8, em Lá Menor,** de Mozart (Dinu Lipatti) * **Entreato da suite Pelleas et Melisande,** de Sibelius (Mackerras) *** 22h05 — **Concêrto n. 5, em Mi Bemol Maior — Imperador** — de Beethoven (Kempff e Fil. Berlim-Leitner) * **Alborada del Graciosa,** de Ravel (Dervaux).

PERGUNTE AO JOÃO

MACHADO DE ASSIS

É verdade que Machado de Assis vendeu balas, no Rio, durante a infância?

Realmente. Depois que sua mãe enviuvou, Machado de Assis precisou deixar o morro do Livramento, para morar em São Cristóvão. Naquele bairro, começou a vender balas na Rua São Luís Gonzaga, antiga Rua Pedregulho. Foi nesta mesma rua, que Machado aprendeu suas primeiras lições de francês, com Madame Gal' ', dona de uma padaria local.

FERNANDO DE NORONHA

Que tal é o clima de Fernando de Noronha?

O clima de Fernando de Noronha é bastante agradável e tem, como é natural, acentuada influência oceânica. A temperatura média anual é de 25 graus centígrados. Há uma estação chuvosa de fevereiro a julho e, em abril, o mês mais úmido, recebe a ilha 273 milímetros de chuva. Em outubro, o mês mais sêco, recebe 31 milímetros. O Território de Fernando de Noronha situa-se a 375 quilômetros da costa do Rio Grande do Norte e dos penedos e ilhotas São Pedro e São Paulo.

LÁTEX

O látex é exclusivo das seringueiras?

Não. O látex, do latim latex, é a denominação do suco leitoso de diversas plantas, e o nome específico do produto natural formado principalmente de hidretos de carbono complexos. Apresenta, em geral, aspecto leitoso, mas pode ser também incolor, amarelo ou vermelho. O látex é composto de mais de 50% de água, o que justifica a sua fluidez. E fique sabendo que apenas em sentido especial o látex denomina o suco leitoso das seringueiras. Entre as plantas que produzem maior quantidade de látex industrializável estão a seringueira, a maniçoba, a mangabeira e o caucho.

WAGNER

Há uma composição de Wagner que foi extraída de uma obra de Shakespeare? Qual?

Há, sim. Quando Wagner foi indicado para regente da Orquestra de Magdeburgo, estreou a **Das Liebesverbot**, inspirada na comédia de William Shakespeare **Medida por Medida**. Essa peça passou despercebida pelo público e o autor logo se transferia da orquestra para o teatro de Koenigsberg, que faliu pouco depois. Seguiu Wagner, então, para Paris, onde escreveu **Rienzi** e **O Navio Fantasma**, obra que apresentou em Dresde, ao regressar à Alemanha. O êxito, especialmente de **O Navio Fantasma**, valeu-lhe a nomeação de mestre de capela da Côrte. Wagner concebeu o **Rienzi** na forma da ópera tradicional, mas, em **O Navio Fantasma**, afastou-se muito dos modelos clássicos, dando vazão ao seu poder criativo, que iria alcançar sua fase mais importante com **Parsifal**.

MÁRIO COCHRANE DE ALENCAR

O romancista José de Alencar teve quantos filhos pertencentes à Academia Brasileira de Letras?

Apenas um. Mário Cochrane de Alencar, eleito na vaga de José do Patrocínio. Mário foi poeta e novelista, e bibliotecário da Câmara dos Deputados. Deixou, entre outros, os seguintes livros: **Lágrimas** (poesia); **Se Eu Fôsse Político**; **Dicionário de Rimas**, **O Que Tinha de Ser** (novela) e **Contos e Impressões**. Morreu no Rio, a 8 de dezembro de 1925.

RUA SILVEIRA MARTINS

Que rua do Catete era chamada Rua Bela da Princesa?

A atual Rua Silveira Martins era denominada Rua Bela da Princesa. A Rua Silveira Martins tem êsse nome em homenagem ao tribuno e estadista do Brasil Império, Gaspar da Silveira Martins. Quando Ministro da Fazenda, Silveira Martins permitiu a venda de bilhetes de loteria fracionados, que se popularizaram como **gasparinhos**, sob inspiração do seu prenome, Gaspar.

PITAGÓRICOS

Qual o segrêdo dos pitagóricos em relação à Matemática?

Os discípulos de Pitágoras, conhecidos como os pitagóricos, tinham a preocupação de envolver em mistério as noções matemáticas que os mestres ensinavam. Contam alguns historiadores que, certa vez, um pitagórico, chamado **Hipasus**, foi afogado por seus correligionários, por ter revelado, em meios estranhos, uma das propriedades do dodecaedro regular.

CONDE D'EU

Em que circunstâncias o Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel, foi nomeado Comandante-Geral das Fôrças Brasileiras na Guerra do Paraguai?

Treze dias depois de conquistada a capital paraguaia, fato que ocorreu em janeiro de 1869, Luís Alves de Lima e Silva passou o comando-geral das fôrças ao Marechal Guilherme Xavier de Sousa, interinamente. Chegando ao Rio, Luís Alves recebeu o título de Duque de Caxias, pelos relevantes serviços prestados à Nação, isto a 15 de fevereiro. A 22 de março de 1869, o Conde d'Eu era nomeado para substituí-lo.

AR LÍQUIDO

O que é o ar líquido?

Em Química, **ar líquido** é o ar atmosférico, liquefeito sob grandes pressões, entre 250 a 300 atmosferas. Começou a ser preparado em escala comercial no início dêste século.

SAGÜIZINHO

Qual é o menor dos símios conhecidos?

É o chamado sagüizinho da Amazônia, que habita a região do alto Amazonas, cujo nome científico é **Cebuella Pygmaea**. É o menor símio do mundo, medindo 15 centímetros de comprimento, com uma cauda de 17 centímetros. O sagüizinho tem o corpo coberto com pelagem abundante e sedosa, de côr amarela, mesclada de negro, e ao contrário dos demais sagüis, não possui tufos nas **orelhas**.

Estas perguntas foram feitas por ouvintes da RÁDIO JORNAL DO BRASIL, ao programa Pergunte ao João. Os leitores que desejarem alguma informação sôbre assunto de interêsse geral devem mandar sua carta para a RÁDIO JORNAL DO BRASIL, programa Pergunte ao João, Dept.º de Radiojornalismo, Av. Rio Branco 110, 3.º andar.

Jornal do Futuro

ANO II N.º 72

Editado pelo DEPARTAMENTO DE PESQUISA

É possível que o século XXI venha a iniciar-se com um grande número de nações possuidoras de mísseis e antimísseis

As novas perspectivas da guerra

"Hoje, todo habitante dêste planêta deve contemplar o dia em que êle talvez não seja mais habitável. Todo homem, tôda mulher, tôda criança vivem sob uma espada nuclear de Dâmocles, a qual pende do mais fino dos fios, capaz de ser cortado a qualquer momento, por acidente ou êrro de cálculo, ou ainda por loucura. As armas de guerra têm de ser abolidas antes que elas nos aniquilem.

Os homens já não discutem mais sôbre se os armamentos são um sintoma ou uma causa de tensão. A mera existência de armas modernas — 10 milhões de vêzes mais poderosas do que quaisquer outras que o mundo jamais viu, e a apenas uns poucos minutos de distância de qualquer alvo na face da Terra — constitui fonte de horror, discórdia e desconfiança."

JOHN KENNEDY

Quando John Kennedy disse estas palavras apontava um sentimento comum ao homem moderno. Realmente, existe uma grande dose de insegurança baseada na probabilidade de uso de armas nucleares, e essa insegurança aumenta na medida em que livros e filmes se encarregam de contar, com detalhes que impressionam, a certeza de uma guerra final e cada vez mais inevitável.

Mas, diante do crescente número de armamentos que são criados — só em 1967, as estimativas registraram 2 500 armas e engenhos militares em planejamento acelerado ou em construção no Ocidente — o homem também encontra razões objetivas para se preocupar.

E exatamente por isso são feitos todos os tipos de especulações a respeito da guerra no futuro e do uso ou não de armas nucleares: para alguns, esta será uma guerra especializada, mas não de extermínio; outros acreditam que o mundo realmente vai acabar; e há quem diga que não existe a menor possibilidade de uma guerra nuclear.

A GUERRA ESPECIALIZADA

Mísseis antitanque, antipessoal, antiaéreo portátil; foguetes atômicos de vários tamanhos e de manipulação cada vez mais rápida e simples; balísticos de grande alcance, intercontinentais. A arma certa para o momento certo: êste talvez seja o lema de guerra nos anos do futuro.

Uma das consequências da guerra futura será a sistematização do uso de armas. Valendo-se de computadores de campanha, o comando decidirá qual o tipo de arma que deve ser usado em cada caso particular, de modo a se obter a destruição desejada e planejada por um custo muito menor.

Alguns observadores acreditam que no futuro talvez menos homens causem mais mortes e com mais eficiência; a guerra se tornará uma coisa tão complexa que escapará das mãos de um simples comandante para se tornar responsabilidade de um trabalho conjunto entre o homem e a máquina. Neste caso, a informação terá um importante papel e a previsão matemática, uma atuação decisiva.

A CORRIDA ARMAMENTISTA

Não há quem não se preocupe com a corrida armamentista, e muitas pessoas acreditam na possibilidade de que a corrida às armas conduza a uma guerra final.

Herman Kahn, no seu livro **O Ano 2 000**, coloca um ponto importante: a consequência imediata e direta da corrida armamentista não é necessàriamente uma guerra de extermínio. Acredita que anteriormente já ocorreram grandes procuras de armas que não levaram à guerra, como devem ter acontecido guerras que não foram precedidas de tais procuras.

— Nunca ficou claro, de forma alguma, que a corrida às armas é que foi a causa, nem a principal causa, de qualquer conflito armado, comenta Kahn.

Herman Kahn baseia-se na possibilidade que muitas corridas armamentistas tendem a sufocar-se por si mesmas, particularmente se a defesa tem alguma vantagem sôbre o ataque, ou mesmo em casos de restrições de ordem política, doutrinária ou orçamentária, ou até no caso de se tratar de simples questão de bom senso por parte de dois antagonistas.

De uma certa forma é o que parece estar ocorrendo atualmente: uma série de crises recentes — a dos mísseis de Cuba, por exemplo — indica que há uma certa relutância, tanto dos americanos como dos soviéticos, em transpor o perigoso limiar atômico e mesmo entrar em uma crise não nuclear.

No entanto, no futuro, as armas nucleares poderão entrar para os arsenais militares de várias outras nações além daquelas que atualmente já as possuem. Se tais armas caírem em mãos irresponsáveis, elas bem que poderão vir a ser usadas, embora Kahn acredite que seja extremamente improvável que venha a ocorrer a ameaça de destruição do mundo.

— Tal proliferação de armas criaria problemas de administração política em escala regional ou mundial. Mas isso não significa, necessàriamente, nem mesmo provàvelmente, desastre. E nós seremos extremamente felizes se êste fôr o caso.

A GUERRA CONVENCIONAL

Para muitos estudiosos dêste campo é pràticamente impossível uma guerra com características nucleares. As fôrças militares parece que estão muito menos propensas a acidentes e muito menos vulneráveis do que anteriormente. Isso leva Herman Kahn a acreditar que as decisões serão tomadas por homens que terão maior probabilidade de serem prudentes.

Um dos motivos alegados pelo **profeta do ano 2 000** para que se acredite na possibilidade de não haver uma guerra nuclear de extermínio é que as nações poder-se-ão tornar cada vez mais cautelosas; saberão agir com mais habilidade na tarefa de evitar conflitos nucleares; sentirão a necessidade de contornar qualquer situação que possa levar a uma guerra total e, mesmo que usem as perigosas armas, tentarão agir com moderação.

— Dentro dêste sistema é possível que o atual sistema de contenção, de defesa, de egoísmo nacional e de guerras ocasionais — nucleares ou não — continuará a existir mais ou menos como é nos dias de hoje, escreveu Herman Kahn.

Outra das razões levantadas é a de que a doutrina tática e estratégica se modificou. Os Governos, hoje, já não se inclinam a pensar que as armas nucleares devem ser usadas mais ou menos de acôrdo com cálculos diretos de necessidade ou de vantagem de ordem militar. Parece provável que tôda solicitação militar para o uso de tais armas será repelida.

Desta forma, é possível que uma guerra, grande e puramente convencional, possa vir a ser novamente realizada. Esta possibilidade foi talvez superacentuada por alguns peritos, uma vez que é bem provável que as nações fiquem de nôvo dispostas a escalar, nos níveis da Segunda Guerra Mundial, sem introduzir, em alguns pontos, as armas nucleares.

Entretanto, parece que as nações têm menos probabilidades de introduzir armas dêste tipo em grande escala quando se arriscam ao extermínio, do que em pequena escala quando lhes parecer possível tentar blefar ou intimidar o outro lado para que êle recue ou aceite um acôrdo negociado. Evidentemente, êste blefe poderá levar a grandes conseqüências.

É muito difícil prever o que o outro lado fará, mas é quase certo que procurará limitar a retaliação em grau suficiente para preservar alguma possibilidade de cessação de fogo. É também possível que nenhum dos lados se mostre disposto a recuar o suficiente, e poderão optar por mais uma guerra convencional, ao invés de acentuarem ainda mais a demonstração de suas capacidades nucleares.

No entanto, mesmo que a guerra se conclua numa primeira fase, ou numa segunda fase de tipo nuclear, ela será provàvelmente seguida de uma corrida armamentista, em que os dois lados procurarão uma superioridade quantitativa, ou qualitativa, para qualquer futura competição. E assim falou Herman Kahn.

UM FOGUETE PARA A LUA

Técnicos e operários realizam os retoques finais no primeiro estágio de um gigantesco foguete Saturno-5, em Cabo Kennedy. Êsse foguete conduzirá em sua ogiva a espaçonave Apolo-11, na primeira tentativa norte-americana de fazer o homem pisar no solo lunar. Os cosmonautas já escalados para essa missão, programada para o segundo semestre dêste ano, são Neil Armstrong, Michael Collins e Edwin Aldrin Jr.

Novos irmãos para a Terra

Rádioastrônomos, estudando fixamente os céus, podem pela primeira vez testemunhar o violento nascimento de um ou mais planêtas semelhantes à Terra.

Recentemente, êstes cientistas detectaram rádioemissões do que parece ser um ou mais anéis de poeira e gás rodopiando em grande velocidade em tôrno de um núcleo central. Suspeita-se que êste núcleo possa ser uma estrêla em processo de formação e o anel, ou anéis, possam se condensar e se transformar em novos planêtas.

O NASCIMENTO

Durante mais de três séculos, os cientistas especularam a respeito da maneira pela qual a Terra, o Sol e os outros corpos do sistema solar tinham sido formados. Descartes, no século 18, sugeriu a possibilidade de uma condensação a partir de uma grande nuvem de poeira. Kant, 100 anos depois, elaborou o conceito, usando as novas leis da gravidade de Newton, para explicar o que poderia ter provocado a contração.

Atualmente, existe um consenso geral de que a primeira nuvem de gás e poeira sofreu um processo de contração provocado pela sua própria gravidade. Na medida em que a nuvem tornou-se firme, sua rotação aumentou dando-lhe a forma de um disco rotativo. Mais tarde, o denso núcleo central dêste disco tornou-se Sol.

Muitos cientistas — mas não todos — acreditam que as partes externas dêste disco separaramse, transformando-se em anéis de alta rotação. O material dentro dêstes anéis concêntricos condensou-se em discos rotativos que, em escala menor, transformaramse em planêtas e luas.

Recentemente, uma autoridade em origem do sistema solar assinalou que se as recentemente observadas emissões de rádio representam, de fato, o nascimento de um ou mais planêtas, o processo poderá ser muito rápido. Isso significa que pode ser possível, dentro do espaço de uma vida, observar o nascimento em todos os seus estágios.

O especialista é o Dr. A. G. W. Cameron, professor da Escola de Ciência da Universidade de Yeshiva. Cameron, Charles Townes, Prêmio Nobel de Física, A. C. Cheung e D. M. Rank, da Universidade de Berkeley, S. H. Knowles e C. H. Mayer, cientistas do Laboratório de Pesquisa Naval, assinaram uma reportagem da revista Ciência a respeito da observação de rádioemissões de vapor de água provenientes de oito pontos do céu.

Acredita-se que muitas, se não tôdas, destas fontes de rádio sejam zonas de novas formações de estrêlas. Cinco delas brilham com uma forte luz infra-vermelha. Tôdas, menos uma, emitem ondas de rádio características do hidroxyl. Esta substância é semelhante à água, exceto que um átomo de oxigênio está ligado a um único átomo de hidrogênio, no lugar de dois.

No entanto, Dr. Rank acredita que se a observação vem sendo feita a apenas dois meses, é muito cedo para dizer se os planêtas estão ou não em formação.

— É possível, diz Rank, que outros fenômenos possam estar envolvidos.

Na verdade, as emissões de rádio são extraordinàriamente intensas, o que leva a acreditar que um efeito de determinado tipo esteja envolvido. Tal efeito pode estimular moléculas como as da água, para produzir grandes quantidades de energia de determinados comprimentos de onda e em determinadas direções. Foi pela descoberta dêste efeito e pela sua aplicação no raio LASER que o Dr. Townes recebeu o Prêmio Nobel.

revista econômica jb 68|69

Noventa por cento dos brasileiros vivem e trabalham em setores de baixa produtividade. Metade da população brasileira se localiza fora das cidades, pràticamente à margem do consumo.

Depois que passamos a fabricar os produtos industriais que importávamos, etapa econômica que acelerou a taxa de crescimento das cidades pelo afluxo da mão-de-obra recrutada nas zonas rurais pela industrialização nascente, tornou-se inevitável atentar para a estreiteza do mercado interno.

A ampliação das fronteiras do consumo significará incorporar ao mercado da indústria brasileira novas parcelas de compradores. Para tanto se torna indispensável insuflar atividade econômica e levar técnica ao interior, carente das grandes obras de infra-estrutura.

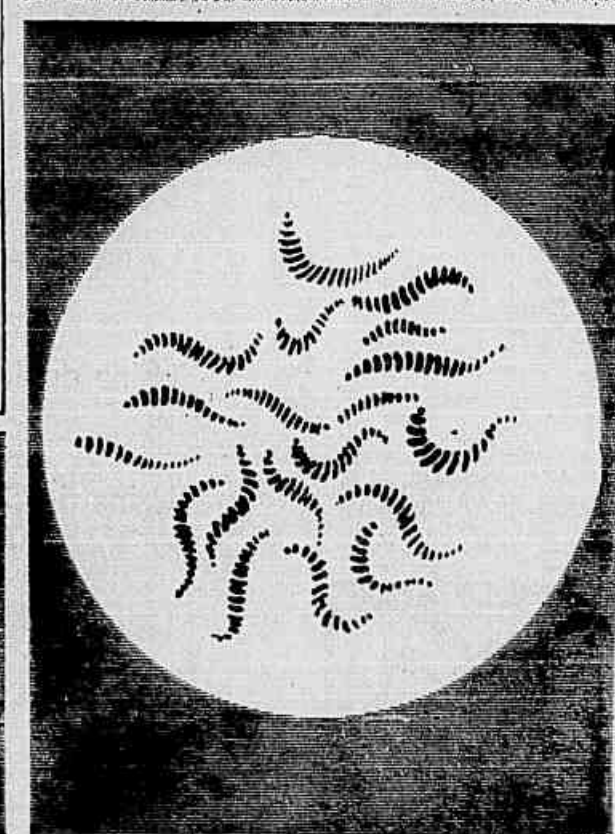
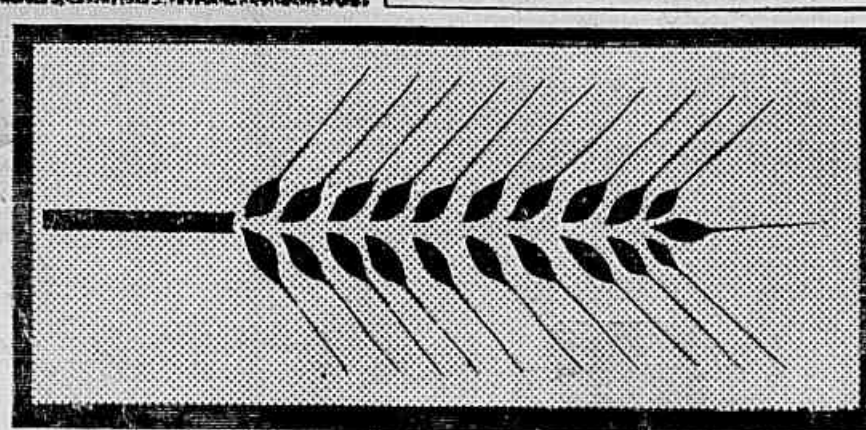
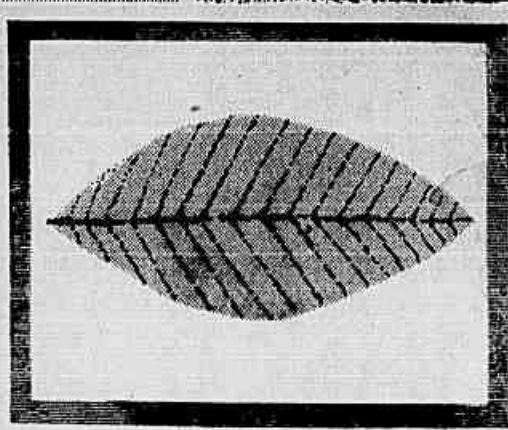
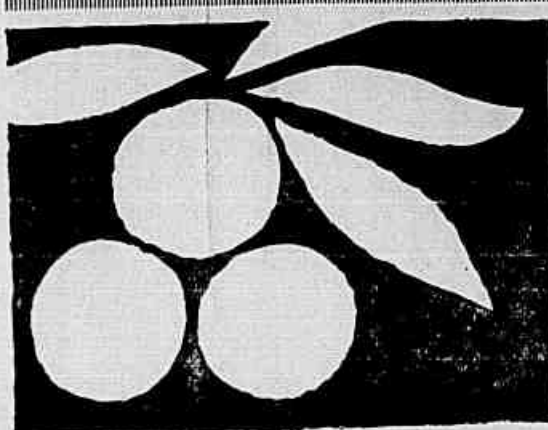
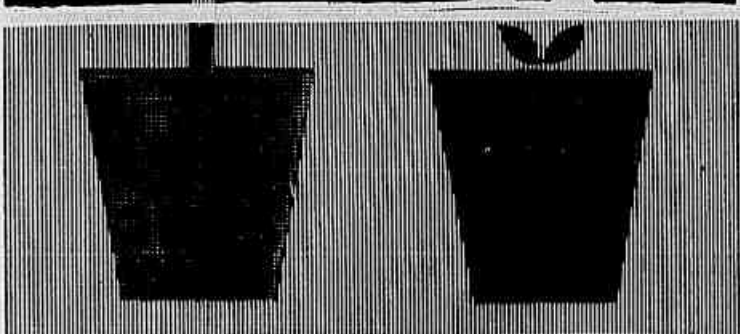
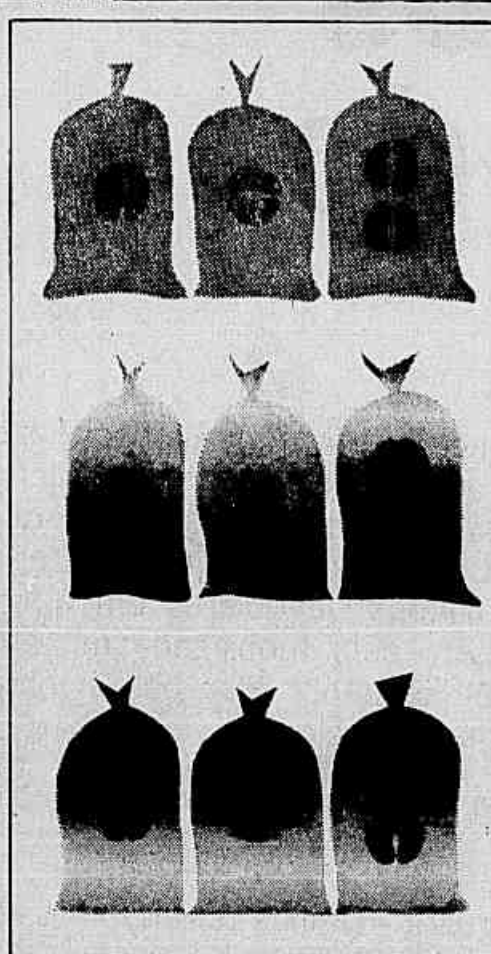
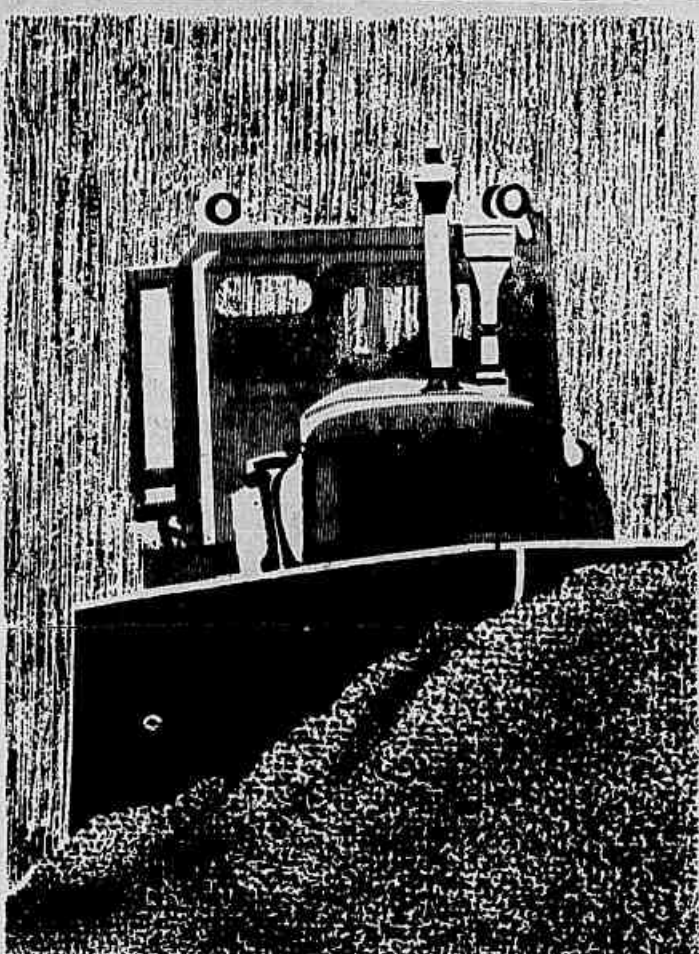
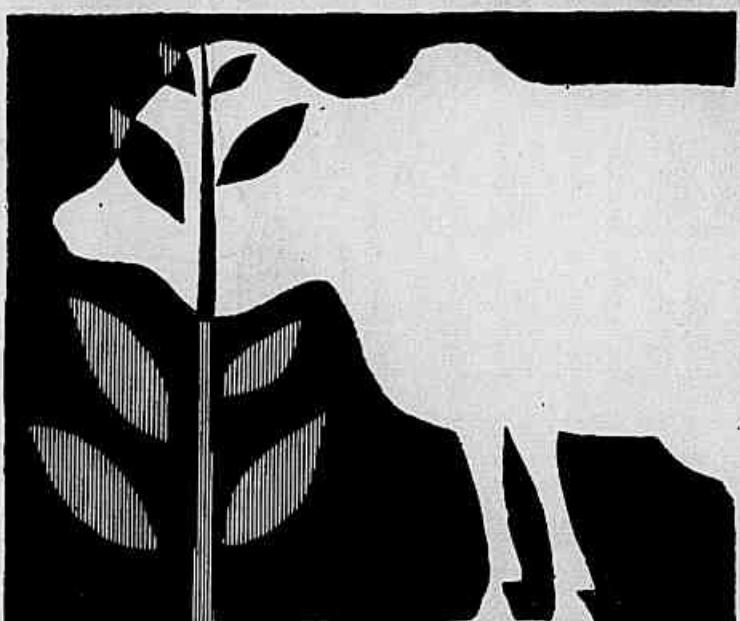
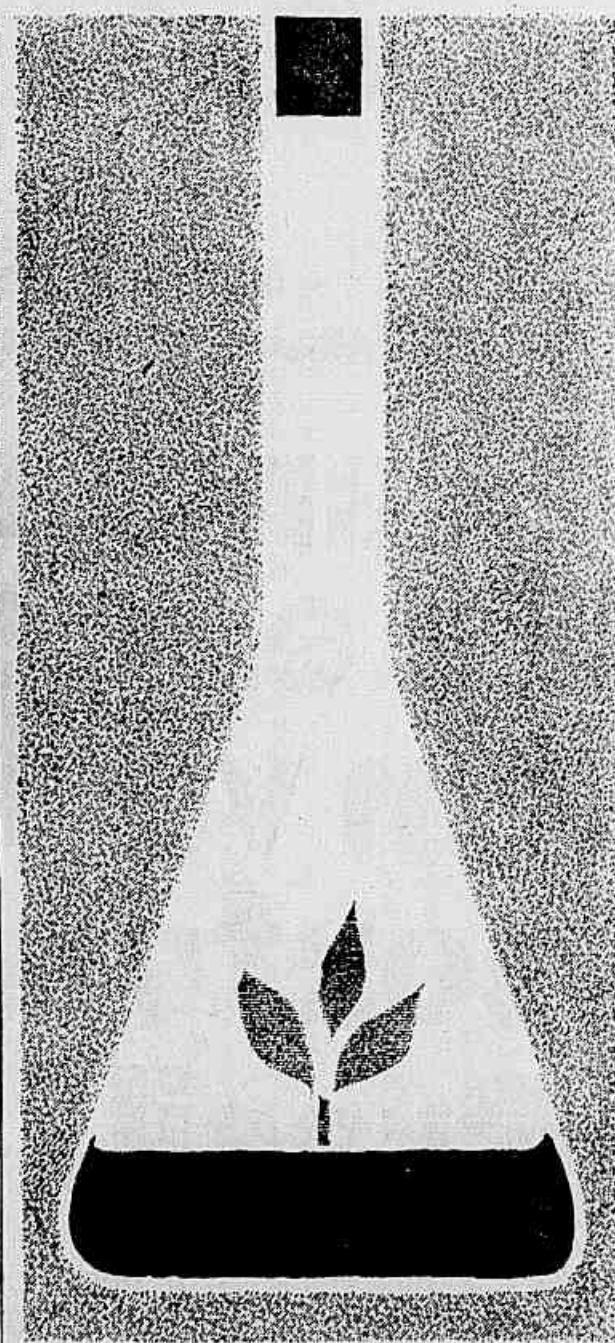
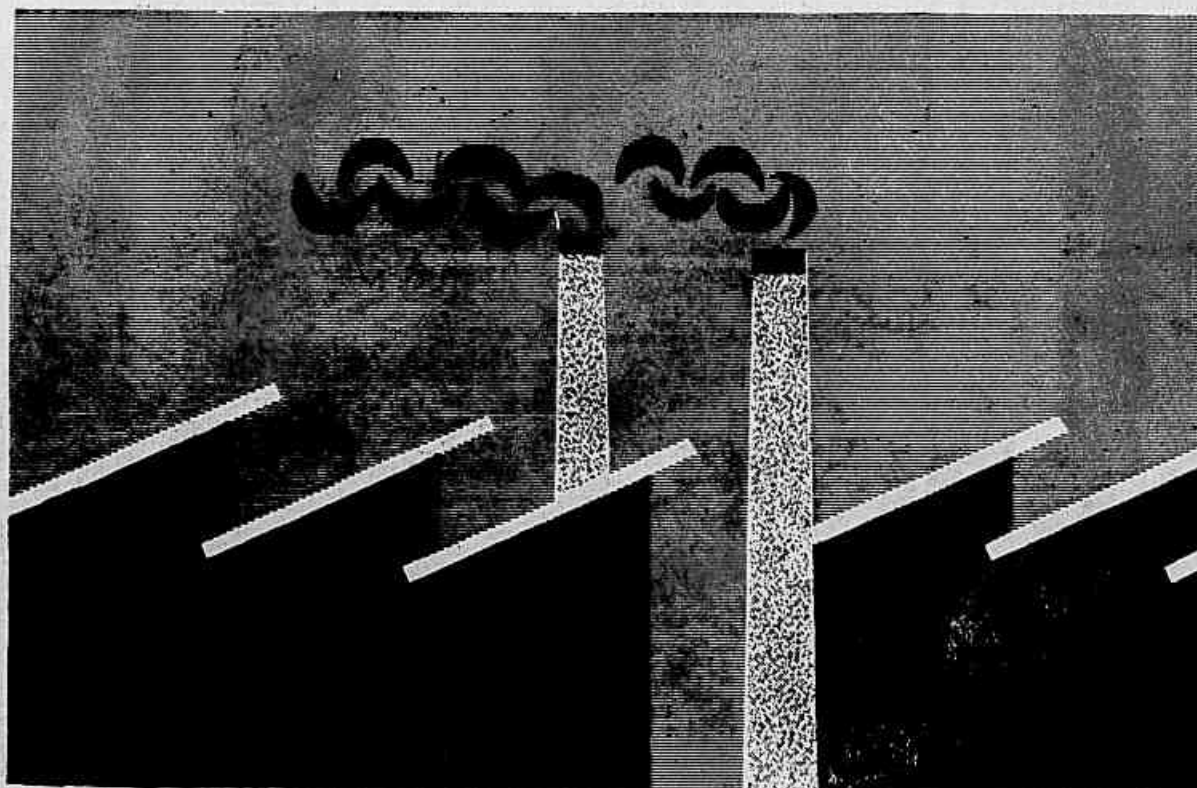
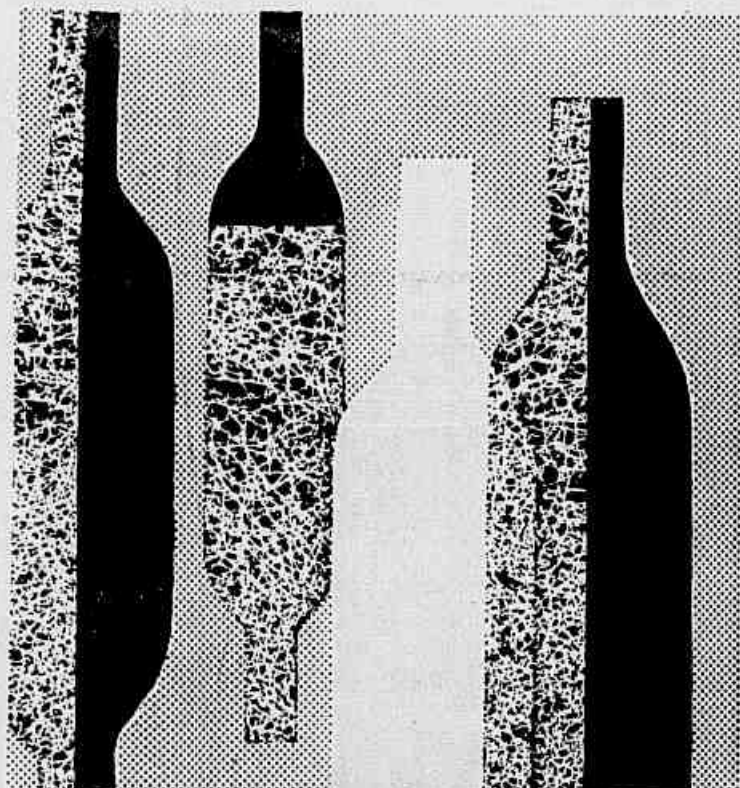
Prepara-se o Brasil para realizar um nôvo salto econômico, a fim de encurtar a distância que separa o interior da faixa desenvolvida próximo ao litoral.

O Grande Salto Para Dentro é o tema da edição 1969 da Revista Econômica JB, visão global do Brasil renovada a cada ano, de acôrdo com as possibilidades e conforme as necessidades.

As matérias da Revista Econômica JB ressaltam aspectos da realidade atual e apresentam grandes indagações nacionais.

Só a visão conscientemente organizada dos problemas e das soluções reclamadas pelo interior brasileiro poderá detonar o impulso, o salto econômico para dentro do País, enorme mercado potencial à espera do desenvolvimento.

A Revista Econômica de 1969 é trabalho empreendido pelo Jornal do Brasil com a colaboração da APEC.

o grande salto para dentro

COMBATENDO A INFLAÇÃO

ERNANE GALVÊAS
Presidente do Banco Central do Brasil

O Brasil vai realizar em 1969 sua experiência mais importante e mais ousada, no campo do combate à inflação.

Durante mais de 50 anos, com interrupção apenas dos anos de depressão que se seguiram a 1930, a economia brasileira estêve submetida a um processo inflacionário endêmico, que se intensificou a partir de 1956 até atingir mais de 90% em 1964.

Vários fatôres concorreram para a inflação brasileira, nesse período: algumas vêzes, verificou-se ter sido o excesso de exportações sôbre importações o elemento de maior influência na expansão monetária e, conseqüentemente na elevação dos preços (1942 a 1946; 1950, 1959 e 1965 a 1966); outras vêzes, a responsabilidade maior coube à excessiva expansão do crédito bancário ao setor privado (1951 a 1952 e 1962 a 1963); em alguns anos, a causa originária da inflação pode ser, nitidamente, identificada com os aumentos de salários em níveis superiores à produtividade do trabalho, produzindo, em conseqüência, necessidade de maior expansão do crédito e agravamento do desequilíbrio orçamentário da União (1954 a 1956, 1960 e 1961 a 1964); em várias oportunidades, talvez na maior parte do período inflacionário, a responsabilidade primária dos desequilíbrios monetários pode ser imputada aos deficits do Govêrno, tanto na esfera federal, como na estadual, mas, principalmente, na esfera federal (1956/58, 1960 a 1964, 1967 e 1968). Ao longo dêsses anos, é possível registrar, também, a participação combinada e a ocorrência concomitante de todos êsses elementos, numa interação de causas e efeitos que faz da inflação brasileira um fenômeno complexo, difícil de ser diagnosticado em suas causas e difícil de ser combatido em suas origens.

A partir de 1964, registra-se uma tendência nítida de declínio do processo inflacionário, a julgar pelo comportamento do nível geral de preços:

1964	+ 92,1%
1965	34,2%
1966	39,1%
1967	25,0%
1968	25,0%

Como se vê, o ano de 1968 não apresentou, do ponto-de-vista dos preços, resultado melhor que o de 1967, embora, considerando a taxa de crescimento do produto nacional, a melhoria seja evidente. Que teria determinado um comportamento menos favorável da situação monetária neste último ano?

O ano de 1968 foi um ano difícil para as autoridades monetárias, devido às oscilações bruscas da situação de liquidez do sistema bancário.

No último trimestre de 1967, devido às expectativas de desvalorização da taxa cambial, registrou-se uma saída maciça de capitais estrangeiros de curto prazo, reduzindo substancialmente os saldos oficiais de divisas conversíveis, o que, em parte, serviu para reduzir a expansão monetária em 1967. A desvalorização, ocorrida no último dia do ano, produziu efeitos inversos, a partir de janeiro de 1968: em quatro meses ingressaram no país cêrca de 300 milhões de dólares, dos quais grande parte comprada pelo Banco Central, para recomposição das reservas internacionais, dando margem à criação de elevado montante de meios de pagamento. Como os capitais de origem externa (Lei n.º 4 131, Instrução n.º 289 e Resolução n.º 63) se destinam a emprêsas determinadas, geralmente grandes emprêsas, dificilmente as autoridades monetárias poderiam absorver parte dêsses recursos sem afetar o grande número de pequenas e médias emprêsas nacionais, que não têm acesso a essas fontes de financiamento.

CORRIDA NO MERCADO

A partir de abril, ocorreram vários movimentos de nítido caráter especulativo, no setor cambial, em face das notícias de uma nova desvalorização cambial. Em maio, junho e julho, houve *corrida* no mercado de câmbio. O resultado dêsses movimentos especulativos se reflete perversamente no sistema bancário, eis que são novamente as grandes firmas as que têm condições de levantar empréstimos vultosos ou utilizar os saldos de seus depósitos bancários, obrigando os bancos, de um modo geral, a restringir suas aplicações para os numerosos clientes tradicionais.

As crises de liquidez que acompanharam êsses movimentos teriam certamente produzido efeitos altamente negativos na produção nacional, e poderiam, até mesmo, interromper o longo período de expansão das atividades econômicas, verificado a partir de abril de 1967. Daí, a decisão do Conselho Monetário no sentido de não permitir uma restrição violenta do crédito bancário, embora sabendo, desde o primeiro momento, que o suprimento de novos recursos aos bancos viria propiciar a continuidade do ritmo exagerado de expansão creditícia. Assim, a partir de julho, foram autorizadas liberações de emergência e redução dos depósitos compulsórios, concedida faixa extra de redesconto, e ampliado o redesconto especial para café, e autorizada a expansão extra-limite das operações do Banco do Brasil, com o que o Banco Central injetou na caixa do sistema bancário mais de NCr$ 270 milhões.

A disciplina do mercado cambial só foi procedida em agôsto, com o Comunicado Gecam 76. A partir de então, desapareceram as flutuações violentas no crédito bancário, mas a liquidez gerada pela expansão anterior ainda permitiu importante crescimento dos empréstimos e depósitos nos meses seguintes.

No final do ano, atingimos uma taxa de crescimento dos meios de pagamento da ordem de 41%, enquanto o montante dos empréstimos bancários ao setor privado cresceu cêrca de 60%. A situação monetária se agravou em dezembro, devido à crise política, tendo atingido as emissões de papel-moeda, nesse único mês, NCr$ 850 milhões, mais do que a soma de todos os 11 meses anteriores.

O ano de 1969 se inicia com perspectivas muito mais favoráveis que as do ano transato. Isso porque, em primeiro lugar, já foram feitos em 1968 os reajustamentos monetários mais importantes na área salarial, no setor cambial, como no setor dos preços (liberação dos preços da Conep). Afora isso, as medidas recentemente adotadas deverão produzir, em 1969, resultados altamente positivos em têrmos de redução do ritmo inflacionário, sem maiores repercussões nos atuais níveis da produção e do emprêgo, uma vez que as providências adotadas para intensificar o combate à inflação se fizeram acompanhar de outras, tendentes a fortalecer a estrutura financeira das emprêsas e do mercado. Essas medidas podem ser classificadas em quatro grandes grupos:

I — medidas de contenção do deficit de Caixa da União, visando a criar condições para uma política de maior *estabilidade monetária*;

II — medidas de *proteção à indústria* e ao trabalho nacional;

III — medidas que visam permitir *maior capitalização das emprêsas privadas* e a reduzir seus custos financeiros; e

IV — medidas que visam incentivar o *desenvolvimento do mercado de capitais*.

ESTABILIDADE MONETÁRIA

O Ato Complementar n.º 41 ensejou a revisão do Orçamento da União para 1969, de modo a permitir que o deficit potencial de NCr$ 3 780 milhões possa vir a ser reduzido a pouco mais de NCr$ 500 milhões, mediante corte de despesas no montante de NCr$ 1 410 milhões, transferências para 1970 no montante de NCr$ 1 200 milhões e redução do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, da ordem de NCr$ 600 milhões. No corte de despesas de custeio, estão compreendidos NCr$ 350 milhões de economia nos gastos com pessoal, a ser realizado através da aposentadoria compulsória de que trata o Decreto n.º 63 946, de 30.12.1968.

As concessões feitas às emprêsas, reduzindo a carga tributária pela correção do capital de giro e a incorporação de reservas, poderão representar uma queda da receita estimada em cêrca de NCr$ 300 milhões. Essa perda, entretanto, será compensada pelo impôsto de renda sôbre os títulos de renda fixa (mais de NCr$ 100 milhões) e pelo acréscimo da arrecadação devido à maior eficiência do contrôle da fiscalização tributária.

Os investimentos nos setores básicos pràticamente não serão afetados, tendo em vista a arrecadação da taxa rodoviária (cêrca de NCr$ 90 milhões), o aumento das taxas de melhoramento dos portos e de renovação da marinha mercante, além da elevação das alíquotas de importação e dos financiamentos em moeda estrangeira já programados.

Proteção ao trabalho nacional — Diversas medidas foram programadas visando proteger a produção nacional. A importação de produtos supérfluos e não essenciais foi desestimulada, ao mesmo tempo em que se intensificaram os mecanismos de combate ao contrabando, coibindo-se, também, os abusos verificados na importação de produtos com similar nacional, introduzidos a título de bagagem.

Por outro lado, a exportação de produtos nacionais foi estimulada, mediante a redução dos impostos sôbre circulação de mercadorias (ICM) e sôbre produtos industrializados (IPI), quando vendidos ao exterior.

EMPRÊSA PRIVADA

No campo específico do benefício direto à emprêsa privada, alinham-se as providências que permitirão sua maior capitalização, visando corrigir as distorções produzidas pela inflação, que deixaram a maioria das emprêsas nacionais sem recursos próprios para capital de giro, obrigando-as, assim, a recorrer maciçamente ao crédito. Além da reformulação do Decreto-Lei n.º 62, que permitiu a recomposição monetária do capital de giro, foi inteiramente eliminada a tributação sôbre a incorporação de reservas, realizada até 30 de junho de 1969. Simultâneamente, admitiram-se o reajuste da correção monetária dos imóveis e a regularização dos estoques (inventários), esta última mediante pagamento do impôsto de renda normal, porém sem correção e sem multa ou outra qualquer penalidade. Também se prorrogou o dispositivo do Decreto-Lei n.º 157, permitindo uma redução de 3%, em 1969 e 1% em 1970 no impôsto de renda das pessoas jurídicas, e de 12% (antes eram 10%) para as pessoas físicas, ao mesmo tempo em que se ampliaram as possibilidades dos incentivos concedidos às emprêsas de capital aberto.

Com a regulamentação das debêntures conversíveis em ações e o desenvolvimento do mercado de capitais, dentro de uma conjuntura de nítida tendência de desaceleração do processo inflacionário, é lícito esperar o revigoramento financeiro da emprêsa privada, acompanhado de uma nova fase de expansão da economia nacional.

MERCADO DE CAPITAIS

A nova legislação do impôsto de renda sôre os dividendos das ações de sociedades anônimas, corrigindo as desigualdades que antes existiam, em relação aos títulos de renda fixa, veio dar nôvo sentido e nôvo dimensionamento ao meracdo de capitais. As opções que vigiam anteriormente, não só induziam as emprêsas à captação de recursos sob a forma de empréstimos, como desestimulavam o investidor na compra de ações. Essas distorções foram corrigidas. A regulamentação do Decreto-Lei n.º 62, e as facilidades para incorporação de reservas, já mencionadas, não só fortalecem a emprêsa, como beneficiam o acionista, especialmente o acionista minoritário, que representa o suporte básico do mercado de ações. A essas medidas, soma-se a prorrogação do Decreto-Lei n.º 156, ampliando o desconto do impôsto de renda da pessoa física, em caráter permanente, de 10% para 12% e criando facilidades para a sustentação dos novos títulos lançados ao mercado, através dêsse sistema. Os novos critérios fixados para a conceituação de emprêsas de capital aberto influirão definitivamente para o alargamento do mercado de ações, atraindo novas emprêsas e novos acionistas. Por outro lado, a criação das debêntures conversíveis em ações, como uma ponte para a transição do emprestador de curto prazo e sua transformação em investidor permanente de capital de risco, deverá ensejar a abertura de novas fronteiras para o mercado de capitais. Finalmente, a obrigatoriedade de registro de notas promissórias e letras de câmbio veio contribuir para desestimular operações no mercado paralelo e de simples agiotagem, em benefício dos demais.

Se êsses objetivos forem atingidos, com o incremento das poupanças nacionais, estaremos criando novas possibilidades para a ampliação dos investimentos produtivos e reduzindo as pressões inflacionárias, dessa forma abrindo novas avenidas para o progresso e o desenvolvimento da economia brasileira.

ESTIMATIVA DO VOLUME DE INVESTIMENTOS EM 1968

ANTÔNIO DELFIM NETTO
Ministro da Fazenda

Não constitui tarefa fácil estimar o nível de investimentos da economia com os dados disponíveis até o momento. Contudo, parece ser possível estabelecer algumas observações gerais sôbre o seu sentido de variação e a grosso modo, determinar o comportamento da parcela do produto destinada a investimento.

I — Uma primeira observação pode ser feita utilizando-se dados de produção física de alguns ramos produtores de bens de capital, ao qual se pode adicionar o índice relativo à variação da importação dêsses mesmos bens. Na tabela n.º 1 abaixo, é apresentada uma estimativa da variação de oferta global de equipamentos, e que, portanto, pode ser utilizada como uma primeira estimativa da variação dos investimentos nesse item.

TABELA N.º 1

Estimativa Oferta de Bens de Capital — 1967=100

Origem/Anos	1967	1968	*Pesos*
Produção interna	100	133,65	86,3
Mecânica	100	128,8	42,9
Material Elétrico e Comunicações	100	81,4	9,8
Material de Transporte	100	149,5	33,6
Importação Equipamentos	100	121,7	13,7
TOTAL	100,0	132,0	100,0

Fonte: Mecânica e Material Elétrico — índices com base nos dados de produção física do Deicom — IBGE.
Material de Transporte — produção de camionetas e caminhões — Anfavea.
Importação — Departamento Econômico Banco Central.
Pesos — A industrialização brasileira — IPEA, dentro dos ramos; entre ramos, valor adicionado FGV.

Infelizmente não é possível construir índices comparativos para os anos anteriores, de vez que alguns dos dados utilizados nessas estimativas sòmente são disponíveis para 1967 e 1968. Observa-se, contudo, que deve ter havido considerável incremento do volume de investimentos em equipamentos, para o que se estima a taxa de 32%.

Ainda nesse nível de agregação, pode-se utilizar como indicador do comportamento dos investimentos privados o volume de emissões de capital, deduzidas aquelas referentes a mera reavaliação de ativos. Os dados da tabela n.º 2 abaixo, foram construídos com base nos dados publicados na revista *Conjuntura Econômica* e se referem ao período janeiro/outubro de cada ano.

TABELA N.º 2

Emissões de Capital
Preços de janeiro de 1964

Anos	*NCr$ milhões Preços de jan./1964*	*Índices 1967=100*
1966	809,3	89,2
1967	906,9	100,0
1968	1 149,9	126,8

Fonte: *Conjuntura Econômica* — vários números.
Deflator utilizado: índice 2 — Índice Geral de Preços — FGV. Os dados devem ser considerados com reservas devido à variação das amostras.

Dada a natureza dêsses dados, que em princípio devem servir para indicar não só a variação de investimentos em equipamento, como também a investimento em construções, etc., os mesmos permitem observações um pouco mais gerais. O crescimento observado, da ordem de 27% em têrmos reais, deve estar mais próximo da verdadeira variação.

Essas observações permitem dizer que provàvelmente os investimentos em 1968 cresceram a uma taxa maior que o produto real, sendo de se esperar, portanto, que a taxa de investimento se elevou em 1968. Admitindo-se um modêlo de crescimento bastante simples, em que o crescimento da capacidade de produção em cada ano depende do volume de investimento desenvolvido no ano anterior, essa elevação do nível de investimento permite prever para 1969, uma taxa permissível de crescimento bastante elevada.

II — Contudo, na ausência de estimativas do nível de investimentos nos últimos anos, a informação relativa à taxa de crescimento do volume de investimentos privados ou dos investimentos em equipamentos é de pouca valia. Seria interessante portanto produzir uma estimativa do nível de investimentos para 1968.

Com êsse objetivo, o professor Antônio Carlos Roca construiu uma relação entre o investimento bruto de capital fixo em cada ano, o volume de bens de capital importados no mesmo período e o nível de produto no ano anterior. É importante destacar que tal relação não está sendo utilizada como uma equação de comportamento, no sentido de incluir os fatôres que efetivamente determinem o nível de investimentos da economia em cada ano. Trata-se simplesmente de uma relação que permaneceu estável no período de observação, e dessa forma tem algumas condições de ser utilizada para se obter a estimativa desejada. A relação estimada é dada por:

$$I_{ft} = -18{,}9918 + \underset{(0{,}0048)}{0{,}1173}\, Y_{t-1} + \underset{(0{,}0232)}{0{,}2405}\, M_{kt}$$

$$R^2 = 0{,}985$$

onde as variáveis se referem ao período 1950/1964, e

I_{ft} = formação bruta de capital fixo a preços constantes de 1953 — *Revista Brasileira de Economia*

Y_t = produto real — *Revista Brasileira de Economia*

M_{kt} = importação de bens de capital — índice de *quantum* da importação de equipamento — *Conjuntura Econômica*.

Apesar do caráter descritivo da relação estimada, é claro que o nível de investimento em cada período deve estar associado ao desempenho da economia no ano anterior, no que diz respeito a lucros, por exemplo, ou eventualmente na formação de expectativas para o futuro próximo. Por outro lado, dada a componente de importação ainda elevada dos investimentos em capital fixo, é de se esperar elevada relação com a importação de bens de capital. A qualidade do ajustamento é supreendente, o que é fàcilmente verificável pela parcela de variação explicada, de mais de 98% e pelo nível de significância dos coeficientes estimados.

No gráfico anexo, são apresentados os valôres observados e estimados, pela relação indicada, no período considerado para o ajustamento.

III — Conquanto as taxas de crescimento do produto real tenham sofrido flutuações relativamente bruscas de 1964 em diante, as estimativas de investimentos fixos indicam um crescimento substancial e persistente desde 1966. Para fins de avaliação de importância dêsses resultados no que diz respeito ao crescimento da capacidade de produção interna, e avaliar o esfôrço relativo de investimento, é interessante verificar o comportamento da proporção entre a formação de capital fixo e o produto real. Na tabela n.º 3 adiante, são apresentados êsses elementos.

TABELA N.º 3

Formação de capital fixo e produto real — 1960/1968

Anos	*Produto real (1)*	*Formação de cap. fixo (2)*	*(2)/(1)*	*Previsto no programa estratégico*
1960	653,9	94,5	14,45	
1961	699,6	103,3	14,76	
1962	732,0	101,4	13,85	
1963	746,1	103,4	13,85	
1964	773,1	92,3	11,93	
1965	803,2	88,5	11,02	
1966	838,5	97,1	11,58	
1967	877,9	111,3	12,68	
1968	939,3	122,9	13,08	12,6%
1969	—	—	—	13,4%
1970	—	—	—	14,2%

O nível atingido em 1968, embora ainda inferior àqueles observados no início desta década, é o mais elevado desde 1963. Note-se que o valor apresentado para 1961 da ordem de 14,8% é o mais elevado desde 1953. A proporção de investimento fixo sôbre o produto real observado em 1968 supera ligeiramente aquela projetada no programa estratégico de desenvolvimento, estimada em 12,6 para 1968.

IV — As taxas de investimento previstas no programa estratégico são compatíveis com um crescimento de longo prazo do produto da ordem de 6,2% ao ano, a partir de 1969. A taxa estimada para 1968, já superior àquela projetada no referido programa, admite portanto um crescimento de longo prazo um pouco superior a essa taxa.

Não obstante se possa atribuir êsse crescimento de investimentos, em certa parte, dos investimentos em algumas áreas específicas e de certo modo estimuladas pelo Govêrno, e aos investimentos privados induzidos por essa atuação, é importante destacar que no período sob análise, especialmente a partir do primeiro trimestre de 1967, foram mantidos ou criados fatôres que justificam uma retomada dos investimentos. Por exemplo, o uso simultâneo de instrumentos de política fiscal e de uma política monetária mais flexível permitiram um crescimento do produto sem grandes flutuações da liquidez do sistema, criando condições mínimas de expectativa favoráveis à realização de investimentos.

Em têrmos de perspectivas para 1969, no que diz respeito aos níveis de investimento, deve-se acrescentar a êsse respeito, a tomada de uma série de medidas, especialmente no que se refere ao tratamento do impôsto de renda sôbre ações e correção do capital de giro, e que deverão permitir aumentar a disponibilidade de poupança para fins de investimento em capital fixo, provenientes das emprêsas e reduzir o custo de sua captação, seja por recursos próprios da emprêsa seja por recurso ao mercado de capitais.

Isto é, na medida em que se mantiver em grau elevado a utilização de capacidade na indústria, as perspectivas para 1969 tendem a indicar condições ainda mais favoráveis à ampliação dos investimentos, tanto no que diz respeito às perspectivas de demanda, tanto no que toca aos recursos disponíveis para investir. Acresce notar que no ano de 1968 deve ter caracterizado uma elevação das margens no lucro real elevando assim a parcela de recursos próprios no financiamento de investimentos.

Os dados relativos a investimentos planejados pelo setor privado são infelizmente incompletos para alguns ramos e inexistentes para outros. Contudo, na sondagem conjuntural elaborada pela FGV em outubro de 1968, se dispõe de alguns elementos interessantes quanto aos investimentos realizados pelos informantes em 1967/68 e aquêles já programados para 1969 e para os anos seguintes. Dispõe-se da percentagem das vendas de 1967 representadas pelos investimentos realizados e programados no período citado. Tomando-se a média ponderada dessas cifras, usando como pesos o valor adicionado de cada ramo é obtido o seguinte:

TABELA N.º 4
Investimentos realizados ou projetados como percentagem do valor das vendas de 1967

Ano	*Média*	*Índice*
1967	6,8	100,0
1968	9,2	136,2
1969	11,3	166,7
1970 e seguintes	24,8	

Fonte: Sondagem Conjuntural — FGV.

Como as percentagens citadas estão referidas a uma base única para cada ramo, o seu comportamento pode ser tomado como uma indicação do investimento programado ou realizado em têrmos reais. Constata-se um acentuado crescimento programado para 1969, da ordem de 22% sôbre os níveis de 1967. A taxa de crescimento estimada entre 1967 e 1968 é muito próxima daquela estimada na tabela n.º 1 para a oferta total de bens de capital, o que de certa forma pode ser uma indicação de que o investimento na indústria de transformação em 1968 tomou bàsicamente a forma de acréscimo ao volume de máquinas e equipamentos, sendo uma parcela menos importante destinada a novas instalações, construções, etc.

Dessa forma, existem razões para acreditar que o nível de investimentos no setor privado e, em particular, na indústria de transformação deverá apresentar em 1969 níveis mais elevados do que os estimados para o ano anterior, o que garantirá a continuidade do desenvolvimento.

INDUSTRIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

NESTOR JOST
Presidente do Banco do Brasil

Na atual fase do processo de desenvolvimento brasileiro o fortalecimento do setor agrícola vem sendo considerado de importância estratégica fundamental. Conquanto expressivo o crescimento das safras de produtos agrícolas alimentares històricamente verificado, que entre 1957 e 1964 admite-se haja sido de, aproximadamente, 45%, ou quase o dôbro do aumento do efetivo populacional, não há grandes divergências de opinião quanto a necessidade de um deliberado esfôrço no sentido de incremento substancial dos principais itens da produção agropecuária, exceto café. Cogitar, porém, de maior oferta de alimentos, implica obrigatòriamente promover sua progressiva industrialização, sob pena de perdas irreparáveis decorrentes da impossibilidade de consumo imediato e *in natura* de grande parte dos gêneros alimentícios.

O assunto adquire particular interêsse porque, no conjunto das indústrias de transformação, as de produtos alimentares já desfrutam o primeiro lugar quanto ao número de estabelecimentos e ao valor da produção, situando-se em segundo lugar no que se refere ao quantitativo de mão-de-obra ocupada. Essa posição de destaque contrasta, todavia, com o baixo nível de tecnologia que prevalece no setor, no qual quase metade dos estabelecimentos estão voltados para a atividade de simples beneficiamento, sendo de pouca monta o avanço observado na melhoria dos métodos de conservação ou envase, salvo raras exceções representadas por empreendimentos do mais alto padrão.

CONCENTRAÇÃO DE CAPITAIS

Quanto ao tamanho da emprêsa, sabe-se que há predominância de unidades demasiadamente pequenas, com a inevitável sequela de produção reduzida, elevado custo unitário e baixa rentabilidade. Isso explicaria, também, a inevitável tendência à flagrante concentração de capitais demonstrada em pesquisa recente que revelou que menos de três por cento dos estabelecimentos sob a forma de sociedade anônima eram responsáveis por cêrca de 50% dos investimentos no setor. Ainda em conseqüência, a indústria de produtos alimentares se concentra especialmente na Região Centro-Sul do país e sòmente São Paulo e Rio Grande do Sul respondem por mais de 50% da produção industrial de alimentos, absorvendo mais de 50% do capital aplicado e de 43% do pessoal ocupado.

A importância relativa da indústria de alimentação acusa descenso persistente nos três últimos levantamentos censitários e bem compreensível em face da notória expansão e diversificação da atividade industrial. Mas êsse declínio no ritmo de crescimento deve traduzir, também, limitações de outra ordem, como o inadequado sistema de produção agropecuária, caracterizado principalmente por níveis de produção, as altas taxas de desperdício e a falta de especialização de áreas produtoras.

Sem esgotar a matéria, outros entraves poderiam ser enumerados; em particular a deficiência da rêde de armazenamento, mais séria ainda quanto a câmaras frias, o afastamento da fronteira geográfica da agricultura, a insuficiência e alto custo dos meios de transporte, antiquados e inaceitáveis métodos de comercialização, a curta duração das safras, a falta de padronização dos produtos e, em grande parte, a descapitalização das próprias emprêsas, pelo desgaste inflacionário, só desacelerado a partir de 1965.

Os estudos realizados com base em orçamentos familiares permitem desde logo verificar que o consumo *per capita* nas áreas rurais tende a ser nitidamente inferior ao observado no setor urbano, no caso de produtos sujeitos a elaboração industrial ou cuja produção seja confinada a determinada região do país. São exemplos o trigo, que além do mais depende pesadamente da importação, cujo consumo rural se mantém pouco acima da metade do atingido nas cidades: os óleos vegetais, a batata-inglêsa, a laranja e a carne bovina que também se restringem à metade, na dieta do interior, pelas dificuldades e custo do sistema de distribuição.

O conhecimento muito aproximado que possuímos da estrutura e funcionamento do parque industrial apoiado no beneficiamento e transformação dos produtos agrícolas, principalmente quanto às suas deficiências, anomalias e distorções, parece de molde a permitir a elaboração de um amplo programa que contemple satisfatório atendimento da futura demanda, projetada esta não só em têrmos de crescimento populacional como também em função das estimativas de elevação de renda, isto é, de melhoria dos padrões de consumo.

O escopo último seria acelerar o desenvolvimento da industrialização agrícola, o que ensejaria o alcance simultâneo de objetivos paralelos de importância não desprezível.

ESTABILIDADE DE MERCADO

Os interêsses da indústria estão vinculados ao do setor primário, pois sem suficiente produção não se tornará viável a industrialização em bases econômicas; mas é o setor industrial que, garantindo a absorção de eventuais excedentes, assegura relativa estabilidade de mercado e permite ao lavrador, diante da certeza de colocação dos seus produtos, planejar racionalmente seu trabalho e efetuar os investimentos necessários com vistas ao aumento de sua produção e à melhoria da produtividade de suas culturas. Esta dependência da agricultura sempre se verifica, em maior ou menor grau, assumindo não pouco freqüentemente aspectos de rigidez, como nas explorações da mandioca, do tomate, da uva, do pêssego, da goiaba, do marmelo e da ervilha, para citar poucos exemplos.

A operação das emprêsas industriais impõe a concentração e especialização das áreas produtoras, o que por sua vez acarreta o aumento dos investimentos agrícolas em máquinas e equipamentos e a maior utilização dos chamados insumos tecnológicos — fertilizantes, corretivos, inseticidas, mudas e sementes selecionadas — tudo isso contribuindo para a elevação da produtividade rural e redução dos custos de produção.

É fato notório que, atualmente, a dispersão e a fraca densidade de utilização das áreas de cultura e do pastoreio constituem uma das graves distorções da economia agrícola brasileira. Nenhum outro incentivo senão o da industrialização será capaz de corrigir em curto prazo tais vícios estruturais, tendo em vista as condições geo-econômicas e as extensas áreas do território nacional, onde a existência de *fronteiras* e de *terras virgens* constituem ainda poderoso estímulo à dispersão das atividades agropecuárias ao sistema extensivo de culturas e de criação. Êste afastamento progressivo entre as zonas de produção e os centros de consumo gera, como não pode deixar de ser, ainda maiores dificuldades de abastecimento e crescente elevação dos custos de transporte e distribuição dos gêneros produzidos.

A criação de indústrias determinará ampliação das oportunidades de emprêgo e conseqüente aumento do salário familiar, mormente quando ocorrer em áreas rurais, onde poderá absorver mão-de-obra em desemprêgo disfarçado, ou o trabalho de mulheres e menores.

A indústria é o pólo dinâmico do desenvolvimento, por excelência. A presença de um estabelecimento fabril, em zona rural, suscita múltiplos e benéficos impulsos de promoção social e econômica, a começar pela infra-estrutura, com a melhoria das condições de transportes, comunicações, de suprimento de água, de fornecimento de energia elétrica, de educação, de saúde, de abastecimento alimentar, de diversões, de esporte e de culto religioso, proporcionando, assim, maior bem-estar econômico e social das coletividades.

A par disso, beneficia-se direta e indiretamente a administração local, que alarga seu campo de carga fiscal e tributária, com a implantação da atividade industrial e a ampliação do comércio em geral, resultante da elevação do padrão econômico.

Outra vantagem igualmente ponderável é o fato de constituírem os estabelecimentos fabris, por si mesmos, depósitos de matérias-primas e de produtos elaborados, além de disporem, freqüentemente, de armazéns autônomos, silos e câmaras frigoríficas necessários às suas operações. Em conseqüência, contribui a industrialização para a redução da perda de alimentos, permitindo maior e melhor aproveitamento das matérias-primas agrícolas e maior regularidade no escoamento para os centros de consumo.

Com o decorrente aumento da capacidade de armazenamento, a redução do volume dos gêneros alimentícios através do processo de industrialização e a melhoria das condições de conservação, permitindo embarques em prazos mais dilatados, a ampliação do parque industrial concorre ainda para aliviar as pressões que sazonalmente se instalam nos meios de transporte, nos auges de safras, contribuindo para a redução dos custos operacionais. E é óbvio que a apresentação, em tamanho mais compacto, não só beneficiará o sistema de transporte como também facilitará, em muito, a fase final de comercialização.

APROVEITAMENTO DE SUBPRODUTOS

Não poderá deixar de ser mencionado o racional aproveitamento de valiosos subprodutos que ainda hoje, em nosso país, estão fadados a criminoso desperdício. Muitos dêles, de alta serventia no fabrico de rações para animais, passarão a ter seu suprimento ampliado e a preços competitivos, facilitando conseqüentemente o desenvolvimento dos rebanhos, inclusive a criação de pequenos animais em áreas próximas, contribuindo dêsse modo para a complementação da economia regional e melhoria das condições de abastecimento das populações locais.

Em síntese, ter-se-á assegurado o aumento do suprimento de gêneros alimentícios e melhoria dos seus padrões qualitativos, permitindo a regularização do abastecimento e redução dos preços dos alimentos; a finalidade precípua é enriquecer, a curto prazo, a dieta dos brasileiros, cuja posição, neste particular, não é nada lisonjeira.

INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

O desejado fortalecimento da indústria de alimentos, exige, porém, necessàriamente, expansão de indústrias correlatas, como a de material de acondicionamento e embalagem, máquinas e implementos, aparelhagem elétrica, hidráulica e de vapor, de aditivos químicos e de outras, em menor escala; contribuirá decisivamente para o aperfeiçoamento das práticas de comercialização dos gêneros alimentícios, pelo aumento e diversificação dos produtos distribuídos.

A industrialização rural, em pleno florescimento, representará, por igual, campo bastante atrativo para a intensificação de pesquisas científicas e realização de estudos visando à assimilação das inovações tecnológicas disponíveis na esfera internacional, tais como a liofilização, a homogeneização e a produção de alimentos supercongelados.

Implantado segundo os melhores princípios de racionalização, o complexo de indústrias apoiadas na agricultura teria condições de atender não só ao mercado interno como também de competir no exterior, colocando o país em posição de obter divisas com alimentos industrializados, o que significa comercializar bens beneficiados e valorizados.

Enfim, em face das condições vigentes nas nações mais adiantadas, seria de fazermos no Brasil um esfôrço extraordinário no sentido de vigoroso e rápido crescimento das indústrias de conservação e transformação de alimentos, com salutar reflexo sôbre as condições de vida de nossa gente.

AINDA A TAXA DE JUROS

DÊNIO NOGUEIRA

Há um ano, neste mesmo número especial do JORNAL DO BRASIL, escreviamos sôbre a importância da taxa de juros na política econômica e de crédito do Govêrno. Afirmávamos, então, que ainda não havia sido descoberto outro processo de seleção dos investimentos que deviam ou não ser levados a cabo. É o que os economistas chamam de "eficácia marginal do capital", isto é, a diferença entre a lucratividade esperada de um investimento e o custo do dinheiro para efetivá-lo.

Esta seleção foi prejudicada pela existência, durante muitos anos, de uma taxa **real** negativa de juros, ou seja, a taxa **corrente** de juros era inferior à taxa de elevação dos preços. Com isso, todos os investimentos passavam a ser altamente rentáveis, por fôrça de uma redistribuição de renda em que os que poupavam eram prejudicados, em benefício dos que investiam.

É óbvio que, durante a fase da inflação foram realizados vários investimentos que têm de desaparecer tão logo se atinja um mínimo de estabilidade dos preços. Sem que isso ocorra, não se pode pôr um fim na inflação, pois a procura de fatôres de produção tenderá sempre a exceder sua oferta forçando, portanto, uma elevação de seus preços.

É o que diz a APEC em seu editorial de 20 de janeiro último:

"Aliás, na maioria dos programas de estabilização monetária, os movimentos da taxa de juros passam por duas fases. Primeiro, com as dificuldades de crédito, verifica-se uma alta de seus níveis, sujeitando-se as emprêsas a obter liquidez a qualquer custo. Isso leva muitas delas à insolvência, e acaba convencendo os banqueiros de que quem se compromete a pagar juros altos nem sempre devolve o principal. Com essa constatação e com a reversão das expectativas, quanto à inflação futura, inicia-se então o movimento descendente das taxas de juros."

Sem o saneamento das emprêsas que só podem sobreviver na inflação é impossível atingir-se a estabilidade dos preços. E não há como fazer-se êsse saneamento, sem que funcione o único instrumento adequado a tal seleção: a taxa de juros.

Em 1965 e 1966, tivemos exatamente essa experiência. As concordatas e falências então verificadas eram o sinal de que se estava na verdade realizando o saneamento das emprêsas, só devendo sobreviver as que efetivamente poderiam continuar a existir sem inflação.

Trata-se, indiscutivelmente, de uma transição assaz dolorosa. E não é por outro motivo que os ministros de fazenda e bancos centrais em todo o mundo tanto se preocupam quando o desequilíbrio inflacionário começa a manifestar-se. Tratam imediatamente de corrigi-lo, sob pena de, mais tarde, terem de passar pela situação que vivemos em 1965 e 1966 e devemos repetir em 1969, se o Govêrno estiver de fato decidido a pôr fim à inflação.

Não é, porém, com o tabelamento da taxa de juros que se atingirá o resultado almejado. Sòmente quando a demanda de crédito fôr reduzida a um nível adequado à atividade econômica normal, e não febricitante em decorrência da inflação, as taxas de juros voltarão ao seu ponto normal, sem que ninguém se tenha de preocupar com ela.

Não queremos, com isso, afirmar que as autoridades monetárias devam fechar os olhos ao problema. Muito há que fazer, além do que já foi feito.

Há que estimular o refôrço do capital de giro das emprêsas na linha do Dec.-Lei 62, que permitiu sua reavaliação. Há que estimular a fusão de emprêsas, eliminando os entraves fiscais e burocráticos à sua concretização. Há que eliminar os ônus fiscais que pesam sôbre o custo do dinheiro — como o impôsto sôbre operações financeiras — cuja cobrança antecipada onera ainda mais o custo efetivo do dinheiro. Há que estimular e facilitar a desmobilização das emprêsas em proveito do refôrço do capital de giro. Há que limitar o acesso ao mercado dos títulos públicos — especialmente os estaduais — principais responsáveis pela pressão que a taxa de juros vem sofrendo nos últimos anos.

Enfim, se a taxa de juros não fôr deixada tão livre quanto possível, não será aperfeiçoada a estrutura financeira das emprêsas brasileiras e a pressão da demanda de dinheiro não se reduzirá, impedindo que, a prazo médio, a taxa de juros encontre o seu nível de equilíbrio num ponto que estimule a poupança e desestimule o desperdício de dinheiro com investimentos inadequados.

RÊDE BANCÁRIA RURAL

TEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS
Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara

1. Inexiste, na verdade, rêde bancária rural, no sentido técnico da expressão.

A Lei n.º 4 829, de 5 de novembro de 1965 institucionalizou o crédito rural, isto é, o suprimento de recursos financeiros prestados por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais e suas cooperativas, para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos específicos, que aquêle diploma legal enumera.

Até então, o Banco do Brasil S.A. constituía o grande aplicador no setor rural, ao lado de alguns estabelecimentos que, pela sua localização, operavam com títulos vinculados à produção de café, cacau, algodão, arroz e mamona, especialmente.

Note-se que a própria lei de reforma bancária (Lei n.º 4 595, de 31 de dezembro de 1964) incluiu entre as competências do Banco do Brasil, na qualidade de Agente Financeiro do Tesouro Nacional (Art. 19, n.º 1, letras d e e), a de adquirir e financiar estoques de produção exportável e executar a política de preços mínimos dos produtos agropastoris.

DISCIPLINA DO CRÉDITO RURAL

2. O Decreto n.º 58 380, de 10 de maio de 1966, aprovou o regulamento da lei que institucionalizou o crédito rural e integrou no Sistema Nacional de Crédito Rural, como órgãos auxiliares, os bancos privados.

Mas foi a Resolução n.º 69, de 22 de setembro de 1967 que disciplinou a sistemática operacional do setor bancário, ao exigir que os estabelecimentos mantenham aplicada em operações típicas de crédito rural, contratadas com produtoras ou suas cooperativas, importância equivalente a 10% (dez por cento) do valor total de seus depósitos, dêles excluídos:

a) Depósitos a prazo fixo com correção monetária;

b) Depósitos vinculados a operações de câmbio;

c) Depósitos transitórios de entidades públicas, destinados a pagamento de salários de funcionalismo ou oriundos de recolhimento de tributos e contribuições à Previdência Social, que devam ser transferidos a estabelecimentos oficiais de crédito;

d) Depósitos de Governos estaduais e municipais e suas autarquias, nos respectivos bancos oficiais.

Foram também excluídos os recolhimentos compulsórios em dinheiro.

O ARTIFICIALISMO DOS JUROS

3. A Resolução n.º 69 instituiu sistema artificial de juros, subvencionando de forma inadequada uma categoria econômica em detrimento das demais, e além disso, alargando o prazo das operações, reduzindo, desta forma, a velocidade das aplicações.

Senão vejamos: as operações serão realizadas à taxa de juros não superior a 12% ao ano e acrescida de comissão de fiscalização de até 2% ao ano, elevável esta até 6% ao ano quando se tratar de operação de valor superior a 50 vêzes o maior salário mínimo em vigor no país, ou de valor que, somado ao montante dos financiamentos de responsabilidade do mesmo cliente, venha a ultrapassar aquêle limite.

INSTRUMENTOS DE CRÉDITO RURAL

4. Despreparada para aplicar volume tão elevado e em pouco tempo, a rêde bancária privada passou a oferecer empréstimos, muitas vêzes sem condições de poder verificar a real destinação dos recursos.

A carência de assistência técnica é outro fator negativo, a prejudicar a melhor implementação do crédito rural.

Acresce, ainda, que não tínhamos legislação que simplificasse a formalização dos instrumentos de crédito rural, lacuna preenchida pelo Decreto-Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, que admite os seguintes títulos de crédito: Cédula Rural Pignoratícia, Cédula Rural Hipotecária, Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária, Nota de Crédito Rural, Nota Promissória e Duplicata Rural.

5. Merecem registro as palavras do jurista e especialista em crédito rural Antônio Ferreira Álvares da Silva:

"Não é demais que insistamos em realçar ser a pactuação dos financiamentos rurais, através dos instrumentos da Lei n.º 492, extremamente demorada e onerosa, bastando assinalar que um empréstimo, garantido por hipoteca, tem sua efetivação sujeita, inicialmente, à elaboração de extensa minuta: em seguida, aprovados os têrmos da convenção pelo financiado, tal minuta é levada a cartório para que se lavre, no livro de notas, a respectiva escritura; lavrada esta, seu teor é lido para as partes, que a aceitam; assinada a escritura, é extraído o traslado para que se promova sua transcrição no Registro de Imóveis; êsse traslado é conferido mais uma vez pelo órgão financiador; o ato de transcrição é longo e demorado porque se faz integralmente no Livro n.º 2 e também, quando há concomitância de garantia hipotecária com penhor rural, no Livro n.º 4. E, por fim, é certificado, por têrmo, a transcrição, tudo sob a cobrança de pesados emolumentos (**Simplificação da Formalização dos Instrumentos de Crédito Rural, in Boletim Trimestral do Banco do Brasil S.A.**, janeiro-março de 1968, ano III, pág. 53.)"

E concluí: "Em contraposição a isso, temos, agora, a hipoteca cedular, de constituição instantânea, sem minutas, sem traslados, sujeita à inscrição sòmente no Livro n.º 9, especialmente instituído para servir aos fins do Decreto-Lei n.º 167, com o mesmo valor e efeito jurídico e sob módicas despesas cartorárias."

TÉCNICA OPERACIONAL

6. A estruturação de uma rêde bancária rural, tècnicamente habilitada a acolher os pedidos de financiamento dentro das normas de estímulos à produção e comercialização rurais só poderá ser implementada com o tempo, pois faltam técnicos qualificados e sobram recursos, principalmente quando se iniciou um **rush** de operações de crédito rural.

Daí ter a Circular n.º 120, de 20 de agôsto de 1968 ultrapassado o âmbito comum das instruções de rotina e feito recomendações baseadas na boa técnica de crédito rural: "Constitui objetivo do crédito rural o fomento da riqueza nacional no setor primário da economia. A distribuição dos recursos com essa finalidade deverá, portanto, ter em vista a solução dos principais problemas ligados à estrutura da produção e à comercialização dos produtos rurais.

Para que êsse objetivo seja alcançado é imperioso que as aplicações pelo crédito rural se voltem, sistemàticamente, para os empreendimentos que possam contribuir para o aumento da produção e da produtividade das culturas e criatórios, quer incentivando a introdução de métodos racionais nas explorações agropastoris — ainda exercidas, em grande escala, sob condições empíricas — quer estimulando o aprimoramento dos processos de comercialização, inclusive pelo oferecimento de alternativas compatíveis com as preferências do mercado consumidor.

É indispensável, pois, que o crédito rural seja aplicado com a preocupação de que resultará em efetivo acréscimo da potencialidade do setor rural — como produtor e como consumidor — evitadas as distorções que propiciem o seu desvirtuamento ou desvio para fins que não atendam aquêle princípio, ou que favoreçam atividade que a política rural em execução desaconselhe estimular."

Ora, está à mostra fato indiscutível: o Govêrno, ao impor — cumprindo lei demagógica, aprovada pelo Congresso Nacional — a aplicação de 10% do total dos depósitos em operações de crédito rural, sem prévio levantamento das reais necessidades creditícias do setor e independentemente da organização de técnica adequada para a melhor execução do dispositivo legal, encontrou a rêde bancária despreparada para a tarefa, dando tais fatos lugar a deformações prejudiciais ao Sistema Financeiro Nacional.

RÊDE BANCÁRIA RURAL

7. Cabe a pergunta final: Quais as soluções?

Reconhecemos o esfôrço do Banco Central do Brasil, aperfeiçoando, através de resoluções e circulares, a sistemática operacional do crédito rural. Por outro lado, a experiência do Banco do Brasil S.A., tem contribuído para a implantação de normas objetivas, calcadas na realidade e no reconhecimento de erros do passado.

Faltam, agora, as seguintes medidas:

a) o dimensionamento das reais necessidades de crédito para o setor rural, de forma a inexistir recursos ociosos ou aplicados em excesso;

b) ajustar a taxa de juros de forma a impedir que aplicações negativas onerem o custo operacional dos bancos, refletindo-se sôbre as demais atividades;

c) encurtamento dos prazos, sem prejuízo da liquidez do sistema e com o escopo de reduzir as imobilizações e de aumentar a velocidade operacional;

d) criação de novos cursos e seminários sôbre crédito rural, inclusive um **Manual de Crédito Rural**, de forma a habilitar a rêde bancária privada a bem operar nesse setor;

e) estruturação de Carteiras de Crédito Rural, da qual façam parte técnicos especializados na matéria, entidades ou instituições que possam dar a assessoria necessária às operações.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

JAYME MAGRASSI DE SÁ
Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

Amplos, mas não tão fecundos quanto desejável, têm sido os esforços acadêmicos para conceituar e definir uma **economia regional**. O têrmo **regional** não se compadece de limitações e a expressão **economia** concebe atividades de certa monta. Ficam, assim, afastadas, naturalmente, figuras simples de atividades **isoladas** em **áreas restritas** ou **locais**. E ao considerarem dimensões maiores e complexidade mais acentuada, depararam-se os tratadistas com dificuldades severas, que não lhes permitiram até aqui senão conceitos e definições parciais, marcadas por razoável dose de imprecisão. O avanço maior no campo acadêmico se deve aos pensadores franceses, com a sua figura dos **pólos de irradiação**, cujas ondas respectivas se espargem, em efeitos decrescentes, por certa área geo-econômica de influência. Mas, o uso prático dessa conceituação se tem apresentado, não raro, pleno de insuficiências, sendo freqüente verificar-se a imperfeita utilização do conceito de **economia regional**, aplicado com excessivo elastério e nem sempre de forma apropriada.

Se é, pois, bastante delicado falar-se em **economia regional**, mais o é, ainda, falar-se em **desenvolvimento regional integrado**. Pois, então, além das dificuldades já referidas, outras se apresentam, ligadas aos conceitos de **desenvolvimento** e de **integração**, especialmente a êste último, já que quanto a **desenvolvimento** as definições hoje disponíveis são abundantes e algumas bem razoáveis.

Integração é figura que se pode examinar de diversos ângulos, embora três dêles se destaquem para os fins dêste artigo:

a) o da interpenetração através de correntes comerciais **regulares**;

b) o do balanceamento ou equilíbrio estrutural;

c) o da harmonização entre a parte e o todo.

O exame nos conduz, no primeiro caso, à questão das áreas ou subáreas alheias à economia de mercado ou ao âmbito da economia monetária, comumente denominadas ou conhecidas como de **economia consuntiva.**

Já sob o segundo ângulo de enfoque, é a evolução não desequilibrada ou pelo menos não fortemente desequilibrada dos três setores — primário, secundário e terciário — que merece consideração maior.

No terceiro caso, a interação entre a economia dita regional e a nacional é a base das indagações.

A abordagem de qualquer dos três aspectos e de seu conjunto não é matéria muito favorável a formulações teóricas ou a discussões temáticas. Não pode, evidentemente, desprender-se da realidade, para ser objetiva. E desde logo dois problemas maiores se colocam ao analista como merecedores de atenção especial — o estágio em que se encontra a região e a constelação de fatôres de produção de que dispõe, incluídas nessa constelação, para visão mais ampla, as potencialidades da área.

Vejamos a questão do estágio estrutural.

O desenvolvimento requer que a estrutura existente ofereça condições compatíveis para receber determinado volume e determinada qualidade de inversões. Demanda, portanto, gradação, mercê de apropriada quantificação e seguro rateio dos investimentos que se pretendem realizar; e de tal forma que o próprio conjunto das inversões ostente condições de economicidade. Sem isso, advêm os **estrangulamentos**, que serão, òbviamente, vários e impositivos.

O segundo problema é, na verdade, o outro lado do problema estrutural — a disponibilidade efetiva de fatôres. E aí temos que examinar alguns aspectos, entre êles ressaltando o tipo de inversão do ponto-de-vista físico ou técnico, ou, o que é o mesmo, a composição dos fatôres de produção. Nesse particular, o ponto fundamental é dispor-se de orientação saudável para ordenar essas inversões, orientação concebida ou conformada de modo a evitar a disputa severa de alguns fatôres, relativamente escassos, e o agravamento do grau de ociosidade de outros, em regime de pletora de oferta. Em muitos casos, as inclinações naturais da região são abandonadas pelo afã de modificar-lhe abruptamente a estrutura, levando a que se subestimem, em geral, os efeitos positivos que pode ter para o progresso regional um movimento de penetração comercial que alargue o âmbito da economia de trocas através da incorporação de populações que ainda vivem à base do esfôrço de produção para consumo próprio.

Pode-se dizer que a integração intra-regional é um movimento em três direções:

I) alargamento do mercado, inclusive pela incorporação de áreas ainda de autoconsumo;

II) harmônica evolução estrutural mediante ataque racional às limitações existentes, e

III) razoável combinação de fatôres, que pode e deve, em certa margem, considerar as potencialidades, especialmente no que se refere a recursos naturais.

Integrar o desenvolvimento de uma região no desenvolvimento da economia maior é outro problema a considerar. A primeira premissa a observar a êsse respeito é a das vantagens relativas, tendo em vista as inclinações naturais e a capacidade efetiva de produzir mediante combinações eficazes, porque viáveis e com rendimento econômico, dos fatôres de produção efetivamente disponíveis. A segunda é dada pela disponibilidade de mercado, fundamental para que as inversões possam ser **reprodutivas**, econômica e financeiramente falando, isto **é**, em têrmos de renda real e de solvência financeira. A terceira premissa é a das alternativas de produção, tendo-se como indicador o maior ganho de rendimento possível nas trocas com o resto da economia.

O desrespeito a êsses três postulados básicos pode provocar, e em geral provoca, um dos dois fenômenos: **estancamento** do processo de desenvolvimento ou, pelo menos, severa perda de ritmo nesse processo, ou a perda de oportunidades reais qu. utorgam sentido econômico ao esfôrço de inversão.

Se tomarmos a realidade brasileira, encontraremos matéria para meditação, à luz do acima mencionado.

Assinale-se preliminarmente que a nossa classificação **regional ou de região** é muito deficiente. A Região Nordeste é de amplas dimensões, pois vai do Maranhão à Bahia. Não há, nessa região, identidade total de situações, nem **pólos** de influência decisiva sôbre tôda a sua vasta área. É, na verdade, uma definição muito mais geográfica do que econômica. Sub-regiões existem alheias ainda à economia de mercado. A combinação de fatôres é exigente, dada a forte pressão que exerce a ampla oferta de mão-de-obra. E em matéria de recursos, o setor primário ainda oferece oportunidades inaproveitadas e capazes de propiciar razoável evolução, inclusive mediante inversões de vulto não excepcional e de curto período de maturação.

Por outro lado, a criação de **pólos**, como a Bahia e Pernambuco, cuja influência não alcança tôda a região, não tem concorrido para corrigir situações de desequilíbrio de subáreas, ao mesmo tempo em que o acelerado ritmo de industrialização nesses dois **pólos** começa a exigir rápida evolução da base agrícola. A integração progressiva da economia da região na economia nacional requer, por outro lado, o aproveitamento de oportunidades imediatas, a fim de que o volume de investimentos na área ostente as condições necessárias de rentabilidade financeira e de reprodução real.

A Região Norte é outro exemplo. Nela, de igualdade parece existir apenas a rarefação populacional. É área em que pràticamente não existe estrutura econômica e cuja ocupação humana requer, desde logo, e em largas faixas, o desmatamento. O volume de inversões aí precisa levar em conta a necessidade, que é imperativa, de criar-se paulatinamente **uma base** de estrutura econômica que faculte as condições mínimas de reprodução, sob pena de esterilizarem-se por completo tentativas mais arrojadas de inversão.

Num país de grande extensão territorial, o desenvolvimento econômico toma feição ingrata em certas fases do processo. Não podendo existir, por razões intrínsecas, indústria de porte pulverizada por amplas extensões geográficas, os núcleos industriais se formam naturalmente e naturalmente se adensam. Êsse fato gera fortes pressões motivadas pelos desníveis de progresso. Provoca a emulação industrial ao longo do espaço físico. Tende a levar ao abandono de princípios saudáveis de evolução e à inobservância de certas vantagens relativas, além de propiciar inconveniente relegação do setor primário. Surgem, então, problemas em cadeia, como são, por exemplo, os que emanam de inversões que descuidam do balanceamento dos fatôres disponíveis e as que desprezam preocupações quanto à ampliação da economia de mercado. Esquecidas ficam as oportunidades imediatas oferecidas pelo mercado maior, isto é, o da economia como um todo.

Cuidados muito especiais devem, assim, ser tomados com respeito aos perigos de uma evolução regional alheia às premissas básicas que a devem inspirar, perigos que melhor se evidenciam quando se tem em mente a figura do que poderia ser desenvolvimento integrado.

O primeiro cuidado é o de que a programação regional se compatibilize com a nacional, pois sem a sintonia ou a integração dos planos, além dos desperdícios conseqüentes, advêm os **estancamentos**. O segundo, liga-se à articulação dos esforços financeiros regionais com os do poder central, de tal forma que o conjunto de inversões tenha maturação mais rápida, amparando-se reciprocamente as diversas aplicações de capital. O terceiro deriva-se daqueles dois: programação e esfôrço financeiro ordenados e com o objetivo de atender também às subáreas regionais de modo mais equitativo.

Quando o desenvolvimento de uma região ocorre ou é tentado numa situação em que a economia global ostenta ainda baixo nível de renda **per capita**, êsses cuidados são tanto mais necessários quanto a generalizada escassez de capital. Pois, então, aos desperdícios e aos **estancamentos**, regionais se adicionam os desvios na aplicação de recursos, com a conseqüente queda do rendimento médio do investimento global e subtração ao próprio esfôrço regional das condições de sustentação ao longo do tempo.

O conceito de desenvolvimento regional integrado requer, portanto, concepções largas e exercício seguro do instrumental analítico. Nem sempre se pode medir o crescimento efetivo apenas através do volume de inversões e/ou da taxa de incremento do produto num período dado, já que distorções e **estrangulamentos**, se podem estar formando na esteira ou no bôjo de um esfôrço acentuado em direções pouco compatíveis com os requisitos de uma evolução racional. A êsse respeito, por exemplo, o problema da distribuição setorial, funcional e social da renda é bastante sério por suas implicações.

De grande importância, sem dúvida, tem sido o trabalho acadêmico na busca de definições, embora seja modesto ainda o resultado alcançado nesse capítulo das **economias regionais**. Mas o exame detido da realidade e o uso ponderado do instrumental analítico, que a ciência econômica já faculta, permite visão razoável, capaz de nortear com certo grau de segurança os esforços de crescimento. O têrmo **integrado**, no caso, pode ser inferido pelo avanço racional de uma estrutura de produção, onde os estágios podem ser qualificados pelo fato simples de um mínimo de auto-sustentação; e o progresso conseqüente capaz de ocorrer sem a necessidade de sistemas permanentes de fomento calcados nos sacrifícios do resto da economia.

CORREÇÃO MONETÁRIA — PATOLOGIA DE UM BOATO

HENRIQUE FLANZER

Há três anos, houve uma **corrida** aos guichês de um grande banco da Guanabara, que poderia lhe trazer sérios prejuízos não fôra a pronta cobertura do Banco Central e dos amigos e clientes tradicionais. Uma análise posterior mostrou que a situação econômica e financeira do banco era impecável. Motivo da **corrida?** Rumôres e boatos sem fundamento.

Periòdicamente a Bôlsa de Valôres passa por oscilações bruscas em seu movimento de operações, ocasionadas por notícias informais que depois não se confirmam, mas que deixam um traço indelével no volume de negócios e nas cotações, mesmo depois de formalmente desmentidas e esclarecida sua improcedência.

Nos últimos meses ocorreu um fenômeno cujas características se assemelham aos dois casos acima, e que chamaríamos de **crise da correção monetária**. Dado o vulto que assumiu êsse fenômeno, e as conseqüências que advieram, procuraremos no presente artigo fazer uma análise do processo de elaboração da crise, cujo conteúdo é muito mais emocional que objetivo.

A CRISE DA CORREÇÃO

Até julho de 1968 a venda das unidades habitacionais financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação vinha funcionando satisfatòriamente. O mercado era francamente do vendedor. A oferta de financiamento a longo prazo se configurava como mercadoria escassa, que valorizava os empreendimentos, tanto para a classe média como para as de menor poder aquisitivo.

Dois meses depois, o panorama era bem diverso, sobretudo nos grandes centros urbanos e sua periferia: as vendas passaram a se processar com dificuldade, e cada vez menos candidatos apareciam para o financiamento, transformando o mercado de vendedor em mercado de comprador. Como conseqüência dessa mutação, que ocorreu bruscamente, diversos setores foram afetados. O BNH, órgão propulsor do sistema, viu alterarem-se as estatísticas até então promissoras de número de habitações entregues, e reduzir-se, conseqüentemente, a geração de cédulas hipotecárias. Os empresários e iniciadores, tiveram de reformular seus programas de reinvestimento, por falta de liquidez e de mercado; além disso, não conseguindo vender as casas, não puderam amortizar os empréstimos levantados junto aos bancos comerciais para o financiamento da construção. Os bancos comerciais, agentes financeiros do BNH, viram-se com problemas de liquidez, responsáveis que eram pelos refinanciamentos concedidos pelo BNH. A indústria de construção civil e de materiais de construção começou a sentir os reflexos da freada no ritmo promissor que o sistema havia imprimido à construção. Finalmente, o maior interessado no sistema habitacional, ou seja, o grande público consumidor, se mostrava arredio e refratário aos planos oferecidos.

Felizmente para todos, a crise está-se extinguindo. Os meses de janeiro e fevereiro mostram vendas normais e indícios seguros de recuperação do setor. Cumpre, entretanto, olhar para o passado e procurar tirar lições do ocorrido para tentar evitar que o fenômeno se repita no futuro.

AS CAUSAS DA CRISE

Diversos fatôres contribuíram para a eclosão da crise, sendo dois dêles fundamentais: a deficiência nos critérios de seleção de crédito e a onda de boatos contra o monstro da correção monetária. Dada sua importância, examinaremos êsses dois fatôres separadamente. Outras causas são invocadas, entre elas o desaparecimento do poder aquisitivo, o elevado preço das unidades e o excesso de oferta em determinadas regiões, conduzindo a uma saturação provisória e localizada. Não há dúvida que êsses três fatôres influíram sôbre o mercado imobiliário com financiamento, porém não decisivamente, como demonstrou a experiência prática vivida pelas organizações de venda encarregadas dos lançamentos imobiliários: o fenômeno marcante da crise foi o receio, diríamos mesmo pavor, manifestado contra os efeitos da correção monetária sôbre as prestações e débito a ser contraído.

CRITERIOS DE SELEÇÃO

Um dos principais motivos para a crise de vendas ocorrida no segundo semestre de 1968 residiu, paradoxalmente, na ausência de critérios de seleção de crédito ocorrida no início de funcionamento do sistema, sobretudo no ano de 1967. Muitos financiamentos foram concedidos sem a necessária análise da capacidade financeira do mutuário para amortizar a dívida. Em muitos casos a renda familiar não era suficiente para honrar as prestações, **mesmo que não houvesse correção monetária**. Como pode uma família cuja renda mensal é de NCr$ 400,00 pagar prestações de NCr$ 250,00 por mês? Casos como êsses ocorreram às dezenas. Embora essa prática não fôsse generalizada, e possa ser explicada pela preocupação em deflagrar o sistema com rapidez, é fácil compreender que, nos casos em que ocorreu, serviu de base para a criação de um germe de insatisfação. A maioria dessas pessoas foi mal esclarecida sôbre o mecanismo do plano. Imaginavam que as prestações, como ocorria com outros empréstimos até então contraídos, de móveis, eletrodomésticos, roupas, ou mesmo de residências financiadas sem correção monetária pela Caixa Econômica, teriam prestações decrescentes em têrmos reais, graças à desvalorização da moeda. Essas pessoas, frustradas no seu legítimo desejo de resolver o problema de casa própria, sentindo-se enganadas pelos promotores do sistema, passaram a se tornar excelentes receptores e veículos para a onda de boatos e rumôres que se foram avolumando. Cristalizaram-se as insatisfações em um imenso **bode expiatório: o monstro da correção monetária**. Mais adiante falaremos com detalhes sôbre o processo de formação e propagação de tais boatos. As conseqüências do relaxamento no critério de concessão de créditos foram tão significativas que o BNH se viu forçado a baixar normas regulamentadoras do assunto, explicitando padrões de determi**nação e comprovação** da renda familiar dos candidatos a empréstimo.

Não chegou a existir um programa organizado, premeditado, coordenado, que configurasse uma campanha formalmente desfechada contra a correção monetária. A origem de todos os boatos pode ser localizada em três ocorrências que — tudo indica — não tiveram elos de ligação entre si: uma reportagem, em um matutino de grande circulação, sôbre ocorrências em um lançamento imobiliário nos subúrbios do Rio, reportagem essa cujas afirmações foram desmentidas pelo próprio jornal, três dias depois; um programa humorístico de televisão, de enorme audiência, onde um popular, exaltado, exclamou que "não pagava a correção monetária e não saia da casa", com os aplausos da platéia e dos animadores do programa, e, finalmente, declarações e debates promovidos por um general reformado que conseguiu polarizar numerosos adeptos, entre êles pessoas frustradas pelas razões que apontamos no tópico anterior. Com êsses três fenômenos isolados, sem vinculação entre si, configurou-se uma crise de vendas que sòmente no início do corrente ano apresenta indícios de desaparecimento.

Não é nosso propósito, no presente artigo, demonstrar que a correção monetária é um mecanismo perfeito e que não é o **bicho-de-sete-cabeças** propalado nos movimentos contra ela movidos. Inúmeros artigos, conferências, reuniões e entrevistas têm sido feitas para esclarecer os mal-entendidos e comprovar a justeza e sensatez do mecanismo que está permitindo solucionar o problema habitacional do país. O que nos preocupa, no presente trabalho, é analisar o mecanismo de formação de rumôres e boatos que podem conduzir à quase paralisação de um sistema tão laborioso e cuidadosamente montado, como o habitacional, ou ao fechamento de um banco, ou a uma crise na Bôlsa de Valôres, todos êsses problemas afetando profundamente a economia nacional e a tranqüilidade social.

DOENÇA DA OPINIÃO

Dentro das modernas técnicas de comunicação e informação, os rumôres e boatos são tratados como uma **doença da opinião**.

As distorções causadas pelas comunicações informais, em especial os boatos, vêm sendo estudadas pelos sociólogos e psicólogos, de maneira sistemática, com vistas aos danos que podem causar à coletividade. Diversos estudos sôbre as características dos boatos provam que o seu conteúdo afetivo (capacidade de despertar ressonâncias afetivas profundas e necessidades remotas) é muito mais importante que o conteúdo cognitivo. O imaginário suplanta o real. Nesse sentido é que a luta contra os boatos é difícil. Sendo o boato essencialmente afetivo, não bastará métodos sòmente lógicos, tais como informações objetivas, desmentidos, comprovações matemáticas, para combatê-lo e vencê-lo. As origens profundas dos boatos, segundo os psicólogos, estão nas insatisfações e nas frustrações das pessoas que os transmitem. As rêdes de informações e comunicações débeis facilitam o seu desenvolvimento. O rumor aparece, então, como um tipo de compensação em resposta a uma carência de informações satisfatórias.

Recentemente Allport e Postman conduziram uma pesquisa, nos Estados Unidos, tomando por base imagens dramáticas que eram projetadas numa tela para um grupo de espectadores, que a seguir as descreviam verbalmente para outras pessoas, estas para um terceiro grupo, e assim por diante. Como é de se esperar, as informações chegavam ao seu destino com inúmeras distorções. Allport e Postman puderam tirar algumas conclusões sôbre o tipo de distorções ocorridas, que interessam ao estudo da **patologia do boato**: o número de detalhes da notícia tende a diminuir, à medida que o boato se espalha, tornando-o mais conciso e permanecendo apenas os mais relevantes; alguns detalhes mais importantes são ampliados e exagerados, dependendo dos interêsses e sentimentos da pessoa que os recebe e transmite (por exemplo, uma das imagens projetadas, na experiência de Allport e Postman, era a de um negro enorme; depois de três versões, transformou-se em quatro negros enormes); por vêzes alguns detalhes são destorcidos para atender a uma seqüência mais lógica **no sentido dos desejos e das necessidades profundas** das pessoas que transmitem as informações (em uma das imagens apresentadas, um negro falava com um branco que segurava uma navalha; na versão final, é o negro que segurava a navalha e ameaça o branco. A experiência ocorreu no Sul dos Estados Unidos, onde é agudo o racismo).

ONDAS DE BOATOS

Tôdas essas características ocorreram na onda de boatos sôbre a correção monetária. Por exemplo, a taxa de correção, que na ocasião oscilava entre 6 e 7% **ao trimestre**, passou a ser mencionada como sendo de 6 a 7% **ao mês**; o autor do presente artigo ouviu, de diversas pessoas com nível superior de instrução, que a taxa de correção monetária dobrava ou mesmo triplicava o valor do débito em cada ano... O mais incrível e sintomático é que essas pessoas, tidas como sensatas, recusavam-se a ouvir qualquer explicação que mostrasse o absurdo do seu raciocínio. Essa recusa irracional em aceitar uma justificativa lógica acentua o caráter psicológico do boato: a notícia inverídica convém às necessidades profundas de agressão ao sistema.

Outro estudo interessante sôbre a psicossociologia do boato foi conduzido por Cantril, baseado em um famoso programa de rádio produzido por Orson Welles, em 1938. Na noite de 30 de outubro daquele ano, o rádio transmitiu a invasão de nosso planêta pelos marcianos. Apesar dos anúncios prévios em diversos jornais e na própria emissora, prevenindo que se tratava de uma brincadeira, milhares de pessoas foram prêsas de um pânico sem precedentes: procuraram postos de gasolina e mercearias, para se abastecerem, esconderam-se em porões, fugiram precipitadamente com seus filhos, sem saber para onde e sem fazer nenhum plano. Telefonaram para avisar, suplicar, orar, pedir socorro, etc.

O programa é uma obra-prima de realismo, pois atingiu justamente os padrões de julgamento da média dos espectadores, constituídos de pessoas de baixo nível de renda para quem o rádio constituía, mais que os jornais, a principal fonte de informação. A reportagem transmitiu os acontecimentos dramáticos relacionados com a invasão da Terra, inclusive ruídos; entrevistou personalidades políticas, militares e científicas (fictícias, porém verossímeis), que confirmaram as informações mais alarmantes; os próprios locutores, que na realidade eram artistas de rádio-teatro, transmitiram suas impressões: "é a coisa mais espantosa que já vi...", "não consigo encontrar palavras", e assim por diante.

Cantril entrevistou, posteriormente, uma centena de pessoas que se destacaram pelo seu descontrôle na hora da emissão e verificou que muitas delas aceitaram integralmente a mensagem do programa, recebida diretamente ou, grandemente acrescidas, através de informações de conhecidos e parentes, verbalmente ou pelo telefone (essas transmissões de **bôca em bôca** constituem uma das características do boato), e nada fizeram para verificar sua autenticidade. Essas pessoas admitiram que não tiveram suficiente espírito crítico para duvidar dos fatos anunciados, achando que não podiam perder tempo verificando, e começaram a preparar sua fuga.

Analisando as diversas reações, conclui o estudo de Cantril que o espírito crítico fica obnubilado pelas informações oficiais (o que diz o rádio, ou o jornal é forçosamente verdadeiro...). Todavia, uma vez operado o choque, os desmentidos, realmente oficiais agora, têm grande probabilidade de não serem acreditados, embora utilizados os mesmos veículos. Ocorre uma reestruturação mental que privilegia o imaginário e o irracional, e que tende a resistir a todos os desmentidos. Na incerteza sôbre os fatos, existe a tendência de se dar preferência às hipóteses mais pessimistas ou exageradas.

AS CRÍTICAS

No caso específico da correção monetária, as principais críticas repousaram sôbre a grandeza da taxa, que seria mais alta que a do custo de vida e dos aumentos salariais (a primeira crítica é inverídica e a segunda fica neutralizada pela adoção dos planos A ou C), e sôbre o valor do débito, que aumentaria ao invés de diminuir, e em conseqüência o mutuário nunca acabaria de pagar as prestações.

Assim como no caso das imagens de Allport e Postman, as restrições acima, apenas parcialmente válidas, foram exageradas por um processo inconsciente que atende às necessidades profundas dos transmissores do boato, compostos de pessoas que não conseguem comprovar renda suficiente para pagar uma prestação que **acham** que poderiam suportar, encarando com otimismo não fundamentado, seu progresso profissional. Para outros, o instituto da correção monetária transformou-se no **bode expiatório** de todo um sistema político e econômico que adotou, como critério de combate à inflação, restrições ao crédito e a aumentos salariais.

Felizmente uma das características do boato é a sua efemeridade. Correspondendo a um estado de crise, tende a se dissolver por si só, mas em geral deixa um resíduo de opiniões e crenças que podem se desenvolver, se encontrarem campo favorável. Daí a necessidade de uma ação permanente profilática, contra o boato.

No seu combate, são necessárias as mesmas armas e técnicas. Como exemplo de providência de caráter psicológico que talvez surtisse efeito já foi levantada a idéia de substituir o nome da correção monetária por outro mais simpático. **Correção lembra corretivo**, castigo, punição. Aliás essa foi a intenção da primeira correção monetária, aplicada aos débitos fiscais, para punir os devedores contumazes.

Ao BNH e aos agentes financeiros incumbe promover as ações em defesa do mecanismo da correção monetária, sem a qual seria totalmente inviável o financiamento habitacional.

Um importante passo acaba de ser dado nesse sentido, com a criação do Fundo de Promoção da Poupança.

A contratação de especialistas nas modernas técnicas de comunicação em massa para assessorar o Conselho Curador do Fundo mostra que as autoridades estão sensíveis para a natureza do problema. Confiamos em que de tal trabalho surja não sòmente uma campanha de esclarecimento e dinamização da poupança, como também um dispositivo automático de combate contra futuras ondas de descrédito que possam afetar a segurança do sistema e o êxito da política habitacional.

PARA A DESMONETIZAÇÃO DO OURO?

ALEXANDRE KAFKA
Delegado do Brasil no Fundo Monetário Internacional

O ouro desempenha, no atual Sistema Monetário Internacional, um papel paradoxal. Teòricamente, constitui a base do sistema. As paridades das moedas são definidas em ouro ou em moedas livremente conversíveis em ouro. As subscrições das quotas no Fundo Monetário Internacional são feitas parcialmente em ouro e o fundo tem o direito de obrigar qualquer país a vender-lhe qualquer quantia da respectiva moeda por ouro. Por outro lado, os países membros têm direito bastante amplo, mas de modo algum ilimitado, de comprar a moeda de qualquer outro membro, através do fundo, por ouro.

Os fatos são bem diferentes da teoria. Para todos os efeitos práticos, o que prevalece é o padrão dólar. O crescimento das reservas internacionais no pós-guerra tem-se dado, principalmente, em dólar. É o dólar, e não o ouro, que os bancos centrais usam, quando intervêm nos mercados para manterem o valor das respectivas moedas, dentro dos limites determinados pelo Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional. Em número cada vez maior de casos, quando aumentam as reservas em dólar, nem mesmo insistem em exercer seu direito de convertê-los em ouro. Existe, sem dúvida, certa saudade do ouro, sobretudo nos bancos centrais de uma série de países importantes. Mas o fato é que o papel monetário do ouro parece estar-se aproximando de seu fim, após milhares de anos, muito embora só durante uma época extremamente curta de 1875 até 1914 — fôsse o metal monetário único, ou pelo menos, quase único. Expulso das circulações nacionais, após 1914, está em vias de ser expulso, também, da circulação internacional, a não ser que uma crise resulte numa interrupção dessa tendência.

A idéia da expulsão do ouro da área internacional pode parecer surpreendente à primeira vista, mas é óbvio que o papel do ouro deve continuar a decrescer, se as reservas mundiais de ouro não puderem acompanhar, como não puderam fazê-lo nos últimos vinte anos, o aumento do valor do comércio internacional e das demais transações internacionais; só nos últimos 10 anos o ouro baixou de 2/3 para pouco mais da metade das reservas monetáras oficiais. No futuro, o ouro poderá perder importância, não só em relação ao dólar, como também em relação aos Direitos Especiais de Saque.

PAPEL DO OURO NO SISTEMA

Por que é que as reservas oficiais de ouro não podem acompanhar a evolução das transações internacionais? Ao preço atual, o ouro é matéria-prima relativamente barata, para os mais variados usos industriais. Além disso, em muitas áreas do mundo, a poupança é tradicionalmente aplicada em ouro; e essas áreas, graças ao petróleo, (como, por exemplo, o Oriente Médio) têm tido um crescimento bastante rápido das respectivas rendas, e daí também das respectivas poupanças. Mesmo se não houvesse nenhuma especulação visando um possível aumento do preço do ouro, a absorção industrial (e para pupança tradicional) deixaria pouca margem para o crescimento dos estoques monetários do ouro; mormente como a produção não é estimulada pelo fato de o preço do ouro ter-se mantido inalterado (em dólares) durante 35 anos, enquanto todos os demais preços (em dólares) aumentaram fortemente.

Dada a referida saudade do ouro, por parte de importantes bancos centrais, por que não restituir ao ouro seu papel tradicional, mediante a elevação do respectivo preço? O fundo tem podêres para tal. Mas a solução representa muitos inconvenientes. É irracional fazer as reservas oficiais dependerem dos efeitos imprevisíveis da elevação do preço do ouro sôbre procura e oferta privadas de ouro; é irracional despender esforços para tirar ouro do solo da África do Sul só para enterrá-lo logo mais nos cofres dos bancos centrais; seria difícil encontrar um aumento que não determinasse **ou** uma inflação desenfreada no mundo, **ou** fôsse insuficiente para acabar com a perturbadora especulação visando o aumento do preço do ouro; além do que, a elevação do preço do ouro seria considerada profundamente injusta, principalmente para com os países menos desenvolvidos, cujas reservas, em geral, contam com quantias ínfimas de ouro.

Êsses são os argumentos habituais, mas na verdade há um argumento muito mais grave que indica que qualquer elevação do preço do ouro que não fôsse ínfima, e portanto inútil, não conseguiria, com segurança, restituir-lhe sua qualidade de base do Sistema Monetário Internacional, caso em que a referida elevação teria só desvantagens, sem vantagem compensadora: poderia, de fato, acabar com o ouro como reserva internacional merecedora de confiança. Por que é que a elevação substancial do preço do ouro poderia reduzir a respectiva credibilidade como reserva? Nada obriga país algum a aceitar ouro, a não ser o que lhe seja oferecido pelo fundo. Por outro lado, o direito dos membros de venderem ouro ao fundo não é — evidentemente — ilimitado, conforme indica a experiência recente. Assim, em última análise, é sòmente a tradição que dá credibilidade ao ouro como reserva monetária internacional. A tradição, por sua vez, está intimamente ligada ao preço tradicional. A um preço muito superior a US$ 35.00 (que, por conseguinte, seria também superior ao preço do mercado privado), será que os bancos centrais teriam confiança na aceitabilidade incondicional do ouro, quer pelos demais bancos centrais quer pelos particulares? Se a aceitabilidade do ouro passasse a depender exclusivamente do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, então, segundo a recente experiência do convênio, seria ela menor do que o é atualmente. A praxe do fundo poderá ser modificada; mas o mero fato de o convênio haver sido aplicado — de fato — restritivamente, prejudicará para sempre a posição do ouro. Por conseguinte, o elevar, substancialmente, o preço do ouro — e com isso fazer a respectiva aceitabilidade depender do fundo — poderia reduzir — em vez de ampliar — o papel que o ouro desempenha no sistema monetário internacional. Por outro lado, na hipótese figurada, a aceitabilidade legal do ouro seria menor que a dos futuros Direitos Especiais de Saque; por conseguinte, elevar o preço do ouro seria menos eficaz do que complementar o ouro ao preço atual (e os dólares) pela criação de Direitos Especiais de Saque.

É verdade que após 1933/34, o nôvo preço do ouro resultante da desvalorização do dólar e da libra e outras moedas, não prejudicou a credibilidade do ouro. Mas a situação era bem diferente da atual. A valorização do ouro ocorreu gradual, e de certa maneira, naturalmente, como conseqüência das desvalorizações sucessivas das moedas do mundo. Além disso, numa situação de deflação mundial, a valorização do ouro parecia recomendar-se a todos por motivos econômicos pouco sólidos, em teoria, mas não obstante, convincentes. Finalmente, naquela época, poucos se haviam atrevido a questionar a necessidade do ouro como base do sistema monetário internacional.

Alega-se, às vêzes, que nenhum outro lastro pode substituir o ouro, porque só o ouro constitui uma reserva segura, independente de acôrdos internacionais, e portanto, utilizável até se êsses acôrdos forem denunciados, por exemplo, numa guerra. De fato, porém, durante a Primeira Guerra Mundial, (e durante algum tempo, no início da Segunda) vários países permitiram a baixa do preço do ouro para se protegerem contra a inflação.

A CRISE DE MARÇO DE 1968

Em março do ano passado eclodiu a maior onda de especulação, até agora vista, no mercado do ouro. Como consequência, os bancos centrais que ativamente participaram do chamado **pool** de ouro, e que haviam sustentado o preço do mercado privado de Londres, mediante vendas e compras, por conta das respectivas reservas monetárias, decidiram deixar flutuar livremente o ouro nas transações entre particulares, sem prejuízo da manutenção do preço fixo do ouro, para transações monetárias. Fizeram-no declarando que, além de não mais venderem ouro a particulares, consideravam, no momento, suficientes os estoques monetários e tampouco iriam adquirir ouro, que não integrasse, desde já, os estoques monetários, quer êsse ouro não monetário fôsse derivado de produção nova, quer de estoques existentes em mãos de particulares. O Tesouro americano tomou a iniciativa de solicitar o apoio dos demais bancos centrais, que não os dos membros ativos do **pool**, os quais, com **poucas exceções, se têm abstido** de transações em ouro, exceto aquelas com outros bancos centrais.

Com isso, havia-se operado uma modificação bastante fundamental na posição do ouro no Sistema Monetário Internacional. Havia-se estabelecido uma separação nítida entre ouro monetário e ouro não monetário. O ouro existente nos estoques monetários seria limitado à quantia existente a 17 de março de 1968, transformando-se assim numa reserva essencialmente idêntica aos futuros Direitos Especiais de Saque, sendo uma espécie de DES, ou moeda internacional, **cunhada**, ao passo que o ouro fora dos estoques monetários existentes se transformava numa mercadoria comum, cujo preço poderia flutuar livremente. Não era ainda a desmonetização formal do ouro, mas, para todos os efeitos práticos, era quase o equivalente dessa desmonetização.

Para completá-la, faltava apenas tratar da posição do ouro em relação ao Fundo Monetário Internacional, para evitar que o ouro não monetário pudesse entrar no circuito monetário através do fundo. Para testar êsse caminho, a África do Sul, conforme foi largamente noticiado nos periódicos, procurou vender ouro ao fundo; êste, sem formalmente rechaçá-la, não consumou a transação. Por conseguinte, a possibilidade de que o ouro, fora dos estoques monetários de 17 de março, entrasse nos circuitos monetários, por intermédio do fundo, por enquanto, foi barrada.

Posteriormente, foi sugerido que os bancos centrais poderiam comprar ouro, desde que o preço do mercado livre estivesse aquém do preço oficial; em compensação, enquanto assim não fôsse, a África do Sul, principal país produtor, venderia ouro aos mercados livres. A África do Sul tem feito certas vendas a êsses mercados, mas não se tem chegado a nenhum acôrdo.

O acôrdo acima referido — que equivale à instituição de um preço mínimo — seria menos vantajoso do que a plena liberdade de flutuar do preço do ouro no mercado livre, porque esta elevaria os riscos da especulação na alta do preço do ouro. Todavia, na situação atual, em que o preço do ouro no mercado livre tem-se mantido acima de US$ 40.00, durante quase um ano, a margem da queda possível do mercado livre seria bastante ampla para conter a especulação na fase altista.

CONCLUSÃO

É provável que a tendência para a desmonetização do ouro se interrompa. Caso sobreviesse uma crise monetária internacional que determinasse o reajustamento desordenado dos valôres das diversas moedas, o processo de reajustamento poderia implicar, como nos anos 30, na valorização do ouro. Mas até nessa hipótese, o grau da desvalorização das moedas em relação ao ouro poderia ser limitado, sem, portanto, ser suficiente para restituir ao ouro um papel importante no conjunto das reservas monetárias internacionais. E até se fôsse suficiente para restituí-lo, os motivos assinalados **na** seção precedente, poderiam fazer com que os bancos centrais preferissem prevenir-se contra a possível limitada aceitabilidade do ouro como reserva monetária internacional iniciando, por isso, a criação de DES, para que eventualmente substituam o ouro.

BRASIL
PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DE CAFÉ

SAFRAS: 1963 / 64 · 1964 / 65 · 1965 / 66 · 1966 / 67 · 1967 / 68

0 · 5000 · 10000 · 15000 · 20000 · 25000 · 30000 · 35000
1000 SACAS / 60 kg

FONTE IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

MERCADO DE 2 BILHÕES DE PESSOAS AGUARDA VENDAS DE CAFÉ

CAIO DE ALCÂNTARA MACHADO
Presidente do Instituto Brasileiro do Café

Estamos habituados, nos últimos anos, a ouvir falar em **excedentes** de café.

Nem sempre a verdade aceita pela maioria corresponde ao fato.

A expressão **excedentes** se presta a interpretações de múltiplos sentidos e tem levado a um êrro de ótica nas observações do mercado de café e de suas perspectivas no mundo. Produziu, inclusive, tôda uma filosofia tendente a dar como inútil a dinamização do comércio do café. E, até mesmo, induziu a uma justificativa para imobilizar, mumificar a economia cafeeira.

É necessário, antes de tudo, têrmos em mente que o verdadeiro sentido da expressão é o de **excedentes relativos**, considerada a produção atual em comparação com o consumo atual. Mesmo as mais sérias projeções e estudos feitos sôbre as perspectivas de consumo têm sido, até hoje, influenciadas por aquela filosofia imobilista. Para chegar às suas conclusões pouco animadoras, partem, quase sempre, da premissa de que se manterão em plena paralisia, no tempo e no espaço, fatôres essenciais na dinâmica do comércio. Quando muito, concede-se a êsses fatôres um crescimento vegetativo, como se aos produtores e comerciantes de café nenhum papel possa caber na evolução do mercado.

Não resta dúvida — já o tenho dito e reafirmado — que êsses **atuais excedentes relativos** ainda são um problema, a despeito das notáveis conquistas do Convênio Internacional do Café.

Entretanto, acredito que o baixo nível de consumo de café no mundo, muito aquém das reais possibilidades de absorção pelos consumidores em potencial, **é o** que constitui o principal problema da economia do café. Os excedentes atuais representam a questão imediata a ser solucionada, enquanto nos armamos suficientemente para solucionar, a longo prazo, a questão básica, o subconsumo.

As conservadoras interpretações de mercado a que me referi apresentam os Estados Unidos (país que consome metade das atuais exportações mundiais de café) como se estivessem à margem da saturação.

Ésses estudos partem da premissa de que o café é muito consumido nos Estados Unidos, porque "a percentagem de consumidores atinge 80 a 90% dos adultos com mais de 35 anos e das pessoas com renda superior à média."

Temos, de imediato, que as projeções de consumo feitas a partir dêsse dado estão desprezando as possibilidades de uma nova técnica de comercialização levar o café, em maiores proporções que hoje, às faixas da população norte-americana com menos de 35 anos e às pessoas com renda média ou abaixo da média.

Um outro aspecto revelador da distorção das estatísticas disponíveis para avaliar o consumo de café em cada país — resultado da filosofia imobilista — é que os cálculos são feitos sempre a partir da população com mais de 15 anos. Isto significa que não se tem levado em conta como consumidores os menores de 10 a 15 anos. Não se tem pesquisado as suas motivações, os seus gostos. Não se tem planificado como habituá-los a tomar café. E, sem dúvida, aos 15 anos, quando dêles tomamos conhecimento, já têm formado seus hábitos de consumo e serão pontos a mais nas estatísticas e no faturamento das bebidas concorrentes.

Precisamos atentar para números muito significativos que apóiam nossa convicção.

Nos Estados Unidos, mesmo aquelas faixas da população consideradas grande consumidoras têm seu hábito medido em um momento idealizado: "um dia normal do fim de outono." O que significa ignorar-se deliberadamente as possibilidades de expansão do consumo em épocas do ano que os atuais bebedores de café o consomem menos.

Os índices de consumo mais baixos, nos Estados Unidos, se encontram entre os jovens de 15 a 24 anos e nas camadas pobres. Os grupos de baixo consumo revelam uma preferência relativamente grande por refrigerantes gasosos.

Ora, um dos fatôres mais importantes para a popularidade do café, nos Estados Unidos, sempre foi o seu preço relativamente barato. No transcurso dos últimos 10 anos, o preço de uma libra de café baixou de uma maneira geral, registrando, no momento, o preço médio para o consumidor final de 67,80 centavos de dólar americano (setembro de 1968). Enquanto isso a renda do trabalhador norte-americano tem crescido em têrmos reais. Em 1914 o trabalhador industrial ganhava em média 24,50 centavos por hora, e necessitava trabalhar uma hora e 13 minutos para comprar uma libra de café. Há cinco anos, o trabalhador americano já estava ganhando, em média, dois dólares e 46 centavos por hora e só precisava trabalhar 16 minutos para comprar uma libra de café. Portanto, o café é barato. O aspecto renda não constitui problema. As camadas menos abastadas poderiam e podem ser conquistadas como consumidoras. Essas populações não estão marginalizadas no mercado, mas, na verdade, têm sido, em boa parte, desviadas para outras bebidas ou misturas sucedâneas, descaracterizadas, sem expressão alimentar, através da propaganda maciça e sistemática de poderosos concorrentes do café.

A verdade é que as possibilidades de aceitação do café excedem em muito o atual comportamento do público consumidor.

No Canadá é baixo o consumo entre a população de língua inglêsa, entre os habitantes das províncias marítimas orientais, entre os pobres e entre os jovens de até 24 anos de um modo geral.

Na França, cêrca de metade do café bebido é uma mistura com chicória. Registre-se, ainda, que o francês vive dois mundos separados — em casa e fora de casa — e a idéia de que o café pode ser uma bebida apropriada para se tomar fora de casa é muito tênue, na França. Ou seja, ninguém tentou, ainda, sèriamente, levar o francês a beber café fora de casa.

Na Espanha, menos de 60% da população bebem, pelo menos, uma xícara de café por dia. Sem dúvida, êste baixo nível de consumo não está desligado do fato de que o espanhol associa o refrigerante à maioria das situações sociais agradáveis (no teatro, quando vai às compras, quando recebe amigos).

No Japão, podemos estimar quanto mais café poderia ser consumido, se vencêssemos os obstáculos típicos de imagem: 78% das japonêsas consideram-no uma bebida imprópria para mulheres. Grande número dos japonêses de ambos os sexos acreditam que o café "faz mal ao estômago" e que "interfere com o sono."

Para a Europa Oriental e União Soviética, temos uma estimativa do Hudson Institute, dirigido pelo famoso Herman Kahn. Estas nações, com uma população total de 335,6 milhões de habitantes, apresentaram importações de café, de apenas 0,8 libra-pêso **per capita**, em 1966. Se os produtores de café souberem aproveitar as pressões internas sôbre os Governos dêsses países e usarem técnicas de comercialização não ortodoxas, impulsionarão as vendas nessa região. É de crer-se que, em 1975, poderão conseguir "orientar as importações **per capita** até a média européia de 4,5 libras-pêso." Com uma população prevista em cêrca de 370 milhões para 1975, poder-se-ia esperar uma venda de cêrca de 12,6 milhões de sacas para a região.

Talvez seja a **imagem a** questão primordial a se estudar para um racional e intenso trabalho de elevação do consumo de café.

A Suécia, país onde é mais alto, em todo o mundo, o consumo **per capita** de café, deixamos, propositadamente, para citar por último. Nenhum país melhor que êste para exemplo de que o café é pouco consumido:

— Quase metade dos suecos não toma café antes do pequeno almôço.

— O café não é associado a camadas importantes da população, em têrmos de compra. Ao escolherem as bebidas mais adequadas, a maioria liga a imagem de juventude a refrigerantes, de riqueza a vinho, de homens a cerveja.

Ésse simples enumerar de fatos, relativos uns a países considerados tradicionais consumidores de café, outros aos chamados **mercados novos**, já dá uma idéia do quanto é possível fazer.

Nenhum esfôrço será demasiado para estimular o consumo, especialmente nas áreas do mundo onde o hábito da bebida é muito pequeno ou mesmo nulo. O Brasil e os principais países cafeeiros precisam criar técnicas de comercialização novas, com vistas a fazer o café uma bebida popular no maior número possível de países.

Se conseguirmos vencer os obstáculos relacionados com imagem, renda da população, preço e restrições artificiais estabelecidas por alguns governos — problemas cujas soluções podem ser elaboradas a médio ou longo prazos — poderemos obter expressivos resultados.

Um fato concreto apóia a tese que defendo. O Brasil, num esfôrço de cinco anos, conseguiu elevar o seu consumo interno de 5 milhões de sacas anuais para 8,5 milhões de sacas. E, ainda é pouco. Isto significa um consumo de 6kg de café **per capita**, por ano. E nos situaria, em comparação com os países consumidores, ainda, num modesto 14.º lugar. E, de todos os países produtores, somos, sem dúvida, o de mais alto nível de consumo. Sabemos que, para todos os países produtores de café, há o problema de receita cambial. Café é a sua moeda forte. Mas, é preferível consumi-lo internamente do que aviltar o seu preço-ouro, com uma oferta acima da demanda efetiva. País produtor de café não consumir café seria o mesmo que a França não consumir vinho. E os .... 1 150 729 mil habitantes dos países produtores de café (estimativa para 1970) consomem apenas 16,2 milhões de sacas, o que dá, apenas, 0,84 por ano, para cada pessoa. O que é menos do que o nível de consumo de um país como o Japão. Ou seja, os países produtores também são um **mercado nôvo**.

No dia em que vendermos mais uma xícara de café por dia a cada habitante do globo, estaremos vendendo mais 26 milhões de sacas de café por ano. Como, segundo as estatísticas da OIC, o excedente mundial de café, hoje, é de 13 milhões de sacas anuais, estaríamos, assim, não sòmente absorvendo o excedente, como criando mercado para outros 13 milhões de sacas ainda não produzidas.

Nossos horizontes poderão ter outra dimensão, se considerarmos que, dos 3 bilhões de habitantes do mundo, cêrca de 2 bilhões não tomam sequer uma xícara por dia.

Com esta concepção, os chamados excedentes passam a ter uma significação que de fato é apenas relativa. Uma questão de técnica de venda.

* Artigo publicado no **World Coffee and Tea**, número de janeiro de 1969.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTADOS PARANÁ E SÃO PAULO NA PRODUÇÃO DE CAFÉ EXPORTÁVEL

% · 100 · 75 · 50 · 25 · 0

OUTROS · PARANÁ · SÃO PAULO

1963/64 · 1964/65 · 1965/66 · 1966/67 · 1967/68
SAFRAS

FONTE IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A LIVRE INICIATIVA

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

O economista profissional acha-se diante do desafio de conceber os meios mais eficientes de lograr o desenvolvimento. Trata-se de uma resultante da convicção popular de que é possível vencer a pobreza através da gestão condutora do Estado, em graus variáveis de ingerência na esfera econômica. Ao mesmo tempo o desafio encontra uma fonte de impulso no progresso feito na identificação das causas determinantes do progresso econômico e na compreensão de suas inter-relações.

Embora ainda não tenhamos algumas respostas importantes sôbre problemas teóricos do desenvolvimento, é igualmente certo que têm sido frutíferos os esforços dos últimos anos no exame das variáveis estratégicas do processo de transformação que leva as sociedades pobres ao reino da abundância. No nosso arsenal encontram-se algumas armas que nos permitem atuar dentro de latitudes toleráveis de êrro. Não contamos com uma ciência **exata**, mas dispomos de uma ciência **viável**. E é alentador verificar que as especulações sôbre o desenvolvimento econômico abriram um filão muito fértil, do qual continuam fluindo contribuições cuja importância reside no seu grau crescente de precisão descritiva.

Atualmente, já não estranha proclamar a possibilidade de acôrdo entre os economistas (a despeito de pequenas rusgas de caráter doméstico no seio da família desenvolvimentista) na identificação dos traços relevantes de determinada sociedade subdesenvolvida, em certo momento, bem como no diagnóstico conjunto de obstáculos que estariam freando a aceleração da taxa de crescimento do seu produto bruto. É também grande a possibilidade de acôrdo entre os economistas sôbre o modêlo ideal e ser projetado para essa sociedade no futuro. Mas reconhecemos que são enormes as margens de desentendimento no tocante aos meios de levar essa sociedade da situação prevalecente para o modêlo idealizado. Na realidade, parece que parte apreciável do nosso desacôrdo se relaciona muito mais com a escolha dos **meios**, do que com a identificação dos fins do desenvolvimento econômico.

Mesmo nas chamadas economias desenvolvidas, é amplo o campo de discórdia profissional sôbre os meios alternativos para alcançar determinados objetivos econômicos. Um exemplo expressivo são as discussões nos campos monetário e fiscal, em face das metas da estabilidade e do pleno emprêgo. Nessas economias, suficientemente maduras nos seus aspectos econômico, social e político, o ritmo em que se processam as transformações estruturais é apreciàvelmente menos acelerado do que aquêle que se verifica nas economias subdesenvolvidas, uma vez iniciado o processo de desenvolvimento, definido como um **continuum** de mudanças. É natural, portanto, que sejam igualmente maiores as possibilidades de desacôrdo com respeito aos meios possíveis de ação. Será necessário um investimento apreciável de esfôrço intelectual para elucidar as relações entre os objetivos econômicos pròpriamente ditos e as possíveis formas de ação estatal, ao longo das diversas etapas do processo de amadurecimento econômico.

A tarefa òbviamente difícil, mas que promete elevado rendimento marginal, não se limita, portanto, à solução de um problema econômico, definido no sentido restrito, de maximizar o crescimento do produto por habitante com uma quantidade dada de recursos disputados por fins concorrentes. Essa tarefa deveria abarcar a solução do problema mais amplo de conciliar a meta econômica do crescimento com outros valôres sociais, que podem ser-lhes competitivos, e entre os quais o da liberdade humana é o de maior importância.

No país desenvolvido, creio que estaríamos fàcilmente inclinados a concordar com a idéia de que o sistema de mercado ou de livre iniciativa constitui uma forma provadamente eficaz de organização social para a solução dos problemas econômicos; e de que a democracia representativa é a solução política que assegura em grau maior a liberdade individual. O sistema da livre emprêsa, como organização econômica, e a democracia representativa, como organização política, possibilitam, quando associados, essa conciliação desejável entre a satisfação do fim econômico e a preservação da liberdade do homem. Tampouco haveria discordância quanto à aceitação do requisito imposto pelo sistema de preços, segundo o qual o Govêrno deve tratar de limitar a sua esfera de ação dentro de balizas bem demarcadas e estreitas, sobretudo na criação e sanção das "regras do jôgo" e na manutenção de um clima monetário e fiscal tendente à estabilidade e à redução do grau de incerteza. Poucas vêzes mais seria lícito ao Estado intervir na economia, como, por exemplo, para solucionar os problemas de monopólios técnicos e de disparidades acentuadas na distribuição da renda nacional.

No caso de um país subdesenvolvido, entretanto, onde a criação das "regras do jôgo" implica o estabelecimento das condições em que estas possam presidir ao funcionamento de um mecanismo o competitivo de preços, caberá ao Estado um papel de **herói civilizador**, de pioneiro e de agente catalítito. O grau de sua presença no mercado, a forma de sua intervenção e a duração de sua permanência em setores, nos quais o prolongamento além de certo ponto seria espúrio — são alguns dos problemas que a ciência política do desenvolvimento terá que se preparar para dar rumos mais precisos, libertando-nos, assim, do perigo das posições extremas, ainda tão freqüentes, do formalismo e do empirismo. Desejamos conhecer mais sôbre as formas alternativas de estimular ao máximo o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos sem, entretanto, comprometer o advento do modêlo ideal da economia competitiva de livre emprêsa e da democracia representativa.

Trata-se de um esfôrço de devolver ao mecanismo de preços o seu papel de indicador de soluções ótimas e de oferecer aos fatôres de produção a possibilidade de responderem a êsses estímulos. Trata-se, igualmente, da busca do ideal a que me tenho referido noutras ocasiões, de levar o Estado a funcionar com a eficiência de uma emprêsa privada e de ver o setor privado operando com o espírito público do Estado. Trata-se, finalmente, de um esfôrço por parte do Estado para complementar a ação da iniciativa privada nos casos em que apenas a sua visão telescópica mais dilatada levaria a certos tipos de investimentos, geradores de economias externas, e a atividades de caráter pioneiro, com a esperança de algum dia passar as emprêsas resultantes às mãos da iniciativa particular.

CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA À FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA GB

Uma das grandes preocupações dos homens responsáveis pela liderança industrial neste Estado tem sido a formação profissional e o aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores nas fábricas locais. Devido a isto, a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara não poupa esforços, recursos e mesmo sacrifícios, procurando proporcionar, em têrmos de alta qualidade e eficiência, cursos e seminários diversos, todos com o maior proveito e de grande utilidade.

Essas realizações têm sido possíveis graças aos seus órgãos diretos e de subordinação administrativa, todos mantidos pelos próprios industriais cariocas, como o Senai-GB, Sesi-GB e o Centro de Produtividade Industrial da Guanabara-Cepig, hoje integrado no Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, instituto criado pela FIEGA para um programa mais amplo de pesquisas, trabalhos técnicos e científicos em favor do progresso regional.

CEPIG

O Centro de Produtividade Industrial da Guanabara — Cepig, antigo Departamento de Produtividade, realiza, há anos, tarefa relevante junto às fábricas locais, na sua área de ação. Ao lado das visitas, levantamentos e estudos diretos junto às emprêsas, com o fornecimento de diagnósticos sôbre produtividade, o Cepig promove, normalmente, cursos e seminários, objetivando ajudar as indústrias no aperfeiçoamento técnico do seu pessoal.

Dentre êsses cursos e seminários, podemos assinalar os seguintes, já efetivados pelo Cepig com real proveito ou programados para 1969. Organização e Métodos, Relações Industriais, Administração de Emprêsa, Análise e Medição do Trabalho, Planejamento e Contrôle da Produção, PERT-Tempo-Custo, Comércio Exterior, Pesquisa de Mercado, Administração Financeira, Simplificação do Trabalho, Supervisão, Administração de Material, Relações Humanas para Chefe, Chefia, Matemática Financeira, Organização Racional do Trabalho, Análise de Custo, Contrôle de Qualidade, Contabilidade de Custo e Análise e Interpretação de Balanço. Destacam-se, ainda, o programa de seminários realizados na própria emprêsa, de grande significação, inclusive um promovido no JORNAL DO BRASIL.

O Sesi, por seu Departamento Regional no Estado da Guanabara, tem dentre as suas incumbências a assistência educacional aos trabalhadores na indústria e seus dependentes. Assim, ao lado das 14 escolas primárias que mantém neste Estado, com mais de 4 mil crianças matriculadas, o Sesi — GB realiza cêrca de 100 cursos de alfabetização de adultos, a maioria dentro das próprias fábricas e alguns em sindicatos operários, a fim de facilitar aos trabalhadores e permitir-lhes obter, alguns já em idade avançada, uma oportunidade de aprender a ler e a escrever, desonerando, por outro lado, os empregadores do pagamento do salário-educação ao Govêrno do Estado.

Aos alunos carentes de recursos o Sesi — GB fornece material escolar, uniformes e calçados. Suas escolas dispõem de bibliotecas e núcleos de audiovisual.

Anualmente, em colaboração com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, o Sesi — GB realiza os Testes de Suficiência, já tendo sido aprovados dezenas de milhares de trabalhadores, permitindo-lhes, assim, trabalhar sem restrições, em fase da legislação estadual referente ao salário-educação.

Outras atividades educacionais dignas de registro: Educação Física, Musical e Artística, Cursos de Artesanato e de Aprendizado Doméstico, de Corte e Costura e de Culinária, para menores e adultos, além da prevenção de acidentes.

SENAI — GB

A finalidade principal do Senai — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — é formar jovens profissionais exigidos pelo desenvolvimento de nosso parque manufatureiro. Isto é o que a entidade, mantida pelos empregadores na indústria, faz há 25 anos neste país.

Na Guanabara, o Departamento Regional do Senai dispõe das Escolas de Arte Gráfica, Mecânica de Automóveis, de Construção Civil e Mobiliário e de Mecânica Geral. Sob regime de acôrdo com a Light existe, ainda, a Escola de Mecânica Geral e Cursos Extraordinários. Através delas são levados a efeito inúmeros cursos, tanto para menores, entre 13 e 18 anos, como para adultos, destacando-se, para atendimento à maior demanda das emprêsas da região, os de trabalhadores gráficos em geral (compositores, impressores, mecanotipistas, serigrafistas, etc.); mecânicos diversos (ajustadores, fresadores, torneiros, mecânicos eletricistas, mecânicos de refrigeração, soldadores); mecânicos de automóveis (pintores, eletricistas, chapeadores, mecânicos diesel); na indústria de móveis (marceneiros, carpinteiros, estofadores, lustradores); na construção civil (eletricista instalador, encarregado de obra, estucadores, ladrilheiros, pedreiros, instaladores de água, esgôto e gás); escriturários, datilógrafos, desenhistas técnicos, eletrotécnicos, pré-eletrônicos e muitos outros.

Seguindo a sua dinâmica atual, o Senai — GB, inovando muito no setor do ensino profissional, criou novos tipos de cursos de formação técnica, especialmente cursos intensivos. Agora mesmo, em têrmos de colaboração firmados com a Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara, assumiu o encargo de preparar internos e egressos das penitenciárias cariocas para profissões qualificadas, de modo a habilitá-los, no retôrno ao convívio com a sociedade, numa atividade honesta e convenientemente remunerada; e em convênios com o Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social, incumbiu-se de preparar trabalhadores desempregados. Nesses convênios com o DNMO, o Senai — GB cede suas oficinas, instalações e serviços, pessoal e material, durante um ano, em tempo integral, para preparo de milhares de trabalhadores em múltiplas profissões, notadamente em artes gráficas, indústrias mecânicas e auxiliares técnicos, êstes, destinados a atendimento de faixa intermediária entre o operário qualificado e o técnico de nível médio.

Iniciado em 1968, o curso intensivo para formação de operários na indústria da construção civil vem sendo ministrado diretamente no canteiro das obras. Uma turma de mil especialistas já foi preparada o ano passado e para êste ano o programa é para formação de outros 2 mil especialistas. Os resultados têm sido tão auspiciosos que o Departamento Nacional do Senai decidiu levar êsse tipo de cursos aos demais Estados, em convênio com o DNMO.

Em outros convênios, com o Ministério da Educação e Cultura, o Senai — GB está preparando profissionais adultos, em horário noturno, para quase tôdas as atividades manufatureiras.

UNIVERSIDADE

No setor universitário, o trabalho desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado da Guanabara também se tem destacado, sobremaneira, nos últimos anos. Ao lado do Centro Industrial do Rio de Janeiro, que criou e subvencionou durante alguns anos a Escola de Engenharia Industrial da Universidade Católica de Petrópolis, a FIEGA levou à Confederação Nacional da Indústria a tese da integração universidade-indústria, promovendo, no ano passado, diversos encontros com reitores, professôres e estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado da Guanabara e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na procura de soluções para o problema da formação de técnicos e especialistas e no seu aproveitamento pelas indústrias do país. Ainda aí, graças a êsse trabalho, foi possível à CNI criar o Instituto Euvaldo Lodi, para execução de uma política nacional sôbre universidade-indústria.

Junto à Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas do Instituto Brasileiro de Contabilidade e da Faculdade Cândido Mendes, e por intermédio do Cepig, a FIEGA, proporcionou Cursos de PERT-Tempo-Custo a centenas de estudantes de Economia, numa promoção direta e pioneira.

O encaminhamento de universitários e estudantes de escolas técnicas para estágios nas fábricas é outro encargo exercido pelos órgãos da FIEGA. Muitos têm sido atendidos, inclusive diplomados, especialmente em Engenharia, Química e Economia.

Vale salientar, ainda, a pesquisa que está sendo realizada pelo IDEG — órgão da FIEGA em convênio com o MUDES, para levantar a capacidade do parque industrial carioca de receber estagiários. Posteriormente, é programa da FIEGA criar um setor permanente de cadastramento e encaminhamento de estagiários às emprêsas.

Nesse resumo, estão fixados objetivos dos mais sadios e realísticos da política adotada pela liderança da indústria carioca. São serviços prestados à comunidade, sem alarde, visando, exclusivamente, a melhorar o padrão técnico, profissional e cultural do nosso trabalhador, meio mais certo, correto e honesto de torná-lo apto a obter ganhos maiores e melhores.

EXCEDENTES DA MÃO-DE-OBRA RURAL PARA DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CAMPO

ARY BURGER
Diretor do Banco Central do Brasil

O tema, que tem interessado a opinião pública nacional e sôbre o qual já muito se escreveu, contém um potencial emocional que vem impedindo uma análise clara e objetiva do fenômeno da migração centrípeta — o êxodo das populações rurais para as áreas urbanas — das causas exatas que a originam e acêrca dos seus reais efeitos.

Pergunta-se, o mais das vêzes:

— como evitar o êxodo rural e conter o efeito de marginalização de populações nas áreas urbanas?

— como fazer retornar essa população marginalizada que aumenta assustadoramente o processo de favelização das cidades?

— como dar terras aos trabalhadores rurais de modo a fixá-los no campo?

— como forçar os proprietários de grandes glebas a se desfazerem das mesmas total ou parcialmente?

A resposta mais comum e generalizada é:

— efetuar uma reforma agrária onde a redistribuição de terras permita absorver o excedente da mão-de-obra rural e, assim, se estabeleça a paz social no campo e na cidade.

Paradoxalmente, os mesmos que oferecem essa solução para o Brasil conseguir a fixação do homem no campo, elevando o seu padrão de vida e permitindo-lhe usufruir dos benefícios de que goza a sociedade urbana, defendem, ardorosamente, o desenvolvimento brasileiro com fundamento na transformação de nossa sociedade em sociedade industrial e de consumo, via: — industrialização da nossa economia; — rápida ocupação econômica do território nacional; — exploração de nossas riquezas minerais; — rápida expansão do mercado interno; — intensificação de nossas exportações.

Neste momento, oportuno é ressaltar a conveniência de se ter em mente que, antes de propormos soluções para a nossa agricultura, deveríamos recordar-nos de que ela não é um setor estanque da economia brasileira, mas estreitamente interrelacionado com a sua estrutura, através da comercialização, consumo e exportação de sua produção, como consumidora de produtos industriais, supridora de matérias-primas e de alimentos, geradora de renda e receptora de inversões.

Outro ponto a enfocar é o de que o Brasil não é um caso único de país em crescimento. Outros esforçam-se para tal e alguns nos precederam. Seria útil, portanto, atentarmos para o que o estudo do crescimento dêsses últimos revelou e se existem constância e repetição de determinados fenômenos nos diversos casos.

MOVIMENTOS DE POPULAÇÃO

Iniciemos pelos movimentos de população. Os dados apresentados no quadro anexo são bastante reveladores. Em todos os países mencionados o processo de crescimento econômico e social foi acompanhado de um deslocamento da população ativa do setor primário para o secundário gerando acentuada migração centrípeta — êxodo rural. No Brasil não está ocorrendo de forma diferente. Em 1940, o setor primário absorvia 65% de nossa população ativa. Essa participação decresceu para 52%, em 1960.

A industrialização e o conseqüente êxodo rural levaram nos EUA e nos países da Europa Ocidental a parcela menor de população ativa na atividade rural, no afã de manter e elevar a produção agrícola, à necessidade de absorver tecnologia, e capitalizar a exploração agrícola, a fim de elevar a sua produtividade.

As conseqüências foram:

a) a transformação da propriedade agrícola em emprêsa rural;

b) a maior participação do agricultor no mercado pela especialização da produção rural, pela aquisição de insumos de origem industrial e de bens de consumo durável, à medida que o seu padrão de vida se elevava;

c) o proprietário rural transforma-se em empresário-administrador.

A longo prazo, a industrialização gerou empregos, absorveu mão-de-obra rural e a evolução da exploração agrícola para uma atividade empresarial expandiu o mercado de bens industriais. Não foi uma transformação sem problemas e tensões. O desconhecimento dos fenômenos que ocorriam e de suas causas reais gerou atitudes e políticas errôneas que a dificultaram.

O Brasil, iniciando o processo quando a fenomenologia do desenvolvimento já é conhecida, bem como suas causas, tem duas opções:

— cometer os mesmos erros dos que nos precederam e, assim, retardar a transformação, ou

— enfrentar objetivamente o problema, tirando o máximo partido dessa experiência, utilizando hàbilmente suas potencialidades, minimizando o efeito de suas deficiências e, assim, encurtar as etapas e atingir mais ràpidamente o estágio almejado.

A ESTRUTURA RURAL E O DESENVOLVIMENTO

Nosso país tem tôdas as condições positivas para atingir o estágio de sociedade industrial de consumo. À sua extensão territorial alia-se uma população que, potencialmente, pode transformá-lo no terceiro mercado do mundo ocidental, logo após os Estados Unidos da América e o Mercado Comum Europeu. A isso podemos acrescentar abundância de recursos naturais e uma industrialização já implantada e crescente.

A viabilidade, pois, dos objetivos que embasaram, desde o início, o nosso processo de desenvolvimento é evidente. Sendo assim, são evidentes as seguintes conclusões:

1.º — a transformação da sociedade brasileira em sociedade industrial e de consumo pressionará no sentido de incrementar o êxodo rural;

2.º — a população ativa remanescente na produção primária decrescerá percentualmente;

3.º — conseqüentemente, urge substituir a exploração agrícola patriarcal e de subsistência por uma agricultura empresarial;

4.º — a administração da propriedade rural passará a ser bastante mais complexa, exigindo agricultores capazes de realizá-la.

Dentro, pois, de um contexto globalizado do nosso desenvolvimento delineiam-se as metas a que devem tender os ditames de uma política nacional para o setor agrícola.

Seria interessante, contudo, antes de prosseguir aprofundando a análise, procurar distinguir algumas das características da estrutura da sociedade brasileira em nossos dias.

Primeiramente, a pobreza não se circunscreve ao trabalhador rural. A grande maioria da população brasileira tanto urbana, como rural, tem um nível de renda que se aproxima do mínimo de subsistência. Medidas que visem a oferecer soluções de elevação de padrão de vida devem ter em mira proporcionar não apenas aumento de renda nominal, mas de poder aquisitivo representado por maior acessibilidade ao alimento e ao vestuário.

Em segundo lugar, o território brasileiro, em suas áreas rurais, não apresenta apenas latifúndios. Há também áreas onde a propriedade familiar é predominante. Coexiste com o latifúndio improdutivo, a agricultura empresarial em larga, média e pequena escala. Em muitas áreas o minifúndio já se constitui em sério problema. Mas, há mais. Há espaços enormes dêsse território não ocupados, virgens e aptos à exploração agrícola, bastando para serem disponíveis que se os rasguem com estradas e nêles se instaure um mínimo de estrutura de comercialização.

PATRIMÔNIO DESBARATADO

Um terceiro elemento deve merecer atenção. Há quase cinco séculos que a penetração e ocupação de novas áreas vem sendo feita, utilizando-se uma exploração agrícola depredatória que, em poucas gerações, exaure o solo e o submete ràpidamente a um regime de rendimento decrescente. Até agora, êsse patrimônio da Nação tem sido desbaratado sem nenhuma preocupação sôbre o que isso pode representar no futuro, quando o crescimento contínuo e rápido de nossa população exigir quantidades substancialmente maiores de alimentos.

A quarta característica estrutural, e essa importante do ponto-de-vista de política agrária e de mão-de-obra, é a existência de um apreciável montante de nossa população ativa rural, tanto de agricultores proprietários como desprovidos de terras, sem capacidade de evoluir para uma exploração agrícola empresarial. Apenas uma minoria tem capacidade de absorver novas práticas de administração da propriedade rural.

Nesse ponto há, todavia, um fator positivo emergente em nossa estrutura. Os jovens, nas áreas rurais, através do esfôrço educacional brasileiro, estão recebendo um cabedal de conhecimentos, veiculados através da escolarização do ensino técnico e dos clubes 4-S, que os convertem no maior potencial de transformação da agricultura do país, mormente se considerarmos que a faixa de até 18 anos constitui 50% da nossa população.

Um último aspecto a ponderar. A sociedade brasileira vem, desde a Constituição de 1946, e mesmo antes, considerando que a propriedade agrícola e sua exploração devem jungir-se ao interêsse social. Disso deflui que também a ocupação da mão-de-obra no campo deve ser concebida de tal modo que o interêsse social esteja devidamente atendido.

Ora, considerando as características estruturais, acima apontadas, e as tendências determinadas pelo objetivos de nosso desenvolvimento, conforme expostas antes, onde reside o interêsse da sociedade brasileira?

Apesar de serem inúmeros, no caso particular, destacam-se pela sua importância:

— a erradicação do pauperismo pelo desenvolvimento econômico e social de nossa sociedade, onde seus quase 90 milhões de habitantes são todos consumidores de produtos agrícolas de alimentação;

— o incremento máximo da capacidade de produção do solo e, conseqüentemente, o aumento da produtividade das terras já exploradas;

— a ocupação das áreas ainda despovoadas com agricultores que evitem sua depredação rápida e contínua;

— a seleção daqueles agricultores mais capazes para cultivar o solo com produtividade crescente;

— a possibilidade de oferecer a êsses agricultores condições de acesso à terra e à capitalização de seus empreendimentos.

Essas parecem ser as diretrizes racionais e objetivas que deverão orientar uma política brasileira de reforma agrária e de mão-de-obra rural.

O EXCEDENTE DE MÃO-DE-OBRA RURAL

As diretrizes acima delineadas e que são a conseqüência da compatibilização da política agrária com os objetivos globais do nosso desenvolvimento econômico e social não oferecem oportunidade de colocação do excedente de mão-de-obra rural num programa de desenvolvimento no campo.

Seria, então de se perguntar: Há outras alternativas?

Certamente. Sempre existem alternativas e opções em política, seja econômica, social ou administrativa. Mas, o que também interessa a todos os brasileiros, permitirão essas opções a mesma rapidez de crescimento? Possuirão a mesma capacidade de dinamização no processo de reforma estrutural de nossa economia?

A estas duas questões há que se responder negativamente. Sòmente aquela delineada e discutida neste artigo é que permitirá a rápida e dinâmica utilização das potencialidades de nossa sociedade. Outras representarão processos demorados e quiçá inócuos.

Admitida, portanto, a necessidade de prosseguir a política de desenvolvimento que o Brasil vem praticando, por ser a mais consentânea com os seus interêsses, surgem no tocante à mão-de-obra no setor primário duas conclusões imediatas.

1 — Uma política que objetive o retôrno ao campo dos excedentes que se fixaram às margens dos perímetros urbanos será, além de contraditória com a política de desenvolvimento geral, irrealística, pois o próprio processo de crescimento induz à transferência de população ativa do setor primário para o secundário;

2 — Da mesma forma, sê-lo-ia uma política que procurasse estancar essa transferência, pois, num modêlo de desenvolvimento onde a industrialização participa ponderàvelmente, a absorção de mão-de-obra passa a ser feita, essencialmente, nos setores secundário e terciário da economia.

Embora essas conclusões contrariem algumas belas teses do socialismo europeu novecentista, no qual lìricamente é proposta a volta ao campo, num modêlo econômico desvinculado do domínio da terra e altamente distributivo, a realidade vem sendo diferente, inclusive nos países socialistas onde, em 1965, a população ativa no setor primário representava, na Rússia, 33% do total, na Alemanha Oriental, 19% e na Tcheco-Eslováquia, 16%.

Concluirão questionando alguns: Então a conseqüência do nosso desenvolvimento será transformarmos o Brasil em imensos aglomerados humanos — nas megalópolis de que já se principia a falar em Sociologia e planejamento urbano? Não será isto conduzirmos a sociedade brasileira à sua desumanização?

Têm razão os que assim concluem. Caso não tentarmos conceber e experimentar soluções outras, o crescimento de nossa economia provàvelmente fará nossas estruturas econômica, demográfica e social muito assemelhadas às dos EUA.

Sôbre êsse país, porém, contamos com a vantagem de sermos um retardatário podendo, assim, analisar a forma como cresceu e intentar evitar determinadas inconveniências.

Dentre essas, conforme já foi apontado, sobressai a excessiva urbanização das populações nas sociedades industriais.

Já que não é possível nem conveniente econômicamente impedir o deslocamento da população ativa, do setor primário para o secundário, seria praticável reduzir-se a pressão da migração centrípeta, ou seja, o êxodo do campo para a cidade?

Chama-se a atenção de que a proposição é, ao invés de irrealìsticamente evitar a transferência setorial da mão-de-obra buscar uma redução dos seus atuais efeitos — a deslocação espacial.

A solução dependeria de experimentos que permitissem uma resposta para a questão: — É conveniente descentralizar o processo de industrialização? Será factível e racional tentar a localização das indústrias nas áreas rurais?

À primeira vista, baseando-se na teoria de localização industrial hodierna, tal seria considerado antieconômico pela impossibilidade de contar com o fácil acesso de terceiros aos serviços de que depende um estabelecimento industrial e que estariam disponíveis junto aos grandes parques industriais. Entretanto, a teoria foi elaborada em função de nações industriais onde, quando a localização industrial recebeu tratamento científico, já existiam as grandes concentrações industriais e os grandes centros financeiros e comerciais.

EXPERIENCIAS DE RECONCENTRAÇÃO

Seria de se intentar em nosso país experiências de reconcentração de propriedades em áreas minifundiárias com a instalação paralela de indústrias, buscando criar emprêgo industrial nas áreas onde a formação de disponibilidade de mão-de-obra fôsse surgindo em conseqüência da racionalização da produção agrícola. A ocupação local da mão-de-obra excedente permitiria a manutenção, no seu meio social, das famílias, que não pressionariam o crescimento dos centros urbanos.

Dirão muitos. Mas isto é apenas uma tese. Concordamos. Mas houve áreas no Brasil onde o advento do processo de industrialização em área rural reduziu a migração centrípeta, permitiu a formação de pequenos aglomerados urbanos e o casamento, na mesma região, da atividade agrícola e industrial. Como exemplo citaríamos o vale do Itajaí em Santa Catarina, o vale do rio dos Sinos e a região circunvizinha a Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Realmente, repetimos, é uma tese. Baseada, porém, em fenômenos que ocorreram naturalmente. O estudo dêsses fenômenos e a sua experimentação racional poderão contribuir para encontrar uma solução para o aflitivo problema de colocação dos excedentes de mão-de-obra rural e do desenvolvimento social no campo.

O mais provável, também, é que existam outras soluções. O essencial será concebê-las e prová-las, sem o que seremos eternos copiadores do que se fêz em outros países, com todos os inconvenientes que existam potencialmente ou, pior ainda, executores frustrados de proposições teóricas não comprovadas na História, no espaço e no tempo.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA AGRICULTURA (EM 1 000)

	Anos	Total Econômic. Ativa	População Econômic. Ativa — Agrícola	% s total Ec. Ativa	Mudanças em % no período
FRANÇA	1936	20 060	7 204	36	—18
	1965	20 010	3 600	18	
ITALIA	1936	18 345	8 843	48	—23
	1965	19 920	5 005	25	
HOLANDA	1930	3 186	655	20	—11
	1965	4 485	405	9	
SUIÇA	1930	1 943	404	20	—8
	1965	3 335	400	12	
INGLATERRA	1931	21 075	1 258	6	—2
	1965	25 301	961	4	
EUA	1940	44 888	8 372	18	—12
	1965	78 357	4 836	6	

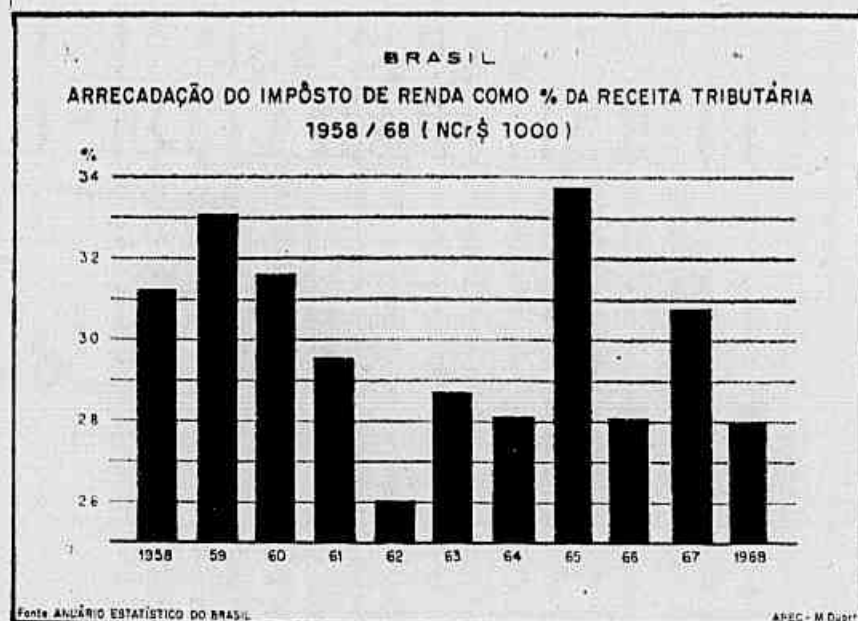
Fonte: Anuário da FAO.

OS INCENTIVOS FISCAIS E O DEFICIT ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO

RUBENS VAZ DA COSTA
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

BRASIL
ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA COMO % DA RECEITA TRIBUTÁRIA
1958/68 (NCr$ 1000)

% — 34 — 32 — 30 — 28 — 26
1958 59 60 61 62 63 64 65 66 67 1968

Fonte ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — APEC - M Duarte

As medidas tomadas no fim de 1968 pelo Govêrno federal para conter e reduzir os continuados deficits orçamentários da União são e a indicação de que as autoridades dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento estão concentrando sua atenção na política fiscal no combate à inflação. Tais medidas voltaram a pôr em foco as causas do deficit, cuja identificação e eliminação são essenciais a que seja coroada de êxito a ação governamental.

Buscou-se o equilíbrio principalmente pelo lado da despesa e não do aumento da receita, embora tenham sido anunciadas algumas providências de que resultará acréscimo da arrecadação. Outras implicarão em considerável alívio financeiro para as emprêsas. Esta orientação é coerente com as repetidas manifestações de elementos de destaque do Govêrno de que a carga tributária não comporta qualquer acrescentamento. Com efeito, a pressão fiscal aumentou de 15% do Produto Nacional Bruto em 1947 para 29% em 66, estimando-se que seja atualmente próxima de 1/3 do PNB.

Os incentivos fiscais têm sido frequentemente apontados como uma das causas do desequilíbrio nas finanças da União. Recentemente foi feita a declaração de que os incentivos do impôsto de renda previstos para 1969 são em grande parte responsáveis pelo deficit previsto para o corrente ano. Mas, até que ponto é válida essa comparação? Seria verdadeira a assertiva implícita de que se não existissem os incentivos o deficit desapareceria ou seria grandemente reduzido? É o que nos propomos a analisar.

Em primeiro lugar é necessário deixar o registro histórico de que os continuados deficits da União antecedem de muitos decênios os incentivos fiscais. As perguntas válidas sôbre o assunto são as seguintes:

a) o impôsto de renda teve sua arrecadação diminuída depois da introdução dos incentivos fiscais?

b) diminuiu a porcentagem que o impôsto de renda representa da arrecadação total da União por causa dos incentivos?

c) há indícios de que a União está recuperando os valôres de que abriu mão como incentivos fiscais?

d) qual o efeito dos incentivos fiscais sôbre o desenvolvimento econômico?

e) estarão os programas de desenvolvimento regional representando uma carga crescente sôbre a economia nacional?

As respostas a estas questões permitirão elucidar muitas dúvidas e a colocar na exata perspectiva a questão dos incentivos fiscais e sua relação com o deficit orçamentário.

IMPÔSTO DE RENDA

A arrecadação do impôsto de renda aumentou de NCr$ 115,6 milhões em 1962, quando começaram a ser feitas as deduções dos incentivos para o Nordeste, para NCr$ 2,2 bilhões em 1968. Em cruzeiros novos de poder de compra de 1967, a arrecadação aumentou de NCr$ 1,1 bilhão em 1962 para NCr$ 1,8 bilhão em 1968, ou seja 65%.

É evidente, pelos dados apresentados, que os incentivos fiscais não redundaram numa redução da arrecadação do impôsto de renda. No entanto, a comparação não é totalmente válida pois os incentivos são concedidos apenas sôbre o impôsto de renda devido pelas pessoas jurídicas. Assim é conveniente analisar o seu impacto sôbre a arrecadação do impôsto de renda pago pelas pessoas jurídicas.

O comportamento da arrecadação do impôsto de renda das pessoas jurídicas mostra um aumento de NCr$ 57,6 milhões em 1962, para cêrca de NCr$ 1 bilhão em 1968. Em cruzeiros novos de poder de compra de 1967, a arrecadação aumentou de NCr$ 534,4 milhões em 1962, para NCr$ 800 milhões em 1968, ou seja, cresceu 50%.

O impôsto de renda representava 26% da receita tributária da União em 1962. Essa participação elevou-se para 32% em 1967. Diminuiu para 28% em 1968, não por causa dos incentivos fiscais, mas devido ao extraordinário crescimento da receita dos impostos sôbre produtos industrializados e sôbre lubrificantes e combustíveis. O impôsto sôbre as pessoas jurídicas contribuiu com 43% da arrecadação do impôsto de renda total em 1968, elevando-se essa percentagem para 50% nos anos de 60, 61 e 62. Caiu para 40% em 1964 e declinou para 38% em 1966, elevando-se a 41% em 1967. Essa modificação na estrutura do impôsto de renda reflete a política introduzida pelo Govêrno em 1964 e as dificuldades que enfrentaram as emprêsas como consequência do programa de combate à inflação, a correção monetária do ativo fixo, a diminuição dos negócios e lucros e, apenas, em pequena proporção, os incentivos fiscais.

Os efeitos positivos dos incentivos fiscais na arrecadação federal não são fáceis de mensurar. Êles se fazem sentir não só no Nordeste, como também no Centro-Sul, onde são comprados os equipamentos e outros bens usados na execução dos projetos financiados com recursos dos incentivos fiscais. Há, no entanto, transformação de tal magnitude na contribuição do Nordeste para as finanças da União, após a introdução dos incentivos fiscais, que é importante analisá-la. Convém ressaltar que essa modificação no comportamento da arrecadação federal no Nordeste não pode ser atribuída senão aos programas desenvolvimentistas em execução nesta região, dos quais a mola mestra são os incentivos fiscais.

Em 1950, a participação do Nordeste na receita tributária da União foi de 7,7%, em 1960 decaiu para 5,5%, reduzindo-se apenas 5,1% em 1963. Só em 1964, pode-se dizer que começaram a ser sentidos, no que toca à receita tributária, os resultados definitivos da política de desenvolvimento do Nordeste. E naquele ano começou a arrecadação federal a recuperar posição que se vinha deteriorando todos os anos, elevando-se para 5,4%. Já em 1967 a arrecadação federal na região atingia 6% da receita total, elevandose a 7% em 1968. (1)

Se em vez de a arrecadação federal do Nordeste haver saltado em cinco anos de 5,1% para 7%, tivesse permanecido naquele baixo nível atingido em 1963, a União haveria arrecadado a menos, só nos 10 primeiros meses do ano passado, NCr$ 145 milhões, ou seja, um têrço dos incentivos fiscais que foram depositados no Banco do Nordeste em 1968.

Quando comparamos a arrecadação do Nordeste dos diversos tributos federais podemos ver extraordinários aumentos entre 1967 e 1968 (10 primeiros meses) indicativos de uma economia que se robustece e devolve à União, **com juros altíssimos**, os benefícios recebidos através dos incentivos fiscais.

A arrecadação do impôsto de renda no Nordeste em 1967 elevou-se a NCr$ 65 596 000,00, correspondendo a 5,9% da arrecadação nacional. Em 1968 atingiu NCr$ 100 764 000,00, correspondentes a 6% da arrecadação total, aumentando 55% no mesmo período. Vale notar que, nos 10 primeiros meses de 68, sete Estados apresentaram arrecadação superior em 50% à arrecadação de igual período de 1967. Cinco são nordestinos Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (2).

A arrecadação do impôsto sôbre produtos industrializados aumentou de NCr$ 147,6 milhões em 1967 para NCr$ 243,7 milhões em 1968, crescendo 68%, ou seja, quase o mesmo que a média nacional. A arrecadação do impôsto único sôbre lubrificantes e combustíveis, principalmente no Estado da Bahia, elevou-se a quase 13% da arrecadação nacional.

Finalmente, a participação do Nordeste na arrecadação do impôsto de importação aumentou de 2,2% da arrecadação total em 1967, para 2,9% em 1968, passando de NCr$ 6,4 milhões para NCr$ 19 milhões, quase triplicando.

O EFEITO

Até agora nossa análise estêve voltada para os aspectos meramente fiscais ou orçamentários dos incentivos. Mas seu efeito não pode ser medido apenas em têrmos dos custos e benefícios diretos para o Tesouro, que são muito favoráveis. O objetivo dos incentivos é facilitar a implementação da política nacional de redução das disparidades regionais de renda e de riqueza. Mesmo que o Tesouro não tivesse obtido em 1968, através do aumento da arrecadação federal no Nordeste, a devolução de 1/3 dos recursos de incentivos entregues naquele ano aos empresários nacionais para investimento nesta região, o programa justificar-se-ia pelos fundamentos que lhe deram origem e pelo êxito que vem obtendo.

Os efeitos econômicos do programa de incentivos fiscais são muito mais impressionantes que sua alta rentabilidade fiscal.

Quando a União abre mão de um cruzeiro nôvo de incentivos fiscais, assegura-se que serão realizados, pelo setor privado, investimentos de cêrca de NCr$ 2,00. Assim, os NCr$ 1,2 milhão que a União deixou de receber de impôsto de renda de 1962 a 1968, correspondem a NCr$ 2,4 bilhões de investimentos em projetos agrícolas, industriais, de pesca e telecomunicações aprovados pela Sudene até dezembro de 1968.

Se aquêles recursos tivessem sido recebidos pelo erário, caso não existisse o programa da Sudene, cêrca de 70% dos mesmos teriam sido gastos em despesas de consumo e apenas NCr$ 370 milhões (30%) em investimentos. Ora, a formação de capital no país e, portanto, seu desenvolvimento, haveria sofrido uma redução de mais de NCr$ 2 bilhões.

Como o Govêrno federal tem excesso de pessoal, o resultado, no que toca ao emprêgo, de aquêles recursos serem carreados para a União seria, talvez, pequeno acréscimo no pessoal de obras. A Sudene, através dos projetos aprovados criou 100 mil oportunidades de empregos diretos e estáveis na região, as quais não existiriam a não ser devido ao programa de incentivos fiscais.

A maior parte do valor dos projetos destina-se à compra de bens de capital no Sul do país. Admitindo-se que a proporção seja de apenas 50% do valor total dos investimentos, a não existência do programa nordestino significa que as vendas de máquinas e outros equipamentos pela indústria nacional de bens de capital teria sofrido uma redução de mais de NCr$ 1 bilhão. (3)

Elemento intangível, impossível de quantificar, seria a deterioração da situação política, econômica e social do Nordeste na ausência dos incentivos fiscais. Embora sejam de ontem a agitação e as ligas camponesas, pouco relacionam seu aparecimento com a estagnação da economia regional (4) e o seu subseqüente desaparecimento com a melhoria das condições de vida decorrente das providências tomadas pelos governos revolucionários, principalmente através da aceleração do programa de industrialização, que se fundamenta nos incentivos fiscais.

O "CUSTO" RELATIVO

Outra forma de avaliar os programas regionais nordestinos, cujo êxito de há muito ultrapassou nossas fronteiras, é examinar se estão representando ônus elevado e crescente para o povo brasileiro. A melhor maneira de analisar êste aspecto é comparar o custo dos programas com a receita tributária da União.

Verifica-se que o dispêndio da Sudene, não incluídos os incentivos fiscais, elevou-se de 1,2% da arrecadação da União em 1962, para o máximo de 2,3% em 1967. Daí começa a declinar para atingir, apenas 0,7% em 1973, ao término da execução do IV Plano Diretor. A redução relativa a menos de 1/3 dos investimentos prioritários federais, através da Sudene, cria a perspectiva de sérios pontos de estrangulamento na economia regional.

Ao passo que se aceleram as atividades do setor privado, estimuladas pelos incentivos fiscais e financeiros, deveriam aumentar mais que proporcionalmente os investimentos públicos federais e estaduais em infra-estrutura. É difícil alegar que a Nação brasileira não pode despender 4 ou 5% da sua arrecadação em programas de desenvolvimento de região atrasada, onde vive cêrca de 1/3 de população do país.

Há, ainda, a considerar o esfôrço feito pela União, abrindo mão de parte da arrecadação do impôsto de renda em benefício do Nordeste. Como já demonstramos antes, o êxito do mecanismo dos incentivos fiscais está fazendo retornar aos cofres da União, muito ràpidamente, os recursos dos incentivos fiscais, através do crescimento vertiginoso da arrecadação nesta região. No entanto, abstraindo êste relevante fator, verifica-se que os incentivos fiscais ao Nordeste tendem a estabilizar-se em tôrno de 4% da arrecadação federal. E quando considerarmos não as deduções do impôsto de renda, mas o desembôlso (isto é, quando o dinheiro de fato é entregue ao setor privado), vemos que os mesmos não chegam a 3,5% da arrecadação federal em 1973. Se somarmos o valor dos incentivos com os gastos da Sudene em investimentos diretos nos seus programas e no custeio de sua administração, constatamos que a Sudene custa à Nação apenas cêrca de 4% da sua arrecadação.

Para argumentar, poder-se-ia arguir que o esfôrço da União no Nordeste não é representado apenas pelo investimento de recursos federais em projetos prioritários através da Sudene. É evidente que outros órgãos governamentais aqui atuam realizando obras e prestando serviços. Mas tais órgãos operam em todo o país, não se constituindo sua ação, a não ser em pequena escala, elemento corretor das disparidades regionais.

Examinemos agora outro aspecto do mecanismo de incentivos. Os projetos levam entre dois e três anos desde sua apresentação à Sudene até a inauguração da fábrica respectiva. Inicialmente, por falta de experiência, êsse prazo foi mais longo, sendo bem provável que hoje seja menor. Só após a inauguração e início do funcionamento da fábrica é que a mesma começa a contribuir diretamente para o Erário federal, estadual e municipal através do pagamento dos impostos sôbre produtos industrializados, circulação de mercadorias e outros.

Supondo que o IPI (impôsto sôbre produtos industrializados) represente em média, 10 por cento do valor faturado, é fácil estimar o quanto estarão as novas fábricas contribuindo para o Erário federal. Os projetos aprovados até 1966, que devem ter sido inaugurados até fins de 1968 ou começos de 1969, somam NCr$ 1,6 bilhão de investimentos a preços de 1967. Admitindo-se que a cada cruzeiro nôvo investido corresponda NCr$ 1,50 de vendas anuais, teríamos assim um faturamento de NCr$ 2,4 bilhões por ano, a partir de 1969. Calculando-se o IPI como 10 por cento dêsse valor, a arrecadação anual seria de NCr$ 240 milhões. Em apenas dois anos a União recuperaria os NCr$ 427 milhões de que abriu mão entre 1962 a 1966, com os incentivos fiscais ao Nordeste.

CONCLUSÕES

Em vez de agravar o deficit orçamentário, os incentivos fiscais darão decisiva contribuição para sua redução, através do aumento da arrecadação no Nordeste. Os projetos executados contribuirão através do tempo, ano após ano, com somas crescentes para o orçamento, tornando-se elemento valioso para o equilíbrio das finanças federais estaduais e municipais, em futuro muito próximo.

A análise imparcial e objetiva do efeito dos incentivos fiscais ao Nordeste evidência não serem os mesmos, no momento, elemento de importância no deficit orçamentário. Esta conclusão é coincidente com a do prof. Albert O. Hirschman em relatório sôbre o sistema de incentivos. (5)

Na verdade, o crescimento da arrecadação federal no Nordeste, que é decorrência direta do êxito da política que objetiva aumentar a integração nacional da redução das desigualdades regionais, significa que só em 1968 a União recuperou, pelo aumento da arrecadação, 1/3 do valor dos incentivos concedidos naquele ano.

As fábricas que foram inauguradas e as que começarão a funcionar no corrente ano, deverão pagar em 2 anos, só do impôsto sôbre produtos industrializados, valor equivalente ao montante dos incentivos careados para a região entre 1962 a 1966.

A êstes fatôres positivos somam-se o impacto favorável sôbre o setor privado do Sul do país, especialmente a indústria de bens de capital que faturou NCr$ 1 bilhão de equipamentos e máquinas para as novas fábricas do Nordeste e a criação de mais de 100 mil empregos diretos e estáveis.

Por estas razões e muitas outras é que merece nosso aplauso a recente declaração do Ministro Hélio Beltrão em entrevista à televisão de São Paulo:

"O Govêrno federal transfere em incentivos no Nordeste à pesca, ao reflorestamento, à Amazônia quase NCr$ 1 bilhão. Êsses incentivos não podem ser modificados porque em primeiro lugar representam uma transferência de renda para os mais pobres do país, e em segundo lugar, representam a rigor uma transferência da renda para o setor privado da economia e uma maneira de fortalecer o setor privado." (6)

BRASIL
CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA
(Em % do Produto Nacional Bruto)
1947/1966

ANOS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	TOTAL
1947	10,2	4,1	0,9	15,2
1948	10,1	4,5	1,1	15,7
1949	10,1	5,1	1,1	16,3
1950	9,8	5,1	1,2	16,1
1951	11,1	5,9	1,0	18,0
1952	11,2	5,7	1,1	18,0
1953	10,7	5,6	1,1	17,4
1954	12,3	5,9	1,0	19,2
1955	10,9	5,9	1,0	17,8
1956	12,2	6,0	1,0	19,2
1957	12,4	6,2	1,2	19,8
1958	14,7	6,4	1,2	22,3
1959	15,1	7,0	1,0	23,1
1960	14,8	7,4	0,9	23,1
1961	13,7	7,4	0,9	22,0
1962	13,3	7,4	0,9	21,6
1963	13,9	7,4	1,2	22,5
1964	14,3	8,4	1,1	23,8
1965	16,8	8,3	1,3	26,4
1966	19,0	9,0	1,5	29,5

FONTE: CENTRO DE ESTUDOS FISCAIS — IBRE — FGV

BRASIL
ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA
1958/68
(EM NCr$ MILHÕES DE 1967)

ANOS	IMPÔSTO ARRECADADO NCr$ MILHÕES — PREÇOS CORRENTES	PREÇOS DE 1967	Ns. ÍNDICES 1962=100	PRODUTO NACIONAL BRUTO NCr$ MILHÕES — PREÇOS CORRENTES	PREÇOS DE 1967	Ns. ÍNDICES 1962=100
1958	31,9	1 093,7	102	1 303,6	44 754,2	89
1959	46,4	1 154,0	108	1 791,4	44 569,5	88
1960	62,2	1 202,1	112	2 396,8 (2)	46 299,0	92
1961	83,7	1 177,1	110	3 475,1 (2)	48 875,2	97
1962	115,6	1 071,4	100	5 435,6 (2)	50 394,5	100
1963	242,9	1 296,7	121	9 519,8 (2)	50 811,0	101
1964	482,4	1 349,3	126	18 726,2 (2)	52 375,3	104
1965	1 022,6	1 820,6	170	30 404,8 (2)	54 129,7	107
1966	1 339,4	1 722,1	161	43 844,2 (3)	56 370,5	112
1967	1 549,7 (1)	1 549,7	145	58 093,6 (3)	58 093,6	115
1968	2 200,0	1 771,2	165	76 974,0	61 971,8	123

FONTE: Inspetoria Geral de Finanças (Dos dados originais)
IBRE — FGV — Estudos APECÃO
(1) Estimativa.
(2) Estimativa como resíduo APECÃO 1968, Pág. A-3, Anexos Estatísticos.
(3) Estimativa — Admitindo-se um crescimen to de 6% e uma taxa inflacionária de 25%.

BRASIL
ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA
1958/68
(Em NCr$ 1.000 DE 1967)
IMPÔSTO ARRECADADO
(NCr$ 1 000)

ANOS	PREÇOS CORRENTES	PREÇOS DE 1967	N.ºs ÍNDICES 1962=100
1958	31 856,3	1 093 665,0	102
1959	46 381,6	1 153 960,3	108
1960	62 229,2	1 202 081,5	112
1961	83 696,5	1 177 141,1	110
1962	115 566,6	1 071 441,1	100
1963	242 946,5	1 296 702,6	121
1964	482 414,7	1 349 265,7	126
1965	1 022 621,0	1 820 572,2	170
1966	1 339 405,0	1 722 073,0	161
1967	1 549 688,7	1 549 683,7	145
1968	2 200 000,0	1 771 220,0	165

FONTE — INSPETORIA GERAL DE FINANÇAS

PARTICIPAÇÃO DO NORDESTE NA RECEITA TRIBUTÁRIA
1950/68

ANOS	RECEITA TRIBUTÁRIA — BRASIL	NORDESTE	PORCENTAGEM NE/BR
1950	15 590	1 205	7,7
1951	21 876	1 627	7,4
1952	24 804	1 840	7,4
1953	27 627	2 016	7,3
1954	37 011	2 578	7,0
1955	48 363	3 271	6,8
1956	61 034	4 034	6,6
1957	72 936	4 747	6,5
1958	101 998	6 032	5,9
1959	140 182	7 693	5,5
1960	196 899	10 860	5,5
1961	282 584	15 147	5,4
1962	444 125	22 914	5,2
1963	845 759	43 524	5,1
1964	1 717 655	92 524	5,4
1965	3 021 612	171 452	5,7
1966	4 763 454	272 376	5,7
1967	5 026 495	301 127	6,0
1968(x)	7 797 217	542 604	7,0

FONTE: *Anuário Estatístico do Brasil*
(x) — Arrecadação até outubro de 1968. Relatório Mensal da Receita Tributária — AESPA — MF — nov. 68

BRASIL
ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA COMO PERCENTAGEM DA RECEITA TRIBUTÁRIA
1958/67
(NCr$ 1 000)

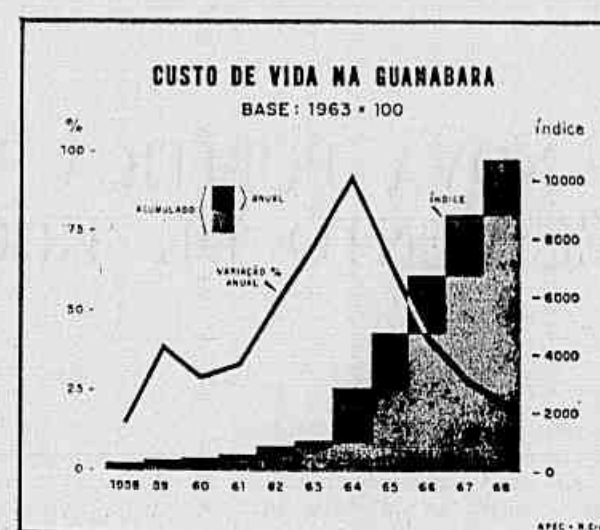
ANOS	IMPÔSTO DE RENDA (A)	RECEITA TRIBUTÁRIA (B)	PORCENTAGEM (A/B)
1958	31 856,3	101 998,0	31,2
1959	46 381,6	140 182,0	33,1
1960	62 229,2	196 899,0	31,6
1961	83 696,5	282 584,0	29,6
1962	115 566,6	444 125,0	26,0
1963	242 946,5	845 759,0	28,7
1964	482 414,7	1 717 655,0	28,1
1965	1 022 621,0	3 021 612,0	33,8
1966	1 339 405,0	4 763 454,0	28,1
1967	1 549 688,7	5 026 495,0	30,8
1968	(1)2 200 000,0	(2) 7 797 217,0	28,2

FONTE: *Anuário Estatístico do Brasil*
(1) Estimativa
(2) Dados do Orçamento

(1) — Até outubro de 1968
(2) — Os outros são Goiás (inclusive Distrito Federal) e São Paulo.
(3) — Admitida a hipótese de que nos investimentos que a União faria, igualmente 50% do valor seriam destinados à aquisição daqueles bens.
A indústria brasileira cresceu a ritmo de 12,6% ao ano entre 1954 e 1959, enquanto, no mesmo período, a produção industrial do Nordeste aumentou apenas 2,2% ao ano, isto é, menos que o crescimento da população e cêrca da metade da taxa de incremento da população urbana.
— "O que preocupa é a comparação entre os depósitos e o deficit de caixa do tesouro. Parece que êste deficit cairia da metade se abolidos os benefícios do Artigo 34/18. Há aqui dois comentários possíveis: em primeiro lugar, a percentagem é alta porque o deficit é relativamente pequeno e, portanto, inócuo. Se aumentasse substancialmente e é essa a tendência dos últimos tempos, a porcentagem dos fundos do Artigo 34/18 em relação a êle cairia. Em segundo lugar, o problema seria colocado, em suas devidas perspectivas se comparássemos os depósitos do Artigo 34/18 com o montante das receitas tributárias (colunas seis e sete). Nesse caso, os depósitos montarão apenas a 5%. Nada mais arbitrário que considerar os depósitos do Artigo 34/18 como únicos responsáveis pela metade do deficit. É evidente que há várias outras alternativas para aumentar as receitas tributárias ou diminuirem-se as despesas governamentais de 5%."
"Desenvolvimento Industrial no Nordeste Brasileiro e o Mecanismo de Crédito Fiscal dos Artigos 34/18", in Revista Brasileira de Economia — Ano 21, n.º 4 — Dez. 67 — Fundação Getúlio Vargas — Rio.
(6) — Fôlha de São Paulo — 5-1-69

PLANEJAMENTO E REALISMO ORÇAMENTÁRIO

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN

CUSTO DE VIDA NA GUANABARA
BASE: 1963 = 100

Uma das características mais freqüentemente observadas nas sociedades subdesenvolvidas consiste na sua tendência a desejar objetivos incompatíveis. Sobretudo nos países intensamente sujeitos ao efeito demonstração, nada parece mais irritante do que a exigência de que a soma das partes não ultrapasse o todo. Daí o desejo de aumentar despesas públicas, baixar impostos, expandir o crédito às emprêsas e, simultâneamente, evitar a inflação. Ou a aspiração de, simultâneamente e a curto prazo, aumentar os salários reais dos trabalhadores e a poupança nacional. A inflação crônica, tão espalhada por êsses países, é o subproduto natural dêsse quadro psicológico. A sociedade tenta implantar uma política de incompatibilidade distributiva, dividindo o bôlo em fatias cuja soma é muito superior ao total disponível. O bôlo efetivamente incha em unidades monetárias correntes, pois não há limite à taxa de crescimento do produto nominal quando se apela para a inflação. Mas em têrmos reais a inflação restaura a compatibilidade do sistema, encolhendo as fatias pretendidas até que se ajustem ao total possível.

Por mais romântica que pareça, a revolta contra a aritmética não pode dar bons resultados. Assim, uma sociedade subdesenvolvida que aspire a construção de um futuro mais sorridente, deve antes de tudo saber fixar objetivos compatíveis. O planejamento econômico, como filosofia de Govêrno, pode fornecer importante ajuda nessa direção: as medidas tópicas, isoladamente muito saudáveis, fàcilmente incidem no problema da incompatibilidade de conjunto. E isso só se consegue verificar nas devidas dimensões, quando essas medidas são reunidas **a priori** na tentativa de elaboração de um plano.

Que dizer sôbre a experiência brasileira de planejamento? É fora de dúvida que, em matéria de composição intelectual dos planos já conseguimos progredir consideràvelmente. Há 10 anos o Programa de Metas constituía um bom feixe de planos setoriais, mas sem suficiente coordenação global. Mais adiante, o Plano Trienal surgiu como interessante exercício de macroeconomia, mas destituído de instrumentos operacionais. Hoje, o Programa Estratégico do atual Govêrno pode considerar-se um documento bem mais sofisticado. Em primeiro lugar por ter sido precedido por uma série cuidadosa de diagnósticos e planos setoriais elaborados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas do Ministério do Planejamento. Em segundo lugar, por ser o resultado de uma coordenação dêsses planos setoriais, devidamente compatibilizados, e não apenas superpostos. Em terceiro lugar por indicar o elemento operacional para sua implantação, o orçamento plurianual de investimentos.

Escrever planos, todavia, não é o bastante. O Brasil possui vários dêles encostados nos arquivos e estantes e que jamais foram postos em prática. O Plano Trienal do Govêrno Goulart, por exemplo, foi abandonado logo após a sua publicação. E até o atual Govêrno cuidou de arquivar sob uma capa de silêncio o Plano Decenal (que de fato era mais qüinquenal do que decenal) que lhe fôra legado pelo seu antecessor. O planejamento só se torna efetivamente útil quando se substitui a concepção editorial pela operacional. E para chegar a esta última etapa, dois requisitos se fazem indispensáveis. De um lado um espírito de continuidade administrativa que conduza o Govêrno a tomar a sério os seus planos, encarando-os como um compromisso impessoal de execução, e não apenas como livros para publicação. De outro lado, que os planejadores se submetam a objetivos compatíveis, por mais ásperos que êstes pareçam, e não tentem esconder a sua inconsistência por meros artifícios aritméticos de apresentação.

Entre nós, apesar do muito que se progrediu em matéria de técnica de planejamento, ainda se comete fartamente êsse último tipo de êrro. Uma das maiores dificuldades à implantação efetiva da filosofia do planejamento reside no irrealismo das propostas orçamentárias (particularmente no âmbito do Govêrno federal), as quais vêm capeadas por uma falsa compatibilização, obtida pela superestimativa da inflação no cálculo da receita e por uma subestimativa na especificação da despesa. Como os orçamentos governamentais constituem o principal veículo para a execução de um plano é fácil compreender o quanto essa metodologia traz de perturbações ao sistema.

A questão merece ser analisada em pormenores. Quando o Ministério do Planejamento prepara a proposta orçamentária da União, surge a necessidade de conciliar três objetivos. O primeiro é o de conter o deficit dentro de limites toleráveis, a fim de impedir o excesso de pressões inflacionárias de origem governamental. O segundo é o de evitar o aumento da carga tributária, já considerada excessiva em nossa economia. O terceiro é o de atender aos pedidos de verbas dos diversos ministérios e órgãos da administração federal. Como, por definição, despesa menos receita é igual a deficit, é impossível fixar as três variáveis arbitràriamente. Assim, é óbvio que os três objetivos precisam ser compatibilizados.

A solução natural para o problema seria a compatibilização **a priori** — o que exigiria que os ministérios se contentassem com um orçamento menos ambicioso, a fim de que pudesse ser posteriormente executado. Mas a praxe que efetivamente se instalou entre nós é a da pseudocompatibilização por artifícios aritméticos. Para que o deficit não pareça exceder os limites toleráveis, infla-se a estimativa da receita, admitindo que uma ampla alta de preços dê origem a uma substancial elevação da arrecadação tributária. E ao mesmo tempo, deixa-se de prever o aumento de funcionários públicos, e uma série de despesas extraordinárias que fatalmente terão que ocorrer como resultado da inflação. Note-se essa pseudocompatibilização aritmética vem ocorrendo sistemàticamente nos últimos anos, não obstante as disposições do Ato Institucional nº. 1, incorporados à atual Constituição, as quais proíbem que o Congresso eleve o total da despesa orçamentária.

Como é óbvio, a hora da verdade acaba chegando. O Ministro da Fazenda então verifica que a receita foi superestimada, que os vencimentos dos funcionários públicos foram aumentados e que o deficit pontencial implícito no orçamento é absurdamente inflacionário.

A solução então consiste em substituir o orçamento por uma programação financeira feita às pressas, baseada no aumento de alguns impostos, no corte de vários investimentos e na aceitação de um deficit freqüentemente superior ao considerado tolerável.

Três, pelo menos, são as conseqüências dessa tradicional falsificação orçamentária. Em primeiro lugar a eternização do deficit público como foco de inflação. Em segundo lugar o contínuo aumento da carga tributária. Não há desculpa mais inconveniente do que aquela que se repete quase todo o ano, a de que o Govêrno precisa elevar impostos para financiar o aumento dos funcionários públicos — pois afinal êsses aumentos têm sido menos do que proporcionais à alta geral de preços, e a arrecadação tributária, tôda baseada em incidências proporcionais ou progressivas, acompanha automàticamente a inflação. Em terceiro lugar a mutilação dos planos, e a caotização da administração pública, com a guerra inevitável entre o Ministro da Fazenda, que quer prender as verbas para conter o deficit, e os ministros das Pastas de execução, que desejam gastar o que o orçamento lhes autorizou.

Tècnicamente a solução dos problemas acima não envolve qualquer dificuldade. Basta aceitar uma proposta orçamentária menos ambiciosa para que possa ser executada, e que preveja equilibrada e não unilateralmente o efeito da inflação tanto sôbre a receita quanto sôbre a despesa. Ao invés da compatibilização apressada **a posteriori**, recorre-se à compatibilização planejada **a priori**. Quando a fixação dos tetos de receita e despesa está inteiramente centralizada nas mãos do Poder Executivo, não há como desculpar que, ano após ano, o orçamento tenha que ser substituído por uma programação — ou às vêzes até por várias programações sucessivas (em 1967 tivemos três delas). Não se compreende também que o primeiro orçamento plurianual de investimentos, incorporado ao Programa Estratégico, tenha nascido com essa deformação da obesidade, para posteriormente se submeter à dieta imposta pela programação financeira de 1969.

Psicològicamente, porém, há uma condicionante: é preciso que os planos se submetam à modéstia inerente aos objetivos compatíveis; que não se elaborem orçamentos plurianuais de investimentos que já se sabe que terão que ser cortados na hora da execução. Resta o consôlo de que o reconhecimento dessas limitações, por mais áspero que pareça, melhorará consideràvelmente a eficiência da administração pública. E apaziguará as dúvidas daqueles que desconfiam dos planos a longo prazo de quem não consegue sequer orçar as suas finanças para o ano seguinte.

NOVA POLÍTICA NO ABASTECIMENTO DE TRIGO

ENALDO CRAVO PEIXOTO
Superintendente da Sunab

Dentro da nova filosofia posta em prática na Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), está sendo dada muito maior ênfase aos problemas estruturais do abastecimento no país. Nos dois últimos anos, a Sunab vem procurando estimular a produção agropecuária, modernizar os esquemas de comercialização de alimentos, melhorar os sistemas de armazenagem e aumentar a produtividade dos mecanismos de distribuição — o que demonstra não só a nossa constante preocupação com questões de momento, de curto prazo, mas também o nosso cuidado em estabelecer uma política de longo prazo, destinada a romper as barreiras estruturais do abastecimento no Brasil.

E é exatamente em função desta nova orientação, que engloba modernização da comercialização, fomento à produção e suprimento eficiente de alimentos, que esta autarquia está dedicando uma atenção tôda especial à questão da produção, importação, comercialização e industrialização do trigo — produto básico na alimentação da população brasileira.

Através do seu Departamento de Trigo (Dtrig), criado em 1965, a Sunab orienta, executa e fiscaliza tôdas as atividades relativas à comercialização e industrialização do trigo em todo o território nacional, promovendo, também, as importações do produto necessárias à complementação do abastecimento do país. Tôda a política posta em execução pelo Govêrno no que se refere ao trigo está baseada no Decreto-Lei 210, de 27 de fevereiro de 1967. Êste diploma reformulou as normas para o abastecimento do trigo e determinou que fôsse feita a revisão geral, em todo o país, da capacidade real de moagem de todos os moinhos, a fim de que se pudesse estabelecer um paralelo perfeito entre o consumo do produto e a capacidade dêsses moinhos.

O DECRETO-LEI 210

Pretendeu-se, com o decreto, regular o abastecimento do trigo, que era deficiente até àquela época, e também reduzir a capacidade ociosa das indústrias moageiras, que girava em tôrno de 75%. Para isto, teve de ser feita a revisão das capacidades, com a finalidade de impedir que os moinhos, através de declarações forjadas, recebessem cotas de trigo superiores às que tinham direito. Outra intenção do decreto foi a de forçar os moinhos a incrementarem largamente a sua capacidade de ensilagem e armazenagem.

As dificuldades na importação, já superadas, que existiam principalmente devido à escassez de divisas, não só levaram a um abastecimento deficiente de trigo, mas conduziram a um superdimensionamento das indústrias moageiras do país, que se exacerbou mais ainda com as declarações aumentadas, através de fraudes, sôbre as suas capacidades de moagem. Sendo o cereal distribuído proporcionalmente à capacidade de moagem dos moinhos, alguns dentre êstes, querendo receber maiores quantidades para transacioná-las no mercado negro, fizeram registros fictícios, que só puderam ser corrigidos através da revisão geral da situação do parque moageiro, determinada pelo Decreto-Lei 210.

Apenas com êste notável trabalho das Comissões de Revisão de Capacidade, que inspecionaram 452 moinhos, em todo o país, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, durante o segundo semestre de 1967, foi possível a obtenção dos dados reais sôbre a situação do parque moageiro nacional. Constatada a existência de capacidade ociosa no setor, o Decreto-Lei 210 e portarias correlatas da Sunab determinaram a liberação de 40% do equipamento industrial dos moinhos de trigo no país, para utilização em atividades paralelas, como industrialização de sucedâneos, beneficiamento de outros cereais, etc. Este percentual de liberação foi fixado, ainda em 1967, pela Portaria n.º 1 471.

Para um consumo anual estimado em 3 milhões de toneladas, os moinhos, após a revisão e a liberação, estão atualmente com uma capacidade de moagem anual de aproximadamente 6 milhões de toneladas. Esta moagem de diferença que ainda perdura tem em vista permitir que os moinhos existentes possam atender ao aumento da demanda previsto pelos técnicos para a próxima década. Outra medida tomada, também com vistas à redução da capacidade ociosa dos moinhos, foi a concessão de maiores estímulos às incorporações e reagrupamentos, ao lado da proibição expressa de autorização para instalação de novas unidades industriais no setor. Atualmente, o número de moinhos no país, que chegou a ultrapassar, em outras épocas, a casa dos 600, já está reduzido a 330. A sua distribuição geográfica é apresentada dentro do quadro 1.

Dentro da política de contemplar preferencialmente os moinhos com boa capacidade de ensilagem, as cotas de trigo atribuídas a cada zona de consumo foram divididas em duas partes: uma cota geral e uma cota específica, sendo esta última para os moinhos que apresentam capacidade de ensilagem ou armazenagem correspondente a 20 vêzes a capacidade diária de moagem aferida pela revisão feita em 1967. Em 1968, 9/10 do total atribuído a cada zona de consumo foram distribuídos a todos os moinhos indistintamente, reservando-se 1/10 ùnicamente para aquêles possuidores de silos ou armazéns, na capacidade prevista.

PROGRESSÃO ARITMÉTICA

O esquema do Decreto-Lei 210 prevê uma progressão aritmética decrescente para a cota geral e, inversamente, uma crescente para a específica, a fim de premiar as indústrias moageiras que desenvolvam os seus sistemas de ensilagem e/ou armazenagem. Por êste esquema, em 1976, os moinhos com a capacidade de ensilagem exigida pelo Decreto receberão 9/10 das cotas e, a partir de 1977, serão os únicos que terão direito ao recebimento da cota de trigo que lhes é destinada pelo Govêrno, por intermédio da Sunab. O quadro 1 é representativo do esquema do Decreto.

O sistema também levará a novas incorporações e fusões entre os moinhos, pois muitos dentre êstes não terão condições — técnicas ou financeiras — para construir os silos e armazéns exigidos. A Sunab tem o máximo interêsse no desenvolvimento dos sistemas de ensilagem e armazenagem, pois, todos sabemos que a função básica dêstes sistemas é absorver as variações no abastecimento, de modo que os produtos possam ser canalizados para o consumidor a preços razoáveis, sempre que êste os demande, pois fica impedida a escassez de oferta.

A distribuição do trigo, segundo as normas consubstanciadas no Decreto-Lei 210, é feita em função do consumo previsto para cada zona (vide quadro 1) e proporcionalmente à capacidade de moagem dos moinhos. Através do sistema de estoques reguladores, procede-se à distribuição por cotas semanais, substituindo o antigo sistema de liberações maciças de trigo. O Govêrno, que é monopsonista (monopólio de compra) de trigo estrangeiro e monopsonista na venda aos moinhos, utiliza-se dos moinhos que possuem silos para a formação dos estoques reguladores. O sistema funciona através de contratos de comodato, não tendo o Govêrno qualquer ônus, pois os moinhos arcam com as despesas.

O triticultor brasileiro está, hoje, seguro de que tôda a sua produção será comercializada, pois ela é totalmente comprada pelo Govêrno federal, através do Banco do Brasil, segundo as normas de comercialização traçadas pela Sunab. Outro fato da maior importância para a produção nacional de trigo é a nova política governamental de definir antes da safra, ainda à época do plantio, os preços de aquisição do produto, através de portarias da Sunab. Tal orientação foi levada a efeito pela primeira vez em 1967 e depois em 1968, para as safras 67/68 e 68/69, com excelentes resultados.

Todos êstes fatos — sobretudo a garantia de que tôda a produção será vendida e a fixação do preço no começo do plantio, antes da colheita — são os melhores estímulos que se pode dar ao produtor de trigo, pois acarretam a impossibilidade de haver prejuízos para êle. As normas da Sunab garantem ainda ao produtor uma margem de lucro excelente, da ordem de 30%, nos preços fixados para a aquisição do trigo. A triticultura nacional não está mais desamparada, portanto, notando-se em várias regiões do país um interêsse crescente pelo trigo, pois, hoje em dia, é um excelente negócio a sua plantação.

O que pretendemos é conseguir, nos próximos seis anos, que se abasteça o mercado de trigo com 50% de produção nacional, mas, para isto, grande esfôrço terá de ser feito. É preciso reduzir o deficit que se verifica entre a demanda e a oferta interna de trigo no país. No entanto, convém lembrar que a importação de trigo estrangeiro permite que o país tenha um grande poder de barganha nos balcões internacionais, podendo melhor negociar a venda de seus produtos básicos de exportação. Pretendemos atingir um balanceamento adequado, perto de 50%, entre a produção e a importação de trigo.

Este ano (1969), a produção nacional de trigo deverá atingir 600 mil toneladas, segundo as previsões, o que corresponderá a 20 por cento do consumo previsto, que é de 3 milhões de toneladas. Os resultados da produção nacional, nos últimos anos, têm apresentado uma tendência ascendente, estado atualmente em tôrno de 300 a 400 mil toneladas — correspondente a pouco mais de 10 por cento do consumo.

Como já mencionamos, o Govêrno, no estímulo à produção do trigo, procura definir, por intermédio da Sunab, os preços de compra do produto logo antes do início da época do plantio, ou seja, antecipando-se à colheita, o que dá total garantia ao produtor.

Dos estoques adquiridos pelo Banco do Brasil, uma parcela é reservada para ser utilizada no período seguinte, sendo em geral sementes selecionadas. O restante é distribuído aos moinhos, com prioridade sôbre o trigo importado. O trigo — seja êle nacional ou estrangeiro — é vendido aos moinhos, para industrialização, por um determinado preço (atualmente*, de NCr$ 276,00/tonelada), tendo em vista a equiparação dos preços do trigo nacional ao importado (Decreto 60 698, de 8/5/67,. O Govêrno adquire o trigo nacional por um preço muito superior ao do trigo importado, em razão dos custos da produção serem mais elevados na triticultura nacional, o que ocorre sobretudo devido à baixa produtividade das nossas lavouras. Mas a Comissão de Equiparação, criada pelo Decreto 60 698, iguala os dois preços, num valor médio ponderado, pelo qual o trigo é vendido aos moinhos, representando valioso estímulo à produção nacional.

AUMENTO DE PRODUTIVIDADE

Para se alcançar uma produção nacional que corresponda a 50% do consumo, ou seja, entre 1,5 milhão e 2 milhões de toneladas, nos próximos anos, modificando as tendências atuais, os esforços deverão ser concentrados na tentativa de incrementos dos índices de produtividade. Para que se tenha uma idéia do que isto representa, basta lembrar que o aumento da produtividade das lavouras mexicanas de trigo, decuplicando o seu rendimento por hectare em menos de 30 anos, fêz com que o México passasse de importador, em 1956, para exportador, em 1965. Êste aumento da produtividade foi devido principalmente ao uso de variedades selecionadas de sementes de trigo.

No Brasil, o rendimento de trigo elevou-se nos últimos anos. Pelo censo feito em 1960, o rendimento médio era de 480kg/hectares, no Rio Grande do Sul, que é responsável por 90% da produção nacional. Embora atualmente o rendimento já tenha atingido a 850kg/hectare, o que se objetiva é ultrapassar, já em 1969, a produção de uma tonelada por hectare. Pretendemos produzir 600 mil toneladas em uma área cultivada de aproximadamente 500 mil hectares.

Em muitas lavouras, atualmente, já se encontra o rendimento de 960kg/ha, considerado ideal pelos técnicos. Mas, se tal rendimento fôr comparado com o de outros países, ver-se-á que ainda é bastante baixo. No México, a produtividade atual é de 2 410kg/ha; nos Estados Unidos, de 1 740kg/ha; na Argentina, 1 460kg/ha, e na Rússia, a produtividade da terra é de 1 060 kg/hectares.

Para o aumento da produtividade da terra na lavoura do trigo, no Brasil, será necessária uma maior utilização de sementes selecionadas. É preciso obter-se variedades mais resistentes a pragas e moléstias e menos sensíveis ao calor. Atualmente, no Rio Grande do Sul, já se conseguiu substituir algumas sementes por outras de qualidade superior, desenvolvidas por técnicos gaúchos em pesquisas agrícolas.

É importante assinalar que o aumento da produção das lavouras triticolas deverá ser conseguido, não apenas através da ampliação da área cultivada, mas principalmente pela elevação dos rendimentos por hectare das lavouras atuais. Esta forma de aumentar a produção é mais barata e mais rápida, já que as novas terras poderão ser de pior qualidade ou exigirão muito vultosas inversões de capital. Outras medidas visando ao aumento da produtividade são a introdução de novos métodos para preparo de solo e de colheita e de novas práticas de adubação. O emprêgo de uma tecnologia adequada e um melhor uso da mecanização também poderão elevar a produtividade.

Noventa por cento dos recursos obtidos com a cobrança, às indústrias moageiras, das diferenças de preços resultantes de reajustamento da taxa de câmbio, sôbre os seus estoques de trigo e derivados, são aplicados em programas de pesquisas e experimentação visando ao incremento da produtividade da lavoura triticola, e em planos de estímulo financeiro ao uso de fertilizantes e suplementos minerais na lavoura. As aplicações são feitas pelos órgãos do Ministério da Agricultura. **Em 1968, com as variações da taxa de câmbio, foram cobrados aos moinhos e às panificadoras 11 milhões de cruzeiros novos, como diferença de preço. Durante todo o período de aplicação do sistema de arrecadação das diferenças de preços, que vai de 1963 a 1968, já foram coletados pela Divisão de Arrecadação de Diferenças de Preços de Trigo (Dadip), do Departamento de Trigo da Sunab, 41 milhões de cruzeiros novos.**

O TRIGO IMPORTADO

O Govêrno federal é monopsonista de trigo estrangeiro, ou seja, é o único comprador do produto no exterior — o que é promovido pela Junta Deliberativa do Trigo da Sunab e executado pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil. Como o Brasil é o terceiro maior importador dêste cereal, no mundo, ficando atrás apenas do Reino Unido e do Japão, conclui-se que a Sunab é um dos maiores compradores mundiais, dando elevado poder de barganha ao Brasil no mercado internacional. E muita gente não sabia disso...

Apesar de os decretos determinantes da política do trigo insistirem que as importações de trigo estrangeiro só serão feitas **para complementar o abastecimento do país, o fato é que a maior parte do trigo consumido no Brasil (mais de 80%) ainda é de procedência estrangeira,** sobretudo argentina e norte-americana. Apenas dentro de alguns anos — e isto depois de muito esfôrço — poderemos tentar suprir, com a produção interna, 50% do consumo.

O fato de o Govêrno ter o monopólio da compra do trigo no exterior é devido justamente à capital importância do produto importado para o abastecimento interno, exigindo uma intervenção estatal direta no setor. As compras de trigo são promovidas, como já assinalamos, através da Junta Deliberativa no Dtrig e executadas pela Cacex do Banco do Brasil. A Junta é composta por representantes de vários órgãos do setor econômico do Govêrno, sendo presidida pelo diretor do Dtrig, representando a Sunab.

As formas pelas quais as compras são feitas variam: fazem-se acôrdos bilaterais, acôrdos de comércio ou acôrdos com as PL-480 (Acôrdos do Trigo), ou então lançadas concorrências pela Junta, para compras no mercado internacional, quando os grandes fornecedores fazem, conjuntamente, as suas ofertas de preços e de prazos de entrega e pagamento. Esta modalidade — concorrências internacionais dentro da Sunab — é uma das novidades na autal política do trigo, tendo em vista uma melhor condução nas negociações internacionais.

Em 1968, foram importadas 2 milhões e 497 mil toneladas da Argentina, Estados Unidos, Uruguai, França, Bulgária e Rússia (vide quadro IV), ao preço médio FOB de 57,96 dólares/tonelada. Isto correspondeu a dispêndios da ordem de 140 milhões de dólares, sem incluir as despesas de frete. Nos últimos anos, o trigo em grão vem-se alternando com o petróleo cru, no primeiro lugar das importações brasileiras, em valor. Em geral, 10% das importações brasileiras correspondem a trigo em grão. O quadro IV dá uma visão dos fornecedores de trigo e do seu preço médio internacional, nos últimos anos. A previsão para 1969 é para uma importação de 2 milhões e 400 mil toneladas de trigo em grão, prevendo-se ainda uma maior diversificação quanto aos países fornecedores.

Grande parte das importações brasileiras (mais de 20%) é proveniente dos convênios da Public Law-480, do Congresso norte-americano, conhecida como Acôrdo do Trigo. Por êste instrumento, as importações brasileiras de trigo norte-americano são financiadas pelo prazo de 20 anos, devendo os recursos obtidos pelo Brasil na venda dêste trigo serem aplicados em programas de desenvolvimento.

Em 1968, pelo Acôrdo PL-480, foram importadas 448 mil toneladas de trigo, restando um saldo de 52 mil toneladas para 1969, pois o convênio estipula a compra de 500 mil toneladas anualmente.

Segundo os últimos acôrdos, as aplicações dos empréstimos provenientes da PL-480, deverão ser feitas no setor agrícola, envolvendo programas de comercialização, crédito para fertilizantes, financiamento de centrais de abastecimento e de supermercados, ao lado de um percentual destinado à armazenagem e à construção de estradas das fazendas para os mercados consumidores. Os recursos se destinam também a outros planos de desenvolvimento agrícola, apresentados no Programa Estratégico de Desenvolvimento do Brasil.

Pelo fato de o abastecimento ser feito através dos estoques reguladores com distribuição semanal, e também pelo desenvolvimento do sistema de ensilagem e pela expansão da triticultura nacional, não temos mais necessidades de recorrer às importações em condições desfavoráveis, como se pedíssemos socorro. Podemos, ao contrário, fazer melhores negociações, utilizando o trigo para trocar por alguns de nossos principais produtos de exportação, primários e manufaturados. Uma redução maior da dependência do trigo importado para o abastecimento interno colocará o nosso país — grande importador — em ainda melhores posições no mercado internacional dêste cereal, podendo obter preços mais favoráveis com menores ônus para o nosso balanço de pagamentos em conta corrente.

CONCLUSÕES

Como se pode ver, a Sunab e os outros órgãos do Ministério da Agricultura e do Govêrno, com vinculações ao setor triticola, estão empenhados na tentativa de aperfeiçoar cada vez mais o abastecimento de trigo, procurando fazer com que êste suprimento seja feito, em quantidades cada vez maiores, com trigo da produção nacional, mas sem abandonar totalmente as importações de trigo, pois são importantes instrumentos de negociação nos balcões internacionais.

Esta rápida visão do que vem sendo feito em têrmos de política de trigo, no país, envolvendo o abastecimento, a produção e a importação, dá uma idéia da preocupação e do cuidado da Superintendência Nacional do Abastecimento com as questões de longo prazo, que dizem respeito a problemas de estrutura, como é o caso do trigo. A resolução de alguns problemas estruturais e conjunturais do abastecimento já pôde permitir que o custo de alimentação crescesse com menor intensidade nos últimos anos, colaborando, dêste modo, a Sunab, na política antiinflacionária do Govêrno. Em 1968, a alimentação foi o item do custo de vida que apresentou o menor aumento: 17,7%, para um total geral de 24,0%.

A título de comparação, eis o aumento do custo da alimentação em outros anos: 1963 — 77,3%; 1964 — 75,9%; 1965 — 31,7%; 1966 — 40,2%; 1967 — 14,1%.

Dentro do objetivo governamental já anunciado de se manter a taxa de inflação em tôrno de 20%, pretende-se que o custo **da alimentação — ou seja: os preços dos produtos alimentares para o consumidor — não ultrapasse de modo algum um aumento de 15%, em relação a 1968 — o que significará um resultado altamente compensador para a política de abastecimento, de curto e longo prazos, levada a efeito pelo Govêrno federal e, particularmente, pelo Ministério da Agricultura e, dentro dêste, a** Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab).

TRIGO: ZONAS DE CONSUMO, DISTRIBUIÇÃO DOS MOINHOS E CAPACIDADES DE MOAGEM (1)

TOTAL GERAL
U.M. 330
C.Mo.24h 17.436.959 Kg
C.En. 636.475 t
C.AR. 584.801 t

LEGENDA:
(1) ATUALIZADO EM 15-1-69
U.M. : UNIDADE DE MOAGEM
C.Mo.24 h. : CAPACIDADE DIÁRIA DE MOAGEM
C.En. : CAPACIDADE DE ENSILAGEM
C.AR. : CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

QUADRO I

COTAS DE TRIGO ATRIBUÍDAS AOS MOINHOS NAS DIVERSAS ZONAS DE CONSUMO

Capac. total de moagem: 6 milhões de ton/ano
Número de moinhos : 330

ZONAS DE CONSUMO, RESPECTIVOS ESTADOS E NÚMERO DE MOINHOS	ANOS	COTAS (toneladas) GERAL	ESPECÍFICA	TOTAL
ZONA 1 (3 moinhos) - Amazonas Pará e Maranhão	1968 1969 1970	67.500 60.000 52.500	7.500 15.000 22.500	75.000 75.000 75.000
ZONA 2 (7 moinhos) - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco	1968 1969 1970	307.800 273.600 239.400	34.200 68.400 102.600	342.000 342.000 342.000
ZONA 3 (5 moinhos) - Alagoas, Sergipe e Bahia	1968 1969 1970	144.000 128.000 112.000	16.000 32.000 48.000	160.000 160.000 160.000
ZONA 4 (5 moinhos) - Espírito Santo e Minas Gerais (excl. Triângulo Mineiro)	1968 1969 1970	162.000 144.000 126.000	18.000 36.000 54.000	180.000 180.000 180.000
ZONA 5 (7 moinhos) - Guanabara e Rio de Janeiro	1968 1969 1970	414.000 368.000 322.000	46.000 92.000 138.000	460.000 460.000 460.000
ZONA 6 (6 moinhos) - Goiás, Brasília (DF), Mato Grosso e Triângulo Mineiro	1968 1969 1970	67.500 60.000 52.500	7.500 15.000 22.500	75.000 75.000 75.000
ZONA 7 (54 moinhos) - S.Paulo e Paraná	1968 1969 1970	1.073.700 954.400 835.100	119.300 238.600 357.900	1.193.000 1.193.000 1.193.000
ZONA 8 (243 moinhos) - Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1968 1969 1970	463.500 412.000 360.500	51.500 103.000 154.500	515.000 515.000 515.000
TOTAL GERAL	1968 1969 1970 :::: 1976 1977	2.700.000 2.400.000 2.100.000 ::: 300.000 0	300.000 600.000 900.000 ::: 2.700.000 3.000.000	3.000.000 3.000.000 3.000.000 ::: 3.000.000 3.000.000

Fonte: DTRIG - SUNAB

Vide Mapa

QUADRO II

IMPORTAÇÕES DE TRIGO FEITAS PELO BRASIL

(em 1.000 toneladas)

PROCEDÊNCIA	1964	1965	1966	1967	1968
Est. Unidos ("PL-480")	1.461	250	422	498	448
Est. Unidos (Financiado)	-	-	-	-	255
Est. Unidos (M.I.)*	228	270	785	650	215
Argentina (Acôrdo)	900	1.291	1.060	650	1.000
Argentina (M.I.)	-	-	-	-	64
Bulgária (Acôrdo)	-	-	80	160	100
Bulgária (M.I.)	-	-	-	-	35
Rússia (Acôrdo)	-	-	-	50	80
França (M.I.)	-	-	-	-	150
Austrália (Acôrdo)	-	-	-	200	-
Uruguai (Acôrdo)	-	90	90	10	150
México (M.I.)	-	-	-	60	-
Espanha (Acôrdo)	-	-	-	100	-
Outros	-	-	30	55	-
TOTAL	2.589	1.901	2.467	2.433	2.497
PREÇO MÉDIO FOB US$/TON.	67,59	60,55	60,40	62,53	57,96

* M.I. significa "Mercado Internacional".

FONTES: Dados da Junta Deliberativa do Trigo (DTRIG-SUNAB)
Relatórios do Banco Central e do Banco do Brasil
Dados da CACEX
(vide ainda MAPA anexo, referente ao Quadro 1)

LUCRO ESPECULATIVO E LUCRO DE EFICIÊNCIA

OTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES

Os países que progridem (*) são aquêles cuja população se dedica ao trabalho árduo e inteligente. Árduo porque não esmorece ante a presença de obstáculos; inteligente porque é capaz de remover obstáculos.

Trabalho inteligente é o que resulta de estudos, pesquisas, experiência, meditação. As improvisações levam ao desperdício. Tornam inútil o esfôrço despendido. Mas o bom aproveitamento do trabalho, através da contribuição científica, não dispensa a pertinácia no produzir e no acumular. Os países que progridem são os que elevam a renda nacional por meio de repetidos e crescentes investimentos.

Compare-se, para exemplificar, a contabilidade nacional da Inglaterra e do Japão, dois países que necessitavam de séria recuperação econômica, depois dos enormes prejuízos sofridos com a guerra. Enquanto a Inglaterra se preocupava com os problemas da distribuição da renda, no **Japão** a atenção estava precìpuamente voltada para a produção e para produtividade. Durante o período 1950 a 1965, a Inglaterra destinou pouco do acréscimo do produto nacional aos investimentos: em média, 16% para investimento e 84% para o consumo. No mesmo período, no Japão, as médias registradas foram, respectivamente, de 30% e de 70%.

A diferença de tais proporções explica porque o Japão acusa uma taxa de crescimento anual de seu produto da ordem de 9%, entre 1950 e 1965, ao passo que, na Inglaterra, a taxa de aumento é apenas 3%. A diferença de tais proporções explica por que o nível de consumo aumentou na Inglaterra, no período considerado, de 40% enquanto que, no Japão, o aumento foi de 150%.

No Brasil, poderíamos investir mais e em melhores têrmos. Devemos insistir nesse ponto porque descendemos de um povo que floresceu com o mercantilismo. Do mercantilismo herdamos qualidades e defeitos. Felizmente as qualidades estão superando os defeitos. Devemos porém persistir na eliminação dos defeitos para progredirmos mais ràpidamente. Há entre nós forte inclinação ao lucro decorrente de elevação dos preços de preferência ao lucro originado do aumento da quantidade ou da melhoria da qualidade dos produtos. O Dicionário Webster considera a palavra *valorization* neologismo brasileiro, posta em circulação no mundo com a *valorização do café*.

Caracteristicamente, os comerciantes de produtos agrícolas, os denominados *atravessadores*, estão convencidos de que mais vale inutilizar a produção do que aumentar a oferta dos produtos. O ideal dos *atravessadores* seria o transporte do ouro, tarefa menos complexa do que a difícil missão de transportar crescentes toneladas de unidade transportada.

O lucro oriundo da escassez independe da técnica produtiva. É lucro alheio ao investimento e, conseqüentemente, alheio à poupança. A despreocupação de poupar facilita o desperdício e induz à ostentação do consumo. É um quadro social que revolta e leva fàcilmente à suposição de ser a desigualdade da riqueza a causa da pobreza.

(*) Trecho do livro Dois Conceitos do Lucro a ser brevemente lançado pela APEC Editôra S.A.

OS PROJETOS DE PRÉ-INVESTIMENTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

VICTOR DA SILVA

EMPRÉSTIMOS DO BID
(POSIÇÃO EM 30/6/1968)

US$ Milhões
600
400
200
0

AGRICULTURA
INDÚSTRIA E MINERAÇÃO
SANEAMENTO
HABITAÇÃO
ENERGIA ELÉTRICA
TRANSPORTE
EDUCAÇÃO
PRÉ-INVERSÃO
EXPORTAÇÕES

Desenvolver a América Latina dentro do contexto de crescimento econômico harmônico significa que os benefícios do crescimento e da industrialização deveriam ser distribuídos na maior base geográfica possível. Isto porque nem as organizações financeiras internacionais, nem os países capitalistas financiadores do sistema desejariam se responsabilizar por um crescimento regional que alargue as diferenças entre os países relativamente ricos e os muito pobres da América Latina. Êsses e outros problemas como o da compatibilização entre os planos nacionais dos países membros do sistema têm constituído um obstáculo à grande idéia de integração econômica que já existe no continente há muitas décadas.

Em princípios de 1966 um grupo de economistas latino-americanos, sob a liderança do Sr. Felipe Herrera, presidente do BID, colocou em debate a tese da integração econômica continental, que seria a solução para a largada definitiva em direção ao desenvolvimento. O assunto sensibilizou a muitos teóricos das grandes nações industrializadas e, particularmente, a altos funcionários do Govêrno dos Estados Unidos, país de responsabilidades definidas na comunidade americana. Em pouco tempo a América do Norte viria a aderir ao programa. Desde logo, elegeu-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento como o instrumento ideal de execução da política integracionista, passando o BID a atuar como elemento catalizador. Contudo, esbarrava-se na falta de recursos espcíficos para o programa. A diretoria executiva do banco fêz promover estudos específicos e, numa primeira etapa, concluiu pela necessidade de um fundo para a elaboração dos projetos multinacionais, que poderia ser a base, no futuro, para um fundo e até mesmo um banco de execução de programas multinacionais.

A experiência indica que os bancos, mesmo quando administram programas de desenvolvimento social, seguem a orientação pragmática de dirigir seus investimentos para onde existam projetos. Daí a necessidade do estabelecimento de uma sistemática para financiar custos de pré-elaboração de projetos que componham programas de integração regional.

Em abril de 1966, os governadores do BID, reunidos no México, atenderam às sugestões da diretoria do banco e aprovaram a criação do Fundo de Pré-Investimento para a Integração da América Latina, com os objetivos de:

a) financiar a realização de estudos de pré-investimentos para obras multinacionais de infra-estrutura, tais como sistemas rodoviários, transporte aéreo, transporte marítimo e fluvial, comunicações e, em escala regional, a promoção dos serviços respectivos;

b) financiar estudos de projetos de desenvolvimento integrado de zonas geoeconômicas que abranjam áreas pertencentes a mais de um país, como no caso do desenvolvimento conjunto de bacias hidrográficas internacionais, inclusive as fontes de energia elétrica, navegação fluvial, irrigação, colonização e recursos florestais;

c) financiar estudos de instalação de indústrias básicas, em escala regional, que operem em mercado que abranja as necessidades de consumo de vários países;

d) financiar outras atividades orientadas para a integração, tais como estudos e programas para a exploração conjunta de recursos naturais, a criação de entidades e emprêsas multinacionais, a pesquisa e o intercâmbio de conhecimentos científicos e técnicos, o estudo da infra-estrutura jurídica e institucional da integração, a formação de pessoal técnico e, em geral, a mobilização de recursos humanos.

Em abril de 1967 os Presidentes latino-americanos e o Presidente dos Estados Unidos se reuniram em Punta del Este, e enfatizaram a necessidade de ser aprofundada a atuação no campo de integração através de uma ação multinacional no campo da infra-estrutura física da região, mediante projetos nos setores de transportes, energia, bacias hidrográficas, rodovias, telecomunicações e complexos industriais e desenvolvimento fronteiriço. Comprometeram-se os Presidentes a conseguir recursos adequados para identificar e financiar os projetos multinacionais.

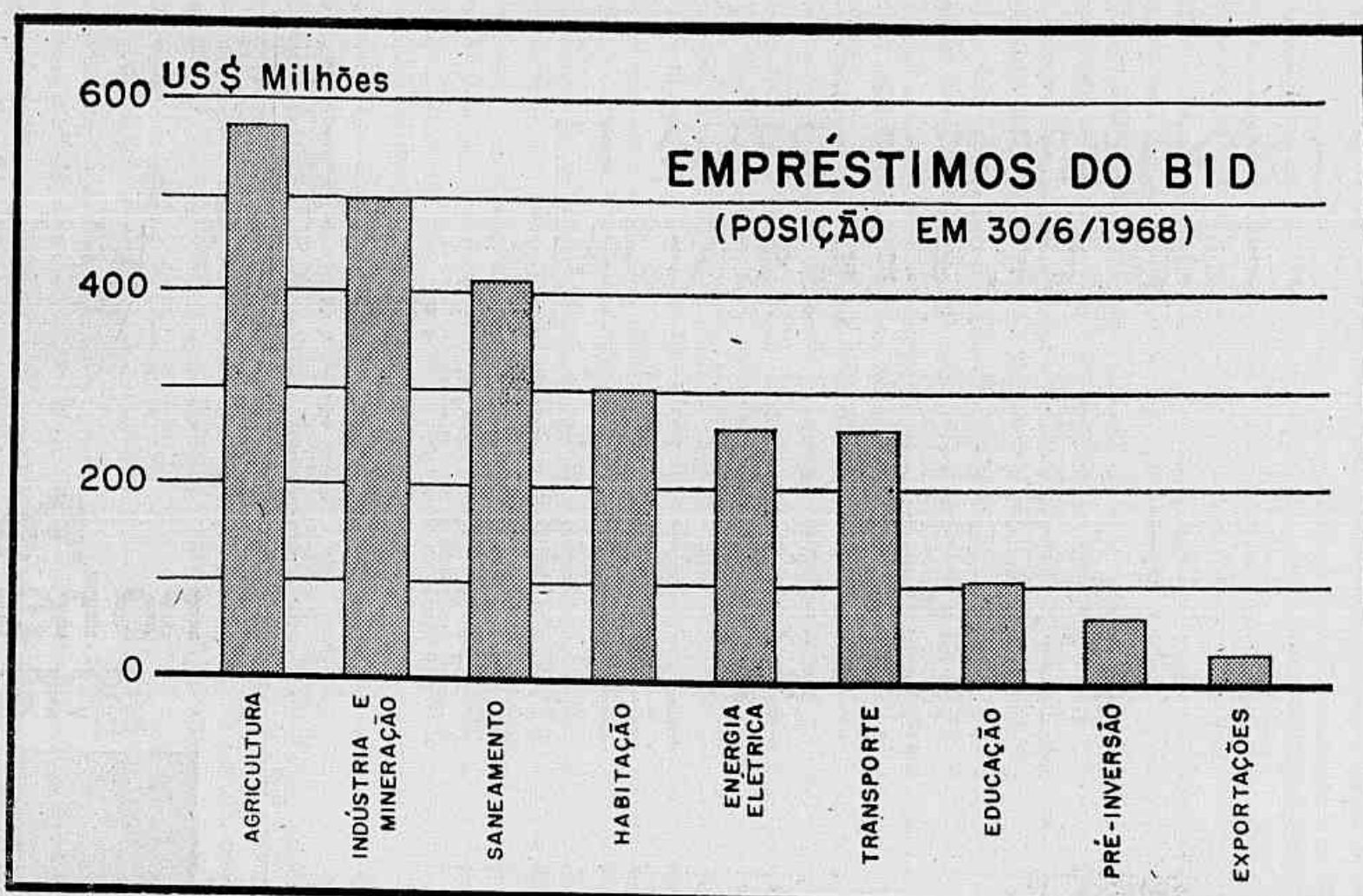
POLÍTICAS OPERATIVAS

Por ser a integração um processo dirigido e orientado pelos Governos latino-americanos, a preparação de projetos multinacionais e sua execução exigem a coordenação de médidas técnicas com princípios políticos. Daí a mobilização de todos os organismos internacionais que atuam na região em tôrno do programa. O Fundo pode financiar operações de pré-investimento através de doações, de empréstimos contingentes e de empréstimos normais. Seus recursos são de caráter anual, alcançando a casa de US$ 15 milhões em cada exercício. Na verdade, têm chegado ao Fundo outros recursos, não só através de doação — como no caso do Fundo Fiduciário do Progresso Social, pertencente ao Govêrno dos Estados Unidos, que contribuiu com 3,5 milhões de dólares — como de aporte a título de assitência técnica ou contribuição espontânea de países.

CRITERIOS DE SELEÇÃO

O BID estabeleceu um conjunto de critérios gerais para a seleção de projetos, com base em sua experiência, visando ao aproveitamento ótimo dos limitados recursos destinados à integração. De maneira genérica, pode-se dizer que merecem atenção preferencial as decisões incluídas na Declaração dos Presidentes da América, particularmente as mencionadas no capítulo II, **Ação Multinacional para Projetos de Infra-estrutura**, em que se reconhece a necessidade de imprimir vigoroso impulso e esfôrço sustentado para completar e modernizar a infra-estrutura física da região. São considerados prioritários os projetos que mereceram tal qualificação dos Governos dos países da região, critério êsse que procura traduzir os compromissos políticos de alto nível em programas de ação. O BID dá também muita importância aos projetos que signifiquem geração de novos campos de integração, tais como os de instalação de indústras básicas em nível regional, os de integração setorial ou os de cooperação industrial.

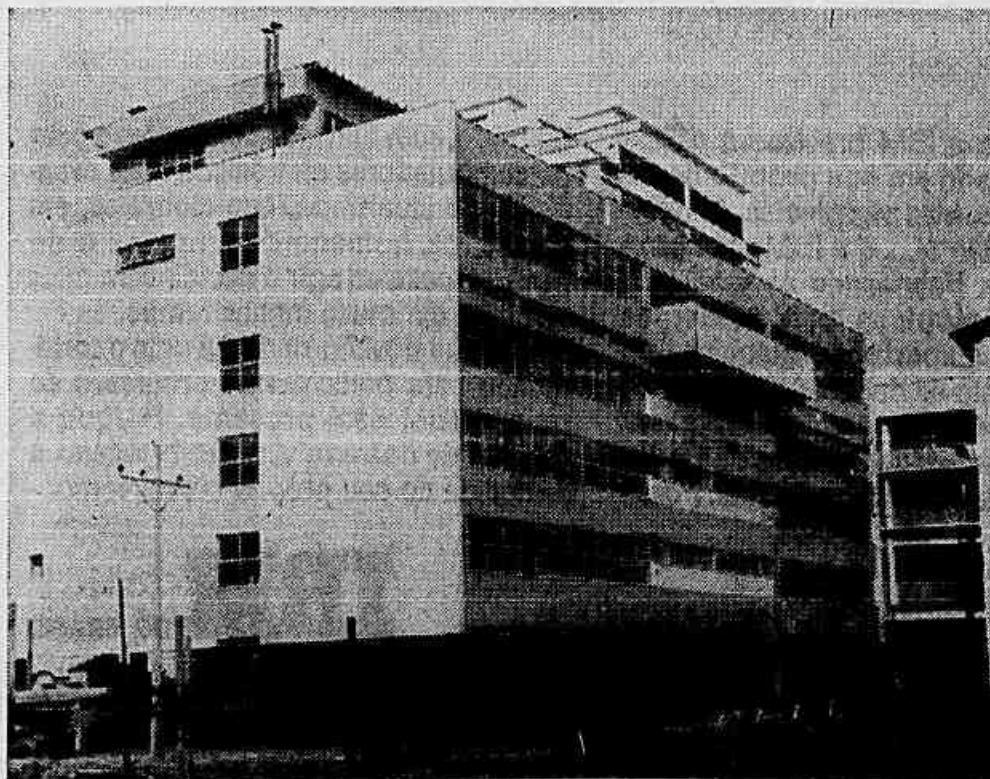
ALGUNS EXEMPLOS

Na verdade, o BID tem utilizado os recursos do Fundo com sabedoria. Alguns projetos, da mais alta importância, estão em preparo. Para os brasileiros, dois de grandes significado econômico estão incluídos nessa pauta: o da Rodovia Brasil—Bolívia—Peru e o da bacia do Prata. O primeiro deve ser financiado pelo BID dentro de poucas semanas e o segundo ainda aguarda providências do Govêrno brasileiro.

Além dêsses, de interêsse direto, há os que dizem respeito a todos os países do continente e, como é lógico, também a nós. Tal é o caso da Rêde Interamericana de Telecomunicações, o de Desenvolvimento Industrial Regional, o de Desenvolvimento Agropecuário e o de Fertilizantes. Outras organizações internacionais estão finalmente acompanhando a atuação do BID como, por exemplo, o Grupo do Banco Mundial que cada vez se interessa mais pelo desenvolvimento em escala regional como atestam seus grandes projetos na Colômbia, Centro-América e Peru.

Partindo do grande tirocínio com que o BID conduz o Fundo de Pré-Investimento, os países latino-americanos evoluiram já para o lançamento do Fundo de Projetos Multinacionais, que seria o veículo financeiro para a execução dessa gama de programas importantes ora em preparo. O Brasil lançou a idéia em abril do ano passado, na Assembléia de Bogotá, depois de intensa preparação no âmbito da diretoria e do corpo técnico do BID, com imediata receptividade. Evidentemente, há o problema de falta de recursos, pois avalia-se em cêrca de 20 bilhões de dólares o custo dos principais projetos em preparo, concentrada essa importância em um período médio de cinco anos. Isso quer dizer que teríamos de gastar cêrca de 4 bilhões de dólares anuais. A diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento, entretanto, não está desanimada. Pelo contrário, acredita que a visão dos governantes americanos, apesar das restrições que está fazendo no setor de ajuda bilateral à América Latina, levará nossos países a um esfôrço gigantesco rumo à integração, inclusive através da adesão dos países europeus, que não desconhecem o que significarão êsses projetos em têrmos de mercado para a colocação de equipamentos e bens de capital. Quanto aos Estados Unidos, espera-se que compreendam finalmente a importância de uma solução latino-americana para os problemas latino-americanos, deixando um pouco de lado certas teses cerebrinas e cepalinas que às vêzes influenciam os homens do Departamento de Estado.

CONCLUSÃO

Em abril próximo, na Guatemala, por ocasião da Assembléia de Governadores do BID, os países membros do banco serão chamados a um nôvo pronunciamento sôbre o programa de integração. O Brasil, que desde o início do processo colocou-se francamente favorável à política de crescimento harmônico e equilibrado no âmbito econômico e social, deverá, mais uma vez, ser peça importante nas discussões e poderá abrir o caminho para que os grandes países industrializados adiram em definitivo à integração econômica da América Latina. O meio mais efetivo seria tornar realidade o estabelecimento do Fundo Multilateral para Financiamento de Projetos Multinacionais pelo qual se bate o Brasil desde 1965.

CTB COMPLETOU OBRAS EM 68 PARA ENTREGAR 65 MIL NOVOS TELEFONES ATÉ JULHO PRÓXIMO

Cêrca de 65 mil novos telefones, ligados a sete novas estações, deverão entrar em funcionamento até meados dêste ano, na Guanabara, dando início ao descongestionamento dos serviços, que atualmente aflige a vida do carioca e dificulta o desenvolvimento dos negócios. Ainda êste mês, duas novas estações serão inauguradas pela Companhia Telefônica Brasileira, permitindo a ligação de 10 200 novos telefones na zona norte e 8 mil na zona sul.

Os serviços técnicos da CTB indicam sensíveis melhorias no serviço para o segundo semestre de 69, com o desaparecimento progressivo da sobrecarga, entrando a rêde telefônica em perfeita normalidade no próximo ano, quando o ruído de discar será imediato. Além das sete estações, sendo três na zona norte, três na zona sul e uma no Centro Telefônico Tiradentes, para atender o centro da cidade, serão inauguradas até meados do ano três estações Tandem, em Maracanã, Botafogo e Tiradentes.

OBRAS CONCLUÍDAS

O Plano de Expansão da CTB, lançado em 1967, já entregou duas novas estações, totalizando 21 600 novas linhas telefônicas, na Guanabara.

Em 1968, a CTB completou a construção dos prédios dos Centros Telefônicos de Ipanema, Botafogo, Flamengo, Tiradentes, Maracanã, Ramos e Copacabana, e ainda dois prédios de serviço, totalizando 32 540m2 de área construída. Êste ano serão concluídos os prédios ainda em construção, somando mais 19 605m2 de área construída.

Dos novos centros telefônicos construídos, para telefones urbanos, o maior está situado na Praça Tiradentes, com 5 500m2, e onde serão instaladas três novas estações Crossbar e uma estação Tandem.

RÊDE TELEFÔNICA

Paralelamente à construção dos prédios e à montagem dos equipamentos automáticos que vão permitir a inauguração de sete novas estações até meados do corrente ano, a CTB construiu em 1968 mais 19 034 metros de dutos subterrâneos, e instalou cabos telefônicos de grande capacidade, numa extensão de 257 801 metros, sendo 166 597 subterrâneos e 91 204 aéreos.

Os novos cabos, que vão permitir a ligação dos novos aparelhos nas residências e escritórios, em todos os bairros, exigiram a emenda individual de centenas de milhares de fios, e ainda a sua interligação com os cabos da rêde já existente.

SETE ALGARISMOS

A CTB já tem pronto o esquema de introdução do sétimo algarismo em todos os telefones da Guanabara, que será o de número 2, na frente. Essa providência dará ao serviço telefônico possibilidades de expansão para um futuro muito distante.

Para a introdução do sétimo algarismo, tôdas as estações do sistema rotativo tiveram seus conversores modificados, em operação técnica delicada que vem sendo executada há mais de um ano.

A introdução do sétimo algarismo se dará brevemente, após ampla divulgação da data ao público.

ESTADO DO RIO

Cêrca de 30 cidades fluminenses serão beneficiadas com o Plano de Expansão da CTB, com um total de .... 62 046 novas linhas, utilizando o mesmo equipamento que está sendo empregado na Guanabara, o Crossbar-Pentaconta.

Campos e Barra do Piraí foram as primeiras cidades do Estado do Rio beneficiadas pelo Plano de Expansão. Campos ganhou 3 060 novas linhas, acrescentadas ao serviço local, que já era automático.

Barra do Piraí teve o seu antigo sistema telefônico manual substituído pelo moderno equipamento Crossbar, com 1 836 novas linhas.

INTERURBANO

A Companhia Telefônica Brasileira já deu início à execução do seu Plano Trienal para a expansão do Serviço Interurbano, compreendendo a instalação de cêrca de 11 550 novos circuitos, abrangendo os Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Êsses circuitos serão interligados aos grandes troncos de microondas que estão sendo construídos pela Embratel.

O equipamento que permitirá a discagem direta a distância, nas ligações interurbanas, sem auxílio da telefonista, está sendo instalado no maior prédio em construção pelo Plano de Expansão da CTB, na Rua Alexandre Mackenzie, que tem 16 500m2 de área construída.

As ligações interurbanas automáticas, sem telefonista, deverão ser introduzidas ainda êste ano, de acôrdo com o programa de ampliação e modernização dos serviços a cargo da Embratel e de acôrdo com os planos do Ministério das Comunicações.

EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE, O MOMENTO DA DECISÃO

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
Secretário-Geral do Ministéri do Planejamento e Coordenação Geral

"Num estado ideal, os cavalheiros que estivessem imersos em cálculos e descobertas abstrusas seriam forçados, por Ato do Parlamento, a falar, durante 45 minutos, a um môço de estrebaria ou a uma senhoria...; êles seriam examinados quanto às côres dos ônibus; e ensinados a converter-se em homens do mundo."

G. K. CHESTERTON

Está criado, por decreto-lei recente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que deverá injetar no sistema educacional brasileiro, já em 1969, em adição ao orçamento, cêrca de NCr$ 150 milhões de novos recursos federais. Está lançado, para execução imediata, o Programa de Implantação do Tempo Integral na universidade brasileira, com metas que poderão significar dispêndios de NCr$ 80 a NCr$ 100 milhões anuais (a preços de 1969). Está constituída a Comissão Executiva para implantação do Programa de Centros Regionais de Pós-Graduação.

No momento em que se completa o ciclo de medidas legislativas básicas para aceleração da reforma universitária no Brasil, inclusive com a criação, na primeira semana de fevereiro, de uma comissão de alto nível para o acompanhamento permanente da execução da reforma, é relevante realizar um balanço dos instrumentos criados e uma reavaliação dos principais problemas a enfrentar.

Após a recente série de decretos e decretos-leis assinados pelo Presidente da República, em complementação às leis e decretos de fim do ano passado, dispõe o país, para fins de aceleração da reforma universitária:

— de uma estratégia de implantação consubstanciada no Relatório do Grupo de Trabalho (agôsto/1968); estratégia para o conjunto da reforma e para as suas principais linhas de ação (aperfeiçoamento da capacidade de planejamento e execução do sistema universitário; tempo integral do magistério; centros de pós-graduação, etc.);

— de projetos definidos, e já em execução, constituindo instrumentos poderosos para execução das principais medidas: instrumentos legislativos, instrumentos financeiros, programas concretos para providências críticas, etc.

Êsse conjunto orgânico pode significar que, em matéria de reforma, a consciência nacional conseguiu, em período curto, recuperar o atraso. Isso nos coloca, de certo modo, em posição vantajosa perante grande número de países que ainda não dispõem daquela estratégia e dos instrumentos poderosos que aqui foram criados.

É chegado o momento de tirar o máximo proveito da aparente trégua (**repetimos aparente**) que os movimentos de rua oferecem, para consolidar as principais linhas de atuação a serem desenvolvidas, em consonância com o Programa Estratégico de Desenvolvimento. Julgamos essencial, para êsse efeito, reiterar a ênfase na inter-relação entre o planejamento educacional e o plano global de desenvolvimento, e em alguns aspectos menos conhecidos da realidade do problema educacional brasileiro.

O ano de 1968 foi extremamente fecundo em criar uma consciência nacional da ligação estreita entre educação e desenvolvimento, considerado êste num sentido integrado, abrangendo as dimensões econômica, social, política e espiritual. Através dessa integração, supera-se uma distinção artificial entre o material e o espiritual, entre o tecnológico e o humano.

Ainda quando nos concentramos na dimensão econômica do desenvolvimento **é estratégico** o papel da educação, constituindo o chamado "insumo invisível", ou "fator residual", que, juntamente com o capital físico e a fôrça de trabalho, responde pela aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto. Passa a educação, conseguintemente, a constituir uma das principais formas de progresso tecnológico em sentido amplo.

Sem embargo, **não é todo tipo de educação que vai servir a êsse fim.** Deve-se a Arthur Lewis uma das análises mais inteligentes dos **fatôres humanos** que condicionam o crescimento econômico, destacando as atitudes individuais e sociais indispensáveis a um processo de desenvolvimento contínuo e rápido ("propensão a economizar fatôres", "aumento e aplicação do conhecimento"). Tais atitudes, ou propensões, estão ligadas indissolùvelmente à filosofia de educação prevalecente no país. Citaria pelo menos três requisitos principais para que a educação constitua, realmente, um instrumento de aceleração do desenvolvimento. Primeiro, a educação deve ter aquela concepção integrada a que nos referimos. Segundo, a educação deve favorecer, efetivamente, a democratização de oportunidades. Finalmente, é preciso que o sistema educacional não conduza nem à alienação nem aos dois extremos muito típicos do Brasil; ou o espírito livresco, de sentido acadêmico no mau sentido; ou o espírito tecnocrático. No Brasil, no estágio atual, o grande excesso ainda é no sentido do academicismo e do desligamento da realidade, que se verifica mesmo no ensino técnico-científico. Como é sabido, existe muito a fazer, ainda, no sentido de aproximar os modelos educacionais brasileiros das peculiaridades, da problemática e da sensibilidade nacional.

Importantes implicações da educação para a política de desenvolvimento já podem ser indicadas. Como visto, o desenvolvimento educacional é fator básico de desenvolvimento global, pelo aumento de produtividade dos fatôres capital e trabalho, e sua melhor combinação na produção de bens e serviços, econômicos ou de qualquer ordem.

Os programas de investimentos, conseguintemente, devem assegurar prioridade à educação e pesquisa (seu complemento indispensável), balanceando os resultados de aplicações adicionais nesse setor em comparação com investimentos destinados à expansão de capacidade nos demais setores, notadamente quanto ao capital físico (que em geral vem também acompanhado de inovações tecnológicas). Vale notar que o investimento em educação é, em geral, de lenta maturação (exceto no caso de treinamento direto para o trabalho), de modo que o dispêndio realizado no presente vai gerar bens e serviços no futuro — em futuro que pode ser distante, 10 a 15 anos. E que o progresso tecnológico exige não apenas mão-de-obra continuamente mais qualificada, como também investimentos em instalações, equipamentos, organização. Desta forma, será impossível expandir indefinidamente, ou de forma excessivamente rápida, os investimentos em educação, sob pena de sacrificar em demasia o crescimento presente em face do crescimento futuro, que poderá frustrar-se pela frustração do primeiro. O equilíbrio, pois, deve ser encontrado, assegurando ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico alta prioridade — e com isso garantindo o progresso a médio e longo prazos — até o ponto em que seja possível preservar volume adequado de investimentos em outros setores básicos — para preservar a aceleração do crescimento atual e, com isso, lançar as bases do desenvolvimento futuro também intenso e auto-sustentado.

EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao passarmos a uma análise sumária de certas características quantitativas da educação no Brasil, há dois desafios principais a serem considerados, de forma integrada. O primeiro é **o desafio social**: as exigências de expansão do sistema educacional vão decorrer das baixas taxas de escolarização que ainda apresentamos e do aumento demográfico, que se verifica a taxas elevadas no Brasil. Apenas para dar idéia, estimativas das taxas de escolarização no Brasil são da seguinte ordem: para o ensino primário, na altura de 1964, a taxa de escolarização era de 70%, ou seja, das crianças em idade escolar e superior, aproximações muito grosseiras indicariam taxas de escolarização em tôrno de 10% e 1,5%, respectivamente. Aquela relativa ao ensino médio é, certamente, grave.

Temos aí uma idéia do desafio social, porque não apenas existem deficits acumulados, como essas faixas etárias de população estão crescendo a algo da ordem de 3% ao ano, principalmente as duas últimas. Será necessário, então, proporcionar no mínimo, os 3% do aumento médio da faixa etária, além de uma parcela para ir cobrindo os deficits nos vários níveis de ensino.

O segundo desafio diz respeito, principalmente, às **oportunidades de trabalho.** Seria extremamente frustrante se, com o aperfeiçoamento e expansão rápida do sistema de ensino, aquêles que concluíssem o ensino médio de segundo ciclo e o ensino superior não fôssem encontrando oportunidades de trabalho.

Daí a interação dos dois aspectos, e a necessidade de considerar conjugadamente o desafio social e o desafio econômico. Mais uma forma de integrar a educação no processo geral de desenvolvimento.

Valeria a pena fazer, em seguida, referência a algumas concepções que devem ser qualificadas no tocante ao problema de educação. **A primeira** é de que no ensino brasileiro pouco se tem feito. **A segunda** é de que o problema da educação no Brasil é, antes de tudo, de expansão do número de vagas. **A terceira** é de que essa expansão do número de vagas é, principalmente, um problema de recursos. Em resumo, apresentando o problema simplìsticamente segundo uma concepção muito difundida: pouco ou nada se tem feito pela educação; é preciso, agora, expandir maciçamente as vagas; e, para isso, aumentar maciçamente os dispêndios em educação. As três afirmativas contêm, sem dúvida, uma verdade básica, mas constituem uma simplificação **do problema.**

EXPANSÃO RECENTE

Apenas para dar idéia do que se tem feito em matéria de expansão do sistema de ensino no Brasil, apresenta-se, a seguir, uma estimativa da evolução — dos dispêndios públicos — Govêrno federal, Governos estaduais e Governos municipais no período 1960-1967, através do Quadro I.

QUADRO I

Dispêndios públicos em educação

NCr$ Milhões de 1968

Anos	Valor	Índice (1960 = 100)
1960	1 229,7	100,0
1961	1 370,6	111,5
1962	1 574,7	128,1
1963	1 255,1	102,7
1960/63	5 430,1	—
1964	1 323,2	107,6
1965	2 109,1	171,5
1966	2 193,7	178,4
1967	2 275,0	185,0
1964/67	7 901,0	—

Fonte: Estimativa do IPEA, com dados de balanços.

EMPRESÁRIOS COLABORAM PARA MINAS TER MELHOR MÃO-DE-OBRA

A ajuda ao comerciante através de uma perfeita orientação, o treinamento de mão-de-obra qualificada através das mais modernas técnicas de ensino, a criação de melhores condições de vida para o comerciário são os principais fatôres que dão a três entidades mineiras uma posição de relevo na difícil tarefa de levar o desenvolvimento a todo o Estado de Minas Gerais.

A Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — Senac-MG — e o Serviço Social do Comércio — Sesc-MG — são as três entidades cujas metas básicas estão intimamente ligadas aos objetivos da política de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O Sesc e o Senac surgiram de uma tomada de posição dos comerciantes, conscientes que estavam da responsabilidade que têm para melhorar o padrão de vida dos comerciários. Tanto assim que as duas entidades são mantidas exclusivamente pela contribuição dos empregadores, contribuição essa que é calculada sôbre o valor dos salários dos empregados.

A FEDERAÇÃO

Desde sua fundação, no dia 4 de dezembro de 1938, a Federação do Comércio adota como objetivo primeiro de atuação a defesa dos interêsses de tôda a comunidade, muito antes dos interêsses pessoais de cada um dos comerciantes que ela representa. Neste sentido é que ela colabora, das mais diversas formas, com o Estado, com a União e com as prefeituras, através de estudos, recomendações, procurando mostrar o que ocorre na prática, a fim de que os podêres públicos possam ter uma melhor orientação nas medidas que adotam.

Já passaram pela Federação do Comércio quatro presidentes: o Chanceler José de Magalhães Pinto, os Srs. Caetano Vasconcelos, Terêncio Tôrres e Nilton Moreira Veloso. O atual presidente, o quinto, Sr. Exaltino José Marques Andrade, vem cumprindo intenso programa que coloca a entidade no seu devido lugar como órgão sindical que é, o representante oficial do comércio de Minas Gerais.

Com sua sede própria a entidade funciona com três departamentos técnicos: jurídico, econômico e sindical — que se encarregam dos estudos sôbre direito trabalhista, previdência social, tributação federal, estadual e municipal, trânsito, turismo, hospitalidade, abastecimento, preços, importação, exportação, política aduaneira. Através dêsses departamentos o Sr. Exaltino Marques de Andrade vem intensificando os trabalhos de orientação e ajuda aos comerciantes e colaboração com os podêres públicos.

A entidade mantém também estreita colaboração com a Junta Comercial de Minas Gerais e, além de dar entrada e acompanhar os processos dos comerciantes junto àquele órgão, a Federação faz todos os estudos necessários à melhor orientação do comerciante. Sòmente no ano passado a entidade encaminhou à Junta Comercial mais de 3 mil processos, sendo que em muitos casos ela gastava de um a dois dias para estudá-los antes de remetê-los ao órgão.

APRENDIZAGEM E TREINAMENTO

A função do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — Senac-MG — é tão importante que o próprio Governador Israel Pinheiro, através da Águas Minerais Minas Gerais S. A. — Hidrominas — lhe entregou o Hotel-Escola de Grogotó, num reconhecimento pelo trabalho que o Senac-MG realiza e pelo que pode realizar. Lá o Senac-MG dirige o primeiro hotel-escola da América Latina. O hotel fica no alto de uma colina, próximo a Barbacena e perto da BR-135 (Rio—Belo Horizonte). Além de estar aparelhado para oferecer aos turistas serviços de primeira qualidade, o hotel-escola é mais uma nova unidade do Senac-MG na preparação de pessoal para os trabalhos de atividade comercial de hotelaria e de incentivo ao turismo.

Dentro de seus objetivos o Senac-MG executará êste ano projeto para trabalho integrado com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, através do Departamento Nacional de Mão-de-Obra. A finalidade dos projetos é formar mão-de-obra específica para cada setor de atividades, numa colaboração com o Govêrno federal na sua política de melhorar as condições de emprêgo dos trabalhadores, através do seu aprimoramento técnico.

O Senac-MG não se limita apenas a formar a mão-de-obra qualificada, mas formá-la o mais rápido possível, para que no menor espaço de tempo tenha o maior número de pessoas capacitadas a exercer atividades comerciais. Assim seus cursos utilizam uma metodologia de ensino que dá ao trabalhador a realidade do que irá encontrar na prática. Os cursos variam, em média, quatro meses, pois trabalha-se com o método Formação Acelerada.

Atualmente o Senac-MG forma cêrca de 70% de desempregados e 30% de empregados. Atualmente a entidade está com um projeto para instalar um laboratório audiovisual de línguas, principalmente para melhorar as condições de turismo em Minas Gerais. Neste sentido começou a funcionar, em dezembro do ano passado, a Escola de Cursos Volantes, destinada principalmente às pessoas que se dedicam a ser guias nas cidades turísticas de Minas Gerais.

Uma equipe de instrutores especializados em modernas técnicas de ensino de adulto está em plena atividade na Escola de Cursos Volantes, ministrando cursos intensivos de Técnica de Venda, Prática de Escritório, Legislação do Trabalho, Técnica de Vitrinismo (Auxiliares), Serviços de Hotelaria (sala e cozinha), Seminários de Gerência e outros que sejam indicados em pesquisas de mercado ou solicitados por entidades patronais e de trabalhadores.

Ano passado o Senac-MG matriculou 7 333 pessoas nas diversas unidades escolares e cursos avulsos em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba. Os menores, sem condições de escolaridade, foram encaminhados ao Curso de Iniciação Profissional. Os adultos frequentaram diferentes cursos de treinamento intensivo e de aperfeiçoamento nas seguintes escolas do Senac: Ginásio Comercial Senac; Escola de Treinamento para o Comércio de Belo Horizonte; Escola de Hotelaria e Turismo de Belo Horizonte; Escola de Higiene e Beleza de Belo Horizonte; Escola de Administração Comercial; Escolas de Formação e Treinamento para o Comércio de Juiz de Fora, de Uberlândia e de Uberaba; Escola de Artes Comerciais; Hotel-Escola-Senac de Grogotó; e Escola-Senac de Unidades Volantes.

O Senac-MG ministrou cursos de Aprendizagem Comercial, de Treinamento e Aperfeiçoamento de Comerciários Adultos; Cursos Intensivos para Candidatos a Emprêgo no Comércio; Cursos por Correspondência; Cursos Profissionais.

SERVIÇO SOCIAL

Sempre com o objetivo de cada vez mais melhorar as condições sociais de vida do comerciário e de sua família o Serviço Social do Comércio — Sesc-MG — atua nos diversos campos da habitação, do lazer, saúde, alimentação e serviço social de grupo.

HABITAÇÃO — Neste setor o Sesc-MG está orientando seis cooperativas habitacionais em Belo Horizonte e no interior do Estado, para a construção de 2 mil unidades (já estão em construção 380 unidades) com investimento total previsto para NCr$ 24 953 326,50. Como iniciador o Sesc-MG está projetando para Juiz de Fora 220 unidades em terreno de sua propriedade.

LAZER — A Colônia de Férias Silas Veloso, em Venda Nova, a 20 minutos do centro de Belo Horizonte, foi idealizada e construída quando era presidente da Federação do Comércio o Sr. Nilton Moreira Veloso. Ela ocupa uma área de oito alqueires geométricos e lá dentro existem: 10 casas e um pavilhão de 14 apartamentos com capacidade para hospedar, em cada temporada de férias, 150 pessoas; um restaurante, sede social com salão de jogos e de danças, auditório musical, cinema com capacidade para 400 lugares, duas piscinas, quadras de futebol de salão, de basquete e de volibol e três campos de futebol de campo (já se acham em construção mais três campos).

Ainda êste ano o Sesc-MG deverá iniciar a construção de um conjunto aquático, de linhas modernas e que, em dimensão, será o maior da América do Sul. Seu formato irregular tem 140 metros de extensão por 30 metros de largura média. Ao lado do conjunto será construído um restaurante moderno e um Centro de Hidroterapia, com sauna, ducha, massagens, etc. Também serão construídas êste ano mais cinco casas de hospedagem dentro da Colônia.

Está sendo projetado um parque educativo de diversões, onde as crianças e os adultos encontrarão de tudo. No centro do parque será construído um grande lago, onde será colocada uma réplica da nau de Pedro Álvares Cabral. No seu interior os visitantes poderão ver quadros, escritos e outras peças que mostrarão como foi descoberto o Brasil. Ainda neste parque os visitantes encontrarão réplicas de artefatos espaciais, discos voadores e muitas outras novidades da era espacial.

A Colônia de Férias Silas Veloso possui hoje 40 mil associados e ano passado, sòmente nos sábados e domingos, a frequência foi de 144 184 pessoas e nas casas e apartamentos hospedaram-se 2 077 pessoas nas temporadas de férias.

Em convênio com o Sesc de São Paulo e o Senac-MG vem organizando caravanas de veranistas para a Colônia de Férias Rui Fonseca, em Bertioga. Sòmente ano passado encaminhou para lá 1 051 comerciários e suas famílias.

SAÚDE — Também neste setor o Sesc-MG desenvolve grande atividade. Dispõe, para atendimento preventivo do comerciário, de um pôsto toráxico (neste foram atendidos, ano passado, 12 960 pessoas) e um pôsto de vacinação (que atendeu 45 158 pessoas). Além disso o Sesc-MG faz revisão médica trimestral para os 40 mil associados da Colônia de Férias Silas Veloso.

ALIMENTAÇÃO — O Sesc-MG mantém uma cantina no Centro Social Tupinambás e na Colônia de Férias Silas Veloso, que atende uma média, aos domingos, de 4 mil refeições. Atualmente está construindo e inaugurará em meados dêste ano, no centro de Belo Horizonte, um restaurante para atendimento de 2 mil refeições diárias. Neste restaurante haverá uma novidade: será servido o jantar para o comerciante-estudante, para que êle tenha condições de ir para suas aulas já alimentado. O restaurante possuirá os mais modernos equipamentos e será orientado por nutricionistas.

SERVIÇO SOCIAL DE GRUPO — A atuação do Sesc-MG neste setor se desenvolve nos Centros Sociais e nos Centros de Atividades. A entidade mantém, hoje, quatro Centros Sociais (três em Belo Horizonte e um em Juiz de Fora). Êstes centros, instalados em prédios modernos, possuem os mais modernos equipamentos e salas de aulas para cursos domésticos, recreação infantil, escolar e de adultos, cursos de música, atividades de teatro e cineforuns.

Os oito Centros de Atividades mantidos pelo Sesc-MG exercem as mesmas atividades dos Centros Sociais, embora sejam um pouco menores. Estão localizados em Araxá, Carangola, Montes Claros, Sete Lagoas, Poços de Caldas, Uberaba, Uberlândia e Teófilo Otôni.

Além disso o Sesc-MG exerce, junto às emprêsas, atividades de serviço social objetivando a organização de cooperativas de crédito e de consumo, promove reuniões sociais entre colegas de trabalho visando ao melhor relacionamento entre empregado e empregador.

Em têrmos reais, as aplicações governamentais se elevam de NCrS 1 230 milhões em 1960 para NCrS 2 280 milhões em 1967 (a preços de 1968), ou seja, **um aumento de 85% em 7 anos.** Em particular, devemos comparar as médias dos dois quadriênios considerados. No período 1960/1963, o total de aplicações governamentais em educação foi de NCrS 5 430 milhões. No periodo 1964/1967, foi de mais de NCrS 7 900 milhões, representando uma elevação da ordem de 46%, em relação ao quadriênio anterior. Em verdade, como há subestimação (por problemas de ordem contábil) em relação a 1967, **o aumento verificado foi de cêrca de 50%.**

O Quadro II, abaixo, nos dá **o aumento da participação** dos dispêndios governamentais em educação no PIB, que se eleva de 2,2% em 1960 para 3,5% em 1967 (*)

QUADRO II

Despesa pública total e da união com educação

Como porcentagem do produto interno bruto

ANOS	(1) Despesa Pública em Educação	(2) Gastos da União em Educação	1960/1967 (3) Produto interno bruto	(4) (1)/(3) %	NCr$ Milhões (5) (2)/(3) %
1960	55,4	19,5	2 418,8	2,2	0,8
1961	84,9	28,5	3 498,6	2,4	0,8
1962	148,0	52,1	5 498,0	2,7	0,9
1963	205,0	73,2	9 591,2	2,1	0,8
1964	412,4	167,5	18 867,3	2,2	0,9
1965	1 032,5	388,9	30 796,5	3,3	1,3
1966	1 487,3	557,3	44 369,1	3,3	1,3
1967	1 978,3	(1)	56 860,0	3,5	(1)

(1) — Em revisão.

Poderiamos mencionar, também, os aumentos físicos em têrmos de matrícula, por exemplo. Em seis anos, de 1960 a 1966, o total de matrículas aumentou de 43% no ensino primário, de 100% no secundário e de 93% no superior. Temos, então, taxas próximas de 15 a 20% ao ano para o ensino médio e o ensino superior, comparados com o crescimento da população da ordem de 3% mostrando que realmente houve grande avanço na cobertura rápida do deficit. Isto não significa, claro, que se tenha feito o suficiente, nem mesmo em têrmos de quantidade. Igualmente, ainda não foram comentados aqui os aspectos qualitativos e os aspectos de eficiência, da operação do sistema de ensino no Brasil.

Valeria a pena, quanto a êsses aspectos, considerar os dois volumes do **Diagnóstico da Educação** publicados pelo IPEA, e, no tocante ao ensino superior, particularmente o relatório do **GT** da reforma universitária.

(*) Segundo o Programa Estratégico, aquela relação deve aproximar-se de 5% em 1970. A propósito, assinale-se que o balanço de uma das principais experiências de planejamento da educação, no mundo, o chamado "Projeto Mediterrâneo" da OECD, revelou que, dos países considerados, na Europa, só a Itália apresentava participação das despesas de Educação no PIB superior a 4%; quanto aos demais países, ela variava entre 1,8% e 3,8% (ver **El Observador de la OECD** — julho de 1966).

EXPANSÃO DE VAGAS

Para se qualificar as afirmativas de que o problema da educação, no Brasil, é principalmente um problema de vagas (*), e de que a expansão das vagas é notadamente um problema de recursos, será preciso considerar o **problema da eficiência do sistema educacional.**

(*) No tocante ao ensino superior, o relatório do GT de Expansão de Vagas em 1969, constitui excelente contribuição ao entendimento dos aspectos que desejamos salientar.

Tem o IPEA realizado um esfôrço de estimar certos índices capazes de dar idéia da produtividade do sistema do ensino no Brasil, como sejam:

QUADRO III
Eficiência do Sistema Educacional

Índices de produtividade

1) Relação conclusões/matrículas
2) Capacidade ociosa e utilização inadequada de fatôres
   — Instalações
   — Relação aluno/professor
3) Perda dos efetivos discentes
4) Índices de repetência-deserção
5) Custo unitário

ASPECTOS QUALITATIVOS

Através de estudos realizados diretamente pelo IPEA, ou mediante contratação ou através de esfôrço dos Estados e municípios e universidades, vem-se fortalecendo, no Brasil, o trabalho de análise empírica nas condições de eficiência do sistema educacional. Sem dúvida, todos os índices apontados funcionam em certa medida, apenas: as informações estatísticas deixam a desejar, a significação do índice deve ser qualificada variando de região para região, ou de unidade escolar para unidade escolar. Com tôdas essas limitações, todavia, iniciou-se um esfôrço sistemático de avaliação, que as próprias unidades devem continuar e aperfeiçoar. A iniciativa e a orientação dos trabalhos de futuro, deve deslocar-se para os Estados, municípios, universidades — ou seja, os órgãos mais diretamente envolvidos na execução dos programas.

Ainda no atual estágio, todavia, já é possível considerar as conclusões de certos índices, que certamente não serão afetados pela margem de êrro contido em sua estimativa.

Por exemplo, a **perda dos efetivos discentes:** em média de uma turma que iniciou o primário em 1954, com mil alunos, chegaram a concluir o ensino médio (colegial) em 1964, apenas 35 alunos. Isso dá idéia do substancial volume de perdas que caracteriza, principalmente, o ensino primário.

É sabido que só na 1.ª série primária a taxa de reprovação-deserção no Brasil é da ordem de 50%.

Seria possível examinar mais detidamente êsses índices de repetência e deserção nos vários níveis. Ou examinar o custo unitário, que é elevado particularmente no superior, embora não pareça elevado no primário e no médio. Constatou-se capacidade ociosa em determinadas áreas do ensino superior. Encontrou-se subutilização de instalações em, pràticamente, tôdas as categorias do ensino superior. Identificou-se capacidade ociosa no ensino médio de caráter técnico, devido, principalmente, a desajustamentos regionais.

Muitos outros indicadores poderiam ser apontados, para ressaltar o grande potencial de melhoria de produtividade que existe em importantes aspectos do sistema educacional brasileiro, exigindo conjugação de esforços do Govêrno, das unidades escolares e dos professôres e alunos.

Tais fatos estão a mostrar como é possível expandir substancialmente a capacidade de atendimento do sistema sem aumento de vagas ou expandir as vagas sem elevação de recursos. Em muitos casos, tal possibilidade é quantitativamente importante, não podendo ser negligenciada, sob pena de perpetuar a ineficiência em grande escala. (*)

(*) Não desejamos entrar na polêmica, geralmente estéril, da caça ao bode expiatório. A responsabilidade dos problemas e da ineficiência quantitativa e qualitativa, da educação brasileira é, solidàriamente, da sociedade brasileira, pelo descaso com que, até recentemente, se tratou o setor. E solidária deve ser a sociedade na rápida modificação do quadro existente, pois só o concenso nacional criará condições para um aperfeiçoamento e expansão adequados do sistema, em particular estando a responsabilidade dos programas de execução distribuída entre a União, Estados, municípios e iniciativas privadas.

No tocante, em especial, ao aspecto concernente à expansão de vagas, convém mencionar que, com relação ao ensino superior, o número de vagas existentes no ano de 1967, na primeira série, era da ordem de 80 mil e o número de matrículas foi de 70 mil. Quer dizer, houve mais vagas disponíveis do que matrículas efetivas.

Como, então, havia **excedentes** de ensino superior? É que existem problemas de caráter regional, de composição das vagas. **O problema de excedentes** não é simplesmente de número absoluto de matrículas a proporcionar, mas é **particularmente um problema de expandir matrículas em determinadas áreas, tipicamente Medicina, Engenharia.** E, o que é mais paradoxal, exatamente nas áreas mais importantes para o desenvolvimento e que vêm apresentando maior deficit.

Evidentemente, o problema apresenta gravidade e não tem aquela simplicidade que poderia aparentar. Além do mais, é preciso considerar que, em boa medida, a expansão das vagas a serem proporcionadas deve levar em conta as oportunidades no mercado de trabalho. Ou seja, só é possível proporcionar mais vagas do que a capacidade de absorção do mercado de trabalho, nas diferentes profissões, dentro de certo limite. Senão, teríamos frustração maior do que aquela em que nos encontramos atualmente: **os excedentes se transfeririam de excedentes de vestibular para excedentes de profissionais.**

Por outro lado, é possível expandir a capacidade de atendimento do sistema com pequeno ou nenhum aumento do número de vagas, principalmente no ensino primário. Se temos altas taxas de repetência, tais repetentes vão constituir um engarrafamento dentro do sistema. Na medida em que essas taxas de repetência diminuam, o sistema poderá atender a muito mais gente com um número dado de vagas. **Fêz-se até a observação de que seria possível atender a tôda a população em idade escolar para o primário, de 7 a 11 anos, sem aumento do número de vagas.**

Evidentemente, êsses índices de repetência não podem desaparecer de um momento para outro. Por isso a expansão do sistema deve ser considerada em têrmos de diminuir o índice de repetência e, simultâneamente, de expandir as vagas até que os índices cheguem a nível razoável.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar o fato de que é possível aumentar vagas sem grandes dispêndios adicionais, mesmo aceitando a idéia de que, realmente, para o ensino superior e para o ensino médio, existe o problema muito sério da expansão de vagas.

Se existem aquêles índices de baixa eficiência dentro do sistema, se há instalações subutilizadas, se permanece um sistema inadequado de remuneração do professor que faz com que êle seja também subutilizado, é possível expandir a capacidade de atendimento, em particular, do ensino superior, sem aumento grande de, pelo menos, certos fatôres, como as instalações. É preciso, então, dar ênfase também ao problema do aumento de produtividade. Foi por isso que se definiu para o ensino superior o que se chama de operação-produtividade, um esfôrço no sentido de melhorar a utilização dos fatôres já existentes, possível em determinadas escolas, em grande número de regiões e de universidades.

A conclusão a tirar é de que se faz necessário elevar os principais índices de produtividade no ensino. Como tais aperfeiçoamentos exigem melhor planejamento, melhor organização, melhor execução, reformas se fazem necessárias. Reformas levam tempo, e não é possível esperar que produzam efeitos para responder ao desafio. Daí a necessidade de expandir recursos e aumentar vagas, simultâneamente com o esfôrço de aumento da eficiência. **Melhor ainda será criar instrumentos capazes de assegurar à comunidade brasileira que, através da expansão de recursos que se vai fazer, será possível assegurar melhores condições para um trabalho sistemático e dinâmico de melhoria dos índices de eficiência.**

Daí a importância do instrumental já proporcionado pela recente legislação concernente à reforma universitária, como observávamos de início.

EM MINAS GERAIS GOVERNAR É EDUCAR

Governar é educar. Isto faz parte da filosofia de govêrno da atual administração do Estado de Minas Gerais que, em três anos, aumentou sensìvelmente o número de matrículas em suas escolas de todos os níveis, além de construir e recuperar centenas de unidades em todo o Estado.

Iniciativas pioneiras foram implantadas pelo atual Govêrno, tais como a Fazenda-Escola Guimarães Rosa, em Felixlândia, modêlo de muitas outras que estão sendo criadas para levar a educação aos mais afastados recantos do território mineiro. Erradicar o analfabetismo é uma das metas prioritárias a que se impôs o Governador Israel Pinheiro.

SOBREVIVÊNCIA E PROGRESSO

Dentro da filosofia de que o ensino constituiu condição fundamental de sobrevivência e progresso, pois opera a integral formação do homem, tornando-o apto a exercer, como cidadão, os seus direitos e a cumprir os seus deveres, a Secretaria de Educação dedicou tôda a sua atenção, em 68, à ampliação da rêde de ensino primário de Minas, dentro da moderna concepção de govêrno, que centraliza na educação uma das metas fundamentais da administração pública.

O número de matrículas no ensino primário aumentou para 1 641 980, com a criação de 210 315 novas, na execução do programa que objetiva a erradicação definitiva do analfabetismo do Estado, a curto prazo. No setor de ensino médio, o número de matrículas se elevou a 130 841. A Secretaria deu ainda continuidade ao programa de descentralização administrativa, ampliando as atribuições das delegacias regionais, promovendo ainda jornadas pedagógicas, para aprimorar os métodos de ensino.

Tomada a educação como ponto de partida de uma política desenvolvimentista, a luta do Govêrno Israel Pinheiro tem sido a de erradicar o analfabetismo de Minas.

Em 1968, freqüentaram os estabelecimentos de ensino oficial 1 642 mil crianças.

No setor primário, houve aumento de 210 315 matrículas, com a criação de 271 unidades escolares.

Em convênio com o Plano Nacional de Educação, foram constituídas mais 124 unidades escolares.

A Carpe teve papel destacado na recuperação e ampliação da rêde de ensino primário, tendo realizado 21 obras no ano passado, possibilitando mais de 10 560 matrículas.

Com o progresso do país apagaram-se as divisas entre o ensino primário e o médio que se tornou essencial não sòmente para a elevação da cultura do povo como elemento básico para o ensino profissional.

No Govêrno Israel Pinheiro, foram acrescidos 381, aos 105 estabelecimentos oficiais de ensino médio, totalizando 486.

A Universidade do Trabalho de Minas Gerais executa o programa de preparação de mão-de-obra industrial do Ministério da Educação e Cultura.

Sua atividade se desenvolve no sentido de preparar mão-de-obra especializada para as indústrias mineiras e seu programa, desde 1967, tem sido cumprido totalmente, com a realização de mais de 400 cursos.

Foi através dêsses cursos que, no ano passado Minas ganhou mais de 8 mil novos técnicos industriais, auxiliares técnicos, gerentes, operadores e técnicos de educação, além de operários especializados para a indústria de construção civil. Foram 370 turmas formadas e treinadas, que participaram de 49 985 horas de aulas, no cumprimento de um programa de ensino técnico industrial em que o Govêrno aplicou cêrca de 300 mil cruzeiros novos.

FAZENDA-ESCOLA DE FELIXLANDIA

A Fazenda-Escola Guimarães Rosa, que é o modêlo de muitas outras que estão sendo implantadas em Minas Gerais, tornou-se de dois anos para cá uma realidade empolgante. Para dar início às atividades de ensino da fazenda-escola, em Felixlândia, foi iniciado, dia 2 de janeiro, um curso elementar gratuito, para candidatos com idade de 14 a 18 anos. Êsses alunos operários moram em alojamento moderno e estão executando o seu trabalho sob a orientação direta dos professôres e técnicos, dos quais recebem instruções teóricas adequadas.

No setor agrícola, a fazenda-escola obteve excelentes resultados no ano passado, com a produção de mais de 55 toneladas de milho e arroz, além de ter alcançado bons lucros, possibilitando o aprendizado a centenas de agricultores, com o plantio de 40 hectares de algodão, dois de batata, dois de amendoim e outros, num total de 159 hectares, além dos 108 hectares ocupados pelo pomar, nos quais foram plantados 323 020 pés de abacate, abacaxi, banana, caju, citrus, figo, manga, mamão e outras frutas.

Em Felixlândia, funcionam três fábricas-escola para industrialização de carne, mandioca e doces, que alcançaram ótimos resultados econômicos, no ano passado. Em convênio com o INDA, a Secretaria de Agricultura também está implantando, junto à Fazenda-Escola Guimarães Rosa, o Núcleo de Colonização 31 de Março, que abrigará mais de duzentas famílias de colonos.

O sucesso da experiência com a Fazenda-Escola Guimarães Rosa, em Felixlândia, levou o Govêrno através da Secretaria da Agricultura, a implantar mais duas unidades, no ano passado, em Ponte Nova e Arcos, e mais cinco serão instaladas em 1969, nos Municípios de Alfenas, João Pinheiro, Machacalis e Serro, e na Mata de Acauã, no nordeste de Minas.

Das outras fazendas-escola programadas, além de Felixlândia, começaram a funcionar em 1968 as de Arcos e Ponte Nova. A Fazenda-Escola de Arcos está situada na região do alto São Francisco, no oeste mineiro, ocupando uma área de 5 141 375 metros quadrados, e sua atuação beneficia os Municípios de Arcos, Iguatama, Bambuí, Luz, Piumi, Formiga, Campo Belo, Itapecerica e Santo Antônio do Monte, abrangendo, portanto, uma área de 10 166 quilômetros quadrados.

OBRA PIONEIRA

Criada há dois anos, para atuar com métodos pioneiros no campo da política do bem-estar do menor, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor iniciou uma nova arrancada em 1968, recuperando os prédios e construindo outros em 12 escolas de sua rêde, em todo o Estado, com destaque especial para as obras em execução no Centro de Recepção e Observação Mendes Pimentel, no Barreiro, próximo a Belo Horizonte.

No CROMP, as próprias crianças recolhidas nas ruas trabalham em obras de recuperação e modernização da instituição, iniciando-se dessa maneira nas atividades que posteriormente terão condições de exercer quando chegarem à maioridade. O objetivo do CROMP é submeter as crianças recolhidas a exames e tratamentos médicos indispensáveis para que possam chegar aos estabelecimentos de recuperação da FEBEM aptas a acompanhar o ritmo de desenvolvimento cultural e social dos outros meninos e meninas ali internados.

O TRABALHO DA FEBEM

Em 1968, a FEBEM recuperou os prédios e realizou novas construções nas escolas de Sete Lagoas, Caeté, Nova Lima, Muriaé, Ouro Prêto, Couto de Magalhães de Minas, Alfenas, Juiz de Fora, Esmeraldas, Santa Rita do Sapucaí, Itambacuri e no CROMP, de Belo Horizonte. Incrementou ainda a produção agrícola, em diversos estabelecimentos, através de atividades desenvolvidas pelos menores internados. Aparelhou e melhorou tôdas as cozinhas e refeitórios das escolas, com distribuição de bandejas individuais, compra de geladeiras, fogões e vasilhames novos, distribuindo ainda vestuário e calçados para as crianças.

Visando ao aprimoramento de seus funcionários, especialmente dos professôres e assistentes sociais de suas escolas, a FEBEM promoveu diversos cursos no ano passado, para atualização de diretores de escolas particulares de assistência ao menor, para formação de auxiliares de inspeção, para orientação dos diretores das casas da rêde oficial da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor e ampliação da rêde escolar, com a instalação de um curso complementar em Juiz de Fora.

Além disso, desde 1968, a FEBEM está trabalhando em conjunto com a Secretaria de Trabalho e Ação Social, na colocação de menores em empregos. O Govêrno, quando recebe pedidos de empregados menores de idade, encaminha-os à FEBEM, que os envia ao interessado.

Da mesma forma a fundação comunica à Secretaria de Trabalho e Ação Social quantos menores necessitando de emprêgo estão sob sua orientação em determinado momento, para que seja conseguida colocação para êles.

INTEGRAÇÃO SOCIAL

A base fundamental do trabalho desenvolvido pelo Servas em 68, foi a integração do homem na sociedade, situando-o em seus vários papéis, na família, na escola, no trabalho e na comunidade, com ênfase para a educação e profissionalização das comunidades mais pobres das vilas e favelas situadas na área de Belo Horizonte, abrangendo uma população aproximada de 70 mil pessoas.

Para executar êsse trabalho, procurou o Servas dotarse de infra-estrutura adequada à realidade. Recrutou assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, pedagogos, arquitetos e médicos, que organizados em equipes, foram distribuídos pelas diversas comunidades atendidas pela instituição. A isso devem ser somados o atendimento de centenas de crianças, em suas creches, a assistência médica levada às vilas e favelas e a distribuição de agasalhos e alimentos, que deram nova dimensão à atuação do Serviço Voluntário de Assistência Social, em 1968.

A profissionalização mereceu também relevante destaque, pelo seu alto sentido de promoção econômico-social, tendo a entidade cuidado mais da formação e aperfeiçoamento do trabalho feminino, no esfôrço de integrá-lo no processo de desenvolvimento. Em convênio com a Universidade do Trabalho, o Centro de Preparação de Mão-de-Obra Feminino Inhazinha Novais acolheu, em sua sede, 150 alunas, ministrando-lhes cursos especializados e semi-especializados.

Funcionando em dois turnos, as alunas tiveram aulas de corte e costura, manicura e pedicura, cabeleireira, culinária, tecelagem e tapeçaria. Paralelamente às matérias técnicas específicas, o Cepmof desenvolveu um curso complementar de educação informal, onde foram discutidos em pequenos grupos e usando-se técnicas especiais, temas de interêsse das próprias alunas, com o objetivo de levá-las a uma reflexão e análise dos problemas que enfrentam. As atividades do Centro se estendem ainda às vilas, promovendo cursos de corte, costura e manicura, como complementação que ali se desenvolveu, atendendo a 310 alunos.

No setor de costura, foram confeccionadas para os postos médicos, creches e bazares de Natal 4 689 peças, entre jogos de cama e mesa, aventais, uniformes, vestidos, calças, camisas e enxovais de recém-nascidos, sendo distribuídas 4 074, e havendo 615 em estoque.

Ressalta-se ainda a importância do Centro de Artesanato Mineiro que, dentro da política de promoção humana, tem a finalidade principal de divulgar e promover o artesanato de Minas, alcançando grande expansão em 1968.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

As campanhas de vacinação em massa são apenas um dos aspectos da atuação da Secretaria de Saúde, que executa o plano de saúde do Govêrno do Estado.

A erradicação da verminose nas escolas, varíola, paralisia infantil, sarampo, difteria, coqueluche e tétano são as doenças combatidas através das campanhas de vacinação e erradicação.

Na Escola de Saúde Pública, da Secretaria de Saúde, funcionam cursos especializados, abrangendo variados setores, tendo a maior importância o curso das coordenadoras de saúde, que, sendo professôras primárias, vão atuar diretamente como assistentes escolares, em todos os estabelecimentos de ensino do Estado, levando as noções básicas para a verdadeira educação sanitária, melhorando, sensìvelmente, o índice de aproveitamento escolar.

Grupos escolares são construídos ou recuperados, o que quer dizer mais oportunidade de estudos para todos

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ENSINO PRIMÁRIO
ALUNOS MATRICULADOS : 1964 – 1968

Nº de MATRICULADOS
2 000 000
1 800 000
1 600 000
1 400 000
1 200 000
1 000 000
800 000
600 000
400 000
200 000
0
15,0%
17,0%
19,0%
21,5%
27,5%
1964
1965
1966
1967
1968

FONTES – Delegacias Regionais de Ensino
Secretaria d. Educação
Setor Técnico ao Gabinete

O gráfico mostra o que o atual Govêrno tem feito no setor de educação em Minas Gerais. O número de crianças matriculadas nas escolas primárias duplicou em três anos

A Fazenda-Escola Guimarães Rosa, em Felixlândia, é iniciativa pioneira do atual Govêrno de Minas

uma empresa com 1.120 andares

Em 5 anos, conseguimos chegar a essa altura — e ela representa a soma de todos os pavimentos dos 62 empreendimentos que a Veplan planejou e lançou. Apartamentos residenciais, lojas, escritórios, garagens, etc. Os 1120 andares foram construidos rápidamente: 72 no 1.° ano; 155 no 2.°, 269 no 3.°; 297 no 4.° e 336 no 5.°. Como V. vê, é um crescimento altamente progressista, que evolui "pari passu" com o desenvolvimento da estrutura da emprêsa — e é por isso que o prédio chegou tão alto. Graças às sólidas bases sôbre as quais está assentado — êle continúa crescendo.

Êste resultado foi obtido num trabalho integrado pelo Govêrno e a iniciativa privada na conquista do desenvolvimento científico, técnológico e econômico do país.

Dêsse esfôrço, resultaram beneficios para todos: para as famílias, que solucionaram seus problemas de moradia; para os operários, que obtiveram novas oportunidades de emprêgo; os construtores, que colaboraram nesta grande obra; para o Govêrno, que arrecada impostos e para as indústrias que forneceram os materiais indispensáveis.

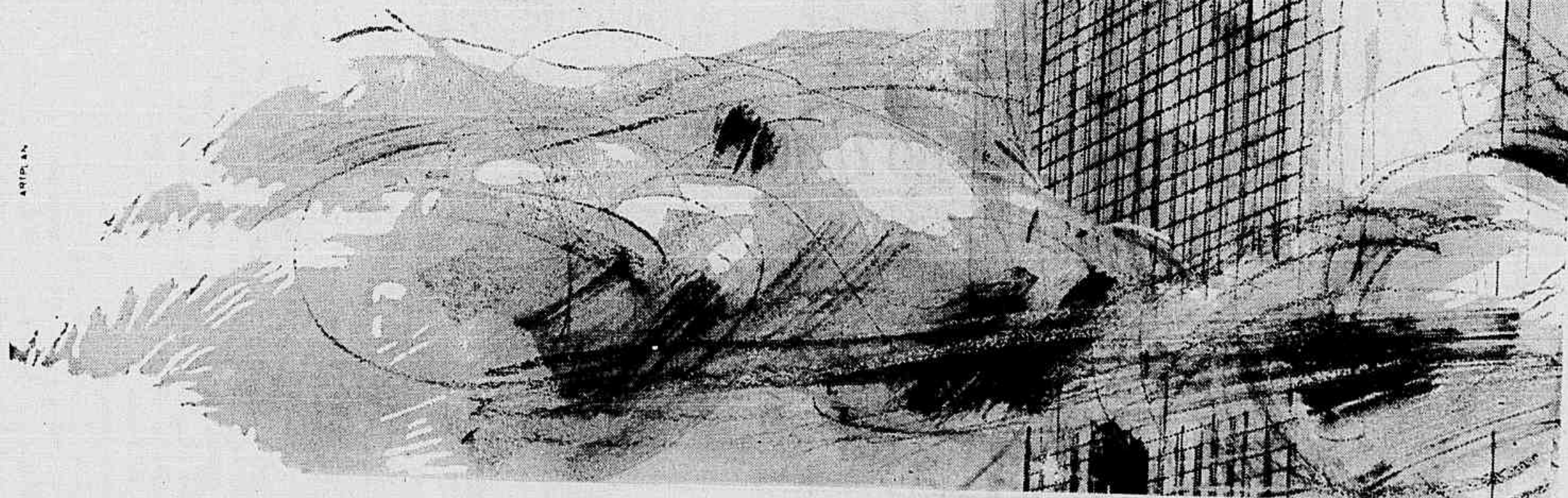
É um dado expressivo para uma emprêsa que, pouco tempo, conquistou a confiança e vem merecendo preferência cada vez maior por parte dos compradores.

1120 andares representam, igualmente, um compromisso de atendimento sempre melhor. Uma emprêsa que atinge a essa altura não pode dar menos, em troca de preferência e da confiança com que o público a distingue.

VEPLAN IMOBILIÁRIA
LÍDER NA GUANABARA

o predio da Veplan representou:
- emprêgo para 13.800 operários não-qualificados
- construção de 670.000 m2
- volume de vendas: NCr$ 250.000.000,00
- 6.500 residências - 1.700 escritórios - 1.200 garagens

Uma equipe de 250 homens especializados trabalhou no planejamento, projeto, incorporação e vendas

- grande empreendimento de 1969 será a CHACARA 92 - 4 predios residenciais com nova concepção de arquitetura em plena praia do Leblon

SIDERURGIA VOLTA A CRESCER

FABIANO JOSÉ HORCADES PEGURIER

Depois de três anos de estagnação e dúvida, a siderurgia brasileira, ao que parece, retomou, em 1968, sua rota de notável crescimento. Com relação às perspectivas mais imediatas da economia nacional, nada nos permite descrer da possibilidade de atingirmos 6-7% ao ano como nível de crescimento do PIB, conforme a meta estabelecida para o triênio 1968-1970. Além disso, a redução de disparidades regionais e a melhor distribuição da renda, associadas em maior ou menor grau a êste processo de crescimento, tenderão a elevar a elasticidade-renda do aço no Brasil além da média já, de certo modo, elevada — 1,4 — verificada no passado recente. Nestas condições, é perfeitamente razoável admitir-se um crescimento de 10% ao ano para a demanda brasileira de aço no próximo decênio. Já vencemos a primeira fase, pioneira, de implantação desta indústria no país. Temos uma base sólida sôbre a qual basear nossa expansão siderúrgica. Dependendo da eficácia dos demais programas governamentais, a siderurgia brasileira, bem conduzida, poderá até igualar a *performance* de países recentes recordistas do crescimento nesse setor.

Para isso, entretanto, é preciso que ela se consolide, eliminando as distorções remanescentes da fase pioneira que está-se encerrando, e que se prepare, com a ajuda indispensável do Govêrno, acumulando as energias necessárias para os grandes saltos entrevistos no futuro. Por isso, mesmo, é interessante analisá-la, do ângulo do tema proposto — *Interiorização da Economia Brasileira* — para ver onde está o seu melhor caminho, entre a miríade de reivindicações e argumentos apresentados em favor de novas usinas em várias regiões do país, para o desenvolvimento harmônico do país.

LOCALIZAÇÃO

A siderurgia é uma indústria que se caracteriza, entre outras coisas, pela necessidade de grandes quantidades de matérias-primas em granel e pela dispersão do mercado para seus produtos entre um grande número de clientes que os consomem, individualmente, em escala muito menor que uma usina integrada pode produzir. A grosso modo, para cada tonelada de lingote produzido, devem chegar à usina 2,5-3t de matérias-primas e sair 700-800kg de produtos acabados. Em face destas cifras, é fácil compreender-se a essencialidade de uma boa localização em função das matérias-primas e do mercado, para o sucesso de um empreendimento siderúrgico.

No Brasil, a situação dêsses fatôres é muito simples.

O minério, abundante e barato, disponível no chamado Quadrilátero Ferrífero, leva a indústria para os vales do rio Doce e do rio Paraopeba. Por outro lado, o carvão, nacional ou estrangeiro, necessàriamente transportado por via marítima, induz a uma localização costeira junto a um pôrto bem aparelhado para o recebimento de granéis. E o mercado, concentrado no eixo Rio—São Paulo (quase metade em São Paulo e um têrço no Rio), atrai qualquer empreendimento para junto dêstes centros.

Tais são as distâncias envolvidas, os preços das matérias-primas e os custos de transporte no país que, conforme os estudos disponíveis, tornam-se relativamente pequenas as vantagens e desvantagens entre grandes usinas integradas iguais, situadas junto ao minério, ao mar ou ao mercado, desde que em localização bem integrada em nosso sistema de extração, beneficiamento e exportação do minério de ferro, dentro do polígono formado por Rio, Santos, S. Paulo, Belo Horizonte e Vitória.

O caso de usinas baseadas em carvão vegetal é diferente. Nesse caso, a disponibilidade de madeira junto ao minério exerceu forte atração para a siderurgia no sentido do Quadrilátero Ferrífero. Entretanto, a área florestada necessária para sustentação de uma usina integrada, mesmo pequena, à base de carvão vegetal, é fabulosamente extensa. Isto força as usinas que não se dispuseram a investir pesadamente em reflorestamento a buscar o seu carvão a distâncias cada vez maiores, com um conseqüente encarecimento do seu aço. Além disso, o progresso na operação de altos fornos a coque, a redução do preço e do frete de transporte do carvão mineral, no mercado internacional, conjugam-se com a crescente elevação do preço da terra e do valor da madeira para outros fins, de forma a tornar desfavorável o uso de carvão vegetal como matéria-prima siderúrgica no Brasil, talvez em futuro mais ou menos próximo.

Em contraposição, o progresso do forno elétrico, bem como a crescente geração de sucata industrial na área Rio—São Paulo, tornam cada vez mais favorável a operação de usinas semi-integradas de pequeno e médio portes no eixo do grande consumo.

Não é por acaso, portanto, que se verifica a atual concentração da produção nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. As constantes reivindicações do Estado de Minas Gerais, escondem o fato de que aquêle Estado é o líder siderúrgico brasileiro. Sua capacidade instalada de produção de aço em lingotes é hoje de 1 708 mil t/a, seguido de São Paulo, com 1 618 mil t/a, e do Rio de Janeiro, com 1 582 mil t/a. Em 1968, Minas produziu 1 611 mil t de aço em lingotes, das 4 436 mil t produzidas em todo o país. Isto quer dizer que Minas detém 33% da capacidade e 36% da produção nacional de aço, a despeito de representar apenas 6-8% do mercado nacional e comprova a fôrça de atração do seu minério de ferro na localização de nossa siderurgia.

As possibilidades de usinas regionais — isto é, usinas situadas fora do polígono mencionado, baseadas em matérias-primas e mercados locais — são muito escassas.

Esta conclusão se deve, não só à carência de matérias-primas — que freqüentemente podem ser transportadas para os centros das regiões geo-econômicas afastadas do Centro—Sul mais econômicamente que o produto acabado — mas, principalmente, à pequenez do mercado, que impede a produção do aço em escala rentável.

Existem algumas exceções a esta regra geral, no que concerne à produção de laminados leves não planos de aço comum. A Siderúrgica Riograndense está aí, como terceiro produtor particular do país, a demonstrar que o mercado sulino justifica a produção dêsses laminados em Pôrto Alegre, mesmo dependendo do abastecimento de sucata a partir do eixo Rio—São Paulo. A Siderama constrói em Manaus uma pequena usina integrada, possibilitada pela disponibilidade de matérias-primas na região e pela enorme distância dos seus concorrentes, a despeito da escala mínima de mercado. A região de Corumbá dispõe de excelentes condições de suprimento local de matérias-primas que, aliada à distância dos atuais centros produtores, torna viável a produção de laminados leves e arames naquela cidade. E, sem dúvida, o mercado nordestino é suficiente para uma usina integrada de médio porte, dedicada a vergalhões, barras e perfis leves, tal como a Usiba conforme aprovada pelo Consider.

Parece, porém, muito difícil encontrar justificativa econômica para a instalação de novas usinas regionais de laminados planos ou de aços especiais no país, tendo em vista o elevado investimento necessário e a pequena dimensão de qualquer dos nossos mercados regionais.

O ATUAL PROGRAMA

Entre as diretrizes básicas do Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970, incluem-se a consolidação das indústrias de base, bem como a defesa e o fortalecimento da iniciativa privada nacional, inclusive pela privatização de empreendimentos estatais sempre que cabível. Na siderurgia, êstes dois princípios de política governamental implicam em máximo aproveitamento do potencial de expansão das usinas existentes, pois isto significa, de um lado, redução do investimento global necessário no setor, para atingir a meta estabelecida de capacidade instalada de produção, e de outro lado, permite melhor adequação das emprêsas nacionais aos modernos métodos disponíveis para produção e gerência, os quais em geral exigem escalas de produção progressivamente elevadas.

Em números redondos, assim se compara a atual capacidade instalada de produção com o nível de produção atingido em 1968.

	Capacidade de Produção (1.000 t/a)	Produção em 1968 (1.000 t)
1 — Ferro gusa	4.600	3.373
2 — Aço em lingotes	5.100	4.436
3 — Laminados		
a) capacidade balanceada	3.700	3.302
planos	1.800	1.741
não planos	1.900	1.561
b) capacidade máxima	8.700	
planos	5.900	
não planos	2.800	

Êste é o sumário de uma situação que se estende a quase todos os produtos siderúrgicos, inclusive aos aços especiais. O atendimento ao mercado nacional de laminados planos de aço não exige nenhuma nova usina no futuro previsível. No setor de não planos, tendo em vista o desenvolvimento estimado do mercado na década de 1970-80, faz-se aconselhável desenvolver nôvo potencial de grande expansão em nova e moderna usina, à semelhança do que foi feito na Cosipa e na Usiminas. Entretanto, esta nova unidade, a fim de situar-se em escala compatível com a moderna tecnologia, terá de ser condicionada, pelo menos em sua primeira fase, ao abastecimento de semi-acabados a usinas nacionais existentes e, principalmente, à exportação em grande escala de semi-acabados para os mercados europeus e americanos. Assim sendo, deve ser uma usina costeira, preferivelmente em ponta do Tubarão.

O programa de expansão prevê uma expansão de ... 1 850 mil t/a na capacidade de aço em lingotes do país, a se realizar em três anos. Dêsse total, 1 400 mil t/a correspondem à expansão das três grandes usinas estatais — CSN, Usiminas e Cosipa — e 450 mil t/a a outras usinas. Está implícito neste programa um grau bastante elevado de interiorização do setor, uma vez que, do total de 1 850 mil t/a, 1 080 mil t/a — 59% — correspondem a usinas situadas no Estado de Minas Gerais — Usiminas, Belgo-Mineira e Acesita.

As únicas usinas regionais aprovadas, até o momento, são a Usiba, para a produção de 150 mil t/a de laminados leves não planos na Bahia, e a Siderama, já em construção, que produzirá 30 mil t/a dos mesmos laminados em Manaus. Na realidade, porém, a Usiba nada representa no sentido da interiorização, pois está concebida como usina costeira, abastecida localmente ou pelo mar. A Siderama é a primeira tentativa neste sentido.

BRASILEIRA NO MUNDO

Em escala mundial a siderurgia atravessa, no momento, fase de aguda transformação, principalmente nos países mais industrializados.

O fato é que a metalurgia do ferro e do aço já deixou de ser uma tecnologia *de ponta*, propriedade de poucos países que dominavam o mercado internacional. A partir do término da Segunda Guerra Mundial, ela passou a disseminar por todo o mundo, levando, inclusive, ao aparecimento de um substancial excedente de oferta no mercado internacional, a partir de 1960. Esta tendência parece imutável no futuro próximo, devido à pressão da economia de escala na instalação de novas unidades de produção.

Enquanto esta situação, de um lado, leva a um aviltamento de preços no mercado internacional e ao que já se chama *cross-dumping* entre os países industrializados; por outro lado, exige uma inversão cada vez mais forte por parte das emprêsas existentes. Para enfrentar a concorrência de outros metais e plásticos substitutivos, ela se vê forçada a desenvolver novos e melhores produtos — esfôrço de pesquisa muitas vêzes superior à capacidade das emprêsas menores. Para enfrentar a concorrência de outros produtores, ela tem de modernizar — ou, muitas vêzes, substituir — instalações que se tornam obsoletas com velocidade cada vez maior, a fim de reduzir custos de produção. O crescente custo da mão-de-obra e, mais que isso, a crescente exigência de qualidade por parte de seus clientes, conduz à utilização cada vez maior de processos de automatização que também exigem vultosas inversões.

Sob tôdas estas pressões, a rentabilidade da siderurgia vem baixando em todo o mundo. Hoje, grandes emprêsas siderúrgicas, nos países mais industrializados do mundo, estão se unindo, com a bênção de seus Governos, para poderem sobreviver de uma forma rentável. No II Congresso Anual do International Iron and Steel Institute, realizado em outubro do ano passado, em Los Angeles, foi defendida a tese de que, a longo prazo, a indústria siderúrgica não pode sobreviver sòzinha; de que uma emprêsa necessita dominar tôdas as técnicas alternativas ao uso do aço para poder escolher qual a mais econômica e melhor para si e para a sociedade que serve. Começa, assim, a aparecer, senão a tendência, pelo menos o desejo de formar companhias "multimetálicas" e até mesmo "multinacionais."

Esta situação não deixa de se refletir sôbre o Brasil. É claro que, com um consumo *per capita* de 50 kg/habitante — cêrca de 10% do nível alcançado nos países industrializados — a siderurgia brasileira está longe do ponto de saturação de seu mercado, onde predominam as condições expostas. Mas a pressão dos exportadores de outros países sôbre um mercado crescente e cada vez mais sofisticado, como o nosso, é inevitável.

Por outro lado, nossa indústria de transformação extremamente competitiva nos ramos utilizadores de aço, ensaia seus primeiros passos no sentido da exportação, que é uma das principais exigências do nosso desenvolvimento econômico. E, nestas condições, exige material cada vez melhor e mais barato. Assim sendo, a siderurgia brasileira já enfrenta forte concorrência estrangeira dentro de seu próprio mercado interno. E a tendência é no sentido de aumentar cada vez mais esta concorrência.

Esta é uma pressão que nos força, inexoràvelmente, a seguir os melhores padrões estrangeiros em escala de produção, contrôle de qualidade e desenvolvimento de novos produtos. A experiência do Japão e da Itália está, porém, a mostrar que, além de não haver outra alternativa, pode-se obter sucesso seguindo-se a crista da onda, em vez de tentar nadar contra ela. O Brasil, dotado de recursos minerais excelentes e dispondo de mão-de-obra relativamente boa e muito barata, sofre apenas de uma carência de mercado, em proporção às escalas modernas de produção de aço. Esta desvantagem só pode ser compensada pelo máximo aproveitamento dêsse mercado em função das usinas existentes.

DESENVOLVIMENTO

A relação capital/produto da siderurgia é elevadíssima. O faturamento anual de uma usina integrada, produtora de aços comuns ao carbono em raros casos se aproxima do valor real do seu investimento fixo e, freqüentemente, situa-se abaixo da metade dêsse valor. A inversão por pessoa ocupada é também elevadíssima, oscilando entre US$ 30 mil e US$ 50 mil, dependendo do porte da usina.

Reduzido à sua essência, o argumento fundamental que justifica a siderurgia em um país em desenvolvimento é a necessidade de assegurar o suprimento ao seu mercado interno, tendo em vista a essencialidade do aço para o desenvolvimento industrial. Êste fundamento para uma siderurgia nacional foi absolutamente crítico, na época anterior a 1960, em que o aço era material carente no mercado mundial. Dispondo-se de minério de ferro e carvão, de qualidade razoável, e de um mercado mínimo aceitável, era partir para a construção de uma usina integrada. Hoje em dia, êle continua válido para o Brasil, tendo em vista a insuportável pressão sôbre o balanço de pagamento do país, que adviria de uma importação maciça de produtos siderúrgicos. Para que se tenha uma idéia do problema, à razão de US$ 150/t CIF, em média, a importação de 3,3 milhões de t de laminados — equivalente ao nosso consumo aparente atual — subiria a US$ 500 milhões anuais.

Estas considerações, porém, são válidas em escala nacional. E, nesta escala, o Brasil está com o problema totalmente equacionado.

Tendo em vista suas características totalmente desfavoráveis, do ângulo do investimento por unidade de valor adicionado e por pessoa ocupada, a siderurgia só deve merecer consideração no Brasil, em caráter regional, sob três condições. A primeira é a disponibilidade de boa matéria-prima regional que não tenha melhor possibilidade de utilização. A segunda é que o mercado regional, ou uma possibilidade concreta de exportação, proporcione utilização razoável da capacidade a ser instalada. E a terceira é que o investimento global exigido se compare favoràvelmente ao investimento alternativo em usinas existentes, adicionado ao investimento eventualmente necessário para o transporte do produto acabado até o mercado regional.

EM CONCLUSÃO

Vale a pena, para terminar, sintetizar as conclusões dos comentários expostos acima.

Tendo em vista a distribuição geográfica dos recursos minerais e dos mercados para o aço no país, a siderurgia continuará, como deve ser, concentrada na região Centro-Sul, no polígono formado por Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Belo Horizonte e Vitória.

Dentro dêste polígono, a interiorização já está sendo efetuada na escala máxima possível, sob a atração do minério de ferro do Estado de Minas Gerais e dos investimentos já efetuados naquele Estado.

Do ponto-de-vista nacional, a expansão das usinas existentes é prioritária, tendo em vista não só o seu balanceamento financeiro como o seu preparo para enfrentar, a longo prazo, a concorrência estrangeira nos mercados nacional e internacional.

Além disso, o potencial de expansão das usinas existentes é tal que, de maneira geral, não há vaga para novas usinas no mercado nacional, até 1975, pelo menos. A única exceção seria uma usina orientada, em parte, para a exportação e, em parte, para o suprimento de semi-acabados baratos e outras usinas nacionais.

Do ponto-de-vista regional, as possibilidades oferecidas pelos mercados do Sul e do Nordeste já se encontram cobertas, no sul, pela presença da Siderúrgica Rio-Grandense S. A. e, no Nordeste, pelo projeto da Usiba, conforme orientado pelo Consider.

Outras possibilidades existentes são na Amazônia e em Mato Grosso, na região de Corumbá. A primeira já está sendo atacada pela Siderama, em construção na cidade de Manaus.

A única possibilidade de atuação da siderurgia como arma para maior interiorização da economia nacional é, portanto, a instalação de uma pequena usina integrada em Mato Grosso, onde o anteprojeto desenvolvido para Corumbá demonstrou sua viabilidade, porém encontra-se inteiramente paralizado por motivos desconhecidos do Govêrno federal. Outras possibilidades só poderão se abrir, no futuro previsível, através da descoberta de novas e importantes jazidas de ferro ou de carvão.

INTERIORIZAÇÃO, O GRANDE TEMA EM DEBATE

GOLBERY DO COUTO E SILVA

Não há, em verdade, tema algum, assim vagamente expresso em fórmula com indiscutível sabor **slogânico**, que não mereça indagações, impertinentes ou cândidas, visando a desfazer, desde logo, ambigüidades sempre possíveis.

O hábito honesto, mas nem por isso menos perigoso, de não aceitar as cousas — temas, afirmações, **slogans** — pelo seu valor imediato, de fachada, é legado precioso que nos vem desde os longínquos dias socráticos, mas infelizmente muito obscurecido nesta nossa civilização, apressada e superficial, de pragmatismo **behaviorista**, de incansável e insidiosa propaganda e de inconfessadas e inconfessáveis lavagens cerebrais coletivas.

ANALISE

No caso em apreciação, importa sem dúvida fazer-se análise preliminar objetiva quanto ao significado mesmo do tema. De que se trata realmente? Interiorizar, afinal, o quê?

Além disso, caberia indagar-se também se essa proposta interiorização da economia se constitui, por si mesma, num fim — um fim predominantemente econômico — ou se não passa de mero processo instrumental com vistas a objetivo de natureza diferente.

A sociedade nacional, como todo e qualquer sistema social, estrutura-se na base da interdependência de subsistemas vários, dispondo cada um dêles de relativo grau de autonomia, fronteiras de contató mais ou menos difusas, balanços flexíveis entre **inputs** e **outputs**, havendo por onde apreciar-se sempre, num tal dinamismo, a reciprocidade funcional que assegura a integração do conjunto, as ameaças, atuais ou potenciais, endógenas ou exógenas, ao funcionamento equilibrado dessa reciprocidade e os mecanismos de compensação que se ofereçam para a defesa contra tais ameaças. Assim nos ensinam os mestres do funcionalismo, Talcott Parsons à testa.

Por isso mesmo, a atuação voluntária no âmbito de um subsistema trará necessàriamente consigo repercussões mais ou menos profundas e decisivas em todos os demais, podendo mesmo sutilmente planejar-se a ação, em um dêles, com vistas a objetivo a alcançar, indiretamente, num dos outros qualquer. Desde êsse ponto-de-vista praxeológico, dominante tanto poderá considerar-se o subsistema em que de fato se atua — campo de ação meramente tático — como o subsistema em que se busca o resultado — campo de ação estratégico.

Ora, se admitirmos para análise, cortando o tecido vivo e entrelaçado da realidade empírica, a delineação abstrata, no contexto social do Estado-Nação, dos três subsistemas, já por assim dizer clássicos — o político, o psicossocial e o econômico — surge a necessidade, na apreciação do tema da interiorização da economia, de indagar-se se esta não será, apenas, um processo que se deseja desencadear, com finalidade simplesmente tática, embora dominante, no campo econômico, visando de fato a um objetivo estratégico situado em campo diverso. Indagações dessas parecem-nos indispensáveis a qualquer juízo de valor sôbre o tema como regra de conduta, sendo, ademais, básicas à própria formulação do esquema de ação a desenvolver, como ação dominante. Nem se fale das ações secundárias, de coadjuvação, a recomendarem-se nos demais campos do sistema.

As duas indagações acima feitas, por si sós, algo poderão ajudar a que se definam e entendam, com precisão e clareza maiores, os contornos reais da questão.

E ficaríamos por aqui se não nos parecessem também úteis alguns comentários a mais.

DUAS LIGAÇÕES SÔBRE INTERIORIZAÇÃO

O tema pressupõe, como realidade subjacente, uma economia centralizada, ou melhor, uma economia mais ou menos centralizada em tôrno de dois ou três núcleos dinâmicos, além dos quais se distenda o vazio, ou pelo menos, vegete o marasmo econômico. Claro é que aí não se exige, à compreensão da estrutura esboçada, um descabido rigorismo na correspondência com o substrato físico do território — a periferia litorânea, a hinterlândia imediata, o desertão mais distante.

A paisagem é, antes, demográfica, econômica, social.

Regiões quase abandonadas, marginais, da faixa costeira merecem ser consideradas **interior**, tanto quanto zonas continentais bem longínquas. E um núcleo econômico dinâmico, situado embora a muitos quilômetros do oceano, não será mais **interior**, antes um centro nôvo, com sua hinterlândia imediata própria e uma periferia até certo ponto balizável, além da qual se desdobrará, ainda, o verdadeiro **interior**.

Ao esquema integrador que englobe, articulando-os, a todos êsses núcleos dinâmicos, incorporando **pontes** e até secundários vazios intermediários, corresponderá, num território tão vasto, uma fronteira envolvente mais ou menos contínua, a partir da qual se desdobrará o **grande interior**.

A interiorização da economia posta em equação comporta, assim, dois nítidos estágios — a interiorização para o **interior** imediato aos núcleos existentes e a interiorização, muito mais ousada, para o **grande interior**, bem para lá da mais avançada fronteira de civilização, para além da marca do grande império.

O tema exige, portanto, tratamento em duas lições distintas. Tanto mais que a ênfase variará entre os dois processos mestres — o da criação de novos pólos de germinação e o do desbordamento dos núcleos dinâmicos já existentes.

INTERIORIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

Sem a preocupação de esgotar a discriminação de categorias, observemos que, nesse processo de interiorização da economia, cabe por certo distinguir: se pensamos, simplesmente em levar ao **interior**, em dose ponderável e talvez mesmo decisiva, os frutos, os resultados propiciados pelo dinamismo econômico dos atuais núcleos produtores; ou se cogitamos de criar, no **interior**, condições favoráveis à implantação de novos núcleos, o que seria principalmente um problema de infra-estrutura; ou, ainda, se o objetivo, desde logo visado, seria o de implantar, em pontos escolhidos do **interior**, novos pólos de produção.

Êsses três objetivos situam-se na escala que vai da simples interiorização dos benefícios — o primeiro — à interiorização da própria energia criadora de riqueza — o terceiro — sendo o segundo intermediário e etapa preliminar para o último.

O propósito número um, do ponto-de-vista econômico, traduz-se logo numa ampliação, por assim dizer artificial, do mercado de consumo, criando demanda efetiva onde hoje ela é quase de todo escassa. Certamente, poderia vir a ser atendido por um mecanismo qualquer de redistribuição da renda nacional em favor das populações do **interior**, como, por exemplo, a sistemática do Fundo de Participação dos Municípios, hoje sob fogo cerrado. As implicações seriam, na verdade, muito mais de ordem social — melhorar o padrão de vida no **interior**, reduzir ou prevenir tensões sociais, influir na dinâmica das migrações internas, etc. — e política — reforçar a coesão nacional. Em realidade, do ponto-de-vista da criação de riqueza, a curto prazo, tratar-se-ia sobretudo de um ônus, pela parcela elevada do produto que se esvairia no simples consumo sem perspectiva maior de multiplicar-se pelo investimento. Isso, sem desmerecer o valor econômico das inversões de caráter social, mas considerando as ponderáveis implicações estratégicas do fator tempo, tão vital para o desenvolvimento brasileiro.

Quanto ao segundo propósito, intimamente ligado à problemática dos transportes e telecomunicações, põe em relêvo também a questão de maior difusão da rêde creditícia, aspectos demográficos de colonização e disciplina das migrações internas, melhoria do nível de qualificação do potencial de mão-de-obra do **interior** (educação, preparo técnico, saúde). A dominância estratégica, portanto, é política ou psicossocial, não tanto econômica. Seria mais claramente econômica no que se refere à implantação de usinas de energia ou à exploração de certos recursos naturais no campo da mineração, por exemplo. Mas, num caso como no outro, a radicação no **interior** seria comandada pela disponibilidade local dos recursos exploráveis, subordinando-se, mais além, ao mercado de consumo garantido pelos próprios núcleos dinâmicos da economia, quando não pela exportação. Assim, se uma componente opcional, traduzindo a vontade de impulsionar a interiorização, vier a manifestar-se, será na prioridade entre soluções alternativas, de viabilidade e perspectivas econômicas comparáveis.

A interiorização da economia, como decisão de caráter econômico, deveria impor-se, mais nítida, no terceiro e último propósito dos acima apontados. Quanto ao setor primário — agricultura, pecuária, mineração — a interiorização é, afinal, quase um dado da questão. O que comporta reclamos será sempre o apoio e incentivo no setor do critério, da tecnologia e dos transportes, sobretudo. E ninguém discutirá a necessidade de assegurar-se um desenvolvimento bem balanceado da economia, quanto à correspondência entre os setores primário e secundário.

De qualquer forma, será neste, portanto, que melhor se pode aplicar a intenção de interiorizar a economia, criando no **interior** novos pólos geradores e propulsores do desenvolvimento econômico.

A êsse respeito, e na oportunidade do IV Plano-Diretor da Sudene e de sua regulamentação, vem de abrir-se discreta polêmica entre duas correntes aparentemente antagônicas: a que propugna o estímulo à imediata criação de novos pólos de crescimento, que não nos parece — à simples dispersão dos recursos, e a que confia no próprio potencial **desenvolvimentista** dos núcleos já em formação, os quais, por isso mesmo, deveriam merecer ainda prioridade ou, pelo menos, não sofrer tratamento discriminatório. No fundo, a oposição não seria tão irremediável assim. Basta que se considere, càndidamente, que os atuais opositores à criação de novos centros já foram viris defensores da etapa anterior de descentralização que levou ao esfôrço de formação dos atuais núcleos.

Sem dúvida, o problema é antes um problema de oportunidade e de ritmo. E seria realmente de indagar-se: não será cedo para bloquear, por uma dispersão prematura, alicerçada, embora em justas considerações de caráter antes social que econômico, a estruturação sólida dos novos núcleos ainda em formação, sem que êstes tenham atingido a maturidade suficiente para se projetar dinâmicamente em derredor, como novos pólos de germinação? Por que não tirar maior partido das economias externas que aí se oferecem ainda, amplamente, e garantir-se a rentabilidade dos investimentos da infra-estrutura já realizados, antes de impulsionar nôvo ciclo de descentralização?

INTERIORIZAÇÃO ECONÔMICA

Finalmente, pelo menos ligeira referência merece a questão da correlação, não só desejável, mas essencial mesmo, entre ações a desencadear em campos distintos — o político e o psicossocial, em relação ao econômico.

A decisão de interiorizar a economia deve ser, necessàriamente será uma decisão política que se requer complementada, se dela não haja derivado, por uma diretriz definindo inclusive, no plano do território, as grandes linhas de expansão, num verdadeiro esquema da grande manobra da integração territorial e humana, a realizar.

E já que a problemática se inscreve entre os têrmos opostos de centralização e descentralização, importa decidir também quanto à justa posição a tomar nos campos político e psicossocial. As combinações são múltiplas, não se esgotando no simples paralelismo da centralização ou da descentralização, em grau comparável, em todos os campos. Fórmula aceitável bem poderia ser a da descentralização econômica com a da centralização política, por exemplo.

Mas isso apenas evidencia a complexidade do tema, sujeito a gradações, e merecedor, pois, do amplo debate que se abre nas páginas dêste jornal.

Que os ligeiros comentários acima feitos ajudem à análise, com base nas lições dos mais doutos — foi afinal nossa despretensiosa intenção.

O DESCONTÍNUO ECONÔMICO DO INTERIOR

GLYCON DE PAIVA

"O Amazonas é o maior terreno baldio do Mundo"
NELSON RODRIGUES

A simplicidade geográfica do Brasil, a ausência de áreas desérticas ou calotas glaciais, a vegetação densa e a drenagem rica deu tudo isso aos brasileiros, desde a *Carta de Pero Vaz*, a errada noção de que o país é destinado, com o correr do tempo, à uniforme ocupação pelo homem, até o cabal povoamento, por igual, do espaço político.

Nunca foi discutida em profundidade a razão fundamental da ocupação, que é a viabilidade de economia rentável no espaço a ser ocupado. Fizeram-na postulado. Jamais foi objeto de consideração a noção de que os preços nacionais devem ter por limite superior os internacionais, para que o consumidor seja atendido sem injustiças. Porque tendem a nivelar-se, na extensão das áreas oceânicas, dada a relativa modéstia dos fretes marítimos em relação ao valor das mercadorias transportadas, os preços FOB. Passam a diferenciar-se com o adentramento delas, dada a importância ràpidamente crescente do frete terrestre adicional.

Isso tende a eliminar de aproveitamento aquelas regiões do *interior* desprovidas de massas minerais pesadas e importantes à civilização de ocupação, como carvão, petróleo, calcário e metais, sujeitas ao jôgo da dependência mineral internacional.

Têm como substrato psicológico essa infundada crença no caráter ilimitadamente ecumênico da ocupação pelo homem, a reduzida densidade demográfica do *interior* (menos de dois habitantes por km2) e a gratuita convicção de que, com o passar dos anos, terá de aumentar substancialmente.

A experiência universal diz ser inclinação das populações dos países de extensão continental caminhar para o litoral e, por via de consequência, para as cidades do litoral. Isto é interpretado, entre nós, como vício nacional, do qual cumpre corrigir a população brasileira. Foram muitos os remédios alvitrados: pregação da *Marcha para o Oeste*, no tempo de Vargas; construção de *Brasília*, no de Kubistchek; da *Zona Franca de Manaus*, no de Castelo Branco, e o *Projeto Rondon*, no Govêrno Costa e Silva.

Não tem curso, entre nós, a suspeita de que a baixa densidade demográfica do *interior* depois de três séculos de História é dado definitivo, significando o pronunciamento espontâneo das populações sôbre a sua baixa rentabilidade como um todo.

Examinará o artigo a situação em países da família do Brasil, isto é, extensos e de alta continentalidade. Para daí deduzir regras gerais de comportamento e de interação entre população, geografia e economia.

Caracteriza-se a existência, em qualquer dêles, de um *écúmeho* justolitorâneo do oceano ou de grandes massas de água doce (sistema dos grandes lagos americanos) e de um *descontínuo econômico interior*, onde se pratica economia apenas em tôrno de pontos de concentração de recursos minerais ou de potencial hidráulico.

Será aplicada ao caso brasileiro a lição que da revista fôr haurida, como tentativa de convocar o pensamento nacional para a natureza da ocupação do interior continental, que parece ser posse mediante aplicações maciças de capital em pontos isolados e não posse mediante massas humanas emigradas, colonizando agricolamente áreas extensas.

AUSTRÁLIA

Tem pouco menos de 8 milhões de km2. Corre, de leste a oeste, por 3 600km, distância de Perth a Sidnei e de 2 600km de norte a sul, de Adelaide a Normanton. Desenvolve-se o *ecúmeno australiano* por pouco mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, cêrca de 12% do domínio político. Dispõe-se como o *ecúmeno atlântico sul-americano*, sensìvelmente entre as mesmas latitudes, embora menos interiorizado. Tem Sídnei, maior cidade da Austrália, a latitude de Buenos Aires; a latitude e a importância de Natal, no Brasil, Cape York, no Queensland.

Arruma-se o ecúmeno como referido entre a montanha e o mar, ao longo da costa oriental do país, São Melbourne, ao sul, Sídnei ao centro e Brisbane, ao norte, suas principais cidades. Concentra-se nelas quase a metade da população da Austrália. Vivem tôdas de comércio e da indústria. Localiza-se a 250km ao sul de Sídnei, a *Brasília* australiana, *Canberra*, cidade administrativa de 60 000 habitantes, inventada em 1927, para atender pendência sôbre predomínio político disputado por Melbourne e Sídnei. Teria colocado êsse tipo de solução, caso aplicado entre nós, isto é, localização do poder político à meia distância dos pólos econômicos, no platô do Itatiaia, a capital do Brasil, a meio caminho para Caxambu.

Foi diferente a concepção brasileira: buscamos situar a capital no centro da gravidade do domínio político, na esperança de que pudesse agir como catalisador econômico, para lá atrair o centro demográfico do país.

Buscou-se, no Brasil, alargar o *ecúmeno* justolitorâneo mediante a construção de uma cidade de um bilhão de dólares e que requer 200 milhões de dólares por ano para ser operada. É evidente a impossibilidade do catalisador ativar a reação econômica, pois foi pôsto fora do reator.

A população do continente autraliano se aproxima de 11 milhões de habitantes. É das mais baixas do mundo a mortalidade, nove mortes por 1 000 habitantes ao ano; é dupla da mortalidade a natalidade, o que determina crescimento vegetativo de apenas oito por 1 000 habitantes ao ano, a quarta parte da cifra homóloga brasileira.

Para tornar mais difícil o quadro, a população da Austrália é altamente urbanizada (70%). O país é desenvolvido, tem renda elevada e um produto de 13 bilhões de dólares. A agricultura e a criação de boi e de carneiro são indústrias de grandes companhias, capazes de grande escala e alta produtividade.

Ao contrário do campo, as cidades australianas faturam, pelos serviços que entre si prestam aos seus habitantes, geralmente técnicos de nível médio e pelas pequena e média indústrias. Assim é que o campo é latifundiário e a cidade tem a tendência individualista e dispõe de emprêsas nessa escala.

A Austrália é extremamente vulnerável a um ataque chinês que faça escala na Nova Guiné. Mas o Govêrno australiano não tem o propósito de estimular o povo para ocupar densamente o imenso território, apesar da potencial ameaça amarela. *Provàvelmente não acredita que segurança nacional decorra da ocupação por pessoas.*

Ainda aqui, a ocupação punctiforme do vazio demográfico australiano, que toma conta de oito décimos do país, se faz pelas grandes companhias ganadeiras; pelas grandes emprêsas mineiras americanas e japonêsas que aproveitam os depósitos ferríferos do Noroeste da Austrália e a bauxita do gôlfo da Carpentaria, *em associação com o Govêrno ou com emprêsas australianas.*

UNIÃO SOVIÉTICA

Tem a União Soviética o mais extenso país do mundo, por maior dimensão, cêrca de 10 000 quilômetros. Alonga-se de Leste para Oeste do mar Báltico e do mar Negro até os mares de Bhering e Okhotsk. A largura da União Soviética, cêrca de 2 200 km, dispõe-se no rumo meridiano, do mar Cáspio ao mar de Barent: ou da alta Ásia até o oceano Ártico.

Empresta à União Soviética a maior continentalidade do mundo, o fato de o oceano Ártico não ser navegável durante a maior parte do ano. Torna-a antieconômica para a agricultura, criação de gado e indústria, três quartas partes de seu território. Dos 22,4 milhões de quilômetros quadrados do extensíssimo país, apenas 5,5 milhões são ecumênicos. No triângulo Leningrado, Nova Odessa e Omsk acham-se localizadas 200 milhões de pessoas. A maior parte do produto nacional russo — 250 bilhões de dólares, é integrado nessa área triangular. A geografia do país, combinada com a alta continentalidade, explica a situação definitiva de aproveitamento, essencialmente estabelecida em quase mil anos de história econômica.

É todo o sul da União Soviética, do mar Negro ao lago Balkach, limítrofe com a Turquia, o Irã e o Afeganistão a estepe russa, com 3 500km de comprimento e 1 500 km de largura, abarcando 5 milhões de km2. Aí se localizam os desertos de Karakum e Kisikum, em tôrno do mar de Aral. Tem essa imensa região menos de um habitante por quilômetro quadrado.

Desdobra-se do outro lado, no extremo Norte, ao longo de 6 500 quilômetros de comprimento e 1 000 de largura, a *tundra russa*, antieconômica a não ser em certos pontos de eleição que se revelaram mineralizados.

Alonga-se a leste dos Urais, abrangendo quase tôda a Sibéria, a *taiga*, floresta de coníferas mirradas como o abeto, a bétula, o álamo e o olmo.

Possui a Sibéria, todavia, notável potencial hidráulico, nas cabeceiras do Ienessei e do Obi. A contribuição da Sibéria para o produto russo é essencialmente constituída por minerais, metais, eletricidade e papel, mas não representa mais que 10% do produto nacional da União Soviética.

É, além da conexão aérea, a única ligação do ecúmeno com a Rússia asiática o *Caminho de Ferro Transiberiano* cuja estação terminal, em águas ligadas ao oceano Pacífico, é Nicolaievstk.

A maneira de aproveitar uma região imensa como a Sibéria, com 11 milhões de quilômetros quadrados, foi, pois, a de estabelecer grandes centrais hidrelétricas no alto Ienessei e no alto Obi (Kranodiarsk, Bratsk, Rkoutsk) e aí fazer indústria metalúrgica (ferro e metais não ferrosos). Constituíram-se, assim, centros metalúrgicos para adensamento econômico de minérios diversos, que só dessa maneira podem pagar o dispendioso frete para o remoto ecúmeno. A indústria de madeira e papel e a agricultura são subordinadas às atividades mineira e metalúrgica.

Êsse programa de aproveitamento foi possível graças ao petróleo de Meghion e Angarsk e ao carvão de Karaganda. Trata-se, como se repete, na Sibéria, de ocupação de território por pontos de eleição, mediante maciças aplicações de capital e de tecnologia.

Há mais de 15 milhões de kW instalados na Sibéria, investimento da ordem de 3 bilhões de dólares, montante da dívida externa do Brasil. Não ultrapassa a população global estabelecida na Sibéria, 15 milhões de pessoas, após 50 anos de investimentos, a maior parte concentrada nas cabeceiras do Obi e do Ienessei. — É o restante do território siberiano imenso vazio demográfico interrompido por pontos de povoamento, em tôrno de meia centena de centros de mineração, campos de petróleo e bacias de carvão.

A ênfase econômica recai na produção de metais e de energia e não de produtos agrícolas ou da floresta. Êsse é um característico do tipo de aproveitamento dos *descontínuos econômicos interiores.*

CHINA

Estende-se a China por 9 736 000 quilômetros quadrados. Contém população de 735 milhões de pessoas, a qual aumenta, anualmente, de 12 milhões. Debruça-se sôbre o *mar da China* e o *mar Amarelo*. Mede 3 600km de fronteira com o Vietname do Norte ao sul, até a Rússia, ao norte, no extremo setentrional da antiga Manchúria; e 4 000 quilômetros de Xangai, no mar da China, até quase o Pazaquistão.

Abarca o *ecúmeno chinês* apenas 2,7 milhões de quilômetros quadrados, na China pròpriamente dita e a Mandchúria. Aloja-se, ao centro das frações ecumênicas da China, a planície de Pequim, bêrço da nação. Adentra-se a fração ecumênica — *China própria*, com 300 pessoas por quilômetro quadrado, 1 100km pelo continente asiático. É o restante ocidental não ecumênico do país imenso vazio demográfico, com 7 milhões de km2, um habitante por quilômetro quadrado apenas.

Abrange os Alpes do Sestchoaquan, o *Altiplano Tibetano* (bacia do Pamir). Denomina-se de *Alta Ásia* êsse vasto trato de terra. O *não ecúmeno chinês* é rico de minerais metálicos e não metálicos.

Apresenta o *ecúmeno chinês* justo litorâneo sôbre o mar da China, topografia tormentada, lembrando o relêvo do centro de Minas Gerais. As terras mais íngremes são reflorestadas; constituem as escassas terras planas, os leitos maiores do *rio amarelo*, o *Huango-ho*, meandriando em fertilíssima planície feita de *loess*. Vive a China de arroz, algodão, soja, chá, milho, cana-de-açúcar e girassol.

Os animais domésticos reduzem-se a galinhas, patos e porcos. — Da população, 86% vivem no campo, em *comunas de trabalho*, produzindo anualmente cêrca de 220 milhões de toneladas de alimentos e fibras de vestir. A população urbana, cêrca de 100 milhões de pessoas, presta serviços e atende a indústria, tôda localizada em tôrno de Pequim, Nanquim, Hou-Pei, Xangai.

A China é o mais notável exemplo da tendência dos países de dimensão continental de se subdividirem em ecúmeno justolitorâneo, densamente povoado, e em *descontínuo interior*, ocupado pelo capital aplicado em pontos isolados bem definidos.

Alega-se frequentemente em relação a países dêsse tipo que o *interior* não está povoado porque a nação é jovem (Austrália, Canadá, Brasil), mas que um dia o será. Ora a nação chinesa despontou na bacia do rio Amarelo a 2 500 anos antes de Cristo. No ano 249 antes de Cristo, construiu o povo chinês uma muralha de 2 000km de extensão, do mar Amarelo até o Altiplano separando-o do oeste. Trata-se da *Grande Muralha da China*, bem conservada e notável atração turística. *Em suma, em 4 500 anos de civilização, o povo mais numeroso da Terra, não se adentrou por ela mais de 1 200 quilômetros do mar.* E repara-se que, no ano 1275, Marco P[illegible] percorreu, saindo do Mediterrâneo, a *Estrada [illegible] Sêda*, chegando a Pequim através da bacia do Pamir, pela Alta Ásia.

Prossegue intacto o vazio demográfico do oeste chinês, apesar da existência da via de transporte e dos séculos escoados, como mero campo de provas atômicas ou sítio de uma e outra mina de tungstênio, de molibdênio ou de zinco.

ECÚMENOS SUL-AMERICANOS

Para boa compreensão cumpre distinguir entre continente sul-americano, domínio político de onze soberanias nacionais, com jurisdição sôbre 18 milhões de quilômetros quadrados, e o *ecúmeno sul-americano*, com 4,7 milhões de km2.

Êste é essencialmente constituído por duas formações justalitorâneas, uma pelo Atlântico e outra pelo Pacífico, como se vê da tabela:

ECÚMENOS NA AMÉRICA DO SUL

Ecúmeno	Áreas (milhões km2)	População (milhões de hab.)	*PIB* (bilhões de US$)	*PM* (bilhões de US$)	Densidade demográfica (hab/km2)	Atividade mineira %	Dólar mineiro por hab.
Atlântico	3,5	110	40	0,8	35	2%	7
Pacífico-Caribiano ...	1,0	50	20	3,5	50	17,5%	70
Chileno	0,2	9	4	0,6	45	15%	67
O Brasil no ecúmeno atlântico	3,0	80	25	0,4	38	1,6%	5

Do exposto resulta:

a) Quase todos os países sul-americanos, exceção do Uruguai, possuem vazios demográficos interiores, nas seguintes proporções:

País	Proporção
Brasil	65%
Argentina	50%
Peru	45%
Bolívia	65%
Equador	20%
Colômbia	55%
Venezuela	55%
Guiana	90%
Paraguai	65%

Não há campo para exercício da pressão demográfica internacional para ocupação dos vazios por parte dos países sul-americanos;

b) A faixa ecumênica tem 900 km de largura no *ecúmeno atlântico* e menos da metade dêsse número no *ecúmeno pacífico-caribiano*.

c) Tem quase 3 milhões de quilômetros quadrados, o *ecúmeno brasileiro*, território ocupado pela população empenhada em realizar o produto nacional. Conta 80 milhões de habitantes. Fatura, em estimativa educada, 23 bilhões de dólares por ano. Contrai-se sôbre o litoral continuamente, pela urbanização progressiva à taxa de 4,4% ao ano. Não passa de 1,6% ao ano o aumento demográfico na zona rural de ecúmeno. Tem o restante do país — 6 milhões de km2, a densidade demográfica de 2 hab/km. Exerce-se aí, a única atividade econômica compatível com o *descontínuo*: a circunscrita a pontos. Aproveita concentração local de recursos naturais, alguns: o estanho de Pôrto Velho ou o manganês do Amapá. Alimentam-se outros de subsídios: orçamentário no caso de Brasília; aduaneiro, no caso de Manaus. Proíbe uma economia areolar a alta continentalidade do interior, muito distante dos mercados. Requer, cada ponto, aplicações maciças de capital e de tecnologia, sôbre concentração de recursos naturais. Para vencer, competitivamente, o longo transporte até o mercado litorâneo serão localmente transformados em riqueza de alta densidade econômica.

Prega-se: precisamos de gente para ocupar tais espaços. Jamais serão ocupados na realidade de maneira areolar. Senão que para produzir lista reduzida de bens, de valor unitário elevado, em pontos de eleição. Atrairão tais pontos a sociedade afluente do mundo inteiro, em busca de sol, de água, ar puro, floresta, caça, pesca e aventura. A prestação de serviços de turismo faturará centenas de milhões de dólares por ano, nas condições excepcionais do interior para o propósito;

d) Para obstar erros grosseiros de investimento, cumpre compreensão genuína da natureza do nosso território de alta continentalidade. Inadvertidamente, tem-se tentado estender ao *descontínuo econômico do interior* a política infra-estrutural aplicável ao *ecúmeno areolar*. Estão desertas, como no dia em que construídas as estradas de asfalto abertas no descontínuo. Não dispara o asfalto, por si mesmo, o produto;

e) A integração econômica da América do Sul, tema que emerge com grande intensidade nos últimos anos, deve ser baseada em vinculação rodoviária entre os ecúmenos sul-americanos.

O ECÚMENO SUL AMERICANO E O DESCONTÍNUO ECONÔMICO INTERIOR

CONTRIBUIÇÃO DA EMPRÊSA PRIVADA NA ECONOMIA DO PAÍS

OSWALDO MIGUEL FREDERICO BALLARIN

Esquece-se, por vêzes, a contribuição positiva que — com auxílio de medidas governamentais específicas ou de favores fiscais, ou sem êles — a emprêsa privada vem dando e pode dar ainda mais, se fôr bem compreendida, para o desenvolvimento da nossa hinterlândia — uma das facêtas do que se convencionou chamar "interiorização da economia brasileira."

Por isso, apesar da prudência com que se deve considerar qualquer generalização, achamos interessante citar dois casos concretos. Pela sua natureza, entrelaçam-se e podem perfeitamente demonstrar as possibilidades de *integração* em determinadas regiões.

Pode-se dizer que a raiz do nosso problema agrícola está na produtividade assim entendida: não apenas a maior produção quantitativa por área cultivada, mas também a *regularidade* desta produção, evitando-se as grandes variações sazonais e o desperdício.

carecimento da produção — necessidade de estocar, durante vários meses, grandes quantidades de produtos industrializados durante o curto período das águas, donde resultam elevadas despesas de armazenamento, financiamento dêsses estoques, etc.

Para obviar êste inconveniente no interêsse do produtor e no da indústria, uma emprêsa realizou, por intermédio de um serviço especializado, uma pesquisa na região de Pôrto Ferreira, para a qual contou com colaboração e boa vontade de número apreciável de fazendeiros.

O gráfico seguinte resume o resultado dêsse trabalho:

Verifica-se imediatamente que nas fazendas onde foram mantidos os métodos tradicionais, sem, portanto, a aplicação de técnicas mais evoluidas, a produção obedeceu ao ritmo habitual com *grandes* altos na época das águas e *grandes baixos* na época das sêcas, ao passo que aquêles fazendeiros que aceitaram os novos ensinamentos — e os aplicaram — conseguiram, não apenas aumentar a produção em seu todo, mas, o que é talvez ainda mais importante, chegaram a *achatar a sinusóide*, garantindo maior regularidade à produção.

PRODUÇÃO DE LEITE
COM E SEM ORIENTAÇÃO

Ora, é sabido que a produção de leite é cíclica, atingindo a sua curva sinusoidal o ponto mais elevado no período de janeiro a março de cada ano (época das águas) e o ponto mais baixo na entressafra, ou seja de maio a agôsto (época das sêcas). Em certas regiões, a produção desce na época das sêcas as cifras mínimas, representando, às vêzes, menos de 20 por cento do total atingido durante as águas. Compreende-se que estas grandes oscilações apresentam enormes inconvenientes: impossibilidade, por vêzes, do aproveitamento de todo o leite produzido nas águas, necessidade para as indústrias de disporem de instalações capazes de absorver o máximo de matéria-prima disponível nas águas — havendo assim no resto do ano considerável capacidade ociosa — e, portanto, um en-

Experiências como estas, igualmente bem sucedidas, foram também realizadas em outras regiões, demonstrando-se assim a possibilidade de uma generalização para o desenvolvimento agrícola interior.

Este desenvolvimento desencadeia outro de natureza altamente benéfica que é a agroindústria, como demonstra outro estudo feito num esfôrço de *medir* o progresso proporcionado a certas zonas do interior. No entanto, para se chegar a conclusões que tenham certa base científica, torna-se necessário delimitar a zona de estudo e os fatôres que possam ter influência nos resultados e, sobretudo, que haja meio de fazer comparações com uma *zona testemunha*. Ficam assim prejudicadas, num estudo dessa natureza, aquelas zonas em que tenham sido instaladas, em épocas diferentes, indústrias diferentes sujeitas a condições diferentes.

Escolheu-se por isso, para êste estudo, um caso que pareceu oferecer condições ideais. Trata-se da zona de Ibiá, no oeste do Estado de Minas, onde, até 1963, *não havia* indústrias. Procurou-se outra cidade da mesma zona do mesmo Estado, localizada, porém, fora da zona de influência direta de Ibiá, e que oferecia condições econômico-sociais mais ou menos semelhantes, no caso Manhuaçu. Coligidos os dados estatísticos do IBGE relativos a essas cidades, para aquêle ano, sôbre vários aspectos significativos da vida e do desenvolvimento, foram obtidos os resultados que revelamos no quadro situado no final da matéria.

No mesmo quadro foram depois anotados os dados oficiais do IBGE para o ano de 1967 relativos às mesmas duas cidades.

Como se pode verificar, ao passo que em Manhuaçu houve pequeno ou nenhum progresso — dizemos mesmo paralisação — na zona de Ibiá, onde em 1964 passou a operar uma fábrica de leite em pó, houve aumento no número de estabelecimentos de ensino, de casas comerciais e da produção em geral, aumento que se tornou possível mercê dos novos investimentos que os fazendeiros da região puderam fazer graças à colocação econômica de sua produção de leite que, aliás, estimulada pela referida emprêsa, foi assinalando um verdadeiro *crescendo*, com repercussões em cadeia em todos os setores de atividade da zona.

Acreditamos que êstes dados e estas comparações nos permitem demonstrar, de maneira cabal, a contribuição que a emprêsa privada bem orientada pode proporcionar, de maneira automática e voluntária, para a interiorização da nossa economia.

IBIÁ E MANHUAÇU

DISCRIMINAÇÃO	IBIÁ 1964	IBIÁ 1967	MANHUAÇU 1964	MANHUAÇU 1967	AUMENTOS % IBIÁ	AUMENTOS % MANHUAÇU
POPULAÇÃO						
URBANA	8.760	16.014	16.086	16.578	+ 82,8	+ 15,5
TOTAL	12.320	21.500	46.502	50.223	+ 74,5	+ 8,0
COMÉRCIO E INDÚSTRIA						
ESTABELECIMENTOS DE VENDAS A VAREJO ESTABELECIMENTOS DE VENDAS P/ATACADO	121	140	156	160	+ 15,7	+ 2,6
INDÚSTRIAS						
UNIDADES	38	44	87	93	+ 15,8	+ 6,8
PRODUÇÃO AGRÍCOLA						
ARROZ (1)	6.300(1)	6.400(1)	781	853	+ 1,6	+ 9,0
CAFÉ (1)	10.400(2)	50.000(2)	6.390	6.905	+380,8	+ 8,1
FEIJÃO (1)	470(1)	1.406(1)	1.692	1.752	+199,1	+ 3,5
MANDIOCA (1)	900	3.400	—	—	+277,8	—
ENSINO						
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIMÁRIO	21	34	83	—	+ 61,9	—
LICEUS E ESCOLAS NORMAIS	2	2	5	—		
COLÉGIOS DE CURSOS SECUNDÁRIOS	—	1	—	—	+ 100,0	—

GRANDE FATO DO ANO FOI A INAUGURAÇÃO DA CASA DA INDÚSTRIA

A inauguração da Casa da Indústria, numa festa que coincidiu com a posse da nova diretoria, foi um dos acontecimentos marcantes registrados na vida da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais em 1968, ano em que a entidade representativa da vida industrial cumpriu um dos períodos mais movimentados de sua história, mostrando-se atuante e vigilante em todos os fronts da luta pelo desenvolvimento econômico mineiro. Na FIEMG, 1968 foi o ano da analização do I Seminário sôbre o Triângulo Mineiro, que reuniu cêrca de trinta municípios daquela região de Minas, foi o ano do I Ciclo de Estudos sôbre a Integração Emprêsa-Escola, que reuniu perto de cem organizações educacionais, foi o ano de inúmeros seminários, ciclos de estudos, cursos e campanhas de repercussão, entre as quais a da redução da alíquota do ICM, a sugestão de mudança dos critérios da política de incentivos fiscais, necessidade da elaboração do estatuto do capital estrangeiro, a organização de uma frente de luta em favor da economia mineira, a elaboração de estudo como sugestão de Minas para o Programa Estratégico de Desenvolvimento

OUTRAS PROMOÇÕES

Além das promoções já citadas, a FIEMG realizou, em 1968, a Semana da Indústria, com a entrega de títulos a dezenas de pioneiros da indústria de várias partes do Estado, o Seminário do Comércio Internacional, sob o patrocínio também da Utramag, IDORT e Fundação Getúlio Vargas, o Seminário sôbre a Atualização Fiscal, o Ciclo sôbre a Atualização Fiscal, o Ciclo sôbre Comércio Exterior, o Seminário Nacional de Desenho Industrial, o Seminário sôbre Integração Emprêsa-Fisco.

No Seminário sôbre o Triângulo Mineiro foram reunidas duzentas e cinquenta reivindicações, encaminhadas às autoridades competentes e no Ciclo de Integração Emprêsa-Escola foi feito um documento que alcançou repercussão nacional, propondo a reformulação do ensino brasileiro em seus diversos planos.

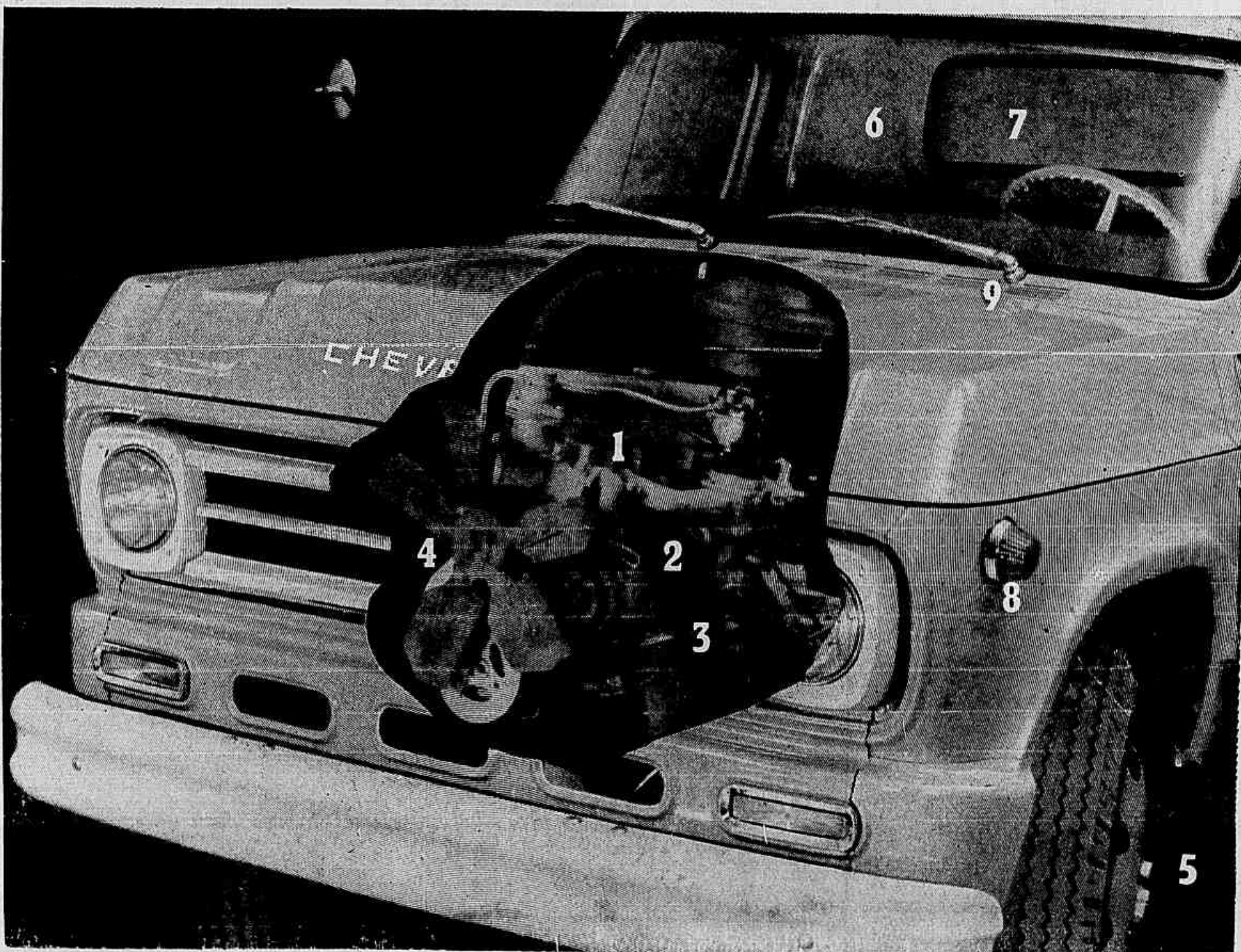
A entidade lutou, em todos os fronts, em favor da economia mineira, assumindo posições firmes e vigorosas na defesa dos interêsses do Estado, como aconteceu, por exemplo, no caso de Barreiro Grande.

CURSOS

A movimentação feita pela FIEMG, no setor de cursos, foi intensa em 1968. Foram ministrados, para industriais e funcionários categorizados de emprêsas industriais, cursos de Rotinas Trabalhistas, Previdência Social, PERT, Remuneração do Pessoal, Comércio Exterior, Leitura Acelerada, Prevenção de Acidentes, Orientação contra Incêndios tendo sido distribuidas centenas de certificados de freqüência. A maioria dos cursos contou também com o patrocínio, através de convênio, da Utramig.

EXTERIOR

Dois dirigentes da Federação integraram missões oficiais que estiveram no exterior, recolhendo dados e indicações de interêsse da indústria. Foram êles o Sr. Hélio Pentagna Guimarães, que foi ao Japão e o Sr. Taft Alves Ferreira que foi a Genebra.

A Federação recebeu, na Casa da Indústria, representantes canadenses, japonêses, soviéticos, uruguaios, argentinos, tendo feito uma ampla divulgação dos produtos mineiros no exterior, através da intensificação de atividades do Departamento de Comércio Exterior. Foram distribuídos mil exemplares do Anuário Industrial entre as diversas representações brasileiras no exterior e foi dada ampla divulgação, entre as emprêsas, das ofertas para aquisição dos nossos produtos formulados em outros países. A FIEMG participou, apresentando várias teses do Congresso de Comércio Exterior realizado no Rio.

O PROBLEMA DA ENERGIA NO BRASIL

MAURO THIBAU

I — ESCLARECIMENTO

As observações feitas a seguir referem-se ao problema da energia em geral e não apenas ao da energia elétrica. Raciocinando em têrmos de fontes primárias de energia, melhor se pode constatar a situação nacional neste setor uma vez que a energia elétrica é apenas uma parcela da carga energética total, embora sôbre a mesma incidam maiores atenções do público, a ponto de ser corrente a impressão de que a eletricidade é a maior, senão a única expressão do uso da energia pela humanidade. Na realidade, o consumo total de eletricidade, em têrmos mundiais, representa menos de 10% do dispêndio total de energia no mundo e sua apreciação isolada restringe a correta visão do panorama energético global.

II — DISPÊNDIO ENERGÉTICO NACIONAL

Para situar corretamente o problema brasileiro da energia é necessário observar atentamente o assunto sob dois aspectos: as necessidades de consumo de um lado e as disponibilidades de suprimento de outro.

As necessidades de consumo se traduzem estatìsticamente no dispêndio energético.

A Tabela I, a seguir, baseada em dados do Ministério das Minas e Energia, mostra a composição percentual do dispêndio de energia primária no Brasil.

TABELA I

Distribuição Percentual do Dispêndio de Energia Primária no Brasil

Lenha e bagaço de cana	25%
Carvão vegetal	2%
Carvão de pedra	5%
Derivados de petróleo	48%
Gás natural	*
Energia hidráulica	25%
Energia atômica	0%
Total	100%

(*) Inexpressivo.

Observe-se, de início, nesta tabela, a forte incidência ainda existente da lenha no dispêndio energético nacional. Êste fato é bem sintomático do estado subdesenvolvido de grande parte de nosso território, onde o homem procura satisfazer sua pequena demanda energética individual mediante produto extraído da natureza que o cerca, inconsciente, entretanto, do malefício que provoca para o futuro com sua primitiva e ineficiente utilização dos recursos naturais limitados da região onde vive.

Em seguida, cumpre assinalar a extraordinária participação dos derivados de petróleo no suprimento da demanda nacional de energia: cêrca da metade do total. Isto seria sintoma de desenvolvimento não fôra o fato de possuirmos reservas provadas de óleo ainda muito pequenas face nosso consumo e a necessidade de importarmos ainda mais da metade de nossas necessidades.

Por outro lado, a energia hidráulica cujo potencial nacional é dos maiores do mundo, entra com participação relativamente modesta, no total de insumos energéticos: 25%.

Quanto ao carvão de pedra, pouco uso fazemos dêle e embora produzamos cêrca de metade de nossas necessidades, o produto nacional é de custo elevado e qualidade baixa, constituindo um dos mais difíceis problemas de Govêrno.

O gás natural, êsse precioso produto natural, que está rejuvenescendo a economia de civilizações envelhecidas como a holandesa, a bélga e a francesa, lamentàvelmente, ainda não se apresentou em nosso território e, portanto, não contribui para suprimento de nossas necessidades energéticas.

Importante, também, comparar o dispêndio energético brasileiro com a média mundial, valor êste fortemente influenciado pelos países desenvolvidos. A tabela II a seguir mostra com a possível aproximação os números percentuais da composição do dispêndio médio energético total mundial.

TABELA II

Distribuição Percentual do Dispêndio de Energia Primária no Mundo (1)

	%
Lenha e Bagaço	*
Carvão Vegetal	*
Carvão de Pedra	40
Derivados de Petróleo	38
Gás Natural	18
Energia Hidráulica	3
Energia Atômica	1
Total	100

(*) Inexpressivo.
(1) Valôres constantes de publicações das Nações Unidas, aproximados e ajustados à classificação adotada.

A primeira observação a fazer relativamente à composição do dispêndio mundial de energia diz respeito ao importante papel ainda desempenhado pelos combustíveis sólidos minerais notadamente o carvão de pedra. A esta, pelas proporções de suas reservas e pela diversidade de seu uso, antes está começando uma era do que findando seu império. Pode mesmo ser dito que, tivéssemos nós abundância de carvão mineral de boa qualidade, bem mais avançado seria nosso estágio de desenvolvimento econômico. E mesmo nosso inferior produto sulino merece criteriosa atenção pelo menos quanto ao seu aproveitamento químico.

Quanto à energia atômica, observe-se que apenas desponta com significado mensurável no quadro global do dispêndio energético. Sua importância, porém, tenderá a crescer ràpidamente embora ainda confinada aos limites de seu uso como fonte primária de energia elétrica. Entretanto, embora sem muitas possibilidades de substituir os combustíveis minerais como fonte de energia química, têm os materiais físseis imensas possibilidades como produtores de calor em geral além de eventualmente criarem um campo inteiramente próprio como explosivos de elevado rendimento.

Outro aspecto que cabe observar atentamente é o das tendências do consumo, que se traduzem na evolução da composição do dispêndio energético em função do tempo. Na tentativa de traduzir essa evolução, apresentamos a seguir a tabela III que assinala em têrmos de incrementos positivos ou negativos as contribuições percentuais dos diversos componentes do dispêndio energético em âmbitos respectivamente do Brasil e do mundo.

TABELA III

Incrementos da Participação Percentual do Dispêndio de Energia Primária nos Últimos Dez Anos (1)

	% Mundo	Brasil
Lenha e carvão vegetal	*	— 20
Carvão de pedra	— 18	0
Derivados de petróleo	+ 16	+ 8
Gás natural	+ 42	*
Energia hidráulica	— 30	+ 10
Energia atômica	(2)	*

* Inexpressivo.
(1) Compilado de estatísticas das Nações Unidas.
(2) Sem significado em face de inexistência há 10 anos.

Do confronto feito na tabela III, observa-se inicialmente que o Brasil vem reduzindo a contribuição dos combustíveis de origem vegetal, o que de certa maneira revela um aspecto promissor. A participação do carvão de pedra no dispêndio energético nacional vem-se mantendo aproximadamente a mesma apesar de sua substituição pelo óleo como combustível de uso normal, pois o incremento da nossa siderurgia a coque veio substituir o mercado perdido. No total mundial observa-se que o carvão perdeu sua posição relativa, embora em têrmos absolutos continua a incrementar sua contribuição.

O mais espetacular avanço verifica-se no gás natural que quase dobrou sua participação no dispêndio mundial de energia. Cabe ressaltar que o efeito promocional na economia do país que passa a dispor de amplo suprimento de gás natural é maior que a simples expressão do seu poder calorífico, pois sua simplicidade de transporte e uso e possibilidade de emprêgo como matéria-prima na indústria petroquímica tornam-se mais valiosos que a quantidade energética correspondente de outra fonte. Por tudo isso é contristador o fato de até o momento não havermos ainda localizado jazidas expressivas de gás natural em nosso território nem haver muitas esperanças de que venhamos a encontrar uma em futuro próximo.

Outra conclusão muito importante que salta aos olhos ao contemplarmos o panorama global da energia é ainda a relativa pequena importância da energia atômica em seu contexto. Sendo a energia elétrica apenas uma das formas de utilização da energia e não havendo ainda meios do emprêgo da energia atômica sob outras formas como, por exemplo, no processamento químico, o emprêgo de elementos físseis não representarão de per si impacto súbito e violento na economia energética de qualquer país e, por conseqüência, em sua economia geral. Em outras palavras: maior efeito promocional a curto prazo teria sôbre a economia brasileira a descoberta de ampla jazida de gás natural na região Centro-Sul do Brasil que a localização de equivalente depósito de minério de urânio. Não quer isto dizer que se deva abandonar a pesquisa de urânio no Brasil, mesmo porque será mais provável encontrá-lo que o gás natural. A observação vem apenas situar na sua devida proporção a importância inquestionável dos materiais físseis e férteis, mesmo deixando de lado o aspecto militar do seu emprêgo.

Outrossim, vale assinalar que o petróleo continua ganhando terreno, embora não mais com o ímpeto do princípio do século, quando parecia que neste terceiro quartel já teríamos uma economia energética 100% petrolífera. A verdade parece ser que tão grande é a utilização da energia proporcionada ao homem pelo progresso tecnológico que tôdas as fontes novas vão sendo incorporadas ao patrimônio da civilização sem que as antigas percam sua utilidade.

Finalmente, uma observação sôbre a energia hidráulica: seu declínio na participação do dispêndio energético mundial revela antes o esgotamento progressivo dessa fonte nas regiões desenvolvidas do que a opção por outras mais vantajosas. A realidade observada em todos os países é a de que a energia hidráulica constitui uma classe à parte na concorrência entre as diversas fontes de energia primária devido ao seu caráter de perenidade e sua associação em interêsse de outra natureza, mas de caráter muito nobre, e que diz respeito ao uso da água pelo homem civilizado. Assim, a energia hidráulica isolada ou associativamente com outras finalidades dos recursos hídricos sempre mereceu e continua merecendo a mais alta prioridade entre todos os povos que sòmente sustam suas obras nesse setor, quando nada mais resta a aproveitar. Mesmo porque já diziam os antigos que "águas passadas não movem moinhos" e para que a água de hoje mova o moinho é preciso que êle lá esteja. Portanto, a energia hidráulica não aproveitada foi perdida para sempre enquanto o combustível não consumido continua disponível para o futuro.

Canadá, Suécia, Noruega, Suíça e muitos outros países de elevado desenvolvimento econômico comprovam o que foi dito acima. No Brasil, talvez pela própria abundância dos recursos hídricos, existe certa tendência ao menosprêzo por esta preciosa fonte primária de energia que a par de sua perenidade tem sua tecnologia e fabricação inteiramente dominada por nós.

III — RECURSOS ENERGÉTICOS NACIONAIS

A pergunta óbvia que ocorre após a observação do que o país despende em têrmos de energia é: que possuímos para satisfazer a êsse consumo? A resposta pode ser encontrada em várias publicações dos Ministérios das Minas e Energia e do Planejamento e assim se resume:

— recursos hidráulicos abundantes;
— algum carvão de pedra de qualidade inferior;
— pouco petróleo, por enquanto;
— gás natural muito limitado;
— reservas limitadas e antieconômicas de material físsil (urânio), embora existam reais possibilidades de localização de jazidas econômicamente exploráveis;
— amplas reservas de material fértil (tório) cuja utilização industrial depende, entretanto, de evolução tecnológica;
— reservas florestais ainda vastas e terras disponíveis para a silvicultura, porém esta ainda praticada em escala muito reduzida.

O confronto dessa modesta relação com o que anteriormente foi dito como representativo do dispêndio energético nacional revela motivos de bastante preocupação.

Em primeiro lugar, consumimos mais e com tendência crescente os derivados de petróleo cuja matéria-prima é ainda limitada. Dessa forma, todo o esfôrço feito para descoberta e produção do óleo cru nacional é anulado em têrmos de auto-suficiência pelo crescimento da demanda. Em segundo lugar, a eletrificação intensiva como forma de promover o uso da energia hidráulica esbarra em uma série de problemas práticos que inibem ou, pelo menos, retardam o processo. Ainda nestes dias que correm assistimos ao melancólico fim dos bondes elétricos em tôdas as cidades do Brasil onde existiam com várias tentativas de substituição pelos ônibus elétricos e finalmente, por outro lado, acabando no sistema de pequenos concessionários com veículos a tração diesel ou gasolina. Esperemos que a consciência hoje geral da necessidade de implantação de transportes urbanos de massa, que sòmente são exeqüíveis por ferrovias eletrificadas, venha a inverter tão lamentável tendência para o bem, inclusive, da saúde pública.

Entre as poucas das decantadas venturas de que dispomos que justificam um sadio ufanismo por certo estão nossos recursos hidráulicos. Não apenas são abundantes, mas situam-se ao alcance econômico do mercado consumidor. De fato, sòmente o potencial hidráulico conhecido e estudado no Brasil permite satisfazer a nossa demanda de energia elétrica seguramente até o ano 2 000. Entretanto, é da boa técnica apoiar a produção hidráulica com instalações termoelétricas e, no nosso caso, devemos evoluir para proporcionar êste apoio com instalações átomo-elétricas. Digo no nosso caso porque nada indica que tenhamos neste século produção própria abundante de carvão ou petróleo capaz de justificar a reserva de mercado através da suplementação térmica da produção hidráulica salvo no extremo sul onde o carvão nacional encontra na geração de eletricidade seu mais racional emprêgo.

Mas, não resta a menor dúvida de que, no futuro, a energia nuclear constituirá a principal fonte primária da eletricidade no Brasil, quer aproveitando as reservas abundantes e disseminadas de tório, tão pronto o desenvolvimento tecnológico tenha tornado industrial um ou vários dos ciclos à sua base ora em fase experimental, quer utilizando urânio importado ou que venha a ser descoberto. Assim, do ano 2 000 em diante, a produção adicional de energia elétrica no Brasil será em sua maior parte à base de energia nuclear e, se não encontradas jazidas de urânio, nossas reservas conhecidas de tório permitem assegurar o suprimento energético por vários séculos. Esta a razão por que se justifica uma progressiva introdução de instalações átomo-elétricas cuja primeira necessita entrar em funcionamento antes de 1980 a fim de iniciar o processo progressivo de substituição da energia hidráulica após 2 000.

IV — RECURSOS HUMANOS

Determinando a capacidade de um país tanto para produzir quanto para consumir energia estão os seus recursos humanos. Não apenas quantitativos mas, principalmente, qualitativos.

Consumimos menos energia em têrmos absolutos que a Austrália, a Bélgica e a Holanda e, mesmo entre os latino-americanos, somos superados pelo México, todos países de população muito menor. Em têrmos **per capita**, então, é simplesmente contristadora a nossa posição. Pior, ainda, importamos mais da metade dêsse minguado consumo energético.

Não será aumentando nossa população que melhoraremos nossa posição. Cumpre elevarmos qualitativamente o indivíduo para que êle queira e possa utilizar as conquistas da civilização moderna. E esta se caracteriza pelo apetite insaciável de energia sem a qual, da mesma forma que a aeronave, não se consegue o **take off** tão desejado.

Por outro lado, na sustentação do desenvolvimento econômico de um país está a cultura do seu povo. Não conheço povo de elevada cultura que seja pobre, independentemente da ideologia de seu sistema de govêrno. E não existe elevado consumo de energia sem riqueza popular. Enfim, o que procuro dizer é que jamais elevaremos nosso consumo de energia sem elevar antes o nível cultural de nossa gente. A educação significa, para o problema energético, como para todos os outros, a constante básica sem a qual não se formula a solução.

Educar nosso povo para produzir energia e educá-lo, igualmente, para consumi-la, eis a grande tarefa à nossa frente. Para realizá-la, a mobilização deve ser total, desde a formação dos operários especializados até a oferta de condições de trabalho aos cientistas.

Mas há um setor onde a carência de recursos humanos mais afeta a nossa economia energética; é o dos técnicos de grau médio. Êstes correspondem aos sargentos e oficiais subalternos na tropa: sem êles nada adianta formar generais.

Verifica-se neste momento a emergência do problema educacional brasileiro em tôda sua imensa dimensão. Lamentàvelmente tema tão importante serve de pretexto a explorações as mais condenáveis perturbando a eficácia da ação do Govêrno. Entretanto, é muito promissor o resultado da mobilização da consciência nacional para êste magno problema e devemos ter fé na capacidade nacional de superá-lo porque se não o conseguirmos também não conseguiremos ser grande potência que ambicionamos ser e certamente merecemos ser.

O SISTEMA NACIONAL DE BANCOS DE FOMENTO

GARRIDO TORRES

A unidade econômica do Brasil, sob a forma de um grande mercado interno, onde hoje ainda existe dualismo econômico e um arquipélago de mercados, é o que se pode chamar de objetivo nacional permanente. O desenvolvimento claudicante das diversas regiões do país e os desequilíbrios disso decorrentes, que ameaçavam sua integridade física, são fenômenos que ganharam felizmente, a consciência da nação, como problemas graves a resolver com a urgência possível, o que é ilustrado não só com a existência do Ministério do Interior, como pelas diversas agências regionais criadas com o propósito de corrigir aquêles desequilíbrios e integrar o Brasil dentro de si mesmo.

Foi com êste entendimento que coloquei o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a serviço de tal objetivo, procurando suplementar a ação dessas agências do Govêrno brasileiro e para tanto estabelecendo o que chamei de **Sistema Nacional de Bancos de Fomento**, com o que se oferecia uma liderança solicitada, aceita a consentida, pelos bancos regionais e estaduais do país. O BNDE estendia sua assistência sob três modalidades: 1) dava colaboração financeira mediante repasses com recursos obtidos a baixo custo, de fontes estrangeiras; 2) treinava pessoal dos bancos regionais e estaduais (os últimos freqüentemente apenas ensaiavam os primeiros passos mediante recém-fundadas carteiras industriais); 3) auxiliava na reorganização dêsses bancos para aumentar-lhes a produtividade e adequá-los aos fins que se tinha em mira — o desenvolvimento regional. Para atingir os dois últimos propósitos do programa, também foram obtidos recursos extensos da Fundação Ford, ou seja US$ 336 000, que seriam aplicados com o concurso do Massachusetts Institute of Technology, universidade de reputação internacional, onde os estudos de "devolopment Banking" mais desenvolvidos talvez estejam, inclusive à luz da experência adquirida em diferentes áreas do mundo.

Quando deixei a presidência da BNDE, já havíamos firmado cêrca de 16 ou 18 convênios naquele sentido, cobrindo virtualmente a plenitude do território nacional, todos realizados fora da sede do BNDE, isto é, nas próprias áreas para cujo progresso se idealizou o Sistema.

As bases dêste foram, por assim dizer, assentadas em reunião que foi denominada de **Congresso de Integração Nacional** e que se realizou em Salvador, de 12 a 17 de setembro de 1966. O documento que resultou do Congresso e a que se deu o nome de "Declaração da Bahia" explicita, de forma bastante concisa, os propósitos, os meios e a mecânica que foram unaninemente aprovados para pôr-se os bancos de fomento a serviço daquele desiderato.

Não será demais, por isso, transcrever a seguir excertos dêsse documento:

"O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o Banco do Estado da Bahia, promotores do I Congresso de Integração Nacional, e as delegações representativas de tôdas as Unidades da Federação, presentes à cidade de Salvador, reconhecem:

I — Constituir-se a unidade econômica nacional condição indispensável para que todos os brasileiros participem, com iguais oportunidades nos benefícios social e material da civilização. Para tanto, impõe-se alcançar o objetivo nacional permanente da integração econômica das regiões do país de modo homogêneo e harmonioso no todo nacional, para que a segurança da nação seja preservada e promovido o bem-estar do povo brasileiro.

II — A formação de um grande mercado interno assegurará o volume de demanda, que permitirá ao povo desfrutar dos benefícios proporcionados pelas economias de escala, não só na medida em que estas já puderem ocorrer na base da capacidade a variedade da produção existente, mas sobretudo como resultado de um progresso que tenha na própria articulação dos mercados regionais o principal impulso para um desenvolvimento dinâmico e na escala compatível com as dimensões brasileiras.

III — O desiderato de um Brasil econômicamente uno, emancipado e próspero, é objetivo que se torna perfeitamente alcançável se tiver, por base, primordialmente, os recursos humanos materiais e de capital que êle próprio encerra, sem desprezar os recursos que lhe advierem de fora, seja sob a forma de cooperação, seja sob a forma de imigração e investimento, e que contribuírem para acelerar o seu progresso. Para a colimação dêsse desiderato, cumpre assegurar o emprêgo das modernas conquistas da ciência e da tecnologia, que deverão ser incorporadas pela revolução industrial brasileira, que é a grande alavanca para a integração, compreendida a industrialização como um processo de produção que não se restringe ao fenômeno manufatureiro, mas que enseja altos níveis de produtividade em todos os setores da economia.

IV — A obra de integração nacional, ao contrário do que acontece alhures, é grandemente facilitada pelo fato de o Brasil ser compreendido por uma fronteira política comum claramente definida e respeitada internacionalmente. Isto significa que, dados os recursos de que dispõe e o caráter complementar dêstes, pode êle gozar de uma divisão racional do trabalho, segundo o qual cada região produza, de preferência, aquilo que fôr mais vantajasa para ela e para o resto do país.

V — As dificuldades encontradas até agora na realização do transcendente objetivo de uma união econômica, que sirva de base sólida para a federação política, e que provocaram distorções de que muito padece a população brasileira, devem agora ser corrigidas com senso de economicidade, integrando-se o desenvolvimento regional no desenvolvimento global da nação, num movimento dinâmico implícito ao próprio processo de promoção do progresso.

VI — Sôbre um sistema moderno e adequado de comunicações e transportes, e com base na solução dos problemas dos demais setores infra-estruturais, impõe-se o estabelecimento de um sistema de crédito de fomento, inspirado nas peculiaridades das diferentes regiões brasileiras e organizado de modo a atender suas exigências, refletindo a convicção de que a unidade brasileira requer a "centralização política e a descentralização administrativa", na fórmula feliz de Alberto Tôrres.

Dominado por estas preocupações e fiel à sua vocação, vem o BNDE envidando esforços por estabelecer em todo o território da pátria um Sistema Nacional de Bancos de Fomento, que contribua, na esfera do crédito a prazo médio, para consecução dos alevantados propósitos acima mencionados. Diante da reação altamente favorável que tem encontrado sua iniciativa, o BNDE, aliado ao Banco do Estado da Bahia e correspondendo à solicitação que lhe foi feita no Congresso Regional de Araxá, decidiu convocar êste I Congresso de Integração Nacional, com o fim de promover o intercâmbio de idéias, de sugestões e de experiências, que lhe permitissem armar uma rêde de agentes regionais e estaduais, e assim lançar sòlidamente as bases do Sistema referido, já em organização e parcial funcionamento.

Êste é mais um passo firme e resoluto que o BNDE autêntico **Banco da Integração Nacional**, realiza, fiel ao seu papel histórico e estratégico na promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Sua obra de correção das distorções da infra-estrutura econômica e de expansão desta infra-estrutura já significou uma contribuição de inegável valia no rumo da integração. A fase que sucedeu a essa, de financiamento da instalação no país da indústria pesada e básica e de balanceamento entre os grandes setores da produção, foi outra decisiva contribuição nesse mesmo rumo.

Preocupa-se agora o BNDE, não só em consolidar o esfôrço realizado, como em dar-lhe, de forma ainda mais consciente, o cunho regional que os desequilíbrios existentes, de ordem geográfica, estão a reclamar. Esta orientação se situa no centro da política econômica que a revolução instaurou no país, cuja realização satisfatória exige que esta obra seja feita com a participação serena e decidida de tôdas as Agências de Financiamento que já colaboram ou que desejem integrar-se no Sistema Nacional de Bancos de Fomento.

Por esta razão é que os trabalhos do Congresso se concentraram na análise aprofundada dos problemas porventura existentes no tocante ao mecanismo de repasse, à capacitação técnica de pessoal e à organização dessas agências, para assegurar-lhes condições de efetiva operação.

O BNDE, na observância de sua condição de principal executor da política de investimentos do Govêrno, em boa hora concebeu o Sistema de Bancos referido, atribuindo-se o encargo de funcionar como o banco central do Sistema, na convicção de que esta constitui a solução adequada para um país com as características brasileiras.

A motivação básica da convocação dêste I Congresso de Integração Nacional, foi o de permitir às Agências Financeiras proceder a um exame objetivo dos resultados logrados nas operações iniciais do Sistema Nacional de Bancos de Fomento, intercambiar experiências, identificar óbices ao aperfeiçoamento do Sistema, ao mesmo tempo em que se procuraria obter das **Agências de Planejamento, das organizações técnicas, públicas e privadas e das classes produtoras, o conselho e as críticas indispensáveis à maior eficiência operacional do Sistema.** E a escolha da Cidade de Salvador, primeira capital do Brasil, para acolher o I Congresso de Integração Nacional, foi determinada pelo propósito de se remontar às origens da nacionalidade em busca de inspiração para traçar as diretrizes que assegurem a emancipação econômica nacional.

Esta Declaração consubstancia as conclusões alcançadas neste I Congresso e reafirma a adesão das Agências Financeiras de Desenvolvimento aos princípios definidos neste documento e que nortearão as operações do Sistema Nacional de Bancos de Fomento.

A conclusão fundamental ensejada por êste I Congresso de Integração Nacional aponta a ação coordenada e disciplinada das Agências Financeiras de Desenvolvimento não só como imprescindível à colimação daquele objetivo nacional permanente mas principalmente como plena de viabilidade. Alicerça-se esta conclusão na avaliação em conjunto, aqui procedida, dos resultados colhidos pelo Sistema em seus poucos meses de funcionamento. São, de fato, expressivos os saldos favoráveis registrados.

O Congresso de Salvador demonstra, por igual modo, que ainda há muito que conquistar em matéria de eficácia operacional do Sistema. É longo o caminho a percorrer, mas também é firme o propósito das Agências Financeiras de aprimorar o Sistema, para cuja organização decidiram consorciar-se. Neste Conclave identificaram-se com clareza os passos necessários à consolidação do Sistema e à racionalização de suas atividades:

I — Reafirma-se a posição central do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico no Sistema, a qual decorre de sua condição de principal instrumento da política de investimentos do Govêrno federal. O fortalecimeno do BNDE equivale a consolidar e fortalecer a constelação nacional de Bancos e Agências regionais de desenvolvimento.

II — Tem-se como indispensáveis para o aperfeiçoamento do Sistema, no seu papel de instrumento da Integração Nacional:

a) O intercâmbio ininterrupto de idéias e de experiências, e o constante balanceamento dos resultados operacionais do Sistema. Reuniões regionais periódicas constituirão a base do mecanismo de aproximação das Agências Financeiras, culminadas, a intervalos maiores, em reuniões nacionais. O registro tanto das atividades das Agências, quanto de aspectos particulares do desenvolvimento regional, deve figurar em instrumento apropriado à sua transmissão à rêde de organização de fomento econômico;

b) A ampliação dos quadros técnicos, com a concomitante melhoria de sua qualificação;

c) A adaptação progressiva das estruturas administrativas das Agências Financeiras às exigência do progresso de Integra Nacional.

d) A padronização progressiva dos métodos operacionais, respeitadas as peculiaridades regionais e as características dos instrumentos de captação e aplicação de poupanças;

e) Mobilização do concurso técnico e financeiro internacional.

As Delegações presentes ao I Congresso de Integração Nacional ressaltam, ainda, a necessidade de entrosamento entre as Agências Financeira e as Agências de Planejamento:

I — Incumbem-se as Agências de Planejamento, precipuamente, da avaliação do potencial de desenvolvimento, do estabelecimento de diretrizes — ao mesmo tempo, válidas para a região e para o país — e da fixação dos critérios de prioridade que hão de presidir a política de investimentos do Sistema Nacional de Bancos de Fomento.

II — As Agências Financeiras compõem os órgãos executivos da política de desenvolvimento regional. Mas colaboram no esfôrço de planejamento, e suplementam, quando necessário, as atividades das Agências de Planejamento.

III —A integração nacional define-se também como a composição de áreas com dotações heterogêneas de recursos naturais. É indispensável, portanto, que se busque harmonizar, no plano nacional, os planos regionais; os conflitos e choques entre políticos e objetivos regionais de desenvolvimento comprometem o objetivo básico da Integração Nacional.

As Agências Financeiras de Desenvolvimento que se unirem ao BNDE para compor o Sistema Nacional de Bancos de Fomento, ao encerrar o I Congresso de Integração Nacional, reafirmam de modo enfático sua fidelidade ao princípio da liberdade de iniciativa. O empresário privado constitui o agente de cuja ação depende o sucesso de nossos esforços em prol do desenvolvimento do Brasil. Ao homem de emprêsa devemos o progresso ostentado por nosso país; é êle o responsável pela demolição de teses supostamente científicas, segundo as quais seria impossível florescer, em ambiente tropical, o progresso material e cultural que caracteriza e distingue a Civilização Ocidental.

O Sistema Nacional de Bancos de Fomento encontra na Integração Nacional o seu objetivo essencial e no florescimento da emprêsa privada o seu instrumento para a concretização de tal propósito. O Sistema outro fim não persegue senão respeitar a grande verdade enunciada por Rui Barbosa de que a "igualdade consiste no tratamento desigual dos desiguais, na medida de suas desigualdades". Em realidade impossível seria, de outro modo, neste continente que é a pátria, harmonizar a diversidade regional da unidade nacional, preservando-se o maior patrimônio que nos legaram nossos antepassados, que é, precisamente, o milagre da unidade territorial, cultural e política de um Brasil democrático e livre.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO

Entrevista com o Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Sr. Antônio Carlos do Amaral Osório.

Há muito tempo se fazia necessário um encontro entre as entidades representativas das classes empresariais, a fim de tratar dos problemas da comercialização. Êste encontro é determinado por diversos fatôres. Se há, por um lado, a necessidade de incentivar a atualização dos métodos e das estruturas das emprêsas no domínio da comercialização, por outro, releva dar um balanço nas dificuldades atualmente encontradas pela comercialização, notadamente em relação a problemas tributários e financeiros; além disso, a intervenção governamental, direta ou indireta, no domínio da comercialização, está a exigir uma revisão para um nôvo diálogo entre as classes governamentais e os órgãos do Govêrno.

A COMERCIALIZAÇÃO NA ECONOMIA HODIERNA

Com o desenvolvimento econômico, as emprêsas foram assumindo dimensões cada vez maiores. Se escolhermos os ramos que são mais decisivos para o progresso, como siderurgia, eletricidade, indústria automobilística, etc., veremos que a tendência é para a concentração cada vez maior de capitais e para emprêsas cada vez mais gigantescas. Com isso, o problema da comercialização tende a ter importância sempre maior. Uma emprêsa pequena não tem pràticamente influência no mercado, de modo que, quando ela aparece pela primeira vez para exercer uma atividade já conhecida, a procura que ela exerce dos elementos de produção que utiliza e a oferta que faz das mercadorias que produz não terão efeitos perceptíveis no sentido de modificar as condições do mercado. Hoje o lançamento de um produto nôvo por uma emprêsa gigante pode exigir uma preparação prévia de planejamento de alguns anos. Nesse planejamento inclui-se uma análise do mercado dos elementos de produção dêsse produto, indispensável para a mensuração de custos e para a fixação de uma futura política de compras. Além disso, é mister uma análise de mercado relativa ao produto a ser lançado, sem o que não se poderá medir as possibilidades de receita.

Assim, na economia moderna, de grandes emprêsas, a comercialização está presente em tôdas as fases de sua atividade; aliás, mesmo antes do início das atividades, pois sem prévia análise de mercado nenhuma atividade nova se inicia. Na economia de pequenas emprêsas, isto não é necessário, pelo simples fato de, normalmente, sua procura e sua oferta de produtos não terem influência apreciável nas tendências do mercado.

A CONFERÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

O problema da comercialização está assim ligado ao próprio problema do desenvolvimento econômico nacional, ou seja, ao problema de aumento da dimensão da emprêsa brasileira ou, ainda, ao da concentração de capitais, condição indispensável para elevar os níveis gerais de produtividade.

A Conferência Nacional de Comercialização corresponde ao anseio geral de modernização de métodos e de estruturas, que se nota no empresariado brasileiro. Ela portanto não fará mais do que transferir para o plano dos debates públicos aquilo que de mais avancado os nossos empresários, em seus negócios, vêm procurando concretizar.

Na economia, hodierna, as pesquisas da mais variada natureza, seja no campo tecnológico, seja no campo econômico, relacionadas com o produto a lançar e com seus elementos constitutivos ocupam uma posição decisiva. A comercialização assume assim dimensões que nem sequer eram sonhadas no sistema empresarial antigo. As novas condições econômicas dão à palavra comercialização um sentido bem diferente do que êle possuía no passado.

INTERVENÇÃO DO ESTADO

Depois da Segunda Guerra Mundial passou a ter importância cada vez maior, a intervenção do Estado no domínio da comercialização. Essa intervenção tem assumido, às vêzes, entre nós, aspectos irracionais que redundam em prejuízo de uma comercialização eficiente. Mas, hoje, as classes empresariais não podem focalizar o problema de uma maneira unilateral, pleiteando pura e simplesmente a supressão de tôdas as formas de intervenção.

A intervenção estatal na comercialização pode ser direta ou indireta. Entre as formas de intervenção indireta do Estado figura o crédito aos produtos agropecuários, fomentando sua produção e a conseqüente comercialização, com o abastecimento pleno aos centros urbanos.

Êsse importante papel que o próprio Estado desempenha hoje, no campo da comercialização, não é específico do Brasil, pois vemo-lo nas economias capitalistas mais adiantadas, como é o caso dos Estados Unidos.

APOIO GOVERNAMENTAL

Dado o papel que o Estado tem hoje no problema da comercialização, temos procurado nos pôr em contato com as autoridades que no setor oficial estão direta ou indiretamente ligadas ao problema da comercialização, e delas temos encontrado a melhor compreensão e o maior apoio para esta Conferência.

É chegado o momento de empresários e autoridades governamentais darem conjuntamente um balanço nos problemas da comercialização, de modo que resulte daí maior racionalização nas atividades governamentais relacionadas com êsse domínio.

A Conferência Nacional de Comercialização será portanto uma oportunidade para um trabalho conjunto entre os empresários e o Govêrno, trabalho que só poderá ser útil ao país.

Esperamos que a Conferência Nacional de Comercialização tenha das autoridades o mesmo apoio que teve a Conferência Nacional de Comércio Exterior, promovida pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil no ano passado. Nesta, os problemas do comércio exterior ainda apareceram, mas sob outro aspecto: os da técnica de comercialização altamente aperfeiçoada, aplicadas pelos países de economia mais adiantada nos mercados externos onde devemos concorrer com êles, sobretudo com nossos produtos industriais. A Conferência de Comercialização diz respeito assim, especificamente, à preparação de gerentes de vendas para os mercados externos.

MOBILIZAÇÃO GERAL

A Conferência Nacional de Comercialização, no sentido amplo e moderno que ela possui, pretende mobilizar as entidades empresariais de todos os ângulos, as organizações de planejamento e de pesquisa, e mesmo os setores das universidades hoje ligados ao estudo dos complexos aspectos das atividades empresariais.

Será uma oportunidade para um contato informal entre empresários e consultores técnicos, o qual será muito útil para maior compreensão recíproca. Na Conferência será também imprescindível a presença das entidades que representam os veículos de comercialização, atuando notadamente nos campos da publicidade de propaganda.

RENOVAÇÃO CONSTANTE

A importância assumida pela comercialização corresponde a um imperativo impôsto à emprêsa moderna: a renovação constante. O que isso impõe de esfôrço, nos campos técnico e científico, e exige em gastos financeiros, põe em evidência a função dinâmica da emprêsa que se coloca na posição de verdadeiro motor do progresso econômico e social. Ao criarem novos produtos, criam as emprêsas novas necessidades, e o ser humano é tanto mais civilizado quanto mais necessidades possui. A emprêsa age portanto como antecipadora de necessidades, como pioneira do desenvolvimento humano e, para isso, tem de utilizar todos os conhecimentos técnicos e científicos. Produtos que ontem eram privativos de muito poucos como rádio e televisão, constituem hoje objetos de consumo de todos.

Quando a emprêsa moderna antecipa necessidade, não o faz por deter algum poder que lhe permita impor o consumo de determinado produto. Ela o consegue porque antes foram feitos estudos, de natureza científica, visando a descobrir novas necessidades humanas a satisfazer. Assim, a pesquisa científica aplicada ao campo empresarial, e que só pode ocorrer na grande emprêsa, concorre para aumentar a dimensão do ser humano.

Hoje não se compreende mais uma emprêsa que não esteja em renovação constante. A emprêsa que pára de renovar-se, passa a ter nível de produtividade inferior ao de suas concorrentes, o que significa a impossibilidade de obter lucros. O lucro hoje é o prêmio dos que estão sempre renovando. O lucro é o melhor índice de uma comercialização acertada, ou seja, o sentido mais adequado à melhor satisfação das necessidades humanas.

REDUÇÃO DE CUSTOS

O problema crucial da comercialização é o da redução de custos. Pode ser possível tecnològicamente a fabricação de um produto nôvo, capaz de contribuir para dar melhores condições à vida humana. Entretanto, o custo de sua obtenção pode ser extremamente alto (o que nas primeira experiências tecnológicas sempre acontece) para o poder aquisitivo existente. Por isso, a comercialização exige um esfôrço permanente no sentido de reduzir custos. E a emprêsa que não consegue custos reduzidos, na sua atividade renovadora, fica em condições de inferioridade em relação às demais e não poderá manter-se no mercado pela impossibilidade de, nessa situação, obter lucro. O poder de obter lucros depende portanto do poder de reduzir custos. O lucro é o prêmio dos que produzem mais barato, dos que concorrem para levar o confôrto a um número cada vez maior de pessoas.

O LUCRO E SEU VERDADEIRO SENTIDO

Não é possível portanto renovar, nem reduzir custos, ou seja executar um programa racional de comercialização, com a supressão do lucro. Isto hoje constitui uma verdade que já transcende aos próprios sistemas ideológicos. As próprias emprêsas dos sistemas econômicos soviéticos têm dia a dia a sua eficiência medida pelo lucro. Extirpar o lucro de qualquer sistema econômico é portanto condená-lo à definitiva decadência.

INTERÊSSES DO PAÍS

A Confedereção Nacional de Comercialização, pelas idéias que encarna, está profundamente ligada aos mais profundos interêsses econômicos e sociais do país.

COMERCIALIZAÇÃO E IMAGINAÇÃO

Através da comercialização, em sua amplitude atual, estabelece-se uma ligação cada vez maior entre a atividade econômica e a imaginação criadora do homem. No campo da comercialização, temos atualmente a presença na atividade empresarial, do escritor e do artista. Se a literatura diária, em busca de uma expressão mais vigorosa, cria novas palavras, vemos a cada passo, no domínio da comercialização, a propaganda gerando novos têrmos capazes de captar a atenção das multidões.

PROBLEMAS DE EMERGÊNCIA

A Conferência Nacional de Comercialização terá de enfrentar uma série de problemas de emergência, ligados a atual conjuntura do país. São problemas que no momento absorvem bastante a atenção dos dirigentes empresariais e que de modo geral repercutem mais fortemente na média e na pequena emprêsa. Referimo-nos sobretudo às dificuldades, atualmente encontradas pela comercialização, relativas ao problema do crédito e aos encargos tributários.

Tem havido uma pronunciada descapitalização em nossas emprêsas. Mas, às dificuldades financeiras se antepõem sintomas promissores de vigor econômico como é demonstrado pelo ritmo de faturamento das indústrias de São Paulo.

Através da Conferência Nacional de Comercialização vamos fazer um levantamento dessas dificuldades, tais como se apresentam, nas diversas regiões brasileiras. Êsse levantamento será a síntese dos depoimentos que serão prestados, na Conferência, pelos representantes das entidades empresariais radicadas nessas regiões.

PÓLOS REGIONAIS E CRIAÇÃO DO MERCADO PRÓPRIO

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES

A preocupação com a interiorização da economia liga-se, de forma direta, à criação de um mercado interno. A criação do mercado interno, por sua vez, constitui condição básica da retomada do desenvolvimento. A primeira assertiva é evidente. A segunda reclama comprovação.

Esta constituirá objeto principal do presente artigo que estudará, concomitantemente, as políticas a serem usadas na ampliação do mercado interno e, portanto, na retomada do nosso desenvolvimento.

A HISTÓRIA ECONÔMICA RECENTE

1 — A evolução recente da economia brasileira pode ser claramente separada em duas fases. A primeira se estende de, aproximadamente, 1950 a 1961. Sua característica básica foi uma rápida e crescente expansão do Produto Interno e, muito especialmente, do Produto Industrial. Entre 1950 e 1955 a taxa média anual de crescimento do Produto global foi de 5,6% e da indústria de 8,4%. Entre 1956 e 1961 essas mesmas percentagens situaram-se em, respectivamente, 7,0% e 11,2%. De 1962 a 1967 o Produto global cresceu na média anual de apenas 3,9% e a indústria de 3,9%. O produto por habitante subiu em média de 0,7% o que denuncia uma virtual parada do processo de desenvolvimento.

Durante algum tempo se procurou apresentar as dificuldades posteriores a 1961, como crise passageira, destinada a desaparecer assim que voltassem a predominar os fatores dinâmicos da fase anterior, considerada como normal no quadro da economia brasileira. Decorridos, porém, sete anos êsse otimismo se tornou suspeito. A mudança de atitude se reflete claramente nos diagnósticos sôbre a situação econômica brasileira oferecidos pelos dois planos oficiais adotados no país após 1964. O PAEG era nitidamente otimista. Implícita em tôda sua análise da economia brasileira se achava a idéia de que a interrupção do desenvolvimento resultara dos violentos desequilíbrios ligados ao acelerado e desordenado desenvolvimento da fase anterior a 1962. Controlada a inflação, reequilibrado o balanço de pagamento e adotadas mais algumas medidas suplementares, a normalidade seria reconstituída e, com ela, o desenvolvimento. Estávamos, portanto, diante de uma interpretação conjuntural de nossas dificuldades. Medidas de efeito a curto prazo liquidariam os fatôres de anormalidade.

O Programa Estratégico do atual Govêrno surge quatro anos depois. Apesar de algumas vitórias significativas contra os desequilíbrios conjunturais, o PAEG não conseguira produzir a retomada do desenvolvimento. Os autores do nôvo plano adotam, portanto, uma atitude mais sóbria. As dificuldades práticas encontradas para retomada do desenvolvimento decorreriam do esgotamento das possibilidades de substituir importações. Para o futuro, nosso dinamismo dependeria da criação anterior de mercado, o que apresentava dificuldades bem maiores do que uma simples correção de desequilíbrios do tipo conjuntural ou do que as encontradas pelo desenvolvimento anteriormente a 1961. Vejamos com maior cuidado o significado dessa passagem de um período de substituição de importações para outro de "crescimento auto-sustentado" como passou a ser conhecida a meta propugnada pelo Govêrno.

O FIM DO PROCESSO

2 — Quando na decada de 1930 tornou-se patente a impossibilidade de um crescimento baseado exclusivamente em exportações primárias, o Brasil lançou-se numa industrialização voltada para o atendimento do mercado interno. O sistema ficou conhecido como de "substituição de importações." Um exemplo simplificado ajudará a compreender o que se passava. O futuro produtor de geladeiras verificava que o tamanho mínimo de uma fábrica moderna do produto correspondia a uma produção anual de 10 milhões de dólares. Examinando nossas importações de geladeiras, verificava que subiam a 50 milhões de dólares-ano. Logo o mercado interno era mais do que suficiente para absorver uma produção de 10 milhões de dólares. Não se preocupava com os custos porque os ágios dos leilões de câmbio, as tarifas e a lei dos similares lhe garantiam o contrôle do mercado interno. Situação dêsse tipo manifestando-se num grande número de setores deu lugar ao notável surto industrial brasileiro que adquiriu especial intensidade após a Segunda Guerra Mundial.

Vejamos como se apresenta a situação atual em que se reconhece, sem discussão, haverem desaparecido as oportunidades de substituição de importações. Voltemos ao exemplo do fabricante de geladeiras. Suponhamos que nos quatro anos que se seguiram à criação de sua fábrica, êle mesmo ou concorrentes montaram outras quatro unidades de igual dimensão. No fim do qüinqüenio cessaram, portanto, de forma completa, as importações de geladeiras. Para que o crescimento do ramo se mantivesse no mesmo ritmo anterior, indispensável saria que, no sexto ano, nova fábrica, produzindo 10 milhões de dólares de geladeiras, fôsse criada. Dado, porém, que nada mais se importa esta não encontraria como suas antecessoras mercado à sua disposição. Surge então aquela dificuldade que caracteriza a nova fase de nossa economia: cumpre que se crie com anterioridade num mercado que permita a expansão do setor produtivo. O mercado interno tem seu aumento condicionado à expansão do Produto Interno. Suponhamos que, terminado o período de substituição de importações, o Brasil disponha de um Produto Interno no valor de 40 bilhões de dólares com um crescimento de 7% ao ano. Êsses dados são, aliás, bastante realistas. O Produto Interno se expandiria, portanto, ao ritmo de 2,7 bilhões de dólares por ano. Suponhamos ainda (dado estritamente hipotético) que dêsse total 7 milhões de dólares representassem aumento na procura de geladeiras. Surge então o impasse: essa procura suplementar é insuficiente para permitir a criação de uma nova unidade produtiva cujo tamanho, como vimos, situa-se em 10 milhões de dólares. Esta não será portanto criada. Diante disso o Produto Interno, e conseqüentemente o mercado, crescerá ainda menos que o previsto. A razão é fàcilmente explicável. Não aparecendo a fábrica de geladeiras os produtores de chapas de aço, motores, tintas e partes complementares perderão dinheiro porque suas vendas se expandiram menos do que esperavam. No ano seguinte reverão, no sentido da baixa, seus programas de produção o que significará, diretamente, crescimento ainda mais lento do Produto Interno e, indiretamente, desencorajamento da expansão dos seus próprios fornecedores. Tôda essa explicação se refere a um só setor. Supondo-se que na maioria dos outros também desapareceram as oportunidades de substituir importações e, portanto, algo de semelhante se observa, chegamos a uma satisfatória explicação do problema com que hoje se defronta o país.

A causa fundamental das dificuldades presentes pode, todavia, ser mais bem entendida se aprofundarmos alguns aspectos suplementares. Verifique-se o seguinte: o PIB, e portanto se o mercado interno brasileiro, fôsse de 60 bilhões de dólares isto significaria tamanho 50% maior do que suposto anteriormente. Nesse mercado um crescimento de 7% ao ano significaria aumento 50% maior na procura de geladeiras e, portanto, uma procura total do produto de 10,5 milhões de dólares. O obstáculo anterior à criação de nossa sexta fábrica de geladeiras (isto é, procura de 7 milhões de dólares para tamanho mínimo de 10 milhões) teria, pois, desaparecido. Se algo semelhante ocorresse nos demais setores, teria desaparecido o impasse representado pelo fim do período de substituição de importações. Colocando o problema de forma ligeiramente diversa diríamos que o fim do período de substituição de importações não constitui um problema em si. A dificuldade real decorre de o nível do mercado, então alcançado, revelar-se excessivamente baixo. Expliquemo-nos melhor: a dimensão das unidades produtivas típicas de cada setor é determinada pelo tamanho do mercado em que foram pela primeira vez criadas. Equivale isso a dizer que, elas se acham dimensionadas ao mercado dos países de economia avançada, únicos criadores atuais de tecnologia. Para êstes uma expansão anual do mercado da ordem de 4,2 milhões de dólares constitui situação normal. Qualquer país que fique abaixo dêsse nível se verá portanto diante da necessidade de criar unidades produtivas maiores do que as permitidas pela expansão normal do seu mercado. Isto significa problema de dificílima solução.

Assinala-se, para concluir, que se na fase de substituição de importações tal dificuldade não ocorreu, isso se explica pelo fato de que durante o período de desenvolvimento baseado em exportações se criou um mercado interno que não era aproveitado pelos produtores locais. Suas necessidades eram atendidas pelas importações. Ao se esgotarem as possibilidades de um dinamismo baseado nas vendas externas, os industriais do país subdesenvolvido puderam se aproveitar de um mercado formado através dos anos, pela simples exclusão dos fornecedores estrangeiros. Esgotado êsse mercado preexistente passaram a depender da expansão anual da procura interna que, como vimos, se revelou insuficiente.

EXPANSÃO DO MERCADO INTERNO

As soluções para o impasse com que se defrontou a economia brasileira ao se esgotarem suas possibilidades de substituir importações foram objeto de complexos debates teóricos. As alternativas concretas podem contudo ser explicadas de forma relativamente simples.

Observe-se, em primeiro lugar, que a despeito das nossas dificuldades atuais o mercado interno brasileiro é relativamente grande. Êle cresceu, inclusive, com o sucesso da política de substituição de importações que, ao elevar ràpidamente o Produto Interno, alargou, no mesmo ritmo, o mercado nacional. Se, portanto, retomando os dados do exemplo anterior, conseguíssemos elevá-lo de 40 para 60 bilhões de dólares, teríamos contornado a impasse atual alcançando o tão desejado "desenvolvimento auto-sustentado." Ora, estudiosos da economia brasileira mostram que diversos fatôres interferiram para que o mercado resultante do processo de substituição de importações não fôsse tão grande quanto potencialmente possível. Foram os seguintes os três fatôres negativos mais importantes:

a — a prosperidade que caracterizou a economia brasileira na década dos cinqüenta abrangeu fração relativamente pequena da população, localizada em parcela restrita do território nacional. A grande maioria dos brasileiros premaneceu fora do mercado capitalista o que restringiu sensivelmente sua dimensão global;

b — a indústria que nasceu em função da substituição de importações revelou, em média, eficiência relativamente baixa o que constituiu nôvo fator de restrição do mercado. Exemplifiquemos: suponha-se que no Brasil 100 milhões de dólares sejam habitualmente destinados à aquisição de automóveis. Fôssem êstes produzidos a custos duas vêzes mais baixos e o mercado interno absorveria quantidade duas vêzes maior, ou seja, seu tamanho equivaleria a duas vêzes o atual;

c — os dados estatísticos disponíveis revelam que a industrialização recente do país foi levada adiante com uma reduzidíssima absorção de mão-de-obra. Significa isso aumento relativamente pequeno do poder equisitivo global das massas obreiras e, portanto, do mercado.

A primeira maneira, portanto, de alargar o mercado interno consiste em neutralizar êsses fatôres negativos. Nesse sentido três linhas de política econômica podem, desde logo, ser apontadas: a disseminação do desenvolvimento através de grandes investimentos na zona menos desenvolvida do país, que será por êsse meio incorporada à área capitalista da economia; aumento da eficiência dos setores industriais existentes, de modo a provocar substancial declínio de custo; e preços; adoção de técnicas *labour using* que permitam maior absorção da mão-de-obra elevando o salário médio do país.

Adotadas essas medidas, com a necessária amplitude, surge a possibilidade de que o país atinja, sem mais esfôrço, um nível de PIB capaz de assegurar-lhe um "desenvolvimento auto-sustentado." Mais prudente e realista todavia, é supor que tal não será o caso. Cumpre, portanto, adotar medidas suplementares de maior alcance. Os especialistas no assunto aconselham nesse sentido os "blocos integrados de investimentos." Significam êles, em última análise, investimentos que se asseguram mùtuamente mercado. Assim: se num determinado país não há mercado para uma usina siderúrgica, lança-se juntamente com esta uma série de outras atividades consumidoras de aço que, no seu conjunto, assegurarão à emprêsa dominante mercado de dimensões satisfatórias. Ligando-se tal idéia às anteriores temos a sugestão de pólos regionais de desenvolvimento localizados nas regiões menos desenvolvidas do país. Isto é, em vez de se investir nestas de forma dispersa, o esfôrço será concentrado em regiões restritas, prèviamente selecionadas, nas quais serão realizados "blocos integrados de investimentos" no sentido anteriormente sugerido. Teremos assim uma política de desenvolvimento de eficácia garantida mesmo na hipótese de que nosso mercado nacional esteja bastante aquém do nível reclamado por um desenvolvimento auto-sustentado.

Exame superficial da política aqui sugerida dá a impressão de que, do ponto-de-vista espacial, ela é bastante eclética. Proporciona às regiões atrasadas os pólos de desenvolvimento, às adiantadas a política de reorganização e eficiência setorial e, ao conjunto do país, a possibilidade de mais intensa absorção de mão-de-obra. Se considerarmos, todavia, a distribuição das aplicações de capital essa impressão se modifica substancialmente. De fato, a reorganização setorial numa área desenvolvida, caracterizada pela capacidade ociosa e necessidade de técnicas *labour using*, implicará em dispêndios de capital relativamente pequenos. Em sentido contrário, a criação de um pólo significa gastos substanciais não sòmente em atividades diretamente produtivas como em infra-estrutura econômica, social e urbana. Isto é, em têrmos de política de desenvolvimento tal como normalmente considerada (isto é, em têrmos de programas de investimentos) teríamos um deslocamento de tônica em favor das áreas menos desenvolvidas.

A êsse respeito algumas observações suplementares se fazem necessárias. Pôsto que a política sugerida tenha como sua característica principal a instalação de pólos dinâmicos nas áreas mais atrasadas do país, seu objetivo não é a eliminação de disparidades regionais. Visa-se, em última análise, à retomada do desenvolvimento global do país, em ritmo igual ou superior ao que caracterizou a década dos cinqüenta. Assim sendo, a opção entre duas localizações alternativas de um pólo deverá ser feita levando em conta, exclusivamente, o interêsse geral do país. O atraso desta ou daquela região deve ser remediado através de uma política específica de desenvolvimento regional, que atende a objetivos completamente diferentes dos que deverão orientar a criação dos pólos *nacionais* de desenvolvimento aqui sugeridos. Êsse aspecto deve ser sublinhado porque se não fôr tido na devida consideração corre-se o risco de uma multiplicação indefinida de pólos em atendimento a reinvindicações locais e a motivos políticos. Se isso acontecer teremos uma dispersão de recursos que tornará a situação não apenas infinitamente pior que a atual como, possivelmente, irremediável. Para melhor precisar o que temos em mente diríamos que o Brasil não comportará provàvelmente mais do que meia dúzia de *pólos nacionais*. Êstes poderiam se localizar, por exemplo, nas cidades de Vitória, Salvador, Recife, Belém e em mais duas situadas uma no vale do Itajaí, em Santa Catarina, e outra no Centro—Oeste do país na área Goiânia—Anápolis—Brasília. Essas localizações atendem às características de real potencialidade dinâmica, existência de uma infra-estrutura básica e de baixo nível de desenvolvimento da área. Não estamos, por certo, pretendendo mais do que ilustrar o nosso raciocínio. O certo, porém, é que com respeito ao número dos pólos nosso êrro não deve ser grande.

CONCLUSÕES

Encerrando nossa análise gostaríamos de sublinhar alguns pontos básicos. Antes de mais nada, é indispensável que se tome consciência de que os problemas que vitimam nossa economia desde 1962, já não podem ser descritos como exclusivamente conjunturais. Êles já duraram bastante para nos proporcionar um período de semi-estagnação quase igual à decada de intenso desenvolvimento que teimamos em considerar como única normal. O Programa Estratégico do atual Govêrno abriu, pela primeira vez, os olhos ao problema. As soluções que adota não são, todavia, as exigidas para a retomada do nosso desenvolvimento. A explicação dêsse fato se acha no próprio plano. Assinalam seus autores que o triênio atual deve ser considerado como um período de transição. Permanece, portanto, o fato de que as grandes soluções ainda não foram atacadas. E cumpre reconhecer que elas não são fáceis sob nenhum ponto-de-vista. Exigem dos administradores do país, imaginação para equacioná-las corretamente, coragem para resistir às pressões regionalistas e capacidade de liderança para conseguir do país o substancial esfôrço necessário. Essas são qualidades que não se encontram com facilidades. A menos, contudo, que as encontremos no Brasil e a prazo curto, estarão irremediàvelmente comprometidas as possibilidades de nos tornarmos, além de um país grande em têrmos físicos, uma nação política, econômica e culturalmente significativa no cenário mundial.

FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO AUTOMOBILÍSTICA

VICENTE UNZER DE ALMEIDA

Como tôdas as firmas de uma indústria de economia de escala, operando em um país de economia aberta e em processo de crescimento, com um mercado (oligopolista diferenciado) potencial a ser desenvolvido aceleradamente, a emprêsa integrante da indústria automobilística precisa de ajustar a sua escala, antecipando às vêzes às novas dimensões prováveis do mercado, se não quiser ficar para traz, superada pelas rivais.

Isso a obriga a um planejamento de investimento a médio e longo prazos a fim de que a oferta possa ser ajustada aos níveis da demanda mesmo com o risco de certa capacidade ociosa de algum equipamento ou seção de instalação, em conseqüência de problemas de indivisibilidade.

PERÍODOS

Observada a indústria, agregadamente, sob um **approach** dinâmico, torna-se difícil visualizar os períodos e os fatôres condicionantes das variações havidas nos níveis de produção. Feita essa ressalva, vamos dividir o período de 1956-1971 em três, assinalá-los por tendências diferentes. O primeiro vai desde o início das operações em 1956 até 1962 para o conjunto de veículos e até meados de 1959 para os subconjuntos de caminhões e ônibus, quando a produção, definida por uma função linear crescente, no logaritmo, passa a ser caracterizada, no segundo período, por uma hipérbole cujo ramo descendente atinge o seu mínimo em fins de 1963 e começa a ascender em 1964 até 1966.

O segundo período é caracterizado pela rápida elevação da taxa da inflação, que cresce de 13% a.a. em 1958 para 38% em 1959; 29% em 1960; 37% em 1961; 52% em 1962; 74% em 1963 e 82% em 1964.

O terceiro período, iniciado no último quadrimestre do ano de 1967, configura nova tendência expressa por uma função linear crescente no logaritmo, mas com novos parâmetros, diferentes como é natural dos verificados no período inicial, quando novos modelos foram entrando no mercado, a fim de satisfazer a demanda reprimida.

O último período que percorremos atualmente é o que nos interessa.

As implicações das várias reformas estabelecidas pelo Govêrno após 1964 ainda não puderam ser convenientemente avaliadas, já pela falta de estatísticas relevantes, postas ao alcance dos estudiosos dos problemas econômicos, políticos e sociais do Brasil, já por tratar-se de fatos ocorridos recentemente. A normalização política com o conseqüente restabelecimento da confiança nas autoridades e no funcionamento regular das instituições jurídicas, a reforma tributária, a regulamentação do mercado de capitais e desenvolvimento dos intermediários financeiros organizados para a captação de poupanças, a política de contenção de inflação — para apenas citar alguns dos fatôres mais importantes — geraram um clima favorável à retomada do desenvolvimento, especialmente da indústria de bens duráveis e de bens de capital. A eliminação da incidência em cascata do impôsto de vendas e consignações, substituído pelo impôsto sôbre circulação de mercadorias, a redução do ritmo inflacionário, a criação de consórcios para aquisição de carros de passeio, o Finame, e sobretudo a Resolução n.º 45 do Banco Central editada em 1966 — e aqui abrimos um parêntese para homenagear o seu idealizador, economista prof. Roberto de Oliveira Campos — tiveram um impacto no nível da demanda de veículos. É de justiça destacar, também, as medidas econômico-financeiras elaboradas pelo Ministro prof. Antônio Delfim Neto. Observe-se que os preços e a quantidade vendida se elevaram simultâneamente, denotando uma alteração na escala da demanda. Mantida a tendência, a produção de caminhões em 1971 será, provàvelmente, maior do que o dôbro da registrada em 1967, que foi de 27 149 unidades; a de carros de passeio, superior a 40%.

A procura de veículos de carga e ônibus é derivada e crescerá na medida em que aumentar a circulação de bens e pessoas. O desenvolvimento da infra-estrutura e o aumento da renda agrícola terão papel relevantes no crescimento da procura de tais produtos. As perspectivas de longo prazo são boas, mas sòmente as emprêsas bem organizadas, imaginativas e capazes de absorver incessantemente os programas técnicos e científicos manterão, competindo, parcelas ponderáveis do mercado. O Brasil já conta com um número suficiente de emprêsas e deve orientar sua política de modo a evitar que condições artificiais favoreçam o aparecimento ou sobrevivência de capacidade ociosa de possíveis firmas marginais.

AVALIAÇÃO

O assunto central dêste artigo é a avaliação do montante de recursos que serão necessários para a movimentação da produção de tôda a indústria terminal de veículos automóveis, excluídos os tratores.

No quadro n.º 1 são mostrados os recursos financeiros necessários para o triênio 1969-1971.

Como ignorássemos o saldo para 1968, partimos da posição zero e adotamos os seguintes critérios:

1) preços constantes públicos vigentes em setembro de 1968;

2) a parte financiada foi calculada para caminhões e ônibus à base de 80% do montante necessário, e para utilitários e carros de passeio a 70%;

3) as despesas de financiamento foram calculadas à taxa média de 3% ao mês; juros decrescentes;

4) foram considerados os prazos de 18 meses para caminhões e ônibus e de 12 meses para utilitários e carros de passeio;

5) não foi separada a parcela adquirida pelos entes governamentais.

O valor acumulado do financiamento atingirá NCr$ 16,3 bilhões no triênio 1969-1971, mantidos os preços constantes.

As despesas de financiamento calculadas de acôrdo com os critérios supra serão de NCr$ 2,7 bilhões.

Tomando-se ano a ano, as rubricas abaixo apresentarão os seguintes valôres, em milhões de cruzeiros novos:

	NCr$ 10 milhões
1969	
1 — Valor total da produção	4,781
2 — Valor total a financiar	3,502
3 — Despesas de financiamento	0,795
4 — Necessidade de Caixa (Aplicações — Amortizações)	2,572
5 — Saldo acumulado de conta de aplicações	2,572
1970	
1 — Valor total da produção	5,397
2 — Valor total a financiar	3,952
3 — Despesas de financiamento	0,896
4 — Necessidade de Caixa (Aplicações — Amortizações)	0,483
5 — Saldo acumulado de conta de aplicações	3,055
1971	
1 — Valor total da produção	6,140
2 — Valor total a financiar	4,514
3 — Despesas de financiamento	1,029
4 — Necessidades de Caixa (Aplicações — Amortizações)	0,462
5 — Saldo acumulado de conta de aplicações	3,518

A estimativa da demanda de crédito está assim configurada:

Em NCr$ milhões

	1969	1970	1971
Saldo do ano anterior		2 572,5	3 055,9
+ Crédito concedido	4 297,9	4 849,0	5 549,5
— Retôrno (Amortizações)	1 725,4	4 365,6	5 086,7
— Crédito aplicado	2 572,5	4 483,4	462,8
Saldo acumulado de conta de aplicações	2 572,5	3 055,9	3 518,7

Êsses montantes serão cobertos com recursos internos e externos, diretos e indiretos. Os recursos de origem externa representam três quartas partes do total dos investimentos.

Os recursos diretos compreendem os créditos concedidos pelas agências que não se enquadram como intermediários financeiros e bem assim os consórcios, invenção brasileira que tem ensejado o aumento das vendas de carro de passeio.

Os financiamentos externos diretos exercem hoje papel relevante no financiamento dos veículos, especialmente os efetuados por meio de aceites cambiais. Infelizmente não dispomos de uma séria estatística que nos permita uma análise. Alinharemos, porém, algumas cifras e a partir delas formularemos algumas conjecturas.

A posição dos saldos da Conta de Aceites Cambiais no mês de junho de cada ano, na série abaixo, é a seguinte:

Junho	Milhares de NCr$
1959	4 031
1960	7 940
1961	23 019
1962	63 665
1963	110 201
1964	230 063
1965	452 500
1966	1 164 400
1967	2 798 852
1968	3 032 521

A taxa de crescimento dos aceites é avaliada, presentemente, entre 6% a 7% ao mês. Com um incremento mensal de 7%, a posição em dezembro será da ordem de NCr$ 4 550 milhões. Êsse foi nosso cálculo em outubro. O Banco Central informa que o saldo estimado em 31-12-68 alcançou o montante de NCr$ 4 657 milhões.

O Estado de São Paulo representa 56% do valor total dos aceites.

Até setembro de 1968, o financiamento do Finame à indústria automobilística foi aproximadamente de NCr$ 170 milhões, num total de NCr$ 380 milhões. O saldo nessa data a ser aplicado para o financiamento da indústria automobilística é de NCr$ 57 milhões.

O saldo dos empréstimos dos bancos comerciais, inclusive BNB, vem-se elevando desde o início dêste ano até atingir, em 31 de dezembro, a cifra de NCr$ 12 102 milhões. Na mesma data o saldo dos depósitos à vista dos bancos comerciais, inclusive, BNB, era da ordem de NCr$ 14 139,6 milhões.

Embora os algarismos retrocitados revelam uma considerável poupança, será preciso desenvolver novas modalidades de financiamento, bem como permitir que as Caixas Econômicas federais e estaduais apliquem as poupanças no setor, a fim de que o seu crescimento não seja contido pela escassez de crédito e conseqüente elevação dos juros.

Poder-se-ia argumentar que a atividade dos intermediários não bancários poderia, em determinados casos, afetar a própria renda monetária, via velocidade de um dado volume de depósitos bancários e dêsse modo contribuir como um fator de pressão inflacionária. A hipótese, porém, é controvertida e parece que a nossa escassa experiência empírica não a abona, pois as obrigações dos não bancários não têm curso como meio de pagamento. Se por qualquer nova circunstância ela ocorrer, restaria às autoridades monetárias o recurso, inusitado aliás, de sujeitar as companhias de crédito, financiamento e investimento a um encaixe compulsório idêntico àquele requerido dos bancos comerciais. Aliás a Resolução n.º 45 dispõe em seu item XIV que "as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento permanecem dispensadas do recolhimento compulsório de que trata o item IV da Portaria 309, de 30-11-1959, do Ministro da Fazenda".

Dentro das nossas limitações, acreditamos que ficou patente neste modesto artigo a existência de considerável poupança real e potencial que poderão ser canalizadas para o desenvolvimento das vendas dos fabricantes terminais de veículos, encorajando, pois, o investimento no aperfeiçoamento da indústria automobilística.

QUADRO N.º 1

NUMERÁRIO PARA APLICAÇÃO EM FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS

(Preços constantes de setembro de 1968)

Financiamento — Em NCr$ MILHÕES

Ano	Tipo de Veículo	N.º de Unidades a Financiar	Valor Total em NCr$	Parte Financiada	Despesas de Financiamento	Total	Menos Retôrno (Amortizações)	Necessidade Anual de Caixa — Aplic. Amortiz.	Acumulado da Conta de Aplicações
1969	Caminhões	45.900	1.229,2	983,4	280,3	1.263,7	386,1	877,5	877,5
	Ônibus	8.100	327,3	261,8	74,6	336,5	102,8	233,7	1.111,2
	Utilitários	71.700	938,2	656,7	128,1	784,8	359,7	425,1	1.536,3
	Automóveis	186.396	2.286,8	1.600,8	312,2	1.912,9	876,8	1.036,2	2.572,5
	SOMA	312.096	4.781,6	3.502,8	795,1	4.297,9	1.725,4	2.572,5	—
1970	Caminhões	54.804	1.339,0	1.071,2	305,3	1.376,5	1.175,3	201,2	2.773,7
	Ônibus	9.504	404,2	323,3	92,1	415,4	327,9	87,5	2.861,2
	Utilitários	75.504	991,6	694,1	135,4	829,5	805,3	24,2	2.885,4
	Automóveis	206.004	2.663,1	1.864,2	363,5	2.227,7	2.057,2	170,5	3.055,9
	SOMA	345.816	5.397,8	3.952,7	896,3	4.849,0	4.365,6	483,4	—
1971	Caminhões	63.804	1.681,1	1.344,9	383,3	1.728,2	1.473,0	255,2	3.311,1
	Ônibus	11.004	474,3	379,4	108,1	487,6	429,8	57,8	3.368,9
	Utilitários	77.004	1.017,3	712,1	138,9	850,9	839,3	11,6	3.380,5
	Automóveis	227.004	2.968,1	2.007,7	405,1	2.482,8	2.344,6	138,2	3.518,7
	SOMA	378.816	6.140,8	4.514,1	1.029,4	5.549,5	5.086,7	462,8	—
SOMA	Caminhões	164.508	4.249,4	3.399,5	968,9	4.368,3	3.034,4	1.334,0	
	Ônibus	28.208	1.205,7	964,6	274,9	1.239,5	860,5	379,0	
	Utilitários	224.208	2.947,1	2.062,9	402,3	2.465,2	2.004,3	460,9	
	Automóveis	619.404	7.918,0	5.542,6	1.080,8	8.623,4	5.278,6	1.344,9	
	SOMA	1.036.328	16.320,1	11.969,6	2.726,8	16.696,4	11.177,7	3.518,7	

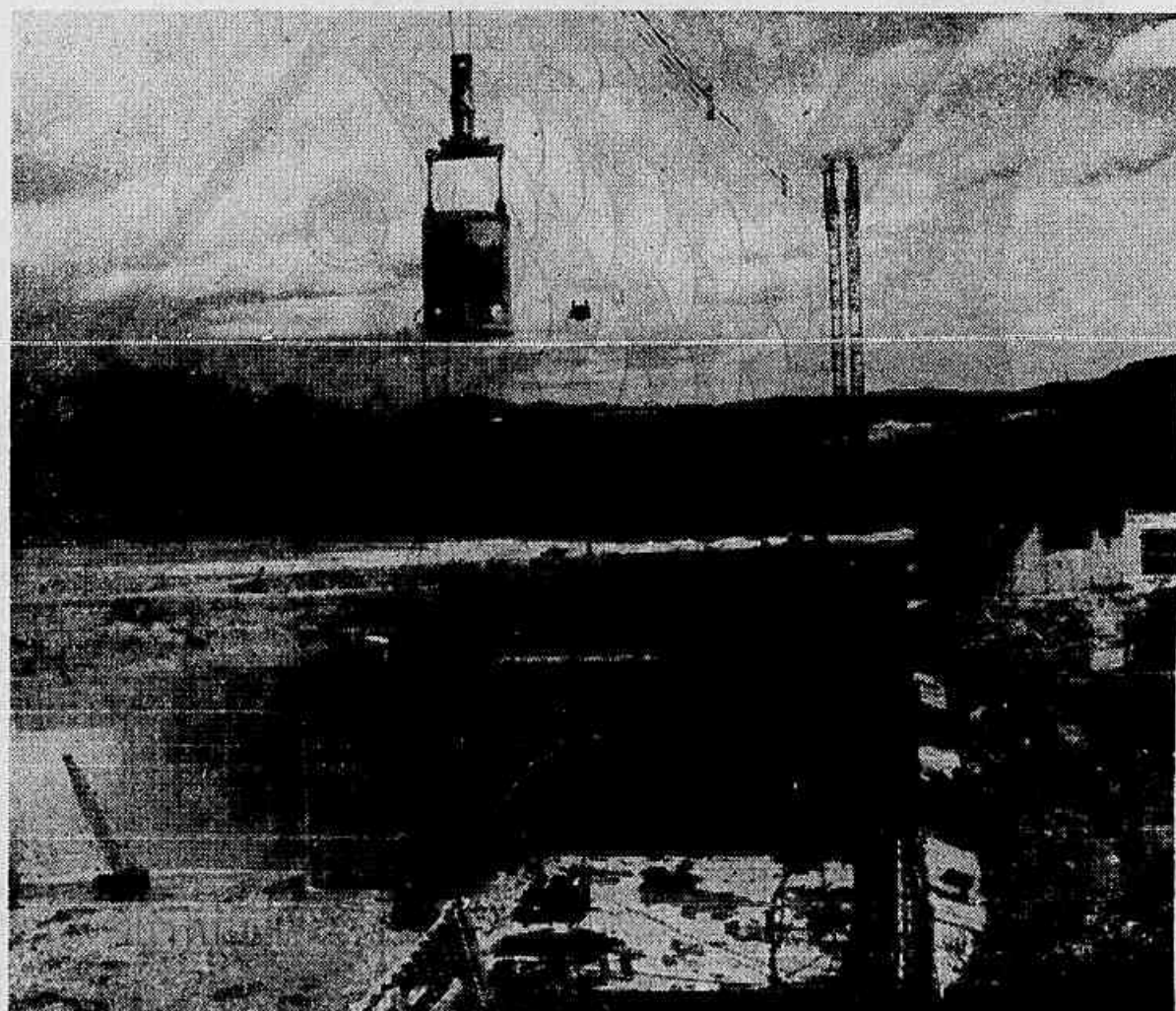
Obs.: 1 — As despesas de financiamento foram calculadas à razão de 3% ao mês, decrescentes;
2 — A parte financiada foi calculada, para caminhões e ônibus 80% e utilitários e automóveis 70%;
3 — Foram considerados os prazos de 18 meses para cominhões e ônibus e de 12 meses para utilitários e automóveis.

O Centro de Processamento de Dados — Cepro — inaugurado pelo Presidente da República é o instrumento necessário para a reforma administrativa. Com êle, Minas trabalha com a técnica avançada dos computadores eletrônicos e, agora, já pode reduzir a burocracia a zero

CUMPRIMENTO DO DEVER É A FILOSOFIA DE UM GOVÊRNO

Reformar para valorizar é a síntese da filosofia adotada pelo atual Govêrno de Minas. Valorizar o homem, que é o elemento básico e central, e criar a infra-estrutura necessária a uma administração racional.

Em três anos de govêrno, o Sr. Israel Pinheiro dirigiu tôdas as suas preocupações para as obras estruturais: reforma administrativa, a eletrificação, de que são exemplos eloqüentes as usinas de Jaguara e Volta Grande, a ampliação da rêde de estradas, abastecimento de água às cidades do interior, mecanização agrícola, aumento da produção de gêneros e aceleramento da industrialização de todo o Estado.

Eletrificação rural é uma das metas preferenciais do Govêrno mineiro. A Ermig — Eletrificação Rural de Minas Gerais — subsidiária da Cemig, inaugurou em Governador Valadares uma subestação que proporciona energia às fazendas da região

A Usina de Jaguara, em construção no Rio Grande, na divisa com São Paulo, é obra que marca um Govêrno. Uma das maiores hidrelétricas do mundo, sua capacidade final instalada será de 684 mil quilowatts

O homem público não é julgado pelas palavras, mas pelos seus atos e pelo trabalho que realiza em favor do povo. Convencido dessa realidade, o Governador Israel Pinheiro presta suas contas a Minas pelos seus três anos de trabalho, com a tranqüilidade de quem, cumprindo o dever, vê assegurados os resultados dos seus esforços.

As obras que o Govêrno realizou nesses três anos falam por si mesmas e constituem a melhor prova de que os caminhos para o desenvolvimento estão sendo alargados.

Mostra o Govêrno, de forma realista, que, em nenhum instante, se deixou impressionar com as dificuldades que teve de enfrentar — redobrou esforços para assegurar uma evolução econômica e social coordenada, planejada à altura de sua projeção histórica, como unidade federativa que caminha com o Brasil, na realização do seu destino.

Não busca o Govêrno de Minas aplausos para suas conquistas, mas procura renovar uma convocação para o futuro.

A filosofia do Govêrno é reformar para valorizar; valorizar o homem, elemento básico e central, buscando através de pesquisas solucionar erros e orientar a máquina administrativa eliminando a burocracia.

Dentro dessa filosofia de reforma criou-se o Cepro, Centro de Processamento de Dados, do Escritório Técnico de Racionalização Administrativa. Com êle Minas trabalha com a técnica avançada dos computadores eletrônicos e agora já pode reduzir a burocracia a zero.

Trabalhando 24 horas por dia, o Cepro, permite ao Govêrno, em poucos minutos, saber a situação econômica, social e politica de qualquer dos 722 municípios mineiros. Seu funcionamento, dentro do espírito da Reforma Administrativa, vai permitir a racionalização dos métodos de trabalho no serviço público, prestando-se a todo tipo de tarefas ligadas à administração, realizando o serviço contábil do Estado, a programação da arrecadação e da despesa, a supervisão das obras públicas, a organização do pagamento aos servidores, a pesquisa nos diversos órgãos públicos, para completar e manter atualizada a diagnose da economia mineira e a mecanização dos serviços burocráticos.

OBJETIVOS DO ETRA

De acôrdo com a lei que criou o Escritório Técnico de Racionalização Administrativa, seus objetivos são os seguintes: realizar estudos, pesquisas, divulgação e, mediante ajuste, aplicar os princípios e métodos da organização racional do trabalho; planejar e assistir a implantação da Reforma Administrativa que fôr determinada em lei; executar serviço de processamento de dados e tratamento de informações, por sistema de mecanização de qualquer natureza; elaborar e executar projetos de melhoria dos padrões de eficiência na administração estadual; implantar processos adequados de organização e métodos racionais e simplificação do trabalho; elaborar e implantar processos de administração de material, envolvendo as técnicas de padronização, aquisição, guarda e conservação; promover a análise dos fatos administrativos, para permitir a elaboração de planos e a tomada de decisões; assegurar a permanente modernização dos serviços administrativos em tôdas as suas modalidades; realizar pesquisas e, com base nelas, formular as diretrizes da política de treinamento de pessoal e controlar os seus resultados; executar, por processos mecânicos, eletromecânicos ou eletrônicos, os serviços de processamento de dados e tratamento de informações, necessários ao sistema administrativo estadual.

A MEMÓRIA DO COMPUTADOR

O Centro de Processamento de Dados funciona normalmente, desde sua inauguração, mas já solicitou à IBM a triplicação da capacidade de memorização do computador eletrônico, para novos registros, e está sendo providenciada uma terminal de teleprocessamento, a ser instalada futuramente ao lado da mesa do Governador Israel Pinheiro, no Gabinete do Palácio dos Despachos.

Assim, o Governador terá condições de saber, em poucos segundos, a situação de qualquer município mineiro, desde a sua arrecadação até a situação política, a aplicação de recursos e o estágio de suas obras.

OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA EM MINAS

As obras estruturais, que colocaram Minas perto do futuro, foram as preocupações permanentes do Govêrno nesses três anos e, em 1969, serão perseguidas com a mobilização de tôdas as energias, a fim de assegurar ao Estado, no mais curto espaço de tempo possível, as condições essenciais para o seu desenvolvimento cada vez mais crescente.

Uma dessas realizações, que representa uma autêntica reafirmação de capacidade realizadora do povo mineiro, é a Usina de Jaguara, onde o Govêrno, através da Cemig, mobiliza mais de dois mil operários, técnicos e engenheiros, que trabalham 24 horas por dia, para construir no Rio Grande, entre os municípios de Sacramento (Minas) e Rifânia (São Paulo), uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, que terá a primeira de suas seis unidades geradoras em operação a partir do ano que vem, com a capacidade final instalada de 684 mil quilowatts.

O ritmo acelerado de construção de Jaguara, obra que marca um Govêrno e onde, no ano passado, se estabeleceu o nôvo recorde brasileiro de concretagem, com o lançamento de 45 mil metros cúbicos de concreto, resulta da necessidade da Cemig de atender ao grande crescimento do mercado de energia elétrica em Minas Gerais, que, situando-se na casa dos 18 por cento ao ano, tem atingido um dos mais elevados índices do País.

Num trabalho que não pára, porque o consumo de energia elétrica — um dos índices mais utilizados para medir o desenvolvimento econômico — continua crescendo sempre em Minas, novos serviços foram realizados na Usina de Jaguara, entre os quais se destacam: 534 637 metros cúbicos de escavação nas instalações de tomada de água, canal de fuga, casa de fôrça e vertedor; 211 603 metros cúbicos de concreto nas estruturas de tomada de água, barragem de gravidade, vertedor, canal de fuga, casa de fôrça e outras.

No setor de concretagem, nôvo recorde brasileiro foi atingido, em outubro, com o lançamento de 45 mil metros cúbicos.

Grande parte da concretagem vem sendo feita por intermédio de enormes caçambas, suspensas em cabos aéreos móveis.

Com capacidade nominal de 180 metros cúbicos por hora, a central de concreto de Jaguara é uma das mais modernas existentes no país e trabalha sob contrôle eletrônico, através de um sistema de cartões perfurados. Só o concreto lançado em outubro do ano passado corresponde a um volume superior ao de um estádio de futebol do tamanho do Mineirão. Esse volume equivale a quatro vêzes e meia o concreto utilizado na construção da primeira usina hidrelétrica da Cemig, Tronqueiras, cujas obras foram concluídas em 1954.

Além dos serviços de escavação e concretagem, tiveram continuidade as obras de construção da vila dos operadores, implantação e pavimentação de estradas internas e de acesso, bem como outras instalações auxiliares. Já foram colocadas as ordens de compra para turbinas, geradores e outros equipamentos da casa de fôrça.

Jaguara se localiza a 350 quilômetros de Belo Horizonte e as obras de sua construção foram iniciadas em 3 de abril de 1966, como meta principal do cronograma de obra da Cemig, no plano de eletrificação do Govêrno de Minas.

A Usina de Jaguara teve sua construção exaltada pelo Ministério das Minas e Energia, depois de estudos detalhados, que apontaram seu projeto como um dos mais econômicos do País.

Faz parte de uma série de projetos elaborados pela Cemig, dentro do programa de levantamento geral dos recursos hidrelétricos de Minas e, posteriormente, da região Centro-Sul do país, sob o patrocínio da ONU. A capacidade final instalada de Jaguara — 684 mil quilowatts — é bem superior à da Usina de Três Marias, o que demonstra o arrôjo da obra que está sendo realizada pelo Govêrno Israel Pinheiro.

VOLTA GRANDE COMEÇA ÊSTE ANO

A construção de Volta Grande, a décima quarta usina hidrelétrica da Cemig, que terá 400 mil quilowatts de capacidade instalada e fica pronta em cinco anos, começa ainda êste ano, determinando a aplicação de recursos da ordem de NCr$ 300 milhões, dos quais NCr$ 140 milhões, pràticamente a metade, são de recursos próprios da emprêsa, em mais um gigantesco esfôrço de investimento, na implantação da infra-estrutura de energia elétrica de que Minas precisa para manter seu ritmo acelerado de desenvolvimento.

Parte dos recursos necessários à construção de Volta Grande é do Banco Mundial, que concedeu à Cemig o financiamento de 26,6 milhões de dólares. Foi o terceiro financiamento obtido pela emprêsa junto ao Banco Mundial, para a construção de suas usinas e o único assinado pelo BIRD com uma entidade controlada pelo poder público estadual, o que demonstra sua confiança na emprêsa e no desenvolvimento econômico de Minas. Ainda no financiamento de construção de Volta Grande, a Eletrobrás entra com NCr$ 60 milhões.

A construção de novas usinas hidrelétricas é uma necessidade imposta pelo desenvolvimento, pelo crescimento da demanda de energia elétrica em todo o Estado. Somada às usinas que incorporou ao seu sistema, quando foi criada, há apenas 16 anos, a Cemig, para atender sem restrições ao seu mercado em crescente expansão, construiu também as usinas de Salto Grande, Camargos, Itutinga, Cajuru, Tronqueiras e Três Marias.

Volta Grande, que terá 400 mil quilowatts de capacidade instalada, estará concluída em cinco anos. A futura usina, cujas obras serão iniciadas ainda êste ano, será localizada no Rio Grande, a cêrca de 450 quilômetros a oeste de Belo Horizonte, na divisa de Minas com São Paulo. Formará um reservatório de 2,3 milhões de metros cúbicos de água e terá uma barragem de 1 500 metros de comprimento, com 36 metros de altura máxima.

Na casa de fôrça, serão instaladas quatro unidades geradoras de 100 mil quilowatts cada.

O projeto compreende ainda o vertedor — com 118 metros de comprimento total e seis comportas de setor de 15 metros cada, com vazão máxima de 14 800 metros cúbicos por segundo — tomada de água provida de quatro comportas planas, barragem de gravidade de 150 metros de comprimento, canal de fuga — situado à margem esquerda, com 500 metros de comprimento e 112 de largura média — e subestação elevadora, ocupando uma área de 50 mil metros quadrados. Na obra, serão utilizados 258 600 metros cúbicos de concreto, sendo necessária, no gigantesco empreendimento, a escavação de 848 mil metros cúbicos de terra e cêrca de 3,5 milhões de metros cúbicos de atêrro.

CEMIG MARCA ÍNDICES DO DESENVOLVIMENTO

O plano de eletrificação do Estado, no estabelecimento da infra-estrutura energética necessária ao seu amplo desenvolvimento industrial, está sendo executado pela Cemig, que aumentou seus investimentos em 21,7 por cento no ano passado, quando aplicou NCr$ 113 278 000,00, elevando para 388 o número das localidades servidas por seu sistema, com uma geração de 3 441 562 000 quilowatts por hora — 24,4 por cento mais que 67 — e um consumo de 3 216 414 quilowatts-hora, com um crescimento de 23,9 por centro sôbre o ano anterior.

Para atender ao crescimento da demanda de energia elétrica em todo o Estado — um dos índices mais utilizados para medir o desenvolvimento econômico — a Cemig manteve em ritmo acelerado as obras de construção da Usina de Jaguara, que terá uma capacidade final instalada de 684 mil quilowatts, e assinou importante contrato de financiamento com o Banco Mundial, para iniciar agora a construção da Usina Volta Grande, que fica pronta em cinco anos e representa investimentos de NCr$ 300 milhões no desenvolvimento de Minas.

Com seus investimentos do ano passado na eletrificação do Estado, a Cemig, nos três anos da atual administração estadual, cresceu 54 por cento, totalizando neste período aplicações de NCr$ 634 361 000,00. Seu crescimento é de ano para ano cada vez maior, no setor de investimentos, entre os quais se destacam os feitos na construção da Usina de Jaguara, onde o volume acumulado de concretagem atingiu, em 68, 222 239 metros cúbicos de concreto.

A Cemig conta agora com 100 mil acionistas, transformando-se na emprêsa brasileira de energia elétrica de maior número de acionistas e, depois da Petrobrás, também na maior em número de acionistas em todo o Brasil. De acôrdo com levantamento realizado, é a décima emprêsa do país nos setores privado e público, em capital mais reservas numa pesquisa que incluiu 1 778 emprêsas de todo o Brasil.

Tem agora 6 328 quilômetros de linhas de transmissão, acima de 34,5kV de tensão, 7 108 quilômetros de linhas de distribuição, com aumento de 49,4 por cento, e 7 685 quilômetros de rêdes de distribuição.

DAEE LEVOU ENERGIA A DEZENAS DE MUNICÍPIOS

Também integrado no plano de eletrificação do Govêrno Israel Pinheiro, o Departamento de Águas e Energia Elétrica construiu no ano passado 137 diferentes serviços elétricos, em 87 cidades mineiras, com investimento global de NCr$ 9 milhões: são 44 linhas de transmissão, com 553 quilômetros, 60 rêdes de distribuição, com 9 076 postes, 23 usinas diesel, três usinas hidrelétricas e sete subestações.

Sòmente no ano passado foram inaugurados quarenta serviços elétricos e, para o primeiro semestre dêste ano, mais 45 serão entregues ao povo, representando um investimento de NCr$ 7 milhões. É com a execução de um arrojado programa de investimentos que o Departamento de Águas e Energia Elétrica cumpre sua parte, no plano de eletrificação de Minas, levando energia às localidades não atendidas pelo sistema da Cemig.

Para levar a energia elétrica ao meio rural, a Ermig, com a aplicação de NCr$ 113 milhões, constituiu no ano passado linhas e rêdes com extensão total de 1 130 quilômetros, permitindo a ligação de mais 842 propriedades rurais, o que representa um crescimento de 46,8 por cento em relação a 67 e de 223,7 por cento nos três anos do Govêrno Israel Pinheiro.

Com as 191 novas obras realizadas em 68, compreendendo rêdes de distribuição em povoados, linhas de distribuição e rêdes de distribuição rural, o consumo de energia elétrica atingiu 2 595 780 quilowatts-hora, com um aumento de 85 por cento em relação a 67. A Ermig possui atualmente 31 cooperativas de eletrificação rural em todo o Estado.

HABITAÇÃO RURAL

ALVARO MILANEZ

Ninguém ignora que o problema da habitação rural, no Brasil, tem merecido muito pouca atenção, seja do Estado, seja dos proprietários rurais. Se a própria reforma agrária tanto tem custado a se implantar, é fácil compreender que a habitação rural, apenas um detalhe dentro de um todo, encontre igualmente os seus óbices.

Os legisladores, em geral bem intencionados, ao tratar de habitação rural, têm cometido alguns equívocos, seja por falta de vivência do problema, seja por motivo de uma conceituação errônea. Mesmo antes da Lei n.º 4 380, de 21 de agôsto de 1964, que criou o Plano Nacional da Habitação, o problema da habitação rural já fôra objeto de consideração legal.

LEI FALHA

Assim, a Lei n.º 4 214, de 2 de março de 1963, ainda ao tempo do Govêrno Goulart, ao aprovar o Estatuto do Trabalhador Rural, tratou do assunto da moradia rural nos Artigos 50 e 51, mas de forma extremamente vaga, deixando ao Executivo a incumbência de proceder à respectiva regulamentação, através de uma comissão, que certamente jamais se reuniu.

Vamos transcrever:

"Art. 50 — O Poder Executivo baixará regulamentação acêrca das casas destinadas aos trabalhadores rurais, atendendo às condições peculiares de cada região e respeitados, em qualquer caso, os mínimos preceitos de higiene.

Parágrafo único — As normas a que se refere êste artigo deverão ser propostas por uma comissão nomeada pelo Govêrno e constituída de representantes dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social, da Agricultura e da Saúde."

"Art. 51 — Rescindido ou findo o contrato de trabalho, o trabalhador rural será obrigado a desocupar a moradia, dentro de trinta dias, restituindo-a no estado em que a recebeu, salvo as deteriorações naturais do uso regular."

Mais tarde, já na vigência da revolução, surgiu a Lei n.º 4 380, de 21 de agôsto de 1964, onde a habitação rural figura com prioridade dentro do Plano Nacional da Habitação. Na prática, entretanto, os investimentos habitacionais no meio rural têm sido pràticamente nulos. Ocorre que a demanda de habitações nos meios urbanos é muito maior, as pressões também são forçosamente maiores, explicando-se assim a ênfase dada aos programas urbanos.

Os motivos alegados são os mais variados:

a) a população urbana apresenta um crescimento anual muito maior que o da rural;

b) a população rural possui, em comparação com a urbana, uma capacidade de pagamento muito menor e isto levaria o Govêrno a subsidiar largamente os programas de habitação rural, com prejuízo evidente para os esforços do Govêrno de combate à inflação;

c) as instituições governamentais especializadas têm pouca vivência do problema da habitação no meio rural, daí advindo dificuldades, seja para o BNH, seja para o IBRA, de encontrar os necessários agentes iniciadores e promotores.

Ainda em 1964, surgiu também o Estatuto da Terra, constante da Lei n.º 4 504, de 30 de novembro, o qual inexplicàvelmente nada contém com respeito à obrigação de o proprietário rural facilitar aos arredantários e parceiros o acesso à habitação condigna. O trabalhador rural, por seu lado, não tem também nenhum interêsse em construir uma habitação decente porque lhe falta a necessária motivação.

A promessa de indenização pelas benfeitorias realizadas e constante do inciso VIII do Art. 95 da Lei n. 4 504, não é suficiente, inclusive porque não faz menção especial à construção de moradia. E mesmo que a quisesse construir, falta ao ruricola a necessária assistência técnica. Sua tecnologia não vai além do pau-a-pique, o chão de terra batida e a cobertura de sapé. A água, êle a apanha nos córregos ou em poços, sem a necessária proteção. A fossa para destino de dejetos é um luxo, cuja utilidade êle também desconhece. E assim se explica a razão por que, de acôrdo com o Censo de 60, apenas 21% dos domicílios dispunham de algum sistema de captação de água, enquanto 51% dos domicílios contavam com algum sistema de destino de dejetos.

O projeto de lei de reforma agrária, de autoria do professor Afrânio Carvalho (Edições o Cruzeiro, 1963), coloca o problema da habitação rural de maneira bem mais explícita. Em duas ocasiões, o referido projeto trata do assunto, tanto no Capítulo IV *Do Arrendamento Rural* como no Capítulo V, *Da Parceria Agrícola*.

Transcrevemos abaixo apenas o Art. 40.

"Art. 40 — Todo locador de imóvel rural é obrigado a entregá-lo ao arrendatário com uma casa de morada saudável, servida de água e de esgôto ou fossa séptica.

§ 1.º — A casa obedecerá a planta que fôr fornecida pela Prefeitura local, ou por ela aprovada, conforme o interessado queira, ou não, ater-se aos padrões comuns.

§ 2.º — A Prefeitura local fiscalizará a construção na conformidade dos seus regulamentos administrativos."

O fato é que já se passaram alguns anos, depois de criados o BNH e o IBRA ou o INDA, e as realizações no setor de habitação rural têm sido insignificantes. Basta comparar as necessidades de habitação rural, constantes do Plano Decenal, com os programas do BNH ou do IBRA, para atendimento das áreas prioritárias.

NECESSIDADES DE HABITAÇÃO NAS AREAS URBANAS E RURAIS (*)

(Mil habitações)

ANO	*AREAS URBANAS*	*AREAS RURAIS*
1967	519.0	178.4
1968	535.2	185.0
1969	551.5	191.7
1970	568.7	198.6

(*) Plano Decenal, Ministerio do Planejamento e Coordenação Econômica, 1967, pág. 32.

Quanto aos programas do IBRA eram os seguintes, em setembro de 1968, ressalvada a possibilidade de alguma modificação posterior a essa data.

ÁREA PRIORITÁRIA	*DISTRITO*	*COLONIZAÇÃO*	*FAMILIAS ASSENTADAS*	*FAMILIAS A SEREM ASSENTADAS*
Brasília	Alexandre Gusmão	—	—	893
Estado do Rio	Papucaia	Antigos Centros	300	13
		Vecchi	53	45
		Quizanga	53	20
		Vargem Grande	70	55
		Nova Ribeira	—	300
	Sta. Cruz	Santa Cruz	1.008	—
		Santa Alice	300	100
		Fazenda Floresta	85	—
	Macaé	—	300	120
	Duque de Caxias	Tinguá	300	—
		Centro D. de Caxias	47	—
		Piranema	—	700
		Penha Caixão	—	80
Nordeste		Projeto Quatis	—	87
		Projeto Caxangá	—	984
		Projeto Rio Tinto	—	1.200
				(previsão)

Além dos projetos do IBRA acima mencionados, existe um outro projeto de iniciativa da Cohab do Rio Grande do Sul, com financiamento do BNH.

O que ressalta com pasmosa evidência é que as realizações no meio rural, de iniciativa governamental, têm sido muito pequenas em face, especialmente, do que o BNH vem realizando nos grandes centros urbanos. A propósito, é conveniente lembrar que o BNH se destina a financiar a aquisição da casa própria e, portanto, seus empréstimos se destinam exclusivamente aos que já são proprietários rurais, capazes de oferecer seus imóveis em garantia hipotecária. A grande maioria dos trabalhadores rurais, no entanto, fica impossibilitada de obter a assistência financeira daquela instituição, porque não tem a propriedade da terra.

Achamos que são perfeitamente válidos todos aquêles argumentos acima mencionados, os quais de certa forma justificam a timidez dos programas de Govêrno no meio rural. Se a situação já era difícil, as recentes medidas para contenção da inflação vieram, sem dúvida, dificultar ainda mais os chamados *programas sociais*.

ESPERANÇA

O recente decreto que modificou o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, se por um lado reduziu substancialmente os recursos à disposição dos municípios, por outro lado trouxe alguma esperança, pelo que se depreende da sua Exposição de Motivos, onde se acena para a necessidade de as municipalidades considerarem como prioritários os projetos que dizem respeito às obras fundamentais de infra-estrutura, como a construção de sistemas de abastecimento de água e esgotos. É possível que, em futuro, haja algum recurso para atendimento aos programas de habitação rural.

E aqui voltamos àquelas considerações iniciais quando então diziamos que existia, a nosso ver, uma conceituação equivoca ao tratar-se do problema da habitação rural. Êste não depende apenas de formulação legal. É fácil aprovar uma lei, ou decreto-lei, forçando os proprietários rurais a construir casa para seus arrendatários e parceiros. O difícil é obter sua fiel observância.

O problema não pode também reduzir-se apenas a uma questão de programar investimentos sem se dispor nos meios rurais de um mecanismo para torná-los efetivos. Sendo a questão primordialmente política, é sem dúvida necessário que haja uma decisão na fixação de prioridades, daí decorrendo uma equitativa alocação de recursos.

Tudo isso é verdadeiro, o problema é político, são necessários os investimentos, mas ao lado dêsses aspectos acrescentaríamos mais um dado que, a nosso ver, vem faltando às formulações anteriores: a habitação rural é também um problema *educativo*. Nos países altamente desenvolvidos êle pode reduzir-se a uma simples alocação de recursos capazes de garantir os investimentos no setor. Nos países em desenvolvimento, entretanto, os programas de habitação rural dependem, não apenas da alocação de maiores recursos, mas também da existência de *mecanismos institucionais* e que precisamente nos têm faltado. Além disso, os programas de habitação rural não podem constituir-se como programas isolados, devendo, ao contrário, surgir *integrados* com outros programas mais completos, seja de desenvolvimento da comunidade, seja de extensão rural, de economia doméstica, etc...

A ausência de instituições capazes de promover êsse desenvolvimento integrado explica o fracasso de certos programas sociais no meio rural de países subdesenvolvidos.

Bem sabemos das dificuldades para a implantação de tais programas e isso deve-se precisamente à falta de órgãos capazes de operar no meio rural. Não se trata de promover apenas a *construção* de casas, o que se faz com relativa facilidade nos meios urbanos. O problema rural é bem mais complexo porque, no caso, trata-se de atingir simultâneamente outro objetivo: o de promover o desenvolvimento de tôda a família rural, através da formação profissional, da educação sanitária e doméstica, etc.

Daí decorre, a nosso ver, uma conseqüência imediata: os programas de habitação rural, sejam os destinados aos que já são proprietários da terra, como seriam os do BNH, sejam os de iniciativa do IBRA, ou do INDA, exigem a existência de *órgãos promotores* cuja finalidade não se limite apenas aos aspectos financeiros ou construtivos, como seria, por exemplo, o caso de uma Cohab), de um banco local ou muito menos de uma sociedade de crédito. Ao contrário, os órgãos promotores devem ser de preferência instituições, sem fins lucrativos, com amplo sentido social e voltadas para o trabalho *educativo*, como as filiadas da ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), a Fundação SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) e outras do setor privado, de caráter cívico ou religioso — sem prejuízo da assistência financeira daqueles outros órgãos.

Estamos bem certos de que as tarefas, seja de construção, seja de melhoria das habitações existentes, quando realizadas mediante prévia motivação das famílias interessadas, conduzem a custos muito inferiores aos obtidos mediante simples empreitada, através de uma firma construtora, porque há então tôda uma colaboração espontânea da família interessada, reduzindo os custos de execução.

Vivemos um momento em que o Govêrno pretende, evidentemente, reduzir ao mínimo os programas ditos sociais no meio rural. Por outro lado há todo um esfôrço de desenvolvimento que deverá atingir o homem brasileiro, seja nos meios urbanos, seja nos meios rurais. Há necessidade, portanto, de realizar-se todo um programa de desenvolvimento, de que devem participar todos os brasileiros. Nesse caso, a solução para o problema da habitação rural deverá orientar-se em bases realistas, reconhecendo-se tôda sua complexidade.

Não se trata simplesmente de alocar recursos para a construção de casas, ou mesmo de construí-las, mas de integrar esforços através de adequados mecanismos institucionais. A casa é parte de um todo maior, não constitui problema isolado. O homem rural, além da casa, necessita de terra, de crédito, de orientação e de educação.

SÃO PAULO CONTRIBUI PARA O ÊXITO DA ECONOMIA NACIONAL

ESTADO DE S.PAULO — evolução real das vendas e compras

VENDAS — COMPRAS

BASE: OUT. 66=100 — 1967 — 1968

gráfico Rafael-JB

São Paulo (Sucursal) — A economia paulista, como parte ponderável da economia brasileira, sempre foi de grande importância para a estabilidade econômica do país. Dêste modo, a expansão de 8,7% no Produto Interno Bruto do Estado, em 1968, contra 4,3% em 1967, significa que São Paulo contribuiu de maneira decisiva para o sucesso da política econômico-financeira do Govêrno federal no ano passado.

Êsse aumento do PIB foi resultado do crescimento de 16,8% no setor industrial, que compensou, inclusive, a ligeira queda ocorrida na agricultura, motivada pela estiagem e pela redução na colheita do café. A expansão da economia paulista, em 1968, pode ser comprovada, ainda, pelo volume da receita pública estadual (ICM) e federal (IPI e impôsto sôbre a renda) que aumentaram, em têrmos reais, respectivamente 28% e 41% em relação a 1967.

O Govêrno Abreu Sodré contribuiu decisivamente para a obtenção dêsse resultado com a aplicação de investimentos públicos da ordem de NCr$ 1 060 milhões, destinados principalmente à criação de capital real nos setores de infra-estrutura e à melhoria das condições sociais da população paulista.

A CONJUNTURA ECONÔMICA

Cônscio da necessidade de ter levantamentos estatísticos atualizados para que o planejamento econômico resulte harmônico e sem grandes distorções, o Governador Abreu Sodré determinou ao Secretário de Fazenda Sr. Arrobas Martins e à Secretaria de Economia e Planejamento a realização de levantamentos periódicos da evolução da economia paulista.

Dentro dêsse espírito, a Assessoria Técnica do Secretário de Planejamento, Sr. Onadir Marcondes, preparou um volumoso documento, de 105 páginas, denominado de Economia Paulista, Acompanhamento Conjuntural — 1968.

Êsse estudo constata que o setor de serviços tem evoluído proporcionalmente com os outros dois — agricultura e indústria — pois "a demanda de serviços em uma economia cresce na medida em que crescem a produção agrícola e a industrial", conforme podemos constatar no seguinte quadro:

PARTICIPAÇÃO SETORIAL NA RENDA INTERNA — ESP

Setores	1950	1960
Agricultura	30%	24%
Indústria	28%	32%
Agricultura — Indústria	58%	56%
Serviços	36%	37%
Govêrno	6%	7%

FONTE dos dados brutos: Fundação Getúlio Vargas

SETOR INDUSTRIAL

A Assessoria Técnica da Secretaria do Planejamento constatou um crescimento da indústria de transformação no Estado da ordem de 16,6%. Este índice foi obtido com base no levantamento dos índices do produto real por setores de atividades e no valor da produção industrial por setores, de acôrdo com os dados brutos do Registro Industrial da Fundação IBGE, em 1965:

SETORES	Médias anuais 1967	Médias anuais 1968	Variações (68/67)	Valor da produção em 1965 NCr$ 1.000,00	Participação %
Minerais não metálicos	85,8	100,2	+ 16,8%	453.763	3,76
Metalúrgica	103,8	114,0	+ 9,8%	1.027.547	8,51
Mecânica	125,1	138,1	+ 10,4%	575.683	4.77
Material Elétrico	125,5	157,6	+ 25,6%	925.862	7,67
Material de Transporte	125,8	153,2	+ 21,8%	1.804.661	14,95
Papel e Papelão	90,6	106,0	+ 16,9%	308.042	2,55
Borracha	98,1	114,3	+ 16,5%	380.036	3,15
Química	112,8	135,9	+ 20,4%	1.762.662	14,60
Perfumaria	114,4	158,2	+ 38,3%	249.106	2,06
Matéria Plástica	114,4	156,7	+ 37,0%	147.866	1,22
Têxtil	110,9	135,7	+ 22,4%	1.603.929	13,29
Vestuário e Calçados	127,9	160,8	+ 25,7%	432.997	3,59
Produtos Alimentares	162,1	160,6	— 0,9%	2.069.282	17,14
Bebidas	100,8	128,4	+ 27,4%	186.989	1,55
Fumo	93,2	102,1	+ 9,5%	143.788	1,19
TOTAL				12.072.213	100,00

Está excluída dêsse cálculo a indústria de construção civil que, no ano passado, apresentou um crescimento substancial, seja através do incremento das edificações habitacionais, seja através do grande dinamismo atingido pelas obras públicas. Os dados de área licenciada para construir na capital do Estado observaram um acréscimo de 26% entre os anos de 1967 e 1968, o que mostra que a atividade relacionada com as edificações habitacionais estêve em altos níveis.

Por outro lado, o setor agrícola paulista observou, em têrmos de produção, um decréscimo da ordem de 4,8%, atribuído às condições desfavoráveis de clima, que prejudicaram quase tôdas as culturas, aliadas à baixa colheita do café, cultura que apresenta um comportamento cíclico, com alternações dos anos de boas e más safras.

PRODUTO TOTAL

Enquanto em 1966 a atividade industrial compensava os baixos níveis do setor primário (agricultura), em 1967 era a agricultura que iria garantir um crescimento da ordem de 5% para o Produto Interno do Estado, compensando o mau desempenho do setor industrial. No ano de 1968, enquanto a indústria atingia um dos mais altos níveis de produção dos últimos anos, o setor agrícola sofria uma queda alarmante, anulando grande parte do crescimento industrial. Com base na constatação de que o setor de serviços tem a sua evolução condicionada ao comportamento dos outros dois setores, o estudo da Secretaria de Planejamento conclui que o crescimento do setor terciário da economia, em 1968, foi aproximadamente igual à taxa da média da indústria e agricultura.

Com base nos dados ainda incompletos da economia paulista em 1968, o estudo lembra que com a correção dos eventuais erros de estimativa, mesmo assim o Produto Interno Bruto terá crescido a uma taxa entre 8 e 9% no ano passado. Os técnicos da Secretaria de Planejamento acrescentam ainda que "êsse resultado final mostra bem como a economia estadual, apesar dos maus resultados obtidos pelo setor agrícola, estêve operando em altos níveis no decorrer do ano de 1968, graças ao bom desempenho da indústria."

— Deve-se salientar — acrescentam os técnicos — que uma parcela dêsse resultado foi conseguida através da utilização de capacidade ociosa da indústria. No entanto, o aumento de novos investimentos é que propiciou a continuação da tendência crescente que se verifica na indústria paulista desde meados de 1967.

No corrente ano, permanecendo as condições favoráveis que prevaleceram em 1968 no que se refere à produção industrial, e atingindo-se melhores resultados no setor agrícola, pode-se esperar uma taxa de crescimento global da economia do Estado superior à obtida para o ano de 1968.

CRESCIMENTO FÍSICO

Os resultados assumidos pelos indicadores da produção física em 1968 confirmam que a atividade industrial nesse ano, no Estado, foi bastante satisfatória, resultando na excelente taxa de crescimento de 16,6%. De um modo geral, no primeiro trimestre do ano, a produção revelou-se inferior à observada no último trimestre de 1967. Comparando-se, porém, o primeiro semestre de 1968 com o segundo semestre de 1967, nota-se recuperação em quase todos os setores, sobretudo na produção de tratores pesados, caminhões, aços em lingote, etc.

A melhor recuperação, entretanto, foi conseguida no segundo semestre.

A produção de automóveis em 1968 revelou acréscimo de mais 19,1% nos primeiros 11 meses em relação ao mesmo período de 1967. Êste aumento é significativo quando se compara com os anos de 66 e 65: mais 30,8% e mais 58,7%, respectivamente. Com relação à produção de caminhões (médios e pesados) observaram-se os seguintes incrementos: 1968/1967, mais 48,6%; 1968/1966, mais 27,4% e 1968/1965, mais 90,8%.

A produção de tratores pesados experimentou aumento significativo, acusando incremento de 134,6%, de janeiro a novembro de 1968, com relação a idêntico período de 1967; de 118,2%, em relação a 1966; e de 146%, em relação a 1965. A produção de tratores médios teve comportamento mais discreto: aumento de 14,3% entre 1968 e 1967. Comparando-se a produção de 1968 (janeiro/novembro) com a de anos anteriores os resultados são negativos: 1968/1966, menos 29,7%; e 1968/1965, menos 18,1%.

A produção de cimento portland comum no Estado de São Paulo registrou, em 1968, acréscimo de 14,21%, com relação ao ano anterior, acompanhando, aliás, o crescimento da produção brasileira, que foi de 14,3%. Contudo, apesar dêsse crescimento, o volume produzido foi insuficiente para suprir a demanda da indústria de construção civil, motivando a importação do produto. Esse fato permite concluir que a estabilização do mercado sòmente será conseguida com a implantação de novas indústrias ou ampliação das existentes, que já estão com a produção no nível máximo. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se registra um crescimento na produção, a participação da indústria de São Paulo no total brasileiro tem declinado: de 31,7%, em 1960, para 22% em 1963. Este fato, entretanto é explicado pelo crescimento constante da produção de outros Estados.

A produção siderúrgica paulista no ano de 1968 recuperou-se da fase depressiva observada em 1967. A previsão do aumento da produção de aço em lingotes é de 37,8% em relação à 1967. Para a produção de ferro gusa prevê-se crescimento de 8,8% em 1968.

A produção de laminados (planos e não planos, de grande emprêgo na indústria automobilística) apresentou o maior índice de crescimento da indústria siderúrgica em 1968. Produziu-se, nesse período, mais 90% de laminados planos do que no ano anterior e para os laminados não planos a taxa de crescimento foi mais expressiva, isto é, mais 95%.

O consumo industrial de energia elétrica na região de São Paulo cresceu 15,6% em 1968 (janeiro a novembro) com relação ao mesmo período de 1967.

VENDAS E COMPRAS

As vendas industriais comportaram-se satisfatòriamente no decorrer de 1968, consolidando a tendência de recuperação da economia paulista observada desde os primeiros meses de 1967.

No quadro demonstrativo apresentado a seguir, sôbre a evolução setorial das vendas e compras, observa-se que, à exceção da indústria de perfumaria, todos os demais ramos industriais evidenciaram boas taxas de crescimento. Nas vendas, oito setores apresentaram índices de crescimento maior que a média e nas compras sete dêles estiveram nessa situação:

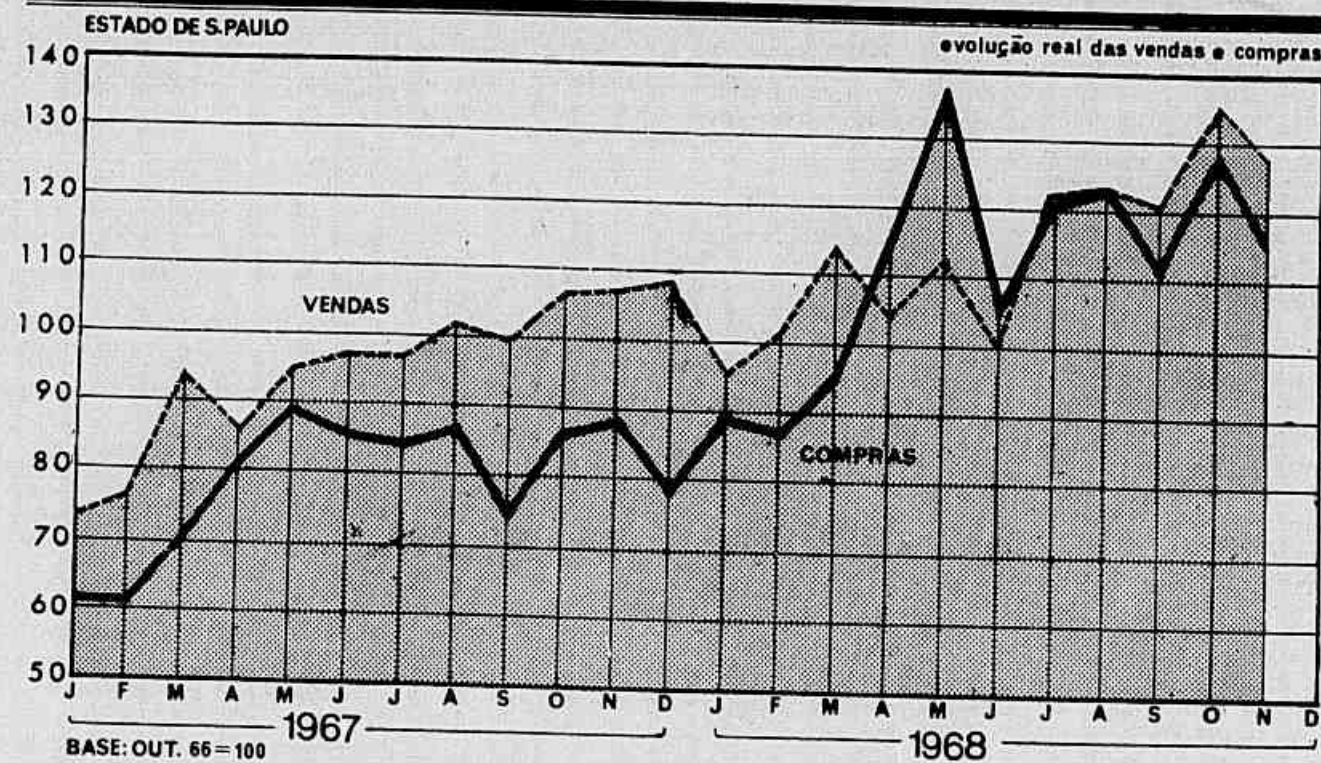
Setores	Média 68/média 67 Vendas	Média 68/média 67 Compras	Média 4.º trim. 68/Média 1.º trim. 68 Vendas	Média 4.º trim. 68/Média 1.º trim. 68 Compras
Minerais não metálicos	+ 21,4	+ 16,9	+ 16,7	+ 63,4
Metalúrgica	+ 27,5	+ 28,0	+ 17,8	+ 17,1
Mecânica	+ 18,1	+ 19,0	+ 37,2	+ 46,7
Material elétrico	+ 5,1	+ 56,0	+ 17,3	+ 35,1
Material de transporte	+ 17,2	+ 45,2	+ 29,4	+ 49,9
Madeira e Mobiliário	+ 21,2	+ 42,9	+ 30,6	+ 37,7
Papel e papelão	+ 24,2	+ 18,9	+ 13,1	+ 11,8
Borracha	+ 59,7	+ 56,5	+ 47,4	+ 57,6
Química	+ 12,7	+ 11,6	+ 8,7	+ 10,4
Farmacêutica	+ 9,3	+ 23,9	+ 34,2	+ 13,9
Perfumaria	— 3,4	— 1,6	— 40,4	— 20,9
Matéria plástica	+ 22,9	+ 43,1	+ 31,2	+ 13,6
Têxtil	+ 54,3	+ 101,6	+ 32,9	+ 34,1
Vestuário	+ 31,7	+ 70,5	+ 33,0	+ 20,3
Alimentação	+ 13,4	+ 15,6	+ 29,7	+ 15,7
Bebidas	+ 2,1	+ 21,7	+ 10,8	+ 36,4
Editorial	6,2	+ 16,5	+ 29,5	— 24,1
TOTAL	+ 20,8	+ 41,3	+ 23,9	+ 30,6

Ao contrário do que ocorre no acompanhamento das compras e vendas industriais, onde se dispõe de um índice global abrangendo a totalidade do setor, para a análise do comportamento do setor comercial dispõe-se de dados relativos a alguns ramos tidos como os mais importantes. Os dados existentes até novembro de 1968 indicam, com relativa segurança, a evolução dos setores que são objeto de acompanhamento. Assim, em têrmos reais, foram os seguintes os resultados das vendas comerciais, de janeiro a novembro:

Grandes Magazines, +33%; Comércio de Tecidos, +30%; Comércio de Calçados, +15%; Comércio de Máquinas, +4%; e Supermercados, +28%. Enquanto isso, o comércio de alimentos acusou queda de aproximadamente 25%.

EXPORTAR FOI A SOLUÇÃO

As exportações licenciadas pela praça de São Paulo no decorrer do ano de 1968 situaram-se quase 50% acima do valor alcançado no exercício anterior. Contudo, a recuperação do valor total transacionado não foi acompanhada pela melhoria das exportações de produtos manufaturados. Enquanto êstes acusaram queda de 4%, os primários experimentaram incremento de 73%.

Em comparação com o ano de 1966, os resultados de 1968 foram um pouco mais discretos, ainda que para todos os itens tenham sido registrados aumentos. O valor total aumentou de 12%, sendo mais 10,5% para os primários e 17,3% para os manufaturados.

Embora os técnicos da Secretaria de Planejamento do Govêrno Abreu Sodré não tenham incluído na análise os dados relativos à exportação de café, observaram que a maior parte das exportações realizadas pela praça de São Paulo é constituída de produtos primários e semi-elaborados, mantendo-se os produtos manufaturados com uma participação que gira em tôrno de 20% do total.

— Apesar das inúmeras medidas tomadas no setor cambial objetivando favorecer os exportadores — afirmam os técnicos — o montante de produtos manufaturados licenciados para exportação não tem correspondido às previsões das autoridades governamentais, registrando-se de 1967 para 1968 um resultado negativo, ou seja, — 4%. As exportações de manufaturados pela praça de São Paulo, no último triênio, evidenciam o pequeno acréscimo registrado pelas vendas ao exterior de produtos brasileiros elaborados.

— Essa queda, porém, não indica que os manufaturados nacionais estejam perdendo mercado, sobretudo agora que, sob o regime de taxas móveis de câmbio, o exportador não pode alegar que o preço alcançado pelo seu produto no mercado internacional não seja, em algumas épocas, compensador. O fato é que, com exceção do exportador tradicional, em condições normais, o produtor brasileiro prefere realizar suas vendas no mercado interno, ainda que ùltimamente o Govêrno tenha simplificado bastante o processamento das exportações. Recordando-se que o movimento das vendas industriais em São Paulo durante o ano de 1968 apresentou bons resultados (acréscimo real de 20%, comparativamente ao ano de 1967), é de se acreditar que aquela preferência tenha se mantido.

MERCADO DE TRABALHO

A análise do comportamento do nível de emprêgo no Estado de São Paulo, no ano de 1968, ficou limitada ao setor industrial pela ausência de indicadores disponíveis para os demais setores econômicos. Essa análise mostra um crescimento de 7,92% com relação ao nível médio de 1967:

Ramos	Índice médio 1967	Índice médio 1968	68/67	Participação relativa (1)
Minerais não Metálicos	101,87	107,64	+ 5,66	9,02
Metalúrgica	98,47	108,67	+ 10,36	12,35
Mecânica	98,62	98,15	— 0,48	6,82
Mat. Elétrico e de Comun.	102,14	109,71	+ 7,41	8,84
Material de Transporte	101,27	114,23	+ 12,80	11,73
Papel e Papelão	101,16	102,89	+ 1,71	2,84
Borracha	98,37	94,03	— 4,41	2,12
Química	101,29	110,14	+ 8,74	6,49
Produtos de Perfumaria	108,40	133,25	+ 22,92	0,98
Produtos de Plástico	108,76	130,69	+ 20,16	1,63
Têxtil	98,68	109,38	+ 10,84	17,16
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	101,16	109,69	+ 8,43	5,86
Produtos Alimentares	108,75	113,28	+ 4,17	11,75
Bebidas	102,01	103,91	+ 1,86	2,01
Fumo	100,99	98,08	— 2,88	0,40
TOTAL			7,92	100,00

(1) Participação obtida com base nos dados do Registro Industrial relativo ao ano de 1965.

MOVIMENTO BANCÁRIO

Os dados levantados para a capital paulista pela assessoria conjunta do Ministério da Fazenda e do Banco Central, em São Paulo, no ano de 1968, registraram um crescimento nominal dos depósitos à vista e das aplicações do sistema bancário (exceto o Banco do Brasil) da ordem de 50% e 47%, respectivamente. Em têrmos reais, a elevação dos depósitos, em 1968, foi de 19,6%, enquanto o aumento das aplicações atingiu 15,8%. Os bancos atenderam, de certa forma, às necessidades de capital de giro das emprêsas, levando-se em consideração que o aumento estimado do setor industrial em São Paulo foi de 16,6%.

Segundo o estudo dos técnicos da Secretaria do Planejamento, houve épocas alternadas de alta liquidez (primeiro quadrimestre), de crise de crédito em meados do ano (maio a julho), volta à normalidade até outubro e indicações de redução da liquidez até o final do ano.

Dentro desse esquema, as operações do Banco do Estado de São Paulo são importantes pois indicam aumento de 48% para os depósitos e de 70% para as aplicações, quando se compara os saldos de dezembro de 1968 e de 1967. O quadro seguinte é bastante significativo:

TRIMESTRE	DEPÓSITOS Setor público	DEPÓSITOS Setor privado	DEPÓSITOS Total	APLICAÇÕES Crédito geral	APLICAÇÕES Crédito agrícola	APLICAÇÕES Crédito industrial	APLICAÇÕES Total	Caixa mais depósito no BB
I	422	364	786	498	76	11,8	586	104
II	448	418	866	563	87	13,8	664	147
III	490	494	984	704	74	16,2	795	145
IV	488	568	1 056	803(1)	90 (1)	19,2 (1)	912(1)	95

(1) Médias de outubro/novembro

A elevação altamente significativa das aplicações foram possíveis graças à política financeira adotada pelo Banco, quer desmobilizando seu capital, quer reduzindo o encaixe. As taxas de crescimento mais significativas dos empréstimos do BANESPA, na comparação das médias dos trimestres, foram as das Carteiras de Crédito Geral e Industrial (mais de 60%). Por outro lado, os depósitos totais do setor privado cresceram 56% em 1968.

BANESPA — INDICADORES FINANCEIROS DE 1968

Relações	1.º Semestre	2.º Semestre
Disponível/Depósitos	15,23	11,78
Aplicações/Capital	87,76	90,75
Imobilizado/Capital	50,69	40,99

Os técnicos da Secretaria de Planejamento lembram que a redução do encaixe e o volume de aplicações nas taxas observadas são perfeitamente permissíveis a um banco oficial do Estado, com tôdas as garantias governamentais. Por outro lado, o Banespa conta com substancial parcela dos depósitos de entidades públicas, sôbre os quais não incide a obrigatoriedade de recolhimento compulsório ao Banco Central.

BOLSA E CÂMBIO

— Muito falta ainda para que o mercado de capitais no Brasil venha a exercer sua função real e efetiva para o desenvolvimento econômico. Esta fragilidade é incompatível com o atual estágio de desenvolvimento industrial do país, principalmente da Região Sul, que muito depende do fluxo regular de capitais, afirma o Estudo da Secretaria de Planejamento.

Acrescenta, em seguida, que "a rigidez existente pode ser debitada, em grande parte, ao comportamento do público que, quer por preocupação exagerada na aplicação segura de suas poupanças (desconfiança no mercado), quer por desconhecimento da técnica dos jogos em Bôlsa, preferem aplicar mais em títulos de renda fixa. Daí a desvantagem específica do mercado de ações."

— O volume de negócios com ações mostrou, em 1968, uma tendência crescente, com variações consideráveis nos meses. Não necessàriamente a elevação do índice traduz mais negócios, mas pode significar apenas transferência de ações de uma emprêsa para outra que adquire o seu contrôle acionário. É o caso da compra do Banco Nacional da Lavoura e Comércio S/A pelo BANESPA, em janeiro.

À fase de alta das ações negociadas em Bôlsa no primeiro semestre, seguiu-se uma queda e uma indeterminação do mercado, embora voltasse, nos últimos meses, ao nível máximo atingido anteriormente. Nas últimas semanas de 1968, porém, começou a se firmar um nôvo ritmo ascensional, prolongando-se no presente ano.

O mercado acusou um período relativamente longo de alta, como mostra a evolução do índice da Bôlsa de Valôres em quase todo o primeiro semestre, crescendo de mais de 70% de janeiro a maio. Esta valorização das ações pode ser explicada por vários motivos, dentre êles a publicação dos balanços da maioria das emprêsas nos primeiros meses do ano e respectiva distribuição de dividendos, bonificações e a prorrogação do Decreto-Lei 157, dentre outros.

A partir de maio, quando os rumôres da elevação da taxa de câmbio foram mais persistentes, boa parcela dos investidores em ações transferiu suas poupanças para os títulos públicos (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), o que explica a queda do volume de negócios no mercado acionário e a elevação do já alto índice atingido pelas negociações com Obrigações Reajustáveis.

Os técnicos da Secretaria do Planejamento do Govêrno Abreu Sodré concluíram ainda que "a nova política cambial poderá trazer nôvo alento ao mercado acionário, transferindo para êle poupanças anteriormente destinadas à especulação em moeda estrangeira. As crescentes vendas das cotas dos Fundos Mútuos de Investimento poderão também dar continuidade ao estímulo de compra de ações."

Quanto ao comportamento do mercado cambial, em 1968, o estudo da Secretaria do Planejamento afirma que apresentou duas fases distintas, "cumprindo salientar que o divisor foi, justamente, o estabelecido da taxa móvel de câmbio."

— Até então — afirmam os técnicos — quando as modificações demandavam um período de tempo maior, e tendo em vista uma deterioração interna dos preços aliada a um excessivo prazo já decorrido desde a última modificação de taxa, o mercado principiava a se mostrar nervoso, observando-se oscilações violentas, sobretudo do lado das vendas. Foi, por exemplo, o que ocorreu na praça de São Paulo a partir da segunda quinzena de maio, quando apareceram os primeiros rumôres de uma iminente desvalorização do cruzeiro. Aquêles que possuíam dívidas em moedas estrangeiras trataram, como era natural, de fechar câmbio o mais ràpidamente possível, a fim de que não incorressem em débitos maiores. Enquanto isso, os exportadores, ante a perspectiva de maiores ganhos, não ofereciam suas divisas para venda, aguardando a elevação da taxa.

INFLAÇÃO CONTROLADA

Referindo-se ao problema do comportamento de preços em 1968, o estudo da Secretaria do Planejamento afirma que "no início de 1968 uma série de problemas desafiava a capacidade do Govêrno em dar prosseguimento à política de estabilização monetária. O excesso de liquidez do sistema, as dificuldades com o balanço de pagamentos, a incompressibilidade de despesas públicas, frustrando tentativas de redução do deficit orçamentário e as perspectivas desfavoráveis para a produção agrícola ameaçavam abalar sèriamente a execução de uma política antiinflacionária. Além disso, os inquéritos conjunturais revelavam que havia, no seio do empresariado brasileiro, impressão generalizada de que a inflação não seria debelada a curto prazo, admitindo-se mesmo recrudescimento do processo inflacionário."

— Apesar dessas dificuldades — lembram os técnicos — e de outras que surgiram no decurso do ano (crise estudantil e política), conseguiu-se manter a mesma taxa de inflação observada em 1967. De fato, os principais indicadores de preços mostram que essa taxa deve ter oscilado entre 24 e 25%.

Na Guanabara, o índice de custo de vida acusou aumento de 24% (contra 24,5% em 1967), e os preços por atacado se elevaram de 24,3% (contra 22,7%). Em São Paulo, segundo levantamentos procedidos pela Assessoria Técnica Conjunta do Banco Central e do Ministério da Fazenda, os preços de produtos industriais registraram alta de 23,4% (contra 24,5% em 1967). Enquanto isso, a Prefeitura Municipal da capital revelava que o custo de vida subia 25,2% (contra 25,3% em 1967).

INSOLVÊNCIA AGRAVADA

Em 1968, na praça de São Paulo, houve um pequeno agravamento da situação de insolvência da indústria, comércio e outros setores da economia, em comparação com o ano de 1967.

Os títulos protestados, que medem o nível de incapacidade das emprêsas de saldar as obrigações financeiras, acusaram incremento de 1% na quantidade e de 11% no valor, em têrmos reais. No tocante às concordatas, foram anotados aumentos de 16% e 17%, respectivamente, nas solicitações e nos deferimentos. As falências requeridas registraram queda de 4%, ao passo que as decretações elevaram-se de 26%. Esta disparidade, entretanto pode ser explicada pela defasagem que há entre o início e o final de um processo falimentar, notadamente quando se leva em conta o número elevado de pedidos registrados em 1967.

Os técnicos acreditam que a crise de liquidez do sistema econômico, irrompida em meados de 1968, foi a responsável pelas manifestações de incapacidade financeira que explodiram com certa intensidade a partir de agôsto. Acredita-se que êsses problemas estão intimamente relacionados com o tipo de crescimento econômico baseado em exagerado otimismo sôbre o comportamento do mercado consumidor e na expectativa de continuidade do processo inflacionário.

— No momento em que a pressão da demanda de capital de giro se depara com a incapacidade dos bancos comerciais de expandir suas aplicações, diante de limitações impostas pelas autoridades monetárias, surgem as dificuldades financeiras. Parece que enquanto o setor privado não se integrar à política governamental de estabilização monetária, essas crises serão inevitáveis, afirmam os técnicos da Secretaria.

FALÊNCIAS, CONCORDATAS E TÍTULOS PROTESTADOS

Ano	Falências Requeridas	Falências Decretadas	Concordatas Requeridas	Concordatas Decretadas	Títulos Protestados Quantidade	Títulos Protestados Valor Deflacionado NCr$ 1 000
1966	2 585	321	379	384	139 976	43 284
1967	3 685	491	277	279	169 640	44 797
1968	3 539	618	321	327	171 569	49 884 (1)

(1) Dado sujeito a revisão

BVPS — VALOR TOTAL DOS NEGÓCIOS

NCr$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1967	1968	Variação
Com ações	94,2	162,6	72,6%
Com ORTN	18,1	86,7	379,5%

NOTA: Além dos títulos acima, os títulos da Prefeitura de São Paulo têm acusado grande aceitação.

RECEITA PÚBLICA

De acôrdo com os dados relativos aos principais tributos federais (IPI e impôsto sôbre a renda) e estadual (impôsto sôbre circulação de mercadorias) e receita pública arrecadada no Estado de São Paulo, em 1968, experimentou acréscimos significativos em relação ao ano de 1967.

A média mensal de arrecadação do impôsto sôbre produtos industrializados elevou-se, em têrmos nominais, de NCr$ 130,7 para NCr$ 238,4 milhões, significando um acréscimo de 82% entre os dois períodos. Em têrmos reais, a média mensal elevou-se de NCr$ 118,5 para NCr$ 175,9 milhões, sendo a taxa de crescimento da ordem de 48%. Essa substancial elevação foi devida, principalmente, à elevação das alíquotas e à grande expansão da produção industrial do Estado (+16,6%). Em valôres nominais, no ano de 1968, foram arrecadados NCr$ 2 860,7 milhões, contra NCr$ 1 568 milhões, em 1967. Em valôres reais, essa arrecadação foi de NCr$ 2 111,3, em 1968, e NCr$ 1 422,4, em 1967.

Em valôres nominais, a arrecadação do impôsto de renda no Estado em 1968, atingiu o total de NCr$ 1 014,3 milhões, contra NCr$ 666 milhões em 1967. Em valôres reais essas arrecadações foram de NCr$ 743,2 milhões, em 1968, contra NCr$ 598,4 milhões, em 1967.

Observou-se uma elevação média mensal de arrecadação de NCr$ 56,5 para NCr$ 84,5 milhões, em têrmos nominais, e de NCr$ 49,9 para NCr$ 61,9 milhões, em têrmos reais. Percentualmente, houve um acréscimo nominal da ordem de 52% e um acréscimo real de aproximadamente 24% entre os dois períodos considerados.

Quanto à arrecadação do impôsto sôbre circulação de mercadorias, em valôres nominais ela atingiu o total de NCr$ 3 243,9 milhões, em 1968, contra NCr$ 2 051,5, em 1967. Em valôres reais essa arrecadação foi de NCr$ 2 391,8 milhões, em 1968, e de NCr$ 1 862 milhões, em 1967. Constatou-se, portanto, a elevação nominal dessa arrecadação, no ano de 1968, de 58%, sendo que a elevação real situou-se em tôrno de 28%, em relação ao ano de 1967.

Segundo os técnicos da Secretaria do Planejamento, "o comportamento favorável do principal tributo estadual deveu-se, fundamentalmente, à elevada expansão da economia paulista no ano passado — aproximadamente 8,7% — e à melhoria do sistema de arrecadação e fiscalização. O principal aspecto da evolução favorável da receita estadual foi possibilitar ao Govêrno do Estado a intensificação das obras nos setores prioritários, notadamente educação, saúde e transportes e energia elétrica.

A CORREÇÃO MONETÁRIA NOS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO

JESSÉ MONTELLO

Em épocas de inflação, o credor para não sofrer prejuízos decorrentes da desvalorização da moeda deve exigir correção monetária das importâncias que empresta. Frequentemente, nas operações a curto prazo, é cobrada a correção monetária juntamente com os juros, estabelecendo-se uma taxa que representa o efeito global da remuneração do capital, do risco da operação e da correção monetária. Essa taxa única, nos períodos de acentuado crescimento de preços, assume necessàriamente valôres elevados. É o que acontece, por exemplo, quando são cobrados em empréstimos juros de 2,5% ao mês. Essa taxa é equivalente à taxa anual de 34,5%. Quando conhecemos a taxa de inflação, pode-se obter a taxa real de juros. Por exemplo, para uma taxa de inflação de 22% ao ano, a taxa real correspondente à taxa mencionada de 34,5% é de 10,2%, conforme mostraremos adiante. Êsse modo de estabelecer uma taxa global para as operações financeiras tem, nos períodos de inflação acentuada, o inconveniente de dar a falsa impressão de queʒessas operações estão sendo realizadas a taxas exorbitantes. Sendo assim, seria de interêsse mostrar claramente nas operações financeiras não só a parcela da taxa única mencionada que corresponde a inflação, mas também aquela dos juros pròpriamente ditos (taxa real de juros), que por sua vez compreende a remuneração do capital e o risco da operação. A parte referente à remuneração de capital deverá ter valor relativamente pequeno, devendo ser aproximadamente igual às taxas de juros de países de moeda estável, com estrutura econômica equivalente à nossa. Achamos que, no máximo, deverá ser da ordem de 8%. Acrescentando-se a essa taxa aquela parcela correspondente ao risco de operação, obtém-se a taxa real de juros. Nas operações de longo prazo, com garantias reais, uma taxa real de juros de 8% é mais do que suficiente para remuneração de capital e risco de operação, tendo em vista ser quase nulo êsse risco.

DIVERSOS SISTEMAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA

No Brasil têm sido adotados diversos sistemas de correção monetária entre os quais se destacam:

I) adição simples da taxa de juros com a de inflação;

II) aplicação separada das taxas de juros e de inflação.

Vejamos qual dos dois sistemas terá interpretação econômica mais simples. Quando uma pessoa realiza um empréstimo do principal P e deseja liquidá-lo no fim de um ano, sabendo-se que a taxa real de juros é i, a importância que deveria pagar seria P (1 + i) se não tivesse havido inflação. No caso contrário, essa seria a importância que pagaria, quando expressa na unidade monetária da época inicial em que foi realizado o empréstimo. Sendo assim, para uma taxa de inflação j, a quantia que deverá pagar será

$$P (1 + i) (1 + j) = P [1 + (i + j) + i j],$$

quando expressa em unidade monetária da época em que a dívida será liquidada.

Essa expressão vem mostrar que o efeito de uma taxa de inflação sôbre um empréstimo realizado à taxa real de juros i pode ser medida pela soma.

$$j + i j = j (1 + i),$$

o que vem mostrar que a correção monetária deve também incidir sôbre os juros da operação.

Por exemplo, para uma taxa de juros de 8% ao ano e uma taxa de inflação de 20% ao ano, corresponde uma taxa global de acréscimo de capital:

$$20 + 8 + 0{,}20 \times 8 = 29{,}6\%$$

Tem sido prática corrente a determinação da taxa de operação de algumas de nossas instituições financeiras pela simples adição da taxa de juros com a de inflação. Quando se procede dêsse modo, não está efetivamente sendo cobrada a correção monetária prevista, mas um valor algo menor. De fato, nesse caso tem-se:

$$j (1 + i) = j^*,$$

sendo j^* a taxa de inflação prevista e j a taxa efetivamente cobrada. Daí resulta que

$$j = \frac{j^*}{1 + i}$$

Como exemplo considere-se uma taxa de juros de 8% ao ano e uma taxa de inflação prevista de 14% ao ano. Nesse caso, a taxa de inflação efetivamente adotada será:

$$j = \frac{0.14}{1{,}08} = 0{,}1296 \text{ ou } 12{,}96\%$$

Frequentemente, encontram-se problemas em que se deseja determinar a taxa real de juros quando se conhece a taxa global cobrada (incluída a da inflação). Nesse caso, $i + j (1 + i) = t$, sendo t a taxa global da operação. Donde resulta:

$$i = \frac{t - j}{1 + j}$$

Por exemplo, se a taxa global cobrada, incluindo provisão para inflação, é 36% ao ano, e a taxa de inflação 22%, então a taxa real de juros será:

$$= \frac{0{,}36 - 0{,}22}{1{,}22} = \frac{0{,}14}{1{,}22} = 0{,}115 \text{ ou } 11{,}5\%$$

CORREÇÃO MONETÁRIA NAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS PELO MÉTODO FRANCÊS DE AMORTIZAÇÃO

Quando se tem empréstimo a longo prazo no qual é fixada a taxa real de juros da operação, os valôres constantes do plano ou tabela de amortização estão expressos em unidades monetárias da época em que o empréstimo foi realizado. Por conseguinte, tanto as prestações como os estados das dívidas devem ser corrigidos monetàriamente para as épocas de pagamento das prestações da dívida.

Considerando-se, por exemplo, uma dívida de NCr$ 10 000,00 a ser amortizada em três anos por prestações semestrais e juros reais de 4% ao semestre. Pela tabela financeira, a prestação semestral necessária para amortização da dívida é NCr$ 1 907,62 e o plano de amortização é o seguinte:

QUADRO I

PLANO DE AMORTIZAÇÃO DE UMA DÍVIDA DE NCR$ 10 000,00 POR PRESTAÇÕES CONSTANTES DURANTE SEIS SEMESTRES. JUROS DE 4%/SEMESTRE

Semestre n.º	Estado da dívida	Amortização	Juros	Prestação
0	10 000,00	—	—	—
1	8 492,38	1 507,62	400,00	1 907,62
2	6 924,46	1 567,92	339,70	1 907,62
3	5 293,82	1 630,64	276,98	1 907,62
4	3 597,95	1 695,87	211,75	1 907,62
5	1 834,25	1 763,70	143,92	1 907,62
6	—	1 834,25	73,37	1 907,62
Total		10 000,00	1 445,72	11 445,72

Como vimos acima, todos os valôres constantes do quadro se referem à unidade monetária de época O. Cabe agora a pergunta. Qual teria sido o plano de amortização da dívida, se o índice de preço tivesse tido a seguinte evolução?

Semestre	Índice
0	100
1	110
2	118
3	128
4	133
5	138
6	144

Neste caso, o plano de amortização teria assumido os seguintes valôres expressos em unidades monetárias correntes das épocas em que foram pagas as prestações, obtidos pela direta aplicação dos índices acima.

QUADRO II

PLANO DE AMORTIZAÇÃO COM CORREÇÃO MONETÁRIA

PREÇOS CORRENTES

Semestre n.º	Estado da dívida	Amortização	Juros	Prestação
0	10 000,00	—	—	—
1	9 341,62	1 658,38	440,00	2 098,38
2	8 170,86	1 850,15	400,84	2 250,99
3	6 670,21	2 054,61	348,99	2 403,60
4	4 787,73	2 255,51	281,63	2 537,14
5	2 531,27	2 433,91	198,60	2 632,51
6	—	2 641,32	105,65	2 746,97

O funcionamento dêsse plano é o seguinte: As prestações previstas de NCr$ 1 907,62 no plano sem correção monetária assumem, em preços correntes, os valôres da última coluna do quadro anterior.

A dívida de NCr$ 10 000,00 em unidades monetárias de época 0 é equivalente a NCr$ 11 000,00 em unidades monetárias de época 1. Os juros dessa dívida serão:

NCr$ 11 000,00 × 0,04 = NCr$ 440,00

O saldo devedor, imediatamente depois do pagamento da prestação, pode ser obtido do seguinte modo:

NCr$ 11 000,00 — NCr$ 1 658,38 = NCr$ 9 341,62

As amortizações e estados das dívidas seguintes podem ser formadas de modo análogo.

Para finalizar êste trabalho desejo fazer duas observações:

1) As prestações corrigidas monetàriamente podem ser obtidas calculando para cada época a prestação que amortiza o estado da dívida corrigido monetàriamente para o prazo restante da dívida. Assim, por exemplo, NCr$ 2 098,38 é a prestação constante que amortiza NCr$ 9 341,62 em cinco semestres; NCr$ 2 250,99 é a prestação que amortiza NCr$ 8 170,86 em quatro semestres, etc.

2) Pode acontecer que o estado da dívida corrigido monetàriamente em uma época seja maior do que o da época anterior também corrigido monetàriamente. É o que pode acontecer com taxas de inflação elevadas e prazos de amortização de dívida muito longos. Por exemplo, considere-se um empréstimo de NCr$ 10 000,00 para ser amortizado em 180 meses a taxa de juros reais de 2/3% ao mês. Neste caso, a prestação mensal seria de NCr$ 95,57 e o estado da dívida imediatamente após o pagamento da primeira prestação seria NCr$ 9 971,10. Se a taxa de inflação fôsse de 2% ao mês, o estado da dívida assumiria o valor de NCr$ 10 170,52 que é superior ao valor inicial da dívida. Isso não constitui um inconveniente porque as duas quantias estão expressas em unidades monetárias distintas. Em têrmos reais, cada estado de dívida é sempre inferior ao anterior.

MANTER SUPERAVIT É A META DO GOVERNADOR ABREU SODRÉ

São Paulo (Sucursal) — Os recursos liberados pelo Govêrno Abreu Sodré, no exercício de 1968, para a realização de investimentos, elevaram-se a NCr$ 1 059 399 000,00, o que representou um aumento de 116% em relação ao ano de 1967. Os investimentos do Govêrno deverão pràticamente dobrar, também em 1969, em relação a 1968, subindo para NCr$ 2 039 876 313,00.

A proposta orçamentária para 1969, compreendendo tôdas as despesas e receitas de todos os podêres, órgãos e fundos, da administração direta e indireta, atinge a cifra de NCr$ 7 441 327 024,00. A preocupação fundamental do Governador Abreu Sodré, em 1969, será a de manter o superavit corrente, o equilíbrio financeiro do exercício e a adequação das operações de crédito para, dentro dêsses limites, desenvolver o mais amplo programa de investimentos.

Para tanto será necessário corrigir distorções no que se refere à política de pessoal, e avaliar, reduzir e uniformizar os custos, o que será alcançado através do próprio orçamento-programa. Os objetivos básicos do Govêrno quanto aos aspectos financeiros serão os seguintes, em síntese: segurança na execução financeira, política compensatória de pagamentos e ampliação dos recursos financeiros não inflacionários.

PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Dos recursos destinados à realização de investimentos, em 1968, num total de NCr$ 1 059 399 000,00, destacam-se os destinados à infra-estrutura (67%) e aos programas sociais (24%).

A evolução dos investimentos estaduais vinculados ao planejamento governamental no último quadriênio, por outro lado, foi auspiciosa, sobretudo quando se observa que passaram de NCr$ 149 milhões, em 1964, para NCr$ 488,5 milhões, em 1967, ressaltando-se que, em 1968, os recursos liberados experimentaram aumento de 116% em relação ao exercício anterior.

Os recursos liberados, no ano passado, pelo Govêrno do Estado, para investimentos, foram os seguintes, por setores de atividades:

DISCRIMINAÇÃO	*Valor NCr$ 1 mil*
Programas Sociais	258 370
Programas de Infra-Estrutura	707 095
Programas Agrícolas e Industriais	67 561
Programas de Administração	26 373
TOTAL	1 059 399

Os técnicos da Secretaria de Planejamento, entretanto, lembram que o montante global dos investimentos realizados sob a responsabilidade do Govêrno do Estado não chegam apenas àquele montante, devendo-se adicionar — para obtenção do valor total — as receitas próprias destinadas à ampliação dos serviços pelos órgãos de administração descentralizada, as dotações do Govêrno federal, os recursos obtidos para realização de obras mediante convênio com organizações nacionais ou internacionais, e também os recursos advindos de empréstimos externos destinados a obras específicas.

PROGRAMAS SOCIAIS

Os programas sociais representaram cêrca de 24% do total dos investimentos programados. Foram incluídos, nessa classificação, planos referentes à Educação, Saúde e Bem-Estar Social, Justiça e Segurança, Trabalho e Cultura, Esporte e Turismo.

A política observada no setor educacional — para o qual foram liberados recursos no montante de NCr$ .... 87 757 000,00 — visou, sobretudo, a aumentar a oferta de pessoal capacitado para o desenvolvimento e apurar a qualidade do corpo docente.

Visando a uma melhoria do ensino, foram aplicados recursos pelo Departamento de Educação em cinco projetos prioritários, sendo o principal dêles o de Reestruturação e Ampliação da Orientação Pedagógica nas Escolas Primárias de São Paulo. Com referência à modernização de currículos, foram instalados 13 centros pilotos de orientação, em todo o Estado, que possibilitarão a introdução de novas técnicas de ensino e aprendizagem.

O plano estadual deu ênfase à implantação e fortalecimento de institutos e centros de estudos especiais, que objetivem a incorporação da universidade ao desenvolvimento da pesquisa tecnológica.

Procurando resolver o problema educacional, foram destinados NCr$ 33 460 000,00 para a construção de prédios escolares pelo Fundo Estadual de Construções Escolares, e mais NCr$ 11 milhões pelo Fundo para Construção da Cidade Universitária. O FECE iniciou a construção de 732 novas salas em 1968, enquanto o Fundo para a Construção da Cidade Universitária liberou verbas para a edificação do Laboratório de Hidráulica, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Odontologia, galpões para a Faculdade de Filosofia e outros.

Para as 15 faculdades do interior paulista, que constituem os Institutos Isolados do Ensino Superior, o Govêrno Abreu Sodré destinou NCr$ 9 206 000,00, destacando-se a dotação para ampliação da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu. A expansão de quase tôdas as atividades da Universidade de São Paulo, nos seus diversos setores, bem como a realização de planos parciais, como a criação do Curso Experimental de Medicina, na Cidade Universitária de São Paulo, foram efetivadas com a importância de NCr$ 2 332 000,00.

A dotação destinada ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, no total de NCr$ 3 774 000,00, objetivou a construção e prosseguimento de obras que possibilitarão o desenvolvimento da medicina especializada. O advento dos transplantes renais e cardíacos obrigou o HC a uma reformulação de seus programas, que contou com a colaboração e assistência do Govêrno Abreu Sodré.

SAÚDE E BEM-ESTAR

O setor de Saúde e Bem-Estar Social recebeu, no exercício de 1968, a dotação de NCr$ 122 129 000,00, distribuída da seguinte maneira: Secretaria da Promoção Social, NCr$ 15 091 mil; Secretaria da Saúde Pública, NCr$ 32 819 mil; Secretaria de Obras Públicas, NCr$ 18 615 mil Departamento de Águas e Esgotos, NCr$ 44 704 mil, e Fundo Estadual de Saneamento Básico, NCr$ 10 milhões.

No que diz respeito às construções civis ligadas à promoção do bem-estar social, a maior parte dos recursos foi destinada às creches, merecendo destaque, também, as obras efetuadas na Casa do Trabalhador, onde se instalará o Serviço Social do Estado.

Enquanto isso, na área de assistência a psicopatas, incluída entre os setores prioritários, o Governador Abreu Sodré tomou medidas, em 1968, visando à normalização dessa atividade. Dêsse modo, foram instalados no Hospital Psiquiátrico de Botucatu 250 leitos que, somados aos 850 leitos novos já existentes, perfazem o total de 1 100. Além dêsses, 450 leitos novos foram criados, mediante convênios com entidades particulares. A rêde de unidades sanitárias, especialmente no interior, foi ampliada e reaparelhada.

No setor de obras foram programadas construções e reformas nos Hospitais Psiquiátricos de Américo Brasiliense e de Botucatu e em hospitais situados em Santos, Sorocaba, Mirandópolis, Echaporã, Lins, Bauru, Casa Branca e outros, que virão atender a situação agravada pelo contínuo crescimento da demanda.

O Secretário da Saúde, Dr. Válter Lezer, no combate a endemias e nas campanhas de imunizações, iniciou programas de vacinação antipólio, vacinação tríplice, vacinação contra o tétano e sarampo, além de campanha de erradicação da varíola e de serviços de educação sanitária.

Com a finalidade de coordenar os trabalhos relativos à captação, adução e tratamento de água para a região da Grande São Paulo, o Govêrno Abreu Sodré criou a Companhia Metropolitana de Água de São Paulo — Comasp. Paralelamente, criou também o Fundo Estadual de Saneamento Básico — FESB — responsável pelo financiamento de programas de instalação de águas e esgotos em municípios do Estado. Para o perfeito cumprimento dos seus propósitos, o FESB está atuando juntamente com o Banco Nacional da Habitação, que lhe destina também parte dos seus recursos.

PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA

Sessenta e sete por cento dos investimentos estaduais destinaram-se aos programas de infra-estrutura, num total de NCr$ 707 095 000,00, de acôrdo com a seguinte distribuição:

DISCRIMINAÇÃO	*Valor NCr$ 1.000*
Secretaria de Transportes	34.113
Cia. Paulista de Estradas de Ferro	19.700
Cia. Mogiana de Estradas de Ferro	17.460
Cia. do Metropolitano de São Paulo	25.000
Departamento de Estradas de Rodagem	90.000
Viação Aérea São Paulo — VASP	17.735
Sec. de Transportes — Dep. Aeroviário	2.091
Sec. de Transportes — Dep. Hidroviário	410
Comissão Executiva da Navegação do Tietê—Paraná	1.650
Centrais Elétricas de São Paulo	387.500
Dep. de Águas e Energia Elétrica	85.698
Cia. de Telecomunicações do Estado de SP ..	6.845
Conselho Estadual de Telecomunicações	101
Departamento de Obras Públicas	18.792
TOTAL	707.095

O setor de transportes tem papel-chave na localização das atividades econômicas em crescimento e é de importância fundamental na operação do sistema econômico, pois seus serviços são utilizados por, pràticamente, tôdas as unidades produtivas.

No setor ferroviário, o Govêrno Abreu Sodré procurou executar uma maior racionalização dos investimentos, com a reestruturação administrativa e operacional da rêde, bem como o melhoramento e retificação do traçado em vários ramais. Para maior eficiência e economia das atividades do sistema ferroviário, foram importadas dez locomotivas elétricas para a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, e 17 diesel-elétricas para a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.

As rodovias, no Brasil, se apresentam como a modalidade mais importante no atendimento da demanda por serviços de transporte e, por isso, devem ter sua capacidade de oferta continuamente renovada. Dêste modo, a programação para 1968 do Govêrno Abreu Sodré incluiu o término de uma das fases da Rodovia Presidente Castelo Branco, com a conclusão da pavimentação do trecho Barueri—Tôrre da Pedra e início da implantação do trecho Tôrre da Pedra—Entroncamento Avaré—São Manuel, acesso de Sorocaba.

Outras obras importantes foram também executadas no âmbito do transporte rodoviário, como o Pequeno Anel Rodoviário e a elaboração de estudos e projetos para a Estrada do Imigrante.

Para atender ao programa de reequipamento da frota da VASP, o Govêrno Abreu Sodré autorizou aumento de capital desta sociedade, destinando uma verba de NCr$ 17.735 mil. A programação no setor de transportes hidroviários visou à ampliação dos portos de São Sebastião e Ubatuba e às obras a serem realizadas pela Comissão Executiva da Navegação do Sistema Tietê—Paraná.

ENERGIA E COMUNICAÇÕES

No setor de energia, entre as realizações mais importantes, estão o levantamentos topográficos, geológicos, hidrológicos, pedológicos e climatológicos do Estado, com o objetivo de esquematizar, identificar e analisar novos aproveitamentos da região de São Paulo. As obras de geração e transmissão de energia elétrica, sob responsabilidade do Estado, foram implementadas com os estudos, projetos e construções no alto e baixo Tietê, e no alto e médio Paraíba, subordinados ao Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Além dos programas de geração, o Govêrno Abreu Sodré desenvolveu extenso programa de transmissão e distribuição de energia elétrica, destacando-se as linhas das Centrais Elétricas de São Paulo e os projetos das usinas de Jupiá, Ilha Solteira, Xavantes, Ibitinga, Promissão e outros.

Durante o ano de 1968, a Companhia de Telecomunicações do Estado de São Paulo — Cotesp, objetivou acompanhar, com a oferta adequada de meios, a elevação do tráfego telefônico e a expansão e automatização das rêdes locais. Nesse sentido, foram previstas reformas das rêdes de Cunha—Santa Isabel e São Luís de Paraitinga, automatização das rêdes do litoral norte (São Sebastião, Ubatuba e Paraibuna) e instalação de rêdes em Biritiba Mirim e Caraguatatuba.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Da fase delicada em que se encontrava, em 1966, o Tesouro do Estado passou, em 1967, a ter sua situação consolidada, o que permitiu iniciar a regularização das distorções existentes no sistema de pessoal e retomar o programa de investimentos. O ano de 1968, portanto, correspondeu ao período de recuperação das finanças, pelo Govêrno Abreu Sodré, o que permitiu completar a regularização do sistema de pessoal, através de regimes especiais de trabalho e de reestruturação de carreiras.

A 1 de janeiro de 1968, o Estado apresentava-se com um passivo financeiro líquido de NCr$ 1 411 460 503,44 e o orçamento para 1968 foi aprovado com um deficit de previsão de NCr$ 289 055 350,00. Em decorrência disto, foram adotadas as seguintes providências disciplinando a execução orçamentária:

a) instituiu-se o Fundo de Reserva Orçamentária; b) criou-se o regime de quotas trimestrais para aplicação de recursos; c) regulamentou-se a utilização de recursos para ampliação dos serviços públicos e para os serviços em regime de programação especial; d) estabeleceu-se o regime orçamentário e financeiro para aquisição de material de consumo; e) foi aprovado o convênio firmado entre os Secretários da Fazenda de São Paulo, Arrôbas Martins e dos Estados da região Centro-Sul; e f) fixou-se a alíquota do ICM em 17%.

Isto fêz com que os órgãos técnicos da Secretaria da Fazenda conseguissem realizar uma economia efetiva de NCr$ 729 118 697,14. A despesa total, autorizada, era de NCr$ 5 441 670 203,70, mas a efetivamente realizada foi de NCr$ 4 712 551 506,56, com uma diferença para menos de 13,4%.

Dêste modo, a receita realizada a mais (NCr$ .... 456 348 377,47) somada à economia conseguida na realização da despesa (NCr$ 729 118 697,14), ou seja, a quantia de NCr$ 1 185 467 074,61, cobriu o deficit potencial de NCr$ 1 186 260 203,70, deixando o superavit de NCr$ 206 870,91.

ORÇAMENTO-69; OBJETIVOS

O Govêrno Abreu Sodré tem um orçamento-programa para 1969 que apresenta um planejamento realista, desenvolvido em duplo sentido: descendente quanto às diretrizes e ascendente quanto à elaboração. O trabalho executado compreende 898 programas, 2 547 subprogramas e 1 109 projetos.

Partindo do conceito moderno de equilíbrio orçamentário, que resulta da cobertura adequada do programa de Govêrno em função dos custos econômicos e sociais das receitas auferidas ou levantadas, mediante operações de crédito, a preocupação fundamental do orçamento-programa para 1969 foi a de manter o superavit corrente, o equilíbrio financeiro do exercício e a adequação das operações de crédito para, dentro dêsses limites, desenvolver o mais amplo programa de investimentos.

Para tanto será necessário: a) corrigir distorções no que se refere à política de pessoal, e b) avaliação, redução e uniformização de custos, o que será alcançado através do próprio orçamento-programa.

Quanto aos aspectos financeiros, os objetivos básicos do Govêrno Abreu Sodré, em 1969, serão, em síntese, os seguintes:

a) segurança na execução finanecira, de forma a permitir a continuidade das atividades a custo mais adequado, eliminando-se as indeterminações na realização dos pagamentos; b) adoção da política compensatória de pagamentos, reduzindo-se os desequilíbrios de volume no decorrer do exercício, e c) ampliação dos recursos financeiros não inflacionários, para execução dos programas governamentais.

POSIÇÃO GLOBAL

A proposta orçamentária para 1969, compreendendo tôdas as despesas e receitas de todos os podêres, órgãos e fundos, da administração direta e indireta, atingiu a cifra de NCr$ 7 441 327 024,00, dos quais NCr$ 7 bilhões pertencem ao Estado e NCr$ 441 327 024,00 às autarquias.

No montante do Estado, também se inclui a parcela de 20% sôbre a arrecadação do ICM, pertencente aos municípios, no valor de NCr$ 1 106 milhões. Está computada, ainda, na receita, a quantia de NCr$ 523 122 500,00, relativa a operações de crédito, para cobertura do deficit previsto.

Deduzidas essas parcelas, verifica-se que a receita do Estado, pròpriamente dita, se reduz a NCr$ 5 370 877 500,00 em que o ICM concorre com 82,37%.

No que diz respeito às despesas, fixadas em NCr$ .... 7 441 327 024,00, uma vez excluídos os gastos relativos às entidades da administração indireta, no valor de NCr$ .... 441 327 024,00, e a parcela do ICM pertencente aos municípios, no valor de NCr$ 1 106 milhões, a despesa pròpriamente do Estado será de NCr$ 5 894 milhões, dos quais NCr$ 2 512 666 624,00 se referem a pessoal e encargos correlatos.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA

Na distribuição da despesa por unidades orçamentárias, verifica-se que a maior parcela é a inscrita na Administração-Geral do Estado, no valor total de NCr$ ...... 3 517 774 879,00. Nessa parcela, porém, se incluem as dotações relativas à quota dos municípios no ICM e as destinadas aos programas especiais de ampliação de serviços e investimentos nos serviços públicos. A dotação, em verdade, para êsse título, representa apenas 14,05% do total.

À Secretaria da Educação foram destinados recursos no montante de NCr$ 1 023 044 150,00, ou seja, 17,35% do total. A dotação destinada à Universidade de São Paulo será de 111% a mais do que no exercício de 1968. O Hospital das Clínicas foi contemplado com uma dotação superior, em 82%, à que lhe foi destinada em 1968. Os recursos relativos à manutenção do setor Educação, acrescidos da parte de ampliação e investimentos, alcançam a cifra de NCr$ 1 114 622 000,00, ou seja, 23,7% da receita tributária — superior, portanto, ao mínimo constitucional.

Pelas principais funções, as despesas orçamentárias assim se distribuem, em 1969: Educação, 18,91%; Bem-Estar Social, 12,56%; Viação, Transportes e Comunicações, 7,14%; Saúde, 5,70%; Serviços Urbanos (Saneamento), 4,25%; Administração Financeira, 5,33%; Recursos Naturais e Agropecuários, 3,01%.

DINAMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Com os recursos previstos para 1969, a Secretaria da Educação pretende alcançar os seguintes objetivos:

a) experiência pilôto para a regionalização do ensino, com a criação e instalação de uma Divisão Regional de Ensino; b) reorganização estrutural e funcional da Secretaria; c) mecanização por processo eletrônico; d) aquisição ou construção de prédio para instalação da Secretaria; e) aumento do número de bôlsas-de-estudo.

No que diz respeito às atividades do ensino elementar, secundário e normal, foram previstos recursos para: a) manutenção e ampliação da rêde, para atendimento das respectivas faixas etárias; b) assistência pedagógica para melhoria qualitativa do ensino; c) instalação de classes de recuperação para enfrentar o problema da repetência; d) publicações para orientação e atualização do professor; e) renovação pedagógica com aproveitamento das experiências obtidas pelos grupos experimentais, ginásios pluricurriculares e vocacionais; f) assistência pedagógica específica às primeiras e segundas séries ginasiais e à rêde de estabelecimentos de ensino em geral, com vistas ao melhor rendimento escolar; g) inscrição antecipada aos exames de admissão e realização dêsses exames unificados para conhecimento, em tempo hábil, das reais necessidades como ainda da democratização das oportunidades; h) aquisição de equipamentos e material permanente para a rêde de estabelecimentos de ensino; i) reformulação e ampliação dos trabalhos afetos ao Serviço de Educação de Adultos, para melhor e maior aproveitamento das suas possibilidades; j) ampliação da assistência médico-dentária.

O orçamento prevê recursos para a instalação e funcionamento de quatro colégios técnicos, através de convênios com o Govêrno da União e para a subvenção de outros 7 colégios técnicos em convênio com prefeituras municipais. Em relação ao ensino agrícola, a programação prevista inclui: a) ampliação e equipamento para três colégios agrícolas, dotando-os de capacidade para 600 alunos cada um; b) transformação de 2 ginásios agrícolas em colégios; c) transformação de quatro escolas de iniciação agrícola em ginásios comuns; d) obras complementares para funcionamento de 10 escolas de iniciação agrícola; e) construção e equipamento para a instalação de 22 escolas de iniciação agrícola.

O total de salas necessárias, em 1969, será de 3 380 e no orçamento para êste ano estão consignados recursos para a cosntrução de 600 salas de aula para o ensino primário, 1 200 para os ginásios e a adaptação de 16 prédios existentes e seis novos para o segundo ciclo.

OBRAS PÚBLICAS EM 1968

ENERGIA ELÉTRICA

A CESP INVESTE DIÀRIAMENTE NCR$1.500.000 ISTO É, MAIS DE NCR$ 60.000 POR HORA.

EM 1969 O GOVERNADOR SODRÉ INAUGURARÁ URUBUPUNGÁ

RÊDE DE ESGÔTO

300 KM. DE RÊDE DE ESGOTOS BENEFICIANDO 350 MIL PAULISTANOS.

CUSTO DAS OBRAS - NCR$ 100. POR KM. CONSTRUIDO.

RÊDE DE ÁGUA

20 CONTRATOS ASSINADOS NO VALOR DE NCR$20.000.000 MAIS 172 MILHÕES DE LITROS DIÁRIOS DE ÁGUA.

EDUCAÇÃO

ENSINO PRIMÁRIO - SÓ ÊSTE ANO FORAM CONSTRUIDAS 453 NOVAS SALAS.

CONTRATADOS 13.466 PROFESSÔRES.

SAÚDE

1) FOI ERRADICADA A PARALISIA INFANTIL

2) VACINAS APLICADAS

1.500.000 CONTRA VARIOLA

1.000.000 TRIPLICES

500.000 CONTRA TETANO

Investimentos paulistas

1967	NCr$	500 000 000
1968	NCr$	1 200 000 000

O aumento foi superior a 100%

Primeira previsão para 1969: investimento de	NCr$	2 039 000 000

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

JOSÉ E. MINDLIN

Apesar do título, êste artigo não pretende estudar exaustivamente os desequilíbrios regionais através da História, mas apenas sugerir algumas linhas de pensamento, na esperança de que provoquem estudo mais aprofundado, certamente de interêsse. De todo modo, numa época em que os desequilíbrios regionais, quer no plano nacional, continental ou mundial, estão na ordem do dia, não deixa de ser atraente, e até mesmo repousante, esquecer um pouco as agruras do presente e refletir sôbre o que ocorreu no passado.

Podem os eventuais leitores tranqüilizar-se, no entanto, pois êste artigo limitar-se-á ao plano nacional, e, mesmo dentro dêsse plano, deixará aos especialistas a investigação detalhada dos aspectos históricos e econômicos, procurando apenas examinar qual a evolução, em passado relativamente recente, do processo de desenvolvimento nas várias áreas do país.

OBJETIVO

O objetivo principal desta indagação é procurar verificar se o desequilíbrio regional que hoje existe no Brasil constitui ou não uma fatalidade histórica, suscetível de desencorajar quaisquer aspirações de progresso. A primeira constatação que desde logo se pode fazer desmente por completo a hipótese. A atual posição desfavorável do Norte e Nordeste em relação ao Sul não representa qualquer fatalidade ecológica irremediável. Pelo contrário, històricamente, sempre existiu um desequilíbrio em favor do Nordeste, que no passado teve desenvolvimento muito maior do que o Sul.

Desde o século XVI, em que se iniciou o plantio da cana e fabricação do açúcar em Pernambuco, passando pelo século XVII, em que essas culturas se estenderam até a Bahia, até o século XVIII, que assinalou o início das culturas no Estado do Rio, e a descoberta das Minas Gerais, São Paulo se manteve em nível de uma lavoura de subsistência, e de atividades meramente comerciais, ao passo que o Nordeste foi o centro econômico e político do país, o centro político só tardiamente se transferindo para o Rio de Janeiro. Também no século XVIII, até meados do século XIX, viveu o Maranhão uma época de grande progresso, graças à cultura algodoeira, e o fim do século XIX assinalou um período de grande prosperidade para a Amazônia.

Em São Paulo, entretanto, até meados do século XIX, a prosperidade era muito relativa, embora fôsse grande a atividade resultante do espírito empresarial que ali se revelava sob variadas formas, quer nas bandeiras, quer no abastecimento das minas, quer no transporte de animais do Rio Grande do Sul e de Sta. Catarina. Como cultura, porém, predominava a cana, da mesma forma que no Nordeste.

Quando, em meados do século XIX, as primeiras medidas de repressão à escravatura começaram a tornar agudo o problema da falta de braços, e quando o açúcar deixou de ser, por fôrça da introdução do açúcar de beterraba, o grande negócio que representava até então, é que ocorreu, segundo parece, o ponto crucial de reversão do processo, e o Nordeste cedeu para o Sul a primazia de que desfrutava. Daí por diante, tornou-se cada vez mais sensível o empobrecimento do Nordeste e o enriquecimento do Sul como áreas sócio-econômicas. A razão parece ser de haver o Nordeste insistido na exploração antieconômica de uma cultura que já não oferecia as mesmas perspectivas de lucro, e de haver São Paulo optado por uma radical mudança, pràticamente abandonando o açúcar para se dedicar ao café. O simples fato, entretanto, de o Nordeste ter sido até então a área mais rica do país, evidencia que tinha plenas possibilidades de progresso, e que não estava condenado irrecorrivelmente à posição de desequilíbrio em relação ao Sul em que veio mais tarde a se encontrar.

Oligarquias existiam no Norte e no Sul, mas ao passo que os grandes proprietários do Norte insistiram em se utilizar do trabalho escravo, e manter a estrutura quase feudal da propriedade da terra, preocupando-se muito mais com soluções políticas do que econômicas para os seus problemas, em São Paulo se manifestou novamente o espírito empresarial a que aludimos, e que havia provocado as atividades econômicas dos séculos anteriores. Os grandes fazendeiros resolveram então enfrentar o problema da falta de braços através da imigração. Não que isso tivesse representado uma solução imediata, pois a falta de braços se fêz sentir até as primeiras décadas dêste século, mas os fazendeiros paulistas souberam reconhecer que o trabalho escravo estava condenado, e não representava mais um fator de produção construtivo.

Quando, por volta de 1850, decidiram dedicar-se ao café e descobriram as terras roxas, incentivados pelos fazendeiros que do Rio passaram para o vale do Paraíba, viram também claramente êsses fazendeiros que não poderiam progredir se não desenvolvessem intensa atividade privada, contando muito mais consigo mesmo do que com medidas governamentais. Assim é que boa parte da infra-estrutura econômica, representada pelas estradas de ferro e energia elétrica, foi obra de particulares de São Paulo. O traço divisor, entretanto, parece encontrar-se efetivamente no início da imigração. Já então haviam sido feitas várias tentativas de colonização, com a vinda de colonos da Alemanha, Suíça, Luxemburgo e Holanda, mas não sòmente algumas dessas tentativas não tiveram o resultado esperado, por falta de adaptação dos colonos, como êsse tipo de colonos não interessava pròpriamente aos lavradores paulistas, que tinham como preocupação principal a obtenção de braços para as próprias lavouras, e não o incentivo de formação de culturas independentes, pelos imigrantes. Daí a constituição de companhias destinadas à importação de trabalhadores agrícolas, em que a atividade particular exerceu papel preponderante, embora conseguissem os fazendeiros, através da influência que tinham na política estadual, que o Govêrno de São Paulo subvencionasse a imigração. A atividade particular, entretanto, foi tão importante, que houve casos, como o do Conselheiro Antônio Prado, em que êle pessoalmente chegou a contratar com o Govêrno italiano a vinda de centenas de famílias por ano.

Iniciado êste processo no Sul, e mantidas no Norte as estruturas agrárias oligárquicas e semifeudais, o desequilíbrio regional foi-se acentuando, desta vez em favor do Sul, com onão poderia deixar de ocorrer.

FATOR DE PROGRESSO

O elemento imigratório, por sua vez, introduzindo nôvo dinamismo e uma nova concepção de vida, constituiu irresistível fator de progresso. Os próprios imigrantes, que iniciaram sua vida no Brasil como simples colonos, foram adquirindo terras e cultivando café por conta própria, chegando no decorrer de algumas décadas a possuir as maiores plantações — basta lembrar que Francisco Schmidt, o Rei do Café, e Geremia Lunardelli, seu sucessor no título, iniciaram sua vida como colonos. A segunda geração de imigrantes veio trabalhar na indústria, que então se iniciava, e o elemento imigrante, não tolhido em suas atividades por restrições de status, acabou por suplantar a aristocracia rural que o havia trazido para o Brasil. Êste fenômeno se acentuou na década de 30, quando a crise do café arruinou os grandes fazendeiros, e emergiu uma nova classe, a verdadeira classe média brasileira, que vem desde então se afirmando nas atividades econômicas e culturais, e na qual o elemento imigrante, ou descendente dos primeiros imigrantes, tem participação substancial.

A constatação que se impõe, através do exame dêstes fatos históricos, é que não existe, para o desenvolvimento das áreas hoje empobrecidas, qualquer impedimento irremovível. Se as áreas do país, que tiveram maior prosperidade, hoje se encontram em posição desfavorável em relação ao Sul, isto se deve a opções erradas, a estruturas agrárias que deviam fatalmente resultar em ineficiência e empobrecimento, mas não a fatalidades climáticas ou ecológicas, contra as quais seria inútil tentar reagir. Se o Norte e o Nordeste já foram as regiões mais prósperas, não há razão para que não recuperem sua prosperidade, desde que sejam alteradas as condições que determinaram a ocorrência do desequilíbrio ora existente. É, aliás, o que já está acontecendo, e a aplicação, àquelas áreas, do espírito empresarial que permitiu o desenvolvimento do Sul já começa a produzir frutos também no Norte e Nordeste. Não há como, entretanto, escapar às lições da História. O que permitiu o pesenvolvimento do Sul foi o desapêgo às idéias tradicionais, foi a reforma agrária, que em São Paulo já está realizada de longa data, foi a imigração, que permitiu o surgimento das mais variadas atividades econômicas.

O que impediu que o Norte e o Nordeste conservassem e aumentassem sua prosperidade, foi a insistência na exploração antieconômica de uma cultura que, òbviamente, não podia naquelas condições continuar a produzir os mesmos benefícios do passado. Foi a manutenção de um espírito oligárquico, que hoje felizmente está desaparecendo. Foi a permanência de uma estrutura agrária semifeudal, com todos os inconvenientes que acarretava.

Existem, pois, explicações suficientes para a inversão que se verificou nas posições respectivas do Norte e do Sul, e o tema sugere e aconselha estudo aprofundado.

A animadora conclusão que desde logo se pode alcançar, entretanto, é que nada impede que o Norte e o Nordeste atinjam novamente grau muito maior de desenvolvimento, desde que adotem soluções semelhantes, e se disponham a utilizar os mesmos fatôres que provocaram o desenvolvimento do Sul.

EDUCAÇÃO RESPONDE AO DESAFIO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

São Paulo (Sucursal) — O desafio da explosão populacional só pode ser enfrentado com a explosão educacional — esta é a definição da filosofia administrativa do Govêrno Abreu Sodré no setor educação, cujos objetivos têm como síntese "educar para a democracia e preparar para o trabalho."

O Govêrno do Estado está investindo 33% do orçamento em educação (NCr$ 1 bilhão e 593 milhões), superando, portanto, as despesas do Govêrno federal no mesmo setor. Constitui, ainda, a maior marca registrada até hoje na história da América Latina em educação. Só no ano passado, o Fundo Estadual de Construções Escolares construiu 2 538 salas de aula, programando a construção de 2 700 novas salas êste ano.

NÔVO RECORDE

Em dois anos, o Govêrno Abreu Sodré deu escolas para 850 mil jovens, batendo tôdas as marcas alcançadas em governos anteriores. Êste dado é confirmado pelas seguintes estatísticas: em 1966 foram matriculados 2 161 953 alunos na rêde de ensino básico do Estado; em fevereiro de 1967, já sob o Govêrno Abreu Sodré, foram matriculados 2 277 797 alunos; no ano passado o número de estudantes matriculados atingiu 2 613 848. Para garantir matrículas a 2 984 000 jovens êste ano, o Govêrno do Estado já construiu 1 500 salas de aula, devendo atingir 2 mil até o fim do ano.

Para atender a êste aumento no número de matrículas, o Governador Abreu Sodré criou, nos seus dois primeiros anos de administração, 5 mil novos cargos de professor primário e 6 500 no médio. Instalou ainda 140 novos ginásios, 33 colégios técnicos e 20 colégios agrícolas; equipou 60 ginásios pluricurriculares e criou 15 Centros de Orientação Pedagógica.

Em 1966 foram matriculados 15 932 alunos no ensino superior; em 1967, 17 179; em 1968, 22 746 e em 1969, ... 29 467. A Cidade Universitária ganhou mais 130 297 metros quadrados de novas instalações.

O Govêrno Abreu Sodré vai aplicar, êste ano, NCr$ 1 bilhão e 593 milhões no setor de ensino — a maior marca registrada até hoje na história da América Latina — contra NCr$ 972 milhões em 1968 e NCr$ 540 milhões em 1967.

O objetivo do Governador Abreu Sodré é fazer escolas para todo o povo e, nos seus últimos pronunciamentos, tem reiterado que "o crescimento das unidades de ensino não pode se processar ao sabor de motivações políticas, vaidades, rivalidades e interêsses de grupos. Sòmente o interêsse social deve prevalecer no planejamento da criação de novas escolas."

PROVA DO ACÊRTO

O Govêrno considera que a escola pública no Estado já atingiu os propósitos de integração e desenvolvimento. O acêrto da política educacional em execução está implícito na constatação do número de matrículas à primeira série ginasial dos ginásios estaduais: de 120 mil alunos, em 1967, passou para 244 mil no exercício findo.

Ao nível do ensino primário, foram criados, em 1968, 39 novos grupos escolares, 535 escolas isoladas e 282 escolas de emergência. A rêde de estabelecimentos de ensino secundário aumentou de 595, em 1967, para 866 no ano passado, com um acréscimo de 271.

A ampliação da rêde registrou-se, em maior escala, no que respeita aos ginásios, fato visto como conseqüência do esfôrço de democratização do ensino médio. Além disso, o Governador Abreu Sodré assinou recentemente decretos criando 250 novos ginásios no Estado.

Segundo informação da Chefia do Ensino Secundário e Normal, 597 417 alunos frequentaram os cursos secundários oficiais durante 1968, constatando-se um aumento de 140 mil em relação a 1967. Existem, atualmente, 507 ginásios, 102 colégios, 67 ginásios e escolas normais (mistos), 68 colégios e escolas normais e 122 institutos de educação.

BASE RENOVADA

— O objetivo da escola primária é preparar o homem para o ano 2000 — a definição é do chefe do Ensino Primário de São Paulo, professor Cândido de Oliveira.

Ela serve, em suma, para dar uma idéia da reformulação que o ensino primário vem experimentando, com vistas à superação das falhas existentes e objetivando a melhoria qualitativa no setor. A reforma parte do diagnóstico das deficiências atuais e inclui nôvo currículo e novos programas.

A implantação dos projetos básicos já foi iniciada, procurando-se anular os velhos processos mecânicos do primário, através dos quais as crianças aprendiam tudo — desde ler e escrever até bons modos — sem conseguir assimilar quase nada. Agora, abandonam-se os excessos e as matérias repetidas.

O programa atualmente experimentando é mais flexível e deixa aos professôres inúmeras alternativas criadoras, na opinião do professor Cândido de Oliveira. Eis algumas das perspectivas propostas:

a) Em cada sala de aula se desenvolve um ensino em busca da escolaridade ideal, dentro da relação aluno-professor-recursos. Não há possibilidade de tôda uma região estar em tal ou qual *ponto*. Não há pontos, não há etapas certas para serem vencidas, não há caderno de registro de aulas copiado de professor para professor. O que existe são dois anos letivos para dotar crianças de educação e de instrução, sendo esta prática, objetiva e real;

b) Desaparecem a *sabatina*, a *prova mensal* e o *exame* uniformes, preparados para hora certa em tôda uma comunidade escolar; e

c) Planos de aula, roteiros, dosagens, receitas e o mais, desde que com o cunho da uniformidade para aplicação total e cronometrada, nada disso corresponde ao espírito do programa. De outro lado, valorizam-se os estudos, os compêndios e subsídios que possam aprimorar os conhecimentos do professor — um estudante e criador permanente.

DEMOCRATIZAÇÃO

A Constituição do Estado de São Paulo, em seu Artigo 124, preceitua que "A educação é direito de todos e dever do Estado, e visará ao desenvolvimento integral da personalidade humana e à sua participação na obra do bem comum."

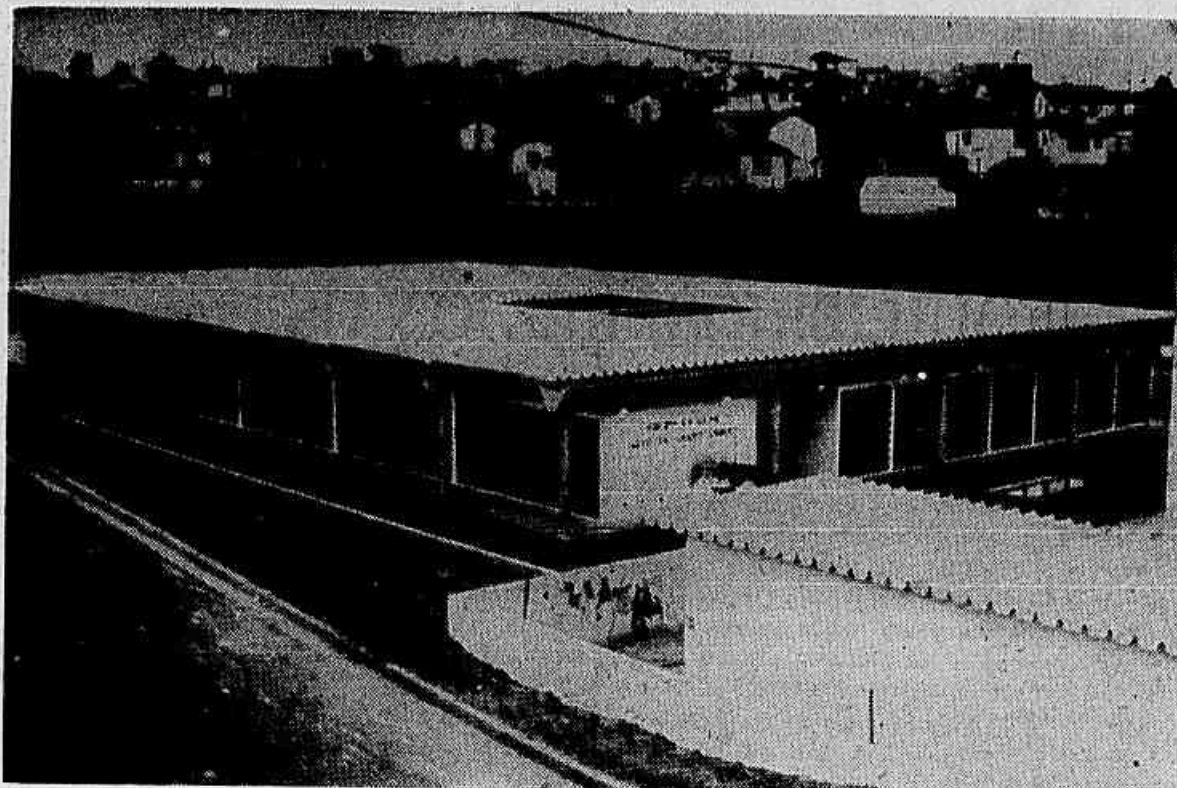
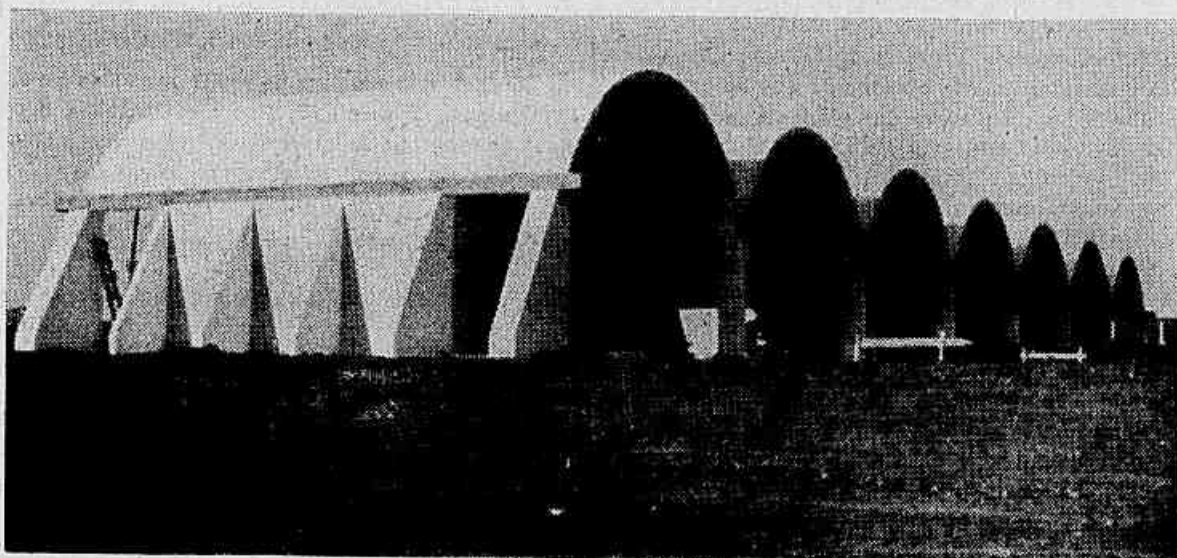
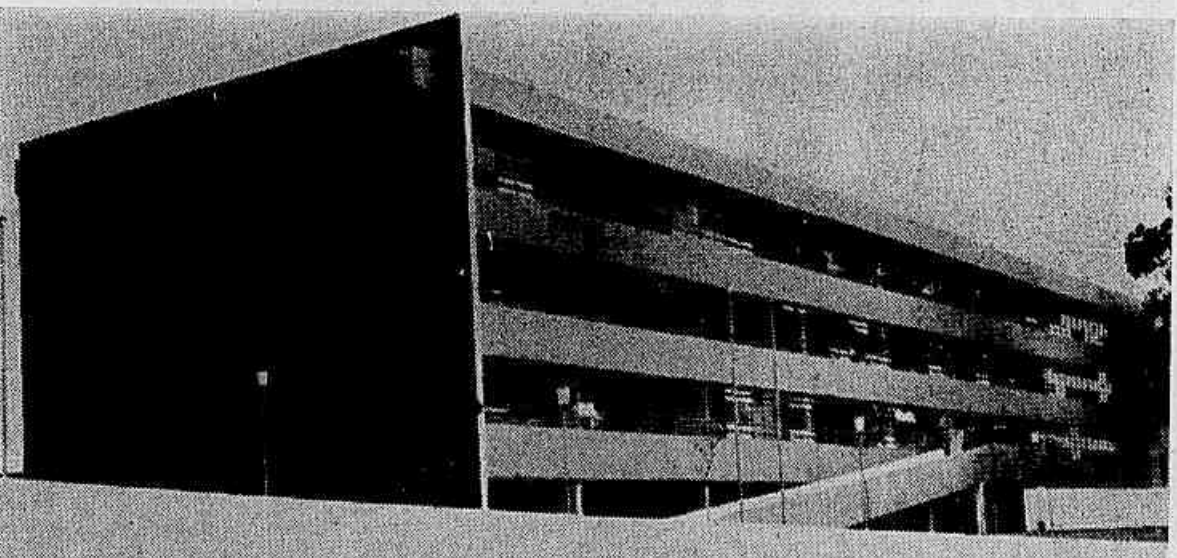
A realidade é, no entanto, um pouco diferente. A Secretaria de Educação assinala que a evasão é de 18% no primeiro grau primário e a repetência é de 34%. Em muitos casos, observa ainda, as crianças só frequentam os dois primeiros graus, porque a própria escola desestimula o prosseguimento.

Em geral, de cada grupo de cem alunos do primeiro grau, apenas 40 continuam o segundo e 20 concluem o quarto, reconhecendo os técnicos estaduais que isso vinha se constituindo em sintoma de um ensino antidemocrático.

De acôrdo com o nôvo programa, foram suprimidos os exames para promoção de grau, sendo mantido ùnicamente o de acesso do primeiro para o segundo grau. Isso, segundo os técnicos, facilita a integração de um sistema mais criativo, muito menos repetitivo e retrógrado. No primeiro ano, o aluno recebe ensinamento prático e no segundo êle revê, consolida e até amplia o que aprendeu.

O espírito da reformulação do primário é o da abertura de maiores oportunidades, oferecendo mais atração e menos dispersas aos colegiais. No primeiro ano, êle só fará aprender a língua pátria, por meio do mecanismo da leitura e do entendimento dos textos, e nada mais. No segundo, mais bem preparada, a criança começa a receber o ensino sistemático, também prático e objetivo.

O esquema é aplicável, por extensão, aos estabelecimentos oficiais destinados a adultos. O secretário Ulhoa Cintra, a propósito, julga que através dos métodos modernos "é possível educar sem alfabetizar, numa escala bastante razoável":

— O importante — afirma — é que se conceitue o alfabetizar com um sentido mais amplo. Considero-me cético quanto à ênfase exagerada em alfabetizar, como tal, para pessoas de diversas idades. No mundo de hoje, é preciso um pouco de energia para parar e ler. E esta dificuldade — a dispersão da vida moderna — faz com que muita gente se afaste dos livros.

TV EDUCATIVA

Êste ano começou com uma importante realização do Govêrno Abreu Sodré no setor educacional, que veio em refôrço de suas medidas para levar e manter a cultura em várias faixas populares e de democratização, enfim, do ensino: a criação da TV Educativa.

O Govêrno criou a Fundação Anchieta, a fim de funcionar como órgão dedicado exclusivamente a promoções culturais e educacionais, dispondo de técnicos e professôres especializados em ensino audiovisual.

A Fundação Anchieta funcionará totalmente desvinculada do Executivo, mas deverá manter um intercâmbio íntimo com os órgãos técnicos da Secretaria de Educação e receber sugestões e subsídios em suas programações.

A TV Educativa terá programas esquematizados com base nas experiências adquiridas nos Estados Unidos e na Europa, podendo ter uma espécie de influência supletiva na educação. O Govêrno preocupou-se, ao criá-la, em proibir que ela faça propaganda governamental, mesmo veladamente ou por meio de expedientes indiretos. Ela também não poderá aceitar qualquer tipo de propaganda comercial.

O Estado destacou equipes selecionadas de educadores para colher conhecimentos de tôdas as técnicas necessárias junto à UNESCO, a fim de que a TV Educativa paulista entre em funcionamento dentro de um padrão que nada fique a dever às suas congêneres norte-americanas e européias.

Registra-se no momento enorme expectativa em tôrno da estréia da TV Educativa em todos os setores da opinião pública. Firmas comerciais já se ofereceram para doar aparelhos (de um só canal) aos favelados e a viúva do Dr. Fábio Prado ofereceu ao Estado seu solar do Jardim Paulistano para funcionar como sede da universidade pelo vídeo.

O Governador Abreu Sodré nomeou, para dirigir a TV Educativa, o líder empresarial José Bonifácio Coutinho Nogueira, que já foi candidato ao Govêrno de São Paulo com o apoio do Senador Carvalho Pinto.

UMA INVERSÃO

Hoje em dia, ao contrário do que acontecia até pouco tempo, é a escola que procura o aluno, popularizando o lema criado pelos técnicos estaduais quando estruturavam e davam bases à obrigatoriedade de escolarização: "Nenhuma criança pode ficar na rua."

As unidades escolares cada vez mais se aproximam das famílias, numa expansão constante nos bairros e municípios, eliminando as tradicionais filas de pais e responsáveis à procura de vagas para seus dependentes. Só o ensino primário dispôs, no ano passado, de uma verba de NCr$ 300 milhões.

A dinamização na construção de novas unidades foi possível graças ao FECE (Fundo Estadual de Construções Escolares), que no curso dêste ano vai proporcionar 2 700 novas salas de aula, procurando acompanhar o ritmo do crescimento demográfico, que é de 3% ao ano no Estado.

Subordinado à Chefia do Ensino Primário, existe o Setor de Orientação Pedagógica (SOP), encarregado da pesquisa, experimentação e difusão do programa no âmbito do ensino primário. Realiza, também, a elaboração de métodos pedagógicos e processos didáticos, além de disciplinar os recursos destinados à adequação do currículo ao meio social.

Vinculados a êste órgão, existem os Setores Regionais de Orientação Pedagógica (Serops), que têm por finalidade principal o entrosamento e a integração em têrmos regionais. Graças a êles, é possível manter uma atualização permanente em relação ao ensino no interior do Estado.

Para completar o realismo da política atual voltada para a educação, o Governador Abreu Sodré resolveu tornar obrigatória a observância do parágrafo 2.º do Artigo 126 da Constituição do Estado. No decreto que assinou no ano passado, asseverou que "nenhum auxílio ou empréstimo do Estado será pago, a qualquer título, ainda que previsto em convênio, ao município que não faça prova atualizada de destinar em seu orçamento pelo menos 20% da renda resultante dos impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino."

ENSINO PROFISSIONAL

Além da explosão populacional, a ofensiva educacional tem como motivação, também, a necessidade da criação de novas riquezas e oportunidades em São Paulo.

No ano passado, o Setor Pedagógico da Chefia do Ensino Secundário e Normal promoveu numerosos cursos de atualização para professôres de Ciências, Geografia, Estudos Sociais, Português, Matemática e outras cadeiras.

A experiência dos exames unificados de admissão ao ginásio prosseguiu sem problemas, com provas únicas para todos os candidatos, realizando-se no mesmo dia e hora em todo o Estado.

Foi normalizada a situação das chamadas *extensões*, ginásios de emergência que funcionavam separadamente dos estabelecimentos-matriz. Cada extensão (num total de 173) passou a ser uma unidade autônoma, o que permitiu a regularização do corpo docente e administrativo, construção do respectivo prédio, equipamento adequado, entre outras vantagens.

Nesse triênio (1969/71), o Departamento de Ensino Profissional irá equipar e pôr em funcionamento 30 colégios técnicos industriais, prevendo-se a assinatura de convênios com países europeus, que facilitarão o equipamento dessas unidades a curto prazo, com pagamento a longo prazo e juros baixos.

A Diretoria do Ensino Agrícola, por sua vez, mantém estabelecimentos especializados de ensino de grau médio, distribuídos pelas diversas zonas do Estado. As escolas de iniciação agrícola foram transformadas em colégios técnicos agrícolas, ampliando-se, desta forma, a rêde de estabelecimentos de grau médio nesse ramo de ensino.

Em Bauru irá funcionar, a partir dêste ano, a primeira Escola Superior de Tecnologia, formando profissionais nos ramos de construção civil e transporte de energia elétrica. Estruturada para formar profissionais em dois anos, ela adotará o sistema de carreiras curtas de nível superior, semelhante aos já existentes na França e Estados Unidos. O seu objetivo será o de formar, ràpidamente, profissionais necessários ao mercado de trabalho, além de diminuir a pressão dos excedentes.

A escola vai funcionar como fundação municipal, orientada pela Secretaria da Educação do Govêrno do Estado, através da Coordenação de Assistência ao Ensino Superior Isolado (Cases) e pelo Conselho Estadual de Educação.

ENSINO MÉDIO

A transformação dos ginásios estaduais em estabelecimentos pluricurriculares já é uma realidade, o que corresponde a uma modificação de currículo com uma ampliação determinada. A matéria foi regulamentada através de decreto assinado em agôsto do ano passado pelo Governador Abreu Sodré.

A medida tem em vista proporcionar aos educandos oportunidades para obter uma formação geral, que lhes seja instrumento para a continuação dos estudos e para a definição vocacional. Com isso, os atuais ginásios secundários, industriais, agrícolas e comerciais passam a denominar-se apenas ginásios, encarregando-se a Secretaria de Educação de adaptá-los ao tipo único pluricurricular.

De acôrdo com a reforma, o ciclo colegial, de caráter formativo e profissionalizante, será diversificado e organizado de forma a ensejar a continuidade ou o término dos estudos. Nas duas primeiras séries anuais do curso colegial, o currículo será comum para o ensino secundário e normal, o que poderá ser feito igualmente para os demais ramos.

Já na terceira série do ciclo colegial, secundário e normal, a fase será considerada como de orientação, sendo diversificada pela organização de áreas de estudos, diferenciais e optativas, cada uma delas correspondendo a um setor integrado de conhecimento e de atividades. Nessa fase, os alunos poderão optar por uma das áreas de estudo oferecidas pelo estabelecimento.

Os estabelecimentos de ensino normal, pela reforma, serão obrigados a manter um curso primário de aplicação anexo, o qual servirá como campo de experiência e de aplicação de técnicas didáticas, além de ministrar educação de grau primário.

Todo estabelecimento oficial ou particular que mantiver mais de três áreas de estudo na terceira série do curso colegial, será chamado Colégio Integrado. No caso dos institutos de educação que mantenham mais de três áreas, além dos cursos específicos, êstes serão denominados Instituto de Educação e Colégio Integrado.

PROBLEMA MAIOR

O Estado, a exemplo de outras regiões do país, defronta-se com o problema da proliferação de escolas superiores, que escapam ao sistema de planejamento da Secretaria de Educação, que na maioria das vêzes não pode cogitar de sua qualidade.

Na Secretaria de Planejamento, estuda-se o número de profissionais de nível técnico necessários à economia paulista, a fim de avaliar quantos técnicos, entre engenheiros, agrônomos, mineralogistas, químicos, etc., poderiam cobrir os claros existentes na economia do Estado. Explica o Secretário de Planejamento, Sr. Onadir Marcondes:

— Nós todos já sentimos, mas ainda não se verificou efetivamente, a existência de carreiras *saturadas*. Basta dizer que o maior contingente humano nas escolas superiores do Estado localiza-se nas faculdades de Direito — cêrca de 20% do total de estudantes existentes nas universidades. Estuda-se menos Matemática, Física, Química, Engenharia, Eletrônica, etc., do que Línguas, Filosofia, História, Geografia.

— Exemplo disso — continua — são as 15 faculdades no interior de São Paulo, mantidas pelo Govêrno (institutos isolados), onde, das 44 matérias ali ensinadas, apenas oito são de ciências práticas, matérias técnicas necessárias ao desenvolvimento e ao progresso moderno. Há, pois, uma notória distorção no ensino, quanto à sua aplicação na vida prática.

Só a Universidade de São Paulo (USP) absorveu cêrca de NCr$ 115 milhões, ou seja, mais do que o dôbro da dotação de qualquer outra no país. Cada aluno sai muito caro para os cofres públicos. Daí, o empenho do Govêrno em "adequar o ensino às reais necessidades do desenvolvimento de São Paulo."

Para avaliar-se a extensão do problema, basta citar que — segundo dados da Secretaria de Planejamento — cada estudante da Escola de Educação Física custa NCr$ 3 342,00 anualmente ao Estado; o custo-aluno-ano na Faculdade de Filosofia de Assis é de NCr$ 4 874,00; na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Prêto, NCr$ 4 268,00; na Faculdade de Farmácia de São José dos Campos, NCr$ 5 075,00; na Faculdade de Medicina de Botucatu, NCr$ 6 812,00; e na Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, NCr$ 8 776,00.

VOLTA ÀS AULAS

A Cidade Universitária da USP é considerada a maior realização no setor do ensino superior e ponto de partida para a adoção de diretrizes mais dinâmicas e realistas. Trata-se, inclusive, do maior empreendimento educacional brasileiro, nascido do idealismo de Armando Sales de Oliveira.

O apoio do Govêrno Abreu Sodré às obras ali tem sido marcante, conforme informação do diretor-executivo do Fundo de Construções, economista Adalberto Mendes dos Santos, opinando que, já êste ano, "contará com recursos suficientes para incrementar as obras na proporção exigida pelo crescimento da demanda de matrículas."

De sua parte, os técnicos educacionais estão convencidos de que a procura aos estabelecimentos oficiais de ensino, agora, com o início do ano letivo, será das mais expressivas, graças às oportunidades oferecidas.

A Secretaria de Educação experimentará neste 1969 as reformulações das estruturas, desde o primário, do ensino colegial, das universidades, até o ensino técnico profissional, indispensáveis ao progresso de São Paulo, que cada vez mais cresce e precisa de técnicos.

Grupo Escolar Alto de Santo André

Grupo Escolar Rural de Garça

Grupo Escolar José Marques da Cruz

ANÁLISE DE SISTEMAS NO PLANEJAMENTO

RODRIGO PAULO DE PÁDUA LOPES

O Brasil, possuindo ainda extensas áreas totalmente não ocupadas e desprovidas de equipamentos básicos necessários à implantação de um complexo econômico produtivo, tem a responsabilidade e a necessidade de realizar, nessas áreas, um esfôrço monumental.

Tal esfôrço não poderá ser feito uma vez que a responsabilidade pela implantação dos equipamentos básicos recai sempre sôbre as organizações governamentais, sem a elaboração de um estudo de planejamento global e seleção de áreas prioritárias que permitam uma maior eficiência na utilização dos recursos a serem mobilizados para tal tarefa.

DEFINIÇÃO

Êsse esfôrço de planejamento pode ser definido em três fases: 1) A solução de áreas prioritárias onde o esfôrço de aproveitamento e desenvolvimento seria mais intenso; 2) o sistema de integração de tais áreas; 3) a definição da escala de execução e dos montantes globais a serem destinados a tais esforços.

Um estudo dessa magnitude só poderia ser feito em têrmos gerais, uma vez que as conclusões estariam intimamente ligadas não só a condições econômicas como também a condições históricas, geográficas, políticas e sociais. Dificilmente, as conclusões a serem alcançadas partiriam exclusivamente do estudo de um arcabouço econômico, sendo que reflexões de outra ordem seriam também levadas em consideração. A seleção de áreas prioritárias, por exemplo, é um ponto onde fatôres outros, que não os econômicos, seriam talvez primordiais.

Uma vez escolhidas algumas áreas prioritárias, ou mesmo projetos específicos, o planejamento econômico passa a ter uma função de grande importância, ao definir a utilização ótima dos recursos naturais existentes e das reservas disponíveis para a execução dos serviços necessários. Nesse momento, uma série de limitações pode conduzir a decisões erradas e ao mau aproveitamento dos recursos para investimento, que não serão nunca ilimitados. A necessidade de utilização de técnicas modernas de análise operacional para qualquer decisão de investir, nesses casos, é primordial. Isso porque a ação governamental não possui nenhum mecanismo interno que conduza a uma maior eficiência bem como a maioria dos custos de decisões erradas não recai sôbre aquêles que as tomam. O Govêrno compete sòmente com o partido político da oposição, e a sobrevivência nessa competição depende de muitos outros fatôres que não a eficiência na utilização dêsses recursos. No Brasil, muitas vêzes, as decisões de investir são criticadas por serem tomadas sob a ação de pressões várias. Entretanto, a razão por que tais fôrças são tão poderosas é porque os homens que devem decidir raramente possuem análises baseadas em critérios econômicos sadios. Se êsses não existem ou se não duvidosos, por que não decidir em função do interêsse especial, ou por cara ou coroa, ou qualquer outro critério exdrúxulo? Mas, se os efeitos de políticas diferentes com relação a eficiência em comum são apresentados, torna-se ao menos um pouco mais difícil negligenciar tais considerações. As pressões desaparecem e o ônus de tomar decisões erradas torna-se real, palpável.

A TÉCNICA

A ocupação e o desenvolvimento de áreas desocupadas deverão ser sempre iniciados pela execução de obras de infra-estrutura que permitam o aparecimento de atividades econômicas produtivas. Tais obras de infra-estrutura, adequadamente estudadas, permitem a execução de orçamentos aproximados que deverão constituir pontos de decisão, considerando-se a limitação de recursos disponíveis. Entretanto, para o desenvolvimento de um país, a utilização insuficiente de recursos naturais, trazendo limitações a desenvolvimentos futuros, é tão prejudicial como qualquer outra decisão.

O instrumento de análise operacional que em todo o mundo tem tido a maior utilização e que realmente pode conduzir a uma apreciação adequada dos problemas de investimento em áreas não ocupadas ou de desenvolvimento incipiente, é a análise de custos e benefícios. Êste tipo de análise constitui a base de planejamento de todos os países desenvolvidos para execução de obras de infra-estrutura. Alguns princípios básicos regem e orientam a análise econômica a ser executada por êsse método. Tais princípios são os seguintes: 1) os bens ou serviços, a serem produzidos por um projeto, têm valor sòmente enquanto houver necessidade ou demanda do produto; 2) o uso mais efetivo dos recursos econômicos necessários à execução do projeto é aquêle no qual o excesso de benefícios sôbre custos é máximo e não aquêle que produz uma maior relação dos benefícios sôbre custos ou qualquer outro critério. A maximização dos benefícios líquidos é uma necessidade fundamental para a formulação e a justificativa econômica de projetos e programas; 3) o projeto, como qualquer de suas partes definidas ou incrementos, selecionado para atingir um determinado propósito deve ser mais econômico, do que qualquer outro meio existente ou potencial, público ou privado de se obter o mesmo objetivo; 4) do ponto-de-vista econômico a ordem pela qual vários projetos devem ser executados é baseada na sua eficiência relativa quanto ao uso de recursos econômicos. Nesta comparação, consideração adequada deve ser dada à significância relativa dos efeitos que não podem ser medidos em têrmos monetários. Deve ser reconhecido, também, que a seleção de um projeto para ser desenvolvido, pode mudar a inter-relação dos projetos restantes no planejamento global, de vez que um projeto sendo executado pode afetar as eficiências relativas dos projetos restantes.

Para a execução da análise de custos e benefícios é preciso inicialmente definir o que se entende por custos e benefícios. **Custos de projeto** são os valôres de bens e serviços (terra, mão-de-obra e materiais) usados para a implantação, manutenção e operação de projetos somados ao valor líquido dos prejuízos localizados produzidos pelo projeto, mesmo que sejam ou não compensados.

Custos associados são os valôres de bens e serviços necessários, além daqueles incluídos nos custos de projetos, para tornar os produtos ou serviços disponíveis ao uso ou venda. **Benefícios primários** do projeto são os valôres dos produtos ou serviços resultantes diretamente do projeto, deduzidos de todos os custos associados ao processo de produção. **Benefícios secundários** são aquêles atribuídos ao projeto do ponto-de-vista nacional e são os valôres adicionados aos benefícios primários após levar em consideração as condições esperadas em tôda economia com ou sem projeto. Nesse ponto-de-vista, os benefícios secundários são o excesso dos efeitos benéficos secundários sôbre a soma de: a) os custos incorridos em atividades secundárias; b) os benefícios secundários líquidos que seriam esperados por outros usos dos recursos requeridos pelo projeto.

CUSTOS E BENEFÍCIOS

A análise de custos e benefícios compõe-se de duas apreciações básicas sendo que a primeira refere-se à determinação do grau de utilização de um projeto e a segunda à execução de comparações corretas de vários projetos. No primeiro caso, vários níveis de utilização são definidos e seus custos e benefícios estimados com o maior grau de precisão possível. O grau de utilização no qual se obtém maior excesso de benefícios sôbre custos define a utilização ótima do projeto. Após a execução dêsse estudo para as alternativas viáveis, passa-se à segunda fase onde as alternativas são comparadas. Em resumo, a justificativa de um projeto deverá se basear nos seguintes critérios: 1) os benefícios do projeto excedem os seus custos; 2) cada segmento ou propósito distinto produz benefícios ao menos iguais aos seus custos; 3) o programa de aproveitamento conduz ao máximo de benefícios líquidos; 4) não há nenhum outro meio econômico de se obter o mesmo propósito, que seria excluído do desenvolvimento, se o projeto fôsse executado. Qualquer que seja a extensão do problema que é inicialmente escolhido, a elaboração de alternativas a serem avaliadas é o aspecto vital da análise. Certamente, não se deve perder tempo na avaliação de custos e benefícios de política que não será seguida. É talvez muito mais sério, como relação à utilização de recursos, a recomendação de uma política que é sòmente a melhor de um mau conjunto. Assim é muito importante que se faça uma comparação de tôdas as alternativas possíveis, que conduzam ao mesmo fim, levando-se em consideração que não há nenhuma classificação independente correta de projetos que são interdependentes. Na comparação de alternativas pelo método de custos e benefícios deve-se levar em consideração que os custos e benefícios são realizados no tempo e como premissa inicial deve ser definida a vida útil do projeto que, segundo todos os critérios conhecidos, não pode execeder a 100 anos.

A comparação econômica de projetos viáveis pode ser feita pelos métodos descritos abaixo:

a) Uma comparação dos excessos respectivos de benefícios sôbre custos para vários projetos indicaria aquêles que produziriam maiores benefícios líquidos, mas não daria qualquer indicação dos custos relativos à realização de tais benefícios. Êsse método de comparação só é utilizável quando os custos relativos não importam para a decisão a ser tomada.

b) Uma comparação das taxas de retôrno dos respectivos investimentos em vários projetos pode ser feita pelo cálculo da relação percentual do excesso de benefícios anuais sôbre custos anuais em cada caso. Nesse método a comparação dos custos respectivos de operação e manutenção é incompleta, uma vez que êles são deduzidos antes do cálculo das percentagens. Êsse método tem um uso limitado, como por exemplo, para determinar a aceitação relativa de projetos quando os fundos disponíveis para construção são limitados e quando os custos relativos de operação e manutenção são considerados de importância secundária.

c) A relação de benefícios para custos reflete tanto o valor do benefício como do custo e é o melhor sistema de comparação de projetos. Se a soma de todos os efeitos benéficos fôr comparada com a soma de todos os efeitos adversos de um projeto, a relação de benefícios para custos reflete a eficiência com que estão sendo usados todos os recursos envolvidos.

COMO SIMPLIFICAR

A análise de custos e benefícios é bastante simples quanto todos os fatôres podem ser reduzidos a um denominador comum, ou seja, moeda corrente. Entretanto, é preciso levar em consideração os valôres intangíveis criados pelo projeto procurando buscar indicadores da magnitude e natureza de tais valôres intangíveis em unidades de medida outras que aquelas adotadas para as estimativas principais. É também preciso atentar-se para a existência de incertezas com relação à **performance** futura do projeto, buscando definir limites de garantia, nos quais as conclusões da análise são corretas. A análise de custos e benefícios é um item bastante conhecido e usado em tôdas as análises econômicas modernas. Entretanto, do ponto-de-vista nacional, é preciso que se definam critérios e normas uniformes que permitam um planejamento mais efetivo e um aproveitamento mais eficiente de nossos recursos para investimentos. Muitas vêzes cristérios definidos por outros países não são imediatamente transponíveis às condições brasileiras. Por exemplo, a definição de taxa de juros a ser usada na determinação do valor atual de custos e benefícios é uma decisão econômica de maior gravidade e de múltiplos efeitos sôbre qualquer programa de desenvolvimento. Por outro lado, a vida útil de cada tipo de projeto é outro valor de vital importância.

No Brasil, com poucas exceções, uma justificativa econômica, com base numa análise de custos e benefícios, ou outro método qualquer, não é exigida por quase todos órgãos governamentais. Outrossim, a inexistência de uma normalização de critérios econômicos deixa campo aberto a que se manipulem dados a fim de justificar qualquer investimento, além de deformar comparações e não permitir corretas estimativas de custos de oportunidade.

A orientação governamental, tanto na área federal como estadual, tem sido, nos últimos anos, no sentido de limitar despesas e investimentos em busca de um certo equilíbrio orçamentário negligenciando a necessidade de uma maior eficiência na utilização de recursos. A normalização e a padronização do uso da análise de custos e benefícios poderiam ser de inestimável valia num esfôrço de acelerar a taxa de crescimento da economia brasileira e de ocupar as extensas áreas virgens do interior do país.

SANEAMENTO BÁSICO DÁ MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA AO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo (Sucursal) — O Govêrno Abreu Sodré, preocupado com o agravamento da poluição das águas nos rios do Estado e com o abastecimento da população, criou o Fundo Estadual de Saneamento Básico — FESB — em 1968, e que já está apresentando resultados positivos em vários pontos do rio Tietê, como nas regiões de Piracicaba e Jundiaí.

O Governador considera a saúde e o saneamento básico como metas prioritárias. Portanto, o plano de contrôle da poluição das águas no Estado de São Paulo para os próximos cinco anos está orçado em NCr$ 77 milhões, dos quais NCr$ 14 milhões destinam-se ao custeio das atividades técnicas e administrativas do Fundo.

O QUE E' O FESB

O Fundo Estadual de Saneamento Básico, órgão da Secretaria de Viação e Obras Públicas, foi instituído no Govêrno Abreu Sodré e tem como finalidade promover o desenvolvimento de programas de abastecimento de água e sistemas de esgotos no Estado de São Paulo.

Realiza levantamentos, contrôles e ensaios de laboratório, além de pesquisar, estudar e preparar pessoal técnico especializado e prover empréstimos para a execução de obras e serviços relacionados com a melhoria das condições sanitárias de cidades e regiões.

Seus programas são supervisionados por um conselho administrativo e uma superintendência, sendo assistidos pela Coordenação Administrativa — Cad — Coordenação de Financiamento — Codef — Coordenação de Programas de Águas e Esgotos — Copae, — Coordenação de Assistência aos Municípios e Centro Estadual de Saneamento Básico.

Apesar de 75 por cento das cidades do Estado de São Paulo estarem dotadas de sistemas públicos de abastecimento de água, e 50 por cento de sistemas de esgôtos, muito deve ser realizado no atendimento aos municípios ainda não beneficiados no que diz respeito a ampliações de sistemas e à recuperação de serviços obsoletos. Esta é a principal missão do Fundo Estadual de Saneamento Básico. Até 1970, cêrca de NCr$ 300 milhões deverão ser aplicados pelo Govêrno Abreu Sodré, através do FESB, em obras de saneamento básico para os municípios do interior paulista.

FESB, UM PROGRESSO

O FESB, por determinação do Governador Abreu Sodré, está executando atualmente obras de saneamento básico em 86 cidades do interior. São novos sistemas de abastecimento de água, esgotos sanitários e galerias pluviais, num investimento superior a NCr$ 45 mil, com financiamentos concedidos pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

O volume de obras do FESB é considerado, pelos técnicos, um empreendimento jamais visto numa administração pública estadual, constituindo uma contribuição decisiva para a melhoria das condições sanitárias de São Paulo. O atual Govêrno do Estado considera a saúde pública e o saneamento básico como metas prioritárias.

Atualmente, grande parte da rêde de abastecimento de água já está concluída ou em fase de execução, num total de 740 quilômetros, correspondendo a mais de dez vêzes a distância de São Paulo a Santos. Está ainda prevista a instalação de .... 10 320 hidrômetros, a construção de 50 poços profundos equipados, 12 estações de tratamento de água com capacidade total de 234 milhões de litros diários, 51 casas de bombas equipadas, 95 quilômetros de adutôras e subadutoras, e obras para reserva de 58 milhões de litros, correspondendo a 32 tôrres de água e 50 reservatórios enterrados e semi-enterrados.

Estão sendo implantados, também — com a maior parte já concluída — 149 quilômetros de rêde coletora e 5 mil metros de emissários de esgotos sanitários, além de 5 quilômetros de galerias pluviais. A grandiosidade dos projetos do FESB exigiu, sòmente até o mês de outubro último, 167 concorrências públicas e a assinatura de 153 contratos, em valor superior a NCr$ 25 milhões.

RACIONALIZAÇÃO

A criação do Fundo Estadual de Saneamento Básico faz parte da ampla reforma administrativa que vem sendo implantada pelo Govêrno Abreu Sodré, visando à racionalização dos serviços públicos, para um melhor atendimento dos usuários.

O saneamento básico era um dos setores que exigia, há tempos, uma reestruturação completa. Com a reforma dos serviços, foram criadas condições indispensáveis à realização de novas obras no setor de água e esgotos necessárias aos 18 milhões de habitantes do Estado.

Com a organização do Fundo Estadual de Saneamento Básico, a maioria das atividades exercidas pelo Departamento de Obras Sanitárias passou para a competência do nôvo órgão. Ainda dentro dêsse programa, o Governador Abreu Sodré criou a Superintendência do Saneamento da Baixada Santista, que veio reunir várias entidades estaduais, ligadas ao Departamento de Obras e Saneamento, em uma única entidade do tipo empresarial, para construir e operar os serviços de água e esgotos sanitários na baixada santista, permitindo ao Estado ter meios para intensificar a dinamização de seus vultosos empreendimentos na região.

COMBATE À POLUIÇÃO

Para o desenvolvimento das atividades de contrôle da poluição das águas, o Governador Abreu Sodré baixou um decreto no dia 29 de outubro último, tendo em vista:

a) transferir para o Fundo Estadual de Saneamento Básico o Conselho Estadual de Contrôle da Poluição das Águas; b) transferir para o FESB as atribuições anteriores, concedidas por lei de julho de 1953 ao Departamento de Obras Sanitárias e ao Departamento de Águas e Esgotos, isto é, a competência de proceder aos exames dos projetos de instalações de tratamento de resíduos; c) atribuir ao FESB as ações de fiscalização da poluição; d) determinar ao FESB o exercício das funções executivas necessárias ao Conselho Estadual de Contrôle de Poluição das Águas, através de suas unidades administrativas, em especial do Centro Tecnológico do Saneamento Básico — Cetesb — e da Coordenação de Assistência aos Municípios — Coam.

Para o desenvolvimento das atividades de contrôle da poluição das águas, a cargo do FESB, foram introduzidas as seguintes modificações: a) criação do Escritório de Contrôle de Poluição de Águas, subordinado à diretoria da Coordenação de Assistência aos Municípios; b) criação do setor de contrôle de poluição, com subordinação direta ao Centro Estadual de Saneamento Básico; c) estabelecimento de coordenação direta entre a Coam e a Cetesb, para assuntos de poluição; d) criação de escritórios regionais de contrôle de poluição, com subordinação direta ao diretor da Coam e ao Cetesb no que diz respeito ao mando técnico especializado, sendo estabelecida também uma linha de mando técnico especializado entre o laboratório central do Cetesb e o laboratório do escritório regional; e) criação do setor de processamento de dados, subordinado ao diretor do Cetesb.

UM COMBATE COM TÉCNICA

O Cetesb veio reunir os vários laboratórios vinculados à Secretaria de Obras do Estado e tem, entre outras atribuições, a de efetuar constantemente análises de água de abastecimento e residuais em todo o Estado, além de executar ensaios, estudos e pesquisas e promover o treinamento de pessoal especializado no campo da engenharia sanitária.

O Centro Estadual de Saneamento Básico possui moderníssimos laboratórios e pessoal técnico especializado para realizar: exames físicos, químicos, bactereológicos e hidrobiológicos para o conhecimento da qualidade da água dos mananciais de abastecimento; contrôle da eficiência dos processos de tratamento de água, esgotos e resíduos industriais; contrôle da qualidade da água utilizada pela população, nos poços, rêdes de distribuição, reservatórios e nos próprios locais de consumo; contrôles permanentes das condições sanitárias de praias e piscinas e ensaios e testes para contrôle da qualidade de materiais e equipamentos usados nas obras e instalações dos sistemas de água e esgotos.

Presta ainda o Cetesb através do seu setor de laboratórios, orientação técnica permanente aos municípios do interior, na operação e manutenção dos serviços de água e esgotos, inclusive dos aparelhos medidores.

Na inauguração dos laboratórios moderníssimos do Centro Tecnológico de Saneamento Básico, o Governador Abreu Sodré disse: "Não temos o direito de ser pessimistas nem cassandras. Não podemos nos deixar tentar pela crítica fácil. O que resolve, o que temos que fazer é indicar os rumos para a solução dos problemas de saúde, como êste que hoje começamos a resolver, dos problemas de educação, de energia, de transportes, de agricultura, de criação de novas frentes de trabalho, e dos problemas de aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas. Para isso só existe uma palavra capaz de operar o milagre: trabalho.

O Cetesb, por intermédio de seu setor de contrôle de poluição, trabalha justamente na procura de soluções globais, integradas, para êsse problema.

Para tanto, propõe-se a realizar diversas atividades, como: levantamento de condições sanitárias; indicações de medidas a serem tomadas para prevenir e corrigir a poluição e preservar os recursos hídricos, especialmente os mananciais de abastecimento; avaliação permanente da eficácia das medidas adotadas; orientação e assistência técnica a entidades públicas e particulares no que diz respeito a questões de contrôle e combate à poluição; e exame e aprovação de projetos de instalações de resíduos poluidores.

Com corpo técnico especializado e laboratórios dos mais completos do país, o Cetesb atuará visando a manter a qualidade dos rios e reservatórios ainda não afetados pela poluição, particularmente aquêles que servem ao abastecimento das cidades; sustar o processo de degradação dos cursos e reservas já afetados por lançamentos de resíduos industriais; reduzir gradativamente os focos de poluição; controlar, proteger e recuperar as águas costeiras e dos estuários, para fins de pesca, banho e recreação.

Seja com recursos próprios, seja através de convênios, o Cetesb desenvolve programas específicos de contrôle de poluição em áreas tais como as das bacias dos rios Piracicaba, médio Tietê, rio Grande (Billings), Paraíba e Jundiaí, das reprêsas Guarapiranga e Billings, e das praias da baixada santista.

TREINAMENTO É ESSENCIAL

O setor de treinamento do Cetesb visa a substituir a improvisação e a falta de preparo, características de parte dos responsáveis pela administração operação e manutenção dos serviços de água e esgotos, por um treinamento sistemático e atualizado, sempre fazendo uso das mais recentes conquistas da técnica de saneamento básico.

Dentro dessa orientação, o setor de treinamento do Cetesb vem ministrando cursos rápidos e intensivos, abrangendo desde a operação e manutenção, até a administração dos serviços de água e esgotos. Tais recursos são realizados em diversos níveis, desde o de oficiais encanadores e operadores de estações de tratamento, até o de engenheiros do serviço, ou técnicos sanitaristas, e se desenvolvem igualmente no plano interno do Cetesb, para aperfeiçoamento do seu próprio pessoal.

O treinamento adequado e o constante aprimoramento profissional dos elementos ligados aos serviços de água e esgotos, trarão a melhoria dos níveis sanitários da comunidade, além de garantirem, a êsses mesmos serviços, sua consolidação, indispensável para manter elevados os padrões de atendimento. Ficam assim justificados os vultosos investimentos efetuados pelo Govêrno estadual, na forma de financiamento ou auxílio aos municípios paulistas, na solução de problemas de saneamento básico.

NA PRÁTICA

Dando início ao plano de contrôle da poluição setorial, a Operação Pôrto Feliz iniciou-se no último mês de fevereiro. O trecho do rio Tietê tem apresentado índices assustadores de poluição, ocorrendo freqüentes mortandades de peixes, além de prejudicar sèriamente o abastecimento de águas de Pôrto Feliz e de Tietê. Esta operação compreende uma série de objetivos, como visitas insistentes às indústrias poluidoras ou potencialmente poluidoras para coleta de amostras, aplicação de sanções, orientação ou fiscalização de obras de tratamento, montando acampamento, se necessário, e utilizando métodos ostensivos de identificação do trabalho como intensa campanha publicitária em favor do combate à poluição, num trabalho para mobilizar a população regional, e outros métodos. Esta operação terá a duração de seis meses, estando orçada em NCr$ 197 mil.

A bacia do Piracicaba terá um programa de contrôle de poluição de suas águas que se desenvolverá na sua fase inicial, em cinco anos, e implicará na aplicação de recursos superiores a NCr$ 40 milhões. Durante êsse período, deverão ser projetadas e executadas obras de afastamento e tratamento primário dos esgotos em 6 cidades consideradas as mais importantes do ponto-de-vista de poluição dos rios da bacia. O custo dêsses empreendimentos é estimado em NCr$ 33 174 000,00.

A bacia do rio Jundiaí também tem um programa inicial com a duração de cinco anos, e suas obras já foram iniciadas. Os valôres indicados para os anos subsequentes a 1969 foram obtidos a partir dos valôres básicos apresentados com acréscimo de 20% cumulativo para cada ano. Para o contrôle da poluição nessa área será necessária a importância de NCr$ 12 milhões.

A bacia contribuinte à reprêsa de Guarapiranga, que abrange os municípios de Embu-Guaçu, Itapecerica, Taboão da Serra e São Paulo, tem um programa de combate à poluição estipulado em cinco anos, durante os quais serão necessários recursos no valor de NCr$ 4 milhões. Acham-se incluídas nessa previsão orçamentária, tôdas as despesas com pessoal, realização de exames da água e dos despejos, aquisição de equipamentos, fiscalização, atividade promocional e elaboração de plano diretor, como também as importâncias necessárias para a construção de sistemas de esgotos de duas cidades. Estas últimas obras têm o valor de NCr$ 1 350 000,00.

A proteção da reprêsa Billings — principal barragem que fornece água para a Usina de Cubatão, a principal hidrelétrica que abastece a capital — será um trabalho de três anos, considerado o tempo essencial para uma ação mais intensa dos técnicos. As despesas no combate à poluição, na Billings, são da ordem de 1 milhão, enquanto as obras públicas municipais absorverão NCr$ .... 3 660 282,00.

Os rios que pertencem às regiões abrangidas por programas de contrôle de poluição, como as bacias do Piracicaba, Jundiaí, Alto Tietê e Paraíba não foram incluídos numa lista de 43 pontos de coleta de amostras, que atinge a maioria dos rios mais importantes do Estado.

Nesses pontos serão efetuadas quatro coletas de amostras anuais, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com início já no próximo mês de abril. Com o desenvolvimento dos trabalhos, serão ajustados, retirados ou ampliados, os pontos de amostragem para que os resultados possam ser de real utilidade. O programa deverá continuar durante vários anos. Para efeito de levantamento de despesas admitiu-se um período de 5 anos como o prazo necessário para os levantamentos, com um custo total de NCr$ 221 061,00, discriminados a seguir: 1969, NCr$ 26 936,00; 1970, NCr$ 33 670,00; 1971, NCr$ 42 087,00; 1972, NCr$ 52 608,00; e 1973, NCr$ ... 65 760,00.

A Superintendência de Saneamento da Baixada Santista, criada no Govêrno Abreu Sodré, está executando os estudos de um plano diretor orçado em NCr$ 600 mil, que garantirá a eliminação da poluição em tôdas as praias da baixada santista, já que a descarga de esgotos dar-se-á a vários quilômetros da costa, através de um emissário assentado no fundo do mar. O custo total desta obra é da ordem de NCr$ 150 milhões.

SISTEMA JUQUERI SOLUCIONA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA GRANDE SÃO PAULO

São Paulo (Sucursal) — A região da Grande São Paulo terá solucionado, até o ano de 1975, o seu abastecimento de água com a inauguração do sistema Juqueri, dando uma vazão total de 30 metros cúbicos por segundo. A Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo — Comasp — aplicará nesse empreendimento NCr$ 740 milhões.

A Comasp foi criada em outubro último, seguindo as diretrizes do Govêrno Abreu Sodré e do Secretário de Viação e Obras Públicas, Sr. Eduardo Iassuda, que dão destaque especial aos programas que visam a elevar o nível de saúde da população. A Companhia Metropolitana de Águas compete captar, aduzir e tratar água, conduzindo-a posteriormente aos reservatórios de distribuição ou, por meio de subadutoras, aos registros de tomada de cada cidade. Na capital caberá ao Departamento de Águas e Esgotos a distribuição de água diretamente ao consumo público.

O QUE É A COMASP

A Comasp é uma emprêsa constituída na forma de sociedade anônima, com a finalidade de resolver os problemas atuais e futuros de abastecimento de água, de mais de 30 municípios que integram a Grande São Paulo. Tem em sua estrutura, a flexibilidade necessária para planejar, projetar e implementar as obras indispensáveis para dar às administrações municipais água abundante e a baixo preço — hoje, e no ano 2000.

Sua constituição é considerada pelos administradores, uma solução integrada para produção de água potável, em abundância e a preços baixos, na área da Grande São Paulo. Nasceu da constatação de que o inter-relacionamento dos municípios, em suas tentativas de solucionar o problema de abastecimento de água havia se tornado inevitável.

Ela regularizará, com barragens de acumulação, os rios da periferia de São Paulo, ajudando as administrações municipais na solução de diversos problemas que afligem de há muito as regiões banhadas por êsses rios: o flagelo das inundações na época das chuvas e a insuficiência de água na época das sêcas. Com as barragens reguladoras e acumuladoras da Comasp, a situação será ideal: rios com o seu fluir controlado, sempre contidos no seu leito e contribuindo, assim, para o desenvolvimento da agricultura nos vales, além de ajudar decisivamente nos trabalhos de saneamento dessa região.

UMA GRANDE OBRA

O sistema Juqueri é considerado uma das maiores obras da Engenharia brasileira e representa o aproveitamento de quatro rios que correm na vertente oposta à do Município de São Paulo, além da crista da serra da Cantareira. Êsses rios são: o Juqueri, Atibainha, Cachoeira e o alto Jaguari, todos tributários do rio Tietê.

As obras atualmente em andamento prevêem a captação das águas do rio Juqueri e Atibainha, possibilitando, na primeira étapa, aduzir 11 metros cúbicos, isto é, a mesma quantidade que é fornecida hoje em dia a São Paulo. Essa vazão será suficiente para atender a uma vazão de cêrca de três milhões de habitantes. Duas barragens estão sendo construídas, uma sôbre o rio Juqueri e outra para formar o reservatório intermediário.

A barragem do Juqueri terá 22 metros de altura e 200 metros de comprimento, inundando uma área de 205 alqueires, isto é, cinco milhões de metros quadrados. Represará 25 milhões de metros cúbicos de água que, para ser aproveitada no abastecimento da Grande São Paulo, terá de ser elevada a uma altura de 125 metros, a partir de seu nível atual. Tal elevação exigirá bombas com capacidade de 40 mil metros cúbicos por hora, acionadas por motores de 20 mil cavalos.

Num futuro próximo, êsse valor será duplicado com o aproveitamento dos rios Jaguari e Cachoeira. Cêrca de seis quilômetros de túnel serão escavados em rocha com diâmetro de cêrca de 4,5 metros. Mais de um quarto da extensão dos túneis já está aberto.

A estação de tratamento em construção terá capacidade inicial para purificar a vazão de 11 metros cúbicos por segundo e um reservatório de 100 mil metros cúbicos acumulará água suficiente para fazer frente às oscilações do consumo. As obras já contratadas representam 40% do total da primeira etapa, tendo sido investidos NCr$ 12,5 milhões. Até o final do ano está prevista uma inversão de NCr$ 5 milhões. A execução total do projeto Juqueri está orçado em NCr$ 740 milhões.

O plano em desenvolvimento pelo Govêrno Abreu Sodré visa atingir, em 1970, um abastecimento para a região da Grande São Paulo equivalente a uma vazão de 32 metros cúbicos por segundo, obtida através da primeira etapa do projeto Juqueri e de outras grandes obras em andamento. Êsses planos prevêem, ainda, a execução de obras de longo alcance, objetivando a solução do problema de água para o ano 2000, quando deverão ser trazidos para esta área aproximadamente 90 metros cúbicos de água por segundo.

Rio Juqueri — fase das construções da futura barragem

OUTRAS OBRAS IMPORTANTES

O sistema Guarapiranga compreende o aproveitamento atual das águas dessa reprêsa e mais os rios Capivari e Monos. O total aproveitado, atualmente de 7,5 metros cúbicos por segundo, passará para 14,6 metros cúbicos por segundo com a complementação das obras já em andamento.

A primeira fase da ampliação dará um aumento imediato de dois metros cúbicos por segundo, passando a beneficiar mais de 600 mil habitantes. Com a segunda etapa da reversão dos rios Capivari e Monos, serão obtidos mais cinco metros cúbicos por segundo de vazão de água, estendendo o abastecimento a mais de 1,5 milhão de pessoas na Grande São Paulo.

Prevê-se uma aplicação total, para a realização das obras completas do sistema Guarapiranga, de aproximadamente NCr$ 230 milhões.

Outro sistema a ser aproveitado é o da reprêsa Billings, que serve à região do ABC — Santo André, São Bernardo, São Caetano — e outros municípios vizinhos, onde o crescimento populacional e as necessidades da indústria têm um ritmo dos mais acentuados. Iniciam-se, portanto, novas obras de captação das águas da reprêsa Billings, acrescendo-se à vazão atual, mais um metro cúbico por segundo, o que atenderá às necessidades de água potável para mais de 300 mil pessoas na Grande São Paulo.

O aproveitamento do sistema Billings será ainda maior quando a Comasp complementar os estudos de regularização das vazões dos rios Grande e Pequeno, no canal principal da Billings. O custo das obras do sistema está orçado em NCr$ 245 milhões, excluindo-se o preço das obras para o tratamento dos esgotos que chegam a essa reprêsa.

Outro sistema, o do alto Tietê, que compreende o aproveitamento das águas nas cabeceiras de rios localizados nos Municípios de Salesópolis, Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e em bacias vizinhas, na vertente do mar, como as dos rios Itapanhaú e Itatinga. A capacidade total prevista para o sistema do alto Tietê é de 24 metros cúbicos. Suas obras formam um conjunto de oito grandes barragens, canais, túneis e estações de recalque, para interligação dos reservatórios formados, grandes adutoras e estações de tratamento de água. Já se encontra em execução a barragem de Ponte Nova no Município de Biritiba Mirim. O investimento total no sistema está orçado em NCr$ 740 milhões, divididos em várias etapas.

A Superintendência de Saneamento da Baixada Santista, criada no Govêrno Abreu Sodré, prevê inicialmente a duplicação da capacidade da estação de tratamento e da adutora de Tubarão, o que, já nesse ano, afasta as ameaças presentes ou futuras de uma possível falta de água na região. Êsses planos incluem outras obras, como a captação e tratamento das águas do rio Branco e novas barragens no Tubarão. O custo total será de NCr$ 120 milhões. O Município de Guarujá não terá mais problemas de falta de água pois foi inaugurada, no último mês de janeiro, a primeira adutora de Jurubatuba, com capacidade de atendimento para 100 mil habitantes. Seu custo, quando concluída, será de NCr$ 100 milhões.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E O GIGANTISMO INDUSTRIAL

JOÃO GUSTAVO HAENEL

Uma das características da economia industrial moderna é o rápido crescimento da unidade produtora econômica, que se acentuou, de maneira impressionante, nos últimos dez anos. Alguns exemplos ilustram a assertiva:

A usina hidrelétrica do Boulder Dam, realizada em 1936, foi um marco: tinha 1 340 000kW. Assuã — ainda não completada — foi um símbolo e, no entanto, só terá 2,1 milhões de kW. O complexo Jupiá — Ilha Solteira terá 4,6 milhões de kW. Na Rússia já existem usinas com 4,5 milhões de kW em funcionamento e outras com seis milhões de kW em construção. Pode-se dizer que uma usina de 1 milhão de kW é, hoje, corrente.

Em siderurgia, antes da década dos 40, afora uma ou outra usina nos Estados Unidos, como Sparrows Point e, mais tarde, logo após a guerra, Fairless, e o conjunto siderúrgico dos Urais na URSS, não existiam usinas produzindo mais de um milhão de toneladas anuais de lingotes. A partir de 1950, a dimensão econômica mínima de uma usina integrada passou a ser de 500 a um milhão de toneladas de lingotes por ano. Atualmente, não se imagina um nôvo projeto com menos de dois milhões de toneladas/ano e existem, hoje, diversas usinas com mais de cinco milhões de toneladas/ano.

No setor naval, da mesma forma, até 1940 os grandes cargueiros não ultrapassavam 12 000 TDW. Após a guerra, com o aumento de consumo do petróleo proveniente do Oriente e a implantação das grandes usinas siderúrgicas à beira-mar, para aproveitar minérios ricos das Américas, da África e da Oceânia, o transporte em massa de granéis tornou-se imperioso para a economia mundial; de navios de 12 000 TDW passou-se ràpidamente a graneleiros de 30 00 TDW em 1956, 120 000 TDW em 1966 e 200 000 TDW em 1968. O maior navio hoje em operação é o *Idemitsu Maru*, com 210 000 TDW. Entretanto, já há em carreira, no Japão, navios com 300 000 TDW. Em Belfast, Malmoe e Roterdã, cogitam-se diques ou carreiras para navios de 700 000 TDW e já se prevê, em futuro não muito longínquo, a possibilidade de haver em tráfego navios de 1 000 000 TDW.

O aumento da unidade econômica correspondeu a ganhos crescentes na dimensão dos equipamentos de transporte, de geração de energia ou para manipulação de materiais. Assim, nestes últimos 20 anos, passamos de turbinas hidráulicas de 100 000 kW a 500 000 kW; de turbogeradores de 50 000 kVa aos modernos gigantes de 1 300 000 kVa; de altos fornos para 1 000t de gusa diárias aos monstros de mais de 3 000t diárias; de motores diesel de 10 000 H.P. aos de 30 000 H.P. A potência por cilindro já atinge nos modelos recentemente desenvolvidos, 5 000 H.P. por cilindro, o que permitirá fabricar motores com 50 000 H.P.

NOVOS REQUISITOS

Sob o ponto-de-vista industrial esta marcha acelerada para os macro equipamentos não só conduz à rápida obsolescência técnica e econômica das máquinas em uso, como impõe uma sobrecarga intensa nos meios de produção: a técnica devendo procurar novos métodos e novos materiais; as imobilizações em prédios e maquinaria devendo ser amortizadas mais ràpidamente; os capitais necessários aos novos empreendimentos sendo cada vez mais vultosos; e a mão-de-obra requerendo sempre maior especialização e produtividade.

Finalmente, o risco do empresário é cada vez maior, não só pelo vulto do empreendimento, mas, principalmente, pelo fato de nenhum, ou quase nenhum dos fabricantes tradicionais de um determinado produto se resignar a desaparecer; assim, todos, ao marcharem para a produção das grandes máquinas ou dos enormes navios, são inexoràvelmente levados a uma capacidade de produção maior do que seus mercados tradicionais lhes permitiriam desejar. Surge a concorrência feroz que leva ao desaparecimento dos mais fracos — quando não sustentados artificialmente por motivos de interêsse nacional — ou às grandes fusões e concentrações tão em voga hoje nos Estados Unidos e na Europa.

No caso dos estaleiros, a construção dos supergraneleiros impôs não só maiores carreiras, como novos métodos de construção, copiados, de certa maneira, da indústria automobilística: subconjuntos, alguns com pêso de 800t, construídos nas oficinas mecânica e de caldeiraria e transportados à carreira de lançamento por guindastes ou pórticos de dimensões até pouco tempo inteiramente fora de cogitação.

CONSEQUÊNCIAS

Quais os reflexos dêsse gigantismo sôbre a indústria e a economia de um país em desenvolvimento?

Em primeiro lugar, surge o inevitável problema das economias de escala; e à medida que a técnica vai permitindo unidades produtoras de maior tamanho, qualquer empreendimento passa a solicitar os elementos escassos de um país em desenvolvimento e dispensa os elementos abundantes, ou seja: a demanda de capitais e de técnica cresce, enquanto diminui a de mão-de-obra. Além da distribuição dos fatôres de produção ser assim desfavorável ao país em estágio intermediário de desenvolvimento, há também inadequação crescente das economias externas, como infra-estrutura de transportes e comunicações, meios de financiamento, programas educacionais, etc. Em consequência, o bem produzido o é a custos maiores que o do mercado externo e o produto não se torna apenas de difícil exportação, como passa a requerer continuada proteção tarifária, fiscal ou cambial.

EVOLUÇÃO DA PAUTA DE IMPORTAÇÕES

Cumpre, a esta altura, pôr em dúvida a afirmativa genérica de que, em contraposição à queda sistemática dos preços dos produtos primários, esteja havendo uma elevação generalizada dos preços dos produtos industriais. Esta assertiva poderia parecer verdadeira ao se comparar o preço por quilo de um automóvel de 1968 com um de 1930; o cotejo não é, no entanto, adequado se não se levar em conta a diferença de conteúdo tecnológico, de confôrto, de acabamento e de *performance* das duas máquinas.

Assim, é inadequado comparar-se, com vinte anos de intervalo, o custo por tonelada das importações brasileiras de máquinas: não sòmente as mesmas sofrem aperfeiçoamentos tecnológicos ou acréscimos de funções, de qualidade ou de desempenho (caso acima do automóvel ou, por exemplo, a comparação de um rádio de galena com um conjunto receptor e amplificador de alta fidelidade), como, ainda, a própria industrialização vai eliminando, na pauta de importação, máquinas mais simples e introduzindo equipamentos mais sofisticados.

Mesmo num país altamente industrializado, a composição da lista de importações varia, com o aparecimento de produtos de alto custo unitário, inexistentes há duas décadas. Diminuem as importações de máquinas de calcular e aparecem as de computadores cujo custo por quilo é, evidentemente, várias vêzes mais elevado do que o das primeiras.

Em alguns setores a comparação mostra, mesmo, diminuição de custos de fabricação. É o caso específico dos navios graneleiros para os quais a tonelada *dead weight* apresenta, devido ao crescimento das unidades e a métodos de produção mais econômicos, a seguinte evolução:

	1956	1966	1968	1969
Custo por TDW (índice)	100	78	56	54
Tonelagem média (TDW) a que se refere o custo acima ...	30 000	120 000	200 000	300 000

No caso do transporte marítimo, deve-se levar em conta que as novas unidades, além do menor custo de fabricação conduzem — o que é mais importante no caso — a custo de operação reduzido. Essa evolução teve, ainda, consequências de maior amplitude, pelos seus desdobramentos nas áreas logística e política, que, em muitos casos, aliás, foram as causas determinantes do desenvolvimento tecnológico.

Assim, a caminhada rápida para os supergraneleiros é uma consequência das crises políticas que levaram à impossibilidade de utilização das rotas marítimas tradicionais através do canal de Suez. Os caminhos mais longos, contornando os continentes, só poderiam competir com os trajetos mais curtos através do rebaixamento dos fretes pelo transporte de grandes massas. Inversamente, o estabelecimento dessas novas rotas, com a construção dos superpetroleiros e supergraneleiros, torna obsoletos os canais, a não ser para carga, fugindo os granéis dos gargalos físicos e políticos.

INTERÊSSE NACIONAL

A conclusão que se imporia, pois, é que há dificuldade, cada vez maior, para um país em desenvolvimento, na implantação de uma indústria competitiva. É indubitável que é cada vez mais penosa a fase inicial do desenvolvimento de um setor industrial qualquer, em face da velocidade crescente do progresso técnico e econômico. Há, no entanto, além dos fatôres estritamente econômicos — que nunca podem ser esquecidos — outros que devem ser levados em conta, numa nação como o Brasil, com dimensões continentais, de tradição empreendedora no setor econômico e que foi o palco, nos últimos cinquenta anos, de um esfôrço bem sucedido no setor industrial e no qual há, tanto nas elites como nos meios populares, uma aguda consciência da viabilidade do seu desenvolvimento econômico.

Assim, por exemplo, apesar de em têrmos estritamente econômicos só ser razoável, hoje em dia, projetar-se uma usina siderúrgica para produção anual de mais de dois milhões de toneladas e, preferivelmente, de cinco milhões de toneladas, o Brasil, com longa tradição siderúrgica, uma das maiores reservas de minério de ferro conhecidas e boas escolas de engenheiros metalurgistas e mecânicos, não poderia renunciar a se auto-abastecer em produtos de ferro e aço. Já temos uma usina com capacidade de 1,5 milhão de toneladas anuais e outras que caminham para essa meta.

O rumo seguro para o desenvolvimento siderúrgico é, pois, o de dar-se aos complexos já existentes a possibilidade de ampliação para que venham atingir capacidades de produção que as tornem cada vez mais econômicas, garantindo-lhes o mercado nacional e procurando ampliá-lo, facilitando exportações competitivas no mercado latino-americano; de outro lado, êsse objetivo será mais ràpidamente alcançado, renunciando à tentação da criação de novas unidades antieconômicas, de pequena capacidade, reclamadas por pressões regionalistas. A evolução natural do país há de requerer novas usinas, uma vez atingidos, pelas atuais, os níveis de produção compatíveis com a economia de escala da tecnologia moderna; haverá, pois, oportunidades racionais para outras siderúrgicas num futuro não tão longínquo.

Também no setor naval, sendo possuidor de extensa costa, não poderia deixar o Brasil de desenvolver a sua própria cabotagem econômica, tipo de navegação em que as condições são diversas das de longo curso e em que menores são as unidades, escapando, pois, neste setor, a indústria de construção naval às contingências do gigantismo.

De outra parte, para o longo curso há fatôres que nos afastam das conclusões negativas que analisamos no caso das superembarcações:

a) dentro da orientação governamental para ampliação do volume de nosso comércio exterior, torna-se indispensável nossa presença, de forma expressiva, na navegação de longo curso, a fim de não sobrecarregarmos, com gastos excessivos em fretes, nosso balanço de pagamentos;

b) os navios de tonelagem excepcionalmente elevada prestam-se, por enquanto, exclusivamente aos granéis, líquidos e sólidos;

c) as unidades de carga geral ainda têm dimensão econômica mínima que não ultrapassa as possibilidades dos nossos estaleiros (que já podem construir navios de 100 000 TDW).

Conclui-se, pois, que o *take-off* industrial requer muito trabalho, pertinácia, planejamento e imaginação. E, especialmente, rapidez, pois os países em vias de industrialização correm contra o tempo. Para o maior rendimento global da economia, isto é, o menor desperdício de recursos (humanos e de capital), é indispensável o planejamento orientativo, elaborado em conjunto pelo Govêrno e as classes produtoras. Finalmente, que, sem nos deixarmos fascinar pelo gigantismo em si, tenhamos em mente que é preciso planejar para que nossas indústrias possam evoluir seguindo as diretrizes da economia moderna: apuro tecnológico e crescimento da unidade industrial econômica. Êstes requisitos conduzem a duas tendências que começam a se esboçar entre nós:

a) o contingenciamento de favores ou de incentivos ao desenvolvimento de novas iniciativas em setores já cobertos pelas indústrias existentes;

b) a cooperação técnica e comercial, os consórcios e, em certos casos, até a fusão de empreendimentos paralelos, a fim de diminuir custos operacionais.

AÇÚCAR: DOS RECORDES DE 1968 AOS PLANOS DE 1969

No dia 31 de dezembro de 1967 existiam em estoque, no Brasil, 46,4 milhões de sacos de açúcar, o mais alto volume que já se havia armazenado no país. Pesavam, nêle, os excedentes gerados pela superprodução de 1965/66. De janeiro a dezembro de 1968, as 274 usinas em operação no país produziram 70,1 milhões de sacos que, somados àquele estoque, totalizavam disponibilidades da ordem de 116,5 milhões. No ano próximo findo o mercado interno absorveu 55,6 milhões e foram exportados 18,3 milhões de sacos e a 31 de dezembro próximo passado os estoques de açúcar em todo o país estavam reduzidos a 42,6 milhões. Um volume sem dúvida bastante grande, excessivo mesmo, porém a caminho de seu nível normal, que deverá se situar em tôrno de 35 milhões de sacos.

Não estávamos preparados para reter estoques tão grandes como os de pouco mais de um ano passado: foi necessário improvisar armazéns, mobilizar créditos, fortalecer a disciplina da comercialização e manter com a mão firme a política de limitação da produção. No ano de 1965 o Brasil realizara uma produção recorde de 77,7 milhões de sacos de açúcar. Desde 1966/67 o Instituto do Açúcar e do Álcool vem adotando uma série de providências que permitam a absorção dos excedentes daquele ano com um mínimo de transtornos. Quando expirar o ano açucareiro de 1968/69, em 31 de maio próximo vindouro, já não haverá sobras da grande produção de 1965.

É verdade que os compromissos financeiros decorrentes da sustentação de estoques criaram problemas para algumas emprêsas. Em compensação, estimulado pelas dificuldades então vividas, o Instituto do Açúcar e do Álcool estruturou em melhores bases a comercialização do açúcar interno. O consumo verificado em 1968, de 55,6 milhões de sacos, correspondente a 3 336 mil toneladas métricas, foi recorde nacional, com um incremento de 13,9% sôbre o verificado em 1967.

UM RECORDE TAMBÉM NA EXPORTAÇÃO

Mas a economia açucareira registrou um outro recorde muito significativo no ano que passou, e êste foi no mercado internacional. De janeiro a dezembro de 1968 o Brasil exportou 1 078 707 toneladas de açúcar, superando a maior marca anterior que cabia ao ano de 1966, quando haviam sido embarcadas 1 004 350 toneladas. No último quinquênio a exportação brasileira de açúcar evoluiu da seguinte maneira:

	Toneladas
1964	254 805
1965	765 731
1966	1 004 350
1967	994 941
1968	1 078 707

O açúcar brasileiro, em 1968, destinou-se a numerosos mercados, predominando os Estados Unidos que receberam 615 200 toneladas:

	Toneladas
Estados Unidos	615 200
Chile	132 709
Marrocos	107 921
Tunísia	57 265
França	54 217
Uruguai	46 543
Iraque	22 627
Zâmbia	20 005
Reino Unido	12 192
Síria	8 528
Holanda	1 500
Total	1 078 707

Além das exportações de açúcar, o Brasil embarcou para o exterior, também, volumes apreciáveis de álcool etílico, méis residuais e méis ricos invertidos, êstes últimos produzidos pela primeira vez no país. Com tudo isso, a indústria açucareira nacional proporcionou uma receita cambial de aproximadamente US$ 120 milhões, também um outro recorde colhido no ano que passou.

A conclusão, com êxito, das negociações iniciadas em 1965 para um nôvo Convênio Internacional do Açúcar, nas quais o Brasil desempenhou papel destacado, e onde lhe foi destinada uma parcela de mercado de 500,0 mil toneladas — mercado livre mundial — foi um dos acontecimentos mais importantes do mundo açucareiro em 1968. O nôvo convênio, que entrou em vigor a 1.º de janeiro próximo passado, ajusta a oferta à demanda, agindo no sentido de estabelecer uma disciplina no mercado, através de sua ação reguladora.

Os preços internacionais, que ao serem reiniciadas as negociações, em meados de setembro último, estavam em tôrno de US$ 31.50 por tonelada, entraram em recuperação a partir do momento em que se definiram as possibilidades de êxito dos entendimentos e, nos primeiros dias de março, já ultrapassavam os US$ 77.00, valor que não era alcançado desde 1964.

Para o Brasil, que coloca cêrca de meio milhão de toneladas de açúcar por ano no mercado livre mundial, o convênio representa, a esta altura, um benefício de, aproximadamente, US$ 15.0 milhões.

TENDÊNCIAS PARA 1969

A demanda de açúcar no mercado interno, em 1969, deverá oscilar em tôrno de 57,5 milhões de sacos, ao passo que os compromissos de exportação deverão montar a 18,5 milhões de sacos. A soma dessas duas parcelas — 76,0 milhões de sacos — corresponde às possibilidades de colocação de açúcar do Brasil no calendário de 1969, envolvendo os remanescentes da safra 1968/69 e parte da produção da safra 1969/70.

Levando em conta estimativas preliminares, a produção nacional de açúcar deverá crescer, no ano em curso, cêrca de 1,5 milhão de sacos, para atingir total de 71,6 milhões, aproximadamente. Somada a produção aos estoques existentes em 31 de dezembro próximo passado, de 42,6 milhões, encontramos uma perspectiva de disponibilidades de 114,2 milhões de sacos. Deduzidos os 76,0 milhões previstos para consumo interno e a exportação, deverão existir em estoque, no fim do ano, 38,2 milhões de sacos. Essa cifra representará os esforços do Instituto no sentido de reduzir as disponibilidades a níveis compatíveis com as possibilidades de comercialização.

Com a sensível recuperação que se observa nas condições do mercado livre e a tendência de firmeza que marca as operações realizadas no mercado preferencial dos Estados Unidos, tudo leva a crer que, em 1969, sòmente o açúcar poderá proporcionar receita cambial superior a US$ 110,00 milhões.

BOA SAFRA DE TRABALHO

Ao lado das tarefas de rotina — e dentro em breve terão início os debates sôbre o Plano de Defesa da Safra de Açúcar de 1969/70 — o Instituto do Açúcar e do Álcool tem importantes tarefas de trabalho para êste ano que começa.

O item considerado mais importante diz respeito à realização de estudos que permitam compor diagnósticos globais, regionais e de emprêsa, cobrindo três áreas distintas: a) o setor agrícola; b) o setor industrial, e c) comercialização. Para a realização dêsses estudos determinados pelo Sr. Ministro Macedo Soares, e que desenvolverão por todos os Estados produtores de açúcar, o Instituto está procedendo à seleção de emprêsas especializadas de assessoria e projetos.

Ao longo de quase 40 anos de existência, esta é a primeira vez que o Instituto do Açúcar e do Álcool empreende levantamentos de tal amplitude e profundidade. E o faz agora na expectativa de que, à luz dos resultados que venham a ser colhidos, possa proceder aos ajustamentos que se fazem necessários à política econômica setorial.

O Brasil figura entre os maiores produtores de açúcar do mundo — ocupando o terceiro lugar, cabendo o primeiro à União Soviética e o segundo a Cuba — e a economia açucareira, a mais antiga implantada no país, desde muito tem se ressentido de distorções que sòmente uma pesquisa de amplitude e profundidade, conduzida em têrmos nacionais e pelos meios técnico-científicos os mais hábeis, pode conduzir a diagnóstico capaz de conferir os ajustamentos de que necessita a sua estrutura.

A simples verificação da freqüência com que o complexo agroindustrial tem exigido a adoção de medidas de emergência, variando de grau e intensidade, de região para região e mesmo dentro de cada área, de unidade para unidade de produção, é bastante elucidativa no sentido de que as simples medidas paliativas, adotadas isoladamente e sem a complementação adequada, não produzem efeito porque não vão às origens das dificuldades, nem dão ao Govêrno, nem ao próprio empresário, opções válidas, a médio e a longo prazos, para soluções dos problemas em pauta.

O projeto dos estudos em aprêço, submetido ao Ministro da Indústria e do Comércio, General Edmundo de Macedo Soares e Silva, elaborado em função de suas instruções, mereceu sua integral aprovação.

O segundo item mais importante na escala das preocupações do Instituto do Açúcar e do Álcool para 1969, é a sua reestruturação dentro do esquema da Reforma Administrativa, como um organismo de programação econômica e política setorial, a fim de que possam ter fortalecidos os seus quadros técnicos na medida necessária ao uso das conclusões dos estudos projetados, marcando uma nova etapa na política de defesa da produção açucareira.

No plano da assistência à produção o Instituto dá muita ênfase ao convênio celebrado com entidades de classe e órgãos de govêrnos estaduais do Nordeste para o combate à cigarrinha, praga que vem causando prejuízos crescentes à lavoura canavieira, particularmente nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

COMPLETANDO A ESTRUTURA

Enquanto isso, prosseguem, em ritmo acelerado, as obras de construção da terminal açucareira do Recife, iniciadas no primeiro semestre do ano passado e que deverão estar concluídas, possìvelmente, nos primeiros meses de 1970. A terminal, que terá capacidade inicial para armazenar 100 mil toneladas de açúcar a granel, terá, depois de concluída, a capacidade de 200 mil toneladas. O Brasil é o único dos grandes exportadores de açúcar que ainda não opera instalações mecânicas para embarque a granel, o que importa na demora excessiva de carregamento dos navios. Com a terminal do Recife funcionando, um navio de 10 mil toneladas poderá ser carregado em apenas dez horas de operação, ao invés de 12 a 14 dias, como ocorre atualmente. Apesar disso, graças aos esforços da Divisão de Exportação do IAA, tem recebido o Instituto prêmios pela rapidez dos embarques, dentro dos contratos atuais.

Paralelamente, continuam os estudos relativos à construção da segunda terminal, prevista para o pôrto de Maceió.

A terminal de Recife compreende instalações para armazenagem e carregamento de açúcar e méis, estas já concluídas e em funcionamento na corrente safra.

Com essas obras, o Instituto completa a estrutura da comercialização do açúcar e dos méis para o exterior, o que permitirá sensível redução nos custos de manipulação das cargas e do fretamento dos navios, o que redundará, em parte, em benefício da economia nacional.

GOVERNADOR ABREU SODRÉ ABRE A OFENSIVA TECNOLÓGICA

São Paulo (Sucursal) — A criação do Centro Estadual de Tecnologia, nos moldes de autarquia, figura nos planos do Govêrno Abreu Sodré como ponto de partida para a ofensiva tecnológica em São Paulo, através da centralização dos órgãos e recursos que estão dispersos, a fim de suprir as necessidades da indústria e de outras atividades econômicas.

O CET voltará sua atenção, inicialmente, aos setores prioritários da produção de bens e de serviços industriais, e contará com a experiência dos Institutos de Pesquisas Tecnológicas, de Eletrotécnica, de Hidráulica da USP, de Energia Atômica, de Biologia e do Centro de Tecnologia de Alimentos.

SEM BUROCRACIA

Esclarece o secretário Sr. Onadir Marcondes que o Centro Estadual de Tecnologia está em vias de ser implantado, com a missão básica de servir de suporte à prática de uma política tecnológica adequada e dinâmica, visando atender reclamos em diferentes campos da economia.

O CET surgirá como coroamento dos trabalhos preliminares de pesquisa da situação tecnológica no Estado, que foi realizada, na primeira etapa, por uma comissão especial instituída pelo Governador Abreu Sodré, e que deixou subsídios importantes para o Conselho Estadual de Tecnologia, posteriormente criado para sugerir medidas capazes de eliminar as falhas existentes atualmente no setor.

Algumas providências foram tomadas para melhorar os aspectos insuficientes dos atuais Institutos, como atualização de seus equipamentos, liberação de recursos financeiros para preenchimento de lacunas, além da aquisição de pessoal especializado:

— É um trabalho lento mas seguro que deverá culminar com a implantação do CET em bases dinâmicas e racionalmente estruturadas, isento ao máximo possível das dificuldades burocráticas, aliás um dos principais pontos de estrangulamento — assinala o secretário de planejamento.

COMEÇO MARCANTE

Passo importante na implantação efetiva da política tecnológica em São Paulo foi dado em fins de janeiro último pelo Governador Abreu Sodré, ao inaugurar novos laboratórios de engenharia mecânica no Instituto de Pesquisas Tecnológicas, localizado na Cidade Universitária.

No conjunto, êsses laboratórios (incluindo metrologia, ensaios dinâmicos, de contrôles e de instrumentos) são considerados setores estratégicos no campo técnico-industrial, pois destinam-se à preparação de máquinas-ferramentas. Isso quer dizer, em suma, máquinas produzindo outras máquinas, indispensáveis ao desenvolvimento industrial.

Os novos laboratórios de engenharia mecânica do Instituto de Pesquisas Tecnológicas constituem um centro de captação de tecnologia estrangeira, de pesquisas para aperfeiçoar e criar novas máquinas industriais para o Brasil. Ali, serão analisadas as máquinas estrangeiras e comparadas com as nacionais.

Por êsse expediente, serão possíveis pesquisas constantes objetivando o aperfeiçoamento de nossos aparelhos industriais, cujos resultados serão levados permanentemente às indústrias interessadas. Qualquer indústria nacional terá o direito de solicitar estudos particulares aos novos laboratórios, a fim de solucionar seus problemas industriais.

PIONEIRISMO

Com a inauguração dos novos laboratórios do IPT, o Govêrno leva a São Paulo nova medida pioneira de longo alcance, por ser êsse o primeiro centro especializado do país. Muitos trabalhos de pesquisas parecidos foram e são feitos em outros centros brasileiros, mas os laboratórios do IPT marcam o início de estudos completos e sistemáticos em dependências próprias.

O Governador Abreu Sodré entregou à Cidade Universitária da USP, dessa forma, um nôvo edifício de 5 725 metros quadrados de área coberta: 2 275m2 destinados a uma ampla oficina mecânica e os restantes 3 450m2 abrigando os laboratórios, salas de projetos, escritórios e as demais dependências.

O Govêrno deixou evidenciada, com essa inauguração, sua intenção de proporcionar três vantagens básicas: o enriquecimento do parque industrial paulista, o aumento da capacidade de pesquisa dos especialistas e ainda a abertura de oportunidades de aprendizado aos trabalhadores.

Os novos laboratórios do Instituto de Pesquisas Tecnológicas ficarão à disposição das indústrias que se interessem em encaminhar empregados seus para períodos de estágios ali. De regresso às suas fábricas, êsses operários estarão em condições de fornecer aos seus colegas de trabalho novas noções de técnicas e conhecimentos, além do espírito de pesquisa.

Os laboratórios funcionarão também, portanto, nos moldes de verdadeira oficina-escola. Sua oficina mecânica já está aparelhada com inúmeras máquinas importadas, capazes de realizar trabalhos e ensaios técnicos de eficiência e **performance** comparadas.

Aliás, os laboratórios são utilizados já para tarefas de grande envergadura. Para as Centrais Elétricas de São Paulo, por exemplo, estão sendo feitos trabalhos de montagem, em plástico, de miniatura de barragem, com a finalidade de demonstrar a capacidade de paredes, blocos e comportas, sob o impacto do pêso e do deslocamento das águas. Os testes são rigorosamente científicos e as proporções cuidadosamente observadas, graças, inclusive, ao desempenho de uma moderna fresadora Cincinnati.

PROGRAMA IMEDIATO

O significado econômico dêsses novos laboratórios é algo também expressivo. O grau de tecnologia de um determinado produto é medido pelo valor dos dólares da unidade dêsse produto. O valor atual da tonelada média de máquina exportada pelo Brasil é de 800 dólares e de três mil dólares o de máquinas importadas.

Por si só, essa diferença evidencia a diferença de conteúdo tecnológico entre as máquinas feitas por nós e as que estamos importando. O Govêrno estadual procura justamente mudar essa situação, tentando melhorar o conteúdo tecnológico de nossas máquinas, partindo do princípio de que "tecnologia é dinheiro."

Além da produção de máquinas-ferramenta, o programa de pesquisas dos novos laboratórios de engenharia mecânica do IPT prevê o suporte tecnológico às indústrias de máquinas em todo o Estado, assim como a elaboração de projeto e execução de dispositivos e instrumentais especiais para as pesquisas das diversas outras divisões do Instituto de Pesquisas Tecnológicas e até de outros institutos do país.

Por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas, a UNESCO enviou o Sr. Jiri Tlusty, chefe de pesquisas sôbre máquinas-ferramenta do Instituto Vuoso, de Praga, e presidente do Colégio Internacional de Pesquisas de Produção, a fim de auxiliar o IPT na orientação do programa de seus laboratórios e sua aplicação. O cientista ficará em São Paulo até março próximo, supervisionando uma equipe de 15 engenheiros brasileiros.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas sempre teve como norma publicar estudos de trabalhos de seu setor. Agora, a nova divisão de engenharia mecânica propõe-se a fazer o mesmo relativamente às pesquisas em seus laboratórios. O programa de trabalho das novas unidades de engenharia mecânica inclui a realização de seminários e cursos especiais para engenheiros e técnicos em máquinas-ferramenta.

AS DOTAÇÕES

Reconhecendo que o setor de pesquisas é fundamental dentro da problemática do desenvolvimento, entende a administração paulista, implicitamente, que o país não deve persistir na dependência de tecnologia estrangeira para superar o estágio atual.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas, por si, já assegura a São Paulo uma tradição no campo da pesquisa. O IPT contará êste ano com aproximadamente NCr$ 2 milhões, parte dos quais serão empregados no reaparelhamento do órgão. NCr$ 700 mil serão aplicados só em obras internas, incluindo ampliações de dependências.

O crescimento do IPT é decorrente do crescimento da própria indústria paulista, exigindo cada vez mais subsídios do órgão em projetos de infra-estrutura. É uma pressão contínua que faz parecerem diminutas as divisões atuais, com os espaços encolhendo progressivamente.

POLÍTICA NUCLEAR

O Govêrno estadual reconhece, também, que o desenvolvimento das pesquisas no campo da energia nuclear representa a maior alternativa dos países em subdesenvolvimento para conquistarem nôvo estágio de progresso.

O Brasil já dispõe de uma política atômica bem definida, e suas imensas reservas hidrelétricas começam a ser exploradas. No entanto, há necessidade de ser observada melhor a questão do uso pacífico do átomo, que poderia suprir as áreas desprovidas de potencial hidrelétrico ou ainda complementar as áreas de maior demanda de energia elétrica, como o eixo São Paulo—Rio.

O Instituto de Energia Atômica já dispõe de um programa voltado para essa problemática e terá do Govêrno, com a centralização sob a influência maior do Centro Estadual de Tecnologia, novos recursos para atingir suas finalidades, a começar pela formação e treinamento de pessoal técnico de nível médio e superior.

Êste ano, o Executivo estadual irá investir no IEA mais NCr$ 3 milhões e 500 mil. A maior parte dêsses recursos será empregada nas ampliações das dependências do Instituto, localizado também no conjunto da Cidade Universitária, devendo ser ainda destacados os recursos para equipamento e material permanente.

SETORES PRIORITÁRIOS

O relatório do Conselho Estadual de Tecnologia aconselhando a implantação do CET foi entregue recentemente pelo Secretário de Planejamento ao Governador Abreu Sodré, tendo como relator o Sr. Sérgio Roberto Ugolini, membro do Conselho e diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias (FIESP).

Reconhece o estudo, de início, a existência de três setores que devem merecer maior atenção do Executivo: a tecnologia da produção de bens ou serviços industriais; a tecnologia da produção de bens de origem vegetal ou animal, e a tecnologia dos serviços baseados nas ciências biomédicas:

— Na atual fase do processo de industrialização da economia brasileira — diz o relatório — pode-se afirmar que embora já se tenha instalado uma estrutura industrial consideràvelmente diversificada, a tecnologia de processos e de produtos utilizada na produção é, em boa medida, importada. As características do conhecimento tecnológico colocado à disposição das emprêsas constituem uma condição primeira para a sua aplicação ao processo de produção. Neste particular, é necessário analisar os mecanismos pelos quais êste conhecimento é criado, adaptado e difundido.

O secretário de planejamento, por seu lado, reconhece que todo investimento destinado à pesquisa aplicada diretamente na indústria é um investimento no futuro do país, embora sem esquecer a pesquisa científica ou a pesquisa fundamental, ou ainda, a pesquisa pura. A ênfase a ser dada à pesquisa, observa, comporta certas restrições, pois sòmente deveriam ser encorajados aquêles tipos de pesquisa aplicada ou pesquisa tecnológica que permitam utilização imediata de seus resultados pela indústria local.

TECNOLOGIA MODERNA

Salienta o relatório sôbre a criação do CET que "a disponibilidade de tecnologia será obtida ou pela criação de processos próprios, ou pela importação de técnicas desenvolvidas em países mais avançados industrialmente":

— A opção entre tecnologia própria ou importada, na maioria dos casos, se coloca sòmente a partir do ponto em que a tecnologia externa é suficientemente conhecida de modo a permitir sua revisão e adaptação às condições locais. Pròvàvelmente, por um período ainda bastante longo, a importação e a adaptação de tecnologia constituirão as tarefas básicas dos institutos de pesquisas públicos e privados.

— O nível de educação especializada — continua — vai determinar entre outros fatôres a capacidade de absorção de tecnologia já desenvolvida em outros países, assim como a possibilidade de desenvolvimento de tecnologia própria. A introdução de novas técnicas no processo de produção, além de exigir recursos de capital, pressupõe a existência de um certo tipo de mentalidade capaz de avaliar o efeito da aplicação da nova tecnologia e admitir riscos calculados.

Conclui o documento que parte substancial do problema do avanço tecnológico está ligado ao problema de volume e qualidade de pessoas com o conhecimento e qualificação necessários à atividade empresarial, técnica e de pesquisa.

Tôdas as características, observa ainda, já permitem verificar que se trata de um problema que envolve formação de pessoal e não pode ser resolvido a curto prazo. "Numa economia com as características vigentes no Brasil, os investimentos deverão ser, principalmente, efetuados pelo Estado":

Daí — conclui o relatório — a grande importância dos institutos oficiais de tecnologia para o progresso da industrialização nacional. Além disso, numa economia subdesenvolvida, carente de recursos para satisfazer as necessidades de capital social básico, saúde, etc., o volume de recursos destinados a uma atividade dêste tipo tende a ser relativamente reduzido. O objetivo das recomendações feitas pela Comissão Especial de Tecnologia é dar aos institutos de pesquisas do Estado uma estrutura que permita melhor utilização dêsses recursos e a maximização dos seus efeitos.

INSTITUTOS E O CET

Os atuais institutos manterão, com o advento do Centro Estadual de Tecnologia, as suas peculiaridades próprias. Já no curso dêste ano, informa a Secretaria de Planejamento, haverá verbas orçamentárias reservadas para a implantação da política tecnológica do Govêrno Abreu Sodré.

O funcionamento do CET como autarquia objetiva conferir-lhe dinamismo na execução dos seus trabalhos.

O Centro deverá ser administrado por um conselho de administração composto de membros nomeados pelo Governador do Estado, em número de nove, a saber: três de livre escolha do Governador, dois indicados pela Escola Politécnica, dois pelo Instituto de Engenharia de São Paulo e dois pela Federação das Indústrias do Estado (FIESP).

As funções executivas serão exercidas por uma diretoria, também nomeada pelo Governador, em lista apresentada pelo conselho de administração. Os membros da diretoria terão mandato por prazo determinado e, se não forem funcionários públicos, deverão ser contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

A diretoria executiva do CET será ainda constituída pelos diretores dos diversos Institutos, em cargos nas divisões técnicas.

RECOMENDAÇÕES

No seu relatório ao Governador Abreu Sodré, o Conselho Estadual de Tecnologia prevê que sòmente a experiência futura poderá dizer da conveniência ou não de eventuais modificações na estrutura ou nas atribuições do Conselho, embora reconhecendo como pacífico que êle se atualize sempre.

Analisando o relatório, o Secretário de Planejamento, comandante Onadir Marcondes, comenta que, além do objetivo básico de desenvolvimento da pesquisa tecnológica industrial, deverá o Centro, como uma atividade subsidiária, voltar-se para a formação de elementos capacitados à aplicação das modernas tecnologias em todos os campos das atividades industriais:

— Para tanto — recomenda — deverá manter em seus quadros, permanentemente, um certo número de alunos estagiários universitários, bem como formar técnicos de grau médio especializados na pesquisa, ensaios e análises, em número suficiente para atender a demanda nesse campo específico de mão-de-obra qualificada.

— Compreendemos — prossegue — não ser essa uma função específica nem objetivo principal de um instituto de pesquisa, mas não podemos absolutamente relegar a um segundo plano a necessidade urgente da formação de mão-de-obra qualificada, para absorção, pelas emprêsas, da tecnologia desenvolvida nos institutos. Deverá, também, o Centro manter estreito contato com a universidade, a fim de possibilitar a utilização de seus laboratórios, de acôrdo com as necessidades dos currículos escolares.

DISPARIDADES REGIONAIS DE RENDA

MIRCEA BUESCU

Tudo é História. A dimensão temporal está presente em qualquer objeto de conhecimento. Por isso, todo fato atual aparece interdependente, sob ângulo dinâmico, com seus antecedentes históricos, da mesma forma que sob o ângulo estático, o é com os outros fatos coexistentes.

O fenômeno do subdesenvolvimento não pode fugir a êsses condicionamentos. As disparidades horizontais de renda são resultado de um longo e complexo processo histórico — daí a dificuldade de reduzi-las ou eliminá-las. E, tais como as desigualdades no plano internacional, as disparidades regionais de renda, no plano nacional, constituem efeito de fatos muito remotos.

No Brasil, essas causas podem ser esquematizadas no trinômio:

— mercantilismo;
— colonialismo escravagista;
— extensão territorial.

Tôdas três **juntamente**, pois, por exemplo, a extensão territorial, sem as outras duas causas, poderia ter resultados benéficos. A rigor, o próprio mercantilismo, sem colonialismo, podia transformar-se num colbertismo industrializante. E o colonialismo, sem mercantilismo, poderia incentivar as atividades locais para ganhar uma base mais ampla de tributação.

Os efeitos do trinômio são conhecidos:

1. MERCANTILISMO

a) Concentração dos fatôres no produto conjuntural de exportação e apenas na área propícia para a expansão dêste produto. Não lamentava o autor de **Diálogos das Grandezas do Brasil**, já em 1618, que "não há homem em todo êste Estado que procure nem se disponha a plantar árvores frutíferas, nem fazer as benfeitorias acêrca das plantas que se fazem em Portugal" porque todos, principalmente os de maiores recursos, queriam dedicar-se à produção do açúcar? (1) Mesmo dentro da área do produto conjuntural produzia-se a concentração de atividades para melhor ligação com a metrópole e conforme os interêsses mercantilistas. O mesmo **Diálogos**, tratando da Capitania da Paraíba, informa: "Como tem Pernambuco tão chegado, os seus moradores se costumam prover dela das coisas de que têm necessidade, fazendo levar, para êsse efeito, muitos açúcares que comutam pelo que compram, com o que engrandecem cada vez mais a Capitania de Pernambuco e diminuem a sua." (2)

b) Abandono da área quando a conjuntura favorecia outro produto, em outro local. O caso do **rush** da mineração é clássico. Em 1711, menos de 20 anos depois do início do ciclo, Andreoni-Antonil denunciava que "a sêde insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras." (3) O êxodo da população e dos outros fatôres de produção para a região das minas não podia escapar ao espírito observador de Antonil: "De tôdas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não sòmente grande, mas excessivo." (4) E o relativo abandono da região outrora florescente aparece como reflexo da atração que exerciam os preços maiores na zona mineira "causa de ficarem desfornecidos muitos engenhos de açúcar de peças necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos hão de dar maior lucro." (5)

c) Desinterêsse pelo mercado local e pelas atividades a êle ligadas, inclusive pela criação de uma rêde de transportes fora do setor de exportação. Não falava Gandavo, já em tôrno de 1570, que a terra não estava povoada pelos portuguêses porque "pelo socorro e tratos do Reino, lhes é necessário estarem junto ao mar para terem comunicação de mercadorias?" (6) A citação já feita de **Diálogos** demonstrava a mesma ausência de preocupação pelo mercado interno, e o próprio autor de **Diálogos**, apesar de condenar essas atitudes, despreza, por exemplo, uma região do Ceará "por a terra de seus derredores não servir para mais que para mantimentos." (7) E mostra o mesmo desprêzo, embora mais velado, pelas **condições** da gente do Brasil que não estão ligadas aos negócios de exportação. (8)

2. EXTENSÃO TERRITORIAL

a) Ocupação superficial ou dispersa, com dificuldades de comunicação entre os agentes econômicos. Primeiro, uma ocupação dispersa ao longo do litoral, conforme a célebre metáfora dos caranguejos, do Frei Vicente do Salvador. (9) Que eram as linhas de penetração? Não caminhos para estabelecimento e colonização, mas sim, o que Frédéric Mauro tão bem batizou de "estradas da cobiça", "estradas da curiosidade" ou a combinação das duas. (10) Tome-se a posição no fim do primeiro século. Considerando apenas a área efetivamente ocupada, uma população de 100 mil almas dispunha de 25 mil quilômetros quadrados — ou seja, uma densidade de quatro habitantes por quilômetro quadrado. Em relação à área potencialmente disponível do Brasil atual era 0,01 habitante por quilômetro quadrado! (11)

b) **Nucleização** da economia, com a formação de centros de hábitos autárcicos — como o foram os engenhos e os latifúndios, durante muito tempo.

3. COLONIALISMO ESCRAVAGISTA

a) Envio das rendas para a metrópole (ou para os intermediários comerciais e financeiros), reduzindo os fluxos locais de renda e as possibilidades de criação de um mercado local integrado. O **Diálogos** denunciaram, em 1618, "êste pressuposto que têm todos em geral de se haverem de ir para o Reino." (12) Quase na mesma época, em 1627, Frei Vicente do Salvador afirmava que os povoadores "por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal." (13)

b) Importações maciças de escravos, transferindo rendas para o exterior em vez de serem utilizadas localmente para criação e formação de mão-de-obra. E manutenção de uma grande parte da população, chegando até 50% do total, numa situação totalmente marginalizada, o que reduzia, ainda mais, as dimensões do mercado.

c) Proibições metropolitanas dificultando a integração da economia local: proibição de atividades produtivas (sal, azeite, hidromel, tecidos, etc.), proibição de meios de transporte, proibição educacional.

O resultado dessa conjugação de fatôres negativos foi a forte concentração das rendas numa região limitada que, por causa da dependência do produto conjuntural, se desmantelava quando da mudança da conjuntura. Compare-se a situação no início do século XVII com a situação atual. Conforme os dados estatísticos do Censo de 1960, a região do Centro-Sul e Sul (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cobrindo uma área econòmicamente ocupada de 58,9% do total, era responsável por 78,4% da renda interna. Em início do século XVII, a região do Nordeste, com 4 700 quilômetros quadrados econòmicamente ocupados — ou seja, 18,2% do total — produzia, aproximadamente, 90% de todo o açúcar exportado. Como o açúcar representava 90%, ou mais, da exportação e esta era responsável por cêrca de 80% da renda interna, resulta que o açúcar produzido naquela pequena área contribuía com cêrca de 65% da renda. Se se considerar também as outras atividades, tôdas concentradas em tôrno da economia açucareira, aquela participação pode chegar a 75% ou mais. (14)

Quando 100 anos mais tarde o centro de gravidade mudou-se, por causa da mineração, para o Sudoeste e, depois, através do ciclo do café para o Sul, os fatôres negativos remanescentes não permitiram a recomposição das respectivas economias regionais dentro das novas condições da conjuntura.

E, assim, a História trouxe até os nossos dias o grande desafio das disparidades regionais de renda no Brasil.

NOTAS

(1) **Diálogos das Grandezas do Brasil** (Imprensa Universitária — Recife, 1966) — pág. 10.
(2) Ibidem, pág. 20.
(3) João Antônio Andreoni (Antonil). **Cultura e Opulência do Brasil** (CEN — São Paulo, 1967) — pág. 263.
(4) Ibidem, pág. 267.
(5) Ibidem, pág. 269.
(6) Pero de Magalhães Gandavo, **Tratado da Terra do Brasil** (Obelisco — São Paulo, 1964) — pág. 73.
(7) **Diálogos** — pág. 18.
(8) Ibidem, págs. 9-10.
(9) Frei Vicente do Salvador. **História do Brasil** (Melhoramentos — São Paulo, 1965) — pág. 61.
(10) Frédéric Mauro, **Le Péron et l'Economie Brésilienne au XVII Siècle** (Annales de la Faculté des Lettres — Aix-en-Provence, 1967) — págs. 189-190.
(11) Mircea Buescu — Vicente Tapajós, **História do Desenvolvimento Econômico do Brasil** (Casa do Livro — Rio de Janeiro, 1967) — págs. 84-86.
(12) **Diálogos**, pág. 10.
(13) Frei Vicente do Salvador — op. cit., pág. 58.
(14) Mircea Buescu, **Exercícios de História Econômica do Brasil** (APEC — Rio de Janeiro, 1968) — págs. 129-132.

TURISMO E INTEGRAÇÃO

LUIZ VICTOR D'ARINOS SILVA

A crescente conscientização da necessidade de planejar para desenvolver tem criado, expandido e aprimorado atitudes que vão desde a alteração de estado de espírito até à dinâmica de aplicação de ensinamentos, conseqüentes da aferição de resultados alcançados na implementação de planos, programas e projetos.

Do episódico ao setorial, do setorial ao global, do local ao regional, do regional ao nacional e dêste ao internacional, no planejamento se fortalece a cada dia a tônica da integração. É o que mais preocupa e ocupa as entidades multinacionais, exigindo de suas equipes técnicas esforços extraordinários no equacionamento integrado dos problemas dos países membros, buscando solucioná-los pela conjugação de objetivos e instrumentos de ação.

CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO À ECONOMIA

O modo mais freqüente de avaliar a contribuição que pode dar o turismo às economias nacionais é procurar definir o efeito multiplicador, dos gastos efetuados pelos turistas, na corrente circulatória da economia dos países visitados. Êsse efeito, geralmente, tem um ano de duração, ao fim do que se dissipa, principalmente pelas perdas havidas quando parte da corrente monetária originada pelo turismo se aplica em importações, ou se transfere ao exterior sob a forma de inversões ou de remunerações do capital. Estudos consultados permitem-nos situar êsse coeficiente de multiplicação variando de 3,2 a 4,3, conforme o grau de desenvolvimento do país. Aplicando-o aos gastos anuais dos turistas teremos a contribuição do turismo ao Produto Nacional Bruto. Em 1965, tal contribuição foi estimada pela União Internacional de Organizações Oficiais de Turismo para vários países, dos quais mencionaríamos: Bélgica (1,5%), Peru (1%), Iugoslávia (2,2%) e Canadá (1,9%), representantes de situações apenas **regulares** nas quais o turismo não tem grande importância relativa. Em outros, de indústria túristica bem desenvolvida, as percentagens são consideràvelmente maiores: México (4%), Espanha (5,2%), Jamaica (7,4%) e Barbados (14,5%).

Um grande aumento daquela contribuição tenderá a produzir, também, um aumento líquido nos recursos fiscais — através dos impostos que gravam, direta ou indiretamente, as várias atividades que se desenvolvem em redor do turismo — aumento que alcança cêrca de 10% do gasto total interno dos turistas.

O turismo tem, ainda, capacidade de indução dinamizadora sôbre algumas atividades locais produtivas de bens e serviços requeridos pelo próprio turismo, benéfica por ampliar as oportunidades de trabalho e reduzir as importações daqueles bens e serviços. Não é desprezível, igualmente, o efeito do turismo sôbre certas manufaturas e artesanatos locais. Um estudo sôbre **O Futuro do Turismo no Pacífico e no Extremo Oriente** indica que, do total dos gastos internos do turismo, 54%, em média, se transformam em remunerações e salários.

Cumpre acrescentar, com respeito ao financiamento de inversões em turismo, que êste requer, bàsicamente, hotéis, restaurantes e os diversos serviços que facilitam o contato dos turistas com o comércio e com os diversos atrativos históricos, artísticos, recreativos e paisagísticos, que constituem a fundamental motivação do turismo. Logo, a possibilidade de desenvolver o turismo internacional dependerá, em grande parte, da capacidade de financiar a habilitação de centros turísticos, o que freqüentemente requer a abertura de vias de comunicação, obras de urbanização integral, proteção e conservação de monumentos históricos e a construção de instalações hoteleiras. Para tanto é necessário financiamento de gastos públicos, cuja execução está geralmente a cargo de organismos oficiais de fomento e pode, dêsse modo, ser apresentado como uma ampliação do financiamento do setor público dentro das normas usuais, seja internamente nos países, seja com a participação de organismos internacionais de crédito.

Quanto à construção de hotéis, deve-se notar a grande importância de regulamentar as inversões externas e sua vinculação ao capital e ao espírito da emprêsa local, como meio de reduzir as perdas de divisas acima referidas. Sem que se cuide dessa proteção, as vantagens do turismo tendem a se limitar aos salários gerados pela atividade.

O TURISMO NA AMÉRICA LATINA

Em 1968, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deu a conhecer estudos sôbre as perspectivas do Turismo na América Latina. Classificou o turismo como atividade dinâmica, que cresce em ritmo mais acelerado que pràticamente qualquer outro setor da economia, como o indica o crescimento dos gastos efetuados por turistas em todo o mundo (12% ao ano entre 1950 e 1960, 12,2% ao ano entre 1961 e 1966). Em 1966, o volume do turismo foi estimado em 128 milhões de pessoas e o gasto total, excluindo-se o custo do transporte, em cêrca de 13 bilhões de dólares.

Os mercados mais importantes são os Estados Unidos da América e a Europa, verificando-se a estreita relação entre turismo e nível de renda. Examinado o movimento de viajantes, sabe-se que, em 1966, a Europa absorveu 74,6% e os Estados Unidos 16,2%. As demais partes do mundo tocaram apenas 9,2%.

A situação geral do turismo no mundo pode ser apreciada no quadro seguinte:

ÁREA DE DESTINO	*N.º de TURISTAS (em milhões)* 1966	%	*TENDÊNCIA*
Europa	95,50	74,6	quase estático
América do Norte (EUA e Canadá)	20,75	16,2	decresce lentamente
América Latina e Caribe	4,15	3,2	quase estático
Oriente Médio	3,30	2,6	em crescimento
Extremo Oriente (incluindo Austrália)	2,05	1,6	quase estático
África	2,25	1,8	em crescimento lento

Fonte: "Transport and Tourism Technicians Ltd." (Londres): CHILE, Estudo Geral do Potencial Turístico e Política de Desenvolvimento Recomendada (1967).

O turismo internacional pode ser classificado em duas grandes categorias: **intra-regional**, referente às viagens dentro de cada uma das principais regiões do mundo e **inter-regional** quando se trata de movimento de pessoas de uma região para outra.

O turismo intra-regional é especialmente sensível aos custos internos e fortemente afetado por um regime sazonal que depende dos períodos de férias nos países geradores de demanda. Sua motivação principal são as diversões (praias e esportes de inverno), os monumentos históricos (caso da Europa) e os jogos de azar. Os mercados principais, Estados Unidos e Europa, ùltimamente têm desenvolvido suas próprias atrações turísticas (Pôrto Rico, Havaí, Espanha, Grécia e Itália) e tendem, por esta razão, a satisfazer sua demanda dentro da própria região.

No turismo inter-regional há uma importante distinção a fazer entre o "turismo de férias", ampliado nos últimos dez anos, em conseqüência da redução do custo de transporte aéreo, e o "turismo de luxo", de elasticidade relativamente pequena.

Como o nível de gasto "interno" dos turistas é aproximadamente o mesmo em tôdas as formas de turismo internacional, o custo do transporte passa a representar a variável independente que define a elasticidade do mercado. Consideradas as inovações previstas para os próximos anos — jatos de maior potência e capacidade — conducentes a nova e importante redução no custo do transporte aéreo, cabe apenas duvidar do incremento potencial que se possa produzir na demanda de turismo de luxo. Acrescentando-se a isso as possíveis restrições que o turismo inter-regional na Europa talvez venha a experimentar, em conseqüência de medidas anunciadas pelo Govêrno norte-americano, poder-se-á prever um aumento sumamente importante do movimento de turistas para a América Latina. Para que tal aconteça, entretanto, é mister alterar sèriamente a estrutura e o financiamento da planta turística latino-americana.

Ao tratar de turismo na América Latina devemos, inicialmente, estabelecer a diferença entre a situação do México e a dos demais países da região. Naquele, embora se enquadre na categoria inter-regional, o turismo tem, de fato, as características de intra-regional, e representou, em 1966, um milhão e meio de turistas por ano e uma renda de mais de 850 milhões de dólares. O restante da América Latina recebeu apenas pouco mais de 220 mil turistas (1965), dos quais 127 mil oriundos dos Estados Unidos.

Excluído o México, o turismo existente na América Latina corresponde essencialmente ao do tipo inter-regional de luxo e, portanto, apresenta bàsicamente as características de baixa elasticidade, alta densidade de gasto, pequeno volume e dependência direta do custo do transporte. Na prática, o turismo inter-regional na América Latina se faz pela exploração do chamado "grande circuito", que passa por várias das mais importantes capitais da região e se limita, na maioria das vêzes, a visitas de curta duração a estas cidades. Em conexão com êsse circuito, definido pelas rêdes e tarifas de várias companhias de transporte aéreo, existem **circuitos secundários**, os quais se irradiam das paradas do grande circuito, unindo-as a centros turísticos de diversos graus de desenvolvimento. Êstes centros se constituem numa espécie de monopólios nacionais explorados, em geral, por emprêsas privadas vinculadas às organizações internacionais promotôras das viagens do grande circuito.

A exploração do grande circuito baseia-se em uma planta reduzida de hotéis de categoria internacional e uma rêde de agências de viagens que são coordenadas por organismos públicos de turismo, geralmente organizados como entidades de fomento turístico. Em alguns casos estas entidades têm chegado a produzir efeitos importantes no crescimento do turismo, mas a situação está longe de ser competitiva com os centros turísticos da Europa e mesmo com o que existe nas Índias Ocidentais e no Oriente Médio e Extremo.

A América Latina apresenta, no entanto, características vantajosas para competir com aquelas regiões. Conta com importantes recursos turísticos em potencial, tais como praias, montanhas, monumentos históricos, culturas exóticas, ambientes cosmopolitas e certas facilidades de comunicação já instaladas, o que lhe permitiria oferecer interessante combinação de alternativas. Sua relativa vizinhança com os maiores centros geradores de demanda — Estados Unidos e Europa — e a possibilidade de aproximá-la dos mesmos, em têrmos de tempo e de custo, abrem-lhe grandes oportunidades para o desenvolvimento do turismo, que viria a ser uma componente de recuperação de parte das divisas externas que perde em conseqüência de um balanço de pagamentos tradicionalmente adverso.

O simples crescimento das tendências atuais poderia, aparentemente, triplicar em dez anos o volume do mercado atual. O referido estudo realizado para o Chile, em 1967, inclui uma projeção corrigida da incidência do mercado ocidental para a América Latina, que é a seguinte:

NÚMERO DE VISITANTES NA AMÉRICA LATINA

ANO	*TOTAL*	*EUA*	*EUROPA*
1965	222 000	127 000	95 000
1970	425 000	248 000	177 000
1975	777 000	462 000	315 000

O problema fundamental situa-se, portanto, no desenvolvimento da capacidade de promoção, de organização e financiamento de uma planta física e de serviços adequados para competir com os mercados existentes.

A América Latina terá que ampliar as alternativas que atualmente oferece e readaptar sua planta turística para poder atender a um mercado bàsicamente definido pelo **turismo de férias**. Equivale isso dizer, substituir uma demanda relativamente inelástica, de alta densidade de gastos e volume reduzido, por uma demanda mais elástica, com menor capacidade de gasto **per capita**, porém quantitativamente mais importante. Essa transformação exigirá recursos financeiros, rápida ampliação dos conhecimentos técnicos necessários e da capacidade gerencial e administrativa. Tal esfôrço dificilmente poderia ser levado a têrmo se cada país agisse isoladamente e talvez seja necessário o estabelecimento de mecanismos financeiros especiais, o que não se poderá alcançar sem uma integração de esforços. O desenvolvimento das potencialidades turísticas buscado fora de um plano conjunto resultaria, muito provàvelmente, na impossibilidade de operar em escalas econômicas. Mesmo aquêles países que apresentassem condições excepcionais dificilmente poderiam evitar uma competição ruinosa, a não ser pela união em acôrdos. A primeira condição para desenvolver o turismo na América Latina está pois condicionada ao estabelecimento de convênios regionais, ou pelo menos sub-regionais, de cooperação, dentro de uma estratégia de conjunto.

Em grandes linhas, o desenvolvimento do turismo na América Latina poderia apoiar-se na exploração sistemática do **grande circuito**, mediante acôrdo entre os países cujas cidades o compõem. O aumento de renda do sistema poderia proporcionar os meios para constituir um mecanismo financeiro especial com vistas ao desenvolvimento de **circuitos secundários**, para explorar os recursos turísticos dos países de menor desenvolvimento relativo.

Observa-se que o caminho para o sucesso do turismo na América Latina tem a mesma marca do grande benefício que trará ao desenvolver-se: integração.

O TURISMO NO BRASIL

Em meados do século passado, Petrópolis foi a localidade escolhida pelo Imperador Pedro II para sua residência de verão. Os dignatários da Côrte e as principais famílias do Rio não tardaram a seguir o exemplo do soberano, construindo vilas e casas de campo nas encostas das colinas ao redor da cidade. Tratava-se de um turismo particular, exclusivamente um **estado de espírito** requintado e muito oneroso, luxo só permitido a um reduzido número de privilegiados e que nêle buscavam apenas sua satisfação pessoal. Foi êsse o marco inicial do turismo no Brasil.

Enquanto Petrópolis foi a capital do Estado do Rio de Janeiro, enriqueceu-se de palácios e de hotéis e as principais embaixadas ali construíram residência própria. A vida da cidade assumiu um ar de **belle époque**, copiando em muitos aspectos os modelos da Europa.

Depois da Segunda Grande Guerra, com as mudanças sociais e a difusão do turismo internacional, parcelas cada vez maiores da população brasileira começaram a sentir a necessidade de gozar suas férias anuais em locais que não o de sua residência. O aumento da população industrial e a adoção da semana útil de cinco dias geraram o hábito do **fim-de-semana** e o do passeio dominical, como interrupção da rotina de trabalho.

No Brasil, o turismo concebido em dimensões sociais, ou turismo de massa, ainda pode ser considerado meta a atingir. No entanto, caberia aqui destacar algumas providências oficiais que, ao lado de iniciativas particulares, estão a demonstrar que, finalmente, começamos a abrir os olhos para o valor do turismo.

A partir de novembro de 1966, em legislação específica, o Govêrno federal criou a Emprêsa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur). Definiu a Política Nacional de Turismo em um conjunto de normas e postulados integrados em um planejamento global, objetivando ampliar e intensificar os benefícios que essa atividade gera: o fortalecimento do balanço de pagamentos, o estímulo à integração econômica e social do país, e o desenvolvimento de microrregiões com vocação natural e ecológica para o turismo.

No Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970, o Govêrno federal formulou sua estratégia para o setor, tendo em vista que:

a) O Turismo deve ser concebido como atividade de caráter privado, cabendo ao Govêrno a função normativa, coordenadora e estimuladora;

b) a função executora do Govêrno deve exercer-se para corrigir tendências ou acelerar o processo de desenvolvimento.

O Plano Nacional de Turismo, a ser submetido pela Embratur ao CNT, destaca o planejamento da criação de precondições e o das áreas turísticas.

A atitude e o comportamento dos Estados devem, portanto, pautar-se na mesma linha de pensamento, buscando equacionar e implementar programas e projetos com marca de integração.

Merece referência a Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador (Sutursa). Pautada em organização simples e ação objetiva, a Sutursa opera dentro dos citados princípios básicos sob os quais é concebido o turismo pelo Govêrno federal, tendo editado trabalhos notáveis, pela forma e pelo conteúdo, que contaram com a colaboração de elementos verdadeiramente representativos da expressão cultural baiana. Trata-se de **Mapa Turístico de Salvador, Igrejas da Bahia, Pelourinho: levantamento Sócio-econômico e Festas da Bahia.** Seleciona universitários e lhes dá cursos de História da Arte e História da Bahia, formando assim guias turísticos de excepcional qualidade. Sob dinâmica direção, a Sutursa, sem favor algum, pode ser classificada de modelar para o país.

MEDIDAS A ADOTAR

Seria indicada a preparação de um estudo geral no país, com a participação oficial dos Governos e das entidades interessadas, aproveitando-se o considerável volume de informações já disponíveis para alguns Estados e cidades. Êsse estudo constaria dos seguintes itens:

1. Diagnóstico;
2. Definição de uma estratégia geral;
3. Projetos específicos:
   - — definição de prioridades;
   - — avaliação de projetos ante suas implicações econômicas, financeiras, sociais e operacionais;
4. Financiamento;
5. Aspectos institucionais;
   - — organização atual do turismo microrregional, estadual e nacional;
   - — coordenação dos setores públicos e privados, no conjunto e em cada Estado;
   - — medidas legais e mecanismos para proteger o turismo e reduzir a evasão nos fluxos de moeda estrangeira;
   - — medidas para facilitar o livre trânsito de pessoas e capitais;
   - — preparação de recursos humanos;
   - — proteção dos valôres turísticos existentes.

Tem, agora, o Brasil, condições de dar partida certa na direção traçada para o turismo como fator de integração da América Latina. É hora de somarem-se os esforços do poder público com os da iniciativa privada, conjugando recursos humanos, técnicos e financeiros para realizar as obras de infra-estrutura da aparelhagem receptiva turística. Estas beneficiarão outros setores de atividade e, por vários caminhos, contribuirão para o produto interno, permitindo carrear divisas para o país e, dentro dêste, canalizar recursos para as regiões menos desenvolvidas, mas de grande potencial turístico.

Assim acontecendo, surgirão planos que não precisam nem podem ser perfeitos de início, mas que devem ser viáveis e realistas, em si mesmos integrados e geradores de integração.

BRASIL SE PREPARA PARA ASSUMIR A LIDERANÇA NA AMÉRICA LATINA

CARLOS EDUARDO PAES BARRETO

Foi no início da década de 30 que os Estados Unidos deram os primeiros passos na indústria petroquímica. A II Grande Guerra deu-lhe maior impulso, embora persistisse o problema da matéria-prima: os subprodutos do carvão. Pós-guerra, com o desenvolvimento da indústria automobilística, passou-se a aproveitar os subprodutos das refinarias de petróleo. Abriram-se novos horizontes para a economia dos países produtores de petróleo. Inclusive para o Brasil, que dentro em breve deverá assumir uma posição de líder na indústria petroquímica na América Latina.

A indústria petroquímica nasceu nos Estados Unidos por volta de 1930. No início, a petroquímica americana utilizava como matéria-prima os efluentes de refinaria não utilizados como combustível. Na Europa a petroquímica começou a crescer paralelamente com a guerra mundial e ao fim desta, estava suficientemente desenvolvida, embora apresentasse um grande problema: sua matéria-prima eram os subprodutos do carvão.

Para obter matérias mais baratas a partir do petróleo, construíram-se refinarias junto aos principais portos europeus: Hamburbo, Roterdã, Antuérpia, Le Havre, Southampton.

DESENVOLVIMENTO

O crescimento extraordinário da indústria automobilística de pós-guerra ajudou o desenvolvimento ainda mais rápido da petroquímica, visto que a primeira exigia cada vez mais o consumo de combustíveis, aumentando assim as disponibilidades dos subprodutos das refinarias.

No entanto, o crescimento da petroquímica superou enormemente o aumento das frações necessárias que as refinarias podiam atender. Daí então, a petroquímica mundial viu-se obrigada a desenvolver novas tecnologias que resultaram na obtenção da matéria-prima do gás natural, do petróleo bruto e das frações médias e pesadas das refinarias.

Nesse momento, os Estados Unidos e a Europa tomaram caminhos diferentes. Nos Estados Unidos, atualmente, apenas 40% do etileno provêm das refinarias, enquanto que 50% provêm do gás natural e 10% de frações médias do petróleo. Na Europa e no Japão, que não dispunham de gás natural, o etileno passou a ser obtido da nafta — fração média da destilação do petróleo — na proporção de 80%.

O desenvolvimento da indústria petroquímica no mundo pode ser avaliado pela produção do etileno — produto básico mais importante: os Estados Unidos produzem anualmente 7 500 000 toneladas, enquanto o Japão, segunda indústria petroquímica do mundo, chega a 2 200 000 toneladas anuais.

Em seguida destacam-se: a Alemanha Ocidental com 1 400 000, a Inglaterra com 1 200 000, a França com 900 000 e a Itália com 500 000. a estimativa para o consumo de produtos petroquímicos nos próximos 10 anos, é calculada em quatro vêzes mais, sendo proporcional o aumento do consumo brasileiro, principalmente porque o consumo anual **per capita** no Brasil ainda é um dos mais baixos em tôda a América Latina.

LIDERANÇA

Depois de permanecer muitos anos atrasado no campo da indústria petroquímica, estando mesmo em posição inferior a outros países sul-americanos, o Brasil prepara-se para alcançar em pouco tempo a liderança na América Latina.

Desde 1967, quando o Govêrno federal criou a Petroquisa — Petrobrás Química, com licença para associar-se ao capital privado mesmo em condições de sócia minoritária — surgiram também as condições necessárias para a instalação definitiva do parque petroquímico brasileiro. E o grande salto foi concretizado — Petroquisa, Refinaria União, Grupo Moreira Sales, Grupo Pery Igel — Monteiro Aranha, estão instalando o maior complexo petroquímico da América do Sul, em Santo André, Estado de São Paulo.

A Petroquímica União produzirá ao todo, quando estiver operando a plena capacidade — o que deverá ocorrer até 1975 — mais que 700 mil toneladas anuais de produtos petroquímicos de base, a preços internacionais, dispensando proteção alfandegária. Significa também que o Brasil passará a economizar cêrca de 15 milhões de dólares em divisas por ano; que criará novas oportunidades de emprêgo para milhares de operários, e que, sobretudo, mercê dos efeitos multiplicadores do projeto de Santo André, propiciará a implantação de novas unidades da indústria química, para a utilização das matérias-primas que serão fabricadas pela Petroquímica União. Tudo leva a crer que êsses efeitos multiplicadores carrearão durante os próximos seis ou sete anos, sòmente na área da indústria química de transformação, investimentos da ordem de 450 milhões de dólares, assim como criarão mais de 40 mil novos emprêgos.

Tudo isso porém, só se tornou possível graças à união de esforços entre o Poder Público e a iniciativa privada. De fato, criando a Petroquisa, subsidiária da Petrobrás incumbida de estimular o setor petroquímico (área livre do monopólio estatal), através da Lei 61 981, de 28 de dezembro de 1967, o Govêrno conferiu às atividades empresariais ligadas ao setor a credibilidade necessária para atrair os investimentos estrangeiros.

A Petroquímica União é a primeira emprêsa que usufrui o privilégio concedido pela legislação. Contando com a participação de 25% da Petroquisa em seu capital social, assegurou-se o fornecimento, a preços internacionais, da matéria-prima básica a ser transformada em seu complexo industrial — a nafta.

Esse fato, aliado à escala de produção planejada, possibilitará à Petroquímica União produzir produtos petroquímicos de base a preços competitivos com os produtos estrangeiros, chegando as reduções, em alguns casos, a mais de 50% dos preços atuais no mercado brasileiro.

FILOSOFIA

E neste ponto, exatamente, que se baseia a filosofia de **marketing** da Petroquímica União: vender grandes volumes a preços proporcionalmente menores. Para tanto, a emprêsa envidará todos os seus esforços para que a redução de custos da indústria química se reflita nos preços finais para o consumidor, principalmente no campo dos plásticos, das fibras sintéticas, da borracha sintética e dos eletrodomésticos.

Afora novos projetos da área química, que prevêm a implantação de novas unidades fabris, a ampliação ou a modernização das já existentes, diversas emprêsas já entraram em sincronia com a Petroquímica União, para o aproveitamento de seus produtos. Já a esta altura — e ainda a um ano da entrada em operação e a seis anos da operação a plena capacidade, conforme a previsão inicial — a Petroquímica já tem vendidos cêrca de 50% de sua produção total do primeiro ano, o que demonstra a potencialidade do mercado brasileiro.

A Petroquímica União, ao iniciar suas atividades, significa para todos aquêles que trabalham pelo projeto, algo mais do que uma emprêsa comercial.

Por outro lado, é bem verdade, que sòmente a confiança no futuro do país é que permite a execução dessa obra. Como emprêsa geratriz, a Petroquímica União desencadeará uma reação em cadeia, numa progressão geométrica que possibilitará ao consumidor usufruir os benefícios de uma verdadeira revolução industrial.

Mas, para que essa revolução realmente se processe, será necessário que os grupos da indústria química, têxtil, de plásticos, solventes, resinas, tintas, enfim, tôda a gama produtiva da Nação, acorde numa só filosofia: produção em larga escala e, portanto, a custos realmente reduzidos. Sòmente essa convicção permitirá que o Brasil ascenda rumo ao desenvolvimento e progresso, pois êste é o único caminho para a verdadeira paz social e a liberdade democrática.

Podemos dizer com orgulho que êsse projeto mereceu a oferta de financiamento de quatro países, tendo sido vencedora a França. Também a participação acionária da International Finance Corporation, órgão subsidiário do Banco Mundial com 10% do capital e uma parcela de financiamento, foram obtidos após exaustivos estudos realizados por peritos da organização presidida por Robert McNamara, e ainda um financiamento de bancos brasileiros, liderados pelo Investbanco. Êsse resultado foi obtido após mais de dois anos de trabalho e hoje, a credibilidade no desenvolvimento do mercado brasileiro, a estabilidade da política econômico-financeira e o absoluto entendimento e compreensão entre órgãos do Poder Público e empresários, permitem que o Brasil entre na era da grande petroquímica.

INFLAÇÃO ENTRE CIDADE E CAMPO

N. D. SPÍNOLA
Editor de Economia do JB

Nos dois primeiros meses dêste ano o deficit de caixa do Tesouro elevou-se a NCr$ 84 milhões, segundo os dados disponíveis, não computados aí os números relativos à última semana de fevereiro. Êsse resultado é significativo do ponto-de-vista de uma política anti-inflacionária.

De fato, entre janeiro e fevereiro de 1968 o deficit de caixa havia se elevado a NCr$ 417 milhões, o que equivale a quase cinco vêzes mais que o observado no início dêste ano. Como se processaram os cortes nas despesas do Govêrno e qual a política para os meses vindouros?

LONGO PRAZO

Segundo o Ministro Hélio Beltrão os ministérios estão recebendo já com descontos as verbas destinadas ao pagamento do funcionalismo, de modo que até o fim do ano o Govêrno tenha logrado obter um corte de 10% sôbre suas despesas de custeio, ou pelo menos fique muito próximo disso.

A política anunciada pouco depois do Ato Institucional n.º 5 é, portanto, um fato concreto. Os efeitos que as medidas de exceção eventualmente tenham sôbre as perspectivas dos empresários e o nível dos investimentos são inviáveis de avaliar a curto prazo. Portanto, como ponto de partida, deve-se tomar fundamentalmente o que se propôs executar em têrmos de ordenamento da economia.

Para os Estados do Norte-Nordeste e para o interior do país a indagação é a mesma: vale a pena a política de contenção? A simples observação da curva dos preços nos últimos quatro anos evidencia a condição pouco vantajosa em que ficaram os produtores de gêneros agrícolas em face da indústria.

Exceção feita para o período que vai de abril de 66 ao primeiro trimestre de 1967 os produtos industriais mantiveram-se sempre acima dos gêneros agrícolas em têrmos de alta de preços. A visão setorial de como evoluíram os produtos agrícolas nos últimos anos indicaria distorções mais sérias ainda.

Com efeito, alguns gêneros mantiveram estáveis os seus preços por um ou mesmo dois anos, sem que se tenha notícia de um paralelo e rápido aumento de produtividade capaz de levar a outra suposição diferente de que houve uma diminuição de renda dos produtores.

Três produtos de exportação — o arroz, o milho e a carne — fornecem um quadro significativo: o preço médio do primeiro entre 1967 e janeiro dêste ano aumentou cêrca de 21% contra uma alta no índice de preços por atacado duas vêzes superior durante o mesmo período.

As exportações brasileiras de milho, à semelhança do que ocorreu com o arroz, aumentaram 113% entre 67/68, mas os preços internos dêsse produto cresceram no mercado da Guanabara de 67 a janeiro/69 pouco mais de 13%. Uma queda de 25% ocorreu nos preços do feijão prêto comum na Guanabara em igual período. Certas margens de diferença de preços podem ser atribuídas ao custo mais barato da mão-de-obra no interior e também a alguns progressos na mecanização de lavouras. No ano passado, contudo, foi significativo o distanciamento da curva dos preços dos produtos industriais e dos gêneros agrícolas.

ESTABILIDADE E PLANEJAMENTO

É difícil, portanto, dissociar o interêsse das zonas urbanas e das rurais em eliminar a inflação. Parece aqui importante assinalar a pobreza de formulação teórica sôbre os problemas regionais quando êles assumem proporções críticas, a exemplo do recente debate em tôrno dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

De um ponto-de-vista **jornalístico** pôde-se constatar que todo o esfôrço de argumentação dos governadores do Norte-Nordeste quando do anúncio dos cortes que sofreria o Fundo girou em tôrno do **empobrecimento** que isso representaria para os Estados. É porém igualmente verdadeiro que o Norte e Nordeste concorrem com 6% apenas da receita federal e em contrapartida recebem 60% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

E mais, a Sudene e a Sudam recebem aproximadamente 40% do total dos incentivos fiscais em vigor, estimados em NCr$ 1,1 bilhão êste ano.

O tipo de argumentação mudará? — Tudo indica que o interior do país desenvolverá dentro em breve todo um importante aparelho de planejamento econômico, e os recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios poderão ser a base disso. Alguns Estados já instalaram núcleos de planejamento cujas bases são emprêsas de crédito e financiamento ou bancos de desenvolvimento.

Com a obrigatoriedade de planificação vinculada para que se liberem os recursos do FPEM, a vigorar no próximo ano, seguramente todos os Estados trilharão o mesmo caminho, criando núcleos de planejamento econômico com reflexos positivos tanto para o setor público como para o setor privado.

O quadro que se segue mostra a participação dos Estados do Norte e Nordeste no FPEM, em confronto com sua receita própria. Foi, pràticamente, o único ponto de argumento com os técnicos do Govêrno em tôrno dos cortes determinados.

PREÇOS POR ATACADO — percentagem de aumento nos períodos anuais terminados nos meses indicados(1)

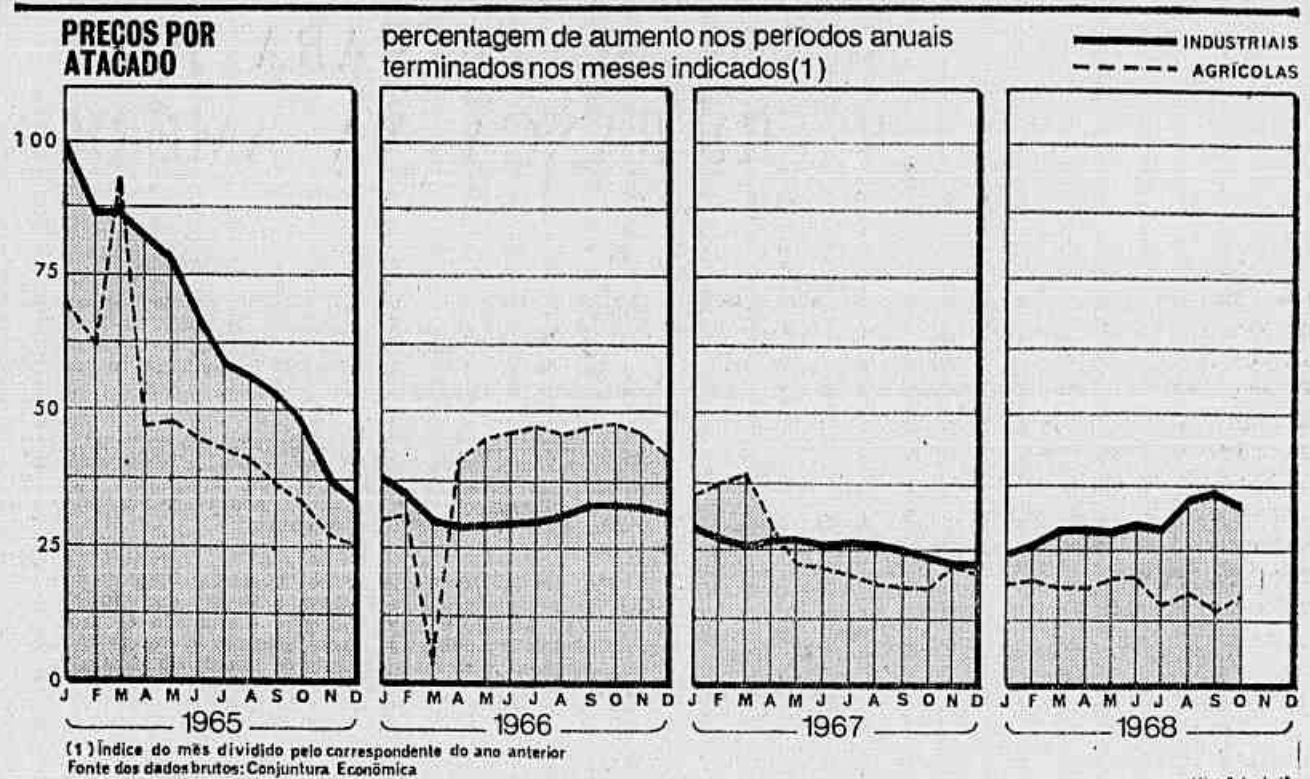
INDUSTRIAIS — AGRÍCOLAS

100 — 75 — 50 — 25 — 0

J F M A M J J A S O N D J F M A M J J A S O N D J F M A M J J A S O N D J F M A M J J A S O N D

1965 — 1966 — 1967 — 1968

(1) Índice do mês dividido pelo correspondente do ano anterior
Fonte dos dados brutos: Conjuntura Econômica

gráfico Rafael - JB

.ADOS E RECEITA

REGIÕES E ESTADOS	NCr$ 1 000				PERCENTAGEM % b/a	Dados per capita em NCr$		
	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO NO FUNDO	Receita Tributária Prevista (a)	Quota Provável no Fundo de Participação (b)	TOTAL (b + a)		Receita Tributária (c)	Fundo de Participação (d)	TOTAL (c + d)
NORTE	12,32	77	88	165	114,3	25,45	29,09	54
Acre	3,42	2	24	27	932,4	13,14	121,29	134
Amazonas	4,32	33	30	64	92,7	37,00	34,27	71
Pará	4,58	41	32	73	79,7	21,33	17,01	38
NORDESTE	45,64	663	326	990	49,3	25,38	12,50	37
Maranhão	6,95	39	49	89	125,1	11,50	14,39	25
Piauí	3,49	14	25	39	178,1	9,93	17,68	27
Ceará	7,41	72	53	125	73,6	18,79	13,83	32
R. G. do Norte	2,41	32	17	50	52,5	25,47	13,37	38
Paraíba	3,46	48	24	73	50,8	21,65	11,00	32
Pernambuco	5,95	171	42	214	24,9	36,23	9,01	45
Alagoas	2,68	27	19	47	68,9	19,90	13,71	33
Sergipe	2,39	20	17	37	82,9	24,27	20,12	44
Bahia	10,90	236	78	314	33,1	34,15	11,29	45
CENTRO-SUL	42,04	7.168	301	7.469	4,2	121,11	5,09	126
Minas	10,92	531	78	609	14,7	46,31	6,81	53
Guanabara	1,33	995	9	1.005	1,0	240,98	2,31	243
São Paulo	3,48	3.715	24	3.740	0,7	223,49	1,50	224
Paraná	6,49	427	46	473	10,9	59,21	6,44	65
R. G. do Sul	4,16	675	29	705	4,4	103,00	4,54	107
BRASIL	100,00	7.909	716	8.805	9,1	89,50	8,11	97

UNIVAC FORNECE EQUIPAMENTOS PARA SUCESSO DO PROJETO APOLO

Pioneira no processamento eletrônico de dados e líder mundial em equipamento real-time e de grande porte para comunicações, a Univac foi a escolhida pelos técnicos da ANAE para fornecer a aparelhagem especializada da rêde intercontinental de comunicações, comando e telemetria do projeto Apolo.

Já em 1967, dos 223 sistemas real-time existentes em todo o mundo, 118 eram compostos por equipamentos Univac. Hoje, esta sistemática, indispensável às telecomunicações, com uso de computadores foi de tal forma desenvolvida pela emprêsa, que a Univac possui aparelhagem específica para comunicações de longo alcance.

Ninguém mais duvida de que estejamos definitiva e irremediàvelmente na era do computador eletrônico. São construídos em número cada vez maior, sistemas cada vez mais poderosos, com aplicações que chegam a surpreender, ultrapassando até mesmo os sonhos da ficção científica.

Considerações econômicas levaram os pesquisadores da Univac a projetar e construir sistemas computacionais de tal modo dispostos que permitissem o acesso a longa distância por meio de estações remotas. Hoje em dia, os computadores eletrônicos operam entre si usando linhas regulares de comunicações. É o caso, por exemplo, do chamado sistema de comutação de mensagens.

Comutação de mensagens é o nome dado ao processo de armazenamento e distribuição, por meios eletrônicos (não convencionais) da mensagem escrita, mas se situa em nível de sofisticação muito mais elevado, tanto em têrmos de técnica como de aplicação.

Por muitos anos, o problema da distribuição racional da mensagem escrita foi resolvido pelo uso de transmissores-receptores de fita perfurada nas transmissões da linha, complementados por sistema de distribuição manual, semi-automático ou completamente automático. Foram desenvolvidas lógicas de comunicação a relé e a transistor.

A técnica alcançava enfim a fronteira das possibilidades dos métodos convencionais. Mas a importância da aplicação do moderno mundo das comunicações justificava, por si só, a implantação de sistemas de comunicação digital especificamente destinados a realizá-la, dada a surpreendente melhoria do grau do serviço teòricamente previsível. Mais ainda, o processo é econômicamente vantajoso em relação aos sistemas convencionais, para tráfego de porte razoàvelmente elevado.

Receber mensagens, armazená-las e transmiti-las adequadamente aos destinos apropriados tão rápido quanto possível é o propósito básico do centro de comutação. Em certas aplicações, a única exigência é a de que o sistema venha a prover o tráfego geral de mensagens administrativas. Em outras, o propósito básico pode ser a comutação de mensagens entre postos periféricos e um sistema central de processamento de dados, de modo que seja possível um tipo de monitoração centralizada sôbre uma organização geogràficamente muito dispersa. É o caso, por exemplo, dos sistemas de reserva das companhias aéreas, quase tôdas com equipamento Univac.

Além da função básica do processamento de mensagens, um sistema típico inclui, principalmente, a interpretação de endereços complexos e instruções de processamento, estabelecimento de prioridades de transmissão; tradução de códigos e adaptação de velocidades e formatos entre o transmissor e o receptor; registros de proteção e processamento dirigido para o conteúdo das mensagens.

O centro que funciona com computador aceita tôdas as mensagens que lhe são oferecidas a cada instante, independente de quem as envia e a quem se destinam. Armazena-se até que lhe seja permitida a transmissão ao periférico destinatário, de forma adequada. Durante o lapso de tempo em que a mensagem transita no canal de comunicação, o sistema aceita a responsabilidade da manutenção do seu sigilo, segurança e integridade.

O centro interpreta a porção da mensagem que contém a rota a percorrer e as instruções de manuseio. Às vêzes, usam-se códigos indicativos da propriedade e do nível de segurança, principalmente em aplicações militares e de segurança.

Essa habilidade de processar mensagens de cabeçalhos razoàvelmente complexos em real-time e compativelmente com alto nível de segurança e confiança representa talvez a mais notável vantagem de aplicação.

Em muitos casos os endereços são codificados de forma relativamente compacta, geralmente na forma de indicadores numéricos de um a sete caracteres. Não obstante, importantes aplicações há em que os endereços aparecem em formato livre, narrativo e às vêzes ambíguo. A interpretação de tais endereços é um sofisticado refinamento de aplicação.

A maioria dos sistemas de teleprocessamento necessita de uma escala de prioridades no tratamento das mensagens. Geralmente isso significa que o centro deve identificar a classe de prioridade de cada mensagem quando ela chega e tomar as medidas necessárias para libertá-la antes de outras que tenham prioridades mais baixas.

Retardamentos são geralmente atribuídos à sobrecarga da linha ou à sobrecarga do centro de comutação, êste último geralmente chamado de **cross-office delay**. No velho sistema de fita perfurada, o centro de comutação era o centro crítico. Na verdade, um complexo sistema de prioridades eventualmente necessário requereria tratamento manual da mensagem, o que, por si só, acarretava tendência a imperfeições.

Hoje, com a moderna técnica de **message switching**, o acesso às mensagens armazenadas em tambores magnéticos, por exemplo, é realizado em milésimos de segundo. Por sua vez, o centro de comutação de um sistema apropriadamente projetado é de uns poucos segundos, no máximo, para qualquer classe de mensagens.

Durante o vôo da nave Apolo-8, por exemplo, a rêde de computadores Univac encarregava-se de receber mensagens da cápsula, interpretá-las e transmiti-las aos sistemas U-494, do Centro de Contrôle da Missão em até seis segundos. Assim, as mensagens que o computador reconhecia como prioritárias tinham êste tempo reduzido para menos de um segundo, o que é surpreendente, uma vez que a transmissão se faz através de impulsos elétricos, e não por meio de ondas sonoras.

Outra função muito importante do centro de comutação é a tradução da linguagem das mensagens. Geralmente, essa tradução envolve diferenças em código, formato e velocidade de transmissão.

O centro de comutação usualmente guarda registro de tôdas as mensagens que o atravessam. No caso de computadores eletrônicos, êste registro é geralmente mantido em fita magnética. A principal razão da manutenção dêsse registro é a proteção da mensagem. Como uma particular mensagem pode ficar algum tempo no centro de comutação, ela deve ser protegida contra perdas devidas a panes nos terminais ou no próprio centro de comutação. Além disso, o registro das mensagens tem óbvio valor para propósitos de contagem e estatísticas.

A Univac tem uma série de computadores especialmente projetada para realizar aplicações relacionadas a telecomunicações. O sistema U-418, por exemplo, é um computador digital de médio porte e seu processador a um só tempo é econômico e poderoso, capaz de atender a aplicações de batch, real-time e message switching. O sistema pode comunicar-se com qualquer número de estações remotas utilizando quaisquer métodos de transmissão ou modulação, velocidade telegráfica arbitrária e linhas convencionais de baixo custo. Prevê capacidade de armazenamento de até bilhões de caracteres, com tempos de acesso médio da ordem de poucos milésimos de segundo.

A combinação de um número pràticamente ilimitado de meios de comunicação com um armazenamento aleatório igualmente ilimitado, para efeitos práticos resulta num serviço de qualidade impressionante. Os sistemas Univac têm sido empregados com sucesso na comutação de mensagens em todo o mundo, sendo particularmente notável o sistema instalado pela Sociedade Internacional de Telecomunicações Aeronáuticas — SITA — cujas instalações que compreendem um total de 18 sistemas conjugados Univac espalham-se por todo o mundo, fazendo transitar mensagens a velocidades espantosas (em média, uma mensagem leva alguns segundos entre uma estação e outra).

Um outro aspecto interessante é o econômico. A análise do benefício proporcionado pela introdução de uma melhoria técnica num processo é geralmente delicada. Mais ainda se se trata de um serviço de interêsse público.

São fatôres a serem levados em consideração, entre outros, o encargo da depreciação pelo uso de técnica obsoleta, a confiança do usuário no serviço, confiança essa que condiciona uma determinada imagem da emprêsa responsável pelo serviço, a quantidade de mão-de-obra envolvida na nova técnica e a repartição dessa mão-de-obra entre os diversos níveis de qualificação, a relação entre o poder aquisitivo atual do público e a tarefa médio viável em têrmos de apropriação dos custos diretos e indiretos, a evolução estimável dessa relação num futuro próximo.

1964-1968 GRADUALISMO E CHOQUE POLÍTICO

WILSON FIGUEIREDO

Está ainda por ser examinada convenientemente a vinculação íntima das formas paliativas com que foram tentadas, no período Castelo Branco, as soluções políticas e a luta gradual contra a inflação, em confronto com a disposição atual de liquidar com tratamento de choque o saldo devedor inflacionário e as reformas políticas.

Ao cabo de cinco anos, a visão dos fatos, com razoável distância de permeio, permite verificar que era impraticável, na ótica política de abril de 64, outra concepção que não fôsse o gradualismo para o combate à inflação.

As condições políticas sob as quais se constituiu o Govêrno Castelo Branco estavam longe de supor o percurso sinuoso que viria a ser trilhado. A idéia inicial era conduzir tôdas as soluções num período abreviado de tempo, e restabelecer a normalidade da vida política na expectativa de reabsorver na sucessão presidencial de 65 os traumas registrados na ordem jurídica.

Três meses depois alteravam-se as previsões, através da iniciativa política, gerada no âmbito do Congresso, para adiar a sucessão presidencial de um ano e dar ao Govêrno Castelo Branco mais um tempo para realizar a etapa prevista. Era na verdade o reconhecimento do êrro de cálculo, seguido da tentativa de reparar o engano.

Em março do ano seguinte o Govêrno Castelo Branco procurou afirmar seu compromisso com a ordem constitucional de 46 e abriu o encaminhamento da sucessão em 11 Estados. A ênfase democrática se prolongou de março a outubro. O resultado das eleições, considerado politicamente desfavorável ao projeto revolucionário, dada a vitória dos candidatos da oposição em Minas e na Guanabara, desencadeou uma crise cujo têrmo de compromisso veio a ser o Ato Institucional n.º 2.

A partir de 27 de outubro de 65, o que restava da ordem constitucional preservada se tornou inaproveitável para a reconstrução política do processo. Com a visão que o atava aos prazos e soluções iniciais, o Govêrno Castelo Branco não poderia efetivamente ter optado pelo tratamento de choque que a inflação comportava, de acôrdo com a medicina clássica e conforme o desejo dos setores econômicos que se haviam mobilizado para a reação política.

Como seria possível compatibilizar o programa político, onde constavam eleições gerais, inclusive a sucessão presidencial originàriamente marcada para 65, com o rigor de um choque que liquidaria atividades econômicas mantidas pela inflação? O espectro do desemprêgo, num quadro geral de falências, pedia outra moldura política. Se pollticamente a solução de 64 procurou manter a classe operária afastada de qualquer ressentimento, estava automàticamente eliminada a alternativa do tratamento de choque e aberta a porta à idéia gradualista para a luta contra a inflação.

O gradualismo foi dessa forma uma decorrência das necessidades políticas, vistas do ângulo de abertura de 64.

A primeira verificação de prazo constatou o engano e daí resultou a iniciativa de dar ao Govêrno Castelo Branco mais um ano de mandato. Não demorou a surgir o arrependimento por um esfôrço grande para resultado pequeno. Em breve se estabelecia com desalento a convicção de que o prazo seria insuficiente para alcançar resultados firmes. Mas, já era tarde para corrigir o equacionamento político.

É que no episódio da prorrogação do mandato presidencial se apresentou em cena a suspeita de um aliciamento continuísta de alcance tático. A desconfiança se introduziu no processo de 64 e as eleições estaduais do ano seguinte iriam agravar de forma definitiva as relações entre alguns grupos políticos, integrantes do movimento, e o Govêrno, cioso de sua exclusividade nas decisões e hipersensível à desconfiança que lhe atribuía propósitos de permanecer além do tempo.

A determinação em conduzir a orientação econômica e financeira acima das queixas canalizadas pelos setores empresariais gerou, paralelamente, formas de desagrado que se somaram ao descontentamento político. As áreas econômicas reagiram de forma variada aos efeitos prolongados do gradualismo, mas sôbre um denominador comum de desagrado com a orientação financeira e a liderança política, emanadas do Govêrno obstinado em decidir sòzinho.

O processo político ficou confinado a múltiplas impossibilidades, a maior das quais foi a perda do contrôle presidencial sôbre a sucessão que se colocava. Em conseqüência, a candidatura Costa e Silva se fixou como o pólo de expectativas, para uma reintegração da idéia de 64, noutros têrmos que entretanto não se definiram nitidamente.

O processo sucessório e a confecção do nôvo contrato constitucional representaram o coroamento das tentativas graduadas de restabelecer a normalidade. Tôda a margem de êrro, desprezada nos cálculos iniciais, se alargou no espaço político construído artificiosamente e, ao cabo de dezoito meses, o sistema não resistiu à prova de autonomia.

O Ato Institucional de 13 de dezembro representou o desejo de recomeçar o percurso com o mesmo espírito de 64, aproveitando a experiência e de acôrdo com as novas circunstâncias. Por isso não demorou a surgir no plano financeiro a constatação da necessidade de mudar o tratamento dispensado à inflação.

Era, uma vez mais, a decisão política que oferecia as condições e criava a oportunidade para liquidar a velha dívida através de um choque.

A correlação estreita resultou da própria evidência dos sinais na fase anterior à crise de dezembro: as dificuldades políticas eram acompanhadas de previsões pessimistas sôbre o recrudescimento da inflação, a partir do esfôrço governamental para manter sua taxa de 68 igual à do ano anterior.

Em conseqüência da vinculação inevitável do programa político à política financeira, as primeiras providências traduziram, ainda em dezembro, a preocupação governamental com o espectro da inflação. E, não por acaso, as medidas de revisão dos gastos programados para êste ano tiveram efeito político imediato no âmbito do Govêrno, onde a perspectiva da inflação se ajustava à ótica de grupos voltados para as futuras eleições.

A possibilidade de reduzir a curto prazo, no exercício orçamentário de 69, o nôvo impulso inflacionário entrevisto no final do ano passado, ajustou-se como uma luva à situação política que permite, de um só golpe, a liquidação de dois assuntos pendentes.

1944-1968 PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO

Depois de um período de demanda reprimida, de dificuldades de importação e de expansão industrial — tudo, evidentemente, por causa da guerra, entre 1939 e 1944 — a década subseqüente foi de grande expansão. O consumo aparente *per capita* aumentava espetacularmente, de 20,1 para 53,1 quilos. No crescimento global do atendimento da demanda em 1953 em comparação com 1944 (2 105 mil toneladas), a indústria nacional participou com 58% (1 220 mil toneladas) e o setor importador com os restantes 42% (885 mil toneladas).

A partir de 1953 começou um forte processo de substituição de importações, entretanto não sem o sacrifício de consumo, que inicialmente recuou para 47,2 quilos *per capita*. No fim do processo, em 1958, quando as importações eram nulas, o consumo *per capita* situava-se apenas 7,9% acima do nível de 1953.

No qüinqüênio seguinte (1959-1963), pràticamente sem importações, o consumo *per capita* cresceu em ritmo maior, de 57,3 para 66,7 quilos (16,4%), porém de forma muito irregular: a produção nacional registrou grande expansão (16,9%) em 1960; depois, o crescimento foi apenas regular, e em 1963 atingiu quase o nível da expansão demográfica, de forma que o consumo *per capita* ficou pràticamente estacionário.

Nos anos seguintes, enquanto a indústria nacional estava imprensada entre a inflação e o combate antiinflacionário, e apenas se colocavam as bases de um plano habitacional de grande envergadura, a produção registrou aumentos irregulares, relativamente satisfatórios em 1964, totalmente insuficientes em 1965 e 1967. Apesar de um início de importações mais expressivas em 1966/1967, o consumo *per capita* era, em 1967, apenas 20% superior ao de 1964.

O ano de 1968, graças à excepcional expansão do setor da construção civil, marcou um aumento espetacular do consumo *per capita*, da ordem de 22%.

Do crescimento bruto do consumo, entre 1967 e 1968 (1488 mil toneladas), uns 30% (450 mil toneladas) ficaram a cargo do setor importador, enquanto a indústria nacional contribuía com os restantes 70% (1 038 mil toneladas).

É evidente, entretanto, que o processo de substituição das importações tinha parado, deixando margem a uma importação efetiva de 450 mil toneladas. Na realidade, o deficit de 1968 é calculado em mais de 2 milhões de toneladas, o que demonstra uma inadequação da oferta, por falta de planejamento ou por imprevisão empresarial.

	(1 000t)				(kg)
	Produção despachada	*Importação*	*Exportação*	*Consumo*	*Consumo per capita*
1939	698	35	0	733	18,2
1944	810	98	1	907	20,1
1953	2 030	982	—	3 012	53,1
1954	2 424	332	—	2 756	47,2
1955	2 670	242	—	2 912	48,4
1956	3 221	31	3	3 248	52,4
1957	3 354	9	5	3 358	52,6
1958	3 770	—	4	3 767	57,3
1959	3 791	29	5	3 816	56,4
1960	4 430	1	3	4 428	62,4
1961	4 675	—	3	4 672	63,9
1962	5 003	1	3	5 001	66,4
1963	5 169	6	3	5 173	66,7
1964	5 505	26	0	5 530	69,3
1965	5 545	43	3	5 585	68,0
1966	6 001	92	4	6 090	72,3
1967	6 053	124	1	6 162	70,7
1968	7 200	450	—	7 65[illegible]	86,7

CONSTRUÇÃO DO METRÔ É VITAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO

O Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Metropolitano do Rio de Janeiro, apresentado pelas firmas Companhia Construtora Nacional, Hochtief Aktiengesellschaft — Fuer Hoch und Tiefbauten Vorm. Gebr. Helfman e Deutsche Eisenbahn Consulting, GMBH, em cumprimento ao contrato celebrado com o Estado em 22 de agôsto de 1967 e em vigor a partir de 13 de fevereiro de 1968, está consubstanciado num relatório de 1 400 páginas de texto, tabelas e cálculos, e mais 474 desenhos, gráficos e plantas.

O relatório representa o desenvolvimento do trabalho primitivamente indicado pela CEPE-2 na carta-convite distribuída às firmas candidatas à pré-qualificação e, posteriormente, detalhado na proposta que mereceu classificação em primeiro lugar entre as firmas contratadas.

FINALIDADE DO ESTUDO

Destina-se o Estudo de Viabilidade a indicar e sugerir ao Govêrno do Estado da Guanabara as diretrizes a seguir na instituição do sistema de transporte rápido de massa, única solução para as gravíssimas dificuldades que, neste setor, comprometem, com repercussões gerais, a vida e o desenvolvimento da cidade. Mediante previsões do volume da população e suas implicações em 1975 e 1990, o estudo estabelece um traçado da rêde do metrô e as bases de sua integração com os demais sistemas de transporte, considerando as modificações que advirão para a vida da cidade e de tôda a área inequivocamente sob sua influência direta, a saber: o conjunto de municípios fluminenses que compõem a área metropolitana do Rio de Janeiro.

Inicia-se o relatório, que possui 1 400 páginas e cujo resumo estamos apresentando no JB pela análise da importância do problema do tráfego e do transporte coletivo nas grandes aglomerações urbanas, especialmente do chamado **tráfego profissional**, isto é, o deslocamento de pessoas entre a residência e o local de trabalho ou de estudo, cujos picos e altos volumes num só sentido, e em curto intervalo de tempo, exigem o estabelecimento de um sistema de transporte rápido de massa que não congestione os logradouros.

A idéia de dar solução aos problemas de transporte urbano por meio do metrô tem, nos últimos decênios, encontrado apoio total em todo o mundo. Mesmo nos Estados Unidos, onde o transporte individual tem sido particularmente favorecido, verificou-se ùltimamente que essa tendência de desenvolvimento não era conducente a soluções reais.

CONDIÇÕES NATURAIS

Em primeiro lugar foram analisadas as condições naturais, como a topografia, a geologia, a geomorfologia, o clima e a precipitação pluviométrica. A topografia da cidade do Rio de Janeiro restringiu inicialmente a área disponível à função urbana a uma estreita faixa de terra entre íngremes encostas, de um lado, e a orla marítima, de outro. O Rio, hoje uma grande metrópole mundial, de há muito rompeu êsse estreito contôrno, expandindo demasiadamente sua área em relação a outras metrópoles de população equivalente.

SITUAÇÃO ATUAL DO TRÁFEGO

Mediante a análise do desempenho atual do sistema de transporte coletivo em suas quatro modalidades (trens suburbanos, ônibus, barcas e bondes), e do individual (táxis e carros particulares), foi delineado um panorama das possibilidades de expansão do Grande Rio, considerando-se os projetos já aprovados, com influência sôbre o tráfego, mas sem previsão do metrô

Os dados obtidos nos levantamentos anteriores sôbre desejos de viagem da população eram apenas aproximados, portanto, imprecisos no planejamento de uma rêde de metrô que satisfaça as condições de máxima utilização e rentabilidade. Era então necessário elaborar-se o estudo da situação atual do tráfego, da mobilidade populacional e dos desejos e conveniências de viagem.

A primeira providência visando a êsse objetivo foi a determinação e caracterização das áreas de pesquisa.

DETERMINAÇÃO DE ÁREAS

Com o objetivo de analisar os hábitos de viagem da população que reside ou freqüenta diàriamente a cidade do Rio de Janeiro, a região em que deverá ser implantada a rêde do metrô foi dividida em três áreas concêntricas de pesquisa. A primeira é a própria região objeto de estudo, denominada no relatório **macroárea**. Dentro dela, correspondendo à zona de mais alta densidade demográfica, temos a **microárea**. Finalmente nesta última área foi delimitada a que coincide com o centro da cidade.

Na **macroárea** se desenvolverá a rêde total do metrô, a ser concluída até 1990. Na **microárea**, a linha prioritária, pronta em 1975. No centro da cidade serão construídos até 1971 os 4,5km com que aquela linha o atravessa. Assim, as três áreas concêntricas pesquisadas correspondem, também, a três fases de trabalho bem distintas.

A MACROÁREA

Corresponde à área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, o denominado Grande Rio cujos limites foram delimitados em pesquisas realizadas em 1964/65 pela Coordenação de Planos e Orçamentos da Secretaria de Govêrno. O resultado dessas pesquisas consta dos **Estudos Cariocas**, publicados por aquela Secretaria.

A **macroárea** tem 2 098km2, dos quais 1 180 são hoje território carioca e 918 fluminense, correspondendo êstes à área de quatro municípios inteiros e parte substancial da área de mais dois. Os interêsses econômicos dessa área e, conseqüentemente, os de seu tráfego, representam um todo homogêneo. A área de cada um dêsses municípios e sua população, que se incorpora social e econômicamente à da cidade do Rio de Janeiro, é a seguinte:

Nova [illegible]	321 km2 *	496 511 habitantes	(v. pág. 5)
Duque de Caxias ..	105 **	351 258	(v. pág. 5)
São Gonçalo	228	333 545	
Niterói	130	287 592	
São João de Meriti	34	273 817	
Nilópolis	10	132 262	
Total	918	1 874 985	

* Exclui a área dos Distritos de Cava e Japeri.
** Idem do Distrito de Xerém.

A MICROÁREA

A área reduzida que abrange as zonas mais densamente povoadas e trafegadas, inclusive o centro da cidade, teve de ser objeto de pesquisas mais pormenorizadas. Foi assim delimitada a **microárea** que, identificada como a de mais intensa movimentação, viria a conter dentro de seus limites a linha prioritária e grande parte da rêde do metrô a ser desenvolvida futuramente. Ao longo da linha que delimita a **microárea** foram fixados pontos para o levantamento do tráfego que nela penetra diàriamente e dela se retira. Uma segunda linha na **microárea** divide-a em duas porções. Em pontos escolhidos ao longo dessa linho foi feito o levantamento do tráfego que não ultrapassa os limites da áreas.

O levantamento do tráfego constou de:

— contagem discriminada dos veículos que passam no local num dia típico, em cada sentido, e do número de passageiros transportados;

— entrevistas, por amostragem no local, com passageiros de todos os meios de transporte, para pesquisa de origem e destino;

— entrevistas domiciliares, com preenchimento de questionário bem minucioso, para o estudo da mobilidade populacional, desejos de viagem e custo de transporte de tôdas as pessoas de cada domicílio selecionado.

Amicroárea tem uma superfície de 128km2 e abrigava, em 1968, uma população de 1,8 milhão de pessoas. Compreende a zona portuária, o centro, a zona sul e grande parte da zona norte. E' a área que se poderia denominar núcleo polarizador da cidade, em relação à área metropolitana.

Finalmente, a área central da cidade foi também dividida em quatro zonas. Nela impunha-se uma pesquisa urbana e sócio-econômica bastante pormenorizada, que permitisse escolher o mais conveniente entre diferentes trajetos possíveis para o metrô. Essas zonas centrais são: 01 (Candelária), 02 (norte-sul), 03 (Pedro II) e 04 (Lapa).

PESQUISA E PROGNOSE

As áreas de pesquisa foram analisadas sob os aspectos sócio-econômico, urbanístico e de tráfego. Com base nessa análise, foi elaborada a **prognose** para duas épocas: 1975 e 1990. A meta para 1975 é a construção da linha prioritária que, do ponto-de-vista funcional e de rentabilidade, deverá ser auto-suficiente e capaz de satisfazer a crescente solicitação de transporte na **microárea**. Essa **prognose** conduz à determinação de linhas de desejo de viagem, caracterizadas pela origem, destino e volume de tráfego.

Os dados da análise e da **prognose** serviram para alimentar computadores eletrônicos programados para o processamento, de acôrdo com os modelos de tráfego desejados. A programação comportou a codificação de três rêdes: a linha prioritária para 1975, uma rêde de metrô para 1990 e uma rêde de metrô integrada com o serviço suburbano das estradas de ferro, também para 1990, abrangendo o esquema de uma rêde geral de tráfego.

PROJETO TÉCNICO

Na elaboração do projeto técnico surgiram também novos critérios. Os dados sôbre o material rodante e os elementos do traçado influíram, por sua vez, na elaboração dos projetos das linhas. Os problemas de drenagem e ventilação, particularmente graves no Rio de Janeiro, foram devidamente considerados.

A maior intensidade do tráfego concentra-se em áreas relativamente restritas e em curtas faixas do tempo. No Rio êste fato se observa de modo particularmente marcante. Por êsse motivo, deverão ser de rendimento máximo tôdas as instalações, tais como sistema automático de sinalização na cabina do maquinista, contrôle automático das composições, sistema de telecomunicações — inclusive equipamento de ondas curtas — transmissão e retôrno da corrente elétrica de tração, via permanente, combates aos ruídos e, tendo em vista as condições climáticas, eficiente ventilação e renovação de ar nos túneis e nas estações. A **prognose** do tráfego — embarque, desembarque, baldeação — também influiu no dimensionamento das composições, na largura das plataformas, escadas, túneis de acesso ou de interligação.

Estabelecidas as bases técnicas para o planejamento de horários e gráficos de circulação dos trens e determinação da capacidade operacional necessária, utilizados todos os demais elementos antes coligidos, foi elaborado o Estudo de Viabilidade Econômica.

VIABILIDADE ECONÔMICA

O projeto técnico serviu de base ao cálculo do montante dos investimentos necessários às instalações, como também ao das despesas anuais de operação, a saber:

1. despesas operacionais de material de consumo, inclusive consumo de energia;
2. mão-de-obra e respectivos custos, acrescidos das despesas de administração;
3. manutenção, depreciação e juros sôbre as instalações da via e material rodante, com base no montante dos investimentos já calculados.

O cálculo das receitas do tráfego foi obtido simplesmente do produto do número previsto de passageiros pelo preço da passagem, somado a outras rendas eventuais, como aluguel de lojas nas estações, publicidade, etc. O confronto entre a receita e a despesa indica até que ponto esta última será coberta pela primeira. Êsse equilíbrio representa a viabilidade econômica do metrô.

No mundo inteiro está g a n h a n d o aceitação e conceito de que compete aos podêres públicos fornecer a via, devendo apenas o custo operacional ser coberto pela receita de tráfego. A galeria (subterrânea ou não) e suas instalações são consideradas, do ponto-de-vista do custo de construção, como ruas e praças da cidade.

O metrô não deve ser considerado exclusivamente sob o aspecto comercial de emprêsa isolada, dado o serviço que presta diretamente à coletividade. A política correta de transporte é contabilizar a economia do sistema também na base dos benefícios indiretos de ordem sócio-econômica.

O Estudo de Viabilidade Econômica completa-se com um plano de financiamento, acrescido de considerações político-econômicas e de sugestões para elaboração da legislação pertinente.

A LINHA PRIORITÁRIA

As pesquisas sócio-econômicas, urbanísticas, de tráfego e técnicas demonstram que a acentuada demanda de transporte coletivo na **microárea** poderá ser satisfeita de modo ótimo por meio de uma linha prioritária a ser concluída em 1975, com o seguinte traçado:

Partindo da Praça Saens Peña, na Tijuca, segue pela Av. Trapicheiros, R. Hadock Lôbo e atinge a Cidade Nova, onde cruza com a futura linha 2 do metrô; prossègue pela Rua Benedito Hipólito e alcança um dos mais importantes centros geradores do tráfego da cidade: a estação D. Pedro II; nesse ponto a linha passa a utilizar o trecho cuja inauguração está prevista para 1971, até a Glória, o que vai pela Avenida Presidente Vargas, Rua Uruguaiana e Largo da Carioca, pólo de atração da movimentação urbana e, futuramente, segundo ponto do cruzamento com a linha 2; segue pela av. Treze de Maio, Cinelândia, Glória, Rua do Catete, Largo do Machado, Rua Marquês de Abrantes e Rua Muniz Barreto, paralela à Praia de Botafogo; dirige-se então a Copacabana, sob a Av. Lauro Sodré, o morro da Babilônia e a Av. Princesa Isabel; acompanha o eixo da Av. N. S. de Copacabana, dobra a Rua Sousa Lima e atinge Ipanema pela Barão da Tôrre, terminando na Praça N. S. da Paz.

A extensão útil da linha prioritária será de 18km. A distância média entre suas 22 estações, de 0,860km e constituirá o elemento mais importante da rêde do metrô a ser terminada em 1990.

A linha prioritária será totalmente subterrânea. O sistema metropolitano subterrâneo apresenta muitas vantagens sôbre o de construção em elevado, quando atravessa regiões densamente povoadas. Uma delas é evitar o ruído. O nível de ruído de um metrô, em elevado ou superfície, é bastante alto. Com 90 segundos de intervalo entre composições, em cada sentido, a continuidade de ruído se tornaria pràticamente insuportável, especialmente nas zonas residenciais. Outra vantagem é não provocar obstrução visual.

O sistema em elevado traria diversas implicações de ordem urbanística, quer para trechos da linha, quer para estações. Ocorreriam consideráveis desvalorizações de terrenos e edifícios. Para reduzir os efeitos negativos dos dois fatôres citados, deveria a linha manter-se afastada das edificações existentes, no mínimo, de 70 metros. Essa condição, por si só, elimina a possibilidade de construir-se em elevado qualquer trecho da linha prioritária que, para atender à demanda do tráfego atual, deverá ser implantada ao longo de ruas e avenidas ladeadas de grandes e importantes edificações, sendo inviável econômicamente seu alargamento.

ELEVADO SAIRIA MAIS CARO?

O alinhamento, sobretudo em curvas, e a construção de estações e seus acessos, especialmente os de cruzamento, demandariam desapropriações em larga escala, que poderiam tornar o custo do elevado equivalente ou superior ao do subterrâneo. Ademais, a construção em elevado exigiria rampas de 400m x 10m, para uma inclinação de 4%, o que significaria maiores obstruções visuais e redução da área disponível para o tráfego superficial.

A hipótese do elevado ao longo das encostas dos morros é econômicamente desinteressante. Desvirtua o conceito, inerente ao metrô, de meio de transporte de massa ao longo dos eixos de maior demanda. Os usuários, para se servirem dêle, teriam em regra de percorrer longas distâncias a pé ou em outras conduções, o que tornaria pouco atraente e conseqüentemente menos rentável o metrô.

INVESTIMENTO

A estimativa do investimento direto necessário à implantação da linha prioritária, numa extensão total de 19,754,km incluindo pátio de manobras e oficinas, é a seguinte, em NCr$:

1. Obras Civis		
Túneis, estações, oficinas, instalações auxiliares e edifício da administração		598.246.000
2. Sistemas — a-b		
Via Permanente	16.791.500	
Sinalização e telecomunicações ...	24.601.500	
Suprimento de energia elétrica ...	64.432.500	
Ventilação	6.248.000	
Escadas rolantes	35.535.500	
Equipamentos e acessórios	4.295.500	151.904.500
3. Engenharia		80.833.500
4. Eventuais		18.744.000
Total		849.728.000 *

* Esse total de NCr$ 849.728 milhões corresponde a US$ .... 217,600 milhões ao câmbio de NCr$ 3,90.5 por US$ 1,00. Nesse câmbio foram feitas tôdas as conversões.

A êsse investimento direto referente às instalações fixas, deverá ser adicionado o custo do material rodante necessário a uma operação econômica da linha, de acôrdo com a demanda de transporte. O volume do material rodante correspondente e a época de sua incorporação dependem, portanto, dêsse fator. Considerando ainda, entre outras, a possibilidade de um maior aproveitamento da capacidade prática dos carros durante a fase inicial das operações, podem ser estimados êsses investimentos iniciais para o material rodante em NCr$ 117 150 000 (US$ ... 3 000 000) que, somados aos investimentos da implantação, totalizam NCr$ 966 878 000 (US$ 247 600 000), ou seja, NCr$ 48 812 500 (US$ 12 500 000) por quilômetro.

CONCLUSÃO

Uma visão sucinta do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, em seus múltiplos aspectos, revela que o metropolitano é uma necessidade vital para o Rio de Janeiro. Graças à técnica moderna, podem perfeitamente ser vencidas as condições adversas da natureza. Até 1975, será possível implantar uma linha prioritária autônoma sob o ponto-de-vista operacional e econômico. Até 1990 poderá ser ampliada, para constituir uma rêde de metrô passível de futuras expansões mediante novos estudos oportunos. Das elevadas demandas de transporte resulta receita operacional baseada em tarifas perfeitamente aceitáveis, capazes de cobrir todo o custo de operação anual, inclusive os juros de capital e suas despesas.

NOVOS CAMINHOS LEVARÃO AO LITORAL SANTISTA

São Paulo (Sucursal) — A Rodovia do Imigrante, que levará o paulistano ao litoral santista sem os incômodos congestionamentos, pelo menos até o ano 2000, está prevista para dar escoamento a 140 mil veículos por dia, através de suas duas pistas de quatro faixas de rolamento cada uma, tornando-se a estrada mais moderna da América Latina.

Construída para permitir um escoamento de 20 mil veículos, quando está sendo utilizada pelo dôbro, elevando em três horas de viagem o tempo necessário para se cobrir os seus 67 quilômetros, a Via Anchieta passou a ser deficiente. O Governador Abreu Sodré já iniciou, sem hesitar, a construção da nova rodovia.

COMO SOFRE

Planejada como se fôsse uma solução definitiva, a Via Anchieta foi a pioneira da moderna técnica rodoviária, no Brasil, mas no início da década de 60 começou a dar sinais de saturamento. Essa situação coincide justamente com o início da produção de veículos brasileiros, permitindo que grande número de pessoas adquirisse um carro. Assim, o paulistano descobriu que um dos melhores prazeres da vida é a praia.

Cansado do trabalho estafante durante a semana, o paulistano reúne a família e bem cedo, no domingo, desce a Santos para passar todo o dia na praia. Em São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, e até no Guarujá. Na volta para a capital é que se arrependerá profundamente de ter descido ao litoral.

A sua volta coincide justamente com o retôrno de tôdas as pessoas que desceram em horas diferentes. Quem tem a possibilidade de possuir uma residência de veraneio, òbviamente deixa para voltar a São Paulo na segunda-feira pela manhã. Mas para quem não tem essa sorte, o único jeito é enfrentar os congestionamentos, pois dificilmente conseguirá desenvolver mais de 30 quilômetros por hora. Além de correr o risco de um abalroamento e enguiçar devido ao superaquecimento do motor do veículo.

Os congestionamentos na Via Anchieta chegaram ao auge no dia 15 de novembro. Devido ao feriado ter caído numa sexta-feira, mais de 50 mil veículos desceram para o litoral santista. Em conseqüência, uma viagem de 67 quilômetros estava demorando mais de quatro horas e meia. Os veículos seguiam em fila desde São Paulo até Santos.

Naquele dia o Governador Abreu Sodré viu todo o sofrimento do paulistano, que buscava uma distração no fim de semana. Depois de sobrevoar o congestionamento, entrou em contacto com o Secretário de Transportes, Sr. Firmino Rocha de Freitas, para iniciar o mais rápido possível a construção da Rodovia do Imigrante.

— Precisamos ajudar o povo a encontrar com prazer uma distração para seu fim de semana, afirmou.

Para atenuar o congestionamento, a Patrulha Rodoviária passou a desviar parte dos veículos por uma faixa da pista de sentido contrário. A situação melhorou sensivelmente, mas estava claro que isso não poderia persistir por muito tempo. O melhor caminho mesmo era uma nova rodovia.

Com um tráfego duas vêzes superior ao que tinha sido previsto, tornava-se impossível conservar a pavimentação da estrada sem aumentar os incômodos congestionamentos. Em conseqüência, o que se vê hoje é uma estrada esburacada, aumentando o risco de acidentes.

Quem vai ao litoral santista tem duas opções para voltar a São Paulo. Contudo, ambas são incômodas. A mais viável é a Via Anchieta e a outra é seguir até Peruíbe e tomar uma estrada de terra de 50 quilômetros para sair na Rodovia São Paulo—Curitiba (BR-2), que tem uma única pista e apresenta, nos fins de semana, um trânsito bem movimentado.

SANTOS MAIS PERTO

No dia 31 de janeiro, o paulistano viu nascer suas esperanças de acabar com a incômoda viagem para as praias do litoral santista, que, apesar de estarem tão perto da capital paulista se tornaram distantes em conseqüência de uma estrada deficiente. Ao som de *Parabéns a Você*, em homenagem ao segundo aniversário de sua administração, o Governador Abreu Sodré, de mangas de camisa, subiu a um trator e deu início à construção da Rodovia do Imigrante.

A solenidade de início das obras foi realizada no município de São Bernardo do Campo, junto à Estrada do Alvarenga, a sete quilômetros da Via Anchieta. Entre as autoridades estavam o comandante do II Exército, General Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa e o Secretário de Transportes, Sr. Firmino Rocha de Freitas, cônsules de vários países representando os imigrantes e grande número de populares.

Mais tarde, o Governador seguiu para a estrada Cubatão—Pedro Taques, num local a cinco quilômetros da Via Anchieta, para dar prosseguimento à solenidade de início da construção da Rodovia do Imigrante, pois ali situa-se uma das frentes de trabalho da nova estrada.

— Hoje, nós aqui estamos, no planalto de Piratininga — disse o Governador Abreu Sodré — iniciando êste arrojado projeto da nova engenharia nacional. Devemos agradecer aqui aos nossos técnicos. Muitos dêles filhos de imigrantes, muitos dêles filhos de outros Estados, que planejaram uma revolução dentro da política rodoviária.

Vamos instituir uma sociedade — frisou — para que se possa fazer outras estradas como esta, com recursos propiciados pelos seus próprios usuários. Seria fácil construir uma estrada sem a contribuição dos usuários, mas aí construiríamos poucas. E esta Nação, que é um continente, precisa de muitas estradas para sua integração.

"Pois hoje, quando iniciamos uma nova estrada, que tem o simbolismo do primeiro imigrante, quisemos dar, Sr. Secretário Firmino Rocha de Freitas, a essa estrada, que foi planejada pelos técnicos da Secretaria dos Transportes, uma denominação que expressasse nossa homenagem aos imigrantes que, brasileiros hoje, conosco fizeram a grandeza de São Paulo e do Brasil. Pois essa estrada, Sr. diretor do DER, Sr. Fernando Dória Passos, era uma imposição do modernismo e das explosões de riqueza de São Paulo.

A Via Anchieta, planejada para 20 mil veículos diários, hoje comporta, no seu congestionamento, 40 mil veículos. A Estrada do Imigrante foi planejada para atender ao ano de 1980, nos têrmos modernos das vias que estamos construindo em São Paulo, como essa que traz o nome de um dos grandes brasileiros, orgulho das Fôrças Armadas, o Marechal Castelo Branco."

LEMBRANDO O PASSADO

"Há 400 anos, descia nas praias de Peruíbe o primeiro imigrante deste país. Vinha vestido de sotaina negra. Era o jesuíta Anchieta que galgava a serra do Mar para tentar uma civilização no planalto de Piratininga. Vinha semear uma cultura e plantar no coração dos brasileiros uma filosofia, a filosofia de Cristo. E, sob a inspiração da cruz, êste primeiro imigrante fêz desta Pátria uma pátria cristã, uma pátria de amor, devotada à liberdade.

Seguiram-se a êle, a êsse imigrante, milhares de outros que vieram de tôdas as regiões do mundo. Vieram da ensolarada península Ibérica, da quente e irrequieta península Itálica. Vieram do Oriente Próximo e do Oriente remoto, vieram do centro da Europa unir-se aos brasileiros de São Paulo, e em São Paulo aos brasileiros de todos os Estados para forjar, neste pedaço de chão brasileiro, a maior civilização latina.

MONUMENTO AO IMIGRANTE

Um grupo de alemães entregou ao Governador Abreu Sodré a seguinte mensagem: "Partindo de Santo Amaro, defronte à pedra comemorando o primeiro centenário da imigração alemã (1828-1928), os representantes da Comissão Pró-Monumento ao Início da Colonização do Estado de São Paulo comparecem à solenidade de lançamento da grandiosa Via do Imigrante para congratular-se com Vossa Excelência, Sr. Roberto Costa de Abreu Sodré, Governador do Estado de São Paulo, pela excelente escolha da denominação desta obra, que perpetuará a lembrança do trabalho e do sacrifício dos colonos pioneiros, os precursores dos imigrantes."

A situação da Via Anchieta havia chegado à condição de *instável*, o que quer dizer que um veículo, pelo excesso de movimentação que saturava a estrada, estava controlando a velocidade do outro. Isso quer dizer que qualquer norma de disciplina não dava resultados satisfatórios. Entre os quilômetros 10 e 15 chegou a ser registrado um movimento diário de 32 mil veículos.

Para o planejamento da nova rodovia foram feitas 60 mil entrevistas ao longo da Via Anchieta. Mais de 600 mil informações foram computadas pelos cérebros eletrônicos. Eram indicações sôbre direção e sentido do fluxo de trânsito, necessidades atuais e futuras. A análise dos resultados obtidos foi estudada pela Comissão Especial de Projetos de Auto-Estradas, que estava relegada a segundo plano, mas foi totalmente reestruturada no Govêrno Abreu Sodré.

120 QUILÔMETROS HORÁRIOS

A nova rodovia terá duas pistas de quatro faixas de rolamentos cada uma, da capital até o início da serra. Ali elas se bifurcarão, seguindo uma pista para Mongaguá e outra para Santos. Com isso, os técnicos esperam canalizar o trânsito, para evitar um estrangulamento. Os veículos que se originam de Peruíbe, Itanhaém, Cidade Ocian, Praia Grande e de Santos, Guarujá e São Vicente não precisarão caminhar para o mesmo ponto para tomar a estrada.

Na serra, a velocidade máxima permitida será de 100 quilômetros horários e no planalto e na baixada será de 120. As curvas serão feitas com mais segurança, pois terão um raio de 600 metros e 2 500 metros. Haverá redução dêsses raios mínimos na pista ascendente, que naturalmente reduz a velocidade e apressa a desaceleração. A redução será para 390 metros, na travessia do vale do rio Cubatão. Na que desce, 425 metros será exceção.

PISTA REVERSÍVEL

Somando-se pontes, viadutos, túneis, passagens, trevos e pistas de rolamento, com as respectivas faixas de trânsito, a Rodovia do Imigrante terá uma extensão de 540 quilômetros. Contudo, sua extensão real será de 87 quilômetros. Na serra, a Anchieta tem 14 quilômetros e a Imigrante terá 16 quilômetros. Êsse aumento, entretanto, representa 15 por cento de subida mais suave.

No caso de acidente que cause a obstrução de uma das pistas da serra, haverá naquele trecho uma outra pista reversível, com duas faixas de rolamento para tráfego nos dois sentidos se fôr necessário.

No trecho São Paulo—Santos serão construídos 8 580 metros de pontes, 22 543 metros de viadutos e 9 367 metros de túneis, além de 20 passagens e 9 trevos. Neste trecho as pistas de 4 faixas somarão 60 640 metros, as pistas de três faixas 39 820 metros e as pistas de 2 faixas somarão 57 000 metros.

Segundo planos da Secretaria de Transportes e conforme desejo do Governador Abreu Sodré, pelo menos uma das pistas da serra será entregue ao tráfego ainda na sua administração.

O DER contratou, para acelerar os trabalhos do projeto, os serviços de aerofotogrametria da VASP, o que permite maior êxito na conclusão final do projeto. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas também colaborou com o trabalho de vários geólogos, cujos pareceres foram fundamentais na escolha das alternativas de traçado, especialmente na serra do Mar.

O custo elevado das obras e a insuficiência dos recursos atuais consignados no orçamento do DER levaram a Secretaria de Transportes a pesquisar novas soluções que atendessem a um só tempo os aspectos jurídicos, técnicos, econômicos e financeiros.

Soluções encontradas no exterior, em casos semelhantes, foram estudadas. De posse de dados trazidos da Itália, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal, uma comissão, sob a presidência do Secretário Firmino Rocha de Freitas, apontou ao Governador Abreu Sodré os caminhos a serem tomados.

Assim, o Governador Abreu Sodré, na solenidade de início da construção da Rodovia do Imigrante, assinou decreto criando uma sociedade anônima para explorar econòmicamente a futura estrada, de modo a torná-la autofinanciável.

PEDÁGIO É A SOLUÇÃO

Essa sociedade anônima, sob contrôle acionário absoluto do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem, receberá a concessão das rodovias entre o Grande São Paulo e o litoral pelo prazo de 20 anos, incluindo nessa concessão a Via Anchieta.

Terá a obrigação de reconstruir e ampliar a Via Anchieta, além da construção da Rodovia do Imigrante nas etapas previstas anteriormente, de forma a atender plenamente às necessidades de tráfego. Ficará também com o dever de operar essas rodovias e mantê-las constantemente em bom estado de conservação.

Dentro da concessão, e para garantir o cumprimento de suas obrigações, ficará com o direito de cobrar pedágio em ambas as rodovias, em bases atualizadas, em valor não superior aos padrões internacionais. No fim de 20 anos, essa sociedade anônima fica obrigada a devolver ao Estado o seu patrimônio total, pois se extinguirá.

CAPITAL DE GIRO

A receita da sociedade anônima será composta de subscrição de capital por parte do Estado (ações ordinárias), dentro das verbas que o DER dispõe no plano trienal para as rodovias Anchieta e do Imigrante; das ações preferenciais amortizáveis, antes da extinção da sociedade; de obrigações a serem colocadas no mercado de capitais do país, com correção monetária; de eventuais empréstimos a serem contratados no mercado externo; pedágio, publicidade, postos de gasolina e outros meios.

A receita do pedágio será distribuída no fim dos 20 anos e, pelos estudos realizados, assegurará um lastro suficiente para cobrir a renda e a amortização das ações, obrigações e dos empréstimos externos, com absoluta segurança, além das despesas de administração, pagamento de impostos e salários. Tudo foi previsto e programado detalhadamente.

Enfim, a Rodovia do Imigrante será o que há de mais moderno em planejamento de estradas brasileiras. Um contigente de técnicos e equipamentos modernos foram usados para que a nova estrada represente de fato um sucesso absoluto.

Os índices de segurança mereceram um estudo especial, com alguns testes levados a um extremo sem precedentes. As pesquisas de laboratório incluíram ensaios de compactação, de determinação do limite de liquidez do solo, índice de plasticidade do solo na região levantada pela aerofotogrametria e utilização de medidas telurométricas eletrônicas para determinação de equivalência entre faixas de topografias e levantamento terrestre às coordenadas UTN.

As precauções especiais em relação à estabilidade do terreno eram plenamente justificáveis, considerando-se que a Estrada do Imigrante passará na mesma encosta percorrida pela Estrada de Ferro Sorocabana. Muros de arrimo para escorar taludes e evitar deslizamentos serão erguidos em vários trechos.

GOVÊRNO ABREU SODRÉ
SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES FIRMINO ROCHA DE FREITAS

A PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM 1968

GREGORIO LOWE STUKART

A produção industrial em 1968 mostrou-se em franca recuperação após o difícil período até meados de 1967, em que a redução do crédito indispensável e a queda da demanda ocasionadas em parte pelo combate à inflação haviam reduzido a atividade industrial.

Já a partir de fins de 1967 notou-se uma reativação do setor, o aumento do nível da demanda e voltando os investimentos de substituição e modernização das instalações existentes. A política governamental de crédito foi equilibrada, servindo para lubrificar as engrenagens da atividade econômica fazendo-a mover-se normalmente.

A capacidade ociosa das indústrias foi em grande parte suprimida. A sondagem conjuntural da FGV do 3.º trimestre de 1968 indica que apenas 3 a 4% dos informantes se utilizavam de menos que 60% de sua capacidade instalada, exceção feita a Material de Transporte (35%), Produtos Alimentícios (26%), Mecânica (19%) e Calçados (11%).

A escassez de dados torna difícil um levantamento do produto industrial do país, que geralmente só é conseguido após um ano e de forma bastante precária. Recentemente foram divulgados os primeiros resultados de 1967 apresentando-se como segue:

ÍNDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

1962—1967
Base: 1962 = 100

	1963	*1964*	*1965*	*1966*	*1967*	*Variação %*
Indústria Extrativa Mineral	118,4	144,3	175,2	188,7	119,3	5,61
Ind. de Construção Civil	101,3	103,5	78,7	83,3	91,1	9,32
Ind. de Energia Elétrica	102,6	110,0	114,6	125,4	131,5	4,85
Ind. de Transformação	99,7	104,8	99,9	112,1	114,8	2,39
Minerais não metálicos	99,9	105,6	100,6	109,5	118,9	8,58
Metalúrgica	130,4	109,7	99,3	122,7	119,7	—2,48
Mecânica	102,6	104,1	91,5	110,5	114,7	3,83
Material elétrico e de comunicação	96,1	105,1	92,4			
Material de transporte	89,3	92,3	91,7	113,6	113,8	0,18
Madeira	102,5	105,5	83,5	76,3	77,9	2,12
Papel e papelão	107,8	114,8	112,2	123,0	142,6	15,93
Borracha	100,9	107,6	101,3	128,6	139,2	8,21
Couros e peles e produtos similares	92,8	102,1	132,4	111,2	121,1	8,94
Química (*)	103,6	113,9	109,7	126,6	130,9	3,43
Têxtil	97,3	101,6	85,2	81,1	79,5	—1,97
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	100,8	113,1	100,8	114,9	108,3	—5,76
Produtos alimentares	99,2	100,6	95,3	99,9	107,2	7,32
Bebidas	102,0	112,7	122,4	147,0	128,7	—12,42
Fumo	100,5	101,8	97,0	99,4	108,9	9,57
Total	100,2	105,2	100,0	111,8	115,0	2,85

(*) Inclui Indústrias Química, Petroquímica e de Produtos Perfumaria, Sabões e Velas.
FONTE: Centro de Contas Nacionais, IBRE — FGV.

Verifica-se pelo quadro acima que o crescimento em 1967 foi efêmero, não chegando sequer a igualar o crescimento populacional estimado em 3,1%.

Os dados disponíveis da indústria de extração mineral em 1968 apresentam um aumento de .... 11,8% da produção de petróleo, e de 4,8% na exportação de minério de ferro, devido principalmente à exportação do vale do rio Doce. Cabe destacar ainda a exportação de minério de manganês que foi reativada apresentando um acréscimo de 106,2%.

A indústria da construção civil, após o considerável aumento de 9,32% em 1967 apresentou no ano passado um aumento em tôrno de 14% segundo estimativa de órgãos oficiais. O impulso dado ao setor deve-se principalmente à atuação do BNH dentro da política habitacional do Govêrno. O grande problema enfrentado foi o da falta de cimento que até as normas de liberalização da importação do produto chegou a parar algumas obras. O cimento, principal componente de **minerais não metálicos** apresentou em 1968 um aumento da produção de 13,8%.

Segundo a estimativa da revista **Apec**, a geração de energia elétrica (Rio, S. Paulo-Light, Cemig. CHESF, CAEEB e Furnas) apresentou um aumento de 13,3%. O setor é um dos que estão tendo o maior desenvolvimento, devido à situação de subutilização de energia elétrica que ainda existe no país, esperando-se aumentos semelhantes para os próximos anos, devido a várias novas usinas hidrelétricas e à integração dos sistemas.

INCREMENTO

A siderurgia nacional também apresentou incrementos razoáveis: a produção de aço em lingotes cresceu de 20% e a de ferro gusa 12%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Siderurgia.

Êstes, por sua vez, são reflexos das indústrias consumidoras de aço, sobretudo a mecânica. A mecânica pesada de maquinaria voltou a abastecer as outras indústrias em sua substituição e modernização de equipamentos, além de ser beneficiada por projetos de investimentos industriais dos dois anos anteriores que demarraram em 1968.

A indústria de material de transporte, outro grande consumidor de aço, apresentou a produção de veículos atingindo nôvo recorde com um aumento de 24% sôbre 1967. Cabe citar ainda a produção de tratores que aumentou de 60,1%, mas que ainda não é suficiente para as necessidades técnicas da agricultura e que continua com capacidade ociosa.

Os resultados menos auspiciosos foram pròvàvelmente alcançados pelo setor da indústria alimentícia, já que as safras em 1968 apresentaram-se bastante fracas. Também o setor têxtil continua demonstrando fraqueza devido sobretudo, a seu equipamento, de um modo geral muito antigo e ultrapassado. Finalmente, entre os dados disponíveis, os de produção de borracha sintética indicam um aumento de .. 12,6%.

Para obtermos uma estimativa aproximada do aumento do produto industrial utilizaremos para as outras indústrias importantes de transformação (química, têxtil e alimentícia) o incremento do consumo industrial de energia elétrica da São Paulo-Light (jan-out) e Cemig. A inclusão da indústria têxtil e sobretudo da alimentícia (somadas representam 27% do produto industrial) é essencial pois pròvàvelmente foram as de menor desenvolvimento da produção em 1968. No quadro abaixo obtivemos .. 65% de um total de .... 89,5%, que representam a indústria de transformação no produto industrial.

Conclui-se por um crescimento do produto industrial de 13,2% que compensou a safra insuficiente de 1968, de modo a permitir estimativas de crescimento do Produto Nacional Bruto em tôrno de 6,5%. Em 1969 espera-se um crescimento do produto de 7%, mas através de uma dinamização de outros setores, já que após a excelente **performance** em 1968 o setor industrial deverá apresentar um incremento ligeiramente menos, estimado em menos de 10% desde que não se modifiquem os aspectos gerais da conjuntura, a política creditícia, etc. O maior problema da indústria brasileira continuará, pròvàvelmente, sendo a demanda insuficiente, já que em 1968 a exportação de manufaturados se manteve igual à do ano anterior e a procura interna continua insatisfatória: problema que só poderá ser resolvido a prazo mais longo, sendo uma das soluções a maior absorção de mão-de-obra pela própria indústria.

AUMENTO PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE 1968

	1967	*1968*	*Variação 1967/68*		*Ponderação estimada*	*Aumento do Prod. Indust*
Indústria Extrativa Mineral						
— Produção de Petróleo (1 000 m3)	8.509	9.510	11,8		2,0	0.166
— Exportação de Minério de Ferro (1 000 t)	14.279	14.959	4,8			
Indústria da Construção Civil						
— Estimativa de órgãos oficiais			14,0		5,0	0,700
Indústria de Energia Elétrica						
— Produção de energia elétrica	24.295	27.261	13,3		3,5	0,465
Indústria de Transformação						
Principais indústrias						
Minerais não metálicos						
— Produção de cimento (1 000 t)	6.366	7.240	13,8		6,5	0,897
Siderurgia						
— Produção de aço em lingotes (1 000 t)	3.696	4.436	20,0		10,0	1,610
— Produção de ferro gusa (1 000 t)	3.057	3.372	12,2	16,1		
Material de Transporte						
— Produção de Veículos (unidades)	225.364	278.966	23,8		9,0	2,142
Química						
— Consumo industrial de energ. elétrica (milhões de kWh)	829,3	1009,7	21,8		7,0	1,526
Têxtil:						
— Consumo ind. de energia elétrica	766,3	830,2	8,3		11,0	0,913
Alimentícia						
— Consumo ind. de energ. elétrica	264,8	277,3	4,7		16,0	0,752
Petróleo (refino)						
Produção de Gasolina A (1 000 m3)	5.036	5.689	13,0		—	
" " Óleo Diesel (1 000 m3)	4.485	5.330	18,9		3,5	0,515
" " Óleo Combustível (1 000 m3)	5.234	5.875	12,2	14,7		
Borracha						
Produção de borracha sintética (1 000 t)	516	581	12,6		2,0	0,252
					65,0	8,607
Total da Indústria de Transformação					89,5	11,851
TOTAL					100,0	13,2

INFLAÇÃO

PREÇOS POR ATACADO
MÉDIAS ANUAIS

CUSTO DE VIDA — GUANABARA
MÉDIAS ANUAIS

PAPEL-MOEDA EMITIDO
POSIÇÃO EM FIM DE ANO

MEIOS DE PAGAMENTO
POSIÇÃO EM FIM DE ANO

1959 60 61 62 63 64 65 66 67 1968

ACUMULADO
MENSAL

0 1000 2000 3000 4000 5000 6000
Índices

APEC - M. Duarte

INFLAÇÃO NO DECÊNIO

(ÍNDICE — BASE: DEZ. 1958 = 100)

	Preços por atacado (médias anuais)	*Custo de vida GB (médias anuais)*	*Papel-moeda emitido (posição em fins do ano)*	*Meios de pagamento (posição em fins do ano)*
1959	138.3	138.9	129.0	141.8
60	180.8	179.9	172.0	196.0
1	250.0	239.8	262.0	295.1
2	383.3	363.6	424.7	482.1
3	664.8	619.9	741.9	790.8
4	1 274.0	1 188.3	1.238.6	1 470.0
5	1 926.8	1 969.1	1.816.4	2 578.3
6	2 635.8	2 782.3	2.370.8	2 980.0
7	3 304.3	3 629.7	3.003.3	4 249.1
8	4 086.9	4 428.5	4.255.4	5 919.9

10 ANOS DE ECONOMIA BRASILEIRA

INFLAÇÃO

A economia brasileira experimentou nos últimos 10 anos um processo inflacionário constante, processo êste que se pode amear em fases nitidamente distintas: a primeira caracterizada por elevação contínua da taxa de inflação e uma subseqüente de decréscimos progressivos.

A fase progressiva do processo inflacionário cinde-se em 1964; seu ápice entretanto localiza-se no Govêrno Goulart, com a nítida caracterização de uma inflação de custos. De fato, as classes de elevado poder de barganha, mas de baixíssima produtividade, eram as mais assenhoreadas na orgia salarial vigente na época. Os índices quantificadores do processo inflacionário confirmam o elevado descontrôle da política monetária de então; o índice do custo de vida alcançou uma elevação no período 1954-1964 de 1 088% e o índice de preços por atacado de 1 174%.

A Revolução de 1964 encontrou, assim, o país em completa desordem político-administrativa e também desacreditado no contexto internacional.

No primeiro ano da Revolução, no que concerne ao processo inflacionário, não se observou uma baixa tão acentuada como era em princípio suposto pelo Govêrno, uma vez que se tinha adotado o princípio gradualista no contrôle do processo.

A aferição da necessidade de preços mais realistas de alguns serviços básicos refletiu-se na alta do nível geral de preços, naquilo que se convencionou rotular como inflação corretiva. Daí em diante foram tomadas medidas visando frear os preços até então em processo contínuo de aceleração. Em 1965 uma rígida política de contenção monetária foi posta em prática; enquanto de 64 para 65 os meios de pagamento cresciam de 75,4%, de 65 para 66 o acréscimo foi de sòmente 15,5%. Entretanto, numa economia que subsistiu desde pràticamente seu nascimento num clima de perene inflação, tornava-se dificílimo detectar o ponto ótimo da expansão monetária, ou seja, aquêle que não provocasse alta de preços e simultâneamente não sustasse o processo produtivo. A política de contenção monetária parece ter sido extremamente inflexível nesta época, refletindo-se num crescimento do produto interno incondizente com as metas anteriormente estabelecidas. A diagnose das variações conjunturais da economia, possibilitaram uma aproximação progressiva do ponto ótimo de expansão monetária; além do mais, a política de estabilização de preços foi conduzida não sòmente dentro do contexto estritamente monetário mas, também, conjugada com a política cambial, fiscal e salarial.

A aferição quantitativa também deixa bem claro os resultados econômicos das medidas governamentais postas em prática neste segundo período; enquanto que o papel-moeda emitido aumenta de 5,7 vêzes de 1958 a 1964, daí até 1968 o aumento foi de sòmente 3,4 vêzes, enquanto que os meios de pagamento aumentaram de 5,6 vêzes no primeiro período, no período subseqüente o aumento foi de sòmente quatro vêzes. Uma série de medidas no campo econômico vieram pouco a pouco enfocando o horizonte da estabilidade monetária.

Paulatinamente conseguiu-se alcançar o final de 1968 com uma taxa inflacionária de 24%. As medidas recentes de rígido contrôle do deficit orçamentário da União ao que parece nos permite antever uma redução ainda mais progressiva na taxa da inflação para 1969.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS APONTA SOLUÇÕES PARA O PAÍS ATINGIR O PROGRESSO

A prioridade para uma política econômica que leve o progresso ao interior do país, ampliando e fortalecendo o mercado interno, é hoje a única forma válida, em têrmos nacionais, capaz de retirar o Brasil, e qualquer outro país, das amarras do subdesenvolvimento e ingressá-lo numa fase de desenvolvimento harmônico e auto-sustentável.

Esta é a tese defendida há vários anos pela Associação Comercial de Minas, que fêz dela o fundamento básico de suas atividades. Segundo seu presidente, Sr. Adolfo Neves Martins da Costa, a interiorização do desenvolvimento está sempre presente nos seus estudos e em suas reivindicações. No acompanhamento da ação governamental a entidade vê com otimismo as perspectivas do Brasil para êste ano e acredita mesmo que de alguns anos para cá a tendência natural tem sido a adoção de medidas que possam levar o desenvolvimento ao interior do país.

BRASIL POR DENTRO

De acôrdo com esta tese o Brasil de hoje pode ser dividido em duas grandes regiões inteiramente distintas: a faixa litorânea, altamente desenvolvida e para onde se concentram maciçamente os recursos de investimento, e o interior. A partir da faixa litorânea para dentro, o Brasil, se observado do alto, pode ser visto como um grande arquipélago de desenvolvimento, onde se espalham algumas concentrações urbanas — as ilhas — que caracterizam o progresso, mas inteiramente isoladas pelo atraso do meio rural.

A conseqüência do abandono das regiões interioranas do Brasil é o êxodo rural. São milhares de homens do campo que se transferem para o litoral e os grandes centros do interior — as ilhas — em busca de trabalho nas emprêsas industriais e comerciais, formando mercados consumidores em potencial. Assim, os espaços vazios entre os pólos de desenvolvimento se acentuam na medida em que são mantidos sem assistência e em que se aumentam as inversões nos grandes centros, abrindo maiores possibilidades de absorção de mão-de-obra.

O DESAFIO

Hoje não se pode pensar em têrmos de política de desenvolvimento sem que nela esteja incluída, como objetivo primeiro, a ampliação e o fortalecimento do mercado interno, através da incorporação da grande massa da população do interior do país que se dedica às atividades agropastoris, ao grande mercado consumidor brasileiro.

Segundo a tese da Associação Comercial de Minas, esta incorporação só será obtida com a implantação de uma verdadeira reforma agrária, que se baseie numa racional assistência creditícia ao produtor rural, numa política de preços mínimos que se constitua no fator de emulação da produção e da produtividade, e com a industrialização dos produtos agropecuários. Com esta orientação haverá, sem dúvida, uma melhoria de condições do homem do campo, a elevação do seu padrão de vida a ampliação de suas necessidades e, finalmente, a incorporação dessa parcela da população no grande mercado consumidor nacional.

Além disso é indispensável e mesmo fundamental o redescobrimento de territórios até hoje inexplorados, a fim de incorporá-los à economia nacional. São regiões com riquezas altamente potenciais, mas em estado latente, à espera de que sejam criadas as condições necessárias para se tornarem dinâmicas. São regiões onde o homem do campo ainda não ouviu falar da existência de agrônomo, de veterinário.

Levar o desenvolvimento a estas regiões é o grande desafio de hoje, pois dêle depende o sucesso de qualquer política de desenvolvimento integrado do Brasil, já que não se pode imaginar o progresso de um país se houver desenvolvimento em apenas algumas regiões.

REGIÃO ESTRATÉGICA

E' dentro desta tese que a Associação Comercial vê Minas Gerais numa posição altamente estratégica, como o elo fundamental para o sucesso de qualquer política de interiorização do desenvolvimento, não apenas por sua posição geográfica para a conquista de regiões inexploradas, como também por suas riquezas naturais. Daí a posição ímpar de Minas Gerais no contexto do desenvolvimento integrado do Brasil.

Minas Gerais ainda tem na agropecuária a base de sua economia, embora seja a sede natural das indústrias de base. Daí a importância, para o Estado, de uma verdadeira reforma agrária e do apoio de inversões maciças para o setor industrial, já que a indústria de base exige recursos volumosos para sua implantação.

Por outro lado a entidade defende a modernização e ampliação do parque manufatureiro de Minas Gerais, capaz de fazer com que o Estado assuma sua verdadeira posição de núcleo irradiador de progresso para o interior. No setor da agropecuária a economia mineira depende fundamentalmente de seus produtos, notadamente do leite e da carne, que, por serem essenciais, vêm sofrendo limitações no seu preço para atender à política de contenção do custo de vida nos grandes centros.

Também como Estado estratégico para a interiorização do desenvolvimento, Minas necessita de uma revisão da política de incentivos fiscais, de forma a possibilitar a integração de suas regiões geo-econômicas no processo de desenvolvimento. Esta política deve ser voltada para regiões ainda inexploradas, para estimular inversões maciças de recursos que estão sendo concentrados pràticamente na faixa litorânea.

RAZÕES DO OTIMISMO

A Associação Comercial de Minas aponta uma série de motivos que a levam a acreditar, com otimismo, nas perspectivas do Brasil para êste ano e mesmo na fixação, no futuro, de uma política prioritária de interiorização do desenvolvimento. A infra-estrutura viária que se está criando possibilitará a ligação das **ilhas** de desenvolvimento e, em conseqüência, a interligação do **Brasil desenvolvido** com o **Brasil pujante de riquezas latentes**, mas inexploradas, por falta de tecnologia, de infra-estrutura econômica e social.

As recentes medidas do Govêrno federal no setor tributário-fiscal demonstram uma verdadeira revolução da política neste setor. Elas transformam a tradicional técnica de tributar e arrecadar onde era mais fácil de se fazê-lo, numa política tributária que visa o desenvolvimento através do fortalecimento da emprêsa e da ampliação da faixa de contribuintes. Entre elas, as mais importantes são as que permitem correção do capital de giro próprio das emprêsas e a incorporação das reservas ao capital sem nova tributação, bem como as que proporcionaram um revigoramento do mercado de ações.

O problema habitacional parece definitivamente equacionado, com a implantação do sistema financeiro de habitação. Isto se constituiu numa das grandes vitórias do Govêrno revolucionário, pois colocou a questão dentro de uma sistemática racional, justa, sem privilégios, possibilitando a aplicação de recursos maciços num setor que antes se constituía em um dos mais sérios pontos de estrangulamento da economia nacional. Êste setor é tão mais importante se considerarmos os efeitos secundários que surgem, com o revigoramento de tôda a indústria de materiais de construção e absorção da quase totalidade da mão-de-obra não especializada nos grandes centros.

A economia mineira vinha se apresentando em declínio em têrmos de incremento, há cêrca de 30 anos. Mas, segundo a Associação Comercial, 1968 se caracterizou por uma reversão dessa tendência, principalmente com a recuperação do setor industrial. Um razoável número de indústrias foi implantado na área mineira do Polígono das Sêcas, bem como em outras regiões do Estado, tais como a Alcomina. A indústria de cimento e de fertilizantes começou a ser ampliada ano passado e há a perspectiva de implantação do grande parque aeronáutico da fábrica de aviões Dornier.

É dentro dêste espírito de levar o desenvolvimento ao interior do Estado que a nova administração da Associação Comercial de Minas e a Federação das Associações Comerciais de Minas elaboraram seus programas. As duas entidades estão empenhadas na formação de uma verdadeira mentalidade empresarial em Minas, tendo programado, por exemplo, vários cursos de treinamento, com vistas ao aprimoramento dos métodos de administração.

Estão sendo criadas no interior do Estado 30 Associações Comerciais. A Federação das Associações Comerciais é integrada por representantes de tôdas as regiões de Minas e os seus cinco vice-presidentes representam as cidades maiores, que já se constituem nos **pólos de desenvolvimento** do interior do Estado.

TRÂNSITO PODE LEVAR BH AO CAOS EM POUCOS ANOS

O traçado da cidade e o alto índice de crescimento do número de veículos são os dois fatôres principais que transformarão o trânsito de Belo Horizonte no mais tumultuado do mundo, levando a capital de Minas aos caos em poucos anos, caso não seja realizado um planejamento avançado, com base em técnicas modernas de urbanismo e engenharia de tráfego.

Esta é a conclusão a que chegou o diretor do Departamento Estadual de Trânsito, Sr. Helvécio Arantes, e tôda sua equipe de assessôres, que hoje estão empenhados em encontrar a **fórmula mágica** capaz de dar ao trânsito de Belo Horizonte as condições necessárias para suportar a explosão demográfica da cidade e o grande aumento do número de veículos.

Assessorado pela Comissão Técnica de Planejamento de Tráfego do DET o Sr. Helvécio Arantes está diàriamente realizando estudos sôbre alterações na circulação dos veículos em Belo Horizonte, para apresentá-los à prefeitura sempre que fôr necessária qualquer mudança que venha a facilitar o escoamento do trânsito.

Uma análise genérica do que se observa em Belo Horizonte não deixa qualquer dúvida quanto à sombria perspectiva que ameaça a cidade, em relação ao trânsito. A explosão demográfica, que as estatísticas comprovam, mostra numa cidade de apenas 70 anos de vida, que já atingiu a casa de um milhão de habitantes, caminhando aceleradamente para uma expansão nos moldes do que se deu com o Rio e a capital de São Paulo que, entretanto, sòmente alcançaram o índice populacional de um milhão de habitantes num transcurso, aproximadamente, de 300 anos.

Com isso Belo Horizonte tem, através de seu Departamento de Trânsito, que estar sempre renovando e refazendo planos de tráfego, para possibilitar um melhor escoamento de veículos. O aumento do número de veículos em circulação, conseqüência da proliferação demográfica, tem conduzido as áreas de maior movimento à saturação, à insegurança, ao desconfôrto, à perda de tempo e de dinheiro, à irritabilidade, ao conflito, ao caos.

O índice de crescimento de veículos, neste momento, em que notòriamente as condições da economia popular não são favoráveis, é surpreendente. O que se verifica no DET, é o aumento crescente de registros de novos veículos — atingindo, em média, a casa dos 1 200 veículos novos emplacados por mês, e êsse número tende sòmente a crescer, o que virá agravar ainda mais os problemas existentes.

O Sr. Helvécio Arantes falando sôbre o trânsito de Belo Horizonte diz que "os nossos problemas são complicados pelo próprio traçado reticular da cidade, com cruzamentos em diagonal que estabelecem difíceis problemas de disciplina de tráfego. Ademais, o grande tráfego de Belo Horizonte se desenrola em tôrno de dois eixos que são as Avenidas Amazonas e Afonso Pena, funcionando a Av. Antônio Carlos, como prolongamento dessa última. Não dispomos de vias paralelas para dividir o fluxo cada vez mais volumoso naquelas grandes vias. Além disso, sob o ponto-de-vista de tráfego, vários são os pontos de estrangulamento da cidade, sendo o mais grave a passagem da Lagoinha e Av. Antônio Carlos.

Para êsses problemas específicos, não existe pràticamente uma solução. Não é mais possível mudar o traçado da cidade. Essa é a maior dificuldade com a qual se depara quando se vai estudar soluções para melhor escoamento das vias muito congestionadas.

Continuando diz Helvécio Arantes: "Estamos emplacando cêrca de 1 000 a 1 200 veículos por mês, de tôdas as categorias. Ora, a cidade dispõe atualmente de uns 80 mil veículos em circulação, portanto não será um cálculo absurdo antevermos que dentro de quatro ou cinco anos, ou talvez menos, tenhamos um número duas vêzes maior, o que a cidade evidentemente não suportará, pois não está preparada para isso." Tudo está a demonstrar que sòmente um planejamento avançado, fundamentado em técnicas de urbanismo e engenharia de tráfego, poderá salvar Belo Horizonte de uma situação caótica e nociva a que já se vai submetendo, e que levará as gerações futuras a recriminarem, com justas razões, o comportamento daqueles que não souberam descortinar o progresso e a grandiosidade de uma Belo Horizonte num futuro bem próximo.

SISTEMA FINANCEIRO DO SANEAMENTO VAI OFERECER ÁGUA POTÁVEL A 70% DA POPULAÇÃO URBANA BRASILEIRA

O objetivo da Superintendência do Sistema Financeiro do Saneamento é recuperar o tempo perdido na execução de um verdadeiro plano de saneamento do país e poder oferecer água potável a 70% da população urbana brasileira.

Em nove meses de trabalho intenso o Sistema Financeiro do Saneamento — antigo Fisane (Fundo de Financiamento para Saneamento) — pode apresentar a seguinte fôlha de realizações: convênios assinados com 633 cidades de 16 unidades da Federação, para a implantação de sistemas de água potável que irá abastecer no primeiro ano de funcionamento a uma população estimada em 10,8 milhões de pessoas. No vigésimo ano de funcionamento — limite calculado pelos técnicos para a vida útil dos projetos — a população a ser servida pelos sistemas criados alcançaria 22,6 milhões de pessoas. O valor dêsses convênios, já aprovados, atingem a soma de NCr$ 885,3 milhões.

O superintendente do Sistema Financeiro do Saneamento, eng.º Sérgio Cabral de Sá, faz uma análise da precariedade dos sistemas de abastecimento de água e esgotos até a criação do Fisane: se considerarmos a população urbana existente no Brasil em 1965, segundo dados do Anuário Estatístico de 1967, estimada em 40,6 milhões de habitantes, constataremos que dessas pessoas, apenas 45% possuíam sistemas de abastecimento de água potável, num montante de 18,1 milhões, e que sòmente 20% delas contavam com sistemas de esgotos em suas ruas e casas, isto é, 8 milhões de pessoas.

Admitindo as taxas anuais de crescimento da população total e da população urbana, de 3% a 5% respectivamente, e mantendo em 45% e 20% os índices da população urbana servida de água e esgotos, teremos chegado, a 31 de dezembro de 1968, com os seguintes dados:

DATA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA		
		TOTAL	ABAST. DE ÁGUA	SERV. P/ESGÔTO
			QUANTIDADE	QUANTIDADE
31/12/65	82 300 000	40 590 000	18 130 000 — 45%	8 000 000 — 20%
31/12/66	84 769 000	42 620 000	19 179 000 — 45%	8 500 000 — 20%
31/12/67	87 312 070	44 750 000	20 137 500 — 45%	8 950 000 — 20%
31/12/68	89 931 432	46 988 000	21 144 600 — 45%	9 400 000 — 20%

Se levarmos em conta a população urbana estimada para 31-12-68 em 46,9 milhões de habitantes — prossegue o eng.º Sérgio Cabral — chega-se à constatação alarmante de um deficit da ordem de 25,8 milhões de habitantes não atendidos em água, e de 37,6 milhões de habitantes não servidos de esgotos nas cidades brasileiras.

Os números evidenciam o agravamento paulatino da situação que está a exigir uma ação governamental decisiva, através de investimentos maciços com prioridade para os programas específicos de abastecimento de água e de esgotos, a fim de proporcionar às populações urbanas do Brasil níveis melhores de vida, condições mais promissoras de trabalho e maiores oportunidades de desenvolvimento.

EXPERIÊNCIA ANTERIOR

— Apesar da gravidade do problema — diz o superintendente do Sistema Financeiro do Saneamento — era êle atacado desordenadamente quanto a executores e aplicação de recursos, mantendo-se pràticamente inalteradas as perspectivas de sua solução.

Um sem-número de entidades governamentais (12 ao todo nas áreas dos Ministérios do Interior, da Saúde e das Minas e Energia) atuava em serviços de abastecimento de água sem que o problema fôsse sequer arranhado. A ausência quase tôtal de resultados positivos, na solução de uma questão que se agravava na medida em que a população crescia, forçava uma revisão na política do Govêrno relativa ao abastecimento de água.

Em 1962, foi o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (quando pertencente ao extinto Ministério da Viação e Obras Públicas e hoje integrando o Ministério do Interior) transformado em autarquia, passando a contar com meios de atuação mais flexíveis e com a tendência natural de comandar a política de saneamento no país.

A maioria dos órgãos que também atuavam como executores de obras de abastecimento de água perderam a condição executiva, passando a atuar no setor sòmente o próprio Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública e o Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Embora todos êsses órgãos apresentem acervos de realizações, continua o engenheiro Cabral de Sá, longe estaríamos de resultados realmente satisfatórios se não se desse ao problema tratamento heróico necessário mediante inteira reformulação — o que foi feito.

Como se vê, apesar do esfôrço despendido pelo Govêrno no ataque ao problema, o conjunto de órgãos responsáveis pelo planejamento e execução dos programas de abastecimento de água e esgotos não foi capaz de dar solução desejável à questão.

As razões do insucesso terão sido a má orientação no equacionamento do problema, o grande incremento populacional, a falta de uma política tarifária adequada, a pulverização de esforços e recursos financeiros em programações estanques e — podemos citar finalmente como causa principal — a aplicação dos recursos a fundo perdido, como simples doações, sujeita a injunções políticas e às flutuações dos orçamentos acompanhando as disponibilidades financeiras sempre exíguas.

NOVA ORIENTAÇÃO

A orientação certa, porque consagrada em países mais adiantados e que terá propiciado nos mesmos a solução de seus problemas de água, foi então iniciada pelo Govêrno brasileiro em 1965, ao assinar com os Estados Unidos através da USAID/Brasil, em abril daquele ano, um contrato de empréstimo com a finalidade de criar entre nós um fundo rotativo que seria um sistema permanente e auto-suficiente para estimular e auxiliar — através de financiamentos — a construção, expansão e modernização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários nos municípios brasileiros.

O empréstimo da USAID montou a NCr$ 8 milhões, que, somados à contrapartida do DNOS, reuniu recursos da ordem de NCr$ 12 milhões, manifestamente insuficiente para uma programação nacional.

O contrato com a USAID teve a virtude de iniciar em nosso país a política certa de conduzir-se à solução, a curto prazo, do problema de água no Brasil. Certa porque um sistema de abastecimento de água é uma instalação industrial e como tal deve ser encarado.

Essa política foi iniciada mas não consolidada, porque os recursos reunidos, e que tão cedo não seriam ampliados substancialmente, só dariam, a rigor, para o atendimento de cêrca de 120 mil habitantes, considerando NCr$ 100,00 o custo médio atual *per capita* da implantação de um sistema de abastecimento de água.

O nosso país muito aproveitou a experiência resultante do Contrato de Empréstimo celebrado com a USAID e dos Contratos de Subempréstimo às Municipalidades a cuja conta foram firmados (20 ao todo — comprometendo NCr$ 36 milhões + NCr$ 12 milhões de um convênio celebrado com o Govêrno de Minas Gerais para financiamento de obras de abastecimento de água no Estado).

Os financiamentos iniciados revelaram a boa e elogiável receptividade das comunidades brasileiras para essa modalidade de atuação, animando o seu incremento de forma agressiva.

CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA NOVA POLÍTICA

A convicção de que, na situação existente, não haveria recursos para uma programação de financiamentos que atendesse às necessidades nacionais, abrangendo todo o nosso imenso território — e depois de algumas tentativas, frustradas, de equacionar-se a questão nesses têrmos, como a criação do Fundo Rotativo de Águas e Esgotos, de existência efêmera como a do Fundo Nacional de Obras de Saneamento — ocasionou, pelo Govêrno federal, a criação do Fundo de Financiamento para Saneamento Fisane, com sua gestão delegada ao Banco Nacional da Habitação através de uma Superintendência (a Superintendência do Fisane) incluída em sua estrutura básica.

A criação do Fisane veio estabelecer as bases reais, para a correção do problema do abastecimento de água no Brasil, responsável pela perda de saúde e produtividade de mais da metade da população brasileira.

Essa correção está-se processando com o acionamento do esquema adotado para uma programação ampla de obras, com os recursos, conjugados, do Banco Nacional da Habitação, dos Órgãos Regionais (Superintendências de Desenvolvimento atuando em determinadas áreas, como a Sudene — no Nordeste, a Sudam — na Amazônia e outras), dos Estados e dos municípios — constituindo êsses recursos um sistema permanente que é uma base financeira capaz de suportar as iniciativas arrojadas que as proporções do problema estavam reclamando.

O esquema, armado e acionado pelo BNH através da atual Superintendência do Sistema Financeiro do Saneamento, à qual adiante vamos nos referir, se desenvolve, em linhas gerais, nos estágios básicos de constituição de fundos nos Estados e promessa de financiamento aos municípios e contratos de financiamento que ensejam a execução das obras.

O volume das operações do Fisane em seis meses de atuação, consolidando e expandindo a política de obras de abastecimento de água através de financiamentos, levou o Ministério do Interior a dar, finalmente, o passo definitivo determinando ao BNH (Portaria de 4 de setembro de 1968) a criação do Sistema Financeiro do Saneamento, que substituiu naquela data a Superintendência do Fisane, com atribuições bem mais amplas, tendo os objetivos principais de coordenar e supervisionar, através de uma superintendência, as atividades do Sistema Financeiro do Saneamento, integrado pelos seguintes órgãos e entidades:

a) o BNH, como órgão central
b) as entidades financiadoras
c) os agentes financeiros
d) os agentes promotores
e) outras entidades que venham a se integrar no sistema

As entidades financiadoras (Govêrno dos Estados e órgãos regionais) constituem fundos estaduais ou regionais, comprometendo-se a integralizá-los na medida das necessidades.

Os agentes financeiros (bancos) são os mutuários do BNH, isto é, recebem empréstimo e os repassam aos municípios, responsabilizando-se pela boa formalização das operações, assim como pela correta aplicação e pontual retôrno dos recursos até a quitação integral de empréstimo, respondendo por quaisquer irregularidades, deficiências ou omissões apuradas.

Os agentes promotores são os responsáveis, perante o BNH, pela implantação, ampliação e/ou melhoria dos sistemas financiados e pela correta execução das obras e serviços, participando dos convênios e contratos com as seguintes funções:

a) apresentação, ao BNH, do programa regional, estadual ou metropolitano de financiamento, antes da assinatura do convênio de promessa de financiamento;

b) apresentação, ao BNH, dos projetos técnicos das obras e serviços, objeto do financiamento, antes da assinatura dos contratos de financiamento;

c) responsabilidade pela correta execução das obras e serviços, sejam ou não os seus executores;

d) responsabilidade pela implantação, ampliação e melhoria dos sistemas financiados.

IV — TRABALHOS REALIZADOS

O Refinag — Financiamento de sistemas de abastecimento dágua — foi, oficialmente, lançado em Pôrto Alegre, em abril do ano passado, quando ali foi instalado o Govêrno federal, oportunidade em que foram assinados os convênios para constituição do fundo estadual para financiamento de águas e esgotos, FAE-RS, e de promessa de financiamento para abastecimento dágua, naquele Estado.

Os convênios de constituição de fundo e de promessa de financiamento assinados até o momento beneficiam, em todo o país, 632 cidades, permitindo o abastecimento dágua a quase 23 milhões de pessoas.

Firmaram convênios com o BNH a Sudam, os Estados do Acre, Amazonas, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e os Territórios Federais de Roraima, Rondônia e Amapá.

O valor dos programas já atinge a NCr$ 885 milhões.

Os convênios relativos aos Estados de Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo já estão em adiantada fase de estudos.

O investimento total do programa, abrangendo todos os Estados brasileiros está estimado em NCr$ 1 110 891,00, devendo beneficiar, nos próximos três anos, 80% da população urbana de cêrca de 836 municípios, para uma população de aproximadamente 13 milhões de pessoas, no prazo previsto para a implantação, e de 27 milhões considerando-se o período de alcance dos projetos, 20 anos.

Hoje, o programa está em plena execução, com obras em quase 71 municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, São Paulo e Goiás.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO DO SANEAMENTO
SUBPROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA — REFINAG

PARTICIPAÇÃO NO SUBPROGRAMA

BNH	37,5%
ESTADOS E ÓRGÃOS REGIONAIS	37,5%
MUNICÍPIOS	25,0%

PERÍODO PREVISTO DE IMPLANTAÇÃO — 3 ANOS
PERÍODO MÉDIO DE ALCANCE — 20 ANOS

1 — CONTRATOS APROVADOS

1 — 1 CONTRATOS JÁ ASSINADOS

UNIDADES BENEFICIADAS	N.º Municípios atendidos	POPULAÇÃO A SER ABASTECIDA		VALOR DO INVESTIMENTO NCr$ 1 000
		PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	
Minas Gerais	2	1 189 600	3 371 680	33 009,59
Rio de Janeiro	1	32 600	112 800	4 891,02
Rio Grande do Sul	52	75 000	183 000	12 953,93
Mato Grosso	3	140 530	786 600	15 244,68
Bahia	6	88 918	377 000	24 780,12
São Paulo	6	462 070	988 172	23 755,76
Goiás	1	4 538	17 492	747,56
TOTAL	71	1 993 256	5 831 744	115 382,66

1 — 2 CONTRATOS A SEREM ASSINADOS

UNIDADES BENEFICIADAS	N.º Municípios atendidos	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	VALOR DO INVESTIMENTO NCr$ 1 000
São Paulo (Jaú)	1	34 000	70 000	2 427,47
Goiás (Pontalina)	1	4 407	11 184	456,08
Amazonas	1	242 000	503 000	8 085,65
TOTAL	3	280 407	584 184	10 969,20

2 — CONTRATOS EM ESTUDO

UNIDADES BENEFICIADAS	N.º Municípios atendidos	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	VALOR DO INVESTIMENTO NCr$ 1 000
Goiás	4	143 386	180 766	19 837,29
Mato Grosso	2	7 002	20 108	480,19
Bahia	2	132 350	500 000	16 296,04
Rio Grande do Sul	1	6 290	23 885	1 865,27
Santa Catarina	1	49 533	142 240	4 802,66
TOTAL	10	338 561	866 999	43 281,45

QUADRO RESUMO

	N.º Municípios atendidos	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	VALOR DO INVESTIMENTO NCr$ 1 000
1 — Contratos aprovados	71	1 993 256	5 831 744	115 382,66
2 — Contratos em estudo	3	280 407	584 184	10 969,20
3 — Extinto GEF	10	338 561	866 999	43 281,45
TOTAL	84	2 612 224	7 282 927	169 633,31

1 — CONVÊNIOS APROVADOS

UNIDADES BENEFICIADAS	N.º de cidades atendidas	POPULAÇÃO ABASTECÍVEL PELOS PROJETOS		VALOR DOS PROGRAMAS NCr$ 1 000
		PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	
1 Amazonas	10	280 000	600 000	19 980
2 Pará	28	700 000	1 600 000	35 520
3 Amapá	1	57 000	80 000	7 814
4 Roraima	1	20 000	40 000	1 997
5 Rondônia	1	10 000	20 000	221
6 Maranhão	37	190 000	350 000	19 880
7 Mato Grosso	12	290 000	500 000	28 640
8 Goiás	60	900 000	1 800 000	71 645
9 São Paulo	87	2 300 000	4 600 000	159 840
10 Rio Grande do Sul	150	1 750 000	3 500 000	119 409
11 Rio de Janeiro	55	1 700 000	3 600 000	111 000
12 Minas Gerais	61	1 300 000	2 200 000	115 649
13 Acre	4	29 000	60 000	2 219
14 Santa Catarina	31	500 000	1 200 000	62 160
15 Bahia	26	470 000	1 600 000	84 109
16 Paraíba	69	370 000	900 000	45 208
TOTAL	633	10 866 000	22 650 000	885 291

2 — CONVÊNIOS EM ANDAMENTO

UNIDADES BENEFICIADAS	N.º de cidades atendidas	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	VALOR DOS PROGRAMAS NCr$ 1 000
1 Alagoas	30	320 000	700 000	40 000
2 Espírito Santo	39	510 000	860 000	10 600
3 Pernambuco	38	800 000	2 000 000	90 000
TOTAL	107	1 630 000	3 560 000	140 600

QUADRO RESUMO

	N.º de cidades atendidas	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	VALOR DOS PROGRAMAS NCr$ 1 000
1 — Convênios aprovados	633	10 866 000	22 650 000	885 291
2 — Convênios em andamento	107	1 630 000	3 560 000	140 600
3 — Outros Estados	97	388 000	800 000	85 000
TOTAL	837	12 884 000	27 010 000	1 110 891

EM 1970, UM HOSPITAL SÓ PARA TRANSPLANTES

São Paulo (Sucursal) — Clarismundo Praça, o terceiro receptor de coração operado pela equipe do Dr. Zerbini, convalesce há quase três meses da operação. No mesmo andar, numa outra enfermaria, outros pacientes são examinados e aguardam a palavra dos médicos que podem declará-los em condições para receber coração nôvo. Há apenas um outro problema, além da dificuldade em arranjar um doador adequado: não há acomodações suficientes para mais de um receptor.

Além disso, os novos equipamentos hospitalares, mais modernos, requerem instalações funcionais e tão modernas quanto os aparelhos, que precisam de espaço para serem movimentados de um lado para o outro. Há muito tempo que os estudantes de Medicina não dispõem de espaço — embora às vêzes tenham os meios — para realizar pesquisas sôbre novos métodos e técnicas cirúrgicas, análises clínicas em tôrno dessas operações, etc. A clínica e a cirurgia avançaram bastante, principalmente nas doenças cardiopulmonares. O Hospital das Clínicas parou e sua construção é tal que não permite nenhuma ampliação ou modernização. Ficou quadrado e pouco elástico para as necessidades da pesquisa e da ciência, 25 anos depois de concluída sua construção, quando era considerado o mais moderno do país.

Dentro de 600 dias — portanto antes do final do seu mandato — o Governador Abreu Sodré deverá entregar à equipe de clínica e cirurgia cardiopulmonar, o mais moderno hospital do país, específico para doenças dessa parte do corpo humano. Lá serão desenvolvidas as mais recentes técnicas de cirurgia, pesquisa e tecnologia no tratamento dos males do tórax.

É UM "SENHOR" HOSPITAL

O plano elaborado em conjunto por médicos da equipe do Dr. Zerbini, arquitetos e engenheiros civis, projetistas que se especializaram na construção de hospitais, teve seu primeiro esbôço em fins de 1967 e um programa definitivo, em agôsto de 1968, para ser um hospital de diagnóstico e cirurgia de doenças do coração, pulmão e vasos, funcionando anexo ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Seu caráter de hospital de ensino faz com que tenha uma área de 54 metros quadrados por leito, num total de 300 leitos, dos quais 100 serão pagantes e os restantes gratuitos. O custo final de construção dos 10 pavimentos, com 25 mil metros quadrados de área, e a aplicação de 15 mil metros cúbicos de concreto, será de NCr$ 13 milhões. O primeiro andar será para os serviços auxiliares, e os demais para ambulatório, recepção e administração.

No segundo andar haverá dois centros cirúrgicos de formato circular, em cada extremidade do edifício. Um centro será utilizado especificamente para operações de transplante, tendo salas especiais para casos extracorpóreos, ligadas às outras elàsticamente por intermédio de portas e comunicações funcionais. No meio dêsse centro estará a enfermaria, de onde será coordenada tôda a operação para as demais salas, que disporão, tôdas, de ar condicionado esterilizado. Terá duas portas diferentes: uma para a entrada de pessoal e do doente e outra sòmente para a circulação de materiais que terão o menor contacto possível com o homem, por mais bem esterilizado que esteja.

Os vestiários ficarão em comunicação direta com a sala de operações e os atos cirúrgicos poderão ser vistos do andar de cima, destinado aos médicos, estudantes e estagiários. Os que não participarão da operação poderão assisti-la de cima, por uma redoma de vidro, que ficará diretamente sôbre as mesas. Ao mesmo tempo, aparelhos de vídeo-tape gravarão todos os lances da operação, para transmissões posteriores.

No mesmo andar dos centros cirúrgicos haverá dependências especiais, salas para angiografia, ainglocardiografia, laboratório, cateteretismo e cine-angio, que complementam as fases pré-operatórias de casos complicados. Destas salas até a sala de operações há cêrca de 20 metros, que estarão permanentemente livres de circulação de pessoas, pois elas se utilizarão de passagens laterais e paralelas, pelas quais será fácil atingir uma ou outra dependência do andar.

O próprio Dr. Zerbini, elementos de sua equipe e representantes do Secretário de Saúde, Válter Leser, supervisionarão a construção do hospital, que custará cêrca de 13 milhões de cruzeiros novos, com todos os reajustes previstos. Os próprios engenheiros pediram a colaboração do cirúrgião para que êle os atualizasse de acôrdo com a modernização da aparelhagem e do equipamento médico, até o ponto em que a construção permitir. Quando as estruturas já estiverem consolidadas e não houver mais possibilidade de modificação, o único recurso que restará será o aproveitamento total da elasticidade e funcionalidade com que foi projetado e construído o edifício. O prédio terá, ainda, amplas enfermarias, oficinas especializadas na fabricação de válvulas para o coração e corações artificiais, salas de cirurgia experimental, mais oito salas de operação, além daquelas duas destinadas sòmente a operações de transplante. Haverá unidades complementares para hemodinâmica, cateteretismo cardíaco, salas de pesquisas, desenvolvimento tecnológico da equipagem para Medicina, etc.

A DEFINIÇÃO DA SAÚDE

"Já há um conceito de saúde pública, num Estado que cresce todos os dias: a conjuntura econômica em que vivemos vem contribuindo consideràvelmente para o agravamento dos problemas de saúde pública. Cresce a parcela da população que não tem poder econômico para adquirir assistência que garanta o seu bom estado de saúde e, por outro lado, o avanço da ciência e da tecnológia torna cada vez mais onerosos êsses serviços, em virtude de melhores recursos para prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças. Assim em resumo, as condições sanitárias do Estado e a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde não correspondiam ao grau de desenvolvimento alcançado em outros setores, impondo assim, um esfôrço especial para corrigir o desnível criado. É fácil compreender, portanto, a necessidade de uma organização adequada para alcançar tal objetivo."

Êsse texto faz parte dos considerandos do Secretário de Saúde, Professor Válter Leser, para a reforma administrativa da Secretaria, criada há 21 anos, quando se desmembrou da Secretaria de Educação. Essa reforma já havia sido tentada tantas vêzes quantas se percebera que o aproveitamento dos recursos era feito de forma inadequada e com baixa rentabilidade.

Criou-se, agora, um grupo de trabalho constituído de sanitaristas de experiência que elaboraram um plano geral de reforma administrativa baseado nos seguintes objetivos principais: descentralização executiva, centralização normativa e integração de serviços em nível local. Obedecendo a êsse critério, já se cuidou da reorganização da Divisão Psiquiátrica do Juqueri, do descongestionamento da cúpula administrativa, da criação das Coordenadorias de Saúde da Comunidade e de Assistência Hospitalar, da reorganização e reestruturação do Instituto Butantã, da organização das atividades de Saúde Pública da região da Grande São Paulo, da criação das Coordenadorias de Serviços Técnicos Especializados e de Saúde Mental. Tão importante quanto isso é a reformulação da legislação sanitária, considerada por todos como já obsoleta.

Essas providências foram tomadas, entre outras razões, porque logo no início do Govêrno Abreu Sodré, duas ocorrências da maior gravidade surgiram: 252 casos de febre tifóide na cidade de Igaraçu do Tietê, índice considerado dos mais elevados em todo o país e a catástrofe de Caraguatatuba, quando milhares de pessoas ficaram desabrigadas e expostas a tôda espécie de doenças.

O Governador Abreu Sodré, promoveu a intensificação da vacinação, com o estabelecimento de um calendário de vacinações e a instituição de uma caderneta que teve os melhores resultados, pois de agôsto — quando se iniciou sua distribuição — até dezembro foram expedidas 250 mil cadernetas, cujo valor maior é a criação de uma mentalidade de higiêne e saúde pública, com repercussões e resultados àltamente positivos.

Criaram-se programas de educação sanitária com a divulgação do calendário das vacinações, conselhos adequados, etc. O Govêrno Abreu Sodré realizou, também, seis campanhas regulares de vacinação contra a poliomielite em dois anos, para alcançar e manter os índices que permitem considerar a doença sob contrôle. A Campanha de Erradicação da Varíola prevê a vacinação de 90% da população e já está concluída no vale do Paraíba, litoral norte, Campinas, Ribeirão Prêto, Rio Claro e Araraquara, perfazendo cêrca de 2 milhões e meio de pessoas.

OS QUADROS DA VIDA

Os quadros abaixo, dão uma idéia dos programas de vacinação nos últimos anos:

Período	Vacina Contra a Difteria (Tríplice, Dupla e Monovalente)					
	CAPITAL		INTERIOR		ESTADO	
	Total de doses	Nº médio anual de doses	Total de doses	Nº médio anual de doses	Total de doses	Nº médio anual de doses
1963 a 1966	727 835	181 959	1 429 301	357 325	2 157 136	539 284
1967	137 497	—	355 710	—	493 207	—
1968	494 410	—	1 254 753	—	1 749 163	—

Vacina Contra a Poliomielite (Vírus Vivos Atenuados — Sabin)

CAPITAL *		INTERIOR **		ESTADO	
Total de doses	N.º Médio anual de doses	Total de doses	N.º Médio anual de doses	Total de doses	N.º Médio anual de doses
1963-66 2 989 517	747 379	9 626 034	2 406 508	12 615 551	3 153 888
1967-68 4 243 107	2 121 554	7 992 616	3 996 308	12 235 723	6 117 862
1963-68 7 232 624	1 205 437	17 618 650	2 936 442	24 851 274	4 141 879

Por êste quadro, verifica-se que o Governador Abreu Sodré conseguiu afastar o perigo da poliomielite como surto endêmico, prevenindo a possibilidade de as autoridades sanitárias e a população serem apanhadas desprevenidas.

O programa do Govêrno do Estado, no atendimento ao doente mental, foi considerado prioritário porque encontrou problema em condições de calamidade e estabeleceu normas para melhorar e humanizar o atendimento dêsses pacientes. Além disso um grupo de trabalho estudou todos os meios possíveis para reduzir ao mínimo a superlotação nos hospitais.

Dentro dêsse esquema, a Secretaria de Saúde providenciou as seguintes medidas: adaptação, já em fase final, do Sanatório Cocais, em Casabranca, para aproveitamento como hospital psiquiátrico com capacidade para 1 500 doentes crônicos; ampliação e reforma do Hospital Psiquiátrico de Ribeirão Prêto, aumentando sua capacidade em mais de 400 leitos; reformas substanciais nos hospitais e colônias do Juqueri, assegurando melhor aproveitamento; conclusão da primeira parte das obras do Hospital de Botucatu, com 250 leitos, que serão aproveitados brevemente; ampliação dos convênios com entidades filantrópicas e particulares e revisão do projeto do Hospital de Araraquara, cujas obras estão em fase de contratação. Com isso poderá se dispor, em prazo relativamente curto, de 3 500 leitos para psicopatas. Além disso, está-se processando a reestruturação do Departamento de Assistência aos Psicopatas e a reformulação progressiva dos programas de saúde mental, abrindo perspectivas para uma nova situação que poderá constituir solução adequada para o problema dos doentes mentais.

No caso da hanseníase (lepra), cuida-se da reformulação da política de profilaxia do mal, adaptando-a às normas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde. Por isso, aboliu-se o velho sistema de isolamento compulsório indiscriminado, e os dispensários passaram a intensificar a vigilância aos focos e aos portadores de lepra para descoberta e tratamento precoce dos novos casos. Há ainda um amplo trabalho de educação sanitária para quebra dos preconceitos e superstições que atrapalham a profilaxia.

Para a tuberculose o Secretário Válter Leser instituiu um nôvo método de tratamento hospitalar que verifica a percentagem de negativação. Assim, temos:

Doentes em tratamento inicial:

antes	53,52%
depois	69,73%

Doentes já com formas de resistências:

antes	39,43%
depois	69,34%

No tratamento do mal de chagas experimentou-se uma nova técnica a do **rociamento seletivo**, que ao invés de aplicar o inseticida indiscriminadamente, preocupa-se em constatar a presença do **barbeiro** pelo uso de uma droga que o expulsa de seus esconderijos. Só depois emprega-se o inseticida em grandes doses, nos locais em que foi constatada a sua presença. A eficiência dêsse método foi comprovada, com grande economia de tempo e recursos.

Para a esquistossomose foi criado um órgão especial, a Campanha de Combate à Esquistossomose, com uma estrutura que permite a ação conjugada das Secretarias de Saúde e de Obras Públicas, coordenando as atividades médico-sanitárias com as de saneamento básico. O trabalho prossegue com resultados satisfatórios na baixada santista, no vale do Paraíba e até em regiões próximas da capital.

A SAÚDE DOS JOVENS

Um grupo de profissionais jovens, muitos dêles recém-saídos das escolas médicas, assessora o Secretário de Saúde, tendo conseguido realizar alguns trabalhos de importância na normalização e racionalização do funcionamento da Pasta em seus relacionamentos com a vida da comunidade.

Foram êles que elaboraram, juntamente com técnicos de renome, a codificação dos medicamentos e sua posterior padronização visando ao estabelecimento de um memento oficial que disciplinasse a sua aquisição, abastecimento e uso, proporcionando condições para melhor atendimento e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Elaboraram ainda um cadastro dos prédios, para orientar os estudos e a programação de novas construções, dentro de uma escala racional de prioridade. Criaram um grupo de trabalho de nutrição que, juntamente com elementos da Secretaria de Fazenda, está disciplinando a aquisição de gêneros alimentícios e a programação de cardápios hospitalares. Fizeram um estudo experimental sôbre a eficiência da cloração domiciliar de água em regiões que ainda não contam com rêde de abastecimento. Os resultados foram tão bons que já se pensa numa distribuição de solução de cloro para isso, nos próximos meses. Nas zonas agropecuárias do extremo oeste do Estado, onde o tétano umbilical apresentava índices elevados, foi bem recebido um trabalho de educação das curiosas, em que participou ativamente tôda a comunidade.

Pensaram na organização e progressivo aparelhamento da seção de propaganda e educação sanitária. Colaboraram na constituição de um grupo de trabalho, reunindo representantes de tôdas as entidades públicas e privadas que participam do atendimento a crianças desidratadas, para que todos os esforços foôssem coordenados sem dispersões, assegurando o máximo aproveitamento dos recursos existentes e a mobilização de outros, de acôrdo com as necessidades.

Todavia, um dos pontos que o Governador Abreu Sodré considera da maior importância é a colaboração estreita mantida com estudantes de Medicina, Enfermagem e das escolas agrícolas em programas variados de educação sanitária e de saneamento básico, em quase tôdas as regiões do Estado. São êles que dão orientação sôbre construção de fossas, sua utilização e conservação, conceitos de higiene pessoal e do ambiente, conhecimentos rudimentares sôbre horticultura e aproveitamento de alimentos fàcilmente produzidos na região atendida. A comunidade participa ativamente dêsse trabalho e possibilita, além da melhoria das condições de higiene e saúde da população, a motivação dos estudantes de Medicina para o campo da saúde publica. Todo local de interêsse comunitário e grupamento populacional tem colaborado com os grupos de estudantes que se organizam em verdadeiras expedições Rondon, circunscritas ao Estado de São Paulo, com resultados satisfatórios. Seu lema é o seguinte: "Saúde pública não se faz para o povo, mas sim com o povo."

O CUSTO DA SAÚDE

O Governador Abreu Sodré destinou 4,8% dos 7 bilhões de cruzeiros novos do seu orçamento para a Secretaria de Saúde Pública. Assim, NCr$ 276 579 466,00 são destinados à manutenção dos serviços já existentes e NCr$ 61 151 433,00 para amplicações e investimentos, correspondendo a 3,8% do total empregado pelo Govêrno em ampliações e investimentos. Já há 42 contratos para obras novas, no valor de nove milhões e setecentos mil cruzeiros novos, 96 reformas e ampliações, e estão sendo realizadas 54 concorrências, no valor de 9 milhões e 600 mil cruzeiros novos, para obras que devem estar concluídas até o final do Govêrno Abreu Sodré. Uma equipe de engenheiros especializados em projetos hospitalares estuda, agora, os tipos de construção de mais 70 prédios destinados a postos de saúde, centros de saúde classe A, B e C, além de postos de atendimento, que são a mais elementar forma de encaminhamentos de doentes, na fase profilática.

O Governador Abreu Sodré estabeleceu uma filosofia para dar à saúde pública um caráter prioritário em suas metas de Govêrno, pois na hierarquia dos valôres positivos para o progresso de uma nação destaca-se a saúde, que condiciona tôdas as formas de desenvolvimento material.

Planta do 2.º andar do hospital no qual estarão localizados os centros cirúrgicos para operações de transplante. A disposição das salas no andar mostram que a engenharia hospitalar brasileira atingiu um estágio bastante elevado, fazendo dêste hospital um dos mais avançados da América Latina. As dependências são totalmente independentes e de fácil comunicação, uma com a outra. As intervenções cirúrgicas realizadas nas salas 1, 2, 3 e A, B e C, poderão ser assistidas por um grupo de pessoas localizadas no andar de cima, de uma redoma de vidro ou por um circuito fechado de televisão que gravará todos os momentos da operação

O PROBLEMA DA CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES NOS PLANOS DE GOVÊRNO

JOSÉ PAULO DOS SANTOS

A idéia de "correção dos desequilíbrios regionais" talvez possua elevada dose de impropriedade se analisada à luz da atual conscientização do problema regional no Brasil, e de sua sistemática de resolução. De fato, a preocupação maior não seria aquela de eliminar as disparidades regionais entre níveis de renda (meta que tanto a nossa experiência como a de outros países têm demonstrado ser altamente utópica), mas sim a de promover o take-off rostowiano das diversas regiões problemas, possibilitando seu desenvolvimento auto-sustentado a uma taxa de crescimento do produto real per capita que não promova a progressiva defasagem econômica entre elas e as regiões mais desenvolvidas.

Uma ligeira e tênue digressão torna-se necessária. A ocupação de nosso território foi o principal motivo gerador dos enormes geo-econômicos; os núcleos iniciais agiam como verdadeiros compartimentos estanques de economia autônoma sem qualquer ligação de mercado. Êste desequilíbrio inicial, embora se modificando no decorrer do tempo, foi a causa primeira do complexo problema de elevados desníveis de renda per capita. Exige dos elaboradores da política do Govêrno, uma grande dose de racionalidade e bom senso para que o objetivo colimado de que todos ascendam a uma condição de vida que se distancia bastante do nível de subsistência seja alcançado.

O TRATAMENTO

O tratamento dado à solução do problema no contexto dos diversos planos globais de Govêrno tem sido, entretanto, bastante discreto; cumpre notar em tempo que a experiência brasileira de planejamento nos mostra que tais planos têm sòmente atingido as três primeiras fases da teoria de trabalho de Fayol — Previsão, Organização, Planejamento — sendo a quarta indispensável e mais importante fase — a de Execução — ìnfimamente alcançada.

A proliferação de planos, estudos e programas dos Governos federais foi até a data bastante intensa, podendo-se cronològicamente enumerar: Missão Cooke, .. (1941), Missão Abbink .... (1947), Plano Salte (1949), Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (1951|.. 1953), o Programa de Metas (1956-1960), o Programa de Estabilização Monetária ... (1958-1959), Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), Plano de Ação Econômica do Govêrno-PAEG (1964-1966), o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (Primeiro Diagnóstico em 1966) e o atual PED — Plano Estratégico de Desenvolvimento (1967).

A experiência anterior a 1962 foi, no que concerne ao tratamento e à solução do problema dos desequilíbrios regionais, bastante infrutífera; as Missões Cooke e Abbink nada mais foram em última análise, do que estudos visando a orientação mais racional da economia brasileira. O Plano Salte e o Programa de Metas pràticamente também não se preocuparam com o problema dos desníveis regionais pela sua própria natureza puramente setorial. O Programa de Estabilização Monetária como sua própria designação sugere não trata òbviamente do problema do atraso relativo das regiões.

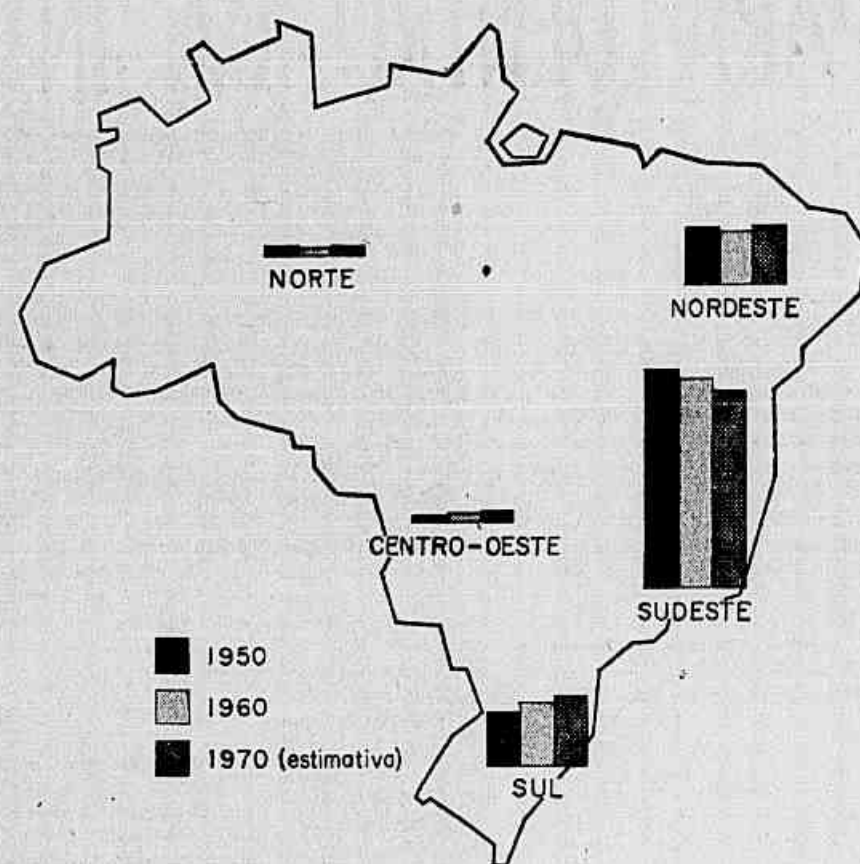
CORREÇÃO

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico foi que promoveu primeiramente uma tênue abordagem ao problema de correção dos desequilíbrios regionais. Em um dos primeiros capítulos de seu Relatório Geral, trata da existência do problema e da necessidade de uma atuação visando minorá-lo; entretanto, paradoxalmente; mais além, o texto é bastante esclarecedor quanto à situação dos planejadores sôbre a realidade visando modificar o seu curso, quando afirma: "Se bem que reconheça que a existência de flagrantes disparidades no nível de produtividade e renda das diversas regiões possa dar azo a problemas sociais e políticos, que de algum tempo vêm procurando o Govêrno e o Congresso, **não era factível nem apropriado que a Comissão Mista se lançasse numa tentativa de corrigir tais desequilíbrios.**" (destaque nosso).

A partir de 1962 uma fase bem mais fértil se inicia com o Plano Trienal. O capítulo III é inteiramente dedicado ao assunto, não sòmente enfatizando a existência do problema (à maneira da CMBEU) mas também adicionando subsídios para a sua solução.

Quanto a êste aspecto, o plano adota três diretrizes básicas, quais sejam: 1.ª) intensificar os pré-investimentos relacionados com o levantamento e a avaliação dos recursos naturais; 2.ª) intensificar os pré-investimentos ligados ao aperfeiçoamento do fator humano, e 3.ª) continuidade da política de favores diferenciais visando estimular os investimentos privados econòmicamente viáveis, em benefício daquelas regiões em que maior é o excedente estrutural de mão-de-obra. Tôdas as diretrizes acima visam beneficiar de preferência, as regiões de mais baixo índice de desenvolvimento.

INTEGRAÇÃO

A ênfase do PAEG é meritòriamente a de possibilitar a integração dos planos regionais dentro do contexto de um programa de desenvolvimento nacional, evitando assim que esforços sejam dispersos. Como acentua o plano, a multiplicação de organismos regionais que se tem verificado nos últimos anos e a proliferação de comissões de planejamento estaduais são meritórias nos seus objetivos, mas suas ações devem tomar em devida conta os impactos das diferentes políticas econômicas em relação a outras regiões e notadamente ao processo de desenvolvimento do país como um todo.

O Plano Decenal foi apresentado em sete tomos. O tomo VII — Desenvolvimento Regional e Urbano é certamente a análise mais séria e completa já feita em nosso país em têrmos de uma apreciação e de formulação de uma política de desenvolvimento regional no contexto de um plano de Govêrno.

Ao iniciar-se a leitura do 4.º capítulo do tomo VII já se identificam as inequívocas pretensões dos planejadores: "A idéia de que a magnitude das discrepâncias regionais justifica uma ação política no Brasil está definitivamente assentada."

Os objetivos do Plano Decenal, quanto ao problema regional, são em última análise os de provocar a criação de um processo auto-sustentável de desenvolvimento em cada região e de inserir êste processo numa linha de integração nacional.

No atual Plano Estratégicos de Desenvolvimento os objetivos são exatamente aquêles propostos no Plano Decenal e acima expostos. Os instrumentos de ação objetivando minorar os desequilíbrios se identificam entre o Plano Trienal, o PAEG, o Decenal e o PED — intensificação de investimentos com vistas a preparar o elemento humano; intensificação de investimentos no sentido de levantamento dos recursos potenciais e dar continuidade à política de incentivos diferenciais que possibilite a criação de setores dinâmicos capazes de a longo prazo dar o caráter de auto-sustentabilidade ao processo de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas.

CONCLUSÃO

Infere-se quando listados cronològicamente os planos globais do Govêrno federal, pelo próprio caráter de irreversibilidade no tratamento do problema de minoração dos desequilíbrios regionais que tal tratamento vem alcançando o grau de necessidade impôsto pelo próprio processo brasileiro de desenvolvimento sócio-econômico.

É importante no atual estágio de desenvolvimento da nossa economia que não sòmente se considere que a diferença entre as taxas de crescimento das diversas regiões seja modestamente diminuída; uma política atuante de horizonte mais amplo faz-se necessária, no sentido de elevar o grau de homogeneização do todo econômico brasileiro através de atitudes que visem possibilitar às regiões menos favorecidas uma capacidade autônoma de desenvolvimento. Tal importância deve ser acentuada, pois vencida a etapa do processo de desenvolvimento via substituição de importações a ampliação e diversificação do mercado interno torna-se caminho único, condição sine qua non para a continuidade do nosso processo de desenvolvimento.

As próprias diferenças de renda per capita motivam a criação de pontos internos de tensão social que por si sós justificariam medidas corretivas de tais desníveis.

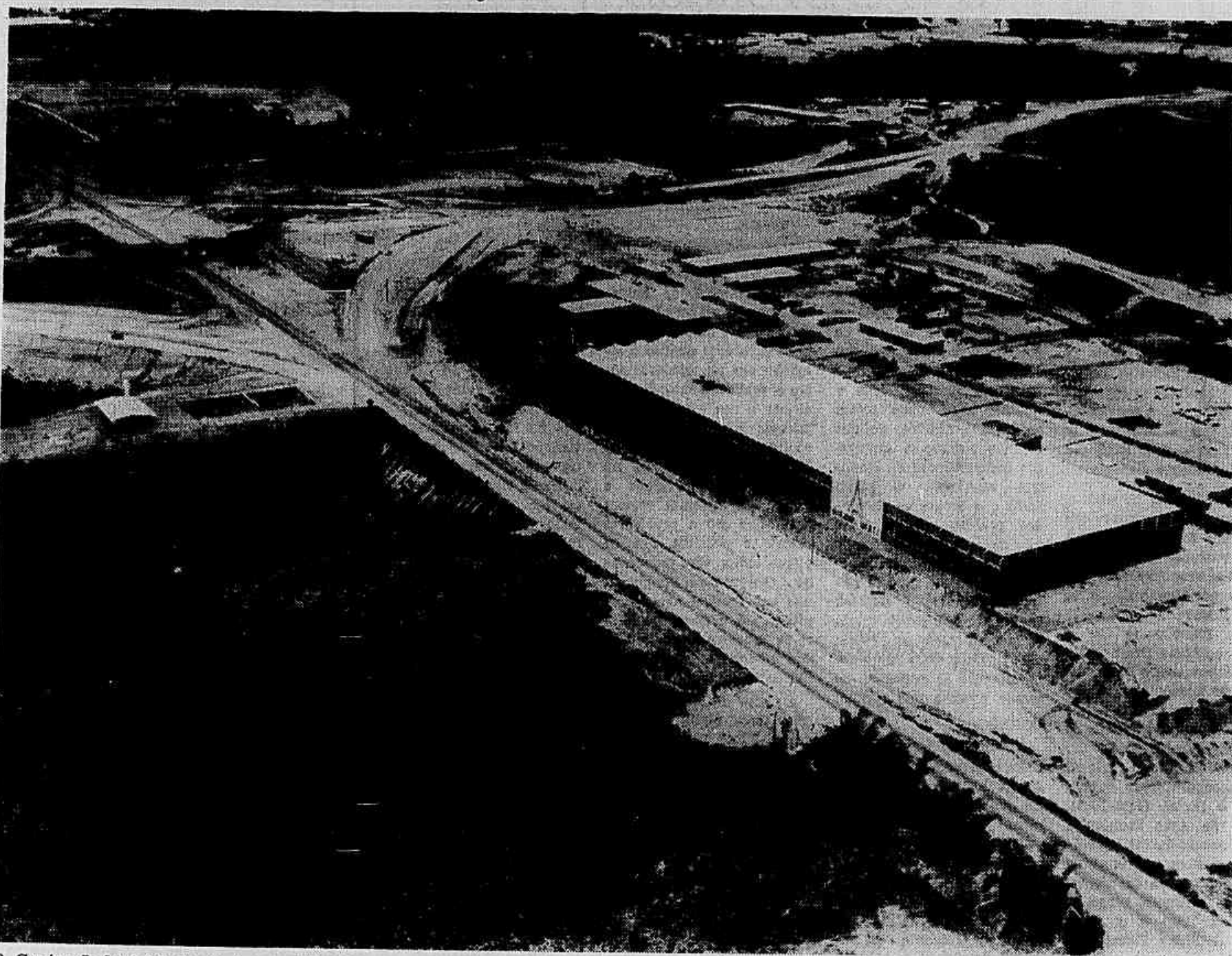
Existe, cumpre notar, uma grande defasagem entre o tratamento academicista destituído de ação dado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico e o Plano Estratégico de Desenvolvimento que traça linhas de conduta visando alcançar uma modificação progressiva nos desníveis regionais.

Embora o ótimo esteja excessivamente distante, o possível vem sendo paulatinamente alcançado.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA REGIONAL

NORTE
NORDESTE
CENTRO-OESTE
SUDESTE
SUL
1950
1960
1970 (estimativa)

APEC - M. Duarte

GRANDE BAHIA REPRESENTA O SALTO PARA DENTRO DA INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

O Centro Industrial de Aratu constitui hoje um poderoso exemplo do esfôrço regional com vistas ao desenvolvimento industrial: dentro de um ano as emprêsas que nêle se instalam já assegurarão aos baianos cêrca de 21 mil empregos diretos

Em recente pronunciamento feito na cidade de Feira de Santana, o Governador Luís Viana Filho definiu a *Grande Bahia* como sendo uma filosofia de Govêrno voltada para a integração sócio-econômica das diversas regiões do Estado — um Govêrno, como assinalou, dirigido da capital para o interior.

Com efeito, as iniciativas mais notáveis da atual administração baiana revelam essa preocupação, desde o plano rodoviário que vem sendo orientado no sentido da conquista de vastas regiões do Estado há anos isoladas da capital, até os programas educacionais, de saneamento básico e de industrialização.

O Govêrno baiano tem como meta construir até 1971 cêrca de 3 mil quilômetros de estradas de rodagem e tanto os grandes estirões rodoviários, como a BR-242 (Salvador—Brasília), como as estradas vicinais, foram projetadas com o objetivo de promover a integração de regiões, quase tôdas de grande potencialidade econômica, mas até aqui vivendo em grande atraso em relação ao extraordinário progresso que se verifica naquelas áreas mais próximas da capital baiana.

Os programas rodoviários nessas regiões não são peças isoladas, mas componentes de uma filosofia administrativa que tem como escopo o planejamento adequado. Assim é que, paralelamente à construção das estradas o Govêrno baiano cuida de levar para as regiões que estão sendo conquistadas, o telefone, a assistência médico-hospitalar, a educação, o saneamento, a irrigação e a industrialização.

Um exemplo: a BR-242 está-se dirigindo para Barreiras, uma região no além São Francisco, até então mais ligada aos Estados limítrofes, como Goiás, do que com a própria Bahia. Quando ali chegar a grande estrada já se terá em pleno funcionamento o aeroporto, as escolas, os serviços médicos, a água tratada e o telefone se ligando com mais cem cidades baianas, inclusive a capital, e com o país.

Da mesma forma, através de seus órgãos de planejamento, o Govêrno da Bahia executa um grande programa de desenvolvimento de suas microrregiões, em que se considera desde a planificação econômica até o planejamento urbanístico. Iniciativa de tão grande alcance que vem tendo decisivo apoio do SERFAU, órgão de planejamento de desenvolvimento regional do Ministério do Interior.

INDUSTRIALIZAÇÃO NO INTERIOR

O Grande Salto para Dentro é realmente o que parece acontecer na Bahia. Pela primeira vez se verifica neste Estado um esfôrço sério e planejado, de fazer chegar às mais longínquas regiões dos benefícios da nova civilização, do progresso e do bem-estar dos dias de hoje.

Com o surgimento do Centro Industrial de Aratu (CIA), a Bahia deu um grande pulo no campo da industrialização. Mas o Sr. Luís Viana verificou desde cedo que seria perigoso para o desenvolvimento global do Estado concentrar-se o Govêrno exclusivamente no nascente parque industrial da baía de Aratu.

Ao analisar, há um ano, as repercussões do CIA, o Sr. Luís Viana disse que "não estamos ancorados em Aratu", como a significar que a sua administração, ao mesmo tempo que dava tratamento prioritário ao CIA, estava devidamente segura de que isso só não bastava.

Primeiro, era necessário evitar que a existência de um único pólo de desenvolvimento industrial, às portas de Salvador, acabasse por estimular um êxodo populacional do interior para a capital, tendo como consequência primeira uma tremenda pressão social sôbre esta.

Criou, então, através da Secretaria de Indústria e Comércio, o Programa de Fomento à Indústria no Interior — Prointer — cujos objetivos básicos seriam:

a) — impulsionar o desenvolvimento equilibrado em todo o território baiano, principalmente através dos *pólos de desenvolvimento* já identificados;

b) — fixar o homem no interior, criando-lhe novas oportunidades de emprêgo, reduzindo, assim, o êxodo desenfreado e propiciando a Salvador e ao Centro Industrial de Aratu, um desafôgo das pressões sociais decorrentes de uma concentração demográfica em tôrno dessas áreas;

c) — dar maior e melhor aproveitamento à infra-estrutura física e social do *hinger land* baiano e proporcionar aproveitamento mais adequado das matérias-primas locais aumentando, dessa forma, a circulação da riqueza.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

O Prointer tem como objetivos específicos, dentre outros, os seguintes:

1) — prestar assistência técnica a emprêsas já existentes na obtenção de financiamentos para ajustar adequadamente sua estrutura de capital;

2) — completar esta assistência orientando as emprêsas no diagnóstico e solução de seus problemas administrativos e tecnológicos;

3) — orientar os empresários na escolha de novos empreendimentos, inclusive elaborando projetos de implantação e assistindo na sua concretização.

OS PRIMEIROS RESULTADOS

O programa, iniciado em 1967, já oferece excelentes resultados. No primeiro ano, de recursos públicos, isto é, de recursos da Secretaria de Indústria e Comércio, foram aplicados NCr$ 35 277,00 na assistência às pequenas e médias indústrias interioranas. Já em 1968 essa aplicação se elevou para NCr$ 348 312,00, estando programado para 1969 o investimento de NCr$ 1 098 918,00.

Os técnicos do Prointer visitaram no ano passado 57 municípios em tôdas as regiões do Estado, tendo sido visitadas, para efeito de levantamento de sua situação, 367 emprêsas.

Para essas emprêsas foram elaborados no ano passado 50 projetos, dos quais, 20 já aprovados e liberados para efeito de recebimento de financiamento do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia — Bandeb.

Os projetos em estudo bem como aquêles já liberados, vão reclamar investimentos de NCr$ 5 782 612,00, oferecendo como conseqüência talvez principal, a ser experimentada ainda em 1969, a criação de 524 novos empregos diretos nessas pequenas fábricas. O Prointer tem atualmente 15 meses de existência e já se constitui numa importante peça do programa de desenvolvimento integrado do Govêrno baiano, fazendo florescer em diversas regiões do Estado novas perspectivas de progresso e de desenvolvimento econômico.

Isso, aliás, é fácil de verificar pelo volume de aplicações que o Banco de Desenvolvimento do Estado fêz em 1968: NCr$ 8 511 519,00, dos quais NCr$ 5 007 579,00, de recursos próprios, no financiamento à pequena e médias indústrias. Para 1969 as aplicações do Bandeb, no fomento à emprêsa industrial do interior é de NCr$ 23 100 000,00.

OS NÚMEROS DO CIA

Como principal pólo de desenvolvimento industrial da Bahia, o Centro Industrial de Aratu alcançou pleno desenvolvimento em 1968. Já se elevam a 100 as indústrias que fizeram opção por aquela área da Bahia. Dessas, 18 estão em fase final de obras para serem inauguradas e entrarem em funcionamento dentro dêste semestre.

Essas 100 emprêsas vão realizar investimentos da ordem de 1 bilhão e 350 milhões de cruzeiros novos.

Com isso já se pode dizer que o CIA assegura aos baianos, dentro de um ano, 21 mil empregos diretos. Se, porém, somarmos a êsses investimentos na área específica do CIA os que estão sendo realizados em implantação de indústrias em outras áreas do Estado, temos que NCr$ 2 bilhões estão no momento sendo revestidos em industrialização na Bahia.

TRANSPORTES

O programa rodoviário é outra peça importante do programa de desenvolvimento integrado da Bahia. A BR-242, estrada que ligará Salvador a Brasília, é a principal rodovia que a administração baiana está construindo. Com apenas um ano de trabalho já foram concluídos os primeiros 220 quilômetros dessa estrada que, sòmente no território baiano, terá 468 quilômetros. O Govêrno da Bahia, que, recentemente, apoiado pelo Govêrno federal, contratou financiamento externo para essa estrada, já aplicou, até novembro do ano passado, na sua construção, NCr$ 22 903 703,73. Ao todo, a Bahia está construindo 3 mil quilômetros de novas estradas, tôdas elas dirigidas para regiões econômicamente importantes e, até aqui, carentes de ligações rodoviárias.

Com êsse sentido de integração de regiões, o programa de estradas vicinais merece destaque. Projeta-se a construção de 1 000 quilômetros de estradas vicinais, servindo a regiões decisivas para o Estado do ponto-de-vista econômico.

Destaca-se, entre os projetos, o da região conhecida como Noroeste e Sudoeste do Recôncavo, para cuja execução o Govêrno baiano vem obtendo a ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que estuda, no momento, um financiamento da ordem de NCr$ 8 milhões.

Essas estradas, ligando os grandes troncos às sedes municipais e de distritos, permitirão uma circulação melhor da riqueza dessas regiões, sobretudo de sua produção agrícola.

Conjugando os transportes, integra-se com o sistema de vicinais do Recôncavo o *ferryboat*, ligando Salvador à ilha de Itaparica e, daí, com todo o sistema rodoviário tributário da BR-101 e, até mesmo, da Rio—Bahia.

Tôda essa região, bem assim a que está sendo beneficiada com a construção da BR-242 (cêrca de 50 municípios que serão cortados por esta estrada e que até aqui viviam completamente isolados do resto do Estado), está incluída no projeto de telecomunicações, investimento de NCr$ 220 milhões. Serão 100 municípios localizados nas mais diferentes regiões da Bahia, interligados entre si e com a cidade de Salvador, por telefones automáticos, funcionando no sistema de microondas, com ligação direta pelo processo de discagem direta.

As principais frentes de trabalho do programa rodoviário do Estado são:

— BR-242, ligando Argoim—Itaberaba—Ibotirama com extensão de 468km;

— BR-324, ligando Capim Grosso a Jacobina, com extensão de 60km;

— BR-330, ligando Ipiau—Ubatã—Ubaiataba, com 54km de extensão;

— BR-418, ligando Caravelas—Helvécia—Ibiranhém, na extensão de 126km;

— BA-665, ligando Almadina a Ibitupã;

— BA-252, ligando Livramento a Paramirim;

— BA-280, ligando Tabela a Guaratinga, na extensão de 28km;

— BA-270, ligando Itarantin a Potiraguá, na extensão de 27km;

— BA-420, ligando Ubaira a Santa Inês.

Cuida, também, a administração baiana, dentro dêsse mesmo espírito de integração econômica do Estado, da construção e recuperação de aeroportos, pois o transporte aéreo é importante para a Bahia, dadas as grandes distâncias que existem no Estado. Até agora foram concluídos 31 aeroportos, que representaram investimento de NCr$ 4 121 625,00.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tem cabido à Fundação de Planejamento Econômico planejar o desenvolvimento regional da Bahia. Para isso foram criados diversos organismos.

O primeiro dêles é o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (Conder), a quem cabe promover e coordenar o esfôrço dos setores públicos e privados para desenvolver o parque petroquímico na Bahia, indicando as previsibilidades técnicas, econômicas e financeiras dos possíveis empreendimentos, apresentando as dimensões mais econômicas para as diferentes unidades, procurando dinamizar as decisões de inversão e o processo de complementação interindustrial.

Os estudos sôbre a petroquímica já estão em fase de conclusão depois de concluída a primeira etapa do projeto, que foi a de pesquisa das condições globais do setôr, como matéria-prima, mercado e condições locacionais.

O Conder dedica-se, ainda, aos estudos para identificação da área metropolitana de Salvador.

O outro programa de desenvolvimento regional está a cargo do Prodinor, que se encarrega de estudar o desenvolvimento econômico de 38 municípios localizados no litoral norte da Bahia e nas regiões do sertão do São Francisco.

Depois de estudos de ordem técnica, junto ao SERFAU — órgão do Ministério do Interior incumbido de financiar planos de desenvolvimento, determinada a viabilidade de uma ajuda substancial ao Estado, firmou o Govêrno baiano um convênio com aquêle Ministério, de colaboração recíproca. A Comissão de Planejamento Econômico, CPE, já fêz os estudos preliminares de desenvolvimento das microregiões do Estado, devendo ao longo de 1969 entrarem em fase concreta de execução dos projetos elaborados em acôrdo com o Ministério do Interior.

EDUCAÇÃO

Em 173 municípios o Govêrno baiano construiu nos dois últimos anos 1 436 salas de aula, elevando de mais de 115 mil o número de novas matrículas no ensino médio do Estado. A média de construção de salas de aula no ensino primário foi, nos dois últimos anos de *duas por dia*.

Quanto ao ensino secundário, o aumento de matrículas foi da ordem de 56% em relação ao número de jovens que frequentam os ginásios gratuitos do Estado. Isso significa que foram abertas aos jovens 24 653 novas matrículas.

SANEAMENTO

Outro programa da administração baiana dedicado exclusivamente ao interior é o de saneamento básico. Atualmente a Superintendência de Engenharia Sanitária — SESEB, trabalha em 28 frentes, atendendo a 30 municípios, número bastante expressivo se levarmos em conta que até 1966 sòmente 15 municípios do interior gozavam dos benefícios da água tratada.

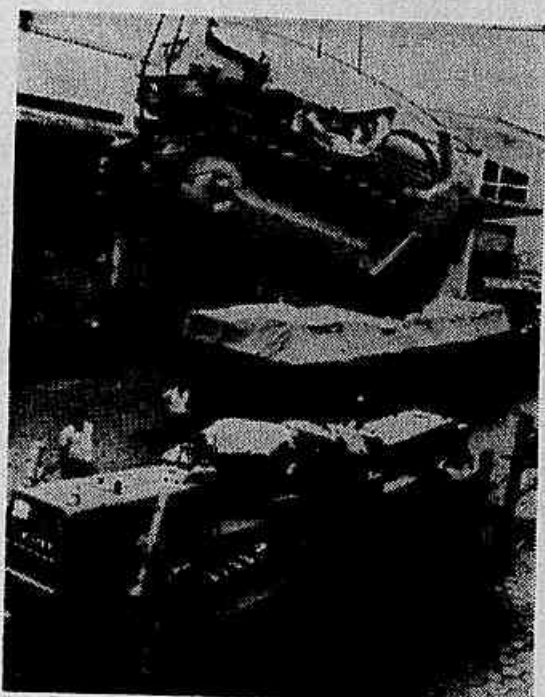
Com a colaboração do Fisane, o Govêrno estadual está no momento executando cinco importantes projetos de abastecimento de água em Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Serrinha e Senhor do Bonfim, onde se aplica cêrca de NCr$ 38 milhões.

AGRICULTURA

Merece, por fim, ser destacado, o programa de desenvolvimento agrícola do Estado, onde se localizam iniciativas pioneiras como a do Crédito Rural Orientado, um sistema apoiado no Banco do Estado da Bahia em colaboração com a Secretaria de Agricultura.

No ano passado foi criado o Instituto Baiano de Crédito Rural Orientado, que programou para êste ano atender a 3 mil lavradores, numa área de 28 mil hectares, prevendo a aplicação, em empréstimos, de NCr$ 7 milhões.

Com poucos meses de aplicação, em 1968, o programa de crédito orientado logrou atender a 700 agricultores, numa área de 6 600 hectares. Foram emprestados NCr$ 1 200 000,00.

O PROGRESSO ANDA EM ESTRADAS MODERNAS

A mecanização da lavoura é tarefa a que o Govêrno Israel Pinheiro se entrega com determinação. Tratores importados são revendidos aos agricultores mineiros, em planos de financiamento ao alcance de todos

Estradas modernas cortam os quatro pontos do território mineiro. É parte da infra-estrutura necessária ao progresso, preocupação do Govêrno Israel Pinheiro

Uma das obras básicas para o desenvolvimento do turismo em Minas é a nova Estação Rodoviária de Belo Horizonte, que deverá estar concluída no primeiro semestre de 1970. Seis mil ônibus e 144 passageiros, em cada 18 horas ú t e i s de trabalho, terão trânsito assegurado na nova estação, uma das mais modernas da América do Sul

Os adubos produzidos em fábricas de Belo Horizonte, Varginha, Araxá, Uberlândia e P o ç o s de Caldas são revendidos a preços acessíveis aos agricultores mineiros

Dar infra-estrutura ao Estado de Minas Gerais é a preocupação permanente do atual Govêrno, chefiado pelo Sr. Israel Pinheiro.

Com a reforma administrativa, tornada possível com o Centro de Processamento de Dados e o Escritório Técnico de Racionalização Administrativa, a t r a v é s de computadores eletrônicos, a atual administração estadual está cortando 522 mil quilômetros quadrados de território com estradas modernas e funcionais.

Uma das metas importantes atingidas pelo Govêrno Israel Pinheiro, nos últimos três anos, foi implantar uma boa rêde de estradas pavimentadas, estimuladoras do progresso e do turismo. Após a conclusão do Circuito das Águas, do Circuito Histórico e do Circuito do Ouro, ficou pronto o chamado Circuito das Grutas e, agora, Maquiné e Lapinha estão ligadas por asfalto, não só a Belo Horizonte, como às principais capitais do país.

No mês passado, o DER concluiu o asfaltamento da estrada que liga Lagoa Santa à gruta de Lapinha, que também ganhará nova iluminação interna, jardins externos e restaurante para os turistas.

Em Maquiné, está sendo construído um moderno restaurante, para maior confôrto dos 100 mil turistas que a visitam, anualmente, enquanto a Hidrominas estuda a implantação de um sistema de informação sonora, no interior da gruta, em substituição ao atual sistema de guias.

Ainda no setor rodoviário, para colaborar com o turismo no Estado de Minas, o DER asfaltou em 1968 a rodovia até Caeté, o trecho de seis quilômetros que vai ao alto da serra da Piedade e, há alguns dias, concluiu o asfaltamento da estrada Araxá—Franca, numa extensão de 60 quilômetros. É uma rodovia que vai facilitar a viagem de milhares de turistas do Sul do país até o Grande Hotel do Barreiro, em Araxá.

Outra estrada de grande importância, tanto no aspecto econômico como turístico, é a MG/7, que liga Belo Horizonte à represa de Furnas e a Passos, indo até a fronteira com o Estado de São Paulo, com 437 quilômetros de extensão. A pavimentação da MG/7 irá possibilitar o aparecimento de um grande fluxo turístico à região de Furnas, pois a represa se equipara em extensão e beleza aos grandes lagos da Europa. Seu volume de água é sete vêzes maior que a baía da Guanabara, revelando-se um local ideal para veraneio e competições de caça e pesca.

Daí o interêsse demonstrado pelo Governador Israel Pinheiro em integrar a região ao plano turístico estadual.

No momento, o DER vem executando 26 frentes de pavimentação e 42 frentes de implantação de rodovias, no interior do Estado, e para cumprir seu programa de obras, em 1969, conta com um orçamento superior a NCr$ 170 milhões, dos quais cêrca de NCr$ 120 milhões serão aplicados na pavimentação e construção de estradas-tronco e estradas para a agricultura.

Em regime de delegação de recursos, por parte do Govêrno federal, através do DNER, o DER/MG vem executando 8 frentes de pavimentação e dez frentes de implantação. Os recursos federais que aplicou, no ano passado, chegaram a NCr$ 20 milhões, estando prevista, em 1969, a aplicação de verbas em obras delegadas, no montante de NCr$ 30 milhões.

Deve-se ressaltar ainda a assinatura do convênio para a delegação dos podêres ao DER, em 1968, para a execução do trecho da BR/391 (MG-4), entre Ipatinga e Governador Valadares, através de financiamento ao Govêrno federal pelo Banco Mundial.

Também em 1968 foi assinado convênio com as Centrais Elétricas de Furnas, a fim de ser executado pelo DER a pavimentação do trecho rodoviário interligando Varginha—Elói Mendes—Alfenas—Monte Belo, correndo as despesas por conta de Furnas.

Dentro do programa de atendimento às áreas de erradicação de café, com estabelecimento de uma infra-estrutura de suporte para o desenvolvimento regional, o DER assinou vários convênios com o Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, agente financeiro do Gerca — Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.

Outro setor para o qual o DER contribuiu bastante, em 1968, foi o do turismo, pois concluiu a pavimentação das estradas A r a x á—Franca, Caeté—Serra da Piedade e Lagoa Santa—gruta de Lapinha. Estas estradas, somadas à rêde existente e à pavimentação, ainda no ano passado, do trecho Curvelo—Diamantina, dá ao Estado uma boa rêde de rodovias pavimentadas e estimuladoras do turismo.

NOVA RODOVIÁRIA

Uma obra básica para o desenvolvimento do turismo é a nova Estação Rodoviária de Belo Horizonte, cuja construção ganhou grande impulso no ano passado, estando assegurada a sua conclusão para o primeiro semestre de 1970. Mas, muito antes disso, os mineiros vão começar a utilizá-la, pois ainda neste primeiro semestre, o DER concluirá as obras das estações de embarque e desembarque, permitindo a chegada e saída simultânea de mais de 50 ônibus, em cada 15 minutos.

A nova Rodoviária, que vai assegurar o trânsito de seis mil ônibus e de 144 mil passageiros, em cada 18 horas úteis de trabalho, vai também mudar o aspecto da área da Lagoinha. Por causa do movimento de veículos que surgirá, com seu funcionamento, já começaram a ser construídos dois viadutos, para solucionar o programa do aumento de tráfego no local. Os viadutos estarão prontos dentro de um ano.

A Secretaria da Viação e Obras Públicas participa da execução de obras de infra-estrutura, com realizações em todo o Estado, e no cumprimento do programa estabelecido, para o ano passado, concluiu 78 obras, no valor total de NCr$ 3 milhões: foram 39 pontes, oito prédios escolares, sete centros de saúde, um aeroporto, estradas e quatro outras obras diversas, entregues ao povo, ao mesmo tempo em que eram programados grandes investimentos a serem aplicados ainda no Govêrno Israel Pinheiro.

Enquanto isso, estão em andamento e com conclusão prevista para dentro de alguns meses mais 265 obras públicas, sem contar outras 53 iniciadas em ritmo acelerado, em 1968. Cinqüenta e nove pontes, 56 estradas e 24 prédios escolares estão entre as obras mantidas em andamento normal. Também estão atuando no setor rodoviário, com máquinas trabalhando durante cinco mil horas, no ano passado, implantando e conservando quatro mil quilômetros de estradas em 40 municípios.

COMAG CRESCE MAIS

O Plano Trienal de obras da Companhia Mineira de Águas e Esgotos, Comag, em convênio com o Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco Nacional da Habitação, prevê a construção de sistemas de abastecimento de água e rêdes de esgotos em 61 cidades do interior de Minas, com a aplicação de NCr$ 110 milhões, depois de haver aumentado em 220 por cento sua receita própria, que agora é de NCr$ 607 mil.

O número de cidades operadas pela Comag aumentou de seis para oito, passando a beneficiar uma população de 65 mil habitantes, com um volume total distribuído de 3 200 000 metros cúbicos de água tratada. Já se encontram em fase adiantada os estudos para financiamento a cêrca de dez cidades do Estado, cujos contratos de financiamento serão assinados nos próximos dias, aumentando ainda mais sua área de atuação.

A Comag já mantém serviços de abastecimento de água e rêde de esgotos em Pedro Leopoldo, Jequitinhonha, Santo Antônio do Monte, Guaxupé, Além Paraíba, Resplendor, Estrêla do Indaiá e Peçanha, beneficiando uma população de 65 mil habitantes. O sistema de Resplendor foi colocado em operação no ano passado, sendo ainda assinados convênios para a prestação de assistência técnica, pelo prazo de trinta anos, às cidades de Monte Belo, Betim e Contagem, visando à operação de seus atuais sistemas de abastecimento de água.

CAMIG AUMENTA PRODUÇÃO

A mecanização agrícola, que inclui atividades de desmatamento, destaca, enleiramento, aração e gradagem e a produção de adubos para a agricultura, para determinar a correção da terra e o conseqüente aumento da produtividade, são duas das atividades que a Companhia Agrícola de Minas Gerais, a Camig, executa em todo o Estado, dentro de um programa de modernização e incentivo da agricultura em Minas.

Os adubos produzidos em fábricas de Belo Horizonte, Matosinhos, Varginha, Araxá e Uberlândia são revendidos aos agricultores a preços accessíveis, embora sejam produtos de tipo especial. Além disso a Camig fornece também máquinas e ferramentas agrícolas e, no ano passado, suas patrulhas mecanizadas construíram 826 quilômetros de estradas vicinais, melhorando as comunicações entre as cidades do interior.

Na produção industrial, as fábricas de Belo Horizonte, Matosinhos e Varginha produziram e distribuíram 9 276 toneladas de adubos formulados, 3 391 toneladas de rações, 3 628 toneladas de calcário e 278 toneladas de sal mineralizado, tudo no valor total de NCr$ 5 milhões.

Com excelentes resultados, por causa do reaparelhamento de suas instalações e da ajuda do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário, a fábrica de Araxá produziu no ano passado ... 22 881 toneladas de fosfato moído e 15 007 toneladas de fosfato britado, o que representa um aumento de cem por cento em relação ao ano anterior.

A CASEMG

O depósito e financiamento de mercadorias, para permitir aos agricultores o aumento de sua produção, através do sistema de vantagens, funcionando ainda como órgão integrado no sistema de manutenção da estabilidade de abastecimento no Estado, são as principais atribuições da Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais, a Casemg, que mantém uma rêde de 52 armazéns e silos e se prepara para construir dez outros.

A rêde armazenadora da emprêsa recebeu 2 752 mil volumes no ano passado a warrantagem o valor global de NCr$ 7,5 milhões, enquanto colaborou com os agricultores também no expurgo de 959 327 volumes de gêneros de primeira necessidade e no beneficiamento de outros 65 327. Atualmente, estuda a possibilidade de financiar também fretes, carretos e impostos, para dinamizar ainda mais sua ação no setor do abastecimento.

No seu empenho de dinamizar o fluxo de mercadorias indispensáveis ao abastecimento dos grandes centros consumidores, a Casemg assinou com a Estrada de Ferro Central do Brasil, como já havia feito antes com a Viação Férrea Centro-Oeste, um convênio operacional que faculta o financiamento das despesas de fretes originados da transferência de mercadorias dos centros de produção para os centros de consumo. Além de dar maior flexibilidade ao abastecimento de gêneros alimentícios, o c o n v ê n i o abriu aos produtores rurais a oportunidade de comercializar diretamente nos centros de consumo, a preços atualizados.

Para se integrar no sistema nacional de armazenamento, a emprêsa mantém entendimentos de alto nível com a Sunab, Comissão de Financiamento da Produção, Cibrazam e Cobral, definindo diretrizes e providências para a assinatura de convênios e acôrdos operacionais que possibilitem permanente utilização de sua rêde de armazéns, não apenas no processo de guarda e preservação da safra, mas também na execução da política de abastecimento, em Minas e outros Estados.

As bases operacionais e tarifárias do armazenamento de café foram reajustadas, em nôvo convênio com o Instituto Brasileiro do Café, o que permite melhor aproveitamento da rêde da Casemg.

PESQUISAS DO INDI

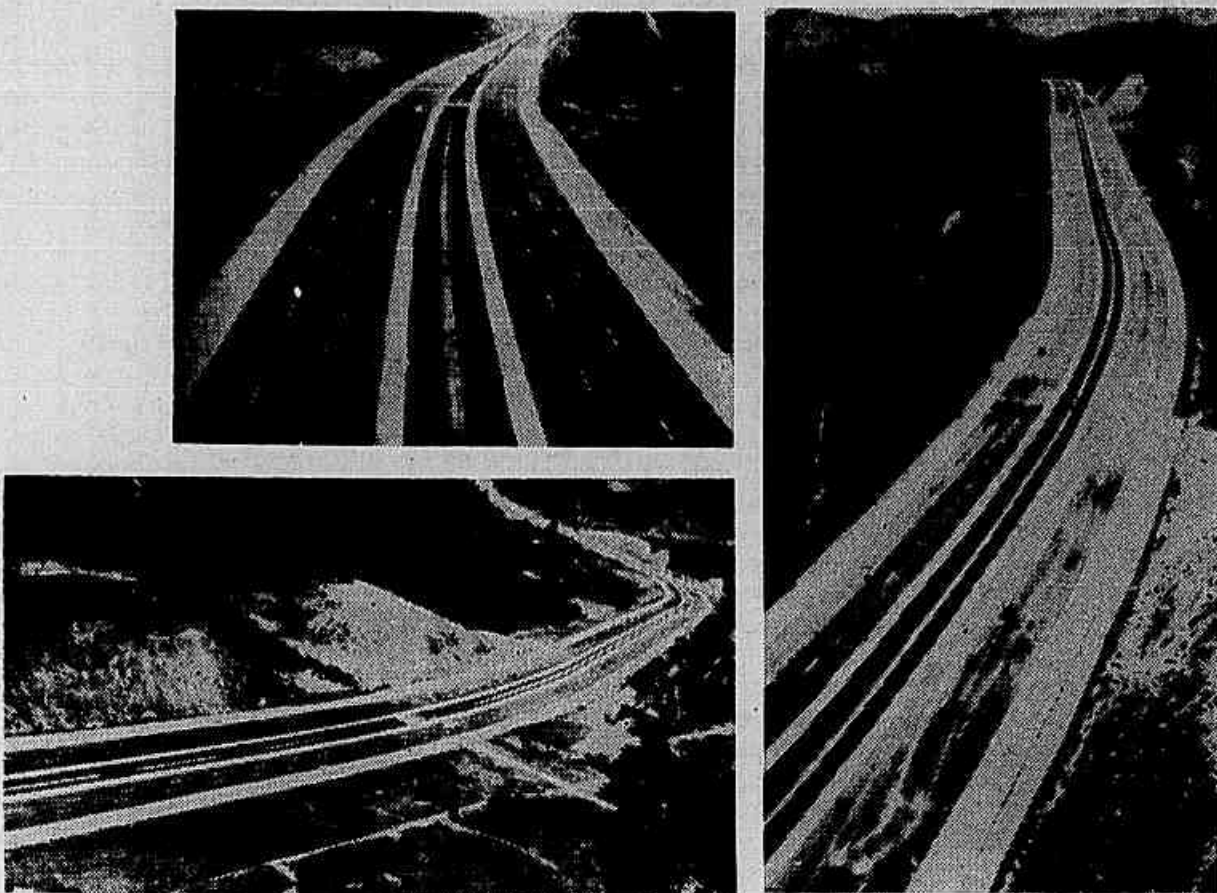
Com a criação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais — Indi, no ano passado, o Govêrno Israel Pinheiro vai obter, através da análise da indústria existente e da política governamental, o levantamento dos mercados nacional e externo e da potencialidade da indústria brasileira, além de divulgar informações básicas para investidores nacionais e estrangeiros que se interessem pela implantação de novas indústrias em Minas.

O Indi reúne o Conselho Estadual do Desenvolvimento, o Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais e a Cemig. Suas pesquisas e estudos setoriais da economia estadual, para levantamento das oportunidades industriais, serão desenvolvidas em quatro fases: análise da economia mineira, estudos das oportunidades industriais e promoção industrial, com trabalho junto a investidores potenciais, seja no país, seja no exterior. As três primeiras etapas definem a fase de estudos, e a última, a fase de ação.

O estabelecimento de condições necessárias ao desenvolvimento do vale do Jequitinhonha, uma das regiões-problema do Estado, é a preocupação fundamental da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha — a Codevale — que ano passado aplicou NCr$ 405 mil em obras de infra-estrutura em tôda a área, de acôrdo com um programa de prioridades, a fim de aproveitar os recursos naturais e realizar a valorização do homem.

Da organização de sindicatos de trabalhadores e patronais até a assistência permanente à agricultura, pecuária, saúde, e educação, a Codevale procura dar ao vale do Jequitinhonha uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento regional integrado, assinando também vários convênios que permitem a atuação de outros órgãos na região, num esfôrço conjugado, para que o conformismo do passado dê lugar às possibilidades futuras.

Para executar seu amplo programa de atuação no vale do Jequitinhonha, a Codevale divide seu trabalho em etapas: A primeira etapa é a realização de levantamentos sócio-econômicos, já completados em 32 cidades, o que corresponde a 60 por cento dos municípios incluídos na área de atuação. Os levantamentos de Diamantina, Itamarandiba, Almenara, Sêrro, Pedra Azul, Jequitinhonha, Carbonita, Berilo, Couto de Magalhães de Minas, e Datas já foram publicados, e os outros estão em fase final de elaboração.

A partir dos levantamentos sócio-econômicos, a Codevale elabora diagnósticos, nos quais são estabelecidas as obras prioritárias, com execução prevista em seu programa de ação, para possibilitar o aproveitamento integral dos recursos naturais de cada uma das sub-regiões. São então assinados convênios com outros órgãos da administração estadual e federal, o que permite a soma de esforços de diversos podêres, todos responsáveis pela missão de promover o bem-estar e o progresso na região.

RODOVIA CASTELO BRANCO LEVA PROGRESSO AO OESTE

São Paulo (Sucursal) — A Rodovia Castelo Branco nos seus 170 quilômetros iniciais — entre São Paulo e Tôrre de Pedra — proporcionou uma queda média de 30% na circulação de veículos nas demais estradas do Estado e o Governador Abreu Sodré pretende entregar ao tráfego até início do próximo ano mais 60 quilômetros para levá-la até Avaré para o que já foram destinados mais de NCr$ 130 milhões.

Considerada a mais moderna estrada do Brasil e um dos mais aperfeiçoados pisos do mundo, a Rodovia Castelo Branco, antiga Rodovia do Oeste, quando concluída, terá duas pistas até Presidente Epitácio, a 570 quilômetros da capital. O projeto prevê o seu prolongamento, através de Mato Grosso, até o Paraguai. No trecho em tráfego existem três faixas de rolamento em cada pista e a velocidade máxima é de 120 quilômetros.

PRIMEIROS INVESTIMENTOS

Pouco antes de 1953 as principais rodovias interioranas de São Paulo, como Rapôso Tavares, Anhanguera e Marechal Rondon começaram a dar sinais de saturamento e instabilidade de tráfego. Uma solução definitiva sempre era adiada porque as verbas disponíveis pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) eram insuficientes para iniciar a construção de uma obra vultosa e manter em condições de tráfego tôdas as demais estradas do Estado.

O primeiro projeto da Rodovia Castelo Branco é de 1961. Foi elaborado pela Divisão de Obras do DER, que se baseou no levantamento aerofotogramétrico existente na ocasião. Dêsse projeto pouca coisa foi mantida, pois foram introduzidas modificações periódicas para atender aos requisitos exigidos pelas conclusões dos estudos de engenharia de tráfego.

Em novembro de 1963 foram iniciados os primeiros serviços de desmatamento. Naquele ano foram empregados os primeiros NCr$ 52 milhões. Os serviços prosseguiram em 1964, quando consumiram mais NCr$ 44 milhões. Nos anos seguintes os investimentos foram de NCr$ 62 milhões e em 1966 mais NCr$ 64 milhões.

Nesses dois últimos anos surgiram algumas alterações políticas na administração estadual e, por isso, as obras sofreram as naturais consequências, sendo paralisadas em alguns trechos ou se desenvolvendo de modo muito lento.

SOLUÇÃO SALVADORA

Em janeiro de 1967, logo após sua posse no cargo de Governador do Estado, o Sr. Abreu Sodré se interessou pelos planos da Rodovia do Oeste e determinou ao Secretário de Transportes, Firmino Rocha de Freitas, que estudasse os problemas relacionados com a estrada e apresentasse uma solução definitiva.

O Govêrno do Estado encontrava-se numa situação complicada. Primeiro o desejo de levar avante o plano de construção da Rodovia Castelo Branco, mas o Estado estava sobrecarregado por compromissos assumidos por administrações anteriores. Em consequência, via-se em dificuldade para atender aos encargos contratuais com os empreiteiros que construíam a estrada.

Depois de completo levantamento o Secretário de Transportes, encaminhou no prazo de dois meses ao Governador Abreu Sodré uma solução, adotada imediatamente. Os débitos com os empreiteiros foram escalonados e eram saldados rigorosamente. Essa foi a fórmula encontrada para superar as dificuldades. O ritmo desejado foi retomado imediatamente.

ALTO INVESTIMENTO

O cérebro eletrônico mais uma vez ajudou no desenvolvimento de um programa vultoso. Com sua utilização os técnicos, engenheiros e economistas visualizaram um todo, reunindo interêsses das zonas geo-econômicas, integrando áreas e sistemas de transporte.

Tudo foi feito tendo em vista um escoamento rápido e seguro, sempre em benefício das regiões de mais densidade de tráfego, onde é maior o índice de desenvolvimento. O paisagismo foi aplicado não só para agradar a vista, como também completar a segurança de tráfego e humanizar a estrada.

No primeiro ano do Govêrno Sodré foram aplicados NCr$ 94 milhões e, no decorrer dêste ano mais NCr$ 84 milhões. Assim só o Govêrno Abreu Sodré investiu em dois anos na nova rodovia mais de NCr$ 170 milhões.

Para o prosseguimento da estrada de Tôrre de Pedra até Avaré, já foram destinados mais de NCr$ 139 milhões. O trecho de 60 quilômetros de extensão foi dividido em três contratos. Os trabalhos já foram iniciados e o trecho deverá ser entregue ao tráfego em princípios do próximo ano.

PARAGUAI MAIS PERTO

As perspectivas de desenvolvimento da região servida pela Rodovia Castelo Branco são bastante promissoras. Calcula-se que mais de 100 municípios receberão influência direta da estrada, e pequenas localidades, como a modesta vila de Tôrre de Pedra, já começaram a ganhar importância, com uma incipiente indústria turística.

As fontes hidrominerais existentes nas proximidades da rodovia estão se transformando em atração turística. Os clubes de campo começam a aparecer nas imediações da estrada e os terrenos ficaram mais valorizados, porque agora é muito mais fácil escoar a produção.

O plano futuro é estender o traçado da Rodovia Castelo Branco até o Paraguai, por intermédio da rodovia federal BR-267. No trecho paulista — São Paulo a Presidente Epitácio — a estrada será bloqueada ao trânsito local, os acessos feitos por meio de trevos, alguns de características ultramodernas.

NOVOS CAMINHOS

A Rodovia Castelo Branco parte da Lapa — bairro da capital — de um local próximo à confluência dos rios Tietê e Pinheiros. O acesso será feito por um monumental conjunto de pontes e viadutos, em fase de construção final.

Ao tomar a estrada a primeira impressão deixa a desejar, porque ainda existem as obras de conclusão da segunda pista e o acesso ainda não está concluído. Em consequência, trafega-se um trecho em pista de mão dupla.

Atualmente, pela Rodovia Presidente Castelo Branco pode-se alcançar Barueri, São Roque, Sorocaba, Boituva, Tatuí e Tôrre de Pedra, num total de 171 quilômetros. Conforme desejo do Governador Abreu Sodré, as obras para levá-la até Avaré prosseguem em ritmo acelerado. Avaré fica à sua margem esquerda e São Manuel à direita.

MEDIDAS EXATAS

De São Paulo a Barueri a nova rodovia tem plataforma única de 53 metros, com duas pistas de 10,50m, contendo cada uma três faixas de trânsito de 3,50m. O canteiro central é de 17m de largura.

De Barueri a São Roque a estrada continua com plataforma única de 43 metros, com pistas de 10,50m de largura, em cada sentido, contendo também três faixas de trânsito, enquanto que o canteiro central fica com sete metros.

Entre São Roque e Sorocaba há duas plataformas independentes de 21,50m, com pistas de 10,50m de largura, em cada sentido, e contendo três faixas de tráfego. O canteiro central passa a ter 25m. A largura de cada plataforma é de 18 metros e a pista de rolamento, em cada sentido, é de sete metros, comportando duas faixas de 3,50m.

ARTE ESTÁ PRESENTE

O trecho entre São Paulo e Sorocaba foi estudado detalhadamente pelos técnicos da Secretaria de Transportes e do DER, pois a estrada visaria a desafogar a Via Rapôso Tavares, que dava sinais de instabilidade, com alto índice de acidentes e congestionamentos periódicos.

Para atender sem preocupação, até o ano 2000, o desenvolvimento daquela região, as pistas da rodovia foram construídas para dar vazão a 40 mil veículos por dia. A partir de Sorocaba, a vazão decresce para 24 mil veículos, porque o número de faixas de rolamento que era de três passa a ser duas. Mas, é preciso não esquecer que há espaço em disponibilidade para um possível alargamento. Lá não ocorrerá o que se vê na Rodovia Presidente Dutra: estrada com duas pistas, sem condições de segurança.

Dois fatôres aparentemente contrários como velocidade e segurança foram harmonizados na Rodovia Castelo Branco. Ambos concorrem para a diminuição dos custos e, quando o planejamento é realizado dentro das normas técnicas mais exigentes, deixam de ser antagônicos tornando-se condicionados. Em consequência, pela primeira vez o brasileiro encontrará numa estrada de rodagem placas estipulando a velocidade máxima permitida em 120 quilômetros horários.

Para tanto existem inúmeras obras de arte. Em todo o trecho até Avaré existem 78 viadutos, todos pintados com tinta fosforescente azul, para unir a perfeita visibilidade e o paisagismo. Essas obras representam 47 000 metros de extensão. Para a segurança do tráfego nas noites de nevoeiro, foram instalados 15 mil pedestais com um metro e meio de altura com *ôlho de gato.*

ECONOMIA É A ORDEM

Um quadro comparativo do tempo consumido atualmente no trajeto entre a capital e as cidades servidas agora pela Rodovia Castelo Branco em relação às outras estradas, demonstra o que ela representa em economia de tempo e, em consequência, maior produção.

São Paulo	*Via*	*Tempo*	*Pela "Castelo Branco"*
Barueri	Osasco	45'	7'
Sorocaba	R. Tavares	100'	49'
Tatui	R. Tavares	170'	90'
Itapetininga	R. Tavares	175'	100'
Itu	Mal. Rondon	90'	60'
P. Feliz	Mal. Rondon	115'	85'
Tietê	Mal. Rondon	135'	85'
Laranjal	Mal. Rondon	150'	115'
Conchas	Mal. Rondon	175'	135'
Botucatu	Mal. Rondon	210'	175'
Bauru	Mal. Rondon	343'	290'

Com a Rodovia Pres. Castelo Branco a intensidade de tráfego atual (veículos/dia) nas Rodovias Anhanguera, Rapôso Tavares e Marechal Rondon será alterada profundamente, como se pode verificar no seguinte quadro:

Trecho	*Tráfego Atual*	*Tráfego Futuro*	*Alteração*
São Paulo—Sorocaba	6.332 — dia	2.533 — dia	— 60%
Sorocaba—Itapetininga	4.026 — dia	2.416 — dia	— 40%
São Paulo—Jundiaí	22.219 — dia	19.123 — dia	— 12%
Jundiaí—Itu	4.418 — dia	1.326 — dia	— 70%
Tatuí—Itapetininga	534 — dia	2.771 — dia	501%
Tatuí—Tietê	508 — dia	2.666 — dia	500%
Tietê—Itu	2.914 — dia	1.466 — dia	— 60%

ENTRE COMO VIER

As curvas horizontais da nova rodovia têm raios mínimos de mil metros, que mesmo a alta velocidade impedirão que o carro sofra acentuadamente a influência da fôrça centrífuga, além de permitir ampla visibilidade. As curvas verticais — côncavas e convexas — têm seus raios mínimos de, respectivamente, sete e 10 quilômetros. A rampa máxima corresponde a uma elevação de 4,5 por cento. Portanto, para quem dirige, a segurança é total. Permitirá inclusive maior durabilidade dos pneus e menor consumo de combustível.

Com a experiência obtida nas auto-estradas em uso na Europa e nos Estados Unidos, como a de Nova Jérsei e a de Francforte—Nuremberg, adotou-se na Rodovia Castelo Branco um piso mais aperfeiçoado.

Enquanto a camada superior de revestimento de qualquer dessas rodovias oscila entre três e quatro centímetros, a rodovia do oeste terá uma camada de pré-misturado denso de cinco centímetros, sôbre outra, de misturado aberto, de sete centímetros de espessura. Geólogos realizaram um apurado exame do solo, optando-se para as camadas inferiores pedra britada estabilizada com cimento de 20 centímetros de espessura sôbre mais duas camadas de sustentação. Êsse piso permitiu aumentar a tonelagem máxima por eixo em dez toneladas.

AUTOFINANCIÁVEL

A área atingida pela nova rodovia, em têrmos econômicos, destaca-se pela elevada produção agrícola. Na realidade, a produção comparada com o número de pessoas que trabalham em atividades rurais deveria ser bem superior. As culturas maiores são de algodão, amendoim, feijão, milho, café e açúcar, sendo que algumas representam até 80 por cento do total produzido em todo o Estado.

O produtor rural não aumentou a sua produtividade por total falta de estímulos. Dificultava ainda a ausência de um planejamento global. Mesmo assim, vista de um modo geral a capacidade de expansão daquela região é realmente notável. Para isso seria necessário adotar um sistema básico indispensável, no qual o transporte é o principal fator.

Quando da inauguração do primeiro trecho da Rodovia Castelo Branco, o Secretário de Transportes, Sr. Firmino Rocha de Freitas, afirmou que em 20 anos os benefícios da estrada para a economia da região, só na redução do tempo de viagem e, consequentemente, economia de despesas, serão suficientes para pagar três vêzes o custo da estrada.

VALOR SÓCIO-ECONÔMICO

Lògicamente se houver economia de despesas, haverá imediatamente um reflexo sôbre as bases econômicas da região. A agricultura do oeste paulista estava caminhando para a marginalização, conforme constataram os estudos de viabilidade sócio-econômica. Verificou-se ainda que em têrmos de comparação com outras áreas do Estado o agricultor daquela região estava apegado a métodos elementares. Sua atitude é compreensiva, porque não compensariam os gastos necessários para aprimoramento das técnicas de plantio e colheita.

Na situação que persistira o aumento de produção não compensaria nem sequer os gastos de transporte, porque as estradas ficavam afastadas e o sistema precário de ligação com os grandes centros consumidores impedia a diversificação da produção. Os produtos de mais rápida deterioração não são cultivados na região, porque não chegariam em tempo hábil para o consumo.

Logo no início das obras sentiu-se um efeito imediato sôbre a economia da região. Verificou-se a valorização das terras nas imediações das estradas. No Govêrno do Sr. Abreu Sodré, com o impulso das obras, que estavam pràticamente paradas, ocorreu novamente um aumento de preço do alqueire na região.

Em consequência está em processo a divisão natural de terras, que tende a diluir os latifúndios improdutivos, dando lugar às propriedades médias com elevado índice de produtividade.

Outros efeitos que se sentirão a longo e curto prazos será: melhoria do padrão de vida das comunidades servidas pela nova estrada, que permite maior facilidade de comunicação com os núcleos sócio-culturais representados pela capital e cidades industriais; maior circulação de bens de consumo; acesso a mercado mais amplo; melhoria do mercado de trabalho com a expansão das atividades comerciais, que possibilitará aumento na arrecadação estadual e municipal.

A nova rodovia terá também reflexo indireto, isto é, no sentido capital-interior. O parque industrial de São Paulo terá um nôvo mercado consumidor de grande potencialidade.

"CEBOLÃO" MONUMENTAL

Depois de concluído, o trevo de acêsso à Rodovia Castelo Branco representará uma obra monumental. A sua forma foi apelidada de *cebolão*, porque lembra uma gigantesca cebola. Estará localizado na Lapa, próximo à confluência dos rios Tietê e Pinheiros. Terá uma extensão total de quatro quilômetros de extensão e está sendo construída em concreto armado e protendido. A área total dos tabuleiros das pontes e viadutos atingirá 80 mil metros quadrados, ou sejam três alqueires.

O *cebolão* lançará seis ramos de tráfego no sentido dos quatro pontos cardiais, sem cruzamentos. Quatro ramos terão 13,5m de largura, com duas faixas de rolamento para dar vazão a três mil veículos por hora. O quinto ramo terá 17 metros de largura, com três faixas e capacidade para fluir 4 500 veículos por hora.

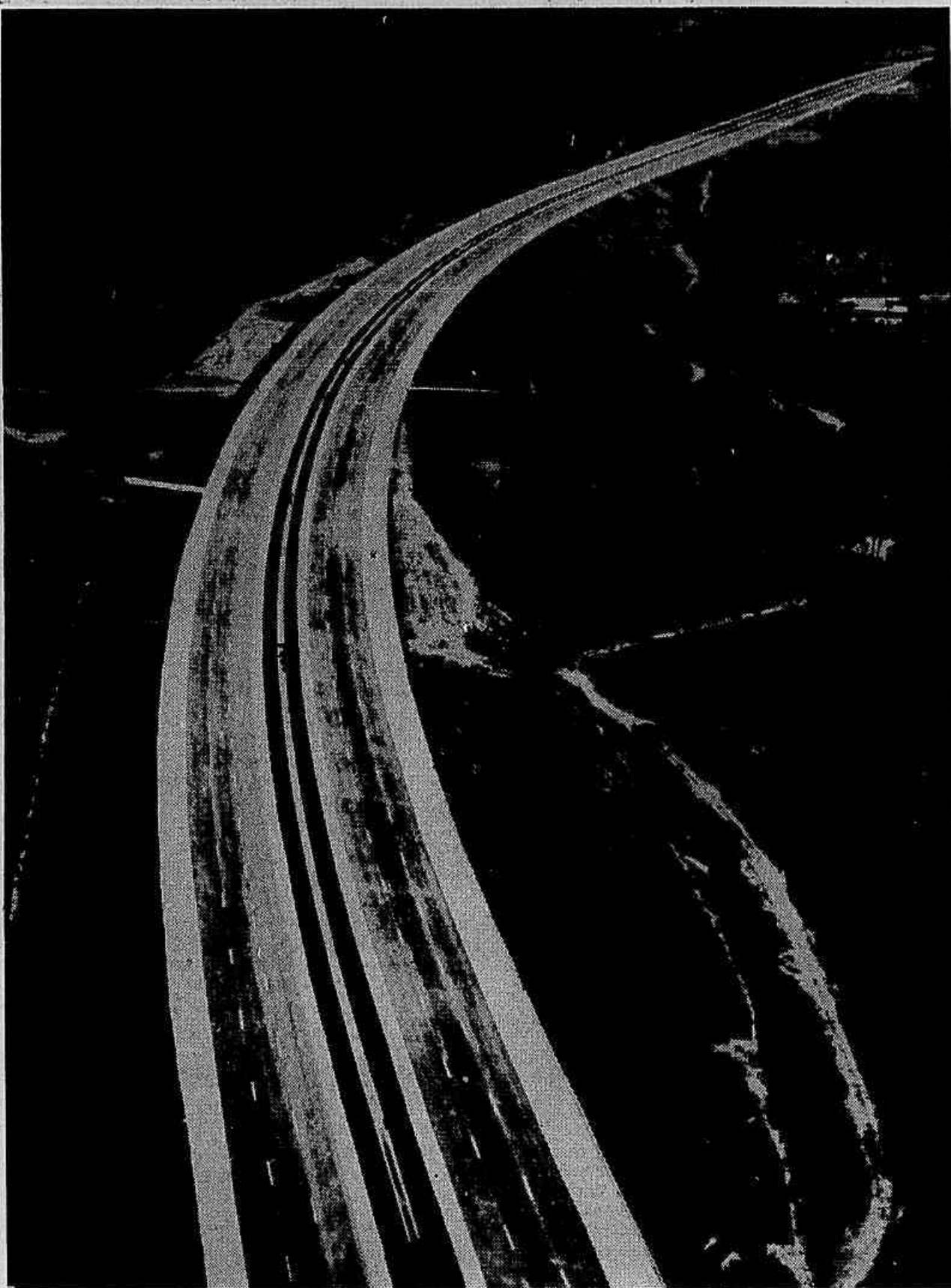
O sexto ramo, de todos o mais importante, será projetado sôbre o rio Tietê à altura de 17 metros, com 20,5 metros de largura, quatro faixas de tráfego e capacidade de vazão de 6 000 veículos por hora.

Ao conjunto se incorporam ainda mais três pistas para entrada e saída do tráfego, totalizando nove pistas rápidas, entrelaçadas, que se cruzam mas não se encontram.

VÁ E VEJA

Quem fôr a Sorocaba, e quiser conhecer a Rodovia Castelo Branco, deve tomar algumas precauções para evitar imprevisto. Deve-se levar em conta que a estrada ainda está na fase de implantação final, em consequência tôdas as placas de sinalização ainda não foram instaladas e por enquanto só existe um pôsto da patrulha rodoviária.

Antes de iniciar a viagem é bom verificar se o tanque de gasolina está cheio, os pneus em bom estado e o veículo não apresenta nenhum defeito mecânico. Tudo porque os postos de gasolina ainda estão em construção e não há borracheiro e mecânico disponíveis.

Mas existe uma esperança. Se acaso houver algum imprevisto a solução é pedir carona a um caminhão, pois êles, conhecedores e amantes de uma boa estrada, abandonaram as outras rodovias e estão usando a Castelo Branco, principalmente os que se destinam ao Paraná e Presidente Prudente.

210 PROJETOS INDUSTRIAIS APROVADOS PELA SUDENE

Além de 210 projetos industriais, Pernambuco teve, aprovados pela Sudene, 40 projetos agropastoris. Abaixo, por ramos de atividade divulgamos os projetos destinados à implantação, ampliação ou modernização de fábricas.

INDUSTRIA EXTRATIVA DE PRODUTOS MINERAIS

1 — Brasil Mineração, Indústria e Comércio — Carbureto de cálcio.

MINERAIS NAO METALICOS

2 — Produtos Cerâmicos SA; 3 — Companhia Industrial de Lajes; 4 — Companhia Industrial de Vidros; 5 — Moveterras do Brasil Limitada; 6 — Protendidos do Brasil; 7 — SA Técnica Industrial de Apipucos; 8 — SA Tubos Brasilit; 9 — Sinwal SA, Indústria de Mármore e Granitos; 10 — Concreto Premix de Pernambuco; 11 — Ferreira Costa e Cia.; 12 — Cerâmica Gravatá Limitada; 12 — Itapessoca Agroindustrial SA; 13 — Indústrias Reunidas São Francisco SA; 14 — Mineração São Severino SA; 15 — Cerâmica Itapacurá SA; 16 — Babilônia Agroindustrial SA; 17 — Cerâmica Santa Clara; 18 — Companhia Pernambucana de Refratários; 19 — Companhia de Cimento Portland; 20 — Indústria de Azulejos SA.

Tais indústrias produzem cimento, tijolos, telhas, manilhas, louças sanitárias, nervuras de fôrro e piso, blocos vasados, mármores, granitos, vidros soprados e prensados, ladrilhos e mosaicos, concreto pré-misturado, artefatos de cimento e azulejos.

INDUSTRIA METALURGICA

21 — Alumínio SA — Extrusão e Laminação; 22 — Ceamel do Nordeste — Estruturas Metálicas SA; 23 — Companhia Siderúrgica do Nordeste — Cosinor; 24 — Metalgráfica do Norte SA; 25 — Noraço SA, Indústria e Comércio de Laminados; 26 — Rôlhas Metálicas do Nordeste, Crow Cork; 27 — Wolf do Nordeste SA; 28 — Pronorte SA — Produtos Siderúrgicos do Nordeste; 29 — Siderúrgica Aço Norte SA; 30 — Metalúrgica Camaragibe, Mecasa; 31 — Artefatos Técnicos Olinda SA, Artol; 32 — Metalúrgica Olinda Fabril SA; 33 — Brilhamaic do Nordeste Limitada; 34 — Campos Moreira SA, Camosa; 35 — Termomecânica do Nordeste SA; 36 — Tubos Guararapes SA.

As indústrias dêste setor fabricam prensados abertos, tubulares, laminados, trefilados, fios, lã de aço, porcas, parafusos, fitas de aço, embalagens metálicas, rôlhas metálicas, faqueiros, produtos metálicos ferrosos e não ferrosos, perfilados, cortes de chapas, artefatos de metal e conexos, tubos para irrigação, pinos, lingotes de latão e bronze, barras cheias e ôcas e buchas de bronze.

INDUSTRIAS MECANICAS

37 — Açomóveis Limitada; 38 — Indústria de Implementos Agrícolas Limitada; 39 — E. Lucena SA; 40 — Hidromecânica de Vettori SA; 41 — Indústrias Romi do Nordeste SA; 42 — Hora Norte, Relógios e Instrumentos Limitada; 43 — Companhia Americana Industrial de Ônibus do Norte, Caio Norte; 44 — Willys Overland do Brasil SA, Indústria e Comércio; 45 — Máquinas Piratininga do Nordeste SA; 46 — Companhia Industrial de Instrumentos de Precisão; 47 — Herberto Ramos, Indústria e Comércio SA.

As indústrias mecânicas produzem móveis e artefatos de aço, implementos agrícolas, pias de ferro, arados, peças de arado, tubos, prensas, balanças, máquinas, coldeirarias, tornos, relógios de pulso, carroçarias para transportes coletivos, jipes, despertadores, pulseiras, barbeadores elétricos, escavadeiras, dragas, perfuratrizes.

MATERIAL ELETRICO E DE COMUNICAÇAO

48 — ABC, Rádio e Televisão do Nordeste SA; 49 — Chelna SA; 50 — Companhia Eletromecânica do Brasil, Norlar; 51 — Philips Eletrônica do Nordeste SA; 52 — Produtos Elétricos SA; 53 — Sadokin do Nordeste SA, Indústrias Elétricas; 54 — General Eletric do Nordeste SA, Produtos Elétricos; 55 — Companhia Moura Brasil Industrial de Separadores; 56 — Acumuladores Moura SA; 57 — Produtos de Alta e Baixa Tensão, Pabat; 58 — H. K. Portes Nordeste do Brasil, Equipamentos Elétricos; 59 — Pirelli Norte SA, Indústria e Comércio; 60 — Microlite do Nordeste SA, Indústria e Comércio; 61 — Compagnie des Cables Sud-Americans, Sodam.

As linhas de produção dessas indústrias abarcam rádios, radiofonógrafos, televisores, condensadores elétricos e cerâmicos, geladeiras, isolamentos e equipamentos de refrigeração, centrais telefônicas, helicoidais, reguladores de voltagem, transformadores, antenas reatores, racks e diversos, lâmpadas, acumuladores elétricos para automóveis, separadores, cabos telegráficos submarinos, fios, rêdes e cabos, motores e equipamentos elétricos.

INDUSTRIA DE MADEIRAS

62 — Madeira Sintética SA; 63 — Indústria e Comércio Madeireira SA. As indústrias fabricam placas prensadas de madeira e beneficiam madeira.

INDUSTRIA MOBILIARIA

64 — Lanark, Indústrias Reunidas de Móveis e Colchões Limitada; 65 — Pinheiro Maia e Companhia, fábrica de móveis.

INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO

66 — Andes, Artefatos de Papéis Limitada; 67 — Fábrica de Sacos Montanha Limitada; 68 — Walfaia, Indústria e Comércio Limitada; 69 — Sacraft, Indústria de Celulose do Nordeste SA; 70 — Sociedade Indústrias Minerva Limitada; 71 — Indústrias de Celulose e Papel SA; 72 — Papéis Finos do Nordeste SA.

As indústrias relacionadas fabricam papel para bobinas de máquinas de escritório, celulose, papel, papelão, cadernos e similares, sacos de papel, papel manilha, papel para escrever e absorvente.

INDUSTRIA DE BORRACHA

73 — Artefatos de Borracha SA; 74 — Rodas Arcaro do Nordeste SA; 75 — Sarabor SA, Regenerador de Artefatos de Borracha; 76 — Filex do Nordeste SA; 77 — Alpargatas do Nordeste SA.

As indústrias produzem artefatos, rodas para automóveis e caminhões, pneus, sandálias japonêsas, calçados esportivos.

INDUSTRIA DE COUROS, PELES E SIMILARES

78 — Curtume L. Monteiro; 79 — Curtume Sousa Irmãos SA; 80 — Irmãos Coutinho — Curtumes Santa Sofia; 81 — Curtume Timbaúba SA — Cortias; 82 — Curtume Santa Maria SA. As indústrias produzem vaquetas, raspas, aparas, artefatos de couro.

INDUSTRIA QUIMICA

83 — Alba Nordeste SA — Indústrias Químicas; 84 — Indústria e Comércio de Tintas Gráficas Limitada; 85 — Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — Coperbo; 86 — Química Industrial Pernambucana Quimper; 87 — Rhodia Nordeste SA; 88 — Indústrias Têxteis e Químicas; 89 — Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento de Plastificantes, Plastibrás; 90 — Fosforita Olinda SA; 91 — Indústria e Comércio Djalma e Raimundo da Fonte Limitada; 92 — Companhia Agroindustrial de Igaraçu; 93 — Elekeiroz do Nordeste Indústrias Químicas SA; 94 — Indústrias Reunidas Cedro SA; 95 — Companhia Industrial de Calcáreos, Cincal; 96 — Emprêsa de Produtos Químicos Fertilizantes, Profertil; 97 — Nitrosin, Nordeste SA, Indústria e Comércio; 98 — Tintas Coral do Nordeste SA; 99 — Tintas Reflexo do Nordeste SA; 100 — Aganor, Gases e Equipamentos Limitada; 101 — Pernambuco Química SA; 102 — Tintas Diamante Indústria e Comércio; 103 — Acril Norte, Indústria e Comércio de Petroquímica e Plásticos; 104 — Companhia Fiat Lux de Fósforos de Segurança; 105 — Indústrias oCelho SA; 106 — Companhia de Peças Norte do Brasil, Capesbra; 107 — Indústria e Comércio de Óleos Araripina SA, Igoasa; 108 — Agricultura, Indústria e Comércio, Veremundo Soares; 109 — Formiplac do Nordeste SA.

A indústria química produz borracha sintética, álcool etílico, octanol, ácido sulfúrico, sulfato de alumínio, inseticidas em geral, fósforos, óleos vegetais, óleo de mamona, laminados resínicos, chapas acrílicas, colas, velas, cêras, tintas, hidróxido de cálcio.

PRODUTOS FARMACEUTICOS E MEDICINAIS

110 — Johnson e Johnson do Nordeste, Produtos Cirúrgicos SA; 111 — Laboratório Farmacêutico de Pernambuco; 112 — Lopes Maia e Companhia. A produção abarca absorventes, drogas humanas e veterinárias e drogas alopáticas.

PRODUTOS DE MATERIA PLASTICA

113 — Ciplanorte, Companhia Industrial de Plásticos; 114 — Plásticos Nagassara SA; 115 — Perfil Plaste Limitada; Nordeste Plásticos SA, Norplasa; 116 — Isonor Indústria de Plástico SA; 117 — Plásticos Goiana do Nordeste SA, Plagon. As indústrias produzem tubos e conexões de plástico, sacos e filmes em bobina de polietileno, plásticos e correlatos.

INDUSTRIA TEXTIL

118 — Companhia Fábrica Iolanda SA; 119 — Companhia Manufatora de Tecidos do Norte; 120 — Companhia Têxtil de Aniagem, CTA; 121 — Cotonifício Capibaribe SA; 122 — Cotonifício da Tôrre SA; 123 — Cotonifício Othon Bezerra de Melo; 124 — Cotonifício Vitor Araújo SA; 125 — Tecelagem de Sêda e Algodão de Pernambuco, TSAP; 126 — Costa Herculano SA, Indústria e Comércio; 127 — Societé Cotonière Belge-Brasilienc; 128 — Sociedade Importadora Limitada; 129 — Companhia Industrial Pirapama; 130 — Fiação e Tecelagem Ribeirão SA; 131 — Companhia Industrial Pernambucana, Fábrica Camaragipe; 132 — Cotonifício José Rufino; 133 — Daphene Malharia Limitada; 134 — Fiação Lugemar SA; 135 — Companhia de Tecidos Paulista; 136 — Malharia Industrial do Nordeste SA; 137 — Santista Indústria Têxtil do Nordeste SA; 138 — Fiação Microlite do Nordeste Limitada; 139 — Artefatos de Pesca do Nordeste, Artepesca; 140 — Tecelagem Paraíba do Nordeste SA. A produção é de sacarias, barbantes, tecidos, fios de algodão, malhas, polyester.

VESTUARIOS, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS

141 — SA Brasileira de Artefatos Plásticos; 142 — Âncora Nordeste SA, Indústria e Comércio; 143 — Sentinela Confecções SA; 144 — Dura Bem, Indústrias SA; 145 — Confecções Londres; 146 — Norfil SA, Malharia do Nordeste; 147 — Teles Maranhão e Companhia; 148 — Valisère do Nordeste SA, Têxtil e Confecções; 149 — Paratibe Industrial SA, Confecções Pisa. O grupo industrial produz camisas, cuecas, sandálias plásticas, guarda-chuvas, meias.

INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES

150 — Amorim Primo e Companhia; 151 — Companhia Nordestina de Produtos Liofilizados; 152 — Companhia Produtos Pilar; 153 — Comércio e Indústria Borba SA; 154 — Indústria Armadora de Pescados do Brasil, Iarpe; 155 — Industrializadora Nordestina de Frutas; 156 — Itapesca Comércio e Indústria Limitada; 157 — Norte Pesca, Indústria e Comércio Limitada; 158 — Pescas do Nordeste SA, Penesa; 159 — Renda Priori e Companhia Limitada; 160 — Garanhuns Industrial, Gisa; 161 — Indústrias Reunidas de Garanhuns; 162 — Indústria e Comércio Mundial; 163 — Usina Pumaty SA; 164 — Companhia Indústrias Alimentícias da Pesqueira; 165 — Indústria Alimentícia Carlos de Brito SA; 166 — Freitas e Guimarães, Laticínios Boa Vista; 167 — Usina São José SA; 168 — Frigorífico do Nordeste SA; 169 — Indústria de Alimentos Balanceados Limitada. As indústrias produzem açúcar refinado, banana em pó, fécula de mandioca e farinha de milho, café beneficiado e padronizado, doces de frutas, caldas de lagosta crua, pescados, caramelos, leite em pó, carnes em conserva, rações balanceadas.

INDUSTRIA DE BEBIDAS

170 — Rum Bacardi SA; 171 — União de Bebidas Indústria e Comércio; 172 — Companhia Indústria Pernambucana de Bebidas Antártica, Ipeba; 173 — Companhia Cervejaria Brahma. Produção: rum, gêlo-sêco, guaraná, vinagre, malte.

INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA

174 — Indústria Gráfica Brasileira SA; 175 — Publicações e Informações Telefônicas; 176 — União Industrial de Artefatos de Papel SA; 177 — Gráfica Régia SA.

INDUSTRIAS DIVERSAS

178 — SA Brasileira de Indústria Ótica, Sabio; 178 — F. Conte SA, Indústria e Comércio; 180 — Indústria de Botões do Nordeste SA; 181 — Companhia de Botões Agreste; 182 — Irajá Vieira e Companhia Limitada; 183 — Fábrica de Discos Rosenblit Limitada.

A produção dessas indústrias compreende vidro ótico, lentes corretivas de visão, discos, fitas e cordões elásticos, utensílios domésticos.

PROJETOS PRIORITARIOS

184 — C. Maranhão SA, Comércio e Indústria de Carnes e Conservas; 185 — Indústria e Comércio Lopes Irmãos Limitada; 186 — Indústria de Roupas Conforcal; 187 — J. Garrido e Filhos; 188 — Confecções Leite Bastos, Comércio e Indústria SA; 189 — Mousinho Artefatos de Papel Limitada; 190 — Pernambuco Confecções SA; 191 — Plástico Nagassara; 192 — SA Técnica Industrial Apipucos.

OUTRAS INDUSTRIAS

193 — Tiletron, Indústria de Plásticos Limitada; 194 — Equipamentos Hidráulicos SA, Equisa; 195 — Refinaria de Açúcar do Norte SA; 196 — Sino, Sociedade Industrial de Olinda; 197 — Eletromar Nordeste SA, Elmosa; 198 — Gipsom do Nordeste, Indústria e Comércio de Gêsso Limitada; 199 — Indústria e Comércio de Celulose e Papel Pajeú; 200 Nordkraft, Indústria de Papéis do Nordeste; 201 — Sociedade Pernambucana de Artefatos de Construção Limitada; 202 — Têxtil Catarinense do Nordeste, Tecanor; 203 — Vidro Neutro do Nordeste SA; 204 — União Fabril de Recife SA, Indústria e Comércio; 205 — Amorim Primo SA; 206 — Metalgráfica do Norte SA; 207 — Cerâmica Jardim SA; 208 — Norgraf SA; 209 — Lanark SA; 210 — Alimentos de Milho SA.

PERNAMBUCO LIDERA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO NORDESTE E OFERECE AS MELHORES VANTAGENS LOCACIONAIS PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS

"A meta do Govêrno de Pernambuco é interiorizar o desenvolvimento, valorizando o Homem através da dignidade que dá o trabalho. Isto está sendo feito com a implantação de indústrias.

Somos de uma geração que clama por mudanças. Mudanças para melhor. E já.

Pernambuco oferece aos empresários a certeza de seus êxitos no campo do desenvolvimento industrial.

Vale a pena investir em nosso Estado. Vale a pena investir na certa."

NILO DE SOUZA COELHO
Governador de Pernambuco

— Pernambuco mantém a liderança do processo de desenvolvimento do Nordeste desde 1960. A prova disso é que dentre mais de 650 projetos industriais e agrícolas aprovados na região até agora, 210 localizam-se no Estado.

A razão da liderança: melhores condições locacionais para os investidores. Pernambuco oferece, pois, nas zonas urbana e rural, excelentes oportunidades locacionais, mercado em ascensão, estradas ligando as suas três zonas fisiográficas, fartura de água e energia e sobretudo uma agressiva e equilibrada política desenvolvimentista.

EVIDÊNCIA

Pernambuco atraiu, desde o advento da Sudene e de sua política de incentivos, maior número de investidores do que qualquer outro Estado do Nordeste. Assim, ao longo de quase dez anos, implantou, modernizou e ampliou várias indústrias, criando também 48 mil novas oportunidades de emprêgo.

O esfôrço de progresso tem sido maior a cada ano e durante 1968 Pernambuco aprovou 46 novos projetos, iniciou a construção de 40 e a fase de produção em 12. Em dezembro do mesmo ano 37 estavam produzindo, 54 tinham suas construções em andamento e 44 produziam, situação que nenhum dos outros Estados da região atingiu.

A avaliação dos dados, todos da Sudene, mostra o empenho de Pernambuco para consolidar o desenvolvimento e sobretudo aperfeiçoar cada vez mais o processo no conjunto. Por isso: no início a industrialização atingiu o Grande Recife, por fôrça de melhores condições, mas agora investir no interior do Estado não faz diferença, pois o empresário tem as mesmas vantagens e facilidades.

A nova realidade resulta de um esfôrço do Govêrno do Estado, que se tornou efetivo com a criação dos Distritos Industriais de Pernambuco — Diper. A Diper visa ativar a política de criação de áreas industriais, de modo a localizar as unidades fabris observando as possibilidades futuras de expansão.

Dentro dessa filosofia, a Diper está implantando uma rêde de Distritos Industriais no Estado, tomando por base um estudo do padre Lebret, que identificou os seguintes pólos de desenvolvimento: Timbaúba e Palmares (zona Litoral e Mata); Limoeiro, Caruaru e Garanhus (zona do Agreste) e Arcoverde, Serra Talhada, Salgueiro e Petrolina (zona do Sertão).

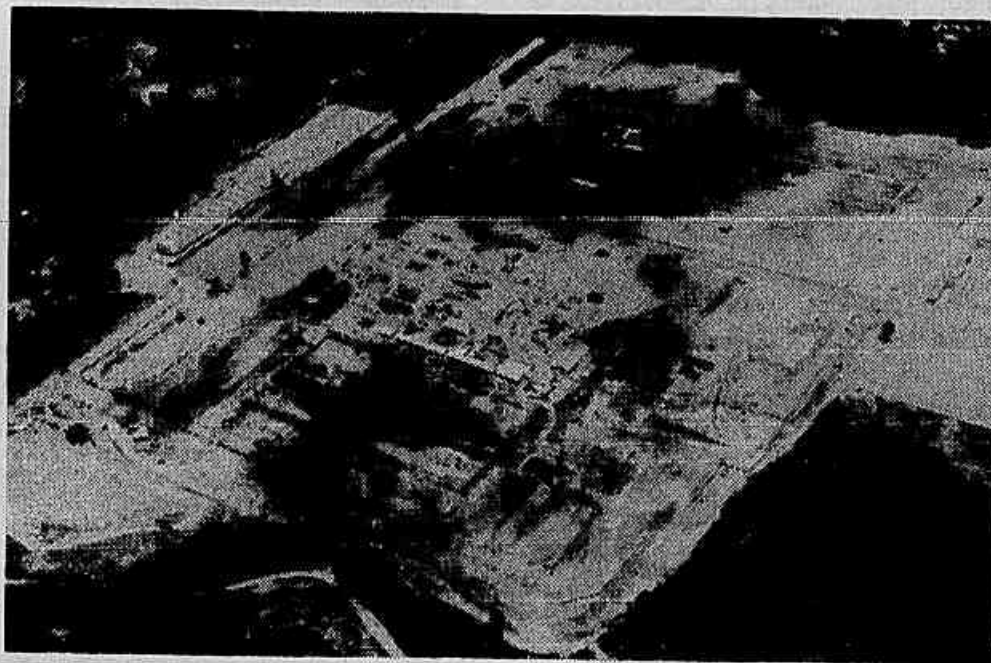
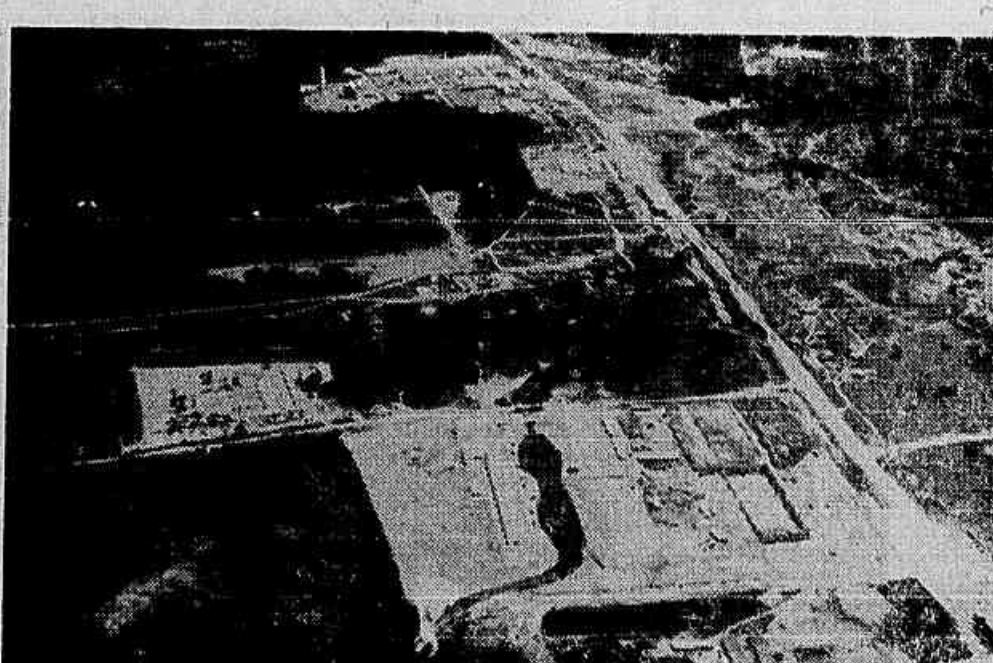
Os novos distritos terão as mesmas facilidades de transportes, comunicações, muita energia e água, existentes nos atuais distritos localizados no Grande Recife (Recife, Cabo e Paulista).

Os três distritos já existentes — Curado, no Recife, Cabo e Paulista — são servidos por estradas pavimentadas, nergia da Chesf e da Celpe e água dos rios Pirapama e Paratibe. A temperatura média é de 25 graus. O preço do hectare varia entre NCr$ 5 mil e NCr$ 20 mil.

PARA INVESTIR EM PERNAMBUCO CONTE COM O APOIO DA

DI-PER

Diper — Distritos Industriais de Pernambuco S.A. — Recife — Rua da Aurora, 1 377, 3.° — Tels. 2-0342 — 2-3653; Rio — Rua Debret, 23, conj. 701; S. Paulo — Avenida Ipiranga, 318, conj. 401 (Comper).

Distrito de Cabo

Distrito industrial de Paulista

Distrito industrial do Curado

OS DISTRITOS DA DIPER

CABO — O Distrito Industrial do Cabo fica a 30km do Recife, sendo cortado pelas rodovias BR-101, pavimentada em concreto, e PE-1, asfaltada. O Distrito se interliga, através da Rêde Ferroviária do Nordeste, aos Estados de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Conta com serviço de microondas, sistema telefônico urbano e núcleo habitacional da Cohab.

A temperatura média é de 27 graus, com mínima de 18,8 e máxima de 32 graus. O rio Pirapama fornece água com vazão mínima de 1 450 litros/segundo. A Chesf e a Celpe garantem o abastecimento de energia elétrica, através de duas estações abaixadoras de 4 mil kVA e possibilidade de até 10 mil kVA e outra com capacidade de 15 mil kVA e possibilidade de até 60 mil kVA. O sistema é todo em corrente trifásica, com tensões de 60 mil V e freqüência de 60 ciclos.

O Distrito Industrial do Cabo tem uma área de 800,00 ha e cada hectare custa NCr$ 5 mil. Parte dessa área está destinada a ruas de acesso, praças e reserva para aproveitamento a longo prazo. A altitude média é de 13 metros, com cotas variando de cinco a 45 metros.

PAULISTA — É cortado pela rodovia PE-6 e fica a 16km do Recife. A temperatura varia entre 20 e 29 graus e o abastecimento de água é garantido pelo rio Paratibe, com 325 mil litros/dia, e por águas subterrâneas com vazão média de 40 mil litros/hora.

A Chesp e a Celpe fornecem energia elétrica ao distrito através das subestações de Monjope e Mirueira. A área do distrito é de 258.325 hectares, sendo o preço de cada um NCr$ 12 500,00. O distrito já conta com várias indústrias dispondo de ruas de acesso e parques.

CURADO — Fica à margem da BR-232, ainda no Recife. A temperatura média é de 25 graus centígrados. O preço por hectare é de NCr$ 20 mil. O distrito é servido pela Chesp e Celpe e próximo dêle situam-se as unidades da Philips, Romi do Nordeste, Tintas Coral, Microlite e Marano.

Os distritos industriais de Pernambuco oferecem todos excelentes condições aos investidores, contudo elas são uma realidade também noutros pontos do Estado, onde o desenvolvimento é acelerado por fôrça da infra-estrutura que mudou nos últimos anos.

Assim é que, além do Recife, Cabo, Paulista, os investidores implantaram indústrias e emprêsas agrícolas em Jaboatão, Olinda, Igaraçu, Goiana, Garanhuns, São Lourenço da Mata, Moreno, Belo Jardim, Catende, Timbaúba, Araripina, Salgueiro, Gravatá, Sanharó, Caruaru, Vertentes, Glória de Goitá e outros.

UMA PRIORIDADE PARA A AGROINDÚSTRIA

JOÃO FERREIRA BENTES

Estima-se em 90 milhões a atual população brasileira, com sòmente 32,5% do total classificados como População Econômicamente Ativa (PEA). Esta taxa é das mais baixas, sendo mesmo inferior às da América do Sul (35,2%) e América Central (35,2%). As taxas mais elevadas situam-se por volta de 45% (URSS e Europa), sendo que para o mundo a taxa global média é de 42,5%.

Enquanto a taxa média de crescimento da população brasileira é de cêrca de 3% ao ano, a taxa média de crescimento da PEA é aproximadamente em tôrno de 2,5%, indicando uma tendência de baixa na taxa média de atividade da população.

TAXA DE CRESCIMENTO

Para incrementar o nível de absorção de mão-de-obra, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) prevê uma política que objetiva elevar a taxa de crescimento da PEA até atingir o valor de 3,2% ao ano, aproximadamente, em 1973. Tal necessidade não é sòmente um corolário social, mas antes e principalmente deverá constituir-se numa das peças da estratégia para se obter um crescimento econômico auto-sustentável, através da "ênfase na expansão de setores altamente absorvedores de mão-de-obra, e da escolha de tecnologia, nos diversos setores, adaptada à dotação de fatôres do país."

Frisa, entretanto, o PED, que sòmente a médio e longo prazos poder-se-á obter uma expansão mais rápida de mão-de-obra, devido a uma série de limitações de caráter conjuntural, e que se concretiza mais enfàticamente no crescimento nulo do emprêgo industrial dos últimos anos, havendo inclusive um ligeiro declínio dêste, no período 1962/65.

Dentre as várias medidas definidas no PED, para atendimento das linhas de ação para a política de emprêgo, pretendemos ressaltar especificamente a da criação de agroindústrias, por entendermos que seria bastante relevante a sua influência positiva na absorção de mão-de-obra, além de contribuir na solução de várias problemáticas que vêm entravando o crescimento econômico, tais como: limitação de mercado a níveis incompatíveis com economias de escala, baixa produtividade do setor agrícola, incapacidade do setor industrial urbano em absorver o excedente da mão-de-obra do interior, o relativamente elevado coeficiente de importação no nível de investimentos, a *apertada* capacidade de importação, escassez de capital, etc.

AGROINDÚSTRIA

Primeiramente cabe explicitar o que se pretende classificar como agroindústria. Com o têrmo *agroindústria* referimo-nos àquelas indústrias que utilizam matéria-prima agrícola e que pelas suas pecularidades devem estar localizadas no interior, junto à produção. (1)

Essa dupla pecularidade (matéria-prima agrícola e localização no interior) coloca esta atividade numa situação privilegiada nos países em desenvolvimento.

Dada a grande variedade de indústrias que utilizam matérias-primas agrícolas, torna-se difícil generalizar uma característica para êste subsetor da indústria de transformação. Contudo, para os países em desenvolvimento, algumas daquelas características são particularmente adequadas para as problemáticas apontadas acima, especialmente a abundante oferta de matérias-primas agrícolas e trabalhadores não especializados. Em pesquisa realizada pela Comissão Econômica para a Ásia e Extremo Oriente, observou-se que é muito variável, de um país a outro, a intensidade de capital aplicado na atividade agroindustrial. Enquanto na Nova Zelândia é mais intenso o capital dentro do processo produtivo das indústrias que utilizam matéria-prima agrícola, em comparação com as demais indústrias de transformação, já no Japão se observa o oposto, devido à menor densidade de capital requerido na atividade agroindustrial.

MECANIZAÇÃO

A flexibilidade das proporções de capital e mão-de-obra, especialmente na indústria dedicada à conserva de alimentos, permite que se adaptem processos produtivos que, em comparação com as demais atividades industriais, absorvam maior número de trabalhadores por unidade de capital empregado. Esta flexibilidade tecnológica permite também que, à medida que se faça menos abundante a oferta de mão-de-obra, se possa introduzir com bastante facilidade um mais alto grau de mecanização, devido à independência de operações de limpeza, classificação, corte, etc., permitindo a substituição de mão-de-obra por equipamentos automáticos, numa fase isolada do processo.

Naturalmente que em um país carente de capital a opção em se orientar uma unidade de capital para a agroindústria ou para outro tipo de indústria de transformação deverá observar a eficiência relativa do capital e da mão-de-obra. Ressalte-se, contudo, que existem fortes indicações de que nos países em desenvolvimento uma determinada quantidade de capital fixo tende a gerar maior renda quando aplicado na agroindústria do que quando da aplicação nas demais indústrias. Acrescentem-se também os efeitos indiretos que explicamos a seguir.

O aumento da produtividade do setor agrícola é outra resultante do desenvolvimento da agroindústria, com o conseqüente aumento de renda do setor. Isto porque além de se incrementar a produção agrícola para atender a demanda de matéria-prima (já que as novas práticas de comercialização, geralmente introduzidas com a agroindústria, tendem a expandir a demanda final do consumidor), novas fases da atividade econômica passam a ser desenvolvidas no campo, devido ao processo de integração vertical que acompanha a agroindústria. As características dêsse tipo de indústria exigem um estreito vínculo entre o produtor e a indústria, principalmente na agroindústria alimentícia, não sòmente pela presteza e regularidade com que a matéria-prima tem de atingir a fase de elaboração, evitando-se deterioração, como também pela necessidade requerida pelo desenvolvimento tecnológico de constantemente se introduzir melhoria de qualidade de matéria-prima.

Observa-se, ademais, que até mesmo a fase de comercialização tende a ser desenvolvida pelo conjunto agroindustrial, originando uma das mais completas integrações verticais da atividade econômica. Tal fato permite um constante aproveitamento da mão-de-obra, uma vez que se evita o emprêgo sazonal do campo, isto é, ocupar-se mais intensamente a mão-de-obra sòmente durante a época da colheita.

Assim, aumentando o nível de emprêgo rural, além de se incrementar a produtividade da mão-de-obra já *ocupada* no desemprêgo disfarçado, cresce a produtividade média rural, com conseqüente aumento e melhoria na distribuição da renda rural, com efeitos ponderáveis no crescimento da oferta de produtos agrícolas e no crescimento da demanda por produtos industriais.

AMPLIAÇÃO DE MERCADO

Ressalte-se que o incremento da renda disponível no setor agrícola, desde que o aumento de produtividade não seja transferido para fora do campo, constituir-se-á numa ampliação de mercado para a indústria, especialmente a tradicional, em vista da maior elasticidade-renda da demanda de produtos, tais como roupas, sapatos, etc. Num estágio mais avançado de disponibilidade de renda, o setor rural representará um imenso mercado para produtos duráveis, a exemplo de geladeiras, televisores, carros, etc., permitindo a criação progressiva do mercado de massa, que é o mecanismo apropriado para conferir ao processo de desenvolvimento a aceleração e auto-sustentação requeridas. O PED prevê, como a essência da estratégia para se atingir o desenvolvimento auto-sustentável, a ampliação do *bloco* de setores dinâmicos interligados, "permitindo a expansão da demanda e oferta capaz de sustentar um ritmo intenso de crescimento."

Julgamos que esta interligação é mais intensa na agricultura e indústria, sendo as demais áreas (energia, transporte, habitação, saneamento, etc.), requisitos complementares e com menores efeitos dinâmicos no sistema. A agricultura libera mão-de-obra e financiamento para a indústria, mesmo através de deterioração de têrmos de troca, além de proporcionar divisas para a importação de bens de equipamentos, não sòmente para a fase de produção, mas cultura se constitui num mercado de produtos industriais, quer de bens não duráveis, quer de bens duráveis através de equipamentos, não sòmente para a fase de produção, mas também para a de elaboração na agroindústria. Quanto aos bens de capital demandados pela agroindústria, torna-se forçoso analisar mais detalhadamente, em vista das condições imperantes na indústria mecânica nacional.

EXPANSÃO LENTA

Os setores mecânico e elétrico têm-se ressentido de uma expansão lenta na demanda de bens de capital, o que é explicado à conta da lenta expansão do nível tecnológico dos produtos. Por sua vez, tal tendência é função da limitação da dimensão dos mercados consumidores, que, agindo desfavoràvelmente sôbre os investimentos em engenharia de produto, tendem a incentivar a importação de componentes. Tal fenômeno se observa principalmente nos níveis mais elevados de dólares por tonelada, da fabricação nacional, já atingindo cêrca de 1 500 dólares.

Reconhece o PED que a perspectiva de crescimento do setor mecânico e elétrico ainda se assenta na substituição de importações, desde que haja a necessária evolução de tecnologia própria, devendo ser explorada a faixa de produtos entre 1 500 e 3 000 dólares por tonelada, que é a faixa importada.

Ora, um intenso programa de agroindustrialização poderia enfatizar inicialmente para fase menos avançada em tecnologia, o que requeriria bens de capital menos complexos e de elevado índice de nacionalização, principalmente na elaboração de alimentos. Com a conseqüente expansão de mercado, paulatinamente, o setor mecânico e elétrico tenderia a desenvolver tecnologia própria que se adaptasse às disponibilidades dos fatôres de produção, evitando métodos modernos com elevada densidade de capital.

Por unidade de capital investido no setor agroindustrial, teríamos maior absorção de mão-de-obra e menor dispêndio com divisas.

Ademais, cabe ressaltar outros "efeitos de encadeamento" que geram as indústrias que elaboram produtos agrícolas. Não sòmente os "efeitos para trás", através do incremento da produção agrícola, como também os "efeitos para a frente", incluindo a criação de indústrias colaterais, tais como aquelas que aproveitam os resíduos do processo de elaboração, tornam possível o dinamismo provocado no sistema por êste subsetor industrial. Em quase todos os países da Ásia e Extremo Oriente, para os quais se dispõe de dados, o efeito sôbre a demanda total de determinado investimento é maior quando aplicado em produtos agrícolas elaborados e produtos têxteis. (2) Basta ver que, de acôrdo com informações da FAO, a indústria têxtil brasileira proporciona emprêgo direto a cêrca de 300 000 pessoas (quase 25% do total da mão-de-obra empregado na indústria manufatureira), e mais de 500 000 pessoas empregadas na produção de matéria-prima, além dos ocupados nas atividades mais indiretas, quer no fornecimento de insumos para a produção da matéria-prima, quer no atendimento aos demais insumos agroindustriais.

Também os requisitos de infra-estrutura (transporte, energia, etc...) necessários à elaboração da matéria-prima beneficiam a produção agrícola, através da introdução de melhorias técnicas por elas permitidas, o que tende a favorecer o grau de competição dêsses produtos no exterior e, por conseguinte, induzir ao incremento da quantidade de divisas geradas pelo setor agrícola, além das possibilidades de exportação de produtos elaborados.

POSIÇÃO PRIORITÁRIA

Tôdas as influências mostradas acima colocam um programa de expansão agroindustrial numa posição prioritária, principalmente quando se observa que cêrca de 52% da população brasileira estão localizados no setor rural. Infelizmente ainda são precárias as informações estatísticas sôbre a agroindústria, sendo sòmente conhecido o setor têxtil, que em geral está localizado junto a centros urbanos.

Far-se-ia necessário um estudo aprofundado das inter-relações dos setores industrial e agrícola, principalmente objetivando determinar produtos com potencialidade de mercado de massa das zonas rurais, uma vez que tem sido notória, nos países em fase de industrialização, a concentração indevida da produção industrial para atender aos consumidores urbanos. Se observarmos que 50% da PEA se encontram em zonas rurais, fàcilmente compreender-se-á da potencialidade do consumidor rural para o atingimento de escalas mais elevadas de produção na indústria de bens de consumo, pelo menos nos bens não duráveis.

Igualmente dever-se-ão enfatizar as atenções para o financiamento da produção, o que vai requerer a necessidade de programas pràticamente integrados. Quanto a êste aspecto, programas de desenvolvimento regional prestar-se-iam a uma expansão racional de agroindústrias. Nós mesmos já tivemos a oportunidade de aventar, junto a autoridades locais, programas dêsse tipo para as regiões do norte fluminense e vale do Paraíba (parte paulista) e que julgamos com condições ideais para um planejamento integrado da agricultura e indústria, principalmente pela localização junto a grandes centros consumidores, como Rio, São Paulo e Belo Horizonte.

O PED não descurou da importância da interligação agricultura-indústria, enfatizando uma política de reorganização do setor industrial tradicional, onde se incluem a têxtil, calçados e alimentos. De maneira genérica, a estratégia do PED sugere uma prioridade para o setor agrícola, com vista "a contribuição direta ao PIB e ampliação de mercado para indústria."

Neste sentido já têm surgido as primeiras medidas no intuito de concretizar a execução da política recomendada. O Instituto do Açúcar e do Álcool, por exemplo, está contratando com firmas de consultoria um extenso estudo sôbre a economia açucareira no Brasil, objetivando compor diagnósticos globais, regionais e de emprêsa que auxiliam na implementação de sua política econômica.

UM PROGRAMA

Torna-se forçoso, contudo, acompanhar mais atentamente a eficácia de uma das medidas que vêm sendo executadas, que é o programa da pecuária, no qual o Govêrno vem aplicando vultosos recursos, especialmente através da Comissão do Desenvolvimento da Pecuária (Condepe). A política de comercialização de leite imperante no Brasil, mesmo com o estabelecimento da industrialização do leite, tem levado a maior escolha pela pecuária de corte, talvez pelas condições adversas que o fazendeiro enfrenta, tais como dificuldade de transporte, poder monopsonista ainda imperante em muitas regiões, e que na prática tem sido mais intensificado com a implantação de usinas de beneficiamento de leite. Se um dos objetivos do programa é incrementar a absorção da mão-de-obra no campo, a pecuária de corte, em comparação com a pecuária leiteira, tem muito menos capacidade de absorção, uma vez que para cada grupo de 1 000 bois é absorvido em média um trabalhador rural, ao passo que na pecuária de leite a absorção é bem maior (20 a 30 homens para cada grupo de 1 000 animais de leite) além dos ocupados nas atividades de elaboração. Em têrmos de distribuição e fixação de renda no campo, não nos parece que um programa intenso na pecuária de corte seja o de maior eficácia, em vista dos atuais problemas do nosso desenvolvimento econômico e mesmo social. Projetos integrados agropecuários industriais provocariam, sem dúvida, mais intensos *efeitos de encadeamento*.

---

(1) Em geral, o transporte é um dos principais fatôres que orientam a localização da agroindústria para junto da produção. Quase todos os produtos agrícolas sofrem considerável perda de pêso e volume após o processo de elaboração, podendo, por conseguinte, serem transportados a custos mais baixos após a transformação.

(2) Vida Agricultura e Industrialización. Estudo Básico n.º 17. FAO 1967 8-ma página 27.

DESENVOLVIMENTO

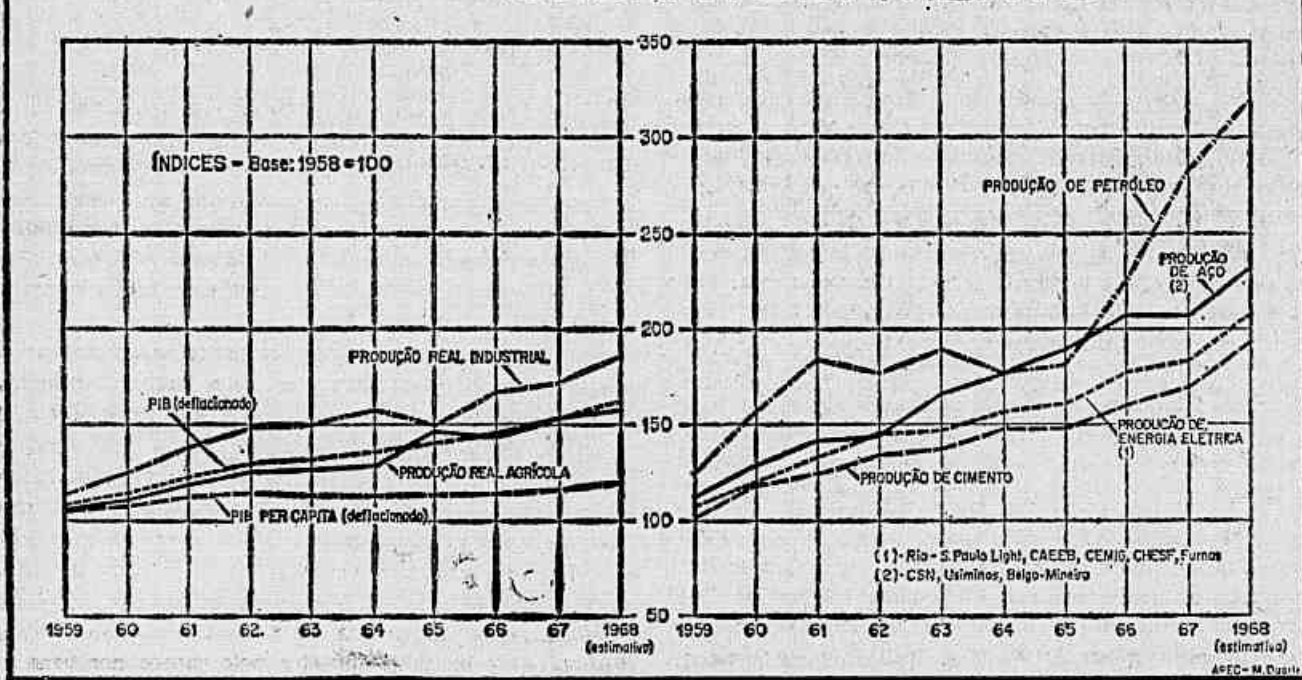
O panorama sintético de certos aspectos da economia brasileira na década 1959/1968, tal como se depreende do quadro e gráfico anexos, permite algumas interpretações de certo interêsse para a compreensão do período em foco:

1. O crescimento acumulado de 62%, do produto interno bruto, em 10 anos, não tem nada de espetacular. Análise mais detalhada mostra que no início e no fim do período as taxas anuais foram satisfatórias. Se o resultado global foi insuficiente, a causa encontra-se em tôrno dos anos 1962/1964, auge da orgia inflacionária e da agitação político-social. As taxas relativamente baixas do período 1964/1967 foram o preço a pagar para a alienação dos focos de inflação e de agitação demagógica.

2. Em face do crescimento bruto acumulado de 62%, o PIB real *per capita* aumentou de 19,6% em 10 anos — medida teórica do incremento dos bens e serviços à disposição da comunidade brasileira. A diferença entre uma taxa e a outra foi o que absorveu a forte explosão demográfica no período, da ordem de 34%.

3. A comparação do comportamento dos índices do produto real na agricultura e na indústria mostra que indubitàvelmente a indústria constitui o centro dinâmico da economia. Entretanto, ela mesma pagou o duplo preço já mencionado, da inflação e agitação de um lado, dos curativos do outro: é suficiente observar a estagnação de 1963 em pleno *débâcle* político-econômico, e a queda de 1965, em decorrência das medidas saneadoras.

4. A fraqueza do setor agrícola é evidente, tanto pelo seu modesto crescimento (57,9% em 10 anos, ou seja, 17,7% em têrmos *per capita*), como pelas flutuações e inconstâncias do seu crescimento.

5. A evolução dos índices das principais produções industriais confirma considerações tecidas a respeito da indústria como um todo. A expansão é inegável, e, pode-se acrescentar, apesar das restrições habitualmente feitas quanto à produtividade, inegável mesmo nos setores governamentais da infra-estrutura e indústria de base. É, entretanto, expressivo que a própria produção de petróleo sofreu profundamente os efeitos das agitações político-sociais de 1962/1963, bem como os efeitos das medidas saneadoras após a Revolução de 1964.

DESENVOLVIMENTO

ÍNDICES — BASE: 1958 = 100

	População	P I B (defl.)	P I B per capita (defl.)	Prod. real agr.	Prod. real ind.	Prod. de energ. el. (1)	Prod. de aço (2)	Prod. de cimento	Prod. de petróleo
1959	103.0	107.3	104.2	105.3	112.9	107.1	112.1	101.3	124.7
60	106.1	114.5	107.8	110.5	124.2	120.0	128.5	118.2	156.5
1	109.2	122.8	112.2	118.9	137.6	132.4	141.5	124.4	183.9
2	112.5	129.4	114.7	125.4	148.3	144.9	144.0	134.0	176.5
3	115.8	131.5	112.9	126.6	149.2	146.7	166.0	137.1	188.7
4	119.3	135.6	112.9	128.3	156.7	156.3	176.4	147.1	176.1
5	122.8	140.9	113.8	146.0	140.3	160.2	188.6	147.8	181.5
6	126.5	145.7	114.1	143.1	166.9	176.4	206.2	159.6	224.3
7	130.3	152.8	116.2	153.3	171.7	183.2	206.5	169.3	282.8
8	134.2	(162.0)	(119.6)	(157.9)	(185.4)	(207.0)	(231.5)	(192.5)	(319.3)

(1) Rio—São Paulo Light, Caeeb, Cemig, Chesf, Furnas
(2) CSN, Usiminas, Belgo-Mineira.

ÍNDICES DE PREÇOS E DO CUSTO DE VIDA

Os índices de preços são calculados no Brasil além da Fundação Getúlio Vargas na esfera federal pela Fundação IBGE, Ministério do Trabalho (Departamento Nacional do Salário), Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) e pelo Ministério da Fazenda. Na esfera estadual, temos em **São Paulo** — Prefeitura do Município de São Paulo e Departamento de Estudos Econômicos da Bôlsa de Mercadorias; no **Rio Grande do Sul** — Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul (IEPE); em **Minas Gerais** — Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais; no **Paraná** — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Codepar) recentemente transformada em Banco de Desenvolvimento; no **Pará** — Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp); na **Guanabara** — Departamento Estadual de Estradas e Rodagem e Sindicato da Indústria de Construção Civil.

Os índices de custo de vida da classe operária vêm sendo calculados pelo Ministério do Trabalho desde 1948 nas capitais estaduais e têm por finalidade servir de base para os reajustamentos salariais. Realmente, nestes índices há um fato negativo a enumerar, êles baseiam-se em orçamentos familiares tomados em 1948 não considerando pois as mudanças ocorridas nos padrões de consumo e prática desta data.

Apresentamos a seguir a nova (1966) e a antiga ponderações utilizadas pela Fundação Getúlio Vargas no cálculo do custo de vida da Guanabara, bem como as ponderações do Ministério do Trabalho e da Prefeitura de São Paulo.

Ponderações (em percentagem).

Artigos	Fundação Getúlio Vargas — Antiga	Fundação Getúlio Vargas — Nova	Min. Trabalho	Pref. S. Paulo
Alimentação	43,0	45,15	50	42
Habitação	20,0	10,57	18	25,0
Vestuário	11,0	12,12	8	9,1
Art. de resid.	5,7	8,48		5,1
Farm. e Higiene	4,0	5,24		3,7
Serv. Pessoais	5,8	12,77	12	3,1
Serv. Públicos	10,5	7,67	12	5,6
Diversos	—	—	—	5,5

A queda do percentual no item habitação de 20% para 10% no período em que os aluguéis eram reajustados foi recebida com discussões. No entanto, no item artigos de residência houve um acréscimo, a participação do item que era de 5,7% passou para 8,48%. De um modo geral, sabendo-se que a amostragem baseou-se em rendas mensais entre um e quatro salários, reunindo total que engloba 75% da população da Guanabara, vê-se que essa ponderação pode variar razoàvelmente de família para família. Entretanto, o sistema utilizado para o cálculo é aceito internacionalmente podendo ser aperfeiçoado de acôrdo com os novos padrões de consumo.

-a-

AMAPÁ

O BRASIL ESQUECIDO FAZ-SE LEMBRAR: PROGRIDE

Em apenas 16 anos — entre 1950 e 1966 — a população do Território do Amapá aumentou de 34 477 para 100 mil habitantes. Em 1970, segundo as previsões estatísticas do IBGE, deverá elevar-se para 125 mil pessoas.

A que se deve êsse surpreendente surto populacional numa das regiões brasileiras em que era mais baixo o índice demográfico?

Criado em 1943, com uma área total de 140 mil km2, o Amapá, até bem pouco tempo, era uma das maiores e mais esquecidas partes da enorme Amazônia. Hoje, entretanto, nela se registra o maior ritmo de desenvolvimento econômico, num trabalho pioneiro em que a iniciativa privada coopera decisivamente com os podêres públicos para criar as condições básicas necessárias para a fixação do homem à terra, ao trabalho e ao progresso.

PIONEIRISMO — A região amazônica opõe múltiplas dificuldades para a sua conquista verdadeira. As imensas extensões territoriais, as distâncias entre os centros populacionais, o transporte difícil, o isolamento dos centros administrativos, o clima são fatôres adversos que tornam ainda mais difíceis todos os problemas, que se escalonam desde a posse da terra ao crédito bancário. Os obstáculos que se opõem à iniciativa desenvolvimentista são realmente imensos.

Foi nessa região que iniciou suas operações em janeiro de 1957 a Indústria e Comércio de Minérios S.A. — Icomi.

O ponto de partida foi um estudo do solo e do clima, para que se pudesse assentar o trabalho em bases racionais.

Estabeleceu-se um convênio com o Serviço Nacional de Meteorologia, através do qual cinco estações climatológicas principais deveriam ser instaladas e entrar em funcionamento o quanto antes. Três dentre essas estações já estão funcionando e a sua localização obedeceu a um critério de provável futura utilização agropecuária dos três tipos de solo comuns na região — os solos das várzeas úmidas, os de floresta e os de savana, desflorestados, lixiviados, quìmicamente pobres, mas com características físicas muito boas e de possível aproveitamento por uma tecnologia agrícola mais evoluída.

Um segundo convênio foi estabelecido com o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte — IPEAN, do Ministério da Agricultura, para um levantamento pedológico da região. Êsse levantamento está em plena execução em áreas prèviamente selecionadas para uma utilização imediata, em função das proximidades de mercados com capacidade para absorver a produção, bem como da possibilidade de seu escoamento.

A preocupação básica é produzir alimentos. Assim, o feijão, o arroz, o milhão, a cana-de-açúcar, a mandioca e as oleaginosas foram objeto do esfôrço inical.

Foram instalados quatro campos experimentais em diversos tipos de solo já selecionados pelo levantamento pedológico, e nêsses campos foram montados, com essas culturas, ensaios de competição entre variedades, adubação, espaçamento e épocas de plantio, ensaios que iriam definir os vários problemas das técnicas e das práticas agrícolas que deveriam ser adotadas pelos agricultores.

Vista aérea da Fazenda Campo Verde, núcleo pioneiro de abastecimento

A primeira batalha foi travada contra a natureza adversa. A Icomi venceu-a, implantando um projeto industrial em condições verdadeiramente extraordinárias, com a construção, em serra do Navio, de instalações para beneficiamento de minério — manganês — extraído de acôrdo com as normas da mais moderna técnica, e mais uma estrada de ferro, que rasga na selva um sulco de civilização por 200 quilômetros, e um embarcadouro especializado, à margem do Amazonas, com capacidade para carga de 1 500 toneladas por hora, em média.

Com perspectiva de êxito na primeira batalha, a Icomi lançou-se, quase ao mesmo tempo, à segunda, não menos importante no seu plano: a criação das condições de vida necessárias para o bem-estar de seus empregados. Para isso foram construídas duas cidades, com todos os requisitos de confôrto e todos os serviços essenciais para a vida de comunidades de trabalhadores e suas famílias, uma em plena floresta, e à beira do grande rio, a outra.

Implantadas na selva, necessário se tornava que essas comunidades se bastassem a si mesmas no que respeita aos meios de subsistência. O subseqüente esfôrço dos pioneiros concentrou-se no estímulo aos meios de produção de gêneros alimentícios. Àquela época, tudo, ou quase tudo que não espontâneamente oferecido pela natureza (caça, pesca, indústria extrativa) vinha do exterior — isto é, do resto do país. A produção local de alimentos reduzia-se à farinha de mandioca e alguns poucos outros produtos de pequena significação. Para alimentar satisfatòriamente os membros de suas comunidades, a Icomi era forçada a utilizar até aviões para o transporte, inclusive de legumes.

Dessa necessidade surgiu a fazenda Campo Verde, onde foi iniciada a criação de galinhas, porcos, e plantados legumes e cítricos.

IRDA E COPRAM

A visão dos pioneiros, porém, era mais ambiciosa e ampla, levando-os à conceituação global dos problemas de desenvolvimento de tôda uma região, e não apenas da parcela dêsse problema que afetava os interêsses das emprêsas. Para a solução dêsse problema geral, em seus múltiplos aspectos — econômico, cultural, social — surgiram, num esfôrço em que foram mobilizados recursos financeiros e técnicos das emprêsas do grupo Icomi, e a posterior cooperação do Govêrno territorial, do Govêrno federal e da USAID, através dos programas do chamado setor Alimentos para a Paz, o Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá — IRDA — e a Cia. Progresso do Amapá — Copram.

Instalado em 1966, o IRDA empenhou-se, inicialmente, na tarefa preliminar de levantamento dos dados existentes, trabalhos e estudos realizados que pudessem fornecer subsídios para um planejamento básico desenvolvimentista. Dessa coleta, organização e análise iniciais surgiu o primeiro projeto — o Projeto Atlas do Amapá, já publicado. Foi executado em colaboração com o Conselho Regional de Geografia e o Govêrno do Território. Nêle foram traçadas as linhas mestras a serem seguidas para um esfôrço integrado de desenvolvimento. O Atlas reuniu os conhecimentos esparsos existentes sôbre todos os aspectos do Território e permitiu que se estabelecesse um conceito básico de prioridades para os estudos subsequentes.

Nessa ordem de prioridades, salientavam-se os problemas pertinentes aos setores alimentação, saúde e educação. O primeiro passo, na passagem da teoria à prática, foi a ampliação das instalações da fazenda Campo Verde. Atualmente, a fazenda possui um aviário com capacidade para mais de 30 mil aves e pocilgas para mais de 500 suínos. Aviário e pocilgas estão passando por um processo de transformação em Centro de Produção de Matrizes, com capacidade para atender aos participantes do PDPA (Projeto de Desenvolvimento da Produção Animal), resultante de um convênio entre o Govêrno brasileiro e a USAID, para a intensificação da produção de alimentos básicos (aves, carne e leite).

Estudos realizados com a cultura da cana-de-açúcar, bem como o projeto de viabilidade econômica elaborado, resultaram na constituição e implantação da Central Açucareira do Amapá, que se processa no momento.

Os problemas da pesca foram investigados e demonstraram a existência de um grande potencial nos pesqueiros do litoral amapaense, capaz de permitir a implantação de uma indústria de alta rentabilidade e de grande significação para a balança de divisas do país.

Entretanto, entre todos os trabalhos até agora realizados pela Copram e pelo IRDA, o mais importante, talvez, foi o despertar da consciência do povo para a riqueza que possui e para a sua capacidade de possuir e utilizar essa riqueza, formando uma equipe de trabalho de alto nível técnico e administrativo.

A exploração do manganês, por um lado, criando condições de vida bastante favoráveis nas duas cidades construídas pela Icomi, importou em melhoria das condições de vida citadinas, favoreceu e ampliou o processo de emigração do campo para as áreas urbanas do Território. Esse êxodo determinou o aumento do consumo de produtos alimentares nas cidades, ao mesmo tempo em que determinava uma correspondente queda de produção agrícola. A situação tornou-se progressivamente mais crítica no setor do abastecimento, sendo que, em muitos casos, os gêneros alimentícios eram levados de Belém ou do Sul.

Promover condições para que a população local se bastasse a si mesma, no que se refere à alimentação, foi, assim, um dos principais problemas equacionados e estão sendo resolvidos pela ação conjunta do IRDA e da Copram, com o apoio do Ministério da Agricultura e da Divisão de Produção do Território.

O problema de pastagens para o gado também está sendo estudado. Grande número de variedades de gramíneas e leguminosas forrageiras foi introduzido e multiplicado, o que permitirá a fixação de um programa de formação e melhoria das pastagens, aprimorando-se a nutrição dos rebanhos, uma vez que o melhoramento zootécnico já vinha sendo objeto das preocupações do Ministério da Agricultura e do Govêrno do Território.

Os resultados dêsses trabalhos foram satisfatórios, estão sendo utilizados amplamente e começam a surgir iniciativas no setor da produção de alimentos, principalmente no que se refere à cultura da cana-de-açúcar, à formação de granjas leiteiras e à criação de aves e suínos.

Além dos notáveis esforços coordenados que as duas entidades empreendem, a emprêsa tudo faz para estimular a produção e o consumo. Assim é que instituiu a Operação Zona da Mata: tróleis da Estrada de Ferro do Amapá, percorrem uma vez por semana as linhas, adquirindo tudo quanto os colonos tiverem produzido. Isso assegura mercado comprador e estimula as culturas, que, de raras a princípio, são hoje numerosas e prósperas. Os colonos têm liberdade de vender a quem quizer, e a EFA transporta os produtos, pois, além de ser uma estrada de ferro industrial, assegura o tráfego de passageiros e de cargas.

Com o mesmo propósito foi instituída a Operação Amapari: embarcações da emprêsa percorrem o rio, a cujas margens, nos dias certos, correm os agricultoresh para a venda de seus produtos, completando-se as transações ali mesmo.

LEITE E OVOS

Ao iniciarem suas atividades o IRDA e a Copram a produção de leite nos arredores de Macapá era da ordem de 500 litros diários, para uma população de cêrca de 40 mil habitantes.

Pode-se avaliar por aí o aspecto crítico do problema da produção de leite.

A primeira etapa de um programa de desenvolvimento da produção seria a demonstração da viabilidade econômica dêsse mesmo programa. O IRDA mobilizou-se para a implantação de uma granja pilôto que servisse de base para o projeto, demonstrando sua viabilidade técnica e econômica e funcionando como centro de assistência técnica.

Considerando a importância da iniciativa, o Govêrno do Território reservou uma área para a experimentação e para mais dez granjas que viessem a se instalar nos arredores, dentro de sua própria estação experimental — o Pôsto Agropecuário de Macapá (Fazendinha).

As instalações da granja foram construídas ràpidamente, e 60 vacas holandesas foram transportadas do sul do país, dando-se início ao projeto. Simultâneamente, motivados pela ação catalisadora do IRDA, o Govêrno do Território e a Sudam entraram no projeto. A Sudam forneceu recursos para a aquisição de um plantel de gado holandês para a revenda aos granjeiros locais, reforçando o movimento iniciado pelo IRDA.

Hoje, a produção de leite das granjas dos arredores de Macapá já é da ordem de 1 500 litros diários, tendo triplicado em pouco mais de um ano. O objetivo da granja do IRDA é dar assistência técnica, revender sua produção de bezerros, de proporcionar treinamento de pessoal para o desenvolvimento de outras granjas.

O setor avícola foi sempre considerado o de mais fácil implantação, inclusive porque a Copram já dispunha de organização e experiência local. A primeira etapa foi a construção de uma fábrica de rações, com recursos fornecidos pela Sudam e pelo Govêrno do Território.

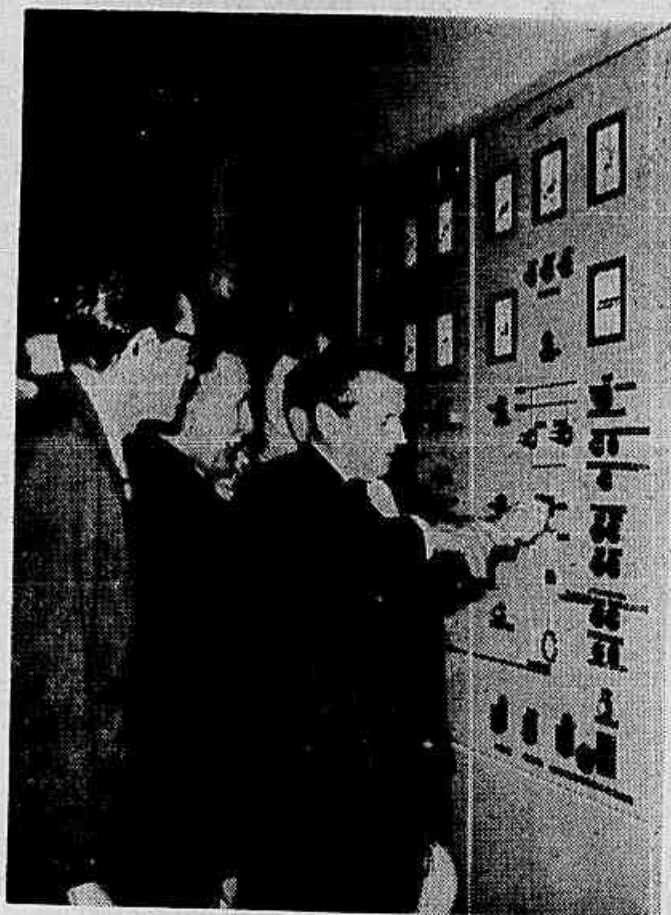
Ao mesmo tempo, a Copram dispôs-se a desmobilizar o seu parque avícola da fazenda Campo Verde, a fim de não competir com os pequenos produtores — dentro, aliás, da filosofia que presidiu à sua instalação: incrementar atividades pioneiras, transferindo-se, a seguir, para terceiros estimulados pelo exemplo. Poedeiras em plena produção e pintos de um mês começaram a ser cedidos aos participantes locais do projeto, de maneira a implantar-se um sistema de pequenos produtores, especialmente na área da colônia de Matapi, próximo à fazenda Campo Verde. Hoje, 11 produtores avícolas estão produzindo quase 200 mil ovos mensalmente, bem como cêrca de 40 mil aves, o que supre o mercado de Macapá e, inclusive, o da Icomi, cuja importação de aves e ovos de Belém vem se reduzindo incessantemente.

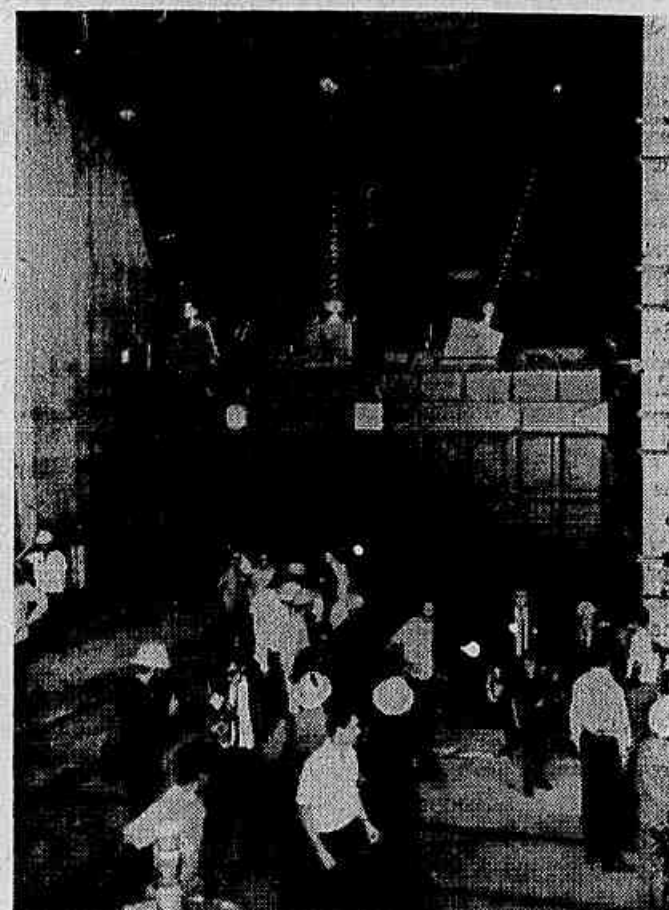
Do plantel de gado Nelore da Fazenda Campo Verde saem bezerros para dezenas de granjas

200 mil ovos mensalmente são produzidos pelas granjas oriundas da Fazenda Campo Verde

SÍMBOLO DE DESENVOLVIMENTO

O exemplo do Amapá é mais uma prova concreta, objetiva, da contribuição inestimável que a iniciativa privada pode proporcionar ao Govêrno para essa outra e tão importante etapa de pioneirismo que é o desenvolvimento do Brasil esquecido, o Brasil interiorano, o Brasil imenso onde, até há pouco, civilização era uma palavra de sentido apenas abstrato, sem nenhuma representação material.

No Amapá, êsse Brasil esquecido faz-se lembrar, porque progride. Vencendo a natureza hostil, implantando o progresso, promovendo o desenvolvimento sem fins lucrativos, a iniciativa privada, com o apoio e a compreensão não só dos governantes, como também da população local, está mudando a face do Amapá. Por isso, hoje, ali, o símbolo da Icomi não é apenas o símbolo de um empreendimento industrial: é o símbolo do próprio desenvolvimento.

O Governador Abreu Sodré coloca em funcionamento as três turbinas de Jupiá

URUBUPUNGÁ: ESTOPIM DE UMA REVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Em caráter experimental, as três turbinas de Jupiá entraram em funcionamento

São Paulo (Sucursal) — Quando o Governador Abreu Sodré colocou em funcionamento experimental, no dia 30 de janeiro último, as três primeiras turbinas do complexo hidrelétrico de Urubupungá, na Usina de Jupiá, teve início uma verdadeira revolução econômica e social brasileira. Quando estiver inteiramente concluído, em 1977, o conjunto de Urubupungá terá capacidade instalada de 4,6 milhões de kW, correspondendo a 76% de tôda a demanda de energia elétrica do Brasil em 1967.

Para se ter uma idéia do caráter ciclópico das obras, convém lembrar que a Usina de Jupiá (1,4 milhão de kW) consumirá 1 250 000 metros cúbicos de concreto, suficientes para poder construir 25 estádios iguais ao Maracanã. A Usina de Ilha Solteira (3,2 milhões de kW), por sua vez, consome 60 mil metros cúbicos de concreto por mês, suficientes para construir 10 edifícios de 30 andares cada um e com 1 000 metros quadrados por andar, correspondendo a um total de 2 800 000 metros cúbicos no final da obra.

O volume de terraplenagem necessário para a realização das obras de Ilha Solteira, com a movimentadação de 33 milhões de metros cúbicos de terra e a escavação de 3 milhões de metros cúbicos de rochas, corresponde à remoção do Pão de Açúcar, na Guanabara. A barragem dessa usina permitirá represar um volume de água equivalente a seis vêzes o da baía da Guanabara, formando um lago com 1 200 quilômetros quadrados. Finalmente, a energia elétrica a ser produzida em Ilha Solteira poderá abastecer 70 cidades como Pôrto Alegre.

POLITICA ÚNICA

A ausência de uma política única de produção e distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo obrigou o Govêrno paulista a criar, em dezembro de 1966, a emprêsa de maior capital social da América do Sul, atualmente com NCr$ .... 2 137 910 000,00 — as Centrais Elétricas de São Paulo S.A. Para a direção da emprêsa, foi designado o engenheiro Lucas Nogueira Garcez.

A ação do Estado no setor de energia elétrica, entretanto, já vinha se acentuando desde a década de 1950. Nesse período constatou-se que as companhias concessionárias de serviços de energia elétrica não acompanhavam o ritmo de crescimento de outros setores da economia paulista, inibindo mesmo essa expansão. Isto porque as concessionárias não dispunham de condições para realizar os vultosos investimentos característicos da indústria de energia elétrica. O Estado dispôs-se, então, a suplementar as atividades das concessionárias com a construção de usinas geradoras e linhas de transmissão sob alta tensão.

A inexistência de um órgão coordenador eficiente, por parte do Govêrno, por outro lado, possibilitava a existência de atividades conflitantes entre as diversas emprêsas e a dispersão de recursos, dificultando os empréstimos internacionais. A diversidade administrativa impossibilitava, também, a padronização de métodos e a coordenação de esforços, provocando um desperdício de atividades e recursos.

Êsses obstáculos, entretanto, foram ultrapassados com a criação da Celp, que aglutinou 11 emprêsas de energia elétrica, entre as quais cinco pertencentes ao Estado: as Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. — Celusa, as Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. — Uselpa, a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo S. A. — Cherp, a Bandeirantes de Eletricidade S. A. — Belsa e a Companhia Metropolitana de Paraibuna S. A. — Comepa.

A fusão possibilitou a elaboração de um programa único e racional da indústria estatal de energia, planificando os investimentos ao longo do tempo e a operação das instalações já existentes com o objetivo de conseguir o máximo de rentabilidade. A execução dos programas é beneficiada pela concentração dos recursos existentes e pelas facilidades de diálogo entre a companhia e as entidades do Govêrno federal e órgãos financeiros internacionais por se tratar do único e autorizado representante do Estado no setor.

A CESP constitui a emprêsa de maior capital-social da América do Sul, atingindo um total de NCr$ 2 137 910 000,00, distribuídos da seguinte maneira:

Govêrno do Estado de São Paulo: NCr$ 1 906 701 092,40, correspondendo a 89,185% do capital total da emprêsa; outros Estados (Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina): NCr$ 653 425,60 ou 0,031%; prefeituras do interior do Estado de São Paulo: NCr$ 608 675,60 ou 0,028%; companhias distribuidoras de energia elétrica: NCr$ 179 002,60 ou 0,008%; particulares: NCr$ 628 012,00 ou 0,03%.

As sociedades de participação da União e de Estados são responsáveis por 10,718% do capital total, ou seja, NCr$ ...... 229 139 791,80, distribuídos da seguinte maneira: Eletrobrás, NCr$ 220 779 140,80; Companhia Paulista de Fôrça e Luz — CPFL, NCr$ 20 612,00; Cia. Paranaense de Energia Elétrica — Copel, NCr$ 8 317 366,40; Centrais Elétricas de Minas Gerais — Cemig, NCr$ 20 612,00; e Cia. Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul — CEEE, NCr$ 2 060,60.

MARCO BANDEIRANTE

Ao acionar experimentalmente as três primeiras turbinas de Jupiá, o Governador Abreu Sodré disse que "o gesto de São Paulo, construindo Urubupungá, é de essência, amplitude, consequência e alcance brasileiro por excelência. Êste é o marco — como fêz Rapôso Tavares, devastando o continente — que consolida a política de integração nacional que, como foi a unidade do país, ao longo do império, no século XIX, é o grande desafio às gerações contemporâneas, no derradeiro quartel do século atual."

O conjunto de Urubupungá compreende duas usinas hidrelétricas que estão sendo construídas no rio Paraná: Jupiá, a jusante, e Ilha Solteira, a montante da foz do rio Tietê.

Iniciada em 1962, a Usina de Jupiá será posta em funcionamento ainda durante êste semestre, enquanto a Usina de Ilha Solteira sòmente deverá iniciar suas atividades em 1973. As duas usinas juntas constituirão o maior complexo energético do mundo ocidental, só superado pelas usinas de Krasnoyarsk, com capacidade para 6 milhões de kW, e Bratsk, com capacidade para 5 milhões de kW, ambas na União Soviética. O conjunto de Urubupungá será duas vêzes maior que a famosa Usina de Assuã, ainda em construção no Egito e que terá uma capacidade total de 2,3 milhões de kW.

CONSCIÊNCIA SOCIAL

Consciente do alto sentido social de que Jupiá se reveste, o Governador Abreu Sodré recomendou, ao assumir o Govêrno, há dois anos, que o programa energético fôsse encarado como de caráter prioritário, determinando a aceleração das obras, apesar das dificuldades financeiras encontradas no início, devido à má situação financeira do tesouro estadual.

A Usina de Jupiá está localizada 10 quilômetros abaixo da confluência dos rios Paraná e Tietê, na divisa de São Paulo com Mato Grosso. As cidades mais próximas são Castilho, em território paulista, e Três Lagoas, em Mato Grosso. Quando concluída, terá 14 unidades geradoras de 100 mil kW cada, além de mais duas unidades auxiliares, de 5 mil kW. Cada unidade é constituída por gerador e turbina Kaplan, de eixo vertical, para uma queda nominal de 21 metros e uma vazão normal de 542 metros cúbicos.

À esquerda da casa da fôrça — onde ficam as unidades geradoras — está localizado o vertedouro da barragem. São quatro vãos de superfície e 37 vãos de fundo. Os primeiros permitem uma vazão de 1 365 metros cúbicos por segundo em cada um e os demais, 1 200 metros cúbicos por segundo. Em cada segundo, portanto, os vãos podem dar vazão a uma cheia de 50 mil metros cúbicos.

Na margem esquerda do rio Paraná, a barragem — de 1 900 metros de comprimento — é de terra, do tipo de seção homogênea, fundada parte em rocha e parte em depósitos aluvionários. À direita, a barragem tem cêrca de dois quilômetros de comprimento, mas com a parte de concreto a barragem atinge a extensão total de 5 629 metros. A sua altura, no eixo do rio, é de 42 metros.

O reservatório de Jupiá tem capacidade para 3,1 bilhões de metros cúbicos de água, ocupando uma extensão de 60 quilômetros, quase chegando a se unir com o reservatório de Ilha Solteira. Para a construção dêsse reservatório, que abrange uma área de 352 quilômetros quadrados, foi necessário construir uma cidade inteiramente nova para os moradores de Itapura, que ficou totalmente submersa.

O volume de terra compactada em Jupiá atingiu 4 milhões de metros cúbicos e o volume de rochas escavadas atingiu um total de 2 milhões de metros cúbicos. Foi gasto ainda um total de 1 milhão e 300 mil metros cúbicos de concreto nas obras da barragem.

CUSTO TOTAL

O custo total do conjunto hidrelétrico de Urubupungá está calculado em aproximadamente 900 milhões de dólares, o que corresponde a cêrca de 3 bilhões e 400 milhões de cruzeiros novos. Uma parte considerável dêsse empreendimento, entretanto, será financiada por organismos internacionais.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento concedeu, inicialmente, um empréstimo de US$ 13 250 000,00 para a construção de Jupiá, mas até o fim do ano de 1967 haviam sido gastos apenas US$ 63 283,81. Em 29 de junho de 1967, a CESP assinou nôvo contrato com o BID, no valor total de 34 milhões de dólares para a construção da Usina de Ilha Solteira, destinado a cobrir, principalmente, a importação de equipamento de construção (US$ 20 milhões) e compras, no país, dêsse mesmo tipo de equipamento (US$ 4,7 milhões), matéria-prima para as comportas, assistência técnica do exterior e pagamento de juros do empréstimo durante o período de carência. O contrato estabelece um período de amortização de 20 anos, dos quais cinco de carência, com juros de 6,5% ao ano e taxa de compromisso de 1% ao ano.

Em 1967 a CESP recebeu ainda os equipamentos eletromecânicos provenientes do financiamento de US$ 59 163 000,00 do Gruppo Industrie Elettro Meccaniche per Impianti All'Estero — GIE, Milão, para a Usina de Jupiá. Até o final de 1967, o valor acumulado da utilização do financiamento atingiu o montante de US$ 22 milhões, sendo US$ 12 031 000,00 correspondente a fornecimentos das primeiras unidades geradoras, material para a linha de transmissão Jupiá-Bauru-Cabreúva, de 400 kW, matéria-prima para fabricação local do equipamento hidráulico e assistência técnica.

— Outro aspecto, de caráter inédito em nosso país, na concorrência internacional para a aquisição do conjunto de turbinas, para a Usina de Ilha Solteira, a mais vultosa concorrência realizada na América do Sul, foi a decisão do atual Govêrno do Estado de impor aos licitantes das nações interessadas a participação mínima de 30% de componentes brasileiros nos equipamentos oferecidos à licitação. Compelimos, pois, na saudável e fecunda política de justa proteção ao trabalho e à produção brasileira, a associação de empreendedores estrangeiros e nacionais e de tecnologia, assegurando, ainda, a abertura de milhares de novos empregos. Decisão inafastável que tomamos, sem consideração de outros fatôres, senão da qualidade, preços e vantagens extensivas ao empresário nacional, afirmou o Governador Abreu Sodré no dia da inauguração, em caráter experimental, de três das 14 turbinas de Jupiá.

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

A zona de influência do conjunto hidrelétrico de Urubupungá se estenderá por um círculo de 600 quilômetros de raio, abrangendo ao todo ou em parte os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Brasília, ou seja, tôda a região Centro-Sul do país, a econômicamente mais desenvolvida e de maior densidade demográfica.

Essa região representa, aproximadamente, 80% da demanda nacional de luz e fôrça e nela estão localizadas as grandes concentrações de carga da região, localizadas nos Municípios de São Paulo, Santo André, São Bernardo e São Caetano, em Campinas, na zona industrial de Belo Horizonte, na área siderúrgica do vale do Paraíba e no parque industrial da Guanabara. Nessa área estão localizados 43% da população do Brasil, registrando-se a mais alta taxa de urbanização do país.

De acôrdo com os dados recolhidos pelo Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, o crescimento médio da população desta zona registra uma taxa anual de 3,61%. Em 1950, esta população, abrangendo os setores urbano e rural, era de 21 077 000. Dez anos depois, em 1960, havia se elevado para 28 855 000, devendo atingir 41 140 000 habitantes em 1970.

Um ano antes do início das operações comerciais da Usina de Ilha Solteira, em 1972, a população da região deverá ter atingido um total de 42 430 000 habitantes. Um ano depois, em 1974, 47 022 000. Quando já estiverem em operação tôdas as 20 unidades da nova usina, em 1977, o total da população deverá ser de 52 918 000 habitantes e, três anos depois, em 1980, de 59 741 000.

Segundo o Governador Abreu Sodré, o sistema de Urubupungá apresentará efeitos multiplicadores na economia de tôda a região Centro-Sul do país, pois abrange sete Estados que concorrem com 60% do Produto Nacional Bruto, 70% de sua produção industrial, 42% da produção agropecuária, 80% do valor global dos tributos arrecadados no país, e 80% da demanda nacional de energia elétrica.

— O conjunto hidrelétrico de Urubupungá produzirá um total de 20 bilhões de kW/h por ano, representando 76% da produção nacional de eletricidade ao nível de 1967. É um monumento dinâmico de trabalho e audácia da administração, da engenharia e do trabalhador brasileiros — disse o Sr. Abreu Sodré, acrescentando:

— O investimento global de 900 milhões de dólares; a plena maturidade tecnológica de nossa engenharia; a compreensão integrada das finalidades multiplicadoras da geração energética; o aproveitamento múltiplo dos rios; a abertura da navegabilidade fluvial, que vinculará o nosso extremo-norte à bacia do Prata — o liame integracionista da Nação — todo êste complexo multiplicar-se-á, assim, no desdobramento de sua influência, na vasta região que domina, pois a eletricidade é a geratriz da cultura, da civilização, da tecnologia, do progresso social e da elevação dos níveis de emprêgo.

ALGUNS BENEFICIOS

A região Centro-Sul do país será direta ou indiretamente beneficiada com a construção do complexo hidrelétrico de Urubupungá, principalmente nos aspectos de eletrificação rural, irrigação, piscicultura e navegação fluvial, entre outros.

A pecuária contará com mais um fator de progresso ao seu lado — a eletrificação rural, de primordial importância no preparo das forragens para os rebanhos, resfriamento do leite, ordenha mecânica, aquisição de máquinas para beneficiamento da produção, etc.

Com a vazão do rio Paraná, regularizada pelas barragens de Urubupungá, será possível o aproveitamento de terras anteriormente sujeitas a inundações periódicas, além de permitir a irrigação racional de tôda a área cultivada.

Será possível, ainda, o aproveitamento dos reservatórios para o incremento da piscicultura, pois os 155 510 hectares de seus lagos permitirão que a produção de pescado de água doce atualmente registrada no Estado de São Paulo seja duplicada.

As barragens de Jupiá e Ilha Solteira serão dotadas de eclusas que permitirão a navegação fluvial, em conexão com o plano já elaborado para o rio Tietê, de modo a possibilitar a navegação fluvial desde as proximidades da capital até o Salto de Guaíra, no rio Paraná, trazendo um grande desenvolvimento às regiões servidas, o que possibilitará um desenvolvimento mais harmônico da economia de tôda a região Centro-Sul do país.

NA LINHA DE DEMANDA

De acôrdo com os dados elaborados pelo Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, em fins de 1972, pouco antes do início das atividades da Usina de Ilha Solteira, a demanda de ponta máxima deverá ser de 9 mil MW e a oferta de 9 902 MW. No mesmo período, a demanda de ponta mínima deverá ser de 8 600 MW e a oferta de 9 602 MW.

Na mesma época, a demanda de base máxima será de 5 800 MW e a oferta de 5 842 MW. Por outro lado, a demanda de base mínima deverá atingir 5 500 MW e a oferta 5 572 MW.

Em fins de 1977, quando tôdas as 14 unidades da Usina de Jupiá e as 20 unidades da Usina de Ilha Solteira já estiveram em funcionamento, estas cifras ter-se-ão elevado para: demanda de ponta máxima, 15 mil MW; oferta de ponta máxima, 16 549 MW; demanda de ponta mínima, 13 500 MW; oferta de ponta mínima, 14 948 MW; demanda de base máxima, 9 800 MW; oferta de base máxima, 9 869 MW; demanda de base mínima, 8 800 MW; e oferta de base mínima, 8 779 MW.

Demanda de ponta significa o valor máximo de potência solicitado pela rêde consumidora de energia. Demanda de base é o valor mínimo da potência solicitada pela rêde consumidora de energia elétrica.

Oferta de ponta significa o valor máximo de potência gerada e colocada à disposição da rêde consumidora de energia elétrica. Oferta de base é o valor mínimo da potência gerada colocada à disposição da rêde consumidora de energia elétrica.

Para trazer a energia elétrica produzida por Jupiá, desde as margens do rio Paraná até a região da Grande São Paulo, foi construída uma linha de transmissão mais conhecida por Linhão, em duas seções: uma de Jupiá até Cabreúva, numa extensão de 548,13 quilômetros, e outra de Cabreúva até a Usina Edgar de Sousa, da Light, em Santana do Parnaíba, com 32,50 quilômetros de extensão. No primeiro trecho, a tensão será de 400 mil volts e, no segundo, de 230 mil volts.

Na sustentação dessa linha de transmissão, foram implantadas 1 291 tôrres de Jupiá a Cabreúva, e mais 80 de Cabreúva à Usina Edgar de Sousa. Cada tôrre tem 42 metros de altura e o lançamento dos cabos foi realizado por meio de nova técnica em que, em momento algum, os condutores tocam o solo. O estiramento de tôrre a tôrre foi totalmente aéreo, com equipamento especializado, principalmente duas máquinas usadas pela primeira vez no Brasil: o tensionador e o puller, ou puxador. O custo total do Linhão é superior a 30 milhões de dólares.

USINA DE IBITINGA

Ainda no decorrer dêste mês, o Governador Abreu Sodré colocará em funcionamento o primeiro dos três geradores da Usina de Ibitinga, no médio rio Tietê, correspondendo à potência de 38 200 kW. Os outros dois geradores serão acionados até o fim dêste ano, totalizando 114 600 kW.

Esta Usina está situada no rio Tietê, à altura da ilha de Tambaú, a 17 quilômetros da cidade de Ibitinga. Cada uma de suas três unidades geradoras terá uma capacidade de 38 200 kW e a capacidade geradora da Usina, quando concluída, poderia abastecer qualquer cidade do país, com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro.

A barragem do reservatório, mista de terra e concreto, tem, em sua crista, 1 490 metros de extensão, altura máxima de 31,50 metros e queda útil de 21 metros. O reservatório comporta um armazenamento útil de 52 milhões de metros cúbicos de água, cobrindo uma área de cêrca de 120 quilômetros quadrados e permitindo uma descarga mínima, regularizada, de 253 metros cúbicos por segundo.

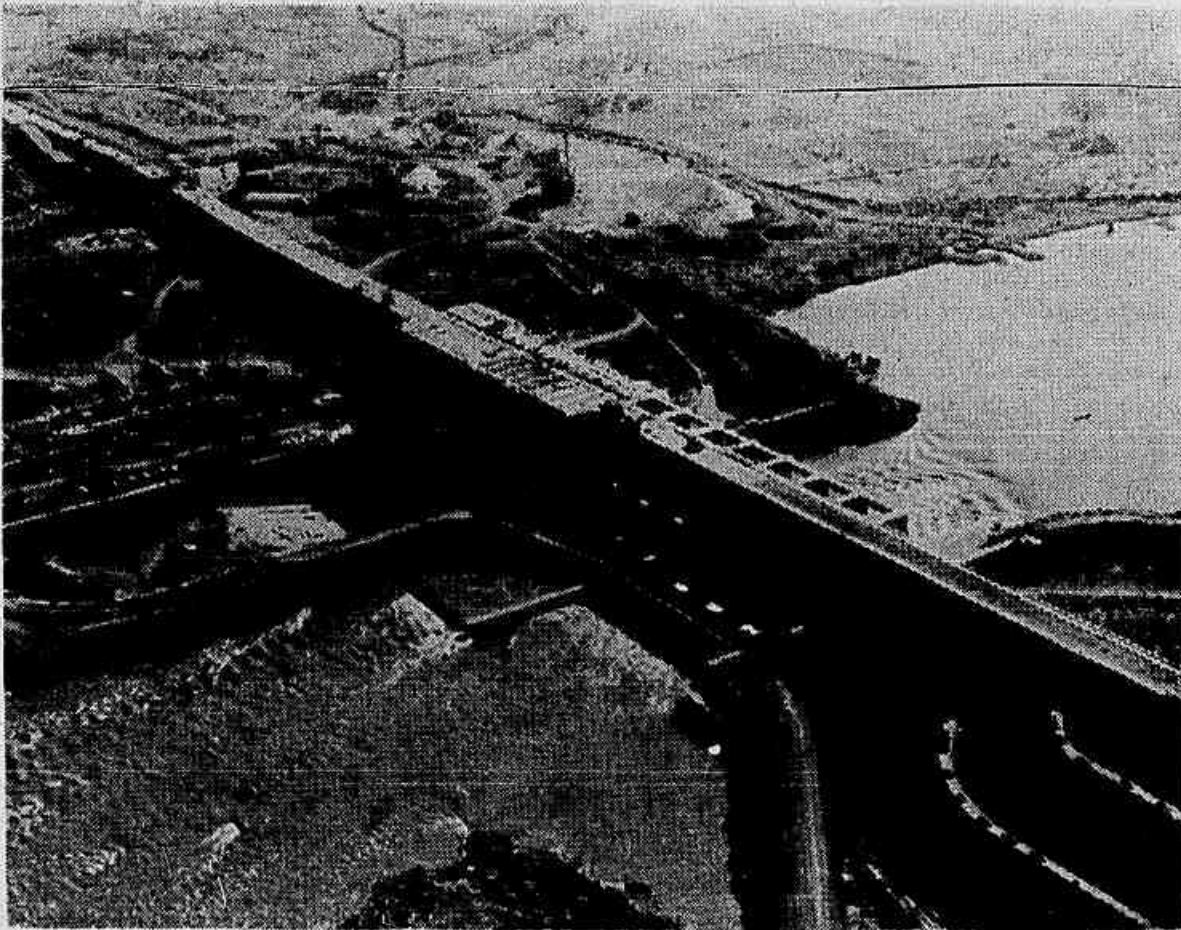
A CESP construiu três linhas de transmissão: duas com 60 quilômetros de extensão, ligando a Usina de Ibitinga à Usina Ministro Álvaro de Sousa Lima, em Bariri, e outra, de 200 quilômetros, levando energia às regiões de Catanduva, São José do Rio Prêto e Votuporanga.

Na opinião do Governador Abreu Sodré, esta e outras obras do setor energético, já em execução ou em fase de planejamento, não devem apenas satisfazer às necessidades imediatas das populações. Por isso, as obras são executadas com vistas ao futuro para que, daqui a 31 anos, estejam atualizadas e possam atender às contínuas necessidades das gerações futuras.

Recentemente o Governador Abreu Sodré, referindo-se a êsse problema, salientou: "A tarefa que nós, governantes, temos que entregar acabada às gerações que nos vão suceder é a promoção do nosso desenvolvimento econômico."

A Usina de Ibitinga, entretanto, não é importante apenas do ponto-de-vista do aumento da capacidade energética do Estado. Juntamente com outras usinas do médio Tietê — Barra Bonita e Ministro Álvaro de Sousa Lima, já construídas, e Promissão, em construção — permitirão o aproveitamento do rio Tietê para a navegação fluvial por estarem dotadas eclusas.

Estas têm a forma de caixões de concreto, dotadas de comportas e construídas perpendicularmente às barragens. Quando uma embarcação necessita vencer o desnível existente entre o reservatório e o curso do rio, as comportas são abertas e fechadas, uma de cada vez, de modo que as seções de eclusa em que a embarcação se encontra se encham ou esvaziem de água, para fazer baixar ou elevar o barco.

Quando o conjunto das eclusas das quatro usinas do médio Tietê estiver construído, o rio será navegável desde Pôrto Feliz até Promissão, numa extensão de 400 quilômetros, aproximadamente. Esse trecho será navegável até 1971 e, posteriormente, será construído o trecho entre Promissão e o rio Paraná, estabelecendo, definitivamente, a interligação da navegação fluvial do rio Tietê com o Paraná.

Esta é a Usina de Ibitinga

CRÍTICA E DESTINO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL

CARLOS ALBERTO WANDERLEY

A simples verificação dos quadros estatísticos das aplicações do sistema bancário brasileiro no crédito rural durante o ano de 1968 nos conduz às seguintes conclusões: a) que o saldo das operações cresceram, de janeiro a dezembro, na proporção de 81%; b) que a participação dos bancos comerciais no total das aplicações cresceu de 26,7% em janeiro para 38% em dezembro.

Nem a elevação do volume de aplicações nem o crescimento da participação da rêde comercial (obtida compulsòriamente) representam necessàriamente maior rendimento do sistema. Mas são indicadores respeitáveis e, sobretudo, importantes passos para a consolidação de uma política de crédito rural orientado.

POR QUE MAIOR CRÉDITO NÃO É EM SI IMPORTANTE

A mera injeção financeira no campo, sem outras medidas paralelas, poderia levar o produtor rural financiado a duas hipóteses: a) a não poder pagar o empréstimo adquirido por falta de rentabilidade de sua atividade, capaz de suportar os custos financeiros do empréstimo; b) a preferir aplicar os recursos do empréstimo em uma atividade mais rentável — até mesmo comprar letras de câmbio — beneficiando-se da diferença de taxas.

Uma e outra hipóteses efetivamente aconteceram, em certa medida, na fase de implantação do sistema, quando o objetivo definido consistia apenas em acionar a rêde privada para ingressar no sistema.

A primeira etapa registrou apenas, portanto, êxitos quantitativos de aplicação de recursos no campo, abrindo caminho para posterior aperfeiçoamento do sistema, tendo em vista o melhor aproveitamento dos financiamentos. O objetivo do sistema de crédito rural não poderia, no entanto, limitar-se a uma injeção financeira no setor. Seu resultado seria sempre uma das duas ou as duas hipóteses citadas acima se não houvesse a preocupação de considerar os recursos aplicados como meio de obtenção de elevação da produtividade rural.

COMO FORAM UTILIZADOS OS FINANCIAMENTOS

Afora as distorções citadas, apurou-se que nos primeiros meses da Resolução 69 alguns empréstimos realizados pelos bancos privados mantinham três características dissonantes dos seus objetivos centrais:

a) certos bancos preferiram realizar empréstimos em número reduzido e valor unitário médio mais elevado. Para isto, deram preferência aos grandes produtores rurais, pois realizando operações em menor número, seu custo operacional, para o mesmo valor aplicado, era menor. Além disso, tratando-se de grandes proprietários, geralmente com bens também nas cidades, as operações poderiam ser lastreadas em maior garantia.

b) de um modo geral, os bancos deram preferência às operações de financiamento de comercialização da produção rural em detrimento do custeio e de investimentos rurais. Estas últimas exigiriam prazo e risco maiores, além de alguma técnica de operação.

c) a verificação mais importante foi a de que os bancos não tiveram maior empenho e pessoal habilitado para fiscalizar a utilização dos financiamentos feitos, e muito menos condições de orientar a boa utilização dos recursos aplicados.

Para que tivesse sentido o esfôrço feito no sentido de levar a rêde bancária a se enquadrar no sistema e para que tivesse justificativa o montante dos recursos aplicados, os pontos acima teriam de ser corrigidos — fato que caracterizaria a segunda etapa da implantação do crédito rural.

A RÊDE BANCÁRIA COMO CENTRO DO SISTEMA

A Resolução 69, de 22 de setembro de 1967, cuja vigência teve início em princípios de 1968 caracterizou a primeira etapa da implantação do sistema de crédito rural. Sua filosofia foi a de que a disponibilidade de recursos deve ser a primeira preocupação de qualquer esfôrço para a melhoria da produtividade rural, antes que o esfôrço seja abandonado por falta de base financeira. Além disso, a rêde bancária, com suas 8 056 agências que assistem quase todo o território nacional, seria o veículo mais eficiente de comunicação com o produtor rural.

A segunda etapa tem como característica a Circular 102, de agôsto de 1968, que procura corrigir os principais desvios da primeira etapa, forçando o sistema bancário a seguir três critérios em sua atuação: a) estabelecer um critério de maior difusão dos empréstimos, atendendo maior número de produtores rurais com operações menores; b) limitar suas aplicações dirigidas ao financiamento da comercialização, reservando parcelas para atender igualmente ao custeio e investimentos rurais; c) associar suas aplicações a fiscalização e assistência técnica.

Se a Resolução 69 teve como efeito prático simplesmente obrigar os bancos a dirigirem 10% de seus depósitos para aplicações rurais (a juros máximos de 18% ao ano), a Circular 102 teve em vista a utilização adequada dêste fluxo financeiro. Nesta segunda etapa, os recursos voltados para o campo deverão ser condicionados ao seu efetivo papel de veículos para introdução de melhor tecnologia. Nesse ponto assumem maior importância as entidades prestadoras de assistência técnica, como a ABCAR, e ganham mercado as emprêsas particulares com êste mesmo objetivo. Dezenas destas firmas já foram registradas no Banco Central, pois aos bancos comerciais é facultado prestar diretamente a assistência técnica aos seus financiados ou fazê-lo através de um convênio com entidades ou firmas especializadas.

A OFENSIVA DA TECNOLOGIA RURAL

A proliferação destas firmas e o desenvolvimento dessas entidades de assistência técnica rural pode levar a um movimento efetivo de impulso à melhoria da atual tecnologia rural. O sistema da Resolução 69/Circular 102 lhe garante o mercado, já que poucos bancos ousam investir na organização de um departamento próprio para prestação de assistência aos financiados rurais.

Estarão assim sendo criadas condições para uma nova etapa do sistema, capaz de induzir à transformação de muitas propriedades rurais em modernas emprêsas agrícolas, dotadas de técnica capaz de resultar em melhor produtividade e maior rentabilidade. É quando assumem maior importância as aplicações em investimentos rurais, resultado de um planejamento global em cada Estado.

Êste é certamente o caminho que se insinua para o sistema de crédito rural brasileiro: o de um planejamento regional das aplicações dos recursos bancários disponíveis, dentro de critérios técnicos de cuja formulação participem os órgãos públicos e privados que lidam com a assistência técnica à agricultura — e, que, portanto, tenham condições não apenas de definir prioridades, como também de dosar as diversas parcelas que devem se voltar para investimentos, custeio e comercialização agrícola.

O QUE DIZEM OS NÚMEROS

Ambos os quadros que ilustram esta reportagem foram construídos com dados fornecidos pelo Banco Central, através da Gerência de Coordenação do Crédito Agrícola (Gecri). Ambos se referem à evolução do saldo dos empréstimos ao crédito rural, mês a mês, em 1968 e a unidade é NCr$ .. 1 000,00.

No quadro n.º 1 são especificadas as diversas parcelas do saldo global, onde se verifica o grande crescimento das aplicações feitas de acôrdo com a Resolução 69 pela rêde privada.

No quadro n.º 2 é visível que embora o Banco do Brasil prossiga elevando seu ritmo de aplicações em atividades rurais (muito além do que lhe impõe a Resolução 69), o crescimento das aplicações privadas é mais veloz. Em 31-12-68 o saldo das aplicações no crédito rural era equivalente ao saldo das operações de aceites cambiais e aproximadamente o mesmo nível do papel-moeda em circulação.

QUADRO I

Mês	FNRR	Res. 69 (BB)	Res. 69 Rêde priv.	Res. 5	BB (—R. 69)	Total
J	161 952	1 384 457	254 862	240 152	413 573	2 454 996
F	163 546	1 427 929	280 003	242 098	576 457	2 690 033
M	175 047	1 467 980	403 150	245 728	540 163	2 832 068
A	179 868	1 461 251	674 190	252 213	520 326	3 087 848
M	187 382	1 500 401	842 493	281 816	550 214	3 362 306
J	193 299	1 535 414	903 655	300 577	593 728	3 526 673
J	180 897	1 642 780	913 375	320 009	636 625	3 693 686
A	183 476	1 570 472	1 136 823	331 928	706 118	3 928 817
S	195 010	1 617 964	1 024 973	324 866	745 408	3 908 221
O	233 613	1 714 782	1 058 824	347 646	800 377	4 155 242
N	253 217	1 827 796	1 084 110	367 842	813 608	4 346 573
D	271 102	1 930 722	1 048 035	372 460	828 902	4 451 221

(em NCr$ 1 mil). Fonte: Banco Central.

QUADRO II

	Rêde Privada	BB	Total
J	656 966	1 798 030	2 454 996
F	685 647	2 004 386	2 690 033
M	823 925	2 008 143	2 832 068
A	1.106 271	1.981 577	3 087 848
M	1 311 691	2 050 615	3 362 306
J	1 397 531	2 129 142	3 526 673
J	1 414 281	2 279 405	3 693 686
A	1 652 227	2 276 590	3 928 817
S	1 544 849	2 363 372	3 908 221
O	1 640 083	2 515 159	4 155 242
N	1 705 169	2 641 404	4 346 573
D	1 691 597	2 759 624	4 451 221

(em NCr$ 1 mil) Fonte: Banco Central.

NAVEGAR NO TIETÊ SERÁ UMA AGRADÁVEL REALIDADE

São Paulo (Sucursal) — A par das realizações rodoviárias de grande vulto — como a Rodovia Presidente Castelo Branco e Rodovia do Imigrante — o Governador Abreu Sodré está empenhado em tornar navegável o sistema hidroviário Tietê-Paraná, com a finalidade de incrementar a instalação de estaleiros ao longo dêsses rios e baratear o custo de transporte de gado.

Para concretizar êsse projeto estão em construção grandes reprêsas formadas por barragens, quase tôdas como parte de conjuntos de centrais elétricas. Cada uma terá uma eclusa — conhecida como degrau da navegação fluvial — para permitir a passagem da embarcação de um para outro lago, com diferenças de nível de 22 a 25 metros.

RIO REVOLTADO

O rio Tietê é conhecido com o *rio revoltado* porque foge do mar. Nasce nos contrafortes da serra do Mar — pouco acima da nascente do rio Paraíba — e se dirige ao interior do Estado de São Paulo na direção sul-noroeste indo desaguar no rio Paraná. Percorre mais de 800 quilômetros, atravessando uma região rica em calcário e pecuária.

A jusante de Pirapora o rio pràticamente desaparece, não passando de um riacho de pequenas dimensões. Só volta a apresentar um volume de água considerável depois que recebe os rios Jundiaí e Capivari. Depois, à altura da cidade de Laranjal Paulista, recebe o rio Sorocaba, tornando-se a partir daí um rio de grande potencial energético.

RIO DAS BANDEIRAS

O Tietê tem sua história ligada diretamente à história dos bandeirantes, pois foi o caminho utilizado para a penetração. Apesar de ser seccionado por muitas corredeiras, serviu por muito tempo à navegação.

De Pôrto Feliz saíam as bandeiras e mais tarde as embarcações que levavam suprimentos para as localidades que se formavam ao longo das margens. Mais tarde, barcos de maior porte começaram a navegar em suas águas, transportando café e cana-de-açúcar. As corredeiras e saltos eram transpostos depois de um demorado e difícil serviço de baldeação, muitas vêzes necessitando a utilização de carros de bois por muitos quilômetros.

A partir de 1900 essa navegação foi tomando aspectos mais empresariais. A Estrada de Ferro Sorocabana, que na época se chamava Ituana, utilizava embarcações fluviais para levar cargas até seus trilhos, que partiam de Itu. O prolongamento dos trilhos até a capital, a abertura de modernas estradas de rodagem e a decadência das culturas do vale do Tietê foram os principais fatôres da queda na movimentação de mercadorias ao longo do rio. Em 1951, a Estrada de Ferro Sorocabana encerrou suas atividades no rio Tietê e os seus dois últimos navios foram abandonados: o *Sousa Queirós* e o *Visconde de Itu.*

RIO OPEROSO

O Tietê, a partir de 1900, passou por alterações do curso que prosseguem até hoje. Naquela época foi inaugurada a primeira hidrelétrica da América Latina, situada em Santana do Parnaíba. A sua instalação foi um verdadeiro assombro, pois produzia 10 mil kW. Com essa energia, a capital paulista substituiu os lampiões a gás pelas lâmpadas incandescentes, instalou um serviço de bondes e a indústria começou a florescer.

Com o crescimento urbano e industrial, a fauna e a flora do rio Tietê, no trecho compreendido dentro da capital paulista, pràticamente desapareceu. Ainda foi barrado para suprir o reservatório Billings. Um sistema de bombas, que funciona em *Edgar de Sousa* leva a água do rio para a reprêsa, que abastece a principal usina hidrelétrica da capital com um potencial energético de 900 mil kW em vias de ser aumentado para 1 200 mil kW.

FATOR DE DESENVOLVIMENTO

A navegação no Tietê e Paraná originou-se da visão de que, apesar da deficiência dos transportes no país, os rios não eram explorados para o escoamento da produção e como fator de desenvolvimento. Os estudos preliminares levaram em conta que a navegação fluvial contribuirá para o reerguimento da economia do vale do Tietê e poderá promover o desenvolvimento de áreas até agora inexploradas ou mal exploradas econômicamente.

A exploração dos recursos minerais — como o calcário concentrado ao longo do médio Tietê — é um exemplo. Mas os benefícios serão muito mais amplos. Além da região central de São Paulo, os Estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás e Minas, além de uma parte do terreno paraguaio, situado na área de influência da bacia Tietê—Paraná, terão novas perspectivas: para o comércio, transporte mais barato; possibilidade de fixação para a indústria e a expansão da agropecuária.

Vários municípios do vale do Tietê estão concedendo isenções fiscais e estímulos para a indústria, que terá energia elétrica abundante. O comércio local decaiu muito nos últimos 25 anos, mas poderá reerguer-se em conseqüência do nôvo meio de transporte e do aumento de produtividade.

O transporte de gado em pé e de produtos industrializados custará pouco e a pecuária deverá transformar-se de extensiva em intensiva, principalmente, nas áreas próximas ao rio. Alguns técnicos chegam a afirmar que isto aumentará a produtividade de tal maneira que tornará possível a concorrência no mercado internacional.

CENAT, ÓRGÃO EXECUTIVO

No dia 17 de novembro de 1967, o Ministro Mário Andreazza e o Governador Abreu Sodré efetivaram, assinando convênio, os sonhos de muitos produtores e técnicos de São Paulo e do Brasil. Foi criada então a Comissão Executiva da Navegação do Sistema Tietê—Paraná (Cenat). Cada Govêrno se comprometia a arcar com 50 por cento das despesas e o órgão teria representantes estaduais e federais.

A Cenat tem a seguinte composição: o engenheiro do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Almirante Clóvis de Oliveira, representa o Ministério dos Transportes na presidência e o engenheiro José Bonifácio de Andrade e Silva Jardim, da Secretaria de Transportes, representa o Govêrno Abreu Sodré na Secretaria Executiva da Cenat. Além disso, o conselho deliberativo é composto de mais sete membros.

— A navegação pela qual estamos trabalhando no sistema Tietê-Paraná não será uma atividade coleta, do barquinho de outros tempos — frisou o engenheiro José Bonifácio de Andrade e Silva Jardim — mas uma navegação em têrmos industriais, com base no movimento de comboios de chatas rebocadas ou empurradas por rebocadores.

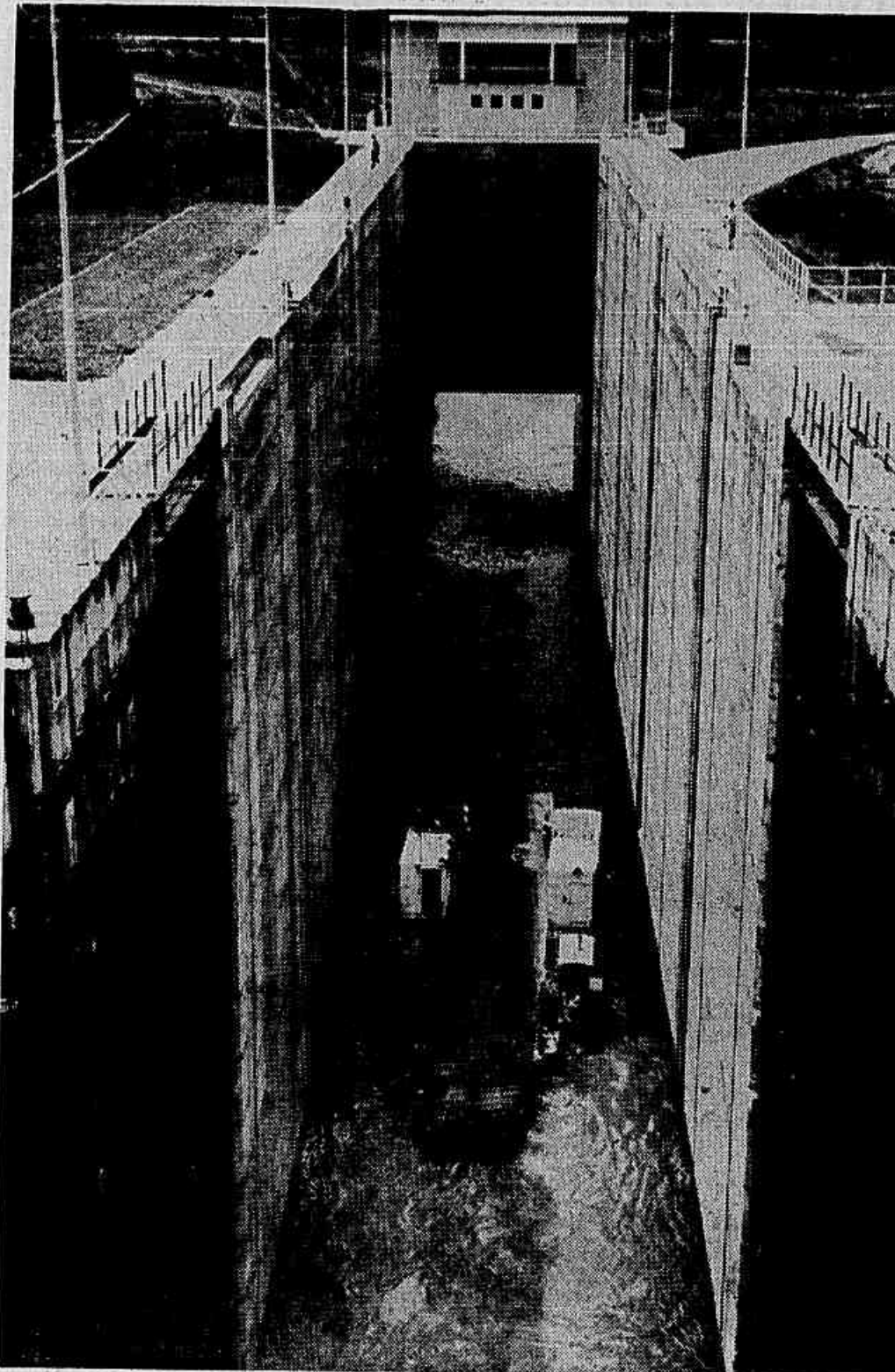
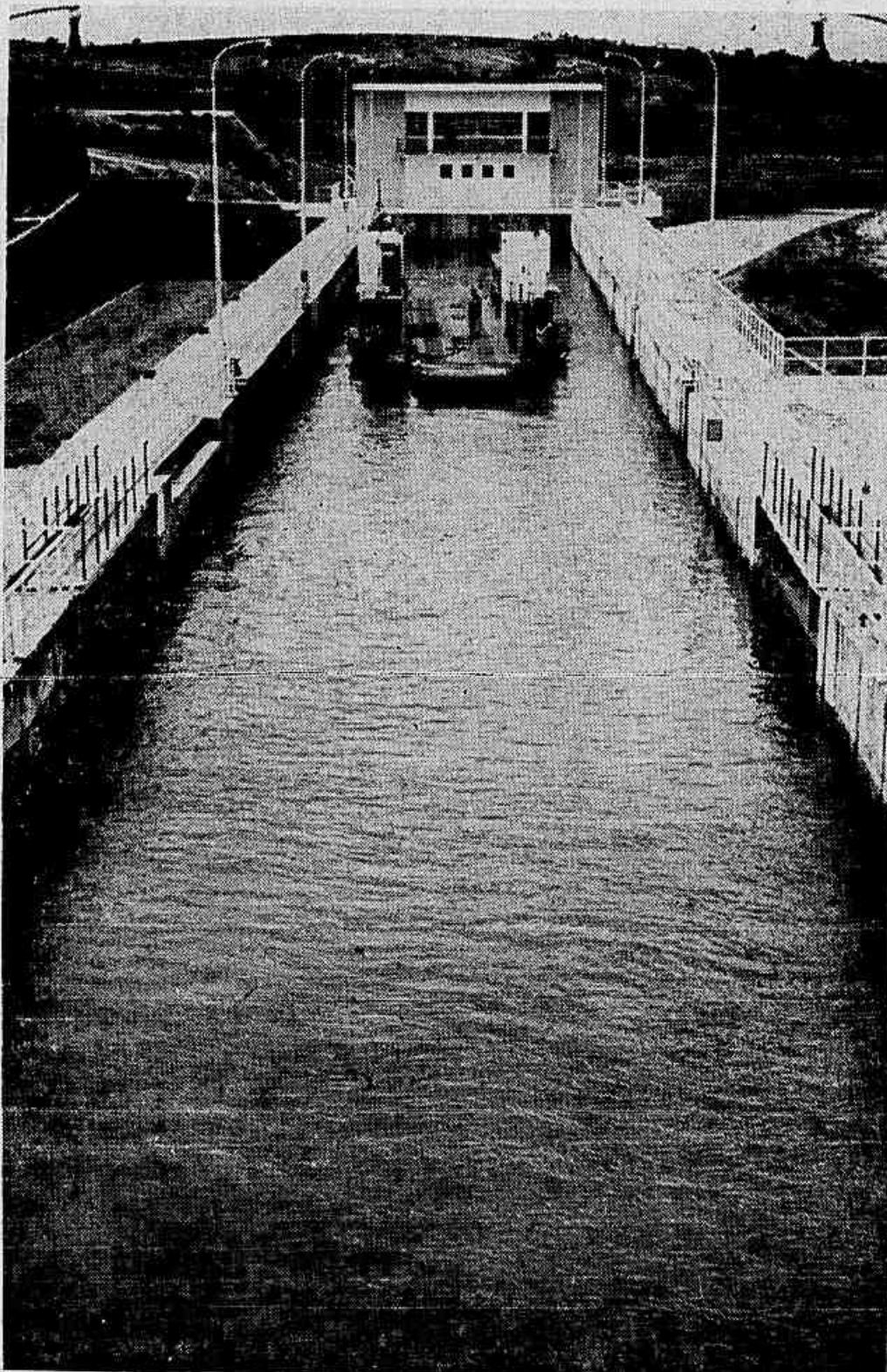
EXPERIÊNCIA VALIOSA

Os demais técnicos da Cenat consideram importantíssima para o desenvolvimento da navegação fluvial a experiência dos armadores do rio Paraná, que transportam mais de um milhão de toneladas de carga por ano no trecho Jupiá—Guaíra.

A experiência daqueles armadores poderá ser de grande valia para o futuro. O conhecimento que êsses homens têm do ramo que exploram com muita dificuldade auxiliará os técnicos na designação de entroncamentos, portos, etc. A Cenat, embora seja um órgão criado exclusivamente para cuidar das obras necessárias à navegação, estudará sempre que possível todos os aspectos relativos ao crescimento da frota fluvial.

BENEFÍCIOS DURADOUROS

Um dos técnicos que se ocupa nas muitas tarefas originadas da decisão do Govêrno em aproveitar o Tietê para a navegação em têrmos comerciais disse que o "Tietê vive um presente para o futuro." Referiu-se a tudo que foi feito anteriormente e vem sendo feito na atual administração do Secretário de Obras, Sr. Firmino Rocha Freitas — homem de confiança do Governador Abreu Sodré — com reflexos decisivos no futuro de mais de 100 municípios situados na área de influência.

As possibilidades do estabelecimento de uma navegação fluvial comercial no rio Tietê já vêm sendo estudadas há muitos anos. A partir de 1954, o serviço do vale do Tietê, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), deu início aos estudos que seriam levados à prática a partir de 1965.

Vista da eclusa da barragem de Bariri vazia, com a embarcação pronta para iniciar a sua elevação

As comportas se fecharam e foi concluído o enchimento do tanque

Mas a função do Serviço do Vale do Tietê não terminou aí: prossegue nos estudos de aproveitamento múltiplo das águas do rio, fazendo levantamentos geológicos para determinar áreas de calcário e estudos para o estabelecimento de cooperativas, indústria turística, eletrificação rural, piscicultura e reflorestamento.

UNIAO COOPERA

Conforme declaração do Almirante Clóvis de Oliveira, "o Govêrno federal considera da mais alta importância a navegação fluvial e as obras já iniciadas no setor pelo Govêrno paulista." Essa afirmação foi feita perante o Governador Abreu Sodré quando o presidente da Cenat informou que em nome do Ministério dos Transportes, fazia a doação de NCr$ 9 milhões para promover a navegabilidade do Tietê durante 1969.

Trata-se de uma obra cujos maiores efeitos surgirão a longo prazo, mas "com a fatalidade determinada pelo próprio crescimento que, cada vez mais, sobrecarrega tôdas as vias de transporte do Estado, a navegação no Tietê será a grande saída. E já se pensa com absoluta seriedade — e não em têrmos de uma *science fiction* delirante — unir à bacia Amazônica à do Prata, fazendo São Paulo e Manaus duas cidades em comunicação por via fluvial."

BARRAGEM A SOLUÇÃO

A navegação fluvial será possível com a construção de grandes reprêsas contínuas, com oito a 30 metros de profundidade, formadas por barragens — algumas estão prontas, outras em construção — quase tôdas como parte de conjuntos de centrais elétricas.

Quando tôdas as reprêsas estiveram concluídas, a área inundada será de 1 450 quilômetros quadrados. Só o lago formado pela barragem de Barra Bonita ocupa 350 quilômetros quadrados, com 70 metros de comprimento. A parte navegável do Tietê será de 680 quilômetros de extensão e a do Paraná de 700 quilômetros, desde a confluência do Tietê até Guaíra, no Estado do Paraná. Na Argentina, o rio Paraná é naturalmente navegável por não ser acidentado como em nosso território.

As obras hidroviárias a cargo da Cenat são as seguintes: 1) construção de duas barragens de Anhembi e Laras, com eclusas, na confluência dos rios Tietê e Sorocaba, ainda em projeto. Conclusão prevista para 1971; 2) montagem de equipamento eletromecânico das eclusas de Barra Bonita, que será inaugurada ano que vem, e de Ipitinga, com inauguração prevista para 1970. As barragens das duas reprêsas já estão concluídas; 3) barragem e eclusa em Promissão, cujas obras estão em acelerado andamento, com inauguração prevista para 1972; 4) Três Irmãos, barragem regularizadora com eclusa, necessária à navegação; 5) Jupiá—Ilha Solteira, que compõem o conjunto hidrelétrico de Urubupungá. A barragem e eclusa da primeira já estão inauguradas e a de Ilha Solteira será inaugurada até 1970.

DEGRAUS FLUVIAIS

O sistema hidroviário Tietê-Paraná sòmente será possível com as eclusas, mais conhecidas como degraus da navegação fluvial. As eclusas funcionam como uma espécie de elevadores aquáticos, numa operação que dura cêrca de 40 minutos e são semelhantes às do canal do Panamá, entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Lá, os compartimentos permitem o tráfego de navios. No Tietê serão embarcações de menor porte e barcaças.

Paradas rápidas mas obrigatórias, elas darão — juntamente com outras obras de semelhante grandiosidade — origem a uma nova mentalidade turística que atrairá muitas pessoas que desejam conhecer uma eclusa.

Descrever uma eclusão de maneira a traduzir tôda a sua grandeza é relativamente difícil. Poder-se-ia dizer que se trata de um tanque com grandes dimensões, dotados de comportas nas extremidades. Imagina-se uma barragem, onde a água fica represda a uma altura que varia, no caso do rio Tietê, de oito a 25 metros. A embarcação não teria meios de prosseguir viagem se não houvesse o auxílio da eclusa.

Quando desce o rio, a embarcação entra na eclusa que estaria ao nível com o ponto máximo da reprêsa. Ali dentro, suas partes laterais são fixadas para evitar que bata contra as paredes do *tanque*. As comportas então se fecham, e a água começa a descer até chegar ao nível do rio que corre abaixo da barragem.

Quando sobe o rio o processo é invertido e a embarcação usa seus próprios meios para sair da eclusa. No caso da barragem da ilha Solteira, no rio Paraná, o nível da reprêsa será de 90 metros, exigindo que a eclusa tenha dois andares cada um de 45 metros de altura. Nesse caso a operação terá uma demora aproximada de uma hora e 30 minutos.

POSSIBILIDADES ECONÔMICAS

Calcário, petróleo, fertilizantes, materiais para construção e gado serão algumas cargas ideais para o transporte hidroviário. Na realidade êsses produtos são industrializados ou consumidos na área do Tietê. Essa carga considerada ideal atinge na área do vale do Tietê um total de 4 milhões de toneladas por ano.

Técnicos da Secretaria de Agricultura consideram o calcário, existente em abundância no médio Tietê, um elemento indispensável para a fertilidade do solo. O Estado necessita anualmente de 36 milhões de toneladas, para a correção constante da hiperacidez de seus solos. Para atender essa demanda só nas imediações de Piracicaba e Laranjal Paulista existem reservas calculadas em mais de 50 milhões de toneladas.

Corrigidos os solos, facilitando o escoamento, barateando o transporte, a produção agropecuária fatalmente será estimulada, dando melhores condições de abastecimento a todo o Estado.

A produção agropecuária da zona de influência do Tietê totaliza atualmente 10,6 milhões de toneladas por ano. A criação de gado para o corte é uma das principais atividades. E está provado que o sistema hidroviário é o único que permite o transporte de animais em pé sem perda de pêso.

A cana-de-açúcar, nas regiões mais afastadas das usinas e dos centros de produção de derivados apresenta baixo lucro, em conseqüência de os transportes rodoviário e ferroviário apresentarem taxas mais elevadas. Conduzida por via fluvial favorecerá o consumidor e o produtor. O primeiro por pagar mais barato e o segundo por ganhar mais. Além disso possibilitará o aumento da produção, pois diversas áreas ao longo das margens do Tietê apresentam solos ideais para seu cultivo, que serão aproveitadas em conseqüência do barateamento do transporte.

OBRAS PARALELAS

Êsse esfôrço que o Govêrno Abreu Sodré deseja ver concretizado dentro de três anos dará mais uma via de comunicação para o interior do Estado e as primeiras pessoas a utilizarem o serviço de sentirão como desbravadores modernos, que não necessitarão mais fazer baldeação para poder seguir viagem.

Depois de tôdas as retificações — segundo planos da Secretaria de Transportes — o rio deverá manter a cota máxima de 716 metros na capital. Com isso as enchentes desaparecerão, mas outras obras continuam sendo feitas.

Em Ponte Nova está sendo erguida uma barragem para regularização e, provàvelmente, para aproveitamento da água no abastecimento da capital. No bairro do Anastácio processa-se a construção de nova ponte sôbre a via férrea, que permitirá a urbanização de uma grande área, assim como a retificação de três quilômetros do rio, para possibilitar o prolongamento da avenida marginal.

Ao receber os NCr$ 9 milhões do Govêrno federal, o Governador Abreu Sodré realçou a colaboração recebida, afirmando que "navegável desde os tempos dos bandeirantes, o Tietê se transformará, com as eclusas nêle construídas, em moderna via de penetração a serviço de nossa integração e desenvolvimento."

RÁPIDO BALANÇO DE UM PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

GILBERTO PAIM

Avanço considerável na modernização institucional, muito êxito na recuperação do balanço de pagamentos, bastante sucesso na correção dos desequilíbrios regionais, razoável progresso na retomada do desenvolvimento e mediana velocidade na contenção do processo inflacionário. Em traços gerais o Embaixador Roberto de Oliveira Campos sintetiza o legado do Govêrno Castelo Branco ao seu sucessor, após o embate de três anos para eliminar distorções econômicas que faziam do Brasil um país sem leis relacionadas com a sua industrialização e sua urbanização.

Trata-se de uma síntese das sínteses, pois definir *modernização institucional* significa, para o ex-Ministro do Planejamento, enumerar reformas, cada uma delas representando um mundo complexo: reforma tributária, reforma do mercado de capitais, reforma do sistema de seguros, reforma do comércio exterior, reforma habitacional, reforma do Código de Minas, reforma bancária e uma série de outras, algumas apenas decretadas ou em comêço de implantação, como a reforma administrativa e a reforma agrária, ou a magna reforma que está contida na disciplina orçamentária da Constituição de janeiro de 1967, que o Sr. Roberto Campos considera bastante desenvolvimentista.

OBJETIVOS

Tínhamos, bàsicamente, que objetivos? Quem pergunta e responde é o próprio reformista. Entre os inumeráveis objetivos do Govêrno Castelo Branco, pretendíamos conter a inflação, retomar o desenvolvimento, promover reformas de base, corrigir ou atenuar desequilíbrios regionais. Começando pelo último, o ex-Ministro aponta nos resultados alcançados uma substancial atenuação dos desequilíbrios: os organismos encarregados do desenvolvimento regional foram reestruturados ou vitalizados e o sistema de incentivos fiscais enriquecido e operado com maior agilidade.

Plantamos as sementes do desenvolvimento ordenado, frisa o professor Roberto Campos, ilustrando com a afirmação de que o Govêrno Castelo Branco deixou bases sólidas para um desenvolvimento autofinanciado do sistema de energia elétrica, do sistema de telecomunicações e da indústria petrolífera. A economia da Petrobrás estava inteiramente arruinada, com preços políticos de combustível que determinavam uma receita estática, enquanto as necessidades de investimento da emprêsa eram dinâmicas. Foi uma atitude de realista em relação ao preço do combustível, frisa, que permitiu à Petrobrás recapturar dinamismo em sua receita. Além disso, acrescenta, a Revolução trouxe uma enorme contribuição administrativa para melhoramento da Petrobrás, que, na última fase do Govêrno Goulart, era talvez menos uma emprêsa industrial do que um partido político. Em relação à energia elétrica, diz o ex-Ministro do Planejamento, deixamos um elenco de condições administrativas, técnicas e financeiras que permitirão ao país triplicar a potência encontrada pelo Govêrno Castelo Branco. Se, em 1975, ao nos aproximarmos de uma capacidade instalada de cêrca de 20 milhões de kW, estivermos em regime de energia elétrica escassa, tal significará que o desenvolvimento econômico e social planejado na visão e perspectiva do Govêrno Castelo Branco terá preenchido a sua moldura. Quanto às telecomunicações, um serviço sem o qual o parque produtivo também não funciona ou funciona mal, assinala o Sr. Roberto Campos os efeitos do prolongado retardamento da ampliação do sistema, mas observa que as providências encaminhadas depois de 1964 abrem horizontes a uma satisfatória superação do atraso.

Acompanhado de legislação abundante, o esfôrço reformista empreendido de 1964 a 1967 era o pano de fundo de um programa de estabilização monetária que objetivava congregar políticas de coordenação difícil, em sua primeira etapa, como frisa o Sr. Roberto Campos. A princípio, diz o ex-Ministro do Planejamento, era preciso adotar uma política fiscal austera, instaurar uma prudente política de salários, estabelecer uma política realista de crédito bancário e impor uma severa política de café, já que a produção cafeeira pode tornar-se um fator inflacionário autônomo.

Não faria sentido implantar uma política fiscal austera, para aumentar o volume da arrecadação de tributos e reduzir o ímpeto das emissões de papel-moeda, sem uma política salarial compatível com um programa de desinflação porque a inflação é a maior inimiga das classes assalariadas. Acrescenta o Sr. Roberto Campos que, partindo-se do postulado de que a principal vítima do processo inflacionário é o assalariado, a boa política salarial é aquela compatível com o objetivo de conter e reduzir a inflação. O assalariado, prossegue, não tem como se defender da inflação, não manipula investimentos nem se beneficia da valorização dos recursos investidos. A política salarial que se adotou foi racional, porque preservava o poder aquisitivo real médio dos últimos 24 meses. O salário real médio era òbviamente inferior ao salário real *pico*, no momento posterior ao reajustamento, o qual logo entrava em decomposição com a evolução dos preços. Se tentarmos, cedendo a impulsos aparentemente humanitários e polìticamente atraentes, reconstruir o salário *pico*, estaremos, afirma o Sr. Roberto Campos, reconstruindo aquêle nível de inflação que foi com êle compatível. Assim, a aplicação mecânica de índices do custo de vida seria, não a cura, e sim a perpetuação do processo inflacionário, continuando os assalariados como as principais vítimas. Se quisermos, portanto, fazer declinar a inflação, teremos que partir do salário real médio, porque foi isso que a economia teve capacidade de dar ao assalariado. Poder-se-ia e dever-se-ia, acrescenta o Sr. Roberto Campos, beneficiar o assalariado com a participação nos benefícios resultantes do aumento de produtividade. Na opinião do ex-Ministro do Planejamento compete aos sindicatos um esfôrço de avaliação dos incrementos de produtividade setorial, de modo a pleitearem vantagens especiais, tal como acontece em outros países, nas negociações em tôrno de reajustes de salários. É justo lutar pela repartição dêsses incrementos. Considera o Sr. Campos lícita a greve quando os trabalhadores estiverem lutando pela redistribuição dos incrementos de produtividade, mas opina que, por enquanto, o coeficiente de produtividade será, entre nós, mero lembrete educacional na elaboração da fórmula salarial. O ex-Ministro do Planejamento continua a crer, portanto, que a política adotada no Govêrno Castelo Branco era a única conciliável com um esfôrço sério e contínuo de desinflação.

SACRIFÍCIOS

Foram os sacrifícios simultâneamente impostos aos empresários e aos trabalhadores, a par de uma série quase infinita de medidas ordenadoras, que permitiram, segundo o Sr. Roberto Campos, fazer baixar uma inflação de 140% para 86% e depois para 41%, ao mesmo tempo em que se procedia a ajustamentos corretivos de tarifas de serviços, de aluguéis, de preços de utilidades públicas. Talvez tivesse sido possível obter resultados estatísticos melhores, em têrmos de índices de custo de vida, se nos limitássemos a registrar, nesses índices, a inflação *corrente*, que era bem menor do que os 41% de 1946, isto é, se não tivéssemos tido a honestidade de corrigir a inflação acumulada do passado, deixando-a refletir-se no índice de preços. Em matéria de combate à inflação, ficamos òbviamente aquém do ideal. Mas, observa o Sr. Roberto Campos, também no diálogo de Candide e Pangloss se considera inútil falar de harmonia perfeita...

Na marcha do programa de estabilização, a harmonia perfeita tornou-se impossível, por interferência de fatôres aleatórios, como safras agrícolas magras dada a falta de chuvas ou a formação de reservas cambiais em ritmo mais acelerado do que o previsto no programa do Govêrno Castelo Branco. É absolutamente indispensável acumular e manter reservas cambiais em nível que corresponda pelo menos ao valor das importações em um quadrimestre, e êste objetivo teve de ser perseguido, malgrado a necessidade de emitir papel-moeda para adquirir moeda estrangeira. A acumulação de reservas cambiais na presença de importações declinantes deu origem a debates infindáveis durante o Govêrno Castelo Branco. Nesse debate o professor Roberto Campos sempre se revelou um infatigável defensor das reservas, dada a sua importantíssima função: "a de dar tranqüilidade no abastecimento, de permitir dignidade de negociações, de melhorar o acesso ao crédito internacional. Ter um mínimo de reservas, frisou, certa vez, o ex-Ministro do Planejamento, não é só uma vantagem ou uma conveniência econômica, pois não deixa de ser um requisito de segurança nacional e de dignidade de comportamento."

RESERVAS

Sôbre o assunto, eis como se exprime o professor Campos:

A reserva cambial é a massa que o país deve manter, se possível, constante e até mesmo crescente, para, em primeiro lugar, ter acesso a créditos de longo prazo, em condições favoráveis; em segundo lugar, para evitar o encarecimento das importações. No tempo em que o Brasil não dispunha de reservas é sabido que nossas importações eram substancialmente mais caras que as de outros países que tinham reservas, porque o exportador estrangeiro adicionava ao preço da mercadoria um sobrepreço de risco. As taxas financeiras, cobradas nos poucos financiamentos que o Brasil obtinha, eram exageradamente elevadas devido ao coeficiente de *risco de insolvência*. Acumulando reservas cambiais, todos êsses problemas se simplificam. Nossas importações são compradas a preços normais. Podemos obter financiamento em condições razoáveis. Podemos negociar com dignidade. E na finança internacional ninguém ignora a diferença entre uma reserva cambial, que é capital de giro, e o capital de investimento, que se deve obter com longos prazos de amortização. Por isso o Banco Mundial, ou o Banco Interamericano, que fizeram ao Brasil vultosos empréstimos depois de 1964, longe de dizerem que nosso país não precisa de empréstimos, porque tem reservas, reconheceram ser perfeitamente racional mantermos intatas nossas reservas e solicitarmos créditos para investimentos de longo prazo. E precisamente por ter tido, nos últimos anos, uma posição saudável de reservas, é que os investimentos e empréstimos externos se tornam pouco arriscados em nosso país. Da mesma maneira, portanto, que uma emprêsa privada pode ter uma gorda conta bancária de capital de giro, e, ainda assim, pedir empréstimos de longo prazo, justifica-se, para um país, manter reservas cambiais adequadas, negociar empréstimos de longo prazo e procurar ainda melhorar a estrutura de sua dívida, transformando, sempre que possível, dívidas de curto prazo em dívidas de longo prazo. Isso porque, para um país em expansão, quanto mais longo prazo fôr o endividamento, maior a probabilidade de que represente uma uma fração declinante do produto nacional e da capacidade global de pagamento.

ASPIRAÇÃO

A desinflação indolor parece ser uma aspiração irrealizável de economistas boêmios ou empresários saudosos da alegria do crédito fácil nos tempos do pouco caso à produtividade. Como a desinflação tende a mudar a conduta da sociedade inteira, é deveras grande o esfôrço que exige de cada um na adaptação a nôvo estilo de vida. Desinflação e descontentamento andam de mãos dadas, portanto. Na era da livre remarcação de preços, os beneficiários da expansão monetária descontrolada estavam também avalizando uma promissória de erros, de resgate obrigatório, inclusive sob a forma de impostos a pagar pontualmente, ou de atenção a custos, antes desnecessária. Nada mais natural do que a procura do culpado pela mudança num país onde o raciocínio lógico viceja com dificuldade. No exterior deveria estar montada uma conspiração contra o desenvolvimento brasileiro e caberia ao FMI a sua direção, ainda que o Brasil fôsse membro da entidade, a qual tem normas de conduta financeira para participantes interessados no mercado internacional de capitais. A conspiração imaginária estaria encontrando uma séria resistência interna, a julgar pela seguinte declaração do professor Roberto Campos:

— Ao longo de vários anos, em nossos entendimentos com o FMI, tivemos sérias divergências. A primeira, e principal divergência, foi em relação ao processo gradualista de combate à inflação. É sabido que o Fundo Monetário Internacional é extremamente cético em relação ao processo gradualista. Favorece mais um tratamento de choque, entendendo que no processo gradualista geram-se resistências políticas às medidas necessárias à desinflação, ao que se acresce o desapontamento do consumidor, que não vê uma contenção imediata dos preços, de modo que se corre o risco de descontinuidade do esfôrço. Logramos, entretanto, provar àquele organismo internacional que não era viável um tratamento de choque no caso brasileiro, e o induzimos a aceitar o tratamento gradualista. Em se aceitando um tratamento dêsse tipo, tem-se que admitir, como corolário, que, persistindo ainda a inflação interna de custos, gradualmente se abra uma brecha entre o valor interno e o valor externo da moeda, tornando-se inevitáveis desvalorizações periódicas. Quanto ao montante do reajuste cambial e a sua oportunidade no tempo, sempre insistimos ferozmente em que se tratava de um julgamento político nosso, à luz de uma série de circuntâncias, algumas talvez não estritamente monetárias, não cabendo, portanto, ao Fundo exigir mais que uma concordância doutrinária, deixando-nos mãos livres para julgar do montante específico da desvalorização e do momento preciso de sua execução. Acordamos numa doutrina, que é econômicamente inobjetável, e acordamos também num teste prático, como critério decisório objetivo para que se deflagrasse um processo de desvalorização. Êste teste seria a posição global das reservas cambiais. O momento crucial, a partir do qual o problema da desvalorização se colocaria frontalmente, seria aquêle em que as reservas não só deixassem de se acumular, mas começassem efetivamente a declinar. Era um sinal de alarma perfeitamente racional, dentro da doutrina por nós livremente perfilhada de mantermos uma posição razoável de reservas cambiais, como resguardo da dignidade nacional no campo externo.

DECADÊNCIA E FIM DE UMA ÉPOCA PECUÁRIA

ALFREDO ELLIS NETTO

Pesa, sôbre nós pecuaristas, uma enorme responsabilidade em relação ao futuro econômico do Brasil. Temos sido incompreendidos, mal interpretados e, às vêzes mesmo, perseguidos, pois ainda não conseguimos nos congregar e unir suficientemente para, a exemplo das outras classes, esclarecer, não só às autoridades, mas também e principalmente ao público consumidor o que custa um boi, o investimento necessário para produzi-lo, o tempo que decorre entre o nascimento do bezerro e a entrega do boi pronto ao frigorífico; o sacrifício que a profissão impõe ao pecuarista trabalhando sob o sol e chuva, sem amparo algum, contando apenas consigo e produzindo para o Brasil. Êsses fatos estão concorrendo, de maneira muito sensível, para o abandono do campo por um grande número de elementos de primeira ordem da classe e assim, procuraremos levar uma palavra de ânimo, uma perspectiva melhor para a nossa atividade, encorajando aquêles que estão desanimando, aquêles que não acreditam que: "Não há bem que sempre dure nem mal que nunca se acabe."

O Brasil possui o segundo rebanho bovino do mundo, excluindo a Índia. Produz cêrca de 2 milhões de toneladas de carne bovina por ano e, não exportando, se dá ao luxo de consumi-la tôda, num valor superior a 1 bilhão e 200 mil dólares, valor correspondente a cêrca de 70 por cento do total de nossas exportações. Isso acontece, apesar da mão de ferro que pesa sôbre a pecuária há quase 40 anos.

Partiu-se do princípio de que a população dos grandes centros devia receber carne a baixo custo para produzir e criar as indústrias hoje existentes no país. O custo do boi, o custo do transporte, os impostos que sôbre êle incidem, nada foi tomado em consideração; calculem os brasileiros se, com tôdas essas obrigações, com todos êsses entraves, os pecuaristas conseguiram, sòzinhos e sem o menor auxílio, quer técnico, quer financeiro, construir essa riqueza, riqueza que não pertence a nós, mas sim, ao país, o que não teriam feito se ao menos os tivessem deixado em paz...

DESEQUILÍBRIO

Há um grande desequilíbrio, hoje em dia, entre o mercado consumidor e o produtor de carne bovina. O primeiro, em franca expansão, e o segundo, com poucas possibilidades de satisfazê-lo, pois apenas dois países no mundo têm possibilidades de expandir ràpidamente a produção de carne bovina: o Brasil e os Estados Unidos, em virtude de a pecuária não ser como a indústria, na qual se pode adquirir máquinas e matéria-prima com certa rapidez e assim, em pouco tempo, expandi-la. Um rebanho de gado bovino, no entanto, não se improvisa. Não há dinheiro no mundo capaz de abreviar sua formação. São necessários anos, décadas para poder formá-lo. O Brasil o possui, mas ainda não se deu conta disso. O brasileiro não sabe que o produto mais valioso que produzimos é carne bovina. Nem a indústria, nem o café, nem os minérios, nem açúcar, nem petróleo podem se comparar, em valor, à produção de nosso rebanho. O país, no entanto, não tira uma fração do proveito que poderia tirar dessa riqueza, criada exclusivamente pela livre iniciativa e pelo arrôjo e entusiasmo de um grupo de verdadeiros fanáticos, pois só o fanatismo pode explicar a existência e sobrevivência dêsses homens que enfrentam tudo para construir alguma coisa. Que sacrificam tudo, até o confôrto das famílias, para, às vêzes, manter as fazendas. Não vêem o lucro, vêem a obra. O dinheiro, se vem, é uma conseqüência, mas nunca a finalidade da maioria dêles.

UMA INTERROGAÇÃO

Uma grande interrogação deve pairar em cada um dos nossos leitores: Por quê?

— A resposta é simples e procuraremos resumi-la para tomar menos tempo aos que com paciência nos estão lendo.

Nos países de civilização adiantada e de grande poder aquisitivo, nos grandes centros, a proteína proveniente da carne bovina, a mais nobre e dispendiosa, entra na dieta da população numa proporção máxima de 25%; o restante, êles a vão buscar no peixe, no porco, no ovo e aves, no carneiro e nos cabritos. Por que não se passa a mesma coisa no Brasil? A resposta é simples: Não desenvolvemos convenientemente nenhuma dessas atividades. Por quê? Simples: Não temos em virtude de preço completamente artificial da carne bovina durante êsse longo tempo ter impedido, no Brasil, seu desenvolvimento, pois não houve possibilidade de competição e uma dona-de-casa entre um quilo de carne bovina e um quilo de qualquer dêsses outros tipos de carne por preços mais altos, não hesita, compra a carne bovina. Em razão disso, sem poder de competição, as outras atividades não se desenvolveram convenientemente, não constituíram motivo de entusiasmo para os investimentos necessários, e assim chegamos ao absurdo de verificar que, no Brasil, nos grandes centros, a população consome 95,6% de proteínas provenientes da carne bovina e apenas 4,4% das de outras origens. Se convenientemente desenvolvidas, seriam muito menos onerosas do que as de carne bovina, se esta lhes fôsse vendida pelo seu justo preço, o povo se beneficiaria e o país, era quem maior proveito tiraria em virtude de essa produção liberar um artigo de alto valor internacional que proporcionaria ao Brasil, em pequeno espaço de tempo, uma soma de divisas superior às que são produzidas atualmente até pelo café.

Temos a impressão de que o atual Govêrno, liberando a exportação da carne bovina, vislumbrou as enormes possibilidades e o lucro que êsse produto poderá trazer para a nação, lucro êsse, a curto prazo e sem necessidade de investimentos, pois todo o alicerce, todo o pioneirismo dêsse setor já foram com enorme sacrifício feitos e preparados pela iniciativa privada. A única cousa que a pecuária brasileira precisa para sobreviver é que seja considerada como um fator de riqueza e não como se fôsse constituída por exploradores do povo.

O confinamento é talvez, hoje em dia, o assunto mais discutido entre os pecuaristas. Prática relativamente recente, sem estudos ainda exclusivos para nosso meio, gera grande controvérsia. Discute-se ração, discute-se idade do boi a confinar, discute-se a época mais propícia ao confinamento, e nessas várias discussões vão aparecendo os tabus e as regras intocáveis criadas pelos que tiveram mais sucesso.

Não temos a pretensão de estabelecer normas de confinamento para ninguém. Daremos apenas os nossos pontos-de-vista, baseados em nossa própria experiência, esperando que êles possam auxiliar, por pouco que seja, na formação de nosso próprio método certo e econômico, dentro das condições brasileiras.

É errado se pensar que o confinamento só deve ser feito no período da sêca, que êle é antieconômico para produzir carne durante o período de safra.

Não desejamos registrar qualquer suposta idéia profética sôbre a nossa economia pecuária de corte. No entanto o seu futuro é fácil de ser previsto.

A despeito dos erros dos que nos dirigiram e da atitude apática dos poucos tradicionalistas que ainda nos restam no mundo pastoril, desenvolver-se-á ela num ritmo acelerado por fôrça tanto da atuante vontade e do entusiasmo dinâmico da grande massa dos nossos pecuaristas, como pelas vigentes condições econômicas do mundo atual que vem solicitando crescentes suprimentos de carne.

Assim sendo, prevemos dentro em breve, inicialmente no Estado de São Paulo, o desaparecimento percentualmente elevado, embora gradual, da invernagem de bovinos sob sistema extensivo, nas suas terras férteis e aráveis. O fenômeno econômico será de sentido radical. Nessas zonas, passarão os pecuaristas a obter, por alqueire, o quádruplo ou quíntuplo talvez dos bois que agora engordam pelo sistema extensivo, mediante a adoção e desenvolvimento de uma agricultura evoluída, produtora de forragens e de outros componentes de rações para engorda intensiva, em regime de confinamento.

As razões para essa transformação prevista são claras e indiscutíveis. Procuraremos demonstrar, sob o ponto-de-vista utilitário, que a engorda em caráter extensivo, em terras boas e caras, passou a ser impraticável por antieconômica, grandemente prejudicial portanto ao pecuarista e ao país. Essa situação se refletirá de tal maneira na economia do invernista que êle, ou evoluirá modernizando o sistema de seu trabalho, ou fatalmente terá que desaparecer, forçado por motivos econômico-financeiros, entregando suas áreas de pastagens a outros mais capazes que pela engorda confinada sobreviverão à crise que se aproxima, continuando no mister lucrativo e próspero de preparação de gado gordo.

OS FATÔRES

Os fatôres determinantes dessa evolução forçada são evidentes, conforme se verá no prosseguimento desta exposição.

O preço a que chegou o alqueire de terra, formado de pastagem (colonião), nas zonas da E. F. Noroeste, Paulista e Sorocabana, é extremamente elevado. Não se consegue qualquer gleba de terra, de boa qualidade, com invernadas formadas, por menos de NCr$ .. 600,00 a NCr$ 1 000,00 alqueire. Esse preço justifica-se pois que, hoje, não é possível a obtenção de um alqueire de colonião formado por custo inferior a NCr$ 350 400,00 em razão não só de ser a sua formação, um serviço ainda exeqüível à fôrça braçal, cujos salários retributivos vigorantes perfazem aquêles custos, como porque a sua formação perfeita só é possível em dois períodos agrícolas (dois anos).

COMPACTAÇÃO

Nos primeiros anos, após a formação da invernada, a exploração da engorda extensiva ainda é compensadora, pois o número de bois suportado por um alqueire de bom pasto de formação recente oscila entre cinco e oito cabeças. Nessas terras, entretanto, passa a ocorrer a crescente compactação de sua superfície pelo pisoteio constante dos animais, formando-se, sôbre ela, uma camada superficial quase impermeável que dificulta a infiltração da água das chuvas. Sendo o lençol dágua subterrâneo já bastante profundo nessa fase, a camada de terra situada entre êle e a superfície compactada passa a um regime crescentemente carente de umidade que não permite o desenvolvimento regular do sistema radicular do capim senão quando as chuvas conseguem umedecê-lo. Ora, se o sistema radicular de uma planta se reduz em relação à sua amplitude normal, lògicamente o seu desenvolvimento foliar decresce nas mesmas proporções. Assim, enquanto numa invernada, formada recentemente, o capim produz uma certa tonelagem anual da massa verde em virtude da máxima permeabilidade do solo, esta massa decresce, progressivamente, em conseqüência da compactação, possibilitando, então, o poder vegetativo do capim, a manutenção de apenas duas a três reses por alqueire, ao invés de cinco a oito como anteriormente. Nesta fase, o nosso invernista julga que a sua terra está cansada ou esgotada, não considerando econômico por isso realizar qualquer trabalho ou despesa para que ela volte a suportar o mesmo número de cabeças que antigamente.

Tomando-se por base a capacidade de engorda de dois a três bois por alqueire e o preço atual desta área de invernada, chegamos à conclusão sob o ponto-de-vista econômico, de ser desastrosa a engorda extensiva que fôra anteriormente o ótimo negócio que tornara o invernista, juntamente com o açougueiro, os grandes beneficiários da pecuária nacional. Esta antiga situação ultrabenéfica aos dois intervenientes acima citados era prejudicial ao criador que mal se podia aguentar em virtude dos baixos preços por que era obrigado a entregar a sua boiada, criada com tanto esfôrço até os três anos de idade. Hoje no entanto, êsse período áureo terminou para o invernista-proprietário da fazenda, ou locatário de invernada. Não lhe é mais possível adquirir, em Mato Grosso ou em quaisquer outros centros criadores, bois magros para engorda, por preço que êle próprio estabelecia, pois o criador, mais esclarecido agora e com suas despesas muito elevadas, não poderá continuar fornecendo a matéria-prima — boi magro — nas condições em que o fornecera anteriormente. Assim, a invernagem, em caráter extensivo, tornou-se um negócio de resultados problemáticos, sujeito a muitos riscos inevitáveis.

Por fôrça de todos êsses argumentos, calcados na realidade e que dificilmente poderão ser contestados e mais aquêle da constante elevação do custo anual dos novilhos magros, somos levados a crer que a época da invernagem extensiva no Estado de São Paulo entrou em decadência para terminar definitivamente. Essas invernadas, fatalmente, terão que se transformar na sua maior parte em terras agricultadas com a finalidade primordial de produzir alimentos para a engorda de bois sob confinamento.

E por que seriam elas exploradas na prática de uma agricultura produtora de alimentos destinados à engorda por confinamento? Simplesmente porque o exame analítico, cuidadoso, do valor econômico atual de qualquer outro produto agropecuário, em função tanto do mercado interno como, principalmente, do externo, não apresenta as mesmas vantagens que militam a favor da carne bovina destinada a ser o grande produto nacional de exportação e, por isso, o maior produtor de divisas para o país.

PRODUTOS DO MAR

PAULO MOREIRA DA SILVA

O pescado é, sàbidamente, uma incomparável fonte de proteína animal. Incomparável pelo preço: um grama desta proteína custa, no Brasil, menos de dois cruzeiros antigos, cinco vêzes menos que o grama da proteína-leite. Incomparável pela facilidade de produção: uma simples traineira, dessas que vemos, às tardes, sair à barra, com um caíque a reboque, para pescar sardinha, produz numa noite de pesca, 1,5 tonelada de proteína, o equivalente ao produto anual de uma dúzia de boas vacas leiteiras. E um simples barco de arrasto do Rio Grande produz, à base da merluza, da corvina, da pescadinha, ao mesmo preço inferior a dois cruzeiros antigos por grama, o equivalente a um rebanho de 1 000 vacas leiteiras.

É evidente, assim, o interêsse de interiorizar êsse produto sem par, pois é notório que a população rural brasileira dispõe de pouco mais de cinco quilos anuais de carnes, em confronto com os 43 de que dispõem as populações urbanas, ainda assim carentes de sete quilos, diante da exigência dietética mínima de 50. Que o pescado pode ser interiorizado — e isto mesmo nos países pouco desenvolvidos — mostra-o a Espanha, me que 14 províncias superam o consumo médio nacional de 17 quilos anuais, e a capital, Madri, interior, consome 32 quilos. Mas seria fútil pretender que, em nosso país, esta interiorização não apresente problemas extremamente difíceis de superar sem uma política inteligente e resoluta. Seria difícil fazer compreender essa dificuldade sem explicar algumas peculiaridades econômicas e tecnológicas dos produtos do mar e de seus mercados: é uma incursão que o leitor economista deverá relevar, sob pena de incompreensão.

Quando falamos na proteína-pescado a menos de dois cruzeiros o grama, referimo-nos à sardinha e aos peixes de arrasto: merluza, corvina, pescadinha.

Se nos referíssimos à garoupa, ao badejo, ao pargo, teríamos de elevá-lo a 15 ou mais. Aquilo que chamamos genèricamente **peixe** é, na realidade, uma imensa gama de produtos, que vai da sardinha, a 150 cruzeiros antigos o quilo, ao camarão, a 5 mil Sardinha, merluza, corvina, pescadinha são peixes baratos porque são extremamente abundantes e de captura fácil. Garoupa, badejo, pargo são peixes caros porque são muito mais escassos, e de captura difícil. Os peixes abundantes do mar são todos peixes de águas frias; são, assim, no Brasil, peixes do Sul. A sardinha é produzida em tôda a costa de Cabo Frio e Florianópolis; a merluza, no Rio Grande, e, ainda em maior medida, na Argentina; a corvina e a pescadinha concentram-se sobretudo ao sul de Santa Catarina. A produção global dêsses peixes, que constituem o peixe popular, e que representará umas 200 mil toneladas anuais, é tôda ela feita na região do Rio de Janeiro para o sul. A produção de peixe **fino**, típica da costa leste e nordeste, não representará sequer um décimo disto .O pescado abundante e barato do Brasil está todo no Sul; o pescado **fino**, bem mais escasso, quase todo no Norte.

No tocante à demanda, como é natural dada a extrema variação do preço, difere radicalmente aquela do peixe popular daquela do peixe fino. Na realidade o peixe popular é muitas vêzes o primeiro escalão protéico-animal da dieta subdesenvolvida. Sabe-se da importância secular do arenque na alimentação dos europeus; e cite-se Berthold Brecht, em **O Sr. Puntilla e Seu Criado Matt**:

> "Bendito sejas ó arenque, companheiro do pobre. Tu que nos matas a fome e nos intoxicas as entranhas. Tu és do mar e acabas em terra. Graças à tua fôrça maravilhosa, as florestas são cortadas, os campos trabalhados... Ó arenque maldito! Se tu não existisses começaríamos a pedir aos patrões carne de porco, o que aconteceria então a nossa Finlândia tão querida?"

A França do bom Rei São Luís comia enormes quantidades de charque de baleia, exatamente como, hoje, o interior da Bahia. E o grande consumo, já citado, da Espanha, é em boa parte bacalhau salgado sêco, de que andamos a importar, nós mesmos, 40 000 toneladas anuais Na realidade a demanda por êsses peixes populares atinge o máximo na faixa subdesenvolvida dos 250 40 mil toneladas anuais. Na realidade a demanda por êsses peixes **fino** começa a crescer apenas ao nível dos 500 dólares, que é o limiar do desenvolvimento.

A população brasileira se concentra numa faixa de 600km do litoral (300, no Nordeste). Para além, uma raríssima densidade de menos de cinco habitantes por km2 faz as penetrações patrióticas, talvez, mas econòmicamente inviáveis. Acresce que as mais altas densidades, no Sul, coincidem exatamente com as zonas do mais alto **per capita**, a zona desenvolvida, e é justamente a periferia da faixa habitada (além de virtualmente todo o Nordeste) a zona de mais baixo **per capita**, a zona subdesenvolvida. É inevitável, assim, e apenas natural, que a fachada marítima meridional, que tem à sua frente e disposição o pescado abundante e barato, não lhe faça as honras, atraída por alternativas que pode comprar. É inevitável também que o Nordeste, mais pobre, não possa absorver senão quantidades pequenas do pescado fino que produzem suas costas.

É ocioso repetir que a economia fundamental da pesca brasileira é uma economia de troca, e consiste em trocar peixe do Sul por peixe do Norte A produção nordestina de peixe fino, se vendida no Sul, permitiria ao Nordeste adquirir tôda a produção sulina de peixe popular para seu consumo. É, aliás, o movimento que se esboça, através da artéria rodoviária Rio Grande—Recife. Mas é preciso não esquecer que o populoso Sul concentra cêrca de 75% da renda nacional, vale dizer, do poder de compra: o que torna não menos interessante, como mercado para o peixe do Sul, o próprio interior sulino, econòmicamente mais denso que o Nordeste.

De que forma se interiorizará o pescado? Tambem aqui se impõe, liminarmente, uma sóbria ressalva tecnológica. Contràriamente à impressão popular, o simples gêlo não conserva o peixe indefinidamente. Após 15 dias no gêlo os peixes do tipo corvina e merluza se tornam imprestáveis para o consumo (ou para a industrialização), e os peixes gordos, como a sardinha, após cinco dias. Daí a grande importância de se pescar do mais perto que possível; a merluza chega ao Rio Grande — a apenas três dias do pesqueiro argentino — com uma sobrevida de mais de uma semana; chegaria ao Rio de Janeiro com uma sobrevida de apenas cinco dias. A sardinha pescada a partir do Rio de Janeiro chega a êste pôrto com uma sobrevida de quatro dias. O pescado conservado no gêlo, a zero grau, tem, assim, um prazo inexorável, que exclui a possibilidade de estocagem, condição essencial de uma distribuição regular. Acresce que, mesmo do ávido mercado de 250 dólares **per capita**, não se pode esperar uma procura maior que 40 gramas diários: uma carga comercial de caminhão (cinco toneladas) só se justifica se serve a uma população de 125 mil habitantes A única maneira de se conservar pescado estocado é congelá-lo a -35°C e conservá-lo pelo menos a -20°C; mas a cadeia de frio necessária é extremamente cara Cai-se, então, nas formas mais clássicas de conservação, que são, aliás, aquelas que permitem, no Brasil, ao pescado, interiorizar-se: a lata e o salgado sêco Dificilmente se encontrará no Brasil algum povoado que não exiba, na venda, sardinha em lata e bacalhau, quando não a sardinha salgada ou o bagre salgado (**mulato velho**). E é sabido que o peixe-voador salgado sêco produzido, durante as safras, em Caiçaras, no Rio Grande do Norte, tem uma grande penetração no sertão, transportado em lombo de jégue. Mas aquilo que confere ao bacalhau a propriedade de conservar-se quase indefinidamente sem proteção é a extraordinária magreza do corpo (0,3% de gordura), que todos os peixes naturais excedem de muito. Para peixes mais gordurosos, a solução é realmente a lata: mas seu preço no Brasil é proibitivo, mormente para distribuição em pequenas quantidades. A solução exige duas descobertas tecnológicas: a salgação e sêca de peixes mais gordurosos e o desenvolvimento de um envólucro, possìvelmente plástico. São dois **sine qua non** das interiorização do pescado em nosso país.

UM POUCO DO QUE FÊZ O SESIMINAS

A instalação, em Contagem e Belo Horizonte, numa experiência pioneira, de duas unidades de ensino médio, a inauguração de três postos de abastecimento, a aprovação de conjunto habitacional para operários, pelo BNH, a inauguração da nova sede da instituição: êsses podem ser apontados como os principais acontecimentos ocorridos no ano de 1968 na área de atuação do Sesiminas.

O ano de 1968 foi um dos mais intensos em realizações, na história das instituições mantidas pela indústria mineira, como se poderá observar pelos dados alinhados abaixo. Só no setor educacional foram atendidas perto de um milhão de pessoas. Quase no final do ano o Sesi promoveu a maior festa de formatura realizada no Estado, conferindo diplomas a 1 500 alunos.

O Sesiminas inaugurou o GOT (Ginásio Orientado para o Trabalho), agrupando, logo no seu primeiro ano de atividade, 870 alunos, filhos de industriárias e industriários. O estabelecimento oferece em regime de total gratuidade, ensino de elevado padrão, possuindo oficinas de trabalho em quatro ramos diferentes: gráfico, eletricidade, carpintaria e cerâmica. Funciona em três turnos, de segunda a sábado, e mantêve, neste ano de 1968, 27 turmas. Em Belo Horizonte foi pôsto a funcionar o primeiro Anexo, com 100 alunos matriculados.

Em 1968, o Sesiminas ingressou, também, no setor de abastecimento, instalando em Belo Horizonte três postos, um dêles com características de unidade volante. Os outros dois, organizados em moldes de supermercados, magnificamente instalados, estão a atender todos os dias milhares de operários, fornecendo suas mercadorias a preços acessíveis, exercendo, assim, como o pôsto volante, que se desloca diàriamente para os bairros operários, o papel de armazéns moderadores.

HABITAÇÃO

O Sesi criou a Divisão de Abastecimento e a Divisão Habitacional e cogitou de executar, através desta última, vasto plano de construção de moradias para operários. Quase no final do ano ficaram concluídos os preparativos para a execução do plano, com o credenciamento do Sesi, pelo BNH, como iniciador de obras. Já está programada, para a Rua Itororó, em Padre Eustáquio, em terreno de propriedade do Sesi, a edificação do primeiro núcleo residencial organizado nêsses moldes. Os outros serão concluídos, durante êste ano, em todo o Estado.

NOVA SEDE

Melhor se aparelhando ainda para a execução de seu vasto programa assistencial na área operária, o Sesi inaugurou, em 1968, sua nova sede central, localizada na Avenida Carandaí, 1 115, onde ocupa vários pavimentos, excelentemente equipados.

No setor do ensino, além dos ginásios, o Sesi manteve, em 1968, curso de ensino supletivo, de pré-primário, admissão, complementar, educação alimentar e arte culinária, corte e costura, ornamentação do lar, trabalhos manuais e bordados e muitos outros, de caráter eventual, atingindo a milhares de operários e seus familiares, em todo o Estado. Só de admissão foram dados em 1968, 37 cursos. De corte e costura foram organizadas 311 turmas. O setor abrange também as atividades de recreação física. O total de atendimentos nesta área, em todo o Estado, elevou-se a 933 157 pessoas, quase um milhão.

ASSISTÊNCIA

No setor de assistência dentária, o Sesiminas, através de seus 106 dentistas (77 no interior e 29 na capital), atendeu a 386 305 clientes operários, com a realização de 512 630 trabalhos. É interessante realçar o crescimento do serviço de assistência dentária, que pode ser avaliado nos dados a seguir apresentados, relativos ao ano de 1960. Naquêle ano, o setor atendeu a 199 645 clientes.

No setor de assistência médica, continuou funcionando, em 1968, o convênio firmado com o INPS, para a utilização do conjunto assistencial da Gameleira e o Sesi continuou mantendo postos na capital, em Juiz de Fora, Barbacena, Leopoldina, Nova Lima Sabará, São João del Rei, João Monlevade, com um atendimento de 149 670 pessoas. É de se frisar que no número acima não estão computados os atendimentos da Gameleira, que passaram a ser processados, desde a celebração do convênio, pelo INPS.

O Sesi passou, desde que feito tal convênio, a dar maior ênfase, em seu trabalho de assistência médica direta, à medicina preventiva, movimentando campanhas de vacinação, realização de censo torácico. No setor de censo torácico atendeu-se em 68, interior e capital, a 29 196 pessoas.

SERVIÇO SOCIAL

No setor do serviço social foram realizados numerosos trabalhos no setor de alimentação, habitação, vestuário, medicamentação, promoções recreativas, com um atendimento volumoso de industriários e familiares. O número de pessoas atendidas em 1968, no setor de serviço social foi de 179 929.

JURÍDICO

No campo da assistência jurídica, com postos na capital, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia, o Sesi atendeu 11 814 operários, contra 5 278 atendidos em 1960.

CLUBE DO TRABALHADOR

Considerado um dos melhores, em seu gênero, existentes no país, o Clube do Trabalhador Francisco Neto Mota, inaugurado em 1966, voltou a viver, em 1968, momentos de grande e intensa atividade, acolhendo, em suas reuniões festivas e esportivas, na sua colônia de férias, aos domingos, feriados, sábados e dias da semana, milhares de operários. O número de associados se eleva a mais de 8 mil. A ação do Sesi se multiplica, assim, por postos de abastecimento, clube recreativo, ginásios, centros de atividades, núcleos comunitários praças de esportes, postos dentários, postos médicos, campanhas educativas de rua, ação social nos bairros operários, colônia de férias, convênio com outras instituições (um dos convênios celebrados eb 1968 foi com a Fundação do Bem-Estar do Menor), atingindo com tais serviços mais de 100 cidades mineiras.

SERVIÇO DE PESQUISA

O Serviço de Pesquisa do Sesiminas realizou dezenas de pesquisas êste ano, entre as quais a do grau de escolaridade dos industriários e suas famílias de Belo Horizonte e Contagem; pesquisa sócio-econômica nas cidades de Melo Viana, Sete Lagoas, Araguari, Bom Despacho, Montes Claros, Itaúna e Pará de Minas.

Realizaram pesquisas em convênio com 30 entidades oficiais. Mensalmente foi realizada uma pesquisa sôbre mercado de trabalho em Belo Horizonte e Contagem, analisando a flutuação da oferta e procura de mão-de-obra.

SENAI TREINOU MAIS DE 1000 ALUNOS

Mais de mil alunos, entre aprendizes e adultos, foram treinados em 1968 pelo departamento regional do Senai em Minas Gerais, através de convênios mantidos com treze grandes emprêsas. Por outro lado, foram realizados acôrdos com 132 indústrias, desenvolvendo-se 281 programas no próprio local do trabalho atendendo a um total de 3 823 aprendizes.

O trabalho desenvolvido pelo Senai de Minas é considerado como modêlo entre os departamentos regionais dos outros Estados. Dirigido atualmente pelo Dr. Afonso Greco e tendo como presidente do Conselho Regional o industrial Aristides Mário Rache Ferreira, vem o Senai de Minas Gerais ampliando sua ação no campo da aprendizagem dentro das suas possibilidades orçamentárias.

O TRABALHO

Essa ação é desenvolvida em três grandes áreas para melhor atender ao interêsse das indústrias. O ensino é feito em escolas próprias do Senai, em convênio com as grandes indústrias que mantém suas próprias escolas e no próprio local de trabalho através de programas de treinamento levado a efeito junto às médias e pequenas emprêsas.

As escolas próprias, em número de dez e localizadas nas cidades mais industrializadas de Minas, ministram os seguintes ofícios:

Escola Américo René Giannetti — Belo Horizonte
Ajustador, torneiro mecânico, mecânico de auto, marceneiro, compositor manual, impressor, encadernador, mecanotipista.
Total de alunos 494

Escola de Juiz de Fora
Ajustador, torneiro mecânico, mecânico de auto, marceneiro, tecelão de algodão, fiação.
Total de alunos 370

Escola de Nova Lima
Ajustador, torneiro mecânico, marceneiro.
Total de alunos 197

Escola de Sabará
Ajustador, torneiro mecânico.
Total de alunos 151

Escola de Uberaba
Ajustador, torneiro mecânico, marceneiro.
Total de alunos 110

Escola José Inácio Peixoto — Cataguases
Ajustador, torneiro mecânico.
Total de alunos 148

Escola de Itajubá
Ajustador, torneiro mecânico.
Total de alunos 122

Escola de São João del Rei
Ajustador, torneiro mecânico, marceneiro.
Total de alunos 108

Escola Euvaldo Lódi — Cidade Industrial de Contagem
Ajustador, torneiro mecânico, modelador, eletricista.
Total de alunos 373

Escola de Itaúna
Ajustador, torneiro mecânico.
Total de alunos 110

O Senai de Minas Gerais mantém convênio com 13 grandes emprêsas, a saber:

Alumínio Minas Gerais S/A — Aluminas
Usina Queirós Júnior
Cia. Siderúrgica Belgo Mineira
Cia. Ferro Brasileiro
Cia Siderúrgica Nacional
Centrais Elétricas de Minas Gerais — Cemig
Cia. Vale do Rio Doce
Cia. Aços Especiais Itabira — Acesita
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais — Usiminas
Mineração Morro Velho
Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás
Rêde Ferroviária Nacional.

Mais de 10 mil alunos (aprendizes e adultos) foram treinados por estas emprêsas em 1968 com a orientação do Senai. Os convênios prevêem isenção parcial das contribuições devidas, desde que à sua própria conta desenvolva serviços de formação profissional.

OS ACÔRDOS

Através de acôrdos com 132 indústrias foram desenvolvidos 281 programas no próprio local do trabalho, atendendo a um total de 3 823 aprendizes.

No campo do treinamento de supervisores, foram ministrados os seguintes cursos:

TWI — 1.ª fase — 20 cursos — 198 participantes.
TWI — 2.ª fase — 21 cursos — 198 participantes.
TWI — 3.ª fase — 17 cursos — 170 participantes.
Liderança de reuniões — 1 curso — 6 participantes.
Técnicas de chefia — 1 curso — 15 participantes.
Aperfeiçoamento de mestres e contramestres de fiação e tecelagem — 5 cursos — 199 participantes.

OBJETIVOS DO SENAI

Ensinar um ofício qualificado em suas escolas ou em convênios com emprêsas industriais; ajudar os empregadores a elaborar e executar programas de treinamento; manter cursos de aperfeiçoamento e cursos rápidos para trabalhadores maiores de 18 anos; conceder bôlsas-de-estudos e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das emprêsas contribuintes, bem como a professôres, instrutores, administradores e, servidores seus e, finalmente, cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interêsse para a indústria são as atividades atribuídas ao Senai.

Dessa lista de obrigações duas se salientam e à elas a instituição dedica a maior parte de suas verbas e esforços: aprendizagem e treinamento. O Senai considera a aprendizagem industrial a formação metódica, com duração estipulada em dispositivos legais e regulamentares, objetivando preparar o aprendiz de 14 a 18 anos para o exercício de uma ocupação qualificada podendo ser realizada em centros próprios de formação profissional — escolas de aprendizagem — ou nos próprios estabelecimentos industriais.

Treinamento, para o Senai, é a modalidade de formação profissional de jovens e adultos com vistas ao aumento de sua capacidade operacional e melhoria de suas atividades, mediante o desenvolvimento, no prazo que fôr necessário, de habilidades, conhecimentos e atitudes requeridas para exercício de ocupação definida da emprêsa ou do mercado de trabalho regional.

INTEGRAÇÃO E DISPARIDADES REGIONAIS

JOÃO MUNIZ DE SOUZA

Uma política brasileira de integração terá certamente como principal dificuldade a vencer a diferenciação econômica entre as diversas regiões do país, notadamente entre Norte-Nordeste e Centro-Sul. É ela, antes de mais nada, produto de conseqüências históricas, determinadas pelas variadas mutações ocorridas em nossa economia, por influência de fatôres externos, desde o descobrimento e posterior colonização de nosso território.

Não foi, como muitos pretendem apresentar, objetivo de uma política predeterminada, com decisões preconcebidas para que êsse fim fôsse alcançado.

A grande propriedade monocultural teve influência marcante na estrutura sócio-econômica do Nordeste, porquanto não permitiu um maior parcelamento das terras nem a diversificação de suas culturas. E, hoje, ainda encontramos a propriedade territorial em poder de um pequeno grupo, mantida, em grande parte, improdutivamente.

A produção de açúcar assumiu grande importância, sendo mesmo a base da sustentação econômica brasileira por mais de século e meio. É, ainda hoje, o sustentáculo da economia nordestina, especialmente dos Estados de Pernambuco e Alagoas.

O Centro-Sul foi progressivamente tomando a dianteira nas atividades econômicas do país e, na segunda metade do século XIX, já ocorria uma inversão completa de posições: o Norte-Nordeste estacionário, senão decadente. O Sul à frente, no pleno florescimento, com São Paulo já em plano destacado, caminhando para ser o grande parque industrial que hoje é. Os diferentes empreendimentos industriais, comerciais e sobretudo agrícolas, multiplicaram-se aceleradamente. Iniciou-se um processo de concentração de capitais de certo vulto, oriundo da agricultura, em virtude da franca prosperidade apresentada e que oferecia larga margem de ganhos.

Sem nos aprofundarmos mais nas raízes históricas, podemos afirmar que daí começaram a surgir as grandes disparidades regionais do Brasil. Mais por um determinismo histórico do que por uma ação deliberada, o Nordeste se apresentava, sob o ponto-de-vista econômico, como a região de mais baixo nível de vida do país.

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, o desenvolvimento de uma região se faz em competição com o das demais. Assim, o progresso econômico do Nordeste se faz em concorrência com o da região Centro-Sul. Essa concorrência se limita aos mercados de produtos acabados e de capitais. Por outro lado, sendo os seus rendimentos agrícolas menores, com o mesmo nível técnico, significa que os seus produtos de alimentação, à igualdade de outros fatôres, tendem a ser mais caros do que os do Centro-Sul.

É necessário, portanto, que a idêntica produtividade, sejam os salários reais no setor industrial mais baixos para compensar aquela diferença e dar condições de competição à indústria nordestina. Ressalte-se, todavia, que salários reais mais baixos significam um mercado mais estreito pelas indústrias, o que se vem adicionar ao mercado de baixa capacidade de absorção da agricultura para os produtos manufaturados.

O desenvolvimento industrial se apóia, em grande parte, em economias externas, e, possuindo o Nordeste um índice ainda baixo dessas economias, a rentabilidade dos empreendimentos individuais ainda não é suficiente para a manutenção da concorrência com os similares do Centro-Sul do país.

A economia nordestina sofreu, assim, dentro de um comportamento de forma análoga a um setor artesanal uma fase de industrialização que se defrontava com novas manufaturas. Não podendo competir, sofreu a emigração de seu capital. Reduzindo-se as oportunidades do seu mercado consumidor, desaparecera o estímulo à reinversão, e o que se verificava era o afluxo de seus capitais para o Centro-Sul, onde encontravam boa aplicação para os seus lucros.

PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento contempla em capítulo especial o desenvolvimento regional brasileiro, considerando a necessidade da criação de um processo auto-sustentável de desenvolvimento em cada grande região, com a inserção dêsse processo dentro de uma linha de integração nacional.

Os instrumentos de política regional são assim configurados dentro da ação governamental:

1) Concentração da atividade do Govêrno nas tarefas de planejamento e pesquisa, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando preferencialmente para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis. A forma de atuação e de aplicação de investimentos dependerá de cada região, podendo visar a cobrir claros populacionais, criar condições de melhor adaptação do homem ao meio, e notadamente, dotar a região de setores dinâmicos capazes de impulsionar-lhe o desenvolvimento;

2) programas especiais de investimentos em saúde e educação para o preparo do elemento humano qualificado necessário ao desenvolvimento;

3) criação de instrumentos, sobretudo de ordem fiscal e creditícia, visando a estimular a iniciativa privada, os quais deverão desdobrar-se em várias modalidades de acôrdo com a linha de desenvolvimento fixada para cada região; segundo a orientação estabelecida, os incentivos fiscais do Impôsto de Renda (a exemplo do esquema 34/18 da Sudene) devem ficar reservados às áreas-problemas Norte-Nordeste;

4) aplicação da orientação do Programa Estratégico ao campo do desenvolvimento regional, concentrando-se recursos em certo número de pólos em cada região (evitando-se a deterioração das áreas mais pobres), dentro do objetivo de selecionar prioridades bem definidas e sôbre elas produzir impacto substancial. No contexto do desenvolvimento urbano integrado, definição de alta prioridade para os programas de desenvolvimento de áreas metropolitanas.

Muitas das atividades relativas ao desenvolvimento regional eram exercidas no âmbito de alguns Ministérios: Agricultura, Viação, especialmente. Em boa hora entenderam de criar um Ministério que centralizasse todos os órgãos e que se dedicasse ao problema do desenvolvimento no interior. Surgiu, então, o Ministério dos Organismos Regionais, que se chamou mais tarde Ministério do Interior, nome que conserva até hoje. O nôvo Ministério veio possibilitar a ação orgânica do Govêrno federal no tocante ao progresso das regiões interioranas. Sua ação se vem firmando no sentido de definir as atribuições dos diversos órgãos, delimitando-lhes a área de atuação. Assim, as grandes superintendências, como a Sudene, a Sudam, e a Sudesul e, possìvelmente, aquelas vinculadas à região Centro-Oeste (Sudeco) e ao vale do Paraíba (Sudevap) destinar-se-ão exclusivamente a trabalhos de planejamento e coordenação, atendo à nova filosofia do Govêrno.

A Sudene e a Sudam são, efetivamente, os dois principais organismos de desenvolvimento regional. Atendem elas as duas macrorregiões que representam os maiores problemas para o país: de um lado a necessidade de ocupação territorial e de outro a necessidade de aliviar as tensões sociais. O deslocamento de investimentos privados mediante incentivos é perfeitamente justificado em relação a essas áreas.

Relativamente à questão da utilização dos recursos carreados para o Nordeste à conta dos incentivos fiscais decorrentes dos Artigos 34/18, a experiência acumulada no período deve merecer cuidado especial, com vistas ao uso sempre aperfeiçoado do mecanismo, tendo-se presente ainda que o sistema é extensivo também à Sudam.

ALGUNS ENTRAVES

A política cambial adotada até há poucos anos contribuía para agravar as diferenças econômicas entre as regiões. Os favores concedidos aos investimentos industriais, destacadamente aos da indústria automobilística, a manutenção do *câmbio de prestígio* que ao mesmo tempo que assegurava baixos custos nas importações de equipamentos e matérias-primas, oferecia uma remuneração insuficiente aos produtos primários exportáveis, tornando-os gravosos e desencorajando a sua produção. A indiscriminada proteção à produção manufatureira fêz com que as regiões, como a do nordeste, exportadoras de produtos primários, a câmbio controlado, e importadoras de produtos manufaturados a preços crescentes, em face da inflação, sofressem grande perda através do enfraquecimento dos seus têrmos de intercâmbio. O problema do Nordeste, entretanto, não era simples decorrência da política cambial daquela época. Era em essência idêntico aos dos países subdesenvolvidos em face das nações altamente industrializadas.

A política de industrialização adotada, após a década dos 30, sem uma orientação definitiva, proporcionou uma expansão industrial heterogênea. A falta de complementação dos investimentos, a capacidade ociosa de inúmeras indústrias de baixa essencialidade, o atraso relativo de indústrias de base e a ampliação do desequilíbrio externo são causas fundamentais no agravamento do desequilíbrio entre as economias regionais.

Os desníveis existentes entre as economias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul, como vimos, têm suas origens em diferentes fatôres, decorrentes das modificações conjunturais por que passou o país. Vêm êles de longa data. Resultam de um desenvolvimento econômico desordenado que se agravou com o surto inflacionista dos últimos anos, que provocou sérias distorções nos programas de investimentos.

Não se pode deixar de considerar, porém, que dadas as dimensões continentais do Brasil, e a diversificação das condições de solo e de clima das suas regiões, formaram-se no país diferentes tipos de economias regionais, que competem entre si na lista pelo desenvolvimento. É necessário, pois, corrigir êsses desníveis, porquanto o empobrecimento das regiões Norte e Nordeste acarretará estreitamento cada vez maior do mercado nacional para os produtos manufaturados, o que poderá, também, determinar uma queda no ritmo de produção da região Centro-Sul, e, em última análise, de todo o país.

Assim, o prosseguimento da política de desenvolvimento regional adotada, com êxito, pela Sudene a partir de 1959, e pela Sudam, mais recentemente, é mais do que uma obra assistencial, um imperativo do harmonioso desenvolvimento nacional. Não se pode tolerar hoje, em parte alguma, a desigualdade entre as regiões, quando se torna a mesma tão chocante quanto é o caso do Norte e do Nordeste, confrontados ambos com os Estados mais prósperos do Centro e do Sul do país.

A eliminação de uma disparidade tão profunda entre as rendas dessas regiões e a do resto do país, notadamente as de São Paulo, Guanabara, Paraná ou Rio Grande do Sul deve ser encarada, antes de tudo, como um problema de unidade nacional.

COMÉRCIO EXTERIOR

ÍNDICES

EXPORTAÇÕES (Valor) 1958=100

IMPORTACÕES (Valor) 1958=100

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ (Volume) 1958=100

EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS (Valor) 1960=100

ÍNDICES

180 160 140 120 100 80

700 600 500 400 300 200 100 0

1959 60 61 62 63 64 65 66 67 1968

1959 60 61 62 63 64 65 66 67 1968

1959 60 61 62 63 64 65 66 67 1968

1961 62 63 64 65 66 67 1968

APEC – M. Duarte

10 ANOS DE ECONOMIA BRASILEIRA

COMÉRCIO EXTERIOR

A economia brasileira apresentou, nos últimos dez anos, substanciais e notórias modificações em sua estrutura.

De um país enfàticamente exportador de produtos primários, e particularmente de um produto só, o café, passamos para um grau relativo de dependência externa bem menor, haja vista a ampla expansão e diversificação do nosso mercado interno.

Uma simples análise comparativa dos dados do gráfico e quadro anexos mostra mudanças quantitativas expressivas que atestam o processo de modificação estrutural ocorrido no espaço considerado, tanto na exportação como na importação.

Um indicador que bem demonstra esta assertiva é a exportação de produtos manufaturados, segundo produto em valor, de nossa pauta de exportação.

Em decorrência da intensa política de estímulos (a exportação de manufaturados está isenta de qualquer tipo de impôsto), a taxa de crescimento destas exportações aumentou de forma acelerada, de 67% em 1961, para 230% em 1964 e 546% em 1968. Ao lado do incremento contínuo da exportação dos manufaturados, o café, tradicional ápice percentual de nossa pauta, tem apresentado desritmadas oscilações na exportação, visto que estas dependem mais de nossa habilidade em comercializar o produto do que de nossa capacidade produtiva interna.

Os dados do valor total da exportação, em índices, nos mostram que esta pouco variou de 1960 a 1964; daí em diante a tônica presente foi de aumento constante em relação ao ano base, atingindo-se em 1968 + 50,9%, quando em 1964, teto da primeira fase de discretas variações, o aumento foi de 15%.

Esta substancial variação em 1968 foi conseguida, sobretudo devido à implantação do sistema de taxas de câmbio flexíveis que aumentaram amplamente o horizonte dos exportadores, diminuindo seus riscos e possibilitando o traçado de uma política contínua e crescente de exportações.

A coluna dos índices de importação, também esconde qualificações consideráveis; muitas modificações na estrutura da importação se processaram nestes dez anos em que passamos de importadores de bens de consumo para importadores de matérias-primas e de bens de capital de tecnologia mais avançada, amplamente necessários ao nosso processo de desenvolvimento.

Percentualmente em relação ao ano base as importações no período 1958/63 pouco variaram (+ 9% em 1963); de 1963 a 1965, houve uma queda já bem acentuada (—19%); de 1966 a 1968 o crescimento foi contínuo atingindo + 58% em relação ao ano base.

Os resultados dos últimos anos de nosso comércio exterior têm sido auspiciosos; o do ano findo, principalmente, foi bastante animador. A permanecerem as tendências dos últimos três anos na economia brasileira, de um saudável clima de atividade industrial, de uma taxa de câmbio realista, que acompanhe a evolução dos preços internos, pode-se afirmar que as projeções otimistas referentes ao comércio exterior deverão efetivar-se.

COMERCIO EXTERIOR

(Indice-base: 1958=100)

	Exportação (valor)	*Importação (valor)*	*Exportação café (volume)*	*Exportação manufaturados. 1960=100 (valor)*
1959	103,1	101,6	135,4	—
60	102,1	108,1	130,6	100,0
1	112,9	107,9	131,7	167,6
2	97,7	109,0	127,1	156,0
3	113,2	109,9	151,5	176,2
4	115,0	93,4	116,0	329,7
5	128,4	81,0	104,7	516,0
6	140,1	110,6	130,7	456,4
7	133,1	123,2	129,9	676,0
8	150,9	158,0	147,8	646,1

Mamãe :

"... e, agora, não pagamos
mais aluguel, pois a Caixa
Econômica Federal de São Paulo
financiou a aquisição da nossa
tão esperada casa própria,
como, aliás, ela vem
fazendo a milhares
de trabalhadores, em todo
o Estado. E é muito fácil.

Primeiro, fiz um depósito para
ter direito ao empréstimo. Em seguida,
escolhi uma excelente casa,
num bairro para morar. Compareci,
então, à Carteira de Habitação
e fiquei perplexo com a rapidez
e facilidade do andamento do
processo. Sempre ouvi dizer
que era preciso ter
um bom padrinho e, mesmo assim,
esperar muito tempo.

Qual nada ! Fiz tudo eu mesmo e,
quando chegou a minha vez, fui
chamado para receber a escritura !
Não há influências, não há
burocracia. Qualquer pessoa pode
fazer o que eu fiz. Diga ao Mano que
procure a Agência da cidade e
adquira, também, a casa dêle. É uma
tranqüilidade.

A casa é muito simpática e confortável.
Tem jardinzinho na frente e quintal
para as crianças. E que maravilhosa
emoção estar morando na nossa
própria casa !

Esperamos que venha
logo nos visitar.
Abençoe-nos.

Nuero

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE SÃO PAULO

- dinheiro do pôvo em benefício do pôvo -

abrap s.a.

PLANO DIRETOR DE TRANSPORTES LEVA À OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

LAFAYETTE PRADO

O Estado do Amazonas tem polarizado, nos últimos anos, maior atenção dos governantes e do povo brasileiro, encerrando ainda grandes incógnitas e inúmeras perguntas sem respostas. Esporàdicamente analisado e tangenciado por exames superficiais, suas reais possibilidades e problemas mantêm-se ocultos por um misto de lenda e falta de pesquisa científica. Guardadas as devidas proporções, desta forma, sabe-se mais hoje sôbre a Lua, recentemente investigada para o atendimento a objetivos mais remotos, que sôbre o Amazonas, cuja ocupação é prevista como imediata.

Ainda há pouco, quando despertado o interêsse público por divagações futuristas do Hudson Institute, verificou-se dos debates travados quão diminuto era o conhecimento organizado sôbre a vasta região amazônica, onde o Estado representa a maior parcela.

O presente trabalho procura resumir uma experiência inédita, que constitui a elaboração de um plano diretor de transportes para o Estado do Amazonas, desenvolvido no período de oito meses, de fins de 1967 ao princípio do ano seguinte. Sem pretensões de atingir com profundidade os setores de atividades alheios aos transportes, êste trabalho evidenciou alguns elementos que ainda demandam pesquisa e análise mais amplas, em benefício da pretendida ocupação e domínio posterior da região.

CONDIÇÕES GERAIS DO ESTADO

Com a área aproximada de 1,6 milhão de quilômetros quadrados, o Amazonas corresponde a 19 por cento do território nacional, divididos pràticamente ao meio pelas 1 800 milhas náuticas do Amazonas-Solimões, entre Benjamin Constant e a costa Atlântica.

Sujeito ao clima tropical — com temperatura elevada, grande umidade e chuvas abundantes — abrigava 920 mil habitantes em 1966, dos quais 25 por cento concentravam-se em Manaus. Para 1978, é prevista a população de 1 400 mil habitantes, com quase 420 mil agrupados em tôrno da capital. Da população existente — que cresce a taxa superior a 3 por cento ao ano — mais da metade tem idade inferior a 15 anos e 3 por cento têm mais de 65 anos, donde a parcela disponível para a atividade produtiva ser inferior à metade da população.

Além da população concentrada em Manaus, os demais habitantes estão disseminados em núcleos ribeirinhos, dificultando sobremaneira o atendimento aos seus requisitos mínimos de educação, saúde e assistência técnica em geral. A feição do que ocorre em todo o país, a população rural tem-se reduzido constantemente, em têrmos relativos, aumentando por conseqüência as concentrações urbanas.

A análise dos níveis de emprêgo em Manaus reporta, para 1968, 75 por cento da população econòmicamente ativa empregada. Para o interior, o emprêgo correspondeu sòmente a 47 por cento, no mesmo ano.

No que tange à renda **per capita**, verificou-se para julho de 1966, que a de 67,8 por cento da população ficava aquém de NCr$ 200,00 e a de 87,2 por cento, aquém de NCr$ 400,00. Admitida a estimativa da Fundação Getúlio Vargas, da renda **per capita** média de NCr$ 655,00 para todo o país, em 1966, verifica-se que a do Amazonas situa-se em nível inferior à da metade estimada.

As atividades extrativas no Estado oferecem padrões baixos de produção. Além da agricultura de subsistência, que é predominante, cultivam-se e exploram-se como principais produtos: juta, arroz, feijão, mandioca, fumo, banana, milho, cana de açúcar, batata-doce, abacaxi, laranja, cacau, tomate e abacate. Quanto aos produtos florestais, predominam: madeira, castanha, borracha, piaçava, gomas não elásticas, guaraná, essência de pau-rosa, couros e peles.

Na pecuária, sòmente é significativo o rebanho bovino, que atingiu a 236 mil cabeças, em 1965, prevendo-se 505 mil cabeças para 1978. O rebanho bovino localiza-se principalmente no médio Amazonas e na zona fisiográfica do rio Madeira.

As atividades mineradoras são pràticamente inexistentes, conhecendo-se pequenas tentativas de prospecção das reservas minerais. As ocorrências minerais conhecidas mais importantes são: sal-gema, sulfetos, enxôfre, gipsita, folhelhos betuminosos, linhito, minério de ferro e manganês e calcáreo.

Quanto à indústria, acentuam-se, dentre as principais: refino do petróleo, têxtil — principalmente da juta — bem como as da madeira e borracha, além da alimentícia, considerada como em terceiro lugar, no contexto industrial amazônico.

SITUAÇÃO ATUAL DOS TRANSPORTES

O transporte fluvial predomina no Estado. Dadas as características especiais do espaço geográfico, esta predominância tende a manter-se.

O serviço aéreo regular liga hoje 26 cidades, ao passo que a única rodovia existente conecta Manaus a Itacoatiara, havendo ainda em construção a Manaus—Pôrto Velho e a Humaitá—Lábrea.

Em 1966, transitaram .... 590 mil toneladas de carga pelo pôrto de Manaus, centro de transporte fluvial da área. Além dêsse pôrto, a rêde fluvial do Estado apresenta sòmente modestos embarcadouros, disseminados consoante os núcleos habitacionais principais.

Em 1966, reconhecia-se como frota que servia o Estado a constituída pelo total de 1 119 unidades, abrangendo 97 678TDW. Dentre estas, sòmente 250 ofereciam tonelagem superior a 100 TDW, sendo 133 com autopropulsão. Quanto ao estado da frota, do inventário abrangendo 787 embarcações, verificou-se que mais de 40 por cento foram construídas há mais de vinte anos. A frota aérea regular, afinal, atendendo a vôos semanais ou quinzenais, em maioria, é constituída de equipamento DC-3 e PBY-5 A (Catalinas).

TRANSPORTE AÉREO

Atentado o avanço tecnológico do transporte aéreo, os anos 70 presenciarão substanciais alterações na economia oferecida por esta modalidade. Mesmo nas condições presentes, inúmeras autoridades já defendem a tese da utilização intensiva do transporte aéreo em grandes áreas subdesenvolvidas, quando desprovidas de infra-estrutura para as outras modalidades. Indicam que tal procedimento faculta o suporte inicial para o desenvolvimento de pólos, sem antecipar os ônus de investimentos mais vultosos, em infra-estrutura rodo ou ferroviária.

O Estado do Amazonas teve suporte para as atuais concentrações, disseminadas em seu interior, à custa do transporte aéreo pioneiro, patrocinado pela Fôrça Aérea Brasileira.

A extensão posterior de linhas comerciais já veio alcançar um progresso incipiente nas cidades hoje servidas por transporte aéreo, que totalizam 26, sendo 16 por aviões anfíbios e as dez demais por terrestres.

A própria ligação de Manaus com o resto do país depende do transporte aéreo, agora atendido por equipamento moderno, visto que a alternativa hidroviária acarreta bem maior dispêndio de tempo.

Os aeroportos do interior estão em geral habilitados para o movimento a que atualmente se destinam, enquanto o de Manaus atende razoàvelmente à freqüência e demais solicitações existentes.

A análise econômica do transporte aéreo interior, conforme o plano diretor de transportes citado, indica a conveniência da substituição dos Catalina (PBY-5 A), contra o qual são argüidos alto custo médio por ton/km e dificuldade de reposição de peças. A substituição das referidas aeronaves já teve início no ano corrente.

Ainda da referida análise econômica, decorre a relação de prioridade de construção de aeroportos no interior, com dimensões mínimas de 30x120m. Primeira prioridade: Benjamin Constant, Canutama, Coari, Codajás, Fonte Boa, Lábrea, Pôrto Afonso, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença. Segunda prioridade: Cucuí, Içana, Pari-Cachoeira, Tupuriquara, Taracuá.

O quadro abaixo indica a chegada e saída de passageiros, cargas e mala postal nos principais aeroportos do Amazonas, em 1966.

Aeroporto	*Passageiros* C	*Passageiros* S	*Carga* C	*Carga* S	*Mala Postal (kg)* C	*Mala Postal (kg)* S
Manaus	46 280	45 410	735 104	1 090 911	85 760	214 686
Itacoatiara	2 581	2 611	1 889	7 154	1 169	7 016
Parintins	4 717	3 983	10 025	13 759	2 929	11 055
B. Constant	603	607	316	2 479	772	2 630
Coari	992	994	1 351	1 853	348	2 000
Lábrea	468	550	333	3 410	68	533
Tefé	1 332	1 412	3 070	5 719	660	1 333

Fonte: Transcon/Berger — Plano Diretor de Transportes do Estado do Amazonas)

Para o aeroporto de Manaus a comparação do movimento de 1966 contra a de 1965 acusa um incremento anual de:

Passageiros:	Chegada	— 28%	Saída	— 28%
Carga:	Chegada	— 6%	Saída	— 8%
Mala Postal:	Chegada	— 62%	Saída	— 22%

Os anos de 1967 e 1968 terão forçosamente presenciado substanciais incrementos no transporte aéreo, sob o estímulo da Zona Franca.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Até o presente, o Estado do Amazonas acha-se desvinculado da rêde rodoviária do país. A frota de veículos existente limita-se à utilização dentro das cidades ou no eixo Manaus—Itacoatiara. Sem embargo, tal frota tem crescido substancialmente, conforme atestam as indicações abaixo:

1948	—	843 veículos
1958	—	1 513 "
1966	—	9 022 "

O sistema rodoviário do Amazonas acusava, em fins de 1965, o total de 505 km de rodovias, dentre os quais, fora dos limites de Manaus, sòmente 53 pavimentados.

Em 1957, aludida rêde já representava:

Rodovias	*Pavimentadas (km)*	*Não pavimentadas (km)*	*Total*
Federais	17	30	47
Estaduais	64	528	592
Total	81	558	639

Conclui-se que há 0,4km de rodovia para cada 1 000 km2 de área, ou 6,5km de rodovia para cada 10 000 habitantes, comparáveis com outros países na forma seguinte:

Local	*km de rodovia/10 000 habitantes*
Amazonas	6,5
Peru	31,0
Índia	20,0
Malaia	20,0
Irã	17,0
Costa do Marfim	17,0

Não é encorajadora a perspectiva do crescimento a curto prazo do transporte rodoviário no Amazonas. Em face da amplidão territorial, a ligação de qualquer par de pólos de desenvolvimento implica em investimentos na infra-estrutura sem justificativa econômica aparente. A menos que a implantação rodoviária se faça concomitante com investimentos adicionais em colonização das faixas de domínio ou racionalização e incremento de produção, o transporte fluvial e, complementarmente, o aéreo, atenderão plenamente ao crescimento vegetativo presumível.

A necessidade básica de integração do Estado à rêde rodoviária do país é dada segundo a linha Pôrto Velho—Manaus, cujo término de construção é previsto para 1971. Intensificam-se neste ano os esforços no sentido desta construção, como medida inadiável de integração. O investimento respectivo, contudo, sòmente é aceito como recomendável na medida em que ocorra esfôrço paralelo no sentido da colonização segundo o divisor de águas Madeira-Purus, seguido pela rodovia.

Ao contrário da crença generalizada, os custos de construção apresentados para obras rodoviárias são baixos, relativamente aos correntes no Sul do país, devido ao pequeno movimento de terra exigível em regiões planas. Também a transposição de cursos de água representa dificuldade menor que a aparente, seja pela possibilidade de construção em zonas não inundáveis, seja pela farta disponibilidade de madeira apropriada, para obras de duração limitada. Sòmente a pavimentação rodoviária ainda constitui problema de maior monta, especialmente pela carência de agregados para pavimento. Também os requisitos de drenagem e proteção contra erosão representam um problema importante na implantação de uma rêde rodoviária no Amazonas.

O Plano Diretor de Transporte limita-se, portanto, a selecionar para execução, no decênio 1968-1977, as rodovias Manaus—Pôrto Velho (BR-319) e Manaus—Alalaú, em direção a Caracaraí (BR-174), esta última especialmente por sua condição estratégica e conseqüente alocação de recursos, dentro da órbita federal, pràviamente à elaboração do Plano. Os demais investimentos rodoviários restringem-se a estudos, projetos e despesas de conservação.

TRANSPORTE FLUVIAL

Repousa no transporte fluvial o maior volume de transporte tradicionalmente produzido no Estado. As perspectivas futuras indicam que tal situação será mantida.

Há contudo grande precariedade nas facilidades hoje disponíveis, o que exige redobrado esfôrço em benefício de um transporte mais eficiente e econômico, que se pode traduzir em melhoramentos graduais a se imprimirem nas condições existentes.

Após meticulosa análise, conclui-se que as atuais condições de navegabilidade interior podem ser melhoradas segundo as linhas abaixo:

a) Levantamento e mapeamento sistemático dos leitos dos rios navegáveis;

b) Instalação de distritos de patrulha fluvial ao longo dos rios principais;

c) Sinalização e balizamento dos recursos de difícil passagem (afloramentos de rochas e bancos de areia).

d) Instalação de uma rêde para levantamentos hidrológicos e de um serviço de informações sôbre as condições de nível de água.

A frota disponível deve ser paulatinamente melhorada e levada a maior eficiência e economia operacionais, segundo as medidas:

a) Separação do transporte de cargas do de passageiros;

b) Renovação da frota existente, com a introdução de comboios de chatas empurradas, para o transporte de cargas;

c) Instalação de equipamentos para movimentação de cargas, nas embarcações, para reduzir o tempo de operação nos embarcadouros do interior.

As emprêsas de navegação, por sua vez, devem ser estimuladas ou compelidas no sentido da otimização de sua operação, sendo francamente favorável à melhoria dos transportes a concretização de associações entre as pequenas.

Afinal, quanto aos portos em geral, é recomendada a construção de estruturas simples, como plataformas flutuantes, que facilitem as operações de carga e descarga, independentemente do nível variável dos rios. O Pôrto de Manaus, único de maior porte e organização da região, mereceu, por sua vez, as seguintes recomendações:

a) Aquisição de novos equipamentos: guindastes sôbre pneus, tratores, empilhadeiras e cábrea flutuante;

b) Pavimentação de áreas externas e de acesso terrestre, para atender ao tráfego rodoviário crescente na área portuária;

c) Ampliação da pista rodoviária do *roadway*, pela retirada de trilhos existentes;

d) Melhoria das condições atuais de iluminação e prevenção contra incêndio;

e) Adequação da atual contabilidade de custos, com vistas à estruturação de tarifas baseadas em custos reais;

f) Reorganização das estatísticas;

g) Instituição de entidade portuária autônoma para a administração do Pôrto, obedecendo a normas racionais de descentralização.

CONCLUSÕES

Os transportes do Amazonas não podem ser enfocados como fato isolado. Inscrevem-se intimamente no contexto do desenvolvimento integrado da região. A presunção de mais uma década sob desenvolvimento vegetativo na região exigiria parcos investimentos no setor de transportes, e o atendimento à demanda presumível, nestas circunstâncias, não inspiraria maiores cuidados.

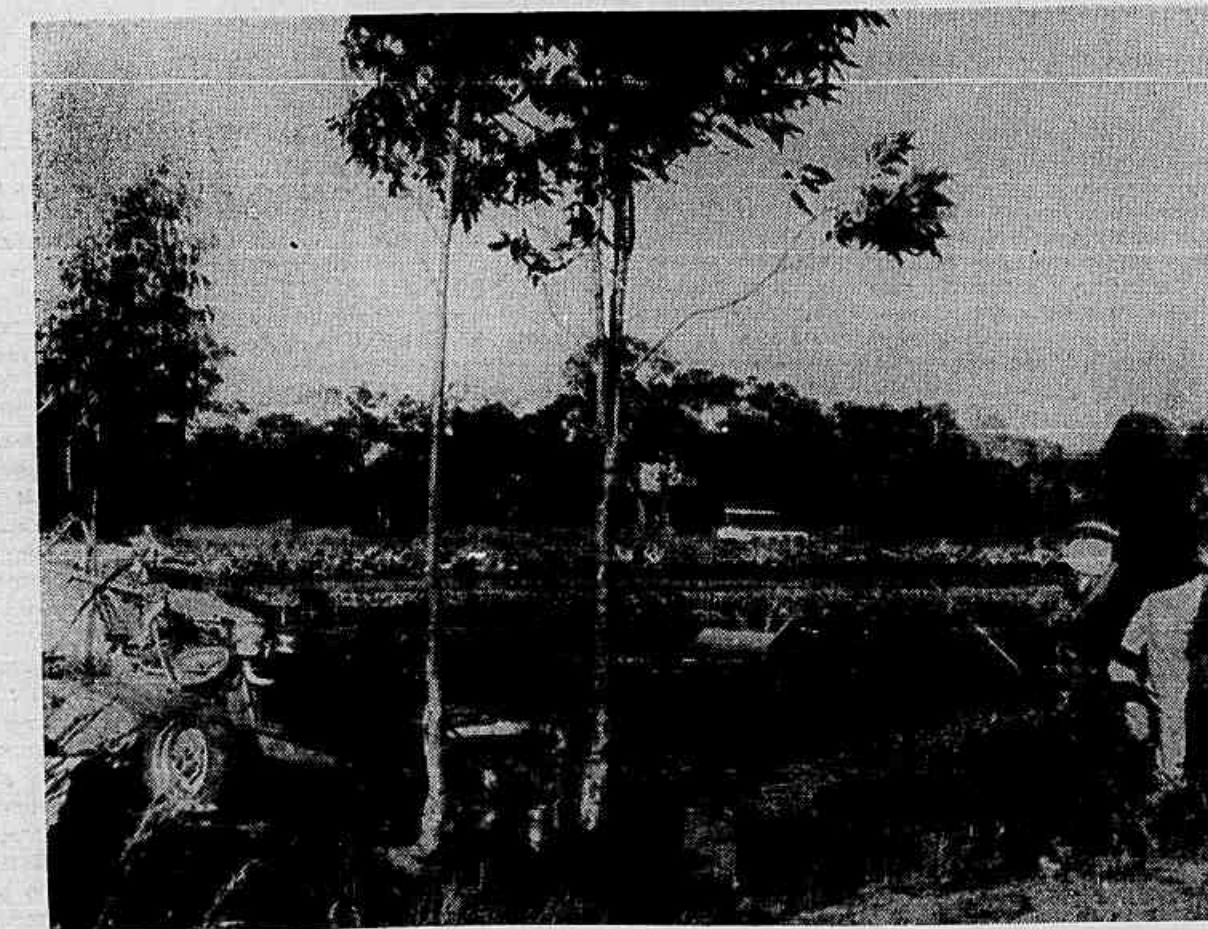
Desde que se dê curso a uma política de ocupação de vazios, onde o Amazonas representa fração ponderável, todo o planejamento de transportes passará a manter com os fatôres de desenvolvimento uma relação biunívoca, de desencadeamento necessàriamente simultâneo.

A melhoria das condições de ocupação de qualquer área, no Amazonas, pressupõe o aliciamento de vasta gama de outros setores, desde o povoamento até a exploração racional do solo a ocupar-se. Implica em convocação paralela de recursos de higiene, saúde, educação e assistência, da mesma forma que exige oferta de condições de transporte econômico, regular e eficiente.

O estudo realizado para a elaboração de um plano-diretor de transporte representou uma condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento do Estado, pois, à falta de planos maiores e coerentes, teve de lançar mão de presunções, que nem sempre constituem intenções, no momento.

Quaisquer que sejam as intenções, contudo, o plano aqui abordado servir-lhe-á necessàriamente de suporte, no sentido de oferecer solução econômica aos inevitáveis problemas de transporte, elemento inalienável de todo esfôrço conjunto para o progresso e desenvolvimento.

A reforma agrária brasileira poderá entrar, agora, em caminhos novos, menos convencionais. O processo se desenvolveria bem mais ràpidamente, graças às soluções mais adequadas e econômicas. E, em conseqüência, mais famílias se beneficiariam pela ação revolucionária desenvolvida através de um nôvo sistema metodológico - a agricultura de grupos

NOVOS CAMINHOS PARA A REFORMA AGRÁRIA

O sistema de agricultura de grupos como nôvo instrumento metodológico para a aceleração da reforma agrária brasileira é agora uma das alternativas do Govêrno Revolucionário, após experiências com os padrões convencionais de encaminhamento dos problemas do campo os quais não foram considerados suficientemente adequados ao atendimento da realidade rural do país.

As Associações de Reforma Agrária (ARAs), estruturadas em forma de sociedades singelas de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, constituirão a base do nôvo esquema de trabalho.

HISTÓRICO

A partir de fins 1967, com pouco mais de dois anos de experiências, entrou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária numa fase de avaliação crítica das diretrizes gerais que vinham informando o seu planejamento e a sua sistemática de execução, pela apreciação dos resultados concretos dos projetos de colonização implantados pela autarquia nas diversas Áreas Prioritárias. Essa etapa de autocrítica culminou com a visita de uma missão de alto nível, integrada por técnicos da FAO e da CEPAL, que, em trabalho conjunto com os técnicos brasileiros, enfeixaram num diagnóstico definitivo todos os modestos resultados obtidos até então.

Quando da realização do II Congresso Nacional Agropecuário, realizado em Brasília em julho de 1968, apresentou o IBRA pela primeira vez todos os produtos dessa análise crítica, postulando uma série de alternativas programáticas tendo como pressuposto a decisão de reformular os métodos de ação. E a tese afinal aprovada em plenário já propunha a instituição do sistema de **agricultura de grupos** como nôvo instrumento metodológico da reforma agrária. Tal alternativa estava baseada em uma forma de apropriação fundiária constante do Estatuto da Terra, até então não adotada por falta de estudos mais aprofundados e de uma avaliação dos empreendimentos de colonização em curso, o que só se tornou possível após os resultados de dois Seminários de Implantação de Projetos, realizados pelos técnicos do IBRA em Alexandre de Gusmão e Quatis.

O sistema aprovado, que pelo menos, formalmente responde a alguns dos postulado sbásicos da reforma agrária (tais como rapidez, economicidade e operacionalidade), compreenderá a criação das Associações de Reforma Agrária — (ARAs) — como fase preparatória para formas associativas mais complexas — as Cooperativas Integrais de Reforma Agrária (CIRA) ou Emprêsas Rurais. Trata-se de uma filosofia mais simples e econômica para a solução dos problemas do campo, enquanto os padrões convencionais — consubstanciados na reforma agrária integral — redundaram em projetos custosos e lentos, que, no final, enfatizavam mais a colonização do que pròpriamente uma forma fundiária. Cooperativismo significa mudança de mentalidade, em outras palavras, um processo sociológico que não pode resultar de imposições legais. Daí as ARAs como forma de transição capaz de estimular o surgimento do espírito cooperativista.

AGRICULTURA DE GRUPOS

A expressão **agricultura de grupos** procura expressar os esforços desenvolvidos por pequenos agricultores, agrupados segundo várias formas e diferentes graus associativos, com os quais se pretende superar os defeitos estruturais de suas explotações, para obterem, por êsse caminho, um aumento da produtividade.

Nascida como decorrência de uma das maiores preocupações dos países europeus, qual seja a necessidade de adequar a estrutura das pequenas exportações agrícolas ao nôvo **boom** industrial, a **agricultura de grupos** deu origem ao surgimento de novas formas associativas, que, ao lado de remanejar de maneira eficiente os fatôres de produção, expressavam realmente os desejos e aspirações de seus integrantes.

Segundo alguns jus-agraristas, a **agricultura de grupos** parece ser o instrumental adequado para apoiar programas de reformas estruturais. Mas, para sua consecução, é necessária a observância de alguns princípios, entre os quais se destacam:

1 — deve traduzir as reais necessidades dos associados;

2 — deve possibilitar uma progressiva modernização da agricultura e redução dos custos gerais;

3 — deve possibilitar uma gestão apropriada e verdadeiramente representativa;

4 — deve contar com instrumental jurídico adequado, onde estejam bem definidas as relações de propriedade, as formas de co-participação, a formação do capital e distribuição dos benefícios. Tudo da maneira a menos rígida possível, flexível ao ponto de receber dos associados tôda a espécie de contribuições.

SOLUÇÃO BRASILEIRA

Completamente vitoriosa na França e Espanha onde, com base em legislação específica, vicejam em apreciável número as **Agrupaciones Agrícolas**, os **Grupos Sindicales de Colonización Groupes Agricoles d"Explotation Collctive, Societés d'Ammennagement Foncier et Remembrement** — a agricultura de grupos, **estruturada** em tôrno de cooperativas informais, atingiu a Holanda sob a forma de **Associações de Ajuda Mútua**; a Inglaterra Gales, como os **Farmer's Machinery Sindicales**; Portugal, com os **grupos**; e, até, o Senegal, com as Associações de Interêsse Rural.

Em tôdas as múltiplas formas existentes há um ponto de identidade — a gestão, e os elementos de cultivo ou os bens de produção, que são colocados em comum.

É conhecido, e a própria História nos ensina, que as **formas integrais de associativismo** (cooperativas de produção, comunidades cooperativas tipo **kibbutz, kolkhoz** e **ejido**) constituem o mais alto grau de coletivização, e que para obter êxito devem estar cercadas de certo fervor místico ou político, o que não é positivamente o caso brasileiro, assim como não é o dos países da Europa Ocidental e, mais recentemente, o do Chile, nem o da Venezuela ou de Pôrto Rico.

Partindo do princípio de que o grau desejável e recomendável de associação dos elementos ativos do processo produtivo, que permita a produção de escala e a intensa participação dos associados, será aquêle em que estejam em comum o uso da terra, a gestão da emprêsa, os bens de produção e o sistema de comercialização, o modêlo brasileiro de **agricultura de grupos**, materializado sob a forma de Associações de Reforma Agrária (ARA), procura retratar um sistema que diga mais de perto aos interêsses, à formação sociológica, à tradição e costumes de nosso pequeno agricultor, e, ao mesmo tempo, objetive impedir desajustamentos decorrentes do regime de trabalho e distribuição do produto.

CARACTERÍSTICAS DAS ARAs

As Associações de Reforma Agrária (ARAs) são sociedades civis, **sem finalidade de lucro**, constituídas por prazo indeterminado para a prestação de serviços e a promoção de atividades do interêsse de seus associados.

Diferem das cooperativas, principalmente porque:

a) poderão ser formadas sem o mínimo de vinte (20) sócios;

b) sua renda poderá ser tributável, qualquer que seja sua destinação;

c) não necessitam de autorização do poder público para funcionarem no país;

d) não se subordinam ou vinculam a qualquer organismo público ou privado, devendo obedecer, todavia, à orientação técnica do IBRA, enquanto mantiverem com êle contato ou outros acôrdos firmados, tendo em vista sempre a capacidade das partes — pessoas jurídicas de direito público e privado.

e) **não são proprietárias das terras** (no caso das cooperativas de produção), que pertencem aos associados.

As ARAs, estruturadas na forma de Associações de Ajuda Mútua, têm a vantagem de serem fàcilmente dirigidas por qualquer grupo de trabalhadores rurais, pois o sistema adotado não difere, essencialmente, do que norteia a organização de clubes, bastante numerosos, inclusive no mais recôndito interior do Brasil, e também urbanos, como por exemplo, as associações de moradores de bairros.

A preocupação maior é, pois, a de simplificar, ao máximo, os entraves burocráticos e legais, para deixar o trabalhador do campo voltado apenas para a produção.

A transformação das ARAs em cooperativas, ou o estabelecimento de uma CIRA para comercializar à produção de um conjunto de ARAs ocorrerá em etapas posteriores, em função do desenvolvimento das Associações.

O IBRA cederá às ARAs pelo prazo convencional de até dois (2) anos os imóveis desapropriados que vierem a integrar o seu patrimônio para a prática da agricultura de grupos.

As ARAs, serão partes convenentes e seus sócios meros usuários das terras emprestadas, durante o prazo contratual. Nesse lapso, a posse direta será deferida às ARAs, permanecendo com o IBRA a posse indireta e o domínio, se o tiver.

O produto do trabalho — quer a explotação do imóvel se faça sob o tipo comunitário, familiar ou misto, — é dos associados, que poderão entregá-lo à Associação para sua colocação no mercado, revertendo em favor dos associados os resultados da comercialização, de maneira a caracterizar a posição das ARAs como intermediárias, sem participação nos lucros, em que pêsa poder, em tese, cobrar módica remuneração pela prestação dêsses serviços.

Competirá às Associações de Reforma Agrária, assistidas tècnicamente pelo IBRA, a elaboração de planos de explotação do imóvel, objetivando a conveniência de cultivos, capacidade potencial de solos e fôrça de trabalho disponível; a construção e manutenção das obras de infra-estrutura mínimas necessárias à racional explotação da área; a organização da vida comunitária, dentre outras atividades.

Quadt terminado o período de transição (máximo de dois anos) e verificado o êxito do sistema de agricultura de grupos, poderá o IBRA vender aos associados frações ideais do terreno, constituindo-se, dêsse modo, um condomínio a ser administrado pela ARA, que o fará sem prejuízo de suas demais finalidades.

IBRA E AS ARAs

As relações do IBRA para com as ARAs baseiam-se no princípio de que as entidades de Direito Público não devem estender seus domínios senão dentro dos limites necessários pelas razões do bem comum, de maneira a não anular as atividades de iniciativa privada que objetivem o desenvolvimento econômico do país.

As relações do IBRA para com as ARAs decorrem de uma **motivação supletiva**, exercida em conjunto com os associados para a concretização do empreendimento, e que se resumem em:

Funções normativas, fiscais e incentivadoras, compreendendo:

— os atos normativos para regular as questões relacionadas com o funcionamento das ARAs.

— o contrôle e a fiscalização das medidas que visem possibilitar o bom funcionamento das associações, pela forma estabelecida naqueles atos normativos.

— a promoção e criação de incentivos de natureza diversa que visem colocar as ARAs nos objetivos da sociedade.

Funções executivas, compreendendo:

— a desapropriação e regularização das áreas ocupadas pelas ARAs, de maneira a titulá-las convenientemente.

— os trabalhos de locação dos elementos físicos definidores das áreas ocupadas pela ARA.

Funções de assessoria e orientação técnica

Estabelecimento de um sistema de assessoria às Associações tendo em vista:

— a elaboração e execução de pequenos projetos de pré-investimentos e planos de explotação;

— a execução das obras e serviços de infra-estrutura que garantam a rentabilidade dos investimentos;

— a elaboração e execução dos planos de financiamentos e crédito;

— o desenvolvimento de suas organizações de base.

Dentro do espírito de que se deve procurar eliminar tôda a ação que possa assumir caráter assistencial ou paternalista, a atuação do IBRA é, pois, sempre enfocada pelo ângulo **motivacional**, de modo a se obter a participação dos associados na mudança de estrutura e na elevação dos níveis econômicos e sociais da comunidade.

Levando-se em consideração:

a) as condições do país, em via de desenvolvimento, carente de poupanças e de capitais;

b) as características do processo de reforma agrária brasileira;

c) as tradições culturais do pequeno agricultor brasileiro e sua motivação para a escolha;

d) a viabilidade da institucionalização da **forma associativa** conseqüente, porquanto na sistemática de ação adotada pelo IBRA, pois agentes determinantes da eficiência do sistema de produção — **o homem**, sujeito da reforma agrária, e **a emprêsa**, objeto, meio sem o qual a promoção econômica e social **não seria** atingida — assumem posição de relêvo sôbre o terceiro — a **propriedade**. Daí uma série de premissas econômico-sociais lastrearem essa nova metodologia:

— sòmente a **produção de escala** permitiria a máxima utilidade dos fatôres de produção, e, em conseqüência, o aumento dos níveis da eficiência da emprêsa, o que só seria possível com a colocação em comum de todos os seus elementos componentes;

— sòmente mantida a **individualidade do sujeito do processo**, resguardando aquilo que êle tem de mais sagrado (a vida familiar, o seu consumo), seria possível obter sua adesão e motivação para participar do sistema;

— sòmente mantendo a propriedade voltada para os **interêsses do grupo**, ainda que de uma certa maneira individualizada, seria possível resguardar a organização das clássicas distorções que levaram ao descrédito uma ponderável parcela da colonização oficial.

— sòmente concedendo ao beneficiário uma **efetiva participação**, motivada pelo diálogo e visando à democratização e ao aumento da eficiência das instituições, seria possível fazê-lo também suportar o ônus de sua instalação, tornando possível a montagem do **modêlo**, em face da escassez de recursos do país e da urgência da demarragem do processo

PRINCÍPIOS ESTRUTURAIS

A estrutura resultante constitui uma forma de organização social onde a "**gestão e o uso da terra, os bens de produção e a comercialização estão em comum; a vida familiar e o consumo individualizados, e as relações da propriedade estão expressas por interêsses grupais", numa forma "pompósita", onde o poder público exerce uma fração orientadora, co-participante e, quando necessário, intervencionista**" e cujos princípios podem ser assim enunciados:

1 — O acesso dos beneficiários da reforma agrária à terra deverá ser efetivado imediatamente após a imissão de posse, e através de simples inscrição dos beneficiários.

2 — O ônus de instalação dos beneficiários, atualmente da responsabilidade integral do IBRA, deverá, também, ser suportado pelo esfôrço do próprio beneficiário, através a sua efetiva participação.

3 — O plano anual de exploração da terra deverá ser proposto pelo próprio beneficiário, desde a fase inicial, de forma a evitar um programa maciço de capacitação técnica que seria imprescindível caso os beneficiários tivessem de assumir as responsabilidades de um projeto técnico que lhes fôsse proposto.

4 — Os beneficiários serão organizados em pequenas unidades, administrativamente autônomas, caracterizadas essencialmente pela possibilidade de conhecimento mútuo entre os agricultores, pelas possibilidades operacionais dos associados em dirigi-la, e em função das explotações possíveis, ditadas pelo uso potencial das terras ou características regionais;

5 — O sistema de agricultura de grupos será instituído de maneira a permitir aos beneficiários o usufruto das vantagens da produção em escala, da melhor distribuição e utilização da fôrça de trabalho familiar, do aumento do poder contratual perante o mercado, e da autenticidade de representação perante os podêres públicos.

6 — A instituição de regime da co-propriedade ou condomínio, segundo as normas estatuídas no Código Civil vigente, permitirá aos associados a manutenção de interêsses comuns, de tal sorte que o destino da terra esteja intimamente ligado ao de cada associado.

O funcionamento de todo o sistema dependerá todavia da adoção de normas simplificadas de ação, decisão e continuidade administrativa dos podêres públicos, e finalmente do preestabelecimento de uma escala de valôres que dê prioridade a êsses empreendimentos, reconhecendo a urgência da sua realização e considerando as possibilidades financeiras da nação.

BALANÇO DE 68 ENCERROU ERA DOS DEFICITS CRÔNICOS, DIZ ARROBAS

São Paulo (Sucursal) — De um deficit de NCr$ .... 289 055 530,00 — aprovado no orçamento do ano passado — o Estado de São Paulo fechou o balanço do exercício financeiro de 1968 com um superavit de NCr$ 206 870,91. O balanço, fechado no dia 31 de janeiro último, foi entregue ao Governador Abreu Sodré como um presente da Secretaria da Fazenda nas comemorações do segundo aniversário de sua administração.

O encerramento do exercício de 1968 com superavit, "fato único e inteiramente isolado na atualidade brasileira, não ocorria, mesmo em São Paulo, há muitos e muitos anos" e pode vir a marcar o fim da época dos deficits crônicos, segundo opinião do Secretário Luís Arrobas Martins, da Fazenda.

— Por outro lado — diz o Secretário — os investimentos nesse ano duplicaram, 28% da receita foram aplicados no setor da educação e apenas 30% na despesa com pessoal. O Estado renovou 30% de sua frota de veículos e os municípios receberam mais do que o devido. Tudo isso foi conseguido sem qualquer reajustamento orçamentário. Ao mesmo tempo, a previsão para 1969 é de duplicação dos investimentos, apesar das isenções que o Governador Abreu Sodré concedeu à agricultura em fins de janeiro.

O DEFICIT PREVISTO

O Sr. Luís Arrobas Martins lembrou que o orçamento do ano passado havia sido aprovado com um deficit de NCr$ 289 055 530,00, pois a receita fôra estimada em NCr$ .... 4 256 410 000,00 e a despesa fixada em NCr$ 4 545 465 530,00. Essa diferença, acrescida dos valôres dos créditos plurianuais revigorados, transferidos para 1968, e aos créditos adicionais, abertos no correr do próprio exercício, inclusive o crédito extraordinário de 27 de dezembro, destinado às despesas de prevenção e tratamento da epidemia de gripe Hong-Kong, elevou o deficit potencial do exercício a NCr$ 1.185.260.203,70, tomada por base a receita originàriamente prevista na lei orçamentária.

Entretanto, a receita efetivamente arrecadada atingiu a quantia de NCr$ 4.712 758 377,47, superando, portanto, a previsão inicial em NCr$ 456 348 377,47, ou seja, 10,72%. Esse excesso se deveu principalmente a quatro causas, pois já haviam sido levados em conta, na elaboração do orçamento, o crescimento vegetativo, a taxa provável da desvalorização monetária e a recuperação econômica do país, então já iniciada.

A primeira causa foi a majoração da alíquota do ICM, que passou de 15% a 16% em abril, e a 17% a partir de maio. Ela proporcionou um aumento de receita da ordem de NCr$ ...... 350 000 000,00. A segunda causa foi a reforma da administração tributária, com melhoria do aparelho arrecadador, a simplificação, aperfeiçoamento e aceleração dos processos de arrecadação, e a introdução de novos métodos de fiscalização do pagamento dos tributos, mais modernos, mais rápidos e mais eficazes, com emprêgo de técnicas atualizadas e de processamento eletrônico de dados.

Como terceira causa, o Secretário aponta a depreciação da moeda, um pouco maior do que a prometida pelas autoridades federais, e, como quarta, a expansão das atividades econômicas do Estado, que superou os primeiros diagnósticos. Essas quatro causas responderam por um acréscimo de receita da ordem de NCr$ 106 348 377,47, sendo difícil separar a contribuição de cada uma. Com êsse excesso, o deficit potencial do exercício ficou reduzido a NCr$ 728 911 826,23.

CONTRÔLE SELETIVO DA DESPESA

— Mas o que efetivamente evitou o desequilíbrio orçamentário, conduzindo finalmente ao resultado superavitário obtido — diz o Sr. Luís Arrobas Martins — foi o rigoroso contrôle seletivo da despesa, feito pela Secretaria de Fazenda.

Conta que, com êsse objetivo, já no primeiro semestre, foi meticulosamente regulamentada a execução orçamentária do exercício. Em seguida, se estabeleceu uma rigorosa programação orçamentária da despesa. Depois se disciplinou criteriosamente a utilização dos recursos destinados a investimentos e se implantou nôvo regime orçamentário e financeiro para as aquisições de material de consumo e de material permanente.

No início do segundo semestre, tôdas as Secretarias, autarquias e demais unidades orçamentárias do Estado foram obrigadas a fazer mensalmente, com 30 dias de antecedência, no mínimo, a programação das suas despesas, o que as levou a examinar cada um dos seus gastos com maior ponderação, compelindo-as a ajuizar da conveniência, do vulto e da oportunidade dêle, antes de requerer a liberação da verba, e habituando-as à administração planejada, consoante a técnica do orçamento-programa, introduzida pela primeira vez em São Paulo, exatamente para a elaboração da proposta orçamentária para 1968.

— Fiscalizando minuciosamente a realização da despesa, impedindo os desperdícios e os gastos supérfluos, verificando, caso por caso, as necessidades de cada órgão, controlando, item por item, a aquisição tanto de material de consumo quanto de material permanente, e a concessão de auxílios e subvenções, acompanhando pari-passu a observância dos cronogramas financeiros de execução ou ampliação de obras e serviços públicos, os órgãos técnicos da Secretaria de Fazenda conseguiram realizar uma economia efetivada de NCr$ 729 118 697,14. — acentuou o Secretário.

Assim, continua, a despesa total, autorizada, era de NCr$ .. 5 441 670 203,70, mas a efetivamente realizada foi de NCr$ .... 4 712 551 506,56, com uma diferença para menos de 13,4%. Daí, a receita realizada a mais (NCr$ 456 348 377,47) somada à economia conseguida na realização da despesa (NCr$ 729 118 697,14), ou seja, a quantia de NCr$ 1 185 467 074,61, cobriu o deficit potencial (NCr$ 1 185 260 203,70) deixando o mencionado superavit de NCr$ 206 870,91.

INVESTIMENTOS DOBRARAM

Ressalvou que é importante notar que a economia paulista na realização da despesa foi obtida sem qualquer sacrifício para as atividades do Govêrno. Só os investimentos foram pràticamente duplicados em confronto com os do ano anterior. Não houve cortes de despesas; exigiu-se apenas que elas fôssem realizadas com maior critério e racionalidade, sem ultrapassar as quantidades e os valôres efetivamente necessários.

Tôdas as repartições, prosseguiu, receberam o material de consumo que de fato precisavam. E, depois de quase uma década, em que as aquisições de material permanente eram raras, esparsas e feitas sem qualquer programação racional, iniciou-se a renovação metódica daquele material, na parte sujeita à substituição periódica. Trinta por cento dos veículos motorizados do Estado foram substituídos por outros inteiramente novos, de forma a manter a frota em boas condições de utilização.

O crescimento mais significativo, entretanto, foi o das dotações para investimentos, isto é, daquelas que custeiam as obras novas, como estradas, hidrelétricas, escolas, hospitais, etc., e os novos serviços, como água e esgotos, por exemplo, ou a ampliação dos já existentes.

Os investimentos efetivamente realizados pelo Estado de São Paulo durante o ano de 1968, informou, ascenderam a NCr$ .... 888 691 000,00, que foi o total das despesas de capital. Pràticamente duplicaram em relação a 1967, tendo constituído 20% das despesas totais realizadas no exercício. As despesas de custeio do Estado não foram além de 36,02% do total e em 30,32% das despesas correntes, mantendo-se, portanto, muito aquém do limite constitucional de 50% das receitas correntes do Estado.

MUNICÍPIOS RECEBERAM MAIS DO QUE LHES ERA DEVIDO

O Secretário Luís Arrobas Martins assinalou que em vez de apenas 20%, como manda o Artigo 24, § 7.° da Constituição do Brasil, ós municípios de São Paulo receberam 20,10% do produto total do ICM recolhido em 1968. Esse total foi de NCr$ .... 4 053 573 443,86. O Estado ficou com NCr$ 3 238 820 158,18 ..... (79,90%) e distribuiu NCr$ 4 038 596,91 além daquilo que lhes era legalmente devido.

— Esta diferença a mais — explicou — decorreu da deliberação tomada pelo Govêrno Abreu Sodré de deduzir exclusivamente de sua parte o desfalque de receita movido pelas isenções concedidas aos hortifrutigranjeiros e a diversos produtos agropecuários, com leite, soja, milho, carne, chá prêto, frutas (em especial laranja e banana), juta, etc.

Além dêste benefício, que os municípios de São Paulo foram os únicos a receber, pois, em todos os demais, as isenções concedidas foram descontadas do produto total do ICM, o Govêrno Abreu Sodré ainda favoreceu as Prefeituras paulistas com a entrega das quantias correspondentes ao extinto Excesso de Arrecadação, do antigo impôsto de vendas e consignações, embora esta transferência de receita não mais fôsse devida, consoante pareceres decisivos e uniformes de numerosos juristas, entre os quais os professôres Rubens Gomes de Sousa e Manuel Gonçalves Ferreira Filho.

Tanto em 1967 como em 1968, São Paulo foi o único Estado que entregou aos municípios as importâncias correspondentes às antigas cotas do extinto Excesso de Arrecadação do IVC, embora não fôssem mais devidas. Em conseqüência, as Prefeituras do Estado tiveram uma receita extra de NCr$ 144 615 897,07, que, somada à parcela recebida a mais, do produto do ICM, elevou a NCr$ 148.654.493,98 os recursos com que o Govêrno do Estado as beneficiou espontâneamente.

— Com essa atitude — explicou — quis o Governador Abreu Sodré não sòmente confirmar a sua orientação de fortalecimento dos municípios, mas também demonstrar que a boa discriminação de rendas e a boa política financeira não estão em concentrar recursos nas mãos dos governos centrais, como se o todo pudesse crescer independentemente do crescimento das partes, mas em distribuí-los equitativamente por todos os níveis do Poder Público.

— A sanidade financeira de quase todos os municípios paulistas, a rápida elevação da sua capacidade de investimentos em obras e serviços públicos, com sensível melhoria do atendimento das necessidades das comunas, e o progresso geral do Estado em 1968 (ano em que o Produto Interno cresceu 8,7%, a indústria mais 16,6%, a agricultura menos 4,8%, os serviços mais 8,7%, a oferta de empregos mais 56,4%, e o consumo de energia elétrica para fins industriais mais 17%, numa demonstração inequívoca de retomada do desenvolvimento em ritmo acelerado) vieram comprovar o acêrto da política econômico-financeira do atual Govêrno do Estado, não só neste aspecto particular, mas, também, no seu conjunto — declarou.

PELA PRIMEIRA VEZ O ORÇAMENTO NAO FOI "REAJUSTADO"

O Secretário observou que se tornara de praxe rotineira, há várias décadas, a completa revisão do orçamento, já no meio de sua execução, a fim de adaptá-lo à realidade e de corrigir os erros decorrentes da falta de segurança na elaboração da proposta. Essa revisão era devida a falhas na previsão da receita, muitas vêzes involuntárias, motivadas por ténicas ainda elementares, mas outras vêzes deliberadas, para encobrir ou diminuir artificialmente os deficits das propostas orçamentárias. Essas falhas, entretanto, eram devidas principalmente à falta de programação racional das atividades de vários órgãos do Estado, à falta de apuração e cálculo seguro das suas reais necessidades e ao empirismo com que era fixada a despesa do Estado.

Em 1942 essa praxe foi institucionalizada por decretos-leis que estabeleceram o chamado "reajustamento orçamentário", através do qual, em agôsto ou setembro de cada ano, se reformulava pràticamente todo o orçamento já em execução para pô-lo de acôrdo com as necessidades efetivas do Estado, não atendidas na elaboração da proposta, mas que haviam sido "descobertas", reclamando soluções.

— O ano de 1968 — frisou o Secretário Arrobas Martins — foi o primeiro desde 1942 e bem antes, em que não houve necessidade de se fazer o "reajustamento orçamentário." O orçamento pode ser executado tal como aprovado, significando isso que a receita foi prevista com segurança e realismo (a diferença foi de apenas 3,76%). E, também, que a despesa foi fixada e executada com absoluta correspondência com as necessidades e as possibilidades efetivas do Estado, a ponto de se tornar dispensável qualquer remanejamento da peça orçamentária, pela primeira vez em 25 anos.

INVESTIMENTOS DOBRARAO EM 1969

O Sr. Luís Arrobas Martins disse ainda que as perspectivas de 1969 são melhores, desde que se mantenha, como se espera, o ritmo de expansão da economia brasileira. "Foi inegável o êxito da política federal em 1968 no campo econômico, para recuperar e expandir o nível geral das atividades e promover o que se convencionou chamar a retomada do desenvolvimento. Se êste ano tivermos o mesmo desempenho — e todos os prognósticos até agora são nesse sentido — não há dúvida de que as realizações do Govêrno Abreu Sodré, neste caso, serão ainda maiores do que no ano que acabou."

— Os investimentos, em 1968, foram de NCr$ 888 691 000,00. Este ano subirão para NCr$ 2 039 867 313,00. Serão, portanto, mais de que duplicados novamente. As dotações para o setor de Educação e Ensino montaram a NCr$ 1 bilhão e 800 milhões, correspondendo a 30% da despesa estadual. A subvenção para a Universidade de São Paulo será 111% maior do que a do exercício findo. O setor de energia será contemplado com NCr$ .... 430 503 348,00, dos quais NCr$ 330 milhões destinados a obras de construção de usinas hidrelétricas e complementares da CESP. Nesses dois setores — Educação e Energia — São Paulo dispenderá mais do que a União em todo o Brasil, concluiu.

GOVÊRNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — ATUALIZADO ATÉ DEZEMBRO

1965

MÊS	MOVIMENTO MENSAL RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA	MOVIMENTO ACUMULADO RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA
Janeiro	78.564	15.716	+ 62.848	78.564	15.716	+ 62.848
Fevereiro	87.344	84.597	+ 2.747	165.908	100.313	+ 65.595
Março	86.247	135.112	- 48.865	252.155	235.425	+ 16.730
Abril	82.541	241.449	- 158.908	334.696	476.874	- 142.178
Maio	86.333	101.465	- 15.132	421.029	578.339	- 157.310
Junho	98.541	256.200	- 157.659	519.570	834.539	- 314.969
Julho	114.658	96.635	+ 18.023	634.228	931.174	- 296.946
Agôsto	114.213	94.006	+ 20.207	748.441	1.024.180	- 276.739
Setembro	118.478	41.410	+ 77.068	866.919	1.066.590	- 199.671
Outubro	119.650	74.651	+ 44.999	986.569	1.141.241	- 154.672
Novembro	129.593	112.239	+ 17.354	1.116.162	1.253.480	- 137.318
Dezembro	196.984	499.996	- 303.012	1.313.146	1.753.476	- 440.330

GOVÊRNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — ATUALIZADO ATÉ DEZEMBRO

1966

MÊS	MOVIMENTO MENSAL RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA	MOVIMENTO ACUMULADO RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA
Janeiro	122.597	-	+ 122.597	122.597	-	+ 122.597
Fevereiro	124.619	-	+ 124.619	247.216	-	+ 247.216
Março	171.399	1.979	+ 169.420	418.615	1.979	+ 416.636
Abril	149.054	2	+ 149.052	567.669	1.981	+ 565.688
Maio	173.025	55	+ 172.970	740.694	2.036	+ 738.658
Junho	173.584	479.555	- 305.971	914.278	481.591	+ 432.687
Julho	168.643	118.194	+ 50.449	1.082.921	599.785	+ 483.136
Agôsto	167.633	70.823	+ 96.810	1.250.554	670.608	+ 579.946
Setembro	170.917	258.789	- 87.872	1.421.471	929.397	+ 492.074
Outubro	240.760	425.777	- 185.017	1.662.231	1.355.174	+ 307.057
Novembro	188.843	458.645	- 269.801	1.851.074	1.813.819	+ 37.255
Dezembro	197.456	495.551	- 298.095	2.048.530	2.309.370	- 260.840

GOVÊRNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Atualizado até dezembro

(NCr$ 1 000,00)

MÊS	1967 MOVIMENTO MENSAL RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA	1967 MOVIMENTO ACUMULADO RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA	1968 MOVIMENTO MENSAL RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA	1968 MOVIMENTO ACUMULADO RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA
JAN.	135.214	107.433	+ 27.781	135.214	107.433	+ 27.781	299.976	113.180	+ 186.796	299.976	113.180	+ 186.796
FEV.	151.226	102.797	+ 48.429	286.440	210.230	+ 76.210	303.142	291.631	+ 11.511	603.118	404.811	+ 198.307
MAR.	150.216	237.423	— 87.207	436.656	447.653	— 10.997	334.894	645.099	— 310.205	938.012	1.049.910	— 111.898
ABR.	172.855	294.368	— 121.513	609.511	742.021	— 132.510	335.044	285.743	+ 49.301	1.273.056	1.335.653	— 67.597
MAI.	187.410	190.231	— 2.821	796.921	932.252	— 135.331	379.367	416.170	— 36.803	1.652.423	1.751.823	— 99.400
JUN.	209.641	141.640	+ 68.001	1.006.562	1.073.892	— 67.330	393.206	486.357	— 93.151	2.045.629	2.238.180	— 192.551
JUL.	233.156	223.994	+ 9.162	1.239.718	1.297.886	— 58.168	389.434	384.555	+ 4.879	2.435.063	2.622.735	— 187.672
AGO.	232.507	432.693	— 200.186	1.472.225	1.730.579	— 258.354	423.232	350.654	+ 72.578	2.858.295	2.973.389	— 115.094
SET.	244.369	197.813	+ 46.556	1.716.594	1.928.392	— 211.798	420.373	265.616	+ 154.757	3.278.668	3.239.005	+ 39.663
OUT.	236.617	156.217	+ 80.400	1.953.211	2.084.609	— 131.397	451.503	403.867	+ 47.636	3.730.171	3.642.872	+ 87.299
NOV.	714.010	697.126	+ 16.885	2.667.221	2.781.734	— 114.512	470.508	316.110	+ 154.398	4.200.679	3.958.982	+ 241.697
DEZ.	394.529	661.199	— 266.670	3.061.750	3.442.933	— 381.183	512.079	753.569	— 241.490	4.712.758	4.712.551	+ 207

FONTE: CONTADORIA GERAL DO ESTADO

COMPARAÇÃO DOS 10 MESES DE 1968 COM O MESMO PERÍODO DE 1967

INDICADORES	Jan-Out-67	Jan-Out-68	Variação percentual
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (1.000.000 kws) no G.S.P.	4.163,0	4.869,8**	+17,0%
PROD. CIMENTO PORTLAND NO ESTADO (1.000 ton.)	1.284,2*	1.467,8*	+14,3%
CONSUMO DE BORRACHA PELA IND PESADA (ton)	57.578	67.352	+17,0%
PROD AÇO EM LINGOTE NO ESTADO (1.000 ton.)	557,7*	770,0*	+38,1%
AUTOMÓVEIS E CAMINHÕES (unidades)	135.784	165.124	+21,6%
OUTROS INDICADORES			
ÁREA LICENCIADA P/CONSTRUÇÃO INDUSTRIAL (em m2.)	81.037	134.669	+66,2%
OFERTA DE EMPRÊGO NA CAPITAL (1956/58 = 100)	177,1	283,9	+84,8%
NÍVEL DE EMPRÊGO INDL DEZ/1964 = 100	92,0	102,0	+10,0%

(*) TOTAL DE JANEIRO A SETEMBRO

(**) INCLUSIVE CONSUMO DE SANTOS REPRESENTANDO APROXIMADAMENTE 1,6% DO CONSUMO TOTAL.

SECRETARIA DA FAZENDA

ARRECADAÇÃO DO ICM NO ESTADO

PERÍODO DE 1967 E 1968

MILHÕES DE CRUZEIROS NOVOS

2.903.400

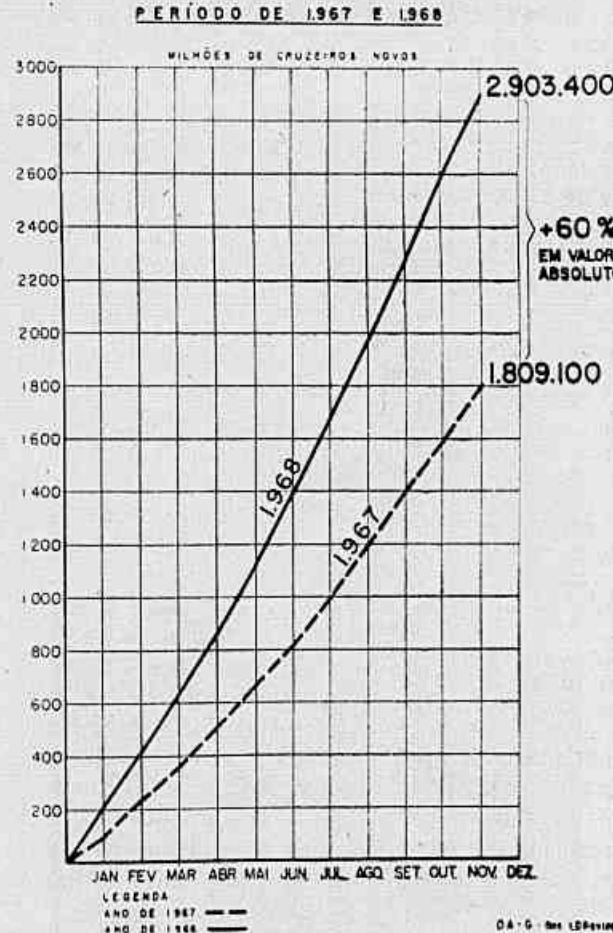
+60% EM VALORES ABSOLUTOS

1.809.100

1968

1967

JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ

LEGENDA: ANO DE 1967 — ANO DE 1968

EVOLUÇÃO ECONÔMICA

VENDA E COMPRA DA INDÚSTRIA

	1967	1968	Var percent de 1968 c/ rel. a 1968	1967	1968	Variação
JAN.	73,1	95,0	+30,0	60,2	88,4	+46,8
FEV.	76,4	101,0	+32,2	61,0	86,5	+43,9
MAR.	93,6	114,0	+21,8	70,4	95,6	+35,8
ABR.	85,1	108,0	+26,9	80,9	114,3	+41,3
MAI.	93,7	112,2	+19,7	88,5	135,8	+53,4
JUN.	96,6	100,0	+3,5	85,3	99,9	+17,1
JUL.	96,4	118,8	+23,2	84,4	120,2	+42,4
AGO.	100,8	123,2	+22,2	85,7	123,2	+43,8
SET.	99,5	120,6	+21,2	73,8	110,6	+49,9
OUT.	105,6	134,7	+27,6	86,1	127,7	+48,3
Variação média			+22,4	Variação média		+42,1

	VENDAS	COMPRAS
1.os cinco meses (jan a maio)	+25,7	+44,6
2.os cinco meses (jun a out)	+19,7	+42,1

(VARIAÇÃO PERCENTUAL DE 1968 EM RELAÇÃO A 1967)

OS SUBVERSIVOS E A REFORMA AGRÁRIA

HERCULANO BORGES DA FONSECA

Os subversivos sempre tiveram um carinho especial pela reforma agrária. Ela era um dos meios — talvez o principal no Brasil — para deflagrar a revolução socializante e o caos que deveriam anteceder a tomada do poder pela minoria organizada do Partido Comunista. Nos dias de angústia coletiva que precederam a Revolução de 31 de março, a agitação nos meios rurais atingiu o clímax. Já se processavam invasões de propriedades por maltas de mercenários e assassinos em vários pontos do território nacional e a insegurança era total, estando muitos fazendeiros já preparados para a batalha decisiva, onde iriam pagar com a vida pelo crime de possuírem terras, plantaçõe e gado.

Embora revoltada com o que assistia, a maior parte da população brasileira já se convencera de que o sistema vigente era obsoleto e injusto, tornando-se imperiosa uma reforma agrária que, sem esquecer os objetivos políticos do Estado, se apoiasse em filosofia democrática e metodologia compatíveis com as aspirações do povo.

FISIONOMIA RURAL

Os técnic e os especialistas já haviam apontado os principais vícios e defeitos da fisionomia rural do país, responsáveis pela débil produtividade de grande parte da nação: baixo índice de alfabetização das populações rurais; deficiência ou, mesmo, falta de transportes; regime jurídico obsoleto da posse da terra; escassez de capital e crédito agravada pela falta de coordenação das agências governamentais de crédito agrícola; métodos de produção de baixo nível técnico; posse de vastas faixas do território por indivíduos egoístas, que não as exploram nem as deixam explorar, esperando a valorização resultante do progresso geral do país.

O censo agrícola de 1960 demonstrara que menos de 1% dos estabelecimentos absorvia, então, metade da área total explorada. De outro lado, mais de 50% dos pequenos imóveis rurais ocupavam menos de um quarto dessa área. Observou-se, também, no último período intercensitário, uma tendência à ocupação da área total pelas propriedades com áreas superiores a ..... 10 000ha, ou inferiores a 10ha, vale dizer, ao agravamento da bipolaridade latifúndio—minifúndio.

Outro fato que agrava sobremaneira o problema de um país — continente como o Brasil — é a má distribuição das artérias rodoferroviárias: .. 90% das ferrovias e 75% das rodovias foram construídas numa faixa de até 500 quilômetros de largura ao longo da costa marítima. Assim sendo, apenas a *casca* é razoàvelmente irrigada; o *cerne* ainda vive num regime de anemia aguda, que acaba prejudicando todo o tecido agropastoril do país. Daí explicar-se a perda de 25% a 30% de nossa produção por falta de transportes e o emagrecimento dos rebanhos que marcham centenas de quilômetros até chegarem aos centros de engorda ou abate, com prejuízo para os criadores e vantagens excessivas para os intermediários.

REFORMA AGRARIA

Êstes fatos, entretanto, não se observam apenas no Brasil e muitos dêles são típicos de países subdesenvolvidos ocorrendo em tôda a América Latina. Por isso é que a Carta de Punta del Este, em seu Artigo 6.º, dispôs que as Repúblicas americanas deveriam procurar entre outros objetivos a serem atingidos na década de 1960-1970: "Impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde fôr necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição de seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base de uma estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de uma liberdade e dignidade."

A REVOLUÇÃO

O primeiro Govêrno da Revolução, cheio de boas intenções, diante da situação de turbulência encontrada no meio rural, procurou equacionar o problema. Haja vista a Mensagem n.º 556, de 1964, junto à qual o saudoso Presidente Castelo Branco encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei que dispunha sôbre o Estatuto da Terra. Naquele documento assinalava o Presidente da República que "as tentativas de solução por encaminhamento do Govêrno revelaram-se tôdas irrealistas e inviáveis, já que o de que se cuidava era menos de encontrar a fórmula ou fórmulas de equilíbrio do que excitar expectativas, acenar com perspectivas de favorecimento de classes em detrimento de outras, sem sinceridade e sem o propósito de resolver o problema com equanimidade e dentro de nossas possibilidades reais. Não é lícito, porém, utilizar-se o desamparo e o desespêro do povo como armas políticas. Não é honesto criar perspectivas risonhas, mas vãs e temerárias. Menos ainda quando se tratar de classes desfavorecidas que não devem ser enganadas com ilusórias esperanças."

Ao lerem êste e outros trechos da Mensagem, cheios de bom senso, realismo e dados técnicos, encheram-se os corações dos bons brasileiros de esperança, certos de que, finalmente, ir-se-ia encontrar uma solução adequada, positiva e pragmática para o problema que se agravava cada vez mais com a crescente industrialização do país e com a concentração populacional nos grandes centros urbanos.

Lamentàvelmente, entretanto, muitas dessas esperanças frustram-se ou desaparecem à medida que se avança na leitura do Estatuto da Terra (Lei n.º 4 504, de 30 de novembro de 1964).

E' que êste diploma legal, de 128 artigos, contém, ao lado de regras gerais e definições salutares e adequadas, normas terrivelmente complicadas, absurdas mesmo, impossíveis de serem entendidas e assimiladas pela quase totalidade do povo brasileiro. Já vi um ilustre ex-Ministro de Estado, diversos banqueiros, industriais e comerciantes se declararem humildemente incapazes de compreenderem o texto legal. Uma das maiores culturas jurídicas do Brasil, em todos os tempos, o eminente Francisco Campos, escreveu mesmo um artigo onde se confessou incapaz de preencher satisfatòriamente a Declaração de Propriedade de Imóvel Rural, preparada pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária .... (IBRA), feita para dar cumprimento a diversos artigos do Estatuto da Terra e seu Regulamento.

Não se precisa dizer mais nada...

Mas quem duvidar e quiser ter uma idéia mais concreta do que seja o famoso questionário, que não tem símile em parte alguma do mundo, nem mesmo em países como os Estados Unidos, Suécia e Suíça, sem analfabetismo e com agricultura desenvolvidíssima, basta olhá-lo para concluir que êle deve ter sido obra de um tipo de subversivo — o tecnocrata nefelibata — ainda não catalogado pelo ex-Ministro do Planejamento, Sr. Roberto de Oliveira Campos, que assim escrevia em *O Globo* de 4-2-69: "Mas o que me interessa discutir não é a subversão política — fàcilmente detectável — e, sim, formas mais sutis e talvez mais perigosas de subversão política. Enxergo em nossa túrbida paisagem vários tipos de subversivos econômicos: os *inflacionistas*, os *nacionaleiros* e os *paternalistas estatizantes*. Todos êles impedem o funcionamento da economia de mercado. Com isso desmoralizam o sistema capitalista, abrindo caminho para incursões socializantes. Daí... estamos a um passo do totalitarismo de esquerda. E completa-se o ciclo da subversão."

Pois não é de considerar-se obra subversiva aquela que leva ao desespêro o proprietário rural, que causa revolta ao mais pacato e *quadrado* cidadão dêste país que tenha a obrigação impostergável de preencher o malfadado formulário, que possibilita tôda a sorte de arbitrariedades fiscais, contra os donos de qualquer pedaço de chão, por parte dos inúmeros inimigos da propriedade fundiária infiltrados em diversas esferas governamentais?

Mas a capacidade de criar a confusão e tornar impossível uma verdadeira reforma agrária não se esgotou no Estatuto da Terra. Ela se propagou — cancerígena e ameaçadora — por quase todos os decretos que se lhe seguiram.

Os Artigos 48 e seguintes da Lei n.º 4 504, que tratam do impôsto territorial rural, são bastante complicados com os seus *módulos* e *coeficientes de progressividade*. Mesmo assim, são um primor de clareza se comparados com a legislação posterior. O Decreto n.º 55 891, de 31-3-1965, ao tratar da Determinação da Área dos Módulos e de sua Aplicação (Artigos 11 e 24), do Método de Cálculo dos Índices (Artigos 34 e 38) complicou bastante o Estatuto da Terra, tornando-o um pequeno suplício para os agricultores e pecuaristas.

Mas o grau de intensidade do flagelo agravou-se mesmo com o Decreto n.º 56 792, de 26 de agôsto de 1965, que regulamentou o Capítulo I, Título III, da Lei n.º 4 504. Seu Capítulo II (Artigo 12 e seguintes) é totalmente caógeno. Nêle fala-se de "coeficiente de progressividade de dimensão", "coeficiente de progressividade de localização", "índice de dificuldade viária de acesso", "coeficiente de progressividade ou regressividade de condições sociais", "fator administração", "fator habitação e saneamento", "fator educação", "coeficiente de progressividade ou regressividade de rendimento econômico", "fator escrituração", "fator utilização da terra", "fator renda bruta", "fator nível de investimento", "fator rendimento agrícola", "coeficiente de localização", "coeficiente de condições sociais", "coeficiente de rendimento econômico." Depois vêm os "índices de progressividade" rezando textualmente o Artigo 26 "Para determinação do coeficiente de dimensão será procedido o cálculo, de acôrdo com os incisos I a V da Artigo 24 do Decreto n.º 55 891, de .. 30/3/1965, aplicando-se a tabela de valôres progressivos definida no § 1.º do Artigo 50 do Estatuto da Terra e observando-se a seguinte sistemática:

I — cálculo da área explotável (sic), nos têrmos do § 1.º do Artigo 21.

II — cálculo do módulo de cada imóvel rural com mais de um tipo de explotação, considerando-se como área explotável destinada a cada tipo de explotação e projeção das áreas explotadas, destinadas a cada tipo de explotação, sôbre a área explotável total, mantidas as mesmas proporções.

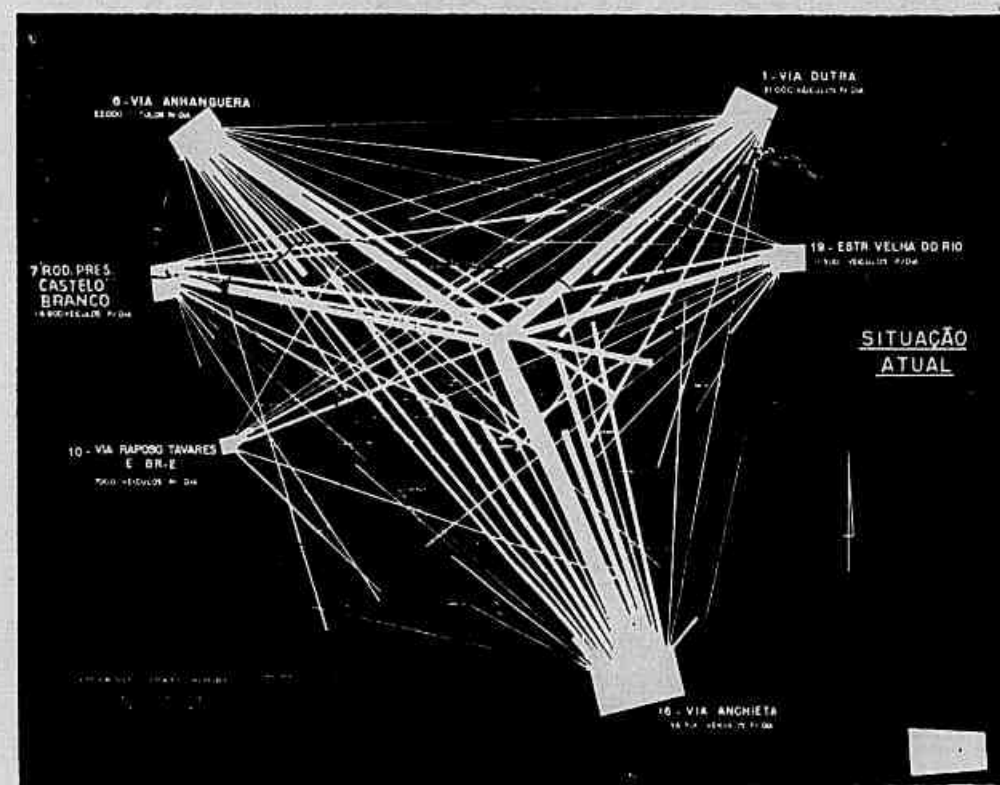
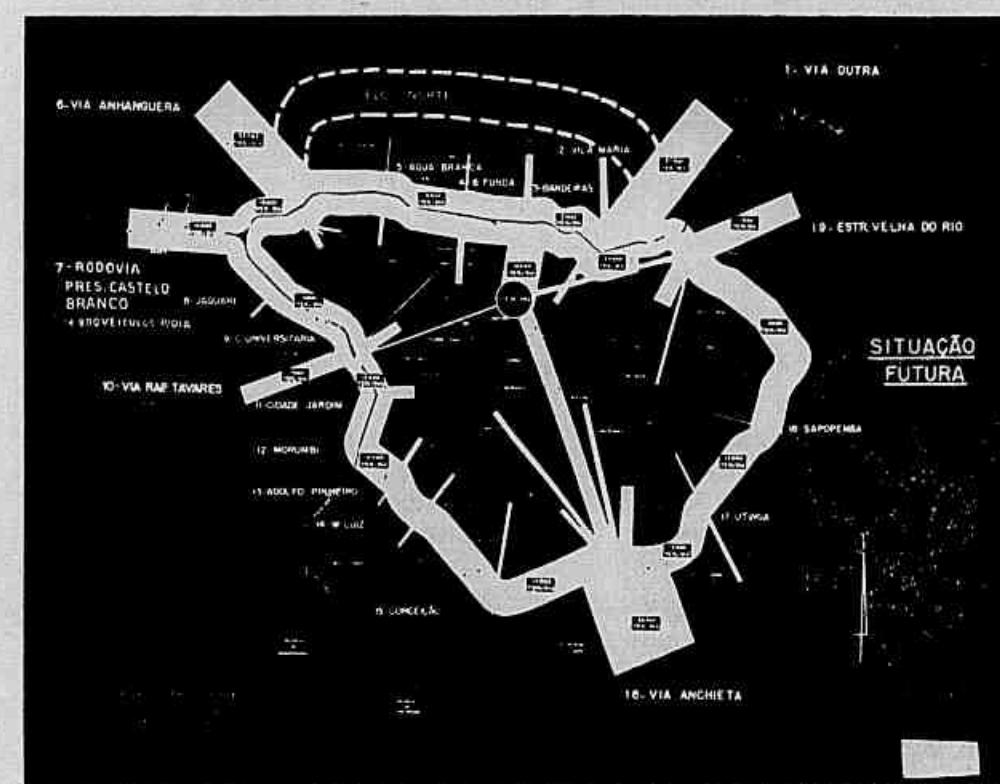
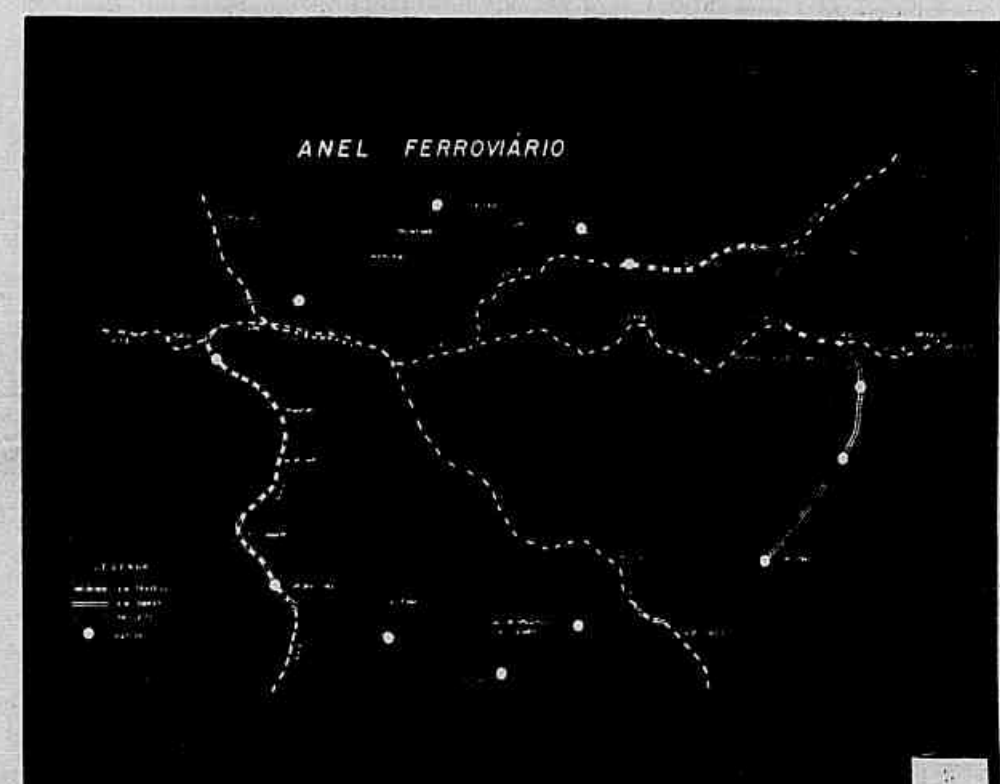
E e a coisa por aí vai *explotando e liquidando* com o juizo do pobre cristão que tenha um naco de terra agricultável.

Não falarei da Instrução Especial IBRA n.º 1, nem de suas "matrizes para o cálculo dos índices de zoneamento" com seus seis ábacos, nem dos seis "ábacos para o cálculo dos índices do zoneamento", nem das "tabelas de graus relativos à dificuldade viária de acesso" porque isso seria abusar demais da paciência do leitor. Mas esta pequena resenha dará uma idéia desbotada de como a reforma agrária se transformou, por obra dos subversivos tecnocratas nefelibatas em assunto esotérico qual o da "Bêsta que sai da terra" do *Apocalipse de São João*: 16 e fará que todos, pequenos e grandes, ricos e pobres, livres e escravos, tenham um sinal na sua mão direita, ou nas suas frontes; 17 — e que ninguém possa comprar ou vender, exceto aquêle que tiver o sinal ou nome da bêsta, ou o número de seu nome; 18 — é aqui que está a sabedoria. Quem tem inteligência calcule o número da bêsta. Porque é número de homem; e o número dela é seiscentos e sessenta e seis."

Para decifrá-la precisa o segundo Govêrno da Revolução quanto antes, o mais rápido possível, aplicar o método de humanização e simplificação que lhe tem assegurado tantos êxitos em outros setores da economia. Tôda a legislação deveria ser revista e reduzida a um por cento de sua dimensão e complexidade, pois só assim o povo brasileiro — que não é todo composto de Einsteins e Planks — poderá compreendê-la, assimilá-la e cumpri-la. Enquanto isso não fôr feito, deveria ser baixado um decreto idêntico ao de n.º 59 495, de 9/11/1966, concedendo nôvo prazo, até 31 de dezembro de 1969, para a apresentação da primeira Declaração de Propriedade de Imóvel Rural.

A simplificação das leis e regulamentos vigentes, a anistia fiscal para os "omissos por ignorância diante do indecifrável" e a concessão de novos prazos seriam medidas do maior alcance e representariam a resposta adequada do Govêrno aos *subversivos* da reforma agrária.

Anel rodoviário — trevo da Via Anchieta, em projeto

GEGRAN APARELHA SÃO PAULO PARA O DESAFIO DO ANO 2000

Situação atual do sistema rodoviário

Concluídas as obras, o sistema rodoviário ficará assim

Anel Ferroviário

São Paulo (Sucursal) — Impedir o congestionamento da Grande São Paulo e prepará-la para o desafio do ano 2000 constituem os objetivos básicos do Govêrno Abreu Sodré, determinantes, inclusive, da criação de um grupo executivo para orientar o desenvolvimento planejado de tôda a região.

A tarefa de harmonizar a expansão dessa área metropolitana, que agrupa 36 municípios em tôrno da capital paulista é considerada como uma "responsabilidade histórica", sobretudo porque a região concentra mais de 40% da produção industrial brasileira e absorve quase 70% do pessoal de indústria existente no Estado.

INICIO COM URBANISMO

Apesar de concentrar perto de 9% da população brasileira e de contribuir com enorme parcela da arrecadação federal, a Grande São Paulo ocupa uma área de apenas 3% do território paulista (menos de um milésimo do território nacional), deixando evidente, assim, a perspectiva de uma saturação futura, que teria repercussões nacionais.

É essa a preocupação principal do Governador Abreu Sodré, que o levou a incluir o desenvolvimento planejado daquela região como uma das metas prioritárias do seu Govêrno. Londres, com a criação inicial do London County Council, em 1855, e Miami, na Flórida, com o seu Dade County, criado em 1957, já deram soluções semelhantes para os seus problemas metropolitanos.

A missão de planejar a expansão da área metropolitana paulista foi entregue ao Grupo Executivo da Grande São Paulo, subordinado à Secretaria de Planejamento. Tão logo foi criado, o Gegran entrosou-se com as prefeituras da região nos programas urbanísticos.

A fim de ser possível a assinatura dos contratos, a região foi dividida em sete sub-regiões. O Estado e as prefeituras, com a cooperação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, farão o planejamento de tôda a área.

INTEGRAÇÃO A VISTA

— A Grande São Paulo tem compromissos nacionais a que não poderá faltar, e o Govêrno Abreu Sodré preocupa-se, justamente, em atender êsses compromissos de nossa área metropolitana — acentua o Secretário de Planejamento, comandante Onadir Marcondes.

Qualquer plano mal colocado, a seu ver, poderá originar conseqüências imprevisíveis ao progresso da região, cuja população prevista, até o final dêsse século, será de aproximadamente 20 milhões de habitantes.

Daí, portanto, a importância da missão do grupo executivo da Secretaria de Planejamento: êle pesquisa, hoje, os problemas e as soluções para a Grande São Paulo no ano 2000, prevendo e evitando desde já os eventuais prejuízos nas atividades do principal pólo industrial brasileiro.

Sob quase todos os aspectos, a Grande São Paulo constitui uma única unidade. Econômicamente, conta com cêrca de 8 milhões de pessoas vivendo e trabalhando nessa área conjunta de 8 055 quilômetros quadrados, valendo-se de uma mesma infra-estrutura econômica e exigindo soluções integradas para os seus diversos problemas.

Essas soluções, equacionando transportes, saneamento, energia elétrica e comunicações, dependem de pesquisas profundas e cuidadosas sôbre a utilização do solo, objetivando o trinômio moradia, trabalho e lazer. Constituem um nôvo critério social de abordagem dos problemas da região metropolitana.

Antes do Gegran, era comum as prefeituras considerarem os seus problemas isoladamente, observando fórmulas e medidas bastante limitadas para não interferir no município vizinho e, muitas das vêzes, deixando de realizar algo valioso por absoluta falta de entrosamento.

DIAGNÓSTICO E AÇÃO

O Gegran foi instituído logo que o Govêrnador Abreu Sodré tomou posse, e com êle foi também criado o Conselho de Desenvolvimento da Grande São Paulo (Codegran), êste como órgão consultivo e supervisor, sendo integrado por representantes municipais e dos Governos do Estado e federal.

Com algumas alterações recentes, o Grupo Executivo da Grande São Paulo ganhou nova estrutura e maior versatilidade. Agora, êle é diretamente subordinado à Secretaria de Planejamento, tendo um diretor e dispondo de comissões consultivas. Graças à reformulação, tornou-se até rotineira a colaboração de técnicos internacionais e nacionais de renome nos seus trabalhos.

A primeira providência do órgão foi relacionar todos os setores públicos federais, estaduais e municipais que atuam na área metropolitana, além de entidades particulares que também promovem serviços ali.

Com isso, foi possível caracterizar melhor a Grande São Paulo, embora preliminarmente, fixando-se algumas diretrizes capazes de racionalizar a atuação dos podêres na região. Em seguida, promoveu-se um diagnóstico dos principais problemas locais, vislumbrando-se dessa forma as coordenadas básicas para a ação do Gegran, através de um conjunto de providências técnicas, políticas, legislativas e administrativas.

PROBLEMA DE ÁGUA

Nas suas pesquisas iniciais, o Gegran chegou à constatação de que sòmente 65% dos habitantes da Grande São Paulo se servem da rêde de água, sendo que em 15 municípios da área metropolitana o sistema ainda em uso é o de poços individuais, cujo índice de contaminação é dos mais elevados.

Na capital, por exemplo, existem pouco mais de 600 mil ligações para 5,5 milhões de habitantes. Com o crescimento demográfico acelerado, o consumo de água tende a aumentar em ritmo também vertiginoso, calculando-se que atingirá a 90 metros cúbicos por segundo no ano 2000.

O Govêrno Abreu Sodré adotou, há pouco tempo, uma providência importante para melhorar esta situação, criando a Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo (Comasp).

A Comasp possui maior flexibilidade administrativa, captando a água nos mananciais e nas bacias, fazendo o tratamento e entregando o volume tratado aos municípios, que se encarregarão apenas de promover a distribuição aos seus consumidores.

Êsse nôvo órgão já vem realizando inúmeros progressos e o seu programa de obras prevê até o próximo ano um aumento de 150% na capacidade de adução. O quadro abaixo dá uma idéia da situação no momento e de como será melhorada em futuro próximo:

Capacidade Atual de Adução

Manancial	*Vazão — m3/seg.*
Rio Claro	2,6
Guarapiranga	9,5
Cotia (alto e baixo)	1,3
Cabuçu — Cantareira	0,7
Rio Grande (Billings)	0,5
	14,6m3/seg.

Plano de Abastecimento

Sistema	*Vazão — m3/seg.*
Guarapiranga (inclusive Juquiá e Mandu)	36,5
Cotia	1,3
Rio Grande	4,0
Rio Claro (Rio Tietê)	24,0
Juqueri	20,0
Outros afluentes da Represa Billings	6,0

Quanto à rêde de esgotos, a situação é ainda mais grave em tôda a região metropolitana. Apenas 14 municípios dispõem de sistemas em funcionamento, dando o total de 366 mil ligações e o déficit calculado em tôrno de 75%, conforme as pesquisas do Gegran.

Atualmente, apenas 1/3 da população metropolitana se beneficia da rêde de esgotos. No entanto, com as obras agora realizadas pela administração estadual, o quadro estará melhor situado já em meados do próximo ano, para quando se espera um total de 580 mil ligações só na capital, estimando-se que, então, pelo menos 2/3 da população de tôda a área metropolitana já terão êste serviço.

Eis, abaixo, um quadro elaborado com base nas pesquisas do Gegran sôbre o que há em matéria de esgotos na Grande São Paulo, ou melhor, sôbre o que não há e que terá que haver:

ESGÔTO
Eficiência dos Serviços

Padrão	*N.º de Municípios*	*%*
S — Satisfatório	0	0
I — Insuficiente	14 (?)	100 (?)
P — Precário	?	?

População Servida

Padrão	*N.º de Municípios*	*%*
S — Satisfatório	6	44
I — Insuficiente	9	28
P — Precário	4	28
Total	14	100

A poluição da água e da atmosfera é das maiores preocupações alinhadas entre as inúmeras dos técnicos estaduais. No primeiro caso, o problema se deve aos esgotos domésticos e industriais, que são lançados sem qualquer tratamento nos cursos de água.

Já a poluição do ar, como se sabe, decorre do lançamento, na atmosfera, de gases e partículas, provenientes, em sua maior parte, da combustão, causando danos pessoais e materiais à comunidade, tanto ou mais que os ruídos, que tornaram São Paulo a cidade "mais barulhenta do mundo."

São problemas típicos dos grandes aglomerados humanos, como a Grande São Paulo. O Gegran julga que a poluição deve ser abordada em escala metropolitana, levando-se em conta, no caso da contaminação da água, que os cursos atravessam vários municípios ao mesmo tempo.

As soluções serão analisadas e executadas em conjunto, partindo-se da criação do Fundo Estadual de Saneamento Básico, que terá meios para proceder às análises, treinar técnicos e controlar a poluição da água.

A poluição atmosférica, que é problema mais recente no mundo, exige uma abordagem para cada caso ou região. Estudos realizados no ABC e na capital revelaram índices altos, colocando o assunto desde logo na longa pauta do Govêrno estadual.

ÁREAS VERDES

As atenções do Gegran concentram-se, em escala prioritária, na questão da ausência de áreas verdes na Grande São Paulo, indispensáveis à recreação e purificação da atmosfera, além de serem o ponto de partida natural dentro de qualquer propósito de humanização.

A extensão de áreas verdes é medida em metro quadrado por habitante. Na área metropolitana da Grande São Paulo o índice é de, no máximo, *dois* metros quadrados por habitante.

Para que se tenha uma idéia de quanto é diminuto êsse índice, damos adiante alguns índices de outros países ou localidades: Washington, 117m2/habitante; URSS e países nórdicos, 95; Amsterdã, 80; Inglaterra, 75; Alemanha, 75; Suíça, 40; Holanda, 30, e Itália, 20.

O Gegran admite como bastante razoável o índice de 16 metros quadrados por habitante, ou seja, cêrca de oito vêzes mais do que a região metropolitana paulista tem hoje em dia.

ENERGIA E COMUNICAÇÕES

No setor energético, a Grande São Paulo situa-se como o segundo maior centro consumidor do país e apresenta uma demanda que cresce à razão de 10,5% ao ano.

O Govêrno Abreu Sodré, por intermédio das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), assumiu as responsabilidades no setor, sabendo de antemão que o atendimento do consumo envolve um amplo sistema regional de produção e transmissão de energia elétrica.

O Plano Diretor de Comunicações Telefônicas prevê, de sua parte, todo um sistema unificado na região, destinado a superar o longo atraso infra-estrutural. Em 1967, o número de terminais na área metropolitana era de 230 mil, o que corresponde a 3,15 aparelhos por 100 habitantes.

A previsão, para curto prazo, é de 470 mil terminais, mais do que o dôbro, portanto. As médias em alguns outros centros adiantados são, por exemplo, de 9,7 terminais por habitante na Guanabara; Estados Unidos, 50,0; Nova Iorque, 67,0, e Buenos Aires, 25,0.

GÊNEROS

Os técnicos estaduais reconhecem que a produção e comercialização de produtos ainda não estão organizadas dentro das proporções do mercado consumidor representado pela área metropolitana. O Estado, contudo, vem agindo em diversas frentes para superar êste atraso.

Prepara-se o Govêrno para ampliar sua rêde de assistência técnica, promovendo a organização de cooperativas e introduzindo práticas modernas de contrôle de qualidade e classificação de produtos, a fim de obter alto nível de tecnologia alimentar e assegurar fluxo de produtos condizente com a demanda.

Relativamente ao mercado atacadista, o programa inclui melhoria da infra-estrutura dos transportes, particularmente o ferroviário; complementação da rêde reguladora já mantida pelo Estado através CAGESP; modernização dos sistemas de armazenamento, frigorificação, classificação e padronização, embalagem e vendas.

O Govêrno Abreu Sodré pretende levar adiante a política iniciada com o Ceasa — Centro Estadual de Abastecimento —, cujo entreposto terminal do Jaguaré marca a presença do Estado no problema de abastecimento da capital em nível nitidamente metropolitano.

TRANSPORTES

Os transportes coletivos vêm operando com baixa produtividade e baixa eficiência, forçando a utilização do automóvel como meio de transporte rápido, o que por sua vez agrava as condições de tráfego dos coletivos.

Só na capital são emplacados 250 carros por dia, tornando insuficientes avenidas e viadutos recém-construídos. Cêrca de 600 mil veículos rodam atualmente por suas ruas, e o colapso já é realidade nos horários de maior movimento.

A falta de vias e terminais adequados para os veículos de carga os obriga a trafegar com dificuldade pelas vias urbanas, agravando ainda mais a situação. Os técnicos do Gegran calculam que os prejuízos causados pelos problemas de trânsito, medidos apenas pela perda de tempo, é de pelo menos NCr$ 2 milhões diários, sem incluir aí custos de operação de veículos, acidentes, danos a pavimentos e outros.

ANEL RODOVIARIO

A área metropolitana, como se sabe, apresenta uma configuração radioconcêntrica que leva pràticamente todo o movimento de veículos para o centro ou a passar pelo centro, provocando congestionamentos constantes e reduzindo a velocidade média a menos de 5km/hora.

O Gegran fêz também alguns levantamentos a respeito e, por êles, apurou que se faz a cada dia um total de 7 070 mil viagens dentro da área metropolitana, sendo 5 milhões e 815 mil (82%) de ônibus, 335 mil nos trens suburbanos (5%) e 920 mil (13%) de carros particulares e táxis.

Analisando, todavia, o número de viagens de veículos empregados, o grupo observou que há uma média diária de 45 passageiros por ônibus e 2,18 passageiros por automóvel, números que sobem para 70/ônibus e 3,28/automóvel nos horários de maior movimento.

Os maiores defeitos do sistema de coletivos — notou ainda — são: a) descoordenação; b) superposição de linhas, e c) capacidade ociosa em certas horas. E uma observação grave e notória: 60% das linhas de ônibus intermunicipais convergem para o centro urbano.

Tôdas as esperanças dos técnicos do Gegran estão depositadas na construção do Anel Rodoviário, já iniciada. A obra irá permitir um contôrno da área metropolitana através de via expressa, desviando diàriamente cêrca de 100 mil veículos, na maioria pesados, do centro urbano. Os custos estão estimados em NCr$ 584 milhões.

O Anel Rodoviário terá uma extensão de 68 quilômetros, com quatro pistas, sendo duas rápidas com oito faixas (52 metros cada) e duas locais com três faixas. Já em 1973, calculam os técnicos do Gegran e da Secretaria de Transportes, a obra estará dando vazão a 64 mil veículos por dia, com uma velocidade-segurança de 100 quilômetros por hora.

ANEL FERROVIÁRIO

O Anel Ferroviário, por sua vez, será completado com um trecho em construção pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, contornando tôda a região metropolitana e interligando os terminais do metrô. Será possível, graças à obra, desviar o tráfego de cargas da área central.

O estudo da viabilidade técnico-econômica dêsse anel já foi contratado pela Secretaria de Transportes, devendo estar concluído até o mês de outubro vindouro. O traçado prevê uma extensão de 140 quilômetros com quatro vias. O custo é estimado em NCr$ 110 milhões, por via dupla, e a velocidade máxima será de 100km/hora.

Entre as múltiplas vantagens da obra, inclui-se a abertura de novas zonas industriais, especialmente na área entre Guarulhos e Cumbica, além da liberação das linhas centrais para o transporte de passageiros suburbanos (ligação leste-oeste).

O traçado do Anel Ferroviário começará no quilômetro 11 da Estrada de Ferro Santos—Jundiaí, no trecho de Santos, indo até o km 36, depois de Jurubatuba, aproveitando até aí a linha já existente e que será ampliada.

Seguindo o traçado, o Anel atravessa os Municípios de São Paulo, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André e chega até Mauá, perto da estação de Ribeirão Pires. Dali, a linha vai até Susano, passa por Ouro Fino, atravessa São Miguel, Guarulhos, Cumbica e atinge o Bairro do Limão, sendo o círculo fechado no km 11.

O tráfego da Central do Brasil destinado à baixada santista, em especial os minérios, será feito por fora do centro da área metropolitana. No traçado projetado, prevê-se o aproveitamento de 25 quilômetros de linhas atuais da Estrada de Ferro Sorocabana, dois da Santos—Jundiaí e 19 [illegible]

O PAPEL DA RODOVIA NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ELIZEU REZENDE
Diretor Geral do DNER

Qualquer programa de desenvolvimento regional deve considerar a criação ou a expansão da infra-estrutura do transporte que terá de suportar o crescimento de outras atividades econômicas. Encontram-se mesmo opiniões no sentido de que a própria criação da infra-estrutura de transporte, de per si, é condição suficiente para a promoção do desenvolvimento regional.

A existência de um sistema de transporte é condição indispensável à realização de qualquer programa de desenvolvimento. Mas, a experiência nos tem demonstrado que a disponibilidade de tal sistema isoladamente não motiva o desenvolvimento. Se assim o fôsse, teríamos a região amazônica dentre as mais desenvolvidas, senão a mais desenvolvida do nosso país, porque sua rêde com perto de duas dezenas de milhares de quilômetros de rios navegáveis representou, até recentemente no Brasil, o mais extenso sistema de transportes. Apesar disso contribuiu bem pouco para a ocupação e progresso daquela vasta região.

A AMAZÔNIA

Os rios da Amazônia, sem embargo de se constituirem em vias que, teòricamente pelo menos, oferecem custos reduzidos de transporte, têm servido até hoje apenas para a exportação de quantidades limitadas de produtos da indústria extrativa, vias de suprimento e de acesso aos núcleos populacionais que se localizaram às suas margens, dedicados quase exclusivamente às atividades primárias.

A pequena população da Amazônia, dependendo exclusivamente das vias navegáveis, adquiriu um caráter de população ribeirinha, dispondo de recursos limitados e apresentando com freqüência tendências isolacionistas. A própria utilização do transporte aéreo quase nada modificou o sistema de vida e as perspectivas de desenvolvimento daquela região.

O agravamento da pressão provocada pelos excedentes demográficos do Nordeste do país, onde a densidade média já se aproxima dos 50 habitantes por km2, torna inadiável uma ação mais efetiva do poder público no sentido da ocupação daqueles milhares de quilômetros quadrados, onde a densidade demográfica não chega mesmo a alcançar a cifra de um habitante por quilômetro quadrado.

OCUPAÇÃO RACIONAL

A bacia amazônica detém ainda hoje a última grande reserva de florestas tropicais do mundo. São mais de quatro milhões de quilômetros quadrados de florestas, em sua maior parte no Brasil, alcançando ainda a Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Essa área também representa um dos maiores vazios demográficos fora das regiões polares. A sua ocupação racional e o seu aproveitamento serão vitais para se manterem os crescentes contingentes populacionais do Brasil e dos países vizinhos.

Diversos obstáculos se contrapõem à ocupação da Amazônia. Há tempos acusa-se o clima como o principal. Todavia, ao contrário do que em geral se imagina, as temperaturas ali não são tão elevadas, mas pouco variáveis, tornando monótono o clima. O regime pluvial representa obstáculo maior, dada a intensidade das precipitações, o calor e o sol tropical, provocando intenso processo de lixiviação do solos, e com isto, a espêssa camada de húmus, acumulada durante séculos, tende a esgotar-se ràpidamente, após a derrubada da floresta, naquela região.

Muitas generalizações feitas correntemente sôbre a Amazônia não são válidas. A mais procedente talvez seja a afirmativa de que se trata de uma região quase inteiramente desconhecida. As inúmeras missões científicas que a têm estudado parecem perder-se em sua imensidão, e seus relatórios são muito mais descritivos e eivados de admiração e espanto, do que de conclusões e resultados objetivos.

Dentro as generalizações equivocas sôbre a Amazônia, merecem destaque as que se referem à topografia e aos solos. Contrário ao que geralmente se supõe, as áreas planas e sujeitas a inundações temporárias são bastante reduzidas. Dificilmente ultrapassam 80km de largura nas zonas sedimentares de formação recente do vale do rio Amazonas. A maior parte dos terrenos da região apresenta conformação ondulada, embora com elevações reduzidas. Quanto aos solos, não são uniformes, encontrando-se grandes variações em suas características. Assim, são as áreas mais elevadas e de solos adequados, aquelas naturalmente propícias à ocupação permanente.

O que não se pode admitir que venha a repetir-se na Amazônia é a ocupação predatória como a que se verificou em quase todo o Centro-Sul do país no último século. A devastação das florestas ocorrida nessa região trouxe, em conseqüência, modificações climáticas acentuadas, irreparáveis e enormes perdas por erosão e ainda o quase esgotamento das reservas de madeiras situadas mais próximas aos mercados consumidores ou aos centros de exportação. Assim é que nossa última reserva de madeiras duras, situada no onrte do Espírito Santo, leste de Minas e sul da Bahia deverá extinguir-se de dois a três decênios, se mantido o atual ritmo de exploração. Esgotadas essas reservas, não teremos outra alternativa senão a Amazônia, mesmo com um programa intensivo de reflorestamento.

Um dos fatôres negativos, preponderantes para o povoamento daquela região, manifesta-se pela quase inexistência ou inacessibilidade de mercados, limitados êstes aos mercados externos que foram sempre os condicionantes das atividades econômicas daquela região, sempre restrita ao extrativismo.

Até fins do século passado, nenhum produto da Amazônia chegou a alcançar importância significativa no comércio internacional.

Destacando-se por algum tempo como os principais, o cacau e a quina amazonenses tiveram presença reduzida no comércio externo, ma vez que o cacau passou a ser cultivado na Bahia e no estrangeiro, enquanto a quina foi levada pelos inglêses para a Índia onde, em pouco tempo, a produção supriu as necessidades do mercado internacional. A diminuta atividade extrativa da Amazônia entrou então em depressão, até quando — a partir de 1870 — iniciou-se a produção de goma elástica. — A extração da borracha veio ocasionar, em fins do século passado e princípios dêste, os principais movimentos migratórios e ocupação física da região.

O crescimento demográfico, decorrente principalmente do afluxo de nordestinos, também não durou muito. Repetiu-se com a borracha a experiência da quina, porquanto levada logo para o Sudesde da Ásia, já na segunda década dêste século, a produção asiática suplantou em muito a produção brasileira. A grande redução nos seus preços motivou nova e prolongada depressão na economia amazonense. A rigor, sòmente medidas recentes de estímulos fiscais vieram propiciar o reinício de tênue incremento nas atividades e na colonização dos quais 5 milhões de km2 que compreendem a chamada Amazônia legal brasileira.

A escassez relativa de transportes e comunicações vem-se apresentando como um dos grandes entraves ao desenvolvimento da Amazônia. Não obstante as dezenas de milhares de km de rios navegáveis, êstes, por si só, não são suficientes para o desenvolvimento de atividades nas terras mais altas daquela região. As enomes distâncias a serem vencidas exigem transporte barato. Entretanto, as quantidades reduzidas de carga ora disponiveis e previsíveis para um futuro mais ou menos próximo, não permitem a operação econômica de ferrovias. O transporte aéreo, ainda que amplamente utilizado, deverá restringir-se ao setor de passageiros e de cargas de valor muito elevado. Não resta alternativa senão a utilização do transporte rodoviário. Êste mesmo deverá apenas complementar o fluvial, porque as distâncias a serem vencidas eliminariam de mercado, pelo custo dos fretes rodoviários, a maioria dos produtos primários que podem ser produzidos na região. O sistema rodoviária da Amazônia deve ser concebido, assim, como um sistema auxiliar que permita a utilização das faixas de terras situadas entre os rios navegáveis. De acôrdo com esta concepção o Ministério dos Transportes está planejando a implantação de uma grande rodovia transversal cortando tôda a Amazônia. Esta rodovia, a que chamamos Transamazônica, deverá promover a integração da região amazônica ao Nordeste, além de propiciar a conexão rodoviária dos portos fluviais que servem os rios atravessados pela rodovia.

O PLANO DA RODOVIA

O procedimento que nos parece mais lógico para a ocupação das áreas despovoadas da Amazônia é o de se provocar o deslocamento dos excedentes demográficos do Nordeste para aquela região. Dado o atual estágio da rêde rodoviária do Nordeste, não haverá maiores dificuldades em estendê-la até a bacia amazônica, através do prosseguimento das Rodovias BR-230 — BR-232 que, partindo respectivamente de João Pessoa e Recife, se unem em Picos (Piauí), de onde prossegue a BR-230 passando por Floriano, São Raimundo das Mangabeiras, Balsas e alcançando Carolina. Ao norte de Carolina pode-se cruzar o rio Tocantins, em Estreito. Êste trecho já oferece condições razoáveis de tráfego. Êsse traçado, poderá ser substancialmente melhorado noutra diretriz, partindo de São Raimundo das Mangabeiras diretamente para Estreito. Consideramos que aí começará efetivamente a Transamazônica. Numa primeira etapa prosseguirá no sentido leste-oeste até cruzar o rio Araguaia. Dali, na diretriz da BR-153, prosseguirá no sentido noroeste, na direção de Marabá, de onde prosseguirá até Tucuruí, atingindo assim o primeiro ponto francamente navegável do rio Tocantins. Êste primeiro trecho, Estreito—Tucuruí, deverá alcançar uma extensão aproximada de 600km.

Partindo de Tucuruí, em direção oeste, cruzará o Xingu nas proximidades de Altamira, de onde prosseguirá na mesma direção até Itaituba, no Tapajós. Ficam assim ligados os pontos a partir dos quais a navegação é praticável naqueles rios. Êstes trechos terão extensões respectivamente superiores a 300 e a 500 quilômetros. Partindo de Itaituba, a estrada tomará a direção sudeste até atingir as proximidades de Jacareacanga, ainda no Tapajós. Êste trecho deverá alcançar pouco mais de 400km. A partir dali, retomará o sentido leste-oeste, até atingir Humaitá, no rio Madeira.

Além de Humaitá já existe a Rodovia BR-406, ligando esta localidade a Lábrea. Deverá ser construido o trecho da BR-317 ligando Lábrea—Bôca do Acre. Dali, até Rio Branco, encontra-se construido o trecho da mesma BR-317. Em Rio Branco a Transamazônica vai encontrar-se com a Rodovia Brasília—Lima, já aberta ao tráfego até Pôrto Velho e com sua construção adiantada no trecho Pôrto Velho—Rio Branco. Esta rodovia deverá continuar em direção ao Peru passando por Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, numa extensão de pouco mais de 700 quilômetros.

O seu prosseguimento no Peru deverá atingir a cidade de Pucalpa, a 120km da fronteira brasileira onde se entronca com o sistema rodoviário do Peru e com a Rodovia Marginal da Selva.

Ainda a partir de Rio Branco, estabelecer-se-á a ligação com La Paz, através da BR-317 já construida no trecho Rio Branco—Xapuri—Brasiléia, donde tomará o sentido norte-sul em direção à capital da Bolívia.

O trecho boliviano, com uma extensão próxima de mil quilômetros, encontra-se também parcialmente construído.

Numa segunda etapa, mais remota, poderá ser construida a ligação definitiva e direta entre São Raimundo das Mangabeiras e Estreito e entre o Rio Araguaia e o Tapajós, em Jacareacanga. Mais ainda, a estrada poderá prosseguir a noroeste de Lábrea até atingir Benjamim Constant, junto às fronteiras do Peru e da Colômbia. Após concluida esta segunda etapa, a extensão total, partindo de Recife ou João Pessoa até Benjamim Constant, deverá alcançar a casa dos 5 mil km.

CONSTRUÇÃO

É certo que o DNER não conta com uma disponibilidade de recursos que permita a execução simultânea e final de tôdas as obras da rodovia Trans-Amazônica. Ainda mesmo que dispusesse dêsses recursos, sua aplicação não seria aconselhável sob o ponto-de-vista macroeconômico — pois existem outras estradas cuja prioridade seria indiscutível em têrmos econômicos.

Por esta razão, e tendo em vista, principalmente, o objetivo de alcançar a máxima rentabilidade dos investimentos realizados, dever-se-á executar esta grande obra em pequenas etapas sucessivas.

A própria concepção da rodovia permite que cada km construido e aberto ao tráfego possa efetivamente ser utilizado. O programa de construção implicaria em avançar-se sempre no sentido Oeste, a partir de Estreito. O primeiro trecho a ser construido ou complementado — de vez que já se encontra parcialmente construido — será o que atinge Marabá e prossegue até Tucuruí. O término dêsse trecho permitira ainda a substituição da Estrada de Ferro Tocantins (Tucuruí—Jatobá) propiciando de imediato, benefícios consideráveis pela eliminação de uma ferrovia altamente deficitária e sem qualquer possibilidade imediata de recuperação.

Os trechos seguintes, Tucuruí — Altamira — Itaituba, seriam os primeiros totalmente novos e que viriam abrir possibilidades de ocupação e colonização de extensa faixa de terras situada entre a planície e o planalto. Após a abertura dêstes, os trabalhos prosseguiriam até completar-se a abertura de tôda a estrada. Ressalte-se que, em tôda essa primeira etapa, a estrada a ser aberta deverá ser uma estrada pioneira, de carecteristicas modestas e custo reduzido. O mesmo poderá ocorrer tambem com a grande variante do Araguaia ao Tapajós.

As preocupações básicas na preparação e execução do projeto deverão ser a economia na construção e a segurança de tráfego permanente, ainda que em condições precárias, com a utilização de pontes de madeira e de balsas nos rios maiores. Sòmente o desenvolvimento da região de influência deverá motivar investimentos adicionais para melhoria de caracteristicas técnicas e de condições de tráfego.

INTEGRAÇÃO

A rodovia Transamazônica, como está concebida, objetiva principalmente a complementação do sistema hidroviário, pois servirá de escoadouro para novas cargas a serem produzidas, até poderem atingir os portos fluviais mais próximos.

Entroncando-se com a BR-319 (Pôrto Velho—Manaus), atualmente em construção, irá permitir um nôvo acesso a Manaus e, pela BR-174, também em construção, ao Território de Roraima, Venezuela e Guiana. Atraves da Brasília—Lima, que naquele trecho poderiamos designar Transacreana, atingirá o Acre e o Peru. A Transamazônica integrará ainda o circuito Humaitá—Lábrea—Bôca do Acre, Rio Branco—Abunã—Pôrto Velho—Humaitá, área que é hoje objeto de atenção particular do Govêrno federal, através da Sudam, em vista de seu grande potencial de desenvolvimento.

Desenvolvendo-se ao longo da linha limitrofe da região Sul de influência do rio Amazonas, (que também se configura como a linha de separação entre o planalto Central e a planície Amazônica) delimita uma extensa faixa de terras entre o rio e a estrada, entrecortada por afluentes navegáveis, que apresentará, assim, condições propícias para sua colonização.

E' interessante observar-se que a idéia de complementação do sistema fluvial na Amazônia é antiga, e foi consequência da própria experiência dos primeiros povoadores. Euclides da Cunha, em seu livro *À Margem da História*, escreve:

"A idéia não é original, nem nova. Há muito tempo, com intuição admirável, os rudes povoadores daqueles longinquos recantos realizaram-na com a abertura dos primeiros varadouros.

O varadouro — legado da atividade heróica dos paulistas compartido hoje pelo amazonense, pelo boliviano e pelo peruano — é a vereda atalhadora que vai por terra de uma vertente fluvial a outra."

Mas adiante, o mesmo autor discorrendo sôbre a necessidade de uma ligação de Cruzeiro do Sul ao Acre (Rio Branco), escreve: "De fato, o extenso segmento retilíneo, de 605 km, da linha Cunha Gomes, é a própria linha de ensaio de um varadouro notável ligando as três sedes administrativas. Dando-se-lhe o desenvolvimento exagerado de 20% sôbre a distância, terá a extensão de 726 km, ou sejam, exatamente, 110 léguas, que podem ser transpostas em grande garte, a cavalo, em menos de doze dias."

E ainda:

"Deve consistir porém no estabelecimento de uma via férrea — a única estrada de ferro urgente e indispensável no Território do Acre."

Para depois concluir:

"A estrada de Cruzeiro do Sul ao Acre não irá, como as do Sul do país, justapondo-se à diretriz dos grandes vales, porque tem um destino diverso. Estas últimas, sobretudo em São Paulo, são tipos clássicos de linhas de penetração: levam o povoamento ao âmago da terra. Naquele recanto amazônico esta função, como o vimos, é desempenhada pelos cursos dágua. A linha planejada resta o destino de distribuir o povoamento, que já existe. E' uma auxiliar dos rios. Corta-lhes, por isto, transversa os vales."

Ainda sôbre a mesma estrada, o grande Euclides da Cunha sugere a construção por etapas, tomando o exemplo norte-americano, quando afirma:

"Como as norte-americanas, construir-se-á aceleradamente, para reconstruir-se vagarosamente."

E' claro que a evolução tecnológica no campo dos transportes, observada desde o início do século, transferiu para a rodovia o papel de via terrestre pioneira. A estrada de ferro transacreana proposta por Euclides está se materializando na Rodovia Transacreana — trecho da Brasília—Lima.

Outro aspecto ainda não previsto por Euclides e não adotado até hoje, mas cuja importância reconhecemos integralmente, é a conveniência da elaboração de estudos e execução de projetos integrados, com a participação de outros organismos públicos ou particulares, encarregados de outras modalidades de transporte, de colonização e desenvolvimento agrário, industrial, etc.

O objetivo seria sempre a colaboração mútua, a complementação de atividades, de modo a se fazerem mais produtivos os esforços gigantescos necessários à integração da Amazônia à economia nacional. E' o que estamos procurando alcançar com o projeto pioneiro da Rodovia Transamazônica.

TRENS E AVIÕES SÃO AGORA MAIS RÁPIDOS EM SÃO PAULO

São Paulo (Sucursal) — Ao assumir o Govêrno do Estado, o Sr. Abreu Sodré encontrou a VASP numa situação econômicamente deficitária, iniciando então um trabalho de recuperação da emprêsa, que já se encontra refeita a ponto de sua participação no tráfego doméstico nacional ter acusado uma elevação superior a 30%. Agora, a companhia está passando por uma remodelação, devendo chegar em abril o primeiro dos cinco Boeings 737, adquiridos na Inglaterra.

Sem qualquer aumento de despesa ou modificação de infra-estrutura, a VASP colocou em operação, no último ano e no início dêsse, novos aviões, inclusive duas aeronaves jato-puro One-Eleven. Êsses novos aparelhos permitirão o desenvolvimento de uma sólida infra-estrutura.

CAMINHO DA RECUPERAÇÃO

Os problemas apresentados pela VASP, no início do Govêrno Abreu Sodré, eram enormes, agravados com os empréstimos feitos, mais de uma vez, ao Banco do Estado de São Paulo, em 1964 e 1966.

No setor de operações, o seu pessoal absorvia 50% de sua receita, sabendo-se que vários funcionários eram pràticamente ociosos, ocupando funções erradas e a falta de equipamento sobressalente para reparos de sua frota superior a 50%.

Esta situação provocou o surgimento da idéia de fechamento da emprêsa, o que deixaria mais de três mil pessoas desempregadas. O Govêrno Abreu Sodré não aceitou essa idéia de fechamento da emprêsa e iniciou um plano de reestruturação para a companhia que representa 1/3 do transporte aéreo doméstico nacional.

Foi implantado na VASP um regime de austeridade rigorosa, cancelando-se as passagens de favor ou outras facilidades. O excesso de pessoal foi eliminado, após um estudo minucioso para não se dispensar as pessoas úteis. Essas medidas permitiram devolver a capacidade operacional ao mesmo em que se traçavam as linhas básicas do processo de renovação, com aquisição de aeronaves mais modernas.

RESULTADOS VANTAJOSOS

Os resultados do esfôrço empreendido na recuperação da VASP pelo Govêrno Abreu Sodré logo surtiram os primeiros lucros para a emprêsa. A tradução dêsse nôvo trabalho de reorganização foi logo alcançada através da comparação entre os resultados financeiros de dois anos: em 1966, o deficit fôra de NCr$ .... 5 751 203,65; em 1967, o lucro atingiu a NCr$ .. 263 556,79. A participação da VASP no tráfego doméstico nacional em 1966 era de 29,3%; em 1967 atingiu a 31,4%. Seu progresso foi em média superior a outras emprêsas nacionais do gênero.

Em 1966, houve uma utilização de 493 300 442 assentos-quilômetros, número que, no ano de 1967 atingiu 548 779 224. Em 1966 foram transportados 635 452 passageiros, número que foi elevado, em 1967, para 751 509. O custo do pessoal em relação à receita total da emprêsa baixou de 45,68 para 37,76%. O efetivo de pessoal também decaiu de 4 338 funcionários para 3 895. Não se limitou a VASP a elevar a produção, aumentando também a produtividade.

Reorganizado o seu setor de vendas, resultou num incremento de 51% na receita da VASP, em 1967. Parte do aumento do capital realizado em 1966 foi empregada na liquidação de débito no valor de NCr$ 10 040 000,00, que a emprêsa devia ao Banco do Estado. O Govêrno Abreu Sodré também subscreveu aumento de capital na emprêsa no valor de NCr$ 11 610 000,00, para que a VASP iniciasse a renovação de sua frota, com as mais modernas aeronaves em uso na América Latina.

EMPRÊSA MODERNA

A VASP foi fundada há 35 anos e goza agora de posição de destaque, realizando uma tarefa importante para o desenvolvimento do sistema aeroviário de São Paulo e servindo para a integração nacional, como diz o Governador Abreu Sodré.

A emprêsa dos sólidos Junkers passará em abril próximo a utilizar os Boeings 737. O Junker era o que havia de bom em sua época, uma espécie de pioneiro, como os Viscounts, os primeiros turboélices em serviço regular no Brasil. Os One-Eleven da VASP são os pioneiros do jato-puro no Brasil da atualidade. Todos os dias, menos aos sábados, os One-Eleven decolam às 5h45m para o Nordeste, um dos pontos marcantes da integração nacional realizada pelo Govêrno Abreu Sodré.

A emprêsa foi criada em 1933 por 42 pequenos empresários de São Paulo, com um capital inicial de 400 contos de réis. No dia 30 de novembro de 1936, a VASP inaugurava sua primeira linha entre São Paulo e Rio de Janeiro, com padrão de vôo considerado excelente para aquela época. A primeira emprêsa a realizar vôos regulares com Brasília foi a VASP e até hoje realiza a mesma rota com modernissimos aviões.

A VASP possui três tipos de linhas servindo o Brasil: 1) Rêde de Integração Nacional, que serve regiões de baixa densidade de tráfego e econômicamente fracas, onde o único meio de transporte regular só pode ser o avião. Esta linha recebe uma subvenção do Govêrno federal, sendo chamada a linha nervosa da integração nacional, chegando aos confins da Região Amazônica; 2) linhas-tronco, que ligam São Paulo às outras principais capitais do país, como Pôrto Alegre, Belém, Brasília e outras; e 3) linhas regionais, que servem a cidades de grande densidade demográfica no interior, como Londrina, no norte do Paraná, e algumas capitais onde o tráfego aéreo ainda não é grande.

O número de aviões da VASP, atualmente, atinge a 47 aparelhos, que são subdivididos em: dois One-Eleven, quatro Viscount 827, sete Viscount 701, quatro DC-6, oito DC-4, seis Samurais, dois Scandias, dez DC-3 e quatro C-46. A medida que a frota vai se modernizando, os aparelhos mais antigos são retirados na proporção do número dos assentos que as aeronaves mais modernas possuem. Os quatro C-46 já estão pràticamente vendidos para os Estados Unidos. Quando os Boeings entraram em funcionamento, outros aparelhos serão substituidos, a exemplo dos DC-4, que foram substituidos em sua maior parte pelos modernos Samurais.

ROTA DA VASP

Os Samurais da VASP, que estão sendo recebidos pela emprêsa paulista através do Plano de Integração e Desenvolvimento do Govêrno Abreu Sodré, já começaram a substituir os Viscount da série 701, menores e de construção mais antiga.

A substituição dos Viscount 701 pelos Samurais havia sido programada para o segundo semestre do corrente ano, porém devido à grande aceitação que êstes últimos vêm desfrutando do público usuário e à elevada rentabilidade operacional, que superou as mais otimistas previsões, decidiu a VASP retirar do tráfego os referidos aviões, substituindo-os desde logo pelos Samurais.

Os Samurais, já em plena operação, são equipados, também, com turbinas Rolls Royce, têm capacidade para 60 passageiros e voam a 430 quilômetros horários. Além da cabina pressurizada, têm como característica a possibilidade de manter o interior da aeronave na temperatura ideal, mesmo quando estacionada no aeroporto. Os Viscount 827, mais modernos e mais velozes, permanecerão trafegando nas linhas de médio e longo percurso.

A VASP inaugurou, com seu nôvo aparelho — o Samurai — vôos para Campo Grande e Cuiabá. No último dia 4 de fevereiro, a emprêsa iniciou operações em Parnaíba, no Estado do Piauí. A nova escala — a 69.ª cidade servida no Brasil — foi incluída no vôo 192, que liga Fortaleza a Manaus, com escala em São Luís, Belém e Santarém.

A inclusão de Parnaíba na rêde de cidades servidas pela VASP é uma antiga aspiração da cidade e que sòmente agora, graças à renovação da frota da emprêsa, foi possível atender. Inicialmente, as viagens serão efetuadas com aviões quadrimotores, prevendo-se sua substituição, em breve, pelo nôvo turbo-hélice — o Samurai. Os vôos para Parnaíba são efetuados às têrças e quintas-feiras com decolagem de Fortaleza às 6h30m e retôrno nos dias imediatos.

Com o Boeing 737, adquirido dentro do Plano de Integração e Desenvolvimento do Govêrno Abreu Sodré, a VASP incorpora-se às 23 emprêsas do mundo ocidental, que já encomendaram 228 novos jatos. A versão escolhida para os Boeings da emprêsa brasileira prevê acomodações até de 100 passageiros, acomodados em primeira classe e classe turista. Deverão entrar em operação regular já no primeiro semestre de 1969 — mês de abril — ligando as principais capitais brasileiras.

PREOCUPAÇÃO DE PROGRESSO

O plano de recuperação da VASP é "uma verdadeira vitória", e sòmente a dinamização das vendas da emprêsa aumentaram em 60%, com tendência a crescer cada vez mais. A possibilidade da participação do investidor privado no capital da emprêsa não é muito simples, mas um processo complicado e demorado, que exige uma preparação da emprêsa para receber o investidor.

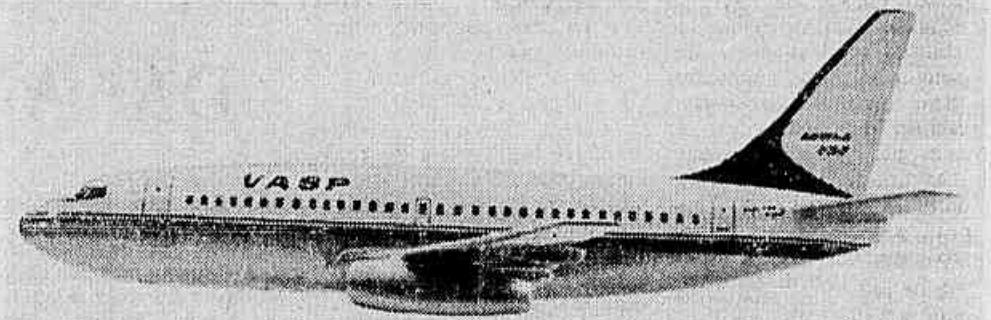
O investidor só aplicará dinheiro quando a emprêsa oferecer condições de rentabilidade e segurança. O Govêrno de São Paulo vê possibilidade para a abertura da VASP para acionistas, pois a emprêsa está progredindo e entrando em regime de rentabilidade, através de um plano eficiente de trabalho aplicado pelo Govêrno do Sr. Abreu Sodré, tirando-a de uma situação deficitária, no curto prazo de um ano.

PENSANDO NO FUTURO

A VASP é uma emprêsa que mantém seus funcionários em contato permanente com as técnicas mais avançadas da aeronáutica atual. Seu pessoal realiza estudos no exterior ou na sede da emprêsa, no Aeroporto de Congonha, onde vários cursos são realizados em colaboração com o Senai — Serviço Educacional de Aprendizagem Industrial.

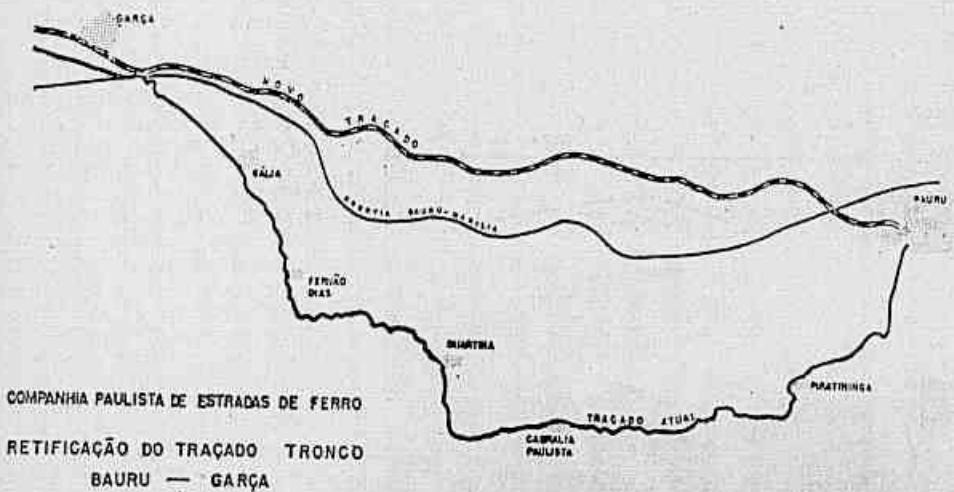
Os estagiários em firmas do exterior, ao voltarem para o Brasil, assumem cargos de monitores, ministrando aulas para mecânicos operadores de vôo, pilotos e outros tipos de pessoal. É normal encontrar-se, na sede da VASP, pessoas que vêm do Amazonas, Paraíba e outros Estados, só para receberem novos ensinamentos, atualizando-se, mas que continuam recebendo seus salários normalmente, como se estivessem trabalhando.

O serviço burocrático também sofre remodelações contínuas. Por exemplo, um funcionário que estava trabalhando no serviço de relações públicas iniciou um curso que a emprêsa realiza em conjunto com o Senai, para ser operador de pesos de cargas para avião, necessitando, para isso, de amplo conhecimento de cálculos matemáticos. A VASP possui mais de 3 500 funcionários atualmente e todos sempre desejam aperfeiçoar-se, ou em seu setor ou em outro, devido às oportunidades que a emprêsa está sempre oferecendo.

AVIÕES

Boeing

One-Eleven

Samurai

TRENS

COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO
RETIFICAÇÃO DO TRAÇADO TRONCO
BAURU — GARÇA

Entrega de vagões à Companhia Paulista de Estradas de Ferro

São Paulo (Sucursal) — As medidas de planificação e racionalização adotadas pelo Govêrno Abreu Sodré em relação às companhias ferroviárias do Estado permitiram um aumento de passageiros e carga de mais de 20% no ano de 1963.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro teve um aumento de 20% no número de seus passageiros; 34% em toneladas de cargas e um crescimento de renda no valor de 30%. O transporte de passageiros é responsável por 40% da sua receita bruta. Em decorrência do planejamento do Govêrno Abreu Sodré, a Paulista — que tem a tradição de ser a melhor ferrovia do Estado — chega a utilizar até 27 trens extras diários, nos dias de maior movimentação, como o último final de ano.

TRABALHO SÉRIO

"As ferrovias do Estado de São Paulo, pelo movimento de tráfego, receita e despesa, demonstraram, no último ano, que marcham firmes no caminho da recuperação. Concluídos os estudos de racionalização dos serviços e reaparelhamento, esta meta pode ser alcançada em prazo curto", disse o Secretário de Transportes do Estado, Sr. Firmino Rocha de Freitas, um dos responsáveis pela aplicação de novos métodos operacionais, administrativos e comerciais na rêde ferroviária de São Paulo, desde o início do atual Govêrno.

Ao assumir o Govêrno, o Sr. Abreu Sodré determinou um levantamento geral da situação das emprêsas ferroviárias pertencentes ao Estado. Os dados de então anunciavam um número elevado de dificuldades, como um deficit anual superior a NCr$ 180 milhões. Com base nesse estudo, o Governador decidiu que, antes de qualquer investimento maciço no setor, teria de fazer uma revisão nos métodos operacionais e, conjuntamente, outro exame nos problemas que afetam uma ferrovia.

Uma firma especializada nos estudos de problemas ferroviários, a Société Française D'Etudes et Réalisation Ferroviaires-Sofrerail, foi contratada para solucionar o problema. O contrato, que ainda está em vigência, permitirá, a curto e a médio prazos, através do estudo de todos os aspectos que envolvem a existência e a operação das ferrovias, o encontro de fórmulas que tornarão mais dinâmicas, econômicas e objetivas as atividades das emprêsas.

Sem interferir nos estudos, o Govêrno adotou algumas providências que possibilitaram uma diminuição nas despesas, maior agressividade no engajamento de fretes e aperfeiçoamento de material rodante, com a aquisição de locomotivas, vagões e carros de passageiros. Enquanto isso, os técnicos da Sofrerail elaboram projetos de retificações de trechos e extinção de ramais antieconômicos.

RESULTADOS

Sem representarem grandes investimentos, as medidas governamentais possibilitaram um reerguimento lento, mas seguro, tanto no volume de cargas transportadas, como na receita. Os resultados podem ser verificados pelos números conseguidos em 1968, que, comparados com os de 1967, demonstram uma perspectiva favorável. A Estrada de Ferro Sorocabana, em 1967, teve uma receita de NCr$ ..... 61 710 000,00. Em 1968, a arrecadação elevou-se para NCr$ 78 327 000,00, ou seja, 26,9% a mais. Sua despesa, em 1967, foi de NCr$ .... 108 339 000,00 e, em 1968, de NCr$ 132 657 000,00.

Segundo os técnicos da Secretaria de Transportes, o aumento de 22,4% na despesa é devido ao acréscimo da intensidade de tráfego. Em conseqüência, a Sorocabana — como as outras ferrovias — teve de consumir maior quantidade de combustíveis, lubrificantes e peças de reposição. Houve, também um aumento de salários da ordem de 20%.

A Estrada de Ferro Mogiana, como já acontecia desde 1966, voltou a superar as demais, registrando um movimento de NCr$ ...... 19 611 000,00, contra NCr$ .. 12 076 000,00, ou seja, um aumento de 62,4%. A Estrada de Ferro Araraquarense, também conseguiu resultados excelentes, tendo aumentado sua receita de NCr$ 5 068 000,00 para NCr$ 7 232 000,00, correspondendo a um aumento de 42,7%. A Paulista, como as demais, aumentou sua receita em 34,1%, correspondendo a uma elevação de NCr$ ..... 32 705 000,00, em 1967, para NCr$ 43 861 000,00, em 1968. Tôdas tiveram, (portanto, um saldo positivo.

MODERNIZAÇÃO

A Companhia Paulista acabará, dentro em breve, com seus velhos vagões de madeira, que já estão sendo transformados em modernissimos carros de aço, e a emprêsa adquiriu 200 vagões para transporte a granel. A Estrada de Ferro Sorocabana, por sua vez, comprou 300 gôndolas para o transporte de calcário e outros produtos semelhantes, e adaptou em suas oficinas 300 vagões para o transporte a granel.

A Mogiana, além de conseguir o maior índice de aumento na receita, durante o último ano, foi a primeira a estabelecer a ligação São Paulo—Brasília, com o trem *Bandeirante*, de aço, dotado de ar condicionado, carros Pullman, restaurante e dormitórios. Êsse trem viaja para Brasília duas vêzes por semana (segundas e quintas), saindo de Campinas às 10 horas e chegando à capital federal 24 horas depois. A composição de carga já vem efetuando o trajeto São Paulo—Brasília, desde abril de 1968, levando produtos manufaturados paulistas e trazendo cereais ou matéria-prima para as indústrias.

Sem um plano global que possibilitasse investimentos maciços, sintonizados com as reais necessidades de cada emprêsa, o Govêrno Abreu Sodré procurou resolver, com urgência, alguns problemas de ordem técnica surgidos em algumas de suas ferrovias. Por exemplo, a Paulista e a Mogiana fabricaram em suas próprias oficinas um grande número de vagões.

Para melhorar a fôrça de tração das Companhias Paulista, Mogiana e Sorocabana, o Govêrno importou 83 locomotivas diesel-elétricas. Prestigiando a indústria nacional, adquiriu outras 40 locomotivas diesel-elétricas da General Eletric, de Campinas, entregando 10 para a Paulista e 30 para a Sorocabana.

Com essas compras, o Govêrno visa a eliminar a tração a vapor em suas ferrovias, aumentando, conseqüentemente, o índice de economia e rapidez dos transportes.

NOVOS CAMINHOS

Um novo caminho ferroviário está surgindo: a ligação Paratinga—Piaçaguera, na Estrada de Ferro Sorocabana. É uma linha que, margeando a serra do Mar, perto de Rio Branco, na baixada santista, corta o Município de Cubatão, chegando a Piaçaguera. Esta obra deverá estar concluída antes do termino da Administração Abreu Sodré.

A linha já tem seu trajeto em fase de terraplanagem e permitirá à Sorocabana receber fretes não só do setor de minérios, mas na área dos produtos petroquímicos e fertilizantes, da região norte de Cubatão.

O Governador Abreu Sodre deu, também, atenção às vias permanentes, com a importação de 153 mil toneladas de trilhos da Polônia, dos quais 51 mil para a Mogiana e 102 mil para a Sorocabana.

As obras de retificação de trechos da Mogiana (Campinas—Ribeirão Prêto—Uberaba) e da Paulista (entre Bauru e Garça) terão prosseguimento neste ano, dando maior velocidade aos trens que, no futuro poderão desenvolver 120 quilômetros por hora entre Garça e Bauru.

O Govêrno do Estado, através da Secretaria de Transportes, assinou um contrato com uma firma que, no prazo de oito meses, deverá entregar um estudo de viabilidade técnico-financeira do anel ferroviário, que objetiva dar maior velocidade às composições suburbanas e desafogar o tráfego dêsses trens de carga no centro da cidade.

Êsse anel ferroviário permitirá maior intercâmbio de vagões entre tôdas as ferrovias e servirá novos núcleos industriais que se formam nos arredores da capital, assim como as populações de Guarulhos, Diadema e São Bernardo.

A linha terá 144 quilômetros de extensão em bitola mista — 1,60 metros e 1 metro —, devendo funcionar integrada com os sistemas de metropolitano e rodoviário. Da construção do anel ferroviário participarão a Sorocabana, a Santos—Jundiaí e a Central do Brasil. Esta última, por determinação do Ministro dos Transportes, coronel Mário Andreazza, deverá entregar, ainda em 1969, o trecho Ribeirão Pires—Susano, que desviará do centro de São Paulo, as composições que se dirigem para o parque siderúrgico da baixada santista.

DINAMIZAÇÃO NÃO PARA

— No que se refere à melhoria da produção e diminuição dos déficits, nós vamos dinamizar os departamentos comerciais das ferrovias, que passarão a procurar, cada vez mais insistentemente, o cliente, seja o atual ou o potencial. O chamado "transporte de retôrno" continuará gozando de descontos especiais e tôdas as medidas de racionalização do serviço continuarão a ser utilizadas — disse o Secretário dos Transportes, Sr. Firmino Rocha de Freitas.

Acrescentou que o entrosamento administrativo entre as ferrovias do Estado merece uma atenção especial, pois ainda restam alguns ramais antieconômicos que serão suprimidos. Haverá ainda remanejamento de horários, melhoria e intensificação do intercâmbio de vagões com as ferrovias federais, assim como a redução paulatina de pessoal.

No ano passado o quadro já foi reduzido de 43 890 para 41 813 funcionários. Estas medidas solucionarão adequadamente os problemas de deficiências operacionais, juntamente com a racionalização dos serviços através das inovações que serão introduzidas, como a aplicação de computadores eletrônicos em tôdas as faixas de serviço, concluiu o Sr. Firmino Rocha de Freitas.

REFORMA AGRÁRIA DEVE PARTIR DO CONCEITO DA PRODUTIVIDADE DA TERRA

L. G. NASCIMENTO SILVA

Um dos maiores paradoxos de nosso tempo parece-me ser o seguinte: os países em vias de desenvolvimento têm cêrca de dois terços de suas populações vivendo do solo; entretanto, êsses mesmos países têm de importar das nações industrializadas alimentos dispendendo anualmente uma cifra que atinge quatro bilhões de dólares. Assim, as nações ditas agrárias precisam, para manter suas populações, dos alimentos produzidos pelos países industrializados.

Êsse paradoxo leva-nos a uma reflexão: por que sucede isto? É que ocorreu uma verdadeira revolução também técnica de produção agrária e nossos países ainda não se aperceberam dela, não utilizam os seus instrumentos para sacudir as rotinas de uma forma de produzir arcaica. Por quanto tempo durarão os efeitos dessa situação? Dependerá de nós, da reflexão que dermos ao tema de produtividade agrícola, à implementação de uma enérgica política de execução.

A reforma agrária constituiu-se, entre nós, um candente tema de discussão e controvérsia política. Foi êle, porém, colocado em têrmos emocionais, como um instrumento para reivindicações populares e foco de atrito entre classes. Nessa ampla discussão nacional as soluções de racionalidade foram, entretanto, deixadas de lado. Assim, a produtividade agrícola não chegou, sequer, a constituir um item dessa discussão. Ela é, entretanto, fundamental para que consigamos um **desideratum** mínimo: alimentar adequadamente nossa população.

Há uma característica de nossa organização agrária que me parece indispensável modificar-se: refiro-me à ênfase que ainda damos à extensão das propriedades, ao invés de valorizarmos sua produtividade. Uma fazenda vale principalmente em razão do número de alqueires (antes eram léguas), do que pròpriamente do rendimento que dela extrai seu proprietário. Êsse aspecto reflete uma preocupação meramente fundiária, vista a propriedade agrária apenas como uma reserva, um valor futuro, e não como um valor presente, atual, derivado da sua produção. É urgente, porém, transferirmos o eixo do interêsse de mera propriedade para a produtividade.

Essa decisão é de natureza política, e só chegaremos a qualquer modificação através de medidas e providências que conduzam a uma modificação de interêsse pela extensão das terras em favor da produtividade. Foi o que intentou fazer a reforma agrária iniciada no Govêrno Castelo Branco. Os resultados de uma modificação estrutural dêsse porte, entretanto, não se podem fazer sentir a curto prazo. Elas demandam necessàriamente a ação do tempo.

É que poucas estruturas sociais são tão resistentes às modificações quanto as agrárias. As relações entre o homem e a terra vão além do seu valor econômico e repousam ainda grandemente em tradições e até mesmo em laços emocionais. O proprietário agrário vê a sua propriedade em têrmos de prestígio social, e de relações de dominação sôbre as terras e mesmo sôbre os homens que nela trabalham. A origem feudal da organização agrária explica essa característica.

Só uma política enérgica e coordenada de incentivos ou penalidades fiscais e de facilidades de crédito, aliada a medidas de amparo técnico, poderão introduzir as modificações essenciais à busca da produtividade.

Igualmente, uma política inalterável de sustentação de preços mínimos concorrerá para que se fixem ou estabilizem as explorações agropecuárias. A instabilidade da política creditícia e da política de preços mínimos é responsável em grande parte pelo desânimo que as atividades agrárias sempre apresentaram, pois que, além das frustrações de cultura devido a fatos da natureza, somam-se as dificuldades conjunturais e as incertezas financeiras.

Há uma verdadeira revolução em todo o mundo em busca da produtividade agrária. Os índices de aproveitamento do solo nos países industrializados em comparação com os dos países em vias de desenvolvimento apresentam disparidades flagrantes. Na mensagem dirigida ao Congresso em 1959, dizia o Presidente Eisenhower: "Os excedentes de trigo são duas vêzes e meia maiores que o consumo anual e em julho do próximo ano deverão atingir 1 bilhão e 500 milhões de **bushels**. A última colheita de trigo foi a maior da história dos EUA, o que demonstra um fracasso total de tôdas as medidas de contrôle de produção." Como se verifica, a preocupação americana é com o contrôle de sua produção, e não mais com a produtividade. O mesmo sucede com relação ao leite, à produção de manteiga, de aves, de frangos, de perus, ao milho e ao trigo.

A produtividade agrícola exige providências de duas naturezas: a) as de caráter econômico-financeiro; e b) as de natureza técnica.

As primeiras importam em uma série de medidas de natureza vária, mas principalmente as seguintes: uma política uniforme e constante de preços mínimos e uma política creditícia. É indispensável que o agricultor saiba de antemão que, quando vai iniciar uma cultura, encontrará a segurança de um preço mínimo e que não será deixado sob a pressão de um mercado absolutamente instável e controlado por intermediários que podem impor preços irrisórios. Precisa êle também obter acesso ao crédito bancário, indispensável para ampará-lo na fase de produção até a comercialização do produto.

As condições de natureza técnica são múltiplas e abrangem vários aspectos, mas principalmente as modificações tecnológicas, a irrigação, e o uso de fertilizantes.

Pode-se dizer que a revolução técnica no campo da agricultura e da indústria da alimentação abrangeu todos os seus setores. Em primeiro, lugar os estudos sôbre a utilização racional do solo são extensos e variados. As relações **solo — água + planta** merecem atenção constante no sentido de estender o aproveitamento das terras às situações extremas: solos inundados, nos quais se cultiva o arroz em condições de pântano, e solos extremamente áridos. Os métodos e tipos de cultivos em razão do grau de umidade do solo variam grandemente e novas técnicas são adotadas para obter melhores condições.

A adequação das culturas a essas condições progrediu enormemente havendo sido estudados os aspectos das mudanças das transformações químicas, físicas e microbiológicas do solo. Por outro lado o uso de fertilizantes aplicados a cultivos de solo de natureza diversa foi objeto de grande atenção nos países adiantados, embora o mesmo interêsse não se haja manifestado nos países insuficientemente desenvolvidos.

A aplicação de quantidades e tipos de fertilizantes que convém utilizar e também o estudo das épocas e métodos de sua aplicação progrediram enormemente, como igualmente investigações sôbre fisiologia vegetal e assimilação dos elementos nutritivos pelas plantas. Importantes investigações foram feitas sôbre a quantidade de fósforo e cálcio de que necessitam os solos nas zonas temperadas e já agora, êsses estudos se estendem a zonas tropicais e sub-tropicais. O nível de substâncias orgânicas necessárias aos solos das zonas tropicais e sub-tropicais tem sido objeto de estudos importantes. A fixação do nitrogênio atmosférico, a salinidade e alcalinidade do solo e sua correção, a rotação de culturas são também itens de progressos tecnológicos.

No campo da genética vegetal a transformação tem sido completa. Novas sementes de alta qualidade têm sido responsáveis pelo aumento de produtividade, como é exemplo o caso do milho híbrido.

O capítulo da epidemologia — o terror multissecular das pragas que seriam responsáveis pela perda das culturas — recebeu novos incrementos através de processos químicos, como o caso de inseticidas e pesticidas, como através de radioatividade e radiações.

A mecanização é também entre nós insuficiente, e sem uma lavoura mecanizada não será possível manter-se uma produção econômica em várias áreas do país.

A extensão da irrigação constitui fator corretivo da natureza dos solos áridos e, em conseqüência, de aumento de produtividade. Êsse problema em nosso país adquire importância extraordinária pelo grande número de áreas áridas em nosso território. Tôda a área nordestina, o vale do São Francisco poderão ter sua produtividade — e também a paisagem e a ecologia — alterados através da irrigação. O exemplo de Israel, que transformou áreas desérticas em solo fértil deve nos servir de guia.

O capítulo da produtividade agrícola está a exigir especial atenção do Govêrno.

Desenvolver o país é também alimentar o seu homem. E só com a produção própria dos alimentos a baixo custo e em abundância será possível termos a base humana essencial a qualquer programa de desenvolvimento.

CREAI

CUSTEIO DE LAVOURAS

CRÉDITOS CONCEDIDOS POR PRODUTOS

ALGODÃO
AMENDOIM
ARROZ
BATATA INGLESA
CACAU
CAFÉ
CANA DE AÇÚCAR
FEIJÃO
FUMO
MANDIOCA
MILHO
SOJA
TRIGO

1966
1967
1968*

0 100 200 300

NCr$ milhões

* JAN / OUT

PANORAMA AGROPECUÁRIO EM 1968

ALMIR GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Êste trabalho aborda as principais medidas governamentais e investimentos efetuados no âmbito agropecuário em 1968, com base nas linhas de ação estabelecidas pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento—PED, relativas ao setor.

No capítulo relativo à agricultura, êste documento estabelece as seguintes diretrizes básicas: I) Aumento da produção e produtividade das principais culturas e criatórios, pela maior utilização de tecnologia moderna; II) Expansão da área agrícola, em condições econômicas; III) Implantação e ampliação das indústrias rurais; IV) Melhor organização do meio rural, através dos processos democráticos de reforma agrária, e da implantação de colônias auto-administráveis.

Objetivando aumentar a produção em diversas regiões, técnicos do Serviço de Previsão de Safras sugeriram entre outras, as seguintes medidas: Norte e Nordeste: a) ampliação do financiamento; b) maior distribuição de sementes selecionadas; c) maior assistência técnica; d) conservação e abertura de estradas, para facilitar o escoamento da produção; e) garantia contínua de preços mínimos; f) instalação de armazéns; g) criação de cooperativas; h) adubos e inseticidas a preços acessíveis; i) utilização de maquinarias mais modernas; j) contrôle do processo de comercialização. Para os Estados da região Centro-Sul, excetuando São Paulo, foram lembradas as seguintes providências: Minas Gerais — garantia contínua de preços mínimos, maior assistência técnica, ampliação de financiamento, racionalização da distribuição de sementes, adubos, fertilizantes e inseticidas a preços acessíveis e conservação de estradas; Espírito Santo — ampliação de financiamento, garantia de preços mínimos, maior assistência técnica, instalação de armazéns e silos, conservação de estradas e distribuição de sementes selecionadas; Rio de Janeiro — não há sugestões, em decorrência dos resultados favoráveis; Paraná — introdução de nova maquinaria; Santa Catarina — além das mesmas sugestões apresentadas para o Estado de Minas Gerais, lembram-se ainda: redução ou isenção do impôsto sôbre circulação de mercadorias (ICM) e sindicalização rural; Rio Grande do Sul — mesmas sugestões indicadas para o Estado de Minas Gerais, além de: financiamento de calcários; Mato Grosso e Goiás - sugestões idênticas às dos Estados do Norte—Nordeste.

PECUÁRIA

O Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária—Condepe com recursos do Banco Central e do BIRD, estabeleceu um programa que objetiva aumentar, de 150%, em média, a renda líquida dos pecuaristas participantes e de 160% a produção de carne de suas fazendas. Êste programa está orçado em US$ 80 milhões e compõe-se de três projetos: o primeiro, abrangendo a área do Rio Grande do Sul; o segundo, beneficiando os pecuaristas do sul de Mato Grosso, norte do Paraná e oeste de São Paulo; e o terceiro compreendendo o sul de Goiás e Minas Gerais.

Para o conjunto do programa estão previstas, entre outras, as seguintes metas: elevar de 50% para 70% a taxa de demanda; reduzir a taxa de mortalidade de 5% para 3%; elevar a taxa de abate de 14% para 22%. Com isso, são esperados, ao nível das fazendas, os seguintes resultados: aumento do rebanho — mais 50%; produção de carne de ovinos — mais 27%; produção de lã — mais 80%.

Como decorrência da obtenção de tais metas técnicas, os resultados econômicos esperados, ao longo de 15 anos, são os seguintes: 1) aumento de 150% em média, na renda líquida dos pecuaristas participantes; 2) elevação de 150% na produção de carne das fazendas beneficiadas; 3) acréscimo, por fazenda, na produção de carne de ovinos de 270%, enquanto a lã deverá aumentar de 80%; 4) incremento médio de US$ 51 mil por fazenda; 5) integração ao rebanho brasileiro de 150 mil novilhas e 135 mil novilhos, oriundos das fazendas assistidas, sendo que mais 100 mil novilhos deverão ser colocados à venda, para abate; 6) aumento gradativo do valor da produção das fazendas de US$ 20,3 milhões para US$ 50,8 milhões; 7) destinação ao mercado internacional de 40% do aumento da produção de carne procedente das fazendas beneficiadas; 8) obtenção de uma taxa de retôrno sôbre os investimentos previstos no projeto, de 18%.

Nesse setor ainda o IPEA encaminhou ao BID um projeto de financiamento no valor total de US$ 52 milhões (US$ 26 milhões para cada um, BID e Banco Central) que objetiva desenvolver a pecuária bovina de corte nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, abrangendo uma área de aproximadamente 413 mil quilômetros quadrados.

Êsse projeto tem como finalidade empréstimos integrais de capitalização para o melhoramento das pastagens, abrangendo divisão (cêrcas) e aguadas; formação de capineiras; construção de silos, cochos, currais, cobertas, troncos e galpões; compra de tratores, ensiladeiras, pecadeiras, motor estacionário, balança de pesar animais, carrêta e outros equipamentos necessários, e compra de reprodutores e matrizes.

Na parte de custeio, o financiamento abrangerá a conservação de pastagens, quanto à limpeza e conservação de cêrcas; preparo e distribuição de silagem; corte e distribuição de capim; mineralização; prevenção e combate a doenças; conservação de construções; conservação de máquinas, motores e equipamentos; mão-de-obra permanente; encargos sociais e trabalhistas, e encargos tributários.

O Ministério da Agricultura aplicou NCr$ 100 mil na elaboração de projetos de desenvolvimento de bacias leiteiras regionais, nos Estados do Rio Grande do Sul, Alagoas, Rio Grande do Norte, Goiás e no Distrito Federal, a serem executados, em caráter prioritário, pelo Plano de Melhoramento do Manejo e Alimentação do Gado Leiteiro — Plamam, dentro do programa de fomento à produção animal.

SEMENTES

Com relação à utilização de sementes melhoradas visando aumentar a produtividade agrícola, o Plano Trienal de Govêrno prevê investimentos da ordem de NCr$ 89 milhões para melhorar os sistemas de produção, distribuição e comercialização de sementes.

A ação do Govêrno nesse sentido será a de estimular e desenvolver as emprêsas privadas, reservando ao Poder Público iniciativas de caráter pioneiro, além daquelas que por sua natureza devam competir-lhe. A ação governamental será exercida tendo em vista os seguintes objetivos: a) produzir estoques de sementes básicas em seus órgãos de pesquisa, ou através de iniciativa privada; b) deixar a cargo da iniciativa privada a produção e comercialização de sementes, para cultivos comerciais, realizando o Poder Público tais tarefas em caráter supletivo; c) fiscalizar o comércio de sementes e mudas, promover e incentivar, especialmente, a organização dos agricultores em entidades de classe para a produção de sementes e mudas e sua comercialização; d) incentivar o estabelecimento de firmas nacionais que se dediquem à produção e comercialização de sementes e mudas; e) incentivar os financiamentos de instalações, de máquinas e equipamentos destinados à produção, beneficiamento, armazenagem e análise de sementes; f) incrementar o financiamento de sementes produzidas no país, durante o período da colheita até o plantio.

A comercialização de sementes destinadas à safra agrícola 1968/69 deverá girar em tôrno de NCr$ 129 milhões, segundo previsão do Plano Nacional de Sementes—Planase, empregando-se NCr$ 23 milhões, com a finalidade de ajudar a iniciativa privada, em questão relativas aos financiamentos desde instalações, máquinas e equipamentos destinados ao beneficiamento até a armazenagem e análise, com o objetivo de criar uma forte indústria nacional de sementes, em bases empresariais.

EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA

Objetivando a ampliação de pesquisa e experimentação agrícola, o Ministério da Agricultura criou dois institutos de pesquisa e experimentação agropecuária localizados um em Campo Grande, (Mato Grosso) e o outro no Município de Colombo que terá jurisdição em São Paulo e Paraná.

O primeiro dêles possibilitará o mais rápido desenvolvimento da região sul do Estado, considerada de grande potencialidade para a produção agropecuária, pela sua topografia e situação geográfica. Abrangerá as estações experimentais a serem instaladas nos Municípios de Rondonópolis e Dourados, em Mato Grosso, e as estações experimentais já funcionando em Cáceres, (Mato Grosso) e Rondônia, bem como a rêde do Escritório de Pesquisa e Experimentação, do Ministério da Agricultura, naquela região.

O segundo, denominado Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária Meridional terá como estrutura a Estação Experimental do Sudoeste Paranaense a ser instalada no Município de Pato Branco e a incorporação da rêde de escritórios de pesquisas e experimentação de Botucatu, São Simão, Jundiaí e São Roque, e a da Fazenda Regional de Criação de São Carlos, no Estado de São Paulo, além dos escritórios de pesquisas e experimentação de Curitiba, Campo Largo, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, do Pôsto Agropecuário de Morretes e da Fazenda Regional de Criação de Ponta Grossa, na Paraná, bem como do Escritório de Produção Vegetal, todos órgãos do Ministério da Agricultura.

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

O Plano Nacional de Mecanização—Planame— do Ministério da Agricultura, com a finalidade de aumentar a produtividade agrícola, propôs a colocação de 93 mil tratores no mercado nacional no triênio 1968/70, com investimentos de NCr$ 1 126 milhões e a importação de maquinaria agrícola não produzida no país, aproveitando os saldos comerciais do Brasil no exterior.

Em 1968 para a comercialização de 26 mil tratores, foram absorvidos NCr$ 312 milhões, dos quais cêrca de 47,3% foram subsidiados pelo Fundo de Estímulo Financeiro ao Produtor Rural—FEMEC — a ser criado junto ao Banco Central, com a finalidade de aplicar seus recursos, exclusivamente na concessão de estímulos financeiros diretamente aos produtores rurais.

CRÉDITO RURAL

Com relação a êste item, estimativas oficiais do Banco Central para 1968 dão conta de que atingirão a NCr$ 3,2 milhões o total de financiamentos destinados às atividades rurais.

Êste suprimento de crédito à lavoura e à pecuária vem sendo objetivo perseguido com empenho pelas autoridades que consideram não constituir fator inflacionário considerável o crescimento dêstes valôres, em razão de menor velocidade de circulação da moeda nas áreas rurais e da redução dos custos dos gêneros que podem ser obtidos com crédito satisfatório e relativamente barato.

As autoridades objetivam em fase seguinte, a associação do suprimento financeiro com a assistência técnica, de forma a dar maior rendimento aos financiamentos e induzir os produtores a adotar métodos modernos de produção.

A nova regulamentação consagrada na Resolução 97, terá por base a orientação do crédito concedido, consubstanciando-se nas seguintes diretrizes básicas:

a) impor uma pulverização dos empréstimos, para favorecer também os pequenos e médios produtores rurais. Uma pequena parcela poderá ser destinada a grandes operações, devendo o restante ser destinado a operações menores;

b) as aplicações não poderão destinar-se apenas à comercialização, mas também ao custeio e investimentos rurais;

c) os bancos deverão realizar a fiscalização da utilização dos empréstimos em atividades rurais. Para tanto organizarão departamentos próprios ou realizarão convênios com entidades especializadas.

EXPANSÃO DA ÁREA AGRÍCOLA

Nesse aspecto, prevê o PED a adoção de medidas que visem: a) intensificação dos programas integrados de colônias auto-administráveis; b) aceleração do desenvolvimento de bacias hidrográficas prioritárias; c) ampliação de estudos e pesquisas que visem à incorporação dos cerrados ao processo produtivo agrícola.

Foi criado o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola — GEIDA — que responsabilizar-se-á pela execução de um grande programa nacional de irrigação, com as seguintes atribuições: planejar, orientar e supervisionar a atuação integrada dos sistemas dos órgãos federais nos setores de engenharia, agricultura e crédito, vinculados aos Ministérios do Interior, da Agricultura, do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda, visando ao desenvolvimento da agricultura irrigada.

Vale acrescentar que estudos anteriores, revelaram ser bastante reduzida a extensão de terras irrigadas, em relação ao total da área de lavouras, não alcançando 2% no total do país.

Os Ministérios do Planejamento e da Agricultura aprovaram a Estratégia do Desenvolvimento Agrícola, que compreenderá três linhas de ação principais: a) conjunto de programas e projetos governamentais destinados a intensificar o aumento da produtividade; b) programas e projetos relativos à expansão da área agrícola, reforma agrária e colonização, e c) sistema de apoio ao desenvolvimento agrícola compreendendo sistema de incentivos gerais, notadamente creditícios (crédito agrícola, preços mínimos, seguro agrícola, infra-estrutura de comercialização, estoque de segurança, armazenagem, mecanismo de comercialização e mecanismo de distribuição).

INDUSTRIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

Foi instituído pelo Banco do Brasil o Fundo de Desenvolvimento da Industrialização Agropecuária—Fundipra que objetiva financiar emprêsas privadas e cooperativas de produtores de inversões fixas destinadas à instalação de pequenas e médias indústrias de produtos agropecuários, florestais e pesqueiros, bem como ramos conexos, auxiliares ou complementares.

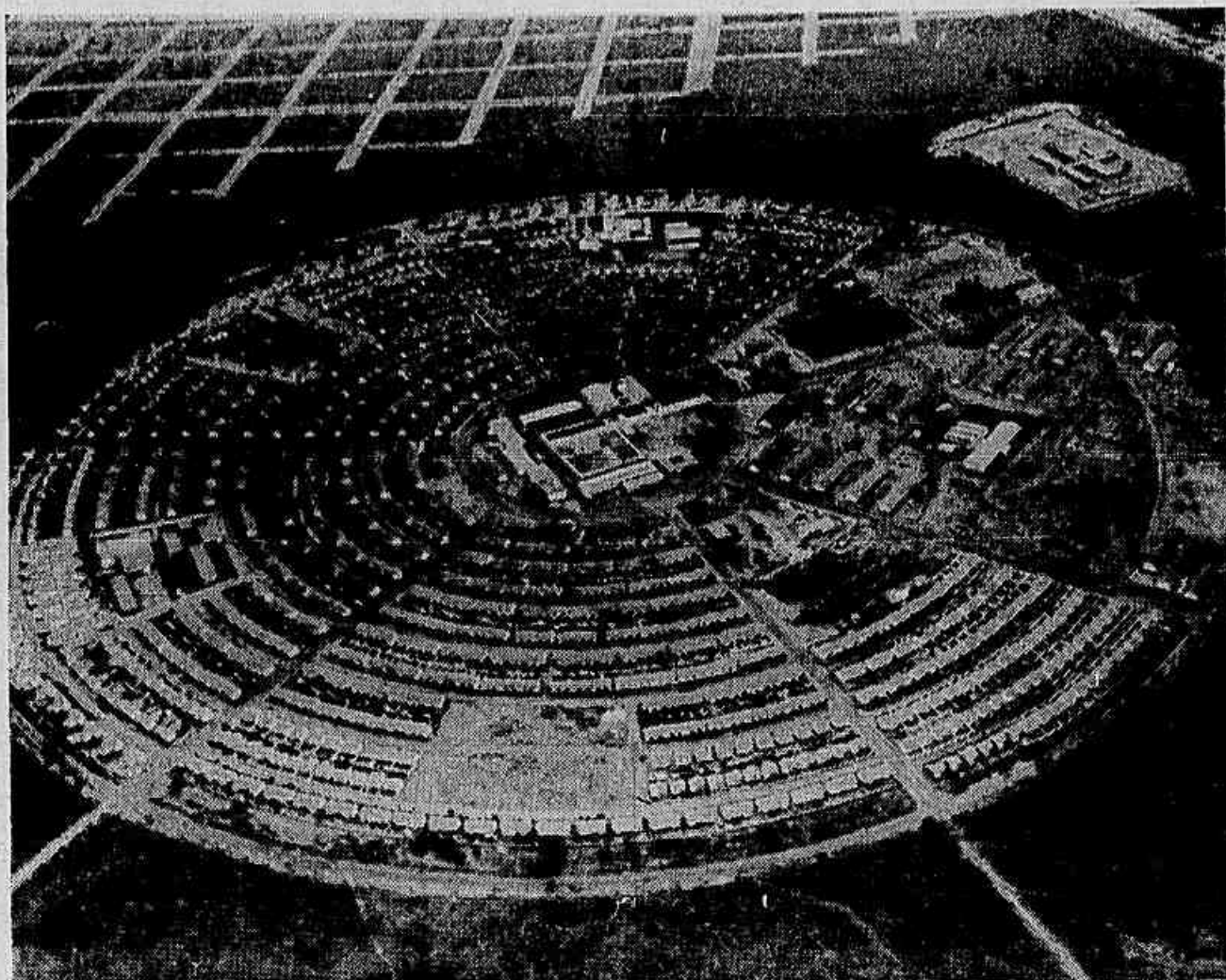
Inicialmente injetará na economia nacional recursos financeiros equivalentes, no mínimo, a US$ 30 milhões, metade dos quais se origina de empréstimos contratados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

REFORMA AGRÁRIA

O Ministério do Planejamento prevê investimentos de NCr$ 234,4 milhões para execução no triênio 1968/70, de quatro projetos prioritários de reforma agrária.

Nesse período a reforma agrária desenvolver-se-á de acôrdo com os seguintes princípios básicos: criação no meio rural de uma classe média estável e próspera, mediante o acesso à terra de número crescente de trabalhadores rurais, melhoria das relações de trabalho e o aumento da produtividade agrícola; a reforma agrária não consistirá em simples distribuição, redistribuição ou subdivisão de propriedade. Será um processo mais amplo, em que a reestruturação de imóveis deve ser acompanhada de outras medidas visando a elevação dos níveis de produtividade e o aumento da renda agrícola; a reforma agrária concentrar-se-á nas regiões onde os aspectos relacionados com a má distribuição da terra apresentarem questões sociais e econômicas de caráter agudo; abrangerá tanto o aproveitamento de terras devolutas quanto o reagrupamento de minifúndios e eliminação progressiva de latifúndios improdutivos, notadamente nas áreas mais próximas dos centros de consumo; a reforma agrária será realizada sempre que possível, com o concurso da iniciativa particular e estimulará a formação de sistemas cooperativos de produção, mecanização, industrialização e comercialização nas áreas por ela beneficiadas; a propriedade familiar, o minifúndio e o latifúndio serão definidos em função do *módulo*, área fixada para cada região e tipo de exploração.

A programação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária estabelece as seguintes atividades: zoneamento, cadastro e tributação, distribuição de terras, cooperativismo e associativismo; formação agrária e assistência financeira nas zonas prioritárias.

Através do zoneamento o país foi dividido em quatro zonas, as quais apresentam características homogêneas do ponto-de-vista sócio-econômico e de estrutura agrária: regiões críticas que estão exigindo reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e latifúndios; regiões em estágio mais avançado de desenvolvimento social e econômico, nas quais não ocorrem tensões nas estruturas demográficas e agrárias; regiões economicamente ocupadas, nas quais predomina economia de subsistência, carecendo de produtores de adequada assistência técnica; regiões em fase de ocupação econômica, carecendo de programas de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras.

NASCE UMA CIDADE COM 40 MIL HABITANTES: ILHA SOLTEIRA

— Somos os nômades do progresso — disse um funcionário responsável pela montagem das turbinas da usina hidrelétrica de Jupiá.

O funcionário referia-se a falta de fixação num local. Êles vivem numa região por tempo determinado. A sua presença ali termina com o fim das obras. Em Jupiá, reside numa cidade pré-fabricada, em forma de um grande círculo e já está-se preparando para mudar para a vila-pilôto de Ilha Solteira, porque lá estão agora as obras da nova usina.

CIDADE QUE MORRE

Quando foi planejado, o conjunto hidreltrico de Urubupungá, a principal preocupação do Governador Abreu Sodré era dar condições de confôrto para os funcionários empregados na obra. O presidente da Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), Sr. Lucas Nogueira Garcez acatou o desejo do Govêrno do Estado e projetou a construção de uma vila-pilôto, que desse perfeitas condições de habitabilidade a todos os seus funcionários.

Assim nasceu ao lado do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Jupiá — primeira etapa do conjunto de Urubupungá — a vila-pilôto que chegou a abrigar 13 mil pessoas. Vista do alto, a vila tem a forma de uma gigantesca circunferência. Os seus moradores podem desfrutar de tôdas as vantagens de qualquer cidade.

Com o fim das obras de Jupiá — que já entrou na fase de teste das primeiras turbinas — a vila pilôto começa a desaparecer porque os seus habitantes partem para locais onde se constrói novas usinas. Essas vilas têm suas leis próprias, quem as ditam é o administrador. Em Jupiá a cachaça era proibida nos bares, namorados só até as 23 horas, briga de vizinhos e festinhas de família até alta madrugada.

No domingo a vila ganhava um nôvo colorido. As crianças saíam com seus pais, iam até o clube ou então ao minizoológico. À noite os rapazes e môças se reuniam no clube para dançar.

NASCE NOVA CIDADE

Não sendo possível acomodar trabalhadores, necessários para construção de uma grande usina, em cidades da região, que na maioria dos casos de proporções modestas, são construídos então núcleos residenciais próximo ao canteiro de obras.

Para a construção da Usina de Ilha Solteira, que serão necessários cêrca de 10 mil operários, enquanto que em Jupiá só foram utilizados aproximadamente 4 mil homens, era necessário planejar uma vila-pilôto de grandes proporções, para abrigar cêrca de 45 mil pessoas.

Desta vez a CESP optou por uma cidade satélite, porque o seu desejo é que, concluídas as obras de construção, o núcleo tenha condições de permanecer definitivamente. A fixação do trabalhador nas imediações da obra possibilita melhor rendimento e contrôle, assegurando-lhes o atendimento às suas necessidades comunitárias.

CIDADE PARA FICAR

Ao contrário da vila-pilôto de Jupiá, a de Ilha Solteira terá suas casas de alvenaria, para permitir a sua continuidade. O uso da madeira permitiria apenas uma economia de 20 por cento, mas em compensação teria reduzida a sua durabilidade.

Ilha Solteira terá sua vila-pilôto em tamanho bem superior a Jupiá, além da vantagem de estar em território paulista, enquanto a de Jupiá estava localizada em Mato Grosso, a nove quilômetros de Três Lagoas. Terá condições para permitir um desenvolvimento posterior autônomo, com possibilidades de polarizar as regiões circunvizinhas.

Está provado que o dinamismo das cidades tem relação com sua área de polarização, e que êsse aspecto está ligado às suas possibilidades de oferecer serviços a essa região. Uma vez que Ilha Solteira disporá de uma infra-estrutura de excelente qualidade e vai oferecer serviços de alto nível, existem condições favoráveis para que se fixe na região como pólo de desenvolvimento.

REGIÃO DE FUTURO

A região de Ilha Solteira caracteriza-se em geral pela pecuária extensiva, apesar de apresentar alto índice de densidade bovina por quilômetro quadrado.

A lavoura desenvolveu-se mais na região da Estrada de Ferro Araraquarense, onde vários municípios têm mais de 50 por cento de suas áreas ocupadas pela agricultura, segundo levantamento aerofotogramétrico de 1962.

Na região da E.F. Noroeste, que inclui Ilha Solteira, a lavoura ocupa em vários municípios menos de 15 por cento da área total, não havendo nenhum em que essa percentagem ultrapasse os 30 por cento, tendo as pastagens predominância e atingindo até 70 por cento do total territorial do Município de Pereira Barreto.

A população é pouco densa e, numèricamente, reduzida, tendo os municípios, à direita da Noroeste — Pereira Barreto, Aparecida do Oeste, Itapura, Marinópolis e Sud-Menucci — uma população total de 40 466, com uma densidade de 13 pessoas por quilômetro quadrado. Apresenta um grau de urbanização de apenas 26,5 por cento e com mais de 95 por cento do pessoal empregado ligado à lavoura ou à pecuária.

A rêde urbana da região caracteriza-se por grandes vazios entre os aglomerados, em conseqüência da forma de exploração da terra. As distâncias entre as principais cidades, comparadas com regiões de exploração mais intensiva, são imensas. Essas cidades estão em um processo inicial de urbanização, com uma polarização limitada e uma função predominantemente comercial à qual se associa a administrativa, sendo que o setor secundário está intimamente ligado com a produção rural.

O núcleo urbano de Ilha Solteira, com mais de 40 mil habitantes, de elevado poder aquisitivo e com formas de atividade pràticamente ausentes da região até o momento, modificará o equilíbrio da estrutura existente, e as perspectivas para transformar êsse núcleo em aglomeração permanente, após o término das obras, podem ser conflitantes com as formas atuais de organização da região.

REVOLUÇÃO URBANA

— A cidade de Ilha Solteira estabelecida numa região que explora recursos naturais característicos, será um elemento de importância na rêde urbana, com prováveis reflexos no processo de urbanização regional — disse o Eng. Lucas Nogueira Garcez.

Isso se deve de um lado, ao excelente planejamento urbano da cidade onde estão disciplinados o uso da terra, as grandes linhas de circulação e o desenvolvimento progressivo da cidade. O zoneamento já estabelece áreas para a zona urbana, para indústrias e cinturão verde.

O plano-diretor foi estabelecido com base nos princípios urbanísticos da chamada "cidade linear" com os equipamentos de relações sociais ao longo das zonas centrais e com braços de penetração transversais que organizam as áreas habitacionais. Está previsto o desenvolvimento da cidade para uma população de 100 a 150 mil habitantes.

Uma característica especial dêsse núcleo urbano nos estágios iniciais, será sua pequena vinculação com a economia da região visto que a maior parte de sua mão-de-obra ativa se encontra ligada diretamente à construção e demais serviços da usina.

A forma peculiar de sua implantação fêz com que pràticamente inexista um setor rural destinado a fornecer os produtos agrícolas para alimentação da população urbana. Para que se possa encarar a cidade de Ilha Solteira como um núcleo integrado na região, será necessário que, paulatinamente se busque o entrosamento progressivo com as atividades produtivas existentes, modificando à medida do possível, através de estímulos do mercado, os padrões e a produtividade dos investimentos da área rural.

SERVIÇOS DA CIDADE

A capacidade dos alojamentos coletivos será na vila-pilôto de 7 600 homens. Os restaurantes da cidade terão condições de produzir e servir 33 mil refeições por dia. Por outro lado, a capacidade do sistema de transporte coletivo, entre o canteiro de obras e vila residencial será de 30 mil passageiros/dia. A rêde telefônica da obra e do núcleo residencial abrangerá um total de 1 325 aparelhos telefônicos.

O ponto de partida para alcançar os objetivos desejados é o estudo do total dos recursos disponíveis, das restrições das possibilidades produtivas decorrentes de limitações técnicas ou institucionais, a verificação, no momento, das possíveis opções para os empresários e as decisões governamentais dos diversos escalões administrativos.

Atualmente, a CESP desenvolve trabalhos nesse sentido em seu Departamento de Economia, e através de acordos com órgãos como a Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguai e o Instituto Agronômico de Campinas, buscando sempre somar esforços tendo em vista a sua contribuição máxima ao desenvolvimento econômico.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A REFORMA DA AGRICULTURA

JULIAN MAGALHÃES CHACEL

Com a promulgação do Estatuto da Terra, as bases institucionais para levar a cabo a reforma agrária foram lançadas. A faculdade de expropriar terras sem prévia indenização em dinheiro e a utilização de um sistema de taxação progressiva para modificar a relação da propriedade rural constituem medidas objetivas, no rumo da reforma.

Se passados mais de três anos da promulgação do Estatuto os resultados alcançados são pouco animadores, isto se deve mais à abordagem dada ao problema do que a insuficiências institucionais (ressalvado, talvez, o caso da justiça agrária, ainda não existente).

Parece difícil imaginar que qualquer revisão que se faça agora no encaminhamento da reforma possa, no domínio institucional, conter algum elemento de inovação. A revisão, que se faz urgentemente necessária, deveria confinar-se no modo de focalizar a reforma. Em têrmos da abordagem do problema, três pontos merecem concentrar a atenção crítica.

a) o conceito de reforma agrária integral;

b) a definição de áreas prioritárias;

c) a ênfase nos investimentos em capital fixo.

O conceito de reforma agrária integral foi introduzido na literatura especializada sôbre a matéria, a partir da experiência venezuelana. Para distinguir da concepção de reforma agrária praticada no mundo socialista que se circunscreve a expropriar a terra como fator de produção, a reforma integral significa um esquema redistributivo dos imóveis rurais *simultâneamente acompanhado* de um largo espectro de medidas de política agrícola, que vão desde a regulação das relações de trabalho até a assistência técnica e creditícia. É possível que no contexto venezuelano a obediência estrita ao conceito de reforma agrária integral faça sentido, pois a reforma agrária nesse país está indissolùvelmente ligada ao desenvolvimento agrícola e à necessidade de diminuir o coeficiente de importação de alimentos. Mas convém não esquecer que em função das exportações de petróleo, êsse país tem a renda *per capita* mais elevada de tôda a América Latina e não conhece problemas de balanço de pagamentos. Em outros países onde o problema é de expansão do mercado interno pela incorporação de grande parte da população rural a uma economia de mercado, a pressão sôbre os recursos reais (que não pode ser solucionada pela via da importação) e financeiros, implícita na reforma integral, tem sido a explicação maior para a lentidão do processo. A reforma agrária integral desvia o foco da atenção do elemento primordial que é o acesso à terra.

Parece evidente que, nessas condições, os métodos de implementação da reforma têm de ser mais modestos. Não se trata aqui de sugerir a regressão ao modêlo socialista. Pareceria viável, contudo, que, a partir de diagnósticos regionais do problema agrário, e uma vez concedido o acesso à terra, *fôssem hierarquizados os fatôres limitativos da produção* e que a ação do Govêrno se concentrasse, em cada caso, em suprir, *apenas*, o elemento carente de maior poder explicativo para a expansão da renda do beneficiário da reforma. Numa área, com a terra, seria concedida a assistência técnica; em outra, com a terra, viria um esquema de comercialização.

O país assistiu, a partir do Estatuto da Terra, ao exercício da pressão política para declarar vastas áreas do território nacional *prioritárias* para a reforma agrária. Todo o Estado do Ceará é hoje área prioritária. O mesmo acontece com vasta área do Estado de Minas Gerais e todo o Estado do Rio Grande do Sul. Com isso multiplicam-se as solicitações para a realização de projetos, não de reforma, mas de desenvolvimento agrícola, motivados por interêsses paroquiais. E o IBRA perde não só perspectiva, mas, o que é pior, a iniciativa do processo.

Se a reforma agrária deve ser um processo efetivo de modificação nas relações de propriedade no quadro rural, a atenção do organismo encarregado de reforma não pode diluir-se no espaço geográfico nacional, para agir, ou deixar de agir, de modo reflexo, ao sabor de designios e aspirações puramente locais.

Há três áreas do Brasil nas quais a reforma poderia concentrar-se prioritàriamente: litoral e mata no Nordeste, o vale do Paraíba e a região do Banhado do Colégio, no Rio Grande do Sul.

No Nordeste, e mais especialmente em Pernambuco, a escolha é óbvia. Já faz parte do registro histórico a tensão social da região; a lavoura canavieira não tem condições competitivas com São Paulo e Paraná e a intensificação da vida urbana promovida pelos incentivos fiscais está a clamar por uma diversificação de cultivos, que poderia vir no bôjo da reforma. O vale do Paraíba é sob muitos aspectos região de agricultura em declínio e, por isso mesmo, com terras de baixo coeficiente de uso. Mas é ao mesmo tempo a região que adjacente aos dois principais centros urbanos do país permitiria diversificação de cultivos com investimentos marginais numa estrutura de comercialização de produtos agrícolas. Não há muito sentido em praticar a reforma onde não ha mercado.

No Rio Grande do Sul, a pressão populacional sôbre a terra, em conseqüência do minifúndio, tem provocado, como todos sabem, as migrações no rumo norte, que entram hoje pelo Estado de Mato Grosso. Não obstante há terras férteis no próprio Rio Grande, recuperadas para a exploração agropastoril através de investimentos públicos, isto é, com as poupanças de todos nós. Pareceria mais razoável reorientar parte do fluxo migratório espontâneo para um deslocamento dirigido intra-estado, do que deixar as terras de campo do Banhado do Colégio entregues ao pastoreio numa área que terá, fatalmente, de caminhar para uma pecuária em regime de semiconfinamento.

Talvez como corolário do conceito de reforma integral, constata-se nos projetos de colonização até agora empreendidos pelo IBRA ênfase demasiada nos investimentos em capital fixo. Se a reforma agrária é um processo de massa, dificilmente a experiência colhida nos projetos até aqui iniciados pode ser extrapolada para uma escala quase nacional. A prova disso está no próprio número de parceleiros a assentar, o qual, antes da revisão da reforma que o Govêrno está empreendendo, cifrava-se em .... 27 mil parceleiros sôbre um período de três anos. Uma gôta de água no oceano da reforma, incapaz de compensar, nesse período, sequer o crescimento vegetativo dos sem terra!

Em sua formulação original, dois projetos do IBRA são retidos neste escrito como casos para estudo sôbre a excessiva importância do capital fixo nos atuais esquemas de reforma. O projeto do núcleo colonial de Alexandre Gusmão, na área prioritária de Brasília, e o do Distrito de Quatis, em Pernambuco, são modelos distintos de projetos de colonização, com esquemas de financiamento diferenciados.

Em Alexandre Gusmão, o horizonte do fluxo de desembolsos é de seis anos e o total dos investimentos por parceleiros da ordem de 13,2 mil cruzeiros novos. Admitindo que, nesse horizonte, um nôvo parceleiro fôsse *assentado* a cada ano do período necessário para ultimar a instalação do primeiro beneficiário, eis o montante dos investimentos necessários.

TABELA I

Anàlogamente, eis os investimentos necessários para *assentar* um parceleiro em Quatis, onde o período de desembôlso é de dois anos, para um montante total de 17 mil cruzeiros novos, admitindo, na passagem do primeiro para o segundo ano, um parceleiro adicional.

TABELA II

Dêsse modo, chega-se ao custo dos investimentos por unidade-parcela com valôres expressos em cruzeiros novos de 1967 (feitos, em cada ano, os ajustamentos necessários no nível de preços). Assim, torna-se possível estimar o impacto sôbre a taxa de investimento agrícola do *assentamento* — objetivo de um número *n* de parceleiros por ano, segundo um e outro modêlo.

Estudo publicado na *Revista Brasileira de Economia* de dezembro de 1967 estima tentativamente a taxa de investimento em capital fixo na agricultura brasileira em 13,4%. Retido êste percentual para efeito de argumentação e estimado o produto bruto da agricultura em 1967 ao nível de 14 914 268 (em mil cruzeiros novos), tem-se uma avaliação dos investimentos privados da agricultura, nesse ano, da ordem de .. 1 997 020 (em mil cruzeiros novos).

O confronto de qualquer objetivo de algum significado na dimensão do problema agrário brasileiro leva a uma só conclusão: o irrealismo de sua atual focalização.

Com efeito, tomando o objetivo modesto do assentamento de 30 mil parceleiros dentro do modêlo Alexandre Gusmão, os investimentos no primeiro ano representariam 11,2% dos investimentos de origem privada, praticados em 1967. Dentro do horizonte de seis anos, a incorporação anual de 30 mil parceleiros conduziria, ao cabo do período, quando o assentamento estaria ultimado sòmente para o primeiro lote de 30 mil beneficiários, a um volume de investimentos pràticamente igual ao nível dos investimentos agrícolas em capital fixo, em 1967.

No espaço de seis anos êsse modêlo significaria quase que dobrar a taxa de investimento em capital fixo.

Mesmo o modêlo Quatis, de horizonte de maturação muito mais curto (dois anos), produziria, se ampliado, para uma macroescala, forte impacto sôbre a taxa de investimento. Para 30 mil parceleiros o investimento em capital fixo no primeiro ano representaria 21,1%, e no segundo ano, 25,6%. Cumulativamente, no segundo ano (30 mil parceleiros ao fim do segundo ano e mais 30 mil para o primeiro ano) representariam 46,6% da taxa de investimento de origem privada.

É possível que a abordagem da reforma agrária pela via da colonização oficial tenda a sobrecarregar os investimentos com o custo das inversões fora da parcela. Assim, por exemplo, na perspectiva dinâmica, ao terminar o período de *assentamento* do primeiro parceleiro, segundo o modêlo de *Alexandre Gusmão* os gastos em *obras primárias*, *desenvolvimento agrícola* e *desenvolvimento comunitário* representam, pràticamente, o mesmo montante investido na atividade diretamente produtiva. Em Quatis a relação é bem mais baixa, mas, ainda assim, representa percentagem substancial das inversões feitas na parcela.

As confrontações anteriores assumem coloração mais dramática se os valôres do investimento em capital fixo, obtido a partir da expansão dos dois modelos aqui considerados, fôssem cotejados com as somas atribuídas à reforma agrária no Programa Estratégico de Desenvolvimento. Nas aplicações previstas para a agricultura, o subprograma *Colonização e Reforma Agrária* consigna os seguintes valôres, em milhões de cruzeiros novos de 1968:

1968	—	67,9
1969	—	122,2
1970	—	126,1

Se tôdas as somas destinadas à reforma agrária fôssem despendidas em capital fixo no triênio 1968/70, quando na verdade as aplicações também abrangem despesas correntes, ter-se-ia, no período, ao custo médio das inversões pàra o *assentamento* de uma unidade, segundo um e outro dos modelos aqui considerados:

	Parceleiros
Modêlo Alexandre Gusmão ..	19 400
Modêlo Quatis .	15 000

Dentro de um triênio, num e noutro esquema de colonização as possibilidades de financiamento ficam muito aquém do objetivo modesto dos 30 mil assentamentos anuais, utilizado para medir os efeitos dêsses esquemas sôbre a atual taxa de investimentos agrícolas em capital fixo.

Em têrmos da população, o número pontencial dos sem terra pode ser estimado a partir de dados do último censo demográfico, em côrca de 4,6 milhões de indivíduos. Se não se cogitasse, desde logo, em redistribuir terras a trabalhadores permanentes, parceiros e arrendatários, mas, tão-só, regular e controlar as relações estabelecidas entre êstes e os proprietários, como previsto no Estatuto da Terra, subsistiria um resíduo de 2 milhões de indivíduos potencialmente candidatos ao uso, posse e propriedade da terra. Mesmo que se introduzissem novas qualificações sôbre o espírito de iniciativa e a capacidade empresarial, êsse número, ainda que sujeito a uma nova e importante redução, dá uma idéia aproximada da dimensão humana do problema agrário no Brasil. Diante disso só se pode chegar a uma conclusão inescapável. Com os recursos atualmente apropriados para a reforma agrária e o modo pelo qual os investimentos são abordados nos esquemas de colonização trata-se de um projeto inviável, se convenientemente tratado em sua escala nacional.

TABELA II
Investimentos Necessários para Assentar 1 Parceleiro por Ano (NCr$)

Especificação	*Investimentos em cada ano* 1.º ano	2.º ano	*Investimentos acumulados* 1.º ano	2.º ano
Terra Nua	632	632	632	1 264
Obras Primárias	1 406	1 866	1 406	3 272
Desenvolvimento Agrícola	1 485	2 202	1 485	3 687
Desenvolvimento Comunitário	2 041	2 041	2 041	4 082
Administração	1 149	2 299	1 149	3 448
Inversões na Parcela	9 090	10 903	9 090	20 002
TOTAL	15 813	19 943	15 813	35 755
Total (exclusive Terra Nua e Administração)	14 031	17 012	14 031	31 043

Nota: — Êste artigo foi escrito antes que o Govêrno desse a conhecer o relatório do Grupo Especial de Trabalho que, sob a presidência do Ministro da Agricultura, tratou de reformular o encaminhamento da reforma. Subsiste, contudo, a impressão do autor que a aceleração da reforma depende muito mais de decisão do Govêrno e operosidade administrativa do que de novas mudanças institucionais, alterando o Estatuto da Terra.

TABELA I
Investimentos Necessários para Assentar 1 Parceleiro por Ano (NCr$)

Especificação	*Investimentos em cada ano* 1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	*Investimentos acumulados em fim de cada ano* 1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano
Obras Primárias	2 074	2 083	2 092	2 092	2 092	2 092	2 074	4 157	6 249	8 341	10 433	12 525
Desenvolvimento Agrícola	420	797	951	951	951	951	420	1 217	2 168	3 119	4 070	5 021
Desenvolvimento Comunitário	2 117	2 246	2 307	2 307	2 307	2 307	247	4 363	6 670	8 977	11 284	13 591
Inversões na Parcela	2 315	4 248	5 033	5 067	7 148	7 642	2 851	7 099	12 132	18 199	25 347	32 989
TOTAL	7 462	9 274	10 383	11 417	12 498	12 992	7 462	16 836	27 219	38 636	51 134	64 126

CRÉDITO RURAL

M. COUTINHO DOS SANTOS
Diretor-Geral do ISEO

O Crédito Agrícola ou Rural, estimado como instrumento de Govêrno para propiciar, no Brasil, o Desenvolvimento de sua agricultura, pode ser apreciado através do exame da mais recente legislação e, também, do das normas baixadas pelo Banco Central, respeitantes ao assunto. Por aí se vê como tem agido o Estado para captar Recursos na economia nacional ou alhures e drená-los, por intermédio das operações creditícias, para o Setor Agrícola objetivando, simultâneamente, o fortalecimento dêste setor, a expansão de sua economia e o **bem-estar do povo** (1) ou numa expressão única, objetivando o Desenvolvimento da Agricultura e o da comunidade nacional.

A legislação referida não é muito numerosa e pode admitir-se como seu marco inicial o Ato do Poder Executivo que criou, em 1965, o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria — Funagri (2). Êsse Fundo, instituído no Banco Central com a finalidade precípua de "prover de recursos para o financiamento das necessidades da Indústria e da Agricultura" incorporou vários outros já existentes, a saber: a) o Nacional de Refinanciamento Rural (3); b) o de Democratização do Capital das Emprêsas (4); c) o de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (5) e d) o de Financiamento de Projetos e Programas (6).

O Ato criador do Funagri representa, no tocante ao Crédito Agrícola, apreciável esfôrço do Poder Público para melhorar a sistemática dêsse Crédito entre nós e consolidar a sua disciplina Entretanto, o Ato em referência, por sua origem e natureza, não possuía tôdas as condições requeridas para conferir ao Crédito Agrícola, com vistas ao Desenvolvimento não só da Agricultura mas, também, ao global do país, as características de um sistema realmente atuante e dotado de uma disciplina, uniforme em suas aplicações na área da agropecuária ou na da comercialização de seus produtos. Em razão do que precede e, também, para sanar deficiências e consolidar a Política de Crédito Agrícola do país, surgiu, com pouco mais de dois meses de vigência do Decreto n.º 56 853, que criou o Funagri, a Lei n.º 4 829, de 5-XI-965, que "Institucionalizou o Crédito Rural."

Com efeito, a Lei n.º 4 829, em referência, ao dispor sôbre as normas capazes e necessárias para definir, estruturar, organizar e implantar, pela primeira vez entre nós, o Sistema Nacional de Crédito Rural e, do mesmo passo, determinar e especificar os Recursos destinados a essa modalidade creditícia e, ainda, as Fontes provisoras dêsses Recursos e, também, estabelecer a disciplina processual das transações creditórias rurais em quaisquer áreas da agropecuária existente no território nacional, colocava, de fato, em mãos ou ao alcance da classe empresarial agrícola e de seus financiadores, os instrumentos hábeis e bastantes para dinamizar as atividades do Setor Agrícola, expandir a sua Produção e, por via de conseqüência, lhe impulsionar o Desenvolvimento e a completa integração no processo de crescimento global em que se empenha o país.

Os demais Atos (7), todos posteriores à citada Lei n.º 4 829 e versando assuntos pertinentes ao Crédito Agrícola, são regulamentadores de sua sistemática, emergiram e certamente emergirão ainda, na medida em que a prática da Lei n.º 4 829, citada, mostrar a sua conveniência ou necessidade.

A Lei em aprêço e o Decreto n.º 58 380, de 10-V-966, que a regulamentou, são, de certo modo e tendo em vista os reflexos sociais e econômicos que devem produzir, muito recentes para que, de suas aplicações e implicações se possam tirar conclusões válidas e definitivas sôbre o mérito ou demérito da Política de Crédito Agrícola que, através dêles, se implantou no país. Contudo, os poucos anos de sua vigência denotaram aspectos negativos, passível de correção, e detalhes positivos, dignos de encômios. Não obstante, e para um julgamento mais equânime de suas virtualidades ou de suas falhas, há que ponderar que faltam, ainda:

I — uma experiência mais ampla da nova sistemática que se implantou no país com a vigência da Lei n.º 4 829 e a do Decreto n.º 58 380, mormente considerando-se a extensão continental do mesmo e a desuniformidade das práticas agropecuárias que nêle se usam;

II — um perfeito e completo ajustamento entre tôdas as instituições componentes do Sistema Nacional de Crédito Rural ou a êle vinculadas;

III — uma completa adaptação ou readaptação estrutural, de cada instituição, de per si, componente do Sistema Nacional de Crédito Rural ou vinculada a êle, à nova sistemática do Crédito Agrícola.

Além do que apontamos, convém ressaltar, como óbices antepostos à plena execução da Política de Crédito Agrícola:

a — os vícios estruturais da antiquada organização agrária ainda predominante em extensas áreas do país e, bem assim, os defeitos reinantes na Produção Agrícola brasileira e da sua Comercialização;

b — o insuficiente, e quase generalizado, desconhecimento que possui o pequeno produtor rural, do Crédito Agrícola Institucionalizado e de como consegui-lo;

c — a bem pouco disseminada assistência e orientação técnica agroeconômica ao Crédito Agrícola, etc.

Apesar de tôdas as carências e dificuldades podemos afirmar que a Política de Crédito Agrícola, implantada no país em conseqüência da legislação citada, tem sido benéfica ao Produtor e à Produção Rurais; a julgar, sobretudo, pelos acréscimos verificados nesta Produção que, tomado o ano de 1953 como base, atingiu em 1964 o índice 173 e, em 1968, o de 203 (8).

Certamente ainda estamos longe da meta desejada, qual seja a do integral Desenvolvimento da Agricultura e do Meio Rural brasileiros. Mas, êsse Desenvolvimento é função de muitas variáveis, das quais várias são alheias e completamente independentes da Política de Crédito Agrícola. De resto, êsse Desenvolvimento, pelas transformações que impõe ou suscita, demanda um lapso de tempo consideràvelmente maior do que o já transcorrido pela vigência da principal legislação sôbre Crédito Rural e sua Política de distribuição.

O que é incontestável e merece registro encomiástico é o fato de que a Agricultura de hoje conta com uma massa de Recursos de Capital que lhe é canalizada por intermédio do Crédito Agrícola, como jamais obteve no passado.

Com efeito, e como ilustração de nossa assertiva, basta-nos verificar a programação de Recursos Financeiros consignados para o Crédito Agrícola, no triênio 1968-1970, pelo Ministério da Agricultura, para nos capacitarmos da seriedade de propósitos do Govêrno em relação ao Desenvolvimento de nossa Agricultura. Os Recursos em referência, distribuídos para tôda a área agropecuária do país foram da ordem de 1 288 956,8 milhares de cruzeiros novos em 1968, devendo atingir neste exercício de 1969 a cifra de 1 400 225,8 milhares de cruzeiros novos e, no seguinte, de 1970 a magnitude de 1 548 686,5 milhares de cruzeiros novos perfazendo, em todo o triênio o expressivo montante de 4 237 869,1 milhares de cruzeiros novos (9). Isto, em comparação com o passado, representa um esfôrço enorme da economia do país para soerguer a sua Agricultura, todavia, em confronto com o que se deve realizar para atender a totalidade do que necessita o Setor Agropecuário para remodelar-se integralmente, é insuficiente ainda. Convenhamos, entretanto, que a Política de Crédito Agrícola, que tornou efetiva a programação dos Recursos mencionados acima, requer, apenas continuidade, para concretizar, em prazo razoável, o que todos almejamos: — o Desenvolvimento da Agricultura.

Para finalizar, diremos, ainda, e como nossas conclusões, que o Crédito Agrícola como expressão de uma Política a Serviço do Desenvolvimento da Agricultura Brasileira deve, através dessa mesma Política e para atingir os seus elevados objetivos:

I — conceder a necessária ênfase aos Recursos destinados aos Investimentos e discriminar, entre êstes, aquêles que forem realmente necessários, escalonando-os, então, por ordem de prioridade;

II — ao encaminhar para a Produção Agropecuária, Recursos destinados ao Custeio, fazê-lo em conexão com um programa de assistência e orientação técnica agroeconômica, no qual se inscrevam, entre outros os seguintes itens:

1 — utilização de Mão-de-Obra especializada em assuntos agrícolas;

2 — aquisição de fertilizantes, de pesticidas, de fungicidas e de quaisquer outros defensivos das culturas agropecuárias;

3 — obtenção de sementes e de mudas selecionadas: No tocante às sementes se deve exigir, também, que elas sejam dotadas de:

a — elevado grau de pureza;
b — alto poder germinativo;
c — grande rendimento cultural.

4 — Compra de animais, para a exploração pecuária, que sejam — possuidores de apurado padrão zootécnico;

5 — aquisição de forragens e de concentrados alimentícios, para os gados em exploração, que sejam comprovada e reconhecidamente ricos em elementos nutritivos;

III — Quando se destinar ao provimento de Recursos, para as operações de Comercialização dos produtos agropecuários, se vincular à Política Geral de Preços vigentes em tôda a economia;

IV — imprimir às operações creditórias:

1 — rapidez e simplificação;
2 — reduzidos custos operacionais;
3 — razoáveis amortizações nos financiamentos de longo prazo;
4 — taxas módicas de juros de descontos e de redescontos;
5 — a máxima garantia através do Seguro do Crédito e da Produção Rurais;

V — promover um completo e perfeito ajustamento entre tôdas as instituições componentes do Sistema Nacional de Crédito Rural e das que lhe são vinculadas;

VI — incentivar as Fontes Provisórias e distribuidoras de Recursos Financeiros para o, ou através do, Crédito Agrícola a se adaptarem às funções e características peculiares da nova sistemática implantada no país para êsse tipo de Crédito;

VII — informar, orientar e instruir os pequeno e médio produtores agropecuários sôbre a Institucionalização do Crédito destinado às suas atividades específicas, as vantagens que possui e como e onde consegui-lo;

VIII — ainda, considerando tudo o que foi exposto e mais que os Recursos previstos e determinados em lei (10), para aplicação específica em Crédito Rural, são de ordem elevada (3 116 milhões de cruzeiros novos aplicados em 1967) e com acentuada tendência para crescer de ano para ano e que a disciplina das operações creditícias agropecuárias ganharia em objetividade e coerência se se verificasse a concentração dos citados Recursos em Instituição própria, envidar esforços para que o Govêrno crie, sem prejuízo das funções normativas cabíveis ao Banco Central, o Banco Nacional de Crédito Rural, com a finalidade precípua de executar, no país, a Política Creditória Agrícola — que lhe pareça mais consentânea com a realidade nacional e mais adequada a propiciar o Desenvolvimento de nossa Agricultura. (11)

---

(1) Cfr. Lei n.º 4 829, de 5-XI-1965 — Art. 1.º

(2) Cfr. Decreto n.º 56 835, de 3-IX-965, Arts. 1.º e 4.º

(3) Criado pelo Decreto n.º 54 019, de 14-VII-964

(4) Criado pelo Decreto n.º 54 005, de 6-VIII-964

(5) Criado pelo Decreto n.º 55 275, de 22-XII-964

(6) Criado pelo Decreto n.º 55 820, de 8-III-965.

(7) Decretos n.ºs 58 380, de 10-V-66; 62 141, de 18-I-68; Decreto-Lei n.º 167, de 14-II-67.

(8) Cfr. F.G.V. — **Conjuntura Econômica** — Ano XXII — n.º 10 — outubro 1968 — Rio de Janeiro.

(9) Cfr. Ministério da Agricultura — Carta de Brasília, Ano II, Anexos II, III, IV, V e VI — Brasília, 1967/68.

(10) Cfr. Lei n.º 4 829, de 5-XI-65, arts. 15 a 22.

(11) Há um projeto de lei sôbre o assunto, encaminhado pelo ISED à Presidência da República.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A REFORMA DA AGRICULTURA

JULIAN MAGALHÃES CHACEL

Com a promulgação do Estatuto da Terra, as bases institucionais para levar a cabo a reforma agrária foram lançadas. A faculdade de expropriar terras sem prévia indenização em dinheiro e a utilização de um sistema de taxação progressiva para modificar a relação da propriedade rural constituem medidas objetivas, no rumo da reforma.

Se passados mais de três anos da promulgação do Estatuto os resultados alcançados são pouco animadores, isto se deve mais à abordagem dada ao problema do que a insuficiências institucionais (ressalvado, talvez, o caso da justiça agrária, ainda não existente).

Parece difícil imaginar que qualquer revisão que se faça agora no encaminhamento da reforma possa, no domínio institucional, conter algum elemento de inovação. A revisão, que se faz urgentemente necessária, deveria confinar-se no modo de focalizar a reforma. Em têrmos da abordagem do problema, três pontos merecem concentrar a atenção crítica.

a) o conceito de reforma agrária integral;
b) a definição de áreas prioritárias;
c) a ênfase nos investimentos em capital fixo.

O conceito de reforma agrária integral foi introduzido na literatura especializada sôbre a matéria, a partir da experiência venezuelana. Para distinguir da concepção de reforma agrária praticada no mundo socialista que se circunscreve a expropriar a terra como fator de produção, a reforma integral significa um esquema redistributivo dos imóveis rurais *simultâneamente acompanhado* de um largo espectro de medidas de política agrícola, que vão desde a regulação das relações de trabalho até a assistência técnica e creditícia. É possível que no contexto venezuelano a obediência estrita ao conceito de reforma agrária integral faça sentido, pois a reforma agrária nesse país está indissolùvelmente ligada ao desenvolvimento agrícola e à necessidade de diminuir o coeficiente de importação de alimentos. Mas convém não esquecer que em função das exportações de petróleo, êsse país tem a renda *per capita* mais elevada de tôda a América Latina e não conhece problemas de balanço de pagamentos. Em outros países onde o problema é de expansão do mercado interno pela incorporação de grande parte da população rural a uma economia de mercado, a pressão sôbre os recursos reais (que não pode ser solucionada pela via da importação) e financeiros, implícita na reforma integral, tem sido a explicação maior para a lentidão do processo. A reforma agrária integral desvia o foco da atenção do elemento primordial que é o acesso à terra.

Parece evidente que, nessas condições, os métodos de implementação da reforma têm de ser mais modestos. Não se trata aqui de sugerir a regressão ao modêlo socialista. Pareceria viável, contudo, que, a partir de diagnósticos regionais do problema agrário, e uma vez concedido o acesso à terra, *fôssem hierarquizados os fatôres limitativos da produção* e que a ação do Govêrno se concentrasse, em cada caso, em suprir, *apenas*, o elemento carente de maior poder explicativo para a expansão da renda do beneficiário da reforma. Numa área, com a terra, seria concedida a assistência técnica; em outra, com a terra, viria um esquema de comercialização.

O país assistiu, a partir do Estatuto da Terra, ao exercício da pressão política para declarar vastas áreas do território nacional *prioritárias* para a reforma agrária. Todo o Estado do Ceará é hoje área prioritária. O mesmo acontece com vastas áreas do Estado de Minas Gerais e todo o Estado do Rio Grande do Sul. Com isso multiplicam-se as solicitações para a realização de projetos, não de reforma, mas de desenvolvimento agrícola, motivados por interêsses paroquiais. E o IBRA perde não só perspectiva, mas, o que é pior, a iniciativa do processo.

Se a reforma agrária deve ser um processo efetivo de modificação nas relações de propriedade no quadro rural, a atenção do organismo encarregado de reforma não pode diluir-se no espaço geográfico nacional, para agir, ou deixar de agir, de modo reflexo, ao sabor de designios e aspirações puramente locais.

Há três áreas do Brasil nas quais a reforma poderia concentrar-se prioritàriamente: litoral e mata no Nordeste, o vale do Paraíba e a região do Banhado do Colégio, no Rio Grande do Sul.

No Nordeste, e mais especialmente em Pernambuco, a escolha é óbvia. Já faz parte do registro histórico a tensão social da região; a lavoura canavieira não tem condições competitivas com São Paulo e Paraná e a intensificação da vida urbana promovida pelos incentivos fiscais está a clamar por uma diversificação de cultivos, que poderia vir no bôjo da reforma. O vale do Paraíba é sob muitos aspectos região de agricultura em declínio e, por isso mesmo, com terras de baixo coeficiente de uso. Mas é ao mesmo tempo a região que adjacente aos dois principais centros urbanos do país permitiria diversificação de cultivos com investimentos marginais numa estrutura de comercialização de produtos agrícolas. Não há muito sentido em praticar a reforma onde não há mercado.

No Rio Grande do Sul, a pressão populacional sôbre a terra, em conseqüência do minifúndio, tem provocado, como todos sabem, as migrações no rumo norte, que entram hoje pelo Estado de Mato Grosso. Não obstante há terras férteis no próprio Rio Grande, recuperadas para a exploração agropastoril através de investimentos públicos, isto é, com as poupanças de todos nós. Pareceria mais razoável reorientar parte do fluxo migratório espontâneo para um deslocamento dirigido intra-estado, do que deixar as terras de campo do Banhado do Colégio entregues ao pastoreio numa área que terá, fatalmente, de caminhar para uma pecuária em regime de semiconfinamento.

Talvez como corolário do conceito de reforma integral, constata-se nos projetos de colonização até agora empreendidos pelo IBRA ênfase demasiada nos investimentos em capital fixo. Se a reforma agrária é um processo de massa, dificilmente a experiência colhida nos projetos até aqui iniciados pode ser extrapolada para uma escala quase nacional. A prova disso está no próprio número de parceleiros a assentar, o qual, antes da revisão da reforma que o Govêrno está empreendendo, cifrava-se em .... 27 mil parceleiros sôbre um período de três anos. Uma gôta de água no oceano da reforma, incapaz de compensar, nesse período, sequer o crescimento vegetativo dos sem terra!

Em sua formulação original, dois projetos do IBRA são retidos neste escrito como casos para estudo sôbre a excessiva importância do capital fixo nos atuais esquemas de reforma. O projeto do núcleo colonial de Alexandre Gusmão, na área prioritária de Brasília, e o do Distrito de Quatis, em Pernambuco, são modelos distintos de projetos de colonização, com esquemas de financiamento diferenciados.

Em Alexandre Gusmão, o horizonte do fluxo de desembolsos é de seis anos e o total dos investimentos por parceleiros da ordem de 13,2 mil cruzeiros novos. Admitindo que, nesse horizonte, um nôvo parceleiro fôsse *assentado* a cada ano do período necessário para ultimar a instalação do primeiro beneficiário, eis o montante dos investimentos necessários.

TABELA I

Anàlogamente, eis os investimentos necessários para *assentar* um parceleiro em Quatis, onde o período de desembôlso é de dois anos, para um montante total de 17 mil cruzeiros novos, admitindo, na passagem do primeiro para o segundo ano, um parceleiro adicional.

TABELA II

Dêsse modo, chega-se ao custo dos investimentos por unidade-parcela com valôres expressos em cruzeiros novos de 1967 (feitos, em cada ano, os ajustamentos necessários no nível de preços). Assim, torna-se possível estimar o impacto sôbre a taxa de investimento agrícola do *assentamento* — objetivo de um número n de parceleiros por ano, segundo um e outro modêlo.

Estudo publicado na *Revista Brasileira de Economia* de dezembro de 1967 estima tentativamente a taxa de investimento em capital fixo na agricultura brasileira em 13,4%. Retido êste percentual para efeito de argumentação e estimado o produto bruto da agricultura em 1967 ao nível de 14 914 268 (em mil cruzeiros novos), tem-se uma avaliação dos investimentos privados da agricultura, nesse ano, da ordem de .. 1 997 020 (em mil cruzeiros novos).

O confronto de qualquer objetivo de algum significado na dimensão do problema agrário brasileiro leva a uma só conclusão: o irrealismo de sua atual focalização.

Com efeito, tomando o objetivo modesto do assentamento de 30 mil parceleiros dentro do modêlo Alexandre Gusmão, os investimentos no primeiro ano representariam 11,2% dos investimentos de origem privada, praticados em 1967. Dentro do horizonte de seis anos, a incorporação anual de 30 mil parceleiros conduziria, ao cabo do período, quando o assentamento estaria ultimado sòmente para o primeiro lote de 30 mil beneficiários, a um volume de investimentos pràticamente igual ao nível dos investimentos agrícolas em capital fixo, em 1967.

No espaço de seis anos êsse modêlo significaria quase que dobrar a taxa de investimento em capital fixo.

Mesmo o modêlo Quatis, de horizonte de maturação muito mais curto (dois anos), produziria, se ampliado, para uma macroescala, forte impacto sôbre a taxa de investimento. Para 30 mil parceleiros o investimento em capital fixo no primeiro ano representaria 21,1%, e no segundo ano, 25,6%. Cumulativamente, no segundo ano (30 mil parceleiros ao fim do segundo ano e mais 30 mil para o primeiro ano) representariam 46,6% da taxa de investimento de origem privada.

É possível que a abordagem da reforma agrária pela via da colonização oficial tenda a sobrecarregar os investimentos com o custo das inversões fora da parcela. Assim, por exemplo, na perspectiva dinâmica, ao terminar o período de *assentamento* do primeiro parceleiro, segundo o modêlo de *Alexandre Gusmão* os gastos em *obras primárias*, *desenvolvimento agrícola* e *desenvolvimento comunitário* representam, pràticamente, o mesmo montante investido na atividade diretamente produtiva. Em Quatis a relação é bem mais baixa, mas, ainda assim, representa percentagem substancial das inversões feitas na parcela.

As confrontações anteriores assumem coloração mais dramática se os valôres do investimento em capital fixo, obtido a partir da expansão dos dois modelos aqui considerados, fôssem cotejados com as somas atribuídas à reforma agrária no Programa Estratégico de Desenvolvimento. Nas aplicações previstas para a agricultura, o subprograma *Colonização e Reforma Agrária* consigna os seguintes valôres, em milhões de cruzeiros novos de 1968:

1968	—	67,9
1969	—	122,2
1970	—	126,1

Se tôdas as somas destinadas à reforma agrária fôssem despendidas em capital fixo no triênio 1968/70, quando na verdade as aplicações também abrangem despesas correntes, ter-se-ia, no período, ao custo médio das inversões para o *assentamento* de uma unidade, segundo um e outro dos modelos aqui considerados:

	Parceleiros
Modêlo Alexandre Gusmão ..	19 400
Modêlo Quatis .	15 000

Dentro de um triênio, num e noutro esquema de colonização as possibilidades de financiamento ficam muito aquém do objetivo modesto dos 30 mil assentamentos anuais, utilizado para medir os efeitos dêsses esquemas sôbre a atual taxa de investimentos agrícolas em capital fixo.

Em têrmos da população, o número pontencial dos sem terra pode ser estimado a partir de dados do último censo demográfico, em cêrca de 4,6 milhões de indivíduos. Se não se cogitasse, desde logo, em redistribuir terras a trabalhadores permanentes, parceiros e arrendatários, mas, tão-só, regular e controlar as relações estabelecidas entre êstes e os proprietários, como previsto no Estatuto da Terra, subsistiria um resíduo de 2 milhões de indivíduos potencialmente candidatos ao uso, posse e propriedade da terra. Mesmo que se introduzissem novas qualificações sôbre o espírito de iniciativa e a capacidade empresarial, êsse número, ainda que sujeito a uma nova e importante redução, dá uma idéia aproximada da dimensão humana do problema agrário no Brasil. Diante disso só se pode chegar a uma conclusão inescapável. Com os recursos atualmente apropriados dara a reforma agrária e o modo pelo qual os investimentos são abordados nos esquemas de colonização trata-se de um projeto inviável, se convenientemente tratado em sua escala nacional.

TABELA II
Investimentos Necessários para Assentar 1 Parceleiro por Ano (NCr$)

Especificação	Investimentos em cada ano 1.º ano	2.º ano	Investimentos acumulados 1.º ano	2.º ano
Terra Nua	632	632	632	1 264
Obras Primárias	1 406	1 866	1 406	3 272
Desenvolvimento Agrícola	1 485	2 202	1 485	3 687
Desenvolvimento Comunitário	2 041	2 041	2 041	4 082
Administração	1 149	2 299	1 149	3 448
Inversões na Parcela	9 099	10 903	9 099	20 002
TOTAL	15 813	19 943	15 813	35 755
Total (exclusive Terra Nua e Administração)	14 031	17 012	14 031	31 043

Nota: — Êste artigo foi escrito antes que o Govêrno desse a conhecer o relatório do Grupo Especial de Trabalho que, sob a presidência do Ministro da Agricultura, tratou de reformular o encaminhamento da reforma. Subsiste, contudo, a impressão do autor que a aceleração da reforma depende muito mais de decisão do Govêrno e operosidade administrativa do que de novas mudanças institucionais, alterando o Estatuto da Terra.

TABELA I
Investimentos Necessários para Assentar 1 Parceleiro por Ano (NCr$)

Especificação	Investimentos em cada ano 1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	Investimentos acumulados em fim de cada ano 1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano
Obras Primárias	2 074	2 083	2 092	2 092	2 092	2 092	2 074	4 157	6 249	8 341	10 433	12 525
Desenvolvimento Agrícola	420	797	951	951	951	951	420	1 217	2 168	3 119	4 070	5 021
Desenvolvimento Comunitário	2 117	2 246	2 307	2 307	2 307	2 307	247	4 363	6 670	8 977	11 284	13 591
Inversões na Parcela	2 815	4 248	5 033	5 067	7 148	7 642	2 851	7 099	12 132	18 199	25 347	32 989
TOTAL	7 462	9 274	10 383	11 417	12 498	12 992	7 462	16 836	27 219	38 636	51 134	64 126

CRÉDITO RURAL

M. COUTINHO DOS SANTOS
Diretor-Geral do ISEO

O Crédito Agrícola ou Rural, estimado como instrumento de Govêrno para propiciar, no Brasil, o Desenvolvimento de sua agricultura, pode ser apreciado através do exame da mais recente legislação e, também, do das normas baixadas pelo Banco Central, respeitantes ao assunto. Por aí se vê como tem agido o Estado para captar Recursos na economia nacional ou alhures e drená-los, por intermédio das operações creditícias, para o Setor Agrícola objetivando, simultâneamente, o fortalecimento dêste setor, a expansão de sua economia e o **bem-estar do povo** (1) ou numa expressão única, objetivando o Desenvolvimento da Agricultura e o da comunidade nacional.

A legislação referida não é muito numerosa e pode admitir-se como seu marco inicial o Ato do Poder Executivo que criou, em 1965, o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria — Funagri (2). Êsse Fundo, instituído no Banco Central com a finalidade precípua de "prover de recursos para o financiamento das necessidades da Indústria e da Agricultura" incorporou vários outros já existentes, a saber: a) o Nacional de Refinanciamento Rural (3); b) o de Democratização do Capital das Emprêsas (4); c) o de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (5) e d) o de Financiamento de Projetos e Programas (6).

O Ato criador do Funagri representa, no tocante ao Crédito Agrícola, apreciável esfôrço do Poder Público para melhorar a sistemática dêsse Crédito entre nós e consolidar a sua disciplina Entretanto, o Ato em referência, por sua origem e natureza, não possuía tôdas as condições requeridas para conferir ao Crédito Agrícola, com vistas ao Desenvolvimento não só da Agricultura mas, também, ao global do país, as características de um sistema realmente atuante e dotado de uma disciplina,, uniforme em suas aplicações na área da agropecuária ou na da comercialização de seus produtos. Em razão do que precede e, também, para sanar deficiências e consolidar a Política de Crédito Agrícola do país, surgiu, com pouco mais de dois meses de vigência do Decreto n.º 56 853, que criou o Funagri, a Lei n.º 4 829, de 5-XI-965, que "Institucionalizou o Crédito Rural."

Com efeito, a Lei n.º 4 829, em referência, ao dispor sôbre as normas capazes e necessárias para definir, estruturar, organizar e implantar, pela primeira vez entre nós, o Sistema Nacional de Crédito Rural e, do mesmo passo, determinar e especificar os Recursos destinados a essa modalidade creditícia e, ainda, as Fontes provisoras dêsses Recursos e, também, estabelecer a disciplina processual das transações creditórias rurais em quaisquer áreas da agropecuária existente no território nacional, colocava, de fato, em mãos ou ao alcance da classe empresarial agrícola e de seus financiadores, os instrumentos hábeis e bastantes para dinamizar as atividades do Setor Agrícola, expandir a sua Produção e, por via de conseqüência, lhe impulsionar o Desenvolvimento e a completa integração no processo de crescimento global em que se empenha o país.

Os demais Atos (7), todos posteriores à citada Lei n.º 4 829 e versando assuntos pertinentes ao Crédito Agrícola, são regulamentadores de sua sistemática, emergiram e certamente emergirão ainda, na medida em que a prática da Lei n.º 4 829, citada, mostrar a sua conveniência ou necessidade.

A Lei em aprêço e o Decreto n.º 58 380, de 10-V-966, que a regulamentou, são, de certo modo e tendo em vista os reflexos sociais e econômicos que devem produzir, muito recentes para que, de suas aplicações e implicações se possam tirar conclusões válidas e definitivas sôbre o mérito ou demérito da Política de Crédito Agrícola que, através dêles, se implantou no país. Contudo, os poucos anos de sua vigência denotaram aspectos negativos, passível de correção, e detalhes positivos, dignos de encômios. Não obstante, e para um julgamento mais equânime de suas virtualidades ou de suas falhas, há que ponderar que faltam, ainda:

I — uma experiência mais ampla da nova sistemática que se implantou no país com a vigência da Lei n.º 4 829 e a do Decreto n.º 58 380, mormente considerando-se a extensão continental do mesmo e a desuniformidade das práticas agropecuárias que nele se usam;

II — um perfeito e completo ajustamento entre tôdas as instituições componentes do Sistema Nacional de Crédito Rural ou a êle vinculadas;

III — uma completa adaptação ou readaptação estrutural, de cada instituição, de per si, componente do Sistema Nacional de Crédito Rural ou vinculada a êle, à nova sistemática do Crédito Agrícola.

Além do que apontamos, convém ressaltar, como óbices antepostos à plena execução da Política de Crédito Agrícola:

a — os vícios estruturais da antiquada organização agrária ainda predominante em extensas áreas do país e, bem assim, os defeitos reinantes na Produção Agrícola brasileira e da sua Comercialização;

b — o insuficiente, e quase generalizado, desconhecimento que possui o pequeno produtor rural, do Crédito Agrícola Institucionalizado e de como consegui-lo;

c — a bem pouco disseminada assistência e orientação técnica agroeconômica ao Crédito Agrícola, etc.

Apesar de tôdas as carências e dificuldades podemos afirmar que a Política de Crédito Agrícola, implantada no país em conseqüência da legislação citada, tem sido benéfica ao Produtor e à Produção Rurais; a julgar, sobretudo, pelos acréscimos verificados nesta Produção que, tomado o ano de 1953 como base, atingiu em 1964 o índice 173 e, em 1968, o de 203 (8).

Certamente ainda estamos longe da meta desejada, qual seja a do integral Desenvolvimento da Agricultura e do Meio Rural brasileiros. Mas, êsse Desenvolvimento é função de muitas variáveis, das quais várias são alheias e completamente independentes da Política de Crédito Agrícola. De resto, êsse Desenvolvimento, pelas transformações que impõe ou suscita, demanda um lapso de tempo consideràvelmente maior do que o já transcorrido pela vigência da principal legislação sôbre Crédito Rural e sua Política de distribuição.

O que é incontestável e merece registro encomiástico é o fato de que a Agricultura de hoje conta com uma massa de Recursos de Capital que lhe é canalizada por intermédio do Crédito Agrícola, como jamais obteve no passado.

Com efeito, e como ilustração de nossa assertiva, basta-nos verificar a programação de Recursos Financeiros consignados para o Crédito Agrícola, no triênio 1968-1970, pelo Ministério da Agricultura, para nos capacitarmos da seriedade de propósitos do Govêrno em relação ao Desenvolvimento de nossa Agricultura. Os Recursos em referência, distribuídos para tôda a área agropecuária do país foram da ordem de 1 238 956,8 milhares de cruzeiros novos em 1968, devendo atingir neste exercício de 1969 a cifra de 1 400 225,8 milhares de cruzeiros novos e, no seguinte, de 1970 a magnitude de 1 548 686,5 milhares de cruzeiros novos perfazendo, em todo o triênio o expressivo montante de 4 237 869,1 milhares de cruzeiros novos (9). Isto, em comparação com o passado, representa um esfôrço enorme da economia do país para soerguer a sua Agricultura, todavia, em confronto com o que se deve realizar para atender a totalidade do que necessita o Setor Agropecuário para remodelar-se integralmente, é insuficiente ainda. Convenhamos, entretanto, que a Política de Crédito Agrícola, que tornou efetiva a programação dos Recursos mencionados acima, requer, apenas continuidade, para concretizar, em prazo razoável, o que todos almejamos: — o Desenvolvimento da Agricultura.

Para finalizar, diremos, ainda, e como nossas conclusões, que o Crédito Agrícola como expressão de uma Política a Serviço do Desenvolvimento da Agricultura Brasileira deve, através dessa mesma Política e para atingir os seus elevados objetivos:

I — conceder a necessária ênfase aos Recursos destinados aos Investimentos e discriminar, entre êstes, aquêles que forem realmente necessários, escalonando-os, então, por ordem de prioridade;

II — ao encaminhar para a Produção Agropecuária, Recursos destinados ao Custeio, fazê-lo em conexão com um programa de assistência e orientação técnica agroeconômica, no qual se inscrevam, entre outros os seguintes itens:

1 — utilização de Mão-de-Obra especializada em assuntos agrícolas;

2 — aquisição de fertilizantes, de pesticidas, de fungicidas e de quaisquer outros defensivos das culturas agropecuárias;

3 — obtenção de sementes e de mudas selecionadas. No tocante às sementes se deve exigir, também, que elas sejam dotadas de:

a — elevado grau de pureza;
b — alto poder germinativo;
c — grande rendimento cultural.

4 — Compra de animais, para a exploração pecuária, que sejam — possuidores de apurado padrão zootécnico;

5 — aquisição de forragens e de concentrados alimentícios, para os gados em exploração, que sejam comprovada e reconhecidamente ricos em elementos nutritivos;

III — Quando se destinar ao provimento de Recursos, para as operações de Comercialização dos produtos agropecuários, se vincular à Política Geral de Preços vigentes em tôda a economia;

IV — imprimir às operações creditórias:

1 — rapidez e simplificação;
2 — reduzidos custos operacionais;
3 — razoáveis amortizações nos financiamentos de longo prazo;
4 — taxas módicas de juros de descontos e de redescontos;
5 — a máxima garantia através do Seguro do Crédito e da Produção Rurais;

V — promover um completo e perfeito ajustamento entre tôdas as instituições componentes do Sistema Nacional de Crédito Rural e das que lhe são vinculadas;

VI — incentivar as Fontes Provisórias e distribuidoras de Recursos Financeiros para o, ou através do, Crédito Agrícola a se adaptarem às funções e características peculiares da nova sistemática implantada no país para êsse tipo de Crédito;

VII — informar, orientar e instruir os pequeno e médio produtores agropecuários sôbre a Institucionalização do Crédito destinado às suas atividades específicas, as vantagens que possui e como e onde consegui-lo;

VIII — ainda, considerando tudo o que foi exposto e mais que os Recursos previstos e determinados em lei (10), para aplicação específica em Crédito Rural, são de ordem elevada (3 116 milhões de cruzeiros novos aplicados em 1967) e com acentuada tendência para crescer de ano para ano e que a disciplina das operações creditícias agropecuárias ganharia em objetividade e coerência se se verificasse a concentração dos citados Recursos em instituição própria, envidar esforços para que o Govêrno crie, sem prejuízo das funções normativas cabíveis ao Banco Central, o Banco Nacional de Crédito Rural, com a finalidade precípua de executar, no país, a Política Creditória Agrícola — que lhe pareça mais consentânea com a realidade nacional e mais adequada a propiciar o Desenvolvimento de nossa Agricultura. (11)

---

(1) Cfr. Lei n.º 4 829, de 5-XI-1965 — Art. 1.º

(2) Cfr. Decreto n.º 56 835, de 3-IX-965, Arts. 1.º e 4.º

(3) Criado pelo Decreto n.º 54 019, de 14-VII-964

(4) Criado pelo Decreto n.º 54 005, de 6-VIII-964

(5) Criado pelo Decreto n.º 55 275, de 22-XII-964

(6) Criado pelo Decreto n.º 55 820, de 8-III-965.

(7) Decretos n.os 58 380, de 10-V-66; 62 141, de 18-I-68; Decreto-Lei n.º 167, de 14-II-67.

(8) Cfr. F.G.V. — **Conjuntura Econômica** — Ano XXII — n.º 10 — outubro 1968 — Rio de Janeiro.

(9) Cfr. Ministerio da Agricultura — Carta de Brasília, Ano II, Anexos II, III, IV, V e VI — Brasília, 1967/68.

(10) Cfr. Lei n.º 4 829, de 5-XI-65, arts. 15 a 22.

(11) Há um projeto de lei sôbre o assunto, encaminhado pelo ISED à Presidência da República.

CREAI

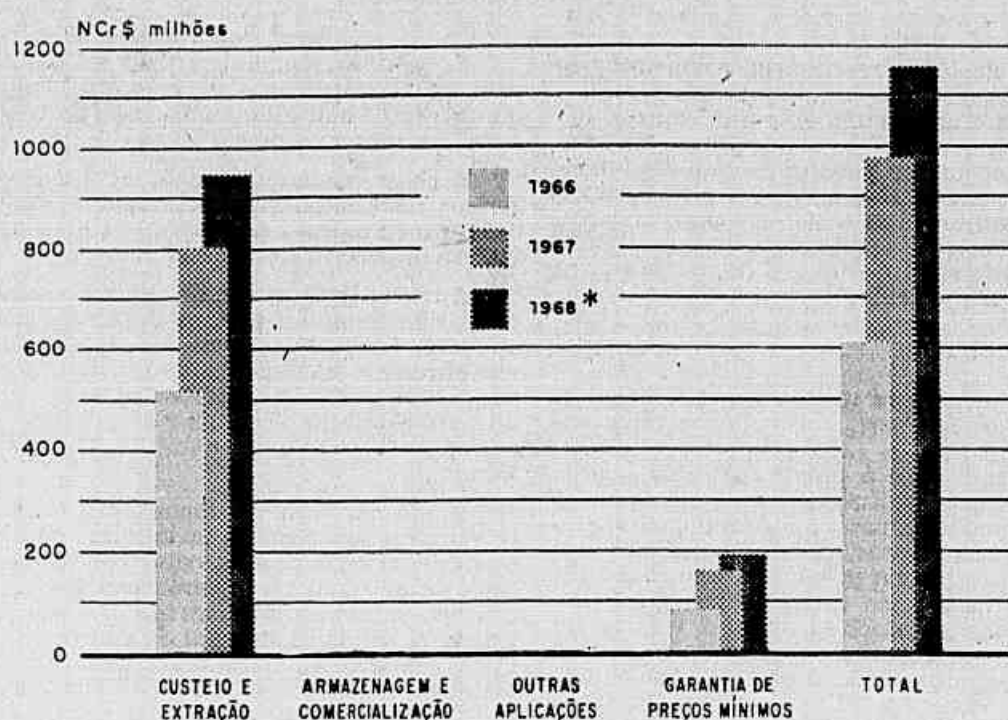
CUSTEIO

CRÉDITOS CONCEDIDOS À LAVOURA

NCr$ milhões

1200
1000
800
600
400
200
0

1966
1967
1968*

CUSTEIO E EXTRAÇÃO — ARMAZENAGEM E COMERCIALIZAÇÃO — OUTRAS APLICAÇÕES — GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS — TOTAL

* JAN / OUT

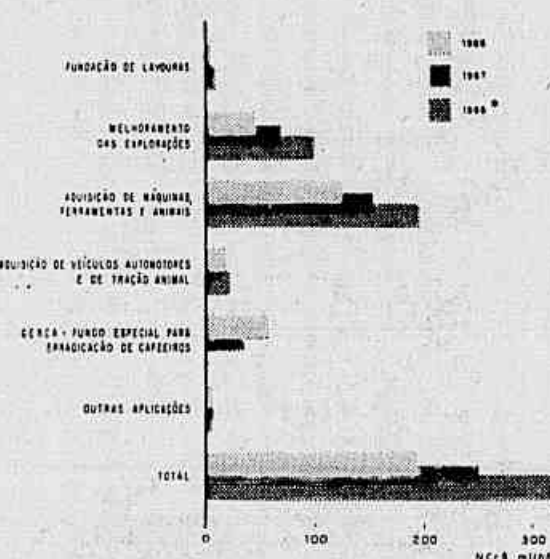
APEC - N. Cruz

CREAI

INVESTIMENTOS EFETUADOS NA LAVOURA

1966
1967
1968 *

FUNDAÇÃO DE LAVOURAS
MELHORAMENTO DAS EXPLORAÇÕES
AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, FERRAMENTAS E ANIMAIS
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E DE TRAÇÃO ANIMAL
GERCA - FUNDO ESPECIAL PARA ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS
OUTRAS APLICAÇÕES
TOTAL

0 100 200 300
NCr$ milhões

* JAN / OUT

APEC - N. Cruz

COMPORTAMENTO DA AGRICULTURA EM 1968

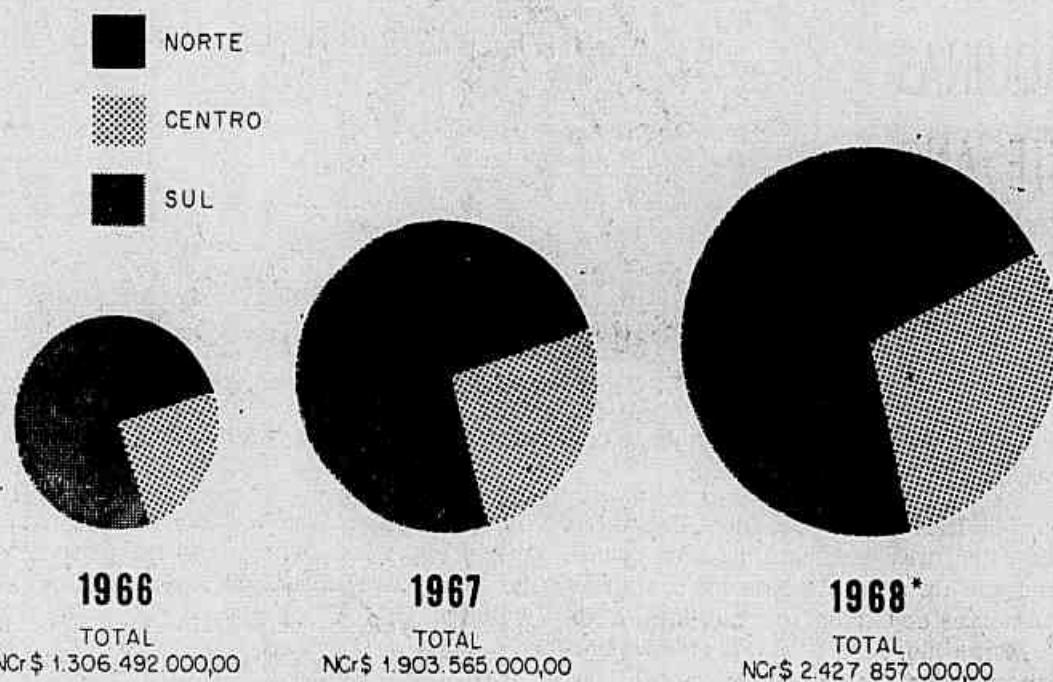
CREAI

CRÉDITOS CONCEDIDOS POR REGIÕES

NORTE
CENTRO
SUL

1966 — TOTAL NCr$ 1.306.492.000,00

1967 — TOTAL NCr$ 1.903.565.000,00

1968* — TOTAL NCr$ 2.427.857.000,00

* - Jan/Out

APEC - M. Duarte

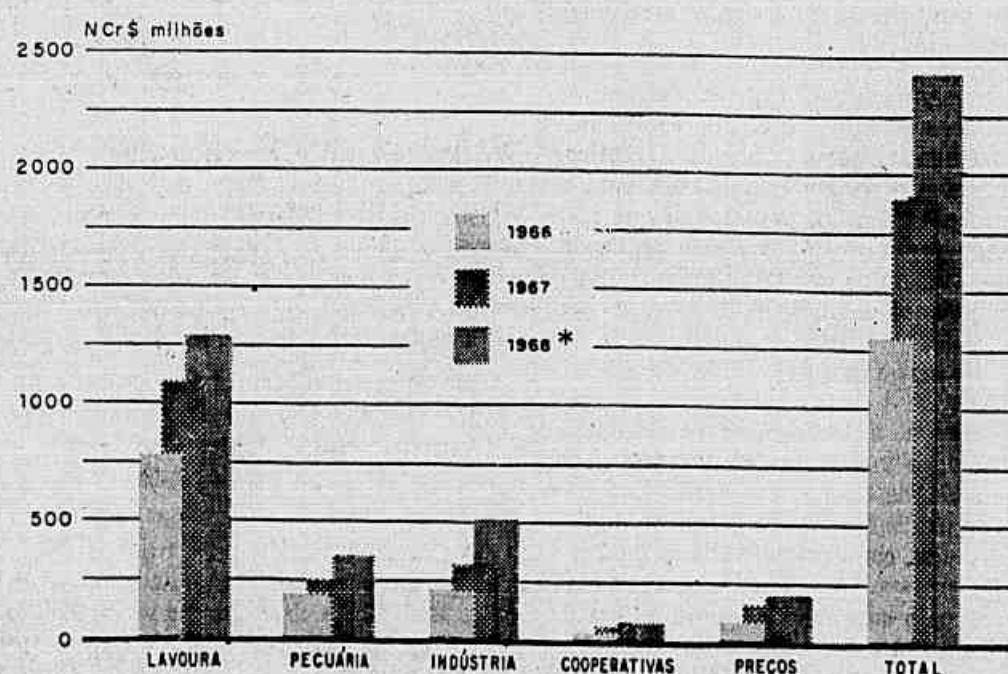
CREAI

CRÉDITOS CONCEDIDOS POR SETORES

NCr$ milhões

2 500
2000
1500
1000
500
0

1966
1967
1968 *

LAVOURA — PECUÁRIA — INDÚSTRIA — COOPERATIVAS — PREÇOS MÍNIMOS — TOTAL

* JAN / OUT

APEC - N. Cruz

O IRGA E O ARROZ GAÚCHO

O Brasil é o maior produtor de arroz do continente americano e está incluído entre os países de maior produção do mundo. E o Rio Grande do Sul é o Estado onde o cereal é cultivado mais intensamente, com o emprêgo de técnicas avançadas na irrigação, preservação do solo, armazenamento e industrialização.

Devido à sua excelente qualidade, o arroz brasileiro, originário do Rio Grande do Sul, ultrapassou as fronteiras nacionais para se firmar nos mercados do mundo.

O Instituto Rio-Grandense do Arroz — IRGA — é o órgão oficial do Govêrno do Estado, responsável pelo desenvolvimento da lavoura arrozeira. Para isso, dispensa permanente assistência técnica ao produtor, através de numerosa e categorizada equipe de engenheiros agrônomos especialistas em arroz, sediados nas principais zonas arrozeiras do Estado. Sempre que solicitados pelos agricultores, realizam projetos e exploração de açudes, nivelamento de canais e calhas, planejamento de lavouras, cubagem de taipas de açudes, vistorias de lavouras, de açudes e de lavouras atingidas pelo granizo. Além disso, em sua sede recebem diàriamente visitas de agricultores que desejam aconselhar-se sôbre a maneira de proceder em determinados casos para a obtenção de melhor produtividade, nos aspectos qualitativo e quantitativo.

O Serviço de Assistência e Extensão Orizícola executa, ainda, ensaios de adubação e variedades em tôda a zona orizícola do Rio Grande do Sul, através de lavouras demonstrativas, cujos resultados têm sido de grande interêsse para os orizicultores em geral. Êsse Serviço funciona como um elo entre a pesquisa e a lavoura.

Através dos laboratórios do Departamento de Obras e Assistência Técnica, anualmente são realizadas algumas centenas de análises de terra, sementes, compreendendo germinação, arroz vermelho, misturas varietais, de inços, exames sanitários de sementes e exames de plantas vivas. Todos os serviços são prestados de forma gratuita.

A lavoura de arroz está alicerçada no seu órgão de pesquisa e experimentação, que é a Estação Experimental do Arroz, localizada no Município de Cachoeirinha. Dentre os resultados dos trabalhos que a Estação tem apresentado, é oportuno lembrar os estudos relativos à criação de variedades e produção de sementes básicas. Para que êsses estudos atingissem os seus objetivos, num breve espaço de tempo, foi necessário organizar uma grande coleção de arrozes importados e dos já existentes na lavoura.

Organizada a coleção, os arrozes que a integravam foram submetidos ao processo de adaptação, seleção genealógica e experimentação comparativa das linhas genéticas, que por seus caracteres se apresentavam melhores.

Resultado concreto dêsses estudos foi a distribuição de sementes de linhas genéticas das variedades: Tapes, Guaíba, Caloro, Colusa, e Seleção 140, esta última originária do japonês Chumbo, vulgarmente conhecida por Cachimbo. Finalmente, por êsse processo foi obtida a Seleção 388 do Early Prolific.

A solução definitiva do problema, bem como a de maior alcance, seria a de hibridação. Porém seus resultados demandavam mais tempo. Paralelamente aos trabalhos de seleção, foram-se processando os cruzamentos artificiais, bem como estudos de descendências híbridas, até que em 1959 foram lançadas as primeiras variedades resultantes da hibridação, sendo que a EEA-301 continua sendo cultivada.

Em 1961 foi distribuída a variedade EEA-404, hoje em fase de grande expansão em nossa lavoura.

No ano seguinte a Estação do Arroz lançou a variedade EEA-201, e mais recentemente, tem distribuído semente de mais três variedades híbridas que são: EEA-405, EEA-304 e EEA-406.

Um outro setor que pela sua importância merece ser destacado é o que trata de colônias e barragens.

A Barragem do Capané, construída pelo IRGA entre 1946 e 1948, no município de Cachoeira do Sul, com a capacidade de irrigação de 5 661ha, proporcionou o aproveitamento de uma extensa área nas imediações da barragem, transformando o Distrito de Capané numa zona próspera, de influência ponderável na formação da renda do município.

Não menos importante foi a organização da Colônia Orizícola n.º 1, em Palmares do Sul. Sua instalação teve por finalidade principal, proporcionar a oportunidade de recuperação dos agricultores que tivessem insucessos decorrentes, especialmente, de fatôres meteorológicos.

A sistemática da irrigação na lavoura de arroz, hoje em dia tão conhecida e aplicada em todo o Estado, é fruto de uma longa experiência que contou desde o início com a assistência agronômica.

Atualmente a área cultivada com arroz irrigado é de aproximadamente 400 mil hectares.

A irrigação é uma prática cultural que concorre com 18,84% na formação do custo de produção, como média ponderada atual em todo o Estado.

O recalque mecânico ocasiona grandes despesas com combustíveis, lubrificantes e conservação de equipamento, enquanto que a construção de açudes exige avultadas inversões iniciais. Mas a irrigação é um fator positivo na lavoura de arroz por proporcionar segurança no volume da produção e permitir o cultivo de variedades que possuam satisfatória capacidade de armazenamento e com as características exigidas pelos mercados internacionais.

Examinadas as produções médias por unidade de área nas safras de diversos anos, verifica-se que as oscilações extremas entre os anos mais favoráveis e os mais adversos não atingem a 10%.

Paralelamente ao sistema de irrigação, é indispensável a implantação da drenagem.

Para a efetivação de projetos de drenagem na zona arrozeira do Estado, necessário se torna a cobertura aerofotogramétrica das regiões a serem estudadas.

No Departamento de Obras e Assistência Técnica do IRGA foi criado o Serviço de Planejamento e Fotogrametria, que mantém contatos com as instituições que trabalham com base na aerofotogrametria. Possui o IRGA um estereocartógrafo Wild A-8, instrumento de projeção mecânica dos mais importantes da atualidade. É especializado para a cartografia, a partir de fotografias aéreas, obtidas verticalmente, na escala 1/2000, possibilitando a restituição precisa de plantas planoaltimétricas do terreno, na escala de 1/1000.

Elaborando-se a restituição das bacias hidrográficas em escala conveniente, será possível projetar a retificação de rios, sangas ou arroios, execução de projetos de barragem com a finalidade de irrigação, disciplinação de vazões para evitar enchentes, projetos de diques e drenos principais, que permitam o escoamento do excesso das águas pluviais.

Para orientação dos dirigentes da autarquia e para os interessados de um modo geral, o IRGA realiza ininterruptamente, há mais de 20 anos, levantamentos estatísticos junto aos próprios produtores, dos dados relativos à estrutura da lavoura, tais como área plantada, produção, semente, financiamento, maquinaria, material agrícola, adubação, irrigação, variedades, custo de produção, preços pagos aos produtores e outros elementos necessários à orientação da pesquisa e à previsão dos negócios.

Já se tornaram tradicionais as publicações do Anuário Estatístico do Arroz e da revista Lavoura Arrozeira. Esta vem sendo editada desde 1947, abordando assuntos técnicos agronômicos e informações sôbre a cultura e comercialização do arroz. No ano passado foi iniciada a publicação do Boletim Orizicultura, de circulação mensal e matéria eminentemente prática.

Como parte da política desenvolvida pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz, de amparo econômico à atividade primária, preponderante tem sido sua atuação na fixação de preços mínimos, proporcionando ao agricultor garantia para o arroz que produz.

Freqüentemenet o IRGA intervém no mercado, com o objetivo de assegurar colocação ao produto da lavoura, de regular os centros internos de consumo, transacionando no mercado exterior os excedentes da produção.

Um moderno laboratório para classificação do arroz, dotado com os mais modernos recursos para realizar tôdas as operações de análise, requeridas no campo de comercialização do produto, foi recentemente incorporado ao equipamento técnico do IRGA. Acha-se em pleno funcionamento, tendo operado intensamente em função das entregues de arroz que o IRGA efetuou há cêrca de um mês, cumprindo negócios de exportação para os mercados mundiais.

Laboratórios semelhantes deverão ser montados em outros pontos do Estado, especialmente em Pelotas e Rio Grande, que constituem, com Pôrto Alegre, os portos de escoamento de arroz gaúcho para mercados internacionais.

Dentro do esquema destinado a cumprir uma política agressiva de exportação dos excedentes de arroz gaúcho a outros países, essa é uma das mais importantes medidas adotadas.

Com o mesmo objetivo, na safra 67/68 sensível modificação foi introduzida nos critérios de tipificação de arroz, sendo instituídos os tipos Exportação A e B, produtos que reúnem requisitos qualitativos para competir satisfatòriamente nos mercados mundiais de baixo poder aquisitivo.

Uma análise de dados estatísticos revela que 6% da produção de arroz gaúcho são reservados para semente da nova safra. O saldo para descasque é transformado em arroz beneficiado, na base de 68% de rendimento.

O produto destinado à comercialização de cada safra é consumido na base de 25 a 30% no mercado local. O restante ou seja, 70 a 75%, é canalizado p[illegible] os mercados nacionais e internacionais.

A comercialização das safras de arroz é realizada pelas cooperativas e firmas particulares. O Instituto Rio-Grandense do Arroz, em cumprimento às suas finalidades, têm adquirido, anualmente, o produto da lavoura e dos industrialistas, para manter o preço suporte e formar estoques reguladores do mercado.

O órgão oficial do Govêrno vem, de longa data, executando a política de comercialização do arroz, sem contudo interferir no sentido de estabelecer concorrência ao comércio privado.

Para as suas operações, o IRGA estabelece que o produto seja ensacado em saco nôvo, correspondente a 60kg líquidos de arroz (60 400kg bruto), com esmerado polimento e máximo de 14% de umidade.

Múltiplas circunstâncias têm influenciado na descontinuidade da exportação brasileira de arroz, destacando-se a incerteza do abastecimento do mercado interno e a falta de agressividade comercial internacional. Vejamos os dados publicados no 23.º Anuário Estatístico do Arroz, referentes à exportação do Brasil, em toneladas:

Ano	Toneladas
1957	329
1958	51 552
1959	9 815
1960	434
1961	150 760
1962	43 678
1963	—
1964	12 424
1965	236 789
1966	289 253
1967	31 882

Sendo certo que nenhum país mantém equilíbrio em sua balança comercial internacional sem a exportação, também é certo que nenhum país pode pensar em política de exportação sem a fixação de uma quota mínima de exportação, por um prazo de, pelo menos, cinco anos.

No caso específico do arroz, o Govêrno federal adotou no ano passado a acertada medida de considerar liberada, para exportação ao exterior, uma quota mínima de 150 mil toneladas anuais. O princípio é dos mais salutares e corretos. F[illegible], é necessário, indispensá[illegible] a continuidade nas exportações, [illegible] de compensar as inversões iniciais e, principalmente, para criarmos uma tradição no mercado internacional, o que permitirá um constante e natural suprimento do mercado externo.

Em 1968 foram efetivadas as exportações de arroz para outros países, nas seguintes quantidades:

Tipos de Arroz	Toneladas
sbramato	3 568
"	1 957
beneficiado	1 020
polido	680
sbramato	11 012
sbramato	5 300
beneficiado	11 000
brilhado	100
brilhado	100
beneficiado	5 340
beneficiado	1 000
malequizado	528
beneficiado	30 050
....	76 875
quebrados	28 280
Total	105 165

DESNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ARTHUR CARLOS CHAGAS DINIZ

Figuras, as mais ilustres, da vida pública brasileira e representantes igualmente categorizados do setor privado já se manifestaram repetidas vêzes sôbre a problemática da desnacionalização de emprêsas.

A par do enorme arsenal semântico criado (internacionalistas *nacionaleiros*, nacionalistas *positivos* e *negativos*) pode-se sentir, em quase todos os depoimentos prestados, a preocupação de defesa de teses preconcebidas. É interessante também constatar um fenômeno que traz dentro de si aparentes contradições: enquanto o empresariado evita de tôda a forma aceitar qualquer correlação entre o enfraquecimento do setor privado e o processo de desnacionalização, figuras ligadas ao cenário público atribuem ao debilitamento dêsse setor tôda a responsabilidade pelo processo. E concluem que o debilitamento tem como causa última uma crescente, ainda que não desejada, estatização da economia brasileira.

Como explicar que o capitalista brasileiro, em geral, crítico contundente da estrutura tributária e fiscal a que se submete, não atribua nenhuma parcela de responsabilidade ao Govêrno pela sua impossibilidade de concorrer com o capital estrangeiro?

E, ainda, como conciliar a posição das autoridades depoentes, responsáveis pela própria estatização da economia, reconhecendo enfàticamente o debilitamento como causa principal do processo de desnacionalização e não tomando conhecimento formal de sua origem?

Acreditamos que as causas do crescimento relativo da importância das emprêsas estrangeiras no Brasil podem ser agrupadas em duas origens:

— um maior avanço científico e tecnológico de emprêsas estrangeiras em alguns setores e o volume de capital formado nos países mais desenvolvidos e,

— o enfraquecimento relativo da emprêsa privada nacional.

Parece-nos evidente que os depoimentos de ambos, representantes do setor público e do setor privado, são complementares antes que colidentes. As contradições supramencionadas, mais aparentes que reais, se explicariam:

— o empresário privado, justificadamente, receoso de enfrentar a competição com técnicas mais modernas de produção e gestão de emprêsa, preferindo o debilitamento lento e contínuo, que conduz à estatização, a um combate mais direto e perigoso (competição):

— as autoridades optando por uma profissão de fé privatista sem um correlato esfôrço em seus campos de atuação.

É significativo o fato de que a responsabilidade pela formação do Produto Nacional Bruto vem-se transferindo, progressiva e contìnuamente, para o Estado, a despeito das diferentes posições ideológicas dos seus titulares (alguns dêles depoentes).

Eis que, em um país declaradamente alicerçado na iniciativa privada, a opção terá que se fazer entre Estado e capital estrangeiro.

O ENFRAQUECIMENTO

Os sintomas mais claros do enfraquecimento da emprêsa privada nacional se revelam em:

— inexistência de formação de poupança real nas emprêsas;

— crescente endividamento das emprêsas.

A bem da verdade deve-se lembrar que o atual Govêrno vem tentando inverter a tendência, ainda que um pouco atabalhoadamente. A regulamentação, ainda precária, do Decreto-Lei n.º 62 e a tributação sôbre o rendimento de ações são exemplos significativos. No entanto, a tributação incidente sôbre os ganhos de trabalho, de certa forma, colide com as intenções explícitas nas primeiras medidas.

Entre as causas principais dêste enfraquecimento nos parecem mais evidentes:

a) inflação, reduzindo a rentabilidade real e consumindo o capital de giro próprio das emprêsas;

b) o desproporcionado aumento dos dispêndios públicos, com redução concomitante da área de atuação da emprêsa privada;

c) a tentativa de contrôle da inflação pela frenagem de preços, sem um esfôrço paralelo para redução dos focos inflacionários do setor público;

d) política de créditos caracterizada pela intervenção do Estado no mercado de capitais (ORTN, títulos estaduais, etc).

TECNOLOGIA E CAPITAL

A predominância da emprêsa estrangeira (especialmente americana) em certos setores da economia como conseqüência da diferença de nível tecnológico é um fenômeno universal. Se no que diz respeito à primeira ordem de problemas (enfraquecimento da emprêsa nacional) o receituário, ao menos teórico, é relativamente simples, já não há remédios conhecidos para esta segunda ordem de causas. Recusar a presença de emprêsas estrangeiras, em setores onde a tecnologia e a patente são fatôres fundamentais, corresponde quase sempre a renunciar ao progresso nos setores mais dinâmicos da economia. A solução radicalmente oposta, seja a transferência do poder decisório em todos os setores, ou nos principais, também não é sadia.

DESENVOLVIMENTO

Poder-se-ia alegar que não há nenhuma contradição, pelo menos aparente, entre o desenvolvimento e a desnacionalização. Além dos fatôres subjetivos, alguns dêles ligados à própria identificação do país como sociedade política, fundada na tradição e nos valôres comuns da nação, portanto com direito a autodeterminação, o contrôle das atividades econômicas por residentes no país é condição rasa para a continuidade do próprio desenvolvimento. A importância do contrôle nacional não é a mesma em todos os setores da economia. Há setores em que, por questão de segurança ou estratégia, é conveniente reservar aos residentes no país. Outros em que a participação estrangeira deve ser aceita sem reservas. Estas definições encerram, em si mesmas, um conflito: a curto prazo, o aumento do fluxo de capitais estrangeiros gera uma maior formação de capital, maior número de empregos, tudo isto sem sacrifício do consumo; no entanto, a longo prazo, pode conduzir a choques de interêsses com as origens do capital e descontinuidade no desenvolvimento, desde que se apóiam em capitais, em busca permanente de melhor rendimento sem maiores contatos com a nacionalidade.

Aparentemente, as soluções rotuladas não apresentam maior interêsse para um país em desenvolvimento, necessitando, ao mesmo tempo, de capital, tecnologia e preparação do seu próprio empresariado.

UMA POSIÇÃO PRAGMÁTICA

Há uma tendência generalizada para colocação do problema em têrmos ideológicos. Ainda que extremamente delicada, a questão da desnacionalização exige soluções pragmáticas. Há que conciliar o objetivo do desenvolvimento econômico acelerado, que recomenda a utilização de poupanças externas, com a preocupação de manter o contrôle nacional sôbre as atividades econômicas como um todo (não necessàriamente sôbre todos os setores).

As soluções, em linhas mais gerais, se antecipam no fortalecimento da emprêsa privada e não na criação de indiscriminadas restrições cambiais ao fluxo internacional de capitais.

É claro que quanto mais fortalecido o empresariado nacional, menos preocupações teremos com o influxo de capitais estrangeiros. Uma e outra questão estão, pois, estreitamente ligadas.

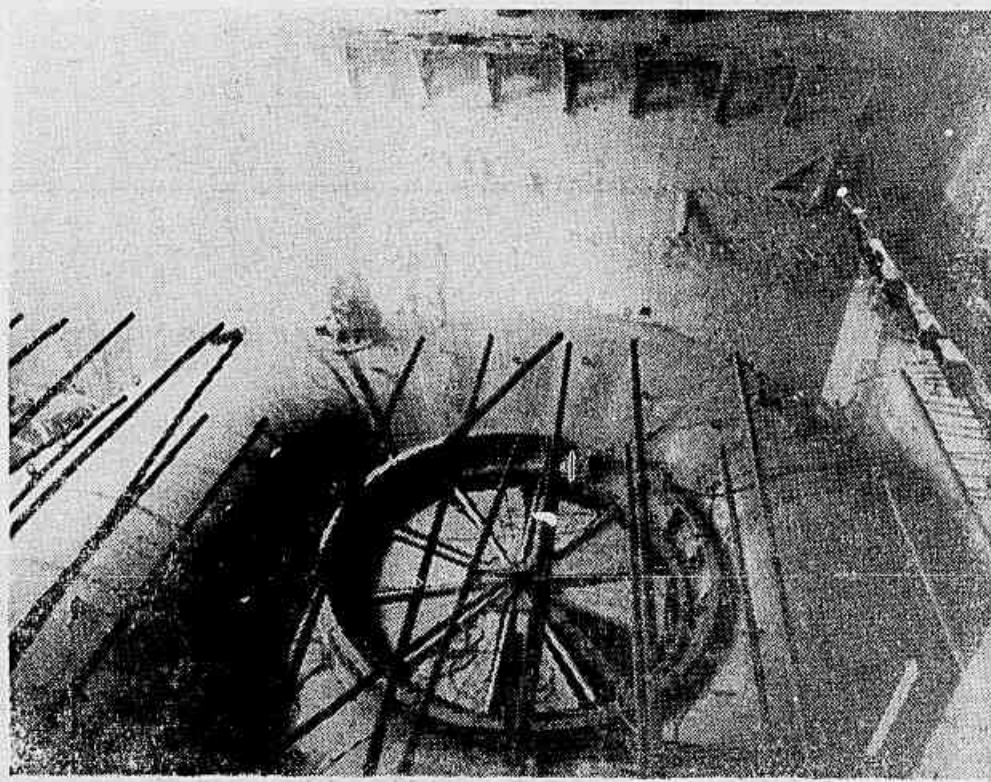
A tentativa simplista de reduzir o influxo de capitais sem fortalecer a emprêsa privada nacional redundará, forçosamente, em redução da taxa de desenvolvimento e aumento de estatização da economia, desde que não traduzirá benefício direto para a emprêsa privada nacional e a população verá frustrados seus desejos de aumento de nível de consumo.

Ainda que falte a comprovação empírica, parece razoável supor que o fortalecimento da emprêsa privada nacional poderia conduzi-la a uma associação com capitais estrangeiros, em têrmos de barganha bem melhores do que os atuais. Lado a estas providências de fortalecimento da emprêsa privada nacional, parece-nos importante a tomada de providências que assegurem o acesso preferencial da emprêsa privada nacional ao nosso sistema financeiro. Fora setores onde interesse ao país financiar e até mesmo subsidiar a importação da tecnologia e do capital alienígena, não nos parece razoável que as emprêsas estrangeiras utilizem indiscriminadamente a poupança gerada no país. A emprêsa controlada por capitais estrangeiros deveria ter seu endividamento condicionado ao seu aporte de capital.

Esta não é necessàriamente nem a melhor nem a única solução. Estamos vivendo, há alguns anos, um período em que o empresário nacional reclama da desnacionalização e da conseqüente perda do contrôle decisório e, no entanto, esta pretensa desnacionalização não tem, nem ao menos, nos conduzido a uma razoável taxa de desenvolvimento. A falta de estatísticas adequadas não permite uma medição mais precisa do grau de desnacionalização atingido nem de sua tangente de crescimento.

É imprescindível que se mantenha uma posição permanentemente voltada para o harmônico desenvolvimento do país. As paixões e as meias verdades, que justificam posições preconcebidas diante da questão, não nos podem fazer esquecer a responsabilidade de fazer parte da diminuta elite de um país em que, projeções da taxa de crescimento e do incremento populacional, podem transformar em menos de 30 anos em uma nova Índia.

BOA ESPERANÇA É REALIDADE E AS PRIMEIRAS MÁQUINAS IRÃO OPERAR AINDA ÊSTE ANO

A cidade de Guadalupe, no Piauí, existe apenas na lembrança dos seus antigos moradores, pois foi totalmente inundada pela barragem da Boa Esperança

A Usina Presidente Castelo Branco, a partir do segundo semestre de 1969, estará gerando 108 mil kW, suficiente para atender as necessidades energéticas dos Estados do Maranhão e do Piauí

As águas do rio Parnaíba formam hoje, na divisa Maranhão-Piauí, o gigantesco lago artificial da barragem da Boa Esperança, cuja obra hidráulica, pràticamente terminada, permitirá, ainda êste ano, a entrada em operação das duas primeiras máquinas que irão movimentar a usina Presidente Castelo Branco, que passará a operar, inicialmente, com um potencial de 108 mil kW, assegurando ao Nordeste Ocidental uma potência energética seis vêzes à existente no mercado.

O lago de Boa Esperança, cuja capacidade de acumulação é de 5 bilhões de metros cúbicos, representa um gigantesco esfôrço do Govêrno federal e da própria equipe da Cohebe, para entregar o monumental empreendimento dentro dos prazos previstos pelos cronogramas. Assim, ao longo de 53 meses, sem um único dia de paralisação, foram mobilizados homens e máquinas, num ritmo de 22 horas diárias.

ETAPA

A Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança — Cohebe — iniciou a 6 de janeiro último, o represamento das águas do rio Parnaíba, dando então o passo definitivo para acumular, no reservatório de Boa Esperança, 5 bilhões de metros cúbicos de água, ou seja, o dôbro do total retido pela baía da Guanabara, suficiente para permitir o funcionamento do complexo sistema hidráulico.

Agora os trabalhos prosseguem em ritmo acelerado com vistas à entrada em operação da usina Presidente Castelo Branco, que a partir do segundo semestre do corrente ano, estará suprindo as atuais necessidades de energia elétrica do Maranhão e Piauí. Na segunda etapa, o sistema em fase final de construção no médio Parnaíba, beneficiará a região Oeste do Ceará.

ANDAMENTO

Para assegurar a continuidade dêsse esfôrço, que levará o progresso e o desenvolvimento ao Maranhão, Piauí e parte do Ceará, o presidente da Cohebe, coronel-engenheiro César Cals Filho, contou com o apoio dos órgãos de desenvolvimento e governadores da região para assegurar os recursos necessários, através de um esquema que compromete NCr$ 102 milhões.

O Presidente Costa e Silva já autorizou o comprometimento de tais recursos, atitude que o engenheiro César Cals Filho viu "como prova insofismável de fazer com que os brasileiros do Nordeste Ocidental tenham melhores dias."

De acôrdo com o esquema de financiamento a Cohebe, contará, neste exercício, com os seguintes recursos:

a) NCr$ 17 milhões, sendo NCr$ 15 milhões do Ministério do Interior e NCr$ 2 milhões do Ministério das Minas e Energia;

b) Inclusão no Orçamento da República para 1970, na rubrica do Ministério do Interior de NCr$ 15 milhões para pagamento de empréstimo do BNB à Cohebe;

c) NCr$ 29 milhões do BNDE, com garantia do impôsto único de energia dos Estados do Piauí e Maranhão;

d) Aumento do capital social da Cohebe no montante de 11 milhões e mais o encargo financeiro, já subscrito pela Eletrobrás na qualidade de acionista majoritária da Cohebe.

e) Inclusão no Orçamento da República para 1970, na rubrica do Ministério das Minas e Energia de NCr$ 10 milhões para a conclusão do sistema de transmissão de 69 kW que está sendo implantado no interior do Maranhão e Piauí;

f) Subscrição de capital no valor de NCr$ 20 milhões por subsidiárias da Eletrobrás que têm sede na área da Sudene, por conta dos incentivos fiscais previstos nos Planos Diretores da agência nordestina para o desenvolvimento.

A Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança já concluiu as estruturas essenciais da barragem e antes da inundação da área atingida fêz a transferência das populações de Guadalupe, no Piauí, e Nova Iorque, no Maranhão, para as novas cidades obedecendo aos mesmos nomes de origem das antigas, que foram antecipadamente construídas com financiamento do Banco Nacional da Habitação em áreas próximas ao canteiro de obras de Boa Esperança, a fim de abrigar as populações atingidas em face da inundação do rio Parnaíba.

Na ocasião, foram mobilizados homens, barcos, helicópteros, para retirar animais domésticos e selvagens, tais como cavalos, burros, vacas, galinhas, onças, veados, antas, emas, seriemas, que em correrias buscavam os pontos mais altos da região atingida pela inundação, que também foram a seguir submersas pelas águas do Parnaíba.

Além dessa preocupação, a Cohebe cuidou de evitar que as lavouras próximas à cidade de Parnaíba (PI) fôssem inundadas pelas águas do Atlântico, que com o represamento seriam canalizadas para o leito do rio Parnaíba até então semi-sêco, o que não ocorreu em face do represamento ter sido realizado na época de maior vazão dos rios tributários do Parnaíba situados a jusante da barragem.

SANGRADOURO

Depois dessa etapa, a Cohebe venceu outra em fevereiro último; o rio Parnaíba domado pela técnica e pela tenacidade do homem nordestino começou a correr por um sangradouro revestido de lajes de concreto armado, construído à altura da barragem da Boa Esperança. A primeira corrida das águas do Parnaíba pelo sangradouro, cuja forma é em salto de esqui, foi um espetáculo verdadeiramente emocionante para os técnicos, operários e o contingente populacional que habitam, presentemente, no canteiro de obra de Boa Esperança, sobretudo para o caboclo nordestino que, jamais poderia imaginar que o *Velho Monge*, cantado em prosa e versos pelos poetas simbolistas da região, seria domado pelo homem.

Ela, por sua vez, possibilitará aos técnicos da Cohebe testar o sistema de comportas e preparar o reservatório para a entrada em operação das primeiras máquinas que irão movimentar a usina Presidente Castelo Branco.

O nôvo fechamento do reservatório — o primeiro foi executado com absoluto êxito a partir de 6 de janeiro último — de Boa Esperança permitirá também a inundação de maior área de terra, possibilitando a utilização de vazantes nos lotes que foram arrendados pela Cohebe às populações rurais que até então habitavam a área de inundação do rio Parnaíba.

ENERGIA

Com o atual esquema de financiamento autorizado pelo Presidente Costa e Silva a Cohebe tem assegurada a conclusão das obras essenciais ao funcionamento da usina Presidente Castelo Branco. E a partir do segundo semestre do corrente ano, o Nordeste Ocidental terá uma potência instalada de 108 mil kW para uma demanda inicial de 35 mil kW.

Dêsse modo, o Maranhão, o Piauí e futuramente a região Oeste do Ceará terão a energia de que necessitam para promover o desenvolvimento, pois a potência será seis vêzes maior que a existente hoje no mercado.

A Cohebe atingirá, pois, parte do seu objetivo final, para o que conta com o decidido apoio financeiro dos Ministérios das Minas e Energia e do Interior, através da Eletrobrás, Sudene e DNOCS, bem como a participação do BNB, DNPVN, BNDE, BNH, USAID e vários organismos financiadores do Govêrno federal.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E MELHORIA DO ABASTECIMENTO

MAURÍCIO RANGEL REIS

No Programa Estratégico do Govêrno federal para o período 1968/1970, ora em execução, a modernização da agricultura e a melhoria do sistema de abastecimento constituíram pontos em destaque.

A ênfase concedida à agricultura, abrangendo projetos e ações referentes ao aumento da produção e produtividade agrícola e à melhoria do sistema de abastecimento, compreendendo projetos da esfera governamental e estímulos à iniciativa privada, fêz parte de um nôvo modêlo ou concepção de desenvolvimento econômico segundo o qual tanto a indústria como a agricultura deveriam constituir fatôres de dinamismo de forma a fortalecer o mercado interno.

Essa nova formulação estratégica, apresentada em detalhe no volume I da *Síntese do Programa de Govêrno*, baseou-se nos sinais evidentes de redução do ritmo de expansão industrial em decorrência das limitações do mercado após o extraordinário surto de progresso verificado nos últimos 20 anos, resultante da política de substituição de importações que lastreou o desenvolvimento da indústria.

A nova etapa de desenvolvimento econômico da Nação brasileira deveria incorporar a população rural no progresso econômico e social, reduzir as desigualdades de desenvolvimento regional, alcançar melhor distribuição da renda, ampliar as indústrias, fortalecer a agricultura, aumentar as taxas de poupança e de investimento, desenvolver a moderna tecnologia, expandir o comércio exterior e acelerar o aproveitamento do imenso potencial produtivo da Nação brasileira.

Em todo êsse imenso esfôrço a realizar é pouco válido destacar um ou outro programa. As prioridades básicas selecionadas exigem ataque maciço e simultâneo, procurando fortalecer e relacionar os fatôres produtivos, impulsionar a oferta e assegurar o crescimento da demanda. No tocante à agricultura o Programa incluiu, além dos projetos e ações referentes ao aumento da produção e dos níveis de produtividade, a intensificação da reforma agrária, como um dos seus principais objetivos.

REFORMA AGRÁRIA

Em novembro de 1964, a aprovação da Lei n.º 4 504 — Estatuto da Terra — permitiu que se desse início à reforma agrária após anos de incompreensões sôbre o significado dêsse programa e da apresentação ao Congresso Nacional de dezenas de projetos de lei sôbre a matéria, sem maior sucesso. Apesar da aprovação do Estatuto da Terra, a reforma agrária não apresentou no período 1965/68 a evolução esperada. Volta-se mesmo a discutir a validade e o significado de sua execução. Consideram alguns que maior proveito se alcançaria através da intensificação de projetos de aumento da produção e melhoria dos níveis de produtividade agropecuária. Outros defendem, ainda, explícita ou implicitamente, o atual sistema de posse da terra, que se caracteriza pelo alto grau de concentração territorial, e não atribuem maior importância ao fato de prevalecerem relações anacrônicas de trabalho entre proprietários e empregados, considerando-as condições peculiares da agricultura, procurando-se manter o direito de propriedade acima de tudo.

Na realidade, a reforma agrária é parte de um conjunto de medidas necessárias à modernização da agricultura, levando em conta aspectos relacionados com o aumento da produtividade agrícola, embora tenha por base a correção da estrutura fundiária, eliminando os principais defeitos de distribuição e utilização da terra.

Há certos conceitos errôneos sôbre a reforma agrária, comumente divulgados, que não correspondem à realidade. Um dêles é de que a reforma é contrária à emprêsa rural ou à grande propriedade. Trata-se de idéia falsa desde que o seu objetivo básico é o aproveitamento mais adequado dos fatôres produtivos, principalmente a terra, o que constitui finalidade de uma emprêsa razoàvelmente organizada. De fato, uma das principais finalidades dos programas de reforma agrária e de modernização da agricultura é o fortalecimento das emprêsas rurais e da grande propriedade, desde que devidamente exploradas. Não há, pois, qualquer incompatibilidade entre a existência da emprêsa rural e a realização da reforma agrária. Outro conceito errôneo é o de que a reforma tem como objetivo único, ou principal, formar propriedades familiares. Realmente, o Estatuto da Terra concedeu grande ênfase ao sistema familiar para a exploração agrícola na reforma agrária brasileira. Trata-se, porém, de uma das opções nos projetos de reforma e os estudos que vêm sendo desenvolvidos por técnicos do IBRA procuram outras formas de exploração que levam a utilizar sistemas mais apropriados de exploração agrícola, através do cooperativismo ou de organizações de caráter associativo que possam ser transformados, após certo tempo, em cooperativas ou emprêsas rurais.

Há os que temem a redução do nível de oferta de produtos agrícolas como consequência da reforma agrária. No caso brasileiro não há fundamento nessa hipótese. Pelo contrário, a reforma agrária, concentrando sua ação em áreas prioritárias não exploradas, associando-se aos projetos de irrigação, procurando desenvolver as áreas pouco ou não utilizadas pode gerar mesmo um aumento da oferta. É claro que se a reforma agrária brasileira perseguisse um aumento da oferta agrícola, como sucedeu, por exemplo na reforma venezuelana que praticou, na agricultura, através da reforma agrária, um processo de substituição de importações de produtos agrícolas, poderia ocorrer um aumento substancial da produção, e, portanto, uma redução nos preços dos produtos agrícolas, gerando desestímulos aos produtores a não ser que simultâneamente se verificasse aumento substancial da renda *per capita*, nas cidades e nos campos e, portanto, da demanda de produtos agrícolas. É necessário observar que, para os produtos agrícolas, os coeficientes de elasticidade e os níveis de renda da população mostram que existe larga margem para ampliar o consumo individual.

INTENSIFICAÇÃO DA REFORMA AGRARIA

Após o advento do Estatuto da Terra — Lei n.º 4 504, de 30 de novembro de 1964 — e criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ficou o Poder Executivo dotado dos elementos necessários à execução da reforma agrária no país. Definidas cinco áreas prioritárias: a primeira, abrangendo parte limitada de Pernambuco e Paraíba; a segunda, o Distrito Federal (região de Brasília), 29 municípios de Goiás e 10 de Minas Gerais; a terceira, a zona rural da Guanabara, o Estado do Rio de Janeiro, a Zona da Mata e nove municípios de Minas Gerais; a quarta, o Estado do Rio Grande do Sul, enquanto que a quinta abrangeu todo o Estado do Ceará, o IBRA iniciou o trabalho de cadastramento dos imóveis rurais, o que permitiu lançar o sistema de tributação através do impôsto territorial rural; prosseguiu o trabalho de regularização e contrôle de terras públicas e procurou iniciar alguns projetos nas áreas prioritárias. Por diversos motivos, porém, não foi possível ao IBRA desenvolver um programa intensivo de reforma agrária desde 1964, figurando no Programa Estratégico do Govêrno metas referentes ao cadastramento e tributação e outras atividades sem contemplar, porém, projetos fundamentais referentes à implantação de novas unidades de exploração em áreas prioritárias de reforma agrária.

Em 18 de setembro de 1968, o Govêrno federal decidiu criar o Grupo Interministerial de Trabalho, com o objetivo de examinar os obstáculos à efetiva execução da reforma agrária e apontar soluções. O Grupo de Trabalho, criado por expressa determinação do Presidente da República, teve por base uma exposição de motivos encaminhada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral na qual já se indicavam alguns pontos nos quais o Grupo de Trabalho deveria deter-se: a) exame e revisão da legislação vigente; b) principais obstáculos de caráter administrativo, institucional e financeiro; c) reexame das áreas prioritárias; d) medidas específicas de amparo aos trabalhadores rurais; e) exame dos aspectos relacionados com a tributação para fins de reforma agrária, destinação e aplicação de recursos arrecadados; f) revisão dos projetos em execução ou em estudo.

Um dos aspectos mais importantes a considerar era que os poucos projetos que o IBRA procurou levar avante apresentavam custo excessivo e não atendiam a um número significativo de beneficiários. Faltara, também, até então, uma definição mais clara dos objetivos básicos da reforma agrária. Embora deva reconhecer-se a dificuldade de defini-los com clareza desde que podem variar segundo a região do país, e, portanto, com as características locais, tornava-se necessário aprofundar as análises sôbre a distribuição territorial, relacionar a extensão dos imóveis com os níveis de produção e de produtividade, com a utilização de fôrça de trabalho, com o nível tecnológico e outros fatôres. Todos êsses aspectos devem ser considerados em uma estratégia de desenvolvimento e modernização de agricultura.

Deve-se ter em mira dois tipos básicos de unidades de exploração agrícola: uma do tipo de emprêsa rural, geralmente propriedades de grande extensão, operando com alta produtividade, usando a moderna tecnologia: sementes melhoradas, fertilizantes e corretivos, processos culturais ou de criação adequados: mecanização, irrigação e outros métodos modernos. Deverão ter acesso a sistemas especiais de financiamento, global ou parcial para desenvolvimento das emprêsas, em escala apreciável.

Produzirão para o mercado interno ou para a exportação. Deverão utilizar mão-de-obra assalariada, cumprindo a legislação trabalhista e não usando sistemas de produção baseados em arrendamento, parceria, colonato ou assemelhados. Nas emprêsas rurais, a moderna tecnologia substituirá progressivamente a mão-de-obra, não se devendo, pois, procurar a solução do excesso de fôrça de trabalho no campo (50% da fôrça de trabalho total) através da organização empresarial no setor agropecuário desde que é indispensável perseguir o aumento da produtividade agrícola, por unidade de superfície ou por pessoa ocupada, a fim de reduzir custos, contribuir para a estabilidade de preços e concorrer com possibilidades no mercado externo.

O aumento geral de produtividade do sistema e o melhor aproveitamento das terras no processo de reforma agrária permitirá, por outro lado, o fortalecimento da propriedade agrícola de tamanho médio ou mesmo da propriedade pequena, desde que não inferior a determinado limite, assegurando-se a posse da terra aos que trabalham em parcelas individuais, em cooperativas de produção ou outras formas associativas. Essas propriedades usarão mão-de-obra familiar e eventualmente assalariados e às mesmas deverão ser asseguradas, também, financiamentos em limite menor, utilizando-se de preferência modalidades de crédito orientado ou supervisionado. As propriedades agrícolas de tamanho médio e pequeno, cujo número se ampliará através da reforma agrária, utilizarão a maior parte da fôrça de trabalho na agricultura. As formas cooperativas ou associativas poderão ser gradativamente elevadas às categorias assemelhadas à das emprêsas rurais, à medida que introduzirem a tecnologia moderna capaz de elevar-lhes a produtividade.

PRINCIPAIS OBSTACULOS

Procurou o Grupo Interministerial identificar os principais obstáculos à realização da reforma agrária observando os temas básicos indicados em princípio, tendo caracterizado os seguintes:

1. Falta de uma clara definição dos objetivos básicos da reforma agrária brasileira;
2. Delimitação de áreas prioritárias sem estudos prévios adequados que as justificassem;
3. Elaboração de projetos de elevado custo, atendendo a pequeno número de beneficiários; preparo de projetos por firmas consultoras sem maior participação dos próprios técnicos do IBRA;
4. Falta de clara indicação de metas a alcançar no tocante à implantação maciça de novas unidades;

Inexistência de participação dos beneficiários de reforma agrária na preparação dos projetos;

Deficiente organização do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, resultando em extrema complexidade do órgão, paralelismo de atuação com outras entidades do Govêrno; desperdício de esforços e recursos. Falta de coordenação entre as próprias unidades do IBRA.

7. Ausência de articulação do IBRA com outros órgãos do Governo federal, com organismos estaduais e entidades privadas, não se tendo alcançado integral solidariedade dos órgãos governamentais no programa de reforma agrária;
8. Falta de recursos financeiros, progressiva redução das dotações orçamentárias; deslocamento para a órbita dos municípios do impôsto territorial rural, inexistência de recursos próprios desde que as fontes principais de recursos constantes do Fundo Nacional de Reforma Agrária não foram confirmadas, tais como: 3% da receita tributária da União tornados indisponíveis pela Constituição — que impediu a vinculação de receitas, 20% das dotações globais dos organismos regionais para aplicação em projetos de reforma agrária, o que não foi possível mobilizar até o momento, e contribuição de melhoria, para cuja cobrança falta adequada regulamentação;
9. Deficiente legislação sôbre desapropriação de terras;
10. Limite estabelecido no Estatuto da Terra, quanto à emissão dos títulos da dívida agrária no montante máximo de circulação de NCr$ 300 milhões, exigindo regulamentação que faculte a correção monetária dos referidos títulos para pagamento da terra.

As proposições sugeridas pelo Grupo Interministerial procuram eliminar êsses principais obstáculos, apresentando soluções que foram concretizadas nos seguintes instrumentos de execução:

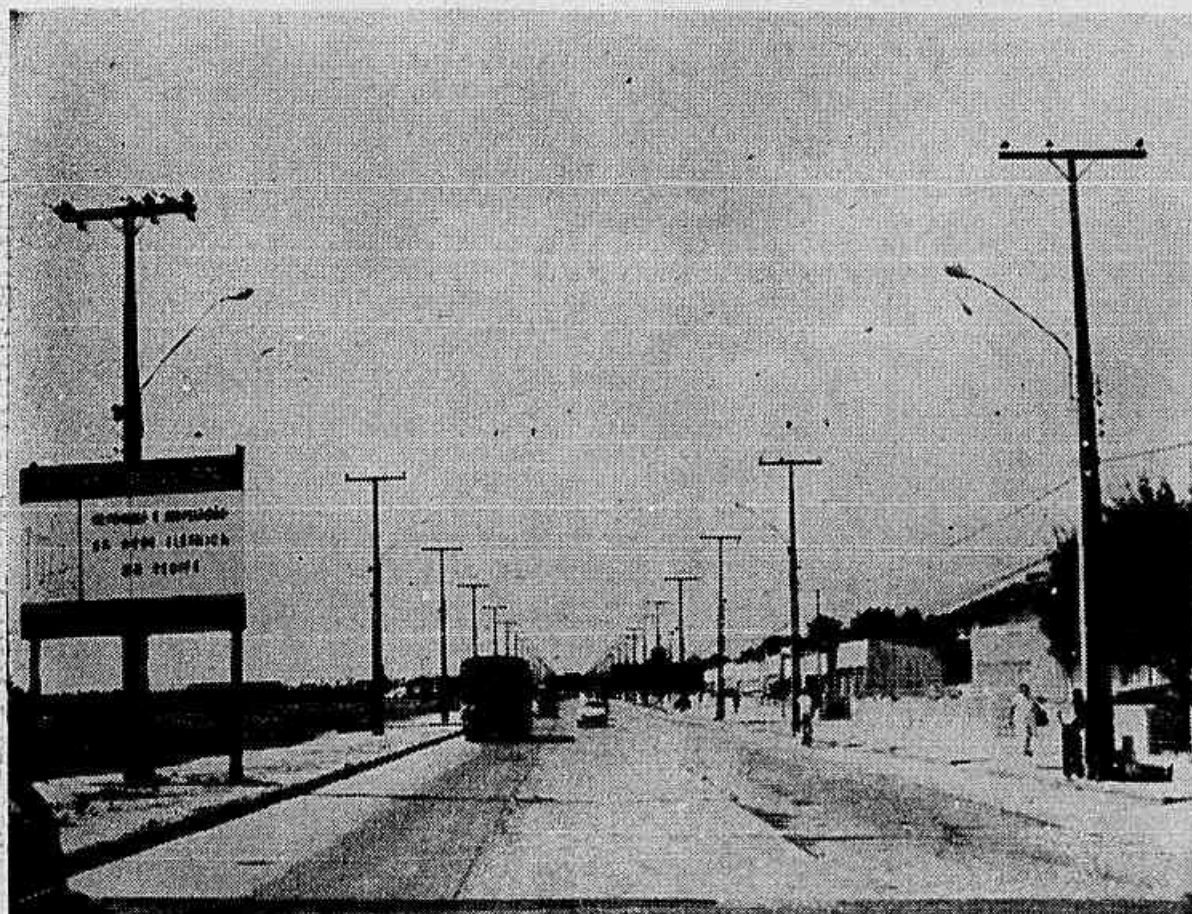
1. Transferência total ou parcial do impôsto territorial rural para a União, vinculando-se à execução de programas reforma agrária e desenvolvimento rural.
2. Transferência dos recursos próprios do INDA para o IBRA, reservando-se 30% para o desenvolvimento do programa de eletrificação rural, através do INDA ou de subsidiária da Eletrobrás cuja criação se cogita.
3. Aplicação na reforma agrária do montante de 3% do impôsto de renda (proposição ainda não aceita pelo Govêrno federal).
4. Correção no limite dos Títulos da Dívida Agrária em circulação.
5. Nova sistemática para a desapropriação de terras nas áreas prioritárias de reforma agrária, assegurando-se a imissão da posse e o pleno domínio do imóvel desapropriado desde que proposta a ação e efetuado o pagamento das terras em título e das benfeitorias em dinheiro, conforme determina a legislação em vigor. Fixação do critério para determinação do valor da terra e das benfeitorias nos imóveis desapropriados, aceitando-se a declaração dos proprietários para efeito do pagamento do impôsto territorial rural como base.
6. Delimitação da atuação do IBRA em zonas dominadas subáreas de reforma agrária a fim de não dispersar esforços, evitando designação de extensas áreas prioritárias sem resultados práticos. As subáreas prioritárias deverão ser selecionadas em função de determinados requisitos básicos quais sejam: a) existência de vultosas inversões governamentais em obras de irrigação e outras realizadas pelo Poder Público; b) manifesta tensão social; c) existência de latifúndios improdutivos em áreas próximas aos mercados.
7. Fixação de metas quantitativas referentes ao número de novas unidades de exploração nas subáreas prioritárias.
8. Reorganização administrativa do IBRA, simplificando-a, extinguindo órgãos inoperantes, companhias estatais deficitárias cuja atuação em nada favorece a reforma agrária.
9. Criação de um fundo especial para atender ao financiamento dos beneficiários do programa de reforma agrária, com recursos específicos para êsse fim.
10. Adoção de nova metodologia de execução de projetos de reforma agrária com a utilização de sistema de agricultura de grupos, como uma das opções.

No grande esfôrço a realizar para a modernização da agricultura a Reforma Agrária deverá desempenhar importante papel desde que haja, sempre, preocupação básica para definir seus objetivos e precisar as ações a serem executadas. É necessário orientar o desenvolvimento agrícola, assegurando a coexistência da emprêsa rural, operando com alta produtividade para o mercado interno e a exportação, com a propriedade de tamanho médio e pequeno (até certo limite), utilizando menos a tecnologia moderna, usando técnicas mais simples, empregando maior proporção de mão-de-obra. Deve-se evitar os tipos de arrendamento e parceria e as relações de emprêgo ultrapassadas que não se compadecem com a época vigente. Deverão ser utilizados, no máximo, sistemas associativos ou cooperativos de produção agrícola a fim de maximizar os resultados. A política de desenvolvimento deve perseguir, também, a utilização da mão-de-obra no meio rural *fora do setor agrícola*, em programas de estradas rurais, de obras de irrigação, de industrialização rural, desconcentrando os grandes centros urbanos, através da melhoria de povoados e vilas, multiplicando os serviços de utilidade pública, os melhoramentos urbanos nas cidades menores, alargando os *mercados* que constituem o verdadeiro propulsor do desenvolvimento econômico e social.

A Celpe tem respeitado os aspectos urbanísticos da cidade. Na ponte do Pina, a Companhia utilizou cabos subterrâneos para acesso àquele bairro

CELPE ASSEGURA ENERGIA PARA O PROGRESSO DE PERNAMBUCO

Integrados na paisagem do velho Recife, vêem-se a cada passo os operários da Celpe, ora instalando gigantescos transformadores, ora fazendo a rêde de alta tensão

Concluídas as duas primeiras etapas do canteiro sul do Recife, a Celpe volta agora sua atenção para a zona norte da cidade, pondo em execução o plano de reforma e ampliação da rêde de distribuição

A Estrada da Imbiribeira, onde se localiza a maior parte das novas indústrias em implantação no Recife, recebeu da Celpe especial atenção, já estando concluídas as obras de instalação da rêde de alta tensão e de transformadores

Com apenas três anos de existência, a Companhia de Eletricidade de Pernambuco — Celpe — alcançou grandes progressos, que podem muito bem ser traduzidos, tanto na extraordinária elevação de seu capital social, hoje com NCr$ 30 513 432,00, como no planejamento e execução de tarefas do maior porte, tal a reforma da rêde distribuidora do Recife.

Apesar das dificuldades próprias na distribuição de energia elétrica em um Estado como Pernambuco — onde são encontradas situações de profundas diferenças em relação às condições geográficas, sociais e econômicas — a Celpe vem apresentando, do ponto-de-vista da qualidade e da quantidade, um padrão de serviços sempre em ascensão.

UMA HISTÓRIA DE SETENTA ANOS

A história da iluminação pública e domiciliar no Estado de Pernambuco teve o seu início em fins do século passado, quando o Estado firmou um contrato com a Filden Brothers, mais tarde, em 1913, transferido para a Pernambuco Tramways Company Limited, que objetivava a implantação progressiva da iluminação, à base de lâmpadas elétricas incandescentes da cidade do Recife.

Por volta de 1928, o contrôle acionário daquela concessionária foi adquirido pelo grupo Amforp, encerrando-se em 1962 o prazo concedido para distribuição de energia elétrica nesta capital. Naquela ocasião, por divergências de interpretação contratual, especialmente no que dizia respeito à reversão dos bens, a União, o Estado de Pernambuco e a Tramways entraram em demanda judicial.

Considerando que o litígio se prendia a direito sôbre patrimônio ligado a serviço de utilidade pública, o Poder Judiciário determinou o seqüestro dos bens, nomeando, então, o prof. Arnaldo Barbalho para administrar o acervo.

Sòmente em abril do ano passado é que foi levantado o seqüestro, em face de uma transação entre as partes litigantes, que pôs fim à lide.

A nova política posta em prática pela Amforp objetivando desobrigar-se dos serviços públicos a seu cargo, bem como a ameaça da reversão dos bens ao fim do prazo contratual, fêz com que aquêle grupo minimizasse os investimentos na rêde de distribuição de energia elétrica do Recife, razão por que a Celpe, ao assumir o seu contrôle, encontrou suas instalações inteiramente deficientes.

Durante o período em que a rêde de distribuição de energia elétrica do Recife estêve sob administração judicial, as ampliações e melhoramentos nêle ocorrido, ainda que sob o prisma de otimização da relação custo/benefício, não foram, entretanto, suficientes para que a Celpe recebesse a rêde sem problemas inquietantes.

As limitações impostas pela situação daquela administração sempre restringida por dispositivos legais e impossibilitada de captar recursos externos, tornaram impossível a reabilitação do serviço e sua condução para um desenvolvimento compatível com o da cidade, estimulado exacerbadamente pelos incentivos trazidos pela Sudene.

UMA SITUAÇÃO DE FATO

Ao assumir o acervo da Pernambuco Tramways, a Celpe teve pela frente um quadro dos mais difíceis. Se bem que as demandas registradas no Recife já fôssem elevadas e ascendentes, elas não traduziam as necessidades de solicitações, de vez que a capacidade de fornecimento do sistema estava inteiramente restringida pela deficiência das instalações. Reduzido número de subestações de distribuição, a incoveniente distribuição das potências instaladas nas mesmas, capacidade de transformação dos postos de transformação reduzida, alimentadores longos e sobrecarregados e rêde de baixa tensão superdimensionada, no que se refere às áreas atendidas pelos postos de transformação, e subdimensionada quanto à capacidade dos condutores, eram causas das restrições do sistema.

A importância regional da cidade do Recife, as sérias deficiências do sistema distribuidor, além de sua expressiva taxa de crescimento, estimada para os próximos anos em 11%, determinaram a elaboração de um plano diretor que incluísse, de maneira integrada, as regiões do Recife, Olinda, Beberibe, Casa Amarela, Dois Irmãos, Várzea e Boa Viagem (Prazeres e Piedade).

REFORMA DA RÊDE DO RECIFE

A grande preocupação da Celpe, tão logo teve sob a sua responsabilidade o acervo da antiga concessionária Pernambuco Tramways, não faz um ano, foi de promover a reforma geral da rêde de distribuição de energia elétrica do Recife, àquela altura, como já foi dito, com suas instalações inteiramente deficientes.

Como ponto de partida, a Companhia formou uma equipe — Núcleo de Reforma do Recife — e entregou-se à grande tarefa de elaborar um projeto global, visando não apenas a atualização do sistema distribuidor existente, mas, acima de tudo, capacitá-lo para futuras ampliações, acompanhando o surto desenvolvimentista por que passou o Estado.

Com apenas 11 meses de instalada, essa equipe já projetou cêrca de 70% do projeto global, o qual foi dividido em sete canteiros de obras, atendendo a critérios geo-econômicos da cidade.

Dos sete canteiros, quatro já têm os seus projetos inteiramente concluídos, prevendo-se para junho a conclusão dos três restantes.

Simultâneamente, a Celpe atacou a execução dos trabalhos relativos à reforma da rêde de distribuição, particularmente no canteiro da zona sul — Boa Viagem, Pina e Imbiribeira — caracterizado por extraordinário crescimento e, conseqüentemente, de grande consumo de energia elétrica.

Dos trabalhos de Boa Viagem, cujas duas primeiras etapas já estão pràticamente concluídas, a Celpe cuidou fundamentalmente da rêde de alta tensão e da implantação de 179 transformadores — adicionados a 64 já existentes — o que representa um aumento de 278% na transformação energética, elevando a potência para 20 257,5 kVA.

Os trabalhos da rêde de baixa tensão, pelo alto custo dos mesmos serão realizados numa outra etapa, devendo a equipe que vem funcionando na execução do projeto ser transferida para os canteiros de Beberibe e Casa Amarela, a fim de dar andamento aos trabalhos do projeto global.

Quanto ao canteiro de Olinda, já tem os seus trabalhos inteiramente concluídos, uma vez que se tratava do único onde já se procedia reformas pela Celpe, com recursos oriundos da Sudene.

A estimativa total para a reforma do sistema de distribuição de energia elétrica do Recife é de vinte e cinco milhões de cruzeiros novos, devendo-se notar que o baixo custo do projeto para a referida reforma é de aproximadamente 1%, uma vez que na sua elaboração foram apenas utilizados técnicos da própria emprêsa, que em boa hora procurou prestigiar os valôres da região.

Para continuidade da reforma, a Diretoria da Celpe vem empreendendo esforços junto aos órgãos financeiros internacionais, no sentido de conseguir meios e empréstimos, os quais, desde que liberados, permitirão a conclusão da mesma dentro de três anos aproximadamente.

Como se vê, do ponto-de-vista da distribuição de energia elétrica, o processo de desenvolvimento por que passam o Recife e o Estado, não sofrerá qualquer estrangulamento, estando garantido às indústrias o seu suprimento energético.

ELEVAÇÃO DO CAPITAL

Sem sombra de dúvidas, um dos fatos de mais destaque do extraordinário crescimento alcançado pela Celpe encontra-se na elevação do seu capital social.

Dos NCr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros novos) correspondentes ao capital inicial, a Celpe ascendeu o mesmo para NCr$ 30 513 432,00 (trinta milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e trinta e dois cruzeiros novos), revelando um aumento da ordem de aproximadamente 30 413% em relação ao capital inicial, no período de três anos.

Claro está que para êsse aumento concorreu de maneira definitiva o reinvestimento dos lucros, contribuindo para isto também a reavaliação do ativo.

OBRAS E SERVIÇOS

O montante aplicado em reformas, extensões e obras especiais, inclusive aquelas em andamento, no ano passado, elevou-se a NCr$ 4 726 919,12 (quatro milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e dezenove cruzeiros novos e doze centavos).

Além dos investimentos feitos na reforma e ampliação da rêde do Grande Recife, outros se processaram em todo o Estado, onde a Celpe promove a distribuição elétrica em 305 localidades, ou sejam 154 cidades, 85 vilas e 66 povoados.

No ano de 1968, ela adquiriu um total de 831 365 MWh e distribuiu 737 031 MWh, com perdas, por conseguinte, de 94 334 MWh, que correspondem a 11,35%.

A energia elétrica é distribuída em corrente alternada com a freqüência de 60 ciclos por segundo. Para o suprimento das diversas rêdes de distribuição, são adotadas as tensões de transmissão de 69 kV, 138 kV e 230 kV, sendo que essas últimas são tensões próprias das linhas de transmissão da Chesf.

REORGANIZAÇÃO DA EMPRÊSA

Muito embora tivesse adquirido apenas os bens e instalações de eletricidade da Pernambuco Tramways, a Celpe por fôrça da elevada especialização do pessoal existente naquela emprêsa, tornou-se sucessora da mesma no âmbito trabalhista.

Com isso passou a contar 1 839 empregados, sendo 566 do seu quadro original e 1 273 da antiga Tramways, havendo, conseqüentemente, em vários casos, duplicidade de funções de pessoas e órgãos meios, o que levou a Celpe a contratar os serviços de firmas especializadas para a avaliação dos cargos e salários e integração dos dois quadros de pessoal, bem como para a reorganização da própria emprêsa.

Com êstes elementos e êstes programas e metas de trabalho a Companhia de Eletricidade de Pernambuco vem desenvolvendo as premissas do Govêrno, distribuindo dentro das mais modernas técnicas a energia elétrica abundante, contribuindo decisivamente para o programa de Govêrno que visa dotar o Estado de fortes índices desenvolvimentistas, no panorama nordestino.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE PERNAMBUCO – CELPE

Diretoria:

Diretor-presidente: Eng.º Alde de Castro Salgado

Diretor-vice-presidente: Eng.º Arnaldo Rodrigues Barbalho

Diretor-administrativo: Eng.º Moisés Binder

Diretor-superintendente do Sistema Recife: Eng.º José Rildo Marques de Almeida

Diretor-superintendente do Sistema Interior: Eng.º Gastão Luís de Andrade Lima.

Capital integralizado: 30 513 432,00 (trinta milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e trinta e dois cruzeiros novos). Localidades servidas, inclusive capital do Estado: 305.

número de consumidores 300 000
demanda mensal ...... 200 000 kW
venda mensal .... 70 000 000 kWh

linhas de transmissão: 4 000 quilômetros na tensão de 13,8 kV

subestações: 7 (sete), com uma capacidade total de 42 500 kVA

Ativo Imobilizado: NCr$ 82 720 000,00

Sociedade de economia mista controlada pelo Govêrno do Estado, que detém 98% das ações. Sede social: Rua da Aurora, 487, Recife.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E MELHORIA DO ABASTECIMENTO

MAURÍCIO RANGEL REIS

No Programa Estratégico do Govêrno federal para o período 1968/1970, ora em execução, a modernização da agricultura e a melhoria do sistema de abastecimento constituíram pontos em destaque.

A ênfase concedida à agricultura, abrangendo projetos e ações referentes ao aumento da produção e produtividade agrícola e à melhoria do sistema de abastecimento, compreendendo projetos da esfera governamental e estímulos à iniciativa privada, fêz parte de um nôvo modêlo ou concepção de desenvolvimento econômico segundo o qual tanto a indústria como a agricultura deveriam constituir fatôres de dinamismo de forma a fortalecer o mercado interno.

Essa nova formulação estratégica, apresentada em detalhe no volume I da *Síntese do Programa de Govêrno*, baseou-se nos sinais evidentes de redução do ritmo de expansão industrial em decorrência das limitações do mercado após o extraordinário surto de progresso verificado nos últimos 20 anos, resultante da política de substituição de importações que lastreou o desenvolvimento da indústria.

A nova etapa de desenvolvimento econômico da Nação brasileira deveria incorporar a população rural no progresso econômico e social, reduzir as desigualdades de desenvolvimento regional, alcançar melhor distribuição da renda, ampliar as indústrias, fortalecer a agricultura, aumentar as taxas de poupança e de investimento, desenvolver a moderna tecnologia, expandir o comércio exterior e acelerar o aproveitamento do imenso potencial produtivo da Nação brasileira.

Em todo êsse imenso esfôrço a realizar é pouco válido destacar um ou outro programa. As prioridades básicas selecionadas exigem ataque maciço e simultâneo, procurando fortalecer e relacionar os fatôres produtivos, impulsionar a oferta e assegurar o crescimento da demanda. No tocante à agricultura o Programa incluiu, além dos projetos e ações referentes ao aumento da produção e dos níveis de produtividade, a intensificação da reforma agrária, como um dos seus principais objetivos.

REFORMA AGRÁRIA

Em novembro de 1964, a aprovação da Lei n.º 4 504 — Estatuto da Terra — permitiu que se desse início à reforma agrária após anos de incompreensões sôbre o significado dêsse programa e da apresentação ao Congresso Nacional de dezenas de projetos de lei sôbre a matéria, sem maior sucesso. Apesar da aprovação do Estatuto da Terra, a reforma agrária não apresentou no período 1965/68 a evolução esperada. Volta-se mesmo a discutir a validade e o significado de sua execução. Consideram alguns que maior proveito se alcançaria através da intensificação de projetos de aumento da produção e melhoria dos níveis de produtividade agropecuária. Outros defendem, ainda, explícita ou implicitamente, o atual sistema de posse da terra, que se caracteriza pelo alto grau de concentração territorial, e não atribuem maior importância ao fato de prevalecerem relações anacrônicas de trabalho entre proprietários e empregados, considerando-as condições peculiares da agricultura, procurando-se manter o direito de propriedade acima de tudo.

Na realidade, a reforma agrária é parte de um conjunto de medidas necessárias à modernização da agricultura, levando em conta aspectos relacionados com o aumento da produtividade agrícola, embora tenha por base a correção da estrutura fundiária, eliminando os principais defeitos de distribuição e utilização da terra.

Há certos conceitos errôneos sôbre a reforma agrária, comumente divulgados, que não correspondem à realidade. Um dêles é de que a reforma é contrária à emprêsa rural ou à grande propriedade. Trata-se de idéia falsa desde que o seu objetivo básico é o aproveitamento mais adequado dos fatôres produtivos, principalmente a terra, o que constitui finalidade de uma emprêsa razoàvelmente organizada. De fato, uma das principais finalidades dos programas de reforma agrária e de modernização da agricultura é o fortalecimento das emprêsas rurais e da grande propriedade, desde que devidamente exploradas. Não há, pois, qualquer incompatibilidade entre a existência da emprêsa rural e a realização da reforma agrária. Outro conceito errôneo é o de que a reforma tem como objetivo único, ou principal, formar propriedades familiares. Realmente, o Estatuto da Terra concedeu grande ênfase ao sistema familiar para a exploração agrícola na reforma agrária brasileira. Trata-se, porém, de uma das opções nos projetos de reforma e os estudos que vêm sendo desenvolvidos por técnicos do IBRA procuram outras formas de exploração que levam a utilizar sistemas mais apropriados de exploração agrícola, através do cooperativismo ou de organizações de caráter associativo que possam ser transformados, após certo tempo, em cooperativas ou emprêsas rurais.

Há os que temem a redução do nível de oferta de produtos agrícolas como consequência da reforma agrária. No caso brasileiro não há fundamento nessa hipótese. Pelo contrário, a reforma agrária, concentrando sua ação em áreas prioritárias não exploradas, associando-se aos projetos de irrigação, procurando desenvolver as áreas pouco ou não utilizadas pode gerar mesmo um aumento da oferta. É claro que se a reforma agrária brasileira perseguisse um aumento da oferta agrícola, como sucedeu, por exemplo na reforma venezuelana que praticou, na agricultura, através da reforma agrária, um processo de substituição de importações de produtos agrícolas, poderia ocorrer um aumento substancial da produção, e, portanto, uma redução nos preços dos produtos agrícolas, gerando desestímulos aos produtores a não ser que simultâneamente se verificasse aumento substancial da renda *per capita*, nas cidades e nos campos e, portanto, da demanda de produtos agrícolas. É necessário observar que, para os produtos agrícolas, os coeficientes de elasticidade e os níveis de renda da população mostram que existe larga margem para ampliar o consumo individual.

INTENSIFICAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Após o advento do Estatuto da Terra — Lei n.º 4 504, de 30 de novembro de 1964 — e criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ficou o Poder Executivo dotado dos elementos necessários à execução da reforma agrária no país. Definidas cinco áreas prioritárias: a primeira, abrangendo parte limitada de Pernambuco e Paraíba; a segunda, o Distrito Federal (região de Brasília), 29 municípios de Goiás e 10 de Minas Gerais; a terceira, a zona rural da Guanabara, o Estado do Rio de Janeiro, a Zona da Mata e nove municípios de Minas Gerais; a quarta, o Estado do Rio Grande do Sul, enquanto que a quinta abrangeu todo o Estado do Ceará, o IBRA iniciou o trabalho de cadastramento dos imóveis rurais, o que permitiu lançar o sistema de tributação através do impôsto territorial rural; prosseguiu o trabalho de regularização e contrôle de terras públicas e procurou iniciar alguns projetos nas áreas prioritárias. Por diversos motivos, porém, não foi possível ao IBRA desenvolver um programa intensivo de reforma agrária desde 1964, figurando no Programa Estratégico do Govêrno metas referentes ao cadastramento e tributação e outras atividades sem contemplar, porém, projetos fundamentais referentes à implantação de novas unidades de exploração em áreas prioritárias de reforma agrária.

Em 18 de setembro de 1968, o Govêrno federal decidiu criar o Grupo Interministerial de Trabalho, com o objetivo de examinar os obstáculos à efetiva execução da reforma agrária e apontar soluções. O Grupo de Trabalho, criado por expressa determinação do Presidente da República, teve por base uma exposição de motivos encaminhada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral na qual já se indicavam alguns pontos nos quais o Grupo de Trabalho deveria deter-se: a) exame e revisão da legislação vigente; b) principais obstáculos de caráter administrativo, institucional e financeiro; c) reexame das áreas prioritárias; d) medidas específicas de amparo aos trabalhadores rurais; e) exame dos aspectos relacionados com a tributação para fins de reforma agrária, destinação e aplicação de recursos arrecadados; f) revisão dos projetos em execução ou em estudo.

Um dos aspectos mais importantes a considerar era que os poucos projetos que o IBRA procurou levar avante apresentavam custo excessivo e não atendiam a um número significativo de beneficiários. Faltara, também, até então, uma definição mais clara dos objetivos básicos da reforma agrária. Embora deva reconhecer-se a dificuldade de defini-los com clareza desde que podem variar segundo a região do país, e, portanto, com as características locais, tornava-se necessário aprofundar as análises sôbre a distribuição territorial, relacionar a extensão dos imóveis com os níveis de produção e de produtividade, com a utilização de fôrça de trabalho, com o nível tecnológico e outros fatôres. Todos êsses aspectos devem ser considerados em uma estratégia de desenvolvimento e modernização de agricultura.

Deve-se ter em mira dois tipos básicos de unidades de exploração agrícola: uma do tipo de emprêsa rural, geralmente propriedades de grande extensão, operando com alta produtividade, usando a moderna tecnologia: sementes melhoradas, fertilizantes e corretivos, processos culturais ou de criação adequados: mecanização, irrigação e outros métodos modernos. Deverão ter acesso a sistemas especiais de financiamento, global ou parcial para desenvolvimento das emprêsas, em escala apreciável.

Produzirão para o mercado interno ou para a exportação. Deverão utilizar mão-de-obra assalariada, cumprindo a legislação trabalhista e não usando sistemas de produção baseados em arrendamento, parceria, colonato ou assemelhados. Nas emprêsas rurais, a moderna tecnologia substituirá progressivamente a mão-de-obra, não se devendo, pois, procurar a solução do excesso de fôrça de trabalho no campo (50% da fôrça de trabalho total) através da organização empresarial no setor agropecuário desde que é indispensável perseguir o aumento da produtividade agrícola, por unidade de superfície ou por pessoa ocupada, a fim de reduzir custos, contribuir para a estabilidade de preços e concorrer com possibilidades no mercado externo.

O aumento geral de produtividade do sistema e o melhor aproveitamento das terras no processo de reforma agrária permitirá, por outro lado, o fortalecimento da propriedade agrícola de tamanho médio ou mesmo da propriedade pequena, desde que não inferior a determinado limite, assegurando-se a posse da terra aos que trabalham em parcelas individuais, em cooperativas de produção ou outras formas associativas. Essas propriedades usarão mão-de-obra familiar e eventualmente assalariados e às mesmas deverão ser asseguradas, também, financiamentos em limite menor, utilizando-se de preferência modalidades de crédito orientado ou supervisionado. As propriedades agrícolas de tamanho médio e pequeno, cujo número se ampliará através da reforma agrária, utilizarão a maior parte da fôrça de trabalho na agricultura. As formas cooperativas ou associativas poderão ser gradativamente elevadas às categorias assemelhadas à das emprêsas rurais, à medida que introduzirem a tecnologia moderna capaz de elevar-lhes a produtividade.

PRINCIPAIS OBSTACULOS

Procurou o Grupo Interministerial identificar os principais obstáculos à realização da reforma agrária observando os temas básicos indicados em princípio, tendo caracterizado os seguintes:

1. Falta de uma clara definição dos objetivos básicos da reforma agrária brasileira;
2. Delimitação de áreas prioritárias sem estudos prévios adequados que as justificassem;
3. Elaboração de projetos de elevado custo, atendendo a pequeno número de beneficiários; preparo de projetos por firmas consultoras sem maior participação dos próprios técnicos do IBRA;
4. Falta de clara indicação de metas a alcançar no tocante à implantação maciça de novas unidades;

Inexistência de participação dos beneficiários de reforma agrária na preparação dos projetos;

Deficiente organização do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, resultando em extrema complexidade do órgão, paralelismo de atuação com outras entidades do Govêrno; desperdício de esforços e recursos. Falta de coordenação entre as próprias unidades do IBRA.

7. Ausência de articulação do IBRA com outros órgãos do Governo federal, com organismos estaduais e entidades privadas, não se tendo alcançado integral solidariedade dos órgãos governamentais no programa de reforma agrária;
8. Falta de recursos financeiros, progressiva redução das dotações orçamentárias; deslocamento para a órbita dos municípios do impôsto territorial rural, inexistência de recursos próprios desde que as fontes principais de recursos constantes do Fundo Nacional de Reforma Agrária não foram confirmadas, tais como: 3% da receita tributária da União tornados indisponíveis pela Constituição — que impediu a vinculação de receitas, 20% das dotações globais dos organismos regionais para aplicação em projetos de reforma agrária, o que não foi possível mobilizar até o momento, e contribuição de melhoria, para cuja cobrança falta adequada regulamentação;
9. Deficiente legislação sôbre desapropriação de terras;
10. Limite estabelecido no Estatuto da Terra, quanto à emissão dos títulos da dívida agrária no montante máximo de circulação de NCr$ 300 milhões, exigindo regulamentação que faculte a correção monetária dos referidos títulos para pagamento da terra.

As proposições sugeridas pelo Grupo Interministerial procuram eliminar êsses principais obstáculos, apresentando soluções que foram concretizadas nos seguintes instrumentos de execução:

1. Transferência total ou parcial do impôsto territorial rural para a União, vinculando-se à execução de programas reforma agrária e desenvolvimento rural.
2. Transferência dos recursos próprios do INDA para o IBRA, reservando-se 30% para o desenvolvimento do programa de eletrificação rural, através do INDA ou de subsidiária da Eletrobrás cuja criação se cogita.
3. Aplicação na reforma agrária do montante de 3% do impôsto de renda (proposição ainda não aceita pelo Govêrno federal).
4. Correção no limite dos Títulos da Dívida Agrária em circulação.
5. Nova sistemática para a desapropriação de terras nas áreas prioritárias de reforma agrária, assegurando-se a imissão da posse e o pleno domínio do imóvel desapropriado desde que proposta a ação e efetuado o pagamento das terras em título e das benfeitorias em dinheiro, conforme determina a legislação em vigor. Fixação do critério para determinação do valor da terra e das benfeitorias nos imóveis desapropriados, aceitando-se a declaração dos proprietários para efeito do pagamento do impôsto territorial rural como base.
6. Delimitação da atuação do IBRA em zonas dominadas subáreas de reforma agrária a fim de não dispersar esforços, evitando designação de extensas áreas prioritárias sem resultados práticos. As subáreas prioritárias deverão ser selecionadas em função de determinados requisitos básicos quais sejam: a) existência de vultosas inversões governamentais em obras de irrigação e outras realizadas pelo Poder Público; b) manifesta tensão social; c) existência de latifúndios improdutivos em áreas próximas aos mercados.
7. Fixação de metas quantitativas referentes ao número de novas unidades de exploração nas subáreas prioritárias.
8. Reorganização administrativa do IBRA, simplificando-a, extinguindo órgãos inoperantes, companhias estatais deficitárias cuja atuação em nada favorece a reforma agrária.
9. Criação de um fundo especial para atender ao financiamento dos beneficiários do programa de reforma agrária, com recursos específicos para êsse fim.
10. Adoção de nova metodologia de execução de projetos de reforma agrária com a utilização de sistema de agricultura de grupos, como uma das opções.

No grande esfôrço a realizar para a modernização da agricultura a Reforma Agrária deverá desempenhar importante papel desde que haja, sempre, preocupação básica para definir seus objetivos e precisar as ações a serem executadas. É necessário orientar o desenvolvimento agrícola, assegurando a coexistência da emprêsa rural, operando com alta produtividade para o mercado interno e a exportação, com a propriedade de tamanho médio e pequeno (até certo limite), utilizando menos a tecnologia moderna, usando técnicas mais simples, empregando maior proporção de mão-de-obra. Deve-se evitar os tipos de arrendamento e parceria e as relações de emprêgo ultrapassadas que não se compadecem com a época vigente. Deverão ser utilizados, ao máximo, sistemas associativos ou cooperativos de produção agrícola a fim de maximizar os resultados. A política de desenvolvimento deve perseguir, também, a utilização da mão-de-obra no meio rural *fora do setor agrícola*, em programas de estradas rurais, de obras de irrigação, de industrialização rural, desconcentrando os grandes centros urbanos, através da melhoria de povoados e vilas, multiplicando os serviços de utilidade pública, os melhoramentos urbanos nas cidades menores, alargando os *mercados* que constituem o verdadeiro propulsor do desenvolvimento econômico e social.

A Celpe tem respeitado os aspectos urbanísticos da cidade. Na ponte do Pina, a Companhia utilizou cabos subterrâneos para acesso àquele bairro

CELPE ASSEGURA ENERGIA PARA O PROGRESSO DE PERNAMBUCO

Com apenas três anos de existência, a Companhia de Eletricidade de Pernambuco — Celpe — alcançou grandes progressos, que podem muito bem ser traduzidos, tanto na extraordinária elevação de seu capital social, hoje com NCr$ 30 513 432,00, como no planejamento e execução de tarefas do maior porte, tal a reforma da rêde distribuidora do Recife.

Apesar das dificuldades próprias na distribuição de energia elétrica em um Estado como Pernambuco — onde são encontradas situações de profundas diferenças em relação às condições geográficas, sociais e econômicas — a Celpe vem apresentando, do ponto-de-vista da qualidade e da quantidade, um padrão de serviços sempre em ascensão.

UMA HISTÓRIA DE SETENTA ANOS

A história da iluminação pública e domiciliar no Estado de Pernambuco teve o seu início em fins do século passado, quando o Estado firmou um contrato com a Filden Brothers, mais tarde, em 1913, transferido para a Pernambuco Tramways Company Limited, que objetivava a implantação progressiva da iluminação, à base de lâmpadas elétricas incandescentes da cidade do Recife.

Por volta de 1928, o contrôle acionário daquela concessionária foi adquirido pelo grupo Amforp, encerrando-se em 1962 o prazo concedido para distribuição de energia elétrica nesta capital. Naquela ocasião, por divergências de interpretação contratual, especialmente no que dizia respeito à reversão dos bens, a União, o Estado de Pernambuco e a Tramways entraram em demanda judicial.

Considerando que o litígio se prendia a direito sôbre patrimônio ligado a serviço de utilidade pública, o Poder Judiciário determinou o seqüestro dos bens, nomeando, então, o prof. Arnaldo Barbalho para administrar o acervo.

Sòmente em abril do ano passado é que foi levantado o seqüestro, em face de uma transação entre as partes litigantes, que pôs fim à lide.

A nova política posta em prática pela Amforp objetivando desobrigar-se dos serviços públicos a seu cargo, bem como a ameaça da reversão dos bens ao fim do prazo contratual, fêz com que aquêle grupo minimizasse os investimentos na rêde de distribuição de energia elétrica do Recife, razão por que a Celpe, ao assumir o seu contrôle, encontrou suas instalações inteiramente deficientes.

Durante o período em que a rêde de distribuição de energia elétrica do Recife estêve sob administração judicial, as ampliações e melhoramentos nêle ocorrido, ainda que sob o prisma de otimização da relação custo/benefício, não foram, entretanto, suficientes para que a Celpe recebesse a rêde sem problemas inquietantes.

As limitações impostas pela situação daquela administração sempre restringida por dispositivos legais e impossibilitada de captar recursos externos, tornaram impossível a reabilitação do serviço e sua condução para um desenvolvimento compatível com o da cidade, estimulado exacerbadamente pelos incentivos trazidos pela Sudene.

UMA SITUAÇÃO DE FATO

Ao assumir o acervo da Pernambuco Tramways, a Celpe teve pela frente um quadro dos mais difíceis. Se bem que as demandas registradas no Recife já fôssem elevadas e ascendentes, elas não traduziam as necessidades de solicitações, de vez que a capacidade de fornecimento do sistema estava inteiramente restringida pela deficiência das instalações. Reduzido número de subestações de distribuição, a inconveniente distribuição das potências instaladas nas mesmas, capacidade de transformação dos postos de transformação reduzida, alimentadores longos e sobrecarregados e rêde de baixa tensão superdimensionada, no que se refere às áreas atendidas pelos postos de transformação, e subdimensionada quanto à capacidade dos condutores, eram causas das restrições do sistema.

A importância regional da cidade do Recife, as sérias deficiências do sistema distribuidor, além de sua expressiva taxa de crescimento, estimada para os próximos anos em 11%, determinaram a elaboração de um plano diretor que incluisse, de maneira integrada, as regiões do Recife, Olinda, Beberibe, Casa Amarela, Dois Irmãos, Várzea e Boa Viagem (Prazeres e Piedade).

REFORMA DA RÊDE DO RECIFE

A grande preocupação da Celpe, tão logo teve sob a sua responsabilidade o acervo da antiga concessionária Pernambuco Tramways, não faz um ano, foi de promover a reforma geral da rêde de distribuição de energia elétrica do Recife, àquela altura, como já foi dito, com suas instalações inteiramente deficientes.

Como ponto de partida, a Companhia formou uma equipe — Núcleo de Reforma do Recife — e entregou-se à grande tarefa de elaborar um projeto global, visando não apenas a atualização do sistema distribuidor existente, mas, acima de tudo, capacitá-lo para futuras ampliações, acompanhando o surto desenvolvimentista por que passou o Estado.

Com apenas 11 meses de instalada, essa equipe já projetou cêrca de 70% do projeto global, o qual foi dividido em sete canteiros de obras, atendendo a critérios geo-econômicos da cidade.

Dos sete canteiros, quatro já têm os seus projetos inteiramente concluídos, prevendo-se para junho a conclusão dos três restantes.

Simultâneamente, a Celpe atacou a execução dos trabalhos relativos à reforma da rêde de distribuição, particularmente no canteiro da zona sul — Boa Viagem, Pina e Imbiribeira — caracterizado por extraordinário crescimento e, conseqüentemente, de grande consumo de energia elétrica.

Dos trabalhos de Boa Viagem, cujas duas primeiras etapas já estão pràticamente concluídas, a Celpe cuidou fundamentalmente da rêde de alta tensão e da implantação de 179 transformadores — adicionados a 64 já existentes — o que representa um aumento de 278% na transformação energética, elevando a potência para 20 257,5 kVA.

Os trabalhos da rêde de baixa tensão, pelo alto custo dos mesmos serão realizados numa outra etapa, devendo a equipe que vem funcionando na execução do projeto ser transferida para os canteiros de Beberibe e Casa Amarela, a fim de dar andamento aos trabalhos do projeto global.

Quanto ao canteiro de Olinda, já tem os seus trabalhos inteiramente concluídos, uma vez que se tratava do único onde já se procedia reformas pela Celpe, com recursos oriundos da Sudene.

A estimativa total para a reforma do sistema de distribuição de energia elétrica do Recife é de vinte e cinco milhões de cruzeiros novos, devendo-se notar que o baixo custo do projeto para a referida reforma é de aproximadamente 1%, uma vez que na sua elaboração foram apenas utilizados técnicos da própria emprêsa, que em boa hora procurou prestigiar os valôres da região.

Para continuidade da reforma, a Diretoria da Celpe vem empreendendo esforços junto aos órgãos financeiros internacionais, no sentido de conseguir meios e empréstimos, os quais, desde que liberados, permitirão a conclusão da mesma dentro de três anos aproximadamente.

Como se vê, do ponto-de-vista da distribuição de energia elétrica, o processo de desenvolvimento por que passam o Recife e o Estado, não sofrerá qualquer estrangulamento, estando garantido às indústrias o seu suprimento energético.

ELEVAÇÃO DO CAPITAL

Sem sombra de dúvidas, um dos fatos de mais destaque do extraordinário crescimento alcançado pela Celpe encontra-se na elevação do seu capital social.

Dos NCrS 100 000,00 (cem mil cruzeiros novos) correspondentes ao capital inicial, a Celpe ascendeu o mesmo para NCr$ 30 513 432,00 (trinta milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e trinta e dois cruzeiros novos), revelando um aumento de da ordem de aproximadamente 30 413% em relação ao capital inicial, no período de três anos.

Claro está que para êsse aumento concorreu de maneira definitiva o reinvestimento dos lucros, contribuindo para isto também a reavaliação do ativo.

OBRAS E SERVIÇOS

O montante aplicado em reformas, extensões e obras especiais, inclusive aquelas em andamento, no ano passado, elevou-se a NCr$ 4 726 919,12 (quatro milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e dezenove cruzeiros novos e doze centavos).

Além dos investimentos feitos na reforma e ampliação da rêde do Grande Recife, outros se processaram em todo o Estado, onde a Celpe promove a distribuição elétrica em 305 localidades, ou sejam 154 cidades, 85 vilas e 66 povoados.

No ano de 1968, ela adquiriu um total de 831 365 MWh e distribuiu 737 031 MWh, com perdas, por conseguinte, de 94 334 MWh, que correspondem a 11,35%.

A energia elétrica é distribuída em corrente alternada com a freqüência de 60 ciclos por segundo. Para o suprimento das diversas rêdes de distribuição, são adotadas as tensões de transmissão de 69 kV, 138 kV e 230 kV, sendo que essas últimas são tensões próprias das linhas de transmissão da Chesf.

REORGANIZAÇÃO DA EMPRÊSA

Muito embora tivesse adquirido apenas os bens e instalações de eletricidade da Pernambuco Tramways, a Celpe por fôrça da elevada especialização do pessoal existente naquela emprêsa, tornou-se sucessora da mesma no âmbito trabalhista.

Com isso passou a contar 1 839 empregados, sendo 566 do seu quadro original e 1 273 da antiga Tramways, havendo, consequentemente, em vários casos, duplicidade de funções de pessoas e órgãos meios, o que levou a Celpe a contratar os serviços de firmas especializadas para a avaliação dos cargos e salários e integração dos dois quadros de pessoal, bem como para a reorganização da própria emprêsa.

Com êstes elementos e êstes programas e metas de trabalho a Companhia de Eletricidade de Pernambuco vem desenvolvendo as premissas do Govêrno, distribuindo dentro das mais modernas técnicas a energia elétrica abundante, contribuindo decisivamente para o programa de Govêrno que visa dotar o Estado de fortes índices desenvolvimentistas, no panorama nordestino.

Integrados na paisagem do velho Recife, vêem-se a cada passo os operários da Celpe, ora instalando gigantescos transformadores, ora fazendo a rêde de alta tensão

Concluídas as duas primeiras etapas do canteiro sul do Recife, a Celpe volta agora sua atenção para a zona norte da cidade, pondo em execução o plano de reforma e ampliação da rêde de distribuição

A Estrada da Imbiribeira, onde se localiza a maior parte das novas indústrias em implantação no Recife, recebeu da Celpe especial atenção, já estando concluídas as obras de instalação da rêde de alta tensão e de transformadores

ANÁLISE DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

DIRCEU MATHIAS ROSA

Antes de desencadearem-se no comércio internacional as restrições que ativaram o processo de substituição de importações a agricultura era o pólo dinâmico do desenvolvimento brasileiro, voltada essencialmente para atender a demanda externa por produtos primários, com concentração em um único produto de exportação — o café.

O Brasil era, portanto, até algumas décadas um país essencialmente agrícola. Em 1947, quando o processo de substituição de importações estava em sua segunda década de maior efetivação, a participação da agricultura na formação da renda interna e na ocupação de mão-de-obra situava-se, como hoje, em primeiro plano.

Decorridos 20 anos, e mudado o pólo dinâmico do desenvolvimento, o panorama da liderança setorial, apesar da ênfase dada à industrialização, permanece inalterado. Como mostra a tabela a seguir, os principais itens de renda interna, segundo as atividades, não modificaram sua posição no decorrer das últimas décadas; até 1964 sòmente em 1963 foi maior a participação da indústria, ocorrendo na presente década maior concentração percentual nos itens majoritários: agricultura e indústria.

PRINCIPAIS ITENS DA RENDA INTERNA SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE

NCr$ milhões — E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA RENDA INTERNA

	1947		1948		1957		1958		1963		1964	
Agric.	37,7	26,9%	44,8	28,3%	243,2	27,9%	271,4	25,7%	2 131,0	27,3%	4 414,9	29,2%
Ind.	30,0	21,4%	34,2	21,6%	203,9	23,4%	264,9	25,1%	2 145.8	27,5%	4 239,5	28,1%
Com.	23,4	16,7%	24,7	15,6%	109,1	12,5%	145,7	13,8%	....		....	
Serv.	21,2	15,1%	22,4	14,1%	108,9	12,5%	129,5	12,3%	....		....	
Renda Int.	140,2		158,5		871,9		1 056,2		7 796,7		15 107,2	

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia
Fundação Getúlio Vargas

Evidentemente que em face do processo de desenvolvimento adotado e dos recursos que lhe foram destinados, a indústria aproxima-se, principalmente nos últimos anos, da agricultura na formação da renda interna.

O setor agrícola vem mantendo, desde o século passado, a liderança na produção de bens de exportação, persistindo até hoje o café como principal produto da pauta de exportações.

Entre 1900 e 1930 a participação do café nas receitas da exportação foi em média acima de 50%. No quinquênio 1925/9 foi sempre superior a 70%, entre 1930-34 manteve-se 62 e 73%. Com uma oscilação bastante grande entre 1935 e 1960 (34-73%) o café mantém-se ainda hoje como o nosso principal gerador de divisas. A seguir apresentamos tabela em que vemos a participação do café na receita de exportações na década atual.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ — US$ 1 000

Anos	Receita Total	Receita do Café	% do Café Sôbre o Total (US$)
960	1 268 802	712 748	56,17
61	1 402 970	710 439	50,64
62	1 214 185	642 683	53,11
63	1 406 480	746 951	53,11
64	1 429 790	759 915	53,15
65	1 595 479	707 366	44,34
66	1 741 442	773 522	44,42
67	1 654 037	732 987	44,32

Fonte: SEEF — Min. Fazenda

No Brasil a producão cafeeira influiu diretamente no processo de distribuição de renda e industrialização. Utilizando grande quantidade de mão-de-obra e gerando renda que ficava dentro do próprio país o café foi responsável pela criação de um mercado interno de proporções consideráveis que era a princípio atendido por oferta externa.

Diante das restrições verificadas no comércio internacional, primeiro com a guerra mundial 1914-18, depois com a grande depressão de 1930 e finalmente com a Segunda Guerra Mundial, o Brasil, como os demais países da América Latina, passou de uma economia primária exportadora para um processo de industrialização que visava a atender o mercado interno, ofertando os produtos já participantes da escala de consumo dêste mercado. O processo foi bastante lento entre 1914 e 1930, quando foi então enfatizado devido a crise de comércio exterior, com a 2.ª Guerra Mundial foi reativado e são as influências desta última fase que mais se fazem sentir no desenvolvimento do país na presente data.

No quadro a seguir comprovamos, pelas quedas repentinas, as restrições ocorridas, nos anos 1929/30 principalmente e durante o período da Guerra 1939-44, na oferta das principais mercadorias da pauta da importação do Brasil.

IMPORTAÇÃO DAS PRINCIPAIS MERCADORIAS (Em milhares de toneladas)

Anos	Gasolina	Óleos Combustíveis	Óleos Lubrificantes	Papel para Impress. Jornais	Parte Química de Madeira Celulose	Pertences e Acess. p/ Autom.	Petróleo Bruto ou Cru	Querosene	Tratores (Unidades) (*)	Trigo em Grão
1929	293,6	336,8	45,4	41,9	49,7	6,9	—	117,3	1,0	746,2
1930	279,5	374,5	21,6	38,6	78,2	2,7	—	90,5	0,4	648,2
1940	368,4	694,1	44,5	42,8	63,7	2,3	49,3	101,7	1,4	857,9
1950	1 618,0	2 308,7	115,5	60,6	131,8	5,4	11,0	236,5	23,7	1 228,4
1960	890,9	2 931,5	213,2	164,5	83,5	30,2	5 683,9	98,2	14,0	2 032,9

Anos	Automóvel p/ Passag. (Utilidade)	Cimento	Barras e Vergalhões de Ferro	Caminhão (Unidade)	Carvão de Pedra	Chassis c/ Motores p/ Caminhões e Semelh.	Cobre em Lingotes	Corantes Anilina	Fôlha-de-Flandres	Fôlha-de-Flandres
1929	29 399	535,3	70,4	24.529	2 087,3	—	6,3	0,3	162,9	25,7
1930	1 688	384,5	20,3	258	1 745,8	—	2,8	0,3	125,3	24,2
1940	13 861	14,9	16,4	186	1 149,5	9 400	4,1	1,9	18,0	66,3
1950	15 012	394,2	17,5	16 316	1 032,7	15 934	21,2	2,1	6,7	48,4
1960	5 524	0,8	2,1	119	536,1	12 768	29,0	1,4	—	85,3
1967	1 936	124,1	—	—	321,6	—	36,4	0,1	0,4	26,7

(*) até 1950, inclusive, quantidade em toneladas.
FONTE: SEEF — Ministério da Fazenda.

Ficam evidenciados os principais ramos dinâmicos que estiveram no tôpo do processo de substituição de importações em nosso país. A política do petróleo, a industrialização do trigo, a permanência da importação do trigo em grão, a queda na importação de carvão mineral, as esperanças da auto-suficiência na produção interna de petróleo, a expansão do mercado e da indústria automobilística, a indústria de tratores, a auto-suficiência adquirida com a indústria siderúrgica são fatos que o quadro mostra por si só, confirmando ou não o êxito da política adotada, que dariam origem a um artigo do tamanho ou maior que êste.

Cumpre-nos, entretanto, ressalvar a situação da indústria do cimento que em decorrência da política habitacional implantada pelo govêrno não conseguiu, quando da dinamização desta, atender ao mercado interno.

Nos anos imediatamente posteriores à II Guerra Mundial o processo de substituição de importação levou o desenvolvimento brasileiro a taxas plenamente satisfatórias. No período 1950/55 a taxa de crescimento médio anual foi de 5,6%, percentagem esta que se elevou para 7% no período 1956/61 quando o Produto Industrial teve uma média de acréscimo superior a 11%. Entretanto a partir de 1962 houve um inesperado declínio na evolução da economia brasileira. Apesar do início da restauração do desenvolvimento verificado nas taxas do crescimento dos últimos anos a média anual de evolução do Produto Interno caiu para apenas 4% no período 1962/67.

Como alguns dos maiores países da América Latina, o Brasil, após eliminar da pauta de importações a quase totalidade dos bens de consumo não duráveis, passou aos bens de consumo duráveis, produtos intermediários e finalmente aos bens de capital.

As influências do processo de desenvolvimento seguido pelo Brasil já se fizeram sentir em todos os setores da economia do país. De um país enfàticamente exportador de produtos primários, e, particularmente, de um único produto, o café, passamos para um grau relativo de dependência externa, incluindo na nossa pauta de exportação outros produtos como minérios de ferro, de manganês, cacau, algodão e açúcar e mais recentemente, em incremento contínuo, os monufaturados. Do lado das importações as modificações são também bastante sensíveis. De importadores de bens de consumo passamos às matérias-primas e aos bens de capital de tecnologia mais avançada, sustentáculos do próprio processo do desenvolvimento industrial.

Na pauta de importação do Brasil constatamos que a maior concentração das importações brasileiras não se vem modificando na presente década mantendo-se principalmente os dois principais itens: as matérias-primas, e máquinas e veículos (até novembro de 1968 num total US$ 1 894 577 mil, os itens citados respondiam por US$ 946 095 mil, ou seja, 49,9% do total das importações). O quadro a seguir exibe as flutuações ocorridas nas importações brasileiras no período de 1963-68.

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US$ 1000)

	1963	1964	1965	1966	1967	1968 (*)
Total Geral	1 486 848	1 263 451	1 096.423	1 496 215	1 667 429	1 894 677
1. Animais Vivos	4 795	1 937	1 409	1 706	2 972	2 492
2. Mat. Primas em Bruto e Prep.	332 753	308 953	272 233	307 940	323 831	319 248
3. Gên. Alim. e Bebidas	250 655	297 605	213 202	276 131	326 468	275 163
4. Prod. Quim. Farm., Sem.	179 465	148 127	174 162	226 109	230 342	282 124
5. Maquinarias, Veic., Pertenc.	436 461	308 731	244 296	381 323	475 002	626 847
6. Manufat., Seg., Mat. Primas	240 610	161 116	155 063	248 558	233 233	269 915
7. Artigos Manuf. Diversos	40 117	35 402	33 531	51 126	61 340	79 281
8. Ouro, Moeda, Transp. Espec.	2 092	1 579	2 707	3 323	14 291	7 187

(*) Jan./nov. — valôres aproximados
FONTE: SEEF: Ministério da Fazenda

No que tange às importações constatamos que na oferta global de bens e serviços apesar das dificuldades do período há uma constante reativação nos últimos três anos, depois das restrições impostas durante os anos de 1964 e 1965.

Muitos são os fatôres a contribuir para a atual fase problemática do desenvolvimento brasileiro. O processo de substituição de importações não conseguiu dilatar, suficientemente, o mercado interno; o benefício social decorrente da evolução de produto interno foi obstado por altas taxas de crescimento demográfico e por uma considerável concentração em sua distribuição, sendo, pois, estabilizados os fatôres que dinamizaram o processo. A inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamento — problemas gerados durante a evolução do processo — são apenas os problemas principais que vêm obtendo por parte do Govêrno amplo programa visando sua solução. Nos quadros apresentados, a análise quantitativa pura e fria dos números esconde um fato insofismável — o elevado efeito multiplicador de renda e emprêgo nos setores onde mais se enfatizou o processo de substituição de importações no Brasil darão margem, corrigidas as distorções originadas durante o próprio processo, a uma continuação benéfica para o país da industrialização e integração do mercado nacional. A atual política adotada pelo Govêrno procura, através da eliminação dos desequilíbrios regionais, integrar o mercado nacional, chegando-se então à retomada do desenvolvimento global do país.

EM DOIS ANOS, 67 CIDADES DO CEARÁ FORAM ELETRIFICADAS PELA CENORTE

Um dos setores que maior rendimento tem apresentado na execução das metas do Govêrno Plácido Castelo tem sido o da eletrificação, no qual a Cenorte — Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará, ocupa o lugar de destaque, com o saldo de 67 cidades eletrificadas em pouco mais de dois anos da atual administração estadual.

Responsável pela eletrificação de mais da metade do território cearense, cujas concessões lhe foram outorgadas pelo Govêrno federal, a Cenorte empregou tôda a fôrça dos seus recursos técnicos e financeiros para levar a energia de Paulo Afonso, oriunda do sistema da Chesf, a todos os municípios de sua área de ação, chegando, em uma semana, a inaugurar a energia elétrica em cinco cidades.

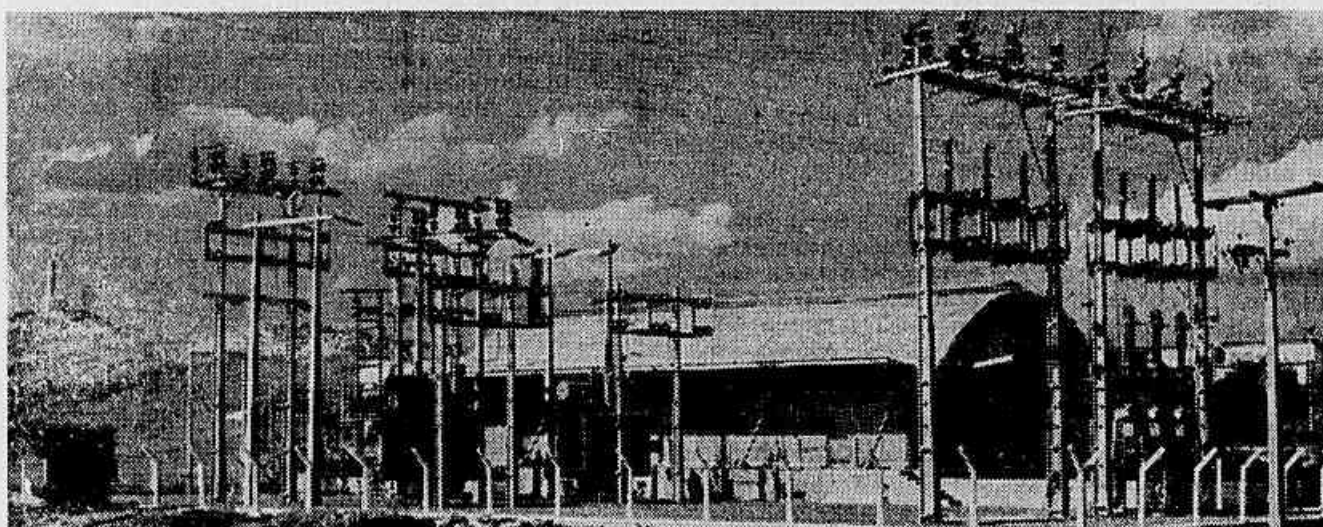
LUZ TODO O DIA

Até seis anos atrás, sòmente Fortaleza e mais duas cidades cearenses dispunham de energia elétrica durante as 24 horas do dia. A quase totalidade era servida apenas pelos pequenos grupos geradores termoelétricos mantidos pelas prefeituras, sujeitas ao desligamento tôdas as noites, e sòmente recebiam energia na área urbana, e assim mesmo entre 17 e 22 horas, no mais das vêzes, Esse sistema era um dos maiores entraves ao desenvolvimento nessas comunidades, onde nem geladeira podiam as famílias possuir, sendo impraticável a instalação de qualquer estabelecimento industrial, mesmo uma pequena oficina.

Hoje, em 57 cidades cearenses, além das já eletrificadas por outras concessionárias, a Cenorte já instalou a energia de Paulo Afonso, permitindo o fornecimento de luz e fôrça durante as 24 horas do dia e com o menor índice já registrado de interrupções, além de permitir a eletrificacão rural e já estar contribuindo para a modernização das fazendas, através da facilidade de utilização de aparelhagem elétrica que sòmente a energia farta e barata poderia permitir.

DOIS MIL QUILOMETROS DE LINHAS

Sòmente nos últimos três anos a Cenorte construiu no Ceará mais de 2 mil quilômetros de linhas de transmissão, destacando-se dentre elas a linha Fortaleza-Sobral-Granja-Camocim-Chaval, medindo no seu todo 349 quilômetros, a maior do gênero já construída na região e que resolveu definitivamente o problema de energia nas principais cidades da zona norte do Ceará, especialmente Sobral, o segundo maior parque industrial cearense, que dantes dependia do sistema energético do açude Araras, que viera substituir o precário serviço termoelétrico que abastecia a cidade há muitos anos, com deficiência e custo alto do quilowatt.

Em 1966 a Cenorte construiu 362 quilômetros de linhas de transmissão, elevando êsse número para 646 quilômetros no ano seguinte e superando as próprias previsões ao instalar, sòmente em 1968, mais 964 quilômetros de linhas por tôda a região Centro e Norte do Ceará, eletrificando tôdas as principais cidades e dezenas de distritos.

NOVA AÇÃO

Atualmente a Cenorte, cumprindo as determinações previstas no seu plano de obras nas metas do Governador Plácido Castelo, está construindo as linhas de transmissão entre Crateús e Tauá, Itaitinga a Coaçu, Guaramiranga a Pernambuquinho, esta última considerada de vital importância para a região da serra de Baturité, zona de extrema fertilidade e que vinha sendo completamente abandonada há tantos anos. Além disso, constrói a subestação de Granja e complementa e amplia rêdes de distribuição em dezenas de cidades, ao mesmo tempo em que puxa para os distritos e fazendas a energia de suas linhas.

Estão ainda em construção, para inauguração nos próximos meses, as rêdes de distribuição das cidades de Trairi, Granja, Piquet Carneiro e Solonópole, enquanto vão ser iniciados os trabalhos de construção das linhas de transmissão de Guaramiranga—Canindé, Tariri—Parambu, Senador Pompeu—Milhã—Solonópole, Granja—Martinópole, Senador Pompeu—Piquet Carneiro, Massapê—Senador Sá—Uruoca, Acaraú—Itarema, Nova Russas—Poranga, Crateús—Nôvo Oriente, Caridade—Paramoti, Redenção—Antônio Diogo—Aracoiaba, Canindé—Itabira, Morrinhos—Amontada, Ibiapina—Caio Prado, Piquet Carneiro—Tataira, Piquet Carneiro—Ibucuã, Mombaca—Caratinga e várias outras, cujos recursos já estão alocados e poderão ser inauguradas neste ano. Sòmente essas linhas de transmissão somam quase mil quilômetros.

CONSEQÜÊNCIAS

As conseqüências dêsse surto de eletrificação no desenvolvimento econômico e social do Estado já começaram a surgir, influenciando nos diversos setores. Desde as pequenas oficinas de borracheiro, que consertavam câmaras de ar com ferros a carvão e passaram a trabalhar com eletricidade, gastando menos, até as próprias bombas de gasolina, que no Ceará, até bem pouco, eram encontradas em quantidade no interior movidas a tração humana, por falta de energia elétrica. Os primeiros engenhos elétricos já substituem os bois nas moendas de cana e farinha, enquanto sistemas de irrigaçãi a motobombas surgem nas regiões de forragem e criação, elevando a rentabilidade da agropecuária. Os postos médicos e especialmente os grupos escolares, que tinham as suas capacidades ociosas muito elevadas, já que não podiam funcionar nos turnos da noite ou não dispunham de equipamentos elétricos, hoje são utilizados em tôda a sua potencialidade, aumentando em mais de 30 por cento a margem de utilização antes conseguida.

No setor de turismo, para o qual o Governador Plácido Castelo vem exigindo atenção especial, a Cenorte cuidou da eletrificação, inaugurada no mês passado, das duas mais belas praias do litoral sul cearense, que são as do Iguape e Prainha, tradicionais centros de pescadores e hoje abertas ao turismo com energia farta, permitindo a instalação de clubes e o funcionamento normal da atividade turística. O mesmo ocorre em Paracuru, no litoral norte, também próximo a Fortaleza, que é um dos três centros praianos de maiores perspectivas turísticas do Estado.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Implantadas as linhas de transmissão e as rêdes de distribuição urbana, inicia a Cenorte neste ano a sua atividade mais intensa no setor da eletrificação rural, o que será feito através de convênio com órgãos federais, estaduais e municipais. Milhares de propriedades cadastradas pelo IBRA poderão, dentro de um ano, receber energia elétrica do Cenorte, a preços mais baixos do que qualquer outro tipo gerado atualmente no Ceará, mesmo até que a energia animal, base da economia rudimentar de várias regiões cearenses, onde o carro de boi ainda é integrante complementar da paisagem econômica e social, graças à extraordinária cooperação que tem dado a êste programa o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), através do seu presidente, Dix-Huit Rosado.

As rêdes de distribuição dos municípios, principalmente nas cidades e distritos mais importantes, estão sendo construídas ainda mais ràpidamente graças aos financiamentos concedidos às prefeituras municipais pelo Banco do Nordeste, assegurando assim o montante de recursos necessários à execução das obras, para pagamento parcelado, com carência, pelos próprios municípios, que entregarem à Cenorte a tarefa de executar todo o trabalho.

DUAS LINHAS

Para êste ano está incluído no programa da Cenorte a construção de duas importantes linhas de transmissão. A primeira é a que ligará Guaramiranga a Canindé e cujo objetivo é transmitir a energia da Chesf às subestações de Canindé e Parambu, de onde é distribuída por tôda uma região produtora de cereais, frutas, e onde se encontram os mais produtivos sítios do Ceará. A segunda é a linha que ligará Tauá a Parambu, com 49 quilômetros de extensão. Destina-se a transmitir a energia para a subestação de Canindé, alimentando esta cidade, e dali partindo para Caridade, Paramoti e Itatira, através de linhas de 13,8 kV. Essa linha, futuramente, deverá ser integrada como refôrço à Hidrelétrica do General Sampaio, construída pelo DNOCS, de pequena potência, transformando-se num suporte da eletrificação de todo o fértil vale do General Sampaio, atendendo inicialmente a quatro municípios com área total de 7 210km2.

O custo dêsses dois projetos está orçado em NCr$ 1 467,9 mil, já destinados através dos recursos próprios da Cenorte, da Sudene e do Fundo de Desenvolvimento do Ceará, êste último contribuindo com mais de 50% do custo total.

PEQUENAS COMUNIDADES

Para disseminar a energia elétrica em pequenas comunidades que, embora atravessadas pelas linhas de transmissão, não dispõem de recursos para promover a construção de suas rêdes internas de distribuição, a Cenorte executa um subprograma especial, destinado a prover de recursos essas comunidades e permitir-lhes a eletrificação rápida. Com isso pretende complementar a energetização de distritos, vilas e também das fazendas e estações de fruticultura do Estado, além de adquirir os acervos utilizáveis das rêdes de distribuição existentes em algumas cidades incluídas na sua área de concessão, integrando-as definitivamente ao sistema geral da Companhia.

Esse programa, que será executado em quatro etapas correspondentes a cada trimestre dêste ano, custará um total de NCr$ 3 015,9 mil, entrando a Sudene com 30%, o Fundo do Desenvolvimento do Ceará com 60% e as prefeituras municipais com a menor parcela, equivalente a menos de 10%.

DEIXAR TUDO PRONTO

Segundo o Sr. Alberto Silva, superintendente da Cenorte, a determinação do Governador Plácido Castelo, que no início do seu Govêrno exigiu o prosseguimento, sem solução de continuidade, de todos os planos da Companhia, é a de que, ao final do seu Govêrno, estejam totalmente esgotadas as áreas a serem eletrificadas dentro do sistema da Cenorte e que todo o Ceará esteja eletrificado plenamente com a energia de Paulo Afonso, elevando assim cada vez mais a participação cearense no consumo da energia da Chesf. Ainda êste mês, dependendo de detalhes finais, a Cenorte começará a vender energia para a cidade de Parnaíba, no Piauí, beneficiada com a extensão das linhas cearenses até Chaval, nos limites com o Piauí, de onde a companhia concessionária parnaibana prolongou a linha que abastecerá aquela cidade, dando-lhe a vantajosa posição de consumidora de energia da Chesf, e, alguns meses depois, de Boa Esperança.

O abastecimento de Parnaíba com a energia da Cenorte faz parte de um convênio firmado entre a Cohebe, Chesf, Companhia de Luz e Fôrça de Parnaíba e a emprêsa cearense, através do qual a Cenorte venderá energia a Parnaíba até a chegada do sistema de Boa Esperança àquela importante cidade do Piauí.

VAI NO CRONOGRAMA

Tôdas as metas de eletrificação do Govêrno Plácido Castelo, previstas no Plano de Ação Integrada do Govêrno, estão sendo cumpridas dentro do cronograma e, segundo o engenheiro Alberto Silva, o Governador do Estado tem assegurado todos os recursos necessários, ao mesmo tempo em que tem obtido do Govêrno federal a mais estreita cooperação e o cumprimento de tôdas as suas responsabilidades dentro da meta eletrificadora do Ceará.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CONJUNTURAIS

PAULO YOKOTA

Com o contínuo processo de interiorização da economia brasileira, as informações sôbre as tendências da evolução da conjuntura econômica, oriundas dos principais centros como São Paulo e Rio de Janeiro, já não são suficientes para as decisões, tanto das autoridades públicas, como dos dirigentes do setor privado.

Isto é comprovado pelo comportamento de uma série de variáveis, como os de produção, vendas, crédito, etc., que, em passado recente, não tem sido idêntico para as diversas regiões que ainda se distinguem na economia brasileira. Alguns fatos ilustram estas diferenças.

DIFERENÇAS REGIONAIS DE COMPORTAMENTO

Nos últimos anos, mesmo quando a Região Centro-Sul do país passava por agudas crises creditícias, a Região Nordeste, graças à atuação do Banco do Nordeste, com a utilização dos recursos dos incentivos fiscais (momentâneamente utilizados para giro), entre outros, não sentia as mesmas dificuldades.

As vendas na Guanabara, como é sabido, estão acentuadamente influenciadas pelos dispêndios da administração pública com o pessoal. Se de um lado isto representou possibilidade da manutenção de um nível relativamente elevado de vendas, por ocasião das crises experimentadas pelo resto da economia nacional, nos primeiros meses de 1965 a 1967, por outro, poderá determinar um comportamento diverso, quando da execução da atual política de diminuição dos dispêndios federais com o funcionalismo.

Em decorrência das variações das condições meteorológicas, têm-se registrado sensíveis flutuações no nível da produção agrícola, de maneira diversa para as diferentes zonas agrícolas, afetando tanto o nível de renda da região produtora como o abastecimento dos principais centros consumidores. Os efeitos destas flutuações nem sempre são proporcionais às causas, quer nos centros produtores, quer no centros consumidores.

As indicações sôbre estas e outras diferenças passam a assumir importância crescente, na medida de suas atuações sôbre as variações conjunturais da economia. A inexistência de informações objetivas amplia as possibilidades de atuação de fatôres psicológicos na propagação das flutuações conjunturais.

A política de manutenção de um elevado nível de atividade da economia, com mínimas tensões inflacionárias, passa a exigir uma melhoria do padrão dos indicadores de variações conjunturais, e uma maior atenção às suas tendências.

Os mecanismos tradicionais de comunicação destas informações nem sempre são satisfatórios. Apresentam, por vêzes, vícios, tanto pelo elevado grau de subjetividade das informações, como pelos propósitos de traumatização, com vistas ao atendimento de algumas reivindicações regionais ou setoriais.

Para evitar estas dificuldades, as informações necessitam de bases objetivas, tratamento razoàvelmente científico, sistematização da coleta, além de rapidez na sua comunicação. Não podem ser isoladas, pois, para a caracterização de uma nova tendência, é necessária a comprovação dos demais indicadores correlatos.

A PROPOSIÇÃO

A proposição que está sendo apresentada neste artigo, é a de uma articulação dos órgãos de pesquisa econômica, localizados nas diversas regiões do país, com vistas a uma uniformização das informações coletadas, além da troca sistemática das mesmas. Não visa a instalação de novos e custosos institutos de pesquisas, mas evidenciar o número de indicações disponíveis ao nível dos Estados, ou regiões, que podem ser fornecidos regularmente, tanto aos responsáveis pelas políticas econômicas nacional e regional, como aos dirigentes do setor privado, mediante um mínimo de entendimento com e entre os órgãos de pesquisas.

Na maioria dos casos, para desempenho de tal papel, os órgãos de pesquisa deverão manter entendimentos tanto com entidades representativas de classe (como as federações de indústria, federações de comércio, associações de bancos, e outros), também interessadas nestes dados, como os órgãos governamentais (como Secretarias de Fazenda, bancos de Estado, departamentos estaduais de Estatística, Banco do Brasil, Banco Central, Ministério da Fazenda e outros) que, inclusive, possibilitarão o acesso a uma série de informações básicas e primárias de importância.

Muitos dos dados já são levantados por diversas instituições, para o universo ou por amostragem, bastando serem colecionados. Outras informações deverão ser levantadas, também para o universo ou por amostragem, a partir de cadastros disponíveis nos órgãos de coleta de estatística, entidades de classe, ou mesmo no fisco, mantendo-se sempre o cuidado para a não identificação das emprêsas.

As indicações que se seguem, sôbre as informações que podem ser levantadas pelos órgãos de pesquisa, estão baseadas nas que vêm sendo acompanhadas pela Assessoria Técnica Conjunta do Ministério da Fazenda, Banco Central e Banco do Brasil, em São Paulo e algumas de elaboração própria.

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS SÔBRE O SETOR INDUSTRIAL

Entre as informações mais úteis que podem e devem ser coletadas sistemàticamente, estão as de produção industrial, classificáveis segundo os critérios utilizados pelas Contas Nacionais em:

a. **Produção extrativa mineral** — Disponíveis para os diversos produtos minerais, junto às inspetorias regionais de estatística, ou junto aos departamentos estaduais de estatística, que coletam estas informações para o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Em alguns casos, como o do petróleo, minério de ferro, manganês, carvão, etc. cujas produções estão concentradas em uns poucos estabelecimentos, as informações podem ser fornecidas diretamente pelas entidades que exercem o seu contrôle.

b. **Produção de energia elétrica** — Estas informações podem ser levantadas junto às emprêsas produtoras de energia, que normalmente as fornecem ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

c. **Produção da Indústria de Construção Civil** — Não há indicações diretas, mas as estatísticas de área licenciadas e concessões de habite-se, além do consumo de cimento, ferro para construção, entre outros, fornecem informações importantes.

d. **Produção da Indústria de Transformação** — Os dados mais gerais estão sendo fornecidos pelo Deicom (Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços da Fundação IBGE), para alguns Estados, com muita rapidez. Podem ser conseguidas informações de alguns setores ou produtos, diretamente, como os relativos a, entre outras:

— Indústria de cimento

— Indústria de vidros

— Indústria siderúrgica

— Indústria de material elétrico e eletrônico

— Indústria automobilística e de tratores

— Indústria de papel

— Indústria de pneumáticos e câmaras de ar

— Indústria petroquímica

— Indústria de frios

— Moinhos de trigo

— Usinas de açúcar

— Indústria de adubos e fertilizantes.

Outras informações de caráter geral sôbre o setor industrial ou específicos a alguns ramos, também estão disponíveis, como:

a. **Consumo industrial de energia elétrica** — Tanto para o total, como para algumas divisões, as emprêsas distribuidoras de energia, fornecem estas informações, que dão uma primeira idéia do comportamento do setor industrial.

b. **Emprêgo** — Dispõe-se de informações sôbre a oferta, nível e variações:

— Ofertas de emprêgo — Como os divulgados em São Paulo, com base em anúncios de jornais, tanto por órgãos particulares como por entidades sindicais dos empregados.

— Nível de emprêgo — O Deicom está fornecendo, sistemàticamente, os dados para o Brasil e alguns Estados, que são completados pelos levantamentos efetuados pelas entidades de classe (federações de indústria, sindicatos da construção civil, etc.).

— Variações de emprêgo (dispensas e admissões) — Fornecidas pelo Departamento Nacional de Mão-de-Obra, e por entidades sindicais dos empregados.

c. **Vendas e Compras** — A documentação fiscal, tanto do IPI como do ICM, fornece elementos importantes para a determinação das variações das transações do setor industrial, que podem ser divididos pelos diversos ramos, e mesmo centros industriais, como vem sendo efetuado em São Paulo. Os dados do Deicom apresentam também as variações das vendas.

d. **Preços** — Ao nível dos estabelecimentos industriais, alguns indicadores já estão sendo acompanhados, como o FOB-Fábrica. Mas ainda outros poderão ser elaborados, como os preços dos insumos básicos, entre outros.

Indicadores mais sofisticados podem também ser levantados, mediante entendimentos dos sindicatos patronais com as emprêsas do setor, como os relativos às horas trabalhadas, fôlha de pagamento, salário médio, utilização da capacidade de produção, estoque, volume de pedidos em carteira, financiamento do capital de giro, títulos com atraso no pagamento, entre outros (a ANPES — Associação Nacional de Programação Econômica e Social, mediante acôrdos com alguns sindicatos, vem mantendo êstes e outros índices).

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS SÔBRE O SETOR AGRÍCOLA

O setor agrícola é ainda uma das áreas onde as informações são extremamente precárias, e pouco sistematizadas. No entanto, dispõe-se de dados que devem ser utilizados, com as devidas reservas. Podem ser destacados alguns itens:

a. **Informações meteorológicas** — A rêde de estações meteorológicas está em condições de fornecer os dados gerais necessários.

b. **Estimativas de área plantada** — Além das efetuadas pelos diversos sistemas, também as indicações indiretas, como o de consumo de fertilizantes, demanda de crédito rural, etc. podem fornecer informações importantes.

c. **Previsão de safra** — Existem organismos que estão efetuando previsões de safras com razoável rigor, introduzindo correções periódicas, com base nos fatôres que influem na produção agrícola.

d. **Consumo de insumos** — As distribuições de sementes, mudas, fertilizantes, fungicidas, germicidas, entre outros, também são indicadores complementares de muito alto valor.

e. **Demanda de crédito** — Tanto junto a Creai como junto à rêde dos bancos comerciais e agências especializadas.

f. **Estimativas de produção** — Após as safras são levantadas as estimativas de produção que podem diferir das previsões.

g. **Preços** — Dispõe-se de informações ao nível do produtor, tanto dos preços recebidos como dos pagos.

h. **Produção da pecuária e derivados da produção animal** — Também aqui os dados são precários, mas alguns são fornecidos ao Serviço de Estatística da Produção, outros coletados pelos serviços de fiscalização sanitária, e podem ser confirmados, em sua tendência, com os preços dêstes produtos.

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS SÔBRE O SETOR COMERCIAL

Também neste setor dispõe-se de um elevado número de informações, mesmo não formando um conjunto adequado.

a. **Volume de transação** — Dispõe-se dos dados relativos a:

— O comércio internacional — Os dados referentes à importação e exportação são bastante completos.

— O comércio interestadual — Apesar dos convênios para a sua sistematização, sòmente algumas das Unidades da Federação vêm mantendo uma estatística razoável, por intermédio dos seus departamentos estaduais de estatística.

— Vendas e compras — Como no setor industrial, com base nas documentações fiscais, pode-se determinar as variações das compras e vendas no setor comercial para alguns ramos. As entidades de classe, como a dos lojistas, também efetuam algum levantamento.

b. **Preços** — Dispõe-se de um conjunto extenso, muitos já pouco expressivos, pela falta de atualização de suas estruturas:

— De importação e exportação — Decorrentes das estatísticas do comércio internacional.

— No atacado — Como os levantados pela Fundação Getúlio Vargas, que devem ser coletados também para as economias regionais. Dispõe-se de alguns dados do inquérito nacional de preços, e os dos hortifrutigranjeiros, fornecidos por órgãos como o Ceasa.

— No varejo — Dispõe-se, principalmente para os produtos alimentícios, e para os órgãos componentes das diversas estruturas de custo de vida. Também aqui o inquérito nacional de preços, e os órgãos de contrôle do abastecimento, possuem algumas informações.

— Cotações — As bôlsas de mercadorias e cereais fornecem por produto e tipo, inclusive para o mercado a têrmo.

c. **Movimentações** — Alguns dados relativos a movimentação dos armazéns gerais, silos, centros de abastecimento são fornecidos sistemàticamente. Também as ferrovias e rodovias apresentam algumas informações, como os de tonelada/quilômetro transportada, número de veículos, etc.

Esta é ainda uma área onde a cooperação das entidades de classe poderá acrescentar uma série de informações estratégicas, tanto para os próprios dirigentes do setor privado, como para os responsáveis pelo setor público. E a utilização de processamento de dados, pelas diversas emprêsas comerciais, está ampliando esta potencialidade.

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS SÔBRE O SETOR DO CRÉDITO E MERCADO DE CAPITAIS

Neste setor o número de informações é extremamente elevado, e, o problema consiste em determinar aquelas que são mais estratégicas e disponíveis com rapidez.

a. **Sistema bancário** — Em têrmos gerais, as informações mais valiosas são as relativas aos recursos, aplicações e encaixe, como os:

— Depósito a vista e a prazo

— Empréstimos

— Depósitos voluntários dos bancos junto ao Banco do Brasil.

Num maior refinamento, há interêsses também nas informações sôbre a caixa em moeda corrente, depósitos compulsórios, empréstimos à produção, comércio, sôbre câmbio, etc. Um elevado número destas informações está à disposição das autoridades monetárias diretamente (Banco Central e Banco do Brasil), principalmente a primeira indicação sôbre a liquidez do sistema, fornecida pelos depósitos voluntários dos bancos e pelo redesconto normal (as demais modalidades do redesconto fornecem outras informações importantes). É interessante destacar o comportamento dos bancos oficiais, tanto o Banco do Brasil, como os estaduais, pois êstes contam com outras fontes de recursos e seguem diretrizes políticas diversas dos bancos comerciais.

b. **Sociedades financeiras** — A evolução dos aceites é uma boa indicação do comportamento dêste importante setor. Outra informação, de mais difícil levantamento, é a referente à taxa de juros vigorante, e nas sociedades financeiras é, possìvelmente, mais flexível que a do sistema bancário, e portanto, mais significativa para a análise conjuntural de curtíssimo prazo.

c. **Bancos de investimentos** — Estão ampliando a sua importância e suas informações sôbre a aplicação de recursos financeiros externos, e sua manipulação de recursos do mercado interno de capitais está se tornando cada vez mais estratégica.

d. **Bôlsas de valôres** — Mesmo com o mercado de capitais ainda subdesenvolvido, as informações fornecidas pelas negociações e cotações das bôlsas vêm assumindo importância, principalmente com as recentes medidas de estímulo dêste setor.

e. **Outras informações** — Outras informações indicativas podem ser colhidas, como as:

— Das caixas econômicas — Sôbre depósito e aplicações

— Das sociedades imobiliárias — Sôbre as letras e aplicações

— Sôbre insolvências — Protestos, falências e concordatas

— Giro da moeda escritural — Dados de cheques compensados

— Dos títulos da dívida pública — Colocação de ORTN, títulos estaduais e municipais, não registrados em bôlsa

— Dos recursos financeiros externos — Das Instr. 289 e Res. 63, entre outros

— Do crédito agrícola — Sôbre os refinanciamentos do Banco Central.

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS SÔBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS

Nem tôdas as informações são fornecidas pelos três níveis da administração pública, mas podem ser conseguidas as relativas à arrecadação, e entre elas destacam-se as:

a. **Arrecadação federal** — Impôsto de renda, impôsto sôbre produtos industrializados, impôsto aduaneiro e impôsto sôbre operações financeiras (êste último no Banco Central).

b. **Arrecadação estadual** — Impôsto sôbre circulação de mercadorias.

c. **Arrecadação municipal** — Impôsto sôbre serviços de qualquer natureza, impôsto predial e territorial.

A recente mudança do sistema de entrega da parcela do ICM relativo aos municípios deverá tornar as Secretarias da Fazenda fontes extremamente importantes de dados, ao nível municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente, um sistema desta natureza necessita de um centro de coordenação, que poderá estar situado junto a um dos órgãos de pesquisa econômica participante do sistema. Há possibilidades de implantação paulatina da rêde, começando pelos centros econômicos mais importantes. A cooperação dos institutos locais poderá iniciar-se com um esquema mais simples que o proposto, adequado às condições da região em que se situa.

O esquema não parece mirabolante, pois, parcialmente já vem sendo executado pela Assessoria Técnica Conjunta do Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S.A., e muitas das informações estão sendo levantadas sistemàticamente pelos diversos órgãos governamentais e privados espalhados pelo país. A participação de órgãos de pesquisa como os Institutos de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo, da Católica do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Ceará, do Pará, da Bahia, entre outros, não só ampliaria as informações disponíveis, como também melhoraria o padrão de sua elaboração.

A cooperação das autoridades governamentais e das entidades de classe é fundamental, e esta cooperação será muito bem retribuída com uma sensível sistematização e melhoria do fluxo de informações de caráter conjuntural.

A RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO

A receita total da União compõe-se da receita tributária, da receita patrimonial, da receita industrial, e das demais, poucos significantes, alistadas como **receitas diversas.**

A receita tributária participa (segundo o documento **Bases da Proposta Orçamentária para 1969**, Ministério do Planejamento) com 95,5% do valor total da receita. Ela compõe-se dos seguintes impostos: importação; produtos industrializados (IPI); renda; minerais; energia elétrica; combustíveis e lubrificantes; águas minerais industrializadas; transporte rodoviário, e outros.

Os impostos de renda, sôbre produtos industrializados, de importação, e sôbre combustíveis e lubrificantes, representam cêrca de 87% do total da receita tributária.

A receita, nos últimos anos, teve o seguinte comportamento:

Receita (NCr$ milhões)

Ano	Receita	Receita PIB (%)	Ano	Receita	Receita PI' (%)
1960	247,4	10,2	1964	2 240,1	11,9
1961	371,4	10,6	1965	3 912,3	12,7
1962	564,9	10,3	1966	5 013,2	13,3
1963	1 051,7	11,0	1967	6 814,1	11,3

Numa ligeira abordagem qualitativa, pode-se afirmar que o aumento indiscriminado da carga tributária tem sérias repercussões sôbre o desempenho do setor privado, pois, reduzindo sua capacidade de poupança, afeta seu nível de investimentos. É necessário assim que, ao ser estudada a proposta orçamentária da União, esta seja estabelecida em níveis quantitativos compatíveis, mantendo o deficit em limites toleráveis, através de redução na despesa e de uma variação na receita flexível e suficiente a ponto de não provocar a anquilose do setor privado.

Das afirmações acima não se deve inferir que seja preciso sustar dràsticamente a carga tributária, pois, não sòmente a longo prazo, estaria se comprometendo o desempenho do setor privado, pela queda dos investimentos infra-estruturais òbviamente necessários ao bom desempenho daquele setor, como também, a curto prazo, provocaria efeitos multiplicadores nefastos, que ràpidamente se alastrariam à tôda economia.

O quadro abaixo nos dá uma idéia da variação relativa dos principais impostos em 1967/68.

	1967	1968	Variação 67/68
IPI	2 806,8	5 057	+ 80%
I. renda	1 611,2	2 170	+ 35%
I. imp.	369,8	833	+ 125%
I. comb. lubrific.	1 069,0	1 574	+ 47%
Outros	1 637,0	647	— 153%
Total	7 493,8	10 281	+ 14%

Finalmente, cumpre aqui enfatizar que recentemente (nov. 1968) foi assinado importante decreto que reformula a Direção Geral da Fazenda Nacional, passando a ter a denominação de Secretaria da Receita Federal. O nôvo órgão terá as incumbências de um órgão central de direção superior de administração tributária da União, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda.

Em síntese, a criação do nôvo órgão visa possibilitar um funcionamento mais eficiente e racional de todo sistema da receita tributária atuando como órgão de planejamento, supervisão, coordenação, avaliação e contrôle. A modificação foi consubstanciada dentro das linhas da reforma administrativa.

A IRRIGAÇÃO E A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

RAPHAEL VALENTINO SOBRINHO

"O sol e o mar são, no presente, fatôres de promoção econômica mais decisivos do que as sombrias galerias das minas ou o universo negro das aciarias."
(Raymond Cartier — A América da América — A Califórnia)

A análise do desenvolvimento econômico, na sua teatralização estatística, revela, por vêzes, uma tática oculta de ilusionismo cumulativo. Com efeito, em algumas curvas de crescimento, certos teoremas indemonstráveis encontram o artifício que escapou a Pascal, na sua célebre distinção entre o "esprit de finesse" e o "esprit de géométrie": conciliam a sutileza da mentira econômica e o rigor aparente da quantificação.

Ao Govêrno brasileiro, entretanto, no presente esfôrço de diagnosticar, em profundidade, os problemas nacionais, não escapou a distorção assinalada pelo descompasso do desenvolvimento agrícola, com tôdas as suas implicações adversas, no processo de crescimento do país.

Nem mesmo o surto do Nordeste, sob o impulso motivador da Sudene, levou o Govêrno e, em particular o Ministério do Interior, a uma postura compassiva diante da marginalização das populações rurais, inatingidas pelos benefícios do desenvolvimento.

De fato, é por demais conhecida, na história recente das obstinações econômicas, a propensão dos países da retaguarda a imitar os desenvolvidos apenas nos aspectos do seu crescimento, que Walt Rostow qualifica de "glamurosos."

Na verdade, é relevante observar o irrealismo do dilema desenvolvimento agrícola versus desenvolvimento industrial, tão ao gôsto dos estrategistas confinados à sala de visitas da economia.

Como recorda Walt Rostow, evocando secular ensinamento de Adam Smith, a produção agrícola, no seu sentido amplo, é o capital de giro básico no processo de desenvolvimento de uma nação, durante os estágios iniciais do crescimento. Embora a decolagem, em muitos países em desenvolvimento, tenha tido por cerne a indústria e as áreas urbanas, a manutenção do ritmo de crescimento reclama a sua ampliação, em bases nacionais, incorporando as áreas em atraso, que constituem fontes inexploradas de produção alimentar, de capacidade de ganhar divisas e de taxação, além da sua potencialidade, como mercado industrial.

Ademais, uma das verificações indiscutíveis da economia contemporânea é a que evidencia o problema crítico das nações em desenvolvimento, não nas relações de trocas no comércio internacional, mas nos têrmos de intercâmbio entre as suas próprias áreas industriais e rurais.

O NORDESTE BRASILEIRO: A HISTÓRIA DE UM DESAFIO

O Nordeste brasileiro, nesse particular, é exemplo merecedor de reflexão. Depois de ter suportado, por largo período, o pêso da moeda forte, segundo a expressão usual no Império e na Primeira República, transformou-se numa experiência quase sem precedentes, conforme observa o professor Jeffrey G. Williamson, ao apontar a Sudene como exemplo inusitado de atenção ao dualismo regional, em países de nível semelhante de renda nacional per capita e de desenvolvimento.

Em verdade, na história do Nordeste podem ser visualizadas duas técnicas: a da demagogia de impossibilidades e a do realismo integrado.

Na fase da demagogia de impossibilidades, o pêndulo oscila entre a omissão e as iniciativas abordadas na sua concepção, porquanto visavam apenas a dividendo políticos ou compensações irreais a um desequilíbrio regional tido como irremediável.

Nessa estratégia conformista, a ação do Govêrno é, por definição, esporádica, como se infere dêste trecho da mensagem de Campos Sales, em 1901: "Felizmente vieram abundantes chuvas que puseram têrmo à calamidade, reduzindo de suas proporções os sacrifícios impostos ao Tesouro Federal..."

Aliás, desenvolvendo uma observação de Neylos Bastos Vilas-Boas e do professor Albert Hirschman, se verifica que os períodos de maior atenção ao Nordeste, até o surgimento da Sudene, se não motivados por urgências de caráter emergencial, coincidem com fases da economia nacional voltadas para gastos ostentatórios. Por exemplo, a estrategia da ação federal contínua, sob Rodrigues Alves, contraposta ao episodismo de Campos Sales, é contemporânea da modernização e embelezamento do Rio de Janeiro.

O hiato que se obre com Epitácio Pessoa, no capítulo das impossibilidades, também é contemporâneo de enormes gastos propiciados pela afluência de divisas, depois da Primeira Guerra Mundial. De resto, êsse hiato acaba por diluir-se pela falta de continuidade dos programas, sob a Administração Bernardes e pela ausência de integração na política de obras públicas que, no período 1919-1923, acarretam um dispêndio de 378 milhões de mil-réis, ou seja, aproximadamente 180 milhões de dólares de poder aquisivo atual.

É ainda no Govêrno Epitácio que se recorre à tecnologia internacional para a erradicação das sêcas (são contratadas duas firmas britânica-Norton Griffiths e C. H. Walker and Company — e uma americana — a Dwight P. Robinson, de Nova Iorque e se decide a construção do reservatório de Orós, com capacidade de 4 bilhões de metros cúbicos.

A estratégia das impossibilidades determinou uma das mais vultosas operações de investimentos em evaporação que já se verificam na história mundial. Por outro lado, a acumulação de água se inutilizava pela falta de programas integrados de desenvolvimento, que definissem a política de uso da terra, planejando a modernização das estruturas de produção.

Em conseqüência, a ação federal, aparentemente corretora de distorções sociais e regionais, compactuava com o princípio do círculo-vicioso do desenvolvimento. Aliás, o fenômeno da inutilidade das medidas unilaterais, nesse campo, não escapou a espíritos argutos, como Arrojado Lisboa, diretor da Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas (1909-1912), quando afirmou, em princípios do século, que a irrigação, "a seu tempo, se tornaria uma extrema necessidade política." De igual modo, José Augusto Trindade, em 1940 e José Guimarães Duque, em 1949, sucessivamente diretores do Serviço Agroindustrial da Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas, chamaram atenção para a falta de "qualidades morais exigidas para a irrigação. As observações dêstes dois últimos técnicos têm especial relevância, num período em que se abre outro hiato lúcido na história das incompreensões sôbre o Nordeste. De resto, a fecundidade dêsse período que inicia a história da modernização do Nordeste é comprometida ainda pelo unilateralismo e falta de integração da política de desenvolvimento da Região.

É a Sudene, em verdade, que inaugura o realismo integrado, na política de desenvolvimento do Nordeste. A partir de então, o Nordeste não é visto apenas em têrmos de sêca, ou de carga hidrostática, sendo oportuno lembrar, na linha de uma observação do professor Hirschman, que o sertão nordestino se caracteriza sobretudo pela **agricultura de incerteza**, porquanto o seu problema básico é menos a sêca em si, do que a irregularidade do fenômeno da incidência da própria sêca. De fato, num ano normal, a precipitação anual do Polígono das Sêcas é de 686mm nível suficiente para climas temperados (em Londres, é de 610mm.), embora algo insuficiente nos trópicos, em virtude da elevada taxa de evaporação.

Agricultura de incerteza é expressão feliz, por adequar-se não apenas à realidade climatológica, mas também às flutuações do pêndulo federal, na fase pré-Sudene.

Sem pretender historiar a obra da Sudene, extensa e apreciável, lembrarei apenas que, na parte específica que ora nos ocupa, o diagnóstico que precedeu a criação do órgão já assinalava a inexistência de uma tradição de irrigação nas terras nordestinas, observando ainda que um plano de irrigação significaria preparar um nôvo tipo de agricultor, correspondente, na indústria, a um pequeno empresário, doublé de operário especializado. De outra parte, se ressaltava que irrigar corresponde a desenvolver técnicas próprias, adequadas aos tipos do solo da região e estruturar apoio técnico e financeiro ao agricultor que, sem tais condições, não poderá subsistir numa economia capitalizada, como a da irrigação.

Se bem que essa diretriz tenha sido fixada pela Sudene, nos seus primórdios, a imensidão e complexidade das tarefas atribuídas àquele organismo regional impuseram-lhe uma ação gradualista. Nessas condições, a Sudene teve de orientar-se, de início, para um esfôrço industrial na região, que representou, na realidade, um prolongamento do processo de substituição de importações no Centro-Sul, já próximo do ponto de saturação. Êsse "take-off" inicial, como o chama Rostow, se justificava pela rentabilidade mais tangível, à vista do período de maturação mais curto dos investimentos industriais, se comparados aos agrícolas, assim como pela maior certeza dessa rentabilidade, numa região de agricultura de incerteza.

A POLÍTICA DA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA

A continuidade do takeoff inicial depende, porém, conforme se assinalou da ampliação do mercado e da incorporação das massas rurais marginalizadas. Foi justamente com êsse desafio que se defrontou o Govêrno brasileiro, cuja opção foi no sentido da atual política, que poderia denominar-se "A Nova Fronteira Agrícola."

Em decorrência dessa política, missões governamentais visitaram o Nordeste, assim como técnicos brasileiros tiveram oportunidade de conhecer, no exterior, a eficiência e o efeito multiplicador dos processos de irrigação, implantados com o suporte de sólida infra-estrutura econômica.

Experiências diversas nas suas motivações e refinamento tecnológico foram conhecidas e analisadas, tais como as de Portugal, Espanha, França, Israel, Estados Unidos da América, México e Colômbia. A propósito do modêlo dos Estados Unidos da América, alinhei observações, em outro trabalho, que reproduzirei parcialmente, a seguir:

"De acôrdo com o diretor do Bureau of Reclamation, Floyd E. Dominy, é possível sintetizar nos seguintes itens o papel da irrigação, no desenvolvimento do Oeste: (a) promover um aumento da renda global da região e a formação de um mercado para os bens e serviços produzidos em outras regiões geográficas do país; (b) estabilizar e intensificar a produtividade dos recursos naturais e humanos do Oeste; (c) elevar a qualidade do meio; (d) fornecer espaço para a dispersão da população e da indústria; (e) aumentar a disponibilidade de alimentos de alta qualidade.

Na realidade, os benefícios da irrigação se fazem sentir em três planos: local, regional e nacional. De igual modo, é importante que se assinale, o processo de recuperação do Oeste, nas suas origens, foi um resultado típico de julgamentos pragmáticos que, aliás, perduram sob a roupagem da moderna sofisticação tecnológica. Como assinala o citado Floyd S. Dominy, o programa de recuperação funcionou com êxito, durante 50 anos, antes que o mundo acadêmico se desse conta do seu relevante papel no desenvolvimento regional e começasse a escriturar-lhe os custos e benefícios. Pragmatismo, coordenação entre as diversas agências que operavam no plano regional, trabalho em estreita colaboração com as populações interessadas, eis as linhas mestras dessa ação e o segrêdo do êxito, como demonstra a experiência da Tennessee Valley Authority.

A retirada de lições dessa experiência, para uma solução brasileira, deve colocar-nos a salvo de uma tentação muito comum entre nós: a importação do modêlo, sem correções nem adaptações, pelo puro gôsto de imitar.

Com efeito, no setor da irrigação, o problema técnico é básico, mas não é o mais complexo nem o primordial. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, os índios, em cooperativas indígenas, se adaptam fàcilmente aos misteres de execução da irrigação. Assinale-se, aliás, que essas cooperativas indígenas operam seu sistema contábil com computadores IBM e evidenciam grande eficiência organizadora.

No caso brasileiro, todavia, problema de especial complexidade é o dos obstáculos sociais e institucionais que poderiam frustrar as viabilidades técnicas do empreendimento: (a) falta de coordenação entre a ação dos organismos federais que deveriam atuar em harmonia, por tratar-se, na espécie, de desenvolvimento integrado, portanto, multissetorial; (b) necessidade de definição de uma política adequada de uso da terra e colonização; (c) indefinição dos objetivos da irrigação, por falta de integração a um plano de desenvolvimento e modernização agrícola, com integração de linhas de crédito, assistência técnica, aumento da produtividade e diversificação da produção.

Por outro lado, em matéria de assistência e incentivo à modernização agrícola, os Estados Unidos dispõem de exemplar rêde de coordenação entre as universidades, no setor de Engenharia Rural, o Departamento de Agricultura, o Departamento de Interior, no setor de recuperação e as fazendas, através dos chamados county agents (agentes rurais)".

Outro modêlo que tem exercido considerável influência sôbre os setores brasileiros ligados ao problema da irrigação é o do México, onde a tradição da agricultura irrigada é multissecular, remontando aos astecas e os novos investimentos em irrigação têm sido, em média, desde 1926, da ordem de 12% do total da despesa pública. Embora não seja possível apontar uma taxa única indicativa do efeito-multiplicador da irrigação no incremento do produto agrícola, visto que o influxo varia de acôrdo com a cultura, sendo, por exemplo, mais elevado no caso do feijão e do trigo, do que com relação à batata e ao milho, as estimativas do impacto da irrigação no aumento da produção agrícola mexicana têm oscilado entre 200 e 300 por cento. De fato, o economista Luís Yañes Pérez, em 1957, estimou em 200% o aumento total da produção agrícola, devido à irrigação, ao passo que Orive Alba, antigo Ministro dos Recursos Hidráulicos do México e o Professor Frank Tannenbaum estimaram o referido incremento em 250 e 300 por cento, respectivamente. Analisando a estimativa de Alba, o Professor Frank Bandenburg, em México versus, Malthus mostrou que, em 1960, os quatro milhões de terras irrigadas estavam produzindo mais do que a totalidade dos oito milhões de hectares não irrigados.

Com efeito, é sabido que, nos últimos dez anos, a produção agrícola mexicana tem tido um crescimento da ordem de 4,1%, numa vitória sôbre a taxa de crescimento demográfico, de 3,5 por cento ao ano. Com o seu acelerado processo de desenvolvimento agrícola, o México já se tornou auto-suficiente em trigo, duplicou, em algumas regiões, a produção de algodão, feijão e milho e já vem prestando assistência técnica externa, em matéria de agricultura irrigada e sua organização, inclusive ao Brasil.

Por outro lado, merece também relêvo especial a integração da política irrigacional no contexto mais amplo do desenvolvimento agrícola, com as políticas correlatas de crédito extensivo, mecanização e difusão de fertilizantes. No que tange à organização administrativa, o ejido, instituição mexicana, com características de cooperativa e de fazenda coletiva, é uma experiência original pelo seu êxito.

A VIABILIZAÇÃO DA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Com relação ao Brasil, as possibilidades da irrigação foram enfatizadas pelo entusiasmo de um perito israelense que, sobrevoando o São Francisco exclamou: "Dai-me um rio São Francisco e construirei dois Estados de Israel." Ressalvadas as limitações de ordem financeira, visto que o Brasil não poderia contar nem com as maciças transferências unilaterais de recursos financeiros que possibilitaram o desenvolvimento de Israel nem, de imediato, com um pool de massa cinzenta, com experiência internacional extremamente diversificada, à semelhança daquele país, a exclamação merece a chancela do possível e a abertura para a prática.

Foi com base nessa convicção que o Govêrno brasileiro instituiu o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), nos têrmos do Decreto n.º 63 775, de 11 de dezembro de 1968, cuja filosofia é o planejamento integrado dos sistemas dos órgãos federais, nos setores de engenharia, agricultura e crédito, vinculados aos Ministérios do Interior, da Agricultura, do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, visando ao desenvolvimento da agricultura irrigada.

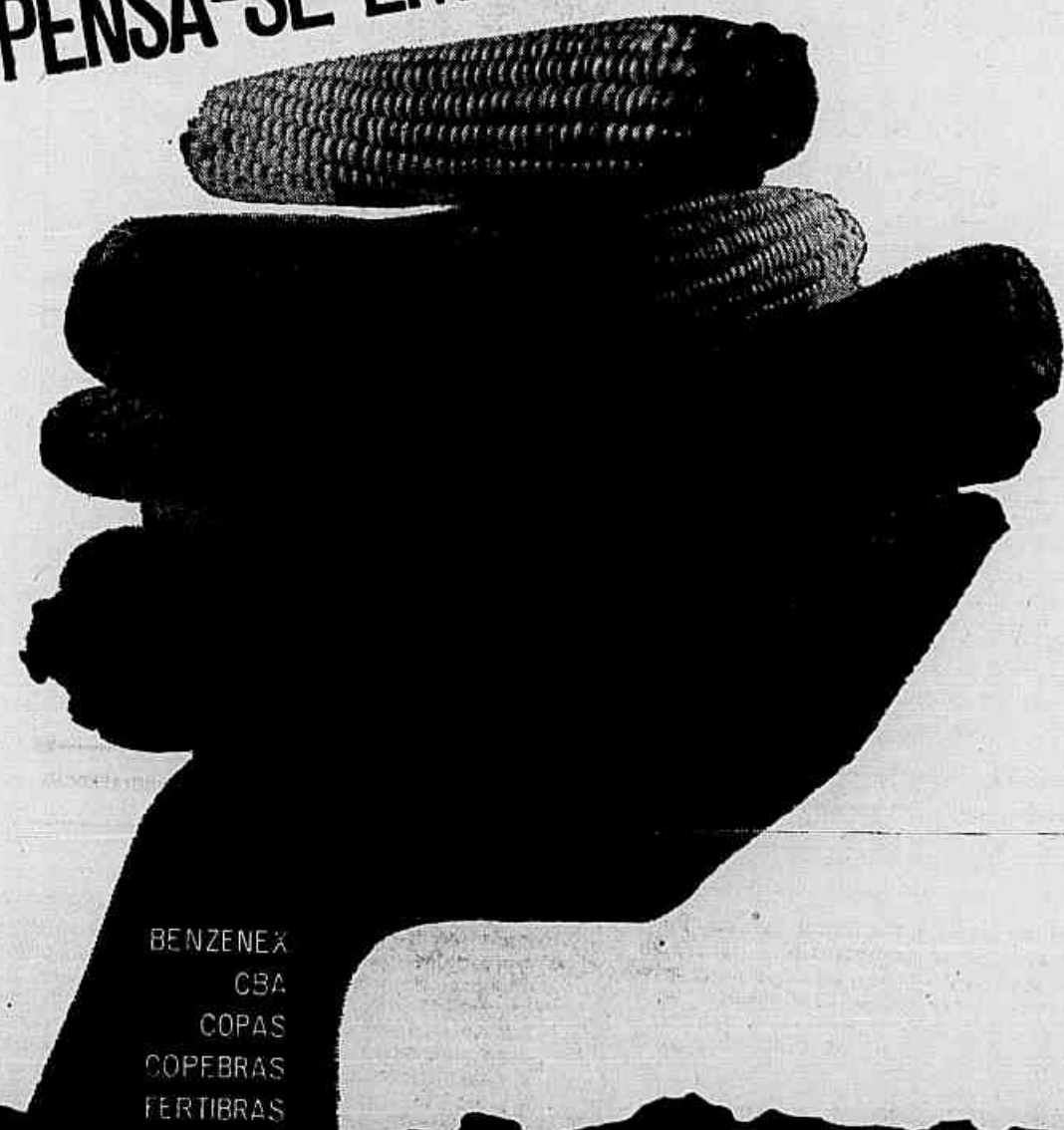
Além dos contratos para projetos específicos, feitos pelo Ministério do Interior com firmas nacionais consorciadas a emprêsas estrangeiras de larga experiência no setor, o Govêrno brasileiro contratou com a Tahal Consulting Engineers Ltd. um plano de operações para preparação de um plano diretor para o desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil. Pelo arrôjo da sua visão, êsse plano se afirma como experiência sem precedentes no Brasil, porquanto se propõe, numa primeira fase, rever os objetivos do planejamento setorial, e regional do setor agrícola, em geral e da agricultura irrigada, em particular, com pesquisa das implicações sócio-econômicas dos diversos objetivos, com relação ao setor agrícola e à economia total. Inclui-se ainda na primeira fase a revisão preliminar da contribuição potencial dos principais complexos produtivos e sua distribuição regional, a fim de atingir os objetivos do planejamento, assim como o reexame das estimativas existentes de demanda interna e de exportação de produtos agrícolas, reservando-se para a etapa subseqüente a transposição das descobertas e recomendações, do âmbito nacional para o regional.

Evidencia-se, dessa forma, que projetos de irrigação já em curso de implantação no Brasil, tais como o de Petrolina, em Pernambuco, renomado pelo seu efeito de demonstração inicial da viabilidade da irrigação, serão reavaliados, graças à inserção no contexto global da economia brasileira.

Por outro lado, é fator altamente positivo a circunstância de realizar-se esta arrancada irrigacional, num período da vida brasileira em que as Fôrças Armadas têm excepcionais condições para alargar o papel que, com muita propriedade, o professor Irving Louis Horovitz chamou transclasse, no sentido de superar enclaves seccionais, perturbadores da expansão e integração da economia nacional.

Em casos, por exemplo, como o do Piauí, selecionado para um projeto de cooperação com Israel, de utilização do lençol freático para irrigação e adoção eventual do sistema de açudes subterrâneos, para evitar a evaporação, a conscrição militar poderia ter efeito altamente benéfico, se associada ao treinamento e à absorção de novas tecnologias agrícolas. Com efeito, em certas regiões extremamente pobres daquele Estado, a criação de gado coexiste com o apêgo inerte ao subdesenvolvimento, caracterizando-se, portanto, não como atividade econômica, mas como invencível passatempo da miséria.

À vista da síntese que ora se fêz da política de irrigação do Govêrno brasileiro, existem fundadas razões para se confiar em que a etapa que ora se inaugura não será mais uma fase na história das panacéias do nosso desenvolvimento. O realismo com que o Govêrno a encara e a presença de organizações internacionais e empresas altamente experimentadas no setor resguarda a iniciativa de um caráter meramente salvador, da agricultura que, no fundo, apenas incentivaria populações a permanecerem no campo, com agravação e retardamento de uma eventual solução para o problema agrícola, conforme já advertiu o professor Stefan H, Robock, relativamente ao Nordeste brasileiro. Ao contrário, está bem presente nas decisões que precederam a criação do GEIDA, esta advertência do citado Professor Robock, que data dos primórdios da Sudene: "Essas atividades devem ser continuadas e mesmo ampliadas, se os projetos forem econômicamente exeqüíveis e justificarem alta prioridade, em têrmos de utilização de recursos escassos, relativamente à sua contribuição para o desenvolvimento total."

Resta agora esperar que a iniciativa privada brasileira, com o seu dinamismo realista, venha trazer a esta meta governamental a possibilidade de acelerar a revolução agrícola, que, por vocação natural, o Brasil está destinado a realizar.

IMOBILIÁRIAS QUEREM VENDER MAIS, SEM ESPECULAR MERCADO

JOSÉ ISAAC PERES

Ao contrário do que imaginam muitos, não existe interêsse por parte das emprêsas imobiliárias, que planejam, incorporam e vendem, em especular no mercado, objetivando uma alta de preços, através de demora em vender as unidades, pois ela lucra muito mais ao vender ràpidamente, liberando com isso a movimentação de seu capital de giro, que gerará menores lucros a curto prazo, porém, bastante volumosos, a um maior espaço de tempo.

O raciocínio é lógico ao considerarmos o fato de que com diferentes e sucessivas transações, os lucros vão se acumulando, para novamente serem reinvestidos. Essa primeira consideração acêrca do complexo do sistema imobiliário deve-se à necessidade de um esclarecimento às pessoas que procuram, por exemplo, um edifício de apartamentos ou escritórios para comprar e encontram a célebre placa **Totalmente Vendido** e não acreditam que isso possa ter sido feito em pouco espaço de tempo — como é muitas vêzes o caso — e supõem a existência de especulação com o preço, e em alguns casos, na tentativa de um sucesso forçado, que realmente não existiu. O sucesso imobiliário constante dá mesmo para desconfiar, embora existam emprêsas, que pela sua dinâmica e organização conseguem manter viva a procura de imóveis, e por isso raríssimamente não conseguem colocar suas mercadorias.

VANTAGENS PARA TODOS

Com o sistema de venda rápida das novas construções, saem ganhando todos os que dela participam: o comprador, geralmente, adquire o imóvel a preços mais vantajosos — inferiores ao do mercado; o incorporador, que fica liberado da responsabilidade da construção das unidades eventualmente não vendidas, e pode fazer novos empreendimentos; o proprietário, que recebe os benefícios da venda do imóvel, a curto prazo e, o construtor, que foi contratado para a execução do projeto. Entretanto, esta política só pode ser mantida quando o empresário trabalha com economias de escala, o que exige, em contrapartida, um grande volume de ofertas com um maior esfôrço concentrado, o que não é fácil, num mercado cíclico como o imobiliário.

Tal tendência espelha o nôvo estágio da economia brasileira, no qual a iniciativa privada, para alcançar a poupança pública, foi obrigada a uma nova forma associativa, constituída pelo agrupamento de emprêsas ou serviços congêneres, a fim de que, com o crescimento da produtividade, proveniente das economias de escala, pudesse suplantar a crise gerada pela crescente falta de poder aquisitivo e esta mentalidade aparece, exatamente, no período pós-revolucionário, com a guerra deflagrada pelos Governos Castelo Branco e Costa e Silva à inflação.

CONFUSÃO E LIMITAÇÃO

Com a criação do Banco Nacional da Habitação — BNH — foi introduzida no país uma nova sistemática imobiliária que, apesar de concorrer, a curto prazo, para a ampliação do mercado, a médio prazo muito contribuiu para confundi-lo e limitá-lo. Anteriormente, o mercado imobiliário podia ser classificado em **pronto** e **na planta**, ou seja: os já concluídos e os em fase de incorporação, sendo necessário para a subsistência dêste último, que houvessem sempre imóveis a preços e condições mais vantajosos que os seus similares já prontos, entendendo-se como similares aquêles de equivalentes localização, área de construção, acabamento e projeto. Isto porque as promessas encerram sempre um certo risco, além da abstinência de uso do imóvel que está sendo construído, que para compensá-lo necessário se torna um atrativo no preço (lògicamente inferior ao imóvel pronto).

Paralelamente a êste fato existe muita confusão quanto à exata dosagem na formação do preço do imóvel antes de ser experimentada a sua venda, principalmente pela ausênsia de livros e técnicos especializados, sendo que as poucas pesquisas existentes com relação ao problema, muito deixam a desejar, servindo mais para confundir a opinião de compradores e vendedores, tendo então o incorporador que, muitas vêzes, recorrer à intuição, à prática ou ao bom senso, métodos, de muito, ultrapassados.

UM TERCEIRO MERCADO

Com o advento do sistema financeiro da habitação, nasceu um terceiro mercado e duas novas alternativas para os dois outros então existentes. Passaram a vigorar o **mercado pronto**, com financiamento e sem financiamento; **planta** financiada e sem financiamento e os **não financiados**, por estarem fora dos limites do Plano Nacional de Habitação. Cada um dêles possui as mais diversas variações, determinando preços diferentes para imóveis iguais.

Para que se tenha uma melhor idéia de como funciona o sistema, exemplificamos: um imóvel **pronto**, oferecido em condições normais, pode alcançar um preço P1; o mesmo imóvel, com financiamento, lògicamente, alcançará um preço superior P2. **Na planta** teríamos P'1 e P'2 menores, respectivamente, do que os seus congêneres. Portanto, no mercado atual, um mesmo imóvel pode ter quatro diferentes preços, que se situarão em quatro diferentes mercados de áreas perfeitamente definidas que podem ser representados da seguinte maneira:

Enquanto para o mesmo imóvel, o preço na planta, sem financiamento, está eqüidistante P'1 P2, para o seu similar pronto com financiamento, poderíamos ter, ainda para o mesmo imóvel, equivalência de preços P'2 = P1, ou seja, na planta com financiamento e pronto sem financiamento.

Níveis de Preços

MERCADO IMOBILIÁRIO

P_2

$P'_2 = P_1$

P'_1

Terceiro Mercado

P_m

Equidistância

Superposição — equivalência de preços

Normalmente — $P_2 > P_1 = P'_2 > P'_1$

A FÔRÇA DA COMPLEXIDADE

Como conseqüência desta situação, o negócio imobiliário tornou-se altamente complexo, obrigando o empresário à aquisição de conhecimento prático, além de recorrer aos métodos mais avançados de pesquisa de mercado, para que não seja surpreendido com uma eventual retração da procura, o que é muito comum no **mercado das desilusões**, ou seja, no **mercado imobiliário**. É preciso uma absoluta estratégia e uma exata dosagem no preço — que ainda não foi experimentado pelo público — fora os detalhes técnicos do planejamento **ex-ante**, a fim de que possa ocorrer uma pronta resposta do público, sendo que isso só se torna possível àqueles que mantêm constante contato com o mercado vendedor e comprador.

Por outro lado, para um lançamento bem sucedido, além de um bom preço, torna-se necessária a existência de um criterioso trabalho, executado a partir de um planejamento que vai desde a escolha do local à conclusão da obra. Quando feito através do sistema financeiro da habitação é importante que se determine a forma e o quantum de crédito a ser concedido a cada comprador, pois será em função de um esquema de pagamentos que êle adquirirá ou não o imóvel, ficando, nestas circunstâncias, o preço relegado a um segundo plano. Aliás, no mercado criado pelo Plano Nacional de Habitação, as condições de pagamento do imóvel oferecido são muito mais importantes de que seu preço, principalmente no prazo muito longo.

BOAS TECNICAS

O que o comprador paga, durante e após a construção, deve possuir uma harmonia que só pode ser alcançada depois de fixadas as taxas e forma de concessão de financiamentos, com base em uma análise sôbre a sua situação econômica. Ter certeza de que êle poderá resgatar o empréstimo, dentro do prazo, implica em adequar as suas possibilidades durante o longo período, sendo, para tal, necessário que existam transigências de tôdas as partes: de um lado, o empresário, o financiador e o construtor, e, de outro, o comprador.

Para serem alcançadas boas condições para um empreendimento, é necessário que dêle tomem parte diferentes profissionais liberais, como o corretor, que efetua a compra e a venda, além de orientar e coordenar as condições gerais da transação; o arquiteto que, sôbre uma diretriz, deverá executar o projeto, tendo em vista a melhor ùtilização do espaço, com o menor custo possível, e, o economista, que irá coletar dados com que orientará uma coordenação (feita pela emprêsa imobiliária), em cima de fatos e não de argumentos. Na parte de engenharia, cabe ao engenheiro examinar o projeto, do ponto-de-vista técnico, estudar e preparar o seu orçamento. O acabamento poderá variar em função do menor custo e de acôrdo com os aspectos sociais do grupo que irá adquiri-lo.

Hoje não basta só ter um orçamento bem feito, sendo essencial a existência de um cronograma físico-financeiro que assegure ao condomínio, a ser constituído, o fiel cumprimento das obras, etapa por etapa, nas respectivas datas previstas. Serve êste, também, de orientação, pois é comum quando as fundações ainda nem foram iniciadas, o condômino perguntar quando começa a estrutura, ainda que antes do prazo contratual. Caso o construtor comece a não funcionar adequadamente, embora, atualmente, a responsabilidade total seja do incorporador, é que entra o advogado, que antes, para evitar maiores problemas, enfeixa todo o planejamento imobiliário, consistindo sua função, no exame da titulação do imóvel e na elaboração dos contratos, de forma a assegurar aos compradores o fiel cumprimento daquilo que foi prometido construir.

Finalmente, entra a fase da fixação do preço, que é o somatório de todos êsses diferentes estágios da organização de uma incorporação imobiliária, nos têrmos da Lei 4 591. Lançada e vendida, a obra deve ser iniciada imediatamente. Competirá ao corretor, durante as vendas, orientar, com a maior exatidão, o comprador. Em síntese, o conjunto: corretor, arquiteto, economista, engenheiro e advogado, constitui a mola mestra do planejamento imobiliário integrado, quando treinados para tal. São êles, em última análise, os responsáveis pelo sucesso, pois a venda é essencialmente uma decorrência daquilo que **ex-ante** foi planejado.

OS PROBLEMAS DO MERCADO

A grande dificuldade encontrada por alguns empreendimentos não planejados é no que diz respeito ao mercado comprador, pois não é da noite para o dia que se cria um, por melhores que sejam as condições oferecidas. Nem sempre a oferta caracteriza a existência de um mercado, principalmente se, pela introdução no sistema de um nôvo estímulo ao empresário, começam a existir ofertas. É o caso típico do financiamento à construção civil, que levou muita gente — que se tem por entendida — a acreditar que em qualquer local se vendem imóveis, desde que sejam concedidos financamentos. É o caso de certos subúrbios, onde existem milhares de imóveis sendo oferecidos, dentro do Plano Nacional de Habitação, sem mercado e por isso dificilmente serão vendidos.

No início o financiamento realmente era um privilégio, e portanto um forte fator de incremento nas vendas, porém, quando passou a se generalizar, pôde o comprador escolher melhores locais para residir, passando certas regiões a serem relegadas a outros planos de importância, pois entre o Norte e o Sul, a diferença de preço passaria, normalmente, a ser ligeiramente significativa, isto porque, hoje, o grande componente do preço é o custo da construção e não a quota de terreno. O fato de, em alguns locais, haver uma grande oferta de apartamentos financiados, sem que hajam compras correspondentes, sòmente avilta o preço da construção, prejudicando, assim o próprio Plano Nacional de Habitação, além de bloquear parte do crédito que melhor poderia ser utilizado em outros locais melhores, pràticamente pelos mesmos preços.

Tôdas estas circunstâncias, quando não devidamente observadas, causam o fracasso de vários empreendimentos, e, em conseqüência, o insucesso dos empresários inexperientes, que lançam mão, então, do argumento da correção monetária, que é um excelente bode expiatório para os seus intentos de acobertarem seu mau sucesso e despreparo para o negócio imobiliário.

ALGUNS DOS ERROS

Embora não tenha culpa direta, pois sòmente agora o país experimenta um Plano Nacional de Habitação, o BNH peca em conceder financiamentos aos empresários sem experiência efetiva no mercado imobiliário, pois êste é um negócio eminentemente de ocasião, onde sòmente depois de experimentado o mercado é que se consegue saber o alcance ou não do resultado previsto. É evidente que, devido às características únicas de cada imóvel, não se pode predizer se êle vai ou não ser vendido, em virtude de que, cada prédio situa-se em local distinto de outro, sendo invariàvelmente os seus projetos diferentes, bem como as suas condições gerais, ainda que iguais os preços. Os fatôres de ordem subjetiva, que estão ligados à utilidade do imóvel, muitas vêzes destorcem a realidade, e confundem o ponto-de-vista do vendedor.

O ideal seria a concessão do financiamento ao empresário indiretamente, ou seja, através do comprador. Sòmente quando existirem provas concretas de viabilidade de mercado, é que deverá ocorrer as concessões do financiamento, pois em caso contrário, arriscar-se-á ao desperdício de crédito, o que seria um verdadeiro crime para um país de poupanças escassas como o nosso. Aliás, a atual política do BNH já procura se assentar no financiamento direto ao comprador, o que é um passo decisivo na evolução do sistema. Todavia, os agentes encarregados para tal função, tais como, as associações de poupança e empréstimos ainda permanecem confusos, devido à falta ou uma diretriz exata, e esta confusão é também transmitida aos vendedores e compradores de imóveis.

A partir do momento em que um cidadão compre um imóvel enquadrado nas disposições do Plano Nacional de Habitação, êle será um tomador de crédito em potencial, desde que o empresário lhe assegure uma promessa de escritura definitiva, em contrapartida da obtenção do crédito que lhe é financiado. Graças às Leis 4 591, 4 380 e 4 864, tornaram-se as incorporações imobiliárias — inclusive aquelas que pressupõem a existência de um agente financeiro — extremamente práticas, e, através dêstes dispositivos, a responsabilidade está perfeitamente definida. Assim, a questão da concessão de crédito, por vias indiretas, ao empresário, vai depender, apenas, da sua tradição no mercado imobiliário.

MELHOR DISTRIBUIÇÃO

O crédito — por ser escasso — não pode ser distribuído igualmente entre os diferentes empresários, devendo sim, ser igualmente distribuído a todos os cidadãos enquadráveis dentro do Plano Nacional de Habitação, que o utilizem para aquisição da casa própria ou melhoria de seu padrão residencial. Isto deve obedecer a um critério seletivo e prioritário, pois se fôr utilizado através de muitos empresários, será difícil o seu contrôle, além de vir a prejudicar todo o sistema financeiro da habitação.

A emprêsa construtora necessita, para voltar novamente a ser **indústria** de construção civil, de um grande número de obras que lhe permita organizar-se de forma econômicamente correta. A empreitada é um benefício para tôda a economia nacional, pois, através dela, os preços são mantidos e os materiais comprados com maior empenho, forçando a baixa do custo de vida. Em contrapartida, para subsistir, o construtor é obrigado a compensar os desníveis existentes entre o custo da construção e a mão-de-obra — em relação à variação da correção monetária — através do aumento da produtividade de sua emprêsa. No final das contas haverá um lucro social, isto é, o comprador passará a adquirir a um preço — em têrmos reais — ligeiramente inferior aos anteriores, e o benefício é transferido para a sociedade de um modo geral, que compra mais e melhor a preços mais baratos.

A RESOLUÇÃO 101

Em virtude dêstes e de outros fatôres incidentes no problema, não deveria ser sustentada a Resolução 101 do BNH, nos têrmos em que foi concebida, pois através dela é que se originou a dispersão de crédito. Qualquer empresário nela enquadrado tem direito a uma cota de crédito limitada, o que, em conseqüência, limita, também, a sua ação econômica dentro do sistema financeiro da habitação, quando o ideal seria a concentração de crédito nas mãos de quem melhor o utilizasse.

As financeiras dos países mais evoluídos — como os Estados Unidos e os da Europa Ocidental — quando concedem o crédito, independentemente das garantias exigidas, querem saber quanto o empreendedor vai ganhar, pois está aí a sua maior segurança, tendo o mesmo que, para isso, provar **ex-ante** a existência de um mercado comprador, capaz de aceitar o repasse do crédito. Se essa verificação fôsse feita normalmente, o próprio mercado se encarregaria de corrigir as deformações e sem maiores burocracias que emperram o dinamismo essencial do sistema. Apesar disso, os dirigentes do BNH vêm conduzindo admiràvelmente a sua política, embora devessem ouvir mais os empresários mais experimentados, com vistas à melhoria do sistema financeiro habitacional, uma vez, conforme já explicamos, que a teoria é quase utópica, no mercado imobiliário — pelo menos na Guanabara, onde êle é mais desenvolvido.

DIFICULDADES COM O FISCO

Outro problema que, atualmente, aflige o empresariado imobiliário é o ocasionado por interpretações rígidas da fazenda pública, pretendendo tributar pessoas que, justamente, foram induzidas pelos estímulos criados pela própria Lei do Impôsto de Renda, a investirem em imóveis, em conjunto, organizando e promovendo incorporações. A isto quer se chamar de "Sociedade de Fato", como se o condomínio não fôsse perfeitamente definido nas leis 4 591 e 4 864/65.

Agora, que as pessoas motivadas pelo incentivo conduziram — graças à aplicação das suas economias — ao quase apogeu a construção civil, não é cabível que prevaleça a equivocada interpretação tentada por alguns, que embora bem intencionados insistem em manter o tributo sôbre os rendimentos decorrentes da aplicação destas poupanças, mesmo porque êles já constam, como não poderia deixar de ser, das declarações feitas pelas pessoas físicas ao Impôsto de Renda, com base na mesma lei. Assim, persistindo o equívoco, o Govêrno estará endossando um grave êrro que certamente levará à paralisação a construção civil no país, com tôdas as implicações na economia e sociedade nacionais, pois é um dos setores que acusa o maior índice multiplicador de riquezas e que mantém a maioria dos operários brasileiros trabalhando — principalmente a mão-de-obra não especializada, que é o maior problema social dêste país.

Se vigorar esta intenção de uma minoria de técnicos do Ministério da Fazenda, acabará o incorporador pagando 85% de impôsto — 33% como pessoa jurídica e 52% como pessoa física — desaparecendo o estímulo central do sistema habitacional e com êle, o investimento particular que é básico neste país, de minguadas emprêsas bem organizadas — principalmente imobiliárias.

Os efeitos de uma política fiscal inadequada ao imóvel serão fatalmente muito mais prejudiciais à economia brasileira do que os **benefícios** de um pseudo-impôsto, se compararmos os mínimos rendimentos que proviriam da compra e venda de imóveis. E o Plano Nacional de Habitação como ficaria?

SELEÇÃO DE CRÉDITOS

Aspecto, ainda, aflitivo para o mercado imobiliário, é o rigor excessivo estabelecido no critério de seleção por certas financeiras ligadas ao BNH, na concessão de crédito ao comprador de casa própria. Além de exigirem documentos que, às vêzes, até não existem, são obrigados pelo BNH a fazer com que o cidadão comprove renda familiar equivalente a quatro vêzes o valor da prestação do imóvel comprado, após as chaves — justamente no período em que estará livre do ônus do aluguel, o que é mais uma limitação, além de não poder possuir mais de 1 imóvel. Assim, vamos acabar fazendo um PNH (Plano Nacional de Habitação) só para ricos ou pessoas que justamente não necessitam de financiamento.

Além do mais, esta exigência é incabível num país, onde sabidamente, são baixos os índices de rendimento da população. Tais medidas só poderão vir a prejudicar o bom andamento do Plano Nacional de Habitação, permitindo que apenas uma parcela mínima popular possa adquirir a sua casa própria. É necessário também que se considere o fato de que, uma pessoa pode hoje ganhar 10 vêzes o valor da prestação do imóvel, mas, amanhã, por qualquer motivo aleatório, pode passar a ganhar apenas duas vêzes, ou até menos. Mais do que justo seria exigir 3 vêzes, e assim mesmo desde que prevendo-se as exceções como os casos de pais que compram para os filhos, etc., etc.

E o pior disso, é que tal medida só surgiu provocada por um programa de televisão, em que a animadora tentou destruir a correção monetária. Aliás, se ela souber disso, que ao invés de defender, destruiu a possibilidade de o brasileiro comprar a casa própria, vai ficar uma fúria. É bom ninguém falar! Êste mesmo jornal (JB), fêz uma reportagem explorando apenas os aspectos negativos da correção monetária, sem mostrar seus inúmeros benefícios. E quando reclamei ao Dr. Nascimento Brito êle me informou que o jornal pretendia levantar a questão — e levantou, só que mal, a meu ver. Estranhei, pois conheço bem a excelente qualidade do jornal, que é o do Brasil. Talvez algum dia venha a compreender melhor a razão daquela reportagem. Com acêrto o Ministro do Interior proibiu certas provocações infundadas, pois sendo o BNH dedicado a muita gente, até analfabeta, tais insinuações, arbitràriamente postas sob um clima emocional, poderiam prejudicar muito seus objetivos.

A LEI DO INQUILINATO

Por outro lado, a nova Lei do Inquilinato é muito generosa, e tanto que, dentro em pouco, os mutuários — devedores de casas financiadas — acabarão deixando de pagar a prestação do imóvel financiado, para alugar outro. Como inquilino êle tem a poderosa proteção de uma lei, que lhe permite atrasar os pagamentos dos aluguéis sucessivamente e sem qualquer problema. Se o que caracteriza o aumento dos aluguéis é a inexistência de imóveis para alugar, agora, certamente, com a oferta mais reduzida, êles se tornarão mais elevados.

Porém, a médio prazo, para as residências muito populares, com os aluguéis congelados e a prestação do apartamento comprado, compulsòriamente, corrigida, vem acontecer o seguinte fenômeno:

NC9

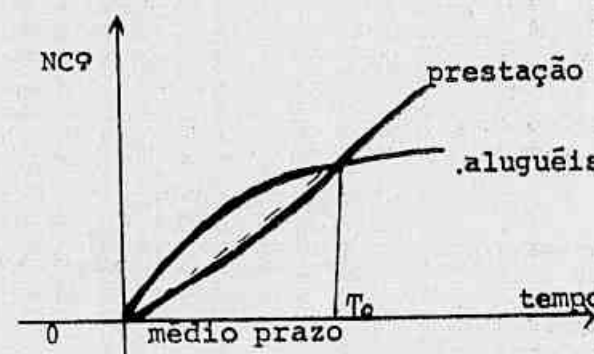
prestação

aluguéis

0

médio prazo

T_0

tempo

em T_0 ocorria a reversão: o aluguel subindo menos, motivaria mais inquilinos, e a prestação, subindo mais, motivaria menos compradores. O resultado, a médio prazo, significaria o desequilíbrio do sistema financeiro da habitação, a menos que os seus dirigentes impeçam tal situação. Tudo porque as leis, atualmente, estão sendo elaboradas sem uma certa coordenação — tendo em vista o Plano Nacional de Habitação — pois, não sabem que a Lei do Inquilinato e o impôsto de renda sôbre os imóveis podem atingir fatalmente o sistema!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BNH é o grande anseio da população brasileira, e é necessário que as autoridades governamentais procurem estimulá-lo, pois através de suas realizações está um grande progresso para o país. É preciso, também, que seja mais bem examinada a questão de qualidade, principalmente, nas habitações financiadas à classe operária, pois sendo as suas hipotecas tôdas de 15, 20 e 25 anos, será necessária uma manutenção permanente, o que não é muito fácil para êste nível social.

É lamentável esquecer-se que, para baixar os preços, é preciso que hajam mais ofertas, e não será com medidas que marginalizem os bons empresários, que se conseguirá mais casas em melhores condições habitacionais com melhores preços. Se uma grande firma só pode obter crédito para a construção de um único prédio por ano, como poderiam se interessar os seus diretores pelo Plano Nacional de Habitação? É lógico que ela terá de procurar outros meios de ação, longe do sistema existente, o que é um mal para tôda a coletividade. Nesse quadro, a única solução seria o financiamento direto ao comprador, pelo próprio empresário, o que já vem ocorrendo, pois, como dissemos, o financiamento, em parte, limitou o mercado imobiliário por estar, hoje, dependente do mercado de capitais.

Haveria muito ainda a comentar, dada a complexidade da matéria, mas, o certo é que, para subsistir, é necessária, realmente, uma grande especialização, além de um enorme desprendimento material, por parte daquêles que dirigem a emprêsa, dentro de um mercado tão cíclico como o imobiliário. Ao concluir, queremos mais uma vez afirmar que o sucesso não depende só da estabilidade econômica ou política, mas sim das coisas ocasionalmente bem planejadas, qualquer que seja o país.

DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO

M. F. THOMPSON MOTTA

Todo país tem seus problemas peculiares de desenvolvimento e deve resolvê-los de acôrdo com suas próprias tradições, aptidões e valôres. A êsse respeito, a experiência norte-americana foi única, sob vários aspectos.

O Professor Arthur M. Schlesinger, assistente especial de Kennedy, em conferência, pronunciada em 1962 na Universidade de Harward a respeito do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, afirmava o seguinte:

"A personalidade de um dos fundadores da República, Thomas Jefferson, ilustra esta diferença. Jefferson foi um idealista, e sua lembrança continua viva, não apenas para os norte-americanos, como para todos os que se interessam pela dignidade e liberdades humanas. Como ideólogo contudo, sua memória está apagada. Entretanto, em seu tempo, Jefferson apegou-se a uma ideologia — a de acreditar que a agricultura era a única base de uma sociedade; que a pequena propriedade era o único esteio da democracia; que o agricultor virtuoso era o único cidadão com quem se poderia contar em um sistema democrático; que uma economia baseada na agricultura era auto-regulada e, portanto, requeria o mínimo de interferência governamental; e, finalmente, que os grandes inimigos do Govêrno democrático eram a urbanização, a indústria, o sistema bancário, a classe trabalhadora sem terra e um Govêrno nacional forte com poder para orientar o desenvolvimento do país.

Esta era a ideologia de Jefferson. Se os Estados Unidos houvessem orientado seu desenvolvimento histórico por tais princípios, seriam hoje uma nação fraca e impotente. Fiéis, entretanto, aos ideais jeffersonianos, mas não a sua ideologia, os Estados Unidos tornaram-se uma nação moderna e forte, dedicada nos seus melhores momentos históricos à defesa da dignidade e da liberdade universais.

Afortunadamente, o próprio Jefferson preferiu seus ideais a sua ideologia. Em casos de conflito, êle sempre optou pelo que era vantajoso na prática, do que pelo que era coerente em matéria de princípios. Não é o Jefferson ideológico, mas o que concitou as gerações a que não subordinassem suas sucessoras aos pontos-de-vista sôbre a política ou destino humano.

Êste, o verdadeiro estadista cuja memória veneramos."

No Brasil, entretanto, há mais de 20 anos, como fórmula única do desenvolvimento, a economia é *planejada* por um grupo que se apegou justamente a ideologias já superadas, inclusive nas suas origens, ou seja, nos próprios países socialistas.

Assim, seis grandes planos de desenvolvimento foram elaborados nestes últimos vinte anos. Alguns até de ótima concepção. A maioria, entretanto, foi abandonada em face de razões técnicas ou institucionais: **Plano Salto (Govêrno Presidente Dutra), Plano de Metas e de Estabilização Monetária** (Govêrno Presidente Juscelino), Plano Trienal (Govêrno Castelo), Plano Trienal ou Estratégico (Govêrno Artur Costa e Silva).

No Brasil os *planejadores* parecem desconhecer que a própria União Soviética, matriz de tôdas as demais experiências socialistas de planejamento, está adotando progressivamente a economia do mercado e já leva em conta os consumidores em têrmos inequivocamente capitalistas. O consumidor russo deixou de ser um número abstrato, submetido a tôda espécie de sacrifício para surgir no cenário econômico com a consideração que o capitalismo lhe assegura.

Esta mudança radical na Rússia deve-se em parte ao corajoso relatório do professor Evsei Libermam (1963), que constatou a grande ineficiência e a corrupção, devido à intromissão demasiada do Poder Público na economia russa. Algumas fábricas de sapatos, por exemplo, segundo êste relatório, para atingirem as metas programadas pelos planejadores russos, produziam apenas unidades de maior tamanho, por serem de fácil produção e assim os dirigentes destas unidades fabris alcançavam os prêmios de produção fixados pelos planejadores. Verificou ainda Libermam que a quinta parte das indústrias soviéticas era tremendamente deficitária, vivendo exclusivamente de subvenções oficiais, devido a esta participação excessiva do Govêrno na economia.

Por outro lado, os países europeus do mundo livre que adotaram algum tipo de planejamento, no pós-guerra, tiveram suas taxas de crescimento substancialmente menores que as dos países europeus que não fizeram planejamento, como a Alemanha Ocidental.

Relação entre a renda per capita da Alemanha Ocidental e de alguns países socialistas

	Antes da Guerra	1950	1960	1965
Alemanha Ocidental	87	100	100	100
Polônia	100	62	43	40
Hungria	44	70	50	48
Alemanha Oriental	95	55	68	61
Tcheco-Eslováquia	95	100	62	55
Bulgaria	42	52	40	36

É interessante frizar que os planos dêsses países, inclusive do Japão, consistiram bàsicamente de previsões a longo prazo que serviram como orientadores para políticas econômicas. A economia dêsses países desenvolvidos dependeu da iniciativa privada e não existiam contrôles diretos ou indiretos na emprêsa. Ao contrário dos esquemas de planejamento socialistas, que tendem a transformar as estatísticas numa imagem exata da vida econômica, como também para forçar a sua evolução num quadro rígido estabelecido pelo Estado.

No balanço, assim, entre os dois regimes de produção e organização social, o capitalismo tem um saldo apreciável e como conseqüência a economia socialista tornou-se obsoleta diante do salto dos países que a regem pela economia de mercado.

No Brasil e nos demais países em desenvolvimento, o malôgro do *planejamento* é ainda mais acentuado, pois, enquanto nos desenvolvidos pode-se dispor de dinâmico e completo instrumental estatístico, nas nações em desenvolvimento, em maioria, existe uma carência de estatísticas e técnicos treinados, assim como de dados válidos sôbre os quais basear o planejamento e avaliar a sua implementação.

QUADRO II

Produto nacional bruto de alguns países que adotaram alguma forma de planejamento

Países	Planejado %	Média Encontrada
Venezuela	8	5,7
República Árabe Unida	7	6,5
Marrocos	6	3,6
Tunísia	6	4,6
Índia	5,5	2,6

Para que se possa aquilatar a gravidade dêste problema, seria suficiente o exemplo recente do estudo da instalação da indústria de fertilizantes nitrogenados no Brasil. Dois setores governamentais e uma emprêsa privada de renome internacional apresentaram resultados completamente contraditórios a respeito da demanda de fertilizantes, uma vez que os dados básicos, precaríssimos, não permitiam qualquer cálculo racional homogêneo, prevalecendo, desta forma, o arbítrio pessoal.

Projeção da demanda anual de fertilizantes nitrogenados no Brasil:

	1970 ton
Estudo realizado pelo EPEA	112 026
Estudo realizado pelo BNDE	167 500
Estudos realizados pelo Serete	493 000

Êste planejamento, nos países em desenvolvimento, além do mais, tem sido realizado usualmente, sem a consulta ou suporte do setor privado, cujo apoio seria indispensável a qualquer realização.

Desta forma, a escassez de informações estatísticas tende a fazer com que os órgãos de planejamento governamentais, baseados em critérios pessoais dos seus eventuais dirigentes, arbitrem projeções que, inexplicàvelmente, são consideradas como dados conclusivos para todos os estudos na área da iniciativa privada e/ou estatal.

Existe, também, a tendência dos órgãos de planejamento dos países em desenvolvimento para estabelecer o que consideram como os objetivos do país. Para isto, instituem pesados contrôles e regulamentos para subordinar a iniciativa privada aos ditames dos planejadores.

Como constante desta situação, em quase todos os **países em desenvolvimento, a** inflação recebe inevitável impulso, quando crescem os programas governamentais e aumentam os totais das despesas e as arrecadações tributárias. Isso gera uma interferência governamental cada vez maior, à medida que os governantes desanimados pelas altas dos preços buscam a solução através do contrôle dos preços, dos salários, dos aluguéis e dos lucros.

O resultado final de todos êsses problemas ligados ao planejamento excessivo tem sido distanciar cada vez mais os países em desenvolvimento dos desenvolvidos.

QUADRO III

Crescimento do produto nacional bruto nos países do mundo ocidental

(1963 = 100)

Fonte ONU

Países Desenvolvidos

	Produto Nacional Bruto Total	Per capita	Agricultura	Indústria
1960	87	91	94	86
1961	91	93	96	88
1962	96	97	98	95
1963	100	100	100	100
1964	106	105	101	108
1965	112	109	104	115
1966	118	114	103	123

Países em desenvolvimento

	Produto Nacional Bruto Total	Per capita	Agricultura	Indústria
1960	88	95	93	82
1961	92	97	95	88
1962	96	98	98	94
1963	100	100	100	100
1964	106	104	103	100
1965	110	104	104	115
1966	114	106	105	121

Seria indispensável que êsses países em desenvolvimento abandonassem as fórmulas demasiadamente complexas de planejamento, baseadas na intromissão demasiada do Poder Público na economia e adotassem medidas mais práticas e simples, coerentes inclusive com o seu próprio estágio de desenvolvimento.

O planejamento poderia, assim, estimular o desenvolvimento desde que ficasse restrito, além do mais, na área do setor privado, à simples indicação dos cursos alternativos de ação, e no setor público à coordenação dos projetos ligados à infra-estrutura da economia.

QUADRO IV

Países sul-americanos que adotaram alguma forma de planejamento

Renda per capita **(US$)**

	1955	1957	1959	1961	1963	1965	Crescimento 1955/1965 %
Chile	400	430	430	450	450	460	+ 15
Uruguai	580	580	510	520	510	500	— 13
Argentina	490	510	480	520	470	540	+ 11
Brasil	160	170	180	190	190	180	+ 12
Colômbia	260	260	270	280	290	295	+ 12

No Brasil, em particular, o Govêrno não deveria dar tanta prioridade ao *planejamento* e concentrar os seus esforços nos problemas já visíveis a todos, como o da educação e o da reformulação da pesada e dispendiosa máquina administrativa estatal, contratando, inclusive, firmas especializadas da iniciativa privada para acelerar as soluções.

Muitas outras medidas, de ordem prática, deveriam ser tomadas, entre as quais, destaca-se a da fixação das diretrizes básicas de ação no campo da política industrial, pois, até hoje, o Brasil dispõe apenas de uma legislação confusa e sem unidade, verdadeira **colcha de retalhos**, que só tem servido para amortecer e confundir a iniciativa privada.

Em conclusão, os governantes teriam que adotar a mesma orientação de Jefferson "que preferiu seus ideais à sua ideologia. Em casos de conflito, êle sempre optou pelo que era vantajoso na prática, relegando a coerência em matéria de princípios."

BALANÇO DA CONTROVÉRSIA: AÇÚCAR x ADOÇANTES ARTIFICIAIS

No mundo inteiro, a venda indiscriminada de adoçantes artificiais está provocando reações por parte de organizações que, de uma forma ou outra, têm responsabilidade na preservação da saúde pública. Em países onde o consumo começa a generalizar-se, entidades oficiais - baseadas em estudos científicos - já tomam providências no sentido de alertar a população sôbre algumas conclusões a que chegaram médicos e cientistas. No Brasil, apesar da falta de estudos mais profundos, o problema dos adoçantes artificiais sensibilizou de tal forma a opinião pública que acabou por provocar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujas conclusões já foram divulgadas oficialmente.

CPI conclui: é preciso restringir

Em março de 1968, sob a presidência do Senador Milton Campos, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, cujas áreas de ação eram: "uma, no tocante à saúde pública, onde devem ser verificadas as repercussões sôbre a saúde, com base no uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular"

A outra área analisou as consequências que o uso dos adoçantes artificiais poderia provocar na economia nacional, no setor da agro-indústria canavieira.

Vinte-e-uma personalidades foram ouvidas pelos membros da CPI: onze delas abordaram o aspecto saúde pública. As demais, opinaram a respeito dos efeitos na economia do país.

Embora permanecendo dúvidas sôbre se substâncias edulcorantes oferecem perigo à saúde humana, a CPI faz uma série de restrições, cuja transcrição é de interêsse popular:

1. Um tipo de edulcorante - Dulcin ou Dulcine - cujo uso data de quase 50 anos, no mundo todo, foi considerado tóxico.
2. Determinado tipo de distúrbio digestivo, caracterizado por surtos diarréicos, pouco intensos e passageiros, manifestaram-se em certos pacientes que fazem uso de ciclamatos (o tipo de adoçantes artificiais mais usado no Brasil).
3. Pesquisas realizadas em ratos e cobaias em centros de ciências nos Estados Unidos e outros países, estabelecem uma relação entre o emprêgo de ciclamatos, em doses elevadas, e determinadas manifestações tóxicas. Cobaias e ratos fêmeas, alimentadas com ciclamatos, tiveram seus processos de procriação perturbados, registrando-se elevado índice de natimortos.
4. A substituição do açúcar natural por adoçantes sintéticos não oferece vantagem nenhuma, a não ser que o indivíduo esteja doente e não possa ingerir açúcar.

A CPI formulou, entre outras, as seguintes recomendações, com relação à saúde:

a - Restrição da venda de adoçantes artificiais às farmácias.

b - Obrigatoriedade da inscrição, em caracteres destacados, nas embalagens dos dietéticos, dos dizeres: PRODUTO DIETÉTICO, PARA USO DE PESSOAS COM REGIME DE RESTRIÇÃO DE AÇÚCAR.

Divulgadas as conclusões e recomendações da CPI, o senador Raul Giuberti apresentou projeto-de-lei visando restringir-se definitivamente a venda de adoçantes artificiais a farmácias, bem como obrigando a indicação dos nomes específicos dos componentes básicos do produto. E, em área do rótulo equivalente à empregada para impressão do nome do produto, os dizeres: PRODUTO DIETÉTICO.

O projeto foi além da regulamentação dos adoçantes, criando normas também para todos os produtos dietéticos, inclusive bebidas, em cuja elaboração se substitua o açúcar natural por edulcorantes sintéticos. Tais produtos terão, obrigatòriamente, esta inscrição no rótulo: PRODUTO DIETÉTICO PARA USO POR PESSOAS SUJEITAS À RESTRIÇÃO DE AÇÚCAR.

"The New York Times": cuidado com os alimentos dietéticos

A disseminação dos edulcorantes, feita principalmente através da indústria de alimentação, provocou estudos patrocinados pela The Food and Drug Administration (entidade do govêrno norte-americano que fiscaliza alimentos e remédios), cujo relatório foi parcialmente transcrito pelo "The New York Times" (edição de 14/12/68). Êsse relatório, apesar da cautelosa afirmativa de que "alguns estudos ainda estão incompletos", faz sérias advertências ao uso indiscriminado dos ciclamatos: "estudos com alguns animais sugeriram que a cyclohexylamina (transformação orgânica do ciclamato) pode ter resultados adversos sôbre os cromossomos (segmento cromático que se destaca por ocasião da divisão celular indireta, constituindo unidades definidas na formação do nôvo ser. Segundo o mesmo relatório, a produção de ciclamatos nos Estados Unidos, em 1967, foi de mais de 6,71 milhões de quilos (equivalentes à substituição de aproximadamente 3,5 milhões de sacas de 60 quilos de açúcar).

"NEW SCIENTIST": É MELHOR NÃO ARRISCAR COM A SAÚDE

Ao mesmo tempo em que jornais e revistas de grande tiragem teciam comentários em tôrno dos ciclamatos e seu uso na alimentação, uma revista de grande circulação e prestígio científico, a "New Scientist" (edição de 5/12/68) - analisava detalhadamente o relatório da Food and Drug Administration.

Partindo da transformação dos ciclamatos em cyclohexylamina, o "New Scientist" confirma o risco da alteração no núcleo das células, com base nos experimentos feitos em ratos e cobaias. E, muito embora também considere que os resultados são incompletos com relação ao homem, termina seu comentário com uma pergunta:

"Podemos dar-nos ao luxo de permitir que o uso dêsses agentes (os ciclamatos) continue sem restrições, enquanto a questão de sua segurança ainda não esteja resolvida?"

"TIME MAGAZINE": CUIDADO COM OS REFRIGERANTES DIETÉTICOS

A revista "Time" (edição de 3/1/69) reedita os dados da pesquisa da Food and Drug Administration, realçando o perigo da ingestão excessiva de ciclamatos, especialmente através dos refrigerantes de "baixa caloria". Cada garrafa de refrigerante dietético (garrafa de conteúdo igual a 454 gramas) contém, em média, 1 grama de ciclamato. O teto não prejudicial estabelecido pela FDA é: 1,35 gramas por 30 quilos de pêso do consumidor. Portanto, uma criança que ingerisse 2 garrafas dêsse tipo de refrigerante por dia (fato comum) estaria excedendo o limite de tolerância e, com isso, correria o risco de perturbações genéticas no futuro.

"Fatos e Fotos": há perigo para as novas gerações

A edição de 19/12/68 de "Fatos & Fotos" dá outros detalhes: "Os açúcares artificiais utilizados na fabricação de alimentos e condimentos dietéticos podem provocar o nascimento de crianças anormais. Esta foi a conclusão a que chegou o Dr. John Schrogie, diretor do Departamento de Pesquisas sôbre Alimentação e Medicamentos dos EUA. Os açúcares artificiais - ou ciclamates - entram geralmente na proporção de 10 contra 1, com outros produtos tais como a sacarina, na composição dos alimentos e condimentos dietéticos. Os primeiros resultados das pesquisas realizadas com animais, em laboratórios, demonstram que a cicloexilamina provoca anomalias genéticas. Os pequenos animais que, no ventre materno, haviam absorvido açúcar artificial, cresceram com muita lentidão e atingiram um índice de mortalidade alarmante.

As revelações do Dr. Schrogie causaram grande impacto na América".

"Visão": ciclamato faz os mesmos males do LSD

Divulgando dados obtidos pelo Congresso de Genética, reunido no Tenessee (EUA), a revista "Visão" (edição de 17/1/69) noticia que aquêles congressistas, cujo trabalho investiga os "malefícios do uso dos ciclamatos sôbre a genética do homem" verificaram que "à semelhança do que ocorre com certas drogas (inclusive o LSD), os ciclamatos podem provocar deslocamentos nos cromossomos do núcleo das células. Quando tais deslocamentos ocorrem nas células sexuais, podem causar a concepção de crianças defeituosas".

Segundo a mesma fonte, as conclusões do Congresso de Genética, embora não definitivas, foram suficientes para que a Itália e França proibissem o uso industrial da droga em refrigerantes e alimentos, permitindo apenas a venda em farmácias e sob prescrição médica.

Açúcar é mais alegria!
Açúcar é mais energia!

Colaboração da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

p. e. nascimento - acar

A DEMANDA E OFERTA DE BENS DE CAPITAL

J. L. ALMEIDA BELLO

Cresce, acentuadamente, a demanda de maquinaria e equipamentos necessários ao desenvolvimento do país e avolumam-se os problemas relativos à aquisição dêsses bens. São suficientemente conhecidas as etapas que caracterizaram o processo de industrialização, especialmente no setor das indústrias mecânicas e elétricas, cuja maior expansão situou-se no final da última década.

Nessa época, o intenso crescimento das indústrias de bens duráveis de consumo e de bens intermediários, acrescido de substanciais investimentos em obras de infra-estrutura, permitiu que se implantassem as indústrias de bens de capital.

DIFICULDADES

Por outro lado, constatou-se que o modêlo de desenvolvimento, baseado na substituição de importações, está pràticamente exaurido e que, em decorrência, torna-se difícil manter uma taxa de desenvolvimento, acelerada e contínua, da economia. Entretanto, se o conceito é válido para as indústrias de transformação como um todo, em determinados casos, entre êles maquinaria e equipamentos industriais, ainda subsiste a possibilidade de ser aumentado substancialmente o conteúdo nacional dos bens adquiridos na indústria brasileira. Acontece, porém, que essa parcela a substituir é aquela de mais difícil elaboração por um país em desenvolvimento, pois prende-se aos componentes de avançada tecnologia, em que a evolução permanente no mercado internacional, sustentada por substanciais pesquisas aplicadas, torna o problema de difícil solução para as indústrias locais.

Essas observações iniciais limitam o objetivo do presente comentário, qual seja o de alertar os industriais brasileiros para uma análise da demanda real, em seus têrmos quantitativos e em suas características técnicas, a fim de que a emprêsa privada tome a iniciativa de enfrentá-la e de tentar a solução capaz de consolidar êsse setor industrial, garantindo sua auto-sustentação.

Compreende-se que os problemas a curto prazo são a principal preocupação dos empresários e, particularmente, daqueles do setor de bens de capital. É sabido que, não raro, devem êles lutar por condições de sobrevivência, situação essa que os impede de pensar em prazos mais longos que os chamados **bancários**, mas a reestruturação industrial do país exige que êsses mesmos empresários, de alguma forma, com seu corpo de técnicos ou contratando escritórios especializados, consigam tempo suficiente para estender êsses prazos e comecem a planejar suas atividades para períodos mínimos de quatro a cinco anos ou mesmo para os próximos dez anos.

É bem provável que os industriais, ao lerem êste comentário, venham logo com a observação de que, no Brasil, não se pode pensar no que vai acontecer nem nos próximos seis meses, portanto seria perder tempo planejar para períodos mais longos.

De fato, a conjuntura nacional tem atravessado, até hoje, tantas vicissitudes, tantas marchas e contramarchas que não tem sido possível equacionar, ou pelo menos vislumbrar, um panorama mais amplo. Entretanto, para aquêle que constrói maquinaria e equipamentos num país em desenvolvimento, ou procura, por sua própria iniciativa, conhecer e controlar tôdas as ponderáveis relativas à consolidação de sua indústria, ou jamais estará em condições de atender aos apelos da demanda decorrente dos programas de desenvolvimento. Se, habitualmente, êle luta pelos problemas de sobrevivência a curto prazo, mais tarde virá a lutar por outros que talvez hoje não pareçam tão sérios, mas que terão um caráter aflitivamente limitativo e cuja solução não poderá ser obtida com a rapidez e pelos métodos que geralmente são adotados para contornar os agudos problemas imediatos.

SISTEMÁTICA

O início do processo de industrialização intensiva caracterizou-se por uma sistemática de reserva de mercado, a qual, a meu ver, foi mantida por tempo superior àquele que seria necessário para não viciar as emprêsas. Nestas condições, habituou-se o industrial a não resolver, sòzinho, os seus problemas e esperar sempre, do poder governamental, a solução para as suas aflições. Acho perfeitamente natural que no período infantil da indústria, particularmente a de bens de capital, essa proteção paternal fôsse essencial para garantir seu desenvolvimento, porém a etapa de emancipação já chegou e, se as emprêsas não tomarem a si as iniciativas para resolverem seus problemas de crescimento, pouca coisa mais o Govêrno poderá fazer. Mais grave, ainda, seria a solução de continuar a insistir na solicitação excessiva dos organismos governamentais, pois, nesse caso, haveria uma tendência substancial para a estatização do setor.

As dimensões do mercado interno não são, ainda, suficientes para garantir uma plena utilização de capacidade, decorrentes das economias de escala necessárias à produção: entretanto, uma análise profunda da evolução da conjuntura brasileira, dos dados estatísticos disponíveis e, especialmente, daqueles recolhidos e interpretados de 1964 até hoje demonstram que se os industriais do setor se organizarem e iniciarem um consciente trabalho de equipe, alicerçado na técnica e no bom senso, poderão chegar a resultados que a muitos se afigurariam impossíveis e que para a grande maioria seriam surpreendentes.

Tornou-se um lugar-comum dizer que o Brasil é um país sem estatísticas. De fato, assim o foi; porém, tão grave se figurou o problema que os organismos responsáveis reorganizaram-se para poder dotar o sistema estatístico brasileiro das informações necessárias aos estudos conjunturais da economia. Muito se tem feito nos últimos tempos; infelizmente, poucas pessoas sabem disso, especialmente aquêles empresários para os quais dedico êste comentário.

Os órgãos de divulgação não puderam fazer chegar, ainda, aos utilizadores, aquelas informações e dados estatísticos que devem ser objeto de consulta permanente dos executivos técnico-econômicos das emprêsas. Por outro lado, tais informações deveriam ser analisadas e interpretadas de forma a se transformarem nos elementos indispensáveis à programação das atividades industriais.

Para tornar fàcilmente assimiláveis as relações entre os programas de desenvolvimento e a demanda de maquinaria e equipamentos, tentou-se, em 1956, estabelecer, de forma sistemática, essas primeiras correlações. Os primeiros estudos foram baseados no **Programa de Metas**. A sistemática estabelecida permitiu um trabalho conjunto com o então Geimape e a Cepal, que culminou com a publicação de um estudo que até hoje é citado em inúmeras reuniões técnicas, inclusive em congressos internacionais.

Os primeiros resultados foram, evidentemente, apresentados em caráter de tentativa, porém, se tornaram de tal interêsse que o trabalho foi estendido a outros países da América Latina, a fim de dar uma idéia do mercado e da potencialidade das indústrias nascentes, com vistas a possibilidades futuras de uma integração regional. A coleta de informações melhorou sensivelmente, não só em seu índice qualitativo, mas também, quantitativamente, com a cobertura de maior número de emprêsas produtoras.

Por outro lado, um melhor conhecimento e análise dos projetos de investimento, apresentados nos últimos três anos aos grupos executivos da CDI, permitiram levantar coeficientes técnicos com razoável aproximação, de forma a se obter valôres de surpreendente interêsse.

Com a criação, em 1964, do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, hoje, pela reforma administrativa, transformado em instituto — IPEA — foi possível reunir todos êsses dados e partir para uma sistematização que permite converter, com relativa segurança, os programas de investimentos em provável demanda de máquinas e equipamentos.

Estudos sôbre a avaliação da capacidade instalada, sôbre a qualificação dos produtos ofertados, passaram a mostrar quanto e o que se fabrica no Brasil. Passaram a indicar, também, a ordem de grandeza da evolução tecnológica dessa produção e diagnosticar os principais estrangulamentos de seu desenvolvimento. Embora êsses dados e informações estatísticas tenham sido publicados e apresentados em diversas reuniões, seminários e congressos, ainda não se tornaram uma fonte de informações permanente para os industriais do setor.

Entretanto, uma simples análise dos valôres agregados, expostos a seguir, pode, de imediato, suscitar dos industriais mais lúcidos, reflexões sérias sôbre suas respectivas situações no mercado, a tendência das negociações futuras e daí partir para um estudo mais profundo, pesquisando os dados que permitiram a agregação daqueles valôres e que, sem dúvida, virão a responder algumas das muitas variáveis que condicionam o planejamento do desenvolvimento de emprêsa privada.

MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS (Classe 6 — Parcial — MBM)

	(Média Anual)	1961/1963	1964/1966	1967/1968
IMPORTAÇÃO	US$ 1 000	264 000	178 000	324 000
	US$/t	2 332	2 723	3 108
PROD. NACIONAL	US$ 1 000	167 000	189 000	229 000
	US$/t	712	672	683

ATENDIMENTO

É óbvio que a produção nacional deve atender a tôdas as indústrias de transformação e obras de infra-estrutura, fornecendo particularmente os bens de menor complexidade de fabricação e cabendo, portanto, à importação aquêles de maior conteúdo tecnológico; êsse fato explica, em parte, as acentuadas diferenças entre os índices em dólares por tonelada.

Entretanto, como as condições de competitividade, quanto a preços, mesmo considerando as atuais tarifas aduaneiras, são equilibradas — desfavoráveis na apreciação dos industriais nacionais — segue-se que o valor da produção local deve traduzir com ampla margem a comparação desejada.

Para que se tenha uma idéia daquilo que se poderá obter com a análise dos dados oferecidos pelo Plano Decenal do Govêrno Castelo Branco e do atual Programa Estratégico de Desenvolvimento, passo a apresentar algumas observações sôbre a demanda provável de maquinaria e equipamentos em um setor de excepcional importância: energia elétrica.

Outros setores, tais como a indústria petroquímica e refinação de petróleo, a indústria de cimento, de autoveículos ou de aparelhos eletrodomésticos, também, com maior ou menor sofisticação dos dados, poderão ser analisados, a fim de permitir, com razoável conhecimento, o provável panorama para o qual os industriais produtores de bens de produção deverão estar preparados em futuro próximo.

Dois pontos críticos obrigam os industriais a tomar as necessárias cautelas no ato de concretização de seus programas: o primeiro, òbviamente, refere-se à continuidade na administração pública e cumprimento das políticas governamentais. Para êste, a atuação do empresário é indireta, porém poderia ser muito mais eficiente se houvesse um verdadeiro espírito de equipe e os esforços fôssem congregados pelas respectivas associações de classe, capazes de reunir tôdas as condicionantes para apresentá-las aos órgãos governamentais, a fim de que fôsse a política de investimentos corretamente encaminhada e não viesse a sofrer soluções de continuidade.

Quanto ao segundo, o conhecimento da composição provável da demanda e da oferta, pode o empresário ter completo domínio sôbre êle. Prende-se à evolução tecnológica, ao preparo de cada emprêsa para, ràpidamente, absorver a tecnologia, adaptá-la às peculiaridades do mercado brasileiro e partir, de imediato, para programas de estudos e pesquisas, os quais, se de início são pequenos e de menor responsabilidade, tornar-se-ão, gradativamente, um método usual de trabalho, permitindo a cada emprêsa enfrentar, em futuro próximo, seus próprios problemas de desenvolvimento tecnológico.

PODER DE DECISÃO

As indústrias mecânicas e elétricas brasileiras são emprêsas de capital privado. Assim sendo, compete a elas, e não ao Govêrno, o poder de decisão do que produzir e como produzir. Essa característica de independência deve ser preservada em um sistema de livre economia de mercado, para que o dinamismo tecnológico, próprio do setor, possa trazer seus efeitos benéficos na concepção das etapas do desenvolvimento industrial.

Na atual conjuntura, em que as emprêsas enfrentam problemas de reorganização, é necessário que elas saibam vencer as inércias decorrentes de processos tecnológicos tradicionais, porém, obsoletos, saibam projetar novos produtos e conquistar novos mercados, a fim de atingir a maioridade e ocupar seu lugar no processo de desenvolvimento do país e dos mercados internacionais. Cabe, portanto, ao empresário, analisar os estudos elaborados pelas agências governamentais, sôbre a conjuntura nacional em seus aspectos globais, setoriais e regionais, interpretar dados e informações estatísticas e, então, promover isoladamente, em consórcio ou em regime de colaboração associativa, pesquisas tecnológicas e de mercado, para complementar suas ações de liderança e atender a demanda futura, em têrmos qualitativos e quantitativos.

As associações das classes produtoras têm, como dever, coordenar a ação de seus membros para que as sugestões atendam o interêsse comum, mas, especialmente, sejam de significativo interêsse para a economia nacional. A ausência de sugestões ou, apenas, a crítica, mesmo construtiva, das ações do Govêrno, implica relegar para um segundo plano a iniciativa criadora, a concepção dos projetos, a abertura de novas áreas econômicas que deveriam ser, por definição, atividades empresariais de caráter privado.

O PROGRAMA DE ENERGIA ELÉTRICA

São conhecidos os programas de implantação e ampliação das emprêsas de energia, quanto à geração, transmissão e distribuição. Êsses investimentos prováveis estão quantificados em moeda nacional e estrangeira e determinados os seus prováveis períodos de investimento. Por outro lado, êsses valôres foram obtidos a partir de projetos ou às vêzes anteprojetos, os quais permitem estimar, com razoável precisão, os tipos de equipamento a serem instalados e seus respectivos valôres. Estamos, portanto, a um passo de saber qual o provável mercado de turbinas hidráulicas, de alternadores, de transformadores para transmissão e distribuição e outros itens necessários a êsses investimentos.

Ainda, aprofundando a análise, sabendo-se que tôda essa maquinaria e equipamentos obedecem a determinadas composições de matéria-prima, podem ser determinados êsses insumos críticos, a fim de que seus programas de produção não venham a constituir obstáculos futuros.

A observação comparada das estatísticas de importação nos últimos oito anos demonstra as tendências dos projetistas de usinas elétricas, portanto, a evolução qualitativa da demanda, permitindo aos engenheiros da produção de máquinas e equipamentos hidrelétricos orientarem seus futuros programas de expansão, com vistas à absorção e adaptação da tecnologia às peculiaridades da indústria brasileira, partindo para a engenharia de produtos e o hábito da pesquisa aplicada.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento prevê que o consumo de energia elétrica deve passar de 28,6 milhões de MWh, em 1967, para um nível entre 38,6 e 40,4 de MWh em 1970.

Por sua vez, para o período 1968/1970 está previsto o seguinte programa de investimentos:

Aplicações	1968	1969	1970	Total	%
Geração	808 978	758 207	826 674	2 483 859	40,2
Transmissão	588 454	630 550	592 606	1 811 609	29,3
Distribuição	437 54[illegible]	502 [illegible]7	466 375	1 407 736	22,7
Outras	[illegible]16 123	143 875	124 173	484 171	7,8
TOTAL	2 141 099	2 034 949	2 0[illegible]9 827	6 185 875	100,0
Setor Federal	860 537	885 263	888 280	2 634 080	42,6
Setor Estadual	1 027 362	950 306	942 657	2 920 325	47,2
Setor Privado	253 200	199 380	178 890	631 470	10,2

FONTE: — PED Síntese — Volume II *(NCr$ 1 000 de 1968)*

Tomando o investimento em geração, êle se distribui, percentualmente em 77% em moeda nacional e 23% em moeda estrangeira. Aprofundando a análise e passando aos detalhes que permitiram a apresentação agregada dêsses valôres, verifica-se que, dos investimentos em moeda nacional, cêrca de 1 100 milhões de cruzeiros novos serão empregados na aquisição de máquinas e equipamentos e 530 milhões de cruzeiros novos deverão ser importados, para complementar a implantação e as expansões programadas.

AVALIAÇÃO

Os industriais que conhecem o elenco dos projetos de instalação e expansão das usinas elétricas poderão avaliar qual a participação dos equipamentos hidromecânicos e elétricos nesses investimentos; ainda, poderão estimar quais as parcelas que deverão corresponder à aquisição de turbinas, condutos forçados, comportas, grades e outros equipamentos. Análise semelhante pode ser feita para os alternadores, transformadores-elevadores e aparelhos de proteção e contrôle. Os dados existem e estão disponíveis no IPEA, podendo, entretanto, sem dúvida, ser encontrados em outras fontes, talvez, com maior grau de especialização. Entretanto, os valôres a que se pode chegar, serão suficientes para orientar os industriais especializados do setor, em seus planos de trabalho para os próximos anos.

Se fôr considerado como necessário, um período mais longo, também existem dados disponíveis, pois as projeções de demanda provável e os projetos de implantação e expansão de usinas elétricas não abrangem apenas três anos; foram apresentados nesse período para efeito de composição do PED, porém a Eletrobrás e o IPEA possuem informações para períodos substancialmente maiores. A intensa colaboração entre essas duas entidades permitiu a coordenação dessas informações, apresentando-as de forma assimilável pelos industriais e que, sem dúvida, deverão constituir elementos de grande importância para a programação do setor.

O programa de investimentos para 1968/1970, em transmissão, prevê uma composição de 80% em moeda nacional e 20% em moeda estrangeira. Assim, haveria cêrca de 1 450 milhões de cruzeiros novos em moeda nacional, dos quais 1 105 correspondem a equipamentos. Partindo dêsse dado, os fabricantes de equipamentos elétricos poderão obter, também, informações adicionais relativas à provável participação dos transformadores, das tôrres, dos cabos de transmissão, isoladores e outros, no total do investimento. Êsse seria o mercado provável, em têrmos de investimento governamental.

A análise pode prosseguir e dados existem capazes de permitir a avaliação, em ordem de grandeza, dos insumos necessários à fabricação dos equipamentos, seja em têrmos físicos, seja em valor.

Òbviamente, os dados sòmente são válidos para uma apreciação global e servem, apenas, a um estudo sôbre as tendências futuras do mercado, porém para a finalidade a que êles se devem destinar, isto é, para o planejamento das atividades empresariais e para as decisões sôbre a transferência de tecnologia, sua assimilação e posterior elaboração no país, serão amplamente suficientes.

Quanto à distribuição de energia elétrica, de mais difícil análise sabe-se que 85% do programa seriam despendidos em moeda nacional e 15% em moeda estrangeira. Em equipamentos pròpriamente ditos, se obtêm os valôres de 630 milhões de cruzeiros novos em equipamento nacional e 200 milhões de cruzeiros novos em importação. Os projetos de distribuição não são disponíveis em nível que permita sua avaliação por tipo de equipamento, porém os técnicos do setor, pelas tendências anteriores do mercado, poderão, sem dúvida, estimar qual o valor razoável que corresponderia a transformadores de distribuição, a cabos e outros aparelhos.

Será interessante, também, analisar a parcela relativa à moeda estrangeira, pois ela corresponde ao que será importado para complementar os projetos.

Observe-se que o índice tecnológico (US$/t) da maquinaria hidromecânica não teve uma variação muito acentuada. Entretanto, o mesmo não se pode dizer do equipamento elétrico, particularmente dos itens referentes a peças e partes componentes.

São justamente êsses bens intermediários que traduzem o avanço tecnológico; são o ponto fraco da indústria nacional. Dimensão de mercado, continuidade de encomendas, estreita cooperação entre fabricantes e utilizadores e, especialmente, alto nível gerencial voltado para intensivos e harmônicos programas de desenvolvimento das engenharias de produto são as respostas para a consolidação dêsse setor industrial.

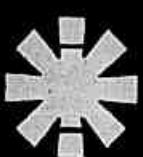
INFORMAÇÕES

O IPEA teve ocasião de publicar, quando do Plano Decenal, um quadro resumido das relações insumo-produto para as indústrias mecânicas e elétricas. Os valôres apresentados, embora agregados, demonstram haver informações disponíveis para os diversos ramos industriais, particularmente naqueles referentes à mão-de-obra onde são especificados os valôres hh/t (homens-hora por tonelada).

Há referência, também, quanto ao número de operários e à mão-de-obra indireta e empregada nos serviços de engenharia. Como, para o tipo de equipamento empregado em indústrias petroquímicas e de refinação de petróleo, um dos insumos críticos refere-se à engenharia de fabricação — desenhos de fabricação — seria de tôda conveniência que os empresários considerassem aquêles coeficientes, a fim de que não viessem a constituir, no futuro, um ponto de estrangulamento de suas produções. Assim, se é possível preparar operários mecânicos especializados, em cursos intensivos de três meses, tal não se dá com o treinamento de desenhistas, projetistas e engenheiros. A formação de técnicos, para os serviços de engenharia, requer um planejamento mais cauteloso, não só quanto ao tempo necessário para essa formação, mas também, quanto ao custo dêsse investimento, uma vez que, sòmente após um longo período de maturação, em geral superior a seis meses, poderão aquêles técnicos corresponder à produtividade esperada.

É necessário observar-se que as habituais referências sôbre a capacidade de produção instalada consideram as grandes máquinas operatrizes como o fator limitativo da produção; entretanto, na realidade, a capacidade instalada deve considerar também o dimensionamento dos outros serviços da emprêsa, sua capacidade gerencial e financeira. Da mesma forma que uma corrente tem a resistência do elo de menor dimensão, também a capacidade de produção instalada deve condicionar-se ao elemento crítico da emprêsa.

Os investimentos em indústrias petroquímicas aí estão. São grandes as oportunidades que se abrem à indústria nacional. Entretanto, o programa não deve ser sacrificado em seus cronogramas de implantação.

Especial atenção precisa ser dedicada pelos industriais para os problemas de engenharia de produto, contrôle de qualidade e oferta de matérias-primas. Caso contrário os investidores intensificarão os recursos à importação, gerando dificuldades quanto à interpretação do conceito de similaridade e provocando os habituais protestos por parte das indústrias de maquinaria e equipamentos.

ECONOMIAS DE ESCALA NOS BANCOS BRASILEIROS

ANTONIO CHAGAS MEIRELLES

Banqueiros e estudiosos do sistema bancário parecem ser unânimes em reconhecer que esta atividade está sujeita à economia de escala, isto é, a uma curva de custos que declina à medida que o volume de operações aumenta. Êstes benefícios de escala resultam de um maior e melhor uso dos fatôres produtivos.

A produtividade do fator trabalho aumenta na medida em que êle se especializa na execução das múltiplas atividades bancárias. A redução da capacidade ociosa dos equipamentos e instalações também contribui para a redução do custo por unidade produzida, à medida que se amplia o volume de operações.

A MECÂNICA

Considerando o banco como **firma**, e suas agências como **fábricas**, vamos, a seguir tentar estimar empiricamente a presença de uma relação inversa entre o custo por unidades produzida e o tamanho das agências bancárias.

O problema conceitual de mais difícil solução num estudo como êste é a definição do que seja o produto de uma agência. As agências executam um grande número de operações que afetam separadamente seus custos e receitas e que, portanto, podem ser identificadas como produtos distintos. Elas concedem empréstimos ao comércio, à indústria, à agricultura, etc. Elas aceitam e transferem depósitos, descontam e visam cheques, executam cobranças, etc. Algumas agências, no entanto, se especializam em uma das suas possíveis atividades, isto é, a coleta de depósitos (agências coletoras) ou a concessão de empréstimos (agências aplicadoras).

Embora reconhecendo que tanto as agências coletoras como as agências aplicadoras executam em maior ou menor grau suas diversas atividades bancárias, vamos arbitràriamente definir como produto de uma agência aplicadora o seu saldo médio de empréstimos, e como produto das agências coletoras o seu volume de depósitos. Para identificação dos dois tipos de agências usou-se o seguinte critério: agências com uma razão aplicações/depósitos maior do que a média do banco a que pertencem foram denominadas aplicadoras, e agências com relação menor do que a média do banco foram classificadas como coletoras. O tamanho das agências coletoras de fundos será medido pelo seu volume de depósitos, e o tamanho das agências coletoras de recursos pelo seu saldo de aplicações.

No que se segue, o item custo operacional das agências é representado por sua principal componente, ou seja, os gastos com pessoal.

Os dados usados na construção das tabelas abaixo foram obtidos de agências de bancos particulares operando no Estado de São Paulo e referem-se à média mensal do primeiro semestre de 1967. Apesar da grande dispersão de resultados, a tabela I parece indicar que a relação custo pessoal/depósito entre as agências coletoras declina acentuadamente à medida que o tamanho da agência, medido pelo seu volume de depósitos, aumenta. As despesas com funcionalismo que, entre as agências com depósitos até 130 mil cruzeiros novos, representam em média cêrca de 15% do total de depósitos, caem para apenas 3,5% dos seus depósitos para as agências com depósitos entre 2 500 e 4 mil cruzeiros novos.

Observamos o mesmo comportamento ao analisarmos as agências aplicadoras. Entre as agências menores, os custos com pessoal representam em média 17,5% do valor das aplicações. Esta razão cai para apenas 5,6% entre as maiores agências incluídas em nossa amostra (Tabela II).

Embora também apresentando alta dispersão, a produtividade média dos bancários, em ambos os tipos de agências, medida respectivamente por depósitos por funcionários e aplicação por funcionário, parece aumentar com o tamanho da agência. (Tabelas III e IV).

Esta melhora na produtividade média do bancário sugere que a queda no custo pessoal médio (custo pessoal/depósitos e custo pessoal/aplicação) representou um ganho real para as maiores agências e não apenas um ganho pecuniário como o que poderia resultar de variações salariais.

* Estas notas constituem um resumo de parte da tese de doutoramento do autor, defendida na Universidade de Stanford.

T A B E L A I

ESTADO DE SÃO PAULO — AGÊNCIAS COLETORAS CUSTO PESSOAL/DEPÓSITOS

NCr$ 1.000,00

Depósitos	*Média*	*Desvio Padrão*	*N.º de Agências*
Até 130	159	051	16
130— 180	134	053	20
180— 230	119	041	51
230— 300	103	034	51
300— 380	096	036	75
380— 460	088	028	59
460— 540	074	025	75
540— 620	079	023	53
620— 700	076	018	47
700— 850	063	019	73
850—1 050	064	015	89
1 050—1 250	055	015	62
1 250—1 500	050	015	56
1 500—2 500	045	011	58
2 500—4 000	035	010	24

Fonte: Banco Central.

T A B E L A II

ESTADO DE SÃO PAULO — AGENCIAS APLICADORAS CUSTO PESSOAL/APLICAÇÕES

NCr$ 1 000,00

Depósitos	*Média*	*Desvio Padrão*	*N.º de Agências*
Até 130	185	054	24
130— 180	163	055	32
180— 230	158	050	38
230— 300	130	044	57
300— 380	128	040	56
380— 460	112	034	33
460— 540	110	033	34
540— 620	096	032	26
620— 700	100	034	14
700— 850	096	024	36
850—1 050	095	029	28
1 050—1 250	075	026	13
1 250—1 500	002	024	12
1 500—4 000	056	019	22

Fonte: Banco Central.

T A B E L A III

ESTADO DE SÃO PAULO — AGÊNCIAS COLETORAS DEPÓSITOS POR FUNCIONÁRIO

NCr$ 1.000,00

Depósitos	*Média*	*Desvio Padrão*	*N.º de Agências*
Até 300	26.7	8.8	143
300— 660	38.7	11.1	286
660—1 200	59.1	19.2	227
1 200—2 000	72.1	28.6	122
2 000—4 000	91.8	29.5	52

T A B E L A IV

ESTADO DE SÃO PAULO — AGÊNCIAS APLICADORAS EMPRÉSTIMOS POR FUNCIONÁRIO

Aplicações	*Média*	*Desvio Padrão*	*N.º de Agências*
Até 300	20.2	7.1	156
300— 660	30.9	10.5	167
660—1 200	41.8	16.3	75
1 200—2 000	58.8	23.5	34
2 000—4 000	72.8	25.6	13

Fonte: Banco Central.

A EVOLUÇÃO DA TAXA INFLACIONÁRIA NO DECÊNIO 1958-68

A economia brasileira não experimentou ainda um desenvolvimento apoiado num prolongado clima de sanidade monetária. O crescimento constante da taxa de inflação tem sido a tônica quase sempre presente no nosso processo de desenvolvimento econômico. Muitos ainda advogam inclusive a necessidade de uma mínima taxa inflacionária necessária à própria sustentabilidade de tal processo (fato que tem provocado muitas celeumas academicistas). A verdade é que o binômio inflação/desenvolvimento já coexistiu em nossa economia, mas o binômio estabilidade monetária/desenvolvimento ainda não teve sua oportunidade de teste, pela própria permanência da inflação, que tem resistido às lutas de vários Governos.

A literatura econômica é fértil quanto à verificação ou não das interações entre inflação e desenvolvimento. Aqui, entretanto, só enfocaremos ligeiros tópicos quanto à análise da variação de alguns índices usualmente considerados como quantificadores do processo inflacionário.

O Deflator Implícito do Produto Nacional, que deveria ser dos principais indicadores gerais, não constitui medida muito precisa da evolução dos preços, por deficiência de estatísticas básicas. Quanto ao índice geral de preços, que deveria ser o indicador ideal, isto é, de um índice que espelhasse a variação média dos preços, em todo o país em qualquer setor, carece de maiores apurações para ser tratado como bom indicador inflacionário.

O quadro anexo nos dá o retrospecto do comportamento dos índices mais usados como quantificadores do processo em análise, 1958/68:

Anos	*Custo de Vida GB* *Índice*	*V. Anual (%)* *(médias)*	*Preços p/ Atacado (excl. café)* *Índice*	*V. Anual (%)* *(médias)*	*Preços por Atacado Geral* *Índice*	*V. Anual (%)* *(médias)*
1958	243	+ 14,6	238	+ 14,4	221	+ 12,2
1959	338	+ 39,1	340	+ 44,8	305	+ 38,0
1960	437	+ 29,3	447	+ 31,5	399	+ 36,8
1961	583	+ 33,4	627	+ 40,3	552	+ 38,3
1962	884	+ 51,7	941	+ 50,3	846	+ 53,2
1963	1 507	+ 70,4	1 660	+ 70,4	1 468	+ 73,5
1964	2 889	+ 91,7	3 010	+ 81,3	2 813	+ 91,6
1965	4 787	+ 65,7	4 622	+ 53,5	4 254	+ 51,2
1966	6 764	+ 42,4	6 504	+ 40,7	5 820	+ 36,8
1967	8 824	+ 30,4	8 205	+ 26,1	7 296	+ 25,4
1968	10 766	+ 22,0	10 110	+ 23,2	9 024	+ 23,7

Base: 1953 = 100.
Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Pelo quadro anexo, verifica-se que nos seis primeiros anos, sòmente de 1959 para 1960, tivemos uma desaceleração da taxa anual de inflação; entretanto, a partir de 1964 o verdadeiro ponto de inflexão foi alcançado.

Medidas recentemente adotadas nos permitem concluir que a estabilidade monetária já não se encontra tão distante. O constante deficit de caixa do Tesouro foi sempre uma das causas, quantitativamente talvez a mais apreciável, da manutenção do processo inflacionário. A diminuição de 20% para 12% no Fundo de Participação dos Estados e Municípios, no IPI e no impôsto de renda, ao lado do aumento da Receita Federal, possibilitará que diminuam os gastos irracionais, motivados por ações de investimento incoerentes com nosso estágio de desenvolvimento. Ao lado da Receita os recentes atos modificativos de alguns tópicos da legislação do impôsto de renda se adicionam às medidas em busca do Orçamento Equilibrado. No que concerne à Despesa deve-se assinalar que no ano corrente só serão admitidos funcionários no serviço público, através de admissão por concurso, sendo abolidas tôdas as formas anteriormente adotadas.

Para 1969, segundo declarações oficiais espera-se que o deficit se reduza a menos da metade do que em 1968 (era de 1,2 bilhão). Cumpre assinalar que a busca do equilíbrio orçamentário, conquanto não seja condição suficiente, certamente é requisito indispensável para busca da estabilização monetária.

AMAZÔNIA E NORDESTE E A DISPARIDADE REGIONAL DE RENDA

LUIZ ZOTTMANN

Dentro da problemática do desenvolvimento econômico do Brasil, um dos elementos que mais têm despertado atenção e preocupação é, sem dúvida alguma, a disparidade regional do nível de renda e bem assim de sua taxa de crescimento.

Em outras palavras, trata-se, por assim dizer, da transferência para o contexto de economia a nível de regiões de um país dos estudos e debates em tôrno de um problema muito difundido quando levantado a nível internacional e que, modernamente, tem sido apresentado através da seguinte observação:

"Enquanto os ricos ficam cada vez mais ricos os pobres ficam cada vez mais pobres."

Sendo o Brasil uma nação de dimensões e características continentais, as disparidades regionais — notadamente em questões de recursos materiais e humanos, tanto considerados em seus aspectos qualitativos como quantitativos — reproduzem, em grande medida, as disparidades notadas a nível internacional. Desta forma, se, a exemplo do que se costuma fazer em relação às diferentes nações, classificarmos as diversas regiões do Brasil segundo seu grau de desenvolvimento econômico, teremos internamente um leque bastante semelhante àquele obtido no âmbito internacional. Mais do que isto, poderemos notar que, em seus aspectos de extensão territorial e densidade demográfica, vários Estados brasileiros possuem dimensões maiores do que as de diversos países cujas condições econômicas lhes sejam semelhantes.

Assim sendo, os modelos de crescimento econômico que podem servir de base à política de desenvolvimento regional no Brasil se situam na mesma gama de opções aventadas para países diversos, segundo, é claro, suas características próprias. Consequentemente o modêlo adotado para uma região (Nordeste, por exemplo), pode ser diametralmente oposto ao utilizado em outro ponto do país (Amazônia).

Evidentemente, para que, individualmente, essas políticas econômicas diferenciadas apresentem resultados positivos, é importante que haja uma certa coordenação das mesmas, pôsto que só assim seriam minimizadas suas possíveis e prováveis incompatibilidades. Consequentemente, admite-se que, pelo menos a nível teórico, os melhores resultados sejam encontrados quando forem adotadas para diferentes regiões de uma mesma nação, uma vez que, no campo internacional, a própria soberania de cada país tende a tornar bem mais delicada a tarefa de melhor harmonização das políticas individualmente adotadas pelos mesmos.

Em contrapartida, o desenvolvimento de uma região, por depender mais dos recursos próprios disponíveis pelo país a que pertence, poderá, eventualmente, apresentar evolução menos favorável do que um país que, embora fazendo uso de mesmo modêlo, possa adicionar aos seus recursos próprios aquêles provindos de ajuda externa. (1)

Ésses dois aspectos, embora suficientes para determinar algumas peculiaridades na política de desenvolvimento regional, não implicam, porém, em abertura no sentido de modelos próprios. Antes de tudo, nos informam sim em que medida os modelos adotados mais se aproximam de um ou outro dos modelos extremos de desenvolvimento econômico, quais sejam, o modêlo aberto e o modêlo fechado.

Como modêlo aberto se entende aquêle que se baseia na divisão do trabalho, atendendo, portanto, ao princípio da vantagem comparativa, para que seja alcançada a máxima eficiência na alocação de recursos. Conseqüentemente, o modêlo implica na promoção do comércio (internacional no caso de países e regional e internacional quando adotado para regiões de uma mesma nação), criando, assim, maior interdependência entre as economias consideradas.

Segundo êsse modêlo, os investimentos devem ser concentrados naqueles setores em que a região ou país tenha vantagem absoluta ou relativa sôbre as demais regiões ou países. Vale dizer, naqueles setores que utilizem mais intensamente os fatôres mais abundantes, quer no sentido de serem disponíveis apenas naquela região ou país, quer no sentido de sua maior disponibilidade quantitativa e qualitativa.

Esta concentração de investimentos, contudo, não implica, necessàriamente, no desenvolvimento de apênas um setor da economia considerada. Ao contrário, pode atingir simultâneamente segmentos dos setores primário, secundário e terciário.

Como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento econômico segundo estas linhas implica em grande interdependência das regiões ou países. Consequentemente, as possibilidades de contínuo crescimento econômico irão depender, fundamentalmente, da apropriada evolução da demanda externa, o que, normalmente, não pode ser controlado pela região ou país interessado.

Tendo em vista que, segun se observa em análise bastante agregada, a evolução da demanda externa tem sido bastante errática (devido às inúmeras alterações bruscas que têm sido impostas à mesma, através de imposição de quotas e tarifas, etc), êste modêlo tem merecido, a nível internacional, as críticas mais acerbas (2).

Apesar das críticas, é êste modêlo, contudo, que tem servido de base a diversos movimentos de associação econômica de países, dos quais o mais notório, na atualidade, é o Mercado Comum Europeu. Para o Brasil, igualmente, o modêlo tem sido relevante, quer como elemento de política internacional (o Brasil é um dos membros da ALALC, forma tímida de associação econômica) quer como política de desenvolvimento regional. Aliás, é no campo de desenvolvimento regional (através da zona franca de Manaus) que o modêlo ganha maior projeção no Brasil.

Como modêlo fechado se entende aquêle que se baseia na busca da auto-suficiência, atentando, consequentemente, para uma política de investimentos tão integrados quanto possível e capazes de gerar demanda interna suficientemente forte para garantir um crescimento econômico auto-sustentado (e isento de perturbações externas) após o deslanchamento do take off. (3)

Na prática, êste modêlo tem significado altíssima concentração de investimentos no setor secundário da economia da região ou país considerado (processo de industrialização substitutiva de importações) e ao condicionamento dos investimentos nos setores primário e terciário às necessidades de rápido desenvolvimento da infra-estrutura necessária à quase completa auto-suficiência econômica da região ou país.

Evidentemente, esta prática tem envolvido a necessidade de alocar parte dos recursos em empreendimentos cuja sobrevivência só será alcançada às custas de elevados subsídios ou exagerada proteção contra qualquer concorrente externo. Sempre que êstes empreendimentos sejam voltados à produção de produtos intermediários, ocorrerá, como efeito lateral, a própria diminuição ou completa eliminação de rendimentos em atividades outras plenamente viáveis quando não obrigadas a adquirir o produto provindo de empreendimentos ineficentes.

Ao contrário do modêlo aberto, o modêlo fechado tem gozado de ampla simpatia em países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil. Isto não significa, contudo, que seja adotado sem maiores alterações ou adaptações.

No Brasil, por exemplo, a política de desenvolvimento econômico adotada na década dos 50 apresentava-se muito mais próxima dêsse modêlo do que a atual, fato que pode ser atribuído tanto ao próprio desenvolvimento da economia nacional quanto a uma visão mais realística do potencial do setor externo.

De qualquer forma, o modêlo é ainda amplamente empregado e vem servindo de base, segundo tudo indica, à política de desenvolvimento econômico do Nordeste.

Configurados os modelos extremos e feita a primeira identificação daqueles em uso para o desenvolvimento da Amazônia (modêlo aberto) e do Nordeste (modêlo fechado), nada mais interessante do que buscarmos detalhes dos mesmos, ao mesmo tempo que explorarmos, em linhas gerais, as fôrças que, num e noutro caso, estejam atuando com mais intensidade.

O NORDESTE

No caso do Nordeste, após uma fase em que os esforços eram mais voltados no sentido de prevenir contra as sêcas ou minimizar seus efeitos, seguiu-se um levantamento amplo das causas que teriam levado aquela região, outrora próspera, a uma fase de estagnação econômica prolongada que a deixou à margem do crescimento verificado, principalmente, na Região Centro-Sul.

Dêsse estudo, nasceram as linhas mestras que passaram a orientar a ação da então criada Sudene e que, a par de uma reorientação do setor primário e modernização das indústrias já existentes, voltou-se decisivamente para o desenvolvimento do setor secundário e à criação de uma infra-estrutura mais apropriada.

Em outras palavras, buscou-se o desenvolvimento de uma economia integrada que, em larga escala, tentava reproduzir o esquema em vigor na Região Centro-Sul, dêle desviando-se em pelo menos dois aspectos significativos, quais sejam:

a) Na medida em que a modernização do parque fabril já existente no Nordeste envolvia também o favorecimento de algumas indústrias normalmente voltadas para o mercado nacional ou internacional, o modêlo em uso naquela região não ficava limitado apenas à evolução da demanda local. Haveria, pelo menos, mais um grau de liberdade no caso do Nordeste.

b) Na medida em que os investimentos em empreendimentos destinados ao atendimento do mercado local envolvessem subsídio de capital (incentivos fiscais para aplicação do Nordeste) e ausência de proteção através de tarifas sôbre produtos não produzidos na região, a indústria nordestina deveria manter preços competitivos aos dos produtores nacionais. Seria então evitado, sem dúvida, o estreitamento do mercado local (através da elevação dos preços), ao contrário do que ocorreu com o modêlo para a Região Centro-Sul.

Por fôrça dessas duas peculiaridades, o modêlo adotado no Nordeste deveria mostrar-se mais aberto do que aquêle adotado na Região Centro-Sul sem, contudo, perder suas principais características de modêlo fechado.

Inicialmente, com maior esfôrço sendo voltado para o desenvolvimento da infra-estrutura, o Nordeste se viu beneficiado pelos gastos com as construções que, ao tempo em que previam novos empregos, aumentavam a demanda regional por bens e serviços.

Com o próprio desenvolvimento da infra-estrutura (principalmente pela abertura de estradas) teve início, também, a atração, para uma economia de mercado, de considerável faixa da população rural antes engajada em agricultura de subsistência. De um lado, aumentava assim a oferta de produtos agrícolas; de outro, alargava-se a demanda por bens e serviços.

Com êsses efeitos somados ao nível de demanda preexistente, a perspectiva é de que seu nôvo dimensionamento seja suficiente para garantir rentabilidade aos pesados investimentos previstos (e agora em execução, graças aos incentivos fiscais) para o setor secundário, mesmo porque, a própria atuação do setor secundário tenderia a reforçar o aumento da demanda na região (mesmo quando descontados os efeitos do desemprêgo causado pela modernização de firmas anteriormente estabelecidas).

Uma vez assegurada a rentabilidade da maioria dos projetos no setor secundário, estaria quase garantida a evolução da demanda a ritmo necessário ao processo de crescimento auto-sustentado.

Como o número de projetos em execução ou mesmo em início de operações é bastante significativo, o modêlo em uso no Nordeste encontra-se, no momento, no limiar de sua fase de teste de mercado. E as primeiras indicações têm sido bastante positivas.

A curto prazo, entretanto, qualquer julgamento mais definitivo sôbre as possibilidades de auto-sustentação do processo, a nosso ver, torna-se bastante difícil por uma série de razões. Entre elas, se afiguram importantes pelo menos as seguintes:

1) Continuidade dos investimentos cobertos pelo fluxo de recursos provenientes dos incentivos fiscais.

2) Alterações, a curto e médio prazos, nos custos das matérias-primas que passarão a ser produzidas no próprio Nordeste, afetando o preço dos produtos e, conseqüentemente, o poder competitivo da indústria lá implantada

3) A existência de empreendimentos voltados ao mercado nacional ou internacional, que, por seu vulto, venham a exercer efeitos consideráveis sôbre a própria evolução de processo.

De qualquer maneira, é de todo interêsse que o assunto seja estudado, como de fato o está sendo, já que a real avaliação da viabilidade do modêlo é sumamente importante, tanto no nível prático quando teórico.

A AMAZÔNIA OCIDENTAL

A partir da criação da Sudam e da zona franca de Manaus (recentemente ampliada para incorporar a Amazônia Ocidental) a política de desenvolvimento da região ganhou nova dimensão, tornando-se muito mais próxima do modêlo aberto.

De um lado, a exemplo do que tem sido feito no Nordeste, vem o Govêrno cuidando de desenvolver a infra-estrutura da região, ao mesmo tempo em que, através dos incentivos fiscais, fornece fundos para investimentos na região. De outro lado, estendendo à Amazônia a isenção tarifária sôbre importações, busca o Govêrno orientar os investimentos no sentido do aproveitamento das melhores possibilidades da região (seja no setor primário, secundário ou terciário).

Trata-se, portanto, do modêlo bastante diverso daquele adotado anteriormente nas Regiões Centro-Sul e Nordeste. Em grande parte, isto se explica pela conveniência de evitar a pulverização de recursos (criando, em escala bastante menor, os sistemas integrados já citados) e pelo vazio econômico e populacional notado em grande extensão da Amazônia.

De certa forma, trata-se de reiniciar o desenvolvimento de uma região pràticamente inexplorada, repetindo assim a mesma experiência tentada quando da colonização da Amazônia (bem como de tôda a América), com a diferença, é claro, de possuir-se, agora, maior cabedal de análise econômica, permitindo que, através de melhor traçado de política econômica, sejam evitados os inconvenientes que possam surgir.

Como efeito imediato do funcionamento da zona franca, há que se registrar a sensível elevação da renda dos amazonenses, que, aproveitando-se da isenção tarifária, passaram a buscar os artigos de consumo nos mercados que lhes ofereciam melhor preço. Segundo as primeiras indicações, a redução do custo de vida em Manaus foi de ordem tal que houve duplicação da renda real de cada indivíduo, independentemente de qualquer aumento nominal da mesma.

Para aquêles que já auferiam alguma renda, houve portanto um benefício pràticamente instantâneo, que, no caso de modêlo fechado, só adviria após prolongado período, e, mesmo assim, sujeito ao bom funcionamento do mesmo.

A esta duplicação da renda real correspondeu, é claro, sensível aumento da demanda por bens e serviços, causando, conseqüentemente, sensível acréscimo de atividades no setor terciário (gerando, por sua vez, maior nível de emprêgo, elevação da demanda, etc.).

Para o setor terciário, entretanto, o incremento de atividades é reforçado consideràvelmente pelo poder de atração turística gerado pela superposição no pôrto livre com a curiosidade em tôrno do Amazonas, até agora desconhecido pela maioria dos brasileiros e bem assim dos turistas de todos os países.

Para os setores primário e secundário, os efeitos deverão manifestar-se mais a longo prazo, já que, em grande medida, as próprias possibilidades da Amazônia só poderão ser avaliadas com o seu descobrimento pelos investidores.

No campo das possibilidades teóricas, no entanto, é possível antever-se que o setor secundário poderá desenvolver-se também a partir de empreendimentos que se utilizem pura e simplesmente da mão-de-obra lá existente e da própria localização geográfica da região em relações a mercados importadores em potencial. Seriam, por assim dizer, empreendimentos que, pela possibilidade de importar matéria-prima a preços internacionais, e pelo acesso a um mercado de mão-de-obra relativamente barata (em comparação com o de outros países), tivesse condições de competir com vantagem no próprio mercado internacional.

Evidentemente, quanto a êsses efeitos, pouco se pode dizer a esta altura, já que o modêlo vem de ser adotado em passado muito próximo. De qualquer forma, o processo, em seus estágios iniciais, deverá ser liderado pelo setor terciário, cujo comportamento, no entanto, será de pouca importância para o bom ou mau desenvolvimento dos demais setores, já que estarão, primordialmente, voltados para o mercado externo.

(1) A êsse respeito, é interessante ressaltar que, conforme relato do Brasil na última reunião do CIAP em 1968, o total de recursos liberados pela União para incentivos regionais e setoriais (com finalidade de implementar a política de desenvolvimento regional) atingiu, em 1968, a importância de NCr$ 840 milhões, ou seja, o correspondente a cêrca de 40% do total de financiamento líquido concedido, em 1967, à América Latina.

(2) Também como base de crítica a êste modêlo, tem tido ampla divulgação o argumento errôneo de que sua adoção importa na condenação do país subdesenvolvido que se veria limitado a eterno produtor de bens primários, com pouquíssimas possibilidades de se realizar econômicamente.

(3) Embora visando a quase total eliminação das importações, ou seja, buscando a auto-suficiência, o modêlo prevê a continuidade e até mesmo a expansão das exportações. Esta é, aliás, uma das peculiaridades mais interessantes do modêlo, com sérias implicações teóricas e práticas que, no entanto, não cabem ser discutidas nesta apresentação.

PROJETOS INDUSTRIAIS E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

WALTER FERRI

Procuraremos, neste trabalho, fazer uma exposição sôbre as bases e o custo de um projeto industrial contendo inovações tecnológicas. Em seguida, mostrar os contornos do processo de industrialização para, finalmente, analisar o papel dos técnicos neste processo e a colocação dos projetos industriais com inovações tecnológicas, neste contexto de desenvolvimento industrial.

Vamos iniciar, procurando conceituar as inovações tecnológicas. "As inovações tecnológicas incluem novos métodos de produção, novos desenhos de produtos e serviços e novos produtos e serviços. Podem ser exemplificadas pela automação de máquinas, reorganização de linhas de montagem, substituição de metais por plásticos, introdução de transportes supersônicos, descoberta de novos métodos de cirurgia do coração, ensino de línguas estrangeiras por máquinas eletrônicas, introdução do auto-serviço no comércio a varejo, comunicações por satélites, documentação por computadores eletrônicos, geração de eletricidade por energia atômica, introdução de alimentos congelados e ar condicionado, desenvolvimento de veículos espaciais e armas nucleares."

Também no campo social, podemos arrolar exemplos de problemas que estão a requerer e estão experimentando inovações tecnológicas, como: "poluição, abastecimento dágua, prevenção de crimes, redesenvolvimento urbano, transportes urbanos, segurança em estradas, etc."

Esta época histórica que estamos vivendo, caracterizada por inovações como estas tomadas para exemplo, apresenta ainda um aspecto muito importante, qual seja, da velocidade com que estas inovações tecnológicas alcançam o seu estágio comercial. Assim é que, tomando para análise 20 inovações iniciadas no período 1885-1950, verificou-se que o número de anos necessários para que a descoberta inicial ou idéia atingisse sua aceitação comercial definitiva, era de 30 anos entre 1885 e 1919; de 24 anos, entre 1920 e 1944; e de 14 anos entre 1945 e 1965.

Alguns exemplos mostram o encurtamento do processo. A fotografia demorou cêrca de 112 anos para atingir seu estágio comercial entre 1727 e 1839; o telefone, 56 anos, entre 1820 e 1876; o rádio, 35 anos, entre 1867 e 1902; o radar, 15 anos, entre 1925 e 1940; o transistor 5 anos, entre 1948 e 1953.

Lembra-se ainda, a título de exemplo que, em 1945 inexistiam comercialmente a televisão, os aviões a jato e os computadores digitais e que, em 1965, sòmente nos Estados Unidos, estas indústrias empregavam mais de 900 mil pessoas.

Êstes aspectos caracterizam a época de inovações tecnológicas que estamos vivendo e da qual resulta em oposição aos benefícios que traz para a humanidade, problemas de competição e pobreza relativa entre as nações, dificuldades de adaptação, principalmente entre diferentes gerações, em um mundo em mutação, onde os padrões e conhecimentos em muitos casos tornam-se ultrapassados em muito pouco tempo.

Estabelecidos os conceitos de inovação, passamos ao exame do processo. Iniciemos procurando estabelecer uma diferença entre invenção e inovação.

Inventar é conceber a idéia.

Inovar é usar o processo pelo qual a idéia ou invenção é transformada em fato comercial.

Talvez por não se tomar na devida conta esta diferença, haja uma tendência muito forte para tomar como base do processo de inovação a quantidade de pesquisa realizada e a formação de técnicos. Na realidade, estas componentes são básicas no processo de invenção e, juntamente com o capital, essenciais no processo de inovação tecnológica.

Procuremos examinar estas duas questões propostas.

Na segunda parte do seu livro **O Desafio Americano,** Servan-Schereiber comentando sôbre **As Bases da Retaguarda na América,** apresenta estatísticas comparadas entre gastos de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, nos Estados Unidos e na Europa, entre as quais, mostra que enquanto nos Estados Unidos êstes gastos atingem a 3,61% do produto nacional, na Europa esta parcela é de 2,01%. No ramo das indústrias químicas, por exemplo, mostra que a Du Pont nos Estados Unidos tinha um orçamento para pesquisa e desenvolvimento de 110 milhões de dólares, contra os 64 milhões de dólares da Hoeschst na Europa.

Comparando a formação de técnicos, refere-se ao fato de que, enquanto nos Estados Unidos 43% dos jovens entre 20 e 24 anos estão matriculados nas universidades ou escolas superiores, na Europa esta proporção varia de 5 a 16% nos diferentes países.

Provàvelmente foram êstes fatos que levaram Servan-Schereiber a afirmar na introdução daquele livro que os norte-americanos estavam tomando a Europa aos europeus simplesmente a golpes de imaginação criadora e de talento de organização, conforme o trecho seguinte: "Pensa-se, naturalmente, em erguer defesas, em impedir a penetração do invasor. Mas tôda e qualquer medida defensiva envolve o risco de agravar a nossa fraqueza. Ao averiguar por que deparamo-nos com o essencial: a guerra, pois trata-se de uma guerra, que não nos é feita a golpes de dólares, de petróleo, de toneladas de aço, nem sequer de máquinas modernas, e sim a golpes de imaginação criadora e de talento de organização".

Entretanto, a análise do custo total de projetos industriais com inovações tecnológicas mostra a seguinte composição:

— gastos com pesquisa, desenvolvimento avançado e invenção básica	5 a 10%
— gastos com engenharia e desenho do produto	10 a 20%
— gastos com ferramental e engenharia de produção	40 a 60%
— gastos iniciais de produção	5 a 15%
— gastos iniciais de comercialização	10 a 25%

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de produto e processo atingem, portanto, sòmente a 15 ou 30% do custo total dêsses projetos, o que sugere que, sem o capital complementar, haveria uma restrição muito forte ao uso da capacidade criadora dos técnicos e ao aproveitamento das pesquisas. E, ainda, a inexistência dêste capital de risco, conduz, muitas vêzes, à fuga de técnicos para os países que lhes oferecem condições de ver materializadas as suas invenções e criações. Êste último fenômeno, é, aliás, bastante típico e freqüente, nos países em desenvolvimento.

Êstes dados mostram, por outro lado, a necessidade de parcelas ponderáveis de capital de risco nos projetos com inovações tecnológicas, o qual, geralmente, só é encontrado em países ricos ou de regime totalitário. Ademais as aplicações de capital nestes projetos têm que enfrentar e vencer a competição com a possibilidade de aplicação em outros projetos em linhas tradicionais ou já consagradas.

Êstes fatos mostram a necessidade de elevadas quantias em dólares para financiar o processo pelo qual a imaginação criadora e o talento de organização se transformam em fato comercial.

Abordando agora o segundo aspecto da questão, relativo às invenções, vamos constatar que aqui realmente os fatôres básicos são constituídos pela pesquisa e pelos técnicos. Vejamos os resultados de alguns estudos:

"— o professor John Jewkes e outros mostraram que em 61 importantes invenções e inovações do século XX, que foram selecionadas pelos técnicos para análise, cêrca da metade proveio de inventores independentes e de pequenas indústrias;

— o professor Daniel Hamberg, da Universidade de Maryland estudou as principais invenções feitas no período de 1944-1955 e verificou que dois terços delas resultaram do trabalho de inventores independentes e pequenas companhias;

— o professor Merton Peck de Harvard estudou 149 invenções em ligas de alumínio e em técnicas de fabricação e acabamento dêste metal e de suas ligas. As grandes emprêsas contavam apenas por uma em cada sete invenções;

— o professor Hamberg também estudou 13 importantes invenções e inovações na indústria siderúrgica nos Estados Unidos, e verificou que quatro vieram de emprêsas européias, sete de inventores independentes e apenas duas de grandes produtores norte-americanos;

— o professor John Enos do Massachusetts Institute of Technology estudou o que foi considerado como as sete principais invenções em refinação e **cracking** de petróleo — tôdas as sete feitas por inventores independentes."

Estas conclusões são muito importantes porque mostram que, ao contrário do que parece à primeira vista, os pesquisadores independentes e as pequenas emprêsas ainda têm e certamente continuarão a ter no futuro um papel destacado no campo das invenções tecnológicas. Aliás, esta comprovação poderá ser feita consultando-se as patentes licenciadas anualmente nos diferentes países.

As grandes emprêsas, às sociedades ricas e aos países totalitários cabe geralmente o papel de inovar, isto é, repetimos, o papel de transformar a idéia em fato comercial

Indicamos, anteriormente, a íntima ligação entre as inovações tecnológicas e a pobreza relativa entre as nações. As comunicações provocam em diferentes pessoas em tôdas as nações o desejo de desfrutar dos benefícios proporcionados por êste nôvo mundo criado pela técnica. De desejo, êstes novos padrões materiais de vida transformam-se em necessidades e o objetivo de satisfazer estas necessidades transforma-se no esfôrço nacional no sentido de obter o que foi denominado de desenvolvimento econômico.

Observando-se a evolução dêste desenvolvimento em países que possuem um mercado interno relativamente grande, recursos naturais, energia, transporte, mão-de-obra e uma relativa base tecnológica, identifica-se aproximadamente três estágios.

No primeiro estágio, observa-se um acentuado desequilíbrio cambial causado pelo excesso de importações desejáveis dos novos produtos industriais, contra uma receita em divisas relativamente constante, obtida com a exportação de produtos primários e matérias-primas. É que, ao longo dos anos, aumenta a variedade, a qualidade e os padrões dos produtos industriais como resultado das inovações tecnológicas, enquanto os produtos primários e as matérias-primas continuam os mesmos, fisicamente.

Com a impossibilidade, até certo ponto óbvia, de poder satisfazer os desejos ou necessidades de consumo através das importações, pela limitação imposta pelas exportações, os países que dispõem da base econômica indicada anteriormente enveredam pelo clássico caminho de substituição de importações por produção nacional.

Neste segundo estágio do processo, com o início do desenvolvimento industrial, que tem como objetivo produzir internamente o que antes era importado, tem-se as seguintes principais variáveis: o que produzir, cuja resposta é encontrada na relação dos produtos importados; como produzir, cuja resposta será encontrada na observação dos países produtores, e, finalmente, os recursos financeiros, ou o capital, para construção, montagem e operação das fábricas.

Vamos nos fixar inicialmente nesta última variável, o capital. No processo de substituição de importações, o capital torna-se relativamente escasso, originando muitas vêzes um processo inflacionário, o que lhe permite, pela relativa escassez, obter um rendimento elevado. Por outro lado, a substituição de importações dá origem a diversos projetos industriais, que permitem obter resultados financeiros mais seguros e rápidos. Estas circunstâncias que cercam o capital neste estágio não são geralmente as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de projetos industriais com inovações tecnológicas. Pode-se dizer que neste estágio de desenvolvimento industrial não existem muitas oportunidades para experiências.

Por outro lado, estas condições que cercam a variável capital vão influir sôbre a variável como produzir. Esta influência se observa através da orientação dos trabalhos técnicos para as pesquisas de adaptação às condições locais, dos produtos, processos e serviços, já testados e em uso em outros países.

Êste é o comportamento básico das três principais variáveis no estágio de substituição de importações que é, essencialmente, copiativo em seu sentido mais amplo.

Finalmente, o terceiro estágio é atingido após a intensa substituição de importações e é no qual se observa a consolidação do nôvo parque industrial. Passa a depender, para o futuro, do crescimento do mercado consumidor interno, condição necessária para o seu amadurecimento e para a formação do capital que poderá vir a ser aplicado no financiamento de projetos industriais com inovações tecnológicas.

Do que foi exposto anteriormente, poderemos retirar algumas conclusões, que são as seguintes:

1.ª — por essenciais que sejam as pesquisas científicas, tecnológicas e de desenvolvimento de produtos, bem como a formação de técnicos, sem a correspondente cobertura do capital capaz de transformar em inovações os frutos dêstes esforços, elas não poderão por si sós criar um nôvo mundo;

2.ª — para os países em desenvolvimento os trabalhos de pesquisas científicas, tecnológicas e de desenvolvimento de produtos, processos e serviços, orientadas no sentido de adaptação às condições locais de experiências já comprovadas em outros lugares, terão certamente um efeito muito mais imediato e uma viabilidade econômica muito maior do que os projetos industriais com inovações tecnológicas;

3.ª — a história mostra que a liderança tecnológica tem caminhado de um país para outro, e isto naturalmente continuará acontecendo. Esta transferência tem-se processado através das comunicações, cujos meios têm variado desde as imigrações, até os investimentos estrangeiros e aos contratos de assistência técnica e a utilização intensa da comunicação tem influência decisiva no prazo de desenvolvimento.

4.ª — o desafio da nossa época, para os países em desenvolvimento, é mais de velocidade de percepção e adaptação às condições locais do que já foi testado e aceito nos países desenvolvidos, do que pròpriamente de originalidade. E como complemento e condição essencial o desafio de obter capital para financiar o desenvolvimento.

UMA POLÍTICA DE EMPRÊGO

DAVID CARNEIRO JR.

Tanto os diagnósticos e comentários de fontes oficiais quanto os de vários economistas, representando as mais diversas correntes de opinião, têm estado de acôrdo quanto a um ponto: durante os últimos 15 anos o desenvolvimento brasileiro processou-se com inusitados estímulos à capitalização. Sob tôdas as suas formas: diretos ou indiretos, desde os consentidos: isenções tarifárias, taxas de câmbio preferenciais, quotas de importações, até os não consentidos, com taxas de câmbio valorizando indiscriminadamente o cruzeiro e taxas de juros negativos, foram êles concedidos pela política econômica — e utilizados pelo setor privado — de acôrdo com uma racionalidade previsível.

Particularmente, o processo de substituição de importações se deu graças a tais estímulos. É claro que houve consciência das conseqüências que tal orientação causaria à economia. Mas como nossas fontes de informações são sabidamente deficientes, só nos damos conta das situações com alguns anos de atraso. (Os censos de 1960 ainda não foram integralmente processados! — Fato conhecido, mas de que não se pode culpar a atual administração ou sequer o atual Govêrno ou o que o precedeu, que reconhecidamente não tem poupado esforços no sentido da reabilitação do IBGE: Com vistas ao censo de 1970!...)

RESULTADOS

As recentes revelações de que o emprêgo na indústria de transformação no Brasil (medido pela população econômicamente ativa no setor) estava muito abaixo do que se podia esperar em face da participação no Produto Interno: cêrca de 9% e 30%, respectivamente, vieram trazer comprovação e dimensão ao que todos suspeitavam. Resulta então que em uma comparação internacional de países com o produto da indústria de transformação da mesma ordem de grandeza e as mais variadas rendas **per capita**, o nosso país se destaca como o de mais baixa utilização relativa de mão-de-obra.

A situação como está não só é de causar certa preocupação como também, e principalmente, as naturais tendências que se podem pressupor são de molde a afligir, ainda mais, mesmo os mais tranqüilos.

Estamos com uma taxa de crescimento da população total da ordem de 3,2%, que se compara com a de 2,8% (intercensitária) da População Econômicamente Ativa (PEA ou Fôrça de Trabalho). Mas não é só a comparação das taxas de todo e de uma de suas partes que pode levar a sugerir uma crescente e perturbadora desocupação de mão-de-obra. A dimensão absoluta de nossa Fôrça de Trabalho, representando cêrca de 32% apenas da população total, é excessivamente diminuta e certas deficiências de definição censitária permitem, além disso, suspeitar de que ela contém alguma fração de desocupados. Isto significa que, digamos, 70% ou mais da população brasileira são sustentados pelo restante!

As perspectivas de crescentes taxas de absorção de mão-de-obra pela indústria de transformação não são muito animadoras e há certa preocupação adicional com a possivelmente baixa criação de empregos pela implantação industrial no Nordeste através do mecanismo do 34/18. Além disso, como é pequena a sua dimensão, contribui pouco para a criação total de empregos.

Por outro lado, as tendências à mecanização da agricultura, sob estímulo oficial, ou oficioso, sugerem que não se pode esperar senão redução na taxa de crescimento da PEA do setor cujo contingente é o maior, com cêrca de 53% do total. Em conseqüência talvez se possa supor que as taxas de urbanização, já elevadas, superiores a 5% e mesmo a 6% nas maiores aglomerações, se elevem ainda mais, gerando crescente estado propício aos conflitos sociais nas cidades.

Êste é o quadro resumido da situação que caracteriza o emprêgo na economia brasileira. Urge que sejam tomadas medidas que permitam tornar viável a meta prevista no Programa Estratégico de Desenvolvimento de que por volta de 1973 a taxa de crescimento da PEA seja da ordem de 3,3%; só a partir de então superior à da população total.

UMA ESPERANÇA

Implícito nos comentários à intensidade da capitalização está um desejo — ou uma esperança — de que se possa, ou se deva, absorver mais mão-de-obra, provàvelmente sem perder os benefícios já atingidos com a instalação de um parque industrial bastante diversificado e razoàvelmente moderno.

Ora, a existência de consideráveis deficits de serviços cuja produção se pode processar com tecnologias, mão-de-obra intensiva, sugere algumas linhas de política sôbre as quais me parece que se deva começar a refletir sèriamente. Nas mesmas linhas da política habitacional, muitos outros setores podem e devem obter tratamento prioritário, sujeitos à utilização de técnicas absorvedoras de trabalho. O crescimento do número de consumidores sob forma de assalariados é a maior garantia de ampliação do mercado nacional.

Convém alinhar alguns argumentos justificadores de políticas mais agressivas de emprêgo. Dada a relativa imobilidade do capital e a existência de mão-de-obra ociosa, programas relativamente pequenos de treinamento de mão-de-obra operariam transformações extraordinárias. Tais programas ficam facilitados pela reconhecida facilidade de adaptação da mão-de-obra brasileira a diferentes tarefas rotineiras. Secundàriamente, a possibilidade de ampliação do número de assalariados, mediante sua absorção na economia monetária, traria uma reação favorável no sentido da criação de *mercado de massas*, que atualmente se objetiva, além de orientar a demanda para os bens cuja produção também absorve mão-de-obra: alimentos, vestuários, calçados (primeiro) e bens duráveis em seguida.

Ora, se em cêrca de 28 milhões que compõem hoje a PEA brasileira houver, digamos, 1 milhão de desocupados, seu aproveitamento em atividades para as quais haja deficits reconhecidos e generalizados não só aumentaria a produtividade média do sistema como o bem-estar geral. Tal é, sabidamente, o caso de quase todos os serviços urbanos chamados pelos arquitetos *equipamentos urbanos*, em que se incluem água encanada, esgotos, habitação, luz, escolas, ruas pavimentadas, calçadas, parques e jardins, drenagem, etc., a maior parte dêstes serviços pode ser realizada mediante uso intensivo de trabalho. Há alguns fatôres institucionais e alguns hábitos administrativos que comprovam, em conjunto, a ausência de uma política de emprêgo, e que agem contra a adoção dessas técnicas. Citamos alguns: a) o arraigado hábito de se exigir, indiscriminadamente (me parece), dos empreiteiros de obras a demonstração de possuírem *equipamentos* forçando-os a uma desnecessária *capitalização;* b) a deterioração da experiência em administrar grandes contingentes de operários: há poucos anos ainda, com não pouca frequência, viam-se os grandes grupos de operários trabalhando sob as ordens de um *feitor;* c) o custo direto maior, muitas vêzes implícito em tais tecnologias capital-intensivas por não se considerarem os subsídios diretos e indiretos ao capital e os subsídios negativos à mão-de-obra, de certa forma implícitos nas contribuições à Previdência Social e na ausência de amplos programas de treinamento e retreinamento e de colocação de desempregados; d) a nova tradição de se ensinar nas escolas de engenharia civil e certamente nas escolas técnicas a operar máquinas, mas não a administrar a mão-de-obra:

EXEMPLOS

Alguns exemplos concretos ajudam a estender os aspectos enumerados. Há alguns meses tive a oportunidade de conhecer um dinâmico prefeito de uma cidade do interior. Acabara êle de ter completado o serviço de abastecimento de água para a sua cidade, em que substancial parte dos custos estêve representada pelo trabalho de abrir valetas, colocar a tubulação e fechar as valetas outra vez. Constatada a existência de considerável contingente de desempregados no município, perguntei-lhe qual a técnica usada para êsse serviço. Respondeu-me que uma extraordinária e moderna máquina especial de cavar buracos, com a qual conseguira economizar (!) algumas centenas de homens (que aliás não estavam faltando e não deviam ser poupados) e algumas centenas de mil cruzeiros novos.

É evidente que a diferença aparente entre os custos imputáveis a duas tecnologias distintas não revelam os verdadeiros custos sociais das alternativas. Mas, mesmo num caso assim tão simples, o maior dispêndio realizado na área do município deveria gerar uma arrecadação adicional que compensasse boa parte da diferença entre os custos privados e sociais. Além disso, não se pode deixar de considerar a possibilidade da concessão de subsídios à utilização de mão-de-obra desocupada.

Estimativa obtida de um conhecido especialista em construções civis (*) permite caracterizar melhor as alternativas possíveis. Consideremos a pavimentação de ruas, por exemplo, que me parece estar na ordem do dia devido à notícia de que o Govêrno da Guanabara tem planos para pavimentar mil quilômetros de ruas. O raciocínio a seguir apresentado pode ser fàcilmente estendido à pavimentação de estradas secundárias e vicinais essenciais ao adequado fluxo de bens às grandes estradas-tronco.

(*) Engenheiro Carlos F. Hirsch, do IPEA, a quem agradeço.

Ruas e estradas secundárias, que não sejam as grandes artérias urbanas ou as grandes estradas-tronco como Av. Brasil ou Rio—São Paulo ou similares podem, perfeitamente, ser pavimentadas pelo velho sistema de paralelepípedos em lugar do asfaltamento à máquina.

As principais diferenças econômicas entre as duas técnicas consistem em intensidades diferentes de dispêndio com mão-de-obra, rapidez de execução (o asfaltamento é mais rápido, mas exige maior movimentação financeira) e custo unitário, sendo a última pouco mais cara. Haveria que considerar, também, algumas diferenças técnicas — carga útil, durabilidade, acabamento — fatôres que desconsideraremos, pois procuramos acentuar a necessidade de uso do fator disponível.

Um metro quadrado de pavimentação asfáltica custa cêrca de NCr$ 17,00 ao passo que a mesma área pavimentada com paralelepípedos custa cêrca de NCr$ 21,00.

Aparentemente a diferença em têrmos de custos indica ser mais vantajoso optar pela primeira solução. Mas analisemos a composição dêsses custos para mostrar o que êles contêm, de acôrdo com o quadro abaixo:

COMPOSIÇÃO APROXIMADA DOS CUSTOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS

Custo	*Asf. com paralelepípedos*		*B. asfáltica*	
	NCr$	%	*NCr$*	%
Materiais	18,12	86,7	9,56	55,6
Mão-de-obra	2,78	13,3	0,52	3,0
Equipamentos	(*)		4,12	41,4
Total	20,90	100,0	14,20	100,0

(*) Desprezível — principalmente instrumentos simples de trabalho.

Constatam-se então os seguintes pontos importantes que é necessário destacar: 1) a mão-de-obra direta na técnica (A) é 5,3 vêzes mais elevada que na técnica (B) e é quase tôda do tipo não especializado; 2) os *materiais*, que representam a maior parcela de seu custo, contêm por seu turno considerável proporção de gastos com mão-de-obra; 3) os *equipamentos,* que constituem elevada proporção dos custos na técnica (B), devem conter alguma subestimação decorrente do fato de não se terem levado em conta os subsídios diretos e indiretos implícitos ou explícitos e representam demanda de *importações de máquinas e equipamentos* em considerável proporção.

Além disso, em face da maior disponibilidade *no local* de materiais e mão-de-obra em todo o território nacional, a técnica (A) deve conter menores custos de transporte e dar maior flexibilidade de execução.

Em tôdas as capitais e em muitas cidades grandes, médias e pequenas há extraordinárias oportunidades a serem aproveitadas, de criação de empregos mediante o melhoramento dos serviços urbanos. Anàlogamente, nas zonas rurais, onde muito ou quase tudo está por fazer em têrmos de obras de irrigação, saneamento, construção e pavimentação de estradas vicinais, as oportunidades não são menores. Em cada um dêsses casos, comparações análogas de custos podem ser feitas, permitindo indicar o volume provável de emprêgo a ser criado.

UMA IDÉIA

Para que se possa ter uma idéia das ordens de grandeza das possíveis variáveis em jôgo, suponhamos que fôssem criados — caso limite puramente hipotético — em vários pontos do território nacional, 1 milhão de empregos remunerados com um salário mínimo. Isto representaria um dispêndio anual de NCr$ 1 200 mil, ou seja, teria a mesma dimensão do deficit do Govêrno da União em 1968.

De certa forma já tem havido algumas indicações alvissareiras de que o dispêndio em técnicas de mão-de-obra intensivas não representa um custo a fundo perdido. As recentes decisões na Guanabara de se refazerem parques e jardins constituem exemplos elogiáveis, mas em número muito reduzido. Outros deveriam segui-los.

Para que um programa de amplitude nacional, constituindo uma verdadeira política de emprêgo ainda não tentada, tivesse êxito seriam necessárias algumas medidas importantes. A primeira delas, é claro, a destinação específica de recursos adicionais, financeiros, ao pagamento de projetos locais específicos. Uma triagem em muitas obras já programadas poderá permitir optar por técnicas menos capital-intensivas e assim transferir imediatamente consideráveis recursos para o programa.

Agências especiais deveriam ser criadas (com funcionários públicos *ociosos* por exemplo) e multiplicadas, com o objetivo de realocar os desempregados. Paralelamente, centros especiais de retreinamento profissional de jovens e adultos deveriam ser criados, com o objetivo de preparar operários semi-especializados: pedreiros, carpinteiros, eletricistas, soqueiros, bombeiros, calceteiros, mecânicos, dobradores de ferro, etc. Se é verdade que no mercado de trabalho há falta de oferta de profissionais, qualificados, também é verdade que não há amplos programas para a qualificação de adultos. Em Joinville, uma pequena escola de treinamento profissional mantida pela prefeitura local prepara 60 costureiras por mês que são imediatamente colocadas nas indústrias da própria cidade ou região. Uma vez que tais serviços se multipliquem, passa-se a dispor de maior informação sôbre o desemprêgo e sôbre a composição da procura da mão-de-obra, e torna-se possível criar ocupações sazonais ou orientar geogràficamente os desempregados que acorrem aos centros urbanos.

Não se pode ir ao extremo de advogar uma política de abrir buracos e fechá-los em seguida só para criar empregos. Mas onde a mão-de-obra é abundante e seu custo de oportunidade deve estar próximo de zero, como ocorre em nosso país, há deficits de serviços que podem tranqüilamente ser executados com a utilização dessa mão-de-obra e qualquer economia concordará com a conveniência da adoção de uma *política de emprêgo*, com a mão-de-obra avaliada a preços de conta.

A política habitacional já vem dando algum resultado em têrmos de criação de emprêgo, o que tem sido divulgado como uma de suas grandes metas. Outros programas que permitam ampliar ainda mais as possibilidades de absorção de mão-de-obra podem e devem ser imediatamente estudados e postos em prática. Urge formulá-los. Acredito ser esta a primeira tentativa de se dirigir a atenção das autoridades e do público para a necessidade de formulação de uma *política de empregos*.

Haverá maneira mais acertada de *interiorizar* o Brasil do que a criação de condições locais da ocupação da fôrça de trabalho disponível?

A INTERIORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

ARLINDO LOPES CORREIA

Nos últimos cinco anos o ensino superior brasileiro sentiu uma expansão quantitativa surpreendente. Os índices de crescimento alcançados rivalizam com os mais elevados já verificados anteriormente nos demais países do mundo.

O Quadro I permite constatar a veracidade dessa impressionante demonstração de dinamismo do sistema de ensino superior em nosso país.

QUADRO I

Expansão do Ensino Superior Brasileiro (1960-1968)

ANO	MATRÍCULAS	INCREMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (%)
1960	94 185	—
1961	101 924	8,2
1962	107 963	5,9
1963	124 214	15,1
1964	142 386	14,6
1965	155 781	9,4
1966	180 109	15,6
1967	212 882	18,2
1968	258 303	21,3

Em 1969, estando previstas 110 mil vagas para a 1a. série dos cursos superiores, a tendência ràpidamente crescente do corpo discente manter-se-á semelhante à constatada em passado recente.

A adoção dessa política de expansão, em certos casos, atendeu muito mais às contigências sociais do que às exigências econômicas do país. A pressão exagerada da opinião pública, clamando incessantemente por mais vagas nos estabelecimentos de ensino superior revelou-se, para inúmeras carreiras profissionais, o determinante essencial de expansão dos efetivos estudantis.

Realmente, confrontando-se as estimativas de necessidades quantitativas mínimas nas várias categorias profissionais — conforme o Programa Estratégico de Desenvolvimento — Área de Educação e Mão-de-Obra — com os efetivos que resultarão realmente, em decorrência do crescimento do ensino superior, nota-se que as matrículas verificadas em 1968 já excedem significativamente as metas mínimas fixadas no plano.

E' certo que o planejamento educacional está sujeito — como qualquer estudo que envolva projeções — a falhas mais ou menos importantes, o que significa que as estimativas de necessidades mínimas de profissionais contidas no Programa Estratégico podem estar subestimadas. Tal circunstância é ainda reforçada pela tese de que a qualificação da população não é apenas efeito do desenvolvimento mas, também, pode ser causa dêsse processo. Em consequência, a melhoria do perfil educativo da nossa fôrça de trabalho geraria, por si só, a criação de mercado para maior número de profissionais de nível superior, desencadeando-se uma verdadeira **reação em cadeia**. Todavia, deve-se notar que essa **reação em cadeia** jamais poderá manter-se estàvelmente, a não ser a curto prazo; além disso, a probabilidade de as metas mínimas do Programa Estratégico estarem superestimadas é, estatìsticamente, igual à probabilidade de estarem subestimadas.

De qualquer modo, uma das maiores preocupações atuais do Centro Nacional de Recursos Humanos, recém-criado no IPEA, é, sem dúvida, a investigação e a implementação de uma política racional de utilização do pessoal de nível superior no Brasil, de moto a evitar os fenômenos do subemprego e mesmo desemprêgo dêsses profissionais.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PESSOAL

E' notória a distorção verificada na distribuição espacial, dentro do território brasileiro, dos vários contingentes de profissionais de nível superior existentes no país.

Grupos ocupacionais estratégicos para o desenvolvimento econômico nacional e o bem-estar da população concentram-se excessivamente nos grandes centros urbanos, caracterizados por densidade demográfica e níveis sócio-econômicos mais elevados. Em decorrência disso, enormes faixas habitadas do território brasileiro permanecem desprovidas de recursos humanos qualificados, indispensáveis para a ingente tarefa de levar-lhes novas tecnicas, métodos e processos que possibilitem a promoção do progresso local.

A título de exemplo poder-se-ia fazer referência à elevada proporção de professôres de ensino médio, médicos e dentistas encontrada no eixo Rio—São Paulo; igualmente, mesmo em profissões nitidamente interioranas, como as de agronomia e veterinária, a porcentagem de elementos fixados nas áreas urbanas é enorme em relação aos contingentes totais em atividade no país.

À primeira vista pode-se argumentar que as condições econômicas do interior brasileiro não possibilitam, por falta de incentivos, a fixação de profissionais de nível superior. Porém, em contraposição, pode-se afirmar que o objetivo primordial do planejamento governamental consiste, exatamente, em contornar essas dificuldades naturais. Deve-se acrescentar, também, que com a instituição do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, muitas prefeituras passaram a dispor de condições imediatas para atrair e reter médicos, dentistas, engenheiros, agrônomos, veterinários e professôres de nível médio, mas êsse fenômeno não se verificou. E foi exatamente pela falta de recursos humanos de alto nível que as administrações municipais, incompetentes e dispondo de verbas jamais conseguidas anteriormente, optaram pela política mais cômoda e nefasta, gastando exageradamente no supérfluo e ignorando o essencial ao desenvolvimento das áreas sob seu contrôle.

Fundamentalmente, contudo, a atração dos profissionais para as regiões do interior do país jamais foi tentada sistemàticamente à base da motivação, de incentivos salariais, da criação de condições sociais para sua fixação nessas áreas. Essa política de utilização mais eficiente dos profissionais de nível superior, preconizada no Plano Decenal ao Govêrno Castelo Branco, não se implementou, inclusive pela falta de um efetivo sistema de colocação de mão-de-obra, que poderia dar conteúdo prático e seqüência às medidas aconselhadas.

CONCRETIZAÇÃO DA INTERIORIZAÇÃO

Uma corrente politicamente forte de educadores brasileiros tem preconizado e agido — com sucesso, tendo em vista seus objetivos — no sentido de interiorizar o ensino superior, tentando dêsse modo alcançar a interiorização dos prossionais nelas formados. Tal fato reflete-se inclusive ao nível das universidades que, conforme mostra o Quadro II, já são 13 em cidades outras que não as capitais estaduais.

Essa política agressiva de interiorização do ensino superior, que é ainda mais visível no caso dos estabelecimentos isolados, alguns dos quais se localizam em cidades destituídas de qualquer expressão sócio-econômica, não trouxe resultados palpáveis no sentido de dotar as áreas menos desenvolvidas do país dos profissionais indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Muito mais promissores têm sido os novos fatôres postos em jôgo depois da Revolução de 1964. A implementação de projetos que visam a fazer com que os universitários brasileiros conheçam melhor o Brasil, tais como o Crutac (da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), a Operação-Mauá (do Ministério dos Transportes) e o Projeto Rondon (do Ministério do Interior, são exemplos de ações no sentido de motivar os futuros profissionais a lutar pelo desenvolvimento nacional através do desempenho de suas atividades no interior. A criação, em 1965, do Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, que tem como uma de suas preocupações a colocação de mão-de-obra, de todos os níveis, em empregos condizentes com sua qualificação — através de suas 200 agências de colocação espalhadas pelo Brasil — representou um largo passo no sentido de permitir a concretização de uma política racional de utilização dos recursos humanos nacionais. Finalmente, movimentos empresariais do tipo do Centro de Integração Emprêsa-Escola (CIE-E), visando a dar melhores oportunidades de aperfeiçoamento, através de estágios, aos estudantes de ensino superior, completam a infra-estrutura institucional que faltava para permitir a implementação de tão desejada política.

Presentemente está sendo aperfeiçoado projeto que poderá constituir-se em marco inicial da política de interiorização dos profissionais de nível superior existentes no país.

O Departamento Nacional de Mão-de-Obra está coletando informações sôbre as necessidades de profissionais nos 3 986 municípios brasileiros, através de consulta direta aos mesmos. Ao mesmo tempo, também através de pesquisa direta, o DNMO procura levantar o número de estudantes prestes a concluir seus cursos no ensino superior. Conhecidas as necessidades dos municípios e as disponibilidades de formandos, segundo as várias profissões, o CIE-E firmara convênios com as prefeituras no sentido de as mesmas receberem os recém-diplomados nas férias subseqüentes à sua graduação. As municipalidades fornecerão casa e comida aos estudantes, que também receberão bôlsas para outros gastos pessoais, provàvelmente com recursos do futuro Banco do Trabalhador. O Ministério do Planejamento, encarregado de examinar os projetos dos municípios elaborados com a finalidade de receberem recursos do Fundo de Participação, cuidará de manter certa compatibilidade entre os empreendimentos visados nesses programas e os recursos humanos disponíveis para concretizá-los, incentivando as prefeituras a manterem uma política agressiva de absorção de profissionais de nível superior.

Espera-se, dentro dessa mecânica, propiciar condições para o êxito de uma nova política de interiorização do profissional de nível superior no Brasil. O sucesso dessa política afastará qualquer possibilidade de excesso de profissionais nos grandes centros, evitando o subemprêgo e o desemprêgo, além de abrir novas perspectivas à modernização e ao desenvolvimento do vasto território interiorano do Brasil.

QUADRO II

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL — 1968

ESTADOS	CAPITAL	RESTO	TOTAL
AMAZONAS	1	—	1
PARÁ	1	—	1
MARANHÃO	1	—	1
PIAUÍ	—	—	—
CEARÁ	1	—	1
RIO GRANDE DO NORTE	1	—	1
PARAÍBA	1	1	2
PERNAMBUCO	3	—	3
ALAGOAS	1	—	1
SERGIPE	1	—	1
BAHIA	2	—	2
MINAS GERAIS	3	3	6
ESPÍRITO SANTO	1	—	1
RIO DE JANEIRO	1	2	3
GUANABARA	3	—	3
SÃO PAULO	3	2	5
PARANÁ	2	—	2
SANTA CATARINA	1	—	1
RIO GRANDE DO SUL	2	5	7
MATO GROSSO	—	—	—
GOIÁS	2	—	2
DISTRITO FEDERAL	1	—	1
TOTAL	32	13	45

OBS.: Piauí e Mato Grosso já possuem universidades que, embora institucionalizadas, não funcionaram como universidades no ano de 1968.

FINANÇAS DO PARANÁ REFLETEM ALTO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO

A fase de desenvolvimento que o Paraná atravessa pod ser medida pelos resultados alcançados em 1968, quando o Govêrno paranaense obteve um superavit de aproximadamente NCr$ 10 milhões, o Banco do Estado registrava um depósito três vêzes superior ao de 1966 e Paranaguá assumia a condição de segundo pôrto do país.

Mas o papel de destaque do Paraná na economia nacional não se limitou a êsses fatos. Sua produção de café cresceu em têrmos mais racionais; o plano florestal, denominado "Por um Paraná mais Verde", apresentou saldos altamentes positivos, tanto no setor agrícola como na pecuária. Resultados conseguidos sem que se deixasse de lado o maior amparo às classes trabalhadoras.

ORÇAMENTO COM SUPERAVIT

Em 1968 o Govêrno paranaense arrecadou um total aproximado de NCr$ 492 milhões e gastou NCr$ 482 milhões, o que significa que se obteve um superavit de cêrca de 10 milhões de cruzeiros novos. Isto foi possível graças ao programa de contenção e seletividade de gastos pôsto em prática desde o segundo ano da atual administração, com vistas a garantir um fluxo normal de recursos para as obras de essencialidade, comprimindo ao máximo as despesas de custeio operacional da máquina pública.

A arrecadação paranaense vem crescendo gradativamente nesses três últimos anos, em decorrência, de um lado do explosivo crescimento da economia e, do outro, do aperfeiçoamento do aparelho fisco-arrecadador. Aliás, a Secretaria da Fazenda do Paraná foi o primeiro órgão a instituir uma reforma administrativa de profundidade que deu maior flexibilidade à sua estrutura mostrando imediatos resultados em têrmos de drenagem dos recursos necessários à execução do arrojado plano de obras da atual administração.

A ARRECADAÇÃO

Em 1966 a arrecadação do Estado totalizou NCr$ .... 272 484 477,00 subindo em 1967 para NCr$ 320 870 977,00 e, em 1968 para NCr$ 492 000 000.00. Êstes resultados revelam que nesses três anos o volume de recursos captados nas áreas de poupança interna quase duplicou devendo êste ano experimentar acréscimo de cêrca de 70% segundo as previsões governamentais.

O Govêrno, no entanto, não se dispôs a ficar aguardando a acumulação de crescentes recursos para os seus planos. As obras, em muitos setores, não poderiam esperar, sob pena de comprometimento global da economia. Assim, partiu para um trabalho organizado de captação de recursos externos procurando complementar o esfôrço da poupança interna e, inclusive, liberá-la para outras áreas. Tal esfôrço foi dirigido, todavia, com o cuidado de trazer êsses recursos para setores de alta rentabilidade que pudessem, por si só, promover respostas imediatas sem onerar o Estado com dívidas acumuladas, no futuro.

OS RESULTADOS

Para se ter uma idéia dêsse trabalho, vejamos: o setor de estradas de rodagens obteve, só em 1968, NCr$ .... 44 212 178,00 de recursos externos, contra NCr$ 16 751 353,00 do ano de 1967. O setor de telecomunicações conseguiu carrear NCr$ 34 503.00 com acréscimo de 455,03% sôbre o ano anterior; o Banco de Desenvolvimento do Paraná e o Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (que atuam como suporte do processo de industrialização do Estado), captaram juntos NCr$ 40 000 000,00. O setor de eletrificação (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) carreou NCr$ 18 271 900,00; o de saneamento, NCr$ 1 342 654.00: de educação, NCr$ 3 337 000,00; o de habitação NCr$ .... 4 523 891,00 e o de distribuição de sementes, NCr$ .... 4 523 891,00.

Tais recursos externos somam, em 1968, NCr$ .... 147 742 396,00 contra os NCr$ 104 755 939,00 obtidos em 1967, o que revela substancial ajuda para complementação da poupança paranaense, na execução das obras básicas que, em velocidade extraordinária, estão se concretizando na gestão do Sr. Paulo Pimentel.

CUSTEIO MENOR

Um detalhe que bem revela a austeridade com que o Govêrno do Paraná vem aplicando seus recursos, está no comparativo entre as despesas de investimento e a de pessoal: em 1968 o Estado gastou apenas 41,60% do seu orçamento com pagamento do funcionalismo. Os restantes .. 58,40% foram aplicados no setor de investimento sendo, o Paraná, pràticamente o primeiro Estado a se colocar dentro da norma constitucional que exige, a partir de 1970, que nenhum Estado brasileiro gaste mais de 50% dos seus recursos com pessoal.

BANCO DO ESTADO

Ao final de 1968 o Banco do Estado do Paraná registrava um volume de depósitos da ordem de NCr$ 239 717 070,00, pràticamente três vêzes mais do que a soma existente em 1966, quando se iniciou a atual administração. Dêsse total, é importante salientar que a rubrica pública participava com NCr$ 105 900 846,00 enquanto a particular concorria com NCr$ 133 816 224,00, revelando uma preponderância da iniciativa privada em 27% sôbre a pública.

Êsses dados por si seriam bastante eloqüentes para confirmar que o Banco do Estado do Paraná foi definitivamente consolidado nestes três anos da atual administração, pois a confiança do setor privado, consubstanciada na procura do estabelecimento, é o maior indicativo da sua solidez.

Com 138 agências — mais que o dôbro que em 1966 quando o órgão dispunha de apenas 64 agências — o Banco do Estado está agora situado entre os quatro maiores bancos estaduais de todo o país e em tôda a rêde brasileira — composta de 228 organizações. Seu crescimento, em têrmos de expansão de rêde e de poupanças, autoriza o Govêrno a dizer que o organismo oficial de crédito andou 40 anos nesse triênio.

O Banco do Estado incorporou recentemente à sua rêde as 44 agências do Banco Alfomares S|A, com sede em São Paulo, o que permitiu elevação substancial do seu esquema operacional. Com a atual legislação bancária o Banco Central concede carta patente para abertura de apenas duas agências por ano, uma das quais em praça onde não haja qualquer outra da mesma organização bancária. A compra do Banco Alfomares permitiu que fôsse obtido o número de agências correspondente a 40 anos de espera das autorizações normais do Banco Central.

Das 44 agências do banco adquirido, muitas poderão ser transferidas para o Paraná, desde que as praças onde se localizarão indiquem melhores condições econômicas que as anteriores. Isto constituirá outro benefício porque permitirá ao Banco do Estado, com maior velocidade, atender a tôdas as regiões estratègicamente econômicas.

Em meados dêste ano o Banco Central aprovou a elevação do capital social do Banco para NCr$ 17,5 milhões mais de sete vêzes o capital social registrado em 1966.

EXPORTAÇÕES

Ampliando de ano para ano a sua posição como pôrto de exportação, Paranaguá faturou em 1968, 400 milhões de dólares em divisas líquidas o que o coloca desde logo na condição de segundo pôrto do país no carreamento de divisas. Um total de 2 160 mil toneladas de mercadorias foi movimentado em 1968, conforme o quadro abaixo.

Café cru em grão	8 000 000 sacas
Milho	580 000 ton
Madeiras	100 000 ton
Granéis líquidos	900 000 ton
Diversos	50 000 ton

Os resultados do exercício passado indicaram um incremento de quase 100% na movimentação de mercadorias, pois no ano anterior o número ascendeu a 1 367 mil toneladas, ultrapassando assim, tôdas as marcas obtidas nos anos anteriores. O acréscimo é devido à conclusão, em abril do ano passado, do trecho inicial da Rodovia Transversal Pan-Americana (Paranaguá—Curitiba) que ligará o pôrto a Assunção, no Paraguai. O trecho inicial da BR-277 permite o escoamento rápido e eficiente dos caminhões que chegam com produtos de exportação saídos de tôdas as partes do Estado e que têm como escoadouro natural o Pôrto de Paranaguá.

Como Estado agrícola de imensurável potencial econômico, o Paraná necessita de um pôrto marítimo não só para escoamento de sua produção, como também para receber do exterior o fluxo de equipamentos e materiais necessários a seu desenvolvimento comercial e industrial.

Depende o Estado também do comércio de cabotagem, já que a via marítima é a mais econômica para o escoamento dos excedentes agrícolas e para a importação de produtos nacionais de que necessita, principalmente os derivados de petróleo.

Foi com a consciência de tudo isso que o Govêrno estadual empenhou-se junto aos setores responsáveis federais para consecução de um programa de expansão e melhoramentos que pudesse, enquanto garantia a normalidade atual da terminal marítima, recebendo e distribuindo bem o volume de riquezas produzidas no Estado, permitir um desenvolvimento capaz de acompanhar os fluxos da economia nos próximos anos, evitando que o pôrto, conforme as previsões, viesse a funcionar como ponto de estrangulamento de todo o processo desenvolvimentista do Estado.

PROGRAMA DE EXPANSÃO

Desta forma foi elaborado um plano cuja execução estará completa até 1970 e que prevê a aplicação de mais de 11 milhões de dólares em obras e melhoramentos no pôrto de Paranaguá. Pouco menos que a metade do custo estimado para realização de tais obras será financiado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento sendo tal operação, o primeiro programa portuário financiado por aquêle órgão internacional no Brasil. O restante será aplicado pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis — DNPVN — com recursos do Fundo Portuário Nacional.

Será construído um silo para cereais com uma capacidade inicial de dez mil toneladas estáticas, já estando prevista sua ampliação, no futuro, para 30 mil toneladas estáticas. Êste silo contará com equipamentos automáticos para a movimentação de cereais. Além dêle, o pôrto de Paranaguá já está dotado de uma bateria de silos metálicos para dez mil toneladas, inclusive esteiras transportadoras e tôrre para embarque, obra recentemente construída com o financiamento da Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaenses e do Banco de Desenvolvimento do Paraná.

O cais de combustíveis líquidos está sendo ampliado através de uma ponte de acesso com 101 metros de extensão, com quatro metros de largura e uma ponte de acostagem de 138 metros de comprimento. A Companhia Brasileira de Dragagens está dragando os canais de acesso à baía de Paranaguá, a fim de aumentar as atuais profundidades de oito para dez metros abaixo do zero hidrográfico do pôrto, garantindo assim a entrada de navios com uma capacidade de até 45 mil TDW.

O cais para mercadorias em geral será aumentado de 1 590 para 2 090 metros, como primeira fase de expansão. Este nôvo cais será construído para receber navios de até dez metros de calado e constará de um terraplano com área de 100 mil metros quadrados, com enrocamento de contenção, além de pavimentação da faixa do cais, linhas férreas, tubulações para água, combustíveis, luz e fôrça elétricas e a construção de quatro armazéns de 40 por 100 metros.

PLANO DE EXPANSÃO DO PORTO

Com recursos do BID-DNPVN

OBRA	CUSTO NCr$
Dragagem da barra sueste	7 000 000,00
Construção de mais 500 metros de cais.....	8 400 000,00
Ampliação do cais de inflamáveis..........	2 500 000,00
Construção de silos p/cereais (10 000t)	5 500 000,00

Com recursos do Fundo de Melhoramentos do Pôrto

OBRA	CUSTO NCr$
Dragagem dos berços de atracação do cais comercial	150 000,00
Pavimentação em paralelepípedos..........	200 000,00
Construção de galerias de águas pluviais....	150 000,00
Complementação	50 000,00

Com recursos próprios

OBRA	CUSTO NCr$
Construção do quartel para a Polícia Portuária	20 000,00
Construção de um prédio p/ Insp. Transp. Ferrov.	30.000,00
Armazéns para recebimento de madeira...	8 000,00
Melhoramentos em quatro armazéns	15 500,00
Construções de ramais ferroviários na vila da Madeira	25 500,00
Pavimentação em áreas do cais comercial..	25 500,00

PÔRTO DE ANTONINA

O pôrto de Antonina, distante 12 milhas de Paranaguá, vem recebendo também tratamento especial dos executores da política portuária nacional e do Govêrno do Estado. Obras e melhoramentos são realizados naquele pôrto ao qual foi dado recentemente autonomia administrativa, pois integrava o pôrto de Paranaguá com dependência administrativa e financeira. Atuando predominantemente com café, milho e madeira, o pôrto de Antonina movimentou no ano passado 152 mil toneladas e importou 114 mil, sendo a maior parte dessas importações constituída de trigo.

Naquele pôrto, além da dragagem do seu canal de acesso, já completada para a profundidade de cinco metros, num volume escavado de 200 mil metros cúbicos de material dragado, foi aberta concorrência pública para aprofundamento dêsse canal na profundidade de seis metros sôbre o zero hidrográfico. Mediante dragagem de um canal longitudinal com 20 mil metros cúbicos, foi possível o assentamento dos caixões que irão constituir o cais pesado de minério, com 130 metros de largura, através da colaboração da Marinha de Guerra do Brasil que, com seus homens-rã, retirou do fundo da baía quatro caixões de concreto armado, de 20x8x10 metros para seu apoiamento em terra mediante enrocamento pesado do quebra-mar.

A recuperação e ampliação dos armazéns do pôrto de Antonina tem prosseguimento com a aquisição de madeiramento e cobertura já colocados em parte. Foi também instalada a nova correia transportadora para cereais a granel com capacidade de 120 toneladas-hora. Igualmente realizou-se a retificação da Avenida Conde Matarazzo, principal via de acesso do pôrto, prosseguindo a estrada de ligação entre as duas terminais de cabotagem e de minério, além da pavimentação a paralelepípedos de extensas áreas do cais. Ampliou-se a rêde e eletrificação do cais geral, inclusive com rêde telefônica interna e mecanização das operações e das oficinas.

TELECOMUNICAÇÕES

Para a adoção de uma política adequada de telecomunicações, o Govêrno do Estado adquiriu o acervo da Companhia Telefônica Nacional, passando, assim, através da Telepar, a administrar mais de 90% do sistema estadual existente, unificando os serviços telefônicos — conforme orientação do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Isto permitiu a execução de planejamentos globais, com vistas a uma unificação geral na prestação de serviços dessa natureza em todo o Paraná, e possibilitando a elaboração de um plano diretor para a implantação de um moderno sistema de telecomunicações. Uma repercussão imediata dessa absorção: o início dos trabalhos de ampliação do serviço telefônico urbano de Curitiba, em 20 800 linhas. Com a ampliação do serviço telefônico e a introdução do serviço interurbano automático, Curitiba estará integrada nos sistemas estadual e nacional de discagem direta à distância. Em etapas posteriores, foi programada a extensão da rêde incluindo zonas rurais, que formará a área de numeração fechada de Curitiba — denominada Área Metropolitana — composta pelos municípios de Campo Largo, Almirante Tamandaré, Colombo, Rio Branco do Sul, Piraquara, São José dos Pinhais, Araucária e Mandirituba. O custo global do projeto está fixado em NCr$ 30 000 000,00 estando prevista a conclusão das instalações das 10 mil linhas telefônicas até maio próximo e as restantes deverão entrar em funcionamento até novembro dêste ano. Quando fôr concluído o trabalho de implantação das novas linhas, Curitiba passará a contar com 30 mil linhas, significando isto que sua capacidade será triplicada, representando um salto altamente positivo de 20 pessoas por telefone.

RÊDE DE EMERGÊNCIA

A Rêde de Emergência instalada pela Telepar, interligou 40 municípios à rêde interurbana estadual, atingindo as regiões oeste, sudoeste, sul e noroeste do Estado, levando comunicações telefônicas às localidades onde, até então, inexistia qualquer serviço público de telecomunicações. A área abrangida pela Rêde de Emergência é de aproximadamente 94 000 km2, considerando-se o município onde está instalada a central e os municípios vizinhos influenciados por êle: tal área corresponde a aproximadamente 47% do território estadual, e a Rêde de Emergência representa, hoje, 54% de todos os canais telefônicos no Paraná. Dêstes canais apenas 2% instalados pertencem a companhias estranhas à Telepar.

Os números continuam falando de forma eloqüente sôbre os benefícios gerados pela implantação da Rede, que atinge uma população de aproximadamente 2 milhões de pessoas, considerando-se, para tanto, os municípios onde estão instaladas as centrais e os municípios circunvizinhos por sua área de influência.

OS RECURSOS

Para dar início, com a maior brevidade possível, às obras programadas, necessitou a Telepar de lançar mão de recursos externos, utilizando-se de crédito do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, além de operações conjuntas: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e Finame. O montante total dos recursos externos corresponde a NCr$ 2 821 000,00, significando, aproximadamente, 32% dos recursos totais. Além dêstes recursos externos, a Telepar beneficiou-se com o sistema de autofinanciamento por parte de algumas prefeituras de municípios integrantes na Rêde de Emergência. Convênios foram firmados, através dos quais as prefeituras comprometiam-se a associar-se ao empreendimento e, em contrapartida, a participarem do capital social da Telepar, através de ações. O montante de recursos captados através dessa fórmula atinge NCr$ 134 000,00, com a participação das Prefeituras Municipais de Matelândia, Palmas, Toledo, Marmeleiro, Coronel Vivida, Maringá, Umuarama, Paraíso no Norte, Loanda e Nova Londrina. A complementação dos recursos necessários à implantação do projeto — ou seja, aproximadamente NCr$ 5 903 000,00, correspondendo a 66% do total dos recursos — provêm, na quase totalidade, da participação do Govêrno do Estado no capital social da emprêsa. Para a implantação da Rêde de Emergência foram necessários recursos financeiro da ordem de NCr$...... 8 858 000,00.

A RÊDE DE MICROONDAS

Para desenvolver o programa fixado pelo Projeto de Microondas a Telepar deu início à implantação do projeto, que levará, em sua primeira etapa, comunicações telefônicas em discagem direta à distância aos Municípios de Paranaguá, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cornélio Procópio, Jacarèzinho, Arapongas, Apucarana, Maringá, Cianorte e Paranavaí. Esta rota, pioneira e prioritária — importante pelos centros que liga — propõe-se a interligar as fontes produtoras agropecuárias e industriais com os setores de exportação ao pôrto de Paranaguá. Além dos municípios acima enumerados, em função das grandes distâncias, estão sendo instaladas quatro centrais repetidoras, localizadas nos seguintes municípios: Palmeira, Tibagi e Ortigueira.

Para implantar o Projeto de Microondas, além dos recursos oriundos do Govêrno do Paraná, lançou-se a Telepar à captação de recursos externos. A estimativa de custos globais do Projeto de Microondas — constituída por gastos preliminares com estudos e levantamentos aerofotogramétricos, terrenos, obras civis, equipamentos e montagens — deverá atingir, aproximadamente, NCr$ 45 000 000,00, até a conclusão das implantações, previstas para meados de 1969. Nas estimativas mencionadas, não foram incluídos os custos de expansão da Rêde de Microondas, estimados em NCr$ 10 502 500,00. Os recursos próprios para implantação das Rêdes de Microondas — principal e ampliação — serão definidos como participação do Govêrno do Estado, sob forma de integralização, cujas aplicações até dezembro de 1968, foram da ordem de NCr$ 10 864 600,00, dos quais, 20% destinaram-se a cobrir partes das inversões do Projeto de Microondas, constituindo cêrca de 4,8% dos investimentos globais programados.

Até 1970, estará completo o trabalho de ampliação da Rêde de Microondas, atingindo as regiões de noroeste, oeste e sudoeste, beneficiadas com a implantação da Rêde de Emergência, onde a demanda tem demonstrado a necessidade de aumento de tráfego, gradativamente, especialmente com a alteração das Rêdes Integradas que colocarão em funcionamento todos os municípios do Estado. Além de diversas repetidoras, serão servidas pela ampliação da Rêde de Microondas as cidades de Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão, Goio-Erê, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu, Matelândia, Laranjeiras do Sul, Francisco Beltrão, Pato Branco, Guarapuava e Irati, formando um anel em todo o Estado.

Em edifício de 22 pavimentos, em Curitiba, construído especialmente, atendendo a todos os requisitos da tecnologia, estão sendo instalados equipamentos do Projeto de Microondas do Paraná e da Embratel, através do Plano Nacional de Telecomunicações — Tronco Sul, ponto de encontro entre todo o sistema do Estado e a Rêde Nacional de Telecomunicações.

AS RÊDES INTEGRADAS

Iniciado em outubro de 1968, o plano de Rêdes Integradas objetiva atender, em curto prazo, 80% da demanda de serviços telefônicos urbanos e interurbanos, visando ainda a corrigir os serviços telefônicos manuais deficitários e também complementar os interurbanos em implantação. O esfôrço que vem a Companhia de Telecomunicações do Paraná — Telepar — desenvolvendo, tem como objetivo principal a formação e captação de recursos financeiros suficientes para cobrir os encargos e obrigações que têm origem com o programa de implantação do Projeto de Rêdes Integradas até o ano de 1970, quando espera a Telepar ter interligado Curitiba a todos os municípios do Estado, ano que marcará, para o Paraná, no capítulo das telecomunicações, o de ser possuidor do mais avançado sistema do país. Êste projeto exigirá recursos equivalentes a NCr$ 97 965 696,00, distribuídos em investimento na ampliação do Projeto da Rêde de Microondas, Rêdes Interurbanas e Urbanas.

Resumindo: o plano de Rêdes Integradas de Telecomunicações, no momento sinônimo do Plano Diretor, pretende resolver de forma definitiva o problema automatização do interurbano, dentro das melhores condições técnicas, compatíveis com a realidade sócio-econômica do Estado.

FERROVIAS

Em meados de dezembro do ano passado, em solenidade efetivada no Palácio Iguaçu, o Govêrno do Estado emitiu a ordem de serviço autorizando o início efetivo das obras de construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Esse início efetivo vinha sendo protelado há mais de 20 anos e a obra deverá, agora, ser concluída em 23 meses, graças a empréstimos internacionais contraídos em Nova Iorque e Telaviv.

A ferrovia terá extensão de 330 quilômetros ligando Ponta Grossa a Apucarana e encurtando em 50% o atual percurso, feito através de Marques dos Reis, que tem 660 quilômetros. A Central do Paraná será o grande escoadouro da produção agropecuária do norte paranaense, parte de São Paulo e Mato Grosso e solucionará definitivamente os problemas de transporte que inevitàvelmente surgirão a partir de 1970 com o congestionamento da Rodovia do Café, segundo estudos já elaborados.

O Govêrno do Paraná obteve para concretização da obra financiamento de 24 milhões de dólares, que serão complementados com recursos estaduais. São financiadores a Morgan Garanty Trust Company of New York e o grupo israelense da Water Ressources Development Limited.

SITUAÇÃO ATUAL

Até o momento já foram investidos NCr$ 39 200 000.00 na terraplenagem de 83 quilômetros entre Ponta Grossa e Ipiranga, bem como em outros serviços: aquisição de dormentes, implantação de postes telegráficos, trilhos, placas de apoio, talas de junção, parafusos de linhas, tirefons, vagões, etc. Os trabalhos, até então a cargo do Govêrno do Estado (e que passarão agora a ser efetivados por emprêsa particular contratada) vêm sendo desenvolvidos do sul para o norte, isto é, de Ponta Grossa a Apucarana segundo um traçado que deverá reduzir a atual ligação ferroviária entre aquêles dois pontos em 50%, com grande economia de tempo do percurso e, conseqüentemente, nas tarifas para o transporte de 520 mil toneladas de produtos na sua área de influência.

Em face da importância econômica dessa estrada para tôda a zona da produção paranaense, o Govêrno do Estado pleiteou e obteve aval do Ministério dos Transportes para a obtenção de recursos externos da ordem de 77 milhões de cruzeiros novos, já contratados, e que permitirão o aceleramento dos serviços e a conclusão definitiva daquela ligação ferroviária.

CUSTO DA OBRA

Para a conclusão total desta obra está prevista a destinação de recursos equivalentes a NCr$ 100 000 000,00. O Estado do Paraná destinará NCr$ 25 000 000,00 da sua receita orçamentária a fim de distribuí-los nos exercícios de 1969 e 1970. O restante será suprido com o financiamento externo e a obra será entregue até 1970, ou seja, em 23 meses, após o que o Govêrno estadual transferirá à tutela da União tôda a ferrovia para a sua exploração.

Iniciada a exploração da ferrovia, no segundo semestre de 1970, prevê-se rentabilidade progressiva a partir de 1971, dentro da seguinte proporção:

a) — em 1971 — 11,1 milhões de cruzeiros novos
b) — em 1972 — 12,5 milhões de cruzeiros novos
c) — em 1973 — 13,8 milhões de cruzeiros novos
d) — em 1974 — 15,4 milhões de cruzeiros novos
e) — em 1975 — 17,1 milhões de cruzeiros novos.

Em face disso, o deficit da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina, subsidiária da Rêde Ferroviária Federal, que hoje atinge a 24 milhões de cruzeiros novos, será totalmente eliminado com a exploração da ferrovia. No que se refere aos recursos já aplicados pelo Govêrno do Paraná, ou seja NCr$ 39 200 000,00, servirão êles, oportunamente, para que o Estado do Paraná participe em outro empreendimento mútuo com a União.

A ESTRADA

A ligação ferroviária entre os planaltos de Curitiba e Ponta Grossa e as regiões noroeste do Estado vem sendo reclamada desde o início dêste século em razão de se reconhecer como a solução mais racional e econômica de integração entre os centros produtores e as zonas de consumo e exportação. Desde 1948 o Govêrno do Paraná vem-se preocupando com a construção dêsse trecho ferroviário que logrou, inclusive, ser incorporado ao Plano Nacional de Viação, em face das características prioritárias de que era revestido. Iniciada a terraplenagem no início de 1949, não evoluíram os trabalhos em razão da reconhecida crise a que foram lançadas as ferrovias brasileiras desde o decênio passado.

No entanto, a partir daquela época, já o Estado do Paraná vinha experimentando profundas transformações econômicas que o levaram a se constituir no maior centro produtor primário do país, o que viria, conseqüentemente, exigir vias de transportes que pudessem suportar o escoamento da crescente produção oriunda do norte paranaense.

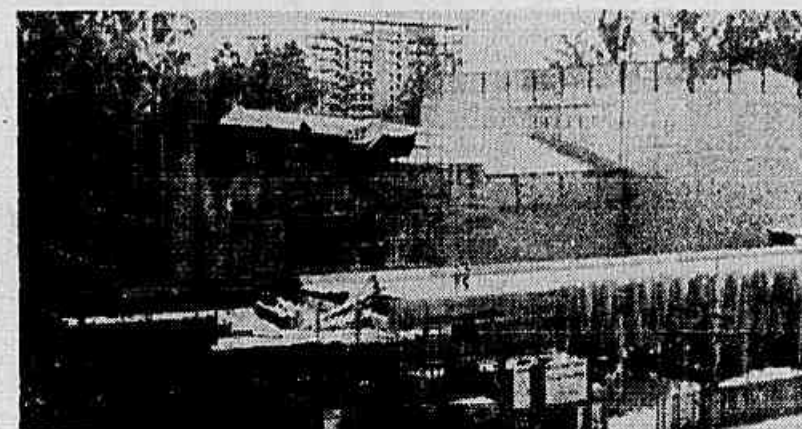
A complexidade assumida pela economia do café veio originar a necessidade de integração entre as regiões norte e leste do Estado, sem o que a economia do Paraná sofreria prejudiciais impasses, em face das dificuldades de consumo e exportação dos produtos primários que procediam das zonas agropastoris. Atestado e justificado o congestionamento do pôrto de Santos, construiu-se no Paraná a Estrada do Café, que visava oferecer escoamento mais rápido à volumosa produção do norte, o que recebeu maior incremento com a modernização do pôrto de Paranaguá.

Necessitava-se, no entanto, de vias que comportassem transporte graneleiro, a fim de que se levassem maiores cargas a maiores distâncias e a fretes mais compensadores. A oportunidade da ligação ferroviária entre Apucarana e Ponta Grossa teria, inevitàvelmente, que voltar a ser examinada.

A Rêde Ferroviária Federal, em reunião de sua diretoria, realizada em 1962, sentindo a necessidade em causa, sugeriu fôsse considerada prioritária a ligação. Em razão disso, o Govêrno do Paraná determinou através da então Codepar (hoje Banco de Desenvolvimento do Paraná) fôsse procedido estudo de viabilidade da referida ligação.

Pertencendo os encargos de construção da ferrovia à Estrada de Ferro Central do Paraná, procurou êste Govêrno concentrar esforços destinados à imediata conclusão da obra, a fim de que a problemática do transporte agropastoril fôsse solucionada a curto prazo, propiciando a tão reclamada integração da região produtora aos centros consumidores e exportadores.

E foi por prever a impossibilidade da destinação dos recursos financeiros exclusivamente orçamentários que se procurou obter financiamento externo, a fim de que, no curto prazo de 23 meses, fôsse possível contar com a efetiva utilização da ferrovia direta entre Apucarana e Ponta Grossa.

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GRANDE META QUE ESTÁ SENDO CUMPRIDA

O Palácio das Artes, cuja construção estava paralisada desde 1945, está sendo concluído pelo Govêrno Israel Pinheiro, que o entregará à cidade em 1970

A industrialização, o problema habitacional e aplicação de recursos em obras prioritárias destinadas a beneficiar o povo mineiro têm merecido da administração Israel Pinheiro decisiva atuação, em tôdas as partes do Estado.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, o Banco de Crédito Real, o Banco do Estado de Minas Gerais, a Caixa Econômica Estadual e o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, dentro de uma planificação global, transformaram-se em poderosos agentes do desenvolvimento integrado de Minas, batendo recordes de aplicações e de operações, em três anos.

BDMG É DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O recorde de operações, com a aprovação de 207 projetos de financiamento, no valor global de NCr$ 72 911,50, foi batido no ano passado pelo Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, que em apenas um ano, aprovou 12 vêzes mais projetos que no período de 63 a 65, garantindo apoio total à industrialização de Minas, através do aproveitamento racional de seus recursos naturais.

O capital do BDMG elevou-se em 1968 para NCr$ 35 milhões, sendo NCr$ 15,2 milhões integrados no ano passado, quando, além de financiar o desenvolvimento da indústria no Estado, ainda assinou convênios para obras de infra-estrutura, no valor total de NCr$ 50 milhões, e preparou um projeto destinado a promover o desenvolvimento da pecuária de corte, com financiamento de 35 milhões de dólares do BID.

Já estão sendo analisados pela Sudene, encaminhados pelo Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, 11 projetos industriais que serão implantados na área mineira do Polígono das Sêcas, representando investimentos globais de NCr$ 127,9 milhões, entre os quais o maior é o que prevê a instalação de um complexo industrial em Montes Claros, para produção de 5 milhões de metros de tecidos e investimento de NCr$ 36 milhões.

Segundo o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, foram financiados pelo Fundo para Financiamento de Estudos e Projetos na área mineira do Polígono das Sêcas (Finepol) 10 projetos industriais, com investimento previsto de NCr$ 82 848 184,46, e cinco agropecuários, com investimento de NCr$ 12 529 163,73, totalizando NCr$ .... 95 377 348,19. Os projetos são encaminhados à Sudene à medida em que sua elaboração é concluída.

CRÉDITO REAL

Com 42 por cento de aumento em seus depósitos, no período de 31 de dezembro de 1967 a 31 de dezembro de 1968, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais cumpriu totalmente as diretrizes do programa de expansão dos estabelecimentos de créditos oficiais, tendo ainda aumentado em 51,30 por cento, no mesmo período, as suas aplicações e investimentos, que chegaram a quase NCr$ 400 milhões, em 1968.

A expansão de suas atividades possibilitou ao Banco de Crédito Real colocar-se entre as maiores instituições bancárias do país, chegando ao final de 1968 com um total de NCr$ 375 344 143,62 em depósitos. Sua participação na política desenvolvimentista do Govêrno atingiu também a níveis consideráveis, pois sòmente no setor da produção aplicou no ano passado um total de NCr$ .... 164 443 446,66.

O crescimento do Banco de Crédito Real pode ser mostrado pelo quadro da evolução de seus depósitos, nos últimos três anos: em 1966, eram no valor de NCr$ ...... 200 771 077,21; em 1967 passaram para NCr$ 264 352 863,91, com o aumento de 31,66 por cento; e em 1968 atingiram o total de NCr$ 375 344 143,62, apresentando um aumento de 41,98 por cento.

As aplicações, nos últimos quatro anos, triplicaram, em relação aos números de 1965, de acôrdo com êste quadro: 1) 1965, NCr$ 130 585 677,33; 2) 1966, NCr$ .... 173 376 593,57, com 32,76 por cento de aumento; 3) 1967, NCr$ 262 620 186,87, com aumento de 51,47 por cento; 4) 1968, NCr$ 397 370 657,86, com 51,30 por cento de aumento.

Os setores de produção e do comércio foram os que mais se beneficiaram com as aplicações do Banco de Crédito Real, que foram assim distribuídas: 1) produção, NCr$ 164 443 446,66; 2) comércio, NCr$ 74 576 309,51; 3) atividades não especificadas, NCr$ 67 282 351,43; 4) entidades públicas, NCr$ 88 769 464,03; 5) as instituições financeiras, NCr$ 2 299 086,23.

O capital social e reservas do Bancreal, que somavam NCr$ 33 666 212,28, em 31 de dezembro de 1968, apresentaram o seguinte quadro de evolução, nos três anos anteriores: 1965, NCr$ 26 849 419,43; 1966, NCr$ 29 534 801,79; e 1967, NCr$ 32 115 883,22.

BANCO DO ESTADO

O ritmo de desenvolvimento alcançado pelos Bancos Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e Mineiro da Produção tornou-se mais acentuado com a fusão dos dois estabelecimentos, para formar o Banco do Estado de Minas Gerais, que apresentou um aumento de depósitos, no ano passado, da ordem de NCr$ 83 877 609,30, colocando-se entre os maiores estabelecimentos de crédito do país, o que exprime a confiança que continua merecendo de sua crescente clientela.

A instalação de um moderno computador eletrônico, que permitiu a mecanização de seus trabalhos, o esfôrço para reduzir seus custos operacionais, através da racionalização administrativa, na parte de pessoal e de serviços, o treinamento intensivo de gerentes e contadores, a instalação de caixas-executivos, ao lado de rigoroso programa de contenção de despesas, foram algumas das providências internas adotadas no Banco do Estado de Minas Gerais, para garantir ainda melhor atendimento ao público.

Com um capital e reserva somando NCr$ .... 31 554 481,93, colaborou eficientemente com a política de desenvolvimento do Govêrno estadual, aplicando volumosos recursos no meio rural, na concessão de créditos num montante de NCr$ 48 151 699,00 a 11 387 clientes, dos quais 90 por cento através de suas 134 agências mantidas em todo o Estado.

Por intermédio de sua Carteira de Câmbio, incrementou comércio externo e importação e exportação das emprêsas que se instalaram em Minas, movimentando recursos no total de NCr$ 109 515 415,76. Através da Resolução 63, do Banco Central, são altamente expressivos os recursos que atraiu de investidores internacionais, repassando-os em empreendimentos econômicos no Estado de Minas.

Com relação à Carteira Comercial, sua realização de negócios foi ampla, para facilitar a comercialização dos produtos fabricados e consumidos em Minas, por intermédio de efetiva assistência às classes produtoras. O balanço de suas atividades em 68, no setor, registrou a aplicação, de NCr$ 232 065 062,51, com um aumento de NCr$ .... 71 696 381,44, em relação a 67.

Ainda no ano passado, promoveu a alteração da sua rêde de agências unificando muitas das que pertenciam aos bancos de que resultou, instaladas em uma mesma localidade, cujo potencial econômico-financeiro não as comportava em condições convenientes. Idealizou um plano de remanejamento delas, já aprovado pelo Banco Central, o que lhe permitirá, em futuro próximo, instalar-se em outros municípios, necessitados de impulso financeiro de um grande banco em suas atividades produtoras.

CAIXA ECONÔMICA

Apesar de só atuar em Minas Gerais, a Caixa Econômica Estadual é um dos 40 maiores estabelecimentos de crédito do país e isso foi alcançado com a aplicação criteriosa e o planejamento das economias que o povo mineiro confia à sua guarda, dentro da política da "Poupança para o Progresso", lançada pelo Govêrno Israel Pinheiro. Seus depósitos, que atualmente são superiores a NCr$ 125 milhões, cresceram mais de 400 por cento nos últimos três anos, pois em 1965 estavam a menos de NCr$ 30 milhões.

A Minascaixa é um dos poucos estabelecimentos de crédito mineiros que têm um computador eletrônico para a organização de suas atividades administrativas e creditícias. Devolvendo ao povo o dinheiro que êle deposita em suas agências, espalhadas por todo o Estado, aplicou NCr$ 167 milhões, no ano passado, ou seja, quase o dôbro das aplicações nos dois anos anteriores. Sua Carteira Habitacional concedeu financiamentos no valor de NCr$ 81 milhões, para a construção de 18 453 casas e apartamentos, enquanto as Carteiras Bancária e Agrícola aplicaram NCr$ 67 milhões e NCr$ 18 milhões, respectivamente.

Em tôdas as atividades houve um revigoramento, com confiança, pois a Caixa cresceu e pode-se orgulhar de estar entre os primeiros estabelecimentos de crédito do Estado. A Minascaixa aprendeu onde buscar riquezas, o dinamismo e o trato social; planejou suas aplicações com racionalidade e é hoje um nome respeitado em tôdas as áreas econômicas e financeiras.

A evolução dos depósitos da Caixa, nos últimos 12 meses, mostra resultados excelentes. Em 31 de dezembro de 1967, os depósitos somavam um total de NCr$ .... 77 936 257,83, com aumento de cento por cento; em 30 de junho de 1968, atingiam a NCr$ 101 111 826,64, com aumento de 129,73 por cento; e em 18 de novembro de 1968 chegaram aos NCr$ 120 909 797,85, com aumento de 155,13 por cento.

No setor de aplicações, a Caixa bateu diversos recordes, em 1968, atingindo a NCr$ 167 milhões. Só a Carteira Habitacional financiou a construção de 18 453 casas e apartamentos, aplicando um total de NCr$ 81 115 000,00, assim distribuídos: sob hipoteca — indústria da construção civil — NCr$ 7 282 000,00 (8,97 por cento do total); cooperativas habitacionais, NCr$ 28 600 000,00 (35,25 por cento do total); empréstimos habitacionais individuais, NCr$ ...... 39 606 000,00 (48,82 por cento do total); e, outros financiamentos, NCr$ 5 627 000,00, ou sejam, 6,96 por cento do total de aplicações.

A Carteira Agrícola e Industrial realizou financiamento no valor de NCr$ 17 718 478,00, com os seguintes tipos de empréstimos: 1) créditos rurais orientados, NCr$ .. 5 713 260,00 (32,24 por cento do total); 2) créditos rurais correntes NCr$ 2 735 150,00 (15,43 por cento do total); 3) créditos agropecuários correntes, NCr$ 7 505 197,00 (42,35 por cento do total); 4) créditos especiais NCr$ .... 1 764 777,00 (9,98 por cento do total).

As aplicações da Carteira Bancária foram no valor de NCr$ 68 788 069,00, assim distribuídos: 1) empréstimos aos municípios, NCr$ 449 500,00 (0,67 por cento do total); 2) sob caução, NCr$ 8 022 920,00 (11,66 por cento do total); 3) empréstimo contratual garantido, NCr$ .... 52 365 341,00 (76,12 por cento do total); outros empréstimos NCr$ 7 950 298,00 (11,55 por cento do total).

Para dar casa própria ao povo mineiro, transformando em realidade o maior sonho de tôdas as famílias, o Govêrno Israel Pinheiro executa seu plano habitacional através da Caixa Econômica Estadual, cuja Carteira Habitacional aplicou, no ano passado, NCr$ 81 milhões, na construção de casas e apartamentos, da Cohab-MG, Companhia Habitacional de Minas Gerais, que construiu 2 464 casas em 1968, e do Instituto de Previdência, que agora adaptou sua Carteira Predial às normas do BNH, para dinamizar o programa de financiamentos habitacionis o funcionalismo público estadual.

A Cohab-MG aplicou mais de NCr$ 12 milhões, no ano passado, para atender a 13 776 pessoas, ou seja a população de uma cidade média. As 2 464 casas foram construídas em Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba, Ipatinga, Araguari, Alfenas, Patrocínio, Três Corações, São João del Rei e Felixlândia. Agora estão em construção mais 3 372 casas, com investimentos totais de NCr$ 17 milhões, e elas serão ocupadas brevemente por 18 546 pessoas, nas cidades de Curvelo, Sete Lagoas, Contagem, Belo Horizonte, Patos de Minas, Santa Luzia, Monte Carmelo, Lagoa da Prata e Juiz de Fora.

Em cada um dêsses núcleos, foi construído um grupo escolar, num total de dez prédios, com 40 salas de aula, sendo ainda realizados em todos êles serviços de água potável, esgotos sanitários, esgotos pluviais e ligações de energia elétrica.

Quanto à parte técnica, foram executados os anteprojetos para a construção de 6 289 casas, com o custo aproximado de NCr$ 32 570 020,00, em Juiz de Fora (483), Patos de Minas (414), Santa Luzia (662), Lagoa da Prata (259), Monte Carmelo (200), Mariana (132), Montes Claros (508), Uberaba (2.ª etapa, 451 casas), vale do Jatobá (3.ª fase, 114 casas) Congonhas (202), Formiga (181), Ibiá (137), Frutal (101), Belo Horizonte (Beneficência da Prefeitura, 550 casas), Cataguases (150), Ubá (200), Carangola (200), Juiz de Fora (reformulação do projeto, 560 casas), Guaxupé (208), Andradas (164), Ponte Nova (108), Lavras (155), e Carmo do Paranaíba (150 casas).

Além dêsses projetos, foram executados também, em 1968, os de Teófilo Otôni e Nanuque, respectivamente com 208 e 186 casas. Ainda no ano passado foram examinados terrenos para a construção de novos núcleos habitacionais nas cidades de Carangola, Conselheiro Lafaiete, Leopoldina, Ubá, São João Nepomuceno, Ouro Prêto, Caeté, Araxá, Muriaé, Cataguases, Uberaba, Mon[illegible]legre de Minas, Prata, Coronel Fabriciano, São Do[illegible]s do Prata, Santos Dumont, Barbacena, Arcos, Divinópolis, Itapecerica e Coromandel.

PREVIDÊNCIA

Recentemente, o Instituto de Previdência do Estado integrou-se ao sistema financeiro do Banco Nacional de Habitação, reformulando sua Carteira Predial, que desde sua criação funcionava obsoletamente, obrigando milhares de servidores a permanecer anos e anos à espera de liberação de pequenos empréstimos para construção de casa própria.

A partir de agora, em convênio com o BNH, o IPSEMG vai construir casas que serão vendidas com prazo de 20 anos a seus associados, além de conceder 600 financiamentos isolados, para a construção ou compra de imóveis residenciais. No ano passado, investiu NCr$ 2 milhões, ainda de acôrdo com o antigo sistema de financiamento predial.

Para ampliar sua assistência habitacional, o IPSEMG se integrou no sistema financeiro de habitação, de modo a adaptar as normas disciplinadoras do empréstimo predial aos preceitos imperativos da legislação federal e às diretrizes do Banco Nacional de Habitação.

Além disso, o IPSEMG continuará concedendo empréstimos com recursos próprios, para reforma de casa própria. No ano passado, apesar dos entendimentos para a modificação do sistema, o Instituto da Previdência dos Servidores do Estado investiu NCr$ 1 698 192,31 no setor habitacional, sendo NCr$ 952 345,96 na capital e NCr$ .... 745 846,35 no interior, dinamizando mais um dos setores de sua atividade para garantir maior tranqüilidade ao funcionário público e sua família.

LOTERIA

Quando você compra um bilhete da Loteria de Minas Gerais, além da chance de ficar rico, está jogando também no desenvolvimento do Estado: um exemplo disso é que sòmente no ano passado o lucro líquido de NCr$ .... 6 500 000,00 da Loteria Estadual foi aplicado na distribuição de merenda às crianças pobres, na instalação e manutenção de postos de saúde, nas obras de construção do nôvo Pronto-Socorro e em vários outros setores.

Êste é o dinheiro do povo, e que a êle volta em benefício da comunidade, assegurando ainda a manutenção de entidades assistenciais de desamparados, a reconstrução de patronatos agrícolas, a promoção de campanhas de combate a doenças contagiosas e, também, a construção de praças de esporte no interior de Minas. São muitos os setores beneficiados com o lucro obtido cada vez que os mineiros jogam na sorte grande.

Do total de NCr$ 6 500 000,00 aplicados pela Loteria de Minas Gerais no ano passado, a distribuição foi feita da seguinte maneira: Diretoria de Esportes de Minas Gerais, para incremento da cultura física — NCr$ 1 360 240,32; Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, para a assistência ao menor desamparado, NCr$ 576 935,81; Secretaria da Viação e Obras Públicas, para as obras de construção do nôvo Pronto-Socorro de Belo Horizonte, NCr$ .... 132 835,97; Conselho de Administração do Estádio Minas Gerais, loteria especial, NCr$ 2 148 606,12; Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, para as obras do Palácio Inconfidência, NCr$ 802 923,38; Secretaria da Saúde, para o Departamento de Tuberculose, NCr$ 349 768,73; Secretaria da Saúde, para distribuição, em parcelas iguais, à Fundação Valdomiro Lôbo, Fundação Imaculada contra a Tuberculose, Sanatório Imaculada Conceição da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, Sanatório Marques Lisboa, NCr$ 349 768,75; Secretaria da Educação, para merenda escolar em estabelecimento de ensino primário no interior do Estado, NCr$ 23 910,47; Secretaria da Saúde, para creches e postos de puericultura no interior, NCr$ .. 23 910,47; construção da Casa do Estudante de Minas Gerais, sob a supervisão da Secretaria da Educação, NCr$ .. 31 880,63; manutenção da Orquestra Sinfônica de Belo Horizonte, sendo 5% para o coral de Belo Horizonte, NCr$ 31 880,63; para manutenção do Museu de Arte da Pampulha, NCr$ 7 970,16; para manutenção do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, NCr$ 7 970,16; Secretaria da Agricultura, para construção e manutenção de patronatos agrícolas e industriais no interior do Estado, NCr$ 15 940,32; Secretaria da Viação e Obras Públicas, para construção de postos de higiene no interior do Estado, NCr$ 66 417,98; Secretaria da Saúde, para instalação e manutenção de postos, NCr$ 66 417,99.

O nôvo Pronto-Socorro de Belo Horizonte está sendo construído em regime de urgência pela administração Israel Pinheiro. Grande parte dos recursos para as suas obras sai dos lucros da Loteria Estadual

O Hospital do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, em Belo Horizonte, é um dos mais modernos da América do Sul. Foi concluído e inaugurado pelo Govêrno Israel Pinheiro

HIDROMINAS

A execução do arrojado programa de turismo do Govêrno, que implica o desenvolvimento de todos os setores de atividades do Estado, tem na Hidrominas — Águas Minerais de Minas Gerais S. A., uma de suas principais molas. Recuperada agora totalmente, tanto no aspecto financeiro, como no administrativo, a emprêsa se lança na conquista de novos horizontes, com a implantação simultânea, em Minas, São Paulo e Guanabara, do Turicredi-Hidrominas, que dá a todos, ricos e pobres, a oportunidade de fazer turismo barato, em tôdas as estâncias hidrominerais do Estado.

No que diz respeito à sua estrutura tem as bases necessárias à execução de qualquer programação, e já se fazem sentir os frutos de uma administração centralizada, iniciada em 1968.

Com base na certeza de que a arte também é um fator de incentivo ao turismo, o Govêrno Israel Pinheiro dinamizou as obras do Palácio das Artes, que até o final de 1970 vai ser entregue à população de Belo Horizonte, conforme promessa que o Governador fêz no primeiro semestre de 1967.

Apesar das modificações no projeto não houve atraso na construção, que está com quase tôda parte de alvenaria e concretagem concluída. Além disso, técnicos japonêses da emprêsa Toshiba estiveram em Belo Horizonte estudando o projeto de sonorização e iluminação decorativa e de efeitos para o Palácio das Artes.

A inauguração do Palácio das Artes é a resposta que o Govêrno dá aos que exigem o maior desenvolvimento das artes em Minas. Críticos teatrais, turistas, atôres e diretores de outras capitais, que visitaram as obras, revelaram a sua admiração pela imponência da construção que se ergue no Parque Municipal de Belo Horizonte.

O Govêrno Israel Pinheiro recuperou, também para o turismo, o famoso teatrinho de Sabará — Teatro Barroco Borba Gato — o único em estilo elizabetano, na América Latina. Ao mesmo tempo está sendo instalado em Mariana o Museu de Arte Sacra, em colaboração com a Arquidiocese, destinado a resguardar dezenas de relíquias existentes naquela cidade.

Ao apreesntar ao Brasil esta sua tese de Govêrno, o Governador Israel Pinheiro não busca a contemplação dos êxitos e as compensações dos aplausos; procura, isto sim, com o exemplo do que já foi feito, renovar uma convocação em nome do futuro de Minas, que haverá de ser conquistado pela notável tenacidade de seu povo, pela consciência de seu trabalho e da sua ajuda indispensável.

ECONOMIA E TECNOLOGIA

LUCIANO ZAJDSZAJDER

É certo e não apenas aparente que o destino das sociedades começou a ser efetivamente controlado, ou pelo menos desviado, a partir do conhecimento que se pôde obter de seu núcleo econômico. Os domínios políticos estiveram sempre — seja permitida esta simplificação que revela talvez um desavergonhado economicismo — à mercê das colheitas, estoques não vendidos ou da inflação. O século presente significou nesse aspecto uma mutação: a elaboração e prática de instrumentos que retiraram de certos eventos econômicos aquêle aspecto de peste medieval. Isto é de comum conhecimento e só o referimos para ir além.

Queremos assinalar especificamente que o contrôle do destino social caminha para além do que é considerado o nível econômico da sociedade. Sua direção é no sentido do que a teoria econômica tem convencionalmente apresentado como variáveis exógenas: tecnologia, educação e demografia. A preocupação com elementos ditos não econômicos pode significar, e realmente significa, um avanço no contrôle social — no sentido clássico de controlar variáveis para determinar resultados. Mas êste é apenas um aspecto superficial. Pode ser que em tal âmbito estejamos assistindo ao desabrochar de uma teoria econômica mais global e que vai além dos condicionamentos marshallianos e da mutação keynesiana. É certo, e disso falaremos mais abaixo, que o primeiro movimento é estender às variáveis exógenas uma forma de pensamento bem tradicional — o que chamaríamos de "endogeneização das variáveis exógenas." Mas o *pendant* dêsse movimento pode ser uma reformulação teórica globalizante, com profundos efeitos nas próprias práticas de planejamento.

O TRATAMENTO CONVENCIONAL

O que qualifica mais profundamente o tratamento convencional das variáveis exógenas é supô-las como objetos inteiramente passíveis de agregação. Referimo-nos ao transporte de características dos objetos do universo econômico para outros universos. Êste tipo de comportamento metodológico estriba-se, sem dúvida, na crença arraigada em uma universalidade da racionalidade econômica. Crença tão mais arraigada quanto tantas outras que impediram o progresso científico. Vale notar ainda que o exame e pesquisa de questões relativas à tecnologia, demografia e educação — de interêsse recentíssimo — iniciaram-se numa conjuntura teórica específica e segundo a ótica particular do crescimento e do desenvolvimento econômico.

É o caso então de distinguir duas atitudes especiais que se podem tornar, no extremo, conflitantes. A primeira contenta-se em maximizar ou minimizar certas variáveis pròpriamente econômicas a partir de alterações nos elementos ditos exógenas. Realmente, as relações entre êles podem ser bem simples: é certo que para reduzir a demanda de emprêgo, o crescimento demográfico deve ser restringido. A segunda, mais séria, pretende efetivamente tratar em bloco as variáveis exógenas como objetos econômicos. E isto em têrmos teóricos. Trata-se de um redutivismo que é típico dos primórdios de qualquer ciência social e é irônicamente sua doença infantil. Assinale-se que tais formulações trazem um ranço de economicismo que nos faz entrever curiosos parentescos: entre economista de formação mais antimarxista e os que, dentre os marxistas, reduzem tôda a vida social a seu nível econômico.

O aludido conflito se estabelece quando da pretensão de fugir das relações simples do tipo *demanda de emprêgo-crescimento demográfico*. Descobre-se então que a tentativa de dar um tratamento econômico (no sentido prático e teórico) às variáveis exógenas tomadas cada uma em bloco, se torna efetivamente antieconômico: é o caso da obtusidade que deseja controlar comportamentos sem obedecer a sua natureza. No entanto, é necessário estabelecer uma hierarquia: a educação e o crescimento demográfico admitem, sob certos aspectos, um tratamento quantitativo e agregado. Bem diversa é a posição e o caráter do conhecimento tecnológico.

ESPECIFICIDADE DA TECNOLOGIA

O conhecimento tecnológico apresenta dois aspectos não necessàriamente idênticos nem imediatamente sucessivos no tempo: a criação e a inovação (aqui entendida como o emprêgo efetivo de um nôvo conhecimento técnico em algum setor econômico da sociedade). Durante longos períodos da história humana, a criação tecnológica não estêve ligada ao desenvolvimento da ciência e os próprios gregos distinguiram com cuidado o conhecimento técnico (*tecnê*) do conhecimento pròpriamente dito (*epistemê*). Durante a época da revolução industrial, quando a química e a física, especialmente a última, já davam passos importantes, a invenção tecnológica tinha por espaço as fábricas e oficinas. Atualmente, como se sabe, a situação se modificou e a convergência entre ciência e tecnologia é cada vez maior em inúmeras áreas: a habilidade quase manual foi substituída pela manipulação dos signos da linguagem da ciência. O caso da inovação é, por seu turno, diversa: seu tratamento pode, *de certa maneira*, ser aproximado ao de elementos pròpriamente econômicos. Não é por outra razão que é permitido falar, com certa propriedade, em *estoque* de inovações.

Conclui-se assim que as diferenças entre a criação e a inovação devam dar lugar a tipos diferentes de planejamento (contrôle ou incentivo, conforme o caso). A introdução de uma inovação dá lugar a repercussões vastíssimas em todos os níveis da sociedade, enquanto o aparecimento de um nôvo conhecimento tecnológico está, segundo o nosso saber atual, profundamente ligado ao aleatório.

Assim, a programação de inovações deve ter em perspectiva suas repercussões no processo de produção na própria unidade produtora, no grupo de unidades produtoras, no volume de emprêgo e nas relações de emprêgo, nos padrões de consumo e até nos padrões de vida.

Dizer que a criação tecnológica — como outros tipos de criação — é domínio do inesperado é nada acrescentar ao que elaborou o senso comum. As previsões que se fundam no *science-fiction* e fazem avaliações com base no que já existe, apenas dizem que certos sonhos algum dia deixarão o mundo do possível para ingressar no real. Mas ninguém pode prever, dessa maneira, o que não sonhamos.

Alguma sistematização em tôrno do processo de criação tecnológica é encontrada nas formulações de Kahn e Wiener em *O Ano 2000*. Utilizam-se de dois têrmos complicados para nomear processos relativamente simples para o entendimento. Falam em sinergismo (utilização conjunta de fôrças diversas) e serendipitia (encontro inesperado e no entanto agradável de um objeto que não estava sendo buscado). Os casos de sinergismo estão à mão e basta lembrar que certas descobertas exigem a congregação de conhecimentos dos mais diversos campos. Mas é a serendipitia que nos dá a medida da possibilidade de uma programação de pesquisas tecnológicas: em geral determina-se uma área de interêsse e não o que deve ser encontrado; freqüentemente, o que se descobre nada tem a ver com as motivações básicas que levaram a escolher a referida área.

ECONOMIA & TECNOLOGIA

Para avaliar que parte do processo de desenvolvimento do conhecimento tecnológico e de sua implantação (inovações) pode ser encarado sob um ponto-de-vista mais especificamente econômico, vamos estabelecer, ainda num plano limitado, uma tábua de diferenças. Sua construção, ainda bastante incompleta, deve obedecer a dois pontos-de-vista:

estrutural: a prática econômica admite inúmeros objetivos estritamente econômicos, enquanto a prática que leva ao acréscimo de conhecimentos tecnológicos não tem nenhuma finalidade determinada por ela mesma (até o século passado, a tecnologia tinha por objetivo a reformulação racionalizante de processos de produção de bens e serviços; desde algumas dezenas de anos, vem-se caracterizando cada vez mais pela criação de objetos novos — uma mutação decorrente da aproximação da ciência e tecnologia); os elementos em combinação no processo de produção econômica são, vistos na perspectiva pròpriamente econômica, os mesmos (capital, trabalho); a articulação dos elementos que permitem um avanço no conhecimento tecnológico é necessàriamente aleatória e em número elevadíssimo as combinações possíveis:

temporal: no nível econômico, a temporalidade é relativamente contínua (na produção, distribuição e consumo) sendo a descontinuidade referida a variáveis exógenas — especialmente às inovações tecnológicas; em relação ao desenvolvimento do conhecimento tecnológico e à introdução de inovações, a temporalidade é descontínua por excelência, apresentando ritmos diferentes nos seus diversos setores, estagnações inesperadas e cortes bruscos.

A determinação destas diferenças serve, em primeiro lugar, para esclarecer as dificuldades insuperáveis quanto a tratamento econômico do *processo de criação tecnológica* (e por extensão, também científica): a forma de judicação especìficamente econômica, absorvida da metodologia quantitativista, não é capaz de atingir a essência do processo. Por que a nossa insistência nesse ponto? A resposta é que a teoria e as práticas globais de planejamento, bem sucedidas freqüentemente, alçaram a economia no primeiro plano das ciências sociais e os economistas às salas ou ante-salas do poder. Tornou-se portanto inevitável, e por vêzes obrigatório pela urgente necessidade de enfrentar problemas, que os economistas carreassem para o trato da questão que examinamos o estilo do pensamento econômico.

Portanto, só pode ficar adstrito a um tratamento aproximadamente econômico o elemento particular para o qual já chamamos a atenção: o estoque de inovações. Estas são realmente suscetíveis de uma programação, obedecidas certas precondições que alinhamos abaixo.

PROGRAMAÇÃO DE INOVAÇÕES

O esquema que apresentamos baseia-se em três elementos: sistemas (e subsistemas) interligados, canais de comunicação e obstáculos à informação. A noção que compreendem será introduzida na descrição do esquema, que parece válido para todos os sistemas econômicos.

A mais importante condição para estabelecer uma racionalidade na programação macroeconômica de inovações é substituir a mentalidade agregadora, que acompanha a perspectiva econômica globalizante, pela visão de uma série de sistemas integrados, subsistemas — que correm por todo o universo econômico. Um primeiro movimento neste sentido é òbviamente utilizar a setorialização de Collin Clark. É certo também que a perspectiva metodológica que acompanha as matrizes insumo-produto poderia dar conta de outro elemento desta cadeia de sistemas e subsistemas: mostraria os seus canais de comunicação. Mas sua utilidade terminaria aqui. E isto porque as matrizes a que nos referimos só nos dão o conhecimento indireto das comunicações tecnológicas entre os sistemas. O caso seria inventar um tipo especial de matriz que tivesse por elementos os processos de produção. Esta invenção apresenta problemas tão difíceis quanto a quadratura do círculo.

Tal forma de tratamento nos propiciaria, embora de modo não inteiramente passível de quantificação (o que não é um pecado, diga-se de passagem), uma idéia das *ondas de inovação*. Poder-se-ia ter uma imagem rigorosa das alterações que uma inovação introduzida num dos subsistemas do setor primário, por exemplo, daria lugar em sistemas e subsistemas de outros setores.[*] Já se pode vislumbrar, dentro dêste quadro, que alterações poderiam ocorrer com dois tipos substancialmente diversos de inovações. As inovações que introduzem novos processos de produção para bens e serviços já em oferta trariam apenas efeitos remanejadores de ordem quantitativa nas matrizes de insumo-produto (alterações de coeficientes tecnológicos). A inovação que introduz novos produtos implicaria alterações qualitativas na matriz. Estas alterações abrem caminho para pensarmos no terceiro elemento implicado: obstáculos a informações.

Nesse contexto entendemos como informação tecnológica (o processo produtivo, no caso) não o elemento transmitido, pois êste apesar de transmitido pode permanecer em estado de estoque, mas o elemento realizado que já passou a integrar a dinâmica do processo econômico — já passou a participar do processo de produção. A decisão de estabelecer esta diferença assenta-se no fato de que sem ela não poderíamos introduzir, no quadro integrado que esboçamos, a noção de obstáculos à informação.

Êsses obstáculos são quase sempre institucionais ou administrativos. Referem-se a interêsses contrariados no interior do sistema social (interêsses que podem ser positivos: não nos entregamos a um culto indiscriminado à tecnologia) ou à própria inércia de certas de suas estruturas.

Deve ter ficado claro, a esta altura, que a programação de inovações será guiada pelos elementos concretos, os quais, dispostos conforme o esquema apresentado, passam a constituir o quadro onde assentar a programação. Importa acrescentar que não existe um compartimento estanque entre inovações em estoque e a oferta continuada de novos conhecimentos tecnológicos provenientes dos laboratórios de pesquisa. Mas de certa maneira, é possível separá-los não apenas por uma questão metodológica, mas também prática.

Fugindo aos profetismos quase sempre inúteis, mas não deixando de absorver certa inspiração do tom geral da obra de Kahn e Wiener, pode-se chegar a prever que no futuro o planejamento tecnológico assume uma posição preponderante em relação ao planejamento especificamente econômico. As bases teóricas para que tal venha a acontecer centram-se mesmo na ampla reformulação da teoria econômica de que falamos no início e que se assentará, seguramente, num nôvo tratamento das variáveis ditas exógenas.

O CASO BRASILEIRO

A consideração do caso brasileiro, que empreenderemos brevemente, não está motivada por qualquer intenção normativa. Contamos òbviamente que, com a aplicação da metodologia esboçada, lance-se bastante luz sôbre as nossas possibilidades de programação de inovações. Problema à parte seria o de estabelecer condições institucionais para constituir uma estrutura de pesquisa científico-tecnológica em nosso país.

Nosso perfil tecnológico pode ser assim descrito:

1 — Inexistência de uma estrutura ampla e diversificada de pesquisa científico-tecnológica e, por conseguinte, dependência externa em relação a êstes tipos de conhecimento.

2 — Forte heterogeneidade nos níveis de avanço tecnológico nos setores da economia: no interior mesmo dos setores primário, secundário e no terciário.

3 — Problemas quanto à oferta de emprêgo, especialmente no setor secundário, devido ao uso concentrado de capital e que decorreu em grande parte da importação de tecnologia do tipo *capital intensive*.

O primeiro passo para a análise do caso brasileiro seria o de averiguar rigorosamente e efetivamente os itens 2 e 3. Nesse aspecto, o esquema de sistemas interligados, juntamente com a confecção de um índice de avanço tecnológico *2 poderiam desempenhar corretamente um papel positivo.

O item 1 abre de fato a perspectiva de se analisar um outro canal de comunicação algo diverso dos que ligam os sistemas e subsistemas internos. Trata-se do canal de comunicação com o exterior, que abrange as importantes relações entre matriz e filial e os aspectos de assistência técnica, marcas e patentes.

Finalmente, quanto à instituição de um vasto corpo de estabelecimentos de pesquisa científico-tecnológica, parece-nos difícil fugir a um comportamento meio empírico, meio aleatório. Segundo os processos mesmos de avanço tecnológico, é bem provável que o caminho acertado seja o desenvolvimento da pesquisa pura, sem grandes ligações com o sistema econômico. Êste persistiria servido pela tecnologia importada e paulatinamente iriam se constituindo centros de pesquisa cua função inicial seria a de adaptar os conhecimentos adquiridos no exterior. É preciso ter consciência de que tal encaminhamento não exorcisa o problema da oferta de trabalho, suscitado pela tecnologia *capital intensive*. Para êste caso, talvez fôsse conveniente o estabelecimento de pesquisas de tecnologia *labour intensive*, inventando, ou adaptando as que já tenham sido especialmente bem sucedidas.

Realmente as sugestões apresentadas no último parágrafo são desarticuladas e assistemáticas. Mas tal caráter se justifica ao menos parcialmente pela própria natureza do processo de desenvolvimento do conhecimento tecnológico. Por que neste setor não contar com o aleatório, mais que em qualquer outro?

NOTAS:

* 1 As noções de sistema e subsistema podem ser definidas segundo o modo econômico de distinguir unidades produtoras de bens finais e de bens intermediários — a articulação das primeiras daria um sistema no interior dos grandes setores, as demais constituiram subsistemas. Em nosso caso, importaria não só correlacionar segundo insumos e produtos, mas também segundo aspectos de interferência, dependência e assimilação tecnológica entre unidades produtoras. Realmente, trata-se de uma definição formal; na verdade seríamos obrigados a definir concretamente e para cada setor o que seria sistema ou subsistema.

*2 Apresentamos a hipótese de um índice qualitativo: quanto mais autônomo fôr um sistema ou subsistema em relação à tecnologia de outros, menos avançado é o seu nível tecnológico.

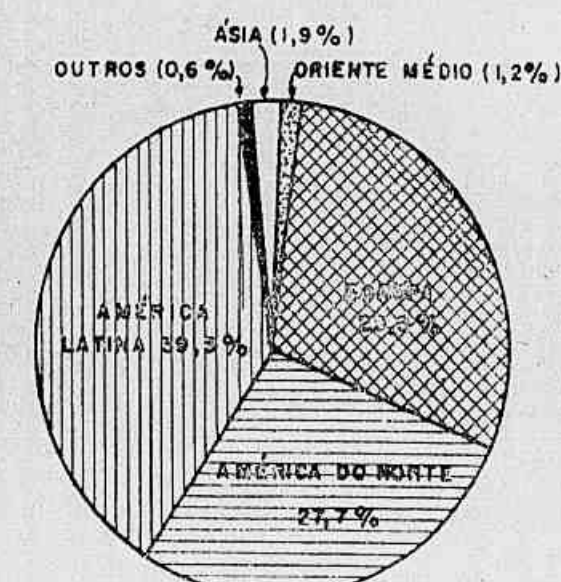
A INDÚSTRIA DO TURISMO NO BRASIL

Turismo, palavra híbrida, de origem franco-helênica, que significa prática das viagens de excursão, mas que com o decorrer do tempo, embora não tenha sofrido alteração em sua forma original, ganhou maior amplitude, sendo considerado como uma verdadeira indústria em franca expansão.

Em uma ligeira análise do turismo internacional — atividade econômica que vem registrando acelerado crescimento — verificamos que os índices alcançados são excepcionais. Na década de 1950, por exemplo, as estatísticas indicam um aumento da ordem de 12% e, na atual, uma sensível elevação tem-se operado e, em face do apoio que êsse setor da economia vem merecendo em cada país, especialmente pelo que representa para o desenvolvimento das nações, pode-se, sem excesso de otimismo, afirmar que o turismo internacional será uma das mais expressivas fontes de divisas, haja vista que, em 1967, conforme antecipamos em *Análise e Perspectiva Econômica*, cêrca de 140 milhões de pessoas excursionaram e dispenderam, aproximadamente, 15 bilhões de dólares, excluindo-se dêsse total o custo de transporte.

Para bem situar as correntes turísticas, de acôrdo com as últimas estimativas elaboradas pela União Internacional das Organizações Internacionais de Turismo — IUOTO — 62,4% do fluxo turístico está sendo absorvido pelos países que integram o bloco europeu, enquanto que os Estados Unidos, em segundo lugar na escala, absorvem 16,4% e a América Latina, apenas 11,6%, seguindo-se a Ásia, África, Austrália, Índias Ocidentais, etc., com percentuais inferiores. O alto percentual apresentado pela Europa deve-se, sem dúvida, à política dinâmica executada em alguns países, visando a atrair mais turistas, como é o caso da França, Espanha, Portugal e Itália, onde são realizados maciços investimentos em transportes, estradas, hotéis, etc., além de um amplo programa de promoções internacionais.

Na América Latina, excluindo-se o México, que tem assegurada uma densa e constante corrente turística, em face da sua proximidade dos Estados Unidos, que lhe permite uma receita de aproximadamente 1 bilhão de dólares anuais, os demais países têm um movimento turístico de menor expressão, registrando-se, no entanto, com maior intensidade o turismo inter-regional, em virtude das ligações terrestres, e até mesmo aéreas, entre as grandes capitais, permitindo fácil movimentação através de vias secundárias, aos pontos de atração. O Brasil é um exemplo típico: em 1967, para um ingresso de turistas estrangeiros da ordem de 141 427, os procedentes de países latino-americanos corresponderam a 39,3%, destacando-se entre êstes os de origem argentina, cujo número foi de ... 24 194. O gráfico que damos abaixo, elaborado pela Embratur, retrata com exatidão o volume e as origens do movimento turístico do Brasil, em 1967.

ÁSIA (1,9%)
OUTROS (0,6%)
ORIENTE MÉDIO (1,2%)
AMÉRICA LATINA 39,3%
AMÉRICA DO NORTE 27,7%

No caso específico do Brasil, embora o fluxo turístico seja diminuto, estamos iniciando nova política e as perspectivas são otimistas, visto que a Emprêsa Brasileira de Turismo — Embratur — e o Conselho Nacional de Turismo, criados por legislação específica em 1966, já começaram a produzir os primeiros instrumentos para o necessário tratamento econômico do turismo, através dos quais será possível o seu crescimento racional e harmônico com os demais setores da economia do país.

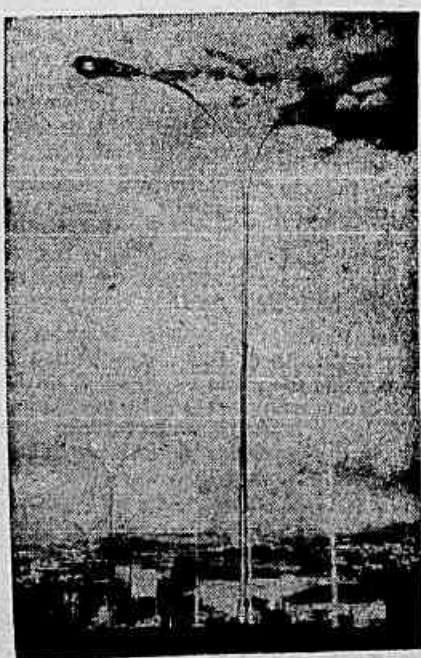
Conquanto sejamos otimistas com relação ao desenvolvimento do turismo no Brasil, achamos que a tarefa a ser desempenhada pelos dois órgãos é das mais árduas e exige, além de uma dinâmica constante, a colaboração dos demais setores do Govêrno para o estabelecimento de medidas básicas de ordenação, tendo em vista a necessidade de investimentos de alto custo nos setores de transporte, estradas, água, esgotos, comunicações e urbanização.

É preciso conscientizar os servidores públicos da necessidade de atrair novas correntes turísticas para o país, com vistas a elevar a receita de divisas e, assim, reduzir o deficit turístico cambial. É absolutamente indispensável promover a imediata construção de novos hotéis que atendam às diversas categorias de turistas, bem como incentivar programas de modernização do atual equipamento das estações balneárias e climáticas de turismo e equipar as estâncias minerais, especialmente pela importância de suas águas, orientadas para a captação do mercado internacional.

Com a execução de uma política agressiva estamos certos de que o Brasil, país latino-americano de maior área territorial, poderá auferir recursos ponderáveis em moeda estrangeira, reduzindo, assim, o deficit de turismo cambial hoje existente, da ordem de US$ 34,6 milhões, já que a receita se situou em níveis inferiores a US$ 15 milhões, o que representa menos de 2% da receita do balanço de pagamento do país.

A GRANDE BELO HORIZONTE: EIS A META DO PREFEITO LUÍS DE SOUSA LIMA

O Presidente Costa e Silva veio a Belo Horizonte, a 12 de dezembro de 1968, a fim de paraninfar tôdas as turmas de formandos do Instituto Municipal de Ciências Contábeis

O túnel da Lagoinha, que interliga bairros populosos de Belo Horizonte, representará grande desafôgo para o trânsito da capital mineira. Estará concluído até o final dêste ano

A meta da atual administração municipal de Belo Horizonte, chefiada pelo Prefeito Luís Gonzaga de Sousa Lima, é a Grande Belo Horizonte, "sempre maior, mais bela, mais rica em motivos de confôrto, bem-estar e felicidade para todos os seus habitantes", como êle mesmo disse na sua prestação de contas ao povo, ao comemorar há poucos dias o seu segundo aniversário de Govêrno.

Para alcançar êsse objetivo, o Prefeito Luís Gonzaga de Sousa Lima, desde os seus primeiros dias, fêz questão de que a administração municipal trabalhasse em perfeita consonância com os planos do Govêrno Israel Pinheiro, num trabalho conjunto que, por sua vez, se apóia nas diretrizes do Govêrno federal, pois conta com o interêsse e a participação ativa do Presidente Costa e Silva e dos seus Ministros, sempre atentos ao que se está fazendo em Belo Horizonte e prontos a trazer o seu auxílio e a sua orientação.

O reconhecimento a êsse apoio dado pelo Govêrno da União foi demonstrado no dia do aniversário da cidade, a 12 de dezembro de 1968, quando o Presidente Costa e Silva aqui estêve, para paraninfar tôdas as turmas de formandos do Instituto Municipal de Ciências Contábeis, recebendo as homenagens dos administradores e do povo de Belo Horizonte.

O GRANDE PASSO

Ao assumir o Govêrno de Belo Horizonte, o Sr. Luís Gonzaga de Sousa Lima sentiu logo a necessidade de estabelecer uma infra-estrutura administrativa na Prefeitura, de modo a possibilitar os melhores índices de produtividade. Nesse sentido, uma de suas primeiras preocupações foi exatamente a de resolver o problema do funcionalismo da cidade.

Revogaram-se as leis de favores, que constituíam desestímulo aos servidores; incentivou-se a realização de concursos públicos, a fim de permitir o ingresso dos mais aptos nos quadros da municipalidade; restabeleceu-se a hierarquia salarial, comprometida ou ferida; impediu-se o desvio de função, que se transformara na porta aberta a ponderável número de admissões, procurando-se, antes e acima de tudo, colocar cada homem em seu respectivo lugar, embora dando atenção especial aos problemas sociais e humanos.

Outro fator decisivo foi a determinação do Prefeito Luís Gonzaga de Sousa Lima à Beneficência da Prefeitura para realizar estudos visando à construção de casas em Venda Nova para os servidores municipais, através de convênio com a Cooperativa Habitacional de Minas Gerais, o que beneficiará a 500 famílias com a sua casa própria. Ao mesmo tempo, determinou o Prefeito que a Beneficência procedesse à abertura da Carteira Imobiliária, a fim de que outras tantas famílias de funcionários municipais possam também concretizar essa aspiração.

Outro passo importante refere-se ao aprimoramento funcional dos servidores municipais. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Administração está concluindo os estudos para a efetivação de programas de treinamento dos funcionários, através de cursos de Chefia e Liderança, TWI, Relações Humanas, Psicologia do Trabalho, Organização & Métodos, Relações Públicas, Administração de Material e de Pessoal. Dessa maneira, a administração Luís Gonzaga de Sousa Lima está abrindo novos horizontes para o funcionalismo municipal, inclusive com a criação de melhores e mais amplas condições para promoção e acesso.

A criação de secretarias, com as decorrentes providências, procurou descentralizar a máquina administiva e dar-lhe nôvo ritmo para o cumprimento das tarefas que lhe competiam. A estrutura que se implantou na municipalidade permitiu, na realidade, a eliminação de um horário de expediente em numerosos setores, com sensível economia nas despesas públicas. E mais do que isto: está possibilitando maior dinamismo na execução de tôdas as tarefas de que se incumbe a máquina municipal.

Graças a essas providências preliminares, as realizações em que se empenha a administração municipal já podem trazer a marca do futuro, efetuando-se de modo definitivo e para durar, com planejamento meticuloso, e num programa integrado de conjunto, com prioridades racionalmente estabelecidas.

RECUPERAÇÃO FINANCEIRA

"Recuperar as finanças municipais foi a nossa primeira e mais urgente tarefa — afirma o Prefeito Luís Gonzaga de Sousa Lima — e, para isto, tomamos tôdas as providências e medidas medidas necessárias."

Em apenas um ano, a política da atual administração colheu resultados excelentes. A execução orçamentária de 1967 substituiu o quadro deficitário, que já se tornara crônico, por um saldo positivo. Pela primeira vez, em muitos anos, registrou-se um superavit de mais de NCr$ 1 milhão, com uma receita arrecadada de NCr$ 37 milhões, enquanto a despesa ascendia a NCr$ 36 milhões, em números redondos.

Note-se, para têrmo de comparação, que antes de o Sr. Luís Gonzaga de Sousa Lima assumir a Prefeitura, a receita orçamentária era de NCr$ 34,5 milhões, com despesa superior a NCr$ 41 milhões, portanto, com saldo negativo superior a NCr$ 5 600 mil.

Além da recuperação financeira, também a situação econômica do município experimentou transformação substancial. O saldo negativo desta, no exercício anterior, passara de NCr$ 9 600 mil. No fim de 1967 passou a ser positivo, pràticamente com NCr$ 15,5 milhões, o que traduz recuperação da ordem de NCr$ 25 milhões.

E o Prefeito explica êsse êxito. Diz êle: "A rigorosa racionalização dos gastos públicos, com cuidadoso critério e contrôle seguro das aplicações, foi a razão essencial dêsse suceso."

PLANEJAMENTO

"Consolidada a base financeira — diz o Sr. Luís Gonzaga de Sousa Lima — passamos a trabalhar para dar alicerces à efetivação de um grande plano de obras. Belo Horizonte não tinha Plano Diretor, nem projetos para execução, nem planejamento para obras e serviços. As concorrências flutuavam a sabor da administração, pois não explicitavam sequer que espécie de trabalhos seriam confiados aos empreiteiros. Os contratos eram celebrados, portanto, no escuro."

"Tivemos de começar do princípio — prossegue êle. Só no levantamento aerofotogramétrico da cidade, com sua interpretação e mapeamento, tivemos de empregar NCr$ 1 200 mil. Mas obtivemos a base do planejamento e pudemos partir para o equacionamento e solução dos cinco principais problemas da capital: água, telefone, iluminação pública, transportes e esgotos."

Quanto à água, há 12 anos a Presidência da República encarregara o DNOS de promover as obras de captação e adução do rio das Velhas. A fim de acelerar os serviços, o Prefeito Luís Gonzaga de Sousa Lima chamou para a municipalidade a responsabilidade do remanejamento da rêde de distribuição local, antes confiada à União. Depois de saldados elevados compromissos financeiros assumidos por administrações anteriores na Caixa Econômica estadual, a atual administração de Belo Horizonte fêz depósitos vultosos, no mesmo estabelecimento, até o limite de NCr$ 3 milhões, a fim de obter o aval do Estado, em atendimento aos requisitos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a concessão do financiamento para a reforma da rêde de distribuição de água.

Antes, porém, de receber a primeira parcela do BID, que só no segundo semestre de 1968 começou a ser entregue, a Prefeitura de Belo Horizonte já havia pago, até julho, e só em juros, NCr$ 204 mil, antecipando contribuições para apressar a solução desejada.

Nenhuma providência deixou de tomar a administração Sousa Lima para a ligação da capital ao sistema do rio das Velhas. As concorrências públicas para as obras foram efetuadas de acôrdo com os critérios do BID e a legislação nacional, assim como foi adquirido todo o material necessário ao remanejamento das rêdes de água e esgotos.

Salienta o Prefeito Sousa Lima que "a despeito de todos os adiamentos, até aqui verificados, não pretendemos, a partir de março próximo, término do tempo fixado para a entrega dos serviços de adução do rio das Velhas, continuar vivendo com a mesma incerteza de até agora. As firmas que não cumprirem os seus respectivos cronogramas até aquela data terão seus serviços suspensos para que novos estudos sejam feitos."

Pretende a Prefeitura, por seus órgãos técnicos, estudar um abastecimento supletivo à capital para a estiagem que se aproxima, quer seja o by pass sôbre a serra do Curral, no Taquaril, seja qualquer outro trabalho indicado como rápido e eficiente, mas capaz de garantir à população, pelo menos, um fornecimento igual ao do período das chuvas.

ANEL HIDRÁULICO

A construção de anel hidráulico de Belo Horizonte vai sendo feita ràpidamente. Para o financiamento dessas obras o BID contribui com 48 por cento, financiando US$ 12 milhões. Os demais 52 por cento cabem à Prefeitura e ao DNOS.

O anel hidráulico é a parte principal de responsabilidade da Prefeitura, com a instalação da rêde que irá receber 250 milhões diários de litros de água, trazidos pela adutora do rio das Velhas até o Túnel-Reservatório do São Lucas, já construído. Êste volume articula-se com o oferecido pelas fontes abastecedoras já existentes e que têm uma rêde de distribuição, inclusive das subadutoras, com 70 quilômetros de extensão e cêrca de 60 mil ligações a consumidores.

Na etapa inicial, o anel hidráulico irá abastecer todo o centro de Belo Horizonte e os populosos bairros de Santa Teresa, Floresta, Concórdia, Santa Efigênia, São Lucas e Horto. Começa e termina no túnel São Lucas e tem a extensão de 60 quilômetros. Com o material necessário, já adquirido, inclusive tubos de gigantescas dimensões, com 800, 1 000 e 1 200 milímetros de diâmetro, suas obras já foram iniciadas e são estreitamente fiscalizadas pelo Departamento Municipal de Águas e Esgotos, para que seja cumprido rigorosamente o cronograma fixado.

A entrada em funcionamento da adutora do rio das Velhas e o constante crescimento da cidade impõem a reforma e ampliação da rêde de esgotos, hoje estendendo-se por 500 quilômetros, com cêrca de 500 mil prédios esgotados. Assinado o contrato de financiamento com o BID para o sistema de distribuição, a atual administração já realizou através do Demae, o planejamento do nôvo sistema de esgotos da cidade. Abrangendo a construção de estações de tratamento, o respectivo emissário dos interceptores das principais bacias, nos limites do perímetro da distribuição de água e dos coletores da zona central da cidade, a reforma dos esgotos sanitários estará pràticamente concluída até o final dêste ano de 1969.

TELEFONES

O segundo grande problema de Belo Horizonte — o dos telefones — foi enfrentado com energia pela administração Sousa Lima. Após assumir a Prefeitura, o Prefeito Luís Gonzaga de Sousa Lima submeteu o sistema da Companhia Telefônica à fiscalização do Coetel, que, por sua vez, é subordinado ao Contel, e êste à Embratel. Conseguiu-se, assim, superar as dificuldades e incentivar o programa estabelecido, passando-se a executar a meta prevista, isto é, a instalação de 30 mil novos telefones.

Foram substituídas as duas antigas estações — 2 e 4. A terceira estação foi posta em funcionamento no tempo previsto, com mais 10 mil telefones novos. Outros 1 000 aparelhos foram ligados a uma quarta estação que, graças à ação conjunta com a Prefeitura de Contagem — Cidade Industrial — e a Companhia Telefônica de Minas Gerais, está servindo àquela cidade vizinha, à Cidade Industrial, ao Barreiro e áreas circundantes. A inauguração da estação 26 dá a Belo Horizonte mais 10 mil aparelhos novos. E o objetivo da atual administração é dar à capital de Minas todos os telefones de que possa necessitar.

ILUMINAÇÃO

O terceiro grande problema de Belo Horizonte, o da iluminação pública, está sendo atacado e resolvido em tempo recorde. A Prefeitura celebrou convênio com a Eletrobrás e sua subsidiária — a Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais — a fim de substituir as lâmpadas incandescentes por modernas e eficientes luminárias a vapor de mercúrio. Êsse programa, que continua em execução, vem transformando o aspecto de Belo Horizonte. Já estão beneficiados os principais logradouros da cidade, como as Praças Rui Barbosa, da Liberdade, Raul Soares, as Avenidas Antônio Carlos, João Pinheiro, Getúlio Vargas, Afonso Pena e Praça Sete, no perímetro da lagoa da Pampulha, o Parque Municipal e muitas outras.

Além disso, a Prefeitura está estendendo amplamente as rêdes de iluminação para grande número de bairros e vilas, que ainda não dispunham de energia elétrica.

TRANSPORTES

O problema dos transportes em Belo Horizonte, diàriamente agravado, ressentia-se principalmente da falta de um programa de obras essenciais, com prioridades definidas, para assegurar um eficiente serviço de transportes coletivos, assim como um escoamento normal e ordenado do fluxo de trânsito.

A atual administração começou por atacar o mal pela raiz, fazendo as canalizações cujas indiscutíveis deficiências causavam sérios prejuízos à cidade. Nada menos de 13 230 metros de canalizações estão sendo feitas, nos diversos pontos da capital.

O túnel da Lagoinha, que é de especial importância para o sistema viário de Belo Horizonte, por estabelecer a interligação de bairros (Lagoinha e Concórdia), estava parado há muitos anos. A administração Sousa Lima decidiu executá-lo e o entregará à cidade ainda êste ano, prevendo o projeto completo a construção de mais outro túnel com 300 metros de comprimento e 15 de largura, paralelo ao que está sendo executado.

Outras grandes obras estão transformando as condições do trânsito e do crescimento e confôrto da área habitada da capital, tais como o prolongamento e pavimentação da Avenida Afonso Pena, de modo a possibilitar a integração de Belo Horizonte a Nova Lima, que contará com um túnel sob a serra do Curral, com 670 metros de extensão, obra em estudos por técnicos do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e da Prefeitura, que tornará realidade o arrojado projeto do arquiteto Sérgio Bernardes.

A Avenida Presidente Carlos Luz (antiga Catalão), que está sendo aberta, facilitará o acesso ao Estádio Minas Gerais, além de ligar as rodovias federais que cruzam Belo Horizonte.

Perto da futura Estação Rodoviária, cujas obras prosseguem ràpidamente, estão em construção os viadutos sôbre as linhas da Central do Brasil, os quais ligarão a Avenida do Contôrno com a Praça Vaz de Melo, Avenida Antônio Carlos e Avenida Pedro II. Os dois viadutos são feitos em convênios com o DER/MG, o DNER e o DNEF, e com a participação financeira da Prefeitura.

Vultosos recursos estão sendo aplicados também no asfaltamento e calçamento de vias públicas. Em 1968, foram calçados 82 mil metros quadrados, asfaltados 182 mil metros quadrados e construídos cêrca de 2 700 metros quadrados de passeios. Este programa foi acelerado e a pavimentação abrange agora mais de 300 vias públicas, principalmente as ruas de acesso de coletivos aos bairros e vilas da capital.

O METRÔ

Para o Prefeito Luís de Sousa Lima, o metrô é uma necessidade de Belo Horizonte, como segunda capital brasileira. Para êle, impõe-se prever, desde já, as necessidades do desenvolvimento a curto e longo prazos, para não sofrer os retardos experimentados na Guanabara e em São Paulo, que agora procuram recuperar o tempo perdido, iniciando a construção dos seus metropolitanos.

Para examinar todos os aspectos do problema do metrô, o Prefeito instituiu uma comissão de alto nível, que realiza os estudos necessários. Além da solução que representa em si, o metrô permitirá a construção, na superfície desembaraçada, de uma via expressa, de alta velocidade, desde a Avenida Francisco Sales até o bairro da Gameleira, onde atingirá o anel rodoviário. Manifestando a sua confiança nessa iniciativa, importantes grupos financeiros internacionais se dispõem a garantir o investimento necessário à construção do metrô.

MAIS OBRAS

Além dos cinco problemas principais de Belo Horizonte, que estão sendo atacados de maneira decidida, a administração Sousa Lima cuida ativamente dos outros problemas da capital de Minas.

Um dêles é a rearborização da cidade, de modo racional e com proteção das condições de trânsito e das rêdes de água e esgotos. Se foram suprimidas 594 árvores, por recomendação de técnicos, a Prefeitura plantou 5 031 árvores novas. Isto é, para cada árvore cortada, foram plantadas 10. Além disso, está sendo feito amplo trabalho educativo para a proteção das árvores novas, entre a população da cidade, especialmente as crianças em idade escolar.

O Departamento de Parques e Jardins recuperou ou construiu canteiros em vários logradouros, beneficiando, em 29 bairros, 125 praças, ruas e avenidas. A Prefeitura distribuiu ainda 500 mil mudas de diferentes espécies hortículas à população, extinguiu cêrca de 3 mil formigueiros e distribuiu 23 mil metros cúbicos de adubos aos agricultores do município.

No setor de engenharia sanitária foram drenados vários córregos, no centro e nos bairros da cidade. A Secretaria de Serviços Urbanos vem realizando também contínuo trabalho de desfavelamento e desobstrução das vias públicas, a fim de permitir a execução de importantes obras programadas.

Para a ampliação da coleta domiciliar de lixo, foram recuperados cinco caminhões Colecon. Foram adquiridas três varredeiras mecânicas e caminhões compactadores, tipo Kuka, com capacidade para 25 metros cúbicos, além de uma carregadeira mecânica equipada com dispositivo para abertura de valas. A capina mecânica superou, em 1968, os números do ano anterior, abrangendo área superior a 180 mil metros quadrados.

EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

Uma grande preocupação da atual administração de Belo Horizonte é o setor do ensino.

Não se limitou a Prefeitura a manter os estabelecimentos primários, médios e superiores já existentes. Cuidou de dar-lhes a devida assistência.

Nas 29 unidades do ensino primário houve 12 300 alunos matriculados em 1968 e, para êste ano, as previsões são para 20 mil crianças matriculadas, número que deverá subir para 27 mil, em 1970. Com êste objetivo, está sendo ampliada e remodelada a rêde escolar. Doze grupos foram reformados, aumentados com 30 salas de aula, seis bibliotecas e cinco cantinas. Outros 10 grupos serão construídos.

No ensino médio, o Colégio Municipal atendeu, em 1968, a cêrca de 3 mil alunos. O Instituto Municipal de Ciências Contábeis — o Imaco — ministra ensino médio e curso superior, agora transformado em Faculdade Municipal de Ciências Econômicas.

No terreno da cultura, a Prefeitura mantém o Museu de Arte, na Pampulha, visitado anualmente por cêrca de 30 mil pessoas, além de prestigiar tôdas as iniciativas culturais em Belo Horizonte, como o teatro, exposições e congressos.

Quanto ao turismo, a Prefeitura deseja promover Belo Horizonte como um dos principais centros turísticos do país, quer por suas atrações próprias, quer como centro e ponto de partida para visitas às cidades históricas e artísticas de Minas. Êste ano, por exemplo, apresenta amplas perspectivas nesse campo, a começar pela realização, em março próximo, nesta capital, do Congresso Internacional de Turismo, que reunirá aqui as principais organizações e técnicos especializados em turismo do mundo inteiro.

SAÚDE E BEM-ESTAR

A Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social desenvolve ampla campanha profilática, com caráter prioritário. Cêrca de 1 200 propriedades particulares ou públicas foram objeto de expurgo, regulares ou especiais, além de petrolizar córregos em bairros e vilas.

Os postos médicos da Prefeitura atendem a cêrca de 320 mil pessoas, nas mais diversas modalidades. Mais de 100 mil crianças foram vacinadas com a Sabin, em primeira dose. A assistência dentária sobe a mais de 50 mil atendimentos e o Serviço Social orientou mais de 25 mil pessoas.

A gastrenterite, o grande problema sanitário dos pobres de Belo Horizonte, determina o atendimento nos hospitais da Prefeitura de mais de 80 por cento dos casos.

Em defesa da saúde do povo, a Polícia Sanitária trabalha intensamente, realizando mais de 20 mil visitas de inspeções diversas, com a apreensão de gêneros em más condições e a sua inutilização, quando necessária. Para que se tenha idéia do volume de trabalho desenvolvido neste setor, bastaria dizer-se que as inspeções de mais de 600 mil bovinos, suínos, caprinos e ovinos importaram na rejeição de cêrca de 50 mil espécimes como impróprios para o consumo.

PARANÁ ACEITOU O DESAFIO E VENCEU COM O "MAIS VERDE"

Há muito falava-se que as reservas do Paraná estavam findando e a realidade é que ninguém tomava providências, ficando apenas no murmúrio das reuniões e congressos técnicos. Um levantamento da conjuntura florestal realizado em 1963 computou dados que possibilitaram uma visão dramática das reservas florestais.

Em função disso o Govêrno do Estado decidiu tomar providências urgentes para atacar de frente o problema. Elaborou um plano florestal que denominou **Por um Paraná Mais Verde**, trabalho cuja envergadura passaria a ser algo de notável dentro da agricultura estadual num momento em que o Paraná, em decorrência das devastações desenfreadas, punha em perigo sua indústria e uma das suas mais importantes cadeias dentro da economia.

A campanha, ao lado do objetivo imediato de preservar a indústria e a imensa mão-de-obra agregada ao setor, procuraria atingir maior produtividade agrícola e defender os solos contra as destruições do seu poderio germinativo a exemplo do que ocorreu em outras áreas. Lançada no mês de agôsto como um desafio ao Paraná, seu propósito inicial era propiciar o plantio de 200 milhões de árvores em quatro anos, à base de 50 milhões por ano.

Entre agôsto foi surpreendente, pois considerando-se os convênios de formação de viveiros com prefeituras e particulares, a venda de sementes também a particulares, a produção de mudas em próprios do Estado, chegou-se à conclusão de que a campanha, entre agôsto e dezembro do ano passado, já havia atingido um índice de plantio correspondente a 60 milhões de mudas ou seja, 100% a mais daquilo que se pretendia obter no período.

Levantamentos efetuados sôbre a distribuição de sementes e mudas indicam uma produção de árvores, por particulares, da ordem de 48 milhões, enquanto o Govêrno do Estado, nos hortos e parques florestais da Secretaria de Agricultura, obteve uma produção de 60 milhões de mudas, ficando por conta de convênios firmados entre a Secretaria, prefeituras e particulares, uma produção de mais 4,5 milhões de árvores. Êsse total está sob contrôle da Secretaria de Agricultura, pois refere-se à produção oficial e ao volume de sementes de pinus e eucalipto distribuídas em total superior a 3 800 quilos, todos do Estado. Contudo o trabalho não parou aí: entendimentos com a direção técnica do Banco de Desenvolvimento do Paraná resultaram no início de estudos através daquele órgão creditício para que, no futuro, sejam implantadas indústrias de base no campo madeireiro, fazendo com que tôda a produção de madeira prevista possa encontrar industrialização e fornecer mercado de mão-de-obra a milhares de paranaenses.

PECUÁRIA APERFEIÇOADA

Não foi preciso mais que os dois primeiros anos de Govêrno para que se concretizasse um objetivo que era esperado para muito mais tarde: o plantel bovino do Paraná já atingiu o aperfeiçoamento desejado durante todos êsses anos, desde que, como Secretário de Agricultura, êste que hoje chefia o Govêrno do Estado iniciou um programa de distribuição de reprodutores a tôdas as regiões pecuárias paranaenses, visando apurar qualitativamente os rebanhos. As estatísticas da Secretaria de Agricultura agora revelam que os reprodutores negociados particular e abundantemente em todo o Estado, já contam com o mesmo apuro daqueles que o Govêrno adquiria para aquêle fim. Isto significa que já não é mais necessária a distribuição de reprodutores no Paraná porque o programa está inteiramente vitorioso.

Durante o biênio 1966/67, a Secretaria de Agricultura entregou, dentro do programa de fomento à pecuária bovina de corte, 2 057 reprodutores das raças Nelore, Gyr, Guzerá e Charolês, a criadores de mais de 100 municípios do Estado, mediante sorteio ou permuta por animais comuns. Pelo mesmo critério prosseguiu o programa paralelo de fomento à suinocultura, com a distribuição, no período, de 2 384 reprodutores de boa linhagem, da raça Duroc-Jersey. E para incentivar a ampliação do rebanho leiteiro, entregou a criadores dos municípios de Curitiba, Ponta Grossa e outros adjacentes à capital, 332 novilhas enxertadas da raça holandesa preta e branca.

O programa de desenvolvimento da pecuária tende agora a ganhar nôvo rumo, com o desenvolvimento de uma ação integrada de inseminação artifical. Os primeiros passos nesse sentido já foram dados através da importação de sêmen congelado dos Estados Unidos, de animais de alta linhagem. Enquanto isso, o pôsto de inseminação do Canguiri já realizou cêrca de 600 coletas, com 2 500 centímetros cúbicos de sêmem; manipulou 5 000 doses, efetuou 2 000 inseminações e registrou perto de 1 200 nascimentos e realizou 111 tratamentos de esterilidade.

ALGODÃO, TRIGO E BATATA

Aumentando a área de plantio, encontradas condições climáticas excepcionais para a cultura e, por extensão, obtendo redimento médio superior, a safra de algodão no Paraná em 1968 foi espetacular e possibilitou que nosso Estado passesse a liderar a produção daquela malvácea. Além disso, as previsões de produção de algodão para o corrente ano estipulam de início, aumento da área do plantio em mais 75%, o que leva a crer que mais do que nunca a cotonicultura paranaense se encontra em fase áurea. A última previsão da safra de 1968 apresentou uma área de plantio de 330 350 hectares, com um total de 550 mil toneladas produzidas e um rendimento médio de 1 447 kg/ha. Em 1967 o total produzido foi de 320 100 toneladas para uma área de plantio de 275 343 hectares apresentando um rendimento médio de 1 162 kg/ha, inferior, portanto, ao do ano passado. Calculando-se o total de sementes vendidas pela Café do Paraná neste exercício, estima-se que a produção dêste ano irá a mais de 800 mil toneladas, o que dá bem a idéia da espetacular ascensão do algodão.

A sêca que sucedeu às chuvas de março proporcionou condições notáveis à formação do capulho e respectiva colheita do algodão e mais condições de vida às pragas, possibilitando aproveitamento total no tratamento fitossanitário do produto, bem como aumento da produtividade por unidade de área, que atingiu cifras elevadíssimas, superando mesmo as mais otimistas previsões. Além disso, a ótima qualidade da semente entregue aos cotonicultores e um trabalho integrado Govêrno-particulares, contribuiram decisivamente para o extraordinário resultado alcançado.

Graças aos incentivos fiscais estabelecidos pelo Govêrno e ao excelente preço na comercialização do produto, o trigo foi outro elemento que encontrou na última safra um aumento extraordinário. Êste aumento foi de tal forma que tôdas as previsões caíram por terra e houve até falta de sementes. A área cultivada atingiu a 75 mil hectares, superior em 35 mil hectares à área de 1967. A previsão para êste ano é de 140 mil sacas de sementes a serem cultivadas o que significa que a produção de trigo, que no ano passado subiu para 90 mil toneladas, deverá alcançar agora 170 mil toneladas, quase o dôbro. Além disso, o Paraná liderou nos dois últimos anos os demais Estados do Sul do país no rendimento médio unitário da produção de trigo, com 1 200 kg por hectare.

Comparativamente no ano de 1967, aumentou consideràvelmente a área de plantio da batata no Estado, possibilitando uma apreciável produção. Na safra agrícola de 1968 foram cultivados 11 763 hectares de batata das sêcas e 28 175 hectares de batatas das águas, contra 5 455 hectares de batatas das sêcas e 23 288 hectares de batatas das águas, na safra 1966/67. Embora a estiagem ocorrida em janeiro e fevereiro de 1968 tenha prejudicado o rendimento da batata das sêcas, a produção ainda assim atingiu 109 411 toneladas. Ao mesmo tempo, a batata das águas atingiu a uma produção de 257 048 toneladas.

Embora a cultura do milho tenha apresentado em 1968 uma produção e um rendimento médio inferior ao da safra 1966/67, registrou-se uma exportação recorde do produto pelos portos de Paranaguá e Antonina, que totalizaram quase 600 mil toneladas, o que demonstra o volume e o sentido mais racional da produção. As últimas estimativas dessa safra previam uma produção de 2 799 668 toneladas, com um rendimento de 1 425 kg/ha. Em 1966/1967 o rendimento atingiu 1 803 kg/ha. Essa baixa, contudo, não chegou a afetar os mercados consumidores de milho e foi determinada por uma pequena insuficiência hídrica e às chuvas de granizo em função da estiagem que se verificou durante longo período do ano.

A Secretaria de Agricultura, que participou do II Congresso Nacional da Agropecuária, promovido pelo Ministério da Agricultura em Brasília, conseguiu, entre outras teses vitoriosas, a inclusão do rami e menta como culturas prioritárias na Carta de Brasília. Êsse trabalho possibilitará aos cultivadores do rami e da menta, duas importantes culturas para a economia estadual, obtenção de créditos preferenciais, assistência técnica, pesquisa e experimentação por parte dos órgãos competentes, instituição oficial de preços mínimos e uma série de outras vantagens.

A produção da soja, se considerarmos que há pouco mais de cinco anos era um produto quase que completamente desconhecido da agricultura paranaense, deve ser considerada espetacular. Êsse desenvolvimento encontra na triftagem forte barreira. O custo atual do beneficiamento (batedura) gira em tôrno de NCr$ 1,50 por saca, e ainda assim não existem batedeiras em número suficiente. Dessa maneira, já na safra 1967/68 foram sentidos os efeitos negativos daquela dificuldade, pois a área de plantio que fôra de 241 263 ha em 1966/67, caiu para 226 980 ha. De qualquer forma a produção do produto manteve-se estável, atingindo 205 075 toneladas, contra 228 537 toneladas da safra 66/67.

ARROZ E FEIJÃO

As sêcas de água na fase do espigamento da cultura de arroz determinou uma quebra de aproximadamente 35% no descascamento do produto. A produção de arroz, segundo as últimas estimativas, atinge a 175 903 toneladas, enquanto em 1967 atingiu 366 111 toneladas. A área de plantio atingiu em 1968 411 761 ha e em 1967 o total foi de 405 850 ha, o que demonstra um baixo rendimento do produto, já afetado pelas condições adversas do tempo.

Também a cultura do feijão foi prejudicada pelas condições adversas do tempo. Assim, para o feijão das sêcas o prejuízo decorreu do frio registrado em março, pois a leguminosa que se apresentava ainda no início do período vegetativo não resistiu. O feijão das sêcas apresentou uma produção de 152 143 toneladas contra 164 319 toneladas em 1967. A área plantada em 1968 foi de 324 908 ha e em 1967 atingiu 366 290 ha.

Enquanto isso, o feijão das águas, além de se ver prejudicado pela estiagem nos meses de outubro e novembro, encontrou como fator adverso uma precipitação inoportuna durante grande parte da colheita. A última previsão para o feijão das águas estimava uma produção de 259 864 toneladas para uma área de plantio de 807 916 ha.

A Secretaria de Agricultura, dentro do programa de inspeção às culturas do Estado — com o objetivo de conceder certificados de fiscalização de sementes aos produtores que assim o desejassem — procurou estabelecer normas que possibilitassem uma ampliação do serviço, o que foi efetivamente conseguido uma vez que a produção de 1968 foi bastante superior à do ano anterior. Os totais de sementes certificadas foram do seguintes: algodão — 800 mil sacas; amendoim — 834 sacas; feijão — 200 sacas; arroz — 500 sacas; milho híbrido — 195 mil sacas; soja — 1 900 sacas; trigo — 45 mil sacas; cevada — 1 050 sacas. Êstes totais, contudo, não representam a totalidade da produção de sementes uma vez que nem todos os produtores se inscreveram na Secretaria.

Quanto a isso, aliás, expressivo volume de sementes básicas foi entregue pelo Departamento da Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura à Café do Paraná, produzidas tôdas nas estações experimentais do órgão e que, comparativamente ao ano de 1967, apresentaram um aumento de 38%. Os totais entregues foram os seguintes: sementes de trigo — 115 600 quilos em 1968 e 102 050 quilos em 1967; sementes de milho — 141 950 quilos em 1968 e 71 280 quilos em 1967; sementes de algodão em caroço — 91 875 quilos em 1968 e 60 135 quilos em 1967; sementes de feijão — 6 600 quilos em 1968 e 2 100 quilos em 1967; semente de aveia — 3 400 quilos em 1968 e 10 mil quilos em 1967. As referidas sementes se destinam à multiplicação pelos agricultores, cooperados.

Por outro lado, a Secretaria de Agricultura deu início em 1968 à construção do primeiro Laboratório de Análise de Sementes do Estado, em Maringá, e que será dotado de todos os requisitos. Será a última palavra em aparelhagem, fator necessário a um perfeito desenvolvimento da agricultura do Estado, servindo, ainda, para treinamento de laboratoristas e técnicos, além do que será um dos maiores do país no gênero, com uma área total de 535,73 metros quadrados.

A Secretaria de Agricultura tem participado efetivamente das reuniões da Comissão Especial de Sementes e Mudas, do Ministério da Agricultura, que procura dar uma legislação sôbre sementes válidas para todo o território nacional e que melhor se adapte aos seus meios e condições. Os encontros têm procurado disciplinar a fiscalização do comércio de sementes, padronizar os índices mínimos de germinação e valor cultural para sementes de grandes culturas, padronizar os índices mínimos de germinação para sementes de olerícolas e oficializar os laboratórios designados para fiscalização do comércio de sementes.

NEMATÓIDE E BROCA

Com um programa constante de seis projetos, que incluem estudos completos sôbre a incidência do nematóide no cafeeiro do Paraná, a Secretaria de Agricultura iniciou um trabalho intensivo de estudos sôbre a praga, no qual estão previstos levantamentos da incidência, contrôle, bionomia, longevidade, transmissibilidade e, até mesmo, a construção de um laboratório regional, em Apucarana. Naquela cidade já foram iniciadas experiências técnicas mediante o plantio de cafeeiros, visando o estudo mais aprofundado do nematóide. A propósito, estudos realizados em 177 municípios do Paraná indicaram que 25 milhões de pés de café já estão infestados pela praga e outros 137 milhões estão ameaçados. Êste trabalho vem sendo executado graças a um convênio firmado com o Instituto Brasileiro do Café, no montante de NCr$ 108 mil e é de responsabilidade do Departamento Estadual do Café.

No mesmo campo, através do serviço especializado, a Secretaria de Agricultura mantém um trabalho no norte do Estado, que visa a impedir a disseminação da broca do café. O Serviço tem cadastradas 4 878 propriedades cafeeiras com 85 733 845 pés de café, incluindo nestes dados apenas os Municípios de Jacarèzinho, Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Jundiaí do Sul, Ribeirão Claro, Carlópolis, Bandeirantes, Itambaracá, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Sertaneja e Uraí. Com o objetivo de instruir os cafeicultores quanto à aplicação dos meios de combate a doenças e pragas do cafeeiro, principalmente da broca do café, foram realizadas em 1968 3 809 visitas às propriedades cafeeiras.

Com o objetivo de baixar o índice de incidência da febre aftosa no rebanho bovino do Estado o Govêrno elaborou anteprojeto de lei sôbre o contrôle da doença, nos moldes já existentes em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina. O anteprojeto deverá ser convertido em lei pròximamente dada a importância de combate ao mal que já causou à Nação prejuízos da ordem de NCr$ 250 milhões.

Ainda no setor pecuário, além de orientar os criadores sôbre a maneira correta de marcar seus animais para evitar a desvalorização do couro, a Secretaria de Agricultura, através do setor competente, procedeu ao registro de 117 marcas de criadores estabelecidos nas diversas regiões do Estado além do efetuar reserva, para futuro registro, de 123 desenhos.

Por outro lado, foram concluídas as instalações do Centro de Suinocultura, destinado à experimentação e fomento da criação de suínos, que está dotado de instalações exigidas pela mais moderna técnica do gênero, inclusive escritório de administração e alojamento. Preliminarmente foram adquiridos do Rio Grande do Sul para o início do trabalho 20 animais da raça Duroc-Jérsei, sendo 18 fêmeas e dois machos. As instalações estão divididas em 8 celas para maternidade, duas para creche, três abrigos para recria, quatro abrigos para gestação, um abrigo para animais machos e um descanso de fêmeas.

VACINAÇÕES

Num trabalho que não encontra similar em todo o país e que confere a Curitiba o título de capital brasileira com o menor número de incidência da doença, a raiva, a Secretaria de Agricultura, vacinou, em 1968, 50 mil cães, cobrindo a área de Curitiba, além de Piraquara, São José dos Pinhais, Colombo, Campo Largo, Araucária, Rio Branco do Sul, Quatro Barras, Palmas, Mangueirinha, Ponta Gossa, Apucarana e Clevelândia. Considerando-se que no ano de 1967 foram vacinados 35 mil cães, verifica-se que houve um aumento percentual de 35%.

A fim de fomentar a criação de faisões no Estado, a Secretaria iniciou em 1968 a sua distribuição a diversos criadores e interessados, totalizando até o final do ano cêrca de 3 000 aves distribuídas. O trabalho tem encontrado enorme receptividade uma vez que os pedidos aumentam à medida em que é distribuído o produto. Por êsse motivo a Secretaria de Agricultura está iniciando a reprodução dêsses animais em seus setores específicos.

Com o mesmo objetivo, o órgão tem processado a distribuição de tilápias, peixe de fácil reprodução e adaptação. No ano de 1968 o Instituto de Defesa do Patrimônio Natural processou a distribuição de mais de 2 500 exemplares. O mesmo Instituto mantém um registro de colônias, estabelecimentos e embarcações que se relacionam com a pesca, com o objetivo de manter completa fiscalização das atividades pesqueiras no Estado.

TRATORES E ARAMES

A racionalização da pecuária e da agricultura, mediante culturas vedadas a animais, é o principal objetivo da importação de arame farpado realizada pelo Govêrno diretamente à Bélgica. Foram importados 5 mil toneladas do produto, das quais 2 444 já chegaram a Curitiba para distribuição.

A Secretaria de Agricultura, através do Fundo de Equipamento Agropecuário, serviu de intermediária entre prefeituras municipais e a firma iugoslava Rudnap, para aquisição de 41 tratores da marca Oktobar, que deverão chegar ao Estado nos próximos dias.

Funcionando com 8 agências regionais e 137 postos rurais, o movimento do Fundo de Equipamento Agropecuário do Paraná apresentou, somente em produtos veterinários, uma receita de NCr$ 1 011 703,25. Por outro lado, o movimento de vacinas contra a aftosa atingiu um total de 353 300 doses. Foram distribuídas 107 306 doses de vacinas contra a raiva e 679 420 doses de vacina cristal violeta (peste suína). Entre maquinaria e ferramentas a distribuição atingiu 39 081 unidades. A distribuição de fungicidas e inseticidas subiu a 79 707 quilos e a distribuição de adubos a 1 902 230 quilos. De forragens foram distribuídos 134 270 quilos.

Para a aquisição de materiais e implementos agropecuários, o Fundo empregou naquêle exercício NCr$ .... 2 707 063,89, contra NCr$ 1 755 596,95 no ano de 1967, o que representa um aumento percentual expressivo e um recorde sôbre o movimento de todos os anos anteriores. A receita daquele importante organismo atingiu um total de NCr$ .... 1 940 924,80 contra NCr$ 1 385 835,74 em 1967, o que representa 40,5% de aumento, percentual bastante significativo considerando-se os objetivos fundamentais do organismo.

Através dos colégios agrícolas da Secretaria de Agricultura, formaram-se em 1968, 249 novos técnicos agrícolas, espalhados pelas mais diferentes regiões do Estado a saber: 15 em Apucarana, 26 em Rio Negro, 35 em Ponta Grossa e 21 em Palmeira (dos técnicos agrícolas efetivos) 20 em Castro 10 em Guarapuava, 23 em Apucarana, 16 em Rio Negro, 24 em Palmeira, 37 em Clevelândia, 12 em Foz do Iguaçu e 10 em Santa Mariana (dos técnicos agrícolas em nível ginasial). Além disso, 92 alunos concluíram cursos de orientação pedagógica, distribuídos em Rio Negro (27), Palmeira (15), Apucarana (15) e Ponta Grossa (35).

As matrículas nas escolas agrícolas atingiram, em 1968, um total de 2 009, assim distribuídas: 498 em colégios agrícolas; 962 em ginásios agrícolas; 29 em cursos de Economia Doméstica Rural e 520 em cursos vocacionais. Dêsse total observou-se um índice de aprovação de 80%.

E para corroborar o valor do ensino agrícola junto à agropecuária do Estado deve ser destacado que um levantamento estatístico demonstrou que 62% dos ex-alunos de tais escolas retornaram à zona rural, onde aplicam todos os conhecimentos recebidos e cooperam para o engrandecimento da agricultura.

EXPOSIÇÃO-FEIRA

Todos os esforços estão sendo mantidos no sentido de que a 5.ª Exposição-Feira de Animais e Produtos Derivados a ser realizada de 22 a 30 de março dêste ano supere em brilho e organização as quatro anteriores já realizadas. Depois do reconhecido sucesso de 1968, quando mais de 1 milhão de pessoas foram registradas no Parque Castelo Branco, cêrca de 1 500 bovinos foram expostos e o movimento de financiamento superou a casa dos NCr$ 800 mil, a Secretaria de Agricultura está procurando dotar o Parque de condições ideais para que além de obter maior rendimento na próxima Feira, possa ser realizada no ano de 1970 a 1.ª Exposição Internacional. Para isso foram efetivados diversos melhoramentos, entre os quais um pavilhão para produtos agrícolas com área aproveitável de 750 metros quadrados; construção de um pavilhão duplo para bovinos, com área de 1 500 metros quadrados, alojamento equipado com restaurante e dormitório, com capacidade para 350 pessoas; ajardinamento completo das áreas do parque; calçamento com blokret; desapropriação das áreas fronteiriças com serviço de drenagem e terraplenagem; construção de dois lavadouros de animais, melhoria da iluminação interna e outras providências.

Com um parque de máquinas composto de 148 tratores, o setor de mecanização da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico — Café do Paraná — vem prestando serviços mecanizados a 170 municípios por intermédio de 10 postos localizados em Curitiba, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, Pato Branco, Santo Antônio, Cornélio Procópio, Londrina, Maringá e Paranavaí. Nada menos que 13 204 agricultores foram atendidos nesses três anos em serviços de preparo do solo, plantio, colheita, açudes, abertura de estradas de acesso, além de assistência mecânica e técnica, num total de 400 mil horas trabalhadas.

Sendo pràticamente o único órgão no Estado que se ocupa com a mecanização agrícola, procurando, além de executar os mais variados serviços, incutir no meio rural a mentalidade da mecanização com demonstrações dos seus inúmeros benefícios, a Café do Paraná vem registrando um atendimento anual de 5 mil agricultores. O crescimento em área trabalhada no triênio foi da ordem de 40% com a mobilização aproximada de 55 600 ha. 196 açudes foram construídos sob a orientação dos engenheiros agrônomos da emprêsa com as mais diversas finalidades, com a movimentação de 53 960 metros cúbicos de terra inundando uma área de 464 680 metros quadrados. A emprêsa construiu ainda, no triênio, 2 531 quilômetros de estradas no meio rural cifra que significa um auxílio ponderável ao livre escoamento da produção agrícola.

As aplicações da Café do Paraná, utilizando recursos próprios e de outras fontes ascenderam, no triênio, a 37.5 milhões de cruzeiros novos. Tais recursos foram aplicados principalmente na aquisição e financiamento de sementes selecionadas à agricultura paranaense. A organização que detém o monopólio da distribuição de sementes manteve, entre 1966/68, campos de cooperação com lavradores das mais diferentes regiões do Estado para produção de sementes de arroz, milho, soja, trigo e algodão.

Para se ter uma idéia do trabalho realizado nesse setor, vale salientar o crescimento da produção de sementes de algodão nos três últimos anos: em 1966 através dos seus vários campos de cooperação foram produzidas apenas 91 241 sacas; em 1967 êsse número subiu para 310 473 e, em 1968 alcançou 871 191 sacas, ou seja, quase 1 000% a mais que no comêço dêste Govêrno.

A produção de sementes de outras espécies que não seja a do algodão, de acôrdo com a política do Govêrno, deve ser atribuída gradativamente à iniciativa particular. Em decorrência disso a participação da Café do Paraná visando induzir o setor privado a produzir sementes tem sido intensa e os resultados já começam a surgir. Assim é que antigos cooperados-produtores de sementes de trigo, hoje particularmente reunidos em cooperativas, são produtores daquela semente com notável aceitação por parte dos triticultores interessados. Êste é um resultado dos mais apreciáveis e hoje a produção dêsses setores alcança a 144 500 sacas de sementes de trigo. A Café do Paraná, que antes produzia 120 500 sacas de sementes na região sul, contribuirá apenas com 8 mil sacas, o que indica a capacitação do setor particular. Com a manutenção do atual nível de interêsse espera-se dentro em pouco que a emprêsa deixará de funcionar como produtora de sementes de trigo para dedicar-se apenas à distribuição do produto.

Também na política de sementes de arroz, amendoim, feijão, soja e milho, a Café do Paraná vem adotando o mesmo sentido. No caso do milho híbrido já não se dedica mais à produção uma vez que os produtores particulares estão perfeitamente capacitados a abastecer o mercado consumidor paranaense. A função da emprêsa agora é apenas a de adquirir o produto e levá-lo ao lavrador a um preço justo, efetivando dessa maneira o seu trabalho de fomento e difusão no uso da boa semente.

Já tendo firmado o respectivo convênio para obtenção de recursos junto ao IBC-Gerca, a Companhia iniciará dentro dos próximos meses a construção de duas unidades de preparo de sementes que serão instaladas em Maringá e Umuarama e conjuntos de deslintadores em Cambará, Maringá e Umuarama.

No setor de produção de sementes já foram instaladas tôdas as áreas destinadas aos campos de cooperação, destacando-se aquelas cobertas com algodoeiros que em 1968 alcançaram um total de 69 938 hectares, possibilitando uma produção estimada de 1 milhão de sacas de sementes para atendimento à safra 1969/1970.

COPASA

Durante êstes três anos de Govêrno a Companhia Paranaense de Armazéns e Silos mais que duplicou a sua capacidade de armazenagem numa prova evidente da atual Administração de garantir condições básicas para desenvolvimento da agricultura. De uma rêde composta de seis unidades próprias, apresentando a capacidade estática de 31 mil toneladas, a Copasa passou a contar com 70 160 toneladas estáticas de capacidade, o que representou um crescimento de 126,3%. A rêde, que antes dispunha de capacidade de produção de 6 670 848 sacas, passou em 1968 a 11 649 335, com uma receita bruta de NCr$ 1 301 443,04.

Entre 1966 e 1967 a capacidade armazenadora da Copasa foi aumentada em 40,32% com um acréscimo de 12 500 toneladas de capacidade estática, representada por 8 154,71 metros quadrados de área construída em cinco novos armazéns nas cidades de Ivaiporã, Congoinhas, Santa Cruz do Monte Castelo, Cruzeiro do Oeste e Paranavaí. Em função do custo das obras daquelas unidades e na aquisição de equipamentos foi aplicado NCr$ 1,5 milhão. Entre os equipamentos adquiridos destacam-se três conjuntos de instalações de deslintagem de caroço de algodão, para as unidades armazenadoras de Maringá, Assaí e Cruzeiro do Oeste; um secador de cereais Tampeiro com capacidade para secar 1 700 a 2 000 sacas de cereal em 24 horas para a unidade armazenadora de Guarapuava; três balanças de 60 toneladas cada uma para as unidades de Ivaiporã e Congoinhas, além de cinco balanças móveis com capacidade para 500 quilos cada uma; cinco instalações de secagem e resfriamento de cereais, com capacidade para 80 e 10 sacos horários, além de balanças, ensacadeiras automáticas, máquinas de costura para fechamento de sacos, carrinhos com plataforma, transportadores-arrastadores de sacos e polvilhadeiras para as demais unidades.

Entre 1967 e 1968, com o arrendamento de um armazém do IBC em Cascavel, com capacidade estática de 26 660 tonelada a Copasa ampliou a sua rêde armazenadora própria para 70 160 toneladas. Os investimentos da Companhia nesses três anos somaram 562% a mais que todo o período anterior de sua existência e seus resultados operacionais também triplicaram no período.

Para consecução dêsses objetivos a emprêsa passou por completa reestruturação administrativa a partir de 1966, com a qual foi possível uma redução de despesas de custeio da ordem de 40%. Além das providências para ampliar a sua rêde, não descuidou de reequipar a já existente de molde a melhor atender a demanda de serviços. Assim, as unidades de Assaí, Guarapuava e Maringá receberam separadores de defeitos e selecionadores de sementes. Na unidade de Maringá foi construído um desvio ferroviário visando a propiciar maior facilidade e menor custo nas operações de carga e descarga de mercadorias. Idêntica providência foi adotada para a unidade de Guarapuava.

Para essas realizações a Copasa se serviu de recursos provenientes de financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Banco de Desenvolvimento do Paraná e outros oriundos de convênios firmados com o Gerca e Sudesul. Contudo é importante o aumento de recursos oriundos da própria receita tarifária que, só em 1968, experimentou acréscimo de 102% em relação ao ano anterior.

CREDIMPAR

Organizada para operar no ramo do crédito imobiliário, dentro da sistemática do Plano Nacional de Habitação, a Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná — Credimpar — conseguiu colocar-se em primeiro lugar no país, quanto ao custo mais baixo dos financiamentos concedidos para casa própria, como agente financeiro do BNH. Tendo como objetivo primeiro o incentivo à construção civil para a diminuição do deficit habitacional, a Credimpar obtém recursos financeiros para seu trabalho através da colocação de Letras Imobiliárias de sua própria emissão e de repasses de financiamento junto ao Banco Nacional da Habitação.

Numa prova de confiança do público e apoio da administração estadual, um ano após sua instalação, o volume das atividades da Credimpar era de tal monta que exigiu um nôvo aumento de capital, o que se concretizou a 10 de setembro do ano passado, quando o capital social passou a ser representado por NCr$ 2 400 mil.

Guiada por um pressuposto básico, que reflete in totum o pensamento da administração estadual — de que a verdadeira paz social só pode ser conseguida com a conquista do lar próprio pela maioria das famílias — a Credimpar concedeu financiamentos, no exercício de 1967 (período compreendido entre agôsto e dezembro), que totalizaram .. .. NCr$ 4 493 682,03; em 1968 (doze meses), os financiamentos subiram para NCr$ 27 946 615,05.

Expressivos, dimensionando sempre de forma grandiloqüente a presença do Govêrno do Estado no financiamento imobiliário, os números continuam falando, relatando, agora, as aplicações por tipo de programas, em 1967. A **Aquisição** absorveu NCr$ 2 291 752,87, atingindo um percentual de 50,99% do total aplicado; no programa **Construção** verificou-se a aplicação, em igual período, de NCr$ 2 201 929,16, correspondendo a 49,01% do volume de investimentos.

No ano de 1968, no plano **Aquisição** foram investidos NCr$ 7 793 251,59, representando 27,89%; no programa **Construção**, os totais chegaram a NCr$ 20 153 363,46, igual a 72,11%. Tais números evidenciam a política da Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná, de incentivar novas construções e não as simples transferências de propriedades imobiliárias.

QUEM SE BENEFICIA

Uma média de entrega de três casas por dia — número de unidades habitacionais conjugado com o tempo de funcionamento da Companhia — é o que tem conseguido a Credimpar, cujos empréstimos são preferencialmente concedidos à classe média, o que fàcilmente se depreende do custo (em média) de cada habitação financiada: NCr$ 18 194,22. Isto significa que a cada dia três novas famílias conquistam o privilégio de morar em casa própria, graças à política habitacional implantada pelo Govêrno do Estado, e que a Credimpar até o fim de 1968 havia financiado 1 783 novas residências, com um total de 195 226,27 metros quadrados de área construída. E não apenas a capital do Estado tem gozado dos benefícios dos financiamentos da Credimpar, que sempre estêve preocupada em interiorizar sua ação a ponto de haver liberado — até o ano passado — recursos para 33 municípios do Paraná, atendidos por seus programas. Tal atendimento ao interior tem uma peocupação: dar preferência às comunidades onde é maior a densidade demográfica.

O maior atestado da confiança do público é representado pelo volume de recursos captados pela Credimpar, através da colocação de Letras Imobiliárias e Depósitos de Poupanças Livre. Até 31 de dezembro, a Companhia emitiu .... NCr$ 20 579 900,00 em Letras Imobiliárias, das quais foram recolocados ao público NCr$ 13 361 200,00 e vendidas ao Banco Nacional da Habitação NCr$ 4 212 000,00, ficando caucionadas, em carteira, títulos num valor de NCr$ 2 871 700,00.

Além das Letras, os Depósitos de Poupança Livre são outra forma de incentivar o hábito de poupar pela população, principalmente para pequenas economias, atingindo o total dêsses depósitos, também até dezembro de 1968, a cifra de NCr$ 1 667 774,71. Os totais arrecadados encontram sua aplicação nos diversos planos de financiamento da Companhia, que, além dessa receita, conta com ponderáveis somas, decorrentes do retôrno do capital aplicado, pagas mensalmente pelos mutuários como amortização dos empréstimos concedidos. Os últimos dados de 1968 apresentavam um recolhimento mensal médio de NCr$ 143 055,67.

ALEM-FRONTEIRAS

Em seus poucos meses de existência, a Credimpar conseguiu uma posição invejável dentre as congeneres, num trabalho que ultrapassa já as fronteiras do Paraná, ganhando outros Estados, como o de Santa Catarina, onde uma agência da Companhia, por sugestão do Banco Nacional da Habitação, já foi instalada em Florianópolis. O fator determinante dessa solicitação do BNH foi ter a Credimpar, dentre as companhias que integram o sistema financeiro da habitação, sido aquela que, com menor taxa de aplicação de capital (tornando menos oneroso o custo do dinheiro), empresta ao particular para a construção de sua residência própria. Uma política que vem ao encontro dos pisos ditados pelo Banco Nacional da Habitação.

Novas agências foram criadas também no interior do Paraná, resultante do aumento das atividades da Companhia, que assim ampliou seu setor administrativo, facilitando o atendimento de regiões onde a incidência de trabalhos se fêz sentir mais intensamente. Agências como as de Maringá e Londrina e a moderna loja para atendimento ao público e colocação de Letras Imobiliárias, no centro de Curitiba. Financiamentos foram efetuados em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a colocação de títulos da Credimpar atinge também a praça do Rio de Janeiro.

Não descurando do problema de pessoal, para aperfeiçoar os índices de conhecimento especializado de seus funcionários e outros elementos ligados ao sistema financeiro de habitação, a Credimpar — com a colaboração do BNH e USAID — promoveu em 1968 o I Curso de Poupança e Empréstimo no Paraná.

Em suma: a Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná desenvolveu, no exercício passado, uma enérgica atuação para corrigir desníveis acumulados e criar novas perspectivas de progresso para a comunidade paranaense, fazendo realidade para uma numerosa faixa de população o acesso à casa própria.

COHAPAR

Com várias frentes de trabalho abertas em todos os municípios do Estado onde o problema habitacional se apresenta de forma inadiável, eleitos num esquema de prioridade, a Cohapar está atacando a construção de cêrca de 4 mil casas populares.

A área de ação da emprêsa que até o início dêste Govêrno nada de efetivo havia realizado no campo habitacional dirigiu-se predominantemente para o atendimento das classes menos favorecidas. Até o final do triênio um total de 1 822 casas haviam sido entregues em perto de 20 municípios, num volume de aplicações que alcançou NCr$ 10 646 054,46. Destas, 1 250 casas foram construídas em convênio com o Banco Nacional da Habitação, num valor de NCr$ 4 240 599,06, nos municípios seguintes: Londrina (228 casas), Maringá (262), Telêmaco Borba (206), Paranavaí (212), Clevelândia (100), Jacarèzinho (74), Ribeirão Claro (68), Cidade Gaúcha (50), Nova Londrina (50).

Em Curitiba, a Cohapar já construiu 182 casas, assim distribuídas: Jardim Paranaense — 74 casas; Bairro do Xaxim — 43 casas; Bairro de Santa Quitéria — 2 casas; Bairro Uberaba e Diagonal — 63 casas. Em financiamentos avulsos em diversos locais da cidade a emprêsa registrou a entrega de 131 casas. No mesmo esquema de financiamentos avulsos no interior foram construídas 259 residências, distribuídas nos Municípios de Londrina, Maringá, Campo Mourão, Jacarèzinho, Santo Antônio da Platina, Mandaguari e outros.

BANCOS DE INVESTIMENTOS EM 1968

JÚLIO CÉSAR B. VIANNA

O ano de 1968 registrou expressivo crescimento nas operações dos Bancos Privados de Investimentos. O volume total de aplicações das 21 entidades existentes, que era em 31-12-67 de NCrS 0,9 bilhão, subiu para NCrS 2,2 bilhões em 31-12-68. Êsse crescimento é tanto mais significativo se considerarmos que as operações que registraram maior aumento foram aquelas típicas de Bancos de Investimentos, ou seja, financiamentos a longo prazo com recursos captados mediante colocação de certificados de depósitos a prazo fixo com correção monetária, repasse de empréstimos obtidos no exterior dentro do esquema da Resolução 63 e ainda lançamentos de ações de emprêsas mediante operações de *underwriting*.

Assim é que, o valor dos depósitos a prazo fixo subiu de NCrS 84,7 milhões em 31-12-67 para NCrS 430,2 milhões em 31-12-68, enquanto as operações de repasse de empréstimos obtidos no exterior evoluiram no mesmo período de NCrS 11,1 milhões para NCrS 202,1 milhões, conforme se observa no quadro n.º 1.

Apesar do crescimento dessas operações, os financiamentos através do sistema de colocação no mercado de letras de câmbio com aceite continuaram a ser a principal fonte de recursos dos Bancos de Investimentos, tendo o saldo dessas operações subido de NCrS 558,1 milhões em 31-12-67 para NCrS 923,7 em 31-12-68.

QUADRO N.º 1

BANCO DE INVESTIMENTOS

FONTES DE RECURSOS

(Em NCr$ milhões)

	31-12-66 (6 Bancos)	30-06-67 (13 Bancos)	30-12-67 (20 Bancos)	28-06-68 (21 Bancos)	31-12-68 (21 Bancos)
Capital e Reservas	43,6	92,2	158,9	241,4	345,6
Letras de Câmbio	98,8	287,4	558,1	637,1	923,7
Depósitos a Prazo Fixo	1,9	16,0	84,7	252,2	430,2
Resolução 63	—	—	11,1	78,5	202,1
Finame	13,4	27,2	44,0	77,0	97,1
Decreto-Lei 157	—	6,8	34,5	73,0	114,7
Resolução 21	22,5	32,0	6,0	—	—
Outros	10,0	27,1	47,4	67,5	130,5
TOTAL	190,2	488,7	944,7	1.423,9	2.243,9

FONTE: Revista Bancária Brasileira.

O quadro n.º 2, que apresenta os valôres percentuais das fontes de recursos utilizados pelos Bancos de Investimentos, demonstra que a importância relativa das operações de letras de câmbio caiu, no período de 1 ano, de 59% para 41,1%, enquanto a de depósitos a prazo subiu de 8,9% para 19,1% e a da Resolução 63 subiu de 1,2% para 9%. Tal evolução é bastante favorável, pelo fato de evidenciar uma tendência dos Bancos de Investimentos de atuarem nas suas operações típicas, dentro do espirito da Lei do Mercado de Capitais de julho de 1965.

QUADRO N.º 2

BANCOS DE INVESTIMENTOS

FONTES DE RECURSOS

(VALÔRES PERCENTUAIS)

	31-12-66 (6 Bancos)	30-06-67 (13 Bancos)	30-12-67 (20 Bancos)	28-06-68 (21 Bancos)	31-12-68 (21 Bancos)
Capital e Reservas	22,9	19,0	16,8	16,9	15,4
Letras de Câmbio	51,9	59,1	59,0	44,6	41,1
Depósitos a Pra. Fixo	1,0	3,3	8,9	17,7	19,1
Resolução 63	—	—	1,2	5,5	9,0
Finame	7,0	5,6	4,8	5,4	4,3
Decreto-Lei 157	—	0,8	3,6	5,1	5,2
Resolução 21	11,9	6,6	0,6	—	—
Outros	5,3	5,6	5,1	4,8	5,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Revista Bancária Brasileira.

Mostra ainda o quadro n.º 2 que a capitalização dos Bancos de Investimentos tem-se mantido em percentual elevado em relação ao total de recursos que êles movimentam, na ordem de uma unidade de recurso próprio para cada cinco unidades de recursos de terceiros. Êste número se contitui em bom índice de segurança, do ponto-de-vista do investidor em títulos de responsabilidade dos Bancos de Investimentos. É também interessante notar no quadro n.º 1 o aumento no capital total dos Bancos de Investimentos, que pràticamente duplicou no último ano, o que bem demonstra a confiança dos acionistas dessas entidades no futuro do mercado de capitais brasileiro.

A atividade dos Bancos de Investimentos durante o transcorrer de 1968 no mercado de ações foi altamente positiva, de um lado como administradores de recursos fiscais captados através do Decreto-Lei n.º 157 e que somavam cêrca de NCrS 115 milhões em 31-12-68, e de outro lado, com líderes de consórcios de entidades financeiras no lançamento de ações de importantes emprêsas comerciais e industriais.

O quadro n.º 3 apresenta a relação dos principais lançamentos de ações registrados no Banco Central em 1968, dentro da sistemática do Decreto-Lei n.º 157.

QUADRO N.º 3

PRINCIPAIS LANÇAMENTOS DE AÇÕES EM 1968

Banco Líder	*Emprêsa*	*Emissão Registrada NCrS*
CREFISUL	Manufatura de Brinquedos Estrêla S/A	1 600 000.00
CREFISUL	Metalúrgica Wallig S/A	1 166 350,00
CREFISUL	Porcelana Real Steatita-Schmidt	1 170 000,00
CREFISUL	Refrigeração Springer S/A	800 000,00
CREFISUL	Madequimica S/A — Ind. de Madeiras	280 000,00
CREFISUL	Pistões Menufi S/A	270 000,00
CREFISUL	Ind. Brasileira de Filmes S/A	125 000,00
CREFISUL	Drogaria Unicum S/A	25 000,00
CREFISUL	Resinas Sintéticas e Plásticas	242 000,00
CREFISUL	J. H. Santos S/A	600 000,00
CREFISUL	Sinteco S/A	500 000,00
CREFISUL	Tecidos Kalil Sehbe	1 000.000,00
CREFISUL	Unibir — Dist. de Produtos Farmacêuticos	250 000,00
CREFISUL	Drogabir S/A — Produtos Farmacêuticos	250 000,00
CREFISUL	Compesca — Cia. Brasileira de Pesca	800 000,00
CREFISUL	Cia. Ind. de Conservas Alimentícias — CICA	600 000,00
BIB	Cia. Nac. de Tecidos Nova América	240 000,00
BIB	Fundição Tupi S/A	600 000,00
BIB	Hércules S/A — Fáb. de Talheres	490 000,00
BIB	Zivi S/A — Cutelaria Pôrto Alegre	525 000,00
FINASA	Cia. Bras. de Petróleo Ipiranga	2 000 000,00
FINASA	Orniex S/A	1 050 000,00
FINASA	Bardella S/A — Ind. Mecânicas	1 600 000,00
INVESTBANCO	Eucatex S/A	2 000 000,00
INVESTBANCO	Ind. Metalúrgica N. S. Aparecida	2 000 000,00
INVESTBANCO	Mesbla S/A	6 600 000,00
INVESTBANCO	Line Material do Brasil S/A	400 000,00
INVESTBANCO	Fábrica Nacional de Vagões	1 600 000,00
FINACIONAL	Borlem S/A — Empreendimentos Industriais	250 000,00
FINACIONAL	Ind. Têxtil Cia. Hering	828 000,00
FINACIONAL	Metalúrgica Merhy S/A	640 000,00
FINACIONAL	Plásticos do Brasil S/A	1 600 000,00
BGI	Ferragens Carvalho — Com. e Ind. S/A	800 000,00
BGI	Livraria José Olimpio Editôra S/A	1 300 000,00
BGI	Emprêsa Brasileira de Varejo S/A	1 185 000,00
BGI/AIMORÉ	Casa Sano S/A	1 200 000,00
BGI/AIMORÉ	Eletromar	792 000,00
BRADESCO	Goiana S/A	1 500 000,00
BRADESCO	Móveis Cimo S/A	970 000,00
HALLES	Ind. de Chocolates Lacta S/A	1 000 000,00
HALLES	Indústrias Madeirit S/A	800 000,00
FEDERAL ITAÚ	Cia. Ferro Brasileiro	1 278 499,00
FIDUCIAL	Metalúrgica Matarazzo	4 000 000,00
BOZANO	Artes Gráficas Gomes de Souza S/A	1 000 000,00
BRASCAN	Emprêsa Ind. Garcia S/A	1 387 200,00
IPIRANGA	Casa Masson S/A	880 000,00
SAFRA	Âncora Comercial S/A	660 000,00

FONTE: Banco Central do Brasil — GEMEC.

Nota: O valor mostrado no quadro acima representa, na maioria dos casos, as parcelas dos aumentos de capital que foram subscritas pelos Fundos do Decreto-Lei 157.

O referido incentivo fiscal vem representando importante papel na aproximação dos Bancos de Investimentos e das demais instituições financeiras do mercado de ações. Até fins de 1966 poucas eram as entidades financeiras que atuavam nesse campo, sendo o Decreto-Lei 157 responsável direto pela criação, na maioria dos Bancos de Investimentos, de departamentos técnicos especializados na administração de carteiras de títulos e na promoção de lançamentos de ações. O desenvolvimento do mercado brasileiro de ações, fator indispensável para o fortalecimento da economia nacional dentro do sistema capitalista, em muito dependerá do interêsse e das atividades dos intermediários financeiros na transferência dos atuais investidores de títulos de renda fixa para o mercado de ações.

No final do ano foram tomadas importantes medidas no mercado financeiro, algumas de alçada do Banco Central no sentido de definir as áreas de atuação das diversas entidades financeiras, e outras de competência do Ministério da Fazenda, estimulando a capitalização das emprêsas e favorecendo os investimentos em ações.

De acôrdo com a Resolução n.º 104, os Bancos de Investimentos foram autorizados a operarem em aceite de letras de câmbio por mais 3 anos a contar de 18-02-69, data em que terminaria êsse direito concedido em caráter precário pela Resolução n.º 18. Tendo a Resolução n.º 103 limitado às sociedades de crédito, financiamento e investimentos as operações de crédito direto ao consumidor, será privativo dos Bancos de Investimentos o financiamento de capital de giro mediante venda de letras de câmbio. Esta medida certamente representará um retrocesso no processo de enquadramento dos Bancos de Investimentos em suas atividades típicas, pois a tendência de redução gradual na importância relativa das operações de letras de câmbio que vinha-se observando desde 1967 (vide quadro n.º 2) não mais prevalecerá em 1969.

Outra resolução baixada recentemente pelo Banco Central e que é de particular interêsse para os Bancos de Investimentos é a de n.º 109, que regulamenta a emissão e a colocação de debêntures conversíveis em ações. De acôrdo com esta resolução será privilégio dos Bancos Privados de Investimentos e dos Bancos Estatais de Desenvolvimento a co-obrigação em debêntures conversíveis, título destinado a representar importante papel no desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro no sentido de aproximar do mercado de ações tradicionais investidores de papéis de renda fixa. No entanto, a fixação de um mínimo de três anos para êsses títulos, prazo inteiramente fora das práticas atuais do nosso mercado financeiro, importará no domínio dessa área pelos Bancos Estatais de Desenvolvimento que, pelas suas naturais características de empreendimentos públicos, não dependerão do público investidor para a colocação de papéis com prazo de resgate tão dilatado.

As medidas fiscais adotadas — isenção temporária do impôsto de 15% sôbre incorporação de reservas ao capital, redução do lucro tributável pela correção do capital de giro, redução do impôsto sôbre dividendos, manutenção do incentivo fiscal do Decreto-Lei 157 e taxação na fonte dos rendimentos das letras de câmbio — servirão para contrabalançar os efeitos negativos acima descritos, pois haverá maiores vantagens e estímulos para os Bancos de Investimentos se dedicarem às operações relacionadas ao mercado de ações.

O crescimento no volume de negócios em ações e a alta generalizada de cotações observados nas bôlsas de valôres nos dois últimos meses, bem como o sucesso no lançamento público de NCrS 55 milhões em ações da Light — Serviços Gerais de Eletricidade S.A. parecem indicar que já existe possibilidade para os Bancos de Investimentos realizarem operações de *underwriting* para venda de ações ao público. Nesse sentido, a experiência que essas entidades adquiriram com a colocação de ações entre os fundos que administram os recursos do Decreto-Lei 157 em muito facilitará o seu trabalho nesse setor.

Tudo indica que em 1969 os Bancos de Investimentos registrarão nôvo crescimento no volume de suas aplicações, não só pela agressiva política de expansão que estas entidades vêm adotando, como também em função da abertura de novas áreas de atuação, especialmente no mercado de ações e nos financiamentos de capital de giro através de aceite de letras de câmbio. E êsse crescimento certamente representará uma maior participação dos Bancos de Investimentos no volume total de crédito concedido pelo sistema financeiro à indústria e ao comércio brasileiro.

BANCOS PRIVADOS DE INVESTIMENTOS

Posição em: 31-12-68

(Em NCr$ Milhões)

QUADRO N.º 4

	Bradesco	Crefisul	Real	Fed. Itaú	BIB	Investbanco	Safra	Finasa	Bozano	Nacional	Finacional
Recursos Próprios											
Capital	20,0	10,0	25,0	15,0	20,0	10,0	7,5	15,0	15,0	5,0	7,5
Capital a realizar	(1,5)	—	(2,0)	(2,8)	—	—	—	(7,0)	(3,5)	—	—
Capital realizado	18,5	10,0	23,0	12,2	20,0	10,0	7,5	8,0	11,5	5,0	7,5
Reservas	14,2	13,8	4,0	3,5	3,4	1,0	7,4	9,2	3,1	3,2	4,1
Saldo result. pendente	9,5	3,9	0,3	9,5	1,4	4,7	2,5	2,3	1,2	6,0	0,8
TOTAL	42,2	27,7	27,3	20,2	24,8	15,7	17,4	19,5	15,8	14,2	12,4
Recursos de Terceiros											
Letras câmbio	200,1	16,5	74,4	37,6	39,5	43,8	68,3	83,0	23,5	41,8	62,7
Finame	11,2	50,4	3,9	—	5,8	6,0	3,2	0,9	1,4	4,4	1,9
Depósitos a prazo fixo	5,6	70,1	73,8	62,4	2,7	28,2	26,2	2,1	49,4	35,6	10,7
Resolução 63	—	9,6	—	—	46,7	20,1	12,2	13,6	27,0	—	—
Fundo Dec. Lei 157	11,6	7,5	3,4	17,0	17,7	19,9	2,3	7,4	3,8	2,7	2,9
Outras contas	16,5	7,2	3,8	4,5	3,9	4,0	2,3	1,0	6,1	9,3	11,4
TOTAL	254,0	161,3	159,3	121,5	116,3	122,0	114,5	108,0	111,2	93,8	89,6
Aplicações											
Disponível	8,9	6,6	5,8	1,0	3,2	2,5	4,7	2,0	1,6	3,0	6,2
Imobilizado	0,3	2,4	1,2	—	0,8	1,6	1,0	2,2	1,9	0,2	0,4
Aceites cambiais	232,8	16,5	59,7	37,6	38,8	43,6	68,4	80,0	23,5	39,5	63,9
Empréstimos diversos	—	69,6	83,3	79,5	2,3	31,3	—	2,5	39,7	51,5	4,4
Refinanc. Finame	11,2	50,4	—	—	6,0	6,0	3,4	0,9	1,4	4,4	2,1
Refinanc. 63	—	9,6	—	—	46,7	20,3	12,1	13,5	27,4	—	—
Títulos mobiliários	18,1	11,2	32,9	6,2	23,4	6,8	35,8	15,0	26,9	4,5	21,8
Fundo — Dec. Lei 157	11,6	7,5	3,4	17,0	17,7	19,9	2,3	7,4	3,8	2,7	2,9
Outras contas	13,3	15,2	0,3	0,4	2,2	5,6	4,2	4,0	0,8	2,2	0,3
TOTAL	296,2	189,0	186,6	141,7	141,1	137,6	131,9	127,5	127,0	108,0	102,0

	Halles	Ipiranga	Fiducial	BGI	Aymoré	Credisam	Guanabara	Induscred	Bahia	Brascam	Totais
Recursos Próprios											
Capital	10,0	20,0	5,0	10,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	225,0
Capital a realizar	(0,9)	(5,0)	—	—	—	—	—	—	—	—	22,7
Capital realizado	9,1	15,0	5,0	10,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	202,3
Reservas	2,4	2,1	3,7	1,2	2,1	1,8	1,6	1,2	0,1	3,3	86,4
Saldo result. pendente	2,4	4,0	0,5	0,7	0,1	2,9	—	0,8	0,1	8,3	56,9
TOTAL	13,9	21,1	9,2	11,9	7,2	9,7	6,6	7,0	5,2	16,6	345,6
Recursos de Terceiros											
Letras câmbio	43,2	12,1	22,4	37,2	41,1	17,4	23,0	21,7	11,4	—	923,7
Finame	4,8	—	0,8	2,0	0,1	—	0,3	—	—	—	97,1
Depósitos a prazo fixo	10,5	28,4	5,0	11,2	3,1	—	—	0,3	—	4,9	430,2
Resolução 63	5,0	8,6	29,5	5,4	3,6	18,4	0,5	—	1,9	—	202,1
Fundo Dec. Lei 157	7,0	—	3,7	2,1	2,4	0,1	—	0,1	3,1	—	114,7
Outras contas	12,4	9,5	8,9	6,4	3,2	2,1	3,2	2,8	6,1	0,1	130,5
TOTAL	82,9	58,6	70,3	64,1	53,5	38,0	27,0	24,9	22,5	5,0	1 898,3
Aplicações											
Disponível	1,5	1,6	2,8	3,3	2,3	0,8	4,2	1,0	0,8	1,6	64,1
Imobilizado	1,0	0,1	1,8	0,1	0,2	0,1	0,1	2,1	0,3	—	17,8
Aceites cambiais	42,0	12,2	21,3	38,6	40,8	17,5	22,3	22,1	11,3	—	932,4
Empréstimos diversos	10,0	39,7	3,3	9,0	3,9	1,4	—	3,1	—	8,3	441,8
Refinanc. Finame	4,8	—	0,8	2,0	0,1	—	0,3	—	—	—	93,8
Refinanc. 63	5,0	8,6	29,5	5,4	3,7	18,4	0,5	—	1,9	—	262,6
Títulos mobiliários	8,9	15,7	3,8	7,2	1,0	8,0	5,9	0,9	5,5	12,1	271,6
Fundo — Dec. Lei 157	7,0	—	3,7	2,1	2,4	0,1	—	0,1	3,1	—	114,7
Outras contas	16,6	1,8	12,5	8,3	6,3	1,4	0,3	3,6	4,8	0,9	105,1
TOTAL	96,8	79,7	79,5	76,0	60,7	47,7	33,6	31,9	27,7	21,6	2 243,9

UMA POLÍTICA URBANA PARA O BRASIL

HARRY JAMES COLE

A *explosão urbana* brasileira não é mais uma especulação teórica sôbre o futuro. Está ocorrendo já há algum tempo e já estamos vendo como quase insolúveis os seus sintomas.

Favelas, engarrafamentos de trânsito, delinqüência juvenil, aumento de índice de criminalidade, falta de energia, poluição de esgotos, impostos altos e crescentes, deficiências na distribuição do abastecimento — todos, todos e muitos outros são os sintomas da falta de compreensão do fenômeno do século XX — *urbanização acelerada* e em grande escala.

Entretanto, sòmente através de *urbanização deliberada e orientada* se poderá aspirar à transformação de nosso país em uma nação industrial e post-industrial, isto é, *desenvolvida*.

Concluiu-se que, em 1970, teremos que acomodar mais pessoas nas áreas urbanas brasileiras — 56 milhões de habitantes — que a população total do Brasil em 1950.

Nas áreas metropolitanas teremos 27 milhões de pessoas ou seja o dôbro da população metropolitana em 1960, em 10 anos. Aproximadamente o equivalente a duas Grandes São Paulo (pop. atual 7 milhões) de acréscimo.

Isto demonstra, *sem dúvida*, a urgentíssima necessidade de uma atitude nova do Govêrno federal, dos Estados e municípios.

É essencial que haja a definição de:

POLÍTIOA DE DESENVOLVIMENTO

Essa política deverá compatibilizar os objetivos nacionais com as grandes modificações na composição da ocupação territorial, onde a aceleração de transferência da população rural para urbana indica uma mudança, na estrutura econômica do país.

As recentes ações do Govêrno na área de reforma agrária demonstram um *espantoso desconhecimento* da problemática de uma política nacional de ocupação do solo, pois de uma forma reacionária procura fixar o homem à terra rural, impedindo a sua transferência para a cidade onde mesmo nas favelas teria uma maior oportunidade de se incorpora à comunidade desenvolvida, e o justo acesso ao: trabalho diversificado e opção do trabalho, ao aprendizado de novas atividades econômicas, à maior participação de família na formação de renda e com opções diversificadas para todos os seus membros.

Deve-se notar também que a política de média e pequena propriedades agrícolas impede a introdução da tecnologia em grande escala e a formação da grande emprêsa rural com todos os seus ganhos de escala.

A política de desenvolvimento urbano e local deveria também prever alternativas e opções de objetivos, como exemplo: favorecer o crescimento da urdidura de [illegible]des, médias e grandes; favorecer a melhoria de condições sócio-econômicas nas grandes áreas metropolitanas; induzir o crescimento das áreas urbanas e metropolitanas de forma equilibrada ou promover as *regiões megalopolitanas*, promover a ocupação do vazio territorial do Brasil Central e Amazônico ou intensificar a utilização de regiões com infra-estruturas e economias externas razoáveis, procurando maximizar sua relação custo/benefício. Essas são apenas algumas das opções e alternativas que deverão ser examinadas de forma sistemática.

CONSELHO DE MINISTROS

Dada a dificuldade de soluções de alto nível, dever-se-ia procurar, reunindo em um conselho institucionalizado, os Ministros do Planejamento, Interior, Transportes, Indústria e Comércio, Educação e Saúde. Êsses ministros são os responsáveis mais diretos pela vida sócio-econômica da população brasileira que em 1970 será predominantemente urbana (60% ou 57 milhões de habitantes vivendo em cidades). Como poderemos continuar resolvendo problemas por *setores* quando em uma nação urbanizada os setores *coexistem* na mesma área física e há uma grande densidade de atividade? Até quando e que resultados darão numa política habitacional que promove eficientemente a produção de habitações sem verificar a adequação aos padrões de confôrto urbano (assunto êste entendido como um *luxo* por alguns, para a população de baixa renda), mas que na realidade poderão produzir situações de impasse econômico ocasionadas pela enorme demanda de investimentos infra-estruturais dificilmente dispensáveis (estradas expressas, metrô, sistema de águas e esgotos, etc.) e possìvelmente evitáveis se as áreas urbanas fôssem planejadas de forma coerente, econômica e compatível com sua nova função e dinâmica de crescimento.

O mau aproveitamento do solo urbano, a ociosidade de áreas servidas por equipamentos públicos, a ociosidade de equipamentos urbanos em certas partes das cidades em contraposição a saturação de uso ou sua inexistência em outras têm induzido o Poder Público na sua tradicional política de *vistas curtas* a investir pesadamente de forma errada e no lugar errado.

INFORMAÇÃO E PESQUISA

Considerando que a *explosão urbana*, a *metropolização* e *megalopolização* são fenômenos novos, é necessário um maior e mais profundo conhecimento dêsses *sistemas*, sua mecânica, a identificação de sua *patologia* ou *tendências patológicas*, enfim identificar seu *processo de formação* e suas tendências a fim de indicar e formular planos e o quadro geral de *decisões* e alternativas pelo Poder Público nos seus três níveis, a serem tomadas, para o desenvimento harmônico e compatível com o processo de desenvolvimento nacional.

Tudo isso é possível se razoáveis recursos forem alocados para:

1.º) — *SISTEMA DE INFORMAÇÕES* — Já há estudo e projeto de um sistema de informações para o desenvolvimento urbano e local realizado pelo Serfhau-BNH do Ministério do Interior (projeto êsse iniciado por nós no Serfhau em fins de 1967).

2.º) — *SISTEMA DE CENTROS DE PESQUISAS URBANAS E DE DESENVOLVIMENTO LOCAL* — Devido aos mesmos serem criados nas universidades como apoio ao treinamento de *planejadores* e *pesquisadores*. Vários países já os têm: Cendes na Venezuela; Cidu no Chile; Instituto Torquato na Argentina e inúmeros outros na Europa e América do Norte.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Deverá o quanto antes ser reaberta a questão referente ao Artigo 157, Parágrafo 10, da Constituição de 1967, que prevê e reconhece áreas metropolitanas e a necessidade da solução *integrada*, intermunicipal e com a participação dos Estados e da União na realização de objetivos comuns como obras, SRT — sistemas rápidos de transportes, abastecimento, etc., enfim tudo o que seja relativo à comunidade metropolitana como conjunto.

A lei sôbre *contribuição de melhoria* até o momento não foi resolvida, precisa ter solução rápida. A *mais valia* criada pelas inversões públicas não está repondo o sacrifício de impostos suportado por todos.

A lei sôbre loteamentos precisa ser revista e regulamentada, também desde 1967 está *dormerte* e causando sérios problemas.

A legislação que torna *compulsório* o planejamento como condição de recebimentos de recursos financeiros pelos municípios ainda não existe a nível federal. Sòmente o Estado de São Paulo está aparelhado com legislação dêsse tipo. Entretanto o poder federal não definiu ainda sua posição e não tem mesmo demonstrado conhecimento sôbre o assunto. A ignorância de fatos sôbre as transformações urbanas chega a ser desesperadora.

Existe atualmente o Serfhau, porém sem condições financeiras e técnicas para absorver essa importante função de executivamente implementar uma política compatível com as dimensões dos problemas. No ano que vem, 1970, teremos 57 milhões de brasileiros vivendo em áreas urbanas, cidades e vilas, isto é, 60% da população do país! Quem é a nível federal responsável diretamente por essa nação urbana? Ninguém.

O REFLORESTAMENTO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

SAMUEL KLABIN

O problema florestal brasileiro tem merecido, por parte das entidades oficiais responsáveis pelo assunto, notadamente nestes últimos anos, a melhor das atenções.

Aí estão as medidas de estímulo e disciplinares estabelecidas, das quais estamos colhendo os primeiros resultados.

Entretanto, apesar dos exaustivos estudos realizados e da série de providências, algumas já postas em prática, é de se reconhecer que o problema no nosso país é bastante complexo, possuindo características especiais, algumas delas, a nosso ver, carecendo de melhor análise e de soluções a curto prazo.

Tendo como único objetivo o de procurar colaborar no equacionamento dos nossos problemas florestais e no encontro das suas melhores soluções, reunimos aqui algumas observações, obtidas através do contato quase diário com o assunto.

DEVASTAÇÃO

Aspecto que tem representado uma constante preocupação, por parte dos responsáveis pela nossa política florestal, é o da devastação indiscriminada de grandes áreas de boa cobertura florestal, que anualmente se processa em vários Estados e Territórios para fins agrícolas e pastoris.

A destruição florestal no Brasil atinge 300 mil quilômetros quadrados, sendo abatidas aproximadamente 300 milhões de árvores por ano. Êste ritmo de destruição determinou, nos últimos 42 anos, uma devastação que cobre uma área de 1 451 137km2. As Regiões Norte e Centro-Oeste detêm a maior concentração de áreas florestadas remanescente (36,57%), enquanto o restante do país apresenta apenas 4,79%, destacando-se que 83% das florestas brasileiras são especificamente amazônicas.

A devastação das reservas florestais de São Paulo já atingiu 90% de sua área, índice muito superior ao de países com maior densidade demográfica, como por exemplo a Alemanha Ocidental, que com igual território e população três vêzes maior tem 27,3% de cobertura florestal.

A região mais atingida, nos últimos anos, pela devastação florestal foi a zona oeste do Estado, dedicada à pecuária extensiva. Os índices de cobertura florestal, nas últimas décadas, baixaram dramàticamente: de 24% em 1940 para cêrca de 15% em 1961 até chegar aos 10% de 1967.

Os paranaenses descobriram há pouco tempo que o pinheiro — símbolo do Paraná e sua principal fonte de riqueza — está desaparecendo do seu Estado.

Um estudo completo sôbre o assunto, realizado em 1963, mostrou que por volta de 1975 não existirão mais pinheiros em condições de exploração econômica, a menos que seja iniciada já uma campanha de reflorestamento em larga escala.

Há pouco tempo foram descobertos por acaso no Município de Santa Maria, no *Rio Grande do Sul*, 600 pinheiros *Araucaria Angustifolia* com mais de 100 anos, que não se sabe como chegaram incólumes a essa idade. A descoberta foi tão surpreendente que os técnicos imediatamente providenciaram para que fôssem cercados de cuidados especiais, receosos de que alguém os derrubasse.

Para um Estado no qual o pinheiro caracterizava a paisagem da região serrana, o fato dá bem uma idéia da ação desencadeada contra as outrora exuberantes florestas gaúchas.

Para evitar que o seu território se transforme em um deserto dentro de 10 anos, *Minas Gerais*, tem de enfrentar alguns problemas sérios: o alto custo do reflorestamento, a dificuldade de o Estado manter uma vigilância severa para conter a ação devastadora das queimadas — que ocorrem todos os anos nos meses de agôsto e setembro — e a exploração comercial e industrial de madeira.

Segundo informações do Setor de Reflorestamento do Estado da Bahia "se o jacarandá continuar a ser explorado desta maneira, dentro de 10 anos desaparecerá."

E ainda, situando as proporções em que se registra o desmatamento no Estado, atualmente, a Bahia possui apenas 18% de matas virgens, com relação ao que existia e atribuiu êsse quadro a três fatôres: a exploração irracional da terra pelos fazendeiros, o crescimento do número de serrarias e o contrabando de madeiras.

No *Amazonas*, os únicos elementos precisos que se têm sôbre desmatamento são fornecidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem, que mantém anotados os seguintes números no calendário das obras rodoviárias: 662km entre Manaus e Pôrto Velho e 160km entre Manaus e Rio Alalaú, ambas numa faixa de 60 metros.

O Instituto de Pesquisas da Amazônia tem apenas o inventário florestal da Estrada Manaus—Itacoatiara, enquanto o Instituto de Desenvolvimento Florestal pouco pôde explicar sôbre as zonas de abate ou mesmo sôbre as organizações madeireiras da região.

PERIGO

Afora o perigo que tal devastação representa, pelo desaparecimento progressivo da floresta, o desmatamento irracional está provocando problemas de ordem econômica e social para o Estado e municípios, pois tôda a madeira é exportada em toros, forçando o fechamento das pequenas indústrias de beneficiamento e conseqüente abandono da mão-de-obra regional.

Goiás, iria à recessão econômica caso fôsse aplicado com rigor o Código Florestal, porque a economia estadual está baseada na agricultura e na pecuária extensiva e os agricultores, por falta de recursos, são forçados à lavoura nômade, destruindo a cada ano, com as queimadas, 300 km de florestas, fenômeno que se repete anualmente na chamada *limpeza dos pastos* das fazendas de cria e engorda.

O cálculo é precário, porque nem o Govêrno nem os particulares, dispõem de qualquer contrôle estatístico sôbre as queimadas, que se sucedem normalmente em todo o território goiano, especialmente no mês de setembro. Nessa época, as cidades são literalmente invadidas pela fumaça.

Temos ciência de que em alguns Estados (Minas Gerais e São Paulo) os podêres públicos, através de seus Serviços Florestais Estaduais, têm prestado uma efetiva contribuição, disciplinando enèrgicamente estas derrubadas, com a criação de contingentes de Polícia Florestal, especialmente treinados para êste fim.

A situação florestal de Minas, não obstante a imprecisão dos dados estatísticos existentes, pode ser assim definida, segundo o Instituto Estadual de Florestas: de 1936 a 1960 foram devastados 113 387km2 de florestas; até hoje foram reflorestados apenas 2 000km2. A área coberta do Estado, até 1960, era pouco superior a 7% do território.

A escassez da madeira representa para São Paulo uma verdadeira ameaça de colapso das atividades econômicas que dela dependem.

O seu reflorestamento está sendo coordenado pelo Serviço Florestal que produz anualmente 20 milhões de mudas de árvores. Dessas mudas, 50% do Govêrno e o restante em terras particulares.

Cremos útil, na oportunidade, um apêlo no sentido de que os demais Estados e Territórios criem idênticos serviços com as mesmas finalidades. Tal política representará positivo conjunto de medidas, cujos resultados se farão sentir a curto prazo.

Destacamos, em especial, os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que, pela implantação de indústrias derivadas da madeira, muito teriam a se beneficiar de um serviço organizado neste sentido.

Sob outro ângulo, os Estados de Goiás, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro e aquêles da Hiléia Amazônica, em que a preservação das reservas de um lado e o seu correto uso do outro teriam departamento técnico responsável pela política a ser desenvolvida.

Sendo o Brasil considerado um baixo consumidor de madeiras, quando comparado com outros países como EUA, Suécia, Inglaterra, Japão, o grande responsável pela devastação das nossas matas continua sendo a conquista de novas terras para as suas agriculturas e pecuária em grande parte exercidas com níveis primários de organização e produtividade.

Urge, portanto, a criação de medidas que objetivem corrigir esta distorção, a bem do encaminhamento mais equilibrado dos processos de desenvolvimento regional.

Entre outras, consideramos como uma das mais imediatas a da reposição florestal, através de programas de reflorestamentos bem conduzidos e em zonas adequadas, acompanhados, quando possível, de apoio à agricultura e pecuária.

No campo florestal a medida que mereceu o melhor dos aplausos foi, sem dúvida alguma, a que proporcionou condições para o reflorestamento financiado, concretizada, em 1966, através da Lei n.º 5 106, de 2-9-1966, e do Decreto n.º 59 615, de 30-11-1966, que a regulamentou.

MEDIDA ACERTADA

Trata-se da acertada e oportuna lei dos estímulos fiscais aplicada ao reflorestamento por meio da dedução no impôsto de renda.

Este dispositivo governamental representou um autêntico sucesso no nosso país, em matéria de reflorestamento executado, bastando para isso citar as cifras bem representativas do que acabamos de dizer. Até fins de 1967 foram aprovados mais de 500 projetos técnicos, sendo que no ano passado, 1968, esta quantidade já se aproximou de 2 mil projetos técnicos, encaminhados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), abrangendo cêrca de 400 milhões de árvores, reflorestando mais de 181 mil hectares, num total de investimentos de aproximadamente 167 milhões de cruzeiros novos.

Entretanto, surge a seguinte indagação: Os reais objetivos dêste dispositivo governamental serão plenamente atingidos através da garantia de um verdadeiro desenvolvimento econômico regional?

Não temos dúvida em poder afirmar que esta garantia será atingida desde que seja elaborado, com a urgência possível, um planejamento industrial, calcado na distribuição das concentrações florestais, ora em formação no nosso país.

O reflorestamento no Brasil é um imperativo inadiável, já que, segundo estimativas, a devastação florestal atingiu 20% do território nacional, sendo que êsses 20% cobrem a maior parte das áreas civilizadas da Nação.

Não podemos nos esquecer de que uma grande parte dos plantios florestais estimulados o são de coníferas exóticas, de rápido crescimento e que exigem, quando atingem idade entre sete e oito anos, desbastes técnicos.

Necessitamos, portanto, garantir a êstes plantadores preços razoáveis para a madeira, resultantes dêstes manejos, assegurando assim a manutenção destas florestas para fornecimento futuro de matéria-prima para todos os fins.

Impõe-se um planejamento industrial a curto prazo e apoiado por medidas de financiamento a fim de podermos proporcionar uma total segurança a um dispositivo oficial, que objetiva a reposição de um recurso de tal importância para a nossa terra.

Temos absoluta certeza de que êste trabalho já está sendo estudado pela nossa entidade oficial máxima em assuntos florestais no Brasil.

A bem de mais expressivos impulsos ao desenvolvimento regional, cumpre amparar-se o chamado *dinamismo da cultura* na sua interdependência com as áreas ecológicas e com a série de relações entre o homem e as plantas, entre o homem e os animais, entre o homem e outros homens, tal como recordou Cassiano Ricardo em *A Floresta e a Agricultura em Nossa Expansão Geográfica*.

As florestas permitiram no passado nacional o primeiro ciclo do pau-brasil, o do açúcar, no massapé gordo da zona da mata do Nordeste, o da caminhada do café à busca do *bojo do sertão* e tôda a nossa agricultura.

Depois dêstes quatro séculos de sua exploração desordenada, os princípios de um sadio desenvolvimento regional estão a exigir hoje o seu cultivo e desfrute à luz de uma nova problemática econômica que se baseia na reposição contínua e no conservacionismo perene de tão benfazejos elementos de ordem geográfica, financeira e social

POPULAÇÃO, MÃO-DE-OBRA E DESENVOLVIMENTO

GRACIANO SÁ

"A avalanche de crianças afoga o sistema escolar, literalmente consome a margem de poupança e inunda o mercado de trabalho." (Robert McNamara)

O fenômeno do crescimento econômico é, em têrmos simples, um fenômeno de causação circular entre produção, emprêgo e mercado: produção gera emprêgo, emprêgo gera mercado e mercado, produção. **O problema** do desenvolvimento é o de prover meios para que a alimentação do circuito seja, sempre, ou a maior parte do tempo, **positiva**: mais produção, mais emprêgo, mais mercado, mais produção. Desenvolvimento é, por isso, antes de mais nada, um problema de **gerência**, e bons gerentes são geralmente escassos.

Há dificuldades estruturais, em primeiro lugar. Para citar algumas: as que dizem respeito ao correto proporcionamento dos fatôres às atividades econômicas; à eliminação dos gargalos de infra-estrutura; e ao desenvolvimento de mercados que garantam a expansão de unidades produtivas em regime de rendimentos suficientemente amplos para que os mercados se alarguem ainda mais. Há, também, dificuldades na administração dos fundos que mobilizam a riqueza nacional: as que provêm, por exemplo, de o Govêrno gastar mais do que produz; estender crédito excessivo em relação ao crescimento do setor que o recebe; e promover desequilíbrios entre preços relativos, sem obediência a critérios de produtividade. E há, de outra parte, os problemas decorrentes e associados com o crescimento da população: saúde e saneamento, escolarização, habitação e ocupação territorial.

Dizia-me acertadamente um amigo economista, que êstes problemas estão condicionados a uma restrição fundamentalmente estrutural que se chama tempo. Dê-se tempo ao tempo e uma mão invisível situará cada coisa em seu lugar, reduzirá a natalidade a níveis racionais, e remunerará a todos na exata medida que contribuem para o Produto Nacional. Deixar, entretanto, que o sistema escolha e percorra seu próprio curso, em busca do ótimo teòricamente atingível, é argumento superado nos dias de hoje. Existem, primeiro, circunstâncias institucionais e orgânicas que ameaçam o modêlo de autoflagelação, e, segundo, um redobrado desejo de antecipação às regras do jôgo competitivo, antecipação que provém das demoras e incertezas que, consoante êste jôgo, regem o desenvolvimento, e que se acentua na proporção do desequilíbrio da riqueza entre nações, onde os anseios de populações ricas emergem em populações pobres.

É por fôrça dessa antecipação à ocorrência natural dos fatos econômicos, que no Brasil o Govêrno chamou a si a tarefa de produzir o desenvolvimento. Em busca dêle promoveu-se, em períodos alternados, a inflação e a desinflação, a distorção e a correção de preços relativos (sobretudo no mercado externo, na taxa de juros, e nos serviços de utilidade pública), o investimento direto e o induzido (a ponto de hoje o Govêrno responder por mais de 50% do investimento total anual); e promoveu-se e institucionalizou-se, para bem ou mal, o planejamento econômico. Êste tem por finalidade declarada dar ao sistema o embalo inicial que garante a realimentação positiva dos efeitos subseqüentes, e desta forma materializa o desenvolvimento.

Em atendimento ao planejamento, tornou-se possível, exceto por um parâmetro, propor e policiar tudo ou pràticamente tudo que rege o sistema econômico do país: salários, juros, tributação e meios de pagamento, investimento, preços, congelamento. Sôbre população entretanto — o parâmetro que falta — por ser èticamente condenável, nada se diz de nôvo. Aufere-se os benefícios da ciência para a redução da mortalidade, e a natalidade deixa-se às fôrças livres da natureza, em tributo ao mais desbragado laissez-faire. O anacronismo é evidente: em casos como o brasileiro, população é o grande fator de inércia no mecanismo a romper.

* * *

Um mercado vale por seu poder de consumo, não pelo número de indivíduos que dêle participam. A falência do poder aquisitivo de um mercado agrava-se quando é alto o desequilíbrio entre a oferta e a procura de mão-de-obra, e jovem a população. Sendo jovem a população, não há expectativa de que o fenômeno se corrija espontâneamente, em curto prazo. Alto nível de desemprêgo, população jovem, alta taxa de crescimento demográfico e baixo poder aquisitivo são circunstâncias que requerem da nação pelo menos dois esforços conjugados: 1) o de aumentar a absorção de mão-de-obra para desta forma gerar mercado, e 2) o de canalizar poupança às obras sociais e de base, indispensáveis ao atendimento da população. O desenvolvimento não fica comprometido na medida em que êstes objetivos não se tornem conflitivos. Os fatos são os seguintes.

Não existem estatísticas de desemprêgo agregado no país. **Presume-se** que seja alto o nível de desemprêgo **urbano**, por exemplo, pelas diferenças entre os censos econômicos e demográficos do país, desde 1940, relativas às atividades de comércio, indústria e serviços. Os censos econômicos, representando mais pròximamente a procura por mão-de-obra, indicam cêrca de 3 milhões de indivíduos ativos **a menos** que os censos demográficos. **Presume-se**, igualmente, que o nível de desemprêgo rural seja alto, na medida em que o excedente populacional no campo não realiza uma vida econômica de subsistência, e por isso aflui às cidades. Estima-se que cêrca de 50% do crescimento populacional urbano entre 1950 e 1960 (da ordem de 5,4% ao ano) decorre do descompasso entre o crescimento da população ativa rural e da população rural total, ambas crescendo ao mesmo ritmo, sôbre contingentes básicos diferentes (36 milhões a população rural total, 12 milhões a população ativa rural, em 1960), o que amplia a diferença absoluta a cada ano. E, por sôbre tudo isto, **presume-se** que a economia não tenha capacidade de absorver, espontâneamente, o contingente de quase 1 milhão de indivíduos que entra no mercado de trabalho do país a cada ano, sem mencionar a utilização dos que são, atualmente, inaproveitados.

Êste quadro de desocupação de mão-de-obra tem, em verdade, raízes históricas. Nunca se interferiu efetivamente no desequilíbrio do mercado rural de mão-de-obra, nem no influxo rural-urbano dêle decorrente. A previsão dos governantes falhou, assim, na medida, em que o mercado **urbano** de mão-de-obra foi incapaz de absorver o excedente populacional urbano e o migratório. Houve, neste ponto, uma evidente falha de planejamento.

A filosofia do crescimento econômico brasileiro, induzido pelo Govêrno, foi a de industrializar o país através de maciça intensificação de capital. Entre 1947 e 1964 o produto cresceu 5,4% ao ano; o capital, 6,4%; mão-de-obra apenas 2,7%, e portanto a relação capital/produto cresceu 1,0% ao ano, e a relação capital/mão-de-obra, 3,7% ao ano. Neste ritmo, os requisitos de capital por trabalhador ativo duplicam cada dois decênios. Se aos dias de hoje esta intensa capitalização não proporcionou o mercado espontâneo, independente do de substituição de importações e de reposição, como se admitira (pelo menos tàcitamente) fôsse ocorrer por ocasião dos "50 anos em cinco" de Kubitschek, é porque duas variáveis se inseriram no esquema de desenvolvimento proposto: uma associada ao capital — o progresso tecnológico; outra associada à população — a inadequação tecnológica da mão-de-obra aos métodos de produção induzidos pela capitalização.

A intensa capitalização do setor industrial gerou emprêgo, é verdade, mas não na proporção que geraria em circunstâncias de isolamento econômico e estagnação tecnológica. Por exemplo, a indústria de materiais elétricos, de comunicações e de materiais de transportes, que inclui o complexo automobilístico, cresceu à notável taxa de 26% entre 1955 e 1962, mas absorveu mão-de-obra apenas à de 10% ao ano no período, ou seja, 12% **a menos** do que deveria, não houvesse interferência de nova tecnologia. As indústrias químicas absorveram, no mesmo período, a uma taxa 7% menor do que teriam absorvido naquelas circunstâncias. O fenômeno constata-se também em ramos industriais considerados trabalho-intensivos: as indústrias têxteis absorveram a uma taxa 6% inferior, e as industriais alimentares, de bebidas e de fumo, a uma taxa 3% inferior ao que deveriam em caso de estagnação tecnológica. Em certos setores industriais, têxtil sobretudo, houve, em certos períodos, ocorrência de crescimento físico acompanhado de desemprêgo, o que indica deslocamentos na função de produção, identificáveis com nova tecnologia e reorganização administrativa. Por tais motivos, o comportamento do setor industrial, como absorvedor de mão-de-obra e gerador de mercados, preocupa. Setores trabalho-intensivos, como as indústrias têxteis, alimentares, bebidas e fumo empregavam 43% da mão-de-obra em estabelecimentos de mais de cinco pessoas ocupadas na indústria de transformação, em 1955; em 1964 apenas 34%; em 1976 talvez 25%. Ao que tudo indica, êstes ramos industriais passam por uma fase transitória para regimes capital-intensivos de produção. Estimando, com a liberdade que os números permitem, o crescimento físico dos setores industriais, e a incidência futura de nova tecnologia, firmas de mais de cinco pessoas na indústria de transformação reclamarão em média cêrca de 100 mil novos empregados ao ano nos próximos cinco anos, muito aquém do desejável para que se recomponham com brevidade os desequilíbrios no mercado de trabalho urbano existentes e potenciais.

Dados sôbre a inadequação tecnológica do trabalhador brasileiro são menos palpáveis. Êles provêm, por inferência, da acentuada substituição tecnológica da mão-de-obra, do refinamento dos novos métodos de produção industrial, do baixo índice de escolarização brasileira, e da baixa produtividade marginal do trabalhador nacional. Certos elementos estatísticos indicam, neste particular, que a produtividade marginal nacional equipara-se ao nível do salário mínimo nos centros urbanos. É verdade que a produtividade marginal do trabalhador urbano é superior à média nacional (a do industriário, cêrca de três vêzes), mas o cálculo não leva em consideração o ônus dos encargos sociais em que o empresário incorre ao remunerar o trabalho (da ordem de 50% da fôlha de pagamento). Baixa eficiência marginal da mão-de-obra, desemprêgo tecnológico e explosão demográfica fazem parte do mesmo mecanismo de inércia que trava o desenvolvimento: a) não é aconselhável reduzir a capitalização do Setor Secundário; b) é vantajoso absorver a melhor tecnologia disponível; c) é oneroso escolarizar e prover os demais benefícios sociais na proporção do crescimento do contingente populacional; e portanto, d) é difícil gerar um mercado, suficientemente amplo, que se auto-estimule espontâneamente.

Diante da incapacidade do Setor Secundário em absorver mão-de-obra na proporção do excesso de oferta, o setor de serviços, e nestes, os de Govêrno, interfere diretamente no mercado de trabalho urbano, como instrumento moderador dos desequilíbrios existentes. O Govêrno absorveu mão-de-obra à taxa colossal de 11% ao ano entre 1950 e 1960, e teve, por isso, sua produtividade média reduzida naquele período, quase que no mesmo ritmo. Ao que consta, nenhum dirigente brasileiro agiu, até o momento, no sentido de conter o regorgitamento do setor Govêrno criado pelos altos níveis de absorção de mão-de-obra até hoje empregados, pois não são menores os receios de desastrosas conseqüências sociais no meio urbano. Esta atitude paternalista do Govêrno no mercado de trabalho dificilmente poder-se-á inverter no futuro, a menos que novas fontes de procura venham drenar o excedente físico que se acredita existir.

* * *

Eis portanto, em resumo, o quadro delineado. Para gerar produção, é preciso gerar emprêgo, mas existe oferta de mão-de-obra em excesso na zona rural (ou não haveria migração rural-urbana), e incapacidade de absorção de mão-de-obra no mercado urbano, por circunstâncias ligadas à capitalização, ao progresso tecnológico, à baixa eficiência marginal do trabalhador, e à virtual saturação do Setor Terciário, já desproporcionado pelos excessos de absorção do passado. Paralelamente, existe em curso um fator estimulante de novos desequilíbrios sociais: o crescimento demográfico do país, de cêrca de 3% ao ano, um dos maiores do Globo. Dados êstes parâmetros, o problema resume-se em produzir o desenvolvimento.

Planejar a ação governamental a partir destas condições iniciais é tarefa extremamente difícil pois o produto disponível é um só, e não há como consumir em excesso, sem criar, cedo ou tarde, problemas de endividamento externo. Duas premissas básicas devem ser estabelecidas, para que em tôrno delas gravite o planejamento: 1) é necessário canalizar poupança às obras sociais e de base necessárias à população; 2) é necessário aumentar a absorção de mão-de-obra para gerar mercado e impulsionar a economia.

Medidas incipientes, ou em prática, adequadas às dimensões do problema, são a reforma agrária, a reforma educacional, e o Plano Nacional de Habitação. A reforma agrária interfere diretamente no mercado rural da mão-de-obra, e deve ser compreendida num contexto de radicação do homem ao campo, pela criação de novas unidades empresariais, e por isso empregadoras de mão-de-obra. O investimento necessário é considerável: dois mil dólares por unidade de exploração assentada, ou 1,2 bilhão de dólares em dez anos, no programa inicial de implantação proposto pelo grupo interministerial recentemente criado. A reforma educacional pretende desviar 5% do produto à educação nos anos 70 (contra 3,5% atualmente), para enfrentar problemas inadiáveis de escolarização. Setenta por cento das crianças de 7 a 11 anos estão na escola, mas apenas 10% das que têm idade para ensino médio, e 1,5% das que estão em idade de ensino superior recebem instrução. Uma infra-estrutura educacional para atender 3 milhões de indivíduos (ensino médio atual) requer maciços investimentos para instruir os 12 milhões que podem, hoje, cursar o nível primário. O problema agrava-se ainda mais no ensino superior.

Configura-se, entretanto, no Plano Nacional de Habitação um instrumento específico para compatibilizar benefícios sociais com o emprêgo de mão-de-obra. A criação do BNH e a concepção de sua organização financeira foram, por isso mesmo, das maiores conquistas do primeiro Govêrno da Revolução. Na proporção em que a construção civil se mantiver trabalho-intensiva, o Plano Nacional de Habitação tem extraordinário alcance econômico, pelo emprêgo de mão-de-obra que diretamente promove um induz, e extraordinário alcance social, pelo volume de unidades habitacionais que proporciona. Segundo o Plano Trienal, recursos do BNH poderão atender, no triênio 68/70, a construção de 700 mil unidades habitacionais, ainda que isto represente 1/3 das necessidades latentes e de reposição previstas no Plano Decenal. De acôrdo com depoimento recente do Presidente do BNH, o Banco tinha contratado em agôsto de 1968 2,4 bilhões de cruzeiros novos, com os quais estariam sendo realizados investimentos de 4,6 bilhões de cruzeiros novos e a geração de cêrca de 15 mil empregos mensais diretamente na construção civil. A curto prazo, a construção civil é efetivamente a válvula de equilíbrio a utilizar, em obras de infra-estrutura que digam respeito à interiorização da economia, à construção de vilas suburbanas na periferia de cidades, e em serviços urbanos de infra-estrutura sanitária.

Com as medidas em curso para enfrentar os desequilíbrios existentes nos mercados de trabalho do país, resta, como é evidente, enfrentar a causa dos desequilíbrios futuros. Resta portanto, uma política de população. Por política de população entende-se, de momento (Plano Trienal) "adotar um ritmo **adequado** de expansão da população que permita progressivamente a exploração do potencial de recursos do país, e a ocupação efetiva do território." Esta política espelha, com fidelidade, a candura com que o tema é tratado oficialmente. Existem diversos ritmos adequados de expansão da população, na dependência de como se definam os objetivos desta expansão. Se o objetivo fôr a ocupação territorial, o ritmo adequado é o máximo fisicamente atingível, respeitadas as regras da monogamia. Se, por outro lado, fôr o desenvolvimento econômico, o ritmo adequado é o maior que não comprometa o mecanismo gerador do desenvolvimento, num horizonte razoàvelmente curto de planejamento. Ocupação territorial e desenvolvimento econômico são objetivos conflitantes, na proporção em que a primeira consome a margem de poupança necessária ao segundo. Não se tem conhecimento histórico de nações que estimularam o desenvolvimento econômico com taxas de crescimento demográfico de 3% ao ano. Por isso, é êrro de planejamento o Govêrno omitir-se diante das necessidades do desenvolvimento do país em face do crescimento populacional brasileiro.

Com cristalino bom senso, McNamara afirmava recentemente que a ênfase do planejamento nacional em diversos métodos de contrôle da natalidade é da responsabilidade dos Governos. À família fica reservado o direito inviolável de escolher os métodos, ou escolher nenhum.

O MINÉRIO DE FERRO NA ECONOMIA BRASILEIRA

IVO S. CARRALA

O minério de ferro é uma das matérias-primas mais importantes na produção mundial. O ferro participa em quase todos os produtos, ou como componente direto, ou como componente dos fatôres que atuam no processo produtivo. De uma forma ou de outra, é um elemento estratégico que está sempre presente na evolução econômica de um país.

Mineral conhecido já na pré-história, é dos que se encontra com maior abundância na crosta terrestre. As jazidas brasileiras, localizadas, colocam-se entre as maiores do mundo, estando estimadas em 20 bilhões de toneladas.

A produção mundial do minério é, atualmente, de cêrca de 600 milhões de toneladas anuais, sendo os seguintes os principais produtores, em 1967; URSS (168); Estados Unidos (88), França (50), Canadá (38), China (32), Suécia (28), Índia (26), Brasil (25), Libéria (19), Venezuela (17), Austrália (15), Chile (12) e Reino Unido (13).

O minério brasileiro (hematita), explorado principalmente no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, é de grande aceitação internacional devido a seu alto teor de ferro (65%). A produção nacional mais do que dobrou nos últimos dez anos, pressionada pelo crescimento das demandas interna e externa, sendo que as vendas ao exterior representam acima de 50% da produção total.

MINÉRIO DE FERRO

(milhões de toneladas métricas)

	Brasil		*Mundial*	
Anos	*Produção*	*Exportação*	*Produção*	*Exportação*
1960	9,3	5,2	456,6	151,6
10,2	1961	6,3	454,6	147,1
1962	10,7	7,7	478,5	155,9
1963	11,2	8,3	513,6	160,1
1964	17,0	9,7	574,2	188,7
1965	20,7	12,7	604,0	188,6
1966	23,3	12,9	626,9	188,8
1967	25,0	14,3	631,1	199,5
1968	—	15,0	—	—

O Brasil vem-se colocando, nos últimos anos, entre os grandes exportadores de minério de ferro, dentre os quais pode-se citar: Canadá, URSS, Suécia, França, Venezuela, Libéria, Chile e Índia. É de se realçar o vertiginoso crescimento das exportações brasileiras de hematita no período 1960/67, pois, enquanto as exportações mundiais aumentaram em 36%, as nossas o fizeram em 175%. Êsse fato, adicionado à evolução da demanda interna, provocada pelo desenvolvimento da economia nacional, permitiu que a produção brasileira passasse a representar 4% da mundial, embora ainda seja insignificante comparada com a magnitude de nossas reservas.

Dessa forma, o minério de ferro, cujas vendas ao exterior rendiam ao país menos de US$ 50 milhões, até 1959, passou a constituir-se numa fonte preciosa de receita cambial, gerando divisas que davam margem à importação de bens necessários ao impulso desenvolvimentista. Assim, a partir de 1965, essa receita tem-se mantido ao redor de US$ 100 milhões, chegando, em 1968, a US$ 106,6 milhões, cifra que corresponde a 5,7% do valor total das exportações brasileiras.

Note-se, ainda, que, até 1967, o incremento do volume exportado vinha sendo limitado pela deficiente capacidade de embarque de nossos portos. No ano passado, no entanto, o pôrto de Tubarão, construído no Espírito Santo com a finalidade de resolver tal problema, já estava em pleno funcionamento, o que possibilitou registrarem-se novos recordes na velocidade de carregamento do minério.

O crescimento da receita auferida com a exportação se dá a uma taxa inferior ao do volume embarcado e isso ocorre em função do movimento das cotações internacionais. Como todo produto primário, o minério de ferro também sofre o problema da tendência à deterioração dos preços. No caso dos produtos agrícolas, essa tendência ainda pode, ocasionalmente, ser interrompida pela quebra de safra de alguns produtores importantes, mas para o ferro esta ocorrência é bem mais difícil.

O preço médio, por tonelada exportada, era de US$ 13,55, em 1957, e veio declinando gradativamente, até chegar a US$ 7,20, em 1967. Em 1968, o volume exportado aumentou de 4,8%, em relação ao ano anterior, mas a receita em divisas só cresceu 3,6%, em face da queda de US$ 0,08 no preço médio do produto.

A única forma de contornar êsse obstáculo é reduzir os custos de produção, através de maior produtividade, e melhorar o produto ofertado. Isto vem sendo realizado de forma efetiva no Brasil, haja vista o magnífico exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, a maior emprêsa do setor.

As perspectivas são boas a curto prazo. Como já referido, o pôrto de Tubarão está em condições de intensificar o ritmo de embarque e, além disso, espera-se que a usina de pelotização da CVRD (localizada no próprio pôrto) esteja pronta para funcionar no segundo semestre de 1969, graças a NCr$ 30 milhões de investimentos próprios e a um empréstimo de US$ 143,5 milhões obtido no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Na extração do minério, 30% do produto reduzem-se ao que se chama *finos de minério*, que não têm a granulosidade requerida para a exportação. Com êsses finos serão fabricados os *pellets*, esferas de meia polegada de diâmetro empregadas modernamente no processo de fabricação de aço das grandes siderúrgicas.

O minério pelotizado, de grande aceitação no mercado internacional, tem, atualmente, um valor de venda de US$ 14 por tonelada — o dôbro do minério em bruto.

Como a usina está programada para produzir dois milhões de toneladas no primeiro ano de funcionamento, estima-se que virá a proporcionar uma receita de US$ 28 milhões, valor êsse que deverá ser duplicado, já no segundo ano, com a expansão planejada da capacidade de produção.

O empréstimo do BID deverá, portanto, ser amortizado com facilidade e o Brasil terá dado mais um passo decisivo no caminho para a exportação de produtos com maior grau de elaboração e para a melhor utilização da matéria-prima.

PERSPECTIVAS PARA O SANEAMENTO BÁSICO

HUGO ANTÔNIO DE ALVARENGA OLIVEIRA

Em face da série de modificações processadas no alto escalão do Ministério do Interior, bem como, em virtude das alterações verificadas em relação à diretriz de política fiscal, com a introdução de cortes no Orçamento de 1969, e a redução do percentual do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (destinadas a conter o deficit em níveis preestabelecidos), além do fato de que até o momento desconhecemos o ponto-de-vista das autoridades monetárias e da nova administração do Ministério do Interior, procuraremos no presente trabalho apresentar uma pequena descrição da problemática do saneamento básico no Brasil, objetivada em fornecer subsídios aos novos dirigentes, através de sugestões e de quadros estatísticos.

Realmente, as modificações de política fiscal acima referidas estão inteiramente vinculadas à execução das duas modalidades atuais de operação do Govêrno federal na área do saneamento básico, através de investimentos a *fundo perdido* e a *fundo rotativo*.

Os programas de doação de investimentos a fundo perdido em sistemas de abastecimentos de água e esgotos sanitários, provàvelmente deverão sofrer um reescalonamento sôbre os cronogramas físicos e financeiros dos projetos que os compõem, em proporções equivalentes ao corte orçamentário, sem entretanto possìvelmente sofrerem qualquer processo de descontinuidade.

Os programas de financiamento ou de investimentos a fundo rotativo montados na área do Ministério do Interior dentro do BNH com suporte em recursos do FGTS através do Sistema Financeiro do Saneamento, organizados sob a forma de fundos rotativos de água e esgôto a níveis regionais, estaduais e intermunicipais e complementados com recursos de contrapartida financeira dos Governos estaduais e municipais, provàvelmente deverão ser revistos em têrmos de novas composições pelas reduções impostas no Fundo de Participação de Estados e Municípios, sem entretanto também aí sofrerem descontinuidade.

Não obstante, antevendo-se a possibilidade da comissão diretora do Conselho Nacional de Saneamento vir a ser convocada com a finalidade de traçar um plano nacional de saneamento de conformidade com o Artigo 7.º, da Lei n.º 5 318, de 26-9-67, o atual diploma legal que rege a matéria, a assessoria técnica da Secretaria Geral do Ministério do Interior em conjunto com seus órgãos executivos já havia elaborado e vinha discutindo o documento abaixo que poderia servir de ponto de partida para se enquadrar os programas de saneamento em andamento nos Ministérios do Interior e da Saúde com a participação coordenadora do Ministério do Planejamento, procurando-se dessa forma eliminar de uma vez para sempre os problemas dêsse setor de infra-estrutura social.

SUGESTÕES PARA UMA POLITICA DE SANEAMENTO BÁSICO

A política de saneamento básico se alicerçaria num plano nacional elaborado nas seguintes diretrizes e preceitos:

I — O plano nacional seria uma composição compatibilizada de planos regionais que consistirão de programas destinados a atender as diversas classes de comunidades, em consonância com sua capacidade técnico-econômica (infra-estrutura técnico-administrativa e econômica);

II — Os programas constituintes dos planos regionais abrangeriam as seguintes modalidades:

a) *Programa de financiamento*, destinado ao atendimento de comunidades de alta capacidade técnico-econômica, onde não haveria investimentos de recursos a fundo perdido;

b) *Programa de financiamento com parcela de doação*, destinado ao atendimento de comunidades com capacidade técnico-econômica carente de doação parcial, que seria investida pelo Govêrno federal, a fundo perdido;

c) *Programa de doação*, destinado às comunidades sem capacidade técnico-econômica e carentes de doação total, a ser investida pelo Govêrno federal a fundo perdido.

III — A programação acima teria como base uma composição de recursos provenientes das seguintes fontes: — financiamentos externos, financiamentos internos (BNH), contribuições orçamentárias do Govêrno federal, contribuições dos Governos estaduais e contribuições das municipalidades;

IV — A sistemática de programação deverá ser dinâmica, parcelada e integrável no sentido ascendente, de modo a compor as linhas básicas dos planos regionais aqui estabelecidos;

V — A execução desta programação implicaria a constituição de fundos rotativos para subprogramas, a níveis regionais, estaduais e intermunicipais, na interdependência de composição de recursos dos subprogramas, com base num regime de tarifas, e destinado à implantação, ampliação e manutenção dos sistemas de saneamento, aos mesmos níveis;

VI — Os subprogramas dos fundos rotativos regionais, estaduais e intermunicipais, seriam flexíveis, podendo ter sua adaptação estabelecida em função de causas de momento, e em consonância com as disponibilidades do órgão de financiamento;

VII — Seria atribuição dos órgãos regionais de desenvolvimento a elaboração dos planos regionais e seus programas, a gerência dos subprogramas dos fundos rotativos regionais e a supervisão direta do subprograma dos fundos rotativos estaduais e intermunicipais, os quais teriam a gerência dos promotores daqueles níveis;

VIII — O sistema executivo do plano nacional de saneamento básico teria a seguinte constituição:

Órgão supervisor e de coordenação geral — (comissão diretora do Consane;

Órgãos promotores dos planos regionais; organismos de desenvolvimentos regionais;

Órgão de financiamento: BNH;

Órgãos técnicos: DNOS, DNOCS, Suvale, DRNRU e FSESP.

IX — Os níveis de detalhes dos planos, programas e subprogramas deverão ser tais que permitam a maior flexibilidade e operabilidade de execução dos diversos elementos do sistema executivo;

X — As regiões não compreendidas nas áreas de atuação dos órgãos de desenvolvimento regional teriam atribuições daqueles órgãos substituídos pelo órgão supervisor e de coordenação geral;

XI — Deveriam ter continuidade tôdas as ações individuais e conjuntas dos atuais sistemas executivos, dos programas já iniciados e em execução, dentro das diretrizes anteriormente estabelecidas, tendendo à total integração.

RESULTADOS DOS PROGRAMAS A FUNDO ROTATIVO DE SANEAMENTO DO MINTER
BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO DO SANEAMENTO
SUBPROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA — REFINAG

PARTICIPAÇÃO NO SUBPROGRAMA

BNH	37,5%	Período Previsto de Implantação	3 anos
Estados e Órgãos Regionais	37,5%		
Municípios	25,0%	Período Médio de Alcance	20 anos

1 — CONVÊNIOS APROVADOS

UNIDADES BENEFICIADAS	N.º CIDADES ATENDIDAS	POPULAÇÃO ABASTECIVEL PELOS PROJETOS (1 000 habit.)		VALOR DOS PROGRAMAS NCr$ 1.000
		PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	
Amazonas	10	280,0	600,0	19 980
Pará	28	700,0	1 600,0	35 520
Amapá	1	57,0	80,0	1 997
Roraima	1	20,0	40,0	221
Rondônia	1	10,0	20,0	7 814
Maranhão	37	190,0	350,0	19 880
Mato Grosso	12	290,0	500,0	28 640
Goiás	60	900,0	1 800,0	71 645
São Paulo	87	2 300,0	4 600,0	159 840
Rio Grande do Sul	150	1 750,0	3 500,0	119 409
Rio de Janeiro	55	1 700,0	3 600,0	111 000
Minas Gerais	61	1 300,0	2 200,0	115 649
Acre	4	20,0	60,0	2 219
Santa Catarina	31	500,0	1 200,0	62 160
Bahia	25	470,0	1 600,0	84 109
Paraíba	69	370,0	900,0	45 208
TOTAL	632	10 866,0	22 650,0	885 291
2 — CONVÊNIOS EM ANDAMENTO				
Alagoas	30	320,0	700,0	40 000
Espírito Santo	39	510,0	860,0	10 600
Pernambuco	38	800,0	2 000,0	90 000
Total	107	1 630,0	3 560,0	146 000
QUADRO RESUMO				
Convênios Aprovados	632	10 863,0	22 650,0	885 291
Convênios em Andamento	107	1 630,0	3 560,0	140 600
Outros Estados	97	388,0	800,0	85 000
Total	836	12 884,0	27 010,0	1 110 891

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO DO SANEAMENTO
SUBPROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DÁGUA — REFINAG

Participação no Subprograma

BNH	37,5%	Período Previsto de Implantação — 3 anos
Estados e Órgãos Regionais	37,5%	
Municípios	25,0%	Período Médio de Alcance — 20 anos

1 — Contratos Aprovados
1.1 — Contratos Já Assinados

Unidades Beneficiadas	*N.º Municípios Atendidos*	*População a Ser Abastecida (1 000 habit.)*		*Valor do Investimento NCr$ 1 000*
		Primeiro Ano	*Último Ano*	
Minas Gerais	2	1 189,6	3 371,7	33 009,6
Rio de Janeiro	1	32,6	112,8	4 891,0
Rio Grande do Sul	52	75,0	183,0	12 953,9
Mato Grosso	3	140,5	786,6	15 244,7
Bahia	6	88,9	377,0	24 780,1
São Paulo	6	462,1	983,2	23 755,8
Goiás	1	4,5	17,5	747,6
Total	71	1 993,3	5 831,7	15 382,7
1 — 2 — CONTRATOS A SEREM ASSINADOS				
São Paulo (Jaú)	1	34,0	70,0	2 427,5
Goiás (Pontalina)	1	4,4	11,2	456,1
Amazonas	1	242,0	503,0	8 085,7
Total	3	280,4	584,2	10 969,2
2 — CONTRATOS EM ESTUDO				
Goiás	4	143,4	180,8	19 837,3
Mato Grosso	2	7,0	20,1	480,2
Bahia	2	132,4	500,0	16 296,0
Rio Grande do Sul	1	6,3	23,9	1 865,3
Santa Catarina	1	49,5	142,2	4 802,7
Total	10	338,6	867,0	43 281,5
QUADRO RESUMO				
1 — Contratos Aprovados	71	1 993,3	5 831,7	115 382,7
2 — Contratos em Estudo	3	280,4	584,2	10 969,2
3 — Extinto GEF	10	338,6	867,9	43 281,5
Total	84	2 612,2	7 282,9	169 633,3

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS APROVOU FINANCIAMENTOS DE NCr$ 72 MILHÕES EM 1968

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, que desde sua fundação em 1962 até fins de 1966 aprovou projetos que representaram uma aplicação de NCr$ 15 300 mil, só no exercício de 1968 aprovou 207 operações de financiamento, no valor global de NCr$ .... 72 979 945,50, mobilizando seus recursos próprios e aplicando os obtidos de vários fundos resultantes de convênios firmados nas áreas nacional e internacional.

Durante o exercício de 1968, o BDMG desenvolveu uma atuação que permitiu registrar um recorde de operações, beneficiando os mais variados setores da economia do Estado. O capital do Banco, que em 1966 era de NCr$ 5 milhões passou a NCr$ 15 milhões no exercício seguinte, elevando-se em 1968 a NCr$ 35 milhões, dos quais NCr$ .. 15 283 257,33 já integralizados naquele ano.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

Dentre os setores que mais se beneficiaram da assistência financeira do BDMG, destacam-se o alimentício e o de minerais não metálicos, incluindo a indústria de cimento, que teve aprovadas operações de financiamento da ordem de NCr$ 33 704 277,58.

Especìficamente em relação à área mineira enqudarada na Sudene, o BDMG, através de fundo próprio (Finepol), financiou os custos de elaboração de 10 projetos industriais e cinco agropecuários, cuja implantação representará para a região investimentos da ordem de NCr$ 95 377 348,19.

A atuação do BDMG nos setores da infra-estrutura e serviços sociais básicos consolidou-se no exercício de 1968, através de financiamentos a construção de estradas e sistemas de águas e esgotos. Nesse ano, foram assinados contratos com o DER, para aplicação de recursos do Gerca, da ordem de NCr$ 4 milhões, na implantação e construção de trechos de Piraúba—Cataguazes; Carangola—Presidente Soares e Ipanema—Centenário. O convênio assinado com o BNH e a Comag permitirá aplicação de NCr$ 110 milhões em obras de saneamento básico em cêrca de 60 municípios mineiros.

Ao encerrar-se o exercício, em 31 de dezembro de 1968, tinha o BDMG 81 projetos em estudos, em diversos departamentos, totalizando NCr$... 65 140 mil. Dêsses pedidos de financiamentos, 13 se destinam à aplicação no Polígono das Sêcas.

Dentre os projetos mais significativos aprovados em 1968, além daqueles relativos à indústria de cimento, merece destaque o financiamento para a instalação de uma fábrica de fertilizantes fosfatados em Poços de Caldas, já inaugurada e em regime de produção.

PROGRAMA EM ANDAMENTO

Visando a racionalizar e obter maior eficiência social e econômica em suas operações, o BDMG tem realizado vários estudos e formulado programas específicos para setores e faixas onde são complexos e prementes os problemas existentes.

Dentre êles destaca-se **o programa da pecuária de corte**, coordenado pelo BDMG e encaminhado ao BID, objetivando a melhoria do rebanho bovino nas regiões pecuárias dos Estados de Minas, Bahia, e Espírito Santo. O programa, que não se limita a simples financiamento, deverá ser aplicado em tôdas as fases de cria, recria e engorda. Prevê, ainda, assistência e fiscalização permanente durante todo o período de sua execução, através de contato regular dos técnicos do Banco com as fazendas beneficiadas com o financiamento. O montante dos recursos previstos para a execução do programa é da ordem de NCr$ 224 milhões, dos quais 50% de recursos externos, sendo êste o projeto apresentado ao BID pelo Brasil.

Identificando, entre os problemas básicos da agroindústria canavieira o obsoletismo do seu equipamento, a inadequação da técnica utilizada e a insuficiência de recursos financeiros para cobertura das despesas de operação, o BDMG preparou o Programa de Recuperação da Agroindústria Canavieira, baseado nos seguintes pontos fundamentais:

— Concessão de financiamento para reequipamento e modernização do setor; 2 — assistência financeira às usinas no período da safra; 3 — estímulo à renovação e tecnificação da lavoura canavieira; 4 — incentivo à relocalização de usinas inadequadamente implantadas.

Em convênio com o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, o BDMG realizou a pesquisa da indústria de laticínios mineiros e formulou o Programa de Recuperação da Indústria de Laticínios, baseado nos seguintes pontos:

1 — promover a modernização do equipamento e ampliação da escala média de produção das unidades existentes; 2 — incentivar a união de pequenas unidades em tôrno das unidades maiores, visando a obter os benefícios das economias de escala; 3 — assistir tècnicamente as fábricas de laticínios, de forma a conseguir maior qualificação técnica de produção a menores custos.

ESTUDOS ELABORADOS PELO BDMG

Além dos projetos de financiamentos aprovados durante o exercício de 1968 e dos programas em andamento, o BDMG realizou estudos de profundidade sôbre os setores diversos da nossa economia incluindo pesquisas de campo, como preliminar para definição de sua atuação através de programas específicos.

Entre os estudos de maior importância, alguns já publicados e outros em fase de elaboração, destacam-se os mencionados trabalhos sôbre a agroindústria açucareira de Minas Gerais, indústria de laticínios, além do **Diagnóstico da Região Leste Mineira**, estudos de viabilidade para implantação da nova cidade industrial de Contagem, **Indústria de Óleos Vegetais em Minas Gerais**, pesquisa do empresário industrial do Estado, síntese do **Programa Estratégico do Govêrno Federal, Diagnóstico das Regiões do Triângulo e Alto Paranaíba**.

Encontra-se também em elaboração um programa de recuperação da agroindústria algodoeira na região mineira do Polígono das Sêcas, sendo que a primeira etapa dos trabalhos, de diagnóstico, já foi iniciada, com sua inclusão prevista para dentro de seis meses.

"DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA MINEIRA"

Merece acentuado destaque, como trabalho de profunda significação e considerável esfôrço, o **Diagnóstico da Economia Mineira**, publicado em sete volumes e contendo uma análise objetiva e sistemática da economia estadual.

Nesse trabalho, o BDMG procura mostrar a real situação do Estado, identificar seu modêlo de comportamento e, através dêle, idealizar instrumentos de política econômica que possam, inclusive, servir de subsídio ao Govêrno para desdobrar um seguro programa de ação.

BDMG · FINANCIAMENTOS APROVADOS

NCr$ 1.000,00

75 000
70 000
65 000
60 000
55 000
50 000
45 000
40 000
35 000
30 000
25 000
20 000
15 000
10 000
5 000

1963 / 65
1966
1967
1968

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

J. BRITO ALVES

A atividade produtiva de uma comunidade pode ser entendida como sendo o processo de transformação de insumos ou produção intermediária em produto ou produção final, para cada universo tecnológico. *Coeteris paribus* e dado aquêle universo, o produto é, portanto, funcionalmente relacionado apenas às quantidades dos insumos.

Os teóricos do desenvolvimento, sendo Schumpeter uma das raras exceções entre as gerações passadas de economistas, enfatizaram a acumulação de insumos primários, particularmente a acumulação de capital, como sendo necessários para iniciar um processo de transformação das estruturas sócio-econômicas e o crescimento secular da renda *per capita*.

EDUCAÇÃO NOS PAÍSES AVANÇADOS

Êste culto a *Midas* terminou sendo contestado pelos fatos: pesquisas realizadas, inicialmente, nos Estados Unidos e, depois, da Europa, demonstraram que a correlação entre o crescimento do produto e o crescimento das quantidades dos insumos primários (capital e trabalho) era pequena, tão pequena que passou a constituir-se num índice da ignorância dos técnicos sôbre a causa da riqueza das nações, tema abordado por Adam Smith há quase dois séculos.

Quais, então, as outras variáveis determinantes do crescimento do produto? Uma lista típica de tais variáveis incluiria: 1. saúde, incluindo medidas para aumentar o vigor e a vitalidade da população, sua vida esperada, etc.; 2. treinamento da mão-de-obra no próprio trabalho; 3. educação formal aos níveis elementar, secundário e superior; 4. educação de adultos; 5. migração de indivíduos e famílias para se adaptarem a mudanças de oportunidades no mercado de trabalho; 6. pesquisas; 7. alterações organizacionais e administrativas; 8. alteração na qualidade do equipamento; 9. rendimentos crescentes de escala.

Educação, nas estimativas de Denison, um dos pioneiros neste ramo de pesquisas, foi responsável por um têrço do crescimento do produto por homem-hora entre 1929 e 1957 nos Estados Unidos, enquanto a acumulação de capital explicava aproximadamente um sétimo daquele crescimento. Educação destacou-se como tendo sido a variável crítica no desenvolvimento dos EUA e da Europa Ocidental. A reconstrução européia em uma década é mais uma evidência de como uma população educacionalmente privilegiada pode superar, ràpidamente, as limitações criadas pela insuficiência de capital físico. A evidência, também, favorece a hipótese de que o uso efetivo de capital físico depende do capital humano e, se há subinvestimentos na formação dêste, a taxa à qual aquêle pode ser eficientemente utilizado será baixa, emergindo a educação, em tais circunstâncias, como um ponto de estrangulamento da economia.

Os investimentos realizados nos países avançados no fator humano alteraram a sua qualidade e geraram (ou permitiram a geração?) um fluxo adicional de rendimentos futuros, positivo e contínuo que, muito superou os respectivos custos, formando uma relação benefício-custo vantajosa às das demais alternativas econômicas. Segue que se tornou altamente recomendável uma redistribuição dos investimentos que desse maior pêso relativo à educação, por ser êste o setor de mais alta rentabilidade.

EDUCAÇÃO E OS SUBDESENVOLVIDOS

Enquanto os países desenvolvidos têm feito grandes investimentos com o objetivo de aumentar o seu estoque de capital humano, os subdesenvolvidos pouco têm realizado para elevar a sua capacidade produtiva mediante a adoção de medidas idênticas, predominando, ainda, nos últimos, a baixa produtividade do trabalho, sua relativa imobilidade funcional e geográfica, especialização limitada, deficiências estas ligadas a valôres e instituições que minimizam os incentivos oferecidos por uma economia moderna. Mas a questão fundamental é: "deveriam os subdesenvolvidos seguir uma política educacional idêntica em ênfase àquela dos países avançados?"

A controvérsia educacional é dramatizada pela própria natureza controvertida das questões mais cruciais neste campo: 1. deve a educação ser universal? 2. deve a universalidade ser estendida a todos os níveis educacionais ou sòmente ao primário? ao secundário? ao superior? 3. se se optar pela não universalidade da educação, que tipos de educação devem ser enfatizados? em que grau? em que momento de tempo?

Alguns economistas têm criticado os planos de educação em massa proposto por vários países subdesenvolvidos, particularmente quando propõem levar as universidades às massas. Argumentam que: 1. tais países ainda não possuem demanda efetiva para absorver uma parte demasiada ampla da população educacional; 2. um país pobre não pode oferecer tanta educação quanto um país rico; 3. os gastos em educação competem com usos alternativos talvez tão importantes quanto os em educação; 4. mesmo dentro do próprio sistema educacional é necessário estabelecer prioridade.

Estas observações são particularmente relevantes se nos lembrarmos de que os recursos são escassos e que, embora a questão da universalidade possa parecer superficial, não há como fugir às restrições impostas pela limitação de recursos.

Os *policy-makers* e a comunidade devem estar conscientes do fato de que "guiar a formação de mão-de-obra pelas necessidades do mercado" é um critério fundamentalmente econômico, enquanto que "sua formação em obediência à universalidade" é um critério estritamente político, embora seus efeitos não sejam independentes.

Em geral, a orientação universalista ignora as necessidades do mercado, não do lado da insuficiência mas do excesso de mão-de-obra de alto nível. Não é, pois, estupefante que muitos dos jovens recém-saídos das faculdades não encontrem empregos aos salários vigentes, nos países onde prevalece esta política. E não encontram empregos porque sua formação atendeu a uma imposição política e não às necessidades do mercado. Êste excesso de mão-de-obra de alto nível seria absorvido pelo crescimento normal das atividades produtivas ou na presença da redução de seus salários relativos (achatamento salarial) ou por ocupação não relacionadas com sua formação acadêmica.

Há, nesta reivindicação, o uso inconsciente de uma lei econômica, velha de séculos, a qual, em suma, significa que "a oferta cria sua própria procura." Formam-se indivíduos, segundo critérios não econômicos e, depois, espera-se que os mesmos sejam absorvidos plenamente pelo sistema dentro de suas próprias especialidades. A exumação desta lei é extremamente infeliz porque: 1. o critério universal não é, em geral, consistente com o econômico; 2. a lei econômica citada é válida sob certas condições muito restritas e, apenas, aplicável ao nível agregativo, global e nunca ao nível setorial, como educação, por exemplo.

EDUCAÇÃO E DEMANDA DERIVADA

O argumento contra a universalidade do ensino baseado na existência de demanda efetiva ou na ignorância das necessidades do mercado supõe, e esta é uma suposição crítica à validade do argumento, que a demanda por educação é induzida pela expansão das atividades econômicas do país ou, simètricamente, que a educação é incapaz de atuar como fator causal do desenvolvimento. É, apenas, um fator permissivo, um fator sem o qual não há desenvolvimento, mas cuja presença não gera um processo de crescimento secular da renda *per capita*.

O causal pode ser, porém, o papel mais importante da educação na transformação social das nações. A fase das descobertas acidentais realizadas por pesquisadores isolados pertence ao passado, como ao passado pertence a formação bacharelesca, especulativa, onde a introspecção era o instrumento principal de pesquisa. As grandes descobertas têm sido o resultado de pesquisas sistemáticas realizadas por times integrados de cientistas, o que foi possível apenas devido à disponibilidade dêstes. Estas descobertas são, na verdade, o elemento subjacente responsável tanto pela introdução de novos produtos como pela utilização de novos processos. Na verdade, a demanda por educação não é estritamente resultante do desenvolvimento gerado por outras fôrças exógenas mas é em si capaz de iniciar ou continuar um processo de transformação econômica que, por sua vez, expande a demanda por todos os tipos de mão-de-obra, gera novas demandas e provoca alterações qualitativas no organismo social.

A ação causal pode ser, porém, de longa gestação. Os benefícios são de longo prazo e a expectativa de resultados imediatos poderá apenas aguçar as insatisfações de uma geração em guerra com a morosidade com que as sociedades teimam em resolver seus problemas.

A universalidade do ensino primário e secundário já foi pràticamente alcançada por alguns países avançados. Mas não há nenhum país que tenha alcançado esta meta para o nível superior. Mesmo nos EUA apenas cêrca de metade de sua população em idade escolar freqüenta as universidades. O próprio Govêrno brasileiro optou, no papel, por uma política híbrida: de um lado, a universalidade do ensino primário; do outro, guiar o ensino superior pelas necessidades do mercado. Mas esta não vem sendo implementada com rigor, conforme a evidência disponível: 1. dados do IBGE mostram que há certa tendência, mesmo em profissões como Engenharia, de o formando não trabalhar na sua especialidade; 2. o aproveitamento dos excedentes mostra que o critério dominante é o universal; 3. não tem havido uma política de desestímulo à proliferação de certas faculdades em favor de estímulo e especialidades mais prioritárias.

A EXPERIÊNCIA ALIENÍGENA

Os resultados dos estudos realizados nos países avançados demonstrando o papel dominante da educação no seu desenvolvimento cobrem apenas períodos mais recentes da sua história, isto é, períodos durante os quais aquêles países já eram avançados. A inexistência de dados tabulados têm dificultado a tarefa de repetir ditos estudos para a fase preliminar ou do seu arranco para o desenvolvimento. Esta verificação nos coloca diante de certas questões incômodas a que não poderemos ignorar inconseqüentemente: 1. foram os investimentos em educação críticos para o desenvolvimento inicial dos países atualmente avançados? 2. em caso afirmativo, é esta verdade transplantável para as realidades atuais das economias subdesenvolvidas?

A ênfase atual dispensada à educação nos países subdesenvolvidos sugere que, em geral, os pensadores locais acreditem no transplante, sem rejeição e na ênfase daí conseqüente. A sua resposta à segunda pergunta parece ser *sim*, embora, muito possivelmente, fizessem adaptações e alterassem a ênfase. Mas estas são justamente as questões cuja natureza controvertida estamos tentando explicitar: que adaptações devem ser feitas? qual a ênfase do setor investimentos em educação dentro da matriz geral de investimentos? qual a composição ideal do setor investimentos em educação?

A primeira questão está vinculada à outra correlata e referente ao momento crítico, se um existe, em que se torna necessário *enfatizar* a criação de acervos qualitativos. Pode-se argumentar que, nos países avançados, os investimentos em ativos físicos foram mais importantes nas etapas iniciais e os investimentos em fatôres qualitativos tornaram-se mais acentuados em décadas recentes, embora a base factual não nos permita levar a análise ao detalhe de estimar a contribuição de elementos qualitativos às variações da renda no período inicial, desde que esta quantificação exigiria outras informações não disponíveis.

Infelizmente, êste é um campo onde há mais perguntas do que respostas. A universalidade mesma da educação primária é, por várias razões, econômicas ou não, um objetivo mínimo da maioria das sociedades atrasadas. É preciso, porém, não negligenciar o fato de que êste objetivo, essencial como é, concorre com outros usos também importantes, tais como estradas, portos, residências, hospitais, alimentação, etc., e não há como fugir à incômoda realidade de que o tamanho do bôlo econômico é limitado e cresce vagarosamente. Êste mínimo educacional é necessário à emergência e consolidação de um mecanismo de informações e comunicações eficientes a fim de permitir o funcionamento, também, eficiente, do sistema econômico.

A ampliação do programa educacional será viável apenas se a taxa de poupança interna da comunidade fôr aumentada ou se houver um influxo adicional de ajuda externa. Como esta não tem sido ponderável e, de qualquer forma, é um tanto aleatória, os países lutando para dar a sua população um mínimo educacional enfrentam a realidade cruel de ter que consumir menos para investir mais, substituir consumo presente por consumo futuro, vez que êstes investimentos são de longa gestação. Neste sentido, como em muitos outros, temos sido uns românticos, pois estamos sempre incluindo novos itens na faixa dos gastos ou ampliando itens antigos, enquanto que pouco temos adicionado à faixa das fontes de recursos indispensáveis para financiar aquêles usos.

É preciso, também, não ignorar o fato de que a mão-de-obra qualificada foi sendo formada nos países avançados na medida em que o próprio desenvolvimento econômico o exigia.

Na época, esta era uma opção relativamente pacífica em flagrante contraste com as pressões hodiernas favoráveis à universalidade educacional, em todos os níveis, embora esta não tenha sido alcançada mesmo pelos países socialistas num mundo onde a revolução ascendente das aspirações populares por padrões de consumo presente mais elevados têm superado a capacidade das economias em produzir as mercadorias e serviços necessários à satisfação daquelas satisfações.

Os efeitos favoráveis dos investimentos em educação ocorridos nas décadas recentes nos países avançados estão necessàriamente vinculados às suas próprias raízes históricas. A mesma consideração é, indubitàvelmente, válida na análise da recuperação européia de pós-guerra. Tratava-se de uma fôrça-trabalho cuja eficiência era, e é, profundamente condicionada pelo uso de técnicas e equipamentos intensivos em capital. Não seria, pois, surprêsa, se n países subdesenvolvidos, o critério universalista, cuja validade supõe ser a educação ùnicamente um fator causal, produzisse resultados minguados relativamente aos resultados esperados em direta resposta à predominância relativa dos investimentos neste setor. Haveria, pois, desperdício de recursos escassos numa sociedade ainda carente de uma gama variadíssima de bens e serviços que compõem a cesta do consumo mesmo das camadas mais pobres da população. O privilégio da educação seria não apenas um falso privilégio mas se converteria numa fonte adicional de miserabilização social.

Poderemos, certamente, aprender a utilizar as novas técnicas e, também, condicionar a nossa eficiência ao seu uso, como bem o demonstra a nossa industrialização recente. Êste é, entretanto, um processo mais lento, também, por causa de nossas tradições. A ausência de complexos de inferioridade não nos torna necessàriamente mais aptos, embora o complexo da racionalidade tenha esta virtude.

A justiça social é, certamente, um dos objetivos mais intensamente perseguidos por tôda uma gama de indivíduos das mais variadas côres ideológicas. Agora, há essencialmente, duas fontes principais capazes de gerar desigualdades sociais condenáveis: a primeira é o instituto da riqueza pessoal e a segunda é a educação privilegiada. Enquanto os efeitos da primeira podem ser combatidos mediante o uso adequado da política fiscal (exemplo: impôsto de renda progressivo), os da segunda podem ser erradicados mediante a adoção de uma política educacional agressiva, uma política que busque a criação de igualdade de oportunidade para todos.

Mas as condições em que a educação é oferecida pode, apenas, transformar as escolas, principalmente as faculdades, em centros de absorção não necessàriamente dos estudantes mais aptos, mas daqueles favorecidos por circuntâncias de nascimento. As razões são óbvias e conhecidas: os cursos secundários são deficientes e a limitação de vagas no ensino superior torna necessário um processo seletivo que exige preparação adicional à secundária, cara, além das posses de grande número de candidatos qualificados, acessível apenas àqueles já beneficiários de outros privilégios. É o conhecido processo acumulativo.

A reivindicação da educação universal e gratuita, segundo me parece, foi conseqüência de tais considerações.

O BANCO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (BNE)

Os objetivos são certamente nobres, porém, os meios são os mais defensáveis. A justiça social poderá ser alcançada pela política educacional mediante a criação de igualdade de oportunidades de treinamento formal. E o meio econômicamente mais eficiente de alcançar êste fim é a criação do Banco Nacional de Educação.

As vantagens associadas com sua criação são múltiplas:

— Nenhum candidato deixaria de cursar as faculdades por falta de acesso às fontes de financiamento, o que eliminaria um dos inconvenientes principais da atual sistemática operacional;

— O banco seria instrumental em eliminar os desequilíbrios entre as estruturas da oferta e da demanda por mão-de-obra de alto nível, porque ao estudante poderia ser transferida uma parte significativa dos custos educacionais financiada mediante empréstimos obtidos do banco, reembolsáveis a longo prazo acrescidos de juros moderados. Êste reembôlso penalizaria a preferência por profissões não essenciais ao processo de desenvolvimento porque o rendimento esperado em tais profissões é baixo e, assim, liberaria recursos para aplicação em setores mais prioritários, com o corolário de que a procura por diplomas por motivos de *status* seria também atingida. Òbviamente, êste é um setor caracterizado por vultosas economias externas e, por conseguinte, jamais se deveria tentar torná-lo diretamente autofinanciável;

— As condições do financiamento deveriam estar ligadas à essencialidade das várias formas de mão-de-obra: nos setores críticos, o financiamento poderia ser reembolsável em prazos mais longos, a taxa de juros mais baixa, com períodos de carência maiores, etc.;

— O princípio do BNH poderia ser aplicado ao BNE, reduzindo os encargos administrativos da já sobrecarregada máquina pública, fiel à boa norma da administração pública que exige fiscalização e contrôles diretos, porém execução indireta;

— As fontes de recursos do BNE são, potencialmente, várias: a) a rêde bancária particular poderia aplicar parte dos seus recursos captados do público neste setor, de acôrdo com regras a serem fixadas; b) os já diplomados em escolas superiores pagariam um impôsto de renda adicional e que passaria a constituir parte do acervo do BNE; c) as emprêsas também contribuiriam para êste fundo desde que são as maiores beneficiárias do programa; d) dotações orçamentárias; e) ajuda externa.

Os impostos pagos tanto pelos diplomados como pelas emprêsas são, aliás, necessários, a fim de eliminar uma das distorções atuais do mecanismo de preços. A emprêsa ao obter o serviço (o trabalhador treinado pelo Govêrno), paga-lhe apenas o salário sem custear sua formação. Há uma suposição de que, neste caso, o próprio mercado ajustou-se a esta situação e que os salários vigentes já incorporam êste elemento institucional. Não há, porém, nenhuma evidência de que esta é a realidade. O diplomado, mediante o pagamento do impôsto, ressarciria o Govêrno por parte dos subsídios pagos por êste às escolas. Os indivíduos diretamente beneficiados por um serviço devem custeá-lo.

O BNE não seria nenhuma panacéia capaz de resolver todos os problemas do ensino. Medidas complementares po[illegible]iam e deveriam ser a[illegible]otadas a fim de fortalecer o esquema sugerido. Exemplo: melhoria do ensino secundário, tornando o processo seletivo (vestibular) numa competição tão necessária quanto justa e que existiria enquanto nossa limitação de recursos não transformasse a universalidade da educação superior numa realidade palpável; maior atenção à formação de técnicos de nível médio; medidas para romper a imobilidade geográfica da mão-de-obra de alto nível, vencendo a aversão ao interior e contribuindo para minorar os desequilíbrios regionais de oferta e demanda por êste tipo de mão-de-obra.

A ESTRATÉGIA EDUCACIONAL

A ênfase, medida em número de graduados, dada aos vários níveis educacionais primário, secundário e superior — deverá decrescer, na medida em que o nível se eleva, decrescimento êste que se aproxima da forma piramidal. Esta estrutura é, considerando as limitações analisadas, ideal, pois, neste esquema, haverá uma oferta de pessoas com educação primária que poderá, a qualquer momento, ser absorvida pela demanda do ensino secundário; haverá, sempre, a oferta de secundaristas que, a qualquer momento, poderá ser absorvida pela demanda de ensino superior. Como o secundário é o ciclo mais longo, sete anos no Brasil, uma deficiência de oferta de secundaristas poderá se tornar extremamente negativa para a expansão do país, se esta depender de uma oferta maior de diplomados de nível superior, isto porque a defasagem entre a decisão de formar uma maior parcela da população em níveis superiores e sua implementação tornar-se-á maior por exigir que os indivíduos ainda cursando o primário completem o secundário e ingressem nas faculdades. Uma defasagem de sete anos, será, assim, eliminada. Daí a abundância de secundaristas ser recomendável.

Levado, talvez, por tal raciocínio, Arthur Lewis, um conhecido economista internacional, concluiu que a necessidade mais crítica de mão-de-obra qualificada é localizada nas escolas secundárias e acrescenta que os secundaristas são os "oficiais e oficiais não comissionados de um sistema econômico-social." A facilidade com que a economia brasileira adaptou-se às transformações de pós-guerra, suprindo ao setor moderno a mão-de-obra requerida, parece fornecer evidência favorável à tese daquele ilustre técnico.

O BNE contribuiria significativamente para a implementação da política piramidal sugerida.

Uma das primeiras lições ensinadas nos cursos de economia é que os usos (fins) são ilimitados, enquanto os recursos (meios) são relativamente escassos. A universalidade, mesmo interpretada como um fim em si, é um objetivo cujo alcance está condicionado à disponibilidade de meios. Meios e fins têm uma dimensão temporal, são fenômenos dinâmicos, funcionalmente relacionados e, até mesmo, substituíveis. Tais observações, porém, não invalidam o fato econômico de que os recursos são escassos e determinam o grau em que os fins podem ser alcançados. O esquema proposto como estratégia educacional é, na verdade, um compromisso entre um objetivo maior, o da universalidade do ensino, e a realidade incômoda representada pela limitação dos meios

A CORRETA FORMULAÇÃO DO PROGRESSO REGIONAL

EDMAR DE SOUZA

O Brasil vem acumulando, desde há um decênio, notável experiência no âmbito do desenvolvimento regional. Trata-se de um acervo que está a exigir sistematização e generalização rigorosas. Ainda que semelhante propósito não possa ser alcançado por um participante isolado dêsse processo — como é o caso do autor — caberia tentar, ao menos, a indicação dos grandes temas em tôrno dos quais é possível unificar pontos-de-vista ou identificar aquêles aspectos passíveis de aprofundamento.

A estratégia geral do processo em questão vem repousando, bàsicamente, no esfôrço de racionalização dos investimentos estatais. Essa diretriz desdobra-se em dois grandes eixos: 1.º) coordenação dos problemas das diversas agências, e, 2.º) concentração dos recuross disponíveis na infra-estrutura de energia e transportes, no saneamento e nas indústrias de base.

A coordenação das atividades do Poder Público numa determinada área não significa, òbviamente, o simples somatório de projetos ou intenções oriundas das diversas frentes de trabalho, mas a seleção de tais projetos segundo critérios plenamente explicitados, a partir de parâmetros nacionais e regionais. Nas condições brasileiras, onde a tradição mais arraigada é a da atividade autárquica, a coordenação pretendida teria naturalmente que enfrentar sucessivos percalços. Basta notar que sòmente agora, com o IV Plano (qüinqüênio 69/73) foram incorporados à Sudene os programas da Suvale (Superintendência do Vale do São Francisco) e do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas). Ambas as entidades, embora tivessem sua atuação limitada ao Nordeste, dispunham na verdade de faixa própria. A emergência de uma programação única não corresponde, é certo, aos níveis desejados de coordenação. Mas significa um passo representativo. Evita desde logo — por tornar flagrantes — a existência de objetivos incompatíveis entre si, a duplicação de esforços, etc.

Assim, a coordenação dos investimentos estatais constitui o primeiro tema de um balanço da experiência brasileira no que respeita ao desenvolvimento regional. Por essa via talvez se chegasse não só à plena explicitação de seu significado como sobretudo à fixação de critérios sólidos para norteá-la.

A concentração de recursos em alguns setores básicos repousa no pressuposto de que seriam capazes de se transformar em fatôres de dinamização arrastando atrás de si a economia e progresso social em seu conjunto. No caso da Sudene não há dúvida que semelhante diretriz haja sido aplicada de modo firme e conseqüente. No período 1960/1966, a distribuição percentual dos investimentos públicos no Nordeste, por setores de atividades, assim se discrimina (em %):

Discriminação	*1960*	*1961*	*1962*	*1963*	*1964*	*1965*	*1966*
Indústria	27,4	33,0	25,7	34,0	34,8	27,3	22,6
Energia (1)	14,5	14,1	15,3	12,5	22,5	28,7	24,5
Transportes	34,5	30,1	37,1	28,6	18,9	24,2	30,9
Subtotal	76,4	77,2	78,1	75,1	76,2	80,2	78,0
Outros	23,6	22,8	21,9	24,9	23,8	19,8	22,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IV Plano Diretor da Sudene — Volume I — Tabela 6.
(1) Inclusive saneamento.

No balanceamento dessa política estamos, entretanto, enormemente atrasados. Afirma-se que o Nordeste, na presente década, registra crescimento ininterrupto — ao contrário do país como um todo — a taxas relativamente altas, desde que avaliadas em 7% ao ano. Embora se possam discutir os percentuais indicados, o progresso da região é de percepção intuitiva. Competiria averiguar a que esfera de investimentos se deve atribuir tais efeitos. Nesse ponto há pelo menos duas hipóteses em choque. A primeira afirma que o processo dinâmico por excelência consiste na vinculação do Nordeste ao mercado único do Centro-Sul, tornada possível em decorrência da ampliação da rêde rodoviária. A segunda pretende que o fator de dinamismo seria representado pelos incentivos da legislação do impôsto de renda.

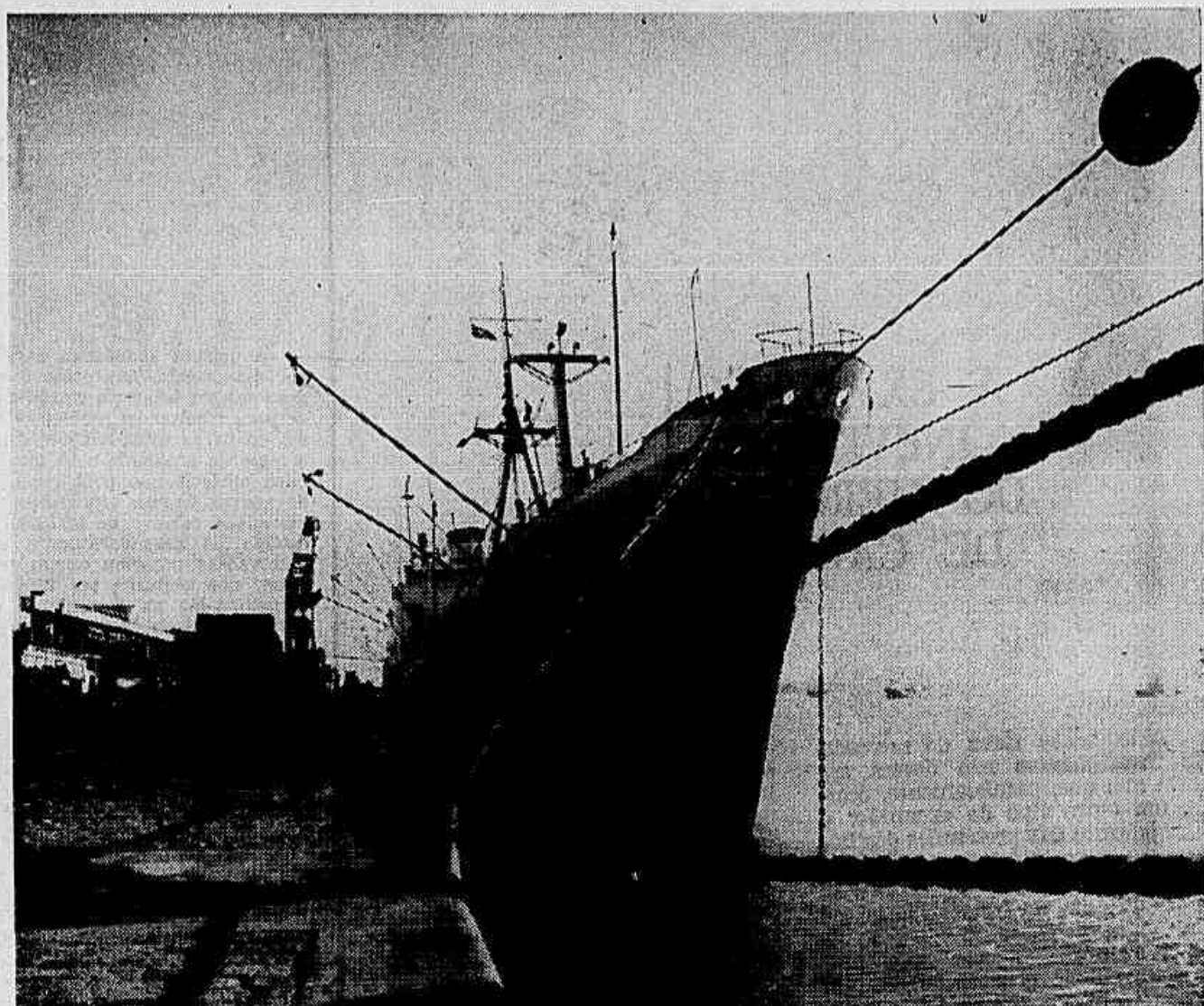
Essa polêmica, ao contrário do que possa parecer, nada tem de acadêmica, revestindo-se de imenso significado pragmático. Alguns estudiosos afirmam que o IV Plano Diretor da Sudene conteria uma mudança na estratégia, ao destinar apenas 45% dos recursos aos programas enumerados precedentemente (indústria, energia, transportes e saneamento básico) e atribuir posição de relêvo à agricultura e abastecimento (16%) e habitação, saúde e educação (26,5%). Competiria, portanto, efetivar-se uma tentativa de quantificação dos efeitos do investimento rodoviário, tomado isoladamente, bem como das aplicações à conta dos Artigos 34 e 18. Tal seria o segundo tema do almejado balanço de nossa experiência de desenvolvimento regional.

Ainda no plano da estratégia do desenvolvimento regional, o encontro de formulações adequadas, em relação a diversos outros problemas, poderia facilitar a multiplicação dos resultados esperados. Enumero-os sem a preocupação de esgotá-los seja de dispô-los em ordem hierárquica:

Tecnologia de vanguarda — Os incentivos fiscais aos investidores privados baratearam grandemente o capital, que é, por definição, o elemento escasso em áreas subdesenvolvidas. Estimulou-se, portanto, a adoção de tecnologia de alta densidade de capital. O fenômeno em si nada tem de negativo, desde que o Poder Público se disponha a agir em conseqüência. Em primeiro lugar, evitando o equívoco da substituição de importações e privilegiando os setores que possam competir no mercado internacional. Trata-se de que, com a incorporação de tecnologia avançada, faculta-se às emprêsas a possibilidade de trabalhar em escala mais ampla que a dos mercados regionais.

Tecnologia intermediária — Mesmo que se consiga extrair tôdas as vantagens decorrentes da incorporação de alta tecnologia, persiste entretanto o problema da investigação sistemática da viabilidade do recurso à tecnologia. O significado do tema resulta do imperativo de elevar-se a oferta de emprego, a custo que não comprometa nem o êxito global dos programas nem a assimilação da técnica moderna pelos grandes projetos. Em tese, o problema consiste em tentar baixar o custo do emprêgo industrial e em promover a modernização da agricultura, sempre que possível, sem o recurso à eliminação da mão-de-obra. No primeiro caso, alguns Estados nordestinos acumularam notável experiência no terreno da industrialização do interior, apoiada em pequenas emprêsas, cabendo balanceá-la e cuidar de atribuir-lhe dimensão regional. No segundo, trata-se de examinar os ganhos de produtividade que poderiam advir da melhoria dos tratos culturais, do emprêgo de sementes selecionadas, etc. Também aqui a experiência de projetos isolados, levados à prática no Nordeste, ainda não mereceu a análise que competiria efetivar.

Planejamento familiar — Embora o tema revista-se, na atualidade, de inelutável caráter polêmico, suponho que se deva tomar como ponto de partida o reconhecimento de que a redução das taxas de crescimento demográfico das áreas-problema como o Nordeste representa alternativa válida para a região, cabendo apenas encaminhar o debate sem dramaticidade.

O exame sereno de nossa valiosa experiência de desenvolvimento regional, tudo leva a crer, tornou-se uma questão-chave para o processo em curso. Não seria exagêro admitir que sòmente nossa capacidade de balanceá-lo pode assegurar o pleno êxito do empolgante projeto a que se lançou a nossa geração, ao aceitar o desafio de eliminar as disparidades regionais verificadas no crescimento do país.

RECURSOS E TRABALHO INTENSO FARÃO DE MUCURIPE UM DOS MELHORES PORTOS DO NORDESTE

Os volumosos recursos financeiros previstos para serem aplicados êste ano no pôrto do Mucuripe darão ao Ceará um dos maiores e mais bem aparelhados ancoradouros do Nordeste, prevendo-se que a economia de exportação passe a desfrutar de uma nova posição no conjunto de atividades geradoras de divisas estrangeiras para o país, e, também, o Estado veja assegurado um elemento fundamental à sua infra-estrutura.

Um dos primeiros no país a se organizar em moldes racionais, sobretudo pela presença de uma entidade de economia mista — a Companhia Docas do Ceará — o pôrto do Mucuripe, sonho de uma geração de cearenses, possui já hoje, mesmo antes de sua conclusão, ampla capacidade operacional, podendo-se afirmar que é o único do Estado que funciona de modo organizado, oferecendo completo atendimento às operações de fretes marítimos quer de longo curso, quer nacionais.

A NOVA PROGRAMAÇÃO

A Companhia Docas do Ceará, reconhecida pelas principais autoridades portuárias brasileiras como uma das emprêsas que melhor funcionam dentro das suas atividades, programa, como concessionária do pôrto do Mucuripe, a realização de um conjunto de importantes obras financiadas pelo Govêrno federal, dentre as quais cabe ressaltar o pier de petroleiros, a ser financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, mais um armazém com área de 6 mil m2 e dragagem da bacia de evolução e do canal de acesso, para manutenção das profundidades exigidas pelos navios que fazem escala em Fortaleza. Estas obras proporcionarão uma guinada de 180° em todo o projeto de ampliação do Mucuripe.

Por outro lado, no primeiro trimestre do corrente ano, deverão entrar em funcionamento e plena utilização uma série de outros melhoramentos, cujos projetos foram também atacados pelo Ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Assim, a partir do corrente mês, o principal pôrto do Ceará fará juntar ao seu formidável conjunto de obras um nôvo cais para atracação de navios com 10 metros de calado, um sugador de trigo com capacidade para transportar diretamente para os armazéns 150 toneladas de granéis sólidos por hora, e um nôvo armazém com área de 6 mil m2, assim como estação de passageiros, para a qual o Govêrno estadual, a título de cooperação, liberou a importância de 80 mil cruzeiros novos. Os cearenses, dêste modo, vêem o seu sonho de muitas décadas, em fase de acelerada realização.

O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Não cabe nenhuma dúvida quanto à grande participação do Ministério dos Transportes na nova política portuária surgida nos últimos dois anos no Estado. O Ministro Mário Andreazza, sempre que visita Fortaleza, percorre com as autoridades do Govêrno estadual as obras do grande projeto do pôrto do Mucuripe, verificando o cronograma de sua execução. O nôvo cais de petroleiros, que é uma das metas do Ministro, está avaliado em 10 milhões de cruzeiros novos, enquanto a estação de passageiros, executada dentro dos melhores requisitos da técnica moderna, disporá de agências postal e bancária, cabinas telefônicas e outros tipos de serviços que permitirão maior confôrto aos passageiros. Com a sua construção, o Ministério dos Transportes ensejou a instalação, na própria zona portuária, da administração da Companhia Docas.

Ainda para o segundo semestre dêste ano, prevê o Ministério dos Transportes o recebimento de cinco guindastes elétricos, de pórtico, encomendados a firmas especializadas da Alemanha Ocidental, pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, e também, a aquisição, dentro das possibilidades, e em estaleiros nacionais, de um nôvo rebocador de 600 H. P. de potência, melhorando, assim, as condições de atracação. É êste programa de reaparelhamento, aliado à construção de novos quilômetros de cais, que ampliará, conforme foi dito acima, a capacidade de exportação do Mucuripe.

OBRAS ESPECIAIS DE ARMAZENAGEM

No tocante às obras especiais de armazenagem, o Govêrno federal pretende construir no Mucuripe, em futuro próximo, um armazém especial para recebimento de sal a granel, bem como, instalação de equipamento mecânico para embarque dêsse produto de grande significação na vida econômica do Ceará. Obras de acesso hidroviário, por outro lado, estão previstas para as barras de Camocim e Chaval, portos naturais situados no extremo norte do Estado, e dos quais a Companhia Docas é ainda a concessionária. O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis fará, naqueles dois ancoradouros, obras de dragagem, visando dar condições de embarque e escoamento mais rápido à grande produção de sal daqueles municípios, e, conseqüentemente, contribuir para sua melhor cotação nos centros consumidores de outros pontos do país. Incluem-se nas metas da Companhia Docas, recursos para dragagem do pôrto de Aracati, situado no litoral leste do Ceará, a montante da foz do rio Jaguaribe. O DNPVN iniciará, breve, os estudos dêsse nôvo projeto portuário.

Assim, além de ter melhorada a sua atual capacidade de armazenamento, o pôrto do Mucuripe terá, também, na melhoria dos portos de Chaval, Camocim e Aracati, um apoio principal para as suas atividades de ancoradouro industrial. Os cearenses de um modo geral, e, particularmente, aquêles ligados à problemática portuária do Estado, vêem com grande entusiasmo a concretização dessas velhas aspirações, integradas no contexto do desenvolvimento geral do Ceará.

ÍNDICES OPERACIONAIS

Como grande pôrto que é, no momento, o Mucuripe, graças aos esforços da sua concessionária, apresenta um dos melhores índices operacionais do país, muito embora grande parte do equipamento de que necessita para movimentar cargas esteja ainda em fase de instalação ou aquisição. A Companhia Docas, a cada ano, e dentro do que lhe permite suas dotações, vem introduzindo novos processos mecânicos e novos métodos de trabalho, sendo prova dêste esfôrço o acentuado número de empilhadeiras, carrêtas, caminhões, guindastes e outros implementos que foram ou estão sendo adquiridos. No Mucuripe, para citar um exemplo, já se aplica, de longa data, o sistema de embarques com empilhadeiras e **pallets**, medida que vem contribuindo largamente para uma maior produtividade das operações de embarque e desembarque.

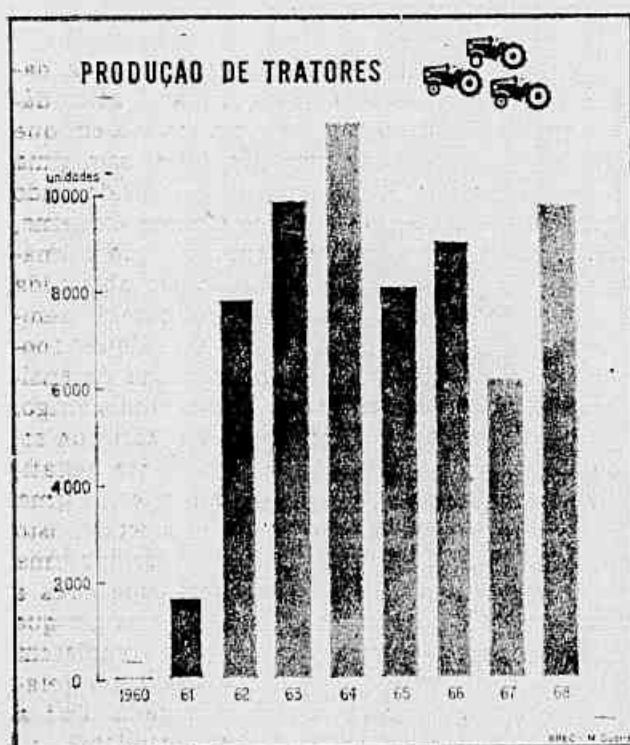
Verifica-se, ano a ano, o crescimento das atividades do pôrto, constituindo destaque especial a elevação do índice das mercadorias movimentadas, tomando-se por base o exercício de 1965 — ano da transformação da sua antiga administração em sociedade de economia mista. Naquele ano, foram movimentadas 575 mil toneladas de mercadorias; no ano seguinte, 785 mil; em 1967, 892 mil e, em 1968, 985 mil. Vale ressaltar que a Companhia Docas tem um programa orçamentário auto-suficiente, pôsto que não recebe subvenção de qualquer natureza, vivendo exclusivamente dos recursos oriundos da sua receita comercial. As estatísticas acima mencionadas refletem, acima de tudo, a dinâmica que vem caracterizando o pôrto do Mucuripe nestes últimos quatro anos, convindo destacar que isso só foi possível graças à política adotada pelo Ministro Mário Andreazza, de ampliar e melhorar o sistema de transporte marítimo do país, no que vem sendo ajudado, de maneira elogiável, pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, cujo titular é o Almirante Luís Clóvis de Oliveira, que já visitou o Ceará várias vêzes na missão de inspecionar obras em andamento.

O PÔRTO CONCLUÍDO

O pôrto do Mucuripe, concluído, oferecerá uma gama de imensas possibilidades ao comércio exportador do Ceará, mormente à cotonicultura, que constitui no Estado a principal atividade voltada para os negócios da exportação, seguida de perto de outros produtos extrativos, tais como os óleos vegetais, o babaçu, a mamona, e, ainda, as peles, couros e lagostas que obtêm enorme índice de participação nas linhas de exportação do Ceará. Concluído, o pôrto do Mucuripe ensejará, também, a participação do Ceará na política de fomento de produtos exportáveis, que constitui o centro de tôda política econômica do Govêrno federal. Paralelamente, esta arrojada iniciativa propiciará à economia do Estado um elemento dinamizador da sua infra-estrutura econômica, hoje representada por um maior número de quilômetros de rodovias asfaltadas, de novos projetos de eletrificação e de telecomunicações.

PRODUÇÃO DE TRATORES

unidades — 10000 — 8000 — 6000 — 4000 — 2000 — 0

1960 — 61 — 62 — 63 — 64 — 65 — 66 — 67 — 68

"PERFORMANCES" DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

A indústria automobilística brasileira, oficialmente instalada com a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística — GEIA (Decreto n.º 39 412 de 16-6-1956) teve sua origem como decorrência do agravamento da situação do balanço de pagamentos, que no período 1950/56, absorvia uma média de dispêndios cambiais de US$ 131,7 milhões por ano.

A participação crescente do transporte rodoviário na circulação das riquezas nacionais impunha tal medida, que além de outros fatôres, se consubstanciava pelas seguintes garantias: 1) existência de mercado compatível com a implantação dêsse setor; 2) existência de desenvolvida infra-estrutura industrial, e 3) possibilidade de se atraírem capitais estrangeiros visando minimizar os impactos de sua implantação sôbre o balanço de pagamentos.

Inicialmente com uma produção de caminhões programada pelo GEIA em 1957, de 18 847 unidades, essa indústria atingiu em 1968 a 40 387 unidades (crescimento de 114,3%). Com relação à produção de utilitários, englobando-se como tais jipes e camionetas para um total de 11 853 veículos naquele mesmo ano alcançou em 1968, 70 345 unidades (incremento de 493,5%). Relativamente aos automóveis essa evolução é ainda mais acentuada, pois partindo de 30 700 unidades em 1957 situa-se atualmente em 161 211 (aumento de 425,1%).

Nos últimos cinco anos o setor apresentou por tipo de veículos a seguinte participação no total, sobressaindo-se a produção de automóveis e ônibus:

	1968	1967	1966	1965	1964
Caminhões pesados	0,8	0,7	1,4	1,5	1,4
Ônibus	2,4	2,1	1,8	1,7	1,4
Caminhões médios	13,6	11,4	12,5	10,3	10,5
Camionetas	22,6	23,7	24,2	25,5	26,6
Utilitários	2,6	3,6	6,4	5,1	6,5
Automóveis	57,8	58,5	53,7	55,9	53,6

Por emprêsas a produção de autoveículos mostrou os seguintes resultados nesse mesmo período, que comparativamente com os de 1957, primeiro ano de fabricação, evidencia a sensível evolução ocorrida no decênio:

	1968	1967	1966	1965	1964	1957
FNM (1)	2 353	1 776	1 990	1 973	1 541	3 200
FORD	25 807	19 779	14 021	11 753	12 074	6 240
G. MOTORS	24 987	17 158	15 951	10 981	13 866	4 741
INTERNATIONAL	—	—	—	615	603	—
MERCEDES-BENZ	16 736	12 094	11 435	6 858	6 249	5 502
SCANIA	969	571	1 071	800	728	172
CHRYSLER (2)	8 515	3 751	5 267	7 136	11 088	—
TOYOTA	949	575	900	961	2 237	—
VEMAG	—	11 377	14 815	12 260	12 704	1 184
VOLKSWAGEN	154 972	116 003	95 125	75 017	66 418	370
WILLYS	43 324	41 956	63 980	53.819	56 227	9 291
TOTAL	278 612	225.019	224.575	185 173	183 735	30 700

(1) Passou para o contrôle da Alfa-Romeo em julho de 1962
(2) SIMCA até agôsto de 1967

Em novembro de 1967 foi inaugurada no Centro Industrial de Aratu, em Salvador-BA, a Fábrica de Chassis Magirus-Deutz, que atualmente produz 120 chassis por mês, prevendo ainda para o seu primeiro ano de atividades uma produção de caminhões de 600 unidades mensais.

No que diz respeito ao pessoal ocupado, dados recentemente divulgados informam que em 1967 o setor despendeu montante superior a NCr$ ... 311,6 milhões, no pagamento de salários para um total médio mensal de 51 671 empregados, correspodente a um salário médio mensal de NCr$ ... 500,00, nêle não se incluindo despesas de Previdência Social, dispêndios de alimentação, saúde e assistência social, o que incontestàvelmente elevaria essa base.

A EXPANSÃO INEVITÁVEL DO MERCADO DE CAPITAIS

AFFONSO LUIZ DE SÁ

A expansão física do mercado de investimentos não deverá ser feita sem que, paralelamente, ocorra um outro tipo de expansão: o alargamento das pretensões dos homens a quem está entregue a tarefa de desenvolvê-lo.

O conceito de interiorização, no que se aplica hoje ao mercado de investimentos, importa mais pelo que sugere de conscientização dos responsáveis do que pelo que poderia sugerir num senso puramente geográfico.

DECISÃO

Parece pacífico que a indispensável descoberta do terreno sôbre o qual repousam os alicerces dêsse mercado ainda não foi feita em conseqüência de também não ter sido ainda completada a longa viagem interior a que devem submeter-se tôdas as pessoas que detenham em seu poder um quinhão de capacidade — por menor que seja — de decidir sôbre os destinos do capitalismo brasileiro.

O nosso capitalismo caminhou por longo período de forma atabalhoada e errática, qual turbilhão que se deslocasse ao encontro de uma vega ignota e muito distante. De alguns anos para cá, entretanto, foram conseguidas sensíveis melhorias. Elas não foram porém suficientes — nem seria lícito esperar que o fôssem — para extinguir ou resolver definitivamente o dilema fundamental da remuneração do capital e do trabalho. Ainda agora, a luta dos interêsses define-se socialmente sob a inspiração destas duas verdades quase acacianas:

a) "Não há razão para existirem emprêsas quando não há lucros."

b) "As mudanças sociais são menos desejadas quando muitos têm muito a perder com elas."

Não obstante, apesar do reconhecimento mais ou menos generalizado de que "é preciso fazer-se alguma coisa" no sentido do aprimoramento do nosso capitalismo, tem sido muito lento e sofrido o progresso das idéias sôbre a participação de acionistas minoritários nas emprêsas. Encontram-se ainda hoje, com relativa facilidade, muitos empresários que não se acham absolutamente dispostos a democratizar o capital das suas companhias.

Por parte dos investidores também são encontradas dificuldades clássicas, especialmente na hora da decisão sôbre a forma ideal de aplicação dos seus recursos, que terminam quase sempre encaminhados para os empréstimos intermediados pelas instituições do mercado financeiro, visando comumente a um curto prazo.

Na área das instituições financeiras, as maiores parcelas de atenção encaminham-se para as atividades de empréstimos, não escapando à regra sequer numerosas entidades de maior hierarquia e expressão das quais seria bastante lícito esperar-se mais inventiva e consentimento. Todavia, encontram-se elas aparentemente convencidas de que a concessão de maior ênfase às atividades de investimentos poderiam refletir-se negativamente na realização dos seus lucros, especialmente numa segunda etapa do processo de diversificação de suas operações.

No que diz respeito às autoridades monetárias, empenham-se elas em orientar o mercado de forma a promover maior democratização para o capital das emprêsas brasileiras, certas de que isto será tanto mais viável a partir do momento em que se amenizem (ou inexistam) os problemas resultantes da inflação. Uma análise de algumas das medidas recentemente instituídas denota uma ostensiva preocupação com a especialização das instituições do mercado financeiro e de investimentos.

BOA POLÍTICA

De fato, as autoridades monetárias já não se estão preocupando apenas em evitar que possa ser sangrada, pelo oveiro, a galinha dos ovos de ouro. Foram mais além e, apesar disto, têm conseguido viver bem com os empresários, em que pêse a delicadeza de sua posição em face dos problemas resultantes da redivisão das faixas de atuação do mercado financeiro. No fundo da questão — seria inútil omitir o fato — entrechocam-se dois conceitos: 1) o da área oficial, segundo o qual os lucros socialmente desejáveis podem ter um limite, conforme as nuanças de uma dada política econômico-financeira em execução e 2) o da área privada, orientada pelo sentido quase que exclusivamente aritmético dos lucros, objeto precípuo das suas operações sociais.

O progresso do mercado de investimentos depende hoje portanto de ser encontrado um sistema compatível para as pretensões privadas e oficiais, o que será impossível obter sem a existência de um elevado grau de compreensão entre as partes envolvidas. Evidentemente, tôda e qualquer radicalização de posições sòmente servirá para entravar o funcionamento do sistema financeiro e será através de um amplo entendimento que se há de chegar à viabilidade de convívio permanente nos mesmos níveis de excelência em que hoje se encontram.

Tôdas as modificações feitas visaram à melhoria do mercado e ao aprimoramento das instituições e é preciso acreditar-se plenamente nisto para que elas venham a atingir ao menos satisfatòriamente os objetivos com que foram propostas. Isto pôsto, a situação presente equivale — em suas linhas gerais — a um vigoroso convite ao progresso do mercado de investimentos.

Indispensável porém é lembrar que — nas atuais condições — nem mesmo os que punem os delirantes poderão dispensar o apoio dos sonhadores. O capitalismo brasileiro desenvolver-se-á melhor se todos aquêles que podem decidir sôbre o seu destino fizerem, por dentro de si mesmos, uma longa, lúcida e despojada viagem de prospecção sôbre a sua própria capacidade de sonhar. Da resposta obtida em cada caso irá depender a rapidez maior ou menor com que o mercado brasileiro de investimentos poderá desenvolver-se a partir do ponto em que hoje se situa.

ESTÁGIO AVANÇADO

Dada uma relativa vocação progressista da economia brasileira, admite-se com tranqüilidade que o mercado de investimentos vá atingir, no Brasil, em dia longínquo e incerto, um estágio superior de desenvolvimento. Entretanto, a tarefa é por demais sedutora para que se possa deixá-la fluir à matroca, entregue às incertezas do vegetativismo.

É verdade que — mais tarde ou mais cedo — o mercado brasileiro de investimentos explodirá em benesses sociais de todos os tipos, beneficiando melhor e mais amplamente os que nêle acreditaram com maior espontaneidade. Nesse dia, ocorrerá o inevitável: a conversão dos incrédulos e a adesão dos retardatários, já agora convencidos pela evidência dos resultados. Mas até lá, seria desejável que cada autoridade, cada empresário e cada investidor deixasse ocorrer dentro de si mesmo uma explosão antecipada, mista de onirismo e lucidez, sem a qual a sua participação no processo de desenvolvimento do mercado de investimentos é coisa impraticável.

Há portanto que acreditar em que a inflação será um dia dominada neste país, em que as boas emprêsas brasileiras são capazes de contemplar continuadamente seus acionistas com lucros atraentes, em que as autoridades monetárias encontrarão fórmulas mais convincentes para permitir maior atratividade à intermediação no mercado de investimentos, em que os empresários financeiros já não estejam tão convictos das excelências da intermediação ùnicamente financeira, em que os investidores brasileiros estejam agora menos propensos a aceitar as oscilações das bôlsas como fato natural da vida e em que — sobretudo isto — haja muitas pessoas pensando de forma idêntica. Esta é a maneira de começar a vencer os obstáculos e as dificuldades.

Um simples enunciado dos óbices que estão sendo vencidos demonstra de forma muito cabal que o mercado brasileiro de investimentos ainda apresenta indisfarçáveis conotações com as chamadas questões de fé.

Que — dizem — costuma remover as mais sólidas montanhas.

PERSPECTIVAS DA POLÍTICA AGRÍCOLA

STAHIS S. PANAGIDES

A política econômica agrícola em um país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, deve sempre levar em consideração: a) que não se pode resolver os problemas agrícolas sem ter em conta as inter-relações da agricultura com o resto da economia e b) que a política econômica agrícola não pode negligenciar a dotação de fatôres do país (fundamentalmente a disponibilidade relativa de trabalho e terra) ou seu estágio de desenvolvimento econômico. Estas observações parecem óbvias para o senso comum, não obstante ser frequentemente difícil identificá-las na formulação da política econômica agrícola, como a apresentação subsequente procurará demonstrar.

INCENTIVOS

Se formos procurar a *rationale* da política econômica agrícola nos últimos 20 anos, vamos encontrar que essencialmente ela se baseou em incentivos de mercado, numa tentativa de facilitar maior produto agrícola. O objetivo primordial era maior produção agrícola, e os instrumentos de política estavam na dependência exclusiva dos incentivos do mercado, tais como crédito e política de preços. Sem dúvida, esta generalização deixa de levar em conta uma gama variada de outras políticas, tais como construção de estradas nas zonas rurais, educação, etc. O que é importante, entretanto, do ponto-de-vista do planejamento do desenvolvimento é que tôda a ênfase em têrmos de recursos e pessoal foi dirigida no sentido de facilitar maior produção via mecanismo de mercado.

OPORTUNIDADES DO EMPRÊGO

Essa orientação da política agrícola deixou de considerar importantes fatôres estruturais que ameaçam o desenvolvimento do setor rural, bem como não levou em conta os efeitos colaterais, especialmente a liberação maciça de mão-de-obra e a incapacidade do setor urbano de absorver essa fôrça de trabalho no futuro próximo.

Maior produção e eficiência agrícola com a subsequente transformação do setor rural, devem permanecer objetivos básicos de política. Deve-se reconhecer, por outro lado, que êsse estado desejável se associaria a uma significativa redução da população agrícola. Em outras palavras, poucos lavradores eficientes serão capazes de suprir o mercado. Poder-se-á então falar de uma agricultura desenvolvida, implicando na transferência de grande número de agricultores para outras atividades. Esta é a situação já alcançada pelas economias hoje desenvolvidas onde a participação da população agrícola no total é muito menor do que numa agricultura como a brasileira. Nos Estados Unidos, onde se dispõe de estatísticas mais amplas, estima-se que esta participação já seja inferior a 5%. Convém notar, ademais, que tal desejável transformação requer uma migração maciça do setor rural para o complexo urbano-industrial. Estima-se que perto de 1 milhão de pessoas por ano deixaram o setor agrícola nos Estados Unidos no período 1940-60.

Para o Brasil uma estimativa grosseira do fluxo populacional rural-urbano, se persistirem as tendências históricas, indica que aproximadamente 950 mil pessoas por ano deixarão o setor rural na próxima década. Esta é uma estimativa aproximada, mas suficiente para mostrar que uma preocupação fundamental da política econômica deve ser a utilização dessa mão-de-obra. Pode-se esperar uma aceleração das tendências do passado, se êsse problema não tiver a atenção da política econômica. Para dar um exemplo, apenas uma pequena reorganização na cultura do açúcar pode fàcilmente resultar no desemprêgo de uma substancial parcela da mão-de-obra empregada nessa atividade no momento. As graves consequências sôbre uma área já depressiva, como o Nordeste, são óbvias.

Para resumir, embora a ênfase na produção e eficiência devam permanecer como objetivos importantes da política agrícola, o objetivo simultâneo de consideração de emprêgo deve tornar-se uma política econômica explícita, no estágio atual de nosso desenvolvimento. Como uma consequência da larga proporção da população rural (45 a 50%) na economia brasileira e a inabilidade do setor urbano de acomodar os milhões que deixarão a agricultura no futuro próximo, a política agrícola não pode perseguir apenas os objetivos de produção e eficiência sem atentar sèriamente para as implicações de tal estratégia na liberação de mão-de-obra.

Em consequência, a política econômica agrícola deve procurar servir ao objetivo de maiores níveis de produção, mas simultâneamente levando em consideração as possibilidades de absorção de mão-de-obra, se fôr possível, *no próprio setor agrícola*.

Cumpre notar ainda, que as medidas que estimulam uma maior absorção de mão-de-obra pelo setor agrícola (se bem sucedidas) podem diminuir consideràvelmente a atual e a projetada taxa explosiva do êxodo do meio rural, enquando adicionalmente contribuem para uma melhor distribuição de renda e maior demanda.

Esta consideração explícita das oportunidades de emprêgo no setor rural modifica substancialmente a escolha da política agrícola, num sentido mais adequado às necessidades e dotação de fatôres.

UMA POLÍTICA AGRÍCOLA

Pode-se admitir que a ênfase exclusiva sôbre a produção e eficiência na agricultura (assim como a ênfase na industrialização), para promover nosso desenvolvimento, negligenciando as considerações de emprêgo, foi em grande parte influenciada pela dependência de políticas e objetivos, assim como teorias econômicas, as quais, embora se tenham adequado às economias desenvolvidas, quando aplicadas indiscriminadamente a nossa própria situação sem as adaptações necessárias, impediram grandemente a concepção e a implementação de políticas mais de acôrdo com as necessidades brasileiras.

Não é de maneira alguma intenção aqui sugerir que o *nacionalismo intelectual*, que nos isole das principais correntes de pensamento econômico e formulação de políticas, seja uma alternativa desejável. Ao contrário, se é objetivo da política agrícola nacional resolver os urgentes problemas de agricultura, então devemos usar e estudar intensamente as teorias e práticas das economias desenvolvidas. O que é perigoso, todavia, e nesse sentido as políticas do passado são criticáveis, é a aplicação indiscriminada de políticas e estratégias econômicas apenas porque elas funcionavam a contento em outros países. Como já foi destacado, a experiência dos países hoje desenvolvidos demonstra que a transformação eventual de uma sociedade agrária em outra urbano-industrial, é um resultado inevitável do processo de desenvolvimento. Entretanto, negligenciar o impacto de tal transformação sôbre o emprêgo, assim como o estágio de desenvolvimento nacional e regional, não é uma orientação política adequada.

MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA:

Nada é mais significativo da não consideração das necessidades imediatas do que os esforços para mecanizar indiscriminadamente a agricultura brasileira.

Se a produção fôsse a única preocupação da política agrícola e as diferenças regionais dentro da agricultura não fôssem tão extremas, um esquema de mecanização maciça para a agricultura brasileira poderia fazer sentido. A aceitação, entretanto, de que pelo menos para os anos vindouros tanto a produção como o emprêgo devem ser conservados simultâneamente como objetivos principais da política agrícola, força um reexame sério de um programa governamental de elevado custo, visando a promover a mecanização agrícola. Referindo-se ao impacto da mecanização sôbre o emprêgo agrícola o eminente Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, em seu trabalho *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil* (Estudos ANPES n.º 5) concluiu que "cada nôvo trator utilizado conduz a uma liberação de aproximadamente 17 homens (Estado de São Paulo). Para o Nordeste a relação é muito mais elevada."

É ingenuidade sugerir que, tendo o Brasil uma baixa relação trator-terra, relação essa que é elevada nas agriculturas altamente desenvolvidas, segue-se que o desenvolvimento da agricultura deverá ser feito através de mecanização maciça. O que é importante não é o presente estado das coisas nas economias desenvolvidas — que deverá guiar a formulação de política agrícola — mas sim a dotação disponível e potencial de fatôres. Não é puro acidente que a relação trator-terra no Japão, que possui uma agricultura altamente desenvolvida, e muito próxima da que existe no Brasil.

DIRETRIZES DA POLÍTICA AGRÍCOLA

O interêsse por maior produto agrícola, mas também melhores oportunidades de emprêgo no setor rural, leva a que técnicas mais absorvedoras de mão-de-obra sejam preferidas à mecanização. O ponto importante é que a escolha de políticas alternativas não deve ser entre a tecnologia agrícola da Dinamarca ou dos EUA, e o extremo oposto — a agricultura de subsistência. Políticas como promoção de fertilizantes, sementes, irrigação, aliadas a maior ênfase em fatôres estruturais como a reforma agrária e educação rural, oferecem considerável escolha à política agrícola brasileira. Fará melhor sentido (dadas também considerações regionais) promover a mecanização do tipo mais simples, de preferência a maquinaria pesada. A consideração fundamental da elaboração de política deveria ser como utilizar melhor a própria dotação de fatôres (disponibilidades) e não a importação maciça de tecnologia agrícola que, embora possa ter atuado bem em outro lugar, foi entretanto concebida para servir uma situação diferente da existente no Brasil.

Aceito então que tanto a produção como o emprêgo são objetivos importantes na política agrícola nacional; a questão a ser levantada é se podem ser apresentadas políticas que, enquanto promotoras de maior produção, possam simultâneamente criar melhores oportunidades de emprêgo no setor agrícola, o que por sua vez terá como conseqüência a minimização da taxa de êxodo do campo para o já sobrecarregado setor urbano.

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA ECONÔMICA

Ao procurar responder essa questão crucial somos forçados a parodear o ditado "menos literatura e mais boi e arroz", concordando que precisamos de menos literatura, *mas observando que antes de conseguir* mais boi e arroz *necessitamos sèriamente de muito mais pesquisa, tanto agronômica como de natureza econômica.* Deveremos ser capazes de descobrir como utilizar melhor a disponibilidade de fatôres, em vista das urgentes necessidades econômicas e sociais, antes que políticas adequadas possam ser recomendadas e implementadas na agricultura. *Ainda que êste fato muitas vêzes não seja percebido, é freqüente que a falta de ação na execução de políticas bem intencionadas não é devida nem à ausência de intenção nem à deficiência dos mecanismos executivos, mas sim à falta de conhecimento de quais são realmente os problemas, assim como quais deveriam ser as política apropriadas.* Não há dúvida de que a falta de análise adequada sôbre a natureza dos problemas, particularmente suas implicações macroeconômicas, permanece sendo o empecilho fundamental à elaboração de políticas adequadas na agricultura. Entre a motivação e a ação há um requisito indispensável, qual seja, saber em que consiste o problema, e conhecer o que deve ser feito para resolvê-lo. É por isso que a pesquisa econômica deveria ser substancialmente enfatizada pelos organismos de formulação de políticas. Não é de se admirar que em face da negligência no desenvolvimento de políticas próprias, tornamo-nos excessivamente dependentes da imitação de políticas que foram concebidas para servir melhor às necessidades de outros países.

Em virtude da importância da pesquisa econômica o aperfeiçoamento das estatísticas agrícolas se torna uma importante prioridade, constituindo atualmente o obstáculo mais sério à pesquisa econômica agrícola.

Ao focalizar nova orientação, não se pode deixar de ficar impressionado com os fatos da realidade brasileira a seguir enumerados.

Os dois importantes fatôres primários exigidos na produção agrícola, os recursos de trabalho e terra, são os mais abundantes e também os de utilização menos eficiente. O paradoxo dessa situação é que contrapondo à abundância dêsses recursos básicos somos uma nação com graves deficiências nutricionais.

De acôrdo com informações fornecidas pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura), o consumo diário *per capita* de calorias no Brasil é de 2 850. O consumo de proteínas é de 68g dos quais sòmente 18g são de origem animal. A nutrição é particularmente pobre no Nordeste, onde o consumo diário é inferior a 2 mil calorias e 40g de proteínas. A subnutrição enfraquece sèriamente a resistência da população às doenças e leva à mortalidade infantil, estimada no Brasil em 112 por 1 000 nascimentos vivos, uma das mais altas do mundo.

Se os cosmonautas pudessem olhar para o Brasil do isolamento do espaço e pudessem perceber o paradoxo da pobreza no meio da abundância, êles ficariam atônitos com a insuficiência de conhecimentos econômicos. Além do mais, é um testemunho disso o fato de que o melhor diagnóstico da situação econômica nacional, conclui corretamente que a deficiência da demanda efetiva é o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico brasileiro. Dentro das mesmas linhas, o estudo mais autorizado sôbre a oferta e demanda de produtos agrícolas conclui que a oferta é mais do que suficiente para a demanda atual e prevista, isso naturalmente num momento em que a *necessidade* de alimentos é maior do que nunca. A política agrícola nacional não pode ficar apenas nesse diagnóstico, em vista da necessidade de maior e melhor alimentação de uma larga parcela da população. É por esta razão que considerações de emprêgo na formulação da política agrícola adquire importância adicional, devido a sua contribuição no sentido de maior participação da população rural no produto, com a resultante melhoria na distribuição de renda e demanda efetiva.

REALOCAÇÃO DO TRABALHO

Uma vez analisada a possibilidade de aumentar a capacidade absorvedora de mão-de-obra do setor rural, não se pode deixar de ficar impressionado com algumas de suas potencialidades. A existência de uma região como o Nordeste com uma pressão do trabalho sôbre a terra das mais elevadas do mundo, ao lado de regiões como o planalto Central, apresentando uma baixíssima relação trabalho-terra, não pode deixar de sugerir uma séria deficiência na alocação do trabalho dentro do setor agrícola. A tendência observada de tratar o desenvolvimento da agricultura no interior do país sem ligação com as outras regiões já ocupadas, como o Nordeste, afigura-se de antemão injustificável.

Numa época em que a Terra pode ser vista de tal distância que seu tamanho fica menor do que o de uma moeda, deixar de considerar devidamente as duas regiões em conjunto na elaboração da política representa um enfoque bastante anacrônico.

Para que a mão-de-obra abundante no Nordeste se transfira para as regiões de terra abundante, como o planalto Central, uma variada gama de gastos complementares sob a forma de investimentos públicos é necessária. Essas despesas, tais como transporte para facilitar a mobilidade do trabalho, irrigação e fertilizantes para aumentar a qualidade da terra, em conjunto com o importante treinamento permanente dos colonos e apropriados sistemas de posse e utilização das terras, além de facilidades mercadológicas, todos êsses gastos, enfim, constituem o domínio próprio da política agrícola. Por sua natureza tais investimentos não podem ser feitos individualmente, uma vez que ou grandes somas são necessárias (em estradas, por exemplo) ou os benefícios são maiores do que imaginam ser os beneficiários (exemplo da educação).

Para sumarizar, a agricultura brasileira é afortunada por ostentar oferta abundante tanto de trabalho como de terra. A tarefa da política deveria ser combiná-los melhor, via realocação da mão-de-obra dentro do próprio setor rural. Essa realocação parece mais promissora se levada a efeito entre regiões, mas também pode ser facilitada dentro de uma mesma região, particularmente através de medidas cuidadosas de reforma agrária.

PEQUENAS INDÚSTRIAS

Prosseguindo na busca de possibilidades de absorção de mão-de-obra no meio rural, surge um campo promissor nas pequenas indústrias (especialmente agroindústrias). Êste é o tipo de indústria que fica entre uma que exige investimento de 20 mil dólares por emprêgo criado (Centro Industrial de Aratu) e a indústria caseira do algodão (artesanato), fabricando por exemplo, rêdes, tapetes, rendas, etc.

Em uma área muito depressiva, como a Zona da Mata no sul de Minas Gerais, pode-se observar um número de pequenas indústrias tais como papel, condimentos caseiros, encadernação de livros, artefatos de madeira, cerâmica, etc., que se enquadram perfeitamente num programa de desenvolvimento da região.

A eficácia da política pode ser em grande medida aumentada pelo estudo das possibilidades das pequenas indústrias nas áreas rurais e a espécie de política pública necessária para seu desenvolvimento. Poderíamos considerar, por exemplo, o seguinte:

a) Identificar os fatôres que contribuem à viabilidade das indústrias já existentes;

b) Estudar a utilização da mão-de-obra e seus efeitos na suplementação da renda agrícola, por essas indústrias.

Os requisitos educacionais dêste tipo de indústria são muito menores que os dos centros maiores e consequentemente mais de acôrdo com o tipo de indivíduo existente e disponível. Os gastos com treinamento, em decorrência, são menores.

REFORMA AGRÁRIA

Finalmente, a concretização simultânea dos objetivos de produção e emprêgo na agricultura passa a exigir muito mais ênfase em fatôres estruturais, em vez de exclusiva atuação sôbre os incentivos de mercado. Os estímulos ligados ao mercado recompensam o fazendeiro que já é capaz de participar do mercado. Isto é, o fazendeiro que tem outros fatôres tais como terra, educação e *know-how* e utiliza êsses fatôres conseguindo o valor de seu produto pela venda no mercado. A grande maioria dos agricultores, por outro lado, não participa do mercado permanecendo portanto alheia às políticas de incentivos. Se quisermos que a política agrícola deixe de favorecer sòmente o grande e bem sucedido fazendeiro e passe a alcançar a grande maioria que não é favorecida pelos benefícios de tal política, então deve-se dar muito mais ênfase aos fatôres estruturais. Em outras palavras, aquelas políticas que modifiquem a presente — desigual distribuição de fatôres — e permitam maior participação da mão-de-obra via distribuição de terras, *know-how* e mobilidade da população rural. É neste contexto que a reforma agrária se torna um importante instrumento de política.

Deve ser observado que a motivação sincera por parte do Govêrno não é suficiente para o êxito da reforma agrária. Tais políticas de reforma agrária evidentemente só apresentam resultados com o conhecimento satisfatório do que deve ser feito, e êsse conhecimento ainda é, em grande parte, insuficiente. Certamente as políticas com vistas às reformas estruturais são complexas, pois ao mesmo tempo as teorias e práticas desenvolvidas em outros países na época em que êstes solucionaram os seus problemas de ordem estrutural não servem de guia para a formulação de política. Por tudo isto, é muito mais importante não permitir que aparente ignorância em relação ao que fazer e como fazer em têrmos de reformas estruturais no setor agrícola se torne uma desculpa para não fazer o que é de fundamental importância para o desenvolvimento.

A EXPANSÃO DEMOGRÁFICA PARA O INTERIOR

MANUEL AUGUSTO COSTA

As proposições sôbre a interiorização da população brasileira no território nacional decorrem diretamente do reconhecimento de que se registra no país intenso e quase irreversível processo de concentração demográfica na costa litorânea.

Essa concentração, que se evidencia cada vez mais, tem origens na própria história econômica e política nacional, e apenas ações isoladas e eventos de curta duração promoveram maior interiorização e integração territorial. Entre êles se incluem, por exemplo, o ciclo do ouro e do gado, o primeiro originando a ocupação do interior mineiro e o segundo redundando no povoamento das trilhas abertas pelo gado nos seus deslocamentos.

HISTÓRICO

Em passado recente, deu-se a interiorização do Estado de São Paulo, e no decênio de 1940 se inicia processo de ocupação do oeste paranaense, sudoeste mato-grossense, zona do Mearim no Maranhão. Finalmente, já após 1950, se dá a fixação de contingentes humanos no planalto goiano em decorrência da criação e construção da nova capital federal. Além dessas áreas, verificou-se elevado incremento em outros pontos ou zonas do país, porém sempre em volume e ritmo menores e sem se constituirem em fenômenos relevantes no contexto nacional quanto a êsse aspecto. Apesar de haverem transcorridos êsses processos, a distribuição populacional brasileira se caracteriza como já mencionamos, pela forte concentração na costa litorânea, ocorrendo aqui e acolá penetração em pinças em direção ao interior, estando ainda a população, mesmo na faixa costeira, localizada em núcleos esparsos, assumindo o povoamento a conformação de um verdadeiro arquipélago humano.

Os resultados do Censo de 1960 permitiram constatar que naquele ano cêrca de 47 milhões de pessoas se localizaram em uma faixa litorânea de apenas 250km de largura, que, se estendendo desde o Rio Grande do Sul até o Território do Rio Branco, totalizava aproximadamente 1,8 milhões de quilômetros quadrados. Dividida essa faixa em duas de 125km de largura cada uma, verificou-se que na costeira estavam localizados 35 milhões de habitantes, enquanto que na segunda, 12 milhões de pessoas. Em têrmos relativos temos cêrca de 49% da população total nacional na primeira faixa e 17% na segunda, totalizando portanto 66% do número de habitantes brasileiros localizados num espaço que se constitui em apenas 1/5 do território.

Êsses dados apontam objetivamente a ação localizadora do litoral, e sugerem que, na medida em que se torna maior a distância do mar, o fato demográfico perde importância, e que os fenômenos ocorrem com diferentes intensidades nas faixas traçadas paralelamente ao contôrno do oceano. Fenômenos como o crescimento populacional, urbanização e densidade, são amplamente mais elevados nos primeiros 125km do que nos segundos. Os dados a respeito da evolução da população segundo a localização, confrontados com as escassas informações a respeito das migrações internas, mostram claramente que o maior ritmo de expansão da faixa costeira decorre em grande parte dos fluxos migratórios originados no interior.

Tais movimentos se explicam em parte pelo próprio poder de atração das zonas litorâneas, e em parte pelo poder da repulsão das áreas interiores, em particular das áreas rurais. Em ambos os casos as infra-estruturas e oportunidades econômicas e sociais são fatôres relevantes. No primeiro caso, agindo como elementos de atuação e no segundo, como de repulsão.

Finalmente, convém lembrar que, embora êsse seja um dos traços demográficos nacionais relevantes, a ocorrência não é exclusiva no Brasil, sendo, ao contrário, peculiar à grande maioria dos países do continente, e de certa forma presente em países como o Japão, Canadá, Austrália e mesmo Estados Unidos.

A partir dêsse reconhecimento panorâmico da distribuição espacial da população brasileira, parece válido efetuar a indagação a respeito da interiorização.

A questão colocada nessa forma simplista, em verdade, pertence a uma problemática mais geral, e que pode ser enunciada da seguinte maneira: a que razões ou critérios deve responder ou atender a distribuição territorial da população?

UMA RESPOSTA

Verificamos que a configuração atual se constitui em resposta a diversos fatores episódicos das mais diversas naturezas e com ação nos mais variados momentos. Em outras palavras, a distribuição geográfica atual da população se explica, em parte, porque o processo de redistribuição tem se dado livremente ao sabor de fôrças momentâneas e sem nenhum tipo de coordenação, não tendo merecido até agora a formulação de política para tal fim. Por outro lado, é reconhecido que a problemática econômica e social de uma nação está intimamente ligada à distribuição espacial da população e às perspectivas futuras do processo.

Em têrmos nacionais, não temos nenhum elemento ou indicação de que a tendência de concentração à costa oceânica esteja se alterando significativamente, o que de certo nos conduz a reflexões mais prolongadas sôbre o fenômeno.

Num enfoque estritamente demo-econômico-social não cabe dúvidas de que se torna necessário, senão eliminar, porém diminuir, por exemplo, o ritmo de concentração urbana que se verifica — principalmente nas cidades da faixa territorial litorânea. Isto implica inevitàvelmente redistribuição da população, mas não necessàriamente interiorização.

A complexidade do tema se faz sentir na medida em que mais nos alongamos na sua análise e debate, e o reconhecimento das condicionantes do fenômeno (de concentração) se faz mister e com detalhes, se a pretensão é penetrar no âmago da questão.

Por simplificação e para facilitar as reflexões, podemos isto sim, admitir condicionantes de natureza estritamente econômica, social, política ou de caráter individual, porém não podemos perder a perspectiva de que no jôgo real de fatôres, todos se incluem e explicam cada uma parcialmente o processo.

Contemporâneamente, por exemplo, é assinalável o fenômeno de interiorização de grupamentos humanos em tôrno do eixo rodoviário Belém—Brasília. Em verdade, não temos elementos para avaliá-lo demogràficamente, e as condições econômicas e de vida dêsses grupos não parecem ser satisfatórias numa dimensão social e humana.

Ainda assim, e considerando que êsses nucleamentos estão surgindo e se desenvolvendo sem influência direta do Govêrno, parece válido pensar que, mesmo em regiões longínquas e com características evidentes de inospitalidade, há possibilidade de aglutinação humana. Temos que reconhecer, ainda, que provàvelmente a efetivação dêsse fenômeno decorre muito mais de condições repulsoras das áreas de origem dos imigrantes que aí se localizam, do que de elementos atraentes nas margens da rodovia. A experiência indica, de certa maneira, que os movimentos populacionais interioranos decorrem muito mais de fôrças repelentes do que atraentes.

Outro aspecto importante a ser considerado na análise dos referidos nucleamentos reside na discussão da validade ou aceitação da simples fixação de homens no espaço físico interior, vivendo em condições de subsistência e totalmente desintegrados da sociedade nacional.

Páginas dessa natureza delineiam a bravura e o espírito bandeirante do povo, mas numa perspectiva social, cristã e democrática não podemos aceitá-la passivamente sem envidar esforços para dar a êsse exército de bravos as condições mínimas a que têm direito (saúde, educação, habitação) ou na impossibilidade dêste atendimento, sem envidar esforços para orientá-los para regiões onde as oportunidades e condições sejam mais efetivas. Em outras palavras, não podemos aceitar, na era da consciência do social, a simples presença física do homem no espaço geográfico interior como fenômeno benfazejo.

PROBLEMAS COMPLEXOS

Dos breves comentários emerge, conseqüentemente, a consciência de que as soluções são tão complexas quanto a própria natureza do fenômeno, e a sua aplicabilidade exigirá evidente esfôrço para a promoção da redistribuição populacional e orientação das migrações internas.

As soluções terão que ser formuladas a longo prazo, pois a curto prazo parecem inviáveis, e o instrumental a ser utilizado terá que ser bem definido. Numa ótica predominantemente econômica, parece-nos que o caminho imediato seria o de promover a fixação das populações da faixa limítrofe à litorânea.

A adoção da política nesse sentido permitirá a ocupação do espaço vazio imediato à faixa mais ocupada, eliminaria as tendências de emigração da região, além de torná-la em zona de atração.

A integração dos grupamentos que aí se localizassem seria viável por estarem próximos da área dinâmica, e portanto, os seus efeitos radicais se fariam sentir com maior rapidez e intensidade. Além disso, assume importância os custos de infra-estruturas, os quais serão menos elevados que em áreas mais distantes.

Com a criação de novas oportunidades econômicas e sociais para a população nessa área, transformando-a em zona de atração, e com a abertura de eficientes meios de comunicação e circulação com a área mais dinâmica, ocorreria provàvelmente a atração de grupos marginalizados econômicamente das grandes cidades, e eliminar-se-iam as tendências de concentração atual.

Em síntese, a promoção da ocupação dessa faixa poderia redundar em efeitos *fixações e redistribuição e desconcentração*.

As possibilidades de encaminhamento dessa solução se mostram positivas, pelo menos à primeira vista, embora não haja experiência histórica, através principalmente de medidas que visassem à ampliação da fronteira agrícola, reformulando-se e intensificando para essa região medidas inerentes à reforma agrária, crédito rural, financiamento agrícola, financiamento de equipamento e fertilizantes, por exemplo.

Numa perspectiva de segurança nacional, parece válido pensar em localizar demogràficamente (e econômicamente) núcleos em pontos que estratègicamente possam servir de garantia e defesa da integridade nacional.

Essa penetração, mais complexa e certamente de elevados custos econômicos e sociais, poderá ser formulada através de estímulos, incentivos e assistência especial a populações que se localizem em eixos rodoviários de penetração e em pólos prioritários para tal fim. Ainda assim, parece claro que a sua efetivação é das mais difíceis e para ser alcançada exigirá esforços adicionais e a efetiva participação, apoio e orientação das Fôrças Armadas.

Em todos os casos e para que as medidas que porventura se tomem sejam avaliadas, será necessário criar órgãos de contrôle e orientação das migrações internas, tarefa que se não é impossível, certamente é das mais complexas.

Em resumo, as medidas para obtenção de efetiva interiorização da população sòmente poderão ser formuladas racionalmente na medida em que se definam claramente os objetivos a serem atingidos com a redistribuição populacional e se integrem a um política nacional definida para êsse fim. Nesse processo, o acompanhamento, orientação e assistência às migrações internas se fazem indispensáveis e inevitáveis.

DER/MG REVELA OS MISTÉRIOS DA LAPINHA

Em uma de suas várias visitas à gruta da Lapinha o diretor-geral do DER/MG, engenheiro Eduardo da Silva Bambirra, mostra ao Governador Israel Pinheiro um dos diversos salões misteriosos da gruta da Lapinha

De Maquiné — cuja beleza é "mais forte que o juizo de cada um" — à misteriosa gruta da Lapinha — onde, segundo Dr. Lund, está a origem do homem — até os famosos circuitos **Histórico** e das **Águas**, tudo é interligado por asfalto. Hoje se comenta nos meios turísticos que o Dr. Lund descobriu Lapinha e o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais — DER/MG — revelou ao Brasil os seus segredos.

Minas Gerais tem hoje tôda uma infra-estrutura viária que sempre foi reclamada como essencial ao desenvolvimento da indústria do turismo no Estado. De qualquer parte do Brasil o turista que vier a Minas Gerais terá de entrar, inevitàvelmente, em pelo menos seis rodovias federais, que fecham o cêrco em tôrno das cidades históricas e estâncias hidrominerais.

A BR-040 ligando Belo Horizonte a Brasília; a BR-135 que liga Belo Horizonte ao Estado do Rio e à Guanabara; a BR-116 que começa no Rio, passa por várias regiões de Minas e vai até a Bahia; a BR-381 que vai de Belo Horizonte a São Paulo; a BR-262 ligando Belo Horizonte a Vitória, no Espírito Santo e a Uberaba, no Triângulo Mineiro; e a BR-459, que começa em Lorena, no Estado de São Paulo, atravessa o Sul de Minas e chega novamente ao Estado de São Paulo, passando antes por Poços de Caldas.

Êste cêrco de rodovias federais, que possibilita a comunicação de Minas Gerais com os demais Estados da União, está sendo inteiramente interligado por rodovias estaduais construídas pelo DER/MG, com pista mínima de sete metros e pavimentadas dentro dos padrões da moderna técnica rodoviária. Das rodovias dêste tipo, um conjunto delas foi separado pelo Plano de Expansão do Turismo de Minas Gerais — que está sendo executado pelo Govêrno do Estado — com o objetivo de permitir a perfeita interligação das cidades históricas; outro conjunto foi traçado também por aquêle plano para ligar as cidades balneárias entre si e as rodovias federais, e outro conjunto para permitir o acesso a outros pontos turísticos, como a serra da Piedade.

OS DOIS CIRCUITOS

O Circuito das Águas entregue ao tráfego em 1966 pelo DER/MG, compreende um conjunto de rodovias estaduais, num total de 98 quilômetros, interligando as seguintes cidades balneárias: Cambuquira, Caxambu, Lambari, São Lourenço e Águas de Contendas (Distrito de Conceição do Rio Verde). Também a rodovia que liga Araxá a Franca acaba de ser pavimentada na parte de Minas Gerais.

O chamado Circuito Histórico está inteiramente asfaltado pelo DER/MG, interligando as famosas cidades de Tiradentes, Congonhas do Campo, Mariana, Ouro Prêto, Sabará, São João del Rei, Caeté. Também êste circuito está ligado às rodovias federais.

DUAS GRUTAS — DOIS CONTRASTES

Quem vinha a Minas Gerais para fazer turismo nunca deixava de ver as maravilhas da gruta de Maquiné — "tão inesperada de grande, com seus sete salões encobertos, diversos, seus enfeites de tantas côres e tantos formatos de sonho, rebrilhando risos na luz — ali dentro a gente se esquecia numa admiração esquisita, mais forte que o juizo de cada um, com mais glória resplandescente do que uma festa, do que uma igreja" — segundo Guimarães Rosa a descreveu.

Se o turista estiver em Belo Horizonte êle seguirá pela Rodovia BR-040 (Belo Horizonte—Brasília) até o quilômetro 111. Aí começa a rodovia que o DER/MG construiu e asfaltou, ligando Belo Horizonte à cidade de Cordisburgo e à gruta de Maquiné.

Hoje, também, o turista não deixará de ver a misteriosa gruta da Lapinha, de uma beleza mística, de paredes com contornos que deixam a impressão de répteis, de aves noturnas, e onde, segundo o dinamarquês Peter Wilhelm Lund, está a verdadeira origem do homem.

A estrada pode ser a mesma utilizada para ir a Maquiné, se o turista estiver em Belo Horizonte. Na BR-040 êle tomará a direção de Lagoa Santa, no segundo entroncamento que encontrar (de Belo Horizonte a Lagoa Santa são apenas 40 minutos). De lá êle rodará mais sete quilômetros até o trevo de Campinho, onde entrará à esquerda para atingir a gruta da Lapinha, seis quilômetros adiante. Todo o percurso é no asfalto — de Lagoa Santa à gruta o DER/MG acabou de pavimentar há poucos meses.

Até há pouco tempo Lapinha era impossível de ser visitada. Sòmente a pé e no meio do mato é que se conseguia atingir a gruta. E lá dentro não se via nada, pois para percorrê-la era necessário levar lanterna ou lampião. E era necessário fazer verdadeiras escaladas para percorrer tôda a gruta.

Hoje a gruta é iluminada e foram feitas escadas interligando as várias partes da gruta, a fim de facilitar ao turista o seu acesso.

Ao contrário da Maquiné, Lapinha tem entrada e saída em pontos opostos, a menos que o turista queira sair por onde entrou. Também Lapinha tem seus salões — o da Macumba, o da Música, o do Piano, o do Bôlo da Noiva, o do Jacaré, o do Morcêgo e outros.

Embora a iluminação colocada dentro da gruta seja perfeita, o aspecto de Lapinha é mais misterioso do que Maquiné. Qualquer pessoa, depois de sair por uma das duas bôcas da gruta da Lapinha, não deixa de sentir a quase necessidade de cantar ou mesmo assobiar **Quando Eu Morrer, me Enterre na Lapinha**, embora o autor não tivesse nem imaginado na existência da gruta para fazer a melodia.

USIMINAS 68: LUCRO BRUTO DE NCr$ 76,3 MILHÕES E FATURAMENTO RECORDE DE NCr$ 216 MILHÕES

Os excepcionais resultados alcançados pela Usiminas no exercício passado permitem à reportagem afirmar que foi 1968 o **ano de ouro da emprêsa**, pois, além de ingressar no rol das **sociedades lucrativas — o seu lucro bruto foi de NCr$ 76,3** milhões, **deu um passo decisivo para a execução de seu Plano de Expansão, alcançou novos recordes, consolidou sua presença no mercado internacional, ampliou sua assistência médico-hospitalar, humanizou ainda mais o seu programa social, permitindo a 1 563 funcionários transformar o sonho da casa própria em realidade e racionalizou sua estrutura administrativa.**

Detendo-se apenas na análise da operação industrial da Usina Intendente Câmara, encontramos os seguintes destaques:

1. — aumento de produtividade de mão-de-obra — passou de 93,37t/homem ano para 116,3t/homem ano (24%);
2. — aumento de rendimentos;
3. — redução de estoques de produtos;
4. — redução de estoques de matérias-primas;
5. — melhores índices de funcionamento;
6. — aumento de tonelagem horária;
7. — melhoria de eficiência de transporte interno, de manutenção e de outros serviços de apoio;
8. — racionalização dos serviços administrativos;
9. — fabricação de novos produtos;
10. — menores custos de produção.

A produção de lingotes elevou-se a 649 166 toneladas, registrando-se um aumento de 13%, em relação ao ano anterior. Êste nível de produção, por outro lado, corresponde a um aumento de 30% na capacidade nominal das instalações.

FATURAMENTO

A política agressiva de vendas da Usiminas possibilitou alcançar o faturamento recorde de 216 milhões de cruzeiros novos, apesar da política oficial de contenção de preços dos produtos siderúrgicos abaixo do aumento real do custo de produção. Aquela sifra é superior em 52% ao valor das vendas de 67 e 13% superior ao previsto. — Exportaram-se ainda 150 mil toneladas, que redundaram em mais de 13 milhões de dólares em divisas. Os Estados Unidos, é oportuno ressaltar, lideraram a importação de aço da Usiminas, com cêrca de 80 mil toneladas, secundados pela Argentina, com cêrca de 65 mil toneladas.

Buscando a diversificação de sua política de vendas, a Usiminas lançou no mercado em 1968, os aços de alta resistência-soldáveis-anticorrosivos; bem como chapas para esmaltação.

Outra razão para o êxito comercial da siderúrgica mineira foi o cuidado cada vez maior em assistir a sua clientela. Para isso, formou e desenvolveu uma equipe de assistência técnica, aprimorando os métodos de comunicação cliente-vendas-produção.

TECNOLOGIA

Preocupada sempre em oferecer melhor qualidade aos seus consumidores, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. firmou, com base no Plano de Expansão Tecnológica, a longo prazo, convênios com a Yawata Iron Steel Co. e com o Battelle Memorial Institute para preparação do corpo de engenheiros do Centro de Pesquisa, em Ipatinga.

Ainda dentro dêsse programa, encontram-se no exterior, no momento, oito engenheiros da companhia, estagiando nos melhores núcleos de pesquisas do mundo, tais como: Bettelle; IRSID; CESSID e NRIM.

Contrato de assistência técnica firmado também com a firma alemã [illegible] é outra medida significativa no campo da melhoria de qualidade e diversificação de sua produção.

A Booz Allen & Hamilton, por sua vez, iniciou trabalho, juntamente com o Grupo de Expansão, para implantar sua organização e a do sistema P[illegible] CPM, que deverá dotar a expansão da Usiminas da melhor técnica de planejamento, contrôle e acompanhamento.

EXPANSÃO

Tôdas essas medidas estão correlacionadas também com o programa expansionista de 600 mil para 1 400 mil toneladas de aço por ano.

Pode-se ainda apontar como uma das grandes medidas da emprêsa, no exercício passado, a **demarrage** da sua expansão. O aumento de sua produção, que se constitui na resposta aos problemas de economia de escala (nível brasileiro), possibilitará, pelo balanceamento das várias unidades da usina, a continuidade de melhoria dos índices de eficiência operacional, facilitará o **enobrecimento da produção e determinará a diminuição do custo unitário do empreendimento (US$/t ano).**

INTEGRAÇÃO

O grupo japonês demonstrou estar perfeitamente integrado ao Plano de Expansão da Usiminas, revelando, ao mesmo tempo, plena confiança no futuro da emprêsa.

Está pràticamente decidido que os acionistas nipônicos retornarão à subscrição do capital inicial de 40%, podendo vir, também, a financiar, a longo prazo, o fornecimento da grande parcela dos equipamentos estrangeiros destinados à Usina de Ipatinga.

A política vitoriosa de contenção do ritmo inflacionário, trazendo melhoria dos níveis de produção das emprêsas e retomada do processo de desenvolvimento nacional, é apontada como a principal causa do integral apoio do grupo japonês à companhia.

EFICIÊNCIA

Assegurada a execução do Plano de Expansão, a Usiminas cuida também de aprimorar sua estrutura administrativa, de modo a acompanhar ou mesmo antecipar-se às transformações de natureza, ritmo e tendência dos negócios.

A atual estrutura da Usiminas partiu de uma ênfase e dois objetivos básicos: produzir e vender aço.

Concebida para ser uma emprêsa moderna e sempre apta a empregar a técnica mais avançada, a Usiminas, há quase um ano, inaugurou, em Ipatinga, o emprêgo dos computadores da [illegible]. Após formar sua própria equipe, passou a realizar, com maior rapidez e eficiência, maior volume de trabalho. Hoje, em Ipatinga, a reportagem pode informar que já é feita a fôlha de pagamento de tôda companhia, com todos os levantamentos, sejam estatísticos, distribuição de mão-de-obra para apuração do custo de produção, quadros de análise; contrôle do almoxarifado, com a respectiva distribuição de material para custeio; grande parte dos levantamentos para apuração do custo padrão; estatística de vendas; contrôle de pedidos e de confirmação de encomendas. Já em fase de programação e implantação: contrôle da produção da laminação a frio; contrôle de atendimentos pelas oficinas mecânicas e de manutenção, etc. Todo o trabalhoso processo de apuração de custos, dentro em breve, estará também computado.

RAPIDEZ

Conta ainda a Usiminas com um dos mais modernos e eficientes métodos de registro contábil. A presteza dêste trabalho chega ao ponto de já às 8 horas da manhã de cada dia ter a emprêsa registradas tôdas as operações do dia anterior.

Não há assim dificuldades ou atrasos para se registrarem as volumosas ordens de serviços e grandes transações, tais como: 14 072 itens para aquisição de material de consumo e equipamentos, em 1968, no valor de NCr$ 13 milhões, no mercado interno e 5 544 ordens de compras para o mercado externo, no montante de NCr$ 700 mil, ou ainda, 63 contratos, aproximando-se de NCr$ 11,9 milhões.

Está a Usiminas, assim estruturada, apta a desenvolver, em todos os seus setores, um trabalho eficiente, no qual vem pontificando o seu setor de vendas que, já no início de 1969, tem sua produção até julho totalmente vendida.

VEM DE FORA.

Os resultados alvissareiros previstos para o exercício de 1969 sòmente não se confirmarão se fatôres externos ao poder de decisão da companhia continuarem a prevalecer na economia nacional. Então, a Usiminas, como as demais emprêsas, sobretudo do setor siderúrgico, se verão em sérias dificuldades financeiras, passando a pressionar o Tesouro Nacional em lugar de empregar parcela ponderável de capital próprio para honrar seus compromissos e programar reinversões.

A análise dos resultados da usina mineira diz bem da rigidez dos ônus que pesam sôbre a siderurgia brasileira. Registrando um lucro bruto de NCr$ 76,3 milhões em 1968, a Usiminas viu o seu lucro líquido cair assustadoramente para **NCr$ 11,2 milhões**, após saldar despesas de venda e administrativas, impostos, encargos financeiros e depreciações normais. A elevação dos impostos sôbre o preço líquido de vendas de 6% para 27% (soma dos atuais ICM mais IPI) agravou ainda mais o poder competitivo da siderurgia nacional em confronto com as congêneres de outras nações. Outra medida que causou grande impacto no orçamento da Usiminas foi o aumento da taxa cambial de 41,8% no período de dezembro de 67 a dezembro de 68 e que bem demonstra que não basta uma administração austera e eficiente para se alcançar resultados expressivos.

FATOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DE 1968

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
POLÍTICA ECONÔMICA	Decreto-Lei isentando do Impôsto de Renda, os rendimentos provenientes de depósitos com correção monetária efetuados em entidades integrantes do sistema financeiro de habitação para aquisição da casa própria. Decreto-Lei n.º 349 permitindo a utilização em 1968 dos recibos do adicional substituível do Impôsto de Renda, que prescreviam em 1967, e facilitando o resgate do empréstimo compulsório (instituído pela Lei n.º 242, de 17-7-63) sob forma de compensação com o Impôsto de Renda devido no exercício de 1968 sempre que o subscritor fôr contribuinte do tributo.	Portaria do Ministro do Planejamento prorrogando até 1.º de junho o prazo da entrada em vigor da cobrança do Impôsto sôbre Produtos Industrializados. Decreto presidencial baixando normas para a Execução Financeira do Tesouro em 1968.	Encaminhado ao Congresso o Orçamento Plurianual para 1968/1970. Decreto presidencial reduz a partir de 1.º de abril as alíquotas do Impôsto Único sôbre Lubrificantes e Combustíveis. Rejeição pelo Senado do Decreto que prorrogava para o exercício a faculdade de os contribuintes deduzirem parte do seu Impôsto de Renda para a aplicação em ações e conseqüente fechamento temporário das Bôlsas de Valôres. Decretado nôvo salário mínimo com um aumento de 23% em relação ao anterior passando a NCr$ 129,15 na Guanabara e São Paulo.
PRODUÇÃO E INVESTIMENTOS	Aumentados os preços dos combustíveis e derivados do petróleo. Autorizada a alteração do preço do café para consumo interno. Divulgada pela Comissão de Financiamento da Produção os novos preços máximos para produtos agrícolas das regiões Centro-Sul e Setentrional. Decreto n.º 61993 fixando as normas para a CONEP manter o contrôle da evolução dos preços durante 45 dias.	Iniciadas na Bahia as obras da SIBRA destinadas a produzir 33 500 toneladas de ferro-ligas em sua etapa inicial. Entra em vigor a majoração de 20% sôbre o preço do aço. Decretados os preços mínimos do algodão, arroz, farinha de mandioca, feijão e mamona na região Setentrional.	Inaugurada a segunda etapa da Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Inaugurada a refinaria Gabriel Passos.
TRANSPORTES	Lançado ao mar o graneleiro Frotasul de 25 mil toneladas de pêso bruto e 176,4 metros de comprimento. Lançado ao mar o navio mercante Amazonas de 6 850 tdw. Lançamento do navio Carla de 2 500 toneladas.		Lançado ao mar o navio frigorífico Frigo-Tejo de 4 500 tdw e o graneleiro Jaime Maia de 18 110 toneladas.
CAPITAIS E INVESTIMENTOS	A DELTEC concedeu ao Brasil empréstimo de US$ 10 milhões para construção de 300 km de grandes estradas no Ceará. O BNDE concedeu financiamento à indústria de Madeira no R. G. do Sul no valor de NCr$ 2,2 milhões e 5,7 milhões de marcos alemães com recursos originários do BID. Emprêsas brasileiras que ganharam concorrência no exterior passam a ter a garantia do BNDE. O BID concede ao Brasil empréstimo de US$ 35 milhões para construção e pavimentação de rodovia no Nordeste. O BNDE concede financiamento de NCr$ 9,5 milhões destinados à conclusão das obras do sistema de transmissão de energia elétrica do vale do Peixe em Santa Catarina.	Aprovado o investimento de NCr$ 36 milhões para instalação de uma fábrica de cimento em Cantagalo, Estado do Rio. Concedido pelo BIRD dois empréstimos no total de US$ 62 milhões para a agricultura (40 milhões) e indústria do alumínio (22 milhões) respectivamente. Aprovado pela SUDENE projeto de indústria pesqueira na Bahia que prevê um investimento total de NCr$ 8,6 milhões sendo 2,2 milhões de recursos da SUDENE. Eletrobrás concede financiamento de NCr$ 50 milhões à Centrais Elétricas de Minas Gerais para obra no setor de energia.	Assinado contrato de promessa de cessão de 82% das ações da FNM à Alfa Romeo. Obtido pelo Govêrno do R. G. do Sul um empréstimo de cêrca de US$ 5 milhões em banco sueco para construção de rodovia. Concedidos avais do BNDE para aquisição de três aeronaves Boeing-707 — 370 C nos EUA e um Dart Herald série 200 na Inglaterra.
MOEDA CRÉDITO E FINANCIAMENTO	Resolução n.º 86 — atenua a retração das operações bancárias determinadas pela instrução n.º 79. Libera para prazos superiores a 60 dias taxas de 2,2% e 2,5 para empréstimos. Resolução n.º 87 — proíbe aos bancos de investimento de darem aceite em letras de câmbio de prazo inferior a 12 meses. Circular 113 facultando às instituições financeiras de participarem de operações de crédito e financiamentos concernentes a produção, estocagem, comercialização e industrialização de borrachas vegetais e químicas. Portaria do Ministério do Planejamento fixando os coeficientes de correção monetária de aluguéis de imóveis não residenciais.	Portaria n.º 13 do Ministério do Planejamento estabelecendo os coeficientes de correção monetária aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do Tesouro. Conselho Monetário Nacional fixa as linhas da política de redescontos à rêde bancária no financiamento das safras de produtos agrícolas no Centro-Sul.	Resolução 89 aumenta para 30% os recolhimentos compulsórios à vista ou de aviso prévio até 90 dias e em 10% sôbre os depósitos a prazo superiores a 90 dias e suspendendo o recolhimento adicional.
COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Chega missão comercial do Paquistão. Iniciada a Segunda Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD), em Nova Deli. Assinado entre o Brasil e a Índia tratado de 3 anos visando a incrementar as relações comerciais. Circular n.º 11 do Ministério da Fazenda isenta do Impôsto sôbre Produtos Industrializados e disciplina a sistemática de exportação de manufaturados. Decreto presidencial regulamentando a produção e exportação de café solúvel e determinando que a instalação e ampliação das fábricas de café solúvel para fins de exportação, dependerá de autorização especial do Govêrno.	Reestruturado o Grupo de Coordenação do Comércio com os países socialistas da Europa Oriental (COLESTE), passando a chamar-se Comissão de Comércio com a Europa Oriental. Sancionada lei que concede até 1972 isenção do impôsto de importação sôbre produtos industrializados para a importação de equipamentos e acessórios sem similar nacional destinados à indústria de artefatos têxteis de capitais predominantemente nacionais. Decreto presidencial reduzindo em 50% os limites de valor da isenção de bagagem de passageiros procedentes do exterior. Renovado o Acôrdo Internacional do Café por mais cinco anos a entrar em vigor a 1.10.68, após prolongadas discussões sôbre o café solúvel.	Resolução 90 — suspende a incidência do impôsto sôbre exportações de couro verde, sêco, salgado e espichado. Firmado acôrdo entre o Brasil e a Argentina para troca de 1 milhão de toneladas de trigo argentino por 15 mil toneladas de sacos de juta brasileira e outros produtos sobretudo siderúrgicos.
Emissões de papel-moeda NCr$ milhões (acumulados)	— 404	50	—
Deficit do Tesouro NCr$ milhões (acumulados)	287	417	732
Índice do custo de vida na GB; (Variação mensal)	4,3	1,6	2,7
Índice de preços por atacado (Variação mensal)	3,7	2,7	2,3
Índice s/n de cotações na Bôlsa (em fins do mês) (Base: jan/64 = 100)	4937	5483	5922

	ABRIL	MAIO	JUNHO
POLÍTICA ECONÔMICA	Concedido aos trabalhadores o "abono de emergência de 10% sôbre os últimos reajustes salariais. Prorrogado para o exercício de 1968 a vigência dos dispositivos do Decreto-Lei n.º 157.		Decreto-Lei facilitando o pagamento de débitos fiscais atrasados.
PRODUÇÃO E INVESTIMENTOS	Sancionada lei que concede por quatro anos isenção do Impôsto de Importação e Produtos Industrializados para importação de equipamentos para indústria de papel e celulose sem similar nacional. Assinado convênio entre a Eletrobrás e a Comissão Nacional de Energia Nuclear para construção da primeira usina termonuclear.	Inaugurada a nona unidade geradora da hidrelétrica de Paulo Afonso elevando para 615 000 kW sua capacidade instalada. Inaugurada a Usina Termelétrica de Santa Cruz com duas unidades geradoras de 80 mil kW.	Sancionada lei mantendo até 31/12/69 a isenção do IPI sôbre tratores.
TRANSPORTES	Inaugurada a Ponte da Concórdia entre o Brasil e o Uruguai de 800m. Inaugurada a variante ferroviária de Pedras Altas com extensão de 103km na região Sul. Inaugurado trecho da BR-277 Paranaguá—Curitiba, ao Paraná, de 86,5km. Lançado ao mar o rebocador Walsa de 1 200 H.P.	Assinado o contrato para construção dos terminais salineiros de Areia Branca e Macau, no Rio Grande do Norte. Lançado ao mar o navio frigorífico Rafael Lelita deslocando 4 300 toneladas.	Lançado ao mar o cargueiro Beta com 3 040 tdw. Comissão de Marinha Mercante encomenda mais 47 navios e sete barcaças a estaleiros nacionais.
CAPITAIS E INVESTIMENTOS	Aprovados dois empréstimos do BID ao Brasil no valor de 16,5 milhões de dólares, para ajudar o financiamento do projeto de água potável da Grande São Paulo. BNDE permite ao FUNDEPRO financiar o sistema bancário para racionalização dos seus serviços. Convênio entre o BNDE e a União com recursos no montante de NCr$ 7,5 milhões para pesquisas destinadas a determinação do valor das ocorrências de sal-gema no Sergipe. Conseguido financiamento de US$ 74 milhões do Grupo Rotchild para a ponte Rio—Niterói.	O BNDE concede aval no valor de 11,2 milhões de marcos para aquisição na Alemanha de máquinas e equipamentos destinados a ampliação de fábrica de cimento na Paraíba.	O BNH, a Universidade da Bahia e o Ministério das Relações Exteriores têm projetos aprovados pelo Conselho de Administração das Nações Unidas para o Desenvolvimento no valor de US$ 4,4 milhões. A SUDENE aprova no primeiro semestre 152 pedidos de apoio financeiro comprometendo NCr$ 225 milhões dos incentivos financeiros da autarquia (Art. 34 e 18) e autorizando NCr$ 398 milhões em novos investimentos no Nordeste.
MOEDA CRÉDITO E FINANCIAMENTO	O Conselho Monetário Nacional aprovou o esquema financeiro da safra açucareira 1968/69 e prorrogou a vigência da Resolução n.º 59/67 sôbre financiamento de tratores. Circular n.º 110 do Banco Central fixa normas para o recolhimento do depósito compulsório nos têrmos da Resolução 89. Circular n.º 116 oferece novos atrativos para bancos comprarem Obrigações Reajustáveis. Circular n.º 117 adia sine die a implantação da padronização magnética dos cheques. Resolução 90 prorroga o prazo para venda das Obrigações Reajustáveis do Tesouro em poder dos bancos.	O Conselho Monetário Nacional através do Comunicado GECAM 60 reinstitui a cobertura aos bancos autorizados a operar em câmbio, limitando-o a 25% das vendas de câmbio do dia anterior e respeitando o montante máximo que permita o nivelamento da posição vendida em cada estabelecimento.	Circular 118 do Banco Central admite a inclusão, nos limites do crédito rural, do financiamento para aquisição de até dez cabeças de bovinos machos para engorda. Resolução 92 e 93 do BC fixando as diretrizes para a aplicação das reservas técnicas das sociedades seguradoras e a outra regulando a constituição e o funcionamento dos bancos estaduais e interestaduais de desenvolvimento.
COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Resolução n.º 30 da CONCEX autorizando a importação até 31 de dezembro de 450 000 toneladas de cimento com alíquota reduzida para 70% Firmado entre o Brasil e o México convênio a fim de estudar os meios de elevar o comércio entre os 2 países. Assinado contrato para aquisição de 300 colhedeiras automáticas na Iugoslávia. Decreto presidencial reduzindo e isentando de taxas de importação produtos originários da ALALC. Aberto crédito FMI ao Brasil de US$ 87,5 milhões.	Resolução n.º 91 do BC fixa entre outros em 180 dias a contar da data de embarque o prazo máximo para mercadorias importadas nas condições da Resolução 82.	Assinado entre o Brasil e a Polônia acôrdo bilateral de navegação marítima. Decreto presidencial dá podêres ao Conselho de Política Aduaneira para conceder isenção ou redução do Impôsto de Importação de equipamentos destinados à indústria nacional. Assinado o 8.º acôrdo do trigo com os EUA prevendo o financiamento de 500 mil toneladas de trigo americano para o Brasil. O Brasil recebe mais 40 mil toneladas métricas em sua cota de exportação de açúcar para os EUA. Comunicado da GECAM n.º 69 decide que a exportação de madeira só poderá ser feita à vista.
Emissões de papel-moeda NCr$ milhões (acumulados)	151	50	101
Deficit do Tesouro NCr$ milhões (acumulados)	716	605	882
Índice do custo de vida na GB; (Variação mensal)	2,8	3,2	0,4
Índice de preços por atacado (Variação mensal)	1,5	1,1	1,5
Índice s/n de cotações na Bôlsa (em fins do mês) (Base: jan/64 = 100)	6864	7228	7198

	JULHO	AGÔSTO	SETEMBRO
POLÍTICA ECONÔMICA	Decreto alterando o Regulamento do Impôsto Único sôbre Minerais. Decreto presidencial isenta até janeiro de 1972 embarcações e apetrechos de pesca do IPI. Portaria Ministerial prorroga até 15 de agôsto o prazo para recebimento de pessoas em débito com o impôsto de renda para beneficiar-se do Decreto-Lei 352.	Criado o Conselho Interministerial de Preços, integrado por quatro ministros com a atribuição de atuar sôbre o sistema regulador de preços. Decreto presidencial sôbre a exploração e pesquisa na plataforma submarina nas águas territoriais e nas interiores. Dólar a NCr$ 3,63 (compra) e NCr$ 3,65 (venda) e instituída a taxa flexível cambial.	23/9 — Dólar a 3,675 (compra) e 3,70 (venda). Circular 123 do Banco Central isentando do impôsto sôbre operações financeiras os seguros obrigatórios patrocinados pelo BNH.
PRODUÇÃO E INVESTIMENTOS	Decreto aprovando o regulamento do Código de Mineração.	Divulgados os novos preços mínimos aprovados pelo Conselho Nacional do Abastecimento para a região Centro-Sul na safra 68-69.	Inaugurada a refinaria Alberto Pasqualini. Confirmada a descoberta de petróleo no Sergipe.
TRANSPORTES	Lançado ao mar o cargueiro Pedro Teixeira de 6 650 tdw. Lançada a pedra fundamental do terminal açucareiro de Recife a ter capacidade de estocagem para 700 mil toneladas de açúcar e 10 milhões de litros de melaço.	Inaugurado o trecho de 160km da BR-040 entre Campos e Muriaé. Lançado ao mar os navios frigoríficos Alberto Cecozza de 4 300 tdw e o cargueiro Alfa de 3 040 tdw. Petrobrás assina com estaleiros dinamarqueses contrato para construção de dois superpetroleiros de 115 mil toneladas cada.	Lançado ao mar o cargueiro Diana com 12 750 tdw. Aumento de preços dos derivados de petróleo em 12% e das passagens aéreas em 10%.
CAPITAIS E INVESTIMENTOS	Resolução 88 — regulamentando o registro de títulos destinados a mercado de capitais, com compromisso de divulgação da situação econômico-financeira. O BIRD aprova concessão de empréstimo de US$ 22 milhões para ajudar a construção de uma unidade de mineração refino e metalurgia do alumínio no Centro-Sul do Brasil. BNDE e Eletrobrás firmam convênio de NCr$ 22,8 milhões para complementação da Usina de Mimoso em Mato Grosso e para conclusão da segunda etapa da Hidrelétrica de Cachoeira Dourada em Goiás. Ministério da Agricultura firma convênio com a USAID no valor de NCr$ 3,3 milhões para execução de programas de desenvolvimento da agropecuária brasileira. Resolução do B.C. n.º 85 restabelecendo as operações de crédito direto ao consumidor e com o FINAME no mercado financeiro que tinham sido congeladas pela Resolução 80, limitando as aplicações ao valor apurado em 5/12.	Assinado convênio entre a Cia. Siderúrgica de Santa Catarina e o grupo japonês Mitsubishi visando a elaboração de um projeto para aproveitamento industrial das jazidas carboníferas do Estado. Grupo de bancos liderado pela Casa Rothschild assinam contrato de empréstimo de NCr$ 122 milhões para financiamento de Estaleiros Nacionais.	O BNDE concedeu aval no valor de US$ 15 milhões para aquisição de oito aeronaves japonêsas e seus respectivos sobressalentes. BNDE firma convênio como avalista com a Polônia no valor de US$ 100 milhões para importação de máquinas e equipamentos poloneses.
MOEDA CRÉDITO E FINANCIAMENTO	Sancionada lei que regula a expedição e a validade da fatura e da duplicata. Resolução n.º 96 reduzindo os recolhimentos compulsórios dos estabelecimentos bancários em 10% sôbre as bases em vigor, temporàriamente.	Circular 121 reduz de 75 para 46,875% sôbre o total das reservas não comprometidas, as aplicações em ORT, sendo para as carteiras de seguro de vida individual, a baixa de 55 para 28,25. Resolução 97 e Circular 120 estabelecendo normas e níveis para a aplicação de recursos destinados especificamente ao crédito rural oriundos dos 10% sôbre os depósitos à vista dos estabelecimentos bancários. Circular 119 eleva de 50 para 75% o total das reservas técnicas não comprometidas que as sociedades seguradoras terão que aplicar até março de 1967 ou ORT. Resolução n.º 39 do BNH fixando novos critérios para aplicação de planos de reajustamento das prestações para concessão de financiamentos de aquisição de casa própria.	Circular 122 regulamenta a criação de postos especiais de prestação de serviços bancários no recinto de grandes emprêsas e repartições públicas.
COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Visita de missão italiana que culmina com assinatura de protocolo de cooperação econômica e tecnológica entre o Brasil e a Itália. Resolução 94 do Conselho Monetário Nacional determina que a importação de produtos cuja alíquota do Impôsto de Importação seja igual ou superior a 50% só pode ser feita com prévio fechamento do contrato de câmbio. Regulamentada pelo Comunicado GECAM n.º 73 Comunicado GECAM n.º 12 regula o item III da Resolução n.º 91. Acôrdo entre Brasil e Estados Unidos visando preferência de transportes à Marinha nacional.	Resolução n.º 98 estabelece que os bancos deverão inscrever no passaporte dos compradores as divisas vendidas para atender a gastos pessoais de viajantes com teto de US$ 1 000. Comunicado GECAM 80 reduz em US$ 500 para US$ 300 os limites das remessas pessoais mensais para cada pessoa. Comunicado GECAM 77 permite a cobrança de um prêmio nas operações de câmbio contratadas a prazo. Missão comercial iugoslava vem ao Brasil, sobretudo para sanar o saldo de 9,2 milhões de dólares. Realiza-se a VII Conferência Brasileira de Comércio Exterior. Resolução n.º 34 do CONCEX cria a Comissão Consultiva Empresarial para Fomento e Exportação, integrada por representantes dos diferentes setores da iniciativa privada. Visitam o Brasil missões japonêsas e da Guiana Inglêsa.	Chegada da missão comercial espanhola para sanar o deficit de US$ 3,5 milhões do Brasil nos seis primeiros meses do ano. Chega Missão Econômica Oficial do Govêrno japonês constituída de representantes das maiores emprêsas e entidades comerciais daquele país. Visita de Missão Marroquina. A ALALC depois de longos debates aprova conjunto de normas para comercialização futura de produtos agropecuários da zona. Bancos Centrais do Brasil e do Chile firmaram dois acôrdos para concessão de crédito e abertura simultânea de linhas de financiamento de exportações de bens industriais no valor de US$ 9 milhões. Conselho Internacional do Café fixa novas cotas com o Brasil ampliando a sua do ano cafeeiro 68/69.
Emissões de papel-moeda NCr$ milhões (acumulados)	42	51	151
Deficit do Tesouro NCr$ milhões (acumulados)	924	984	1027
Índice do custo de vida na GB; (Variação mensal)	2,3	0,9	1,3
Índice de preços por atacado (Variação mensal)	1,7	1,6	1,4
Índice s/n de cotações na Bôlsa (em fins do mês) (Base: jan/64 = 100)	6794	6629	6937

	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
POLÍTICA ECONÔMICA	Sancionado o IV Plano Diretor da SUDENE.	Sancionado o Orçamento da União para 1969 com receita e despesa de NCr$ 16 332 milhões. Decreto presidencial reformula a Direção Geral da Fazenda Nacional que passa a se denominar Secretaria da Receita Federal. Dólar a 3,745 (compra) e 3,770 (venda).	Ato Institucional n.º 40 alterando a fórmula de devolução aos municípios de sua participação na receita do IPI. Decreto punindo emprêsas em débito salarial com seus empregados. Dólar a NCr$ 3,805 (compra) e NCr$ 3,830 (venda). Decreto-Lei regulamentando o Impôsto de Circulação de Mercadorias.
PRODUÇÃO E INVESTIMENTOS	Associam-se a US Steel e a Vale do Rio Doce para explorar minério de ferro encontrado no Pará. Portaria da SUNAB sujeita o preço da comercialização do cimento a contrôle oficial.	Técnicos da SUDENE descobrem jazidas de níquel na Paraíba. Majoração de 10% nos preços da comercialização do aço.	Produção de barrilha da Companhia Nacional de Álcalis atinge a cifra recorde de 99 mil toneladas em 1968.
TRANSPORTES	Entregues os estudos de viabilidade econômica para abertura da Rio—Santos com preço estimado em NCr$ 382 milhões e 475km de extensão. Inaugurado trecho rodoviário Maringá—Campo—Mourão de 83km no Paraná.	Entregue ao tráfego a estrada Curvelo—Diamantina em Minas Gerais com 127km. Inaugurada a Rodovia Castelo Branco de 175km ligando São Paulo a Tôrre de Pedra. Lançado ao mar o rebocador de alto-mar Apolo de 2.360-BAP e o navio-frigorífico Frigo-Tietê de 4 300 tdw.	Assinado contrato para construção da ponte Rio—Niterói. Assinado contrato para construção de um graneleiro destinado ao Vale do Rio Doce de 53 000 tdw. DNER constrói durante 1968, 1 750km de rodovias e restaura e pavimenta 2 150km além de 5,5km de pontes e viadutos. Inaugurado trecho ferroviário Roca Sales—Lajes, etapa final do Tronco-Sul.
CAPITAIS E INVESTIMENTOS	BNDE firma convênios com o Departamento Nacional de Estradas de Ferro no valor de NCr$ 40 milhões e com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis no valor de NCr$ 19 milhões para conclusão do Pôrto de Malhados em Ilhéus, Bahia. Fornecidos recursos superiores a NCr$ 600 milhões pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul para equipamento destinado a pavimentação asfáltica. SUDENE aprova projeto destinado em sua primeira etapa a produzir 4 000 ton. de fibras acrílicas representando um investimento total de NCr$ 43 milhões mobilizados pelo artigo 18. Assinado contrato de empréstimo de US$ 15 milhões mediante o qual o BID ajudará ao desenvolvimento da indústria agropecuária do Brasil. O BIRD aprova empréstimos de US$ 22,3 milhões para a construção da Usina Hidrelétrica de Pôrto Colômbia no Rio Grande e ainda US$ 26,6 para Hidrelétrica de Volta Grande e para construção de rodovias totalizando US$ 74,9 milhões.	Aprovada a concessão de financiamento do BNDE no valor de NCr$ 17,5 milhões para a construção de uma fábrica de cimento Portland no município de Cantagalo, RJ. FIPEM renovou convênio com o BID no valor de US$ 22 milhões e dois convênios com o Kreditanstalt für Wiederaufbau, da Alemanha, no valor de DM 35 milhões.	O BID aprova financiamento de US$ 11 milhões para projeto de expansão do Vale do Rio Doce. Concedido financiamento pelo BID e pelo Banco Central a pecuária bovina de corte nos Estados de M. Gerais, Bahia e Espírito Santo. A Corporação Financeira Internacional anuncia sua participação no financiamento da Petroquímica União com US$ 8,4 milhões. Firmado convênio entre a COPEG e grupo financeiro espanhol para estabelecimento de uma linha de crédito de US$ 20 milhões a serem utilizados no reequipamento industrial da Guanabara. Financiamentos do BNDE em 1968 atingiram a mais de NCr$ 37 milhões. BNDE concede financiamentos para construção de graneleiros de 52 500 tdw a ser incorporado a DOCENAVE e de NCr$ 40 milhões ao DNER para a construção e pavimentação de cinco ramais rodoviários com extensão de 1 299km. Decreto-Lei aumenta as alíquotas da tarifa das Alfândegas incidentes sôbre produtos supérfluos.
MOEDA CRÉDITO E FINANCIAMENTO	Resolução n.º 100 do Banco Central aumentando para 30% depósito compulsório e aumentando a parcela de títulos públicos na composição do mesmo.	Circular 123 do BC isentando do impôsto sôbre operações financeiras os seguros obrigatórios patrocinados pelo BNH. Resolução n.º 102 do Banco Central padroniza o formato, disposição e dizeres das duplicatas.	Circular 124 regulamentando a administração das cooperativas de crédito.
COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Liberadas pela CACEX as importações de cimento inclusive dos órgãos governamentais e estatais que gozam de isenção de direitos aduaneiros. Comunicado GECAM n.º 85 regulamentando a compra de passagens internacionais em território brasileiro. Liberada pela CACEX a importação do cimento. Aprovado o nôvo Acôrdo Internacional do Café em Genebra a entrar em vigor em 1/1/1969. Chega o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Romênia como convidado oficial do Govêrno brasileiro. Assinado em Tóquio nôvo contrato entre o Vale do Rio Doce e grupos japonêses para a exportação de 2,8 milhões de toneladas anuais de minério de ferro durante oito anos. Aprovadas as normas para fusão da ALALC com o Mercado Comum Centro Americano.	Equador e Paraguai vetam a segunda parte da Lista comum da ALALC. Delegação Ministerial do Canadá visita o Brasil. Assinado nôvo acôrdo de fretes entre armadores brasileiros e europeus. Petrobrás contrata na Iugoslávia construção de três navios petroleiros de 14 mil toneladas cada.	Comunicado GECAM n.º 91 liberta os contratos de compra de câmbio relativos à exportação de mercadorias, exceto café, do visto prévio do Banco Central.
Emissões de papel-moeda NCr$ milhões (acumulados)	50	300	650
Deficit do Tesouro NCr$ milhões (acumulados)	1040	1600	1227
Índice do custo de vida na GB; (Variação mensal)	1,1	1,2	0,4
Índice de preços por atacado (Variação mensal)	2,0	2,0	0,8
Índice s/n de cotações na Bôlsa (em fins do mês) (Base: jan/64 = 100)	6591	6612	7875

JORNAL DO BRASIL

CLASSIFICADOS

Rio de Janeiro — Sexta-Feira, 28-3-69

Parte inseparável do Jornal

AVISO — Amanhã, das 9 às 16 horas, os trens da Central do Brasil, com destino a Deodoro, não farão paradas em Lauro Müller e São Cristóvão, o mesmo acontecendo, quando de regresso a D. Pedro II, nas estações de Encantado e Piedade. E os trens destinados ao ramal de Paracambi não circularão entre Japeri e aquela estação.

ÍNDICE

AGÊNCIAS DE CLASSIFICADOS

CENTRO

Sede — Avenida Rio Branco, 112 — Térreo
Lapa — Avenida Mem de Sá n.º 147 — Tel.: 52-0571
Rodoviária — Estação Rodoviária Nôvo Rio, 2.º, loja 205
São Borja — Av. Rio Branco, 277 — Loja E — Edif. S. Borja

ZONA SUL

Botafogo — Praia de Botafogo, 400 — SEARS
Copacabana — Av. N. S. de Copacabana, 610 — G. Ritz
Flamengo — Rua Marquês de Abrantes, 6 — Loja E
Pôsto 5 — Av. N. S. de Copacabana 1 100 — Loja E
Ipanema — Rua Visconde de Pirajá, 611-C

ZONA NORTE

Praça da Bandeira — P. da Bandeira, 109
Campo Grande — Av. Cesário de Melo, 1 549 — Ag. da Guandu Veículos
Cascadura — Av. Suburbana, 10 136 — Largo Cascadura
Madureira — Estrada do Portela, 29 — Loja E
Méier — Rua Dias da Cruz, 74 — Loja B
Penha — Rua Plínio de Oliveira, 44 — Loja M
São Cristóvão — Rua São Luís Gonzaga, 119-C
Tijuca — Rua General Rocca, 801 — Loja F

ESTADO DO RIO

Duque de Caxias — Rua José de Alvarenga, 379
Niterói — Av. Amaral Peixoto, 116, grupos 703 e 704 — Telefones: 5509 e 2-1730
Nova Iguaçu — Av. Governador Amaral Peixoto, 34 — Loja 12 — Tel.: 30-60
Nilópolis — Rua Antônio José Bittencourt, 31 — Tel.: 24-61

HORÁRIO

As agências do JORNAL DO BRASIL funcionam das 8h30m às 17h30m de segunda a sexta-feira e de 8h às 11h aos sábados.

ANÚNCIOS PARA DOMINGO

As agências do JORNAL DO BRASIL, no Méier (Rua Dias da Cruz, 74 — Loja B), Copacabana (Av. N. S. de Copacabana, 610, Galeria Ritz), Tijuca (Rua Gen. Rocca 801 — Loja F), Botafogo (Praia de Botafogo, 400 — SEARS), Sede (Av. Rio Branco, 112 — Térreo), Cascadura (Av. Suburbana, 10 136), Penha (Rua Plínio de Oliveira, 44 — M) e Rodoviária (Estação Rodoviária Nôvo Rio, 2.º, loja 205), ficam abertas às sextas-feiras até as 22 horas para receber anúncios para domingo.

NOTAS SOCIAIS

Envie para o Departamento de Classificados do JB, Avenida Rio Branco, 110 (sobreloja), suas notas de aniversário, nascimento, batizado, formatura, noivado, casamento e festas.

MAPA DO TEMPO — JB

A B A B B A A A
Névoa
Vento
Frente fria
Chuvas

ANÁLISE SINÓTICA DO MAPA DO ESCRITÓRIO DE METEOROLOGIA INTERPRETADA PELO JB — Frente fria localizada na área de São Paulo devendo em seu deslocamento para nordeste atingir a Guanabara e Estado do Rio com chuvas e declínio de temperatura. O ramo continental atingindo Ponta Porã e dêste ponto para nordeste passando entre Corumbá e Cuiabá. O centro do anticiclone polar com o valor de 1024 MB, acha-se localizado sôbre a Patagônia. Frente intertropical atingindo Roraima, Amapá, Amazonas, Pará e litoral do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte com chuvas e trovoadas.

NO RIO

INSTÁVEL

CHUVAS NO PERÍODO
MÁXIMA — 33.2
MÍNIMA — 20.0

O SOL

NASC. — 5h57m
OCASO — 18h04m

TEMPERATURA E TEMPO NOS ESTADOS

Amazonas — Pará — Tempo: Instável com chuvas e trovoadas. Temp.: Estável.
Acre — Rondônia — Tempo: Nublado — Passando a instável com chuvas. Temp.: Em declínio.
Maranhão — Piauí — Ceará — Rio Grande do Norte — Tempo: Instável, chuvas no litoral. Temp.: Estável.
Paraíba — Pernambuco — Alagoas — Tempo: Nublado — Pancadas esparsas no litoral. Temp.: Estável.
Sergipe — Bahia — Tempo: Bom com nebulosidade. Temp. — Ligeira elevação.
Minas Gerais — Tempo: Bom com nebulosidade. Temp.: Ligeira elevação.
Espírito Santo — Tempo: Bom com nebulosidade. Temp.: Estável.
Rio de Janeiro — Guanabara — Tempo — Instável — Chuvas no período. Temp.: Em declínio.
Goiás — Tempo: Bom com nebulosidade. Temp.: Ligeira elevação.
Mato Grosso — Tempo: Instável com chuvas e trovoadas ao sul e bom com nebulosidade ao norte do Estado. Temp.: Em declínio no sul e estável ao norte do Estado.
São Paulo — Tempo: Instável com chuvas. Temp.: Em declínio.
Santa Catarina — Tempo: Instável chuvas ocasionais. Temp. — Em declínio.
Paraná — Tempo: Instável com chuvas esparsas. Temp.: Em declínio.
Rio Grande do Sul — Tempo: Nublado. Temperat.: Ligeiro declínio.

A LUA

CRESC.

OS VENTOS

SUDOESTE

FRACOS

AS MARÉS

PREAMAR:
1h20m/1,1m e 11h45m/0,9m

BAIXA-MAR:
6h30m/0,6m e 18h35m/0,3m

TEMPO NO MUNDO (UPI-JB)

Temperaturas máximas de ontem e previsão do tempo para hoje nas cidades seguintes: Buenos Aires, 17º7, nublado; Bariloche, Santiago, Montevidéu, 18º, nublado; Lima, 22º8, nublado; Bogotá, 17º6, sol; Caracas, 28º, nublado; México, 17º, bom; San Juan PR, 28º; Kingston (Jamaica), 28º, nublado; Por of Spain (Trinidad), 27º, nublado; Nova Iorque, 6º, nublado; Miami, 17º, nublado; Chicago, 0º6, nublados; Los Angeles, 18º, encoberto; Londres, 5º, claro; Paris, 5º, nublado; Berlim, 4º, nublado; Moscou, 14º (abaixo de zero), sol; Roma, 14º, nublado; Lisboa, 15º, sol; Montreal, 6º (abaixo de zero), claro; Quebec, 4º (abaixo de zero), claro;

ZONA CENTRO

CENTRO

CENTRO — Ap. final de construção. Vendo, Senado 230 3.º andar — Quarto, sala, coz., banh. e saleta. Tratar 30-1116.

CENTRO — Vendo prédio vazio com 2 frentes serve p/ garagem. Rua do Mercado 12 — Aceito oferta.

VENDO ap. conj. Rua Irineu Marinho, 30/803. Tratar c/ proprietário. Tel. 23-8915, Sr. João.

VENDO ap. vazio, entrega imediata. R. Carlos Carvalho, 60/716 — Ver diàriamente 2 qts., sl. depend. Preço 30 000,00.

VENDO ap. de frente 36 m2 c/ móveis, 1 800 à vista ou 10 000 de ent. Ver das 9 às 16 horas. Rua Carlos de Carvalho 34 ap. 303. Tratar com propr. 47-5237.

VENDE-SE ap. saleta e sala, edifício residencial e comercial. NCr$ 15 000 à vista. Rua do Riachuelo, 278, em final de construção, tel. 46-5096, Sr. Carlos.

ZONA SUL

GLÓRIA — STA. TERESA

ATENÇÃO — Srs. médicos, construtores e clubes, vendo ótima casa precisando de reformas com 16 cômodos, apropriada para clínica ou clube de campo. Terreno de 1 800 m2. Ver na Rua Santa Cristina e tratar com a própria, tel. 37-9619 — Esther.

GLÓRIA — No melhor ponto da Rua da Glória, no 268, ap. 513, novinho, pronto p/ morar, 2 qts., banh. soc. comp., copa-coz., loc. p/ máq. lavar e gelad., salão festas e playground. Preço 60, c/ 30, saldo comb. Corr. L. DE MIRANDA, CRECI 932, no local. — Tel. 52-1217.

GLÓRIA — Vendo ap. conjugado na Rua da Glória, 228 ap. 703. Ver no local com zelador. Informações Av. A. Peixoto 84, s/ 702, telefone 2-2631 — Niterói — Creci 690.

SANTA TERESA — Compro casa grande ou só área grande. Telef. 22-3344.

SANTA TERESA — Vende-se apartamento 170m2, preço excepcional, térreo, linda vista. Telefone 32-0798.

CATETE — FLAMENGO

CORREIA DUTRA, 53, ap. 203, hall, salão, 2 dormitórios, demais deps. e garagem, em edifício de apenas 4 apts. por andar, vazio. Chaves no local, por preço excepcional e raro financiamento. Entrada NCr$ 30 000,00, saldo restante NCr$ 30 000,00 em 36 prestações de NCr$ 996,42 nelas já incluídos os juros de 12%. T. P. — POMPEIA CORRETORA DE IMÓVEIS. Av. Rio Branco, 123, cj. 1110. Fones, 31-2344 e .... 31-0844. CRECI 340 e 268.

FLAMENGO — Av. Rui Barbosa, 350, ap. 1201. Vendo espetacular ap. 525 m2, entrega imediata, hall em mármore, salão festas, s/ de jantar, biblioteca, jardim de inverno, 4 quartos, arms., 3 banheiros sociais em mármore Carrara, todo atapetado, ar cond., tel. interno, grande copa e coz., 2 quartos empregada, garagem. Cede-se tel. já instalado. Chaves c/ o porteiro. Pag. 50% na escritura e restante a combinar. Tratar Av. Copacabana, 647 s/ 801. Tel. 36-1517. diretamente c/ o proprietário. (B

FLAMENGO — Vendemos maravilhoso ap. de frente, tipo luxo, c/ salão, 3 dormitórios, armários embutidos em tôdas as dependências, banh. soc., copa-cozinha, dep. comp. de emp., área e garagem e realmente um imóvel maravilhoso. Entrada 60 mil novos e 55 mil em 24 meses. Ver à Rua São Salvador, 43 ap. 401. Chaves c/ o porteiro Sr. Antônio. Maiores inf. na FRISA S/A. Tels. 22-0087 e 32-8803 — CRECI 205 e J-263.

FLAMENGO — Vende-se ap. com 85 m2, de frente, sala, dois quartos, varanda e dep. completas — NCr$ 58 000,00 à vista — Rua Honório de Barros, 27/301. C/ proprietário.

FLAMENGO — Vende-se ap. alto luxo, com sala, 3 quartos, peças grandes, c/ armários embutidos — 124m2 de área útil, garagem. — Preço: NCr$ 140 000,00. Facilita-se. Aceita-se oferta. Tratar com proprietário: tel. 31-0749. — Av. Rio Branco, 123, sala 605. (B

FLAMENGO — Vendo ap. 3 quartos, grande sala, coz., banh., dep. emp. Senador Vergueiro, 23, 5.º and. ap. 22. Chaves c/ porteiro. Tel. 42-5874 — CRECI 434.

FLAMENGO — Vende-se ap. Rua Senador Vergueiro, 228/1103, saleta, sala, quarto, sancas e florões, cozinha c/ fogão, 4 bocas, banheiro côr, área c/ tanque — Ed. novo sob pilotis c/ pastilhas. 35 mil à vista ou 40 mil com 20 mil em 12 meses — Prop. Menezes. Tel. 22-2155 — Ramal 142.

FRENTE VAZIO — Living, 3 qts., vaga etc. NCr$ 77 mil, 50% 2 anos. Rua Senador Vergueiro, 232, ap. 604. Dr. DIRCEU ABREU, Av. Rio Branco, 120 — 42-1330.

PRECISO de vários aptos. vazios ou alugados p/ clientes. Flamengo, Catete, Laranjeiras, Botafogo, Glória, sem desp. V. Sa. resolvo 30 dias Pres. Vargas 590, sl. 211 — 23-1214 c/ 644.

VENDO ap. Flamengo. Rua Paissandu, 162, ap. 417. Ver sábado a partir 14 horas.

VENDO ap. 301, 2 salas, 2 quartos, coz., dep. com 6 500,00 a combinar. Rua Correia Dutra, 129. Emília. 25-9080.

LARANJ. — C. VELHO

APARTAMENTOS — Ótimos Rua Soares Cabral, 21/108 fds. e 503 fte. 3 qts., dep. gar. 2 banh. 180m2, ent. 45 — Corr. Miranda — CRECI 932 — Tels.: 52-1217.

LARANJEIRAS — Vendo ap. com 3 q. salão, dep., frente, c/ 100 m2 — (CRECI 628) — 23-3294 ou 43-7445 — GAVAZZI.

LARANJEIRAS — Vende-se ótimo ap. 11.º andar, c/ ent., 2 salas, 2 qts., ótima cozinha, banh. comp., depend., área totalmente envidraçada, água quente e fria em todos cômodos, mobiliados c/ tel., c/ ext., 2 plugues c/ TV., elet., rád., gelad., encerad., tapetes, passadeiras e um terreno c/ 678 m2. Tratar c/ proprietário 45-2508, diàriamente, às 19 horas, sábados, domingos o dia todo, motivo viagem p/ exterior.

VENDE-SE à vista entrega imediata, magnífico apartamento, frente, mobiliado, telefone, sala, dois quartos grandes, armários embutidos, pintado a óleo, sintético. Ver para crer. Laranjeiras, 475/701.

BOTAFOGO — URCA

APARTAMENTO frente, varanda, linda vista: Voluntários da Pátria, 2 salas, 2 quartos, coz., banh. c/ box, dep. emp., área boa serviço, 90m2, 60 mil. 50% ent. Inf. 36-7529. CRECI 689.

APARTAMENTO nôvo, R. S. Clemente, 88/106, s/ pilotis, 2 qts., sl., dep., financiado 12 anos p/ Copeg. Vendo barato. Oferta — 28-6210.

ATENÇÃO — Vendo urgente terreno Humaitá de 10 10X80 — preço de oportunidade — Tratar tel. 26-0281 ou 46-7603, com Anita Gelbert. CRECI 763.

APARTAMENTO tipo casa, Rua Barão de Macaubas, 150/202. Vdo. c/ 260 de fte., prédio 3 pavs., 2 p/ andar. Preço 160, c/ 70, saldo 25 meses s/ juros. Ver c/ prop. Tratar L. DE MIRANDA, CRECI 932. Av. E. Braga, 255/401. — Tels. 52-1217 e 32-6709.

BOTAFOGO — Vendo urgente Rua São Clemente 88/1004 ap. s/ pilotis 2 qts. sl. dep. comp. área c/ tanque e garagem 1a. locação 22 000 saldo em 12 anos pela COPEG tel. 27-2795 Sr. Rui.

BOTAFOGO — Vendo vazio. R. Vicente de Souza, 11-203 (Sears) sala, 2 qts., banh., coz., qt. emp. área, gar. Chv. c/ port. Telefone 25-5521 — Sr. Pessoa.

BOTAFOGO — Rua Barão de Itambi, 55. Vendem-se peq. ap. prontos, c/ garagem. Ver no local e tratar c/ a Construtora na Av. Nilo Peçanha, 155, s/ 603. — Telefone 52-9212 ou 32-3380.

BOTAFOGO — Vende-se ap. vazio na Rua Rodrigo de Brito, c/ 2 qts., salão, copa, coz., dep. comp. empreg. Preço 50 mil, entr. 25 mil, prest. 700 s/j. Ver e tratar c/ ANTÔNIO NONATO VIEIRA & CIA. Rua Quitanda 20, sl. 101. 31-0994 e 31-0804 (CRECI 232).

BOTAFOGO — Vendo ap. 508, na Rua S. Clemente, 127, bl. B, c/ sala e qt. conj., banh. compl. e coz. Chaves c/ port. Tratar R. Barão de Mesquita, 746-A — Tel. 38-6533 — Base: 17 000,00 e vista.

COBERTURA — 2 quartos, sala, banheiro, dep. empregada, garagem, terraço de 35 m2 (parte coberta) — 40 mil sinal, restante pela COPEG, (prestações 630 cruzeiros). Voluntários, 452, c-02.

CASA ANTIGA, parte laje, com 3 qts., coz., banh., vazia, terr. 5,80x10,40. Rua Pinheiro Guimarães, 98. Preço p/ vender, 33 mil, c/ 15 ent. ou a comb. Corr. L. DE MIRANDA. CRECI 932, no local. Tratar Av. E. Braga, 255, gr. 401. 52-1217 e 32-6709.

NOVO VAZIO — Salão, 2 qts. etc. NCr$ 50 mil, Financ. Rua Humaitá, 68 ap. 204. DR. DIRCEU ABREU. Av. Rio Branco, 120 s/ loja. — 42-1330 e 22-6302.

NOVO VAZIO — Frente, salão, 3 qts. c/ arm., 2 b., garagem. Rua Marquês Olinda, 61 ap. 502 — NCr$ 80 mil financ. DR. DIRCEU ABREU, 42-1330 e 22-6302.

PRAIA DE BOTAFOGO — Vendo apartamento conjugado, 13 000,00, Urgente. 46-3156.

PRAIA BOTAFOGO esq. de São Clemente, 10.º andar, linda vista. Vendo ótimo ap. em construção, sala, quarto, banh., coz., deps. de emp. e área. Inf. 57-4381 — CRECI 758.

PRAIA DE BOTAFOGO, 406, ap. 918. Vendo urgente ap. sl. e qt. sep., jardim de inverno, coz., banh., local p/ geladeira, ap. bem dividido e espaçoso c/ vista p/ mar. NCr$ 25 000 de ent. e o rest. a combinar. 10 às 21 horas, proprietário.

VENDEM-SE apts. 901, 902, 903. Rua Macedo Sobrinho, 38, final construção. Preço NCr$ 45 000,00. 50% vista, restante a combinar. Tratar c/ proprietário Fontoura. — 46-2044.

LEME — COPACABANA

APARTAMENTO sala, 3 qts., 2 banhs. Rua 5 de Julho, 162. Entr. 20 mil (fac.). Escrit. imediata. — Tratar na Rua do Ouvidor 104 2.º andar. Tels. 31-1091 e 31-1721. — Creci 193. (B

ACEITO troca, P. Isabel, ap. nôvo, 1 qt., 1 sala, cozinha, 1 qt. reversível, área etc. 15 mil entr. 670 p/ mês. A vista 38 mil. Tratar hoje até 18h. Sérgio Castro Imóveis, Rua Barata Ribeiro, 396, s/ loja 208. Tels. 37-9352 e 56-3768. — CRECI 22.

APARTAMENTO — Vendo, quarto, sala, saleta grande cozinha, cabe geladeira, banh. em côr, área construída 43 m2. Negócio facilitado. Tratar no local. Av. Copacabana n. 1 150, ap. 902. Negócio urgentíssimo.

APARTAMENTOS prontos, sala, 3 qts., 2 banh. Rua 5 de Julho 388. Entrada 28 mil (fac.) resto em até 10 anos. Em 2 anos s/ correção monetária. No local ou p/ tels. 31-1091 e 31-1721. Creci 193. (B

APARTAMENTO nôvo, sala, 3 qts., 2 banhs., coz., dep. R. 5 de Julho, 162, ap. 704. Trat. prop. no mesmo. Entrada 30, rest. longo prazo.

ATENÇÃO, todo de frente, medindo 60m2, atapetado, c/ sala e quarto separados, arm. embut., banh., coz., dep. compl. emp. e garagem, Rua Leopoldo Miguez 25/801. Ver e tratar no local. Não aceitamos intermediários.

APARTAMENTOS NOVOS com sala, 3 qts., R. Décio Vilares, 323. Escr. imediat. com entrada 20 mil (fac.) resto até 10 anos. No local ou tels. 31-1091 e 31-1721. — Creci 193. (B

APARTAMENTO — Vendo ou troco ap. c/ 130 m2, 2 salas, 3 quartos, depend. edif. s/ elevador. Recebo ap. pequeno e parte em dinheiro. Negócio c/ próprio. Rua Francisco Otaviano n. 51, ap. 402 — Tel. 47-6567.

APARTAMENTOS prontos, sala, 3 qts., 2 banheiros. Lacerda Coutinho 34 (inicia Toneleros) entr. 36 mil (fac). Resto em até 10 anos. Em 2 anos sem correção monetária. No local ou p/ tels. 31-1091 e 31-1721 — CRECI 193. (B

APARTAMENTO — Vendo, Rua Barata Ribeiro n. 611, ap. 504, quarto, sala, separados, frente, no local c/ próprio. Negócio urgente. 37-4618.

ANDAR ALTO — Pôsto 5 — 280m2 — Entrada 80 mil, saldo a combinar, 3 anos. 2 salões, living, sl. de jantar, 5 qts., 3 banhs. sociais, copa, coz., despensa, lavanderia, 2 varandas, dep. empreg., área de serviço, arm. embutidos, tapetes, cortinas, com ou s/ telefone e móveis. Não tem garagem. Prest. de 2 656,80. Informações pessoalmente até 22h. Sérgio Castro Imóveis. Rua Barata Ribeiro, 396, s/loja 208 — Tels. 37-9352 e 56-3768. CRECI n.º 22.

APARTAMENTO de frente, Rua Silva Castro n. 48, ap. 701 (esta tranquila rua começa na altura do n. 97 da Rua Siqueira Campos) de luxo em edifício sôbre pilotis, 4 por andar, hall de entrada, jardim de inverno, sala e quarto separados, c/ amplo e bem dividido armário embutido, banheiro social e cozinha, pintado, vazio. Preço NCr$ 40 000,00. Entrada de NCr$ 20 000,00, saldo em financiamento raro de 24 meses em prestações de NCr$ 941,46. Chaves c/ o porteiro, Pompéia Corretora de Imóveis. Av. Rio Branco, 123, cj. 1110. Tels. 31-0844 e 31-2344 — CRECI J-340 e CRECI 268.

APARTAMENTOS novos c/ sala, 2 qts., banheiro em côr, Rua Maestro Francisco Braga 175. — Escrit. imediata c. entrada de 6 mil, resto até 10 anos. No local ou tels. 31-1091 e 31-1721. Creci 193. (B

ATENÇÃO proprietários, precisamos comprar p/ clientes casas e apts. (mesmo alugados) na zona sul e outros bairros, atendemos a domicílio, sem compromisso. Antônio Nonato Vieira e Cia., corretor oficial c/ 25 anos de tradição. Rua da Quitanda, 20, s/ 101. — 31-0994 e 31-0804, CRECI 232.

ATENÇÃO! Pôsto 4 1/2. V. lindo ap. 4 p/ andar alto, lindo vista, 1 qto, 1 sala separado, arms. embs., copa-coz, área c/ tanque, banh. empregada, 30 entr., saldo 18 meses, tel. 56-9886.

APARTAMENTO — Vendo, 2 quartos, sala, amplas dependências, frente, pintura óleo, sinteco, sancas, fino acabamento, no edifício Roial. R. Djalma Ulrich — Tratar c/ prop. Tel. 56-5662 — 70 000 c/ 45 sinal, saldo 18 meses.

APARTAMENTO — Vende-se, Rua Belfort Roxo, 58, Lido. — Vazio, frente para o mar. Sala, quarto, dependência. Chaves porteiro.

AVENIDA ATLANTICA — Pôsto 6 — Vendemos apartamentos de sala e 2 qts., dep. de empregada e garagem. Ótimo investimento para renda. Sinal NCr$ 6 000,00 e mensalidades de NCr$ 1 130,00. Ver e tratar na obra à Rua Francisco Otaviano, 11, esquina da Av. Atlântica. Construtora Tuiuti S.A. Av. Barão de Tefé 7, 3.º andar. Tel. 43-3959 e .... 23-8676. Creci 30.

ATENÇÃO Pôsto 6, Rua Sousa Lima. Vendo ótimo ap. vazio, de frente, 2 salas, 3 qts., dep. garagem. Edifício 2 por andar. Preço 120 mil com 50% em 30 meses. Informações tel. 36-2680 — CRECI 1 104.

ATENÇÃO — Vendo na melhor Rua do Pôsto 3, ap. sala, 3 qts., dep., edifício 2 por andar. Preço 65 mil facilitado em 2 anos. Informações tel. 36-2680 — CRECI 1 104.

BARATÍSSIMO — Vendo urgente ap. 2 quartos com móveis. NCr$ 28 000,00. Tratar 37-6562 — Copacabana.

CONJUGADO grande na Rua Júlio de Castilho, 35/920. Vdo. por 26 mil, c/ 14 ent. ou à vista 23, de fte. Corr. L. DE MIRANDA. CRECI 932, Av. E. Braga, 255, gr. 401. 52-1217 e 32-6709.

COPACABANA — Vende-se ap. de frente, 2 quartos, com arm. embutido, sala, banheiro, coz. e dep. emp. financiados 36 meses. Ver no local. Av. Princesa Isabel, 300 ap. 1 003. Tratar na PAR, R. do Ouvidor, 130, 9.º andar. Tels. 22-9435 e 52-1677. CRECI 456.

COPACABANA — Vendo na Rua Sousa Lima ap. (um por andar), 2 salas, 3 qts., 2 banhs. etc. Gar. 170 mil c/ fin. 52-4232, 57-3076. Dutra — CRECI 105.

CONJUGADO, grande, frte., coz., banh., pintado, sinteco. Pagamento a combinar. Trat. Siq. Campos, 43, gr. 1210 — 37-5585 — CRECI 816.

COPACABANA — Vende-se ap. salão de 50 m2, três grandes quartos, dois banheiros, vaga na garage, de frente, em prédio sôbre pilotis, rua transversal, lado da sombra, Pôsto 2, a 150m da praia. Tel. 36-4209, Sr. Bandeira.

COPACABANA — B. Peixoto. — Vende-se ap. com 2 quartos, 1 sala, banheiro, dep. de empregada, com garagem. Informações pelo Tel. 45-3077, das 9 às 12 horas.

COPACABANA — Vendo ap. grde. sala, 2 gdes. quartos, arm. emb. banh. em côr, coz., dep. emp., gar. Prédio. Tel.: 57-3879.

COPACABANA — Alto luxo, 1 por andar — Vendo, salão, 3 grdes. quartos, arm. emb., copa, coz., 2 banhs. luxo, demais peças, garagem. Tel. 57-3879.

COPACABANA — Vendo ótimos apt. com sala, quarto, sep., coz., banh., área e conj. Ótimas condições. Tel. 57-3879.

COPACABANA — Vendemos c/ vista p/ duas praias. Atlântica e Arpoador. J. inv., varanda, 3 gds. quartos, arms. banhs. esp. coz., ótimas deps., peças amplas claras. Infs. Plantão Imobiliário. Tels. 57-5793 e 56-5081. Preço 130 mil financ. CRECI 765.

COPACABANA — Vende-se ap. de frente, 2 p. and., c/ 2 salas, 3 bons qts., c/ arms. embs., 2 banheiros socs., copa, coz., dep. empregada, gar. Pço. 120 mil c/ 50% fin. 2 anos. Ver R. Barata Ribeiro, 665, c/ porteiro. Tratar c/ Luís Oliveira Imóveis. R. 7 Setembro, 88, gr. 407. Tel. 52-0749 — CRECI 198.

COPACABANA — Vendemos espetaculares apartamentos, à Rua Aires Saldanha, 54 — Últimas unidades, prontos em 60 dias, vista para o mar, prédio fachada em pastilhas, esquadrias de alumínio, vidros ray-ban, salão, living, e quartos, área total de 96 m2. Deps. completos empregada, banheiro social, acabamento de super luxo, azulejo côr em tôda altura, piso parquet paulista e pisos marmorizados, pintura a óleo — Preço de NCr$ 95 000,00, com garagem, facilitados. Tratar c/ proprietário. Av. Rio Branco, 156, s/ 810. Tels. 22-3616 e 42-7817.

COPACABANA — Esq. Av. Atlântica, vende-se ap. com ou sem móveis, salão, 4 qtos., copa, coz., arm. embut., dep empreg., vaga gar. Entrega imediata. — 57-6831.

COPACABANA — Vendem-se apartamentos conjugados pequenos. Tratar com Wilson Freitas — 31-1302.

COPACABANA — Apartamento de quarto, sala, 12.º andar, frente, Pôsto 2 a 100 metros da praia. Vendo. Tratar diretamente com o proprietário. Tel. 57-8845.

COPACABANA — Oport., v. ap. frente, pr. nôvo, pilotis, 2 p/ andar, sl. 3 qts., 2 banhs., dep., gar. 150m2, p. financ. Telefone 37-4618.

COPACABANA — Raul Pompéia n.º 144 ap. 702. Vendo ap. todo atapetado, muito bem mobiliado, novinho, apropriado para recém-casados. Ver no local. Tratar tel. 37-9619. Esther, não aceito intermediários.

DOIS quartos Pôsto seis quem não gostaria de morar no posto seis a 1 quadra da praia, em um apartamento de frente de dois quartos excelentes, sala grande — com mais de 30 m2 cozinha ótima, banheiro e dependências de empregada complementam o ap. 402 da Rua Francisco Sá n. 32 venha urgente e poderá brevemente dizer aos seus amigos que também mora no posto seis a uma quadra da praia no (apartamento). Preço NCr$ 72 000,00.

DJALMA ULRICK — Vendo ótimo ap. frente, salão, 2 gdes. quartos, banh. côr, copa, coz., jard. inv., dep. emp., gar., prédio. Tel. 57-3879 e 56-9886.

GUSTAVO SAMPAIO — Vdo. ap. 401 n.º 410, qt., sala, separados, dependências completas, de frente, comprar e morar, finamente decorado. Tratar tel. 37-9619. Com a própria.

OCASIÃO — Ap., sala e quarto conj., j. inverno, banh. compl., kitch., à Av. Copacabana, 112. 23 mil financiados. Infs. 32-5382 — Venda Pacheco Imóveis — CRECI 635.

POSTO 6 — Vende-se ap. conjugado grande, cozinha e banheiro completo, de frente, à R. Antônio Parreiras, 56, ap. 303. Tratar pelo tel.: 47-2300. Sinal 15 000, 13 financiado em 12 meses.

POSTO 6 — R. Bulhões de Carvalho, 2 qts., juntos, frente, mobiliado, telefone, cortinas, tapete, ar cond. etc. Ambos de sala, qt. varanda, banh. e cozinha. Pço. 80 mil. Tratar 57-4381. — CRECI 758.

POSTO 4 — R. 5 de Julho (a mais tranquila rua de Copacabana) ap. de luxo c/ 330 m2, 1 p/ andar, construído p/ Berlaine Todo atapetado e garagem. Inf. tel. 57-4381. CRECI 758.

POSTO 6, Rua Frco. Sá, 38, ap. 901. Vendo c/ salão, varanda c/ 12m2 frente, 3 amplos qts., coz., banh, social, dep. comp. empregada, pintura óleo, nova, gelo. Ver local. Tratar 32-7971 e .... 42-9774.

RUA 5 DE JULHO 350-204. Ap. sala, 2 qts., dependências completas. Entrada 21 mil (fac.). — Tratar Rua do Ouvidor, 104 2.º andar. Tels.: 31-1091 e 31-1721. (B

RUA DIAS DA ROCHA, 24 — Ap. nôvo, 300 m2, salão, 3 quartos e demais dependências. Acabamento de luxo. Preço NCr$ 250 000,00 sendo 50% à vista e saldo em 18 meses. Diretamente com proprietário. Chaves porteiro Sr. Inácio.

RUA CONSTANTE RAMOS, 154 — Ap. duplex c/ sala, 4 qts., 3 banhs. terraço. Entr. de 80 mil (fac). Tratar Rua do Ouvidor 104 2.º and. Tels. 31-1091 e 31-1721. — CRECI 193. (B

VAZIO fte. 3 qto. 2 sl. dep. emp. junto praia, Pça. do Lido ent. 25 000 rt. 2 anos a comb. p/ ver tel. 23-1214 c. 644.

VENDO Rua Hilário Gouveia, ótimo ap. 2 salas, 3 qts., 2 banheiros, preço 170 mil. Informações tel. 36-4704.

VENDO na R. Prado Júnior, 135, ap. 402, conjugado, frente. Tel. 26-4201, Eduardo, das ... às 12 horas.

VENDO ap. de frente, vazio, vista para o mar, 50m2, sinteco, hall sala, quarto, saleta, banheiro, cozinha montada, cômodos todos grandes; negócio direto à vista. Ver das 9 às 12, Rua Bolívar, 45, ap. 912.

VENDO casa com 2 quartos, 2 salas e dependências completas na Avenida Princesa Isabel n.º 254 casa 19 — Leme.

IPANEMA — LEBLON

APARTAMENTOS novos sala, 3 qts., 2 banhs. — Farme de Amoedo, 146. Entr. 32 mil (fac.) Resto até 10 anos. No local ou p/ tels. 31-1091 e ... 31-1721. Creci 193. (B

APARTAMENTO luxo 2 salas, 3 qts., 3 banh., cozinha, dep. garagem. R. Pr. de Morais, 1 204 502 — Tel. 22-6764.

APARTAMENTO cobertura (C-02). Rua Nascimento Silva, 97, salão, 3 qts., 2 banh. e prédio 4 pav. Entrada 95 mil (fac.). Resto até 10 anos. Tratar tels. 31-1091 e 31-1721. Creci 193. (B

AVENIDA DELFIM MOREIRA 906 (praia do Leblon) salão, sala de jantar, 4 qts., 3 banhs. toilete, 2 qts. empregada. Prédio de 4 pavits. 1 ap. p/ andar. Tratar telefones 31-1091 e 31-1721. CRECI 193. (B

APARTAMENTO de 246 m2, vendo na Rua Prudente de Morais, c/ 4 quartos, salão, 2 banheiros soc., copa-cozinha, 2 quartos e banheiro de empregada e vaga na garagem — Tel. 48-2675.

COBERTURA Ipanema — Por motivo de transferência vendo minha cobertura com 260m2 com três quartos sala living dois banheiros sociais dois quartos de empregadas — salão com mais de 50 m2 e todos os demais complementos de bom gosto que o imóvel requer marcar hora para visitas pelo fone 47-3987 Arnaldo.

IPANEMA — Ap. sala, 2 quartos, varandas, dep. completas, armários embutidos, linda vista. Saint Roman, NCr$ 55 000,00 parte já financiada Cxa. 56-6595 — .... 57-4822.

LEBLON — Raríssima oportunidade. Por preço sem igual no local. Rua Mário Ribeiro 91 ap. 609 (esta rua começa na Av. Bartolomeu Mitre 1014). Contém 2 salas, 2 qts. c/ armários embutidos, cozinha, área de serviço e banheiro de empregada. Edifício nôvo. Preço NCr$ 80 000,00, c/ apenas .. NCr$ 25 000,00 de entrada, saldo totalmente financiado pela Copeg. Para visitas e mais informações: POMPEIA CORRETORA DE IMÓVEIS. Av. Rio Branco 123, s/ 1110. Fones 31-0844 e 31-2344. CRECI J. 340 e CRECI 268.

LEBLON — Vendo ap. junto H. Leblon, R. Aperana, 63/304, c/ uso telef., sala, 2 qts. c/ 3 arms. embs., qt. mais banh. emp., garagem. Tel. Rio 56-7581, Teresópolis 2607. NCr$ 59 000, sendo 29 000 à vista, 10 000 em 10 meses, saldo NCr$ 190 p/ mês. — CRECI 355.

LEBLON — Vende-se na Rua Juquiá, 12, ap. frente c/ sala, 3 quartos, cozinha, banh., garagem. Área 83m2. Facilita-se pagamento. Ver e tratar c/ Ferreira. Telefones 42-4686 e 52-5008. — CRECI 814.

LEBLON — Grande oportunidade. Vendo vazia, excelente residência na R. Codajás, terreno plano de 15x30, com 3 salões, amplas sls. almôço e cozinha, 2 varandas, 3 banhs. sociais, 2 qts. emp. com banh., 4 qts. c/ arm. embutidos, garagem, jardim. Pagamento facilitado. Tratar com F. P. Veiga Eng. Ltda., Av. Almte. Barroso, 90, gr. 1 108. 42-5231 e .. 42-7144 — CRECI 832.

LEBLON — Vende-se 1 ap. 2 qts., 2 sls., banh., coz., dep. emp., fund. s/ elev., 60 mil, c/ 25 ent., o rest. financ. Tel. 46-0030, diàriamente.

LEBLON — Frente, 3 qts. sl. 1 por andar, quadra esquina praia 60 mil entrada rest. fac. em 5 anos s/j. prest. módicas para visitas. T. 28-6686 das 10/14 Cr. 1279.

GÁVEA — J. BOTÂNICO

GÁVEA — Casa luxo vazia — Ter. esquina 30x16,30. Rua Emb. Carlos Taylor, 200. 300 mil, financ. DR. DIRCEU ABREU, Av. Rio Bco. 120 s/loja — 42-1330.

JARDIM BOTÂNICO — Vdo. casa c/ grande terreno, ótimo p/ construção. Tratar depois das 14 horas, c/ Dr. Antônio. 22-4273.

JARDIM BOTÂNICO — Vendo lux. resid.: 5 qts., liv., sl., salão p/ recep., 2 W.C. mármore, 3 W.C. az. decorado, 2 aps. empreg., lav., 2 cozs. az. côr até o teto, quintal, etc., esq. alum., v. ray-ban, pisc., ar c., rêde int. tel. e ext., elev. 8 pessoas, v. panorâmica. Estudo preço e vendo pela melhor oferta, tel.: 46-1115, 2a., 4a. e 6a. ou 47-4125. Maurício ou Teresinha.

LAGOA — Av. Epitácio Pessoa, 864 ap. 802 — Vendo ótimo ap. no melhor ponto da Lagoa, de sala, 2 quartos, banheiro, copa coz., área e dependências de empregada. Sinteco em tôdas as peças, garagem. Chaves c/ o porteiro. Pag. 50% na escritura e restante a combinar. — Estudam-se propostas à vista. Venda diretamente com o proprietário. Tratar Av. Copacabana, 647 sala 801. Tel. 36-1517. (B

TERRENO — Lagoa — 14x27. Vendo ótimo para construção, planta aprovada. 57-3879 e 56-9886.

VENDO à Rua Pacheco Leão, 150, ap. 206, vazio, sala, 2 quartos e dependências, área com tanque. Ver com Aires, tel. 27-2109.

BARRA DA TIJUCA — R. DOS BANDEIRANTES

ATENÇÃO — Oportunidade para fino gôsto morar em casa nas Canoas no mais lindo lugar da Av. Niemeier. Povoado das Canoas, vista maravilhosa para o mar. Terminação de alto luxo, projeto de Sérgio Bernardes, 2 pavimentos, composta de hall, salão de 80 m2, 4 amplos quartos c/ armários embutidos, copa e cozinha com azulejos até o teto, 2 banheiros sociais em côr, dep. de emp. e até uma minipiscina. Sinal de NCr$ 2 500,00, na promessa NCr$ 2 500,00, e o saldo financiado em 3 anos. Preço NCr$ 78 000,00. — Tratar tels: 26-0281 ou 46-7603, c/ Anita Gelbert. CRECI 763.

BARRA DA TIJUCA — Jardim Oceânico, vendemos lotes nas Quadras da praia entre boite comodoro e flamingo informa R. da Carioca, 32, s/ 901, sábados e domingos na boate Comodoro, Borges Monteiro. CRECI 712 — 32-9669.

BARRA — Vendo 5 lotes juntos ou separados e área de 15.000m2 financ. 30 meses. Fone 37-1386 c/ Abreu — CRECI 784.

BARRA — Vendo lote de 600m2 área de 12,300m2 e lote 20x70 frente para Rio-Santos. Fone .... 37-1386 c/ Abreu — CRECI 784.

JOÁ — Vendo 2 lotes c/ 1 300 m2 cada, vista s/ mar (CRECI 628) 23-3294 — 43-7445 Gavazzi.

JOÁ — Casa de fino gôsto fte. p/ mar, vista espetacular, de tôda Barra, tapêtes, móveis etc. — Vendo tudo urgente baratíssimo. NCr$ 100. Rua dos Andradas, 71 — 2.º.

KAIC — KOSMOS — Barra da Tijuca — Vendemos terrenos diversos tamanhos na Estrada de Jacarepaguá n. 3 250, muito facilitados, 10 % de entrada e o saldo em 50 meses s/ juros e s/ correção — Ruas prontas e pavimentadas, valorização garantida — Ver e tratar no local — Jardim Nova América ou na R. do Carmo n. 27-B — Tels. ... 52-2995 e 31-1544 — CRECI J.72.

RECREIO DOS BANDEIRANTES — Vende-se terreno de 18x35, quadra 99, lote 7. Preço a vista NCr$ 10 000. Mais informações com Sr. GARCIA. Fone: 26-6660.

ZONA NORTE

PRAÇA DA BANDEIRA — SÃO CRISTÓVÃO

SÃO CRISTÓVÃO — Casa vazia, c/ sl., 2 qts., coz., banh., área c/ NCr$ 8 000 ent., prest. 300, s/ juros. Ver R. S. Luís Gonzaga n.º 2 052, c/ 2 — Trat. CYRILLO SANTOS IMÓVEIS — CRECI 717. Tel. 49-5217 — R. Dias da Cruz, 155, sala 410.

VENDE-SE um bom ap. por motivo de viagem, de sala, 2 quartos e cozinha, dependências completas de empregada. Rua Fonseca Teles n.º 113 ap. 102 — São Cristóvão.

TIJUCA — R. COMPRIDO

ATENÇÃO — Vendo terreno na Rua Barão de Itapagipe n.º 357 — Lote 15 — 9 por 18. Entrada de NCr$ 4 000,00. Aceita-se oferta. Mais informações na Rua 7 de Setembro n.º 88, sala 207 — Sr. José Maria.

A SENHORA pensa que o barato é o marido da barata. Pois está muito enganada. Barato é o apartamento que temos à venda na Rua Conde de Bonfim, trata-se de um magnífico ap., c/ duas excelentes salas, 2 ótimos quartos, c/ armários embutidos, banh. social c/ box, cozinha e área de serviço bem amplas, dep. emp. Duvido que ache qualquer ponto negativo. Visitas até 13 hs., apanhe as chaves c/ Bueno Machado. R. Barão Mesquita, 398-A. Tels. 28-6946 e 34-0694 — CRECI 986.

AQUI na R. Barão Mesquita — Vendo lindo ap. de frente, c/ 3 qts., sl., coz., banh., copa, área serv. Pequena entrada. Chaves c/ Bueno Machado. R. Barão Mesquita, 398-A. Tels 28-6946 e 34-0694 — CRECI 986.

A SUA família é exigente em matéria de moradia? Então venha ver a casa centro de terreno que temos à venda na R. Goiânia. Chaves c/ Bueno Machado. R. Barão Mesquita, 398-A. Tels. 28-6946 e 34-0694 — CRECI 986.

APARTAMENTO na R. Gal. Roca. Todo de frente, c/ 3 qts., sl., coz., banh., dep., emp., área e garagem. Chaves c/ Bueno Machado. R. Barão Mesquita, 398-A. Tel. 34-0694 e 28-6946. CRECI 986, hoje até 19 hs.

ATENÇÃO — Vendo casa. Rua Haddock Lôbo, 295. Tratar Dona Nazarety.

APARTAMENTO — Vendo na Pça. Hilda n. 6, de frente, decorado, modernamente, c/ 3 qts., salão, 2 banhs. sociais, coz.-copa, dep. emp. e área serv. Sòmente 30 mil de entrada. Ver no local c/ Sr. Sebastião e tratar c/ Bueno Machado, R. Barão Mesquita, 398-A. Tels. 28-6946 e 34-0694 — CRECI 986, até 19hs.

A CASA que o Sr. procura fica na R. Prof. Gabizo, 232 e tem 2 qts., 2sls., coz., banh., dep. emp., varanda, área serv. Veja no local c. Sr. Antônio e trate c/ Bueno Machado, R. Barão Mesquita, 398-A. Tels. 28-6946 e .. 34-0694 — CRECI 986, até 17 hs.

APARTAMENTOS prontos, próximo Praça Saens Pena, prédio de luxo, 2 elev., 2 apts. por andar, a óleo e sinteco, azulejo em côr até o teto, salão, 3 qts. c/ armários, 2 banhs., copa, coz., dep. de emp. e garagem. Ver e tratar Rua Alm. Cochrane, 77. — CRECI 953.

ATENÇÃO — Entre a Praça Saens Pena e Rua Uruguai. Vendo amplos aps. a óleo, sinteco e azulejo em côr até o teto, salão, 3 qts., c/ armários, 2 banhs., copa, coz., dep de emp. e garagem, playground, salão de festas, entrada em mármore, 2 elev. e fino acabamento. Conde de Bonfim, 681. CRECI 953.

COBERTURA — Terreno 2 qts., living etc. NCr$ 55 mil, 50% 2 anos. Rua Carlos Vasconcelos, 116 ap. C-02, DR. DIRCEU ABREU. Av. Rio Branco, 120 — 42-1330.

CASA VAZIA — Terreno plano 7x50. Rua Barão Sertório, 71. — NCr$ 60 mil, comb. DR. DIRCEU ABREU. Av. Rio Branco, 120 s/ loja — 42-1330 e 22-6302.

INDEVASSÁVEL... — Vendo urgente, saleta, sala grande e quarto separados, cozinha e banheiro completos, de luxo, na Rua Dr. Satamini, 286, ap. 416. Ver diàriamente com porteiro. Preço NCr$ 33 000,00 em 2 anos. Aceita-se oferta à vista. Proprietário. Telefone 48-2878.

PRAÇA SAENS PENA — Ap. vazio. Vende-se na Rua Conde Bonfim com 2 qts., 2 salas, coz. banh. dep. empr. var. área com tanque gar. terraço. Ar refrigerado, telefone armários embuts. Tudo de luxo. Preço 72 000, ent. 36 000, saldo em 37 meses s.j. Ver e tratar com Antonio Nonato Vieira & Cia, Rua Quitanda, 20, s/ 101, Tel. 31-0804 e 31-0994. Creci 232.

PRÉDIO com 2 apartamentos, sendo um vazio, com 2 quartos, sala, etc., pilotis, vende-se NCr$ .... 25 000,00 acesso por escada. Rua dos Araújos, 5, casa 54. Telefone 23-2587. Tratar com o Sr. Carlos.

RIO COMPRIDO — Vazio, vendo, 2 qts., sl., dep. compl. Chaves c/ zelador Sankler, Rua Tenente Vieira Sampaio, 58 ap. 102. Tel. 37-0995.

RIO COMPRIDO — Vende-se casa grande, em final de construção, c/ pilotis para garagem, 2 andares e terraço coberto, c/ 2 salas, 4 qts., cozinha, 3 banhs., deps. de emp. Tratar Tel. 32-9433, Sr. Ramos.

SAENS PENA — Compro ap. conjugado urgente. Tratar c/ Albano, tel. 29-7585. Imob. Meyer, das 8 às 21 horas. CRECI 280.

TERRENO 17 x 91 — Plano, vazio. Rua Bispo, 150, junto Av. Paulo Frontin, NCr$ 350 mil, comb. DR. DIRCEU ABREU. Av. Rio Branco, 120 s/ loja — 42-1330 e 22-6302.

TIJUCA — Vendo na R. Conde de Bonfim, ap. frente c/ sala, 2 qts., banh., coz., dependências, NCr$ 50 mil c/ 50% fin. 2 anos. Tels. 52-4232 e 57-3076, Dutra, CRECI 105.

TIJUCA — 450m2, excepcional cobertura c/ acabamento de luxo, construção recente. Preço NCr$ .. 380 000,00 financiado em 18 meses. Informações Tels. 43-2070 e 43-7249. CRECI 953.

TIJUCA — R. Uruguai, 487, ap. 404 — 2 qts., sala, deps., garagem, 55 mil c/ 30 sinal, rest. a comb. 1a. loc. 32-9449 — CRECI 554.

TIJUCA — Vendo. Ap. 2 quartos, sala, coz., banh., dep. emp. Preço 55 c/ 50%. Tel. 42-5874 — CRECI 434.

TIJUCA — Vendo ap. frente, 2 salões, 3 quartos e demais dependências c/ garagem, em frente ao Inst. Educação, Rua Felisberto Menezes, 31/203 — Telefone 34-7864.

TIJUCA — Proprietário vende terreno na Rua Antônio Basílio, c/ projeto aprovado, 33 aps. — entrega-se livre e desembaraçado c/ 28mx16m Tratar tel. 42-7817 — Sr. Edmundo.

TIJUCA — Vende-se apto. 301 da Rua Eng. Ernani Cotrin, 70 c/ 3 quartos, 2 salas, banheiro social, copa, cozinha, quarto e WC de empregada, área de serviço. — Ver no local somente das 9 às 12 hs. Tratar c/ o proprietário. Tel. 43-3113.

TIJUCA e outros bairros. Vendo apts. de 1, 2, 3 e 4 qts., c/ dep. e gar. novos, c/ entr. 28 mil, Ruas Carvalho Alvim, 594-606, Barão de Mesq., 747, Sousa Franco, 641 e Marechal Rondon, 477. Trat. Tel. 32-3239. CRECI 1566. BONI.

TIJUCA — Vende-se ap. 2 qts., sala, banh., coz. em côr, dep. empr. R. São Miguel, 211, ap. 310 — Tel. 61-2539 — NCr$ .. 23 000,00 à vista.

TIJUCA — Aps. s/ 2 qts. coz. ban. dep. área c/ tanq. gar. de frente pilot. vendo aceito prop. Linda vista. R. Carvalho Alvim, 606, ap. 102 e 403. Cor. no local. CRECI 1566. Tel. 32-3239. Boni.

TIJUCA — Vende-se excelente e moderna casa, bem localizada, ótimo clima, vista panorâmica, final de linha, bom comércio, c/ 4 qts., varandas, copa e coz., sl., 2 banhs., quintal e gar. Visita diária. Rua Aristarco Pessoa 140, Usina. Tratar c/ Edgard. Telefone 28-5331. Aceito como p/ pag. ap. bem localizado.

VENDE-SE vazio ap. sala, 2 qts., sinal, restante 3 anos sem juros. Rua Delgado Carvalho, 79, ap. 403. Chaves ap. 101.

VENDO ap., R. Queirós Lima, 18, ap. 101 e 201 — Tratar R. Marrecas, 36 sl. 406 — Tel. 42-3827. CRECI 1475.

VAZIO — Salão, 2 qts. etc. Rua Conde Bonfim, 927 ap. 504. NCr$ 45 mil, 50% 3 anos. DR. DIRCEU ABREU. Av. Rio Branco, 120 s/ loja. 42-1330 e 22-6302.

VENDO — P. Saens Pena, casa c/ 3 qts., 2 sls., dep., garagem. — CRECI 628. 23-3294 e 43-7445 — Gavazzi.

ANDARAÍ — GRAJAÚ — VILA ISABEL

APARTAMENTO frente, vazio, vendo R. Tôrres Homem, 327/202, c/ salão, 3 qts., vda., amplas deps. e garagem. Chaves c/ zelador. — Tratar 34-9956, Nelson.

ANDARAÍ — Travessa Vasconcelos ap. c/ 3 qts., sala, deps. 65 mil a comb. 32-9449. CRECI 554.

A RUA Joaquim Távora, 76 — Vendo ótima casa e mais um ap. independente nos fundos. Esta tudo desmembrado. Veja no local c/ Sr. Reis e trate c/ Bueno Machado R. Barão Mesquita, 398-A. Telefone 34-0694 e 28-6946 — CRECI 986, até 19 hs.

APARTAMENTO no Grajaú — Vendo à R. Barão Bom Retiro, 388 c/ 3 qts., sl., coz., banh., dep. emp., garagem e ampla área. Veja no local c/ Sr. Guerra e trate c/ Bueno Machado. R. Barão Mesquita, 398-A Tels. 34-0694 e .. 28-6946 — CRECI 986, até 19 hs.

APARTAMENTO — Venda na Av. Eng. Richard, c/ salinha, qt., coz., banh. Preço baratinho. Chaves c/ Bueno Machado. R. Barão Mesquita 398-A. Tel. 28-6946 e 34-0694 — CRECI 986, até 19 hs.

AQUI na R. Comendador Martinelli — Vendo magnífico terreno, já com alicerces prontos para construção. Trate c/ Bueno Machado. R. Barão Mesquita, 398-A. Tel. 28-6946 e 34-0694 — CRECI 986, até 19 hs.

ALI na Rua Ferreira Pontes, 88 — Vendo ótima casa, c/ 2 qts., 2 sls., coz., banh., dep. emp., ampla área. Veja no local c/ Sr. Henrique e trate c/ Bueno Machado. R. Barão Mesquita, 398-A. Tel. 28-6946 e 34-0694 — CRECI 986, até 19 hs.

GRAJAÚ — Vendo casa ref. qt., sl., salet., dep. R. Oliveira Lima, 6. Trat. R. Rosa Silva, 223, ap. 104 — Ent. 15 000.

GRAJAÚ — V. casa c/ 2 qts. sala c/ sinteco e dep. c/ ter. 9x27. Rua Martins Fontes, 95 esq. de Pedro Calazan. P. 32, c/ 12 saldo 50 p/ m. s/ juros. As chaves c/ Alberto. — 48-6408.

MARACANÃ — Vdo. amplo conjugado c/ divisão, de frente, entrega vazio, c/ al., qt., coz., bn., preço total: NCr$ 14 000, c/ parte a vista. Saldo em prest. 300 s/ jrs. Ver após as 18hs. R. São Francisco Xavier, 712, ap. 102 — CYRILLO SANTOS IMÓVEIS. CRECI 717 —Tel. 49-5217 —R. Dias da Cruz, 155, s/ 410.

RUA DOS ARTISTAS 49, ap. 302. Vendo ótimo ap. com 100m2, 3 qts., dep. comp. emp. etc. Ver c/ prop. e tratar Corr. L. DE MIRANDA. CRECI 932. Tels. 33-6709 e 52-1217.

RUA TORRES HOMEM, 710 ap. 213. Vendo entrego vazio, pintado a óleo, 2 qts., 1 sl., dep. emp., 2 banheiros.

RUA TEODORO DA SILVA, 316, c/ 131, em rua particular. Vendo casa tipo ap. duplex, nova, salão, 3 qts., coz., área, dep. comp. emp., garagem ind. etc. Ac. troca imóvel menor valor. Ver no local — Tel. prop. 28-3763.

VILA ISABEL — Barão de Cotegipe, 332, casa c/ 5 qts., sala, dependências, banheiro em côr, terraço com 26 m2, terreno de 6x28m. Entrega imediata. Tel. 37-9619. Esther.

VILA ISABEL — Vendo terreno de 10x30, já recuado, na Rua Visc. de Santa Isabel n.º 210. Aceito proposta para pagamento à vista ou a prazo. Tratar com proprietário. Tel. 32-9727.

VENDE-SE urgente 1 apartamento no 4.º and. da R. Teodoro da Silva muito claro c/ sala, 2 quartos c/ garagem e elevador. Ent. 17 000,00. Tratar c/ o próprio no tel. 58-9753.

VENDE-SE ou aluga-se ap. 2 sls., 3 qts., copa, coz., banh. e dep. de emp. Rua N. S. de Lourdes, 22, ap. 401 — 450,00 — Telefone 58-8502.

VILA ISABEL — Aps. vendo à R. Souza Franco, 641, ap. 401 e 404 s/ 2 qts. coz. ban. dep. pil. gar. por preço nunca visto. O Sr. pensa que é velho ou ocupado? Não. É novo e vazio, 800 mens. aceit. prop. a vista ou à prazo. CRECI 1566. Tel. 32-3239. Boni.

VILA ISABEL — Casa vazia, 2 sls., 3 qts., dem. dep. Vende-se barato. Ver das 9 às 12 hs. Rua Barão de S. Francisco, 336.

LINS — BÔCA DO MATO

CASA DE LAJE — Lins — 3 qts., sala, 2 banhs. sociais etc. Ent. 25 mil, saldo aceito ap. pequeno na Tijuca ou a comb. em 5 anos. Sito na Rua Aquidabã. Tratar até 22h. Sérgio Castro Imóveis. R. Barata Ribeiro, 396, s/loja 208. Tel. 37-9352 e 56-3768. — CRECI 22.

JACAREPAGUÁ

ATENÇÃO JACAREPAGUÁ' — Largo da Taquara, de frente, novíssimo, primeira habitação, vendemos maravilhosos apartamentos, com sala grande, 2 quartos, banh. soc., copa-coz., área, sinteco, estacionamento p/automóveis e play-ground. Não pague mais aluguel. Compre hoje e more hoje mesmo, sòmente 5 400 de entrada e prestações de 350,00, sem parcelas intermediárias. Ver com o proprietário na Rua Caviana nº 349. Maiores infs. na FRISA — S. A. Rio Branco, 185 — 13.º andar sl 1 307-8. Tels. 22-0087 e 22-8803 — CRECI 205 e J 263.

ATENÇÃO — Jacarepaguá — Freguesia. Vdo. urg. 2 lotes 15x40, juntos ou separados, c/ água, luz, esgoto. Preço NCr$ 12 000,00 ent. NCr$ 4 000, saldo NCr$ 250,00 por mês. Ver R. Caniú, 236. Tratar Org. Daniel Ferreira, R. 7. de Setembro, 88 2.º, telefones 32-3638 e 42-0575 — CRECI J-30.

CASA — Rua Baronesa n. 435 — Frente Praça Seca, de sala, três quartos c/ arm. emb., banh. — copa e cozinha azul, até o teto dep. de empreg. entr. para carro — garagem, área cerâmica e quintal cimentado — Tratar prop. — Facilito.

JACAREPAGUÁ' — Vdo ótima casa vazia, c. sl., saleta, 4 qts., coz., banh., dep. empreg., quintal, ent. p/ carro. Terr. 12 x 30. Ver R. Cândido Benício, 363. Trat. CYRILLO SANTOS IMÓVEIS. CRECI 717 — Tel. 49-5217 — R. Dias da Cruz, 155, s/410.

JACAREPAGUÁ' — Urgente — Vende-se confortável residência, na Av. dos Mananciais n. 1 068 — Taquara, podendo ser vista a qualquer hora. Não aceito Caixas nem Institutos.

JACAREPAGUÁ — Vende-se ou aluga-se espetacular residência. — Ver à Rua Mal. Serejo, 270, entrar pela Est. Pau Ferro. Tratar R. Henri Ford, 120, loja H, Tijuca.

TANQUE — NCr$ 8 mil ent. vdo. casa nova 2 qts. sl. copa coz. banh. cores fino acabto. abrigo p/ carro ter. 12 x 30 tel. etc. Restante 48 meses s/ juros e correção. Ver diar. Rua Pouso Alto, 429 — Tel. 92-1145. Trat. c/ Baptista — Azaléas, 24 — CRECI 915.

TAQUARA — A 500m da Pça., casa c/ 2 q. e dep., final de const. c/ ag., luz, podendo morar. 20 mil c/ 4 de ent., mais 2x500, saldo 70 meses s/j. s/c. Rua Mapendi, 406, casa 4.

VILA VALQUEIRE — Vendem-se aps. novos, à vista 20 00. R. Luís Beltrão, 39 — Vendo também, na Rua Arcozelo, financiado em 50 meses, com sinal de 5 000, está em pintura, esquina da Praça dos Eucaliptos — Tratar no local diário — Sr. Ferreira.

VENDO — Casa nova pronta para morar, com 2 qts., sl., coz., banh., garagem e jardim e demais dependências. A vista NCr$ 16 000,00 ou 8 de entrada e o resto a combinar. Rua Estrada dos Bandeirantes, 3 480. Rua K casa 165. Apanhar chaves no n.º 148, e tratar com proprietário.

CENTRAL

APARTAMENTOS prontos, sinal a partir de 400,00, prestações mensais desde 182,10, que só aumentam 60 dias após o aumento do salário mínimo, sala, 2 ou 3 quartos, dependências completas. Estrada 7 Riachos, 293, Santíssimo (ônibus 398, Lgo. S. Francisco-Campo Grande). Incorporação, construção e vendas ECISA. R. Senador Dantas, 74, 11.º andar. Tel. 32-2363. CRECI 963. Corretores diàriamente no local.

ÁREAS industriais com todos recursos, junto vendo desde 50 000 m2. Tel. 22-3344.

AVENIDA MAL. RONDON — Vendo ap. sala, 3 qts. e dep. ap. 101, final de construção. Ent. ... 13 000,00 (facilitada), saldo em 120 prest. de 136,00 (BNH). Aceito carro c/ parte pagamento. Tratar pelo tel. 58-7383, Sr. Celso (dias úteis).

CASA vazia 4 qtos. garagem, jardim Rua Ten. França 136 jto. da Av. Subur. Ent. 12 000 rest. finan. 5 anos a comb. Telefone 23-1214 c. 644.

CASAS na Rua Vaz de Toledo, 646, a 5 minutos da Estação do Engenho Nôvo. Vd. uma, 2 qts., sala, coz., quintal, vazia, mais 3 barracos mad. e 2 meias-águas, tijolo, uma vazia, tudo ent. 7 mil, mais 7 a comb., prest. 500 s/ juros. Corr. L. DE MIRANDA. — CRECI 932, no local. Tels. 52-1217 e 32-6709.

CAMPO GRANDE — Centro. Incorporação, colégio. Vende-se casa grande terreno 20 x 100. Rua Campo Grande, 600. 70 mil à vista ou 86 mil a prazo. Tratar no local ou vizinho. Tel. 94-1123.

CASA — Vendo em final de const. R. Padre Nóbrega, 296. Entr. .. NCr$ 10 000,00. Tr. Av. Suburbana, 8985, c/ 73, ap. 101.

CASA — S. F. Xavier, esquina c/ M. Rondon, boa para escola, mercearia etc. 25 000 entrada e 500 mensais, s/ juros, 5 anos. Ver tratar R. Samuel Guimarães, 31.

ENGENHO DE DENTRO — Vendo apt. vazios c/ sala, 1 e 2 qts., dep. compl., boa área. Entr. 3 e 4 mil part. em 18 meses. Prest. 280, P.C. e ver na R. General Clarindo n. 128. Tel. 49-9156 — Osvaldo.

ENGENHO DE DENTRO — Vdo. ap. novo, 2 qts., sala, coz., banh. e estac. p/ carro. Ver Rua Curupaiti 106 ap. 204, peq. ent. saldo em 5 anos. Henriques — Creci 1409.

MEIER — Vdo. ap. vazio de alto luxo, frente, c/ sl., 2 qts., copa, coz., banh., tudo em côr c/ azulejo até o teto, dep. empregada, área — Ver R. Tôrres Sobrinho, 63, ap. 201 — Trat. CYRILLO SANTOS IMÓVEIS — CRECI 717 — Tel. 49-5217 — R. Dias da Cruz, 155, s/ 410.

MEIER — Compro ap. conjugado urgente. Tratar c/ Albano, tel. 29-7585. Imob. Méier. CRECI 280, das 8 às 21 horas.

MEIER — Vende-se ap. quarto, sala, sep. Tratar c/ Albano, tel. 29-7585. Imob. Méier, Rua Silva Rabelo, 27, s/ 301, das 8 às 21 horas. CRECI 280.

MEIER — Dias da Cruz, Rua Cerijós 27 bloco 4, ap. 304, sala, 2 qts., dep. emp. 32 000. Financiados. Tratar 49-1940 — Chaves ap. 104.

MADUREIRA — Passo por NCr$ .. 15 000,00 apartamento comprado pelo IPASE com 3 quartos, sala, etc., despesas por conta do comprador, mensalidades ao IPASE são de NCr$ 250,00 por mês. — Estrada do Portela, 278, ap. 404, Sr. Carvalho.

MEIER — Vende-se terreno de esquina na Rua Miguel Cervantes n. 458, c/ 1 200 m2, c/ proj. 56 aps. e lojas. Preço barato. Tratar diretamente c/ prop. 42-7817 — Av. Rio Branco, 156 s/ 810.

MEIER — Vende-se um apartamento à Rua Ferreira de Andrade, 526 bloco B, ap. 405 — Procurar Sr. Mário das 9 às 18h.

PRECISO de várias casas de 1 até 3 qts. e também terreno mesmo alugado nos bairros Central do Brasil. Resolvo em 15 dias sem desp. Vssa. tenho comp. Pres. Vargas 590 sl. 211 23-1214 CRECI 64

PIEDADE — Vendo casa c/ sala, 2 quartos, banh., cozinha, área serviço c/ tanque, ótimo estado de conservação à Rua Martins Júnior n.º 28, c/ 10. Tratar na Rua Capitulo Cearense n.º 155, c/ 21, Eng. Dentro.

PIEDADE — Vende-se casa Rua Silvia. Tratar c/ Albano, tel.: .. 29-7585. Imob. Méier. Rua Silva Rabelo, 27, s/ 301, das 8 às 21 horas — CRECI 280.

RIACHUELO — Vende-se ap. quarto, sala, ent. NCr$ 8 000,00. Tratar c/ Albano, tel. 29-7585. Imob. Méier, Rua Silva Rabelo, 27, s/ 301, das 8 às 21 horas. CRECI 280.

ROCHA — Vendo ótima casa vazia, 2 qts., sala, coz.,copa, terr. 6x20. Tratar c/ o prop. à R. Dr. Garnier, 536 c/ 3. Tel. 61-5721.

SÃO FRANCISCO XAVIER — Srs. construtores atenção — Vendo ótima área de 400 m2 com projeto aprovado para construção de um edifício com 8 andares e garagem. Tudo prontinho apenas construir, grande facilidade. Ver no local à Rua São Francisco Xavier 649/51 e tratar com o próprio 37-9619 — Esther.

SÃO FCO. XAVIER — Vende-se terreno 12 x 56. Rua Icaraí, lote 48, ent. NCr$ 1 300,00. Tratar c/ Albano, tel. 29-7585. Imob. Méier, Rua Silva Rabelo, 27, s/ 301, das 8 às 21 horas. CRECI 280.

TODOS OS SANTOS — Vendo gr. casa vazia, R. Domingos Freire, 23, c/ jardim, var., sala, 3 qts., quintal, telefone, garagem coberta etc. 1/2-água nos fundos c/ sl., qt. e deps. Ver local e tr. Tel. 32-4808 — NAYRO.

TODOS OS SANTOS — Passo contrato 10 mil a comb., ap. 3 q., s., d. dependências — Rua Arquias Cordeiro, 886 bl. 10 101 — Tratar. Tel. 34-0096 — Ver local.

VENDE-SE — Marechal Hermes, à Rua Alexandre Gasparone n.º 435, ap. 301, com 2 qts., sl. e mais dependências com telefone. Tratar com Alcindo Silva. Telefone 26-4791.

VENDE-SE no melhor ponto de Bangu, luxuosa residência, completa, de todo confôrto possível. Ver na Rua Havana n.º 84, até às 20 horas.

LEOPOLDINA

APARTAMENTO vago, vende-se, 2 qts., sl., coz., banh., área c/ tanque, condução à porta, 30 mil, fac. de pagamento. Ver Rua Manoel Cícero, 43, ap. 202. Vista Alegre. (Começa na Av. Braz de Pina, 2129).

A. CARVALHO vende na Vila da Penha, ótima resid. c/ 3 qts., sl., copa-coz., banh. social e outro de emp., garagem e quintal. Entrada 25 000, prest. 600. Trat. Av. Brás de Pina, 914, s/ 205, tel. 91-1219. CRECI 590, diàriamente.

A. CARVALHO vende próx. à Praça do Carmo, ótimo ap. de frente, c/ 2 qts., sl., coz., banh., área e sinteco. Ent. 10 000, prest. 300, s/ parcelas. Tratar Av. Brás de Pina, 914, s/ 205. 91-1219, diàriamente. CRECI 590.

A. CARVALHO vende na Vila da Penha luxuosos aps. novos, vazios, com 2 fts., sala, copa-coz., banh. social e vaga p/ carro. Ent. 10 000, prest. 380. Trat. Av. Brás de Pina, 914, s/ 205, 91-1219. — CRECI 590, diàriamente.

A. CARVALHO vende próx. da Pça. do Carmo, luxuosos apts. de frente, vazios, 1a. habitação, c/ 2 bons qts., sl., coz., banh. em côr, varanda, farta condução para cidade à porta. Ent. 10 000, prest. 350. Tratar Av. Braz de Pina, 914, s/ 205. 91-1219. CRECI 590, diàriamente.

ATENÇÃO J. America — Vendem-se 2 casas vazias com 3 qts., salão, banh., garagem, etc. na R. Frei Romeu. Tudo 45 mil, ent. 16 mil, prest. 600 s.j. Tratar no Jardim America com Francisco Xavier Imóveis Ltda, Rua Jornalista Geraldo Rocha, 205. Telefones 91-2335, 30-5489 e 30-7558 — Creci 1273.

ATENÇÃO SR. PROPRIETÁRIO — Precisamos urgente para clientes, casas ou aps. com 1, 2 e 3 qts. mesmo alugados. Visitamos no local sem compromisso. Tratar com Francisco Xavier Imóveis Ltda. Av. Brás de Pina, 96 loja, Penha. Tels. 30-5459 — 30-7558 e 91-2338 — Creci 1273.

IMÓVEIS — ALUGUEL

ZONA CENTRO

CENTRO

ATENÇÃO — Centro — Aluga-se ou vende-se ótimo apto. de frente, assim dividido: hall, espaçosos quarto e sala separados, cozinha, banh. e var. Ver à Praça da República, 93 apto. 202. Junto ao H. P. S. Preço baratíssimo, sendo parte financiada. Tratar à Av. Rio Branco, 39 — 18.º and. s|1804. Sr. Cavalcânti — CRECI 1419.

ALUGO quarto, R. General Pedra s/p/senhores ou rapazes. Chaves no 22, Sr. Pernambuco, ótimas condições.

ALUGO — Av. Mem de Sá, 253 ap. 708, com quarto, sala separada, coz. e banh. comp. Chaves Sr. Manoel na portaria e tratar tel. 42-0337. Base 290.

ALUGO — Av. Gomes Freire, 740 apto. 507 com quarto, sala separada, coz. e banh. comp. com dep. empr. e área c| tanque. Chaves favor portaria e tratar tel: 42-0337. Base 330.

Aluga-se casa pequena NCr$ 260, três meses depósito. Travessa Rio Comprido, 14. Chaves no 14.

ALUGA-SE quarto c| banheiro e cozinha independente c| um mês adiantado R. Ubroina Uruguai, 287 Santo Cristo perto da R. Marquês de sapucaí — Centro.

APARTAMENTO centro, mobiliado, aceito 1 sócio para dividir despesas. Tel.: 52-9359 ou segunda-feira. Fernando.

ALUGA-SE casa, 3 quartos e 2 salas. Ladeira Pedro Antonio n. 26 (fim da Rua Conceição). Ver tel.: 34-7256.

ALUGO ap. 201, de 2 qts., sla., saleta, área c| tanque, wc. Rua da União, 28 — Sto. Cristo. Tel.: 23-2801.

ALUGO sala de frente a casal podendo lavar cozinhar fiador ou 2 meses depósito. Av. Pres. Vargas 2 651 sob.

ALUGAM-SE quartos e salas com 2 meses de depósito, pode lavar e cozinhar. Rua Senador Pompeu n.º 234, Centro.

ALUGA-SE vagas p| rapazes c| refeições 100,00 c| almoço aos domingos. R. Alexandre Mackenzie, 84 esq. Mal. Floriano.

ALUGA-SE vaga a moça 60,00. Av. N. S. de Fátima, 74, ap. 301. Bairro de Fátima.

ALUGA-SE quarto mob. para senhor moça ou casal que trabalhe fora. Rua Presidente Barroso, n.º 82 — Apto. 403.

ALUGA-SE vaga mobiliada com refeição ou sem refeição, para rapaz ambiente familiar. Praça João Pessoa, n.º 10. Tel.: 22-5778.

CENTRO — Quarto, sala, banheiro, cozinha ótimo andar todo de frente. NCr$ 300,00 mais taxas. Rua Ubaldino do Amaral, 14, ap. 1103 — Chaves com o porteiro.

CENTRO — Aluga-se prédio. Grande família, indústria ou comércio à Rua Barão de São Félix, 206.

CENTRO — Alugamos. R. Santana, 72, ap. 2 204, c| sl. e qt. separados. Chaves porteiro. Tratar Triunião. 43-5618.

CENTRO — Alugo ótimo ap. frente com sala, kit., banh. completo. Chaves c| porteiro — Av. Gomes Freire — 788, ap. 604 — Tratar F. P. Veiga, Eng. Ltda. 42-5231 e 42-7144 — CRECI — 832.

CENTRO — Alugo quarto [illegible] 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, área. Ladeira Felipe Neri, 21. Tratar Rua do Aire n. 77 sala 207.

CENTRO — Aluga-se à Rua Manoel de Carvalho n.º 16, esquina 13 de Maio, uma sala com 13m2. Ver e tratar no local com o Sr. Marques. Tel. 22-6078.

CENTRO — Alugam-se ótimos quartos, baratos, na Rua do Propósito, 36, próximo à Praça Mauá.

CENTRO — Aluga-se ap. pequeno na Rua Carlos de Carvalho, 34 ap. 1010. Chaves na portaria. Tratar telefone 58-4910.

CENTRO — Aluga-se quarto casal, Rua João Caitano n.º 58 esq. Pres. Vargas.

CENTRO — Alugamos à Rua do Resende, 46, o ap. 502, c| sala, 2 qts., banh., coz., dep. empr. Aluguel NCr$ 500,00. Chaves no local diàriamente de 8 às 12 hs. Tratar TRIUNIÃO. Rua da Alfândega, 108, loja. Tel. 43-5618.

CENTRO — Aluga-se vagas para rapazes c| comida ou s| comida, em pensão familiar. Rua Alfandega, 191, 1.o andar.

CENTRO — Ap. 180, 200, 240 e 300 Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Almte. Barroso, 2, s| 403. 52-5922 e 28-1888, hoje.

DIVIDO despesas com moça ou senhora que trabalhe fora. Referências. Só atendo depois de 17 hs. Av. Augusto Severo, 220 apto. 905.

ESTACIO — Salvador Sá, Catumbi, Pça. 11 — Aluga-se ótimas casas e aptos. (340, 300, 240, 200, 180,00) Inf. hoje 7 às 7. 43-3413 e 23-2232, c| Alves. Dep. de 1 mês ou desct. em fôlha. Contratos 1 ou 2 anos.

ESTACIO — Aluga-se quartos para rapazes e moças à Rua São Carlos, 136.

FATIMA — 3 aptos. (550, 450, 250,00). Contrato 1 ou 2 anos. 52-9048, 52-0153. Tratar R. Carioca, 6, 4.º and. Desct em fôlha ou 1 mês adiantado Sr. João.

FATIMA — Aps. conj. (220, 240, 270). Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2, s| 403 — 52-5922 e 28-1888, Hoje.

FATIMA — Cruz Vermelha — Alugo 2 apt. c| 1 qt. 200, 230, 2 qts. 220, 350, desconto em fôlha ou depósito. Uruguaiana, 86, s| 115.

HOTEL — Aluga-se quartos e apartamentos com água corrente e fria em tôdas as dependências, a preços módicos e convidativos, ambiente sossegado e familiar, condução à porta para tôdas as partes da cidade. R. Monte Alegre, 6, próximo Riachuelo. Tel. 22-1200.

MEM DE SÁ — Alugo apto. c| 1 qto., 200, 270,00. Inf. 52-0153 52-9048. Dr. Nilza. Tel. (7 às 7). R. Dias da Cruz, 450. Sr. João.

PRAÇA MAUÁ — Saúde, Gamboa, Sto. Cristo — Aluga-se ótimos aptos. e salas, 200, 250, 200, 180, 140, 120,00. Inf. hoje 7 às 7 — 43-3413 c| Alves. 52-0153. — Depósito 1 mês ou desc. em fôlha. Contratos 1 ou 2 anos.

PRECISA-SE moradia casa de casal [illegible] porteiro [illegible] Leopoldina bar mesmo nome [illegible] gente. Tiradentes.

QUARTO — R. Pedro Ernesto, 102, Pede lavar, coz. Tratar 37-4903. Desc. folha ou depósito.

QUARTO — Aluga-se um senhor de respeito. Único inquilino, mobiliado. Tratar Lavradio, 106, ap. 1.

QUARTO — Alugo, grande, pode lavar e cozinhar. 100,00 c| depósito ou fiador. Rua Maia Lacerda, 495 — D. Letícia.

QUARTOS — Aluga-se para casais e solteiros, podem lavar e cozinhar. R. André Cavalcânte, 110 — R. Riachuelo, 207.

ZONA SUL

GLÓRIA — STA. TERESA

ALUGO o apto. 201 do Ed. Mariano Procópio, à R. Cândido Mendes, 4 esq. R. da Glória, tendo 2 qtos., sala entrada, sala jantar, coz., deps. compl. de empregadas, arm., banh. côr, grande varanda e tôdas as peças frente. Tratar telefones 36-4618 ou 32-2080 — Sr. Paulo.

CONDE LAJE e R. Tailor — Alugo aptos. p| rapazes ou moças. Descto. em fôlha ou 1 mês adiantado. Inf. 52-7909 ou 52-0153. Tratar R. Dias da Cruz, 450, Sr. João.

GLÓRIA — Aluga-se Rua Benjamin Constant n.º 61, apto. 104. Com sala, quarto e dependências. Tratar Administradora Duvivier S. A. Rua Alvaro Alvim, n.º 31 — 8.º andar.

GLÓRIA — Santa Teresa — Aptos. — NCr$ 200, 240, 280 — Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s|403. Telefone 52-5918 e 28-1888, hoje.

GLÓRIA — R. Benjamin Constant, 38|203, alugo ap. conj., amplo, coz., e banh. grandes. — NCr$ 350,00, p| manhã.

GLÓRIA — Aluga-se ótimo apto. com telefone, c|2 qtos., sala, banheiro, coz., qto. e banh. de empregada, área com tanque à Rua Benjamin Constant, 47 apto. 302. Tratar tel. 22-1674.

QUARTOS — Alugam-se p| casais, p| lavar e coz., melhor ponto Rio, gdes. e arejados. Rua Dias de Barros, 37, antigo Curvelo.

R. MONTE ALEGRE, 356 — Apto. 204 — Sala, qto., deps. empr., etc. Aluguel 300 e taxas. Chaves c|porteiro. Tels. 27-2341 e 43-3346.

CATETE — FLAMENGO

ALUGA-SE à Rua Paissandu, 162, ap. 817, com geladeira — Ed. Solange. Ver com o zelador João Martins. Aluguel NCr$ 300,00 mais taxas. Acir, tel. 32-9738.

ALUGA-SE em local familiar lindos quartos com elevador, tel. água corrente, e boa comida para pessoas de trato. Rua Machado de Assis, 26. Tel. 45-8177. — Flamengo.

ALUGO vários quartos p/casais. Rua São Manoel, 20. Rua Senador Vergueiro, 111. Rua Maia Lacerda, 652, no Estácio.

ALUGA-SE — Apto. 2 quartos sala saleta cozinha banheiro e garagem. Barão de Guaratiba, 116-A, 101.

ALUGA-SE ap. c| qt. e sala separado, banh., coz. Rua Silveira Martins, 157, ap. 407. Harpari. Inf.: 23-6327 — CRECI 170.

ALUGA-SE quarto para 2 rapazes que trabalha fora. Exigem-se referências. Rua do Catete, 206, ap. 301.

ALUGO qto. casal, NCr$ 100 e 120 e 150. Moça 50,00 — 3 meses depós. Pode coz. Ladeira do Russel, 29 — Flamengo.

ALUGA-SE apartamento de quarto, sala, cozinha, banheiro e banheiro para empregada na Rua Senador Vergueiro, 238. Chave no ap. 102 da Rua Honório de Barros 41. ... ...

ALUGA-SE 1 quarto para 2 rapazes com refeição completa. Rua Bento Lisboa 89, c| 13 — Catete.

ALUGO vários quartos p| casais. Rua Senador Vergueiro, 111. Rua S. Manuel n.º 20. Rua Tavares Bastos 4 e Maia Lacerda, 652.

ALUGO apartamento sala, 2 qts. e dep. à Rua Pedro Americo, 110|203. Tratar L. S. Francisco 26, sala 1517.

CATETE — Aptos. p| resid. ou escrit. 250, 300,00. Dep. de 1 mes ou desct em folha. 52-9048 ou 52-7909. C| João. Trat. Rua Carioca, 6, 4.º andar.

CATETE — Aptos. — NCr$ 220, 260, 300 — Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s|403. Tels. 52-5918 e 28-1888, hoje.

CATETE — **Aluga-se** ap. de 2 qts., e dependências. Rua Silveira Martins, 127|109. Chaves c| porteiro. Tratar: tel.: 52-7070.

FLAMENGO — Senhora só em apto. conj. divide despesas com moça distinta trab. fora. NCr$ 130,00. Tratar tel. 37-5486.

FLAMENGO — Alugam-se aps. de quarto e banheiro mobiliados c| telefone no Hotel Paissandu, grandes descontos para moradores. Conforto total.

FLAMENGO — Ap. temporada conj., praia, c| geladeira etc. Rua Senador Vergueiro, 98 ap. 904.

FLAMENGO — Admito moça em apto. de pessoa c| geladeira, podendo cozinhar e com todos os direitos. R. Marques de Abrantes, 37, apto. 102. Tel.: 42-5764 Dr. Monteiro.

FLAMENGO — Aluga-se excelente apto. 302 da R. Senador Vergueiro, 151 de 2 qtos. elevador privativo, etc. Aluguel NCr$ 500. Chaves porteiro. Tratar R. México, 119 sala 308. Tel. 42-9441.

FLAMENGO — Aluga-se ap. 303, R. Marquês Abrantes, 148, 3 qts., salão e dep. completa empregada. Chave com porteiro. Tratar IACOL. R. Ouvidor, 87-A. Sr. Alberto. Tel. 31-2355.

FLAMENGO — Alugamos na Rua Senador Vergueiro n.º 200 o ap. 1111, c| hall, varanda, sala, 2 qts., banh., coz., dep. empr., área c| tanque. Aluguel NCr $600,00. Chaves porteiro. Tratar TRIUNIÃO. Rua da Alfândega n.º 108, loja. Tel. 43-5618.

FLAMENGO — Alugamos na Rua Visconde Cruzeiro, 150, o ap. 601 c| sala, 3 qts., banh., coz., dep. empr., recém-pintado. Chaves porteiro. Tratar TRIUNIÃO. Rua da Alfândega, 108, loja. Tel. 43-5618.

FLAMENGO — Aluga-se apto. Rua Marquês de Abrantes, 26 apto. 609, sala, qto. separ., coz., banh. Ver no local. Tratar tel. 25-1949, depois 20 horas.

FLAMENGO — Alugamos. Benjamin Constant, 60, ap. 206, c| sl. e qt. separados. Chaves porteiro. Tratar Triunião. 45-5618.

FLAMENGO — Aluga-se na Rua Marquês de Paraná, 96 ap. 102. Sala, 2 quartos e demais dependências. NCr$ 550 mais todos os encargos. Ver com porteiro e tratar c| Sr. Gilberto na Rua São Clemente, 45-A loja. Tels.: .... 46-5683 e 46-5460.

FLAMENGO — Aluga-se ótimo ap. c| 3 quartos, 2 salas, dependências de empregada e garagem. Ver no local. Av. Alte. Tamandaré, 67 ap. 1001 chaves c| porteiro. Tratar Av. Pres. Vargas, 542 s| 1613. Tel. 43-3113.

LARGO MACHADO — Alugo apto. Rua Gago Coutinho, 94-403 — Quarto, sala, saleta, coz., banh. semi mobil. Chaves c| port. — Tratar Rua Alfandega, 108. Tel.: 43-5618.

MOÇA morando só apto mobiliado, trabalha e estuda, procura outra p| dividir despesas, pede-se referencias. Largo do Machado. 29-805.

VAGA para senhor morar com outro em sala mobiliada, muito confôrto, casa de família. Tratar tel. 25-0394, Pça. São Salvador — Catete.

LARANJ. — C. VELHO

LARANJEIRAS — Cosme Velho — Alugo ótimos apts. (250, 300,00) Inf. 52-9048 e 52-0153, c João — Trat. R. Carioca, 6, 4.º andar.

LARGO MACHADO — Apto. — NCr$ 230, 260, 300 — Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s|403. Tels. 52-5918 e 28-1888, hoje

LARANJEIRAS — Aluga-se luxuoso ap. ricamente mobiliado e decorado c| sala de recepções sala de refeicões, telefone, 4 quartos, 2 banheiros sociais copa cozinha 2 quartos p| empregada e dependencias. Informações. Tel. ... 43-3113.

BOTAFOGO — URCA

ALUGA-SE ótimo apto. 704 da São Clemente, 164. Ampla sala, 2 qtos., coz. e demais deps. compl. Todo atapetado. Ver diàriamente de 9 às 11 e 14 às 16 hs. Base NCr$ 670,00 mais taxas. Tratar pelo fone 26-6785.

ALUGA-SE quarto para rapazes em casa de família, mobiliada. Rua São Clemente, 250 casa 10 Botafogo.

ALUGA-SE ap. 203, da Rua São Clemente, 105, conj., armário embutido, banheiro completo e cozinha. Tratar 52-4211 — CRECI 761.

ALUGAM-SE vagas a moças ambiente familiar, café, almôço, jantar, mais direitos. P. Botafogo 158, ap. 2.

ALUGA-SE ap. conjugado com alguns móveis. Tratar Praia de Botafogo, 356|305, de 18,30 às 20 horas.

ALUGO quarto mobiliado, a uma pessoa só. 26-1435.

ALUGO — Praia Botafogo, 360 bloco C apto. 226 com 2 quartos, sala, coz. banh. comp. e quarto e dep. empr. chaves favor portaria e tratar tel: 42-0307. Base 480.

ALUGA-SE apartamento tipo casa, 4 quartos, dependências, terraço 25 m2, pintado à óleo e sinteco. Rua Sorocaba 558, casal ap. 201, entrevista pelo tel. 26-3842 ou 26-5900.

ALUGA-SE ap. luxo, linda vista, ricam. mobiliado, telef., hall, amplo living, sala jantar, bar, biblioteca, 2 qts, c| arm. emb., 3 ap. ar refrig., rouparia, 2 banhs. em côr, copa-cozinha, lavanderia, 2 qts., emp., garagem. Av. Rui Barbosa, 80, ap. 1602, Harpari. Inf. 23-6327. CRECI 170.

ALUGA-SE ótimo ap. c| telef., 2 salas, jard. inv., 2 qts., arm. embut., banh., coz., dep. emp., garage. Rua Marquês de Olinda, 90, ap. 31, Harpari, Inf. 23-6327. — CRECI 170.

ALUGO pequeno quartinho, a rapaz que trabalhe, exijo referencias. Voluntários da Pátria, 136, A, C, 3.

ALUGO vaga em garagem, Rua Barão de Lucena, 98, apto. 106 tel.: 26-7247 — Sr. Valter ou recado — Botafogo.

ALUGA-SE apto 601, Rua Marques de Abrantes, 171, c| salão, 3 qtos, c| arm. embut. etc. Tel. 57-9855.

ALUGA-SE um quarto para dois rapazes. Rua Visc. de Ouro Preto n.º 68 — Botafogo.

ALUGA-SE uma vaga para moça em casa de família. R. Voluntários da Pátria, 1-A apto. 803.

ALUGA-SE vaga para 1 moça. Outra para rapaz. Tel. 26-1773. Botafogo.

ALUGO vaga a rapaz. Rua Voluntários da Pátria, 136-A, casa 12.

BOTAFOGO — Aluga-se o ap. 202 da R. Barão de Lucena, 98 de sala, qt., coz., banh. e dep. empregada. Ver no local no horário de 10 às 12 hs. e tratar na União Imobiliária Ltda. Av. Erasmo Braga, 299 gr. 302. CRECI 814 — Tels. 52-5008.

BOTAFOGO — Aluga-se confortável ap. c| ampla sala, 2 qts., banh., coz., depend. empreg. área. Ver à Rua Barão de Itambi, 55, ap. 707. Chaves c| Sr. Sabino. Tratar pelos tels. 52-9212 ou 32-0274 ou à Av. Nilo Peçanha, 155, s| 601. Aluguel NCr$ 600,00 mais taxas e cond.

BOTAFOGO — Alugam-se vagas para moças em casa de família, pode lavar e cozinhar. Aceita-se com criança. Tel. 26-5341.

BOTAFOGO — Aluga-se ótimo ap. com 3 quartos, sala, cozinha, copa, dependencias de empregada telefone e garagem. Ver no local diàriamente. Rua Marques de Abrantes, 126 ap. 908. Tratar Av. Pres. Vargas, 542 s| 1613. Tel. 43-3113.

BOTAFOGO — Aluga-se R. Macedo Sobrinho, 46-A, ap. 102. Chave no ap. 101. Inf. na Adm. Fluminense S/A. R. Rosário, 129. Tel.: 52-8281 C. 661.

BOTAFOGO — Aluga-se na Rua B. de Itambi, 55 o ap. 104. Fte. c| 2 qts., sl., coz., banh., deps. emp., garagem. Chaves c| port. Tratar na Adm. Fluminense S/A. R. Rosário, 129 — Tel.: 52-8281 C 661.

BOTAFOGO — Aluga-se o ap. 638 da Praia de Botafogo n. 356. Chaves com o porteiro. Tratar na Soc. Comercial dos Varejistas, Rua da Conceição, 105, 21.º and. sala 2 101.

PAISSANDU — Praia, aps. 240, 280. Depósito 1 mês sem fiador. Tratar R. Alm. Barroso, 2, s| 403 — 52-5918 e 28-1888. Hoje.

PRAIA DE BOTAFOGO — Alugamos na Praia de Botafogo, 316 320 os apts. 405|6, c| sala e qt. separados, banh., coz. Aluguel NCr$ 320,00. Chaves porteiro. — Tratar TRIUNIÃO. Rua da Alfândega, 108, loja. Tel. 43-5618.

VOLUNTARIOS DA PATRIA — Alugo ótimos aptos. p| rapazes ou moças (250, 300, 350,00). — Dep. de 1 mes ou descto em fôlha, 22-4774 ou 52-7909. Sr. João. Trat. R. Carioca, 6, 4.º andar.

LEME — COPACABANA

ALUGO — Vaga ap., rapaz solteiro. R. Prado Junior, 135, ap. 1010. Mauro. Copacabana.

ALUGO — Ótimo apto. com telefone à R. Barata Ribeiro, composto de uma sala, 3 qtos. e demais deps. Tratar tel. 22-1674.

ALUGO ap. mob., sala e qt., sep., coz., banh., 2 varandas, sinteco, 400 mais taxas, dep. de 3 meses. Djalma Ulrich, 217. Chaves 401.

ALUGAM-SE ótimos aps. mobiliados, geladeira, utensílios, etc, temporada, Pôsto 2 ap. 6. BASIMAR — Rua Barata Ribeiro, 90 conj. 205. Tels.: 36-3822 e .... 36-2972 — CRECI 1 375.

ADMINISTRADORA RORAIMA aluga os melhores e bem localizados aps. mob. para temporada curta, longa e diária. Av. Copacabana, 605|704 — Tel. 56-3131.

ALUGA-SE o ap. 204 da Av. Copacabana, 1 369, mobiliado c| bom gosto, geladeira, colchão de mola, de sala e quarto separados depósito ou fiador. 490 e taxas. Chaves com o porteiro.

ALUGA-SE ap. quarto, sala, armários embutidos. Rua Viveiros de Castro n. 15, ap. 915. Chaves com o porteiro.

ALUGAM-SE aps. por temporada curta ou longa, mobiliados com todos pertences, temos dezenas do Leme ao Pôsto 6, alguns c| tel. e gar., todos tamanhos. IMOB. BASILIO E CIA. R. Barata Ribeiro, 87, sala 202. Tels. 56-7542 e 37-1133.

AVENIDA ATLANTICA 2 334, ap. 53, aluga-se mob., 2 qts., dep. emp. c| gel. Tratar 57-6244.

ALUGO ótimo quarto ou vaga mobiliado, com telefone, rapaz que trabalhe fora. Duvivier, 86|402.

ALUGO vaga moça que trabalhe fora. Tratar Min. Viveiros de Castro, 32, ap. 1 107 — Copacabana.

ALUGAM-SE aps. mob., c| gel. e utensílios p| temporada curta e longa. Viana — Ronald de Carvalho, 266|902 — Tel.: 56-3914.

ARPOADOR — Aluga-se ap. sala e quarto, cozinha e banheiro. Rua Francisco Otaviano n. 126/402. — Ver com portairo. Tratar tel. .. 27-3007 ou 52-9605.

AV. ATLANTICA — Alugo ótimo ap. frente andar alto, prédio de um ap. por andar, com 3 salas, 3 qts. c/ arm. embutidos, dep. emp. completamente mobiliado, geladeira, rádio, televisão, telefone etc. Ver o ap. 901 da Av. Atlântica, 1896. Chaves c/ porteiro Sr. Jurge. Tratar F. P. Veiga Eng. Ltda. Av. Almte. Barroso, 90, Gr. 1108. Tels 42-5231 e 42-7144. CRECI 832.

AILTON — Alugo aps. mobil. 1, 2 e 3 qts., temporada curta ou longa. R. Barata Ribeiro, 90, ap. 210. Tel. 56-0943 e 36-7888. CRECI 192-4.s

ALUGA-SE aptos. mobiliados p| temporada longa ou curta. ADM. BOLIVAR — Av. Copacabana n. 605 — 1 004 — Tel. 36-5565.

ALUGO apartamento, sala, dois quartos, situado à Rua Aurelino Leal, 10, ap. 6. Leme, perto praia. Tratar, das 9 às 11h, tel. 57-1094.

ALUGA-SE apartamento com móveis de três quartos, 2 salas. — Rua Gustavo Sampaio, 598, ap. 901. Chaves no ap. 902. Tratar Tel. 37-6408.

ALUGO apartamento mobiliado, sala, dois quartos, situado à Rua Aurelino Leal, 10, ap. 6. Leme, perto praia. Tratar, das 9 às 11h, tel. 57-1094.

AVENIDA N. S. COPACABANA — Aps. c/ 1 qt., 220, 250, 280, 400 êstes aps. são de 1 e dois qts. depósito ou desconto em fôlha. Uruguaiana, 86 s| 115.

ALUGA-SE qt. mob. de frente, casa de fam. R. Leopoldo Miguês, 99, ap. 302 — Tel. 36-7856.

APARTAMENTO — Sá Ferreira — Qt., sala conjugados, banh. kitchnete. T. 26-9181 das 10 às 20h.

ALUGO ap. frente, mobil., gel., utens. NCr$ 500,00. Tratar tel.: 47-4589. Barata Ribeiro 418|511.

ALUGA-SE ótima vaga p| rapaz NCr$ 100,00, perto da praia. R. Barata Ribeiro, 200 ap. 831.

ALUGA-SE um quarto para uma senhora só. Rua Maracanã, 12 ap. 102 — Copacabana.

ALUGA-SE grande quarto bem mobiliado para senhores com ref., tel. Figueiredo Magalhães, 122|703.

ALUGO apartamento bem mobiliado sl., qt. separados, coz., banheiro. Ver depois das quinze horas. Rua Inhangá, 27 ap. 203. Inf. 57-1135.

ALUGO qto. ou vaga moça ou senhora que trabalhe fora. NCr$ 150 mil com tel. Copacabana — Tel.. 57-8932.

ALUGA-SE apto., sala, qto., tanque de frente, com moveis e gelad. R. Barata Ribeiro, 589 apto. 203. Tratar pelo tel. 47-2300.

ALUGA-SE apto. com sala e qto., separ., arm. emb., coz., banh., área, deps. empr. NCr$ 400 mais taxas. Dep. de 3 meses. Ver R. Santa Clara, 161 apto. 203 à tarde. Urgência. Motivo viagem.

ALUGA-SE ap. de frente, quarto sala sep. cozinha e banh. comp. NCr$ 400 e taxas. Rua Edmundo Lins 20 ap. 802. Chaves com porteiro.

ALUGA-SE ap. mob. Rua Toneleros, sala refrigerada, 2 qts., arm. emb., banh. em côr, gel., garagem. Tel. 56-1922, das 7 às 2h, depois 6 h. tarde.

ALUGAM-SE aps. mobs., para temporada, com sem TV, tel. e gar. conjugados, 1, 2 e 3 quartos p| dias ou meses. Infs. na Av. N. S. Copacabana, 374, ap. 303. Telefone 56-4819. CRECI 1 604.

ALUGO ótimo ap. p| casal, vista p| mar, mobiliado e c| gelad. R. Sousa Lima, 37|704. Chaves c| port. ou p. tel. 42-5826.

ALUGA-SE ótimo ap. mobil., telef., 2 qts., c| arm. embut., atapetado, sala, banh. em cor, coz ladrilhada até o teto, dep. emp., garage. R. Souza Lima, 410, ap. 502, Harpari. Inf. 23-6327. CRECI 170.

ALUGA-SE ótimo ap. c| ampla sala, 2 qts., arm. embutido, banh., coz., dep. empr. Av. Copacabana, n. 827, ap. 904. Harpari. Inf. Tel. 23-6327 CRECI 170.

ALUGA-SE ótimo ap. frente c| telef., 2 salas, 3 qts., banh. em côr, coz., dep. emp., sinteco. — Rua Gen. Ribeiro da Costa, 67. — (Edifício Royal), ap. 503. Harpari. Inf. 23-6327 CRECI 170.

ALUGA-SE — Copacabana, próx. Praça Cardeal Arcoverde, frente, pint. óleo, c| ent. 2 salas, 3 qts., banh., área, coz., dep. emp., garagem e tel. Barata Ribeiro, 141, ap. 301. Ch c| port. Tratar Triunião. Tel. 43-5618. Alfândega, 108.

ALUGO qt. indep., mob., junto da praia, para 1 moço, outro qt. amplo para 2, NCr$ 90 cada. Av. Princesa Isabel, 282, ap. 305.

ALUGA-SE ótimo qt. frente por temp. ou não, a senhor ou 2 rapazes. Pede-se ref. R. Sta. Clara, 403|402.

ALUGO — Temporada apartamento mobil., quarto e sala conjugado. Av. Atlântica, 1 936 ap. 403. Chaves no ap. 401.

ALUGO um quarto independente a môça ou rapaz, NCr$ 130,00. Av. N. S. Copacabana, 209|308.

ALUGO um quarto a duas môças que trabalhem fora em casa de família. NCr$ 110 cada. Av. N. S. Copacabana, 209|308.

ALUGO — Copacabana — Luxuoso apto. mobiliado, 220m2. — 3 qtos., 2 salões, gar. etc. Rua Toneleros — Pôsto 4. Tratar tel. 37-3153.

APARTAMENTOS temos em Copacabana a partir de 280,00 com apenas um mês adiantado. Tratar Av. Copac. 1003|1201.

ALUGA-SE aptos em Copacabana e outros bairros desde 170 a ... 700,00. Av. Rio Branco, 185, sl. 315. Tel.: 22-9389.

ALUGO junto a praia de 1 a 3 meses ap. mob. a pessoas de trato, qto. e sala sep. | inverno etc. Inf. 56-1429 e 47-8549.

ALUGA-SE apto. mobiliado, qto. sala, coz. banh. completo, com telef. Av. Copacabana, 914|303 — Chaves porteiro Onofre no 101.

A SENHOR de trato, quarto mobiliado. Praia. Pôsto 4 1|2. Tel. 37-0203.

ALUGO apto. R. Sá Ferreira, 228 apto. 1030. Fiador. Tratar Rua 5 de Julho, 47 apto. 803.

ALUGO — Ótimo qto. grande, frente, mob., todo confôrto, roupa de cama, banho quente, arrumadeira, ótimas refeições, para 3 rapazes de trato ou estudantes, ambiente estudantil. NCr$ 200 cada. Av. Copacabana, 492 apto. 301.

ALUGA-SE uma vaga a moça que trabalhe fora. Av. N. S. de Copacabana, 661 apto. 403. Fone 57-0967.

ALUGO aptos mobil. para temporada curta ou longa de 1, 2 ou 3 qtos. Tratar 57-1264. R. Barata Ribeiro, 96 sala 212.

ACEITA-SE sócio. Preço a comb. N. S. Copacabana, 435 apto. 1107 — Mob., sel. vent. r'elét. Fone 37-4762.

AVENIDA ATLANTICA — Alugam-se vagas p|rapazes em casa família. Tel. 36-0014.

ALUGO um quarto de empregada, e uma vaga rapaz ou moça que trabalhe fora. Av. Copacabana, 1130|204.

ALUGA-SE temporada, apto. em Copacabana, uma quadra da praia sala, 2 quartos, dep. completas. Tratar Tel. 27-1123.

ALUGO ap. conjugado. Av. Copacabana, 610. Tratar 47-9148. — CRECI 1398.

ALUGO ap. 3 qts., sala dep. armário embutido. Av. Copacabana, 1236 ap. 606. Ver local. Tratar 47-9148. CRECI 1398.

ALUGO p| temporada ap. mob. sala, 2 qts., tel: gel., vitrola, TV e outro menor s| tel. Tratar 37-9358 — Angela.

BAIRRO PEIXOTO — Aluga aps. peqs. p| casal (270,00), dep. de 1 mes ou desct. em fôlha. Tels. 52-0153 ou 52-7909. Tratar Rua Carioca, 6, 4.º andar c João.

COPACABANA — Alugo à Av. Prado Júnior, 297, em Ed. Nôvo de 4 aptos. p| andar, apto. 901, c| moveis de frente, qt. sl. sep j. inv., banh. kit. al. 360,00 e taxas. Ch. c| port. Tratar c prop. Tel: 52-5137.

COPACABANA — Aluga-se ótimo ap. c| ampla sala, 2 quartos, dependências de empregada, à Rua Duvivier, 37 ap. 1206. Chaves c/ porteiro. Tratar à Av. Prado Júnior, 63-B c| Dr. Farhá.

COPACABANA — Aluga-se luxuoso ap. de frente área de 280 m2, próprio para diplomatas, mobiliado, jardim de inverno, fino acabamento, na R. Domingos Ferreira 78. Chaves c/ o porteiro e tratar na União Imobiliária Ltda. — Av. Erasmo Braga, 299 gr. 302 — Tel.: 52-5008 CRECI 814.

COPACABANA — Aluga-se excelente apto. 1008 da Av. Copacabana, 387 por NCr$ 350,00. Chaves port. Tratar R. México, 119 sala 308. Tel. 42-9441.

COPACABANA — Alugo temporada curta ou longa, ap. qto., sala conjugados. Domingos Ferreira, 125, ap. 1 213. Ver c| porteiro. Tratar 27-4373.

COPACABANA Av. — Temporada. Alugo ap. frente, mob., gel., tel. jard. inv., sl. e qt. seps., banh., coz., área tanque, qd. praia — 47-4566.

COPACABANA — Temporada — Alugo aps. mobs. p| temporada curta ou longa, de 1, 2 e 3 qts. Inf. Av. Copacabana, 374 ap. 303, tel. 56-4819. CRECI 1 604.

COPACABANA — Aluga-se ap. c| 2 salas, 2 quartos c| telefone, ar condicionado, cortinas e geladeira. Informações 43-3661.

COPACABANA — Alugo qto. de frente, para 2 moços. NCr$ 60 cada, com direitos a combinar. Tratar com Elisabete, todos os dias de 14 horas em diante. Na Av. Copacabana, 446 — padaria.

COPACABANA — Quarto — Alugo a moça que trabalhe fora. Café de manhã. Telefone. Tratar tel. 36-4699.

COPACABANA — Alugam-se 2 vagas a môças c|telefone e refeição. R. Siqueira Campos, 43 ap. 1 131.

COPACABANA 1 003 ap. 312 sl., coz., banh. Aluga-se mob. c| gelad. Chaves c| porteiro Cabral. Tratar Saci Imóveis. Alvaro Alvim, 27 gr. 113.

COPACABANA — Aluga-se no melhor ponto da Zona Sul, ap. de frente, mobiliado, quarto e sala separado, cozinha e banheiro completo. Todo encortinado, sinteco, tem caixa de água, aluga-se para 3 ou 4 meses. Av. Nossa Senhora de Copacabana, 793, ap. 802, ou com o porteiro.

COPACABANA — Aluga-se completamente mobiliado apto. 101 Rua Miguel Lemos, 114, 2 salas, 3 qtos., 2 banh., dep. emp. garagem. Chaves c| porteiro.

COPACABANA — Aluga-se ap. sl., 4 qts., coz., banh., área c| tanque. Ver Lad. Tabajaras, 301 — Sr. Angelo — Tratar Av. Beira Mar, 406/1107 — T. 42-7874.

COPACABANA — Alugamos Av. Prado Júnior, 135, ap. 719, conj. Chaves porteiro. Tratar Triunião — 43-5618.

COPACABANA — Aluga-se quarto p| rapazes c| direitos. Preço 200,00. Tratar fone: 57-4682.

COPACABANA — Aluga-se ap. sl., 2 qts., coz., banh., área c| tanque. Ver Lad. Tabajaras, 301 — Sr. Angelo — Tratar Av. Beira Mar, 406|1107 — T. 42-7874.

EDIFICIO NOVO — 2 salas, 3 quartos, banheiros, dep. compl., copa-coz., área — Anita Garibaldi, 19|302 — Chaves porteiro, tel. 26-2243.

FIGUEIREDO MAGALHÃES — Aps. de sala e qto. separados e conjugados. Inf. 52-9048 ou 52-0153 Sr. João. Dep. de 1 mes ou desct. em fôlha. Tratar Rua da Carioca, 6, 4.º andar.

LEME — Aluga-se quarto mobiliado para pessoa ou casal distinto que trabalhe fora. Pedem-se referências. Tel. 37-4188.

LEME — apto. conj. — NCr$ 240, 300, 330, 400. Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso n.º 2 s|403. Tel. 52-5918|28-1888, hoje.

LEME — Ótimo apto. p| casal ou 3 moças (300,00). Desct. em fôlha ou 1 mes dep. 52-0153 ou 52-9048. Trat. R. Carioca, 6, 4.º andar. Sr. João.

LEBLON — Aluga-se apto. 205, Av. Bartolomeu Mitre esquina Ataulfo Paiva, com sala, 2 quartos, banheiro completo, cozinha, área serviço, dependência empregada, telefone. Aluguel NCr$ 500,00 mais taxas e condomínio. Favor telefonar: 47-5743 depois do dia 28.

OTIMO CONJUGADO — 350 cruzs. novos (taxas e gás já incluído). Av. Copacabana, 1 032, ap. 1 115. (Chaves tel. 57-2752).

PRAÇA EUGENIO JARDIM — Alugo grande quarto com varanda, banheiro, telefone, em edifício luxuoso, com ou sem refeições, senhora trabalhe fora. Telefone: 37-3396.

POSTO 6 — 575,00 (tudo incluído). Arpoador — Suíte carpetada, frente, armário embutido branco duplex de 5 portas, jardim de inverno, persiana, cortinas, cozinha e banheiro completo. Ver diàriamente com o porteiro Sr. Luís — Joaquim Nabuco, 189 ap. 504.

QUARTO — Aluga-se para uma ou duas moças de responsabilidade, que trabalhem fora. Av. Copacabana, 861 apto. 902.

QUARTO ou vaga — Aluga-se a moças que trabalhem fora. Rua Cinco de Julho 339, casa 1.

QUARTO, aluga-se a 1 ou 2 cavalheiros. R. S. Clara n. 36 ap. 1001.

QUARTO — Aluga-se na Sá Ferreira, frente, mob., a pessoa que trab. fora. Tratar R. Francisco Sá, 38-C, com barbeiro.

QUARTO mob. a môça que trabalhe fora. Tel. 36-7672, Pôsto 4½.

SA FERREIRA — Apto. — NCr$ 240, 280, 320 — Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso n.º 2 s|403. Tels. 52-5918|28-1888, hoje.

SA' FERREIRA — Aluga-se ótimos aps. conjugados, 290,00. Dep. de 1 mês ou descot. em fôlha, .. 52-0153 e 52-7909. Sr. João — Trat. R. Carioca, 6, 4.o andar.

TEMPORADA — Curta ou longa. Alugo ótimo ap. conj. mobiliado, Rua Sá Ferreira, 138|406. Chave com porteiro. Inf. tel: 27-7542.

TEMPORADA — Copacabana — Alugo apto. sala, qto., coz., banheiro, deps. empr., mob., roupa, utens., gelad. Tratar 56-2304.

TEMPORADA — Apto. mobiliado, gelad., frente mar. R. Paula Freitas, 32 sala 1215. Tratar tel. 56-5905.

TEMPORADA — Alugo ap. 2 quartos, 2 salas c| telefone mobiliado. Ver Av. Copacabana, 748 — 1 104 — Tel. 57-2673.

TEMPORADA — Bem mobil. sl. qt. sep. saleta, dep. vista linda. B. Ribeiro, 75. NCr$ 490. Tratar Inhangá 33/1002. Tel. 57-6102.

TEMPORADAS — Copacabana em aptos. mobiliados de diversos tipos, junto à praia. Preços a partir de NCr$ 10,00 a diária. Ver e tratar no local ou pelo tel. 36-3049. R. Gustavo Sampaio, 854.

VAGA com comida e direitos môça. NCr$ 250,00. 56-0625.

VAGAS — Tenho 2 p/ rapazes à ap. frente e de rapazes, 70,00 — Carvalho Mendonça, 29, ap. 706 bloco, 29 — esq. R. Dantas.

IPANEMA — LEBLON

ALUGO qt. sr. de trato que trabalhe fora e que dê referências. Rua Gomes Carneiro, 134, casa 1 — Ipanema.

APARTAMENTO mobiliado. Aluga-se por 3 meses, 2 salas, 2 qtos mais dependencias amplas, telefone, televisão, geladeira. Rua Visconde de Pirajá, 12. apto. 102.

ALUGO quadra da praia até 6 meses meu ap. mob. 3 qts. sala, dep. melhor ponto Ipanema. Inf. 56-1429 e 47-8549.

IPANEMA — Alug. ap. 203, R. Barão da Tôrre, 623, de sl., 1 qt., saleta, área c| tanque, arm. embut. etc. Tel 23-0024. Chaves local. 400 mil.

IPANEMA — Montenegro, 58|201, perto da praia, alugo ap. s., 1. inv., q., banh. soc., coz., dep. compl. empr. Chaves port.

IPANEMA — Aluga-se ap. 104. Rua Rainha Guilhermina, 34 c| 3 quartos, sala, dependencias e garagem. Ver no local. Tratar na Av. Pres. Vargas, 542 s| ... 1613. Tel. 43-3113.

LEBLON — Aluga-se o apto. 604 Av. Ataulfo de Paiva, 386 com sala e qto. separados, banh. e coz., área e banh. da empr. Chaves c|porteiro. Tratar H. C. Cordeiro Guerra & Cia. Ltda., Rua Buenos Aires 68 — 21. Tel.: 31-1895.

LEBLON e Ipanema. Aluga-se ótimos aps p| casal ou môças. 300,00 dep. de 1 mês ou desc. em fôlha. 52-0153 e 52-7909. Trat. R. Carioca, 6, 4.º andar. Sr. João.

LEBLON — Aluga-se ap. sala, 3 qts., dep. completas. Informações e marcar hora. Tel. 56-3011.

LEBLON — Alugo ótimo ap. quadra da praia, com 1 sala, 3 qtos. banh. coz. dep. de emp. e garagem. Ver o ap. 302 da R. Cupertino Durão, 36 chaves c| porteiro. Tratar F. P. Veiga Eng. Ltda. Av. Almte. Barroso, 90 Gr. 1 108. Tels: 42-5231 e 42-7144 CRECI 832.

LEBLON — Aluga-se Gen. Urquiza, 21, ap. 304, sala, 2 quartos, dependências, garagem. Telefone: 27-3416.

TEMPORADA — Alugo mobiliado, gel., etc., ót. ap. sala, 2 qts. e dep. L. vista. Av. A. Paiva. 814 ap. 804. Chaves port. Tratar — 46-3587.

VISC. PIRAJA' — Aps. 240, 320, 400, depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s| 403 — 52-5918 e 28-1888. Hoje.

GÁVEA — J. BOTÂNICO

GAVEA — Aps. p| rapazes ou môças, (1 mês adiantado) ou desc. em fôlha. 250, 300, 350,00. Inf. R. Carioca, 6, 4.o andar. c| João.

JARDIM BOTANICO — Aluga-se ap| c| sala, 2 qts., e deps. empr. Ver R. Fonte da Saudade, 9, ap. 1. Tratar c/ Luiz Oliveira Imóveis. R. 7 Setembro, 88, gr. 407 — Tel.: 52-0749. CRECI 198.

BARRA DA TIJUCA — R. DOS BANDEIRANTES

ALUGA-SE n| S. Conrado, Barra, Freguesia, casas e apt. c| 1 mês adiantado, sem fiador. 23-2232 (7 às 7). Hoje c| Alves. 52-0153.

ZONA NORTE

PRAÇA DA BANDEIRA — SÃO CRISTÓVÃO

ALUGAM-SE vagas a rapaz com refeições. Rua Newton Prado n. 69 — São Cristóvão.

ALUGA-SE quarto a cavalheiros. Ver na Rua Fonseca Teles, 11 — São Cristóvão.

ALUGO casa qt., sl., coz., banh., c| ou s| móveis ou sala, coz. e banh. p| casal, tem sinteco. Rua Ana Neri, 169, São Cristóvão.

ALUGA-SE quarto com direito a lavar e cozinhar. Ver e tratar no local. Rua Leopoldo Bulhões, n.º 2.

CANCELA — Benfica, Pça. Bandeira, ap. e casas. 180, 200, e 240, depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s| 403 — 52-5918 e 28-1888. Hoje.

QUARTO — Alugo a rapaz ap. todo conforto na Praça Bandeira. Tratar tel.: 48-8438 — Sr. José.

SÃO CRISTOVÃO — Aluga-se a casa 2 da R. Sá Freire, 66-A, de sala, 2 qts., coz., banh., área c| tanque ladrilhada c| cisterna, pintura a óleo e plástico. Chaves na casa 1 e tratar União Imobiliária Ltda. Av. Erasmo Braga, 299 gr. 302. Tel.: 52-5008 — CRECI 814.

TIJUCA — R. COMPRIDO

ALUGA-SE qto. Av. Maracanã n.º 1302 — Tijuca.

ALUGA-SE na Rua S. Miguel, 185, ap. 102 com 2 qts., sala e demais dep. Chaves c| port.

ALUGO ap. 302 da Rua Haddock Lobo, 23. Sala, quarto, pequena cozinha, banheiro. NCr$ 120,00 mais taxas. Chaves porteiro. Tratar 56-3954.

ALUGO — Tijuca 30,00 e 40,00 2 vagas rapaz mobiliadas, roupa de cama. Rua Barão de Itapagipe, 296 sob. D. Nair.

ALUGO quartos c| móveis, pensão e água corrente. Ambiente familiar. Av. Paulo de Frontin 467, Rio Comprido.

ALUGO na Saens Pena, 1 qt. a 1 ou 2 pessoas distintas, local ideal, c| sinteco. R. Soriano de Sousa, 162, ap. 504. CRECI 1503.

QUARTO — Mobil. ou não, al. a 1 ou 2 môças, c| dir. café da manhã, na Av. Paulo de Frontin, 368 103, cond. farta, preço 160, 1 mês adiantado.

QUARTOS — Alugam-se a casais sem filhos ou pessoa só, pode lavar e coz., depósito de 2 meses. R. Conde de Bonfim, 845 — Muda.

RUA AFONSO PENA, 109, ap. 202 — Aluga-se ótimo ap. em centro de terreno. Ver de 9 às 17 horas. Tratar tel. 37-9507 — Preço: .... 450,00 e taxas.

SAENS PENA — Usina, ap. (260, 230, 300), depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s| 403. 52-5918 e 28-1888 — Tijuca.

TIJUCA — Alugam-se 2 vagas mobil., confort., em qt. grande e arejado, p| rapazes. Rua Conde de Bonfim, Tel 46-4721.

Tijuca — Saens Pena. Ap alug. 2 qts., sala, banh. completo, coz., deps. empr. R. Gen. Roca, 267, ap. 201 Tratar na Av. Rio Branco, 165, sala 1 403, 14.º and. Dr. Artur. NCr$ 400.

TIJUCA — Alug. R. Barão Pirassinunga, 3, ap. 401|402, sala, 2 qts., banh. e qt. empr. c| sinteco. Fiador idôneo. Chaves local. Tel. 23-0024.

TIJUCA — Rua Silva Guimarães n. 10 — Alugo excelente apartamento n. 103, com três quartos, dois banheiros, salão. Acabamento de alto luxo. Unicamente para família de alto tratamento, 6 salários mínimos. Dr. Otoniel. 42-9139.

TIJUCA — Aluga-se casa, sala, 2 quartos, dependencias de empregada, quintal. Rua 18 de Outubro n. 305. Informações 54-1130. NCr$ 450,00.

ANDARAÍ — GRAJAÚ — VILA ISABEL

ALUGA-SE ap. 304 da Rua Senador Furtado 82 com 2 quartos, sala e mais dep. Ver no local Tel. 43-7332.

ANDARAI — Aluga-se vaga p/ môça que trabalhe fora. Pedem-se referências. Tel. 42-9560.

ALUGA-SE ótimo ap c| sala, saleta, 2 qts. c| arm embut, banh, coz, dep emp, área Rua Tôrres Homem, 710, ap 114. Harpari — Inf. 23-6327. CRECI 170.

COBERTURA — Alugo com sala, 3 quartos, 2 terraços e demais dependências. Ver c| porteiro na Rua Visconde de Santa Isabel n. 10, ap. C-01 e tratar c| Dr. Jorge, Rua Quitanda, 30, s| 402. 22-7507.

GRAJAU — Aluga-se qto. mobiliado cavalheiro distinto, casa família. Barão Mesquita, 1015. Tel. 38-1264.

GRAJAU — Andaraí — Alugo 2 casas, 280, 240 c| 2 qts., 300, 320 c| 1 mês depósito ou desconto em fôlha. Uruguaiana, 86 s| 115.

GRAJAU — Andaraí — Vila — Ap. e casas (180, 200, 250), depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s| 403 — 52-5918 e 28-1888. Hoje.

GRAJAU — Aluga-se apartamento, 2 quartos sl., dep. empregado. Rua Bambuí, 27-F ap. 301. Tratar no mesmo.

GRAJAU — Aluga-se ap. 2 qts., living, banheiro côr, arm. embutidos, sinteco acabamento luxo R. Grajaú, 22|202 Sr. Moacir ou Lowndes & Sons Av. Pres Vargas 290, 2.º.

GRAJAU — Rua Botucatu — Alugam-se ou vendem-se dois apartamentos constando cada ap. de: 2 qts., sala, varanda, cozinha, banheiro e área de serviço. Marcar visitas tel.: 36-5123.

MARACANÃ — Aluga-se ap. 101 Rua Santa Luiza, 205, c| 29, sala e depend. empreg., ótimo quintal nos fundos. Chaves por favor, no ap. 302 ou loja.

VILA ISABEL — Aluga-se o ap. 105 da R. Teodoro da Silva, 402 de sala, 2 qts., hall, coz., banh. e dep. empregada. Chaves com o porteiro e tratar na União Imobiliária Ltda. Av. Erasmo Braga, 299, gr. 302. Tel.: 52-5008. CRECI 814.

VILA ISABEL — Aluga-se apartamento de frente independente sem condominio. Informações tel. 58-1358.

VILA ISABEL — Aluga-se ótimo salão depósito c| telefone e dependencias p| vigia. Ver no local à Rua Senador Nabuco, 109. Tratar Av. Pres. Vargas, 542 s| .. 1613. Tel. 43-3113.

LINS — BÔCA DO MATO

ALUGO ótimos aps. 2 qts, sl., c. área, tanque dep. emp. p. f. ônibus 230-231 — R. Maranhão, 520 — Tratar 101, ap. 205 e 302 de frente 49-4942.

ALUGA-SE quarto independente — Sr. ou sra. respeito, único inquilino. R. Joaquim Méier, 901 — Lins Vasconcelos.

ALUGO n| Lins e Bôca do Mato, aps. e 2 casas, 300, 250, 200, 180 e 145,00. Desct. em fôlha ou 1 mes adiantado. 23-2232, hoje, c| Alves. 22-4774.

LINS — Casas e ap. (160, 180, 220), depósito 1 mês sem fiador. Tratar R. Alm. Barroso, 2 s| 403 — 52-5918 e 28-1888. Hoje.

LINS — Aluga-se aptos. e casa 1 e 2 qtos., primeira locação. R. Calapó, 14 e tratar R. Pelotas, 46 apto. 301, depois das 21 hs.

JACAREPAGUÁ

ALUGA-SE ótimo apartamento c/ todo conforto, garagem, quarto de empregada. Trata-se na Rua Ituverava, 960, Largo da Freguesia - Jacarepaguá.

ALUGA-SE uma casa, Praça Sêca, Jacarepaguá. Tratar Ru Frei Fabiano, 524, Meier.

CENTRO de Jacarepaguá. Alugo ótimos aps. (3) e 2 casas 300, 200, 160, 130,00. Desconto em fôlha ou 1 mês adiantado. .... 23-2232, hoje.

FREGUESIA — Casas e ap. (130, 160, 200), depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s| 403 — 52-5918 e 28-1888. Hoje — Jacarepaguá.

JACAREPAGUA — Aluga-se 1 ap. 2 quartos, sala. Rua Caviana, 349. Taquara. Ver no local e tratar à Av. Graça Aranha, 174, 7.º andar. Procurar Barros.

TAQUARA — Aluga-se casa qto., sala, coz., var., quintal. R. Ariapó, 331-A. NCr$ 200,00. Tratar na Av. Min. Edgar Romero, 62 sala 302.

CENTRAL

ALUGO casa, sala, quarto, cozinha e mais um telheiro serve para copa. Rua Ferraz, 55, casa 4 — Cascadura, frente à estação, aluguel 200,00, só com desconto em fôlha. Tratar mesma rua n. 165, tel. 29-9943.

ALUGA-SE um ap. sala, 2 quartos, dep. empreg. Rua Alberto Leite n. 240 ap. 301 — Méier.

ALUGO qt., entr. indep. a 2 rapazes ou casal sem filhos. R. 8 de Setembro, 148, Méier, Cachambi. Seguir R. Monte Pascoal, ambiente familiar.

ALUGA-SE 3 qts., s., coz., banh., área, banh. emp., Rua Bela Vista, 358, ap. 101 — Entrar R. Antônio Portela NCr$ 330,00 mais taxas. Tel.: 61-1631.

ALUGA-SE ap. c| 3 qts., 1 s., var., coz., banh., à R. Visc. Santa Cruz n. 128, ap. 201. Eng. Nôvo, tel. 61-7990. NCr$ 350,00.

ALUGA-SE apartamento de sala, 2 quartos, quarto de empregada com banheiro e demais dependências, à Rua Ferreira de Andrade, 114, ap. 203. Tratar telefone 42-1314. Administradora Nacional.

ALUGA-SE apartamento de sala, 3 quartos, quarto de empregada, com banheiro e demais dependências à Rua Ferreira de Andrade, 114, ap. 401. Tratar tel. 42-1314 — Administradora Nacional.

ALUGA-SE casa c| sl., 2 q. e dependências, Rua Meira, 25, Piedade — Final ônibus 249.

ALUGA-SE ap. na Rua Borja Reis 882, ap. 102 — 2 qts., 1 sala, b. varanda e dependências. Preço .. 260,00 fora taxas.

ALUGA-SE ap. c| 2 quartos, sala dependências. Rua Flack, 30.

ALUGA-SE uma casa de quarto, sala, cozinha e banheiro, na Rua São Pedro n. 245 — Quintino.

BANGU — Aps. novos de 200, 160, 130,00. Desct. em folha ou 1 mes adiantado. 23-2232 hoje c| Rudar. 22-4774. R. Carioca, 6, 4.º andar.

BANGU — Realengo. Casas e ap. (120, 140, 180). Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2, s| 403. 52-5918 e 28-1888. Hoje.

CAXAMBI — Aluga-se aps. de sala, 2 qts., banh., coz., área e demais depend. Ver à Rua Estevão Silva, 160, transversal Av. Suburbana, em frente à Klabin. Chaves ao lado no 150 com Sr. Albino. Aluguel NCr$ 246,30 mais con. e taxas. Tratar pelos tels. 52-9212 ou 32-0274 ou à Av. Nilo Peçanha, 155, s| 601. Exige-se fiador e depósito.

CENTRAL — Casas e aps. de 100, 160, 200,00. Desct. em folha ou 1 mes adiantado. 23-2232 hoje c| Alves. 52-0153. 7 às 7. CRECI 743.

CASCADURA — Ru Nerval de Gouveia, 263, c| 4, ótima casa, sala, varanda, 2 quartos, área, demais deps. Aluguel 260,00, depósito 3 meses. Chves na c| 3. Tratar p| Tel. 31-0860, Dr. Rui.

CASCADURA — Alugo ap. sala, 2 qts., cozinha, banheiro, NCr$ 240,00. Rua Frei Antônio, 253, tel. 34-8313.

CENTRAL — Casas e ap. 120, 140, 180 e 230. Depósito de 1 mês s| fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s| 403 — 52-5918 e 28-1888.

CASCADURA — Madureira. Casas e ap. 120, 140, 180, depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2 s| 403. 52-5918 e 28-1888. Hoje.

ENCANTADO — Alugo ótimos aps. 1a. locação, NCr$ 210 e 250, com sinteco. Ver junto ao 648, da Rua Paraná. Inf. 29-3623.

ENGENHO — R. Antônio Portela, 30 c| 3. Casa c| 2 qts., demais depend. Aluguel 300 mil. Chaves c| D. Dulce ap. 201. Inf. 52-7684 — CRECI 1 626.

ENG. DENTRO — Agua Santa. Casas e ap. 140, 180 e 230. Depósito 1 mês sem fiador. Tratar à R. Alm. Barroso, 2 s| 403. Tels.: 52-5918 e 28-1888. Hoje.

ENGENHO NOVO — Alugo casa qto., sala e deps. a casal sem filhos. Preferência meia idade. R. Vaz de Toledo, 683.

ENGENHO NOVO — Casa, aluga-se quarto, sala e cozinha. Rua Abatirá n.º 80 fundos. NCr$ ... 180,00. Tel. 54-4787.

JACARE — Eng. Nôvo. Casas e ap. 160, 180, 220. Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2, s| 403. 52-5918 e .... 28-1888. Hoje.

MEIER — Alugo quarto com depósito, é independte. pode lavar e cozinhar. R. Maranhão, 199. Começa na R. Dias da Cruz.

MADUREIRA — 3 casinhas — 85, 170, 240,00, dep. de 1 mês ou desconto em fôlha. 23-2232 hoje c| Alves, 22-4774. Contrato gratis.

MEIER — Aps. novos p| resid. ou neg. 350, 300, 250, 200, 180. Desc. em folha ou 1 mês dep. 43-3413 hoje c| Alves. 22-4774. CRECI 743.

MEIER — Aluga-se ótima casa com 2 quartos, sala, copa, cozinha, varanda de inverno, quintal e entrada para automóvel. Ver no local, Rua Ferreira de Andrade n.º 1 066.

MADUREIRA — Aluga-se ap. grande c| sinteco. Rua Domingos Lopes, 413 ap. 102. NCr$ 320,00.

PIEDADE — Av. Suburbana, 8 948 — Alugo casa, c| sala, quarto, cozinha e dependências p| fam. pequena. Trat. c| Dona Josefina, tel. 43-5618.

PIEDADE — Av. Suburbana, 8 948 — Aluga-se prédio confortável, salão, 2 quartos, copa, cozinha, quintal e garagem. Exige-se fiador idôneo. Tratar c| Dona Josefina, tel. 43-5618.

PRAÇA BANDEIRA alug. ap. 302, R. Machado Coelho 91 de sl., qt., banh. emp. etc. Tel.: 23-0024. Chaves no local. Fiador idôneo.

QUINTINO — Aluga-se ap. 102, Rua da República 354 1 sal. 3 qts., banh. quarto empregada, quintal, ver no local de 2a. a sexta-feira, tratar Rua Ana Teles 742, ap. 202 — Campinho. Aluguel NCr$ 300,00 com contrato.

QUEIMADOS — Aluga-se por .. 75.000 casa de sala, quarto, coz. e banh. na R. Odilon Braga, 198 c. 5. Tem luz e água. Tratar tel. 49-9506 — Silva.

QUARTO e coz. alugo 70 crzs., depósito. R. Venancio Ribeiro, 393 fundos. Fim R. Dias da Cruz.

SÃO FRANCISCO XAVIER — Aluga-se na Av. Marechal Rondon, n.º 477 o ap. 301 casa 13, de sala, 2 qts., coz., banh., dep. c| terraço c| tanque. Chaves na casa 19. Tratar na União Imobiliária Ltda. Av. Erasmo Braga, 299 gr. 302. Tel.: 52-5008. CRECI 814.

SÃO FRANCISCO XAVIER — Aluga-se na Av. Marechal Rondon, 477 o ap. 301 casa 34, de sala, 2 qts., coz., banh. Chaves na casa 19 e tratar na Av. Erasmo Braga, 299, gr. 302. União Imobiliária Ltda. Tel.: 52-5008. CRECI 814.

RIACHUELO — Otimos aps. p| moças ou casais. Desct. em folha ou 1 mes adiantado. Contrato de 1 ou 2 anos. 52-9048, 52-0153 — 250, 300, 350,00. Sr. João.

RIACHUELO — Rua Carlos Costa, 32, casa 1 — Aluga-se c| 2 quartos, sala, cozinha, dependências e quintal. Tratar c| Dona Josefina, tel. 43-5618.

RIACHUELO — Aluga-se confortável casa R. Flack, 119, centro de terreno, 2 varandas, sala, 4 quartos, lustres, banh. compl., copa, cozinha, dep. compl. empregadas, quintal murado. V. no local. Inf. tel. 36-1048.

SANTA CRUZ e C. Grde. — 5 casas novas, 100, 120, 170, 180, 200,00. Desct. em folha ou 1 mes adiantado. 23-2232 hoje c| Alves. 22-4774.

TODOS OS SANTOS — Rua Piauí n.º 375 ap. 301 — Frente, sala, 2 quartos, coz., banh., área c| tanque. NCr$ 280,00. — Chaves c| porteiro. ADMINISTRADORA NACIONAL S.A. Av. Pres. Antônio Carlos, 615, 2.º pav. Tel. 42-1314.

LEOPOLDINA

ALUGA-SE ap., qt., sala sep., banh., coz., área com tanque, sinteco e garagem — R. Felisbelo Freire, 135 — Ramos.

ALUGO ap. 2 quartos, 1 salão c/ sancas cozinha e banheiro a óleo, pint. nova, 2 entr. Av. Timbó, 109 ap. 201 Bonsucesso. Chaves no bar. Tel. 26-0533 e 30-1051.

ALUGO — Estrada Vigário Geral n. 1 931, ap. 301 com 3 quartos, salão, coz., banh. comp. e área. Ver no local sábado e tratar telefone 42-0337 — Base 280.

ALUGA-SE casa 2 quartos, sala, cozinha e copa. 280,00. Fiador. Tratar Rua Sabauna, 49 — Bonsucesso.

ALUGA-SE casa c| qt. coz. e banh. c| fiador proprietário. NCr$ 142,50 — R. Major Rêgo 231-F. Olaria.

ALUGA-SE casa Av. Brás de Pina 1 731, casa 111. Ver no local. Tratar na Av. Guilherme Maxwell n. 95.

ALUGA-SE ap. 3 qts., sala, dependências. Rua Major Rêgo, 105, Ramos, 30-1696. Ver local das 9 às 11h. e das 4 às 6,30h. NCr$ 270,00, ap. de frente.

ALUGA-SE ap. 102 c| 2 qts., s., coz., banh. e depds. NCr$ 200,00 mais taxas R. Granada n.º 79. V. Geral perto da Engefusa. Ver no local c| Sr. Joaquim.

ALUGO ap. com 3 quartos e demais dependências à Estr. da Água Grande, 1525, bloco 14-A ,ap. 401. Tratar no local, Vista Alegre.

BONSUCESSO — Aluga-se uma casa. Rua Sabauna, 225.

BONSUCESSO — Aluga-se apto. de luxo, vaga de carro. R. Cardoso de Morais, 115 apto. 307. Tratar R. Leopoldina Rêgo, 892 — Sr. José.

BRAS DE PINA — Alugo casa 2 qts., sl., coz., banh. NCr$ 240 c. impostos. Rua Castro Menezes n. 405.

BONSUCESSO — Aluga-se uma meia-água de quarto, sala, cozinha, etc. na Rua Tangara, 408, junto da Praça das Nações. Aluguel NCr$ 130,00.

HIGIENOPOLIS — Aps. c| 1 qt. 120, 150 c| 2 qts. 270, 250. Tratar Uruguaiana 86 s| 115. Depósito ou desconto em fôlha.

HIGIENOPOLIS — Alugo lindo ap. 2 quartos, sala e dependências à Rua Ubiratã n. 291/202. Proprietário. Tel. 22-5828.

LEOPOLDINA — Casas e ap. 80, 100, 130, 180. Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2, s| 403. 52-5918 28-1888.

PENHA — Aluga-se os aps. 101 e 201 da R. Eng. Francisco Passos, 155 de sala, qt., coz., banh. e área. Chaves no local e tratar na União Imobiliária Ltda. Av. Erasmo Braga, 299 gr. 302. Tel. 52-5008. CRECI 814.

PENHA — 2 casinhas, 120, ... 170,00. Desct. em folha ou 1 mes adiant. 23-2232, hoje c/ Alves. 22-4774.

PENHA CIRCULAR — Aluga-se casa c| quarto, sala, coz e banh. Rua Setubal, 159, fundos. Atende-se na parte da manhã.

RAMOS — Aluga-se ótima casa 2 q., sl., coz., b., copa, área. Ver Rua Euclides Faria, 205 c| 9 — Tratar R. Senador Dantas, 117 — 14 pv. s| 1437 — D. Nora — Al. 300,00 — e taxas.

RAMOS — Aluga-se casa nova, 2 qts., sl., copa, sinteco. Fiador. Ver e tratar hoje 9 às 11h. R. Paranapanema, 166 casa 2.

RAMOS — Aluga-se a casa da Rua Major Rêgo, 79, com 4 quartos, sala, cozinha, banheiro, jardim e quintal. Ver 8|11 e 14|18. Tratar no Banco Mercantil de Niterói. — Ouvidor, 50.

AUXILIAR e RIO DOURO

ACARI — Alugo casa c| qto. sl., coz., p| casal. Rua Imbaú, 554.

ALUGO casas e aps. 80, 100, 130, 180. Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2, s| 403. — 52-5918 e 28-1888.

INHAUMA — Aluga-se casa de laje, pintada, 2 qtos., sl., etc. Grande área. Av. Automóvel Clube 1057.

PILARES — Alugo ap. 303. Av. João Ribeiro, 557, c| 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, área c| tanque, NCr$ 250,00 e taxas. Tel. 29-7933 e 49-2003.

VICENTE DE CARVALHO — Aluga-se o ap. 203 da Rua Conde Veiga, 325 de sala, 2 qts., coz., banh. Tratar na União Imobiliária Ltda. Av. Erasmo Braga, 299 gr. 302. Tel.: 52-5008 — CRECI 814.

VILA KOSMOS — Aluga-se ap. de frente c| varanda, 2 quartos, sala c| sinteco, coz., banh., boa área na R. Tembés, 251 — 202 P. final ônibus P. 15. V. Kósmos.

ILHA DO GOVERNADOR — PAQUETÁ

ALUGO apto. a 100 m da praia no Jard. Guanabara, a casal sem filhos. Prazo, 1 ano. NCr$ 300,00 e taxas. Sala, qto., coz., banh., sanit. de empr. e gar. de 7 às 12 hs. Tel. 22-2393.

ALUGO casas e aps. 200, 220, 300. Depósito 1 mês sem fiador. Tratar Alm. Barroso, 2, s| 403 — 52-5918 e 28-1888.

ALUGO na Ilha em vários pontos aptos. e casas c. desct. em fôlha ou 1 mes adiantado. 23-2232 hoje c| Alves 7 às 7 — Telefone 52-0153.

ILHA GOVERNADOR — Aluga-se quarto c| banheiro à casal de respeito, a 200 mts. da praia, Rua Amapurus, 361, continuação da Rua Capanema, Tauá, Onibus, 326, 328, 634 e 910.

ESTADO DO RIO

NITERÓI — S. GONÇALO

ALUGO ap. 401 Bloco B, Praia Icaraí, 499. S., 2 qts., demais deps., tôdas ampl. Chav. Pôsto Gasolina, frente. Trat. telefone: 56-2171 — 350,00.

ICARAI — Aluga-se ap. à Rua Coronel Moreira César, 79 ap. 202. 2 quartos, sala, cozinha, banheiro e pequeno quarto para empregada. Chaves com zelador. Tel.: Rio 34-5859, Niterói 2-1810.

CENTRO — aps. p| resid. ou escrit. 450, 350, 300, 180, 155,00. Icaraí, 300, 350, 400. S. Gonçalo 100, 150, 180, 200, 250,00. Trat. Rio, 22-4774, 52-7909. R. Carioca, 6, 4.º and. Desct. em fôlha ou 1 mes adiantado. Sr. João.

SÃO GONÇALO — 4 casinhas, ... 200, 180, 160, 110,00. Desct. em fôlha ou 1 mes adiantado. .... 23-2232 hoje ou 22-4774. C| Rudar.

CAXIAS — SÃO JOÃO DE MERITI

ALUGO 1 barraco, 3 cômodos pequenos, 70,00 adiantado. Rua Amazonas, 216 — Paulicéia, Caxias.

CAXIAS e São João — Alugo casas 65, 80, 180, 200,00. Desct. em folha ou 1 mes adiantado. Inf. hoje c| Alves. 23-2232. 7 às 7. 52-7909. 22-4774.

NOVA IGUAÇU NILÓPOLIS

NILOPOLIS — Olinda, Mesquita, N. Iguaçu — Alugo 10 casas e 3 aptos. (80, 100, 150, 180,00). Dep. de 1 mes ou desct. em fôlha. 23-2232 hoje c Alves — ou 52-0153.

NOVA IGUAÇU — Aluga-se casa, qt., sala, coz., banh. e quintal. Rua Otávio Tarquino n.º 943. — Tratar Rua Pelotão n. 91.

PETRÓPOLIS — TERESÓPOLIS — SERRAS

ALUGO mansão em Teresópolis, juntamente casa hóspede, para a semana Santa. 57-6135.

PETROPOLIS — Aluga-se à Av. D. Pedro I n.º 299, casa c| 5 qts., varanda, gde. jarlim, garagem e depends. compl. Chave casa ao lado c| José. Trat. 37-2679.

SEMANA SANTA EM AKASKAY — Para macrobioticos e vegetarianos. Templo para meditação e ioga — Muri. Fone 5005 — Rio fone 43-6627.

TERESOPOLIS — Semana Santa — Aluga-se ótimo apartamento mobiliado com geladeira por 200,00. Tel. 61-2849.

TERESOPOLIS — alto — Aluga-se ap. 1a. locação, sala, qt., banh., coz., bonita vista, andar superior. Tratar com Sobral, Rua Olegário Bernardes, 49. CRECI RJ-31.

Agenda

EMPRÉSTIMOS — O IPEG paga hoje, das 11h30m às 16h30m, as propostas seguintes de empréstimos: código 20, pedidos 4 764 a 4 979. *** Agência n.º 3, código 20, pedidos 301 338 a 301 405. *** Agência n.º 4 — Botafogo, código 20, pedidos 401 246 a 401 290. *** Agência n.º 5 — Bento Ribeiro, código 20, pedidos 500 732 a 500 777. *** Agência n.º 6 — Tijuca, código 20, pedidos 600 701 a 600 721.

PAGAMENTOS — A Despesa Pública envia hoje aos bancos para pagamento dentro de 4 dias úteis, as fôlhas dos seguintes aposentados: Ministério das Relações Exteriores, livro 4 001; Ministério da Fazenda, livros 4 101 a 4 106; Agentes Fiscais das Rendas Internas, livro 4 120; Agentes Fiscais do Impôsto de Renda, livro 4 120; Agentes Fiscais do Impôsto Aduaneiro, livro 4 130; Fiéis do Tesouro, livro 4 135; Exatôres, livro 4 140; Casa da Moeda, livro 4 150 e Ministério Público, livros 4 552 a 4 553. *** O Banco do Estado da Guanabara credita em conta hoje, em suas agências os vencimentos do grupo 10 dos seguintes: Servidores do Estado; Tribunal de Contas; Tribunal de Justiça; Assembléia Legislativa; Fundação Leão XIII; Sursan e DER; Companhia de Navegação Lóide Brasileiro (Pessoal Ativo); Ministério da Fazenda (Ativo); Ministério da Fazenda (Pessoal); Penitenciária Lemos Brito (Pessoal); Procuradoria-Geral da Justiça GB (Pessoal); Presídio do Estado da Guanabara (Pessoal); Diretoria da Despesa Pública (Pensionistas do 6.º dia).

TALÕES — A série A do concurso Seus Talões Valem Milhões será lançada segunda-feira, nos postos de troca da Secretaria de Finanças, valendo os comprovantes de compra emitidos a partir de julho de 68. O sorteio foi marcado para a primeira quinzena de maio.

SAPATOS — A partir das 10 horas de hoje, na Escola São Pedro do Pavãozinho (Rua Saint Roman, 76 — Copacabana), o Banco do Sapato da Camde estará distribuindo calçados para as crianças.

APREENSÃO — O Departamento de Trânsito iniciará no dia 2, a apreensão dos carros que ainda não renovaram a licença êste ano. Serão recebidos para os depósitos e liberados depois do pagamento das taxas.

TEMPO — Previsão do tempo hoje na região salineira fluminense: tempo bom, passando a instável no fim do período. Condições de evaporação boas, passando a regulares no fim do período. Região salineira nordestina: tempo instável, sujeito a chuvas, entre Salvador e São Luís. Condições de evaporação sofríveis.

CONFERÊNCIAS — No auditório do Quartel General da Intendência, em São Cristóvão, o coronel João Duarte, da Diretoria de Subsistência, pronunciou ontem uma palestra, em comemoração ao 5.º aniversário da Revolução de 64. *** A Técnica Hospitalar e o Homem Moderno é o tema da conferência que será ministrada amanhã, em Goiânia, pelo Sr. Otávio Marques Lisboa, presidente da Federação Brasileira de Associações de Hospitais, na instalação da I Convenção dos Hospitais de Goiás.

CONCURSOS — A Comissão de Concursos Públicos, de provas e de títulos para os cargos da Secretaria e Serviços Auxiliares, do Tribunal da Alçada da Guanabara comunica aos inscritos no concurso para motoristas que as provas de Português e Aritmética serão realizadas domingo, às 8 horas, na ESPEG (Av. Carlos Peixoto, 54 — Botafogo). — No I Salão Nacional de Turismo, no Pavilhão de São Cristóvão, de 30 de maio a 15 de junho, sairá a vencedora do concurso da Garôta do Turismo, da Secretaria de Turismo e patrocínio da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo.

COMEMORAÇÕES — O Ginásio Estadual Bezerra de Menezes festeja amanhã, o 2.º aniversário de sua fundação. A abertura do programa alusivo começa às 14 horas, na Rua São Francisco Xavier, 141.

RENDA — O Sistema de Arrecadação da Secretaria de Receita Federal instalou 28 novos postos para recolher as declarações do impôsto de renda e prestar tôdas as informações aos contribuintes. Os postos são os seguintes: Guichês 116, 117, 118, 119, 120 e 121 do Ministério da Fazenda, Avenida Antônio Carlos, 375, térreo; Inspetorias da Receita Federal do Ministério da Fazenda: 1.ª Inspetoria, Zona Portuária, Rua Rodrigues Alves, edifício da Alfândega; 2.ª Inspetoria, saguão do Ministério da Fazenda, Avenida Antônio Carlos, 375; 3.ª Inspetoria, Copacabana, Rua Barata Ribeiro, 303 loja A; 4.ª Inspetoria, Méier, R. Hermengarda, 131; 5.ª Inspetoria, Bonsucesso, Praça das Nações, 322, 6.º andar; 6.ª Inspetoria, Ilha do Governador, aeroporto do Galeão; 7.ª Inspetoria, Madureira, Rua Padre Manso, 180; Agências da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro: Almirante Tamandaré, Ministério da Marinha; Bandeira, Praça da Bandeira, 100; Barata Ribeiro, Rua Barata Ribeiro, 370-B; Bonsucesso, Avenida Teixeira de Castro, 10-A; Botafogo, Rua Voluntários da Pátria, 278; Copacabana, Avenida N. S. de Copacabana, 759-A; Deodoro, Avenida Duque de Caxias, Ministério do Exército; Leblon, Avenida Ataulfo de Paiva, 80; Saens Peña, Rua General Roca, 658; Hospital dos Servidores do Estado (IPASE); Conselho Nacional de Petróleo; Confederação Nacional de Profissões Liberais; Clube dos Engenheiros; Sindicato dos Odontologistas (Conselho Regional de Odontologia).

CURSOS — O Serviço de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Médio da Secretaria de Educação abriu matrículas para os cursos de Atualização e Aperfeiçoamento Pedagógico para professôres de Desenho; de Atualização e Aperfeiçoamento Pedagógico para professôres de Ensino Técnico Comercial e de Relações Humanas para Inspetor de Alunos. Informações na Rua Joaquim Palhares (Colégio Estadual Rev. Martin Luther King, Unidade Integrada, 2.º pavimento). — O Centro de Treinamento Pessoal do Senai — Dr.GB iniciará dia 7 de abril, o curso de Técnica de Chefia. Inscrições na Rua Morais e Silva, 53, 4.º andar.

LUZ — Hoje, sexta-feira, faltará luz nos locais seguintes: Zona Sul — Na Gávea, entre 6h30m e 17 horas, Ruas Eng. Alvaro Niemeyer, Julieta Niemeyer, Prof. João Barreto, A, B, Medina, Gesteira, Ipoeira e Jardim Pedra Bonita; Estrada da Gávea; da Canoa e da Gávea. Zona Norte — Em Vila Isabel, entre 6h30m e 17 horas, Ruas Justiniano da Rocha, Conselheiro Autran, Tôrres Homem, Hipólito da Costa, 8 de Dezembro, Gen. Zenóbio da Costa e Pereira Nunes; Avenida 28 de Setembro e Duque de Caxias. Subúrbios da Central — Na Piedade, entre 6 e 17 horas, Ruas Joaquim Martins, Tavares de Oliveira, Maria, Martins Lage, Botelho, Joaquim Soares, Silva Braga, Clarimundo de Melo, Franco Sá, Garcia Vasquez, Luís Masson, da Capela, Amorim, Jacaúna, Almeida Nogueira, Fagundes Varela, da Pátria, Eng. Alfredo Gonçalves; Pontoara, Chaves Faria; Travessa Faria Machado. Em Jacarepaguá, entre 11 e 18 horas, Ruas Projetada, Gazeta da Noite, Tribuna, Gazeta da Tarde, Correio do Povo, Gazeta do Rio, Observador, Papendi, Ipadú, Correio do Rio e de Luiz Mesquita, Bardino, Rodrigues Caldas, Guerengué, Outeiro Santo e Maxambomba; Praça Sentinela e Santo Amaro. Em Realengo, entre 6 e 17 horas, Ruas Ibitiuva, Limites, Oliveira Braga e Barão de Piraguara; Estrada do Realengo; Avenida Santa Cruz. Em Campo Grande e Inhoaíba, entre 6 e 17 horas, Ruas Moranga, Cap. Lefal, Dom Silvério, Tiaraju, Cap. Lafai, Justiniano de Carvalho, Alvorada, Tupaceretá, Maria Francisca, Rio Pardo, Gramacho, Aratanha, Vitor Costa, Ilhéus, Profit, Ramiro Mattos, Eridin, Passo Fundo, Cruz Alta, Dona Pina Rangel, Santo Elias, Almeida Lisboa, Pontes Lame, Teixeira de Aragão, Luís Barata, Aldo Botelho, Veracruz, Francisco Santana, Geminiano Labre, Expedito Fonseca, Augusto Basto, C. H. I. J. Monsenhor Resende, Erechim, Cordilheira Raul Ferraz e Ipuaçu; Travessa Manuel Santos. Subúrbio da Leopoldina — Na Penha, entre 11 e 15 horas, Ruas Jornalista Geraldo Rocha, Prof. França Amaral, Carl Levi, Gen. Correia e Castro e Nazareth Rocha. Estado do Rio — Em São João de Meriti, entre 6 e 17 horas, Ruas 15 de Novembro, Sem Nome, A. Garrincha, Brasil, Valério, Artur Meneses e outras.

VISITANTES — Durante o último mês de fevereiro as composições que fazem o percurso entre a estação no Cosme Velho e o Alto do Corcovado, realizaram 381 viagens, dando ensejo a que cêrca de 14 mil pessoas visitassem o Cristo Redentor, inclusive 658 crianças.

Sociais

ANIVERSARIAM HOJE:

Dogmar José Carli Meireles — gerente da Caixa Econômica Federal, agência de Taubaté, São Paulo. Foi funcionário do Banco Moreira Sales; gerente do Clube dos 500. Estudou na Escola Normal Conselheiro Rodrigues Alves e Ginásio da Gama de Guaratinguetá. Casado com a Sra. Nadaleto Zapa Meireles. Pai de Marilete, Marco Túlio e Mariane.

Advogado Dermeval Simões — advogado e contador da Usina Zanin, de Araraquara. Pertence à Ordem dos Advogados do Brasil. Estudou na Associação Cristã de Moços e na Faculdade de Direito de Bauru. Casado com a Sra. Carmem Vargas da Silva Simões. E' pai de Dermeval José, Renato, Paulo Roberto, Ubirajara, Irmério e Gisele Maria.

Engenheiro Pier Carlo Antonio Bianchi — assessor técnico da Cia. Brasileira de Produtos Químicos Shell. Tem trabalhos publicados na CEASA (1º curso de padronização e classificação de produtos hortigranjeiros) e na DATE. Pertence ao CREA. E' sócio fundador da Sociedade de Olericultura do Brasil. Estudou na Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós. Tem curso de Hortaliças na Universidade de Viçosa, em Minas Gerais e Curso de Extensão Rural no Cetrec, em Campinas. Nasceu em Turin, na Itália. Casado com a Sra. Maria Emi Monteiro Bianchi. E' pai de Daniela.

Securitário José Matos da Silva — gerente da Mauá Cia. de Seguros Gerais, na sucursal de São Paulo. Foi chefe do Almoxarifado da Missão Militar Americana no Brasil, durante 13 anos; chefe da seção de Riscos Diversos da Cia. Nacional do Rio de Janeiro; assistente da Gerência da Marítima Cia. de Seguros Gerais e sub-gerente da Cia. Mauá de Seguros Gerais. Nasceu no Rio de Janeiro. Casado com a Sra. Lígia Santos Silva. E' pai de Lídia Mirtes.

OUTROS ANIVERSARIANTES: Luís Viana Filho; juiz Antônio de Castro Assunção; Alexandre de Castro Filho; Aprígio Rego Lopes; Vilobaldo Machado de Souza Campos; Sílvio Terra; Angela Maria Leite do Amaral; Eliezer Puget; Reinaldo Toledo de Carvalho; Leobardo Luís de Sousa.

NASCIMENTOS — Rodrigo Otávio, filho do Dr. Araken Espínilo e da Sra. Iêda Machado Espínola, nasceu no dia 20 de março. — O Sr. Sérgio Fraga e Sra. Célia Regina Silveira Fraga anunciam o nascimento do seu primeiro filho Sérgio Fraga Júnior.

BATIZADO — Na igreja de Santa Mônica, no Leblon, foi batizada a menina Ana Paula Almeida Sousa, filha do escrivão Válter Sousa e da Sra. Sônia de Freitas Almeida.

DESTAQUE — O Empire Hotel recepcionou ontem, com um coquetel, no seu salão de reuniões, o Grupo "C" da South African Air-Lines, composto de homens de imprensa e negócios daquele país, bem como aos senhores Micheal Lenhoff e John Van Rensburg, diretores da referida Companhia.

Notícias de aniversários, festividades, falecimentos, homenagens, casamentos, etc., devem ser enviadas à Seção Sociais do Dep. de Classificados do JORNAL DO BRASIL, Avenida Rio Branco, 110, sobreloja.

Falecimentos/Missas

MISSAS DE HOJE:

Hildebranda Augusta Lindsay Mesquita — Missa de mês, às 9h30m, na Matriz de São Paulo Apóstolo. (Rua Barão de Ipanema n.º 85).

Leonel de Sousa Matos — 7.º dia, às 7h30m, na Igreja de São Luís Gonzaga. (Madureira).

Primo Cavallieri — 7.º dia, às 17h30m, na igreja de São José. O Sr. Primo Cavallieri era pai de Alírio e Primo Cavallieri.

Eunice de Macedo Paulini — 7.º dia,, na igreja de N. Sra. da Conceição e Boa Morte. (Rua do Rosário).

Zilda Gama de Miranda — 7.º dia, às 8h30m, na Matriz de Santa Margarida Maria. (Lagoa).

MISSAS DE AMANHÃ:

Tenente-Coronel Nevers Hugo Cravo de Almeida — 7.º dia, às 10 horas, na igreja de N. Sra. do Carmo. (Praça 15).

Dr. Lucas Gouveia do Amaral — 7.º dia, às 11 horas, no altar-mor da Catedral São João Batista (Niterói). O Dr. Lucas do Amaral era secretário-geral do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro.

Helena Jakubiak Lechowski — 7.º dia, às 10 horas, na igreja Católica dos Poloneses. (Rua Marquês de Abrantes n.º 215).

Floriano Pientvnauer — 7.º dia, às 8h30m, na igreja de N. Sra. do Carmo. (Praça 15).

COMUNICAÇÕES:

Valdemar Almeida Rabelo — Foi rezada missa de 7.º dia, em sua intenção.

SEPULTADOS ONTEM:

SÃO FRANCISCO XAVIER — Rui Cardoso Mansur, Osvaldo Manhães Campos, Amandi Brahim, Léda Almeira Cortês, Marcelo Moura Leal, Marciana Mourinho Duran, José Pinto Teixeira da Costa, Olímpio Francisco Ferreira, Júlio da Veiga Rebêlo, Francisco Rodrigues Portela, Heitonilda Leão Oliveira e Castro, Carlos Flávio de Oliveira, João Ribeiro Pontes, Rosalinda Perrota de Almeida, Heitor Rebêlo.

SÃO JOÃO BATISTA — Ana Balbina Campos, Nélson Luís Carvalho de Araújo.

MINAS GERAIS — Maria Antônia Pantuso Viola.

INHAÚMA — Jurema Manes das Neves

Comunicações, necrológios, notícias de falecimentos e missas fúnebres devem ser enviadas para a Coluna Falecimentos/Missas, do JORNAL DO BRASIL, Avenida Rio Branco, n.º 110 — sobreloja.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CASAS COMERCIAIS

INDÚSTRIAS

LOJAS — ESCRITÓRIOS — CONSULTÓRIOS

CENTRO

AVENIDA RIO BRANCO, 14. Aluga-se o 16.º pavimento. Ver no local com o zelador e tratar com o proprietário na Rua Beneditinos, 10 s/ loja.

ZONA SUL

ZONA NORTE

IMÓVEIS DIVERSOS

PRAIAS E VERANEIOS

UTILIDADES

MÓVEIS — DECORAÇÕES

GELADEIRAS — AR CONDICIONADO

RÁDIOS — TVs

ELETRODOMÉSTICOS — FOGÕES

MODAS — ROUPAS

JÓIAS — RELÓGIOS

ÓTICA — FOTOGRAFIA

DIVERSOS

Ternos usados
Tel.: 22-5568
COMPRO A DOMICÍLIO
Calças, camisas, sapatos etc Pago melhor que qualquer outro.

Loja — Copa

Passa-se contrato de loja c/ tel., mag. reg., inst. de luxo, ventiladores etc. Tratar no local — Av. Copacabana, 1085-H.

Loja — Centro

Aluga-se com telefone, à Praça Monte Castelo n.º 8 (próximo à Rua Uruguaiana).

PAPEL DE PAREDE
Única fábrica no Brasil com estamparia de Veludo
Impermeável com respiração
Categoria de Exportação
FÁBRICA: RUA DA UNIÃO, 18 - TEL. 23-272

Antiguidades
Moedas
Tel.: 46-4309
Compram-se biscuits, porcelanas, bronze, prata, cristais, tapetes e lustres.

Antiguidades
moedas
Tel. 36-1219
Compram-se biscuits, porcelanas, bronze, prata, cristais, tapetes, lustres e móveis.

OPORTUNIDADES — NEGÓCIOS

DINHEIRO — HIPOT. — CAUTELAS

Atenção cautelas

Acima de NCr$ 200,00. Compro ou faço retrovenda das cautelas de jóias de preferência vencidas. Informações pelo tel. 27-0538. Qualquer dia.

Atenção Sr. Sra.
56-0973

Se quiser vender ouro, brilhantes ou CAUTELAS DA CAIXA ECON. S. V. S. quiser fazer retrovenda de vencidas ou não vencidas no mesmo dia. Disque, e obrigado pela preferência.

Brilhantes - Jóias

Brilhantes - Jóias

Cautelas. Pratarias. Ouro. Jóias antigas e modernas. Compro. Pago bem. Atendo a domicílio. Av. Rio Branco, 185, s/ 403. Edif. Marques Herval. Tel. 52-5782.

Brilhantes - Jóias
Tel. 54-2966

CAUTELAS DA CAIXA ECON. Compro. Soluções rápidas. Não perca seu tempo. Pagamento na hora. Atendo somente a domicílio. Sr. Miranda.

Brilhantes - Jóias

Cautelas da Cx. Econ. e pratarias. Não aceite falsas ofertas ou propostas mirabolantes!!! Compro pagto. à vista, baseado no dólar. Endereço certo p/ um negócio honesto. R. Ouvidor, 169, s/ 703. Tel. 43-2312 ou 37-7335. Sr. COELHO. Atendo à domicílio.

Cautelas - Jóias

Compra-se ouro velho, jóias usadas e brilhantes de todos os tamanhos. Também faço retrovenda cautela Cx. Econ. Acima de NCr$ 200,00.
Rua Santa Clara, 33, sala 212 — Copacabana.

Cautelas de jóias e mercadorias

Compra da Caixa Econômica pago o máximo, em ouro velho, jóias antigas ou modernas a platina e pratas, brilhantes. Av. 13 de Maio, 47, s/sala 610 — Tel. 22-0348 — Ed. ITU.

TELEFONES

TELEFONE 37 — Vendo, p/ 2 300; somente hoje. Dr. Florim — 52-0668.

Compro - Vendo troco telefones

Tenho para negócio imediato, qualquer linhas, pelos menores preços do mercado, assumindo responsabilidades na CTB de acôrdo com a lei. Sr. Jair. 28-0721 e 56-9395.

TELEFONE 22 — Vendo, hoje, p/ 1 950. Dr. Florim — 52-0668.

TELEFONE 58 — Vendo, hoje, p/ 1 900. Dr. Florim — 52-0668.

TELEFONE 45 — Vendo, p/ 2 650, hoje. Dr. Florim — 52-0668.

TELEFONE 37 — Vendo, hoje, um, em pedido de transferência, p/ 2 100; conforme normas da CTB — Dr. Florim — 52-0668.

FIANÇAS

TÍTULOS — SOCIEDADES

Vende-se um título

Do Jockey Club e um do Gávea Club. Telefonar para: 46-2535 — Dna. Regina. (P

LEILÕES

OPORTUNIDADES DIV.

MÁQUINAS — MATERIAIS

Linotipos Comet

Compramos ou trocamos por modêlo 31, informações para a Caixa Postal n.º P-53 893, na portaria dêste Jornal. (P

Matrizes para Linotipo

Vendem-se fontes completas e incompletas. Ver e tratar na Av. Rio Branco n.º 110, 1.º andar, com Sr. Gilberto.

MÁQUINAS INDUSTR.

MÁQUINAS — EQUIP. DE ESCRITÓRIO

MATERIAL DE CONSTR.

Cimento Tupi

5,80

Entrega Imediata. Desconto p| revendedor.

52-2437

32-6211

Cimento Portland Cauê

NCr$ 6,17

Pronta Entrega

Retirado

Tels. 23-4418 — 43-8017

43-8389 — 23-9937

TERRAPLENAGEM

TRATOR FORDSON 1965 — Em excelente estado, motor Perkins Diesel, c| arado e plaina. Contrôle hidráulico. Tratar tels: ... 46-3551 e 46-6388, c| Sr. Augusto. Ver a Av. Nilo Peçanha, 1 084 — N. Iguaçu.

Cimento "Mauá"

6,40

TEL. 31-0915

TEL. 31-0649

CETEL 93-0234

DIVERSOS

AMASSADEIRA — Vende-se Record 300 quilos. Facilita-se. Rua General Caldweel n.º 217. Tel.: .... 52-3512.

BALANÇAS — Vendo de 200 e 500 kg usadas, marcas Filizola, Hove, e Fairbanks, barato. Rua Canto Cristo, 277. Carlos. 23-0041.

COFRES — De parede, de mesa, de apartamento, comerciais, arquivos, estantes e móveis de aço em geral, etc., financiamos até em 5 pagamentos iguais, na Rua Regente Feijó 26 — Consulte-nos ou peça a visita de nossos representantes pelo tel. 22-8950.

MOVEIS p| escritorio, carteiras escolares quadros negros, camas beliche, etc. Vende-se qualquer quantidade, preços especiais. R. Santa Luzia. 776 gr. 1201.

ENSINO — ARTES

COLÉGIOS — CURSOS — PROFESSÔRES

AUTO ESCOLA ATLANTICA — Aprenda em Volks s| matricula, dia, noite e dom. ap. domicilio. Matriz Cop. e filial em Inhaúma. Tel. 37-6097.

ADMISSÃO AO GINASIO — Turmas novas, professores catedráticos, com amplas experiências. — Largo do Machado n.º 29, sala 310 Ed. Condor.

ATUALIZAÇÃO Português. Redação própria. Aulas individuais. — E.P.E. 37-5514.

ADMISSÃO Intensivo. Pequenos grupos, dois horários, análise sintática para ginasianos — 57-1434.

APRENDA violão, canto, piano, rápido e moderno, prático ou p| musica. Vendo 3 violões. Tel.: .. 45-6757. Prof. Scarambone.

ARTIGO 99 — Ginásio Clássico, Científico, com ou sem ginásio em 1 ano, 90% aprovados. Datilografia, Curso completo. Ambiente requintado. Matrículas abertas. O curso C. O. C. aprova — Avenida Copacabana, 1 072, grs. 302 e 308. Tel. 57-6477.

ARTIGO 99 — Curso Squema — Ginásio, clássico, científico (em 1 ano). Manhã, tarde, noite. Apostilas gratuitas (salas c| ar condicionado). Rua Alvaro Alvim, 21, 13.º and. Ed. Delta — Cinelandia.

ARTIGO 99 (só matematica, p| alunos dependentes, 1.º e 2.º ciclos matr. abertas, mens. NCr$ 35,00. Curso Squema Profs. competentes Rua Alvaro Alvim, 21, 13º andar. Cinelandia.

CURSO Art. 99, no centro. Vende-se. Tel. 57-8369.

INGLES — Curso Squema — Conv. e gram. p| iniciantes, medicos e adiantados, método áudio-visual, livros e apostilas gratuitos. Profs. competentes, manhã, tarde, noite. (Salas c/ ar condicionado). Curso Squema — Rua Alvaro Alvim, 21, 13.º andar. Cinelandia.

INGLES — Professor Universidade dá aula particulares. Curso rápido intensivo. Método próprio. — Qualquer nível. Prof. Philip, tel. 57-7615.

LECIONA — Primário e admissão, crianças e adultos, pequenas turmas ou individual. 37-9942.

PRECISA-SE professor de Português e Matemática, com autorização ou registro do MEC. Informações: Av. Brás de Pina, 966 — Praça do Carmo, de 2a. a 6a. das 15 às 21h.

PROFESSOR — Preciso c| prática Art. 99, de Português e Geografia. Av. Copacabana, 1072 gr. 302.

PROFESSORES credenciados, Matemática (manhã) e Geografia (noite). Ginásio na Av. Brasil - Guadalupe, admite. Tel. 45-6715, Silva.

TAQUIGRAFIA TAYLOR — Aulas de dia e noite. Rua Aires Saldanha n.º 13 ap. 307. Copacabana. NCr$ 5,00.

TAQUIGRAFIA TAYLOR — Curso Squema. Método fácil, rápido e objetivo, c| apostilas gratuitas. Matr. abertas (Salas c| ar condicionado). Rua Alvaro Alvim, 21, 13.º — Cinelandia.

TAQUIGRAFIA MARTI — 5 idiomas. Aulas individuais — E.P.E. 37-5514.

VIOLÃO guitarra cantos, solos e acompanh., método fácil, moderno e quente. Prof. Medeiros Júnior. Tel.: 29-2759.

Computadores?

Consulte MULTIPROGRAMAÇÃO. Barra 360 e 1401, insc. abertas: manhã, à tarde e noite. N. S. Copacabana, 540, gr. 604 — Tel. 57-9973.

Programador (a) IBM

CURSO EM 3 MESES

Av. N. S. Copacabana, 647, gr. 1012, Av. 13 de Maio, 23, gr. 1624 CURSO O-M.

INSTRUMENTOS MUSICAIS

A CASA MOTTA vende o mais belo estoque de pianos nacionais e estrangeiros, 10 anos de garantia. A vista e longo prazo. Rua Dois de Dezembro, 112. Catete.

A CASA MILLAN, especializada em pianos vende: Essenfelder, Bentley, Schalter, W. Tuller etc. a longo prazo, sem juros, 10 anos de garantia. Ouvidor, 130, 2.º andar, lojas 218 e 221.

A. A. A. PIANOS — Casa Especializada, vende pianos nac. e estrangeiros. Grande estoque de selecionadas marcas. Financiamos s| juros 15 anos de garantia, Rua Santa Sofia, 54, em frente ao n. 220 da Rua Barão de Mesquita. Os mais baixos preços.

A DINHEIRO — Compro 1 piano de cauda ou de armario, mesmo precisando reparos. Pago bem e à vista. Tel. 36-3652.

BECHSTEIN e August Forster de um quarto de cauda, recentemente importados da Europa. Ambos novos e com grande financiamento. Ver na Casa Garson de Copacabana, na Rua Raimundo Correia, 15.

COMPRO 1 piano de particular para particular. Pago ótimo preço, tenho urgência. Tel. 22-8168.

CONSERTO ou compro piano velho e harmonio, mato cupim, clareio teclado, afino, lustro caixa e cepo. Tel. 29-2248. Facilito.

GUITARRA e Amplificador Alex, ótimo funcionamento. Vendo urgente. 400 mil. Av. Gomes Freire, 547 loja.

PIANO Albert Schmolz, 88 notas, 3 ped., cordas cruzadas, seminovo. NCr$ 1 200,00. Facilito. Av. Copacabana, 610-J.

PIANO — Vendo — Cornish 88 notas, cordas cruzadas, cepo de metal, 4 pedais, otimo som — Rua Antônio Rêgo, 1174, casa 1. Olaria. Tel.: 30-2642.

PIANO Pleyel, vendo ótimo estado, harmonioso som NCr$ 650,00. Rua Professor Quintino do Vale, 37 — Estácio.

PIANO alemão. Vendo com ótimo estado, urgente p| desocupar lugar. Tel. 38-0690. D. Leonor.

PIANO BRASIL — Ap., nôvo, vendo modelo mignon, sonoridade espetacular, 3 pedais, 88 teclas. Av. Henrique Valadares, 41|304.

PIANO alemão Ritmuler, cepo de metal, cordas cruz. Vendo quase novo. NCr$ 1 600. Rua Marquês de Olinda, 39. Tel. 46-8698.

PIANO apartamento, 88 notas, c. cruz., cepo de metal, facilito. Av. Pasteur, 168, ap. 203 — Telefone 46-5775.

PIANO NCr$ 450,00 europeu, um outro alemão cepo de metal, cordas cruzadas, Roniack, barato. R. Haddock Lôbo, 39 (Estácio).

VENDO — Orgão caribean, guitarra baixo e amplificador, True Reverber. Tratar com Luis Sérgio — 47-8416 ou Terezinha. 32-7965.

VIOLINO, Bandolim, 40,00 cada. Otimos. Tratar Sr. Lins. Rua Eulina Ribeiro, 184 c| 7. Eng. Dentro. Tel. 32-0097.

VIOLÕES — Vendo 3. Leciono violão, canto, piano e escaleta. Dou aulas à noite ou dia. Tel.: 45-6757 Prof. Scarambone.

VENDE-SE pianola Hering, sem uso, motivo viagem. Tratar pelo tel. 56-1887, com Mario de 12 dia às 15h.

VENDO uma bateria super Pinguim de luxo côr branca completa. 900,00 — R. Visc. Abaeté, 80 ap. 403 — V. Isabel, Ricardo — 58-4962.

LIVROS — ARTES — COLEÇÕES

ATENÇÃO — A firma G. Lamego Moedas compra e vende moedas antigas. R. da Alfândega, 111-A, sala 202. Tel. 43-1945.

MOEDAS ANTIGAS — Compro ouro e prata — Rua Toneleros, 152. Tel. 36-1219.

Livros escolares

PARA TODOS OS CURSOS

NOVOS E USADOS

LIVRARIA SÃO JOSÉ

Rua São José, 70 — Tels. 52-2907 e 52-3037

SERVIÇOS PROFISSIONAIS DIVERSOS

ALGUEM LHE DEVE — Cobramos com rapidez, duplicatas, vales, tudo que represente valor. Uruguaiana, 86|115.

DECLARAÇÃO I. Renda Pessoa Fisica, contador diplomado c| grande prática executa na hora. Atende a domicilio. Av. Rio Branco, 185 s| 602. Tel. 52-1922. Sr. Gualter.

DECLARAÇÃO do imposto de renda — Preparamos declaração de renda, aproveitando tôdas as deduções e abatimentos permitidos por lei. Praça Pio X, 15, 10.º andar, s. 1001, das 14 às 18,30.

ESCRITAS fiscais, comerciais e avulsas. Declarações de Rendas, registro de firmas, INPS. Parcelamento de débitos fiscais, e serviços de despachante completa assistencia Juridica e contabil. Rua 7 de Setembro, 88, s| 603. Tel. 42-4560, Sr. Amadeu.

FAZEMOS pintura e reforma geral casas, aps., prédio, facilitamos pagto. Est. do Rio, GB. Pres. Vargas, 590 s| 211 — 23-1214.

IMPOSTO DE RENDA — Pessoas fisicas e juridicas. Efetuamos com precisão. Todos os dias inclusive sábado das 9 às 17h. MAWAP. Cont. Auditoria Ltda. Pça. Floriano, 55 gr. 603. Tel. 32-9031, Cinelandia.

IMPOSTO RENDA — Pessoa fisica, fazemos declaração e calculamos impôsto na hora. NCr$ 20,00 — R. Miguel Couto, 27 705.

LETREIROS LUMINOSOS plástico, gaz-neon, luz fluorescente, tabela preços. Consertos, reformas. Orçamento. Tel. 29-3512.

LUSTRADOR — Lustra-se qualquer estilo de móveis, pianos etc. trabalhos perfeitos. Resid. Cetel .. 91-3344 — Elso.

NATURALIZAÇÃO — Serviço honesto e eficiente. Advogados e despachantes. CABE Adm. Bens. R. Assembléia, 93, s| 504 — Tels. 52-0885 e 52-2386.

PROMISSORIAS cheques, duplicatas, cobramos em poucas horas. Reg. no M. da Fazenda. Protestos. Av. Rio Branco, 156 s| 1 002, tel: 42-5764 Dr. Monteiro.

PINTURA e serviço pedreiro. Orçamento barato. Interessado ligar para o Sr. José Morais. Tel.: ... 43-2439, recado Sr. Pedro.

PINTURAS em geral interna e externa. Casas e apartamentos. Pintor de longa pratica, boas referências. Tel. 28-5332, Sr. Firmino.

REFORMAS e pinturas em geral. Orçamentos sem compromisso. R. Buenos Aires, 224 s| 2. Tels. ... 58-6527 e 29-3951.

DETETIVE TANCREDO

INVESTIGAÇÕES PARTICULARES, FLAGANTES, ETC. C/ASSISTÊNCIA JURÍDICA. 52-0668 R. GONÇALVES DIAS, 89 S/ 404

Escritório de advocacia

Fazemos cobrança a curto prazo, cheques, duplicatas, promissórias, protestos, registro no Ministério da Fazenda, declarações de impôstos de rendas, advogacia civil, trabalhista, criminal administrativa, no Estado do Rio, Guanabara, Brasília. — Informações pelo fone 25-9907, Rua do Catete, 214, sala 604. (P

Letras de câmbio

PROMISSÓRIAS

Duplicatas, vales, cheques e tudo que represente valor, cobramos em POUCAS HORAS — s| despesas iniciais. Registro no M. Fazenda. R. México, 41, s| 1301-A. Tel. 32-9313 — Dra. SUELLY.

Pinturas e reformas

Casa, aps., condomínios. Serviços especializados em reformas em geral. Facilita-se pagamento. Rua Santa Clara, 115, s| 312. Tel. 57-8583.

·SUPER SYNTEKO·

COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES SANTA CLARA LTDA.

57-8583 · 56-8175

RASPAGENS PARA CÊRA

PORTAS PARA BOXES

CORTINAS JAPONÊSAS

PERSIANAS · DEDETIZAÇÃO

SANTA CLARA, 115 · SALA 312

SUPER SYNTEKO

Dedetização

Vitrificadora

ARCO-IRIS LTDA.

Aplicadores Autorizados

FACILITAMOS

61-9103 — 22-7871

Super-Synteko 56-5959

(Ou só raspagem p| cêra)

Aplicamos o legítimo super-synteko, ou só raspa-se para cêra. Seriedade e alto padrão técnico. Rua Figueiredo Magalhães, 870, loja R.

Super-Synteko

Brilho permanente em seu assoalho — Rua da Quitanda, 61, 1.º andar. Tel. 32-4080.

Real Rio Letras de Câmbio

Solicitamos aos portadores das letras de câmbio de n.ºs 5.144 a 5.254, com vencimento para 4 de abril de 1969, comparecerem à Rua Álvaro Alvim n.º 31 — grupo 1.402, no horário das 14 às 17 horas, a fim de tratar de assunto de seu interêsse no tocante à liquidação das mencionadas letras.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1969.

São Paulo Alpargatas S.A.

AOS SENHORES ACIONISTAS

Comunicamos aos Srs. Acionistas subscritores do último aumento de capital que o pagamento da terceira e última cota, de 50%, deverá ser efetuado até o dia 31 de março em curso, no Banco Brasul de São Paulo S.A., na Av. Rio Branco, 26 — Rio de Janeiro.

São Paulo, 24 de março de 1969.

A DIRETORIA

DIVERSOS

La Marseillaise de Teresópolis

Patesserie Française já funciona na sua filial à Rua Bolivar, 80, Copacabana.

VENDE-SE máquina registradora National modêlo 1545 em ótimo estado. Ver e tratar à Avenida Brasil, 12 698 — Cascadura, Rua 1 n.º 32.

BUFFET — DOCES — SALGADOS

MACROBIOTICA ZEN — Refeições servidas em sua casa. Informações 37-5514.

DIVERSOS

DECLARAÇÕES E EDITAIS

Ações entre amigos

Declaro que fica cancelada a extração prevista para 25-6-69 do auto Renault proveniente proibição legal do Ministério da Fazenda, os Interessados ou portadores deverão reclamar à Estr. do Quitungo n.º 1181, ap. 101.

Aviso

A firma A. F. Filho Aparelhos Eletro Domésticos, declara para todos fins e efeito que os livros do I. V. C. Registro de compras e Registro de pagamento do impôsto, foram extraviados.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1969.

A. F. FILHO — Aparelhos Eletro Domésticos

ANIMAIS — AGRICULTURA

ANIMAIS — AVES

GANSOS e canários Roler. Vendo, Rua Bom Pastor, 554, Tijuca.

PASTOR ALEMÃO — Filhotes 50 dias — Pais premiados. Rua Potiguara, 473, esquina Comte. Rubens Silva, Freguezia, Jacarepaguá.

VACAS holandesas, prêto e branco, vendo crias de reprodutor puro de origem. Tratar Av. Pres. Vargas, 435, 9.º, s| 903-A. Tel. 43-0655, Soares.

VENDE-SE quatro filhotes de pastor alemão, puro sangue, com 25 dias. Tel. 58-2739.

VENDEM-SE filhotes de pastor alemão, tratar pelo tel. 45-2812 ou 28-9257.

EMPREGOS

SERVIÇOS DOMÉSTICOS

AMAS — ARRUMADEIRAS — COPEIRAS

ATENÇÃO — Domésticas? Novak. Tel. 37-5533, copeiras, babás e diaristas c/documentos e idoneas. Av. Copacabana, 610, s/loja 205.

AH! AGENCIA? Só de D. Marta, 56-8346. Copeiras, babás, cozinheiras, caprichosamente escolhidas, com boas refer. Av. Copacabana, 1085 apto. 604.

ARRUMADEIRA c| pratica e refer. p| Rua Republica do Peru, 72 ap. 1203. Tel. 57-1917 dá-se ferias ótimo ord.

ARRUMADEIRA-COPEIRA — Precisa c| bastante prática cart. idnt. referências, bom salário, tratar. Tel: 22-3358.

ARRUMADEIRA — Lavadeira. Precisa-se para arrumar, lavar e passar. Rua Carlos Góes, 243, ap. 101. Fone: 47-1360 — Falar com D. Helena.

BABA' Arrumadeira — Precisa-se c| refs. min. de 1 ano. Paga-se NCr$ 120,00. Rua Laranjeiras, n.º 525 ap. 1 202.

BABA' — Precisa-se com experiência e boas referências, telefone 47-1196, Rua Visconde de Pirajá, 244, ap. 802.

BABA — Precisa-se com prática e referências para duas crianças de 4 a 5 anos. Avenida Delfim Moreira, 552 — ap. 301 — Telefone 27-2541.

COPEIRA — Precisa-se com prática e que durma no emprego — Paga-se bem. Exigem-se referencias. Avenida Atlantica n. 3 706 — apto. 401. Tel. .... 27-6784.

COPEIRO — Precisa-se com boas referências de casa de família minimo um ano. Tratar na Rua das Laranjeiras, 304 na parte da tarde. Ordenado NCr$ 200,00.

COPEIRA-ARRUMADEIRA — Precisa-se para familia pequena, Rua Artur Araripe, 1 apto. 204 — Gávea. Fone 27-3029.

COPEIRA-ARRUMADEIRA — Precisa-se com muita prática, de preferência portuguêsa, para pequena família de alto tratamento. Exigem-se referências. Bom salário. Apresentar-se R. Barata Ribeiro, 665 10.º andar.

COPEIRA-ARRUMADEIRA — Precisa-se competente, séria, de preferência portuguêsa, dando referências, para casa de alto tratamento. Paga-se muito bem. Tratar pelo telefone: 45-1293. Flamengo.

COPEIRA — ARRUMADEIRA. Inicial NCr$ 120,00. Referências, Tratar R. João Borges, 22 — Gávea, tel. 27-8101.

DOMESTICAS — Se você quer mudar de casa para ganhar mais venha nos procurar. Rua Conde de Bonfim, 369 sala 904.

EMPREGADA para todo serviço, tenha máq. de lavar. NCr$ 150,00. Folgas domingos. Rua Mariz e Barros. 933, ap. 302, dorme fora.

EMPREGADA — Lavar, passar e arrumar c| refs. NCr$ 100,00 — Rua Urbano Santos, 72, Urca — Tel. 46-1848.

EMPREGADA — Precisa-se p| todo serviço p| cozinha de trivial fino, c| referências. Tratar à R. Senador Furtado 101, ap. 203 — 34-8828.

EMPREGADA todo serviço casal mais dois filhos com documentos e referências mais de um ano e boa aparência, já tem lavadeira e faxineira. NCr$ 150,00. Pompeu Loureiro, 9, ap. 1003.

EMPREGADA para casal estrangeiro todo serviço só com referências. Barata Ribeiro, 339, ap. 901.

EMPREGADA — Precisa-se para arrumar e cozinhar, cart. e ref. Rua 2 de Dezembro 140 ap. 502.

EMPREGADA — Precisa-se para serviços domesticos menos cozinhar. Documentos. Rua Jaceguai, 82 ap. 101. Maracanã.

EMPREGADA — Precisa-se p| todo serviço, que saiba cozinhar. Tratar Rua Gustavo Sampaio, 709 ap. 903. Leme.

EMPREGADA — Visconde de Caravelas 47 — 304. 46-6669.

EMPREGADA — Para todo o serviço de casal com um filho, das 9 às 18h30m. Salario de NCr$ 120,00. Exigem-se carteira e referencias — Av. Copacabana n. 346 — apto. 701 — Proximo ao Lido.

EMPREGADA para todo o serviço só com referencias. — Avenida Princesa Isabel, 300 — 709 — Bloco B.

EMPREGADA — Precisa-se de jovem para serviço de casal, boas referencias. Rua Araxá n. 128 — apto. 402 — Grajaú.

EMPREGADA — Precisa-se na Rua Sá Ferreira n. 210, apto. 204 — Paga-se bem, apto. de 3 pessoas, cart. e refs.

EMPREGADA — Para todo serviço de uma pessoa de tratamento, que cozinhe bem. Tenha referências, documentos e seja alfabetizada — Ordenado a combinar — Telefone 47-3584.

EMPREGADA — Precisa-se para todo serviço, menos cozinhar. Não dorme emprêgo. R. Tadeu Kosciusko, 22 apto. 805.

EMPREGADA — Preciso, p| todo o serviço, c| ótimas referencias e pratica cozinha. NCr$ 130,00. R. Bolivar 155 ap. 901.

EMPREGADO (A) para serviços domésticos precisa-se na Rua Araújo Pena, 58 — Tijuca.

EMPREGADA — Precisa-se uma para todo o serviço. Exigem-se referencias — Rua São Salvador n. 59 — apto. 703 — Laranjeiras.

FAMILIA estrangeira de 3 pessoas procura uma copeira-arrumadeira com muita prática, deve servir à francesa — Exigem-se documentos e referências. Tel. 57-3027.

MOÇA limpa e com refer., que durma no empr. Preciso p|todo serviço 4 pessoas. Tem máq. de lavar e sinteco. Salário com contos. R. Gen. Severiano, 100 apto. 114. Tel. 26-8432.

OFERECE sra. para todo serviço de 1 casal. Rua Frei Caneca, 225.

OFERECE-SE empregada fina. Faço todo serviço. Sou toda confiança. 43 anos. Ref. 8 anos. Tel. 43-1366.

OFERECE-SE empregada diarista. NCr$ 12,00. Faço qualquer serviço. Favor tel. 47-0467.

PRECISO de pessoa para todo serviço que saiba cozinhar bem, casal e 3 crianças, tem babá e máquina de lavar, pago bem, exijo referências de pelo menos 1 ano. Rua Barão de Ipanema, 15|603.

PRECISA-SE de uma môça com ref. para ajudar em casa de família de respeito. Rua Toneleros, 180, ap. 301, 37-4373.

PRECISA-SE menor com referências, trabalho limpeza, arrumação casa familia, por hora, não dorme no emprego. R. Natal, 39, (transversal R. Visc. Ouro Prêto), Botafogo.

PRECISO empregada p| todo serviço de senhora só, maior de 30 anos com ref., dorme fora. Barão Flamengo, 22, ap. 1003.

PRECISA-SE de empregada doméstica, que durma no emprêgo, paga-se bem. Rua Mariz e Barros, 923, ap. 702.

PRECISA-SE de empregada doméstica, que durma no emprêgo, paga-se bem. Rua Conde de Bonfim n. 90, ap. 603, esquina com Alzira Brandão.

PRECISA-SE empregada para todo serviço de casal. R. Aureliano Portugal, 59, ap. 202.

PRECISA-SE mocinha, 100 mil, para ajudar em casa de familia — Tratar à Rua Sousa Lima, 178, ap. 502 — Pôsto 6.

PRECISA-SE de uma arrumadeira com referências. Paga-se muito bem. Tratar, Rua Toneleiros, 180, ap. 201, tel. 37-4373.

PRECISA-SE empregada competente para todo serviço, com referências. Chegar às 8 sair às 18, Rua Barata Ribeiro, 814, ap. 601.

PRECISA-SE empregada. Dorme emprêgo. R. Domingos Ferreira n.º 31 apto. 1102.

PRECISA-SE empregada todo serviço com prática de cozinha. Paga-se bem. Pedem-se referencias, Av. Copacabana, 906 apto. 801.

PRECISA-SE de empregada zelosa e eficiente com referencias, no horário de 12 às 18 horas diariamente, cuidar da limpeza do ap. 1001 da Rua 5 de Julho 350, Copacabana, como tambem lavar, passar, roupa de uma pessoa. O salario mensal inicial será de NCr$ 120,00. Tratar no endereço acima, sabado de 9 às 11 horas.

PRECISA-SE arrumadeira com boas referencias. Rua República do Peru, 350|401.

PRECISA-SE — De uma governanta para casa de três pessoas. Boas referências de 30 a 40 anos. Tratar. Rua Acre, 47 | 201, tel: ... 23-1072. Sr. Clemente.

PRECISA-SE — Empregada para todo serviço. Rua Bento Lisboa, 175 apto. 403.

PRECISA-SE — Menina de 12 a 14 anos para companhia de outra, e pequenos serviços. Rua Carlos Sampaio, 364, apto. 1 104, Cruz Vermelha.

PRECISA-SE de uma empregada em casa de familia, para todo o serviço inclusive cozinhar. Rua Joana Fontoura, 48.

PRECISA-SE para todo o serviço de apt. de 3 pessoas, 120 mil cruzeiros. Senador Vergueiro n. 154 — apto. 404.

PRECISA-SE de 1 moça até 18 anos, menos cozinhar e arrumar — Rua Conde de Bonfim n. 581 — 404.

PRECISA-SE babá portuguêsa ou européia, para criança 1 ano — Exigem-se documentos e boas referências do último emprêgo. — Telefonar para 46-8632.

PRECISA-SE empregada todo serviço. Ord. NCr$ 80,00. R. Intendente Cunha Menezes 169 apto. 604 — Meier. Tel. 49-8373.

PRECISA-SE de uma empregada à R. Anita Garibaldi, 18 apto. 702. Exigem-se referências.

PRECISA-SE babá, cozinheira, cop., arrumadeira. Av. Copacabana, 605/1 203.

PRECISA-SE de empregada de boa aparencia até 25 anos de idade, para serviços domesticos. Ordenado NCr$ 100,00. Tratar na Rua Barata Ribeiro, 577 ap. 204.

SENHORA — Precisa empregada todo serviço, dormindo no emprêgo, R. Real Grandeza, 184 casa 2 — Botafogo.

SENHORA — Precisa-se de boa presença para governar casa de uma só pessoa, que tenha alguma instrução, que goste de dirigir automovel. Indispensavel informações. Paga-se bom ordenado. Informações, Rua Sparano, 88, Coelho da Rocha. Estação.

SENHOR — Precisa senhora até 28 anos, aparência, c| ou s| filho livre, Farnezes 46, final Nabuco de Freitas, Pça. XI de 15 às 21, atendo carta com foto.

UMA moça oferece tomar conta de uma criança. Informação na Rua Aristides Espindola, 107.

VILA DA PENHA — Empregada, precisa-se, serviço de casal s| filhos. Paga-se bem. R. Brasiléia 42 — Frente.

COZINHEIRAS

AGENCIA NOVO RIO — Oferecemos cozinheiras, babas, cop., arrumadeiras, diária e mensal. Av. Copacabana, 605/1 203. Tel. 37-9926.

A AGENCIA RIACHUELO desde 1924 vem servindo as famílias cariocas. Tem cozinheiras, copeiras-arrumadeiras e docum. e ref. Tels. 32-0584 e 32-5556.

AH! AGENCIA! Só de Dona Martha, 56-8346. cozinheiras, babás, e copeiras caprichosamente escolhidas com boas referências. Av. Copacabana, 1 085 ap. 604.

ATENÇÃO DOMESTICAS? — Novak. Tel. 37-5533. Cozinheiras, diaristas idôneas. garçons, faxineiros(as). Av. Cop. 610 s/loja 205.

AGENCIA Tijuca — 58-6415 oferece cozinheiro de forno e fogão. Rua Uruguai, 194, loja 31, com dona Dulce. Galeria do meio.

COZINHEIRA — Precisa-se para casa de familia em Laranjeiras - Trivial fino — Tel. 25-9850.

COZINHEIRA — Precisa-se 1 em apto. de casal sem filhos com bastante pratica de forno e fogão, que lave roupa miúda, com boas referencias — Ordenado inicial de NCr$ 300,00 — Rua Prudente de Morais n. 1 420, apto. C-01.

COZINHEIRA — Preciso, trivial variado e que arrume, com pratica. Referencias. Barata Ribeiro n. 814 ap. 701.

COZINHEIRA — Precisa-se de cozinheira de forno e fogão para casal com dois filhos. Paga-se muito bem. Exigem-se referências. Rua Aquidabã, 710,casa 9 — Lins.

COZINHEIRA e COPEIRO — Precisa-se c| docs. e refs. Ord. a combinar. 56-8346. Av. Copacabana, 1085 ap. 604.

COZINHEIRA — Precisa-se para casa de casal. Também lava a roupa. Referências. Tratar à Rua Antônio Vieira, 22 apto. 501 — Leme. Perto de Princesa Isabel.

COZINHEIRA — Precisa-se. Trivial simples apurado para tres pessoas. Dormir no emprego. — Referencias. Ordenado NCr$ ... 120,00. Rua Sousa Aguiar n. . 376 — Méier.

COZINHEIRA — Forno e fogão para 4 pessoas. Só com referencias — Paga-se bem. Leopoldo Miguez n. 86 — 701 — Copacabana.

COZINHEIRA TRIVIAL FINO — Paga-se bem. Tel. 56-3099. Rua Sá Ferreira n. 115 — apto. 201.

COZINHEIRA — Precisa-se trivial fino e variado, com responsabilidade, e saiba ler e durma no emprego. Tratar na parte da manhã até 10 h. Av. Atlantica, 2112 -1001. Copacabana.

COZINHEIRA — Bom salário, com carteira e referências. R. Barata Ribeiro, 814 apto. 602. Tel: .. 37-6529.

COZINHEIRA fôrno-fogão. Paga-se NCr$ 180. Lava e passa roupa miúda. Família 3 pessoas. Dorme no emprêgo. Exigem-se referencias. Tratar das 11 às 15 hs. Praia de Botafogo, 74 apto. 801.

COZINHEIRA e todo serviço 3 pessoas. Ord. 100 a 150. Tratar Av. Copacabana, 581 sala 420 c.D. Valquíria.

COZINHEIRA — Precisa-se em casa de família. Tratar no Largo do Machado, 11 apto. 701. Exigem-se referências.

COZINHEIRA — Tijuca — Precisa-se de uma que durma no emprêgo e dê referências. R. Itacurucá n.º 30 apto. 306.

COZINHEIRA — Pequena familia, precisa trivial variado, para cozinhar e lavar (temos máquina), durma no emprego e dê referências, ordenado 160,00, Rua Dr. Sousa Lopes, 8, começa na Rua Marechal Bento Manoel, a terceira rua entrando na Rua Farani pela Praia de Botafogo.

COZINHEIRA — Sabendo trivial fino e variado e arrumando pequeno apartamento. Av. Afrânio de Melo Franco, 125, ap. 201 — Leblon. Paga-se muito bem.

COZINHEIRA — LAV. — Precisa-se, com referências e prática p| 3 pessoas. Rua Assis Brasil, 70, ap. 701, tel. 37-4618 — Copacabana.

COZINHEIRA — Precisa-se com prática. Paga-se bem. Av. Vieira Souto, 402, ap. 102, tel. 27-6764 — Ipanema.

COZINHEIRA p| trivial fino, preciso c| refs. NCr$ 120,00 — Rua Urbano Santos, 72, Urca — Tel. 46-1848.

COZINHEIRA — Precisa-se trivial simples. Rua Anita Garibaldi, 42 ap. 404. Paga-se bem.

EMPREGADA — Precisa-se que saiba cozinhar. Rua Visconde de Pirajá, 265 ap. 602. Tel. 27-9996.

EMPREGADA — Precisa-se para cozinhar e lavar roupa para pequena família. Paga-se muito bem. Exigem-se referências. Flamengo. Tel. 25-2156.

EMPREGADA — Precisa-se que saiba cozinhar. Tratar à Rua Andrade Neves, 456 — Tijuca. Durma no emprego.

EMPREGADA — Que saiba cozinhar o trivial fino e durma no emprego. Exigem-se referencias. Paga-se muito bem a quem tiver as qualificações exigidas. Rua Dias Ferreira, 147 ap. 204. Leblon.

EMPREGADA — Precisa-se para casal que saiba cozinhar e pequenos serviços. Paga-se muito bem. Rua Cruz Lima, 17 apto. 203. Flamengo tel: 25-2510.

EMPREGADA — Precisa-se para todo serviço de casal com 1 filho. E' necessário saber cozinhar — Paga-se bem. Rua 2 de Dezembro, 140, apto. 804 — Catete.

OFEREÇO cozinheiras, cop.-arrumadeiras com docum. e referências. Agência Riachuelo, telefones 32-5556 e 32-0584.

OFERECE-SE — Cozinheira trivial fino variado. Ref. 3 anos. Sou catarinense 39 anos, tel: 43-1366.

PRECISA-SE de empregada para cozinhar e arrumar tôda casa, que tenha prática de cozinhar com muita experiencia, tôdas as comidas e doces, exijo que seja limpeira, limpa e educada, referências e todos documentos, ordenado, paga-se bem, a combinar, depois de 1 semana de experiência. Horário de trabalho das 6 às 7. Avenida dos Democráticos, 681, ap. 202.

PRECISA-SE — Cozinheira arrumadeira, 120,00. R. Paula Freitas, 90|1 001.

PRECISA-SE cozinheira c|prática e que possa dar referências, R. Gustavo Sampaio, 639 — 12.º and.

PRECISA-SE cozinheira c|carteira e referências. Ord. 160 cruzeiros novos. Pode dormir no emprêgo. R. Japeri, 102 apto. 6. Rio Comprido.

PRECISO de cozinheira na Rua Mariana Portela n. 21 — Jacaré.

PRECISA-SE de cozinheira de trivial fino ou todo o serviço — Paga-se bem, na Rua Visconde de Albuquerque n. 303, apto. 201-B — Leblon — Telefone ... 27-3621.

PRECISA-SE de uma empregada para cozinhar e arrumar, na Rua da Matriz, 14, Botafogo, que durma no emprêgo e dê referências.

PRECISO de cozinheiras, cops., arrumadeiras com docums. e refs. Ord. 90 a 250 mil. R. Joaquim Silva, 123 — Lapa.

LAVADEIRAS — PASSADEIRAS

PASSADEIRAS — 4 vagas para passadeiras camisas e brim com prática. Tinturaria Guaiporé. Rua Marquês de Abrantes, 22 — Flamengo.

PRECISA-SE de lavadeira, lavar e passar tôda roupa c| muita prática, 3 vezes na semana de 1 às 6 hs. NCr$ 6,00 por dia. Carteira de trabalho ou identidade — Avenida dos Democráticos 681 — Ap. 202.

PASSADEIRA — Precisa-se competente. Domingos Ferreira, 28, ap. 1 201.

TINTURARIA ARCO IRIS — Precisa-se de boas passadeiras de brim e vestidos Av. 28 de Setembro, Tel.: 48-2035.

DIVERSOS

CASAL sem filhos, ela para cozinhar e êle para jardineiro de casa em Paquetá, Casa, comida e NCr$ 140,00. Tratar à Rua Domingos Ferreira 32, ap. 803. Copacabana.

EMPREGADO — Para serviço doméstico, precisa-se de um rapaz entre 16 e 17 anos. Exigem-se referencias. Avenida Afrânio de Melo Franco n. 119 — Leblon.

ENCARREGADA — Precisa-se até 35 anos, p| Casa de Saúde na Tijuca, apresentável, s| compromisso. Trabalhar no horário de 9 às 20 hs. Paga-se bem. R. Conde de Bonfim, 497 depois de 9 hs.

MOÇA sozinha, oferece seus serviços para acompanhante à noite — Telefonar para Anunciada Fone 26-5341 (preço a combinar).

OFERECE-SE — Sra. portuguesa educada com responsabilidade sem compromisso deseja colocação em casa de casal ou pessoa só, de referencias de 6 anos, sabendo todo serviço. Resposta para este jornal sob n. 144385.

PRECISA-SE de um rapaz educado para serviços domésticos. Rua Barão de Itambi, 61 ap. 802, fone 46-4889. D. Iolanda.

PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO E COMÉRCIO

AUX. DE ESCRITÓRIO

AUXILIAR de escritório — Precisa-se bom elemento com prática em emprêsa de transportes — Rua Sete de Março, 426.

AUXILIARES — Departamento Pessoal 400, op. Burroughs 400, rapaz menor. Av. 13 Maio, 47 s| 1 206.

AUXILIAR DE ESCRITORIO — Moças — Precisa-se de uma Curso ginasial, boa letra, boa aparência p| trabalhar em escritório de pôsto de lavagem e lubrificação da linha Volks. Tratar hoje, à R. General Roca, 598 — Praça Saens Pena.

AUXILIAR de escritório, boa caligrafia, datilógrafo rapaz ou aposentado horário integral, salário mínimo. Rua Camerino, 55, loja.

ADMITIMOS rap. encarreg. faturamento. S| Op. Burroughs. S| 600. Môças e rapazes aux. esc. dat. aux. D. Pessoal. Dat. 200, 350, rap. calculista, dat. 450 Op. Olivetti 513. s| 350. Menor dat. as|os| vendedoras; falando inglês. Z| sul pg. bem. Av. P. Vargas, 435 s| 605.

EMPREGADO(A) ESCRITORIO — Precisa-se que saiba escrever à máquina tenha boa caligrafia e prática de extrair notas fiscais e faturamento. Rua Filgueiras Lima, 28 (E. Riachuelo), entre 9 e 11 horas.

MOÇA ESCRITÓRIO — Procura-se uma c|alguma prática, possivelmente com noções de máquina, para escritório comercial no Centro, perto Praça Mauá, semana de 5 dias. Tratar no local, Av. Rio Branco, 18, salas 1305| 6-9, sòmente sábado, dia 29, das 10 às 12,30hs.

MOÇA — Auxiliar de escritoria que tenha trabalhado no ramo de jóias. Excelente condições de trabalho. Tratar à Rua Buenos Aires, 110, loja. D. Pessoal.

MENOR — Preciso de 14 à 17 anos, desembaraçado para serviço de escritorio. Tratar 56-7592 depois das 9 horas.

MOÇA e rapaz — Precisamos com boa caligrafia, datilografos, prática INPS, fôlha pagamento, etc. Rapaz com pratica livros fiscais. Tratar na Organização Victor Ltda. Av. Rio Branco, 135 s|801|4.

PRECISA-SE moça para escritório. Rua Capitão Félix n. 16 e 28. Av. Central n. 50.

BALCONISTAS

BALCONISTA — Môça maior c| prática de artigos p| cabeleireiros. Rua Gonçalves Dias, 89-A.

BALCONISTA — Precisa-se de uma moça com pratica de comercio e que traga carta de referencia. Tratar Av. Rio Branco, 123 sala 510.

FARMACIA — Precisa-se de rapaz com muita pratica de balcão — Rua Conde de Bonfim n.º 155-B.

PADARIA — Precisa um balconista com prática. Rua Humaitá, 34 — Botafogo.

PRECISA-SE de balconista c| prática de aplicação de injeção. Farmácia. Rua Jarina, 59 — Mal. Hermes. Trazer referências.

PRECISA-SE de balconista com prática, para padaria. R. Frei Caneca, 175.

PADARIA — Precisa-se com pratica de um balconista na Estrada de Jacarepaguá n. 7 666.

PRECISA-SE de balconista com prática de confeitaria à Rua Laranjeiras n.º 408. Telefone 25-0616.

PRECISA-SE de balconistas com pratica, trazer documentos necessários — Tratar na Avenida Brasil n. 12 698, Rua Quatro n. 96|8 — Mercado São Sebastião.

PRECISA-SE de balconista c| prática em Casa de Modas. Tratar c| D. Sônia, R. dos Romeiros n.º 136|140 Centec Modas.

CONTADORES

AUXILIAR DE CONTABILIDADE — Com bastante pratica de escritas avulsas, semana de 5 dias, precisa-se à Avenida Pres. Vargas, 583 s| 1420.

DATILÓGRAFAS — ESTENÓGRAFAS — SECRETÁRIAS

DATILOGRAFO — Precisa-se de rapaz com instrução acima de ginasial para cargo de ótimo futuro. Apresentar-se no Curso Oxford, na Rua Duvivier, 28, 2.º, com D. Nair, das 15 às 19h.

DACTILOGRAFAS — Organização de serv. Temporários, precisa de môças c| prática em máquina manual e elétrica. Veloz. Av. Marechal Floriano, 43, s| 205.

DATILOGRAFAS — Precisam-se de duas com prática. Apresentar-se sabado de 9 às 11 horas. Rua Anita Garibaldi, 83-D. S|loja 205.

PRECISA-SE de datilógrafo, com carteira de motorista amador. Tratar Av. Rainha Elisabete, 86 — 7.º and. — Copacabana. Das 9 às 11 hs. e das 17 às 18 hs. Sr. Carlos.

SECRETARIA — Preciso de uma moça 18-25 anos escrevendo à máquina e excelente apresentação e desembaraço pessoal. Salário a combinar. Tratar Av. Pres. Vargas, 529 — 18.º andar.

SECRETARIA(O) — Necessita-se c| pratica para agencia automoveis. Apresentar-se Rua Riachuelo, 83, Lapa.

VENDEDORES — CORRETORES

A SUA GRANDE CHANCE de ganhar dinheiro! BUENO MACHADO IMOVEIS admite para o cargo de contacto pessoa de boa aparência a que seja desembaraçada. Comissões e prêmios tentadores. Rua Barão de Mesquita, 398-A.

ATENÇÃO, rapazes. Precisa-se 10. Paga-se ótima comissão, artigo de ótima aceitação. Trt. Rua Antônio José Bitencourt, 278 — Nilópolis.

PRECISA-SE vendedor c|prática de móveis. Paga-se fixo mais comissão. Apresentar-se à R. Rodolfo Dantas, 91-A.

VENDEDOR — Motorista. Firex Ind. Com. Ltda., precisa. Rua Tôrres Sobrinho, 26, Meier — GB.

VENDEDORES (AS) — Admt. c| ou s| prát. Tôdas as garant. e outras vant. Trab. c| 20 obras sel. Cond. Excep. p| chefe equipe, mil p| mês. Editôra Corcovado, R. Alcindo Guanabara, 17|21, 12.º andar.

VENDEDORES — Fábrica de biquinis precisa de vendedores. Paga-se 10% de comissão. Tratar R. Mabá, 287 — Vigário Geral.

VENDEDOR — Agência Automoveis necessita com pratica no ramo. Apresentar-se na Rua Riachuelo, 33, Lapa.

VENDEDORES — Precisamos com profundos conhecimentos, em bares, restaurantes, cantinas de colégios e similares. Boa remuneração à base de comissão permanente. Apresentarem-se com todos os documentos, à Rua Alan Kardec, 68 — Engenho Nôvo — GB.

DIVERSOS

ADMITIMOS rapazes maiores 18, c| 2.º ginas., salário NCr$ 500,00. Apresentar-se c| documentos, 2 retratos. Rua Cons. Galvão, 58, gr. 411 — Madureira.

CHEFE DE EXPEDIÇÃO — Oferece-se rapaz com 22 anos concluindo o técnico, com prática em notas fiscais. Favor telefonar para 61-8104 — Sr. Pedro ou Srta. Cristina.

CAIXEIRO — Balcão de padaria com muita pratica, boa aparencia, dando referencias. Paga-se por semana 70,00. Só serve pessoa Idonea, Rua Conde de Bonfim n. 128.

COBRADOR — Precisa-se p| emprêsa de Cargas. Rua Carlos Seidl, 241, Caju.

CONTATOS de publicidade para jornal. (Precisamos de 4). Exigimos: Idade minima 21 anos. Boa aparência, ótima oportunidade para môças e rapazes. Entrevistas com Dr. Dielso no horário de 13 às 19 horas. Rua Plínio de Oliveira, 103, sala 302 — Penha.

Sears

TEM DE TUDO...

INCLUSIVE UMA AGÊNCIA DO **JORNAL DO BRASIL** PARA VOCÊ COLOCAR O SEU ANÚNCIO CLASSIFICADO.

AGÊNCIA BOTAFOGO

DO **JORNAL DO BRASIL** PRAIA DE BOTAFOGO, 400

no andar térreo da SEARS e funcionando nos mesmos horários da SEARS.

Militares

EXÉRCITO

PORTARIA — O Ministro do Exército assinou portaria nomeando, por necessidade do serviço, comandante do Batalhão de Manutenção da Divisão Blindada, na Guanabara, o ten-cel. Valtencir dos Santos Costa, sendo exonerado do mesmo cargo o coronel Roberto Moura, transferido do QO para a QEMA.

CONFERÊNCIA — O General Sículo Perlingeiro, Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, estêve, em conferência com o General Arnaldo Calderari, chefe de gabinete do Ministro do Exército. O assunto tomou caráter reservado.

ENGENHARIA — A Comissão de Festejos do Dia da Engenharia está ultimando as providências para a realização das comemorações do próximo dia 10 de abril. A solenidade noturna, a ser realizada no Instituto Militar de Engenharia, contará com a presença de oficiais de Engenharia da Ativa e da Reserva. A confirmação de presença pode ser feita por intermédio do cel. Paixão .. (46-2243) ou maj. Job (46-0239).

AMAN — A AMAN, regulando a instrução dos cadetes do 4.º ano, durante as 6a. e 12a. semanas, baixou uma nota de instrução a fim de complementar os conhecimentos de Química que os mesmos adquiriram no 3.º ano, habilitando o futuro Oficial de Intendência para o exercício de funções nos Laboratórios dos Estabelecimentos de Intendência. Esse período de instrução será realizado no ECMI e contará com a colaboração de seus oficiais e de seus técnicos em laboratório.

POSSE — Assumiu o comando da 3a. Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Bagé o General João Jacobus Pelegrini, unidade recentemente criada, como parte das grandes reformas por que vem passando o nosso Exército.

FUNDAÇÃO — A Inspetoria Geral das Polícias Militares completou a 13 do corrente o seu segundo aniversário de criação, achando-se à sua frente o General Carlos de Meira Matos, que lhe vem imprimindo uma administração das mais inteligentes e úteis pais.

EXONERAÇÃO — O General-de-divisão Artur Duarte Candal Fonseca, que vinha dirigindo a Petrobrás, acaba de ser exonerado, por desejar continuar a servir na tropa. Para substituí-lo, foi nomeado o Marechal Valdemar Levi Cardoso, antigo chefe do Departamento de Provisão Geral do Exército, que deixou neste cargo traços marcantes de sua alta e inteligente administração.

AUDITOR — Foi designado o bacharel José Bolívar Régis, para servir como primeiro substituto do cargo de auditor da segunda instância da Justiça Militar, da segunda Auditoria da 1a. Região Militar.

TABELAS — Pela Comissão Superior de Economia e Finanças do Exército estão sendo distribuídas as Tabelas de Distribuição de Recursos às Unidades Administrativas para a atender a atividade 05.08.2.010 Coordenação dos Serviços Administrativos e Operacionais no Exercício Financeiro de 1969.

AERONÁUTICA

INTERCÂMBIO — Aviões das Fôrças Aéreas do Brasil e de Portugal vão colaborar no I Simpósio sôbre Aspectos Sócio-Econômicos Brasileiros e Portuguêses, transportando grupos de estudantes dos dois países. A realização dêsse Simpósio objetiva estabelecer um convênio científico-cultural a ser concluído dentro do espírito do Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro, assinado no ano passado. O avião da Fôrça Aérea Portuguêsa que trouxe para o Brasil, os 40 estudantes do Instituto de Ciências Econômicas de Lisboa, deixou, ontem, o Rio de Janeiro, transportando para Portugal, os 20 anos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, Faculdade de Economia de Pernambuco, Universidade do Estado da Guanabara e Gama Filho, enquanto que um avião da Fôrça Aérea Brasileira levará de volta os portuguêses e trará de Lisboa os brasileiros. Os grupos de estudantes trocarão pontos-de-vistas a respeito dos sistemas de desenvolvimento nos dois países e realizarão conferências e reuniões, nas diversas cidades que visitarão.

ENCE — Foram matriculados, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, onde vão fazer o curso Superior de Ciências Estatísticas, com a duração de quatro anos, os seguintes oficiais: capitães Alfeu Amorim e Sidnei Pinto da Costa, e 1.º tenente Luís Edmundo Xavier Barata, todos Especialistas em Suprimento Técnico.

REFORMA — O Ministro Márcio de Sousa e Melo assinou portaria, reformando ex-officio, o capitão-intendente Hélio Darci Seibel, visto ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar.

BRASÍLIA — O diretor-geral do Pessoal assinou portarias, mandando servir no Quartel-General da 6a. Zona Aérea (Brasília), os capitão-engenheiro Leônida Russo, 1.º tenente-dentista Oziel Gomes de Barros e Aspirante a Oficial Especialista Inécio José Gaspareto (Base Aérea de Brasília).

VISTORIA — O Parque de Aeronáutica de São Paulo vai realizar, nos dias 1.º e 2 de abril, a vistoria das aeronaves registradas nas cidades de Bauru (concentração), Jaú, Bariri, Dois Córregos, Ibitinga, Pederneiras, Itápolis, Jirajuí, Botucatu, Piraju, Avaré e São Manuel, na jurisdição da IV Zona Aérea.

TRANSFERÊNCIA — O diretor-geral do Pessoal transferiu, para a 3a. Esquadrilha de Ligações e Observação, o 2.º tenente-aviador RC Ulisses Martins, da Base Aérea de Canoas. Para a Base Aérea de Canoas, o 1º. tenente-aviador Manuel Venceslau Giesta Olmedo, da 3a. Esquadrilha de Ligação e Observação, e, para a Base Aérea de Belém, o 2.º tenente-aviador Miguel Ferreira Rodrigues de Lima, da 2a. Esquadrilha de Ligação e Observação.

MARINHA

PSICÓLOGOS — O Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha dedicado exclusivamente aos estudos da Psicologia Industrial e cuja função precípua é assegurar a Diretoria do Pessoal para melhor aproveitamento do potencial humano pôsto à disposição da Marinha de Guerra, mais uma vez supervisionará, com seu psicólogos, os estagiários das diversas Universidades que se especializam no ramo da Psicologia Industrial. O estágio tem por finalidade proporcionar oportunidades para a aplicação prática e integração orgânica dos conceitos e conhecimentos assimilados nos cursos de formação de psicólogos, dentro das possibilidades técnicas que o Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha dispõe no ramo da Psicologia Industrial, e possibilitar ao aluno estagiário o desenvolvimento de sua formação e consciência profissional, aproveitando as atribuições e atividades práticas no Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha.

CARTAS — Acham-se abertas na Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, Avenida Brasil n.º 9 050, até o dia 15 de abril do corrente ano as inscrições às provas de eficiência profissional para os oficiais inativos da Marinha de Guerra para obtenção de Cartas Profissionais de Terceiro Maquinista-Motorista e Terceiro Comissário de acôrdo com as alíneas "a" e "b" do Artigo 388 do Decreto n.º 5 798, de 11-6-1940, alterado pelo Decreto n.º 42 040, de 14-8-1957. Informações na secretaria da Escola, de segunda a sexta-feira, das 8h30m às 16 horas.

CURSOS — Encontram-se abertas no Clube Naval (Departamento Cultural), as matrículas para os cursos de: Gerência de Produção, Gerência Administrativa e Gerência Financeira. Inscrições para sócios e não sócios.

CORVETA — A corveta Solimões, que realiza viagem a fim de prestar atendimento médico dentário e social às populações ribeirinhas, dos afluentes do rio Amazonas, chegou a Tarauaca, localidade situada ao norte do Território do Acre, atingindo assim um dos extremos do rio do mesmo nome. A referida corveta já estêve nas localidades de São João da Maravilha, Seringal e Nazaré da Boia, foz de Itucumum, Feijó e Eurinepe.

CAIXEIRO, com prática, h. comercial. Rua Maria Freitas, 133. Salário a combinar.

CAIXEIRO com prática de padaria. Precisa-se Rua Barão de Mesquita, 370.

CAIXEIRO — Precisa-se para bar. Rua Magalhães de Castro, 6.

EXPORTAÇÃO — Tenho bastante pratica e ofereço meus serviços — Cartas sem compromisso para o n.º 144 219, na portaria dêste Jornal.

ESTAFETA — Precisa-se, maior, serviço militar somente morando perto do centro. Referencias, Sabado livre. Tratar Emprêsa Propaganda Sino, Av. Rio Branco, 128, 15.º andar. Somente de 9 às 10 horas.

FARMACIA — Precisa-se um pratico com longa pratica, dando informações idoneas, 200,00 inicial. Farmacia Continental, Coelho da Rocha, estação.

MOÇAS falando inglês, para atender aos clientes de grande loja de jóias e artigos para presentes. Ambiente de trabalho agradável e boa remuneração com vantagens de adaptação. Tratar à Rua Buenos Aires, 110, loja. D. Pessoal.

PRECISA-SE de um empregado com prática de mercearia, idade 40 a 50 anos, com referências, à Rua Conde Bonfim n.º 71. Telefone 28-6171.

PRECISAMOS — De môças maiores, com boa apresentação, para atendimento ao público e serviços de arquivo. Instrução mínima: admissão. Salário inicial: NCr$ .. 150,00. Procurar D. Maria José, após 9,00 horas, à Rua Buenos Aires, 70, 5.º andar.

PRECISA-SE caixeiro de balcão padaria, preferência menor. Tratar R. Abolição, 366.

PRECISA-SE de uma caixa com prática de padaria e caixeiro de balcão. R. Bolivar, 150-C.

PRECISA-SE caixeiro com pratica de armazem dando referencias. Tratar à Rua do Catete n. 211 — Flamengo.

PRECISA-SE de caixeiro. R. Guaraúna, 70. Vicente Carvalho.

PRECISA-SE de moça c/ pratica para trabalhar em papelaria e brinquedos. Rua Bulhões de Carvalho, n.º 95-A, Copacabana.

PRECISA-SE de rapaz maior com pratica para trabalhar em varejo de malas e bolsas. Tratar depois de 9 horas, na Av. Mar. Floriano n. 153, loja — A Mala Primor.

PRECISA-SE caixeiro c/ prática de padaria — Av. Prado Júnior, 277.

PRECISA-SE de caixas e balconistas. Paga-se bem. Rua Santo Cristo 242.

PRECISA-SE de caixas com pratica para supermercado. Trazer respectivos documentos. Tratar na Av. Brasil n. 12 698, Rua Quatro ns. 96-B — Mercado São Sebastião.

RECEPCIONISTAS — Precisam-se rapazes 21 a 35 anos, com iniciativa, e boa apresentação. Otimo salário. Tratar R. Min. Viveiros Castro, 157.

RECEPCIONISTAS — Precisamos de duas moças c/boas noções de datilografia inicial. NCr$ 300,00. Tratar Av. Pres. Vargas, 529 — 18.º and. Sr. Francisco.

MOTORISTA particular, precisa-se, exigem-se referências e 10 anos de prática. Tratar na Av. Rio Branco, 133, sala 502.

PRECISA-SE de um motorista de Kombi que conheça as ruas para fazer entregas. Tratar com sr. Ananias Cardoso, R. Saldanha Marinho, 77 — Santo Cristo.

MECÂNICOS E LANT.

AJUDANTE de eletricista com conhecimento de colocação de peças e acessórios. Tratar à Rua Ana Barbosa n. 34-A — Méier — Volks Moreira Peças e Acessórios.

ELETRICISTA — Precisa-se de um meio oficial c/ prática na linha Volks. Tratar hoje c/ documentos, à R. General Roca, 598. Praça Saens Pena.

LANTERNEIRO e meio oficial — Precisa-se à Rua Miguel Cervantes, 200.

LANTERNEIRO precisa-se. Av. Meriti n. 2540. Vila da Penha. Largo do Bicão.

LANTERNEIRO — Precisa-se meio oficial com bastante prática. Tratar na garagem Rio-São Paulo, bem no Largo do Campinho.

LANTERNEIROS E PINTORES — Precisa-se de competentes para a linha VW — Tratar na DUCAUTO na Av. Amaral Peixoto n. 199 — D. Caxias — RJ.

MECANICO DE AUTOMOVEIS — Precisa-se com bastante prática em serviços de carros da linha Volks para surpensão e cambio. Tratar na Av. Brasil, 8 785-D, com o Sr. Guilherme.

MECANICO — Precisa-se. Paga-se bem. Av. Bartolomeu Mitre, 1019.

PRECISA-SE de 1 lubrificador. Garage Fidalgo, R. Felix da Cunha n.º 13 — Tijuca.

PRECISA-SE de mecanico e socorrista. Rua Baronesa do Engenho Nôvo, 222, Jacaré. Tratar Sr. Manuel.

DIVERSOS

AJUDANTE de mesa. Precisa-se noturno. Padaria Aragão. Rua Conde de Bonfim n. 128.

ASCENSORISTAS — Para garagem automática. Com carteira. Otimo salário. Tratar R. Min. Viveiros Castro, 157.

FORNEIRO — Precisa-se, à Rua Conselheiro Galvão, 652 — Turiaçu.

FOTOGRAFO — Precisa-se, profissional que retoque negativos — Opere e revele foto Hanny. Rua Conde de Bonfim, 352 s/ 206.

FOTOGRAFOS principiantes, maiores até 25 anos, c/ carta de fiança, para trabalhar na rua. Paga-se bem. Av. 13 de Maio, 47, 2.º, c/ Biron, s/ 203.

LUBRIFICADORES E LAVADORES — Precisa-se de bons. Tratar hoje c/ documentos, à Rua General Roca, 598 — Praça Saens Pena.

LUBRIFICADOR — Precisa-se com prática. R. General Argolo, 167.

LABOR — NCr$ 210,00, paga-se a menor de 14-15 anos, para serviços de embalagens. Apresentar-se Rua Prof. Olimpio de Melo, 1511 s/ 202 — S. Cristóvão. Não se atende por telefone.

PRECISA-SE 1 garoto até 16 anos para pequenas entregas em padaria. Rua Aristides Lôbo, 244, Rio Comprido.

PRECISA-SE servente, R. da Candelaria n.º 9.

PRECISA-SE de um ciclista. Rua São Cristóvão, 900.

PADARIA — Precisa-se de ajudante de mesa. Rua Real Grandeza, n. 265.

PRECISA-SE de 6 meios oficiais de pintor, para trabalhar em Volks. Rua Diniz Barreto n. 120 — Campinho.

PESSOA prática em pequenos consertos em geral, precisa-se para edifício. Rua Visconde de Pirajá, 254 — Ipanema.

PRECISA-SE bailarino — Show-Boite, maior 21 anos p/viajar. Av. N. S. Copacabana, 542 apto. 1008 — Mauro.

PRECISA-SE de empregados para conservadora tratar Rua Alvaro Alvim, 27, 10.º andar. Sala 101. Partir 10 horas.

PADARIA — Precisa-se de um padeiro com prática. R. Lins de Vasconcelos, 620.

PRECISA-SE — Chefe de disciplina, com prática. Rua Joaquim Méier, 308.

PADARIA — Precisa-se de um forneiro para trabalhar de noite [...]

CICLISTA — Precisa-se com prática. Rua Prefeito Olimpio de Melo, 1 973.

EMPRESA Rhodia de Publicidade precisa de pastôres e passistas com qualquer fantasia. Diária NCr$ 20,00. Filmagens parte da tarde. Apresentar-se à Av. Pres. Vargas, 309, 5.º andar. José Borges ou Pedro.

SENHORA de boa aparência oferece-se para trabalhar em colégio, consultório, escritório. Tel. 37-3336 — Olga.

SERVENTES — Precisa-se de serventes, apresentar-se munidos de tôdas as documentações à Rua Frei Caneca, 226.

PROFISSIONAIS DE INDÚSTRIA

METALÚRGICOS — SOLDADORES

SERRALHEIROS E 1/2 OFICIAL — Precisam-se — Rua General Argolo, 113 — São Cristovão, telefone 48-6174.

CARPINTEIROS — MARCENEIROS

SERVENTES — PEDREIROS — Precisam-se na Rua Frei Caneca n. 121.

SERVENTE. Precisa-se à Rua Bolivar, 79-B.

ELETRICISTAS — RADIOTÉCNICOS

Bombeiros

Precisa-se de oficiais competentes para trabalhar com plásticos. Exige-se documentação em ordem. Tratar na Obra da ENARCO, à Estrada Velha da Pavuna n.º 1711. (P

Datilógrafa

Firma de importação precisa com bastante desembaraço. Ótimo ambiente de trabalho — semana de 5 dias. Ordenado compensador.

Tratar c/ Sr. Israel na Av. Pres. Vargas, 482, sala 2 012. Horário comercial.

Eletricista

Precisa-se de um eletricista competente.

Tratar na Obra da ENARCO, à Estrada Velha da Pavuna n.º 1 711.

Especialista em solda

Procura-se com profundos conhecimentos de solda elétrica e interpretação de raio-X industrial. Cartas especificando experiência anterior e pretensões para o número 306 969, na portaria dêste Jornal.

EMPRÊSA DE ÂMBITO INTERNACIONAL PROCURA

Engenheiro mecânico

com conhecimentos de projetos e profundo senso de observação, para fiscalização da fabricação em diversas indústrias.

Enviar curriculum e pretensões para a portaria dêste Jornal sob o número 306970.

Firma importadora

RAPAZ — Precisa-se para serviços internos e externos. Que conheça o centro da cidade.

Tratar com Sr. Israel — Av. Pres. Vargas, 482, Sala 2 012.

Vendedores(as)

Emprêsa de alto gabarito com mercadoria vendida diretamente ao público pelo sistema de crediário com grande aceitação, está admitindo pessoas de ambos os sexos com boa aparência, curso secundário e facilidade no trato com o público. Registramos na carteira, pagamos férias, 13.º salário e fundo de garantia, retiradas acima de 700,00.

Apresentar-se à Av. Rio Branco, 108 s/ 908.

Vendedor de livros

Viajar para Bahia e Aracaju. Obra e plano de venda fora do comum. Tratar hoje na Av. Rio Branco, 185, Sala 518.

Datilógrafa — Correspondente

Para indústria na Avenida Brasil, que tenha prática de serviços de escritório. Referências e pretensões para portaria dêste Jornal sob o n. 307 141.

Necessita urgente de:

20 — Estacadores
20 — Carpinteiros de esquadrias.

Rua Curupaiti, 66 — Perto da Estação Engenho de Dentro. Procurar: o apontador.

Vendedores

Firma comercial em expansão de vendas a crédito está admitindo VENDEDORES, ótima comissão e ambiente de trabalho. Damos Curso de Vendas, para os novos — Av. Presidente Vargas, 583, s/ 1318.

VENDEDORES

INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM FRANCA

oferece oportunidade de ganho acima de 500 cruzeiros novos mensais, com revenda por conta própria direta ao consumidor,

depósitos

RIO: R. Andrade Perten [...]-C (CATETE)

SÃO PAULO: Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 2893 s/ loja.

horário: Das 8 às 12 hs. e das 13,30 às 18 hs.

PROFISSIONAIS LIBERAIS

AGRIMENSOR — Precisa-se de 30 a 50 anos com boas referências — Tel. 22-3344.

FARMACIA — Dá-se o nome a farmácia só no Est. do Rio. Estou registrado no C.R. e na fiscalização, escreva para a Caixa Postal 668 Z-C00 — Guanabara.

PROCURAM-SE nutricionistas diplomadas p/ trabalhar em Sanatório no Estado do Rio. Informações R. da Glória, 46, sala 208. Dona Helena.

VEÍCULOS — EMBARCAÇÕES — ESPORTES

AUTOMÓVEIS — VEÍCULOS DE CARGA

AERO WILLYS 64, 65, 67 — Karmann-Ghia 68. Corcel 69, Volks 66/67. A vista ou até 24 meses. R. Russel, 32-A. Largo da Glória. Até 20 h.

AERO 67 — Diversas côres. Vendemos com entrada a partir de 3 000 e o saldo até 24 meses pelo crédito direto ao consumidor — Delsul, Revendedor Willys. Rua General Polidoro, 81, tels. 46-0831 e Rua Francisco Otaviano n.º 41. Tel. 27-6340.

AERO 69, zero km. Vendemos c/ 20% entrada e o saldo até 24 meses pelo crédito direto ao consumidor. DELSUL — Revendedor Willys. Rua General Polidoro, 81, tel. 46-0831 e Rua Francisco Otaviano, 41. Tel. 27-6340.

AERO WILLYS 65. — Ent. 2 000, saldo a combinar. Rua Mariz e Barros, 776 — 48-7454. Sr. Sillas.

AERO 63, excelente estado, Vendemos c/ entrada a partir 1 800 e o saldo até 24 meses pelo crédito direto ao consumidor. DELSUL, Revendedor Willys. Rua General Polidoro, 81. Tel. 46-0831 e Rua Francisco Otaviano, 41. Tel. 27-6340.

AERO 66 — Excelente estado. Vendemos com entrada a partir de 2 500 e o saldo até 24 meses pelo crédito direto ao consumidor. DELSUL, Revendedor Willys. Rua General Polidoro, 81, fone 46-0831 e Rua Francisco Otaviano, 41, tel. 27-6340.

AERO WILLYS 66, equipado. 2 500 e prest. de 570. Rua Mariz e Barros, 774. Tel. 48-7454. Sr. Armando.

AERO 60 — Emplac. e seg. Outro 62, base à vista, 3 600 e 4 700,00 Rua Almte. Ary Parreiras, 565-B. Rocha. Tel: 61-2551.

AERO WILLYS 62, 63, carros revisados, equipados, fac. c/ pequena ent., saldo até 24 meses. Rua 24 de Maio, 415. Tel: 61-3407.

AEROS 64, 66 e Itamarati, 66. Impecáveis. Troco e fac. c/ ent. desde 2 000, crédito direto saldo até 24 meses. R. 24 Maio, 316. 48-2701.

AERO 60 A 66 — Impecável estado conservação. Vendo, troco, fin. créd. dir. até 24 m. R. Lino Teixeira, 97 tel: 61-5657. Ou Palm Pamplona, 700 tel: 61-4588, 61-2808.

AUSTIN 52 — Otimo estado todo original único dono licenc. 69. Pneus e bat. 100%. Rua Julio do Carmo, 492. Estacio.

AERO 64, est. de novo, 100% de mec. v., troco, fac. c/ 3 mil de ent. rest. até 24 m. p/c direto. Av. Suburbana, 8390. Piedade.

AERO 65 — Muito bonito em perfeito estado, Financio com 2 500,00 saldo a combinar. Rua São Francisco Xavier, 189.

ATENÇÃO — Valorize seu dinheiro preferindo a Polux ao comprar ou trocar seu carro usado. Volkswagen 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 68. Kombi 60, 62 e 65. DKW Vemag 65 e 67; Aero Willys 62, 63, 64, 65, 65 e 67; Itamarati 66 e 67; Karmann-ghia 65 e 67; Jeep Willys 60, 61 e 62; Simca Chambord 63; Dauphine .. 60, 61, e 63; Gordini 63, 64 e 65; Pick-up Volkswagen 68 e Ford F.100 68. Camioneta Chevrolet 62, 8 lugares. Citroen 51; Oldsmobile 50; Chevrolet 51 e muitos outros c/ entradas a partir de NCr$ 680,00. Trocamos por qualquer marca, mesmo prec. de reparos. Rua Mariz e Barros, 72 e 821 e Rua Conde de Bonfim, 40-A. Tijuca.

AUSTIN A-40, jóia de fino trato. Vendo urgente. Tratar Rua João Caetano, 14. Pça. XI — Nelício.

AUTOS usados desde 800, de entrada, Volks 61, 62, 64 e 67, Gordini 66, Chev. 58, Chev. Pick-Up 55, Simca 67, Itamarati 66, Kombi 68 completamente revisados o saldo em 24 meses. Troca — Nova Texas, Av. Mar. Rondon, 539. Est. S. F. Xavier.

AERO WILLYS ano 1965 — Vende-se todo equipado completo, único proprietário. Tratar na Rua Barão da Tôrre, 481 ap. 202.

AERO 63 — Lindo suspensão J. Ferreiro, tudo 100%. Troco, financio saldo a combinar. Av. 28 de Setembro 25. Tel. 34-4876.

AERO 60 e 64 — Excelente vendo, troco, 1 200 e 2 000,00 saldo 24 meses, entrega imediata — 24 de Maio, 316 M — 28-5085.

AERO 64 — Grafite couro, único dono, 29 mil km, vendo, troco, Av. Suburbana, 122. Tel. 28-7288.

AERO — ITAMARATY — RURAL e JEEP WILLYS 1969, pronta entrega. Longo financiamento. — Trocamos. Rua Visconde de Cairu, 75. Telefone 48-0616.

AERO WILLYS 63 — Ent. 1 500,00 rest. 24 meses. Revisado e equipado. Rua da Matriz, 26, Botafogo. Tels.: 26-1390 e 26-3793.

AERO WILLYS 65, 66, 67 e 68. Revisados, pequena entrada, saldo longo prazo. Rua Visconde de Cairu, 75 — 48-0616.

AERO 1962 — Lindo carro, vendo Av. Nova York n.º 499, Bonsucesso.

AUTOMOVEL p. americano de 41 a 1954, compro urg. Dou geladeira Brastemp Duplex Retilínea, 13 pés, o rest. pago a vista. Negócio para resolver hoje. Rua da Relação n. 1, sob — Joaquim.

AERO 64 — Cinza grafite, equipado, nunca bateu, mecanica excelente, troco e facilito c/ 1 500, saldo 363 mensais — Rua Camerino, 81 — Tel. 43-8393.

AERO 68 — Super novo, c/ radio, cinza, lindo carro, troco e facilito c/ 4 000 ,saldo até 24 meses. Rua Camerino, 81 — Tel. 43-8393.

AUSTIN 51 — A-40 — Base 1 350 ou facil. e troco, ot. est. geral. Lic. seguro 69, qualq. teste. Rua Taborari, 687 — Bras Pina.

AERO 63 — Impecável conservação. Entr. 1 600, prest. 376,00. R. Figueira de Melo, 395-D. — Fone 54-0468.

BASCULANTES FORD — Diesel 66 — Ford 57 e 61. Chevrolet 62 e 64, revisados e prontos para trabalhar. Entradas a partir de 1 590,00. Trocamos. Rua Mariz e Barros, 821. Polux.

CORCEL 69, zero km, côr pérola, estofamento vermelho, troco p/ carro de menor valor e facilito o restante. Rua Haddock Lôbo, 335-A.

CAMINHÃO Basculante. Vendo p/ viagem urgente p/ônibus Largo da Usina da Tijuca. Melhor oferta à vista. Manolo, tel. 38-0044.

CORCEL OK — Azul, aceito troca e financio. Rua São Francisco Xavier 82. Tel.: 28-4611.

CITROEN DS 19 — 1963. Muito bem conservado. A vista ou financiado. Ver em Auto Citroen Ltda. Rua Bambina, 37, tel.: 46-9588.

CHEVROLET 63 — Americano, 3 bancos, est. geral nôvo, vendo ou troco. R. Escobar, 91. S. Cristóvão. Tel.: 34-6200 — 34-3510. Sr. José.

CALHAMBEQUE — Chevrolet 29. Vendo no estado melhor oferta. Tel. 43-7391 — Fernando.

CITROEN 1967 — D. S. 21 super luxo, c/ ar cond. Troc. fac. Estr. Joá, 190.

CHEVROLET Impala 1963 — 4 p. s/ col. dir. hidr. 8 cil. ray-ban etc. Carro seminovo, troc. fac. Estr. Joá, 190.

CHEVROLET 1961, coupê, Impala, 8 cil. hidr. super conservado. Seminovo. Troc. fac. Estr. Joá, 190 — S. Conrado.

CADILAC 1965/66 coupê deville, quase zero km única do Brasil. Troc. fac. Estr. Joá, 190.

CHEVROLET 1961 — Impala, Temos 2 autos 4 p., hidramáticos. Otimo estado. Troc. fac. Estr. Joá, 190 — S. Conrado.

CAMIONETE Ford 1961 Station Wagon, como nova ar condic. fabr. 8 cil. hidr. toda equip. nunca bateu. Garagem do Touring. Rua Gal. Severiano, 201.

CHEVROLET 63 — Muito bonito, 6 cilindros, 4 portas. Vendo à vista ou a prazo. R. S. Francisco Xavier, 189.

CAMINHÕES USADOS — POLUX — Concessionária Chevrolet lhe oferece revisados e prontos p/ trabalhar: Mercedes Benz 62 e 63; Magirus Deutz 54; Chevrolet 54, 57, 59, 61, 62 — FNM 58; International 60, 6 cil.; Ford 56, 59, 61, 63 e 64; Ford Diesel 66 — Pick-Up Volkswagen 68; Pick-Up Ford F-100 68 e muitos outros c/ entradas a partir de 850,00. Saldo quase s/ juros. Trocamos por qualquer marca, mesmo prec. reparos. Rua Mariz e Barros, 821 — Diàriamente até as 22 horas, inclusive sábados e domingos. (B

CAMIONETE CHEVROLET 62 — 2 390,00 — 8 lugares, compl. nova e original. Saldo a comb. Troco. Rua Mariz e Barros, 821 — POLUX.

CAMINHÃO Ford F.600. 68, novo. V. troco, fac. c/ 3 ou 4 mil, ent. rest. até 24 m. p/ c. direto, Av. Suburbana, 8390. Piedade.

CAMIONETE Pick-up Ford 59. — Vende-se NCr$ 2 600, aceita oferta boa de tudo. R. Quito, 103 — Penha. José.

CAMINHÃO FORD 52, bom estado, 1 000 de entrada e o saldo dentro de ss/ possibilidades. — Troca. Nova Texas — Av. Mar. Rondon, 539 — Est. S. F. Xavier.

CAMINHÃO Chev. 58, bom estado, 1 600, de entrada e o saldo dentro de ss/ possibilidades. Troca. Nova Texas. Av. Mar. Rondon, 539 — Est. S. F. Xavier.

CORCEL 1969 — 3 mil quilômetros rodados. NCr$ 12 800,00. Côr bege, equipado. Tel. 25-3263.

CHEVROLET Pick-up 69, km c/ peq. entrada e o saldo em módicas mensalidades. Troca-se — Av. Atlântica, esq. R. Djalma Ulrich (Pôsto 5). Até 21 horas.

CAMINHÃO Chevrolet 65 — Impecável estado conservação. Vendo, troco, fin. Créd. dir. até 24 m. R. Lino Teixeira, 97. Tel. 61-5657 ou Palm Pamplona, 700. Tel. 61-4588, 61-2808.

CAMIONETA Chevrolet 67, últ. série, RC 1416, único dono, estado de zero, vendo troco. Av. Suburbana 122. Tel. 28-7288.

CAMINHÕES FORD 69 — F-350; F-600 e F-100. Entrada mínima e saldo longo prazo. Ver Rua Visconde de Cairu, 75 — Tel. 48-0616.

CHEVROLET 53 E 50 — Tenho 2, bons de mecânica, 2 portas, vendo urgente os 2 ou separado ao primeiro que chegar, Av. Suburbana, 9 942.

Jornal astrológico

AL RAHMAN

SIGNO VIGENTE: ARIES (CARNEIRO) — de 21 de março a 20 de abril.

OS NASCIDOS NESTE SIGNO são dotados de mente ágil e — quando positivos — de uma transbordante vitalidade e entusiasmo que muito os ajudarão a galgar posições e alcançar êxito no que empreenderem. Propendem à irritabilidade e a cóleras precipitadas, mas que logo se desvanecem. Aspiram às altas posições e seu temperamento dinâmico e realizador poderá conduzi-los às maiores vitórias nas carreiras que abraçarem.

ALGUNS ARIANOS FAMOSOS: o compositor russo Mussorgsky, o filósofo inglês Herbert Spencer, o aventureiro e escritor italiano **Giacomo Casanova**, o ator americano Gregory Peck.

OS NASCIDOS HOJE, 28 de março, do primeiro decanato de Aries, podem adquirir muitos conhecimentos com relativa facilidade, dada a sua rápida percepção. Serão inclinados à oratória, onde se revelarão um tanto sarcásticos. Os assuntos herméticos excitarão sua curiosidade e terão um espírito polêmico, inclinado aos debates eruditos. Serão dedicados à família, mas poderão se mostrar demasiado impacientes com estranhos.

ARIANOS DESTA DATA: Santa Teresa de Avila (28-3-1515), freira carmelita espanhola, foi uma das principais santas. Nascida **Teresa de Cepeda** y Ahumada, provinha de família abastada. Sua vida contribuiu para uma revivificação do fervor religioso e repercutiu fora da **Espanha**. Deixou obras vasadas numa linguagem simples que se situam entre as maiores da literatura mística. Também desta data é o ariano **Máximo Gorki**, pseudônimo de Aleksey Maximovich Pyeshkov, nascido na Rússia, em 1868. A novela **Mãe**, o drama Ralé, são algumas obras do escritor marxista que buscou, através do realismo, denunciar as mazelas da sociedade de então. **Gorki faleceu em 1936**, já mundialmente famoso.

Influências astrais no signo de Aries:

Planêta: Marte
Dia favorável: Têrça-feira
Pedras místicas: Ametista e diamante
Côres: Matizes do vermelho
Números: Seis e sete
Signos compatíveis: Taurus, Leo, Libra, Sagitárius.

HOROSCOPO DE HOJE, 28 de março de 1969:

ARIES (21 de Março a 20 de Abril) — Boa fase para os trabalhos e projetos que requeiram criatividade. Poderá ter melhor ajuda de superiores. Conte com a compreensão de pessoas influentes para a realização de seus planos. Receberá boas novas e cooperação de pessoas distantes.

TAURUS (21 de Abril a 20 de Maio) — Favorável o período para resolver pequenos assuntos domésticos de ordem material. Haverá melhor compreensão mútua com pessoas influentes, na vida profissional e nas relações sociais. Use de maior prudência nas conversas sôbre negócios e vigie seu dinheiro.

GEMINI (21 de Maio a 20 de Junho) — O período astral é propício para as relações com parentes e pessoas chegadas. Atenha-se à rotina nos negócios, onde as coisas correrão sem maiores problemas. No período inicial haverá boa fluência para as conversações e fluxo vitalizador da mente.

CÂNCER (21 de Junho a 21 de Julho) — Você terá a oportunidade de dar nôvo impulso à sua vida econômica graças à cooperação de pessoas influentes. Haverá boa fase nas relações sociais, onde novas amizades trarão influência benéfica nos seus planos futuros. Confie em si e tudo irá bem.

LEO (22 de Julho a 22 de Agôsto) — Período favorável à vida profissional: seus esforços serão proveitosos e terão efeito positivo para o futuro. Novas idéias irão ajudá-lo a concretizar seus projetos. Terá melhor clima no lar e possibilidade de resolver questões antigas. Cuide agora da saúde.

VIRGO (23 de Agôsto a 22 de Setembro) — Bons eflúvios astrais estarão trabalhando a seu favor. Zele por tudo que fôr relacionado com o corpo físico e não se descuide das pessoas que contam com sua ajuda. Sua simpatia será notada por alguém que poderá ajudá-lo muito.

LIBRA (23 de Setembro a 22 de Outubro) — As relações de amizade estarão em pauta e lhe serão benéficas. Bom período para resolver questões domésticas. Favorável a viagens de curta duração. Fuja dos pessimistas e aguarde ótimas notícias que darão nova luz à sua vida.

SCORPIO (23 de Outubro a 21 de Novembro) — Dê nôvo impulso a todos os projetos que permaneciam em compasso de espera. Seus esforços profissionais poderão ter o justo reconhecimento e recompensa. Usando de mais objetividade no que fizer poderá valorizar seu nome de modo decisivo.

SAGITTARIUS ((22 de Novembro a 21 de Dezembro) — Pessoas de grande influência poderão ser a chave para a solução de alguns projetos importantes. Poderá receber ajuda de pessoas distantes. Período favorável ao tratamento da saúde. Uma atitude otimista será mais benéfica que um esfôrço contrafeito.

CAPRICÓRNIO (22 de Dezembro a 20 de Janeiro) Confie em si mesmo e verá que os obstáculos começarão a ser vencidos um a um, sem maiores angústias de sua parte. Favorável para lidar com documentos envolvendo finanças. Aspecto geral altamente promissor para todos os novos planos que empreender.

AQUARIUS (21 de Janeiro a 19 de Fevereiro) — Haverá mais companheirismo na vida profissional e sua participação será decisiva. Terá melhor contato com pessoas influentes e que refletirão favoràvelmente nos seus negócios. Aguarde boas novas no setor sentimental. Mantenha seu otimismo.

PISCES (20 de Fevereiro a 20 de Março) — Procure entender melhor aqueles que se interessam por você e verá quantos benefícios advirão com isso. Período favorável para cuidar da saúde e de assuntos relacionados à vida social. Busque uma aproximação mais direta com os seus superiores.

O PENSAMENTO DE HOJE: Qual é o melhor govêrno? É aquêle que nos ensina a nos governarmos a nós mesmos.

(Goethe).

Agência de Automóveis Leblon Ltda.

COMPRA VENDE TROCA FACILITA

	NCr$
Volks 69 M. 1600 .	24 x 641,90
Volks 69 Sedan ...	24 x 451,95
Volks 67 Sedan ...	24 x 399,55
Volks 65	24 x 314,40
Volks 63	24 x 281,65

VENDEMOS COM ENTRADA A PARTIR DE NCr$ 1 500,00

Av. Bartolomeu Mitre, 613-A — Tel. 27-8159 — Aberta até 21 horas

---

VOLKS 68, estado de nôvo. Vendo 8 900. — Rua Mariz e Barros, 774. Sr. Hélio.

VOLKSWAGEN 67 — Estado excepcional — Vendemos com entrada a partir de 2 000 e o saldo até 24 meses pelo crédito direto ao consumidor. DELSUL, Revendedor Willys, Rua General Polidoro, 81, tel. 46-0831 e Rua Francisco Otaviano, 41, tel. 27-6340.

VOLKSWAGEN 68, estado de nôvo. 2 000 saldo a combinar. Aceito troca. Rua Mariz e Barros, 776. — 48-7454, Armando.

VOLKS 68 — Saldo em novembro, equipado, único dono. Facil, c/ 3 500 saldo até 24 meses. Troco. Av. Mem de Sá, 173. Tel. 52-5934.

VENDO troco facilito até 2 anos, Karmann-Ghia 68, Volks 66/67, Corcel 69, Aero 64/65. Visitenos. R. do Russel, 32-A. Lgo. Glória.

VOLKS 63 e 66, equip., estado de novos, financio 24 meses c/ crédito direto. Real Grandeza n. 193, L. 1 e 2. Aberto até 21hs.

VOLKSWAGEN 67, ótimo estado. — Vendo e aceito troca. Rua Mariz e Barros, 776. — Tel. 34-9316. Sr. Hélio.

VOLKSWAGEN 69 — Zero km — Com tôdas as garantias. Vendo, troco e facilito em 24 meses. R. Conde de Bonfim, 426.

VOLKS 66 — Equipado, t. revisado, granat, 35 km. Vendo p. ... 7 400 ou melhor oferta à vista. — 36-2864 ou 52-0556 — Sr. João.

VOLKSWAGEN 1969 — OK — Pronta entrega. Côr verde, ótimo preço. Tel. 25-3263.

VOLKS 65 — Ótimo estado, todo equipado. Aceito oferta. Rua 2 de Dezembro n. 81 — Catete.

VOLKSWAGEN 4 portas, 69, 0 km Pronta entrega. Com tôdas garantias. Vendo, troco menor valor — Financ. R. Barão de Mesquita 131.

VOLKSWAGEN 1964 e 1965 — Vendo, troco, financio com pequena entrada. Ver Rua São Francisco Xavier, 30-A.

VOLKS 63 — Vendo por motivo de viagem. Melhor oferta. Rua Paul Pompéia, 59 — Ver com o porteiro. [illegible]

VOLKSWAGEN 60. Ótimo estado. Vendo ou que chegar. Apenas ... 4 250. Tratar Rua Visconde de Cairu 75. Telefone 48-0616.

VOLKS 68 e 66. Revisados. — Pequenissima entrada saldo longo prazo. Rua Visconde de Cairu, 75. Tel. 48-0616.

VOLKS 60 — Excepcional estado, mecânica 100%. Troco, facilito saldo a prazo. Av. 28 de Setembro, 23. Tel. 34-4876.

VOLKS 61, 62, 64 e 67 — 1 000 de entrada e o saldo até 24 meses. Todos revisados. Troca. Nova Texas. Av. Mar. Rondon, 539 — Est. S. F. Xavier.

VOLKS 67, pérola, equipado .... 24 000 km. Ver com guardador Severino em frente Museu Histórico.

VOLKS, última série, côr grená, conservadíssimo, de particular, todo equipado. Neg. direto. Rua Frei Caneca, 305.

VOLKSWAGEN 63 e 64 — .... 1 690,00, rigorosamente novos e equips. Saldo a comb. Troco. Rua Mariz e Barros, 831. Palux.

VOLKSWAGEN 62, 63, 64, 65 e 66 — 1 490,00. Rigorosamente novos, equips. Saldo a comb. Troco. [illegible]

VOLKS 1 600, seu mod. 66, ent. mais 667,00 mensais. Outros planos. Pronta entrega, v. côres. R. Barão de Mesquita, 734. Tel.: .. 58-0029.

VENDO Volks 66, impecável — 25-6974, Luis Carlos.

VOLKSWAGEN 66 — Espetacular estado. Superequipado. Financio até 24 meses. Ent. 2 500, troco carro nac. R. B. Mesquita, 1079 Lgo. Verdun, dia todo.

VOLKS 63 — Super novo, pouco rodado, rádio, capas de napa, rodas Mustangue. Tanque baixo adaptado para 65. Vendo ou troco, facilito parte. 46-7000. Dr. Enrico.

VOLKS 61 — Sincr. e 64 revis. troco financ. até 24 m. Av. Augusto Severo, 292-A/B. Tel. .. 52-8484 e 52-7937.

VOLKS 62 — Equip. c/ rádio. Vendo c/ 2 000 de entr. e 304 p/ mes. Rua São Clemente, 92-A. Tel. 25-7191.

VOLKS 65 — Azul atlantico, bem equipado, exc. estado de conserv. c/ estac. frente Candelaria c/ guardador José.

VOLKS 64 — Cumprimos o que anunciamos. Ent. 2 115,00 e mensal 117,00. Outras marcas e modelos. Av. Rio Branco, 185 gr. 228.

VOLKS — Vende-se sedan, 1963, azul equipado, licenciado 1969, placa 4 números. Procurar Pires. Rua Cardimundo de Melo, 523.

VOLKSWAGEN, 4 portas, 1 600, à vista, NCr$ 16 500,00, ou em 24 meses, com ou sem entrada. Barata Ribeiro, 99-A.

VENDO Chevrolet passeio, ano 57. Tratar Av. Suburbana, 7 240. Pôsto gasolina c/ José.

VOLKSWAGEN 65 — NCr$ 6 300 — Vendo urgente, ótimo estado, tel. 27-8182 — Leblon.

VOLKSWAGEN 68, ainda na garantia, ótimo preço a vista e a prazo com pequena entrada. Tânia S/A. Praia do Flamengo 180-B — 45-2044

VOLKS 67 — Unico dono, merece ser visto. Vendo à vista ou financiado. Tratar 46-7000.

VOLKS 66 — Unico dono, merece ser visto. Vendo à vista ou financiado. [illegible]

ALUGUE UM CARRO NÔVO

FILIADA AO DINERS-CBC-REALTUR

LOCADORA DE AUTOMÓVEIS **STAR**

MATRIZ
R. do Riachuelo, 132 Fundos
tel. 52-7244

TIJUCA
Rua Mariz e Barros, 748
tel. 34-7479

COPACABANA
Aberto até às 21 horas
R. Barata Ribeiro, 105 - A
tel. 36-1003

AEROPORTO
Aeroporto Santos Dumont
tel. 22-3002

INFORMAÇÕES:
tel. 22-2979

Financiamento de veículos é na Sobrauto

MARCA		ENTR. MÍNIMA	PRESTAÇÕES
VOLKS		1.890,00	211,68
VOLKS 4 portas		2.700,00	302,40
K. GHIA		2.790,00	312,48
CORCEL		2.520,00	282,24
OPALA St.		2.790,00	312,48
USADOS			
VOLKS	64	1.080,00	120,96
VOLKS	65	1.260,00	141,12
VOLKS	67	1.440,00	161,28
JEEP	65	900,00	100,80

PLANOS ESPECIAIS PARA TAXI

ESCR. CENTRAL — Av. Pres. Vargas, 418/303
Av. Rio Branco, 185, sala 228, Ed. Marquês de Herval.
Av. Rio Branco, 257/613 — Tel. 42-0518. Esquina de Santa Luzia.

Não temos representantes externos; visitem nossos escritórios.

De segunda a sábado, das 9 às 19 horas. (P

Jarrão

COMPRA — TROCA — FACILITA
Rua São Clemente, 195 — Loja F
Telefone 26-8214 — RIO
Visc. Rio Branco, 629 — Telefone 3301 — NITERÓI

TRAGA SEU PLANO! O NOSSO É MELHOR!

VOLKSWAGEN	1969	24 x 832,00	— 4 portas
VOLKSWAGEN	1967	24 x 456,00	
VOLKSWAGEN	1966	24 x 400,00	
VOLKSWAGEN	1965	24 x 366,00	
VOLKSWAGEN	1964	24 x 333,00	
VOLKSWAGEN	1963	24 x 300,00	
VOLKSWAGEN	1962	24 x 266,00	
VOLKSWAGEN	1961	24 x 220,00	

O NOSSO PREÇO TOTAL É MENOR

Carros revisados e equipados, entrega imediata, estacionamento próprio, aberto diàriamente até às 20 horas.

JARRÃO — AUTOMÓVEIS
FACILIDADES SÔBRE RODAS

Opel Rekord Sprind

1969 luxuosíssimo. Vendo urgente só a vista preço de ocasião NCr$ 45.000,00. NB. modêlo único no Brasil.

Favor não telefonar quem não tiver condição, carro para gente de fino trato.

Atendo pelos telefones: 42-5426 dias úteis e 30-5869 sábado e domingo com o proprietário Sr. Pereira.

Restaure a aparência de seu carro

Limpeza com polimento e proteção com cêra. Serviços Inéditos por pessoa altamente treinada. Sòmente usando produtos de qualidade.

POLIAUTO tel.: 30-7328 — 34-3198 (P

O CARRO CERTO NO REVENDEDOR CERTO IAMSA

Seu revendedor Chevrolet de confiança
VEÍCULOS NOVOS E USADOS

Chevrolet Perua	— Zero — Equipado	1969
Chevrolet Caminhão	— Todos os modelos	1969
Chevrolet Pick-up	— Zero, Luxo e Std.	1969
Volkswagen	— Excelentes	1965 e 1966
Chevrolet Perua	— Equipados	1967 e 1968
Chevrolet	— Camioneta	1956
Ford Gálaxie	— Equipado	1968
Karmann-Ghia	— Equipado	1966
Aero Willys	— Equipados	1961 e 1965
Kombi Standard	— Excelentes	1966 — 1967 e 1968
Oldsmobile 88	— Conversível	1955
Rural Willys	— Excelentes	1965 — 1966
Chevrolet Diesel	— C/carroceria	1968
Chevrolet	— Basculante, semi-nôvo	1969
Ford F-600	— C/carroceria	1966
Chevrolet	— Basculante	1967
Ford F-600	— Com carroceria	1959

Rua do Resende, 147 — Tel. 52-2644 e também agora na Rua São Clemente, 185 — Telefones 46-3551 e 46-6388
Sábados aberto até às 17 horas.
VÁRIOS PLANOS DE FINANCIAMENTO

Vai vender seu carro?

Um carro com pintura em bom estado pode valer até mais 7% à vista. Restaure a aparência de seu carro com um polimento especializado, e inédito: POLIAUTO tel.: 30-7328. — 34-3198. (P

VOLKS 64, 65, 66 e 67 — Várias côres, equip. e rev. c/ gar. Vendo, troco e fin. até 24 meses. Rue Conde Bonfim 66-A. Tel. .. 34-9909.

VOLKSWAGEN 1962 e 1963. Superequipados. Estado de novos. Vendo a vista, troco, facilito — R. S. Fco. Xavier n.º 398 — Tel.: 28-3776 — Maracanã.

VOLKSWAGEN 1969 — 0 km — Concessionaria, Rio, com todas garantias — Varias cores. Vendo, troco menor valor. Financio. R. Barão de Mesquita, 131.

VOLKS 63 — Equip. e rev. c/ gar. Vendo, troco e fin. até 24 meses. Rua Conde Bonfim n. 42. Tratar c. Luiz Olavo.

VOLKSWAGEN 60 — Transformado em 65, em ótimo estado — 4 350. Av. Edson Passos, 87-A. Sr. Euclides.

VOLKSWAGEN 69 — 0 km — Vendo 7 300 ent. mais 44 x 120,00. Aceito Volks, Kombi, DKW como ent. 54-1587 — Dr. Lydio.

VOLKSWAGEN 1964, 1963 e 1961 — Equipados e licenciado para 69 — À vista, troco e facilito. São Francisco Xavier, 400 — Tel. 48-5476.

VOLKSWAGEN 69, 0 km, bege claro emplacado e licenciado — NCr$ 10 600,00 — Lacerda. Tel. 23-4889.

VOLKSWAGEN 65 — Linda carro para pessoa de bom gosto. Vendo a vista pela melhor oferta — Tratar com o Sr. BARONE. Tel. 61-2305.

VOLKS 55 — Alemão, estado nunca visto, novo, preço 3 500. Ver Rua Marechal Sousa Meneses 165. — Ramos.

VOLKS 67 — Pérola, equipado, pneus cinturados, ótimo estado. Vendo à vista ou financiado. Barata Ribeiro 639. Tel. 57-6552.

VOLKS 64 — Rádio Zilomag, pneus novos, estado impecavel. NCr$ 6 300. Rua Adolfo Mota, 205, c/ 2 — Tijuca.

WV 67, 1600 — Superequipado, côr branca. Rua Sabola Lima, 95.

VOLKS 66 — Tratar tel. 52-4199 — Sr. Lomba.

VOLKSWAGEN 1961, impecável, seguro geral, RC. Licenciado 1969 — Vende-se financiado ent. ..... 2 000,00, 22 prestações de 295,00 com Chico Fusca. Rua Dr. Garnier, 261. Telefone 61-5506.

VOLKS 60 e 64, diversas côres. [illegible]

VOLKS 67 BRV Conversão — Motor 1600 de dupla carb., susp. rebaix., rodas aro "13", pneus sint., intrum. espec., bancos recl. Vel. máx. 165kmh. Testado p/ revista Auto Esporte. Vendo com 3 800 e saldo em 24 meses — Almte. Cochrane 173. Tel. 34-9170.

Aero 64

Entrada NCr$ 2 784,00, mens. NCr$ 102,10. Rua Alvaro Alvim, 21, s/ 1006/8.

Corcel

Entrada NCr$ 4 872,00, mens. 262,00. Rua Alvaro Alvim n. 21, s/ 1006/8.

FNM 2150

VENHA CONHECER E EXPERIMENTAR V. TAMBÉM

FINANCIADO EM 24 MESES

VICTORI

O ÚNICO REVENDEDOR FNM NA ZONA SUL

R. ASSUNÇÃO, 236 — BOTAFOGO. TEL. 46-7413

Fênix S.A.

ENTRADA A PARTIR DE NCr$ 950,00

VOLKS 67, 66, 65, 64, novos
SIMCA 66 e 65, único dono
GORDINI 67, 63, 62, novos
AERO 64 e VEMAGUET 59
Ótimo preço à vista
Rua São Fco. Xavier, 102. (P

Mustang

O mais bonito do Rio. Vendo. Pintura exclusiva, mecânico, 6 cilindros. Tratar com Sr. Paulo, tel. 22-7006. (P

Opala 0 km

PRONTA ENTREGA

Ver e tratar à Av. Prado Júnior, 335-C.

Oldsmobile 65

Vendo F-85, 6 cilindros, mecânico, muito econômico, direção hidráulica, freio ar, excelente estado. Fone 42-5487.

Volks 65

Entrada NCr$ 3 654,00, mens. NCr$ 96,00. Rua Alvaro Alvim, 21, s/ 1006/8.

Veículo acidentado

FORD F-600 — FURGÃO 1965
Vende-se no estado. Ver na Av. Marechal Rondon, 2 231. Propostas para Rua do Rosário, 69.

Veículo acidentado

RENAULT — GORDINI — 1963
Vende-se no estado, ver na Rua do Senado, 222. Propostas para Rua do Rosário, 69.

Veículo

FORD F-600 — FURGÃO 1965
Vende-se no estado, ver na Av. Marechal Rondon, 2231 — Propostas para Rua do Rosário, 69.

AUTOPEÇAS E REVEND. — ACESSÓRIOS

GRAVADOR Mini K 7 Telefunken. Na embalagem 250,00. Tel. .... 43-1275. Mauro.

Fitas Cartridge Toca ficas

Recebemos milhares de fitas imp., últimos sucessos, toca-fitas de 4 e 8 trilhas, aproveite preço especial desta quinzena. Otil Import. Ed. Av. Central, s/ 704. Tel. 42-3997.

BICICLETAS — MOTOS — LAMBRETAS

VESPA — Vende-se NCr$ 550,00 — Tratar à Rua Siqueira Campos, 143 — Loja 28.

MOTORES MARÍTIMOS EMBARCAÇÕES —

LANCHA de 29 pés Cabrasmar o melhor casco da série, motores revisionados em estado de novos. Pode ser vista no Iate Clube Rio Janeiro com o marinheiro Luiz Tardelli. Tratar com o Sr. Walter Pereira — Tel. 23-8090.

Vende-se lancha Carbrasmar

29 pés com 2 motores Chrysler 130 HP apenas 5 anos de uso em perfeito estado de conservação.

Também lancha Xareu 21 pés motor Ford 168 HP com 2 anos de uso, estado de nova. Ver e tratar com marinheiro Manoel Tardelli. — ICRJ.

DIVERSOS

ALUGA-SE elegante Galaxie branco para casamentos. Telefone 28-0238.

CASAMENTOS — Carro Itamarati 67 — Tratar c/ Jorge. 54-3449.

CASAMENTOS — Aero 69 azul — Aluga-se p/ casamento, passeios, viagens ou serviço certo. Telefone 38-8394 — Pedro.

CASAMENTOS — Buick, últ. tipo, super luxo, c/ ar condicionado, toca-fitas, etc. Partic. 48-0962.

CASAMENTOS — Simca Ralley especial particular com motorista, o mais bonito do Rio. Tratar tel. 58-6194 — D. Dora.

KOMBI — Excursões, Entregas — NCr$ 5,00 p/h. Recados 32-5407.

KOMBI 68 — Aluga-se com ou sem motorista. 45-9984.

KOMBI — Aluguel NCr$ 5,00 hora, entregas, mudanças, turismo, viagens com reservas p/ Semana Santa — 46-1135.

KOMBI — Viagens, passeios, excursões — Entregas rápidas. Com motorista — Melhor preço. Aero Kombi. 28-8979.

PRECISA-SE de Kombis para serviço de entregas. Rua General Pedra, 34 — Sr. Aragão.

Caminhões aluguel

HORA NCr$ 10,00

Caminhões 6 toneladas com ajudante, faturamos para Comércio e Indústria, pessoal especializado em entregas, licenciados em entrada no Cais do Pôrto.

VAF TRANSPORTES
Tel. 48-7816 — VICTOR

Kombis aluguel

(6,00 a hora, tel. 61-3450) Entregas comerciais, mudanças, turismo. Temos domingo p/ S. Lourenço, Caxambu, Carmo de Minas, Passa Quatro, Pouso Alto e Lambari.

Komis Aluguel

6,00 p/h ou 0,30 o km
P/ mudanças. Entregas comerciais, passeios, excursões, viagens local e interestadual. — "Aceito serviços permanente" — Sr. Ferreira. Tel. 26-7620.

Kombis aluguel

Transvel Transportes tem c/ motorista p/ entregas comerciais a NCr$ 6,00 a hora. Pequenas mudanças, passeios, viagens nos Estados. Segurança e preços módicos. Tel. 31-2944 e plantão 25-2703.

Kombis Aluguel 6,00 p/h

TEL. 34-6891

Entregas comerciais, mudanças, turismo, escolas, passeios, viagens estaduais.
TRANS. EXCUR. KOMBIS

Kombis Aluguel

A Mundial Transportes Ltda. tem novas c/ mot. dia e noite. Cidades e Estados para entregas, pequenas mudanças e transportes de passageiros etc. etc. Praia do Russel, 344, loja 7. Fones 45-1856 e 45-0232 — Glória.

Kombis aluguel 6,00 p/h

Entregas comer., mudanças, turismo, escolas, passeios, viagens estaduais.
TRANS. 3 AMIGOS
Tel. 38-6606 (à noite 61-8776)

Locadora Júnior aluga 69

Galaxie, Corcel, Opala, Chrysler, Itamaratys, Karmann-Ghia, Volks, Kombis, equipados com rádio, com ou sem motoristas. Rua da Passagem, 98, Tel. 46-3800 — 46-3136, filiado ao Diners Reaultur — CBC.

Locadora S.T.K.

Kombis a 6,00 p/ hora, novas e usadas para entregas comerciais, pequenas mudanças, viagens para todos os Estados, motoristas especializados. Tel. 40-6916 — Centro.

Alugue por hora Tel.: 27-4348

Volkswagen e Kombi. (Carros novos com rádio).

LOCADORA RED LTDA.
Rua Visconde Pirajá, 106 — Ipanema
Praça General Osório

Kombis de aluguel

Turismo — Excursões — Fretamentos
Transporte de Carga
AGENCIA NELSON S.A.
Embratur n.º 141/GB.
ED. AV. CENTRAL
Avenida Rio Branco, 156, Loja 11
Telefones: 32-8822 — 32-7116